

A POLÍTICA EXTERNA APÓS  
A REDEMOCRATIZAÇÃO

TOMO I – 1985-2002

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



*Ministro de Estado  
Secretário-Geral*

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota  
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



*Presidente*

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Instituto de Pesquisa de  
Relações Internacionais*

*Centro de História e  
Documentação Diplomática*

*Diretor*

Embaixador Maurício E. Cortes Costa

*A Fundação Alexandre de Gusmão, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.*

Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H  
Anexo II, Térreo, Sala 1  
70170-900 Brasília, DF  
Telefones: (61) 2030-6033/6034  
Fax: (61) 2030-9125  
Site: [www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)

**Fernando de Mello Barreto**

A Política Externa após  
a Redemocratização

Tomo I – 1985-2002



FUNDAÇÃO  
ALEXANDRE  
DE GUSMÃO

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à  
Fundação Alexandre de Gusmão  
Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H  
Anexo II, Térreo  
70170-900 Brasília - DF  
Telefones: (61) 2030-6033/6034  
Fax: (61) 2030-9125  
Site: [www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)  
E-mail: [funag@itamaraty.gov.br](mailto:funag@itamaraty.gov.br)

**Equipe Técnica:**

Maria Marta Cezar Lopes  
Fernanda Antunes Siqueira  
Fernanda Leal Wanderley  
Gabriela Del Rio de Rezende  
Jessé Nóbrega Cardoso  
Rafael Ramos da Luz

**Revisão:**

Júlia Lima Thomaz de Godoy

**Programação Visual e Diagramação:**

Gráfica e Editora Ideal

---

Impresso no Brasil 2012

---

B273

BARRETO, Fernando de Mello.

A política externa após a redemocratização / Fernando de Mello Barreto. –  
Brasília : FUNAG, 2012.  
2 t.; 23 cm.

Conteúdo: t. 1. Política externa (1985-2002). – t. 2. Política externa (2003-2010).  
Inclui bibliografia e índice onomástico.

ISBN: 978-85-7631-363-2

1. Política Externa. 2. Olavo Setúbal. 3. Roberto de Abreu Sodré. 4. Francisco Rezek. 5. Celso Lafer. 6. Fernando Henrique Cardoso. 7. Celso Amorim. 8. Luiz Felipe Lampreia.

I. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 327"1985/2002"

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

As opiniões expressas pelo autor neste livro não refletem,  
necessariamente, as do Ministério das Relações Exteriores.



## Apresentação

Este livro, meu terceiro sobre a política externa brasileira, tem suas origens remotas em 1992, quando fui convidado pelo Embaixador Synesio Sampaio Goes a dar aulas de história diplomática brasileira no Instituto Rio Branco. Coube-me, naquele ano letivo, lecionar sobre o período subsequente à morte do Barão do Rio Branco, ocorrida oitenta anos antes. Terminada aquela experiência didática, resolvi transformar minhas anotações para aulas em material de leitura e referência factual para alunos. Meu objetivo sempre foi relatar os atos e fatos das relações exteriores brasileiras, da maneira a mais imparcial possível, embora deva admitir que a própria escolha desses compreenda alguma subjetividade.

A presente obra compreende a política externa desenvolvida durante vinte e cinco anos, isto é, do fim do regime militar, em 1985, até 2010, no final do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Trata-se de período de relações internacionais complexo para a diplomacia brasileira, pois a redemocratização brasileira teve início quando se acentuou a globalização e os fatos externos passaram a ter crescente impacto na vida política, econômica e cultural do país.

No quarto de século examinado, cinco presidentes exerceram a Presidência da República. No governo de José Sarney tiveram o cargo de Ministro do Exterior Olavo Setúbal (1985-1986) e Roberto de Abreu Sodré (1986-1990). Na presidência de Fernando Collor de Mello foram titulares do Itamaraty Francisco Rezek (1990-1992) e Celso Lafer (1992). Na administração de Itamar Franco, chefiaram a diplomacia Fernando

Henrique Cardoso (1992-1993) e Celso Amorim (1993-1994). Durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, exerceram o cargo Luís Felipe Lampreia (1995-2000) e Celso Lafer (2001-2002). Nos seus dois mandatos, Luís Inácio Lula da Silva manteve Celso Amorim (2003-2010) como seu Chanceler.

Chefiaram o Itamaraty, portanto, sete Ministros em nove gestões diferentes, uma vez que Lafer e Amorim retornaram à cadeira de Rio Branco. A maioria dos chanceleres não proveio da carreira diplomática, mas da política, mundo acadêmico ou empresarial, numa reversão da situação vigente durante o regime militar, em que a maioria dos Ministros do Exterior provinha dos quadros do Itamaraty. Essa mudança foi contrabalançada pela duração mais longa das gestões dos dois diplomatas provenientes da carreira diplomática, Lampreia (seis anos) e Amorim (cerca de nove anos e meio, se somados os dois mandatos). Em outras palavras, dos quase 25 anos cobertos por este volume, a chefia do Itamaraty foi exercida por diplomatas de carreira por mais de 15 anos.

Na redação deste livro, dada a complexidade histórica dos eventos, vi-me obrigado a uma exposição seletiva, embora sempre guiada pela preocupação de objetividade. Para obter perspectiva mais abrangente, apesar da curta distância temporal, busquei contextualização dos eventos internacionais e das reações brasileiras.

Nos capítulos iniciais, as fontes bibliográficas, indicadas ao final, são basicamente livros de história mundial e brasileira e documentos publicados pelo Itamaraty. Com a proximidade dos eventos, sobretudo nos capítulos finais, recorri com frequência a fontes disponíveis na rede internacional eletrônica para situar datas e fatos. Em outras palavras, não foram utilizadas fontes que não fossem públicas; isto é, não foram pesquisados diretamente documentos constantes de arquivos do Itamaraty, confidenciais ou não.

Boston, maio de 2012.



# Sumário

## TOMO I - 1985-2002

<b>Siglas .....</b>	<b>13</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo I - Olavo Setúbal.....</b>	<b>23</b>
1.1. Linhas gerais da política externa .....	24
1.2. Américas.....	25
1.3. Europa.....	33
1.4. África.....	34
1.5. Oriente Médio.....	38
1.6. Ásia.....	40
1.7. Atuação política multilateral.....	43
1.8. Atuação econômica externa.....	47
1.9. O Serviço Exterior Brasileiro .....	50
1.10. Síntese da gestão de Olavo Setúbal .....	51
<b>Capítulo II - Roberto de Abreu Sodré.....</b>	<b>55</b>
2.1. Linhas da política externa.....	56
2.2. Américas.....	58
2.3. Europa.....	79
2.4. África.....	83
2.5. Oriente Médio.....	90

2.6. Ásia e Pacífico .....	97
2.7. Atuação política multilateral e plurilateral .....	101
2.8. Atuação econômica externa .....	112
2.9. O Serviço Exterior Brasileiro .....	120
2.10. Síntese da gestão de Abreu Sodré.....	121
<b>Capítulo III - Francisco Rezek .....</b>	<b>129</b>
3.1. Linhas gerais da política externa .....	130
3.2. Américas.....	132
3.3. Europa.....	147
3.4. África.....	155
3.5. Oriente Médio.....	160
3.6. Ásia e Pacífico .....	174
3.7. Atuação política plurilateral e multilateral .....	176
3.8. Atuação econômica externa.....	183
3.9. Síntese da gestão de Rezek .....	189
<b>Capítulo IV - Celso Lafer (Primeira Gestão).....</b>	<b>195</b>
4.1. Linhas gerais da política externa .....	197
4.2. Américas.....	198
4.3. Europa.....	205
4.4. África.....	207
4.5. Oriente Médio.....	210
4.6. Ásia.....	211
4.7. Atuação política plurilateral e multilateral .....	213
4.8. Atuação econômica externa.....	224
4.9. O Serviço Exterior Brasileiro .....	230
4.10. Atuação consular.....	231
4.11. Síntese da primeira gestão de Celso Lafer.....	232
<b>Capítulo V - Fernando Henrique Cardoso .....</b>	<b>237</b>
5.1. Linhas gerais da política externa .....	238
5.2. Américas.....	239
5.3. Europa.....	251
5.4. África.....	254
5.5. Oriente Médio.....	259
5.6. Ásia e Pacífico .....	261
5.7. Atuação política plurilateral e multilateral .....	263
5.8. Atuação econômica externa.....	272
5.9. O Serviço Exterior Brasileiro .....	280
5.10. Síntese da gestão de Fernando Henrique Cardoso .....	281

<b>Capítulo VI - Celso Amorim (Primeira Gestão)</b> .....	<b>287</b>
6.1. Linhas gerais da política externa .....	289
6.2. Américas.....	290
6.3. Europa.....	306
6.4. África.....	310
6.5. Oriente Médio.....	318
6.6. Ásia.....	321
6.7. Atuação política plurilateral e multilateral .....	325
6.8. Atuação econômica externa.....	338
6.9. O Serviço Exterior Brasileiro .....	348
6.10. Síntese da primeira gestão de Celso Amorim.....	348
<b>Capítulo VII - Luiz Felipe Lampreia</b> .....	<b>355</b>
7.1. Linhas gerais da política externa .....	358
7.2. Américas.....	366
7.3. Europa.....	408
7.4. África.....	429
7.5. Oriente Médio.....	451
7.6. Ásia e Pacífico .....	468
7.7. Atuação política multilateral e plurilateral .....	488
7.8. Atuação econômica externa.....	516
7.9. O Serviço Exterior Brasileiro .....	541
7.10. O Serviço Consular Brasileiro .....	542
7.11. Síntese da gestão de Lampreia .....	546
<b>Capítulo VIII - Celso Lafer (Segunda Gestão)</b> .....	<b>559</b>
8.1. Linhas gerais da política externa .....	561
8.2. Américas.....	562
8.3. Europa.....	619
8.4. África.....	630
8.5. Oriente Médio.....	633
8.6. Ásia e Pacífico .....	647
8.7. Atuação política multilateral.....	663
8.8. Atuação econômica externa.....	676
8.9. O Serviço Exterior Brasileiro .....	707
8.10. Atuação consular.....	711
8.11. Síntese da gestão de Celso Lafer .....	712
<b>Índice Onomástico Remissivo</b> .....	<b>719</b>



## Siglas

AGNU	- Assembleia Geral da ONU
ALCA	- Área de Livre-Comércio das Américas
ALCSA	- Área de Livre-Comércio da América do Sul
ANC	- African National Congress
APEC	- Asia-Pacific Economic Cooperation
ASEAN	- Association of Southeast Asian Nations
ASPA	- Cúpula América do Sul – países Árabes
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial)
CARICOM	- Caribbean Community
CDH	- Comissão dos Direitos Humanos
CEE	- Comunidade Econômica Europeia
CEI	- Comunidade de Estados Independentes
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CIA	- Central Intelligence Agency
CIJ	- Corte Internacional de Justiça
CLA	- Centro de Lançamento de Alcântara
COMECON	- Council for Mutual Economic Assistance
CNA	- Congresso Nacional Africano
CSCE	- Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa
CSNU	- Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTBT	- Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty

DOMREP	- Mission of the Representative of the Secretary-General in the Dominican Republic
EAU	- Emirados Árabes Unidos
ECOMOG	- Economic Community of West African States Monitoring Group
ECOSOC	- Economic and Social Council
ECOWAS	- Economic Community of Western African States
EFTA	- European Free Trade Association
EUA	- Estados Unidos da América
FAO	- Food and Agriculture Organization
FARC	- Fuerzas Armadas Revolucionárias Colombianas
FMI	- Fondo Monetário Internacional
FMLN	- Frente Farabundo Marti de Liberación Nacional
FOCEM	- Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR
FPLP	- Frente Popular para a Libertação da Palestina
FRELIMO	- Frente para a Libertação de Moçambique
FRETILIN	- Frente Revolucionária de Timor Leste-Independente
FSLN	- Frente Sandinista de Libertação Nacional
G-7	- Grupo dos Sete países mais Desenvolvidos
GRULAC	- Grupo Latino-Americano e do Caribe
GATT	- General Agreement on Trade and Tariff
ICTY	- International Tribunal for Yugoslavia
IFOR	- Força de Implementação Multinacional
KFOR	- Kosovo Force (OTAN)
KGB	- Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti (Comité de Segurança do Estado)
LEA	- Liga dos Estados Árabes
Mercosul	- Mercado Comum do Sul
MICAH	- Missão Internacional de Apoio Civil no Haiti
MICIVIH	- Mission Civile Internationale en Haiti
MINUGUA	- Missão de Verificação dos Direitos Humanos da ONU na Guatemala
MINURCA	- United Nations Mission in the Central African Republic
MINURCAT	- United Nations Mission in the Central African Republic and Chad
MINURSO	- United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara
MINUSTAH	- United Nations Stabilization Mission in Haiti
MINUHA	- Mission des Nations Unies en Haiti
MIPONUH	- Mission de police civile des Nations Unies en Haïti

MNA	- Movimento Não Alinhado
MONUA	- Missão da ONU para Observação em Angola
MONUC	- Mission in the Democratic Republic of the Congo
MOMEPE	- Missão de Observadores Militares Equador Peru
MPLA	- Movimento para a Libertação de Angola
MTCR	- Missile Technology Control Regime
NAFTA	- North American Free Trade Association
NSG	- Nuclear Suppliers Group
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCI	- Organização da Conferência Islâmica
OEA	- Organização dos Estados Americanos
OLP	- Organização para Libertação da Palestina
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
ONUB	- United Nations Operation in Burundi
ONUCA	- Grupo de Observadores de las Naciones Unidas en Centroamérica
ONUMOZ	- Operação da ONU em Moçambique
ONUSAL	- Observadores da ONU na América Central
OPANAL	- Organismo para la Proscripción de las Armas Nucleares en la América Latina y el Caribe
OPEP	- Organização dos países Exportadores de Petróleo
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OUA	- Organização da Unidade Africana
PAC	- Política Agrícola Comum
PAIGC	- Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde
PED	- país em Desenvolvimento
PIB	- Produto Interno Bruto
RAU	- República Árabe Unida
RDA	- República Democrática Alemã
RENAMO	- Resistência Nacional Moçambicana
RFA	- República Federal Alemã
RPC	- República Popular da China
RU	- Reino Unido
SADC	- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SALT	- Strategic Arms Limitation Talks

SDI	- Strategic Defense Initiative
SEATO	- South East Asia Treaty Organization
SELA	- Sistema Econômico Latino-Americano
SGNU	- Secretário-Geral das Nações Unidas
SICA	- Sistema de Integração Centro-Americana
START	- Strategic Arms Reduction Treaty
SWAPO	- South West Africa People's Organization
TBT	- Test Ban Treaty
TIAR	- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	- Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TPI	- Tribunal Penal Internacional
UDC	- União Democrata Cristã
UE	- União Europeia
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UME	- União Monetária Europeia
UNAMET	- United Nations Mission in East Timor
UNAMIC	- United Nations Mission in Cambodia
UNAMID	- United Nations/African Union Mission in Darfur
UNAMIR	- United Nations Assistance Mission for Rwanda
UNAMSIL	- United Nations Mission in Sierra Leone
UNASOG	- United Nations Aouzou Strip Observer Group
UNAVEM	- United Nations Angola Verification Mission
UNMIBH	- United Nations Mission in Bosnia Herzegovina
UNCED	- United Nations Conference on Environment and Development
UNCRO	- United Nations Confidence Restoration Operation
UNDOF	- United Nations Disengagement Observer Force (Colinas do Golan)
UNESCO	- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNFICYP	- United Nations Peacekeeping Force in Cyprus
UNGOMAP	- United Nations Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan
UNIFIL	- United Nations Interim Force in Lebanon
UNIIMOG	- United Nations Iran-Iraq Military Observer Group
UNIKOM	- United Nations Iraq-Coveite Observation Mission
UNIPOM	- United Nations India-Pakistan Observation Mission
UNMEE	- United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea
UNMIBH	- United Nations Mission in Bosnia and Herzegovina
UNMIH	- United Nations Mission in Haiti



UNMIK	- United Nations Mission in Kosovo
UNMIK	- United Nations Interim Administration Mission in Kosovo
UNMIL	- United Mission in Liberia
UNMIS	- United Nations Mission in the Sudan
UNMISSET	- United Nations Mission of Support in East Timor
UNMIT	- United Nations Integrated Mission in Timor Leste
UNMOGIP	- United Nations Military Observer Group in India and Pakistan
UNMOP	- United Nations Mission of Observers in Prevlaka (Croácia e ex-Iugoslávia)
UNMOT	- United Nations Mission of Observers in Tajikistan
UNMOVIC	- United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission
UNOCI	- United Nations Operation in Côte d'Ivoire
UNOMIG	- United Nations Observer Mission in Georgia
UNOMIL	- United Nations Observer Mission in Liberia
UNOMSIL	- United Nations Observer Mission in Sierra Leone
UNOMUR	- United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda
UNOSOM	- United Nations Operation in Somalia
UNPREDEP	- United Nations Preventive Deployment Force (Macedônia)
UNPROFOR	- United Nations Protection Force (ex-Iugoslávia)
UNPSG	- United Nations Civilian Police Support Group
UNSCOM	- United Nations Special Commission
UNSF	- United Nations Security Force in West New Guinea
UNSMA	- Missão Especial da ONU no Afeganistão
UNSMIH	- United Nations Support Mission in Haiti
UNTAC	- United Nations Transitional Authority in Cambodia
UNTAES	- United Nations Transition Administration for Eastern Slavonia
UNTAET	- United Nations Transitional Administration in East Timor
UNTAG	- United Nations Transition Assistance Group (Namíbia)
UNTMIH	- United Nations Transition Mission in Haiti
UNTSO	- United Nations Truce Supervision Organization



## Introdução

Esta obra trata de um período complexo das relações internacionais para a diplomacia brasileira, pois a redemocratização brasileira teve início quando começava a desaparecer o conflito Leste-Oeste e terminou com a ascensão da relevância do G-20 após a crise financeira mundial.

No início do período sob exame, o contexto internacional foi marcado pelo desmoronamento do bloco soviético. Quando da eleição de Tancredo Neves em janeiro de 1985, pouco faltaria para as mudanças na URSS. Com a vinda de Gorbatchov ao poder naquele ano, a *glasnost* e a *perestroika* e diversos outros fatores (entre os quais os acontecimentos na Polônia, a atuação do Papa e a agressiva política de Reagan) levariam à queda do muro de Berlim em 1989, seguida das enormes mudanças na Europa oriental. Na América do Sul, havia caído, pouco antes, a maioria dos regimes militares.

Na década de 1990, afirmando-se os EUA como a única superpotência mundial, a bipolaridade desapareceu juntamente com a URSS<sup>1</sup>. Mantiveram-se como regime comunista apenas a China, Cuba, Laos e a Coreia do Norte, embora, na prática, os três primeiros tenham adotado mecanismos de capitalismo típicos de economias de mercado, abrindo-se a investimentos estrangeiros. O fim do conflito ideológico Leste-Oeste não eliminou, porém, os conflitos armados, locais ou regionais, tais como os ocorridos nos Bálcãs, na década de 1990, após o colapso da URSS. Multiplicavam-se as forças de paz da ONU. Outro fenômeno de relevância foi o fortalecimento de entidades regionais de integração, não

apenas na Europa, mas também nas Américas, com a criação do Mercosul, em 1991, e da Área de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1992, bem como tiveram início (e depois fracassaram) negociações para a constituição de uma Área de Livre-Comércio para toda a América, a ALCA. A América do Sul manteve-se no período como uma região relativamente livre de conflitos, sobretudo se comparada com áreas, tais como o Oriente Médio, Balcãs e partes da África e da Ásia Central.

No início do século XXI, os atentados da Al-Qaeda contra os EUA e a ação do governo de George W. Bush (filho) no Afeganistão e no Iraque mudariam o clima de cooperação multilateral que havia prevalecido na década anterior. Entre 2003 e 2010, os principais temas internacionais seriam a continuada ocupação do Iraque, o aumento do conflito no Afeganistão, o agravamento das tensões entre Israel e os palestinos e a questão nuclear do Irã, assim como as preocupações com as mudanças climáticas. A crise financeira internacional de 2008 e o elevado crescimento econômico da China (assim como da Índia), entre outros fatores, denotavam atenuação da hegemonia dos EUA no plano internacional.

No plano interno, o período começou, em meados da década de 1980, com pesada herança de dívida externa, inflação e continuados problemas sociais. A redemocratização e as medidas iniciais adotadas – tais como a anistia de opositores, a criação de novos partidos políticos e a retomada da liberdade de imprensa – trouxeram esperança de melhoras em todos os aspectos da vida do país para uma geração que não chegara a conhecer o processo democrático em sua plenitude. Fatores externos tinham repercussão interna, tais como o fluxo internacional de capitais, o comércio internacional, as pressões para a proteção do meio ambiente e o respeito aos direitos humanos. Um aspecto da diplomacia afetado pelo então fraco desempenho econômico brasileiro correspondeu à necessidade de assistência ao crescente número de brasileiros que passou a emigrar, em particular para os EUA, Japão e alguns países europeus.

Entre 1990 e 1991, o Brasil apresentou PIB negativo. A necessidade de obtenção de divisas necessárias para o pagamento da dívida externa levou, em alguns momentos, à redução das importações, tal como ocorreu drasticamente em 1991. A inflação voltou a subir vertiginosamente, sobretudo em 1993. A busca do controle da inflação terá sido uma das razões para a redução de tarifas, ao forçar a competitividade dos produtos nacionais com produtos estrangeiros. Essa procura de balanço comercial favorável atuou também como um dos incentivos para a busca de acesso a mercados em negociações comerciais regionais (Mercosul e ALCA), inter-regionais (Mercosul – UE) e

mundiais (GATT/OMC). A situação econômica passou a mudar a partir do controle da inflação em 1994. As reservas internacionais cresceram entre 1995 e 1997. Mas a dívida externa incrementou-se, sobretudo em 1998 e 1999. Esse aspecto negativo contrabalançou-se em parte quando os montantes de investimento externo direto subiram entre 1998 e 2001, principalmente em razão de processos de privatização (em especial das telecomunicações).

A partir de 2003, a economia deu salto extraordinário, sobretudo entre 2005 e 2007. A dívida externa passou a se reduzir e, pelo cálculo da dívida externa líquida, o Brasil atingiu o status de país credor. A passagem de uma economia endividada e inflacionária do início do período para uma em que os dados macroeconômicos se mostram positivos alterou a situação externa brasileira com novas consequências (positivas) para a atuação dos titulares do Itamaraty.

---

1. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 645.



## Capítulo I

### Olavo Setúbal



*“A adaptação da diplomacia aos novos tempos não levou a uma revisão dos tradicionais princípios que a guiavam nem à modificação radical de seus rumos”.*

Olavo Setúbal

Após a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República, em 15 de janeiro de 1985, e da grave enfermidade que o acometeu às vésperas da posse, o Vice-Presidente eleito, José Sarney, assumiu, em 15 de março, o cargo de Presidente da República. Seria o primeiro civil a governar o país, ao término de 21 anos de regime militar. Seis dias depois, Tancredo Neves faleceu, deixando o país abalado. Sarney, como novo mandatário, ao mesmo tempo em que completava a transição para a plena democracia, via-se na contingência de enfrentar inflação ascendente e enorme dívida externa. Esse era, pois, o contexto nacional quando Olavo Egídio Setúbal, escolhido por Tancredo Neves, u posse como Ministro das Relações Exteriores. Paulista, engenheiro, industrial e banqueiro, o novo titular do Itamaraty exercera o cargo de Prefeito da capital paulista.

O contexto internacional de sua gestão, entre 1985 e início de 1986, seria marcado pelos estertores da Guerra Fria que ainda prevalecia, embora houvesse sinais de arrefecimento, iniciado por encontro em Genebra, pela primeira vez, entre o Presidente dos EUA, Ronald Reagan, e o novo líder soviético Mikhail Gorbatchov. Na Europa, teria relevância a aprovação do ingresso de Portugal e Espanha na Comunidade Econômica Europeia. No Oriente Médio, ocorreram atos ligados ao terrorismo e outros atos violentos, tais como o bombardeio israelense aos escritórios da OLP na Tunísia. No Caribe, cairia a ditadura da família

Duvalier, e, na América Latina, o tema mais relevante era o conflito entre os EUA e os sandinistas na Nicarágua.

### 1.1. Linhas gerais da política externa

O novo governo não anunciaria modificações relevantes em relação à política externa do final do governo militar. Na sua posse, Olavo Setúbal declarou que encontrara no Itamaraty “uma comunhão de ideias”, o que considerou ser uma condição básica para que pudesse ser dada “continuidade às melhores tradições de solidariedade e universalismo legadas pelo Barão do Rio Branco”. Revelou, por outro lado, desejo de alcançar metas objetivas ao afirmar que a política externa seria uma “diplomacia para resultados”. Considerou seu “ponto de partida” a explicitação dos interesses concretos brasileiros no que se referia “à retomada do crescimento” e à redução da “vulnerabilidade externa nos campos financeiro, tecnológico e comercial”. Setúbal se referiu ao compromisso do governo com a democracia, que lhe dava “legitimidade e autoridade moral”, bem como à participação brasileira no cenário internacional com a capacidade de “negociar com dignidade e eficiência”.

O tema da democracia seria retomado quando, em maio, o novo Chanceler afirmou que pretendia “conduzir o Ministério das Relações Exteriores em sintonia com o espírito democrático da Nova República”. Para tanto, concluiu que as “iniciativas da política externa” deveriam ter “representatividade política e interpretar a vontade geral”, motivo pelo qual a instituição estaria “permanentemente aberta ao conhecimento da opinião pública, em particular de seu órgão de controle institucional”, isto é, o Congresso Nacional. À defesa da democracia e ao sentido prático da diplomacia, juntava-se a visão da globalização que se iniciava. Assim, em pronunciamento na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em setembro, Olavo Setúbal declarou que nunca, “em nossa história de nação independente”, fora “tão decisiva a ligação com o mundo exterior”.

A mudança política permeava as declarações sobre o relacionamento externo. O Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, em palestra também em setembro, discorreu extensamente a respeito do impacto da democratização na política externa brasileira. Expôs ideias sobre o processo interno de consulta para formulação da política externa (ao Parlamento, à imprensa, à sociedade civil, ao mundo acadêmico) e sobre os resultados desse processo democrático para a



atuação externa. Quanto a esse segundo aspecto afirmou que, entre os efeitos da democratização para a política externa, estaria a possibilidade de o Brasil conseguir “condições ainda mais francas de diálogo com os parceiros democráticos”, especialmente nas relações com os países latino-americanos, mas também “no diálogo com as chamadas democracias ocidentais”<sup>2</sup>.

O próprio Presidente Sarney sublinhou o tema da democracia no seu primeiro pronunciamento na ONU, em setembro, quando afirmou que a “melhor maneira da ONU trabalhar pela paz” era fazê-lo “pela democracia”. Citou o Brasil como exemplo de país que saíra “do conflito pela democracia” e optara “não pela violência”, mas “pelo diálogo, pela negociação”. No mês seguinte, o Presidente afirmou que, no Brasil, respirava-se “liberdade em todos os cantos do país”, e procurava-se “discutir e encontrar soluções para os diversos problemas nas áreas institucional, política, econômica e social: eleições, partidos políticos, nova Constituição, reforma agrária, inflação, desenvolvimento econômico”. Concluiu que o país vivia “uma bendita ebulição: a das ideias, dos caminhos, dos futuros”. Como bem sintetizou o Embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa, que exerceu a assessoria internacional de Sarney no Palácio do Planalto, a redemocratização brasileira forneceria a “linha inicial de atuação externa do governo”. A utilização dos “valores da democracia” possibilitaram, a seu ver, a superação da “desconfiança dos anos de preeminência militar e, bem assim, desimpedir alguns canais de comunicação com o mundo desenvolvido”.<sup>3</sup>

## **1.2. Américas**

A democracia retornara também para a vizinhança brasileira. Na América do Sul, em meados da década de 1980, recuaram os regimes militares na Argentina, Equador, Peru, Bolívia e Uruguai. Entre os representantes latino-americanos que compareceram à posse do Presidente José Sarney nem todos, porém, representavam governos legitimamente eleitos.

### **1.2.1. América do Sul**

No clima democrático que se formava no plano regional, as relações com a Argentina foram priorizadas pelo novo governo. Em maio, o Ministro Olavo Setúbal efetuou visita de trabalho a Buenos Aires. As

conversas com o Chanceler Dante Caputo se concentraram em matéria econômica, tendo ambos os Ministros tratado da dívida externa e da “necessidade de continuar os esforços” que se realizavam “na linha do Consenso de Cartagena”. Expressaram também interesse em “aumentar o fluxo do comércio bilateral” e “promover uma maior complementação industrial e de empreender novos projetos de coordenação econômica e tecnológica”.

Sarney encontrou-se com Alfonsín, em finais de novembro, para a inauguração da ponte Tancredo Neves, entre as cidades de Porto Meira, no Brasil, e Puerto Iguazú, na Argentina. Alfonsín visitou a hidrelétrica de Itaipu e o Itamaraty considerou que o “encontro marcou a nova dimensão política bilateral decorrente da redemocratização de ambos os países”. Sarney ressaltou a criação de uma comissão para a cooperação e integração econômica composta de representantes governamentais e dos setores empresariais dos dois países para “examinar e propor programas, projetos e modalidades de integração econômica”. Por sua vez, Setúbal e Caputo assinaram regulamento para uso da ponte bem como um ajuste complementar para cooperação no campo de biotecnologia.

Os contatos entre os dois Presidentes foram tão profícuos que assinaram uma Declaração Conjunta sobre Política Nuclear. Nos documentos que firmaram, além do “compromisso de desenvolver a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos”, expressaram a “firme vontade política de acelerar o processo de integração bilateral, em harmonia com os esforços de cooperação e desenvolvimento regional”. Segundo Seixas Corrêa, os dois Presidentes eliminaram “os fatores de suspicácia recíproca que ainda minavam o relacionamento” bilateral. Conseguiram esse feito através de atos tais como a visita de Alfonsín à usina de Itaipu, “rompendo a desconfiança que por tantos anos abalava a relação bilateral” e a cooperação “justamente na área em que as suspeitas recíprocas eram mais fortes: a área nuclear”<sup>4</sup>.

O Uruguai logo seria incluído no processo de aproximação e integração que se iniciava na parte oriental da América do Sul. Após o fim do regime militar uruguaio, Júlio María Sanguinetti, do Partido Colorado, fora eleito Presidente para o período 1985-1990. Implementaria reformas econômicas e consolidaria a democratização, após a concessão de anistia tanto para os *tupamaros* quanto para militares. Em abril, o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Enrique Iglesias, efetuou visita de trabalho ao Brasil. Em junho, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Argentina e Uruguai celebraram uma reunião em Punta del Este. No mês seguinte, o Presidente Sarney visitou o Uruguai. Setúbal inaugurou, em

outubro, uma subcomissão para o desenvolvimento conjunto das zonas fronteiriças entre os dois países.

O Paraguai, ainda sob o controle de Stroessner, não era objeto do mesmo grau de aproximação mas era tratado com pragmatismo. Assim, o Ministro do Exterior daquele país, Carlos Saldívar, visitou o Brasil em abril e novamente em agosto. Na segunda visita, foi assinado acordo pelo qual foram isentas de taxas portuárias as mercadorias destinadas ao Paraguai ou dele procedentes em trânsito pelo território brasileiro. As questões de Itaipu, entretanto, continuariam a ocupar a agenda bilateral. Os Presidentes Sarney e Alfredo Stroessner se encontraram, em outubro, para a inauguração da terceira turbina da hidrelétrica de Itaipu.

Em janeiro de 1986, por ocasião da assinatura de Acordos sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu, Setúbal afirmou que a “preservação do espírito e da letra do Tratado de Itaipu e dos demais instrumentos bilaterais a eles conexos” constituía “a principal garantia do pleno êxito daquele aproveitamento hídrico no rio Paraná”. Nas palavras do Chanceler brasileiro, ao concluírem documentos sobre a hidrelétrica (modificação do Estatuto de Itaipu Binacional e acordos sobre pagamento de royalties e sobre cronograma de pagamento da energia fornecida), os dois governos reafirmaram “mais uma vez, a permanência e o acerto dos preceitos que regem Itaipu”.

\*

Com os demais vizinhos sul-americanos, embora em menor escala, os contatos também aumentaram. Em julho, realizou-se reunião de chefes de Estado e representantes especiais em Lima durante a qual se aprovou uma declaração sobre a importância do fortalecimento do sistema democrático.

O Ministro Olavo Setúbal chefiou, em agosto, a delegação brasileira à posse do Presidente da Bolívia, Victor Paz Estenssoro. O quase octogenário político iniciava então seu quarto mandato presidencial. Apresentaria plano econômico, preparado pelo Ministro do Planejamento Gonzalo Sánchez de Lozada voltado a controlar a inflação por meio de privatizações. O governo brasileiro acompanharia a questão ao participar, em novembro, da formação de um Fundo de Emergência da ONU de apoio ao programa boliviano de estabilização monetária.

A caminho da AGNU em Nova York, o Presidente Sarney efetuou escala em Caracas onde expressou ao Presidente da Venezuela, Jaime Lusinchi, interesse na intensificação do relacionamento bilateral. O mercado do petróleo flutuava e afetava negativamente o orçamento público venezuelano que era altamente dependente da exportação daquele produto.

No mesmo mês, o Primeiro-Ministro do Suriname, Wim Udenhout, efetuou visita oficial ao Brasil e acertou linha de crédito de US\$ 20 milhões para aquisição de produtos brasileiros. O dirigente *de facto* do país era o Coronel Dési Bouterse que presidia o regime militar vigente. A situação política deu sinais positivos em 1985 com a suspensão do banimento de partidos políticos de oposição e o início da redação de nova constituição.

### 1.2.2. América Central e Caribe

No relacionamento com a América Central e o Caribe, dois temas teriam maior interesse: a questão do reatamento das relações diplomáticas com Cuba e a posição latino-americana com respeito ao conflito entre os EUA e os sandinistas na Nicarágua. Ambas questões ainda se inseriam na Guerra Fria.

\*

Com a redemocratização brasileira, criaram-se expectativas de que o Brasil reatasse relações diplomáticas com Cuba. Em pronunciamento na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em maio, Olavo Setúbal anunciou que determinara estudos sobre a questão:

Nação pacífica e voltada para a tarefa prioritária da promoção sócio-econômica da sua gente, procura o Brasil manter relações com todos os países, sobre a base da não ingerência e do respeito mútuo. Dentro dessa ótica, desejo informar o Poder Legislativo, por intermédio da sua Comissão de Relações Exteriores, de que determinei a realização de estudos sobre a questão do reatamento das relações diplomáticas com Cuba. Analisaremos todos os aspectos dessa medida, em particular suas eventuais implicações sobre a segurança nacional. Nessa providência, pesou em devida medida a indicação, aprovada por esta Comissão, em favor da aproximação com aquele país caribenho.

O primeiro contato oficial entre diplomatas cubanos e brasileiros ocorreu em julho, quando o vice-Ministro cubano das Relações Exteriores, Alberto Betancourt Roa, encontrou-se com o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, para entregar convite para que o Presidente Sarney visitasse Cuba.<sup>5</sup>

\*

Na América Central, desenvolvia-se naquele momento o conflito entre os “contra”, apoiados pelos EUA, e o governo sandinista na Nicarágua, com repercussão junto aos países vizinhos mais próximos.

A diplomacia brasileira atuaria no conflito em apoio a iniciativas latino-americanas que discrepavam da política do governo Reagan.

O relacionamento entre os EUA e a Nicarágua se deteriorara desde o início da década, tendo Washington acusado o governo de Manágua de receber apoio de Cuba e da URSS. Eleito com mais de 60% dos votos, o governo sandinista liderado por Daniel Ortega assumiu a Presidência em janeiro de 1985. Em 1º de maio, Reagan impôs embargo comercial à Nicarágua<sup>6</sup>. O Brasil não apoiou a iniciativa e, em comunicado à imprensa, cinco dias depois, reafirmou o apoio aos “esforços de pacificação” que vinham sendo conduzidos pelo Grupo de Contadora. Informou que, nesse sentido, não apoiara “a adoção de sanções unilaterais, em discordância com os princípios do Direito Internacional” e acrescentou que a “experiência histórica recente, inclusive na América Central”, revelava “ser [tal medida] contraproducente”.

Elevando um pouco o tom, durante a consideração da crise na América Central pelo CSNU, ainda em maio, o Embaixador Georges Maciel afirmou que o Brasil “deplorava” a utilização de medidas econômicas unilaterais que eram “incompatíveis com as cartas da ONU e da OEA”, e levantavam “novos obstáculos às soluções negociadas”.

A posição brasileira seria ainda explicitada por Setúbal no pronunciamento que fez na Câmara dos Deputados no mesmo mês. Declarou então que as “transformações políticas e sociais” ocorridas na América Central, “como reflexo inevitável da derrubada de regimes ditatoriais”, não deviam ser interpretadas “de forma simplista, como mera instância localizada de conflito entre as superpotências”. Opôs-se ao uso da força e da intervenção armada, a qual não poderia ser cogitada “como opção viável” para a solução de problemas cujas raízes estavam “plantadas na história de cada país”. Defendeu a ideia de que tais problemas deveriam ser equacionados “em seus respectivos contextos nacionais, sem interferências”, e a solução de suas implicações internacionais deveria ser “encaminhada pela mediação de países com presença e interesses efetivos na região”. Concluiu que, por essa razão, o Brasil apoiava os esforços de pacificação empreendidos pelo grupo de Contadora.

Coerente com essa linha, juntamente com Argentina, Peru e Uruguai, o Brasil subscreveu, em julho, uma declaração em Lima, pela qual os quatro países se colocaram à disposição do Grupo de Contadora para consultas e apoio. A partir do mês seguinte, o governo brasileiro passou a participar ativamente da elaboração e adoção dos documentos do Grupo de Apoio. Este reiterava, “su convicción de que la gestión negociadora del Grupo de Contadora” constituía “el único camino viable

para alcanzar la paz y restablecer la armonía y la cooperación entre los Estados centroamericanos”.

Ao historiar o ingresso brasileiro no Grupo de Apoio a Contadora, o Embaixador Seixas Corrêa observou que o Brasil, “embora lamentasse no plano da retórica o intervencionismo norte-americano, sempre se esquivara de um envolvimento na região sob a alegação de que não dispunha de elementos de informação e de persuasão adequados”. Com a adesão ao Grupo de Apoio, na sua opinião, o país se credenciara para “ações efetivas no plano regional”, tendo-se criado, “pela primeira vez na América Latina um canal autônomo de ação diplomática, habilitado a discutir e influenciar políticas sobre as principais questões regionais sem a participação ou a tutela dos EUA”. Acrescentou que o “envolvimento diplomático iniciado com a participação no Grupo de Apoio a Contadora foi igualmente importante para a superação da imagem que se havia formado na região durante o período militar de que o Brasil não tinha interesse pela América Latina” pois, “falsa ou verdadeira, esta imagem existia e tolhia o exercício pelo Brasil de suas responsabilidades na política regional”<sup>7</sup>.

Setúbal reiterou, em pronunciamento à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em setembro, a ideia de que a solução para os problemas da região deveria ser “encaminhada pela via política, livre de ingerências externas e dentro da vigência plena do princípio da autodeterminação dos povos”. Em discurso ao Presidente da França, no mês seguinte, Sarney ratificou essa política e acrescentou que somente pelo respeito ao direito internacional se criariam condições para o surgimento de sociedades justas e democráticas na região.

No final de 1985, conforme constou do relatório do Itamaraty, os pontos principais da posição brasileira a respeito da crise na América Central eram os seguintes: a situação da crise na região derivava de causas históricas, ligadas à manutenção de estruturas econômico-sociais desequilibradas, e se vinculava à crise econômica mundial; não poderia, portanto, ser encarada do ângulo da confrontação ideológica; a transferência para o contexto local das tensões Leste/Oeste perturbaria os esforços para a solução da crise; a base para os entendimentos estava na busca da solução pacífica de controvérsias e no respeito aos princípios da não intervenção e autodeterminação; deveria ser atribuída prioridade aos interesses dos países diretamente afetados, sem interferências externas; e os esforços de negociação deveriam caber prioritariamente aos países latino-americanos, especialmente os do Grupo de Contadora.

Setúbal declarou, em Caracas, no início de 1986, que a América Latina exigia a continuação de seus esforços no sentido de buscar uma

solução negociada para os problemas centro-americanos, a fim de que o seu contexto eminentemente regional não fosse “ampliado de forma a transformá-los em mais de um conflito regional inserido no contencioso das superpotências”. Os Chanceleres dos Grupos de Contadora e de Apoio mantiveram encontro em Washington com o Secretário de Estado George Schultz e propuseram-lhe que cessasse “o apoio exterior às forças irregulares” em operação na região.

### 1.2.3. América do Norte

Com o México, as relações eram bem amistosas e os dois países compartilhavam preocupações semelhantes em virtude de seus respectivos endividamentos externos. Eleito Presidente em 1982, após a moratória da dívida externa, Miguel de la Madrid seria o primeiro de vários mandatários mexicanos a introduzir reformas liberais que incluíam redução de tarifas alfandegárias, privatizações e incentivos a investimentos estrangeiro, tal como aconselhava o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em setembro de 1985, um forte terremoto atingiu a Cidade do México causando dezenas de milhares de mortes. A caminho da AGNU, o Presidente José Sarney fez visita de solidariedade àquele país pela tragédia sofrida. A destruição causada pelo movimento sísmico contribuiria para as dificuldades econômicas do país e para a perda de popularidade de la Madrid que foi acusado de ter inicialmente recusado assistência internacional.

\*

Em relação aos EUA, o novo governo brasileiro deu sinais da importância atribuída às relações com Washington quando, na qualidade de Presidente eleito, Tancredo Neves visitou os EUA em finais de janeiro de 1985. Ronald Reagan iniciava seu segundo mandato e, em demonstração de interesse no relacionamento bilateral, o vice-Presidente George H. W. Bush compareceu à posse do Presidente José Sarney. Meses depois, no entanto, as relações comerciais bilaterais já denotavam sinais de conflito. Em junho, realizaram-se consultas, nos termos do artigo XXII do Acordo Geral de Tarifas e Comércio sobre a política brasileira de informática com vistas a “determinar o impacto da lei e da política sobre o Acordo Geral e seus efeitos comerciais potenciais”. Na opinião brasileira, o lado norte-americano não conseguira demonstrar que seus interesses específicos estavam sendo prejudicados.

O setor de informática não seria o único afetado pela política comercial norte-americana. Ainda em junho, o Ministro Olavo Setúbal



recebeu representantes da indústria brasileira de calçados para avaliar as recomendações da *International Trade Commission* que havia proposto a imposição de quota global às importações norte-americanas de calçados. Segundo comunicado à imprensa distribuído na ocasião, o Ministro expressou preocupação com a recomendação pois, na pauta de exportações para os EUA, os calçados ocupavam “o primeiro lugar, dentre os manufaturados, somando cerca de 900 milhões de dólares, montante extremamente significativo, sobretudo num momento em que o Brasil” se empenhava “num esforço de ajustamento de seu Balanço de Pagamentos, tendo em vista fazer face aos pesados encargos do serviço da dívida externa”.

As preocupações comerciais destacavam-se na pauta quando, em julho, o Ministro Olavo Setúbal realizou visita de trabalho aos EUA tendo mantido contato com diversas autoridades americanas. Algum progresso nas negociações comerciais bilaterais permitiu que, em agosto, Brasil e EUA assinassem Memorando de Entendimento para a cooperação na área espacial e Acordo sobre Comércio de Têxteis. Na mesma data, o Presidente Sarney e o Ministro Setúbal enviaram ao Presidente Reagan e ao Secretário de Estado George Schultz mensagens em que expressaram satisfação por ter o governo de Washington recusado medidas protecionistas à indústria brasileira de calçados.

Os progressos seriam, porém, de curto prazo. Em setembro, no mesmo mês em que se divulgava o Plano Baker para a dívida da América Latina<sup>8</sup>, o governo americano anunciou a abertura de investigações, com base na lei americana de comércio e tarifas, sobre a lei brasileira de informática e seus efeitos sobre as exportações dos EUA e a operação de firmas norte-americanas no Brasil. Em comunicado de imprensa, o Itamaraty lamentou “profundamente a decisão do governo norte-americano sobre a política de informática do Brasil”. Afirmou que a aplicação da legislação nacional sobre informática atendia aos interesses nacionais de desenvolvimento econômico e tecnológico e não implicava “práticas não aceitáveis de comércio”, conforme amplamente expusera “no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)”. Expressou confiança de que o teria presente, “na evolução da matéria, os interesses mais amplos do relacionamento bilateral, os quais sempre prevaleceram sobre divergências comerciais ocasionais”, e não compreendiam a posição então adotada, “no momento em que o Brasil desenvolve um intenso esforço para ampliar as suas áreas de comércio internacional e estabilizar sua economia interna”.

As relações com o Canadá apresentavam normalidade e, em outubro de 1985, o Ministro Setúbal assinou com aquele país acordo



de fornecimento de trigo. Mas, tal como com relação aos EUA, o Brasil se queixava de política comercial canadense adversa aos interesses comerciais brasileiros. Assim, o relatório do Itamaraty registrou as “restrições impostas pelo Canadá às exportações brasileiras de têxteis” bem como “medidas protecionistas canadenses” contra alguns produtos siderúrgicos e calçados provenientes do Brasil.

### 1.3. Europa

A Europa ocidental incrementava seu processo de integração econômica. Em dezembro de 1985, o Conselho Europeu reunido em Luxemburgo acordou os princípios da Lei Europeia Única que autorizou revisões de tratados, concedeu *status* jurídico à cooperação política europeia e estabeleceu como principal prioridade a conclusão do mercado interno em sete anos<sup>9</sup>. Refletiu também acordo de princípios para a adoção de uma moeda única<sup>10</sup>. Em janeiro de 1986, Espanha e Portugal se tornaram membros do Mercado Comum Europeu<sup>11</sup>. O Brasil buscou entendimentos com a CEE e, em outubro, assinou um Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis.

As principais negociações brasileiras, entretanto, ainda se faziam no plano bilateral com cada país membro. O Presidente da França, François Mitterrand, realizou visita oficial ao Brasil, em outubro de 1985, ocasião em que foi lançado o “Projeto Brasil-França” com o objetivo de expandir a cooperação cultural, científica, técnica e tecnológica, inclusive a eventual hipótese do Brasil participar do projeto “Eureka”, um fundo de pesquisa e desenvolvimento por parte de empresas e governos. Na ocasião, Setúbal assinou acordo para coprodução cinematográfica e trocou cartas de intenção com o Ministro do Exterior da França, Roland Dumas. Com a República Federal da Alemanha, Setúbal assinou, em novembro, nove ajustes complementares para cooperação técnica. Em dezembro, Brasil e Suécia assinaram acordo que prorrogou por mais dez anos a Convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda.

\*

No Leste Europeu, os acontecimentos em Moscou começariam a atrair a atenção mundial. Quando Gorbatchov se tornou Secretário-Geral do Partido Comunista, em 11 de abril de 1985, parecia que a região ainda estava sob controle da URSS, tendo sido o Pacto de Varsóvia renovado por mais vinte anos<sup>12</sup>. Com o lançamento das ideias de *glasnost* (abertura) e *perestroika* (reestruturação), a URSS começaria a sofrer mudanças

incontroláveis. Para justificar suas reformas, Gorbachov admitiu que a economia soviética estava estagnada e, num discurso pronunciado em maio, em Leningrado, defendeu reforma ampla. Substituiu Andrei Gromyko no Ministério do Exterior por Eduard Chevarnadze, que compartilhava sua nova visão para o país.

Nesse novo contexto soviético, o Ministro Olavo Setúbal efetuou, em dezembro, a primeira visita de um Ministro das Relações Exteriores brasileiro à URSS. Assinou com o Ministro do Comércio, Boris Aristow, um acordo sobre fornecimento de máquinas e, com Chevarnadze, um Memorando de Entendimento relativo a consultas sobre assuntos de interesse comum. No discurso a Chevarnadze, não obstante as diferenças de regimes políticos entre os dois países, Setúbal utilizou termos elogiosos da democracia brasileira, representativa e multipartidária, tais como “participação popular”, “forças políticas comprometidas com a democracia”, e “sociedade pluralista”:

Vive hoje o Brasil, Senhor Ministro, um processo auspicioso de democratização da sua vida política e social. A participação popular se faz intensa em todos os campos, reivindicando instituições representativas e justiça social. A Nova República brasileira, fundada sobre uma ampla aliança de forças políticas comprometidas com a democracia e o progresso, propõe-se a realizar a transição para o regime de instituições soberanas e encaminhar os graves problemas sociais e econômicos com que se defronta o país.

[...] Concebemo-nos como uma sociedade pluralista que, mercê da sua formação histórica e de sua composição étnica e cultural, volta-se para o contato com todos os povos.

#### 1.4. África

No relacionamento com os países africanos subsaarianos teria relevância a questão do *apartheid* na África do Sul e sua atuação nos países vizinhos, em particular Angola e Moçambique que o Brasil acompanhava mais de perto. A diplomacia brasileira centralizaria sua atuação nas críticas ao governo em Pretória.

Sob o regime vigente com o governo de Pretória, centenas de pessoas seriam detidas e mortas após boicotes escolares e forte violência. A liberdade de imprensa era restrita e o Presidente P. W. Botha prometia reformas lentas<sup>13</sup>. O governo brasileiro aumentou seu tom de condenação

ao regime segregacionista sul-africano. No pronunciamento que fez na Câmara de Deputados, em maio, o Ministro Setúbal declarou que o Brasil não hesitaria nem transigiria “em condenar enfaticamente a África do Sul pela prática do *apartheid*, política que fere nossas mais íntimas convicções de país formado à base de um amálgama de raças e culturas, e que constitui permanente foro de tensão regional”. Afirmou que o país considerava “igualmente ilegal a presença da África do Sul na Namíbia”, e se colocava a favor da independência daquele território, “com base nas resoluções pertinentes da ONU”. Informou ter o governo brasileiro, com base em resolução do CSNU sobre a matéria, proibido a exportação de armamentos e de derivados de petróleo para a África do Sul, e deixado “às empresas privadas, sem qualquer interferência oficial, o intercâmbio comercial com aquele país”, completando que tal política em nada fora, nem seria alterada.

Relacionada à questão sul-africana, desenvolvia-se a da emancipação do território namibiano, sob controle do governo de Pretória desde mandato da Liga das Nações. Os EUA apoiavam a posição da África do Sul de não se retirar do território até que tropas cubanas deixassem Angola. A posição brasileira era diferente e, quando o governo sul-africano instalou um novo governo de transição naquele território, o Itamaraty divulgou comunicado em que condenou aquela iniciativa:

O governo brasileiro recebeu com preocupação a notícia de que ontem, 17 de junho, o governo da África do Sul proclamou o “autogoverno” da Namíbia e efetivou a instalação de um “governo de transição” naquele território.

O Brasil defende a plena implementação da Resolução 435 (1978), do CSNU, que estabeleceu o procedimento para o acesso da Namíbia à independência, através de eleições livres supervisionadas pela ONU. O governo brasileiro considera que quaisquer medidas unilaterais para a criação de organismos constitucionais ou para a transferência de poder na Namíbia fora do quadro da resolução 435 são inaceitáveis, nulas e sem efeito, apenas contribuindo para agravar a situação na África Austral.

Tal como prometido por Setúbal, as ações da África do Sul eram sistematicamente condenadas pelo governo brasileiro. Em telegramas aos Ministros do exterior de Angola e de Botsuana, no dia 21, o Ministro manifestou a condenação do governo brasileiro à incursão de tropas sul-africanas nos respectivos territórios. Cinco dias depois, o governo emitiu comunicado de repúdio às “crescentes violações dos direitos

humanos na África do Sul” (diversas medidas de repressão policial aos movimentos de população sul-africana que lutavam pelo fim do *apartheid*, culminando com a decretação de medidas de emergência em diversas áreas do país). Na mesma data, por comunicado à imprensa, o Itamaraty lamentou que o governo da África do Sul não tivesse autorizado a viagem pastoral do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns a Pretória, a convite da Conferência dos Bispos da África do Sul.

O Congresso brasileiro e grupos de pressão deram, nas palavras de Seixas Corrêa, novo impulso à política antiaparteísta do Brasil<sup>14</sup>. Setúbal enviou mensagem do Presidente da República ao Conselho da ONU para a Namíbia reiterando posição favorável à independência imediata daquele território ilegalmente ocupado pela África do Sul. O decreto nº 91.524, “em atendimento a recomendações da ONU e acompanhando a tendência internacional”, proibiu quaisquer atividades de intercâmbio cultural, artístico e desportivo com a África do Sul; a exportação de petróleo e combustíveis derivados para aquele país ou para o território da Namíbia ilegalmente ocupado; e o fornecimento e o trânsito em território nacional de armas e material correlato destinados à África do Sul.

Em carta ao Presidente José Sarney, o Secretário-Geral do Conselho Superior de Esporte da África expressou, gratidão pela decisão brasileira de encerrar todos os contatos esportivos com o regime de Pretória. Em sua resposta, no dia 27, o Ministro Setúbal aproveitou para expressar à comunidade internacional “o repúdio da sociedade brasileira ao abominável regime do *apartheid*”.

Na persistente crítica à política sul-africana, por ocasião do Dia da Namíbia, em agosto, Sarney enviou mensagem ao Presidente do Conselho da ONU responsável por aquele território na qual reiterou “veemente apoio ao povo heróico da Namíbia e ao seu representante legítimo, o SWAPO (*South West Africa People’s Organization*), na sua luta pela independência”. Em setembro, Setúbal enviou mensagem ao Ministro do exterior de Angola, Afonso Van-Dúnem, em que se referiu ao “agressivo regime do *apartheid*” que invadira “o sul angolano, a partir do território ilegalmente ocupado da Namíbia”. Ao condenar o que chamou de “flagrante e inaceitável violação da soberania de Angola e dos princípios fundamentais que regem as relações entre os Estados civilizados”, expressou-lhe a “solidariedade do governo e do povo brasileiro”. Setúbal enviou cartas também ao Presidente da Confederação Brasileira de Aubilismo, Joaquim Cardoso de Melo, e ao Presidente da FISA (*Fédération Internationale du Sport Active*), Jean Marie Ballestré, nas quais propôs fosse transferida prova aubilística da África do Sul para outro país, tendo em conta “a presente situação na

África do Sul, de conflitos raciais, insegurança coletiva e maciça violação dos direitos humanos”.

Na AGNU, o Presidente Sarney destacou a problemática da África Austral e do *apartheid*. Ao abrir a Assembleia Geral, reiterou “solenemente” a total condenação daquele regime racial e o apoio sem reservas à “emancipação imediata da Namíbia, sob a égide da ONU”<sup>15</sup>. No CSNU, o Embaixador George Maciel utilizou linguagem firme a respeito de invasão do sul angolano, efetuada a partir de bases na Namíbia:

Nenhuma justificativa pode ser aceitável para o presente ato de agressão. A exemplo da tentativa de sabotagem de instalações petrolíferas em Cabinda por parte da República da África do Sul, nem mesmo a proximidade física de uma ameaça concreta àquele país pode agora ser alegada. Qualquer ação de Pretória com vistas à defesa de suas posições na Namíbia constitui crime, na medida que perpetua a ilegalidade. Nenhuma desculpa de ataques preventivos contra a SWAPO pode ser ocultada sob o disfarce da noção de autoproteção.

A presença da África do Sul no território da Namíbia é, por si só ilegal. [...] o total desprezo da África do Sul pelo forte posicionamento tomado pela comunidade internacional a respeito da crise na África meridional justificaria ação concreta por parte do CSNU. [...] caber, agora, ir mais longe, em nossa ação concertada, para a erradicação das políticas racistas e agressivas da África do Sul. [...] Determinação e ação conjunta forçarão Pretória a seguir as regras de coexistência civilizada entre Estados.

O Itamaraty continuaria a não tolerar qualquer violação sul-africana e a apresentar seus protestos. Em outubro, o governo expressou sua “mais veemente condenação da decisão de Pretória” de execução do poeta sul-africano Benjamin Moloise, e declarou que sua morte “representou mais um ato de brutalidade contra a maioria negra da população da África do Sul e uma manifestação de indiferença diante dos apelos da opinião pública mundial”. Referindo-se a invasão do sul do território angolano por forças militares sul-africanas, a partir de bases existentes na Namíbia, “ilegalmente ocupadas”, o governo brasileiro reiterou sua “solidariedade com o governo de Luanda e seu apoio à luta da SWAPO pela independência da Namíbia.” Condenou também, “de forma veemente, a política colonialista que Pretória” implementava “no território namibiano” e as “tentativas de desestabilização militar e econômica levadas a efeito contra a República angolana.”

\*

No Magrebe, um tema do momento dizia respeito ao Saara Ocidental. Aquele território, localizado no noroeste do continente africano, era objeto de enfrentamentos entre o movimento político-revolucionário denominado Frente Polisário e o Reino do Marrocos do qual buscava independência. No pronunciamento que fez na Câmara dos Deputados, em maio, Setúbal fez as seguintes declarações sobre aquela questão:

No Noroeste da África, o processo de emancipação da antiga colônia espanhola do Saara Ocidental persiste, após dez anos de luta entre a Frente Polisário e o Reino do Marrocos. Consideramos a questão como parte integrante de um processo de descolonização não concluído. Reconhecemos a Frente Polisário como representante do povo Saaraui, e temos nos manifestado a favor do princípio da autodeterminação e independência, a ser implementado de forma pacífica e negociada. As posições assumidas pelo Brasil no debate internacional sobre o Saara Ocidental inscrevem-se numa linha consensual de respeito às normas do Direito Internacional, e de preservação das boas e tradicionais relações com todos os países envolvidos no conflito.

Na AGNU, o Brasil votou a favor de resolução que reafirmou o direito do povo saariano à autodeterminação e independência, instando as partes envolvidas a negociar diretamente um cessar-fogo, com vistas à realização de referendo sob os auspícios da OUA e da ONU e solicitando o acompanhamento da situação com vistas ao cumprimento da decisão.

## 1.5. Oriente Médio

No Oriente Médio, aumentavam os contatos brasileiros comerciais com o Iraque e, em março de 1985, o Ministro iraquiano do Comércio, Hassan Ali, visitou o Brasil. Com frequentes apoios a teses palestinas, o Brasil manteve relações cordiais com todos os países do Levante. Um Ministro israelense chefiou missão à posse presidencial e, durante o ano, dois governadores e um Ministro visitaram Tel Aviv.

\*

A situação da região continuaria a apresentar instabilidade e a gerar ataques terroristas em outras partes do globo. O grupo *Jihad* Islâmico lançou ataques a bomba em Madri e Riade no começo de 1985. Em março, um carro bomba explodiu em Beirute, quando mercenários contratados pela CIA americana tentaram matar o líder islâmico Sayed Maomé Hussein Fadlala. O

aeroporto de Frankfurt foi bombardeado em junho. No mês seguinte, Israel retirou a maior parte de suas tropas do Líbano, mas formou uma “zona de segurança” no sul<sup>16</sup>. No mesmo mês, libaneses do *Jihad* sequestraram voo da TWA de Roma a Atenas e exigiram a libertação de 766 militantes muçulmanos presos em Israel. Após 17 dias, e graças a uma intervenção síria, os passageiros foram libertados. O Itamaraty emitiu comunicado, em que expressou satisfação com o fato e reiterou sua “apreensão diante dos repetidos atos de violência que têm ocorrido no Líbano e que só servem para agravar a difícil crise por que passa aquele país amigo”.

O Ministro do Exterior egípcio, Boutros-Boutros Ghali, realizou, em setembro, visita oficial ao Brasil. Examinou com Setúbal a situação no Oriente Médio, tendo ambos concordado na necessidade de que fossem empreendidos “esforços adicionais para conseguir uma solução global e pacífica para o conflito, baseada no reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino, inclusive seu direito à autodeterminação, por meio de negociações entre as Partes interessadas”.

Naquele mês, em represália a ataque da OLP a civis israelense no Chipre, a Força Aérea de Israel atacou a sede da OLP na Tunísia, tendo Yasser Arafat escapado ileso. O ataque foi objeto de condenação generalizada inclusive por parte dos EUA. Pela Resolução 573, o CSNU condenou a ação e determinou que fosse paga indenização à Tunísia. Em 1º de outubro de 1985, o Itamaraty comunicou à imprensa ter recebido, “com profunda consternação, as notícias do ataque israelense contra as instalações da OLP em Túnis”.

Durante o ano, Arafat e o Rei Hussein, da Jordânia, alcançariam acordo sobre tratamento comum das negociações, mas a ocorrência de diversos sequestros e ataques frustraria o processo de paz<sup>17</sup>. Em outubro, o navio de cruzeiro Achille Lauro foi sequestrado, na costa do Egito, por terroristas que exigiram a libertação de prisioneiros em Israel. Como não foram atendidas suas demandas, após executar, em sua cadeira de rodas, cidadão norte-americano de origem judaica, atiraram seu corpo no mar, causando choque internacional. Após negociações, os sequestradores abandonaram o navio sob o entendimento de que seriam conduzidos em segurança para a Tunísia. O voo, em avião civil do Egito que os levava, foi, entretanto, interceptado por aviões de combate dos EUA que obrigaram sua aterrissagem em base aérea da OTAN na Sicília, onde os sequestradores foram presos pelo governo italiano. Depois de desacordo entre o governo de Bettino Craxi e o dos EUA, os demais passageiros puderam seguir seu destino, apesar dos protestos norte-americanos. O Egito exigiu desculpa dos EUA por ter forçado seu avião a mudar seu curso. O caso foi objeto de manifestação do governo brasileiro que, por nota de 25 de novembro,



condenou, “de forma veemente, o sequestro de aeronave de companhia civil egípcia” e manifestou “seu profundo pesar pela morte de civis inocentes que ocorreu em consequência daquele ato de terrorismo.

Do Relatório do Itamaraty relativo a 1985, constaram como eventos mais marcantes no Oriente Médio: a continuação do processo de retirada das forças israelenses que se encontravam no Líbano; o plano de paz formulado pelo Rei Hussein da Jordânia e pelo líder da OLP, Yasser Arafat; a realização, em agosto, da cúpula dos países árabes em Casablanca; e o ataque israelense à sede da OLP, no final do ano. Para os diplomatas brasileiros, este último fato mostrava quão remotas pareciam as possibilidades de uma solução para a crise na região. Os seguintes pontos resumiam a posição brasileira quanto à região: “a necessidade da retirada das forças israelenses de todos os territórios árabes ocupados desde 1967; a defesa do retorno do povo palestino à Palestina, e o reconhecimento do seu direito à autodeterminação, independência e soberania, inclusive à criação de um Estado soberano; participação dos palestinos nas negociações de paz, através de sua representante, a OLP; e o reconhecimento do direito de todos os Estados da região, inclusive Israel, a existirem dentro das fronteiras internacionalmente reconhecidas”.

## 1.6. Ásia

No pronunciamento que fez na Câmara dos Deputados, em maio, o Ministro Setúbal manifestou-se claramente favorável a maior aproximação com a Ásia, em especial com o Japão, China e Índia, prevendo que a região se tornaria foco de desenvolvimento nos decênios seguintes:

O adensamento e diversificação da cooperação com o Japão, e o reconhecimento da China em 1975, somados à nossa disposição de estreitar os laços de amizade e comércio com a Índia, os membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e outros países da área, conferem à Ásia posição ascendente no horizonte externo brasileiro. A tendência à aproximação com esses distantes parceiros, decorrência da universalização natural da presença brasileira, é acentuada pela convicção de que a Ásia e a Oceania constituirão um foco de desenvolvimento material no planeta durante os próximos decênios. Será necessário dar atenção especial aos esforços de aperfeiçoamento das relações com o Japão e a China e identificar oportunidades concretas de colaboração com os demais países da Ásia e Oceania. Emprestando, ademais, nosso apoio às iniciativas internacionais de pacificação de conflitos localizados no continente



asiático. No Afeganistão e no Camboja o princípio da autodeterminação, ferido de maneira frontal, deve ser restaurado de forma inequívoca.

\*

As relações brasileiras com a China receberam atenção. Ao despedir seu Embaixador no Brasil, Xu Zhongfu, o Ministro Setúbal observou que o comércio bilateral dobrara entre 1982 e 1984, tendo passado de US\$ 404 para US\$ 818 milhões. Notou também que, nos três anos anteriores, haviam sido firmados ou entrado em vigor instrumentos importantes, tais como o acordo de cooperação científica e tecnológica, o acordo nuclear e o acordo para o estabelecimento de consulado chinês em São Paulo e brasileiro em Xangai.

Mudanças na direção chinesa teriam consequências relevantes nas décadas seguintes. Em conferência nacional do partido comunista, em setembro, metade do *Politburo* e um quinto do Comitê Central se aposentou. Deng Xiaoping, Hu Yaobang e Zhao Ziyang passaram a controlar aqueles órgãos<sup>18</sup>. Este último visitou o Brasil no final de outubro. Na ocasião, assinou com Sarney um Protocolo de Entendimentos pelo qual os dois governos se comprometeram a intensificar as relações nos campos político, econômico, comercial, científico e tecnológico, consular e cultural. Os dois líderes trataram da possibilidade de importação de petróleo chinês e a exportação pelo Brasil de minério de ferro, produtos siderúrgicos e manufaturados.

Em discurso a Zhao Ziyang, o Presidente brasileiro, depois de ressaltar que aquela era a primeira visita de um chefe de governo da China ao Brasil, afirmou que ambos os países compartilhavam “objetivos de construção de uma ordem internacional mais justa” e entendiam que as relações internacionais não podiam ser reduzidas a um “conflito ideológico entre as superpotências”. Notou também ter a China passado de décimo quinto a décimo parceiro comercial brasileiro. Durante o ano, mais de 30 missões comerciais chinesas visitaram o Brasil, além de cerca de 20 missões conectadas à ciência e a tecnologia. Foi criado, conforme acordado, o Consulado Geral da China em São Paulo e foi prevista a instalação de consulado brasileiro em Xangai. Os contatos prosseguiram e, em novembro, o Brasil assinou com a China um Acordo de Cooperação Cultural e Educacional.

\*

Com o Japão, então a segunda economia mundial, o Brasil manteve entendimentos sobretudo econômico-comerciais. O Presidente da Companhia (então estatal) Vale do Rio Doce, Eliezer Batista, visitou aquele país, em julho, quando entregou convite do Presidente Sarney ao Primeiro-Ministro nipônico, Yasuhiro Nakasone, para que visitasse o Brasil. Em fins de setembro, o Ministro do Exterior, Shintaro Abe, esteve no país em visita a Setúbal. Durante jantar que ofereceu ao visitante, o

Ministro brasileiro, em linguagem muito franca, expressou interesse em alterar o tipo de comércio existente entre os dois países:

[...] as exportações brasileiras para o seu país apresentam baixo índice de diversificação, e, refletem, em contraposição à nossa pauta de importações do Japão, uma concepção de complementaridade que não mais corresponde às realidades do estágio brasileiro de desenvolvimento. Contamos, pois, que possam ocorrer evoluções positivas nesse setor, de molde a concorrermos, solidariamente e em condições de mútuo benefício, para o encaminhamento das presentes dificuldades.

\*

No tocante à Índia, Setúbal aproveitou reunião ministerial do Grupo dos 77 no âmbito do Sistema Geral de Preferências Comerciais, em junho, para encontros bilaterais em Nova Délhi. Entrevistou-se com o Primeiro-Ministro Rajiv Gandhi e tratou, entre outros assuntos, da participação brasileira em projetos de infraestrutura da Índia. Em discurso ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Kurshid Alam Khan, Setúbal propôs que “as duas maiores democracias do Terceiro Mundo” estreitassem “mais ainda os seus vínculos de cooperação”. Ao relatar a viagem à Índia para a Comissão de Relações Exteriores do Senado, em 4 de setembro de 1985, Setúbal afirmou:

Os objetivos políticos de minha viagem à Índia, durante a qual mantive proveitosa entrevista com o Primeiro-Ministro Rajiv Gandhi, parecem ter sido alcançados. Encontrei receptividade para a proposta de estabelecer com aquele país uma relação especial e não excludente, baseada em semelhanças objetivas de extensão territorial, população, nível comparável de desenvolvimento e industrialização, em semelhanças institucionais, uma vez que os dois países são as maiores democracias do Terceiro Mundo, e políticas, pois o Brasil e a Índia têm sustentado posições análogas em temas como o desarmamento, a condenação do *apartheid*, e diálogo Norte-Sul. Acredito que minha viagem terá contribuído também para fortalecer a cooperação econômica bilateral. Assegurei que envidaríamos esforços para reduzir o crescente superávit com a Índia (atualmente exportamos 400 vezes mais do que importamos daquele país) e sugeri que medidas concretas fossem examinadas visando ao aumento das importações brasileiras. [...] Foi importante registrar a coincidência de opiniões entre os dois países, sobretudo no que diz respeito à coordenação de posições nos próximos encontros do GATT.

\*

A situação do Afeganistão em 1985 seria objeto de decisão na ONU. A URSS ocupava aquele país havia seis anos e suas tropas enfrentavam *muhajedins* (termo que significa “lutadores”, pessoas envolvidas numa luta, ou *jihad*) que, por se contraporem ao regime soviético, recebiam recursos dos EUA, Paquistão e Arábia Saudita. Em junho, EUA e URSS concordaram em apoiar processo de paz no Afeganistão, muito embora as negociações estivessem nas mãos dos afegãos e dos paquistaneses<sup>19</sup>. Em outubro, Gorbatchov afirmou, no *Politburo*, que seu país deveria adotar firmemente um curso que levasse à retirada de tropas soviéticas do Afeganistão no prazo mais breve possível devido aos custos políticos e econômicos daquela guerra<sup>20</sup>. O Brasil votou, naquele ano, a favor de resolução que pediu uma solução negociada do conflito com base na preservação da soberania, integridade territorial, independência política e caráter não alinhado do Afeganistão, no direito do povo afegão de determinar sua forma de governo e escolher seu sistema econômico, político e social; na retirada imediata, incondicional e total das tropas estrangeiras; e na criação das condições necessárias ao retorno dos refugiados. Votou ainda a favor da resolução 40/137 que condenou as violações de direitos humanos praticadas no Afeganistão, denunciadas por Relator Especial nomeado para investigar a situação naquele país.

## **1.7. Atuação política multilateral**

Sarney resumiria, em setembro na ONU, a política multilateral brasileira ao declarar que o Brasil era um “paladino” do “princípio da autodeterminação dos povos e do dever de não intervenção, da solução pacífica de controvérsias, da distensão nas relações Leste-Oeste, refratário ao antagonismo agudo da política de blocos, defensor do primado da negociação sobre as perigosas demonstrações de força”. Dos principais temas da agenda multilateral, teria maior relevância a adesão brasileira aos diversos instrumentos relativos a direitos humanos.

### **1.7.1. Direitos Humanos**

O Brasil redemocratizado aderiria a diversos instrumentos internacionais sobre direitos humanos. Em 1985, o Presidente da República encaminhou à aprovação do Congresso Nacional, para posterior adesão do Brasil, os “Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos”, elaborados sob a

égide da ONU, e a “Convenção Americana de Direitos Humanos”. Em seu discurso à AGNU, ressaltou serem manifestações significativas do novo conceito democrático do Brasil a assinatura da “Convenção contra a Tortura” e o envio ao Congresso dos “Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos”:

Com orgulho e confiança, trago a esta Assembleia a decisão de aderir aos Pactos Internacionais da ONU sobre Direitos Cívicos e Políticos, à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Com essas decisões, o povo brasileiro dá um passo na afirmação democrática do seu Estado e reitera, perante si mesmo e perante toda a Comunidade internacional, o compromisso solene com os princípios da Carta da ONU e com a promoção da dignidade humana.

Durante sua permanência em Nova York, o Presidente Sarney assinou a “Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes”. No final do ano, o Presidente encaminhou ao Congresso Nacional, para aprovação e posterior ratificação, o “Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos”, o “Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais” e a “Convenção Americana sobre Direitos Humanos”. Ao descrever esses atos no seu relatório anual, o Itamaraty reconheceu a competência internacional no campo dos direitos humanos e a legitimidade das atribuições dos órgãos multilaterais “entendidas, porém, dentro dos limites dos mandatos que lhes foram atribuídos em decorrência de instrumentos de caráter jurídico ou por decisões das instâncias políticas superiores da ONU”.

O Ministro Setúbal ressaltou, em AG Extraordinária da OEA realizada na Colômbia, em dezembro, que, ao submeter ao Congresso Nacional a proposta de adesão à “Convenção Americana de Direitos Humanos”, o Presidente José Sarney dera “mostra inequívoca da atenção” que o tema dos direitos humanos vinha merecendo no país e o especial destaque que concedia “à atuação do Sistema Interamericano nessa área”. Em janeiro de 1986, o Itamaraty informou ter o Embaixador Dário Moreira de Castro Alves, Chefe da Missão do Brasil junto à OEA, assinado, em Washington, a “Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura”.

Para Seixas Corrêa, a área de direitos humanos foi a que “primeiro assinalou um curso novo para a diplomacia brasileira”, tendo o Brasil deixado de “encarar os textos internacionais sobre a matéria como pretextos para intervenção indevida em assuntos de soberania absoluta do

Estado para considerá-los como correta complementação dos esforços que passaram a ser cobrados do governo civil para melhorar o desempenho do país na proteção e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do cidadão”<sup>21</sup>.

### 1.7.2. *Desarmamento e não proliferação de armas nucleares*

Em meados da década de 1980, as duas superpotências possuíam capacidade para destruir uma à outra e a maior parte da população mundial<sup>22</sup>. Por diversas razões, das quais a principal era o esgotamento econômico-financeiro, a nova liderança soviética dava sinais de desejo de mudar essa situação. Em abril de 1985, Gorbatchov anunciou o congelamento temporário de deslocamentos de forças nucleares intermediárias na Europa e ofereceu tornar a decisão permanente se os EUA congelassem seus deslocamentos. Sugeriu também um congelamento dos sistemas estratégicos com base no espaço aéreo<sup>23</sup>.

A realização de testes nucleares sofria pressões mundiais também por parte de organizações não governamentais. Em julho, agentes secretos franceses afundaram o navio *Rainbow Warrior* da Greenpeace em porto da Nova Zelândia, quando se preparava para zarpar para local de teste nuclear francês. Um tripulante morreu e dois agentes franceses foram capturados. Mais tarde, a Nova Zelândia não autorizou a visita de um navio nuclear de guerra americano. Em reação, o governo em Washington declarou não mais estar obrigado por acordos a defender a Nova Zelândia<sup>24</sup>. Aproveitando esse clima internacional, em agosto, Gorbatchov deu início à moratória de testes nucleares<sup>25</sup>. No mês seguinte, o Ministro do Exterior Eduard Chevardnadze, em visita aos EUA, propôs cortar pela metade os arsenais nucleares das superpotências, ideia repetida por Gorbatchov na semana seguinte<sup>26</sup>.

O Brasil juntava-se a vozes contra a corrida armamentista. Em setembro, o Presidente Sarney prometeu os esforços brasileiros para “preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões”<sup>27</sup>. Por sua vez, Setúbal, durante as comemorações do 40º aniversário da ONU, criticou as potências nucleares:

É particularmente importante [...] que juntemos nossos esforços para persuadir as potências nucleares da necessidade de por termo à escalada armamentista nuclear, que mantém a humanidade inteira sob o espectro da aniquilação.

As limitações parciais de armamentos, embora constituam etapa auspiciosa e necessária do processo de desarmamento, não constituem garantia suficiente. É necessário prosseguir pacientemente na negociação de instrumentos internacionais eficazes e não discriminatórios que ponham termo à corrida armamentista, e permitam liberar os vultosos recursos desperdiçados na construção de arsenais para a superação da miséria, do atraso e para a promoção do desenvolvimento econômico e progresso social dos povos.

Quando da primeira reunião de cúpula entre Gorbatchov e Reagan em novembro, em Genebra<sup>28</sup>, o Presidente José Sarney dirigiu-lhes mensagens nas quais manifestou a esperança de que os entendimentos conduzissem a progressos reais no desarmamento nuclear. O encontro entre os líderes das duas superpotências, entretanto, seria decepcionante. Reagan e Gorbatchov acordaram sobre novas reuniões, mas não resolveram diferenças a respeito da chamada “Guerra nas Estrelas”<sup>29</sup>.

De sua parte, em matéria de desarmamento, o Brasil atuou de acordo com os seguintes princípios: valorização do papel central da ONU e seus foros específicos de desarmamento, como a Comissão de Desarmamento e a Conferência do Desarmamento; prioridade máxima a medidas concretas de desarmamento nuclear; responsabilidade especial das potências nucleares no processo de desarmamento; prevalectimento dos interesses da maioria das nações sobre os interesses unilaterais dos blocos militares; inadmissibilidade de restrições à livre exploração de tecnologias para fins pacíficos; e necessidade de estrita observância de compromissos internacionais formalmente assumidos, especialmente os contraídos pelas potências nucleares relativamente à segurança dos países não nucleares.

### *1.7.3. Meio Ambiente*

A questão da proteção do meio ambiente ainda não constava da agenda internacional com a mesma presença e intensidade de anos posteriores. Algumas iniciativas já indicavam, porém, o interesse que começava a crescer pelo tema. Assim, em 1985, teve relevância para o Brasil uma reunião regional sobre meio ambiente na América Latina realizada em abril, em Cancún, no México. No âmbito do Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA), foi decidida a criação de um comitê encarregado de estudar os efeitos de gases sobre a camada de ozônio. Em outubro, Setúbal dirigiu mensagem à Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente por ocasião de

sua IV Reunião realizada em Brasília. Em dezembro, retornaram ao Brasil oito casais de mico-leão entregues pelo governo da Bélgica em atendimento a pedido feito pelo governo brasileiro. A partir de janeiro de 1986, foi proibida a caça a baleia no Brasil pelo período de cinco anos, em decorrência de determinação da Comissão Internacional daquele mamífero.

## **1.8. Atuação econômica externa**

Setúbal se interessaria em particular pelas questões econômicas, tendo atuado tanto nas questões comerciais (negociações no GATT para lançar a Rodada Uruguai) quanto, ainda que de forma limitada, nas financeiras (a questão da dívida externa).

### **1.8.1. Comércio**

No seu discurso de posse, Olavo Setúbal referiu-se “à crítica norte-americana às atuais normas do GATT, sob o pretexto de que elas não contemplam sua vantagem competitiva nas áreas de serviços de múltipla natureza e alta tecnologia”. No discurso que proferiu na Câmara de Deputados, em maio, o Ministro reiterou que o Brasil manteria “firme oposição a que se incluam novos temas, tais como serviços e investimentos, no âmbito do GATT”. Antes, porém, declarou que o Brasil considerava que, para que os países em desenvolvimento pudessem considerar a hipótese de participação em uma nova rodada comercial, os países ricos deveriam preencher certas condições: cumprir o compromisso de não adotar novas barreiras e de desmantelar as inconsistentes com os princípios do GATT. Deveriam, por outro lado, reconhecer a necessidade de tratamento diferenciado e mais favorável para os países em desenvolvimento em matéria comercial.

Apesar dessa anunciada política com relação aos serviços, durante reunião de que participou em Estocolmo, em junho, Setúbal admitiu implicitamente o tratamento de serviços no GATT ao propor que o comércio de bens e de serviços fossem tratados separadamente. Em pronunciamento na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em setembro, Setúbal, assim relatou o ocorrido na reunião ministerial sobre comércio:

A reunião ministerial informal sobre a situação do comércio internacional, realizada em Estocolmo por iniciativa do Ministro para o Comércio Exterior

do país, Matts Hellstrom, contou com a participação de vinte e um Ministros de países de todas as regiões do globo.

O encontro ensejou ampla troca de ideias sobre os problemas do comércio e também sobre o inter-relacionamento entres estes e as questões financeiras e monetárias. Ficou evidente, durante a reunião, o propósito dos EUA, com o apoio dos demais países desenvolvidos, de obter um consenso a respeito da convocação de uma reunião preparatória de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do GATT sobre comércio de bens e serviços. Tal negociação vem sendo evitada pelos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil.

A persistência do impasse nas posições dos dois grupos deu-me a nítida impressão de poder comprometer um dos objetivos básicos dos países em desenvolvimento, qual seja a obtenção, em algum momento, da separação do tratamento das questões de bens e de serviços. Pareceu-me que a manutenção desse dilema nos levaria, num prazo muito curto, a ter de nos comprometer, de uma forma ou de outra, com a ideia da convocação de reunião de funcionários de alto nível para examinar em conjunto os problemas do comércio de bens e de serviços.

Atento a tal risco, resolvi levantar, desde logo, a ideia de separar os dois processos, transformando-a numa pré-condição para a aceitação de qualquer reunião preliminar.

A solução de compromisso por mim aventada implica concessões de ambas as partes: os países em via de desenvolvimento abririam mão da noção de sequência, na qual uma rodada sobre bens seria a primeira prioridade, e os países desenvolvidos - particular os EUA - renunciariam à pretensão de uma rodada única englobando bens e serviços.

Os termos da nova rodada causavam desconforto aos países em desenvolvimento. Em dezembro, em reunião do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) foi emitida uma Declaração de Caracas em que os países-membros expressaram preocupação pelas características e modalidades da proposta rodada de negociações comerciais multilaterais no GATT.

O relatório do Itamaraty em 1985 registraria a esse respeito que, embora não houvesse “soluções satisfatórias para os tradicionais problemas do comércio de bens”, alguns países desenvolvidos propunham uma



nova rodada que incluísse a regulamentação do comércio de serviços, alta tecnologia e propriedade intelectual. Concluía que a posição brasileira visava a, de um lado, “combater o protecionismo” e, de outro, “procurar evitar que a inclusão das chamadas novas áreas, alheias à competência do GATT,” colocasse os países em desenvolvimento “em situação desvantajosa, reduzindo-se a fornecedores de bens e importadores de serviços e alta tecnologia”.

### 1.8.2. *Finanças*

Dada sua experiência como banqueiro, o Ministro Setúbal buscou participar da questão da dívida externa. Em abril, convocou os Embaixadores de países participantes da cúpula de Bonn, a realizar-se no mês seguinte, para entregar-lhes cópia de carta dos países do Consenso de Cartagena. O documento ressaltava o problema da dívida externa e definia a “necessidade de uma participação adequada e efetiva dos países em desenvolvimento nas próximas rodadas de discussões relativas ao comércio e sobre a reforma do sistema financeiro internacional”<sup>30</sup>.

Em pronunciamento que fez para a Câmara de Deputados em maio, o Ministro declarou que o Brasil se oporia a que o sistema financeiro internacional fosse “mudado exclusivamente pelos países ricos, sem participação dos países em desenvolvimento, mesmo porque estes, no momento, estão sofrendo os resultados mais devastadores da desordem financeira prevalecente”.

A crise da dívida, de fato, ameaçava quebrar o sistema bancário do mundo ocidental<sup>31</sup>. Reunidos em Lima, em julho, os chefes de estado e representantes especiais latino-americanos emitiram comunicado no qual consideraram “indispensável” que os credores

en aplicación del principio de la corresponsabilidad”, adotassem “criterios flexibles y realistas para el tratamiento del problema de la deuda externa conforme a los planteamientos contenidos en el consenso de Cartagena y, en particular, la vinculación del pago del servicio de la deuda con el incremento de los ingresos de exportaciones, para no obstaculizar la reactivación del proceso de desarrollo de la región.

Em seu discurso à AGNU, em setembro de 1985, o Presidente Sarney deu ênfase ao problema do endividamento externo dos países em desenvolvimento, particularmente latino-americanos, e à necessidade de

esforços para que a crise da dívida externa passasse a ser encarada através de entendimentos políticos e não meramente técnicos, sem sacrifícios para o desenvolvimento econômico e social. Na frase mais enfática sobre o tema, declarou:

O Brasil não pagará a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque o débito pago com miséria é conta paga com a democracia. Assim, desejo afirmar com toda a seriedade e firmeza: não há solução fora de uma reestruturação profunda das estruturas econômicas internacionais.

Apesar de devedor, o Brasil também era credor de alguns países, em especial da Polônia. Nessa qualidade, no Clube de Paris, o Brasil acompanhou as negociações com o governo de Varsóvia para regularizar sua dívida ao país. Como devedor, concluiu um acordo multilateral relativo ao período de 1982 a 1984 e iniciou negociações bilaterais.

O tom brasileiro quanto à questão da dívida externa era ao mesmo tempo firme e conciliatório. Assim, num discurso, em outubro, o Presidente Sarney afirmou que o Brasil desejava a negociação, mas não podia “pagar a dívida com os mecanismos de ajustamento da ortodoxia das leis de mercado, porque seria pagá-la com a miséria, com o desemprego, com o atraso”. Concluiu que o Brasil não desejava a confrontação, mas tudo faria para defender seus interesses.

O endividamento externo criara solidariedade com a vizinha Argentina. Em declaração em Iguazu, em novembro, Sarney e Alfonsín confirmaram “o acerto e a oportunidade do enfoque conceitual formulado pelo Consenso de Cartagena” e expressaram sua confiança em que os países dele integrantes continuariam a explorar as possibilidades de diálogo com os credores.

## 1.9. O Serviço Exterior Brasileiro

No dia do diplomata, o Ministro Olavo Setúbal anunciou reformas no serviço exterior brasileiro ao declarar que as estruturas do Itamaraty, tanto na Secretaria de Estado quanto nos postos no exterior, seriam objeto de um “exame circunstanciado, à luz das prioridades políticas, econômicas e culturais do Brasil no estrangeiro”. Afirmou que a “própria carreira diplomática” precisava “refletir melhor, em sua organização

básica e nos critérios de distribuição geográfica, as ênfases contidas na política externa”. Defendeu, nesse contexto, alternância em postos na América Latina, na América do Norte, na África, na Europa, na Ásia e no Oriente Médio.

Seguindo essa linha, o decreto nº 91.315, promulgado em junho, estipulou zoneamento de postos no exterior e a alternância geográfica nas remoções. Na Comissão das Relações Exteriores do Senado Federal, em setembro, Setúbal referiu-se à reforma em andamento e a corte de despesas no exterior. Lembrou que, em maio, havia informado que determinara “a realização de amplo estudo sobre a organização do Ministério das Relações Exteriores, com vistas à retificação de distorções observadas na estrutura da Chancelaria, e no funcionamento da carreira diplomática”. Anunciou que os estudos encontravam-se “em sua fase final”, e que seria “em breve encaminhado ao Legislativo um projeto integrado de reforma do Itamaraty”. Acrescentou que, no meio tempo, já haviam sido tomadas “diversas medidas retificadoras, e adotadas novas práticas administrativas” que vinham “redundando em sensíveis reduções de despesa, sobretudo das despesas realizadas em dólares”. Destacou, em particular, “a eliminação de verbas de moradia e representação que eram atribuídas a treze postos que não dispunham de *status* de Embaixada, e a extinção de cinco Consulados em cidades onde não se justificava a manutenção de tais repartições”.

Em razão de medidas de redução de despesas, de fato, o Itamaraty se via sem recursos para a rotação de seus funcionários não diplomáticos. Assim, entre março e novembro, removeu apenas dois deles para o exterior, de onde 47 haviam retornado. Como outra medida de economia, determinou o fechamento dos Consulados em Gdnya, Istambul, Nápoles e Rosário, bem como dos Vice-Consulados em Cobe e Monterrey.

### 1.10. Síntese da gestão de Olavo Setúbal

Em resumo de sua gestão, Setúbal realçou ter a visão democrática brasileira sido “projetada internacionalmente”. Com respeito a não ter sido alterada a política externa ao passar o Brasil do regime militar para regime democrático, Setúbal afirmou:

A adaptação da diplomacia aos novos tempos não levou a uma revisão dos tradicionais princípios que a guiavam nem à modificação radical de seus rumos. O Brasil tem uma projeção externa que não é conjuntural.

Ao transmitir o cargo, em 14 de fevereiro de 1986, Olavo Setúbal afirmou que enxergara na sua gestão oportunidade para contribuir para que o Itamaraty “aprofundasse seus vínculos com a sociedade nacional”. Recordou, no tocante à questão da dívida externa, a coordenação no quadro do Grupo de Cartagena. Lamentou a decisão dos EUA terem iniciado investigações sobre o setor de informática do Brasil, embora a política nacional não implicasse práticas inaceitáveis no comércio. Ressaltou sua participação nas reuniões sobre a situação na América Central. Informou ter determinado estudos sobre o reatamento de relações diplomáticas com Cuba. Realçou ter aprofundado e explicitado a condenação brasileira ao *apartheid* praticado pela África do Sul. Lembrou ter sido o primeiro Ministro das Relações do Brasil a visitar Moscou e ter visitado oficialmente a Índia, onde concluiu compromissos de colaboração científica e tecnológica. Anunciou o desejo brasileiro de voltar a se candidatar ao CSNU, depois de quase vinte anos de ausência. Mencionou, por fim, a realização de estudos “abrangentes sobre todos os aspectos de administração e pessoal do Itamaraty”, tendo deixado “quase pronto um projeto de reformulação das normas administrativas da diplomacia brasileira”.

Em resumo, Olavo Setúbal manteve as linhas gerais da política externa anterior, enquanto procurava dar ênfase à diplomacia econômica, tanto comercial quanto financeira. O contexto democrático nacional permitiu-lhe atuação internacional desimpedida em matéria de direitos humanos e nas críticas ao *apartheid*. Na crise da Nicarágua, o país apoiou teses contrárias à política dos EUA com relação à América Central, no âmbito do Grupo de Contadora e Apoio. Outras ações iniciadas em sua curta gestão, tais como o processo de reatamento com Cuba e a reforma da carreira promovida pelo Secretário-Geral, seriam concluídas por seu sucessor que conservou Flecha de Lima naquele cargo.

2. Paulo Tarso Flecha de Lima, *Caminhos Diplomáticos*, pp. 35-54.
3. Luiz Felipe Seixas Corrêa, “A política externa de José Sarney”, in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 371.
4. Luiz Felipe Seixas Corrêa, “A política externa de José Sarney”, in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 374.
5. Fernando José Marroni Abreu, “Brasil e Cuba” a gangorra diplomática” in *Sessenta anos de política externa*, vol. III, p. 277.
6. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 513.
7. Luiz Felipe Seixas Corrêa, “A política externa de José Sarney”, in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 373.
8. Andrew Hurrell, “The United States and Latin América: Neorealism Re-Examined” in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 175.
9. Paul Taylor, “The European Union in the 1990s: Reassessing The Bases of Integration” in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 305.
10. J.A.S Grenville, *a History of the World*, p. 875.
11. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 79.
12. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 595.
13. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 110.

14. Luiz Felipe Seixas Corrêa, "A política externa de José Sarney", in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 381.
15. Fernando Augusto A. Mourão/Henrique Altemani de Oliveira, "Política africana no Brasil", in *Sessenta anos de política externa*, vol. III, p. 330.
16. Avi Shlaim, "The Middle East: The Origins of Arab-Israeli Wars" in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 238.
17. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 96.
18. J.A.S. Grenville, *A History of the World*, p. 620.
19. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 590.
20. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 589.
21. Luiz Felipe Seixas Corrêa, "A política externa de José Sarney", in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 371.
22. William R. Keylor, *The Twentieth-Century World*, p. 551.
23. John W. Young e John Kent, *International Relations*, pp. 579-580.
24. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 677.
25. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 513.
26. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 580.
27. L.F.Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 444.
28. W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 513.
29. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 220.
30. Os países da cúpula eram a Alemanha Federal, Canadá, EUA, França, Reino Unido, Itália e Japão e os do Consenso de Cartagena eram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela.
31. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 452.



## Capítulo II

### Roberto de Abreu Sodré



*"[...] A diplomacia brasileira traz, nítida e indelével, a marca de Rio Branco. [...] Aos sucessores de Rio Branco, cabe ajustar essa preciosa herança a um país que se transforma a cada momento e a uma conjuntura internacional também sempre em mudança".*

Abreu Sodré

Com a saída de Olavo Setúbal, José Sarney nomeou Roberto de Abreu Sodré para substituí-lo. O novo titular da cadeira do Barão do Rio Branco tomou posse no dia 14 de fevereiro de 1986. Paulista, advogado, fazendeiro e político, Sodré fora um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN) em 1945 e posteriormente integrante da Arena, a partir de 1966. Foi eleito Deputado estadual e exerceu o cargo de Governador do Estado de São Paulo entre 1967 e 1971. Em 1980, incluiu-se entre os fundadores do Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Aliança para a Renovação Nacional (Arena). Dois anos depois, presidiu a empresa Eletropaulo.

\*

No início de 1986, a situação econômico-financeira do país havia se deteriorado e medidas drásticas foram adotadas, principalmente o congelamento geral de preços, dos aluguéis e da taxa de câmbio, dos reajustes salariais, além do governo determinar o fim da correção monetária. Os primeiros resultados foram positivos, com queda da inflação e retomada do crescimento econômico. Mas, logo no final do ano, a situação já se deteriorava. Os reajustes salariais haviam sido muito amplos, a demanda aumentou e cresceram as pressões inflacionárias. O congelamento de preços causou distorções e desabastecimento de produtos. A inflação acelerou-se novamente e houve retorno ao sistema

de correção monetária. O país determinou moratória do serviço de sua dívida externa em fevereiro de 1987. Dois outros planos de estabilização que se seguiram consistiriam de novas tentativas de redução da inflação através de congelamentos de preços e eliminação da correção monetária, mas sem reformas que visassem o equilíbrio das contas do setor público.

Em meio às dificuldades econômico-financeiras, Sarney convocou uma Assembleia Nacional Constituinte. A nova Constituição foi proclamada em outubro de 1988. Garantiu direitos civis tais como liberdade de expressão, a independência do Ministério Público, eleições livres e diretas e sistema universal de saúde. O desequilíbrio fiscal continuou, porém, tendo contribuído para isso alguns dispositivos da nova Constituição que estipularam benefícios para vários segmentos sociais sem previsão de recursos correspondentes, além de transferências do governo federal para os governos estaduais e municipais. As contas federais passaram a apresentar déficit crescente. No final da década, a inflação era alta e a economia encontrava-se estagnada. A dívida pública era enorme. O fechamento dos mercados internacionais ao Brasil contribuiu para piorar a situação econômica. Apesar das bem-intencionadas tentativas governamentais, estava preparado o terreno para eleição de candidato de oposição.

\*

A gestão de Abreu Sodré coincidiria com atos de política ofensiva do governo de Ronald Reagan nos EUA, tais como o ataque à Líbia e o apoio a insurgentes contra os governos de Angola e da Nicarágua, no âmbito da Guerra Fria. O ano de 1989, último do governo Sarney, corresponderia ao do desmoronamento do bloco soviético. Seria também o ano em que o governo de Pequim, encerraria, à força, as manifestações na Praça da Paz Celestial, bem como aquele em que os EUA, já sob o governo de George H. W. Bush (pai), invadiria o Panamá. Na América do Sul, cairia o governo de Stroessner, um dos últimos regimes militares na região.

## 2.1. Linhas da política externa

Logo no início de sua gestão, Sodré informou que, em reunião ministerial realizada em fevereiro de 1986, o Presidente Sarney estipulara como objetivos centrais da política externa brasileira os seguintes pontos: estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional mais justa e equitativa, com ênfase para o encaminhamento do problema da dívida externa; prioridade crescente às relações com os países latino-americanos; intensificação das relações com a África, a par do repúdio



do *apartheid*; desenvolvimento das relações com a Ásia; aperfeiçoamento da cooperação com os países de economia planificada; fortalecimento da ONU, da OEA e demais organizações internacionais; e aprimoramento constante das relações com os EUA e países europeus ocidentais, com os quais compartilhamos ampla gama de valores comuns.

Sodré declarou, em maio, que o Brasil pregava e praticava o “entendimento igual, franco e aberto” e repudiava “as atitudes unilaterais, de força e confrontação”. Afirmou que a diplomacia brasileira baseava-se no respeito “ao direito e na busca perseverante de soluções pacíficas e negociadas, apurada na sensibilidade para o prático e o possível nas relações entre nações soberanas”. Para o Ministro, a legitimidade dos princípios que inspiravam a atuação brasileira e a “continuidade histórica de sua observância” tornava a política externa “confiável e respeitada dentro e fora do Brasil”. Concluiu que aos sucessores de Rio Branco cabia “ajustar essa preciosa herança a um país” que se transformava “todo momento” e a “uma conjuntura internacional também sempre em mudança”.

O Chanceler brasileiro expôs, no mês seguinte, suas três preocupações essenciais: a da coerência da política externa “com seu nobre passado e suas firmes tradições”; a do ajustamento desta às mudanças que iam “inelutavelmente ocorrendo no amplo cenário externo”, e a de afirmação da busca necessária “no exato justo perfil” que cabia ao país na comunidade das nações. Sobre este último ponto, esclareceu que o novo Brasil exigia, no plano diplomático, “presença e atuação à altura de sua dimensão política, econômica e cultural – à altura, igualmente, das responsabilidades internacionais que tal dimensão” implicava, “irrecusavelmente”. Logo acrescentou, no entanto, que isso não queria dizer que a política externa deveria “ceder às tentações do ufanismo inconsequente – e contraproducente – das reivindicações estéreis ou das retóricas estridentes”. Isso porque, concluiu, o Brasil tinha consciência de suas “insuficiências e vulnerabilidades”, mas também de seu valor, de sua importância, os quais deveriam ser traduzidos na atuação externa, “sem timidez”, como determinava o Presidente, mas afirmando e admitindo seus “trunfos e fraquezas com realismo, dignidade e competência.”

O respeito ao Direito, a propensão à negociação, a busca da paz e o desinteresse em tornar-se potência militar ou exercer imperialismo e hegemonia seriam salientados, em maio de 1987, pelo Presidente Sarney em discurso que proferiu por ocasião de formatura de turma do Instituto Rio Branco. Nessa linha, a solução pacífica dos conflitos seria incluída entre os princípios pelos quais as relações internacionais do Brasil seriam regidas, conforme constou da nova Constituição Federal, aprovada em 1988: independência nacional; prevalência dos direitos

humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.

Em dispositivo específico, a Carta Magna brasileira determinou que o país deveria buscar “a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Em intervenção na Comissão de Relações Exteriores, em novembro de 1989, Sodré assegurou que a política externa brasileira seguia tais princípios “à risca”.

## **2.2. Américas**

No âmbito da América Latina, teria relevância a criação do Grupo do Rio. Em 18 de dezembro de 1986, os oito Chanceleres dos países dos Grupos de Contadora e de Apoio decidiram conformar seus encontros como um Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política<sup>32</sup>. Conhecido como Grupo do Rio, o mecanismo voltar-se-ia a uma “vasta gama de temas, desde a dívida externa, passando pelo combate ao narcotráfico, até a preservação do meio ambiente e a integração regional”. Segundo o preâmbulo da Declaração do Rio de Janeiro, unia o grupo “o propósito de fortalecer a democracia a partir de um vigoroso desenvolvimento econômico e social de nossa região, baseado em um crescente processo de cooperação e integração na América Latina”<sup>33</sup>.

O Grupo se reuniria, em novembro de 1987, em Acapulco, no nível de Chefes de Estado. Na ocasião, o Presidente Sarney ressaltou ter sido a primeira vez que se reuniam “sem a convocação de uma grande potência”. Ao longo dos anos que se seguiram, o Grupo se mostraria ativo em manifestações contrárias a iniciativas unilaterais dos EUA no âmbito da América Latina e do Caribe. Tomaria também posição firme a favor da democracia na região e contrária a golpes de Estado que, periodicamente, se fariam presentes em alguns países.

### **2.2.1. América do Sul**

Na América do Sul, os relacionamentos mais estreitos seriam com a Argentina e o Uruguai. Bolívia receberia atenção especial, enquanto Chile e Paraguai, passariam a ter contatos mais estreitos somente após

as respectivas mudanças de regime militar para democrático. Em graus decrescentes de relacionamento encontraram-se Venezuela, Peru, Colômbia e Equador. Contatos ainda menos intensos caracterizariam as relações com Suriname e Guiana. Os países da região enfrentavam endividamento externo e recebiam de organismos financeiros internacionais exigências de que procedessem a reformas estruturais impopulares, na forma de reduções de gastos públicos, privatizações e aumento de impostos e taxas.

\*

A aproximação da Argentina continuaria a ser objeto de prioridade. Em julho de 1986, Sarney visitou Alfonsín em Buenos Aires, tendo os encontros incluído também o Presidente do Uruguai, Júlio Sanguinetti. Consubstanciou-se por meio da Ata para Integração Brasileira-Argentina e seus Protocolos anexos, o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina, abrangente de bens de capital, comércio, empresas binacionais, investimentos, energia, serviços, tecnologia de ponta, assuntos nucleares, transportes, comunicações e siderurgia.

O Uruguai acompanhava *pari passu* a aproximação de seus dois vizinhos. Em agosto, Sanguinetti visitou Brasília. Firmou com Sarney atos para facilitar o comércio bilateral, estabelecendo-se mecanismos para permitir às exportações uruguaias acesso amplo e garantido ao mercado brasileiro; estimular a ampliação e diversificação do intercâmbio bilateral; e contribuir para a reativação econômica uruguaia.

Os projetos de integração econômica levavam também a alguma aproximação em matéria de política internacional. Assim, em novembro, os Ministros do Exterior do Brasil, Argentina e Uruguai se reuniram para examinar, no âmbito da questão das Malvinas, a expansão da zona de exclusão por parte do Reino Unido. No dia 11, realizou-se reunião da OEA na Guatemala para tratar da questão. Duas semanas antes, o governo de Londres proclamara uma jurisdição marítima de até 200 milhas em torno das Ilhas Malvinas e anunciara, em seguida, que estabeleceria uma zona de conservação e administração de pesca com um raio de 150 milhas. Sodré declarou que o Brasil via com preocupação “qualquer iniciativa de caráter unilateral suscetível de acrescer tensões no Atlântico Sul” e que viesse a dificultar que se estabelecesse “o clima de confiança indispensável   solução daquela disputa”.

Os contatos se amiudavam e, em dezembro, Sarney, Alfonsín e Sanguinetti voltaram a se reunir, desta vez em Brasília quando assinaram vários acordos relativos   integração em diversos setores econômicos. Em junho de 1987, Sarney visitou oficialmente a Argentina. Não limitou sua viagem a Buenos Aires, mas também esteve em Bariloche e Viedma, onde

o governo Alfonsín planejava instalar a nova capital da Argentina. Visitou igualmente o Centro Atômico de Picaneyéu e as instalações de usina de enriquecimento de urânio, tendo assinado com o Presidente Alfonsín uma declaração conjunta sobre política nuclear. Seixas Corrêa sublinharia que, ao abrirem os dois países reciprocamente os seus programas nucleares, alterava-se “de forma definitiva a inércia de um relacionamento desconfiado e frequentemente antagonico entre as duas maiores potências da região”<sup>34</sup>.

Quando, em agosto de 1988, o Chanceler argentino, Dante Caputo, visitou o Brasil, tratou com Sodré de projetos que incluíam desde uma maior desgravação tarifária até a construção de um gasoduto na região sul. O processo de encontros, iniciado dois anos antes, culminou com a assinatura, em novembro, do tratado de integração que previa a formação, em dez anos, de um mercado comum entre Argentina e Brasil<sup>35</sup>.

O processo de integração regional iniciado entre Sarney e Alfonsín prosseguiria mesmo depois da posse, em junho de 1989, do novo Presidente da Argentina, Carlos Saul Menem<sup>36</sup> que, em meio ao programa de austeridade e privatizações que logo iniciou<sup>37</sup>, encontrou tempo, em setembro, para, em sua primeira visita oficial ao Brasil, encontrar-se com Sarney em Uruguiana.

\*

As relações bilaterais com o Paraguai continuariam a se desenvolver, embora sem maiores aprofundamentos. Em maio de 1986, o Presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, visitou o Brasil. No ano seguinte, foi assinado convênio para o estabelecimento de um depósito franco paraguaio no porto de Rio Grande, que dessa forma somou-se aos que já haviam sido concedidos pelo Brasil nos portos de Santos e Paranaguá. Em março de 1988, o Chanceler paraguaio, Carlos Augusto Saldívar, assinou com Sodré, em Brasília, um acordo para repressão ao tráfico ilícito de drogas. A situação paraguaia sofreria mudança quando, em fevereiro de 1989, após 34 anos no poder, Stroessner foi derrubado por golpe de Estado liderado pelo General Andrés Rodríguez<sup>38</sup>. O Brasil concedeu asilo ao ex-ditador.

\*

Com a Bolívia o relacionamento se centraria na possibilidade de compra de gás. Em discurso ao Ministro boliviano de hidrocarbonetos, em janeiro de 1988, Sodré declarou que o governo brasileiro vinha dedicando “particular atenção aos estudos das alternativas de abastecimento de gás ao mercado nacional”, levando “em conta, sobretudo, o fato de que, desde a conclusão do primeiro acordo brasileiro-boliviano sobre fornecimento desse produto, em 1974, alteraram-se as condições inicialmente cogitadas

para atendimento dos principais centros consumidores do país”. Informou que, “em vista do grande interesse de ambas as partes em retomar as negociações sobre o tema, passou-se a examinar a possibilidade de ser criada uma demanda para o gás natural boliviano na região de Corumbá, próximo à fronteira com o Brasil, de modo a viabilizar a construção de um gasoduto desde a região produtora na Bolívia até a região consumidora brasileira”.

O Ministro do Exterior da Bolívia, Guillermo Bedregal Gutierrez, visitou o Brasil em junho, quando foram trocadas notas para a criação da Comissão Mista Permanente de Coordenação, com várias Subcomissões, uma das quais para tratar do tema “de energia e combustíveis”, com destaque para “a aquisição de gás natural e energia elétrica pelo Brasil”. No mês seguinte, o Presidente Sarney visitou a Bolívia a convite do Presidente Victor Paz Estenssoro e com ele firmou diversos instrumentos, entre os quais o Acordo sobre a Utilização do Gás Natural Boliviano. Em janeiro de 1989, o Chanceler boliviano e o Ministro dos Hidrocarbonetos da Bolívia visitaram o Brasil e o tema central das conversações continuou a ser o das alternativas de cooperação para o aproveitamento do gás natural boliviano. Em julho daquele ano, o Presidente Sarney recebeu a visita de Paz Estenssoro, ocasião em que foram assinados contratos de energia elétrica, ureia e polietileno entre os dois países. No mês seguinte, ao condecorar os Ministros do Exterior e de Hidrocarbonetos da Bolívia, Sodré declarou que a integra o energética era passo fundamental no aprimoramento das rela oes brasileiro-bolivianas.

Em agosto, Jaime Paz Zamora, que formou aliança política com Hugo Bánzer, foi eleito Presidente pelo Congresso, uma vez que nenhum dos três candidatos (Paz Zamora, Bánzer e Sánchez de Lozada) havia obtido a maioria necessária na vota o popular.

\*

No Chile, o governo de Augusto Pinochet começou a sofrer, em 1986, crescente pressão internacional. No plano bilateral, o Brasil manteve rela oes “tradicionalmente amistosas”, tendo aumentado a compra de cobre chileno e dado continuidade   coopera o antártica. As rela oes se concentraram no campo econômico, tendo sido negociada, em 1987, uma amplia o de acordo no âmbito da ALADI.

Depois da derrota sofrida por Pinochet no plebiscito de 1988, a Constitui o foi emendada para flexibilizar dispositivos para novas emendas no futuro, aumentar o número de Senadores, diminuir o papel do CSNU nacional e equilibrar o número de civis e militares. Em dezembro de 1989, Patricio Aylwin, do Partido Democrata Cristão, venceu a primeira elei o presidencial livre realizada em 16 anos<sup>39</sup>. Representando a coalizão

chamada *Concertación* que apoiava o retorno da democracia, agrupando, além do Partido Democrata Cristão, também o Partido Socialista, o Partido pela Democracia e o Partido Social Democrata Radical. Aylwin obteve 55,1% dos votos. Em março de 1990, em fórmula previamente acordada<sup>40</sup>, Augusto Pinochet transmitiu-lhe a Presidência<sup>41</sup>, mas permaneceu como comandante-chefe das Forças Armadas<sup>42</sup>. Na mensagem que dirigiu ao candidato vitorioso, o Presidente Sarney afirmou que a volta do Chile ao convívio das nações democráticas da América do Sul constituía “fato da mais alta importância” e seguramente propiciaria “novo impulso ao processo de entendimento e integração entre os países do continente”.

\*

Com a Venezuela, houve várias trocas de visitas, tanto durante o governo de Lusinchi, quanto no de Carlos Andrés Pérez. Em junho de 1987, Sodré recebeu a visita do Chanceler venezuelano, Simón Alberto Consalvi. Os dois Chanceleres registraram os entendimentos entre a PETROBRAS e a PDVSA que levaram a um incremento das vendas de petróleo venezuelano. Estimularam a realização de reunião entre a Companhia Vale do Rio Doce e a *Corporación Venezolana de Guayana*, assim como favoreceram o incremento da cooperação entre o Território de Roraima e o Estado de Bolívar.

Sarney visitou Caracas em outubro, quando o governo da Venezuela se comprometeu a consolidar e aprofundar os processos de cooperação e integração. Em maio de 1988, Sodré recebeu a visita do Ministro do Exterior venezuelano, Germán Nava Carrillo. Congratulou-se com o visitante pela conclusão de acordo para o estabelecimento de uma zona *non aedificandi* na fronteira. Atribuiu importância também a um memorando de entendimento relativo à construção e asfaltamento de rodovia entre Boa Vista e o Marco BV-8.

Em maio de 1989, o Itamaraty emitiu nota à imprensa na qual informou que enviaria a Caracas, em avião especial da FAB, o chefe do Departamento Consular e Jurídico, Ministro Márcio Dias, para manter conversações com autoridades venezuelanas “com o objetivo de estabelecer formas adequadas de cooperação bilateral para a solução da questão surgida com a presença, no território venezuelano, de garimpeiros procedentes do Brasil”. Acrescentou que a Missão examinaria, especialmente, junto às autoridades venezuelanas, “as medidas de caráter assistencial e de proteção consular aos brasileiros em situação irregular em território venezuelano”.

\*

No Peru, Alan García tomou posse como Presidente em julho de 1985, com apenas 36 anos de idade. Para enfrentar a hiperinflação, seu

governo buscava plano de estabilização que incluiria troca da moeda. A renda *per capita* diminuía e aumentavam tensões sociais, além de continuadas atividades subversivas do *Sendero Luminoso* (organização guerrilheira maoísta que atuava no país desde a década de 1960 e cujo nome derivava de frase do fundador do Partido Comunista Peruano, José Carlos Mariátegui, que declarara: “El Marxismo-Leninismo abrirá el sendero luminoso hacia la revolución”).

Sodré visitou oficialmente o Peru em maio de 1987, quando recebeu do Chanceler Alan Wagner proposta de um esquema de integração fronteiriça. Em julho, Sarney e Alan García se encontraram na região da fronteira (Rio Branco e Puerto Maldonado) quando examinaram a cooperação técnica, integração fronteiriça, e a questão do narcotráfico. Em outubro de 1989, Sarney compareceu, no Peru, à III Reunião do Grupo do Rio.

\*

A Colômbia também enfrentava problemas com o terrorismo. Atuava, em seu território, o grupo guerrilheiro Movimento de 19 de abril (data, em 1970, em que teria havido fraudes na eleição presidencial), ou simplesmente M-19, entidade que, muitos anos mais tarde, evoluiria para tornar-se um partido político. Na década de 1980, entretanto, protagonizou confrontos armados contra a polícia e o exército. Em fevereiro de 1986, o Itamaraty divulgou nota em que reiterava a adesão à política de não interferência nos assuntos internos de qualquer país e esclarecia que o “problema do M-19” constituía assunto de exclusiva competência do governo colombiano.

Naquele ano, Virgílio Barco foi eleito Presidente em substituição a Belisário Betancur. Apoiaria programas para erradicar a pobreza, renovaria diálogo com as guerrilhas e lutaria contra os traficantes de drogas que executavam campanhas terroristas e assassinatos em reação à tendência do governo de atender pedidos de extradição provenientes do exterior. Na economia, Barco favoreceu a abertura comercial do país. O Chanceler Sodré visitou Bogotá em fevereiro de 1988, quando foram assinados, entre outros documentos, um memorando de entendimento sobre intercâmbio de cooperação na área do carvão.

\*

Com o Equador, onde atuavam várias empresas de engenharia brasileira, foi assinado, em 1987, convênio para financiamento brasileiro de projeto de *Tranvase de Santa Elena* e acordo para reescalonamento da dívida equatoriana. Em outubro de 1989, Sarney visitou aquele país, sendo recebido pelo Presidente Rodrigo Borja. Do Comunicado Conjunto constou a satisfação dos dois mandatários pelos trabalhos entre a PETROBRAS, a



Braspetro e a Petroecuador. Durante seu governo, Borja buscava melhorar a situação da proteção dos direitos humanos e empreenderia algumas reformas, em especial, a liberalização para o comércio internacional.

\*

O Primeiro-Ministro do Suriname, Pretaapnarain Radhakishun, visitou o Brasil em outubro de 1986. Naquele ano, houve uma rebelião contra o governo reprimida violentamente pelo Coronel Dési Bouterse, líder *de facto* do país. Após a adoção de nova constituição pelo regime militar, foram realizadas eleições em novembro de 1987, tendo sido Ramsewak Shankar eleito Presidente da Assembleia Nacional. Em agosto de 1989, Sarney recebeu sua visita no Brasil. Do Comunicado Conjunto constou a concessão de uma linha de crédito brasileira para o setor de telecomunicações.

\*

Em setembro de 1988, Sodré visitou a Guiana. Aprovou com o Chanceler Rashleigh E. Jackson um Programa de Trabalho, que indicava como áreas prioritárias a saúde, a energia e a agricultura. Em março do ano seguinte, o Presidente Sarney visitou aquele país e anunciou o início de voos regulares entre Boa Vista e Georgetown. O Primeiro-Ministro Hugh Desmond Hoyte, buscava, então, reverter a política de seu antecessor e tentava transformar a economia por meio de privatiza es.

### 2.2.2. América Central e Caribe

Na América Central e Caribe, teriam relevância: o reatamento de rela es diplomáticas do Brasil com Cuba; a queda de Jean Claude "Baby Doc" Duvalier no Haiti; incidentes em El Salvador; o desenvolvimento da crise entre EUA e o governo sandinista na Nicarágua; e a invasão americana do Panamá.

\*

Dos países sul-americanos, além do Brasil, apenas os dois ainda sob regime militar (Chile e Paraguai) não mantinham rela es com Havana<sup>43</sup>. Em 1986, o Presidente da Colômbia visitou Cuba e o Uruguai caminhava para o reatamento com Havana. Em maio daquele ano, na residência do Embaixador do Brasil no Panamá, Carlos Bueno, o chefe do Gabinete do Secretário-Geral, Ministro Carlos Augusto dos Santos Neves, encontrou-se com o Embaixador de Cuba, Miguel Brughera, que transmitira mensagem de Fidel Castro de grande satisfa o ante a provável decisão brasileira de reatar rela es diplomáticas<sup>44</sup>.



Combinaram encontro entre as duas delegações em Paris para dar continuidade aos entendimentos.

Por nota, datada da capital francesa em 14 de junho – com assinatura de José Raúl Viera Liñares, por Cuba, e do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima –, restabeleciam-se as relações diplomáticas, suspensas havia 22 anos. A nota, divulgada em Brasília somente em 25 de junho pelo Ministro Roberto de Abreu Sodré, dispôs sobre o reatamento:

O governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Cuba, de acordo com os interesses e os desejos dos dois povos, decidem restabelecer relações diplomáticas em nível de Embaixadas, a partir da data em que for divulgada esta Nota. Os dois governos concordam em desenvolver relações amistosas e de cooperação, inspiradas nos princípios da Carta da ONU, em especial os referentes ao respeito à soberania, à independência e à não intervenção nos assuntos internos dos Estados. O governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Cuba concordam em trocar Embaixadores dentro do mais breve prazo possível e em prestar um ao outro toda a assistência necessária para a instalação e funcionamento das Embaixadas em suas respectivas capitais. Esta Nota será divulgada, nas duas capitais, no dia 25 de junho de 1986.

O relacionamento seria objeto de trocas de visitas de alto nível e o exame de programas de cooperação bilateral<sup>45</sup>. Em 1987, o Chanceler Abreu Sodré visitou Cuba. Seguiram-se outras visitas oficiais, inclusive a do Ministro das Comunicações que inaugurou sistema de discagem direta entre os dois países. Em janeiro de 1988, o Chanceler cubano, Isidoro Malmierca, retribuiu a visita de Sodré que lhe informou ter o Presidente Sarney, durante reunião realizada em Acapulco, tomado a iniciativa de “levantar a questão da reinserção de Cuba no esforço de consolidação da unidade latino-americana e ao seu retorno pleno aos mecanismos institucionais de cooperação regional”.

\*

No Haiti, Jean Claude Duvalier (“Baby Doc”), que havia quinze anos governava o país em substituição a seu pai, foi forçado ao exílio em fevereiro de 1986, terminando, assim, 28 anos de domínio do poder por sua família<sup>46</sup>. Por meio de comunicado à imprensa, divulgado em Brasília no dia 24, o Itamaraty informou ter o Brasil concedido asilo diplomático aos cidadãos haitianos Edner Pageotte André, Deputado à Assembleia Legislativa; Coronel Albert Pierre e sua esposa Marie-Ange Legros

Pierre; e Gener Cotin. Esclareceu ter Edner André, mais tarde, renunciado voluntariamente ao asilo. Por nota do dia seguinte, informou que o Coronel Pierre e sua esposa encontravam-se a caminho do Arquipélago de Fernando de Noronha, onde deveriam permanecer até que se definisse “o quadro jurídico de sua presença no Brasil”.

Entre 1986 e 1990, o Haiti seria governado por cinco governos provisórios, três dos quais militares<sup>47</sup>. Em 1987, uma nova constituição foi ratificada. Dispôs que haveria um Parlamento eleito composto de duas câmaras, um Presidente eleito e um Primeiro-Ministro, gabinete, Ministros e uma Corte Suprema, todos escolhidos pelo Presidente mediante aprovação do Parlamento.

\*

Incidentes em El Salvador exigiram atuação do Brasil em âmbito plurilateral. Em novembro de 1989, a FMLN (*Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*), então uma organização guerrilheira, empreendeu ofensiva que, surpreendendo o governo e os militares, tomou conta de vários setores do país, tendo até adentrado pela capital San Salvador, embora sem conseguir tomar o governo. Os militares bombardearam bairros em que se alojou a FMLN e enfrentaram os guerrilheiros no interior de um hotel internacional. Num comunicado sobre a situação de El Salvador, em 29 de dezembro, no qual, além de expressar preocupação pelo agravamento do conflito e de pedir um imediato cessar das hostilidades, o Grupo do Rio exortou a todos os Estados que se abstivessem de interferir no conflito<sup>48</sup>.

#### 2.2.2.1. Conflito EUA-Nicarágua

A situação de conflito na Nicarágua continuava a preocupar a América Latina. Nos EUA, o governo Reagan enfrentava oposição a sua política para a região, tendo a Câmara de Deputados rejeitado, em março de 1986, a aprovação de um pacote de ajuda no valor de US\$ 100 milhões para os “contra”. Em junho, no entanto, após militares nicaraguenses terem invadido Honduras para atacar acampamentos daqueles rebeldes, os parlamentares reverteram sua decisão e aprovaram o pacote solicitado<sup>49</sup>.

A situação inquietava os países da região que prosseguiam suas iniciativas próprias. Em abril, o Presidente eleito da Costa Rica, Oscar Árias Sánchez, visitou o Brasil e expôs os fundamentos da política externa de sua futura gestão. Durante almoço que lhe ofereceu, Abreu Sodré advogou uma solução negociada para a crise e reiterou os esforços de Contadora, cujo papel considerou essencial.

Em junho, pela Declaração do Panamá, os Ministros do Exterior dos Grupos de Contadora e Apoio exigiram que “nenhuma potência” apoiasse “militar o logisticamente a las fuerzas irregulares o grupos subversivos que actúan o puedan actuar en los países de la región o utilice o amenace con utilizar la fuerza como medio para derrocar a un gobierno del área”.

No mesmo mês, a Corte Internacional de Justiça (da qual fazia parte, como juiz, o brasileiro, Embaixador José Sette Câmara) concluiu que o apoio aos “contra” era ilegal<sup>50</sup>. Em julgamento, realizado no dia 27, a Corte entendeu que os atos atribuídos ao governo de Manágua contra Costa Rica, El Salvador e Honduras não constituíam recurso a uma força armada e, portanto, não poderiam ter justificado a invocação pelos EUA de um direito de legítima defesa coletiva. Entendeu também que não existira proporcionalidade entre uma primeira agressão atribuída à Nicarágua, e a resposta armada, e com mais violência, por parte dos EUA. Declarou que não havia base jurídica para intervenção de um Estado em outro por ter este optado por “uma ideologia, um sistema político particular ou uma política exterior determinada”. Decidiu ainda que alegações de violações de direitos humanos pela Nicarágua não justificavam o emprego da força, uma vez que este não constituía método apropriado para assegurar o respeito a tais direitos<sup>51</sup>. O governo Reagan decidiu desconhecer a decisão.

Os Sandinistas derrubaram, em 5 de outubro, um avião de transporte estadunidense que levava suprimentos para os “contras”. Um tripulante norte-americano que sobreviveu confessou que trabalhava para a CIA<sup>52</sup>. Reunidos em Nova York, os Ministros do Exterior dos países-membros dos Grupos de Contadora e de Apoio divulgaram declaração, em termos dramáticos, na qual alertaram para o risco de guerra. Afirmaram que os que acreditavam em uma solução militar desconheciam a verdadeira dimensão do problema. Advertiram que estava em jogo a expansão do conflito, o aprofundamento dos enfrentamentos, a guerra. Ressaltaram que a crise poderia desatar graves tensões e conflitos em todo o continente. Demandaram, como latino-americanos, “espaço para atuar”, para oferecer “uma solução pacífica, justa e duradoura”. Concluíram que a América Latina não ignorava nem desconhecia nenhum dos interesses em jogo, nem queria que a América Central se convertesse em um foco a mais de tensão entre Leste e Oeste. Tampouco queria que nenhum Estado centro-americano constituísse um perigo para a estabilidade ou a segurança de outros Estados.

A AGNU aprovou, em 1986, três resoluções relativas à crise na América Central: a primeira, copatrocinada pelos membros dos Grupos de Contadora e Apoio e aprovada por consenso; a segunda, sobre o embargo

econômico-comercial contra a Nicarágua, aprovada com o voto positivo do Brasil; e a terceira, sobre a sentença da Corte Internacional de Justiça, também aprovada com voto positivo brasileiro.

Nesse meio tempo, desenvolver-se-ia um escândalo nos EUA com repercussões na questão centro-americana: em novembro, um jornal árabe publicou um artigo com informações sobre as vendas de armas dos EUA ao Irã<sup>53</sup>. O objetivo americano era obter a liberação de reféns e também de obter recursos para financiar os Contras, uma vez que o Congresso estadunidense havia proibido a concessão de fundos para aquele grupo.

A situação de conflito prosseguiu e, diante da inércia negociadora, em reunião dos Grupos de Contadora e de Apoio realizada em dezembro, no Rio de Janeiro, foi decidido que os Chanceleres visitariam cada um dos países centro-americanos em janeiro seguinte com o intuito de reabrir o diálogo político.

No início de 1987, o Presidente da Costa Rica, Oscar Árias, lançou uma versão revisada dos Princípios de Contadora<sup>54</sup>. Seu plano centrava-se na reconciliação nacional através de democratização gradual<sup>55</sup>. Apresentava uma solução que compreendia um cessar-fogo, o fim da ajuda militar aos beligerantes e a realização de eleições livres e democráticas<sup>56</sup>. Consistia, sobretudo, numa tentativa de resolução de problemas por centro-americanos, sem interferência estrangeira<sup>57</sup>. Seria a base de acordo para terminar o conflito que seria assinado em agosto, em Esquipulas, na Guatemala, pelos Presidentes da América Central (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica)<sup>58</sup>.

Falando à AGNU, Sodré louvou, em nome do governo brasileiro, os entendimentos alcançados na Guatemala. Considerou que o acordo assinado oferecia contribuição “ativa e interessada” para os entendimentos que resultaram na decisão de instalação da Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento. Julgou que os resultados indicavam que os próprios países da região estavam em condições de encontrar os caminhos para pôr fim a um conflito que preocupava e afetava toda a América Latina. Para isso, concluiu que era imprescindível que todos os outros países com vínculos e interesses na região evitassem qualquer atitude que pudesse inviabilizar essas soluções<sup>59</sup>.

O Brasil copatrocinou e participou do consenso em torno da Resolução 42/1 da AGNU que apoiou o Acordo da Guatemala. Votou também a favor de duas resoluções a respeito da Nicarágua, mas lamentou, em uma delas, a continuação do embargo comercial imposto àquele país e, em outra, solicitou o imediato cumprimento da sentença da Corte Internacional de Justiça no caso de atividades militares e paramilitares

contra a Nicarágua. Na sua viagem de volta de reunião em Acapulco, o Presidente Sarney fez escala em São José da Costa Rica para cumprimentar o Presidente Árias pela outorga do Prêmio Nobel da Paz.

A demora na execução das medidas acordadas se arrastava. Na AGNU de 1988, o Ministro Abreu Sodré expressou a preocupação brasileira com “a aparente estagnação do processo de paz na América Central”. Demonstrou a esperança de que “uma atmosfera menos carregada nas relações internacionais” viesse “a facilitar aos países da região a consecução de seus objetivos de paz e desenvolvimento”<sup>60</sup>.

O governo sandinista concordou, em 1989, na realização de eleições. A economia nicaraguense se deteriorava. A taxa anual de inflação era superior a 3.000%. Havia falta de produtos básicos, forte queda do PIB, aumento do desemprego e os gastos militares consumiam cerca da metade do orçamento nacional<sup>61</sup>. Nesse contexto, não deveria causar tanta surpresa como causou a derrota sandinista nas eleições<sup>62</sup>, das quais sairia vencedora a coalizão chefiada por Violeta Chamorro<sup>63</sup>.

#### 2.2.2.2. *Invasão do Panamá pelos EUA*

A invasão do Panamá pelos EUA, já no governo de George H. W. Bush, daria sequência a atos dessa natureza iniciados por parte de Ronald Reagan, todos sendo alvo de severas críticas internacionais. O Brasil expressaria sua posição no âmbito do Grupo do Rio.

O Panamá servira de intermediário para os EUA, fornecera armas aos “contra” na Nicarágua e apoiara diplomaticamente Washington contra os sandinistas. Em especial atuara nesse sentido o Comandante da Guarda Nacional, General Manuel Noriega, que recebera treinamento em técnicas de contrainsurgências na Escola das Américas e mantinha vínculos próximos com a CIA. Apesar dessa ligação anterior de Noriega com os EUA, em fevereiro de 1988, um tribunal da Flórida acolheu denúncia apresentada contra o General pela agência americana de controle de entorpecentes<sup>64</sup>. Em ação até então totalmente inusitada contra alta autoridade de outro país<sup>65</sup>, Noriega seria indiciado *in absentia* em Miami por crimes relativos ao tráfico de drogas.

Quatro dias após seu indiciamento, Noriega exigiu a retirada das tropas estadunidenses aquarteladas no Panamá. No dia 25, o Presidente Eric Arturo Delvalle anunciou que demitira Noriega, mas a Assembleia Nacional impediu a execução dessa medida ao demitir, por seu turno, o próprio Delvalle no dia seguinte, nomeando o Ministro da Educação, Manuel Solis Palma, para ocupar a Presidência. No mesmo mês, em

decisão tomada em reunião na Colômbia, o Grupo do Rio, depois de se referir ao estar o princípio da vigência das instituições “afetado pela atual conjuntura política do Panamá”, decidiu suspender a participação das atividades daquele país nas atividades do mecanismo de concertação<sup>66</sup>.

Enquanto o governo Reagan impunha sanções ao Panamá, Noriega enfrentava com êxito, em março, tentativa de golpe liderado pelo Chefe da Polícia. O governo estadunidense aumentou as sanções em abril e incrementou o número de militares enviados à Zona do Canal. No mês seguinte, em Washington, um Senador republicano propôs que militares dos EUA entrassem no Panamá para de lá retirar Noriega. No dia 25, o Secretário de Estado, George Schultz, anunciou terem fracassado conversações para uma saída de Noriega. No final do governo Reagan, tornou-se público o plano secreto, vetado pelo Senado, de derrubar Noriega.

Com a posse do governo de George H. W. Bush, no início de 1989, a pressão sobre Noriega parecia ter esmaecido. Em maio, porém, quando de campanha eleitoral no Panamá, o governo estadunidense abertamente doou US\$ 10 milhões para o candidato da oposição, Guillermo Endara. As eleições se realizaram no dia 7. No dia seguinte, a Igreja Católica divulgou os resultados obtidos por seus observadores que indicavam maioria em favor da oposição. No dia seguinte, o governo pretendeu anunciar vitória de seu candidato. Seguiram-se protestos populares e incidente em que tropas atacaram candidato à vice- Presidência da oposição<sup>67</sup>. O resultado das eleições, favoráveis a Endara, foram anulados por Noriega sob alegação de interferência externa. Bush retirou seu Embaixador e enviou mais militares para suas bases no Panamá.

O Grupo do Rio manifestou-se, em 10 de maio, a respeito da situação política do Panamá. Em Comunicado à Imprensa, os Ministros de Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela reiteraram o compromisso de continuar a defender “a não intervenção, a autodeterminação e os compromissos democráticos assumidos em Acapulco, como também a vigência irrestrita dos Tratados sobre o Canal do Panamá”.

No dia 11, o Embaixador da Venezuela junto à OEA solicitou uma sessão extraordinária do Conselho Permanente daquela organização “para que [os Ministros] calibren en toda su intensidad la grave crisis”. A reunião ministerial adotou uma resolução pela qual criou uma missão, composta por três Chanceleres e o Secretário-Geral da OEA para “promover com urgência fórmulas de entendimento para lograr um acordo nacional que assegure [...] a transferência de poder com pleno respeito à vontade soberana do povo panamenho”<sup>68</sup>.

Em junho, o Departamento da Justiça dos EUA emitiu declaração de que policiais estadunidenses poderiam prender fugitivos da Justiça em outros países ainda que os governos locais se opusessem. Meios de comunicação americanos começavam a especular então abertamente sobre a iminência de uma invasão estadunidense do Panamá. Enquanto isso, com o fim do mandato de Solis Palma, Francisco Rodríguez assumiu a Presidência provisória do país.

O Grupo do Rio voltou a se manifestar sobre a questão, em 22 de agosto, para reafirmar a necessidade de assegurar “a vigência dos princípios democráticos” e o “livre exercício da soberania e da autodeterminação do povo panamenho; reiterar que a via eleitoral era “a única idônea para solucionar” a crise; e exortar a “maiores esforços para alcançar soluções realistas e viáveis” nos prazos que a Constituição do Panamá estabelecia para a transferência do poder<sup>69</sup>.

A missão da OEA, após visitas ao Panamá e alteração de seu mandato não obteve êxito. Nas palavras do Secretário-Geral da organização, o brasileiro Embaixador João Clemente Baena Soares, esgotaram-se os esforços, entre os quais, exortações de Chanceleres, retirada de Embaixadores, interrupção de comércio e outras medidas e do “claro repúdio da comunidade internacional”:

O fato é que nada disso bastou para que os detentores do poder corrigissem rumos, e os acontecimentos se desenvolveram, a partir de 24 de agosto, como uma espécie de impulso fatal<sup>70</sup>.

Em setembro, o governo Bush ampliou ainda mais as sanções contra o Panamá e, em novembro, proibiu que navios panamenhos aportassem nos EUA. No mês seguinte, aumentou a pressão interna nos EUA para que o governo em Washington adotasse política firme contra Noriega. Bush declarou que seu governo não negociaria com “conhecido traficante de drogas” e negou que tivesse conhecimento do envolvimento de Noriega com aquele tráfico antes de seu indiciamento.

O Embaixador dos EUA junto à ONU, Thomas Pickering, declarou que as alegações de seu país de que forças sob o comando de Noriega haviam matado um militar estadunidense, ferido outro, preso e espancado um terceiro militar bem como interrogado sua mulher com brutalidade constituíam base suficiente para que ocorresse uma invasão fundada em legítima defesa, conforme sua interpretação do Artigo 51 da Carta da ONU.



Em 15 de dezembro, a Assembleia Nacional nomeou Noriega como Chefe de Estado e declarou estar o país em estado de guerra com os EUA em razão das sanções que lhe foram impostas e das manobras militares diárias em seu território, proibidas pelos Tratados Torrijos-Carter. Cinco dias depois, em solenidade numa de suas bases militares, os EUA “deram posse” a Guillermo Endara como novo Presidente do Panamá.

Havia passado um mês da queda do Muro de Berlim e apenas duas semanas desde que Bush e Gorbachov haviam declarado formalmente o fim da Guerra Fria<sup>71</sup> quando, no dia 19 de dezembro, teve início a invasão do Panamá por 25 mil militares estadunidenses, metade proveniente da Zona do Canal. No dia 20, Bush justificou a ação com quatro argumentos: salvar a vida de cidadãos americanos no Panamá; defender a democracia e os direitos humanos naquele país; combater o tráfico de drogas; e proteger os tratados Torrijos-Carter sobre o Canal.

Rapidamente, forças americanas tomaram pontos-chaves no país, atacaram instalações militares leais a Noriega e estabeleceram um novo governo com os políticos que havia vencido as eleições, liderados por Guillermo Endara<sup>72</sup>. As forças americanas causaram danos e destruição<sup>73</sup>. Na luta havida durante a invasão, 26 americanos morreram e 323 ficaram feridos. Os panamenhos perderam 314 soldados e um número desconhecido de civis<sup>74</sup>. O Canal foi reaberto no dia 21 e Noriega asilou-se na residência do Núncio apostólico<sup>75</sup>.

O jornal *The New York Times* noticiava, ainda no dia 21, que Argentina, Brasil, México, Venezuela e Peru haviam criticado a utilização de força pelos EUA contra o General Manuel Noriega qualificando-a de interferência nos assuntos soberanos de um país americano. Segundo o artigo, a Nicarágua colocara suas tropas em estado de alerta; o Peru convocara seu Embaixador em Washington; e a Venezuela anunciara que não reconheceria o novo governo de Guillermo Endara até que as tropas estadunidenses deixassem o Panamá<sup>76</sup>.

A OEA e a AGNU condenaram a invasão<sup>77</sup>. O Conselho Permanente da OEA aprovou, em 22 de dezembro, uma resolução para “deplorar profundamente a intervenção militar no Panamá” e exortar a retirada de tropas estrangeiras<sup>78</sup>. Adotou também uma resolução separada condenatória da violação do *status* diplomático da embaixada da Nicarágua no Panamá por forças especiais dos EUA. O CSNU debateu a questão por vários dias. Ao final, um projeto de resolução que pedia a imediata retirada das forças estadunidenses, foi vetado, no dia 23 de dezembro, por três dos membros permanentes: França, Reino Unido e EUA, cuja delegação alegou direito à legítima defesa dos 35 mil militares



que se encontravam no Canal. Na semana seguinte, a AGNU aprovou por 70 votos a favor, 20 contra e 40 abstenções, uma resolução que condenou a invasão, considerando-a uma flagrante violação do direito internacional.

Por comunicado de 29 de dezembro, o Grupo do Rio expressou preocupação com as dificuldades das Missões diplomáticas no Panamá:

Os governos da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela, profundamente preocupados com as medidas adotadas pelas tropas estrangeiras utilizadas na intervenção militar no Panamá, que limitam a livre comunicação e perturbam funcionamento da sede diplomática da Nunciatura Apostólica e de outros países, exigem o respeito às normas do direito internacional, que garantem a imunidade e a inviolabilidade dos locais das missões diplomáticas, condição imprescindível para o desenvolvimento normal de suas atividades. [...] repudiam toda ação que possa infringir as imunidades das representações diplomáticas acreditadas no Panamá no alcance que têm, de acordo com as convenções de Viena sobre relações diplomáticas e consulares, ou que possa constituir uma intromissão ou dano às mesmas, situação, que nada contribuiria ao restabelecimento de condições favoráveis à tranquilidade desse país.<sup>79</sup>

Noriega rendeu-se às forças americanas no dia 3 de janeiro de 1990. Seria julgado dois anos depois e condenado a 40 anos de prisão.

### 2.2.3. América do Norte

No México, o Presidente Miguel de la Madrid continuava o processo interno de revisão de políticas, a começar pela adesão ao GATT, em 1986, como parte de movimento em direção a liberalização comercial<sup>80</sup>. Em outubro, o Ministro do Exterior do México, Bernardo Sepúlveda, visitou o Brasil. As exportações mexicanas ao Brasil, em razão do incremento da venda de petróleo, haviam dado um salto entre 1981 e 1982, mas caíram rapidamente a partir do ano seguinte e alcançaram níveis muito baixos em 1985 e 1986<sup>81</sup>. Em agosto de 1987, Sarney visitou a capital mexicana, ocasião em que foi emitida declaração de Chefes de Estado de caráter financeiro, econômico e comercial. Em discurso a Miguel de la Madrid, o Presidente brasileiro declarou que havia “no plano bilateral, um considerável potencial de cooperação”.

A situação financeira dos dois países dificultava, porém, a execução desse potencial. No caso mexicano, dada a dificuldade de crédito externo,

o governo recorreu a frequentes desvalorização do peso para equilibrar as contas o que contribuiu o para aumento da inflação que alcançou 159,7% em 1987. Até o final do governo de la Madrid em 1988, do total de 1.555 empresas estatais apenas 412 não foram privatizadas. A imposição política de austeridade fiscal do governo de la Madrid, entretanto, abalaria a base de seu partido nas eleições de 1988.

\*

Com os EUA, o relacionamento bilateral seria marcado por disputas comerciais e a questão da dívida externa. Pesariam nas atitudes americanas com relação ao Brasil preocupações sobre exportações brasileiras de material bélico para a Líbia (desmentidas pelo governo brasileiro em janeiro de 1986); a moratória da dívida externa em 1987; e a recusa brasileira de assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear – TNP. Teria sido este o motivo dos EUA colocarem o Brasil na lista de países para os quais dificultava o acesso a certas tecnologias.

No plano comercial, a principal disputa seria a relativa à lei brasileira de informática que buscava o desenvolvimento da indústria nacional e restringia as importações e investimentos estrangeiros. O governo americano emitia sinais de que as restrições brasileiras seriam objeto de retaliação. Em reação, o governo brasileiro divulgou, em maio de 1986, comunicado à imprensa no qual o Itamaraty reiterou que a Lei em que se fundamentava a política de informática era “um ato de soberania nacional e dela expressão legítima”, e seria “executada com fidelidade pelo governo brasileiro”. Acrescentou que os sinais de que haveria restrições americanas não contribuíam “positivamente para o tratamento do assunto em forma compatível com a importância das relações entre o Brasil e os EUA”. Por fim, o comunicado informava que o Embaixador do Brasil em Washington receberia instruções para obter explicações amplas do governo dos EUA sobre o assunto.

O Secretário de Estado norte-americano, George Schultz, enviou a Sodré uma carta na qual propôs negociações sobre o tema de informática. (“We both agree that informatics is a complex issue with potentially serious consequence for our relationship. To dispel any misunderstandings and to find a solution, U.S. Trade Representative Yutter and I believe that it would be useful to enter without delay into meaningful negotiations on the issues of concern to us”). Em sua resposta, o Ministro brasileiro declarou que o termo “negociações”, referido na carta, não se aplicava às circunstâncias, pois o mesmo se referia “correntemente à troca de concessões mutuamente vantajosas, num quadro juridicamente definido”.

O tema da informática marcava a pauta bilateral. O vice-Secretário de Estado dos EUA, John Whitehead, reuniu-se com o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Foram divulgados comunicados de imprensa nos quais constaram esclarecimentos do representante americano de que não existiam “ameaças, nem prazos determinados”, e que os contatos de alto nível que viriam a se realizar entre os dois países seguiriam “procedimentos de praxe, não estando pois submetidos a pré-condições”. De sua parte, reiterou o governo brasileiro que a lei de informática, votada pelo Congresso, não podia ser objeto de negociações.

O Presidente Sarney visitou Washington em setembro, há cinco meses apenas da moratória na dívida externa. Ao chegar à Casa Branca, afirmou que a “única ideologia do Brasil” era “a democracia”. Durante o jantar que lhe ofereceu o Presidente Reagan, o Presidente brasileiro reiterou a fé democrática ao declarar que trazia “a palavra de um país” que se transformava, “em seu mais nobre projeto histórico: o de ser uma democracia plena, em que a liberdade política tenha na vida econômica e social a sua correspondência”. Segundo Seixas Corrêa, duas seriam as razões pelas quais Sarney decidira ir aos EUA “quando o contencioso comercial parecia alcançar seu ápice”: “apresentar aos EUA o regime civil e a sua faceta econômica, o Plano Cruzado, que já começava a apresentar sinais de esgotamento, mas que permaneceria submetido às injunções político-eleitorais”; e “desobstruir os canais de comunicação direta com o governo norte-americano no mais alto nível”<sup>82</sup>.

As questões comerciais não desapareceriam, porém, da pauta bilateral após a visita. Em outubro, o Executivo americano anunciou a decisão tomada pelo Presidente Reagan, com base na Seção 302 da Lei de Comércio, de notificar ao GATT a intenção daquele país de suspender concessões tarifárias de interesse brasileiro para compensar perdas norte-americanas. Em novembro, de fato, o GATT foi notificado e, em resposta, o Brasil fez circular documento em que rejeitou as alegações por não terem sido consideradas as regras daquele Acordo Geral. Anunciou também a intenção de promover consultas nos termos do mecanismo de solução de controvérsias.

No final do ano, após novas reuniões bilaterais, o governo Reagan decidiu adiar por seis meses a determinação relativa a eventuais medidas a serem adotadas contra o Brasil. As reclamações americanas concentravam-se na utilização de programas de computação (*software*) que Washington entendia não ter regime apropriado de proteção de direito autoral; na existência de uma lista de produtos e bens cuja importação era impedida; e na imposição de barreira a investimentos americanos no setor de informática<sup>83</sup>.

O governo brasileiro enviou ao Congresso um projeto de lei que instituía a proteção de direito autoral para programas de computação. A Câmara de Deputados brasileira aprovou, em junho de 1987, o projeto de direito autoral para *software*. Seis dias depois, o governo Reagan anunciou suspensão das investigações sobre práticas desleais de comércio contra o Brasil no tocante à propriedade intelectual e à importação de produtos de informática, mas manteve e prorrogou aquelas referentes às barreiras aos investimentos<sup>84</sup>. Em setembro, a Secretaria de Informática anunciou a decisão de proibir a comercialização do programa MS/DOS, da *Microsoft*, com base na legislação da existência de similar nacional – o programa Sisne, da empresa brasileira Scopus<sup>85</sup>. Em novembro, o Presidente Reagan anunciou a possibilidade de impor sobretaxas às exportações brasileiras para os EUA no valor de US\$ 105 milhões, que corresponderiam ao montante do prejuízo das empresas americanas no mercado brasileiro em razão dos obstáculos criados pela reserva de mercado de informática<sup>86</sup>.

O contencioso não se limitaria a direito autoral de programas de computador, mas incluiria também a questão de patentes para produtos farmacêuticos. No final do ano, em atenção a uma reclamação apresentada pela *Pharmaceutical Manufactures Association*, o governo dos EUA decidiu iniciar uma investigação a respeito da não concessão pelo Brasil de patentes farmacêuticas, com base no Código de Propriedade Industrial, vigente desde 1971<sup>87</sup>. Para Seixas Corrêa, o governo americano decidira “utilizar o Brasil como um *show case* para sua legislação comercial”<sup>88</sup>.

O governo brasileiro continuou a apresentar alterações a sua política para informática. Em janeiro de 1988, o Conselho Nacional de Informática (CONIN) julgou favoravelmente um recurso impetrado contra a proibição da Secretaria de Informática (SEI) e autorizou a comercialização do MS/DOS em sua versão 3.3, mais atualizada<sup>89</sup>. Em fevereiro, o governo brasileiro anunciou a formação de um grupo interministerial para examinar a política brasileira nas áreas farmacêuticas e de química fina<sup>90</sup>. Em maio, foi regulamentada a lei do *software*, que havia sido sancionada no final do ano anterior<sup>91</sup>.

Apesar dos gestos brasileiros, o contencioso perdurava e causava frustração. Em junho, por ocasião de reunião do Conselho Empresarial Brasil-EUA, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima fez as seguintes afirmações sobre a questão de informática:

[...] o caso da informática. Há cerca de 28 meses tenho tido a responsabilidade direta de conduzir os entendimentos bilaterais sobre essa questão. O diálogo, naturalmente, tem sido proveitoso, [...]. É, todavia, com grande frustração que

verifico, após tão longo e minucioso trabalho de esclarecimento, continuarem as questões relativas à informática a prejudicar as relações Brasil-EUA de forma desproporcional e injusta. Continuam a ameaçar a nossas exportações em cifras que superam algumas centenas de vezes os prejuízos alegados: no que pesem todos os esclarecimentos dados, na mais perfeita boa-fé, continuam a ser criados cenários abstratos e negativistas sobre pequenos aspectos de procedimentos ligados à implementação da Lei de Informática, ou da nova Lei de Software; não obstante uma relação de confiança mútua e de perfeita credibilidade, construída ao longo de quase dois anos e meio, criam-se “hipóteses de desconfiança” que parecem não ter outro objetivo senão o de impedir o encerramento da disputa e o restabelecimento da plena normalidade das relações comerciais entre os dois países. Qual o sentido desta atitude? Mais do que isso, temos o direito de perguntar: é esta uma atitude que demonstre uma vontade de compreender o momento político brasileiro, o momento econômico brasileiro, as responsabilidades financeiras e comerciais do país e, enfim, que evidencie uma vontade de capitalizar, para as relações entre o Brasil e os EUA, a boa-fé, a boa vontade e o espírito positivo de mútuo entendimento?

As pressões sobre propriedade intelectual prosseguiriam com concessões e endurecimentos, avanços e recuos. O grupo interministerial criado para examinar a política brasileira de farmacêutica e química fina decidiu, ainda em junho, que esta devia ser continuada. No mesmo mês, o Presidente Sarney anunciou sua intenção de atender em parte às reclamações da indústria farmacêutica americana através da concessão de patentes a processos farmacêuticos, mantendo, contudo, o não patenteamento para produtos<sup>92</sup>. Segundo nota do Presidente Sarney à imprensa, em julho, o Presidente dos EUA “anunciou a intenção de adotar sanções comerciais unilaterais contra o Brasil, mediante a divulgação de uma lista de produtos, da qual seriam selecionadas as exportações brasileiras a sofrerem imposição de pesadas restrições tarifárias, com a virtual inviabilização de seu acesso ao mercado norte-americano”. Em palestra proferida na Escola Superior de Guerra em julho, Sodr e anunciou que o Brasil recorreria ao GATT a fim de obter reparação e se reservaria tomar outras medidas “tendentes a resguardar os legítimos interesses dos exportadores brasileiros e minimizar os eventuais danos” à balança comercial.

Na AGNU, em setembro, Sodr e referiu-se aos EUA, embora não nominalmente, e às dificuldades comerciais bilaterais:

É necessário reconhecer, [...], que o substrato das iniciativas legislativas de alguns dos principais parceiros comerciais reflete natureza claramente hostil não só ao comércio internacional, mas também à própria capacitação científica e tecnológica dos países em desenvolvimento. Meu país está hoje submetido, por exemplo, à ameaça de retaliações comerciais simplesmente porque – em total consonância com o direito internacional e com a letra e o espírito dos acordos de que somos partes – temos estimulado dentro de nossas fronteiras a pesquisa e o desenvolvimento de insumos farmacêuticos. Causa-nos perplexidade ver rompidas unilateralmente as regras mais estáveis e previsíveis do comércio e do direito internacionais<sup>93</sup>.

O governo americano adotou, em outubro, medidas contra o Brasil que as classificou de “unilaterais” e “ilegais”<sup>94</sup>. Em dezembro, o Embaixador Rubens Ricúpero solicitou no GATT a formação de um painel com o objetivo de examinar a legalidade das retaliações comerciais norte-americanas. A delegação brasileira afirmou que as retaliações causavam prejuízo às exportações brasileiras muito maior do que o valor fixado pelos EUA. Alegou também que a não proteção de patentes de produtos farmacêuticos, químicos e alimentícios era autorizada pela Convenção de Paris de 1883, da qual o Brasil era signatário<sup>95</sup>.

George H. W. Bush sucedeu a Ronald Reagan, em janeiro de 1989, na Presidência dos EUA. Seus primeiros atos pareciam mais favoráveis a entendimentos diplomáticos. No plano financeiro, em julho, o novo governo americano anunciou o Plano Brady para facilitar reescalonamento da dívida da América Latina<sup>96</sup>. O contencioso comercial com o Brasil, entretanto, prosseguiria. Em julho, o Itamaraty convocou o Encarregado de Negócios da Embaixada norte-americana, Ministro James Ferrer, a quem foi dado conhecimento do teor de nota à imprensa relativa a matéria paga publicada em jornal brasileiro a respeito de negociações comerciais, assinada pelo Cônsul-Geral em São Paulo, Myles Frechette. Segundo a nota, o governo brasileiro considerou “infeliz e inapropriada a declaração do Sr. Frechette” e lamentou “a atitude, a seu ver isolada do Sr. Myles Frechette, que extrapola suas funções consulares específicas”.

Em outubro de 1989, as investigações contra o Brasil em matéria de informática seriam encerradas<sup>97</sup>. Em nota à imprensa, o governo brasileiro considerou que “a eliminação desse fator inibidor na relação comercial entre os dois países” constituía “uma manifestação clara por parte dos EUA de seu propósito de aprimorar o diálogo com o Brasil em todas as questões referentes ao comércio em benefício da contínua expansão do intercâmbio”. Em janeiro de 1990, em viagem aos EUA, o Presidente eleito

Fernando Collor de Mello anunciou sua disposição de providenciar uma legislação adequada de propriedade intelectual<sup>98</sup>.

\*

As relações com o Canadá seriam cordiais, mas de pouca densidade. Em novembro de 1988, o país iniciaria entendimentos comerciais que levariam à assinatura de acordo de livre-comércio com os EUA, o primeiro desse tipo nas Américas<sup>99</sup>. Disponha sobre a derrubada de barreiras comerciais num prazo de dez anos<sup>100</sup>. Em fevereiro de 1989, a Governadora Geral do Canadá, Jeanne Sauvé, foi recebida por Sarney. Naquele ano, o acordo de livre-comércio Canadá-EUA foi aprovado apesar de preocupa es canadenses com respeito aos impactos econômicos e culturais de maior integra o com o único vizinho.

### 2.3. Europa

Com os países da Europa ocidental, seriam mantidas rela es amistosas e próximas. Em maio de 1986, Sarney visitou Portugal onde assinou acordos de coopera o científica e tecnológica bem como entendimento entre as respectivas agências de notícias. Na mesma viagem visitou também o Papa e o Presidente da Itália, Francesco Cossiga. Com o Reino Unido, destacaram-se os progressos no projeto de constru o, naquele país, de 130 aviões Tucano para o treinamento dos pilotos da *Royal Air Force*.

Em 1987, foram mais numerosos os contatos com os principais países da Europa Ocidental. Assim, por exemplo, com a França foram trocadas cartas a respeito da questão da d vida externa; a coopera o econômica com a RFA recebeu impulso quando da visita do Presidente von Weizs cker ao Brasil; com a Itália assinou-se acordo de coopera o entre a PETROBRAS e a ENI; com Portugal foi criada, durante visita do Presidente Mário Soares, uma comissão binacional encarregada da comemora o do V Centenário do Descobrimento; as rela es com a Noruega receberam impulso com a atribui o   Braspetro de projeto de prospec o de petróleo no Mar Norte. Em junho, o Presidente do governo espanhol, Felipe González, visitou o Brasil. Do Comunicado Conjunto que assinou com o Presidente Sarney constou que o ingresso da Espanha na CEE abria “novas e interessantes possibilidades do comércio bilateral”, bem como o interesse na constitui o de empresas mistas para a intensifica o das rela es.



Em 1988, continuaram os contatos, embora menos frequentes. Em fevereiro, Sodré visitou, em Paris, seu colega Jean Bernard Raimond. No discurso que pronunciou ao encontrá-lo, referiu-se em particular ao Projeto Brasil-França. Em junho, o Presidente Sarney recebeu a visita do Primeiro-Ministro de Portugal, Aníbal Cavaco e Silva e, em agosto, a do Ministro da Economia da RFA. Em outubro, Sarney retornou a Portugal<sup>101</sup>.

\*

No período em que Sodré chefiou o Itamaraty, as atenções mundiais começaram a se voltar para os acontecimentos no leste europeu. Na URSS, as reformas econômicas iniciais de Gorbatchov consistiram em mudanças organizacionais. Não buscavam terminar o comunismo, mas fazê-lo funcionar melhor, através da reestruturação (*Perestróica*) da sociedade com mais transparência (*glasnost*)<sup>102</sup>. Essa abertura, entretanto, levaria a uma transformação muito mais profunda. A ela, aliaram-se fatos tais como, em abril de 1986, a explosão em reator nuclear de Chernobil<sup>103</sup>. O acidente seria inicialmente encoberto pela administração soviética, mas, imagens por satélite tornaram público o desastre. Gorbatchov diria, anos depois, que Chernobil fora um momento de mudança para maior abertura do regime<sup>104</sup>.

As reformas tinham também efeitos externos. Em julho de 1986, o líder soviético propôs melhora de relações com o governo de Pequim<sup>105</sup> e ofereceu reduzir o nível das tropas no Afeganistão e na fronteira da Mongólia com a China<sup>106</sup>. Ao final do ano, o Brasil constatava, com relação ao Leste Europeu, quatro anos de diminuição das exportações soviéticas.

Nesse clima de mudanças, o Brasil procurava “renovar o ímpeto das relações com os países do Leste Europeu, acelerando a execução econômica, científico-tecnológica e cultural, bem como reestruturando o comércio com aquela região”. Durante 1987, entretanto, declinou o comércio como já vinha ocorrendo nos cinco anos precedentes, apesar da realização de reuniões de Comissões Mistas com a Tchecoslováquia, Polônia e Romênia.

No relacionamento com a URSS, destacou-se a visita ao Brasil, em setembro, do Chanceler Eduard Chevarnadze durante a qual se aprofundaram “inúmeros pontos em que a cooperação” poderia “ser benéfica”, “muito embora conscientes das diversidades das respectivas posições internacionais”. Em discurso durante jantar que lhe ofereceu Sodré, Chevarnadze rebateu críticas de que a aproximação soviético-brasileira se fazia às custas de redução do relacionamento com os países americanos:



Não há intenção nenhuma de atentar contra o sistema dos laços históricos e tradicionais do Brasil com seus vizinhos no hemisfério. Isto é impossível. É bobagem, e quem afirma isto, perdoe-me, demonstra também ser pouco inteligente. Existe só uma razão pela qual estamos aqui, não temos outra. Queremos saber o ponto de vista desta grande nação que é o Brasil, sobre problemas da paz, segurança, cooperação e futuro da humanidade.

A aproximação entre Brasília e Moscou prosseguiu e culminou com a visita de Sarney à URSS, em outubro, quando Gorbachov foi seu anfitrião. Na ocasião, foi firmado, entre outros instrumentos, um protocolo sobre a cooperação no campo de pesquisa espacial e utilização do espaço para fins pacíficos e um acordo sobre a instalação de Consulados-Gerais nas cidades de Rio de Janeiro e Leningrado. Sarney fez-se acompanhar de três Ministros militares, líderes dos principais partidos, inclusive o do Partido Comunista Brasileiro, e muitos empresários. Na opinião de Seixas Corrêa, com a URSS de Gorbachov, “o Brasil revelou-se capaz de estabelecer um diálogo político abrangente, consubstanciado num memorando de entendimento formal e no amplo contacto pessoal entre os dois líderes por ocasião da visita do Presidente Sarney a Moscou”<sup>107</sup>. Em entrevista à imprensa, Sarney diria que o novo relacionamento bilateral era “fruto, sem dúvida alguma, da *Perestróica* e do momento de transição democrática” que o Brasil atravessava<sup>108</sup>.

Os acontecimentos na URSS continuariam a surpreender. No início de 1989, não se previam o grau e a intensidade das mudanças que ainda ocorreriam<sup>109</sup>. Gorbachov reduziu o orçamento militar soviético em 14% e os gastos em armamentos em 20%<sup>110</sup>. Sem o temor da possibilidade de intervenção soviética<sup>111</sup>, uma onda de revoluções populares varreria a Europa central e do leste<sup>112</sup>, com a conseqüente queda do comunismo em seis países do leste europeu: Polônia, Hungria, RDA, Tchecoslováquia, Bulgária e Romênia<sup>113</sup>. Até o final do ano, os dirigentes comunistas, não mais protegidos pelo Exército Vermelho, seriam derrubados um a um por movimentos revolucionários populares<sup>114</sup>.

Esses fatos repercutiam no resto do mundo. Em discurso em Mainz, Bush pediu a queda do muro de Berlim<sup>115</sup>. Em Pequim, os chineses começaram a se preocupar com as repercussões da *Perestróica* para o comunismo. Relações sino-soviéticas seriam restabelecidas e Gorbachov reduziria o número de tropas na fronteira. O programa de reformas soviéticas influenciou os chineses que protestaram na Praça Celestial<sup>116</sup>.

Gorbachov afirmou, em Estrasburgo, que nunca mais deveria ocorrer o emprego de força contra países do Leste Europeu. Não teria conseguido convencer, porém, alguns dos países ocidentais de que não

mais ocorreriam atos semelhantes àqueles praticados por Moscou contra a Hungria em 1956, ou a Tchecoslováquia em 1968<sup>117</sup>. A RFA ocidental parecia mais receptiva e, em Bonn, Gorbatchov pediu assistência econômica, tendo assinado com Helmut Kohl acordo para terminar a divisão da Europa, respeitar os direitos humanos e expandir a cooperação econômica e cultural<sup>118</sup>.

Em agosto, houve manifestações na Estônia, Letônia e Lituânia em favor de independência com relação à URSS<sup>119</sup>. Na Polônia, formou-se governo não comunista<sup>120</sup>, fato que sinalizaria o começo do fim de outros regimes comunistas no Leste Europeu<sup>121</sup>. Em setembro, a Hungria retirou todas as restrições contra o ingresso de cidadãos da RDA, tendo mais de dez mil pessoas utilizado esse meio para fugirem para a RFA<sup>122</sup>.

A magnitude das forças liberadas pelas políticas de Gorbatchov com relação ao Leste Europeu tornou-se clara nos últimos meses do ano<sup>123</sup>. Tendo acompanhado de perto o massacre chinês na Praça Celestial ocorrido em junho, Gorbatchov informou, na celebração dos 40 anos da RDA, a Erich Honecker que a URSS não ajudaria a abafar protestos pró-democracia que desde o mês anterior se espalhavam pelo país<sup>124</sup>.

Em 9 de novembro, projeto de lei no parlamento da RDA dispôs que mudanças na legislação sobre liberdade de movimento entrariam em vigor imediatamente após a aprovação da lei. Perguntado pela imprensa sobre a nova lei, representante do novo governo fez pronunciamento que foi interpretado como tendo as novas regras entrado em vigor imediatamente. Berlinenses orientais dirigiram-se ao muro e exigiram dos guardas que os deixassem passar por ter entrado em vigor lei que lhes dava direito de movimento. Os guardas, em minoria e sem instruções, levantaram as barreiras<sup>125</sup>. O governo insistiu ter havido um erro burocrático<sup>126</sup>, mas já era tarde: entre 9 e 10 de novembro caiu o Muro de Berlim.

Outras “aberturas” logo se sucederam. Na Bulgária, no mesmo dia 10, um golpe derrubou o governo<sup>127</sup>. Na Tchecoslováquia, no dia 20, tinha início a chamada “Revolução de Veludo” e quatro dias depois, o Partido Comunista Tchecoslovaco anunciou que desistia de seu monopólio do poder político.

Os líderes mundiais faziam frequentes anúncios e propostas para a situação que se desenrolava. Na RFA, no dia 28, o Chanceler Helmut Kohl apresentou Plano de Dez Pontos para a reunificação alemã. Em encontro com Bush, em Malta no começo de dezembro, Gorbatchov declarou que a Guerra Fria havia terminado. O Presidente da França, François Mitterrand, propôs-lhe que se interrompesse o processo de reunificação alemã<sup>128</sup>.

Gorbatchov continuava, entretanto, decidido a levar adiante suas reformas e, em discurso na ONU, afirmou que estava emergindo um mundo diferente para o qual era necessário tomar estradas diferentes em direção ao futuro. Nas suas palavras, o mundo estaria se tornando mais integrado e diferenças ideológicas estavam se tornando menos vitais do que os interesses da humanidade, não podendo a força e a ameaça da força ser mais instrumentos de política externa<sup>129</sup>.

Nem todas as mudanças, entretanto, se desenvolveriam de forma parecida. Na Romênia, no dia 21 de dezembro, distúrbios violentos<sup>130</sup> levariam a uma revolução sangrenta<sup>131</sup>. Já em Praga, o processo pacífico continuou seu curso e, no dia 29, o país escolheu o dissidente Václav Havel para Presidente<sup>132</sup> e Alexander Dubcek para chefiar o Parlamento<sup>133</sup>. Seria o primeiro governo Tchecoslovaco não comunista em mais de 40 anos.

Falando ao Conselho Europeu, em dezembro de 1989, Helmut Kohl reafirmou o compromisso da RFA com a união monetária europeia em troca da aceitação pela França da unificação alemã<sup>134</sup>. Os líderes da CEE apoiaram essa barganha e decidiram acelerar os planos para união monetária<sup>135</sup>. Assim, em 30 de janeiro de 1990, Gorbatchov afirmou publicamente aceitar a unificação alemã e, onze dias depois, sobre esta acordou, em princípio, com Kohl em reunião que manteve com o líder da RFA em Moscou<sup>136</sup>.

## 2.4. África

A situação da África Subsaariana apresentava-se como uma das mais difíceis, tanto política quanto economicamente. A partir de meados da década de 1980, o investimento direto privado declinara na África, enquanto triplicara na América Latina e quintuplicara no Leste da Ásia<sup>137</sup>. Das mais dramáticas, seriam as situações em Angola e Moçambique. Com apoio soviético, Cuba apoiava as tropas do governo do MPLA em Angola enquanto o governo dos EUA apoiava a UNITA que se lhe opunha. Entre 1980 e 1988, segundo estimativas da ONU, 325 mil moçambicanos e angolanos morreram em guerras e mais 350 mil de fome ou doenças. Cerca de 1 milhão e 900 mil pessoas fugiram desses dois países lusófonos, ou seja, 1/7 (um sétimo) do total mundial de refugiados em 1989<sup>138</sup>.

\*

O Brasil continuaria a concentrar sua política africana na firme oposição ao regime de *apartheid* na África do Sul. Durante 1986, o governo de Pretória apoiaria golpe no Lesoto e promoveria ataques repentinos em Zâmbia, Zimbábue e Botsuana. Internamente, boicotes e violência

generalizada levariam a um estado de emergência; centenas seriam mortos por tropas do governo em meio a atos de violência em comunidades; e mais de oito mil pessoas seriam detidas. Os EUA imporiam sanções comerciais à África do Sul e as companhias americanas começariam a retirar investimentos do país<sup>139</sup>.

Sarney afirmou, em maio, que o *apartheid* constituía fonte originária das tensões na África Austral. Defendeu a soberania e integridade do território de Angola e a desmilitarização do Atlântico Sul. No mesmo mês, por cartas aos respectivos Chanceleres, Sodré repudiou ataque sul-africano a Botsuana, Zimbábue e Zâmbia.

No dia 28, Sodré compareceu, em Nova York, à Assembleia Especial da ONU convocada para tratar da situação econômica da África. Reiterou a intenção de o Brasil cooperar com os países africanos apesar de sua limitação de recursos. No curso da Assembleia, a delegação do Brasil defendeu a imposição urgente de sanções “mandatórias abrangentes e eficazes” contra o regime sul-africano. Em mensagem, Sarney declarou que a “condenação do sistema do *apartheid*, à ocupação colonial da Namíbia” e “às políticas de desestabilização” que a África do Sul implementava contra os países da Linha de Frente (Angola, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) constituía “conduta invariável da política externa brasileira” e expressava “o sentimento unânime da sociedade brasileira”.

Ataques perpetrados em agosto pelas forças armadas sul-africanas contra base militar angolana em Cuito Cuanavale foram objeto de comunicado à imprensa pelo qual o governo brasileiro manifestou seu repúdio ao que chamou de “reincidente ato de agressão do governo da África do Sul por constituir inaceitável violação dos princípios fundamentais do Direito Internacional que deve reger as relações entre os Estados vizinhos”.

Em Moçambique, o governo de Samora Machel dava abrigo e apoio a opositores do governo aparteidista de Pretória (membros do Congresso Nacional Africano) e de Harare, enquanto o governo da Rodésia e, mais tarde, o da África do Sul patrocinavam o movimento rebelde denominado Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Em outubro, Joaquim Chissano sucedeu a Samora Machel que falecera em desastre de avião<sup>140</sup>. A guerra civil continuaria e mais de um milhão de pessoas, ameaçadas pela fome, buscariam refúgio em países vizinhos<sup>141</sup>.

O Presidente Sarney efetuou visita à África em novembro. Esteve em Angola, Zâmbia, Zimbábue, Nigéria e Camarões. Durante a visita a Angola, recebeu o Presidente da SWAPO, Sam Nujoma, a quem reiterou

apoio à independência da Namíbia. Daquele território controlado pela África do Sul, a UNITA promovia ataques contra o governo de Angola.

Em fevereiro de 1987, o Presidente Mobuto Sessé Seko, do Zaire, visitou o Brasil<sup>142</sup>. Paradoxalmente, dado seu caráter autoritário, seria o primeiro líder da África Austral a visitar o Brasil após a redemocratização brasileira. Governava o país desde 1965, quando depusera o anterior líder, Joseph Kasavubu. Mantinha regime totalitário e boas relações com o governo Reagan em razão de seu anticomunismo junto a outros países africanos.

O governo brasileiro reiteraria, nos foros multilaterais e em encontros bilaterais, seu apoio à independência da Namíbia, seu repúdio à prática ilegal do *apartheid* pelo governo da África do Sul e sua solidariedade aos países da região atacados por forças sul-africanas. Sam Nujoma visitou o Brasil em março, sendo recebido pelo Presidente Sarney, de quem ouviu novamente palavras de apoio à independência da Namíbia. O Presidente brasileiro afirmou que não havia “razões aceitáveis” que impedissem o governo sul-africano de aplicar a Resolução 435 do CSNU<sup>143</sup> que dispunha sobre cessar-fogo e a realização de eleições supervisionadas pela ONU naquele território.

Em continuação à sua política africana, Sarney visitou Cabo Verde. Assinou com o Presidente Aristides Pereira um Protocolo de Intenções do qual constou o compromisso brasileiro de entregar ao governo cabo-verdiano um Centro Histórico-Cultural. Foi assinado também Memorando de Entendimento pelo qual se estabeleceu cooperação técnica a ser prestada pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo - FUNDAP. Noutro gesto pró-africano, quando da visita do Ministro de Petróleos de Angola, o Brasil anunciou a decisão de elevar as importações de petróleo angolano de 10 para 20 mil barris por dia.

Em demonstração política de apoio brasileiro à causa antiapartheid, o Brasil recebeu em maio, o Bispo Desmond Tutu. Sodré o condecorou com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. No discurso que pronunciou na ocasião, considerou “superficial, insuficiente e tardio” o programa de reformas do *apartheid* que vinha sendo posto em prática na África do Sul, tendo ressaltado que o “ideal democrático só se materializa através da participação integral do povo no processo político”.

Um ataque de comandos sul-africanos à capital de Moçambique seria objeto de nota do Itamaraty em que o governo brasileiro manifestou “o seu veemente repúdio à violação da soberania e da integridade territorial daquele país”. Qualificou o ato de “agressão” que contrariava “os mais elementares princípios de convivência internacional que devem existir

entre dois países vizinhos e soberanos". Acrescentou que a persistência daquele "comportamento agressivo por parte da África do Sul" justificava "a crescente apreensão do governo brasileiro com o agravamento dos problemas regionais", o qual resultava "em última análise, da sobrevivência do anacrônico e injustificável regime do *apartheid*". Em telegrama ao Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, Sarney lamentou "o massacre ocorrido na Província de Inhambane". Repudiou o "ato bárbaro praticado" cometido "na busca da desestabilização do legítimo governo de Moçambique".

No início de 1988, interessado em reduzir as pressões da Guerra Fria, Gorbachov pressionou Cuba a participar de negociações de paz para Angola. Os conflitos prosseguiram e, em março, os cubanos e angolanos obtiveram importante vitória ao levantar o assédio de Cuito Cuanavale<sup>144</sup>. A vitória demonstraria crescente competência do MPLA, perda da superioridade de Pretória e a impopularidade da guerra na África do Sul.

O Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, visitou o Brasil em abril. Foi a primeira visita de um Chefe de Estado moçambicano ao país. Do Comunicado Conjunto que firmaram constou, no âmbito das relações bilaterais, "os avanços da cooperação técnica, no setor do carvão". Chissano saudou o Brasil "pelas suas posições corretas e corajosas no que concerne à solidariedade para com os países da África austral e em especial pela condenação do *apartheid*"<sup>145</sup>.

A situação em Angola começaria a se alterar após encontro mantido entre Reagan e Gorbachov, no final de maio, no qual teria sido decidido que as tropas cubanas se retirariam de Angola e cessaria ajuda militar soviética, assim que a África do Sul se retirasse da Namíbia.

O Brasil continuava, enquanto isso, em sua política *antiapartheid*. Por mensagem dirigida ao Ministro do Exterior da África do Sul, em julho, Sodré apelou ao governo sul-africano para que sustasse a execução e revogasse a condenação à morte de seis jovens sul-africanos conhecidos como os "Seis de Sharpeville". No dia 18, por ocasião do 70º aniversário de Nelson Mandela, o governo brasileiro divulgou mensagem de "solidariedade com a luta da maioria da população sul-africana contra a odiosa política do *apartheid*".

Um acordo de cessar-fogo na Namíbia foi concluído em agosto, em Genebra<sup>146</sup>. Por Comunicado à Imprensa, o governo brasileiro expressou satisfação com os resultados das conversações que esperava permitissem a cessação de hostilidades entre Angola e África do Sul. De fato, até o final do mês, quase todas as tropas sul-africanas haviam deixado Angola, e os cubanos concordaram, a princípio, em completar a retirada de Angola



em três anos, tendo sido escolhida uma data para a independência da Namíbia dois anos depois.

Na AGNU, Sodré declarou que os progressos das negocia es entre Angola, África do Sul e Cuba, com a media o dos EUA, constituíam “indica es promissoras de uma soluço pacífica e justa para a questão da Namíbia, nos termos da Resolu o 435”. Manifestou esperança de que fosse “o primeiro passo em dire o   normaliza o da situa o no sul do continente africano, com a elimina o de todas as fontes de tensão e conflito”<sup>147</sup>.

Acordo formal foi assinado na ONU em 22 de dezembro, tendo comparecido o Secretário de Estado americano, George Schultz, e o Ministro do Exterior soviético, Eduard Chevarnadze, para sublinhar o interesse no entendimento<sup>148</sup>. Estabeleceu-se uma Comissão Conjunta de Monitoramento, com os EUA e a URSS como observadores, para supervisionar a implementa o dos acordos. Foram assinados também um acordo bilateral entre Cuba e Angola e outro tripartite entre Angola, Cuba e África do Sul pelo qual a África do Sul concordou em entregar o controle da Namíbia para a ONU. O CSNU aprovou a Resolu o n  626 que criou a UNAVEM (United Nations Angola Verification Mission), força de manuten o de paz cujas tropas seriam enviadas a Angola. O Brasil participou da UNAVEM I com um contingente de oito observadores militares. O General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes chefiou o grupo de 70 observadores da ONU durante todo o mandato da missão, a partir de janeiro de 1989<sup>149</sup>.

Além das dificuldades econômicas, a África vivia instabilidade política. No início de 1989, apenas cinco dos 47 países africanos dispunham de sistema político multipartidário: Botsuana, Gâmbia, Maur tius, Senegal e Zimbábue<sup>150</sup>. Essa situa o, tal como mudara na América do Sul e estava mudando no Leste Europeu, logo iria mudar também na África.

Membros da SWAPO cruzaram, em abril, a fronteira de Angola e enfrentaram forte rea o sul-africana<sup>151</sup>. No dia 11, o Brasil emitiu nota   imprensa em que lamentou os incidentes ocorridos na fronteira norte da Namíbia e condenou o emprego da força pela África do Sul. Um acordo de cessar-fogo foi negociado, em junho, entre o governo de Luanda e a UNITA. Em nota datada do dia 26 daquele mês, o governo brasileiro felicitou o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e todos os Chefes de Estado africanos que colaboraram para a conclusão do acordo o qual, na opinião brasileira, encaminharia “os princípios para o término da guerra em Angola”. Expressiu satisfa o pelo cessar-fogo iniciado no dia 24 e renovou a disposi o brasileira de “colaborar com o país-irmão”.

Na África do Sul, em eleições gerais, o Partido Nacional perdeu votos tanto para a direita quanto para a esquerda. Botha sofreu um derrame e foi substituído, em setembro, por F. W. de Klerk que iniciou programa de mudanças. O novo líder beneficiou-se do declínio do comunismo na Europa e da retirada de Cuba de Angola, fatores que foram essenciais para neutralizar o medo de que uma reforma levasse o país ao marxismo. Na Namíbia, em novembro, realizaram-se eleições supervisionadas pela ONU<sup>152</sup>, tendo a SWAPO obtido 57% dos votos.

Em seu discurso de posse como Presidente da África do Sul, em fevereiro de 1990, F. W. de Klerk anunciou o fim de proibição de todos os partidos políticos, inclusive o Congresso Nacional Africano, impedido de existir havia 30 anos<sup>153</sup>. Declarou que “somente um entendimento negociado entre líderes representativos de toda a população poderia assegurar paz duradoura”<sup>154</sup>. O novo líder sul-africano surpreendeu os observadores mundiais ao abolir a segregação racial de praias, parques e bibliotecas e ao permitir protestos de dissidentes<sup>155</sup>. Ainda em fevereiro, levantou a proibição contra o Congresso Nacional Africano e contra o partido comunista<sup>156</sup>. No dia 11, de Klerk libertou Mandela da prisão<sup>157</sup>. Esse ato, diretamente televisado, teve forte impacto internacional<sup>158</sup>. Em nota à imprensa, no dia seguinte, o governo brasileiro elogiou a libertação de Mandela.

\*

Na África setentrional, destacar-se-ia o conflito entre os EUA e a Líbia que exigiria uma tomada de posição brasileira na ONU. Em fevereiro de 1986, houve embates entre membros de frota estadunidense e a força aérea líbia<sup>159</sup>. Em 24 de março de 1986, força tarefa dos EUA foi atacada no Golfo de Sidra por mísseis líbios. Os EUA retaliaram, afundando dois barcos patrulha e bombardeando instalação de radar costeiro<sup>160</sup>.

Um ataque executado com uma bomba em Berlim Oriental matou, em 5 de abril, dois militares americanos e feriu vários outros. Uma mensagem por telex enviadas de Trípoli e interceptada pelos EUA, congratulava a embaixada líbia em Berlim Oriental por trabalho bem executado. Esse documento foi considerado pelo governo de Washington prova suficiente da ligação daquele atentado com o governo de Muammar Gaddafi, tendo o governo Reagan decidido revidar. No dia 14, aviões de bombardeio americanos atacaram Trípoli e Benghazi<sup>161</sup>. Foram atingidas a casa do líder líbio e outros alvos, inclusive quartéis e campos de aviação<sup>162</sup>. Gaddafi nada sofreu, mas houve mortes de civis. Teriam morrido 15 pessoas, inclusive uma filha adotiva de Gaddafi de 15 meses de idade e ficado ferida uma centena de outras pessoas. O ataque durara



dez minutos e atingira vários alvos e, por engano, a embaixada francesa. França, Espanha e Itália haviam negado sobrevoo, assim como o pouso em bases europeias no continente. A Primeira-Ministra britânica, Margaret Thatcher, justificaria a permissão de utilização de bases no Reino Unido em razão do apoio que a Líbia daria ao terrorismo<sup>163</sup>.

O ataque foi fortemente condenado internacionalmente<sup>164</sup>. Por comunicado à imprensa, divulgado em Brasília no dia 15 de abril, pelo Itamaraty, o governo brasileiro, sem utilizar a palavra condenação, expressou a preocupação brasileira e lamentou o emprego de violência e agressões mútuas:

O governo brasileiro vê com grande preocupação o curso dos acontecimentos no Mediterrâneo. [...] O governo brasileiro lamenta o emprego da violência, o qual não é recurso adequado para a solução de divergências. A espiral crescente de agressões mútuas, que a crise no Mediterrâneo poderá desencadear, terá consequências graves para a convivência internacional. O governo brasileiro manifesta sua esperança de que a moderação e o equilíbrio prevaleçam no conflito entre os EUA e a Líbia, preservando-se a causa da paz e poupando-se vidas inocentes.

A AGNU aprovou, em dezembro, a Resolução nº 41/38 que condenou o ataque dos EUA à Líbia, qualificando-o de “séria ameaça à paz e à segurança”. Criticou também o exercício do veto americano no CSNU com relação à resolução semelhante e acusou o governo de Washington de engajar-se em violação da Carta da ONU e do direito internacional. A resolução dispôs ainda sobre o direito de a Líbia receber indenização pelas perdas humanas e materiais sofridas. A resolução foi aprovada por 79 votos a favor, 28 contra e 33 abstenções. O Representante Permanente dos EUA, Vernon Walters, invocou o direito de seu país a autodefesa reconhecido no Artigo 51 da Carta e condenou a ONU por ter deixado de considerar o ataque líbio contra os EUA, em especial o bombardeio em Berlim Oriental que causara mortes e ferimentos.

As relações do Brasil com a Líbia prosseguiram normalmente tendo-se realizado, em outubro de 1987, em Brasília, a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Líbia. Em discurso ao chefe da delegação líbia, Jadallah Azzouz Talhi, Sodré declarou que esperava pudesse a reunião “ventilar numerosos aspectos” das relações bilaterais, “não só de natureza técnica, [...] mas também de natureza política, em alto nível”.

Em 1988, pouco antes do Natal, uma bomba escondida em aeronave americana que partira de Londres explodiu sobre a cidade de Lockerbie na

Escócia, matando todos os passageiros e tripulação<sup>165</sup>. Ao todo morreram 270 pessoas (259 no avião e 11 na cidade). Os governos dos EUA e do Reino Unido acusariam o envolvimento de dois agentes líbios. Em setembro de 1989, um ataque terrorista destruiu o voo 772 da companhia aérea francesa UTA, que caiu no Níger matando 170 pessoas<sup>166</sup>. Mais tarde, o governo da França acusaria o governo líbio de ser responsável pelo ataque.

## 2.5. Oriente Médio

A política brasileira com relação ao conflito árabe-israelense continuaria a se basear nas decisões da ONU e na manutenção do relacionamento bilateral tanto com Israel quanto com seus vizinhos árabes, mas com frequentes manifestações de preocupação por estes e pelos palestinos. Por nota do Itamaraty divulgada em fevereiro de 1986, o Brasil reiterou apoio aos esforços de paz naquele país e declarou que a “salvaguarda da integridade territorial, soberana e independente do Líbano, vítima de repetida agressão”, voltava a ser objeto de especial preocupação para o Brasil, “país onde” se integrava “plenamente uma ampla comunidade de origem libanesa”. Manifestou “seu empenho” em que pudessem ser encontradas “condições favoráveis à retirada de tropas estrangeiras” e soluções que atendessem aos “direitos, interesses e anseios de todos os segmentos da sociedade libanesa”. Reiterou “seu apoio a ação e às Resoluções da ONU” e a confiança de que “os esforços de paz da comunidade internacional seriam “ainda mais intensificados.”

A primeira visita de caráter oficial de Sodré, depois que assumiu as funções de Ministro, foi a que efetuou em abril ao Coveite e à Arábia Saudita, onde inaugurou as instalações da embaixada em Riade. Em discurso ao Príncipe Sauid Al-Faisal, reafirmou o direito a todos povos e nações do Oriente Médio viverem dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas; o reconhecimento dos palestinos à autodeterminação e à independência em Estado próprio; e o cumprimento das resoluções pertinentes da ONU para evacuação dos territórios árabes ocupados. Já por ocasião da visita do vice-Primeiro-Ministro do Iraque ao Brasil, Sodré e aquela autoridade se referiram em Comunicado Conjunto unicamente à desocupação de todos os territórios árabes, inclusive Jerusalém.

Em outubro de 1986, o Presidente da Argélia, Chadli Bendjedid, visitou o Brasil. No comunicado à imprensa divulgado sobre o encontro, foi dada relevância aos “direitos nacionais legítimos do povo palestino”. Em discurso ao Ministro do Exterior do Egito, Ahmed Meguid, em junho

de 1987, Sodré manifestou apoio   realiza o de Conferência Internacional da Paz sobre o Oriente Médio sob os auspícios da ONU e com a participa o de todas as partes interessadas, inclusive a OLP.

O Brasil pautava sua posi o no conflito, nos foros internacionais, pelos seguintes princípios, todos aliás, constantes de resolu es da ONU: apoio   retirada das forças israelenses de todos os territórios  rabes ocupados desde 1967; defesa do retorno do povo palestino   parcela de seus territórios ancestrais e o reconhecimento de seu direito   autodetermina o, independência e soberania; participa o dos palestinos nas negocia es de paz através de representantes legítimos; e reconhecimento do direito de todos os Estados da região, inclusive Israel, a existirem dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. No âmbito da ONU, o Brasil condenou as viola es de direitos humanos nos territórios  rabes ocupados; considerou que a igualdade de direitos e a autodetermina o dos povos constituem condi o fundamental para o gozo dos direitos humanos; e defendeu a necessidade do término da ocupa o.

Teve início, em 8 de dezembro de 1987, uma *intifada*. No começo, essa agita o generalizada entre palestinos se deu apenas nas áreas ocupadas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza<sup>167</sup>, mas constituiu um fator suficientemente complicador para o processo de paz ao representar rea o popular espontânea contra o fracasso das conversas relativas aos territórios ocupados<sup>168</sup>. O governo brasileiro emitiu nota em que expressou preocupa o pelo agravamento da tensão entre a popula o palestina dos territórios de Gaza e da Cisjordânia, e as forças do Estado de Israel.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Shimon Peres, visitou o Brasil no dia 14 de dezembro. No discurso que pronunciou, Sodré reafirmou o direito de Israel viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas, bem como o direito de autodetermina o de todos os povos da região. Em sua resposta, Shimon Peres afirmou admirar “profundamente a convivência pacífica e harmoniosa entre judeus e  rabes” no Brasil e declarou nada ter Israel contra as rela es entre o Brasil e os países  rabes. Concluiu não ver “qualquer contradi o entre a amizade brasileira pelos países  rabes e sua amizade por Israel”.

Em abril de 1988, Abu Jiha, líder militar palestino, do partido Fat  e um dos assessores graduados de Arafat na OLP, foi assassinado, na Tunísia, aparentemente por comandos israelenses. O governo brasileiro emitiu nota em que deplorou “profundamente” o atentado que resultou naquela morte. Numa segunda nota emitida no ano, o Brasil deplorou

“as novas ações militares de Israel no Sul do Líbano e os atos de violência praticados contra a população local”.

Em palestra em julho, Sodré também se referiu às comunidades árabes e judias no Brasil, ao pedir solução negociada para uma solução no Oriente Médio, e ao justificar o relacionamento econômico mais intenso com os países árabes.

Com o cessar-fogo na guerra Irã-Iraque, em agosto, a atenção mundial e árabe voltou-se para o problema palestino<sup>169</sup>. O Brasil manifestou sua “inquietação com o prolongamento dos distúrbios em Jerusalém, Gaza e Cisjordânia”, que havia mais de quatro meses traziam “à luz o descontentamento da população desses territórios com o regime de ocupação a que está submetida”. Denunciou a “violação dos direitos humanos, em desrespeito às obrigações assumidas e ao Direito Internacional, à custa de centenas de vítimas”, que, na visão brasileira, demonstrava “a necessidade urgente de busca de solução para a Questão Palestina”. Reafirmou sua posição, consoante os termos das resoluções n<sup>os</sup> 607 e 608 do CSNU, de “profundo desgosto” com as medidas “adotadas pelas autoridades de ocupação de banir habitantes dos territórios palestinos, em flagrante contravenção às disposições internacionais relativas à proteção de civis em tempo de guerra”.

Em seu pronunciamento à AGNU em setembro, o Ministro Abreu Sodré reiterou que a autodeterminação do povo palestino em seu próprio território constituía condição essencial para a solução da crise; e a necessidade de respeito aos direitos do povo palestino, da completa retirada de Israel dos territórios ocupados desde 1967 e de que todos os Estados da região pudessem existir em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Concluiu que, com esses objetivos, continuava o Brasil a apoiar a realização de uma Conferência Internacional sobre a Situação no Oriente Médio, “com a participação de todas as partes interessadas, inclusive da OLP, representante legítimo do povo palestino”<sup>170</sup>.

Estimulado tanto pela URSS quanto pelos EUA, Arafat anunciou, em novembro, que a OLP reconhecia o Estado de Israel (aceitação das Resoluções 242 e 338 do CSNU). A OLP declarou, no mesmo mês, a independência da Palestina<sup>171</sup> e, durante Assembleia Geral, realizada em Genebra em 13 de dezembro de 1988, Arafat renunciou ao terrorismo<sup>172</sup>. No dia seguinte, os EUA expressaram disposição de conversar com a OLP e<sup>173</sup>, dois dias depois, as conversações tiveram início em Túnis<sup>174</sup>.

No Líbano, o Primeiro-Ministro, General Michel Aoun, cristão maronita, opunha-se à presença síria com base na Resolução n<sup>o</sup> 520 do CSNU que exigia o respeito da soberania, integridade territorial, unidade

e independência política do Líbano sob a autoridade única e exclusiva do governo libanês. Com maciço apoio popular no Leste de Beirute, Aoun declarou uma “Guerra de Liberação” contra as forças sírias. A luta teve início em março de 1989. Mortes de civis em ambos os lados foram causadas por bombardeio indiscriminado. Em 4 de abril, o Brasil emitiu nota em que lamentou os conflitos no Líbano, e a “participação de forças armadas estrangeiras em ataques contra a população civil libanesa”.

Em agosto, houve nova rodada de bombardeios violentos entre cristãos maronitas e militantes muçulmanos. As tropas do General Aoun contavam com apoio do governo de Saddam Hussein que desejava punir a Síria por ter apoiado o Irã na guerra contra o Iraque. Por seu turno, os muçulmanos libaneses recebiam suprimentos da Síria e do Hesbolá que era patrocinado pelo Irã. Em agosto, houve êxodo de cidadãos de Beirute para Chipre. No dia 14, o Itamaraty emitiu nota à imprensa a respeito da guerra civil no Líbano. Informou ter convocado o Embaixador da Síria para manifestar-lhe “a extrema preocupação do governo brasileiro com a escalada de agressões”, tendo na ocasião o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Paulo Tarso de Flecha de Lima, reiterado a posição do governo brasileiro “de defesa da integridade territorial e unidade nacional do Líbano e de retirada de todas as tropas estrangeiras do enlutado país amigo”.

### *2.5.1. Guerra Irã-Iraque*

No início da gestão de Abreu Sodré, a guerra entre Irã e Iraque aproximava-se do final. Em 1986, os iranianos passaram a controlar a península de Fao<sup>175</sup>. Em fevereiro, lançaram ataque surpresa contra tropas iraquianas que defendiam aquela área. Constituiu-se na primeira vez que o Irã conseguiu invadir e ocupar território iraquiano após quatro anos de tentativas. O Iraque executou diversos contra-ataques, mas o Irã conseguiu manter aquela “cabeça de ponte”. Por nota divulgada em 7 de março, o governo brasileiro manifestou preocupação com “a intensificação do conflito Iraque-Irã, o risco de sua ampliação regional e, com enorme consternação, a continuação das perdas de vidas humanas, danos a objetivos não militares e os prejuízos causados a dois países em desenvolvimento”.

O primeiro vice-Ministro do Iraque, Taha Yassin Ramadhan, visitou o Brasil em maio, para participar da VI Comissão Mista. Sodré notou-lhe o crescimento da “presença de empresas brasileiras no Iraque, sobretudo

daquelas ligadas ao setor de serviços". Observou que essa participação se materializara em importantes projetos de desenvolvimento, tendo, para a realização de alguns desses empreendimentos, chegado a haver, "em certos momentos, 8.000 brasileiros trabalhando em solo iraquiano, em perfeita harmonia com o povo do país amigo". Demonstrou interesse em "ampliar a presença de empresas brasileiras no mercado iraquiano, na área de prestação de serviços, tomando-se como base, para tal, as negociações já encetadas a nível do Comitê Ad-hoc, assim como no setor de bens tangíveis". Em relação a estes últimos, afirmou ser propósito brasileiro, "além de reforçar os fluxos de produtos tradicionais" na sua pauta de comércio - tais como os veículos e itens do setor de alimento - estimular as vendas de bens de capital. Do Comunicado Conjunto, divulgado após o encontro, constou resumo da versão iraquiana da evolução da guerra e a preocupação brasileira com a intensificação do conflito, bem como o apoio do Brasil aos esforços desenvolvidos pela ONU.

Entre 1986 e 1987, a guerra entre Irã e Iraque apresentou seus piores momentos. Na chamada "guerra das cidades", ataques com bombas e mísseis foram dirigidos a centros urbanos. Houve também ataques crescentes a navios no Golfo Pérsico, contribuindo para o aumento do preço do petróleo e dos esforços internacionais para terminar o conflito. As iniciativas diplomáticas afinal prosperaram quando o SGNU, Pérez de Cuellar, negociou um cessar-fogo na guerra Irã-Iraque<sup>176</sup>.

Em julho de 1987, foi aprovada a resolução nº 598 da ONU a respeito de um cessar-fogo e o retorno às fronteiras existentes no início do conflito. De acordo com seus termos, foi também criado um time de observadores da ONU para supervisionar seu cumprimento e determinar a libertação dos prisioneiros de guerra<sup>177</sup>. Tanto os EUA quanto a URSS apoiaram a resolução<sup>178</sup>. O Brasil, que mantivera posição de neutralidade na guerra, também apoiou a Resolução e, por ocasião da sua aprovação, divulgou comunicado de imprensa em que acolheu, com satisfação, sua adoção e nela reconheceu uma demonstração da capacidade do Conselho de agir em favor da paz e da segurança internacionais.

No início de 1988, cerca de 50 navios americanos e da Europa Ocidental patrulhavam o Golfo. Houve novas ofensivas iranianas contra o Iraque, mas Saddam Hussein respondeu com gás e ataques de mísseis, inclusive a Teerã. Um ataque atingiu o vilarejo curdo de Halabja, em território iraquiano, matando cinco mil civis.

O vice Primeiro-Ministro e Ministro do Exterior do Iraque, Tariq Aziz, visitou o Brasil no primeiro semestre do 1988. Ao saudá-lo, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima manifestou o pesar brasileiro pelo

prolongamento do conflito no Golfo. De fato, este não apenas prosseguia, como iria envolver também os EUA.

Em abril, em retaliação a dano causado a navio de guerra americano por minas colocadas pelo Irã no Golfo Pérsico, os EUA afundaram seis dos 12 navios da marinha iraniana. No mês seguinte, o Iraque ameaçou cruzar novamente as fronteiras do Irã. Em 3 de julho, um navio de guerra americano, o *USS Vincennes*, derrubou um avião civil iraniano por confundi-lo com um alvo militar, morrendo 290 passageiros e tripulantes<sup>179</sup>. No dia seguinte, o Brasil emitiu a seguinte nota à imprensa:

O governo brasileiro tomou conhecimento com profundo pesar da derrubada de um avião civil iraniano, que resultou na perda de centenas de vidas inocentes. Conforme já deixado claro, no passado, não é aceitável que a aviação civil internacional - fator de paz e aproximação entre os povos - fique à mercê de atos dessa natureza. Esse trágico episódio sublinha, uma vez mais, a necessidade de máxima moderação por parte de todos na região do Golfo, conforme determinado pela resolução 598 (1987), do CSNU. O governo brasileiro manifesta suas sentidas condolências às famílias das vítimas desse lamentável acontecimento.

O chefe da representação brasileira, Embaixador Paulo Nogueira Batista, presidia, então, o CSNU e, mais tarde, relatou o ocorrido no âmbito daquele foro. Narrou como foi informado “primeiro por notícias não confirmadas e, logo depois, por um telefonema de Genebra, do secretário-geral, Pérez de Cuellar, que um navio de guerra dos EUA havia derrubado um avião iraniano de passageiros sobre o Golfo”. Descreveu como Teerã havia assumido a posição de ignorar o CSNU, que acusava de tendência favorável ao Iraque por abster-se de reconhecer a responsabilidade de Bagdá pelo começo da guerra. Relatou como, na qualidade de Presidente do Conselho, deu início a consultas com os membros do órgão, deles tendo obtido uma autorização genérica para negociar com o Irã e os EUA o texto de uma resolução.

Contou Nogueira Batista ter sido positiva a reação estadunidense e difícil o tratamento do tema com o representante iraniano, Embaixador Mohamad Mahallati, “dado o isolamento diplomático de seu país, a ira popular no Irã contra a derrubada de um avião civil com centenas de vítimas e as disputas de poder muito intensas que tinham lugar em Teerã sobre a questão de como dar um fim à guerra [como o Iraque] e sobre a conveniência de normalizar as relações com os países ocidentais”. Narrou como Mahallati obteve a concordância de seu governo para solicitar



formalmente a intervenção do CSNU, com base na garantia que ele, como Presidente daquele órgão, “só tomaria a iniciativa de propor ao Conselho um texto que fosse aceitável pelo Irã, ficando entendido, é claro, que o Irã manifestaria publicamente e com toda clareza essa aceitação”.

Por fim, Nogueira Batista, descreveu como os “bons resultados conseguidos nos esforços de mediação entre o Irã e os EUA levaram este último país a pensar em fazer-se representar, na reunião pública que se realizaria para ouvir o Ministro do Exterior do Irã, Dr. Ali Akbar Velayati, pelo Vice-Presidente George Bush, na época já em plena campanha para a Presidência dos EUA”. Relatou ainda como conseguiu “chegar a um texto conciliatório de uma resolução” que invocava “os pronunciamentos do Ministro Velayati e do Vice-Presidente George H. W. Bush”, expressava “enorme lástima” e “profundo pesar” relativamente ao trágico incidente, “acolhia positivamente uma investigação pelo ICAO [*International Civil Aviation Organization*] por solicitação do Irã e enfatizava a necessidade de plena e rápida implementação da Resolução nº 598”, tendo sido aprovado por unanimidade pelo Conselho, em 20 de julho, como Resolução nº 616<sup>180</sup>.

O Aiatolá Komeini concordou, em 20 de julho, com o fim da guerra com o Iraque<sup>181</sup>. Embora tendo declarado que a paz seria pior do que tomar veneno, aceitou a Resolução nº 598<sup>182</sup>. Nenhum dos lados adquiriu qualquer território após oito anos de guerra. Em reunião realizada em agosto, o CSNU, sob a Presidência do Embaixador da China, aprovou a Resolução nº 619 que instituiu o Grupo de Observação Militar Irã-Iraque da ONU (UNIMOG) para monitorar a cessação das hostilidades<sup>183</sup>.

Na AGNU, Sodré declarou que a implementação do cessar-fogo entre o Irã e o Iraque, “motivo de contentamento para o Brasil”, trouxera “a perspectiva de paz e reconstrução econômica na região do Golfo”. Ressaltou a “extraordinária relevância do papel da ONU nessa iniciativa, a partir da ação conjunta de todos os membros do CSNU – que o Brasil, naquele momento, tinha a honra de presidir – em consulta com os governos do Irã e do Iraque e com a intermediação constante, oportuna e equilibrada do Secretário-Geral”<sup>184</sup>.

Na qualidade de Ministro de Estado interino, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima pronunciou, no dia 26, discurso na cerimônia de assinatura do Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Irã na sessão inaugural da Comissão Mista em Brasília. Na ocasião, ao se referir ao fim do conflito com o Iraque, afirmou que o Brasil, “convicto defensor do princípio de solução pacífica de controvérsias”, saudava os “novos ventos” que bafejavam no Oriente Próximo e ansiava “pelo amadurecimento do clima de concórdia e cooperação em benefício dos



povos do Golfo e de toda a Humanidade”. Em seu discurso, o Ministro das Indústrias do Irã propôs que o volume de comércio aumentasse até US \$ 1,5 bilhão e declarou que seu país estava preparado a entregar até 150 mil barris de petróleo por dia.

## 2.6. Ásia e Pacífico

Na Ásia, teriam relevância para a política internacional entre 1986 e 1989: a criação da APEC; o acordo entre Portugal e a China para o retorno de Macau ao governo de Pequim; o massacre na Praça Celestial naquela capital; a retirada das tropas do Vietnã que se encontravam no Camboja; o continuado crescimento de alguns países do Sudeste asiático; e a situação preocupante no Afeganistão.

\*

Em janeiro de 1989, o Primeiro-Ministro da Austrália, o trabalhista Bob Hawke, apresentou proposta de maior cooperação na região da Orla do Pacífico. Sua iniciativa levaria à realização da primeira reunião da *APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation* em Camberra, em novembro, presidida pelo Ministro do Exterior Gareth Evans. Compareceram Ministros de 12 países fundadores: Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e EUA. A proposta inicial sofreu oposição de países da *ASEAN – Association of Southeast Asian Nations* que contrapropôs a criação do *East Asia Economic Caucus* que excluiria os países não asiáticos tais como EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

\*

No Leste asiático, as relações bilaterais sofreram forte impulso com a China. Durante o ano de 1987, foram realizadas, do lado chinês, cerca de 70 visitas de missões oficiais ao Brasil e missões de número mais reduzido à China. No mesmo ano, Brasil e China assinaram um acordo de cooperação em energia nuclear para fins pacíficos. Em 1988, Sodré visitou a China onde foi recebido por seu colega Qian Qichen. Ressaltou, na reunião de consultas políticas, terem o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e a Academia Chinesa de Tecnologia concluído negociações técnicas para o desenvolvimento conjunto de satélite de sensoriamento remoto.

O Presidente Sarney visitou a China em julho quando assinou instrumentos nas áreas de sensoriamento remoto, de tecnologia industrial, dos transportes e da energia elétrica. Para Seixas Corrêa, com “a China,

abriram-se, sobretudo a partir da visita de Sarney àquele país, [...], canais de cooperação na área científica e tecnológica particularmente promissores". A cooperação com a China, na sua opinião, daria "frutos muito concretos, sobretudo na área espacial".

Essa aproximação sino-brasileira se desenvolvia quando ocorreram os acontecimentos na Praça Celestial (*Tianamen*), de enorme repercussão internacional. O exemplo da ousada política de Gorbatchov de *glasnot* e sua visita iminente à China entusiasmaram estudantes na primavera de 1989 a se manifestarem para pedir reformas políticas. Em 22 de abril, durante funeral de Hu Yaobang – membro do *Politburo* que sofreu enfarte ao defender estudantes naquele órgão – houve protestos e uns 200 estudantes se reuniram naquela praça<sup>185</sup>. No dia 27, milhares de pessoas romperam barreiras policiais e marcharam para seu centro. Em meio a notícias de reformas na Polônia, Hungria e URSS, esperava-se que, no dia 4 de maio, ocorressem protestos<sup>186</sup>.

A cúpula Gorbatchov-Deng Xiaoping em Pequim, entre os dias 15 e 18 de maio, a primeira em 30 anos, foi ofuscada pela continuada ocupação da Praça Celestial por estudantes<sup>187</sup>. No dia 19, Zhao Ziyang manteve encontro no praça com os que protestavam, procurando acalmá-los<sup>188</sup>. Durante sete semanas, a liderança chinesa tolerou a ocupação da praça, mas, em 4 de junho, o exército se aproximou da praça e, ao final de dias de impasse transmitidos ao vivo pela televisão, teve início um massacre. Nas primeiras horas do dia, o exército com tanques e armas atirou em estudantes desarmados que não haviam deixado a praça. Jornalistas testemunharam a morte de centenas de manifestantes. O Exército Vermelho chinês terminou assim a ocupação da praça em que se encontravam mais de 100 mil manifestantes<sup>189</sup>.

No dia 5, o governo brasileiro emitiu nota a respeito dos eventos na Praça Celestial, com termos cuidadosos para não demonstrar ingerência em assuntos internos. Não condenou a ação chinesa, limitando-se a expressar "consternação" pelas perdas de vidas:

O governo brasileiro acompanha com o interesse e a atenção que caracterizam suas relações de cooperação e amizade com a China a evolução dos acontecimentos naquele país. As informações aqui chegadas sobre trágicos acontecimentos de rua não podem deixar de gerar consternação, pelo que representam em perdas de vidas humanas e pelo apelo emocional que trazem à população e ao governo daquele país amigo. O governo brasileiro manifesta sua esperança de que a China possa rapidamente superar as dificuldades que ora a afligem e vencer com coragem este doloroso momento.

O exército chinês continuou a agir por vários dias. Estudantes foram condenados como revolucionários, embora a ocorrência do massacre tenha sido negada. Zhao Ziyang foi destituído da liderança do partido e colocado sob prisão domiciliar<sup>190</sup>.

\*

Com o Japão, os contatos bilaterais continuaram a se concentrar nas possibilidades econômico-comerciais e na celebração da imigração japonesa ao Brasil. A economia nipônica começou período de expansão em 1986. Cresceu em média 5% entre 1987 e 1989 revitalizando indústrias, tais como as siderúrgicas e as empresas de construção. Em 1988, o Príncipe Fumihito visitou o Brasil para a celebração dos 80 anos da imigração japonesa. Segundo Seixas Corrêa, Sarney “percebia claramente” o papel do Japão como “garante da liquidez da economia internacional”, tendo estabelecido como meta de alta prioridade o desenvolvimento de relações bilaterais mais estreitas. Na sua opinião, as dificuldades “oriundas da relutância do Japão em comprometer-se financeiramente com o Brasil” foram superadas pelo “clima de boa-vontade que se criou com a decisão do Presidente Sarney de comparecer às exéquias do Imperador Hiroito, em 1988”<sup>191</sup>.

\*

Chamava atenção mundial o crescimento econômico acelerado de alguns países da região. Assim, em 1988, os chamados “Tigres” – Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong (todos no Leste da Ásia), bem como Cingapura (no Sudeste da Ásia) – responderiam por 8,1% do total das exportações mundiais, um crescimento espetacular, pois, em 1963, representavam apenas 1,6% desse total. Os resultados eram pouco inferiores aos do Japão (9,6%) e mais do que o dobro da parcela correspondente à América Latina (4,2%). Desde meados da década de 1980, a renda *per capita* da Coreia do Sul superara a dos países latino-americanos<sup>192</sup>.

\*

No Vietnã, em 1986, numa virada histórica, o Partido Comunista implementou reformas de livre mercado conhecidas como *Doi Moi* (renovação). Mantida intacta a autoridade do Estado, foi permitida a propriedade privada de fazendas e empresas, promovida a desregulamentação e encorajado o capital externo. A economia logo apresentaria crescimento rápido na agricultura e na produção industrial. Em maio de 1988, o Vietnã, sob pressão do Crêmlin, anunciou que retiraria tropas do Camboja<sup>193</sup> e no mês seguinte começou a implementar essa medida<sup>194</sup>. Em maio do ano seguinte, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Vietnã.

\*

No centro-sul asiático, a situação da ocupação soviética no Afeganistão começou a mudar quando Gorbatchov ofereceu reduzir o nível das tropas naquele país<sup>195</sup>. O mediador da ONU, Diego Cordovez, em conversações em Genebra, atuou junto aos Ministros do Exterior do Paquistão e do Afeganistão, mas o governo de Islamabad rejeitou oferta soviético-afegã para a retirada das tropas em 16 meses, insistindo que esse prazo se reduzisse à metade. Em novembro, o líder afegão Dr. Maomé Najibulá, que tinha o apoio soviético, anunciou a redução daquele prazo para 12 meses. Na Assembleia Geral da ONU de 1987, o Brasil votou a favor de resolução reiterando a importância de uma solução negociada e duradoura para a questão do Afeganistão.

Em janeiro de 1988, Reagan afirmou que os EUA somente interromperiam sua ajuda aos *muhajedins* opositores de Najibulá quando a URSS cessasse sua ajuda àquele governo em Cabul<sup>196</sup>. Em abril, foi assinado em Genebra acordo de paz patrocinado pela ONU entre Afeganistão, URSS, EUA e Paquistão para a remoção de tropas soviéticas a partir de maio e a ser completada até fevereiro do ano seguinte<sup>197</sup>. Autorizado pelo CSNU, e mais tarde pela Resolução nº 622, o Secretário-Geral Javier Pérez de Cuellar organizou uma missão denominada UNGOMAP (*United Nations Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan*) para monitorar a retirada das tropas estrangeiras e estabeleceu planos para apoio a repatriação de refugiados<sup>198</sup>.

Em seu discurso à AGNU em setembro de 1988, Sodré afirmou que a retirada de “tropas estrangeiras” do Afeganistão havia reacendido as “esperanças de um futuro de paz e desenvolvimento para aquele país”. Afirmou, no entanto, que o Brasil teria preferido que “a entrada em funcionamento do mecanismo de verificação e controle dos acordos, com os bons ofícios da ONU, tivesse resultado de procedimentos menos sumários”.

Cumprindo o acordado, os últimos militares soviético deixaram Cabul em fevereiro de 1989, terminando assim nove anos de ocupação<sup>199</sup>. Os soviéticos haviam perdido 14.500 vidas em combate e 20 mil por outras causas, tendo ficado feridos 50 mil<sup>200</sup>. (O prolongado fracasso da URSS no Afeganistão seria considerado uma das causas de sua desintegração pouco menos de dois anos depois)<sup>201</sup>. Talvez um milhão de afegãos tenha perdido a vida nos nove anos de lutas<sup>202</sup>. Os rebeldes *muhajedins*, porém, mantiveram sua luta contra o governo de Mohamad Najibulá e prosseguiram a guerra civil<sup>203</sup>. Milhões de refugiados cruzaram a fronteira com o Paquistão<sup>204</sup>.

O papel da ONU no monitoramento dos acordos de paz no Afeganistão seria objeto ainda de debate, conforme relatou o

Embaixador Paulo Nogueira Batista ao comentar as tentativas das superpotências de estabelecer ligações diretas com o secretariado da ONU:

Um caso desse tipo foi a tentativa de estabelecer, por simples troca de cartas entre o secretário-geral e o Presidente do Conselho, que a ONU se fizesse presente para monitorar a observância dos acordos de Genebra sobre o Afeganistão. Afinal, devido à insistência do Brasil e de alguns dos países que haviam enviado tropas, a questão foi finalmente objeto de uma resolução, segundo a qual, contudo, permaneceram extremamente vagas as obrigações do secretário-geral relativas à prestação de informações ao Conselho. Por solicitação do Afeganistão, o Conselho teve sete reuniões em abril de 1989, sob a Presidência do representante soviético, Embaixador Belogonov, para examinar a implementação dos acordos de Genebra. O entendimento que tornou possível a realização das reuniões foi o de que não se tentaria conseguir qualquer tipo de ação a partir do Conselho. Teve lugar um acalorado debate, com alegações mútuas de violações dos compromissos de Genebra, sobre as atividades do *UNGOMAP*, a equipe de observação da ONU no Afeganistão. Contudo, o debate não foi inteiramente improdutivo para os que solicitaram a reunião: proporcionou ao governo de Kabul, cuja queda precoce fora tida como certa, alguma visibilidade internacional, e resultou num entendimento informal de que se deveria dar maior liberdade de movimento ao *UNGOMAP* no exercício de sua função de supervisão<sup>205</sup>.

## 2.7. Atuação política multilateral e plurilateral

### 2.7.1. Foros plurilaterais

Fora do âmbito da ONU e da OEA, três foros plurilaterais (além do Grupo do Rio) teriam origem naquele subperíodo: um de países ibero-americanos, outro de países lusófonos e, finalmente, um de países em desenvolvimento criado pelo Movimento Não Alinhado, no qual o Brasil mantinha *status* de observador.

A primeira reunião ibero-americana foi realizada em Caracas, em agosto de 1986, a pretexto de celebrar o quinto centenário da viagem de Cristóvão Colombo à América. Criar-se-ia na ocasião um foro que englobaria os países de língua espanhola e portuguesa na Europa e nas Américas, excluindo-se, portanto, outros países americanos tais como EUA, Canadá, antigas Guianas e países caribenhos<sup>206</sup>.

A ideia de uma comunidade de países de língua portuguesa teria sua semente plantada quando, em novembro de 1989, a convite do Presidente Sarney, em São Luís do Maranhão, com a ausência do Presidente de Angola<sup>207</sup>, reuniram-se, pela primeira vez, os Chefes de Estado de Língua Oficial Portuguesa. No encontro, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Da Declaração final, constou que a língua portuguesa era então falada por mais de 170 milhões de pessoas em todos os continentes.

O Grupo dos 15, ou simplesmente G-15, foi estabelecido na nona reunião de cúpula do movimento dos Não Alinhados em Belgrado, Iugoslávia em setembro de 1989. Teria como objetivos promover a cooperação e fornecer subsídios para outros foros tais como o GATT e o G-7 de países desenvolvidos. Compôs-se de 15 países em desenvolvimento relevantes da América Latina, África e Ásia.

### 2.7.2. ONU

De maior relevância na atuação multilateral brasileira, além das questões de direitos humanos e meio ambiente, seria a eleição do Brasil para assento não permanente no CSNU e sua proposta de criação de assentos adicionais permanentes naquele órgão. Teria relevância, no âmbito das questões de desarmamento e não proliferação de armas nucleares, a iniciativa brasileira de criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. O país também participaria de novos foros plurilaterais que surgiam, entre os quais as reuniões ibero-americanas e as dos países de expressão portuguesa.

Em discurso a Javier Pérez de Cuellar, SGNU, em março de 1986, Abreu Sodré ressaltou o interesse brasileiro no fortalecimento dos foros multilaterais, em especial a ONU, o que considerou “uma prioridade da política externa da Nova República brasileira”. Advogou o reforço da atuação do CSNU, de tal forma que este assumisse “integralmente as suas responsabilidades” e cumprisse “o seu destacado papel na prevenção e solução dos conflitos, com a urgência que as situações exigem”. Concluiu que exatamente com vistas a “contribuir para esse esforço da atuação do CSNU” é que o Brasil apresentara a sua candidatura para as eleições que se realizariam em 1987, certo de que poderia “prestar à Comunidade Internacional, não só por seu exemplo de amante da paz, mas sobretudo por sua atuação, serviço de real valia em prol de toda a humanidade”.

Sodré declarou, em setembro de 1987, na ONU, que o mundo não admitia mais “estruturas assentadas na supremacia de poucos e na submissão de muitos”. Defendeu não haver “mais lugar para fórmulas rígidas e excludentes, nem para os dualismos maniqueístas, nem para as teorias [...] de arbitrária repartição do poder mundial”. Concluiu que o mundo só conheceria “dias melhores com a efetiva democratização da ordem internacional” e, para tanto, a função da ONU era de “essencial valia”. Durante aquela Assembleia Geral, o Brasil foi eleito para vaga não permanente no CSNU, tendo obtido 151 dos 159 votos.

A partir daquele ano, tornaram-se mais frequentes as missões de paz da ONU. Entre 1988 e 1989 foram criadas cinco missões: na fronteira entre Irã e Iraque; no Afeganistão; Angola; Namíbia; e América Central<sup>208</sup>. Para Paul Kennedy, isso ocorria, à medida que o líder da URSS, Mikhail Gorbatchov, iniciava processo de liberalização e o mundo ocidental “reagia com prudência”<sup>209</sup>. De fato, um artigo do líder soviético no *Pravda* e no *Izvestia* chamaria atenção, pois propunha “maior utilização da instituição de observadores e de forças de manutenção da paz da ONU” e pedia que os cinco membros permanentes servissem de garantidores da segurança internacional<sup>210</sup>.

Na AGNU de 1989, assessorado pelo Embaixador junto à ONU, Paulo Nogueira Batista, o Presidente Sarney propôs a revisão da composição do CSNU e a inclusão de “uma categoria adicional de membros permanentes, sem o privilégio do veto”:

Faz dois anos, [...], o Brasil – após praticamente duas décadas de afastamento – passou a integrar o CSNU. [...] A experiência nos leva a reflexões. Para que a Organização da ONU, através do CSNU, possa desempenhar o papel de relevo que dela se espera no campo da paz e da segurança internacional, impõem-se algumas alterações na estrutura e nos procedimentos do próprio Conselho. Como dar solução a questões importantes relacionadas, por exemplo, com a instituição de operações de paz e com seu financiamento, sem um reexame da adequação da própria composição do Conselho? Este é um problema que merece ser examinado não apenas sob o ângulo tradicional da adequação entre a quantidade de membros não permanentes e o aumento verificado no número de Estados-membros da ONU, mas sobretudo à luz das mudanças nas relações de poder ocorridas no mundo desde a criação da Organização. É chegado o tempo de uma reavaliação destinada a permitir que a multipolaridade atual se veja refletida no CSNU, a fim de habilitá-lo a melhor exercer suas responsabilidades. Poderíamos contemplar uma categoria adicional de membros permanentes, sem o privilégio do veto<sup>211</sup>.



### 2.7.3. *Desarmamento e não proliferação de armas nucleares*

Em matéria de desarmamento e não proliferação de armas nucleares, a posição brasileira seria de apoio aos entendimentos que ocorriam entre EUA e URSS, mas também de insistência na necessidade de que as decisões fossem multilaterais e não apenas bilaterais. Numa iniciativa original, o Brasil proporia e obteria a aprovação (sem o voto americano) da criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, livre de armas nucleares.

\*

Os acontecimentos na URSS teriam impacto direto no tema do desarmamento. Em discurso no Congresso do Partido Comunista, em março de 1986, Gorbatchov afirmou que a defesa nuclear era ilógica e que as superpotências deveriam resolver suas diferenças na base de “igual segurança”. Em abril, o líder soviético propôs cortes profundos de armas convencionais na Europa e, em julho, os EUA apresentaram plano para eliminar mísseis balísticos. Gorbatchov o rejeitou, porém, por não ter o governo de Washington oferecido qualquer alteração a seu programa conhecido como Iniciativa de Defesa Estratégica.

No mesmo mês de abril, ocorreu o gravíssimo acidente nuclear de Chernobil na URSS. No dia 26 daquele mês, de madrugada, um de quatro reatores daquela localidade ucraniana próxima a Kiev explodiu produzindo mais radiação do que as bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki juntas<sup>212</sup>. As atividades da Agência Internacional de Energia Atômica seriam marcadas pelo impacto daquele acidente nuclear na implantação dos programas de segurança nuclear daquele organismo internacional. O Brasil presidiria Grupo de Trabalho para a elaboração do texto da Convenção de Notificação Imediata de Acidentes Nucleares e participaria ativamente das negociações em torno da Convenção de Assistência Recíproca em Caso de Acidente Nuclear.

Sarney enviou, em junho, carta a Gorbatchov na qual reafirmou o apoio brasileiro a iniciativas bilaterais que favorecessem o processo de desarmamento e o arrefecimento das tensões globais. Reiterou, no entanto, a necessidade de vincular essas iniciativas e as gestões bilaterais aos esforços multilaterais, de forma a preservar o direito de todos os países a uma participação equitativa nas decisões cruciais sobre o desarmamento.

Enquanto encorajava o desarmamento nuclear no plano mundial, o Brasil não estava livre de pressões internas para a realização de testes nucleares. Assim, em agosto, foi noticiada no Brasil a descoberta de um poço de 320 metros em Serra do Cachimbo destinado a esse tipo de testes.



A notícia foi desmentida por fontes militares brasileiras. Quase vinte anos mais tarde, Sarney confirmou a informação nos seguintes termos:

Descobrimos que havia, na Serra do Cachimbo, um buraco onde se pretendia fazer uma experiência com a bomba atômica.[...] Como Presidente da República, recebi a notícia da existência do campo para provas nucleares. Diante de nossas relações com a Argentina, eu teria de guardar essa informação profundamente.[...] Assim que tomei conhecimento da existência do campo de provas, determinei ao secretário do CSNU Nacional, general Bayma Denis, que imediatamente lacrasse o buraco onde seria realizado o primeiro teste.[...] Quem me deu a informação [sobre o poço] foi o CSNU Nacional. [...] Tive uma reação de surpresa. Ao mesmo tempo, tive a preocupação de que o fato não se tornasse público, porque a notícia prejudicaria nossa aproximação com a Argentina.[...] De maneira sigilosa, nós estávamos descobrindo o enriquecimento do urânio, por meio do Projeto Aramar. Tínhamos conseguido a tecnologia do enriquecimento do urânio com as centrífugas de Aramar, um trabalho excepcional feito pela Marinha. [...] <sup>213</sup>.

Reagan e Gorbachov se reuniram em Reykjavík, em outubro, quando estiveram prestes a assinar um acordo que aboliria todos os mísseis antibalísticos e, possivelmente, estabeleceria cenário para um desarmamento nuclear total<sup>214</sup>. A reunião, no entanto, foi suspensa em razão da insistência americana em continuar sua Iniciativa para Defesa Estratégica<sup>215</sup>. Houve progresso no tema quando, em fevereiro de 1987, Gorbachov concordou pela primeira vez em considerar a questão de forças nucleares de alcance intermediário separadamente do resto do pacote abrangente do controle de armas que ele vinha promovendo<sup>216</sup>.

O tema da não proliferação seria objeto de análise brasileira quando, em discurso em 13 de agosto, ao abrir seminário intitulado “O Brasil e a Política Nuclear Internacional”, Sodré lembrou por que o país não assinara o TNP. Disse que o país recusara-se a assinar aquele Tratado porque não acreditava em suas premissas, ou seja, a de que concessões em sua autonomia como nação poderiam ser correspondidas por progressos científicos por meio da cooperação internacional. Notou que, decorridos então 25 anos após a assinatura daquele Tratado, nenhum dos países não nucleares que a ele haviam acedido conseguira um progresso significativo naquele setor, apesar das concessões feitas no âmbito do Tratado. Concluiu que o Brasil não acreditava que a proliferação do conhecimento da tecnologia atômica significasse *ipso facto* a proliferação de armas nucleares.

O Presidente Sarney também tratou do tema em pronunciamento em 4 de setembro, ao expor as realizações do Programa de Tecnologia

Nuclear. Anunciou terem os cientistas da Comissão Nacional de Energia Nuclear conseguido dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio pelo processo de ultracentrifugação. Afirmou que o Brasil contou no setor “unicamente com seus próprios recursos materiais e humanos, sem qualquer auxílio externo”. Reiterou o “compromisso do Brasil de utilizar a energia nuclear com fins exclusivamente pacíficos”.

Na mesma linha, durante a AGNU, Sodré ressaltou que o compromisso brasileiro “com a utilização exclusivamente pacífica da energia nuclear” era “inquestionável” e “reforçado pelos efeitos positivos que os avanços tecnológicos brasileiros nesse campo, ao lado daqueles conquistados pelos países irmãos”, estavam gerando em benefício de maior cooperação e confiança mútua na América Latina. Referiu-se especificamente aos entendimentos com a Argentina ao notar que as iniciativas de colaboração que vinham sendo implementadas com o país vizinho iriam “assegurar o domínio do ciclo nuclear sem o desenvolvimento de armas atômicas” no continente. Como reforço desse argumento, lembrou a troca de correspondência nesse sentido entre os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín por ocasião do anúncio público do domínio brasileiro da tecnologia do enriquecimento de urânio<sup>217</sup>.

Na véspera de encontro de cúpula soviético-americano para a assinatura de acordo para desativação de mísseis nucleares intermediários, Sarney enviou mensagens a Reagan e Gorbachov em que expressou satisfação pelo “entendimento histórico”. De fato, os dois líderes assinariam, em Washington, em dezembro, acordo para eliminação na Europa de forças nucleares de alcance intermediário (isto é, mísseis baseados na terra com alcance entre 500 e 5500 quilômetros)<sup>218</sup>. Além de determinar que todos os mísseis existentes dessa categoria fossem destruídos, o tratado proibiu a produção. A assinatura do tratado marcou novo relacionamento EUA-URSS<sup>219</sup>.

Sodré observou, no discurso que fez, em fevereiro de 1988, na Conferência de Desarmamento em Genebra, que as circunstâncias eram felizes para o Brasil, por estar cercado de vizinhos amigos. Recordou ter o país assinado e ratificado o Tratado de Tlatelolco, o que lhe trazia “compromissos precisamente delimitados e garantias adicionais de segurança”. Ressaltou estar o Brasil inscrito na “região de mais baixo dispêndio militar relativo do mundo e, possivelmente, de mais reduzido grau de tensão e insegurança internacionais” e muito se orgulhava de contribuir para que assim fosse. Expressou o desejo de que “os conflitos e interesses estranhos” à região não perturbassem “o bom convívio” criado e consolidado.

A defesa de igualdade de tratamento dos países na questão de desarmamento seria exposta pelo Presidente Sarney em junho, ao

discursar na III Sessão Especial da AGNU, dedicada ao desarmamento. Resumiu assim a posição brasileira:

Nenhum Estado deve pedir a qualquer outro que tome medidas de desarmamento que ele próprio não esteja disposto a tomar. Ninguém pode pedir a outrem o que ele não pode conceder. As preocupações de segurança de um Estado são tão válidas, tão importantes e tão relevantes quanto as de qualquer outro. É o princípio da igualdade. O desenvolvimento industrial e tecnológico não desobriga qualquer país de observar e respeitar medidas de desarmamento internacionalmente acordadas. A não militarização dos espaço exterior constitui pré-requisito essencial para a adoção de medida significativa de desarmamento regional. A proliferação geográfica de armas nucleares compromete a posição adotada por muitos Estados de renunciarem à opção nuclear.

Por sua vez, ao discursar para a AGNU, Sodré ressaltou a importância de entendimentos multilaterais, e não apenas bilaterais, em matéria de desarmamento quando congratulou EUA e URSS por terem chegado, a “um acordo concreto sobre desarmamento”. Lamentou que “da atmosfera de diálogo” que aproximava as superpotências, não resultasse a “efetiva disposi o de ampliar multilateralmente as áreas de entendimento”. Em termos mais fortes, declarou que merecia condena o a constru o de “arranjos de poder voltados para a redefini o e o congelamento de uma ordem internacional verticalizada”<sup>220</sup>.

Em discurso pronunciado em Conferência da OPANAL, o Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro declarou, em termos incisivos, que chegara “a hora de pôr termo às falácias” daqueles que afirmavam “ver no avanço tecnológico dos países em desenvolvimento – no campo nuclear como em qualquer outro – um risco   paz,   segurança, ao meio ambiente global e   própria sobrevivência da humanidade inerentes   acumula o, ao aperfeiçoamento e   dissemina o geográfica de armas de destrui o em massa em poder das principais potências militares”.

No âmbito dos esforços mundiais para o desarmamento e a não prolifera o de armas nucleares, teria relevo a iniciativa da diplomacia brasileira de criar uma Zona de Paz e Coopera o no Atlântico Sul – ZPCAS. Inicialmente, o governo brasileiro propôs em maio de 1986, ao SGNU, a inclusão na agenda da AGNU do item “Zona de Paz e Coopera o do Atlântico Sul”. Em carta a Pérez de Cuellar, Sodré vinculou a iniciativa   situa o na África do Sul e na Namíbia. A proposta seria objeto de cartas que Sarney enviou, entre julho e agosto, aos Presidentes de Angola,

Argentina, Cabo Verde, Congo, Guiné, Guiné-Bissau, Nigéria, Senegal e Uruguai.

Sodré voltou a mencionar a ZPCAS no discurso que proferiu, em setembro, na ONU. Afirmou que, de um lado, buscava-se afastar “as graves ameaças à segurança regional e mundial representadas seja pela situação na África Austral, seja pela transferência ao Atlântico sul das tensões e confrontações Leste-Oeste, acompanhada da proliferação geográfica de armas nucleares e da conseqüente intensificação da corrida armamentista nuclear”. De outro, tinha-se em vista “valorizar as amplas possibilidades de cooperação para o desenvolvimento econômico e social dos povos da região”.

A iniciativa brasileira de criação de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul foi aprovada em 27 de outubro, pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral<sup>221</sup>. De seu texto constou a necessidade de manter a região livre de medidas de militarização, da corrida armamentista, da presença de bases militares estrangeiras e, sobretudo, de armas nucleares. Do preâmbulo constou especificamente a consciência de que a independência da Namíbia e a eliminação do regime racista do *apartheid* eram condições indispensáveis para garantir a paz e a segurança do Atlântico Sul. Por fim, constou declaração solene de que o Oceano Atlântico, na região situada entre a África e a América do Sul, constituía “Zona de paz e cooperação do Atlântico Sul”. A resolução foi aprovada por 124 votos a favor, um contra e oito abstenções.

Na explicação do voto contrário dos EUA, o representante americano, Noel L. Gross, afirmou que a resolução definira de forma inadequada as águas cobertas e, especificamente, excluía da zona o litoral e o interior dos Estados da região do Atlântico. Além disso, acrescentou, a resolução tentara criar uma zona internacionalmente reconhecida através de uma resolução da AGNU em vez de ser o resultado de uma negociação multilateral. Não obstante essa única, mas relevante oposição à iniciativa brasileira, na Assembleia Geral, Sodré declarou que a criação da ZPCAS constituía um “sinal de alento e vitalidade” na diplomacia multilateral, bem como decisão de “inegável alcance para a consecução dos princípios e propósitos” da ONU<sup>222</sup>.

#### 2.7.4. *Direitos humanos*

Na AGNU, em 1986, Sodré reiterou a importância que a democracia brasileira atribuía aos “direitos da pessoa humana – a seu respeito

absoluto e pleno, e desimpedido exercício”. Informou que os instrumentos internacionais, como os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos e a Convenção da ONU contra a Tortura, estavam sendo incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, o que acrescentava “novas garantias à perfeita proteção a esses direitos fundamentais em nosso país”<sup>223</sup>.

Durante o correr do ano, foram encaminhadas à aprovação do Congresso Nacional as Convenções contra Tortura da ONU e da OEA. A execução de política a favor da proteção dos direitos humanos continuaria a ser implementada em vários momentos durante o mandato de Sodré. Assim, o Itamaraty propôs ao Presidente que o Brasil viesse a aderir à Convenção Internacional sobre a Eliminação e a Punição do Crime do Apartheid e assinar a Convenção Internacional contra o Apartheid nos Esportes.

No plano da política interna, a proteção aos direitos humanos se viu reforçada em outubro de 1988, quando da aprovação da nova Constituição federal que garantiu os direitos civis fundamentais, inclusive o direito de trabalhadores à greve assim como liberdade de expressão e de imprensa<sup>224</sup>. Em julho de 1989, Sodré compareceu à cerimônia na OEA para depósito do instrumento de ratificação da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

### *2.7.5. Meio Ambiente*

No final da década de 1980, começariam a crescer as pressões internacionais em matéria de meio ambiente, e, no caso do Brasil, a atenção voltava-se à questão da preservação da floresta amazônica. Novos temas e dados científicos começavam a ser examinados no plano multilateral. Assim, em 1987, a conferência de Montreal tratou da proteção da camada de ozônio pela redução de certas substâncias químicas. A Comissão Brundland propôs políticas de desenvolvimento sustentável. Países desenvolvidos pediam o fim da destruição de florestas tropicais especialmente na Amazônia e países em desenvolvimento pediam a diminuição da poluição industrial de países industrializados<sup>225</sup>.

Para a delegação da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Sodré resumiu, em agosto de 1987, a posição brasileira. Afirmou que o governo brasileiro considerava que, ressalvado “o dever de não causar danos ao meio ambiente de outros países”, constituía “tarefa precípua do Estado, no exercício de sua soberania, a formulação de sua política ambiental e a administração de seus recursos naturais”.

Reconheceu, no entanto, que tal postura não implicava “desconsiderar o papel da cooperação e dos mecanismos internacionais de intercâmbio de informações em matéria ambiental”, que reputava “da maior relevância”. Sublinhou, ainda assim, que a utilização dos recursos naturais do território brasileiro obedecia às prioridades nacionais, que passavam “de modo insofismável pela satisfação das necessidades básicas de nosso povo”.

Seixas Corrêa observou que uma reunião dos Presidentes dos países Amazônicos realizada em Manaus, em 1988, fora “fundamental para dar o respaldo diplomático de que o Brasil necessitava diante da campanha que se movia internacionalmente em torno da questão do meio-ambiente”<sup>226</sup>. A morte de Chico Mendes, em dezembro daquele ano, teria enorme repercussão internacional<sup>227</sup>. Para o mesmo Seixas Corrêa, o assassinato daquele líder seringueiro em Rondônia, juntamente com “as cenas de devastação da floresta e do solo, queimadas e garimpos excitaram a imaginação da opinião pública mundial, especialmente dos países desenvolvidos”. Observou que o Brasil começou a ter “problemas sérios de imagem que deslustraram os ganhos obtidos com a redemocratização e chegaram a afetar as relações do país com organismos financeiros como o Banco Interamericano e o Banco Mundial”<sup>228</sup>.

Esse problema de imagem levaria a diplomacia brasileira a atuar em várias capitais de países desenvolvidos. Em março de 1989, o Embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti, Chefe da Missão junto às Comunidades Europeias, enviou cartas ao Presidente do Parlamento Europeu, a propósito de Resolução aprovada por aquela casa a respeito de questões ambientais na Amazônia brasileira. Expressou a surpresa e a indignação com que o governo brasileiro tomou conhecimento da decisão. Afirmou que o Brasil não reconhecia a “qualquer parlamento” que não fosse o Congresso Nacional brasileiro, “competência para pronunciar-se sobre como devemos utilizar, conservar e preservar nossos recursos naturais, inclusive a Amazônia Brasileira”. Lamentou que “um projeto exemplar de cooperação internacional como o Projeto Ferro-Carajás” pudesse “dar margem a tantas interpretações equivocadas e mesmo inaceitáveis manifestações intervencionistas como as acolhidas na resolução”.

Na Cúpula de Haia sobre Proteção do Meio Ambiente, Flecha de Lima defendeu, ainda em março, a necessidade de: (a) serem criados de mecanismos financeiros que possibilitassem aos países em desenvolvimento o estabelecimento de programas de prevenção da poluição atmosférica; (b) ser assegurado livre acesso e efetiva transferência de tecnologias de proteção ambiental, sem custo comercial, em favor dos países em desenvolvimento; e (c) reduzirem os países desenvolvidos

os níveis de emissão de resíduos poluentes na atmosfera, seja mediante redução do consumo supérfluo e irracional de combustíveis fósseis, seja mediante o desenvolvimento de fontes alternativas de energia<sup>229</sup>.

Flecha de Lima resumiu, no mês seguinte, para o Congresso Nacional, as pressões que o Brasil vinha sofrendo no exterior onde os meios de comunicação, organizações não governamentais, fontes oficiais e organismos multilaterais teriam escolhido o Brasil como “foco das críticas internacionais”. Notou a mudança da atitude do governo brasileiro sobre o tema desde a Conferência de Estocolmo, quando considerava o assunto ser de natureza interna, para uma posição de reconhecimento de que alguns fenômenos teriam caráter global. Informou sobre medidas adotadas pelo Itamaraty no exterior tanto no plano bilateral quanto multilateral para divulgar os esforços ambientais brasileiros. Defendeu, entretanto, a adoção de ações internas, pois a cooperação internacional não deveria se sobrepor à responsabilidade pela utilização dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente<sup>230</sup>.

O governo brasileiro decidiu oferecer-se para sediar a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na AGNU daquele ano, sempre assessorado pelo Embaixador Paulo Nogueira Batista, o Presidente José Sarney referiu-se à oferta brasileira e fez declarações sobre a questão do meio ambiente em que ressaltou a responsabilidade dos países desenvolvidos:

A questão ambiental nos seus aspectos planetários – mudança do clima, destruição da camada de ozônio – não pode nem deve ser discutida de uma perspectiva estreita, como se fora um problema Norte-Sul, em que os países menos desenvolvidos estivessem, por um comportamento irresponsável, afetando o equilíbrio ecológico mundial. A realidade é outra. Cabe aos países industrializados a maior parcela na poluição ambiental. Os países em vias de desenvolvimento não podem aceitar, como base para um novo relacionamento internacional, um conceito de desenvolvimento ecologicamente sustentável que confira apenas a eles a tarefa de assegurar o equilíbrio ecológico do planeta. Para que esse conceito tenha validade, será indispensável estendê-lo aos países industrializados, de forma que se possa determinar também a possibilidade de sustentação, do ponto de vista ambiental, dos padrões de produção e de consumo atingidos por esses países. Será indispensável uma íntima associação de todos os países no esforço de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que sejam mais eficientes na utilização de recursos naturais e menos poluidoras do meio ambiente e que se definam obrigações firmes de transferência de tecnologia, a preço de custo.



A relevância que atribuímos à questão ambiental e a disposição brasileira de tratá-la de forma serena e aberta acham-se claramente refletidas em nossa disposição de sediar, em 1992, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Mais do que ninguém, tem o Brasil consciência de sua exuberante, rica e extraordinária natureza. Suas florestas, sua fauna e sua flora são um patrimônio e uma riqueza que não abdicamos de preservar. [...] Se o mundo hoje pode voltar suas vistas para a Amazônia é porque os brasileiros souberam conservá-la até agora e o farão para o futuro. Estamos dispostos, como sempre estivemos, à cooperação. Contudo, nunca a imposições que atinjam nossa soberania<sup>231</sup>.

A decisão de convocar a Conferência, a ser realizada no Brasil, foi tomada, em dezembro de 1989, pela Resolução nº 44/228 da AGNU.

## 2.8. Atuação econômica externa

A atuação econômica externa, sobretudo no campo financeiro, seria adversamente afetada pelas dificuldades internas em que vários planos de estabilização seriam tentados. Em 1986, o programa de austeridade surtiu efeitos e a inflação cedeu, mas logo fracassou, tendo retornado ao patamar de 800% em 1987<sup>232</sup>. O Brasil tentaria, durante o governo do Presidente Sarney, três planos econômicos para combater a inflação: o Plano Cruzado, em 1986, o Plano Bresser, em 1987 e o Plano Verão, em 1989<sup>233</sup>. Apesar dessa dificuldade, o crescimento médio do PIB foi de 4,3%<sup>234</sup>, graças às exportações que cresceram mais de 6,6% ao ano<sup>235</sup>.

O Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, em palestra proferida em setembro, resumiu as reivindicações da comunidade econômica internacional com relação ao Brasil. Na sua síntese, as reivindicações da parte dos parceiros econômicos mais desenvolvidos incluíam:

[...] liberação total do regime de importações; maior flexibilidade na execução da política de proteção ao similar nacional; abolição de reservas de mercado (caso da informática); maiores facilidades ao capital estrangeiro (direito de estabelecimento nos setores financeiro e de serviços); pagamento do serviço da dívida externa; aceitação das condicionalidades do FMI e do Banco Mundial; incremento das exportações para o fortalecimento do balanço de pagamentos; negociação de acordos bilaterais para o estabelecimento de quotas "voluntárias" da exportação brasileira de determinados itens



(têxteis, siderúrgicos etc); aceitação de novos temas nas próximas negociações comerciais no âmbito do GATT.

Por outro lado, a seu ver, as demandas mais comuns apresentadas por países em desenvolvimento incluíam:

maior preferência, em nível regional (ALADI), por parte das importações brasileiras; diminuição dos superávits comerciais brasileiros com países que sofrem escassez em moeda conversível; dinamização do processo de integração da ALADI; estabelecimento de equilíbrios setoriais nos fluxos de comércio – produtos primários, manufaturados e serviços; créditos de mais longo prazo na venda externa de máquinas e equipamentos, ou no financiamento de projetos de engenharia e serviços; maior redirecionamento das importações brasileiras a favor de certos países da Ásia e África (ou mesmo para casos críticos, como Índia, Colômbia e outros); compras adicionais de petróleo, gás natural, carvão etc; maior cooperação técnica<sup>236</sup>.

Nesse contexto, em matéria de negociação externa, dois temas dominariam a agenda econômica brasileira: o lançamento da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais e a dívida externa (em especial, após a moratória de 1987). Na reunião de Cúpula dos Sete Grandes, ou G-7, realizada em Tóquio, em maio de 1986, prevaleceram teses dos EUA relativas a essas duas questões: isto é, na área comercial, a realização da rodada com ênfase nos novos temas e na área financeira, a coordenação para maior estabilidade das taxas de câmbio e enfoque tradicional para o problema da dívida externa.

### **2.8.1. Comércio**

Às vésperas do lançamento da Rodada Uruguai, em setembro de 1986, o Brasil juntamente com a Índia, opunha-se à inclusão de novos temas na agenda negociadora. Marcelo de Paiva Abreu assim resumiu a situação daquele momento:

As longas negociações que precederam o lançamento da Rodada Uruguai em Punta del Este, no mês de setembro de 1986, foram assinaladas por divergências constantes quanto à inclusão dos novos temas, sobretudo serviços. A oposição partiu da coalizão dos países em desenvolvimento do G-10, em que o Brasil e Índia desempenhavam papel proeminente. Baseava-se

em argumentos que iam da resistência à inclusão, na agenda, de temas que vinham sendo tradicionalmente tratados por outras agências até as dúvidas em torno da falta de competência analítica e de experiência em negociação de semelhantes temas, bem como da natureza assimétrica das vantagens promovidas pela liberalização. As propostas iniciais dos EUA tampouco incluíam temas de especial interesse para as economias em desenvolvimento, como a mobilidade internacional do trabalho, o acesso à tecnologia e a regulamentação das atividades das multinacionais. Um plano suíço-Colombiano surgiu em reuniões entre um G-9 que incluía EFTA (*European Free Trade Association* ou Associação Europeia de Livre-Comércio), Austrália, Canadá e Nova Zelândia, e um grupo de vinte países em desenvolvimento que não concordavam com o projeto do G-10. Esse plano *café au lait* foi apresentado como base das negociações em Punta del Este, opondo-se ao documento do G-10<sup>237</sup>.

Em discurso proferido em Punta del Este, no dia 16 de setembro, Sodré reiterou a posição brasileira a respeito dos chamados novos temas. Criticou os resultados das discussões, no GATT e em outros foros, sobre a questão de serviços, as quais não teriam feito “senão confirmar a convicção brasileira quanto à inexistência de uma clara concepção dessa matéria e muito menos de um consenso sobre uma ação multilateral no GATT”. Declarou que a posição brasileira se mantinha inalterada e que o Brasil não deixaria de trabalhar “incansavelmente por um consenso”, mas objetaria a “qualquer tentativa de imposição de soluções”. Por fim, em tom mais conciliatório concluiu que, “com espírito construtivo”, o país não se negaria “a considerar um encaminhamento para a questão de serviços” que, levando em conta a prioridade que alguns atribuíam a uma ação multilateral nessa área, respeitasse, integralmente, a posição daqueles que, como o Brasil, rejeitavam a inclusão de serviços numa rodada sobre bens no âmbito do GATT.

Para Paiva Abreu, o Brasil flexibilizou, nas negociações, suas pretensões contra os subsídios agrícolas da CEE em troca de apoio daquele grupo de países para evitar a inclusão do comércio de serviços proposta pelos EUA:

A CEE (CE) buscou a solidariedade do Brasil e da Índia para sustar a liberalização agrícola em troca de seus esforços para conter o entusiasmo norte-americano pelos novos temas.[...]. Do ponto de vista do Brasil, o interesse ativo na Rodada Uruguai concentrava-se, em princípio, em alguns problemas antigos como têxteis, produtos agrícolas tropicais e direitos

compensatórios de subsídios e *dumping* assim como salvaguardas aplicáveis aos mercados de exportação. Para o governo brasileiro, as vantagens de evitar concessões na esfera dos novos temas pareciam superar em muito os benefícios relacionados à liberalização nas questões tradicionais. Isso se devia tanto ao progresso de elaboração da agenda quanto à dificuldade intrínseca de avaliar ganhos e perdas dos países ou dos interesses setoriais de cada país. Havia, por exemplo, muitas dúvidas concernentes à direção e magnitude dos ganhos líquidos da liberalização comercial das exportações brasileiras para os mercados das economias desenvolvidas, caso dos têxteis, bem como ao impacto diferenciado da liberalização agrícola sobre produtos específicos como soja, açúcar, trigo e carne bovina. A declaração que lançou a refletia um compromisso: novos temas como TRIPS e TRIMS seriam tratados como temas do GATT desde o princípio, ao passo que negociações específicas iriam ocorrer simultaneamente em torno de serviços, mas não na esfera do GATT. Assim, adiou-se a incorporação dos resultados das negociações sobre serviços ao GATT. Para os países do G-10, a divisão das negociações em duas partes tinha por alvo bloquear as concessões cruzadas entre serviços e temas tradicionais. Julgava-se que seria mais fácil bloquear concessões referentes a serviços porque o balanço potencial das concessões favorecia as economias desenvolvidas<sup>238</sup>.

Do Relatório do Itamaraty sobre a reunião de Punta del Este que lançou a Rodada Uruguaí constou que a atuação do Brasil “orientou-se no sentido de buscar o atendimento dos interesses brasileiros na nova rodada (combate ao protecionismo, acesso a mercados e tratamento mais favorável para os países em desenvolvimento) e de impedir que a inclusão dos novos temas viesse a favorecer uma nova divisão internacional do trabalho, por meio da abertura de nossos mercados de serviços e alta tecnologia, em troca de concessões para produtos tradicionais”. Informou que a estratégia baseou-se “na busca de uma maior coordenação com os demais países em desenvolvimento, tanto no chamado Grupo dos Dez (Argentina, Índia, Egito, Nicarágua, Cuba, Iugoslávia, Tanzânia, Nigéria, Peru e Brasil) quanto a nível latino-americano”. Concluiu que, ao final de “intensas negociações, recorreu-se a uma solução institucional que permitiu a separação jurídica entre as negociações entre bens e serviços, ficando essas últimas fora da jurisdição do GATT. Com isso, o Brasil conseguiu assegurar que os mandatos estabelecidos para a nova rodada não fossem além da atual competência do Acordo Geral, além de evitar que houvesse troca de concessões em mercadorias para outras em serviços”.

As negociações da Rodada envolveriam 123 países e durariam oito anos<sup>239</sup>. Esse fato não impediu ou desencorajou novas iniciativas de âmbito bilateral ou regional para o estabelecimento de áreas de livre-comércio. Assim, em 1987, EUA e Canadá assinaram um acordo bilateral de livre-comércio. Na ocasião, o Presidente do México, Salinas de Gortari, que havia renegociado a dívida externa do país e iniciara programa de liberação comercial, pressionou Washington em favor de acordo do mesmo tipo com seu país<sup>240</sup>.

O Brasil realizou, em novembro daquele ano, consulta no Comitê de Balanço de Pagamentos do GATT, em atendimento a solicitação aprovada pelas partes contratantes. A delegação brasileira buscava justificar a imposição de restrições comerciais nos problemas de balanço de pagamento causados pela dívida externa brasileira e a moratória decretada em fevereiro daquele ano.

Ao avaliar, em abril de 1988, a posição a ser adotada pelo Brasil nas negociações na Rodada Uruguai, o Secretário-Geral do Itamaraty preconizou uma abertura comercial:

- a) o ponto de partida não pode ser outro senão o de aceitarmos o irrealismo dos atuais níveis tarifários brasileiros, do que resulta um sistema de controle de importações altamente distorcido, onde se combinam alíquotas proibitivas, isenções frequentes, decisões subjetivas e um desnecessário aparato burocrático para reger tudo isso;
- b) o passo seguinte, portanto, é o de buscar a restauração das funções básicas da tarifa aduaneira de ser o instrumento por excelência de seleção de importações e de, sendo operacional, exercer o papel de promotor de níveis crescentes de eficiência econômica do sistema produtivo interno, ao “expô-lo” à competição internacional. [...]
- c) [...] o excesso de proteção produz sua própria inércia. [...] A liberalização deve e pode promover desde já níveis mais acentuados de produtividade econômica pela aplicação gradual, progressiva, escalonada dos novos níveis de atualização tarifária. [...]
- d) finalmente, qualquer programa brasileiro de liberalização deve ter presente a importância de nossos compromissos na ALADI e, muito particularmente, no processo de integração que se acelera entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai. [...] <sup>241</sup>.

No curso das negociações no âmbito da Rodada Uruguai, entre 1986 e 1988, a posição brasileira no GATT passou a expressar menos oposição aos novos temas e a ter um papel mais ativo na questão da agricultura<sup>242</sup>.

O Brasil, entretanto, continuaria a defender tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento. Assim, na AGNU, em setembro de 1988, Sodré reiterou essa posição nas negociações multilaterais:

Não podemos aceitar que as teses de um comércio sem fronteiras sejam esgrimidas contra o tratamento especial e diferenciado que deve ser dispensado às nações do Terceiro Mundo. Tampouco podemos aceitar que os países desenvolvidos ignorem compromissos solenemente assumidos quando do lançamento da Rodada Urugui e exijam concessões de parte dos países em desenvolvimento em troca da revogação de medidas protecionistas<sup>243</sup>.

Flecha de Lima voltou, em setembro, a advogar a abertura comercial brasileira. Alegou que o Brasil precisava “acompanhar o dinamismo do mundo e integrar-se, de forma crescente, à economia internacional, sob pena de perder o ritmo da história”. Ressaltou, porém, que isso não significava “abandonar o mercado interno”. Dadas suas “dimensões continentais”, na sua opinião, o país sempre teria “um amplo segmento produtivo voltado para o mercado interno”. Concluiu que seria possível “ampliar significativamente a abertura” da economia e, “ainda assim, preservar grande volume de produção destinado ao abastecimento interno”<sup>244</sup>.

Três meses depois, o próprio Secretário-Geral expôs a posição brasileira em Montreal quando de reunião de avaliação do andamento da Rodada. Argumentou que a economia mundial necessitava de uma reversão das “preocupantes tendências ao protecionismo, ao unilateralismo e à adoção de medidas arbitrárias”. Lembrou medidas liberalizantes adotadas pelo Brasil, entre as quais a suspensão de proibição de importação de cerca de 1.210 itens<sup>245</sup>.

Paiva Abreu assim resumiu as posições dos diversos grupos de países naquele momento:

Os EUA desejavam que os subsídios às exportações agrícolas fossem eliminados em dez anos. Isso não foi aceito pela CE. A Argentina reagiu duramente ao impasse agrícola. Os membros latino-americanos do grupo Cairns pressionaram pela suspensão dos resultados obtidos em outras negociações, sujeitando-as aos acordos a serem alcançados em todas as negociações entabuladas até abril de 1989. O apoio norte-americano a essa postura, após ferrenha resistência inicial, tornou possível condicionar os resultados da Rodada aos progressos na esfera da agricultura. A inclusão do princípio do tratamento nacional dos fornecedores estrangeiros, no plano de serviços, representou uma concessão substancial por parte das

economias em desenvolvimento mais relutantes. O exame setorial de conceitos, princípios e regras foi de extrema relevância para os países desenvolvidos que desejavam menoscabar a importância de conceitos como “participação crescente dos países em desenvolvimento” e “situação reguladora”, que poderiam fornecer uma base para restringir o papel dos países em desenvolvimento nas negociações. A insistência de algumas economias desenvolvidas num acordo *framework* sobre serviços parecia arrefecida pela declaração de que, antes da aprovação de tal acordo, certos conceitos, princípios e regras teriam de ser examinados em relação à sua aplicabilidade a setores e modalidades de transação específicos, a serem cobertos pelo acordo *framework* sobre serviços<sup>246</sup>.

### 2.8.2. *Finanças*

As questões financeiras, a cargo do Ministério da Fazenda, tinham alguma incidência na atuação do Itamaraty. Em discurso que pronunciou em Washington durante visita oficial que fez aos EUA em setembro de 1986, Sarney referiu-se ao problema de transferência líquida de recursos e notou que o Brasil era obrigado a transferir, anualmente ao exterior, parcela de sua poupança para atender ao serviço de sua dívida externa, tendo essa transferência representado no ano anterior quase um quarto da poupança bruta. Na mesma linha, Sodré afirmou na ONU, em setembro, que a América Latina não poderia continuar a ser “exportadora líquida de capital”, não poderia seguir pagando altas taxas de juros e “spreads” na renegociação de seus débitos externos, não poderia ter mais impedido o acesso de seus produtos aos mercados internacionais e tampouco poderia continuar a sofrer restrições em matéria de transferência de tecnologia”.

No âmbito do Clube de Paris, o governo brasileiro logrou firmar, em janeiro de 1987, acordo com os credores oficiais. Comprometeu-se a pagar, em seis anos, com três de carência, os débitos vencidos em 1985 e 1986, correspondentes a US\$ 2,49 bilhões de amortizações do principal, mais US\$ 782 milhões de juros, num total de US\$ 3,27 bilhões de atrasados, bem como acertou o refinanciamento de US\$ 50 milhões do principal a vencer no primeiro trimestre de 1987 e o pagamento, em três parcelas semestrais a partir de 30 de junho de 1988, de US\$ 348 milhões, correspondentes aos juros de mora sobre os atrasados de 1985 e 1986.

A situação financeira do país, porém, continuou a se deteriorar. Em fevereiro, tendo as reservas internacionais caído para menos de US\$ 4

bilhões<sup>247</sup>, o Brasil suspendeu o pagamento de juros na sua dívida externa<sup>248</sup>. A moratória declarada envolveu o pagamento de juros dos empréstimos de médio e longo prazo dos credores privados. A dívida externa atingia US\$ 121 milhões e a notícia teve forte impacto junto ao mercado financeiro internacional e ao FMI<sup>249</sup>.

O ano de 1987 seria marcado na área financeira pela apresentação do governo americano do segundo Plano Baker<sup>250</sup> e, em outubro, pela vertiginosa queda no preço de ações em Wall Street, em dia conhecido como a “Segunda-feira negra”<sup>251</sup>. No final de 1987, a renda *per capita* na América Latina era 6% menor do que em termos reais em 1980<sup>252</sup>. A situação preocupava a classe política de toda a região, tendo-se realizado, em dezembro, no Itamaraty, a Assembleia Parlamentar Latino-Americana para a Dívida Externa.

O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, assinou, em junho de 1988, carta de intenções com o FMI que previa a negociação de um novo acordo *stand-by* e antecipava negociações com banqueiros privados e com o Clube de Paris<sup>253</sup>. A dívida total da América Latina alcançava cerca de US\$ 400 bilhões, sendo que US\$ 113 milhões devido pelo Brasil, US\$ 108 milhões pelo México e US\$ 54 milhões pela Argentina, a maior parte para credores nos EUA<sup>254</sup>.

Em março de 1989, foi anunciado o Plano Brady para a reestruturação da dívida externa de 32 países, mediante a troca por bônus emitido pelo país devedor com abatimento do encargo da dívida<sup>255</sup>. O plano – que recebeu o nome do secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady – previa redução da dívida, pagamento de empréstimos e reestruturação das economias latino-americanas para serem mais orientadas pelo mercado<sup>256</sup>. Distinguiu-se dos dois anteriores por reconhecer pela primeira vez que a redução da dívida representava uma parte necessária de qualquer estratégia bem-sucedida para gerenciar a crise da dívida<sup>257</sup>.

Na AGNU, em 1989, o Presidente José Sarney chamou a atenção novamente para a transferência líquida de recursos e suas consequências sociais:

[...] em 1988, o produto interno bruto da região [América Latina] se encontrava no mesmo nível de 1978. A transferência líquida de recursos para o exterior alcançou, somente em 1988, a cifra de 29 bilhões de dólares. Só o Brasil, nestes últimos cinco anos, remeteu cerca de 56 bilhões de dólares. É um Plano Marshall às avessas.

[..] Urge compreender que não é possível crescer quando se remete para o exterior, todos os anos, cerca de um terço da poupança interna.

Não será possível operar qualquer ajustamento, enquanto nos derem para resolver uma equação que não fecha.

Já é tempo de reconhecer que, até agora, o remédio para os problemas da dívida externa tem melhorado sobretudo a saúde financeira dos credores.

Para os devedores tem sido uma receita de estagnação e empobrecimento.

Repito: é chegada a hora de adotar uma estratégia que parta do pressuposto da retomada do crescimento dos países devedores. Tal estratégia exigirá forte redução do estoque da dívida e da transparência bruta e líquida de recursos para o exterior, única forma de reter a poupança necessária para financiar o desenvolvimento<sup>258</sup>.

## 2.9. O Serviço Exterior Brasileiro

Em seu discurso no Dia do Diplomata, em maio de 1986, Sodré se expressou a favor de reforma do serviço exterior brasileiro:

Há que reformar estruturas, no Brasil e no exterior; sistematizar e codificar procedimentos, aprimorando regras de organização e operação; avançar ainda mais na já acelerada informatização dos serviços; apurar a distribuição dos recursos, humanos e materiais, em função de prioridades políticas claramente explicitadas; estabelecer relações inequívocas entre os objetivos a alcançar e os meios para tanto precisamente recomendáveis. [...] O projeto ora em curso no Congresso Nacional já comporta a preocupação de assegurar ao funcionário do Itamaraty normas de promoção e remoção que lhe permitam administrar a própria carreira e sua vida pessoal de acordo com parâmetros pré-determinados, justos e confiáveis.

Um novo regime jurídico para os funcionários do Serviço Exterior brasileiro foi estabelecido em 27 de junho de 1986 pela Lei nº 7.501. Em outubro, o Decreto nº 93.325 aprovou o Regulamento do Pessoal. Esses atos estabeleceram novas normas quanto à movimentação de funcionários diplomáticos e não diplomáticos, a tipificação de postos e o rodízio obrigatório. Sodré se referiu à reforma, durante conferência na Escola Superior de Guerra:

Avanço importante já foi obtido graças à recente aprovação, pelo Presidente da República e o Congresso Nacional, já nas primeiras semanas de minha



gestão, com vistas a estabelecer normas sólidas e nítidas para o Serviço Exterior Brasileiro e criar condições para indispensável rejuvenescimento e revigorada motivação de seus quadros de funcionários. Esse projeto resultou em mais de dez mil sugestões colhidas em consulta livre e coletiva a toda a Casa; os próprios funcionários sugeriram como deveria ser a reforma que se pressentia, unanimemente, inadiável. [...] As respostas dadas por 306 diplomatas à consulta [...] , analisadas juntamente com estudos técnicos levados efeito por grupos de alto nível, inspiraram a proposta que viria a ser aperfeiçoada e aprovada pelo Senhor Presidente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

A situação de dívida externa do país continuou a impor restrição aos gastos públicos, sobretudo aqueles no exterior, em dólares estadunidenses. Em 1986, foram fechados os Consulados-Gerais em Antuérpia, Dusseldorf, Liverpool, Madri e Tóquio; os Consulados em Gênova, Havre e Trieste; os Vice-Consulados em Valparaíso, Valetta, Vigo e Willenstadt e deixaram de ser Consulados-Gerais de Primeira Classe as repartições em Barcelona, Hamburgo e Hong Kong. Apesar das restrições orçamentárias, durante o ano foram adquiridas residências para as embaixadas em Harare e Abidjan e chancelaria para o Vice-Consulado em Concepción, no Paraguai, bem como instaladas as embaixadas em Harare e em Havana.

## 2.10. Síntese da gestão de Abreu Sodré

Quando das eleições presidenciais de 1989, a primeira pelo voto direto desde 1960, o país atravessava inflação superior a 50% ao mês e o governo gozava de baixa popularidade. No primeiro turno, Fernando Collor de Mello obteve 29% dos votos, Luiz Inácio Lula da Silva 16% e Leonel Brizola 15%. No segundo turno, Collor derrotou Lula<sup>259</sup>.

Ao transmitir o cargo de Ministro do Exterior a seu sucessor, em 15 de março de 1990, Abreu Sodré fez uma síntese de sua gestão. Observou que seu sucessor não poderia “praticar a diplomacia balizada pelas linhas do mundo em que vivíamos”, mundo este que, nas suas palavras, então desaparecia. Notou, nesse sentido, que a *Perestróica* e a *glasnost* se alastravam, que caíra o muro de Berlim e haviam ruído “os muros que escondiam Mandela”. Ressaltou ter a consolidação da democracia conferido ao Brasil “credenciais sólidas”. Afirmou que, pela superação de “barreiras e preconceitos ideológicos”, fora possível estabelecer relações com Cuba e com o Vietnã e alçar o diálogo com o Leste Europeu a “novos patamares”, tendo o Presidente visitado a URSS e

a China. Destacou o processo de integração com a Argentina e o Uruguai, a criação do Grupo dos Oito, a integração brasileira ao Consenso de Cartagena, a atuação no Grupo de Apoio a Contadora, as negociações de gás com a Bolívia. Com relação aos EUA, constatou ter sido possível impedir que o relacionamento fosse “tisonado por dissensões, geradas em contenciosos no plano comercial”. No plano multilateral, salientou ter o Brasil voltado a ocupar assento como membro não permanente no CSNU, participado da UNAVEM e ter contribuído para a criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. Finalmente, considerou a reestruturação administrativa aprovada pela Lei n 7.501 de 27 de junho de 1986, um “instrumento modernizador de um Itamaraty em acelerado processo de renovação”.

Poderia ser dito que, durante a gestão de Sodré, tiveram mais relevância, como ações novas, na atuação brasileira em matéria de política externa, a atitude mais assertiva com relação à crise na América Central (contrapondo-se o país, no contexto do Grupo de Contadora e Apoio, às políticas dos EUA); o reatamento das relações diplomáticas com Cuba; a visita presidencial à China; a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul; e o reingresso do Brasil no Conselho Permanente da ONU, como membro não permanente. Houve continuação de políticas iniciadas na gestão de seu antecessor, tais como o ativismo na política *antiapartheid* da África do Sul; a adesão de pactos internacionais em matéria de direitos humanos; a aproximação da Argentina; e da URSS. No plano interno do Itamaraty destacar-se-ia a reforma promovida pelo Secretário-Geral, Flecha de Lima.

Com Sodré, encerrava-se o período de política externa de José Sarney, assim muito bem resumido por Seixas Corrêa:

[...] no seu mandato, o Presidente Sarney consolidou a diplomacia brasileira, agregando-lhe os elementos próprios de um regime democrático e dando-lhe um caráter de plena universalidade. A noção de interesse permanente do Brasil em política externa parece também consolidada e se revela especialmente eloquente quando se tem em mente o processo de integração no Cone Sul, o novo padrão de relacionamento com a Argentina, a consolidada imagem latino-americana do Brasil, o amadurecimento das relações com os EUA, a volta do Brasil ao CSNU, e a política de abertura e diálogo construída para tratar dos delicados problemas nas áreas do meio-ambiente e desenvolvimento e dos direitos humanos. [...] <sup>260</sup>.

32. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 13.

33. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 29.

34. Luiz Felipe Seixas Corrêa, "A política externa de José Sarney", in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 374.
35. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 24.
36. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 194.
37. J.A.S. Grenville, *A History of the World*, p. 698.
38. Monica Hirst, "As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no latu e strictu sensu", in *Política Externa*, vol. 14, no3 dez/janfev 2005-2006, p. 13.
39. J. A S. Grenville, *A History of the World*, p. 694.
40. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 654.
41. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 618.
42. J. A S. Grenville, *A History of the World*, p. 694.
43. Fernando José Marroni Abreu, "Brasil e Cuba" a gangorra diplomática" in *Sessenta anos de política externa*, vol. III, pp. 275-276.
44. Fernando José Marroni Abreu, "Brasil e Cuba" a gangorra diplomática" in *Sessenta anos de política externa*, vol. III, p. 285.
45. Luiz Felipe Seixas Corrêa, "A política externa de José Sarney", in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 372.
46. J. A S. Grenville, *A History of the World*, p. 713.
47. Irene Pessôa de Lima Câmara, *Em Nome da Democracia*, p. 55.
48. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 530.
49. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 220.
50. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 221.
51. Guido Fernando Silva Soares, "Legitimidade de uma guerra preventiva, em pleno 2003?", in *Política Externa*, vol. 12, jun/jul/ago, 2003, pp. 18-9.
52. Ambrose, Stephen, *Rise to Globalism*, p. 338.
53. Ambrose, Stephen, *Rise to Globalism*, p. 338.
54. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 567.
55. David Reynolds, *On World Divisible*, p. 613.
56. William R. Keylor, *The Twentieth-Century World*, p. 542.
57. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 712.
58. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 279.
59. L.F.Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, pp. 478-9.
60. L.F Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 487.
61. William R. Keylor, *The Twentieth-Century World*, p. 542.
62. Andrew Hurrell, "The United States and Latin América: Neorealism Re-Examined" in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 176.
63. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 618.
64. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 571.
65. P.M.H. Bell, *The World Since 1945*, p. 490.
66. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 536.
67. João Clemente Baena Soares, *Síntese de uma gestão*, p. 26.
68. João Clemente Baena Soares, *Síntese de uma gestão*, p. 27.
69. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 532.
70. João Clemente Baena Soares, *Síntese de uma gestão*, p. 38.
71. Niall Ferguson, *Colossus*, pp. 130-1.
72. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 210.
73. J. A S. Grenville, *A History of the World*, p. 821.
74. P.M.H. Bell, *The World Since 1945*, p. 490.
75. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 572.

76. James Brooke, "Fighting in Panama: Latin América; U.S. denounced by Nations touchy about intervention", *New York Times*, 21 de dezembro de 1989, página A 24.
77. P.M.H. Bell, *The World Since 1945*, p. 491.
78. João Clemente Baena Soares, *Síntese de uma gestão*, 36, resolução CP/RES 534 (800/89), de 22 de dezembro de 1989.
79. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 528.
80. Andrew Hurrell, "The United States and Latin América: Neorealism Re-Examined" in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 175.
81. Guillermo Palacios, *Intimidades, conflictos y reconciliaciones. México y Brasil 1822-1993*, p. 342
82. Luiz Felipe Seixas Corrêa, "A política externa de José Sarney", in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 376.
83. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, pp. 186,183 e nota 17.
84. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 187, nota 18.
85. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 187, nota 19.
86. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 187, nota 19.
87. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 193, nota 21, com base em Maria Helena Tachinardi, *A guerra das patentes: o conflito Brasil x EUA sobre propriedade intelectual*.
88. Luiz Felipe Seixas Corrêa, "A política externa de José Sarney", in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 378.
89. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 188, nota 20.
90. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 193, nota 21.
91. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 188, nota 20.
92. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 193, nota 21, com base em Maria Helena Tachinardi, *A guerra das patentes: o conflito Brasil x EUA sobre propriedade intelectual*.
93. L.F Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 490.
94. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 203, nota 26.
95. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 203, nota 26, com base em Maria Helena Tachinardi, *A guerra das patentes: o conflito Brasil x EUA sobre propriedade intelectual*.
96. Andrew Hurrell, "The United States and Latin América: Neorealism Re-Examined" in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 176.
97. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 188, nota 20.
98. Márcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 239, nota 10.
99. David Reynolds, *On World Divisible*, 614 e Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 226.
100. J.A.S Grenville, *A History of the World*, p. 827.
101. José Calvet de Magalhães, *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, p. 97.
102. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 579.
103. J. A S. Grenville, *A History of the World*, p. 800.
104. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 543.
105. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 513.
106. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 582.
107. Luiz Felipe Seixas Corrêa, "A política externa de José Sarney", in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 379.
108. Lytton L. Guimarães, "Brasil-URAA: os processos de mudança e as relações bilaterais", in *Sessenta anos de política externa*, vol.III, p. 415.
109. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 900.
110. Ambrose, Stephen, *Rise to Globalism*, p. 363.
111. J. A S. Grenville, *A History of the World*, p. 890.
112. J. A S. Grenville, *A History of the World*, p. 887.
113. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 550.
114. J. A S. Grenville, *A History of the World*, p. 803.
115. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 595.
116. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 586.

117. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 595.
118. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 901.
119. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 514.
120. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 602.
121. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 80.
122. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 598.
123. Mark Kramer, "The Soviet Union and Eastern Europe: Spheres of Influence" in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 118.
124. Hywell Williams, *Ten Days that Changed the World*, p. 273.
125. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 557.
126. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 557.
127. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 602.
128. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 624.
129. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 587.
130. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 602.
131. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 895.
132. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 514.
133. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 598.
134. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 567.
135. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 648.
136. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 618.
137. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 518.
138. David Reynolds, *On World Divisible*, p. 473.
139. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 110.
140. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 110.
141. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 774.
142. José Flávio Sombra Saraiva, *O lugar da África*, p. 196.
143. Fernando Augusto A. Mourão/Henrique Altemani de Oliveira, "Política africana no Brasil", in *Sessenta anos de política externa*, vol. III, p. 331.
144. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 592.
145. Fernando Augusto A. Mourão/Henrique Altemani de Oliveira, "Política africana no Brasil", in *Sessenta anos de política externa*, vol. III, p. 331.
146. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 280.
147. L.F Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 487.
148. John W. Young e John Kent, *International Relations*, pp. 514 e 593.
149. <http://www.cmne.eb.mil.br/haiti/soloafricano.html> (portal do Batalhão Haiti) e Paulo Roberto C. T. da Fontoura, *O Brasil e as Operações de Paz da ONU*, p. 202.
150. Paul Kennedy *The Parliament of Man*, p. 198.
151. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 593.
152. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 773.
153. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 110.
154. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 598.
155. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 513.
156. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 769.
157. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 110.
158. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 602.
159. Ambrose, Stephen, *Rise to Globalism*, p. 331.
160. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 221.
161. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 221.
162. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 556.
163. J.A.S Grenville, *a History of the World*, p. 856.
164. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 753.

165. Geoffrey Blainey, *A Short History of the 20th Century*, p. 495.
166. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1998-1999*, p. 107.
167. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, pp. 96 e 89.
168. William R. Kaylor, *The Twentieth-Century*, p. 521.
169. William R. Kaylor, *The Twentieth-Century*, p. 521.
170. L.F Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 487.
171. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 96.
172. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 96.
173. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 221.
174. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 221.
175. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 551.
176. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 287.
177. Paulo Nogueira Batista, "Presidindo o CSNU" in *Política Externa*, vol. 1, nº. 3, p. 87.
178. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 552.
179. John W. Young e John Kent, *International Relations*, 551.
180. Paulo Nogueira Batista "Presidindo o CSNU" in *Política Externa*, vol. 1, nº. 3, pp. 91-93.
181. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 514.
182. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 553.
183. Paulo Nogueira Batista, "Presidindo o CSNU" in *Política Externa*, vol. 1, nº 3, p. 94.
184. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 487.
185. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 579.
186. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 579.
187. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 706.
188. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 514.
189. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 514.
190. J.A.S. Grenville, *A History of the World*, pp. 622-3.
191. Luiz Felipe Seixas Corrêa, "A política externa de José Sarney", in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 378.
192. David Reynolds, *One World Divisible*, pp. 421-2.
193. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 156.
194. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 514.
195. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 582.
196. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 591.
197. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 89.
198. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 279.
199. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 514.
200. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 591.
201. Geoffrey Blainey, *A Short History of the 20th Century*, p. 432.
202. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 552.
203. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 89.
204. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 635.
205. Paulo Nogueira Batista, "Presidindo o CSNU" in *Política Externa*, vol. 1, nº. 3, p. 89.
206. Henry Raymond, *Troubled Neighbors*, p. 252.
207. José Calvet de Magalhães, *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, p. 98.
208. James Traub, *The Best Intentions*, p. 22.
209. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 63.
210. James Traub, *The Best Intentions*, p. 22.
211. L.F.Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, pp.503-4.
212. Tony Judt, *Postwar: A History of Europe since 1945*, p. 597.
213. Geneton Moraes Neto, *Os Segredos dos Presidentes*, p. 26.
214. William R. Kaylor, *The Twentieth Century World*, p. 452.
215. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 513.

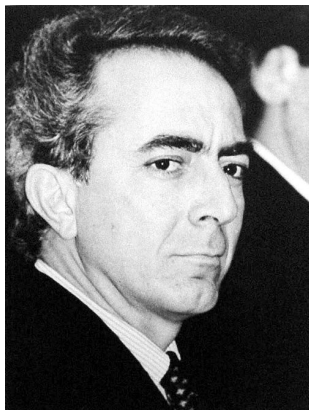
216. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 452.
217. L.F.Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 478.
218. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 452.
219. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 819.
220. L.F.Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 484.
221. L.F.Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 476.
222. L.F.Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 474.
223. L.F.Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, 466.
224. J.A.S. Grenville, *A History of the World*, p. 701.
225. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 656.
226. Luiz Felipe Seixas Corrêa, "A política externa de José Sarney", in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 374.
227. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 193.
228. Luiz Felipe Seixas Corrêa, "A política externa de José Sarney", in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 381.
229. Paulo Tarso Flecha de Lima, *Caminhos Diplomáticos*, p. 188.
230. Paulo Tarso Flecha de Lima, *Caminhos Diplomáticos*, pp. 189-206.
231. L.F Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, pp. 501-2.
232. J.A.S. Grenville, *A History of the World*, p. 701.
233. Lavinia Barros de Castro, "Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República (1985-1989)" in *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*, p. 116.
234. Lavinia Barros de Castro, "Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República 1985-1989)" in *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*, p. 132.
235. Lavinia Barros de Castro, "Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República 1985-1989)" in *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*, p. 133.
236. Paulo Tarso Flecha de Lima, *Caminhos Diplomáticos*, p. 122.
237. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 93.
238. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 94.
239. William R. Keylor, *The Twentieth-Century World*, p. 545.
240. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 536.
241. Paulo Tarso Flecha de Lima, *Caminhos Diplomáticos*, pp. 159-160.
242. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 105.
243. L.F Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 489.
244. Paulo Tarso Flecha de Lima, *Caminhos Diplomáticos*, pp. 175-6.
245. Paulo Tarso Flecha de Lima, *Caminhos Diplomáticos*, p. 184.
246. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 94.
247. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 26.
248. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 192.
249. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 26.
250. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 575.
251. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 210.
252. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 463.
253. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 27.
254. P.M.H. Bell, *The World Since 1945*, p. 492.

255. Lavinia Barros de Castro, "Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República (1985-1989)" in *Economia Brasileira Contemporânea 1945-2004*, p. 145.
256. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 575.
257. William R. Keylor, *The Twentieth-Century World*, p. 550.
258. L.F Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, pp. 497 e 500.
259. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *O Brasil desde 1980*, p. 47.
260. Luiz Felipe Seixas Corrêa, "A política externa de José Sarney", in *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, I volume, p. 383.



## Capítulo III

### Francisco Rezek



*“O Brasil não pretende o confronto, ‘muito menos a acomodação indiscriminada’”.*

Francisco Rezek

Fernando Collor de Mello nomeou Francisco Rezek como titular da cadeira do Barão do Rio Branco. Mineiro, jurista e autor de livros sobre direito internacional, entre os quais “Direito dos Tratados” (1984) e “Direito Internacional Público” (1989). Doutor pela Universidade de Paris em Direito Internacional Público (1970), cursou também a Universidade de Oxford, onde foi eleito Honorary Fellow. Em 1972, mediante concurso, ingressou na carreira de procurador da República enquanto mantinha paralelamente atividade acadêmica como professor na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco. Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1983, cargo ao qual renunciou para assumir o Itamaraty no dia 15 de março de 1990.

\*

O novo Presidente, do pequeno Partido de Reconstrução Nacional, seria o primeiro a ser eleito por voto popular direto após a queda do regime militar. Quando tomou posse, a inflação se agravava e o novo governo impôs congelamento por 18 meses de quase todos os ativos financeiros do setor privado e dos preços. Foram introduzidos impostos provisórios adicionais, encerrados diversos órgãos públicos e demitidos funcionários. Essas medidas alcançaram pouco êxito e contribuíram para perda de apoio popular. Após cair em 80% em março de 1990, a taxa de crescimento dos

preços começou a subir novamente alcançando 19,9% em janeiro de 1991. O PIB caiu 4% em 1990. Após a modificação da política econômica, com a substituição no Ministério da Economia da ministra Zélia Cardoso de Melo pelo Embaixador Marcílio Marques Moreira, a economia apresentou melhoras e o PIB aumentou, embora apenas 1,1%, em 1991.

\*

Durante a gestão de Francisco Rezek na chancelaria brasileira, a maior parte das questões internacionais em pauta refletiu o final da Guerra Fria e a formação de novo cenário mundial. Entre 1990 e início de 1992, os fatos mais relevantes seriam: na Europa, a reunificação da Alemanha e a renúncia de Gorbachov como Presidente da URSS, cindindo-se esta em 15 repúblicas; no Oriente Médio, a guerra para liberar o Coveite da invasão iraquiana; na África, o fim do *apartheid* na África do Sul e a independência da Namíbia; na América Latina, a entrega por Pinochet do poder civil a um Presidente eleito, embora tenha conservado o controle dos militares.

### 3.1. Linhas gerais da política externa

As diversas declarações públicas, tanto de Collor quanto de Rezek, mostrariam a busca de um papel brasileiro num mundo diferente e cujos delineamentos internacionais ainda não eram nítidos. As visões apresentadas refletiam a procura de uma atualização brasileira com a “modernidade” que Collor vislumbrava e defendia.

Assim, em maio de 1990, ao discursar na cerimônia de formatura do Instituto Rio Branco, Collor enumerou, como “indicadores de uma nova era”, a “distensão entre os blocos bipolares de poder, a derrubada do muro de Berlim, a recuperação da vontade popular no Leste Europeu, o recuo das crises regionais, o início do desmantelamento do regime de *apartheid* na África do Sul”. Afirmou um sentimento de confiança “para reclamar participação mais ativa do Brasil nas grandes decisões internacionais”, inspirado na “ideia de que, em meio às várias e profundas mudanças que no mundo de hoje universalizam as relações internacionais, temos de buscar e proteger soluções nacionais”. Pediu ao Itamaraty que privilegiasse na América Latina “o nosso firme propósito integrativo”, mas que se acentuasse “a dimensão universalista de nossa política externa que não estabelece prioridades exclusivas”. Conclamou a diplomacia a “refutar a leviana aleivosia de que aqui se toleram atentados à dignidade étnica de nossas populações indígenas ou à preservação de nosso ecossistema”.

Por sua vez, o Ministro Rezek também se referiu, na mesma ocasião, às transformações em curso, ao dizer que o Brasil e o mundo ensaiavam “passos novos em sua história, ao arrepio das certezas maniqueístas, e em nome do destino manifesto de uma civilização cansada de errar”. Declarou que, aos desafios externos, somavam-se “a determinação nacional de retirar o país de seus anacronismos, para inseri-lo na modernidade política, tecnológica, social e ética de nosso tempo.”

Collor voltou a tratar das modificações internacionais ao registrar, em seu primeiro pronunciamento na ONU, “com emoção a coincidência de inaugurar o debate geral precisamente quando, no Brasil e no mundo, transformações múltiplas e profundas” estavam “revendo os conceitos e preconceitos” que havia “décadas vinham asfixiando a comunidade das nações”. Notou que “certos acontecimentos transformaram o panorama das relações internacionais, em especial no eixo Leste-Oeste”. Observou que “povos até então submetidos a regimes autoritários” haviam assumido “com firmeza, em definitivo, a trilha da democracia”. Ressaltou ter o fim da Guerra Fria significado “a liquidação de uma herança amarga de desilusões, confrontos e riscos para a própria sobrevivência da humanidade”. Concluiu ter o “abrandamento das tensões internacionais” tornado clara “a compreensão de nosso destino comum, sublinhando o caráter global das relações dos homens entre si e com o meio ambiente”.

A procura de compreensão das rápidas mudanças em curso no cenário internacional continuaria a preocupar os responsáveis pela política externa. Em outubro, o Presidente afirmou que se vivia “uma realidade complexa, em constante evolução”, cujos contornos e alcance não eram ainda claramente perceptíveis. Essa realidade, na sua visão, não se esgotava na afirmação de que as ideologias haviam ido à falência; de que a Guerra Fria terminara; e de que as relações internacionais não estavam mais “dominadas pelo confronto, mas pela competição honesta e pela cooperação entre os povos”.

O Ministro Rezek procurava definir a base da política externa nacional no novo contexto mundial. Em maio de 1991, retomando sua ideia de ser o Brasil “um país vocacionado para posições de equilíbrio”, afirmou que o Itamaraty pautava-se “pela análise criteriosa das opiniões acaso divergentes no âmbito da sociedade, pela busca do ponto de equilíbrio possível e pela identificação da vontade da maioria”. Sublinhou que as atitudes adotadas pelo governo brasileiro, “como no caso da crise do Golfo Pérsico, viram-se lastreadas no apoio amplamente majoritário de nosso povo”. Dois meses depois, referiu-se a um “realismo crítico” da política externa brasileira, segundo o qual o Brasil necessitava reafirmar sua presença internacional

para realizar seu projeto de recuperação econômica. Para tanto, impunha-se um realismo que reconhecesse a conjuntura externa. Esclareceu que o país não pretendia o confronto, “muito menos a acomodação indiscriminada”, e defendia “um diálogo maduro e amplo”.

Collor resumiu, em setembro de 1991, sua visão liberal do momento político em que se vivia:

Temos o privilégio de viver numa época de afirmação universal das liberdades e dos direitos do indivíduo, do pluralismo, do respeito à vontade da maioria, da proteção das minorias, da livre-iniciativa econômica.[...]

Queremos inaugurar um novo ciclo na história, em que já não haja mais lugar para a coação totalitária de povos e países, em que a democracia, a liberdade, o desenvolvimento e a paz sejam efetivamente valores universais. [...] O ideário liberal venceu, e devemos lutar para que se imponha de forma coerente, ampla e, sobretudo, inovadora.

### 3.2. Américas

Collor transpunha sua visão liberal também para a América Latina que, segundo declarou em outubro de 1990, já se vira “transformada positivamente” por quanto mudara nas relações internacionais. Expressou entendimento de que as “crises sub-regionais, por exemplo, os problemas fronteiriços, o difícil curso da redemocratização no Continente e outros temas angustiosos” haviam cedido lugar a tópicos como “a integração regional, a negociação de acordos de livre-comércio, a criação de espaços econômicos sub-regionais, avanços conceituais em matéria de dívida externa e de cooperação regional e hemisférica, preservação do meio ambiente, defesa intransigente dos direitos humanos”.

De fato, o tema da democracia passaria a ser tratado em âmbito hemisférico. Em junho de 1991, a OEA aprovou a Resolução nº 1.080 que concedeu ao Secretário-Geral daquele organismo poderes para tratar, pela primeira vez, de ameaças internas a governos constitucionais. Poderia convocar reunião de emergência para determinar se havia “interrupção repentina e não programada” do processo constitucional. Sanções multilaterais poderiam ser invocadas para conduzir à restauração da democracia<sup>261</sup>. A resolução seria conhecida como Compromisso de Santiago<sup>262</sup>.

No plano econômico, muitos dos governos latino-americanos, endividados e sob pressão de países credores e, seguindo recomendações

do Fundo Monetário Internacional, adotavam políticas de liberalização comercial, redução de gastos públicos e privatizações. Assim fariam, por exemplo, além de Collor, no Brasil; Menem, na Argentina; Lacalle, no Uruguai; e Salinas, no México. No Chile, esse tipo de política que já vinha sendo adotada na ditadura de Pinochet, teve continuidade após a democratização do país.

### 3.2.1. América do Sul

O Presidente Collor efetuou visita à Argentina em julho de 1990, sua primeira ao exterior. Ao discursar em Buenos Aires, referiu-se à integração latino-americana e afirmou que o Brasil aspirava a uma convivência universal e que sua política externa não devia admitir exclusivismos, mas comportava prioridades. Realçou a importância do programa de integração bilateral no quadro do objetivo maior da integração latino-americana de forma a fortalecer a posição negociadora do país, “proporcionando uma nova e mais justa inserção de nossos países no cenário mundial”. Menem e Collor decidiram coordenar uma posição conjunta em relação à “Iniciativa para as Américas” proposta pelos EUA. Por meio da Ata de Buenos Aires<sup>263</sup>, acordaram, sobretudo, estabelecer, em quatro anos e meio, um mercado comum entre os dois países:

1. Decidem estabelecer um mercado comum entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, que deverá estar definitivamente conformado em 31 de dezembro de 1994.
2. Para tanto, ambos os Governos tomarão todas as medidas necessárias ao cumprimento do objetivo e o prazo acima mencionados.
3. Dar-se-á especial ênfase à coordenação de políticas macroeconômicas e às reduções tarifárias generalizadas, lineares e automáticas, como principal metodologia para a conformação do Mercado Comum.”

Em nada arrefeceu, portanto, entre Collor e Menem, a intensidade de interesse pela integração iniciada por Alfonsín e Sarney. Na AGNU realizada em setembro, Collor falou da determinação dos governos do Brasil e da Argentina de criarem um mercado comum e acrescentou que o processo de integração, no Cone Sul, envolvia, além do Brasil e Argentina, também Paraguai, Uruguai e Chile<sup>264</sup>.

Menem enfrentava dificuldades políticas internas. Em dezembro de 1990, rebelião no exército liderada pelo Coronel Maomé Ali Seinedin, foi suprimida por forças leais ao governo<sup>265</sup>. Os rebeldes, conhecidos como “carapintadas”, no total de uns 50 soldados, tomaram instalações militares da província de Buenos Aires. Nos enfrentamentos durante o levante, 13 pessoas morreram e dezenas ficaram feridas. Collor enviou mensagem a Menem em que expressou “a mais absoluta solidariedade” e reiterou “a certeza de que, sob sua firme orientação”, haveria de “prevalecer a ordem constitucional”.

A política externa do governo em Buenos Aires discrepava daquela seguida por Brasília. Durante o conflito do Golfo, o governo argentino enviou dois navios de guerra para participar do bloqueio do Iraque<sup>266</sup>. Seria o único país latino-americano a fazê-lo. Esse gesto e outros surtiam algum efeito, ainda que simbólico, em Washington, tendo o Presidente George H. W. Bush efetuado, no final do ano, a primeira visita de um mandatário dos EUA à Argentina desde Eisenhower, 30 anos antes<sup>267</sup>. Diante de nova hiperinflação, o Ministro da Economia, Domingo Cavallo, impôs taxa de câmbio fixa entre o peso e dólar estadunidense em 1991 e aumentou políticas baseadas no mercado, desmantelando barreiras protecionistas, desregulamentando empresas, ao mesmo tempo em que aumentava as privatizações.

Collor e Menem resolveram acelerar o processo de criação de um mercado comum<sup>268</sup> no qual seriam incluídos tanto o Uruguai quanto o Paraguai. Esse processo culminaria, em março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção que criou o Mercado Comum do Sul – Mercosul<sup>269</sup>, não apenas como uma zona de livre-comércio, mas uma união aduaneira a ser dotada de uma tarifa externa e uma política comercial comuns:

Artigo 1º:

Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará “Mercado Comum do Sul” (Mercosul). Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados

e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Do ponto de vista do comércio intraMercosul, o Tratado de Assunção estipulou um programa progressivo, linear e automático para chegar à total eliminação de tarifas e barreiras:

Artigo 5º:

a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas das eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (...)

Também tiveram prosseguimento entendimentos políticos. Em julho, Brasil e Argentina assinaram um Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico de Energia Nuclear pelo qual se comprometeram a não fabricar ou adquirir artefato nuclear explosivo, estabeleceram o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e instituíram uma Agência Brasileiro-Argentina (ABACC) para implementar salvaguardas conjuntas<sup>270</sup>. Durante o ano, o governo de Buenos Aires começaria a desmantelar o Projeto Condor II de fabricação de mísseis<sup>271</sup>. Quando Menem visitou o Brasil, no mês seguinte, Collor saudou-o com a afirmação de que o processo de integração era “irreversível”.

Paralelamente, o governo argentino continuaria a modificar outros aspectos de sua política externa. Em maio, anunciou que desmantelaria mísseis e integraria o Regime de Controle de Tecnologias Missilísticas (Missile Technology Control Regime - MTRC)<sup>272</sup>, um grupo informal de países que se reúnem para prevenir a proliferação de tecnologia de mísseis. Criado em 1987 inicialmente por Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão,



Grã-Bretanha e EUA, o MTRC ampliaria seu número de membros. Em outra iniciativa, Menem expressou, em outubro, a intenção de abandonar o Movimento Não Alinhado. Argumentou que a entidade não havia mudado, apesar das transformações internacionais após o fim da Guerra Fria<sup>273</sup>. Esses atos buscavam a atenção dos EUA e obtinham algum resultado político: em novembro, em visita aos EUA, Menem se tornou o terceiro Presidente argentino a ser distinguido com recebimento em sessão conjunta do Congresso americano (os demais tendo sido Arturo Frondizi e Raúl Alfonsín).

Os entendimentos nucleares bilaterais prosseguiram e, em dezembro, foi assinado o acordo entre o Brasil, a Argentina, a ABACC e a AIEA para Aplicação de Salvaguardas. Esse acordo quadripartite incluiu dois dispositivos (artigos 12 e 89) com mecanismos relativos ao controle de transferências do material salvaguardado, que só poderia ser exportado se fosse submetido a salvaguardas da AIEA no país importador<sup>274</sup>.

O governo de Buenos Aires dava sinais concretos de mudanças em sua política estratégico-militar. Os gastos militares da Argentina em proporção ao PIB vinham caindo desde a Guerra das Malvinas. Assim, essa proporção que, em 1989, fora de 3,8%, caíra, em 1989, para 3,5% e, em 1991, para apenas 1,9%. Em comparação, neste último ano, no Chile, os gastos militares ainda alcançavam 3,4% do PIB<sup>275</sup>.

\*

No Uruguai, em março de 1990, o líder do Partido Nacional, Luís Alberto Lacalle, tomou posse como Presidente para exercer um mandato de cinco anos. O novo governante executaria reformas econômicas estruturais e, tal como Collor e Menem, buscava maior liberalização do regime comercial, inclusive pela adesão ao Mercosul. Nem todas as reformas liberais de Lacalle foram bem-sucedidas, tendo seu governo perdido referendo a respeito da privatização da companhia telefônica estatal, ANTEL.

Em novembro, Rezek visitou Montevidéu, onde encontrou-se com o Chanceler Héctor Gros Espiell, ocasião em que ressaltou a relevância do processo de integração em curso. Em setembro de 1991, Lacalle visitou o Brasil. Ao saudá-lo, Collor destacou entre outros atos, a assinatura de memorando de entendimento relativo ao Tratado da Lagoa Mirim e ao Protocolo do Rio Jaguarão. Notou que o instrumento mostrava a determinação dos países de trabalharem juntos para melhorar as condições de vida das respectivas populações.

\*

O Presidente do Paraguai, Andrés Rodríguez, visitou o Brasil em agosto de 1991. Collor, afirmou-lhe que a democracia constituía a “única



base para a paz permanente e para o entendimento entre os povos”. Embora tendo conquistado o poder por meio de golpe contra o ditador Stroessner, Rodríguez vinha instituindo reformas políticas, jurídicas e econômicas e havia iniciado aproximação com a comunidade internacional. Aboliu a pena de morte, revogou lei marcial e determinou o julgamento e prisão de alguns membros do governo de Stroessner. Permitiria eleições multipartidárias, a primeira das quais venceu, em representação do Partido Colorado. Sua política de descontração política não impediu, entretanto, que candidatos da oposição vencessem, em eleições municipais, em diversos dos principais centros urbanos, inclusive Assunção.

\*

No Chile, no início de 1990, tinha início o mandato presidencial do democrata-cristão Patricio Aylwin, eleito em dezembro do ano anterior, após vencer o candidato do governo militar, o economista e ex-Ministro da Fazenda, Hernán Bucchi<sup>276</sup>. Aylwin daria continuidade a políticas de mercado que haviam revertido o declínio econômico do Chile<sup>277</sup>. Em julho, ainda na qualidade de Presidente eleito, visitou Brasília. Ao recebê-lo, Collor afirmou que o Brasil aguardava aquele momento havia 22 anos, que fora o tempo decorrido desde a última visita de Estado do mais alto dignitário da nação chilena. Saudou o fato de Chile e Brasil voltarem “a se dar as mãos como duas democracias consagradas pela vontade popular”. Observou que, nos dois países, as eleições para a Presidência da República representaram “o coroamento de uma transição pacífica”. Concluiu que a sociedade chilena, como a brasileira, demonstrara “maturidade, equilíbrio e perseverança na reconquista de suas liberdades democráticas”.

\*

Na Bolívia, pressionado por seus aliados conservadores, Jaime Paz Zamora continuou algumas políticas liberais de Victor Paz Estenssoro, assessorando-se com o economista de Harvard, Jeffrey Sachs. Buscou reduzir a dívida externa, atrair investimentos em mineração e indústrias, privatizar estatais entre as quais a companhia aérea nacional e ferrovias. Nova lei de investimentos estrangeiros eliminaria restrições a remessas. Diante de manifestações populares, teve de recuar em algumas das reformas. Paz Zamora visitou o Brasil em agosto de 1990. Do Comunicado Conjunto, constou a reafirmação pelos Presidentes da “absoluta prioridade” que atribuíam “à integração energética”. Ressaltaram a “importância e a conveniência, para os dois países, da concretização do Gasoduto Rio Grande - Puerto Suárez e da Central Termoelétrica do Puerto Suárez, numa primeira etapa”. O Ministro Rezek e seu colega boliviano, Carlos Iturralde, por troca de notas, complementaram entendimentos sobre a integração energética.

\*

Ao receber, em junho de 1990, o Ministro do Exterior da Venezuela, Reinaldo Figueredo, Rezek afirmou que a América Latina devia “prevenir-se contra o risco do isolamento e da marginalização”. No mês seguinte, reunidos no Marco Fronteiriço BV-8, Collor e Carlos Andrés Pérez assinaram declaração conjunta da qual constou, entre outros compromissos, o de “empreender esforços com vistas à implementação de programa integrado de cooperação fronteiriça” que atendesse, as áreas de “saúde, transporte, comunicações, educação, saneamento básico e proteção do meio ambiente”.

As questões fronteiriças continuariam a marcar as relações. Carlos Andrés Pérez comunicou pessoalmente a Fernando Collor sua decisão de indultar os dez garimpeiros brasileiros que se encontravam detidos em Puerto Ayacucho, desde 22 de setembro, acusados de ingresso ilegal no país e prática de garimpo. Em outubro, o Presidente brasileiro aprovou uma “Campanha Extraordinária de Adensamento de Marcos na Cordilheira Parima-91”, tema que foi objeto de encontro entre os Secretários-Gerais de Política Exterior dos dois países, Marcos Azambuja e Adolfo Tailhardat. Em janeiro de 1991, por nota à imprensa, o Itamaraty informou que “imperfeições cartográficas” que fossem constatadas poderiam ser imediatamente corrigidas, deixando claro que não se podia “falar de pendências de limites entre os dois países”.

Em março de 1991, Rezek se referiu à questão, então em curso, a respeito de garimpeiros brasileiros na Venezuela. Registrou que o problema teve origem no Brasil, pela “presença clandestina de garimpeiros em terras brasileiras, onde, entretanto, não estavam autorizados a extrair riquezas minerais porque não eram proprietários do solo”. Ressaltou que tal “ação ilegal com que o governo se defrontava dentro do seu próprio território veio a somar-se, mais tarde, um outro tipo de problema, “qual fosse o da presença de garimpeiros brasileiros em terras venezuelanas”. Expressou o receio de que se defrontava com um “problema internacional de origem interna, bastante escusa por sinal”, prevendo que este iria consumir mais energia do que vinha consumindo até então.

Carlos Andrés Pérez visitou, em novembro, o Brasil. No discurso em que o saudou, Collor referiu-se ao “avanço do intercâmbio comercial, das *joint ventures*, das múltiplas formas de cooperação técnica, dos contatos produtivos entre as unidades confinantes” dos dois países. Mencionou a “lealdade e fluidez do diálogo diplomático e da cooperação consular” que permitiram o encaminhamento das “dificuldades surgidas nas áreas limítrofes, concertando-se fórmulas para evitar sua repetição”. Referiu-se ainda ao trabalho de densificação de marcos fronteiriços.

Sinistro ocorrido com uma aeronave brasileira em território venezuelano seria objeto de nota à imprensa, na qual o Itamaraty afirmou, em 22 de janeiro de 1992, estar o governo brasileiro convencido de que as autoridades venezuelanas não se furtariam a esclarecer todos os fatos. Comunicou ainda que estavam sendo ultimadas as providências com vistas à transferência para o Brasil dos dois sobreviventes. No dia 24, por nova nota à imprensa, o Itamaraty declarou que os fatos que envolveram a queda do avião Cessna, em território venezuelano, estavam sendo examinados “com o máximo rigor, presteza e objetividade, com vistas a, juntamente com autoridades venezuelanas, chegar a conclusões sobre a ocorrência e apurar responsabilidades”. No dia 30, em terceira nota à imprensa, o Itamaraty informou ter designado representantes para, “a convite do governo venezuelano, proceder, juntamente com autoridades daquele país, a uma severa investigação com vistas a esclarecer definitivamente os fatos relativos ao sinistro com a aeronave brasileira, contra a qual houve disparos, conforme estabelecido pelo governo da Venezuela, em 29 de janeiro”.

A situação política venezuelana sofreria abalo quando oficiais do Movimento Revolucionário Bolivariano – MRB começaram, em fevereiro, a elaborar plano conspiratório que executaram no dia 4. O Tenente-coronel Hugo Chávez e alguns generais se envolveram na tentativa de golpe, cujo objetivo imediato era capturar o Presidente Carlos Andrés Pérez que acabara de regressar de uma excursão. Conseguiram encurralá-lo no palácio presidencial, mas o Chefe de Estado escapou. Tropas leais ao governo cercaram Chávez e o prenderam. Em troca da determinação de que os demais conspiradores entregassem suas armas, foi permitido a Chávez que, de uniforme militar, falasse a toda a nação pela televisão. Pediu aos rebeldes remanescentes que cessassem as hostilidades, mas acrescentou que o movimento fracassara apenas naquele momento (“*por ahora*”).

Collor condenou a tentativa de golpe militar contra o governo do Presidente Pérez. O Conselho Permanente da OEA aprovou por unanimidade uma resolução que condenou a rebelião armada; manifestou repúdio aos que “pretenderam, pelo uso da força, anular a soberania popular e a vontade democrática do povo venezuelano”; expressou apoio a Pérez; e reiterou o respeito ao “princípio da solidariedade democrática” e reafirmou que, no Hemisfério, já não havia “lugar para os regimes de força”. Por iniciativa do Presidente do Conselho, Embaixador Bernardo Pericás, Representante Permanente do Brasil, foi decidida a entrega pessoal da Resolução ao Presidente Pérez. Para esse fim, Pericás e o Secretário-Geral da OEA, Embaixador João Clemente Baena Soares, viajaram a Caracas sendo recebidos pelo chefe do Estado venezuelano em 7 de fevereiro.

\*

No Peru, em junho de 1990, Alberto Fujimori venceu Mário Vargas Llosa nas eleições presidenciais. Promoveu reformas liberais voltadas a controlar a inflação e a sanar a economia. Para tanto, reduziu subsídios e o funcionalismo, eliminou controles cambiais, privatizou empresas estatais, limitou restrições aos investimentos e simplificou as tarifas de importação. O FMI apoiou as reformas e garantiu empréstimo ao país. A inflação começou a cair rapidamente e aumentou o ingresso de capital estrangeiro. A oposição, entretanto, continuava a controlar o Congresso, dificultando a possibilidade de aprovação das reformas.

Sob alegação de que policiais, juízes e parlamentares eram corruptos e buscando o apoio dos militares peruanos, em 5 de abril de 1992, Fujimori dissolveu o Congresso, expurgou o Judiciário e reduziu os direitos constitucionais por meio da decretação de estados de emergência e toques de recolher, assim como pela promulgação de leis de exceção para combater o *Sendero Luminoso*. O governo brasileiro declarou haver recebido com “profunda apreensão” as notícias procedentes de Lima, segundo as quais o Presidente Alberto Fujimori dissolvera o Parlamento, suspendera a Constituição e transferira “para o gabinete ministerial as funções legislativas”. Manifestou, também, sua expectativa de que a nação peruana soubesse “superar suas dificuldades, evitando, dessa forma, o luto democrático na América Latina”, onde não “havia mais espaço para regimes estranhos à soberana vontade popular, para gestos destoantes da ordem constitucional e para o sacrifício das liberdades públicas”.

O Secretário-Geral da OEA, Embaixador João Clemente Baena Soares, invocaria a resolução 1080 pela segunda vez (a primeira fora com relação ao Haiti) ao solicitar uma sessão extraordinária do Conselho Permanente que se reuniu no dia 6, como ele próprio, mais tarde relataria:

Solicitei imediatamente uma sessão extraordinária do Conselho Permanente. Este, reunido no dia seguinte, levando em conta “que os graves acontecimentos ocorridos no Peru configuram uma interrupção do processo político institucional democrático nesse país, nos termos previstos pela resolução AG/RES. 1080 (XXI-O/91), deplorou esses acontecimentos, instou as autoridades a restabelecer imediatamente a absoluta vigência das instituições democráticas e o pleno respeito dos direitos humanos e convocou uma Reunião Ad Hoc dos Ministros das Relações Exteriores<sup>278</sup>.

As demais reações internacionais foram igualmente negativas, apresentando diferentes graus de intensidade. Organizações financeiras

internacionais prorrogaram empréstimos, os governos dos EUA, da Alemanha e da Espanha suspenderam ajuda e assistência humanitária ao Peru. A Venezuela rompeu relações diplomáticas e a Argentina retirou seu Embaixador. O Chile juntou-se à Argentina em pedido de que o Peru fosse suspenso da OEA. O golpe seria de fato objeto de análise por parte daquela organização interamericana que o denunciou e exigiu o retorno da “democracia representativa”. No dia 12, realizou-se em Washington, reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, com o objetivo de examinar a situação no Peru. Vários Ministros do exterior reiteraram sua condenação ao golpe. Foi aprovado comunicado que estabeleceu a não participação daquele país nas reuniões do Grupo, enquanto não se apresentassem no Peru as condições de plena vigência do sistema constitucional e da democracia representativa.

\*

Na Colômbia, em maio de 1990, César Gaviria, do Partido Liberal, venceu as eleições para a Presidência, após campanha eleitoral durante a qual três candidatos à Presidência foram mortos<sup>279</sup>. Nova constituição foi adotada em 1991 e o governo lutou contra o cartel de drogas de Cali assim como contra facções guerrilheiras. Destas, a mais relevante era as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (em castelhano *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colômbia - Ejército del Pueblo*), ou simplesmente FARC, organização que iniciou operações na Colômbia em 1964, utilizando-se de recursos de terrorismo e de táticas de guerrilha.

Gaviria visitou, em setembro, o Brasil. Ao recebê-lo, Collor ressaltou ser a “normalidade democrática” um “processo permanente de diálogo” que ambos os países vinham exercendo “de forma madura”. Da declaração conjunta constou o compromisso de “defender as instituições democráticas” e a coincidência de percepção de que “o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais constitui o objetivo básico de todo o processo democrático”. Foi mencionado o interesse no “avanço das negociações entre *Carbones de Colômbia S.A.* e empresas brasileiras do setor, para o fornecimento de carvão colombiano ao Brasil.

\*

Ao receber o Presidente do Equador, Rodrigo Borja, em novembro de 1990, Collor ressaltou os projetos naquele país com participação brasileira (rodovia Mendez-Morona, Projeto de Irrigação do *Trasvase de Santa Elena*, contrato para água potável em Quito) e notou que o Brasil se tornara o segundo parceiro comercial equatoriano. Rezek assinou com seu colega Diego Cordovez ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Acordo sobre Cooperação para Combater o Narcotráfico e

a Fármaco-dependência, e Convênio Complementar de Cooperação Técnico-Científica no campo dos usos pacíficos da energia atômica.

\*

No Suriname, o Presidente Ramsewak Shankar foi objeto, em 24 de dezembro de 1990, de um golpe militar liderado pelo Coronel Dési Bouterse que empossou Johann Kraag na Presidência do país. Por nota à imprensa, no dia 27, o governo brasileiro expressou “preocupação” pela “notícia da ruptura da ordem institucional na vizinha República do Suriname, com a queda do governo do Presidente Shankar”. Novas eleições foram realizadas em 25 de maio de 1991. O trabalhista Ronald Venetiaan obteve 30 assentos no Parlamento. O partido de apoio ao Coronel Bouterse conseguiu 12 assentos e um terceiro partido, obteve nove. No dia 28, por nota à imprensa, o governo brasileiro congratulou-se pelas eleições realizadas no Suriname. Por não ter sido alcançado o número de votos necessários, o nome de Venetiaan foi submetido à Assembleia que, em 6 de setembro, o aprovou. O poder de Bouterse começou a diminuir após as eleições e, também em razão do início de lutas entre o exército e os *Maroons*, rebeldes liderados por Ronnie Brunswijk. Em janeiro de 1992, o Secretário-Geral de Política Exterior, Embaixador Marcos Azambuja, visitou Paramaribo “com o objetivo de expressar apoio ao governo democrático do Suriname e retomar cooperação bilateral”.

### 3.2.2. América Central e Caribe

Quando terminou a guerra civil na Nicarágua, em 1990, houve uma mudança nos conflitos na América Central<sup>280</sup>, coincidindo com o fim do comunismo no Leste Europeu. O governo brasileiro designou oficiais para o grupo de observadores da ONU na América Central (ONUCA), que tinha por incumbência monitorar o cessar-fogo em vigor na Nicarágua, desde 19 de abril, entre as forças do governo de Manágua e da Resistência Nicaraguense, bem como o processo de separação dessas forças. Após a eleição, os sandinistas deixaram o poder e entregaram-no pacificamente à oposição<sup>281</sup>. Em março de 1992, a Presidente da Nicarágua, Violeta Chamorro, visitou o Brasil. Collor expressou-lhe a alegria de ver praticamente concluída, sob seu comando, “a etapa de pacificação nacional e da estabilização econômica”.

\*

Em El Salvador, a guerra civil que ocorria desde 1980 também chegara ao fim. O conflito tinha como fulcro as lutas entre o governo militar

de direita salvadorenho, que recebera o apoio do governo dos EUA, e a frente Farabundo Martí para Libertação Nacional – FMLN, uma coalizão de grupos de esquerda, que tivera apoio soviético. Durante o conflito, 180 mil pessoas morreram, inclusive padres e missionários. Os Acordos de Paz foram negociados com representantes do governo salvadorenho, a FMLN e partidos políticos, tendo como observadores representantes da Igreja Católica e da ONU. O Brasil contribuiu com observadores militares a partir de abril de 1990 para a ONUCA e, a partir de julho de 1991, para a ONUSAL<sup>282</sup>. Em 31 de dezembro de 1991, a FMLN e o governo salvadorenho rubricaram um acordo preliminar promovido sob os auspícios do SGNU, Javier Pérez de Cuéllar. O acordo final foi assinado na Cidade do México em 16 de janeiro de 1992. Um cessar-fogo entrou em vigor em 1º de fevereiro e não seria violado.

\*

As relações com Cuba prosseguiram com normalidade, tendo Fidel Castro comparecido à posse de Collor. Em 1991, a URSS ainda fornecia a Cuba cerca de US\$ 2 bilhões em ajuda financeira além de militar, representada pela presença de 10 mil militares<sup>283</sup>. Com a queda da URSS, a ilha sofreria forte queda na produção econômica. Em julho, Collor encontrou-se com Fidel Castro durante a I Cúpula Ibero-Americana. O Presidente brasileiro falou ao líder cubano da “absoluta fidelidade ao princípio de não ingerência na política interna de outros países”. Negou-lhe ser portador de carta do Presidente Bush, como afirmavam alguns órgãos da imprensa<sup>284</sup>.

\*

Acontecimentos ocorridos no Haiti em 1990-91 teriam repercussões por anos que se seguiram. Em dezembro, tendo obtido 67% dos votos, Jean-Bertrand Aristide, padre católico dissidente, tornou-se o primeiro Presidente democraticamente eleito<sup>285</sup>, terminando assim três décadas de regime militar e alguns governos provisórios. Ainda antes de sua posse, sua liderança ver-se-ia ameaçada. O governo brasileiro expressou, no dia 7 de janeiro de 1991, satisfação pela notícia de que fora debelada uma tentativa de golpe de Estado naquele país. Constatou manter-se, assim, aquela “nação irmã no caminho democrático que vinha trilhando e que havia conduzido às eleições de 17 de dezembro”. Observou ter o Brasil participado ativamente daquele processo de democratização, através do representante pessoal do SGNU, o Embaixador João Augusto de Médicis, e do envio de especialistas do Tribunal Superior Eleitoral, que acompanharam as eleições como observadores da OEA. Informou que se mantinha em contato com a ONU e com a OEA, e ainda com os governos integrantes do Grupo do Rio, “para definir as medidas



adicionais” que pudessem ser tomadas “para assegurar a paz, a ordem e a legitimidade democrática do Haiti, de acordo com quanto as autoridades constitucionais daquele país eventualmente” solicitassem “à comunidade internacional”.

Aristide tomou posse em 7 de fevereiro. Suas políticas populares alarmaram membros da elite do país e, sete meses depois, em 30 de setembro, o novo Presidente foi derrubado por golpe violento liderado pelo General Raoul Cédras. Houve reação e durante os embates muitos morreram, sendo Aristide forçado a exilar-se<sup>286</sup> no exterior, onde buscou obter apoio internacional. No dia 30, por nota à imprensa, o governo brasileiro manifestou “seu mais inequívoco repúdio a qualquer tentativa de ruptura da ordem constitucional” e expressou “seu apoio ao Presidente Jean-Bertrand Aristide e a seu governo”. Apoiou convocação de reunião do Conselho Permanente da OEA para examinar a situação naquele país e declarou que agiria “de forma coerente com o compromisso brasileiro de defesa da democracia e dos direitos humanos, consagrados na Carta” daquela organização.

O golpe seria considerado um teste para a reação regional em defesa da democracia<sup>287</sup>. Em livro de memórias, o Embaixador João Clemente Baena Soares relatou as diversas ações tomadas no âmbito da OEA da qual era o Secretário-Geral, entre as quais: a viagem a Port-au-Prince de missão composta dos Chanceleres de Argentina (Guido di Tella), Canadá (Barbara McDougall), Costa Rica (Bernd Niehaus), Trinidad e Tobago (Sahadeo Basdeo) e da Venezuela (Armando Durán), além do Subsecretário para Assuntos Interamericanos dos EUA (Bernard Aronson) e do Chanceler da Bolívia (Carlos Iturralde), Presidente de Grupo *ad hoc* sobre Haiti; a proposta de Aristide de que a OEA enviasse missão civil para apoiar a volta do Haiti à democracia: a aprovação dessa proposta, por resolução, que também exortou os Estados-membros a procederem imediatamente ao congelamento dos ativos do Estado haitiano e aplicarem um embargo, salvo exceções de caráter humanitário; a iniciativa de convidar as partes para reunir-se na sede da OEA, em encontro no qual se subscreveu um protocolo que dispôs sobre o retorno de Aristide ao cargo para governar com base em consenso nacional; e outro que previa a suspensão do embargo, uma vez instalado novo governo. Nessa ocasião, o Presidente do Conselho, Embaixador Bernardo Pericás Neto, representante permanente do Brasil fez declaração em que registrou que os protocolos firmados representavam “um significativo êxito para os esforços da OEA e de seus Estados-membros”<sup>288</sup>. Após resumir as diversas manifestações de apoio aos protocolos assinados, Baena narrou a “intransigência dos autores do



golpe no Haiti” que impediram a votação que os aprovaria, em março, no parlamento haitiano.

Nesse período, o Brasil, nas palavras de Irene de Lima Câmara, “participou ativamente da proposta interamericana, oferecendo apoio ao foro hemisférico sob diversas formas, retirou seu Embaixador em Porto Príncipe, reduzindo o nível da Embaixada brasileira para o de Encarregatura de Negócios; desenvolveu intensa atividade no âmbito das reuniões do Grupo do Rio, de modo a assegurar o endosso do grupo sub-regional às ações tomadas pela OEA; contribuiu financeiramente (US\$ 50 mil) para o custeio da missão civil de observadores da OEA-DEMOC; e enviou observadores brasileiros para integrarem a referida missão”<sup>289</sup>.

### 3.2.3. América do Norte

A população do México, em 1990, era de 86 milhões de habitantes. Naquele ano, o censo dos EUA indicava que, do total de 248 milhões de habitantes, sua população hispânica era de cerca de 22 milhões de pessoas, a maior parte mexicanos, ou seja, 9%. No mesmo ano, o Presidente Carlos Salinas anunciou que tinha a intenção de negociar um acordo de livre-comércio com Washington<sup>290</sup>. Após anos de queda nas receitas de exportações de petróleo, de elevada dívida externa, déficits orçamentários e inflação em espiral, o México voltou-se a políticas de mercado<sup>291</sup>. Reverteu a nacionalização de bancos, estabeleceu relações diplomáticas com o Vaticano e alterou legislação sobre propriedade de terras. Ao receber, em maio, o Chanceler do México, Francisco Solana Morales, Rezek afirmou que ambos os países enfrentavam “o inadiável desafio da modernidade”. Aos dois cabia “promover uma profunda reforma econômica e, paralelamente, a de articular a orgânica inserção” “em um contexto internacional cada vez mais dinâmico”.

Em agosto, o governo de Carlos Salinas, após avanços, vacilações e declarações em contrário, começou a negociar o ingresso do México na área de livre-comércio com EUA e Canadá<sup>292</sup>. Dois meses depois, Collor recebeu no Brasil a visita do Presidente mexicano. Afirmou-lhe compartilhar de “suas ideias sobre o imperativo da modernidade” e salientou as “muitas identidades” que aproximavam o Brasil e o México. Durante a visita, foram assinados acordos de cooperação nas áreas de meio ambiente, fazendária-financeira, promoção de investimentos, bem como memorando de entendimento para aproveitamento de preferências em licitações públicas internacionais.

Entre as muitas identidades que aproximam o Brasil e o México, uma das mais decisivas, talvez a de maior incidência sobre o nosso potencial comum é a consciência de nossas sociedades e de nossos Governos de que já passou o tempo do isolamento, da vocação da autarquia, dos modelos baseados no protecionismo e na onipresença do Estado no domínio econômico.

O governo do Presidente Collor buscava aproximação dos EUA como parte de política de inserir o Brasil na economia mundial. Com esse objetivo, em junho de 1990, o Ministério da Economia divulgou documento intitulado “Diretrizes gerais para a política industrial e de comércio exterior” que previa o envio ao Congresso de projeto de revisão do Código de Propriedade Industrial o qual deveria incluir o patenteamento de produtos farmacêuticos<sup>293</sup>. Segundo o Embaixador em Washington, Marcílio Marques Moreira, naquele mês, após a visita ao Brasil da Representante Comercial dos EUA, Carla Hills, ficara acordado que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, entregaria ao governo americano carta a respeito da mudança da lei e que, quando tal ocorresse, seria suspenso o processo de aplicação de sanções da chamada Super 301 contra o Brasil. Segundo ainda o chefe da missão diplomática brasileira, havia uma dúvida se a suspensão seria temporária, mas Carla Hills encerrou o processo, não tendo esperado a mudança da lei<sup>294</sup>.

O Presidente Bush apresentou, no dia 27 de junho, a Iniciativa para as Américas<sup>295</sup>. Collor saudou a proposta qualificando-a de “uma iniciativa corajosa, inovadora e abrangente”, que se fundamentava também na premissa de que “cada país da região deve fazer suas opções próprias”. Afirmou que abria “novos horizontes para a solidariedade hemisférica”, que seria mais sólida na medida em que a unidade latino-americana também se fortalecesse. Na sua visão, não havia “qualquer conflito entre essas duas vertentes”, ao contrário, elas se complementavam, “numa síntese histórica que deve ser sempre mais harmônica e benéfica para a estabilidade do continente americano”.

Collor visitou os EUA em junho de 1991. Em discursos ao Presidente George H. W. Bush (pai), saudou novamente a Iniciativa para as Américas; propôs que fossem encerradas as disputas comerciais e os problemas da dívida, além de os dois países juntarem esforços para expandir o comércio bilateral, a cooperação tecnológica, e os novos créditos e fluxos de investimentos. Nas suas palavras, o “capítulo das disputas comerciais e dos problemas da dívida” pertencia ao passado.

Para Maria Regina Soares de Lima, o início dos anos 90 pode ser visto como “o começo de uma nova fase nas relações com os EUA

em que a definição de uma agenda positiva com aquele país passa a ser explicitamente buscada pelos sucessivos governos brasileiros”. Na sua opinião, “a remoção das áreas de atrito e dos contenciosos prévios bilaterais – em particular, questão nuclear, propriedade intelectual e liberalização comercial – foi uma opção explícita da política exterior do governo Collor com vistas a restabelecer a reputação brasileira perante os atores e agências econômicas internacionais e sensibilizar os EUA para a questão da negociação da dívida brasileira junto aos bancos norte-americanos”<sup>296</sup>.

Embora na esfera econômica a aproximação brasileira não apresentasse ainda resultados imediatos, a atuação do governo Collor recebia alguma atenção de Washington. Assim, em fevereiro de 1992, o Secretário de Defesa dos EUA, Richard Cheney, visitou o Brasil. Foi recebido pelo Presidente Collor e manteve reuniões de trabalho com os Ministros militares. O visitante elogiou o compromisso brasileiro de não desenvolver armas nucleares ou de exportar tecnologia de mísseis.

\*

O Canadá iniciaria uma política de aproximação dos demais países das Américas ao se tornar membro da OEA em 1990. Naquele ano, ainda sob o governo do conservador Brian Mulroney, o país seria um dos primeiros a condenar a invasão iraquiana do Kuwait e a rapidamente concordar em juntar-se à coalizão liderada pelos EUA. Quando a ONU autorizou o emprego de força em 1991, o Canadá enviou três navios de guerra, dois esquadrões aéreos e um hospital de campo.

### 3.3. Europa

Entre 1990 e 1991, o mapa da Europa – como observou o historiador Tony Judt – seria redesenhado mais radicalmente do que em qualquer outro momento desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao longo da década, quatro países desapareceriam do mapa do continente e 14 seriam criados, ou recriados. Seis repúblicas ocidentais da URSS – Estônia, Letônia, Lituânia, Bielo-Rússia, Ucrânia e Moldávia – tornar-se-iam estados independentes, juntamente com a própria Rússia. A Iugoslávia se dividiria entre as unidades que a constituíam – Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia-Montenegro e Macedônia. Três dos estados que desapareceriam na década – Tchecoslováquia, Iugoslávia e URSS – haviam sido criados após o primeiro conflito mundial<sup>297</sup>.

### 3.3.1. Europa Ocidental

As relações bilaterais com os países da Europa Ocidental prosseguiriam sem perda de intensidade enquanto avançava o processo de integração daquela região. A CEE, como bloco econômico, ganhava importância bilateral embora os contatos políticos continuassem a se realizar com os países individualmente. Em 1990, o comércio do Brasil com a CEE totalizou US\$ 9,8 bilhões em exportações (31,4% do total) e US\$ 4,2 bilhões em importações (20,5%). Os investimentos e reinvestimentos europeus no Brasil representaram 40% do total.

Os líderes da CEE negociavam, naquela altura, um tratado de formação da UE e planejavam uma moeda única<sup>298</sup>. Em fevereiro de 1992, na cidade neerlandesa de Maastricht, os países da CEE assinaram um tratado preparatório de sua unificação<sup>299</sup>. Sete países da Europa Ocidental que não haviam se tornado membros da CEE – Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia, Áustria, Suíça e Liechtenstein, membros da Associação de Livre-Comércio Europeu (conhecida pela sigla *EFTA – European Free Trade Agreement*), negociaram um tratado com a Comunidade para criar, dois anos depois, uma Área Econômica Europeia de 380 milhões de pessoas<sup>300</sup>.

\*

As relações bilaterais, nesse meio tempo, expandiam-se. Assim, Brasil e Reino Unido assinaram, em julho de 1990, acordo de cooperação técnica para a observação do clima amazônico. No mesmo mês, Rezek visitou Portugal e França. Em fevereiro de 1990, Collor visitou oficialmente Portugal<sup>301</sup> e, em maio de 1991, recebeu no Brasil a visita do Presidente de Portugal, Aníbal Cavaco e Silva, ocasião em que foram assinados acordo sobre seguridade social, memorando sobre transportes marítimos, protocolo sobre as comemorações dos descobrimentos portugueses, tratados de extradição e de auxílio mútuo em matéria penal, acordo quadro de cooperação e acordo de transportes aéreos. O Presidente visitou também a Espanha, onde assinou Tratado de Cooperação e Amizade e Convênio de Seguridade Social e, em junho, a Suécia e a Noruega. Quando o Chanceler da Alemanha, Helmut Kohl, visitou o Brasil, em outubro, Collor elogiou sua conduta durante o processo que levaria à reunificação alemã:

Vossa Excelência firmou-se como um dos mais importantes estadistas contemporâneos, ao conduzir um processo político decisivo para encerrar a confrontação Leste-Oeste e fortalecer a integração europeia.

Desse processo, surge uma Alemanha fortalecida pela democracia e pelo reencontro de sua gente. Temos perfeita consciência do peso que a Alemanha já tem, e continuará a ter cada vez mais, na condução das grandes questões mundiais.

Os contatos prosseguiriam e, em dezembro, o Presidente da Itália, Francesco Cossiga, visitou o Brasil. Em janeiro de 1992, foi a vez do Chanceler da Irlanda, Gerard Collins, e, em março, da Primeira-Ministra da Noruega, Gro Bruntland, que teria especial relevância mundial na questão do meio ambiente e desenvolvimento. Com Portugal surgia um contencioso com relação ao tratamento dado a brasileiros que se dirigiam àquele país, numa reversão do fluxo imigratório que ocorrera até então. Uma missão técnica brasileira visitou Lisboa em fevereiro, com o objetivo de discutir com autoridades portuguesas a questão do cumprimento do Acordo Cultural Brasil-Portugal, de 1996, no tocante ao reconhecimento de títulos e diplomas para efeitos de exercício profissional.

### *3.3.2. Europa Oriental*

Na Europa Oriental, o desmoronamento da URSS prosseguiu seu curso. Em março de 1990, os comunistas na Hungria sofreram derrota avassaladora nas eleições<sup>302</sup>. Na Lituânia, o parlamento declarou a secessão da URSS<sup>303</sup> que, entretanto, não a aceitou, considerando-a nula. Em Moscou, Bóris Yeltsin defendeu a democratização acelerada, a introdução de economia de mercado e maior autonomia para as repúblicas soviéticas, inclusive a Geórgia<sup>304</sup>.

Gorbatchov concordou, em meados do ano, em retirar tropas da RDA e repatriá-las na URSS<sup>305</sup> em troca do comprometimento dado por Helmut Kohl de assistência técnica e financeira<sup>306</sup>, de redução de tropas alemãs, e da renúncia a armas nucleares, químicas e biológicas. Após esses entendimentos, em agosto, a RDA e a Alemanha ocidental anunciaram que, em outubro, se uniriam<sup>307</sup>. Na data prevista, os marcos de fronteira que separavam as duas Alemanhas foram retirados<sup>308</sup>, a parte oriental e a ocidental se reunificaram para criar um único país<sup>309</sup>. O Presidente Collor enviou mensagens de congratulações ao Presidente da Alemanha, Richard von Weizsäcker, e ao Chanceler Federal, Helmut Kohl, pela unificação do país. Por decreto de 10 de outubro, foi extinta a Embaixada do Brasil na RDA.

Quando da outorga a Gorbatchov do prêmio Nobel da Paz, Collor enviou-lhe mensagem em que afirmou ter a atribuição do prêmio traduzido

“o merecido reconhecimento, no plano internacional, dos esforços e iniciativas” com o “objetivo de alcançar, através de um novo modo de pensar as relações internacionais, um mundo no qual a confrontação estéril seja substituída pela cooperação, onde as crises regionais sejam solucionadas por via pacífica, com base no estrito respeito aos princípios da Carta da ONU e, ainda, no qual o brutal volume de recursos até agora destinados à corrida armamentista possa ser efetivamente canalizado para incrementar a cooperação para o desenvolvimento”.

Os acontecimentos continuaram a surpreender os observadores. Ainda em dezembro, Lech Walesa foi eleito Presidente da Polônia. Parecia cada vez mais difícil ao governo de Moscou impedir novas separações do bloco soviético. Em meados de janeiro de 1991, tropas soviéticas montaram tentativas de golpe na Lituânia e Letônia<sup>310</sup>, mas, em março, ambos declararam suas respectivas independências<sup>311</sup> e Gorbatchov enviou o Exército Vermelho para a Lituânia<sup>312</sup>.

Na Bósnia, o líder servo Slobodan Milosevic e o líder croata Franjo Tudjman estabeleceram acordo pelo qual pretendiam a partição daquele país, dando assim início a política que levaria a uma “limpeza do terreno” (ciscenje terena), ou seja, a extração de muçulmanos, conhecida posteriormente simplesmente como “limpeza étnica”<sup>313</sup>. Ainda naquele mês, foram abolidos os órgãos militares do Pacto de Varsóvia<sup>314</sup>. Em abril, a Geórgia declarou sua independência<sup>315</sup>.

Enquanto isso, na capital soviética, o governo buscava atuar com normalidade. Em maio, Gorbatchov recebeu Jiang Zemin em Moscou, a primeira visita de um Secretário do Partido desde Mao Zedong, que ocorreu 33 anos antes<sup>316</sup>. O Chefe de Estado soviético conseguiu, no mesmo mês, reunir as 15 repúblicas para estudarem uma nova união<sup>317</sup>. Essa nova tentativa de manutenção da coesão soviética também fracassou.

Boris Yeltsin foi eleito Presidente da Rússia, em junho<sup>318</sup>, obtendo mandato para seu ambicioso programa de reformas<sup>319</sup>. No dia 13 daquele mês, teve fim a dominação comunista na Albânia<sup>320</sup>; no dia 25, a Eslovênia declarou sua independência<sup>321</sup> e, no dia seguinte, foi a vez da Croácia<sup>322</sup>. A federação iugoslava implodiria com essas duas declarações de independência, engatilhando-se ação militar sérvia e abrindo-se caminho para guerra civil<sup>323</sup>. Entre os dias 25 e 26, o exército da Iugoslávia atacou a Croácia e a Eslovênia<sup>324</sup>. Em nota à imprensa, o governo brasileiro expressou preocupação com os desenvolvimentos na Iugoslávia e exortou “as partes envolvidas a se empenharem rápida e efetivamente na resolução de suas diferenças com base nos propósitos e princípios da Carta da ONU”.

O mapa da Europa oriental acabaria por se redesenhar até o final do ano. Em junho, Alemanha e Polônia assinaram acordo de fronteira<sup>325</sup> e as últimas tropas soviéticas retiraram-se da Tchecoslováquia e da Hungria<sup>326</sup>. No mês seguinte, encerrou-se o Pacto de Varsóvia<sup>327</sup> com a dissolução dos órgãos remanescentes. Desfez-se também o COMECON<sup>328</sup>. Na semana que se seguiu, a declaração de independência da Eslovênia foi formalmente aceita pela república iugoslava<sup>329</sup>.

Esses acontecimentos não ocorriam sem resistências em Moscou. No domingo, 18 de agosto, uma tentativa de golpe por parte de comunistas de linha dura pareceu provar os temores expressos nesse sentido por Eduard Chevarnadze<sup>330</sup>. A conspiração envolvia a KGB, o exército, e membros da própria entourage de Gorbachov<sup>331</sup>, entre os quais o Vice-Presidente Gennady Yanayev e sete outros de linha dura. O líder soviético, que se encontrava na Crimeia, foi aprisionado por 72 horas. Yeltsin, em Moscou, denunciou o golpe e liderou movimento popular que defendeu o parlamento. Mais de 100 mil pessoas se reuniram fora do prédio do Parlamento soviético para protestar contra o golpe. Na quarta-feira, dia 21, este já se havia dissipado<sup>332</sup>. Collor e o Presidente do Paraguai que visitava o Brasil expressaram satisfação pelo fim da tentativa de golpe e apoiaram a continuação do processo de reforma na URSS. Por sua vez, o Grupo do Rio, reunido na Colômbia, emitiu declaração, no dia 22, na qual considerou os acontecimentos como uma “grave ameaça à paz mundial”<sup>333</sup>.

Enquanto isso, no dia 20, nove das 15 repúblicas, inclusive a Federação Russa, assinaram tratado de uma nova união<sup>334</sup> e o Parlamento da Estônia emitiu declaração de independência em relação à URSS. A seu turno, a República da Letônia declarou o fim do período de transição e restabeleceu a independência. Em cascata, as repúblicas soviéticas declararam suas independências: no dia 24, a Ucrânia; no dia 27, Moldávia; no dia 30, Azerbaijão; e no dia 31, Quirguistão e Uzbequistão.

Os EUA reconheceram, no dia 2 de setembro, a independência da Estônia, Letônia e da Lituânia. Dois dias depois de Washington e dois antes de Moscou, em 4 de setembro, o governo brasileiro tomou igual decisão, anunciada por nota à imprensa:

O Brasil acompanhou de perto a evolução dos acontecimentos nas repúblicas bálticas e de suas relações com o governo central soviético. As mudanças ocorridas no quadro político envolvendo as relações entre as repúblicas soviéticas, e a memória das circunstâncias em que os Estados bálticos passaram a fazer parte da URSS no passado, levam o governo brasileiro à decisão de reconhecer a independência das Repúblicas da Estônia, Letônia e Lituânia.[...]



A essa altura, doze países haviam se declarado independentes da URSS: Ucrânia, Bielo-Rússia, Moldávia, Azerbaijão, Quirguistão, Uzbequistão, Geórgia, Tajiquistão e Armênia, sendo seguidos pelas três repúblicas bálticas<sup>335</sup>.

A situação na Iugoslávia preocupava a comunidade internacional e, ainda em setembro, a ONU introduziu embargo de armas contra aquele país e a todas as partes envolvidas no conflito entre sérvios, croatas e bósnios, independentemente de serem vítimas ou perpetradores de agressão<sup>336</sup>. Em 20 de novembro, croatas renderam-se aos sérvios. Prisioneiros croatas foram massacrados ou levados para campos de concentração. No dia 27, o CSNU aprovou, por unanimidade, resolução que determinou o estabelecimento de uma força de manutenção de paz na Iugoslávia. Essa foi despachada para a Croácia, mas as terras croatas conquistadas permaneceram em mãos dos sérvios<sup>337</sup>.

Os líderes de Rússia, Bielo-Rússia e Ucrânia se reuniram, em 8 de dezembro, e assinaram um acordo dando fim à URSS e estabelecendo uma Comunidade de Estados Independentes - CEI<sup>338</sup>. Essas três repúblicas eslavas, em conjunto, abarcavam 70% da população soviética. Mais tarde, outras oito repúblicas se tornaram membros da organização a qual, diferentemente da URSS, não disporia de uma bandeira, de um Presidente, ou de representação externa<sup>339</sup>.

Gorbatchov encontrou-se com Yeltsin no dia 17 e concordou que a URSS devia ser formalmente abolida, passando ministérios, embaixadas e exércitos para o controle da Rússia, que a sucederia como sujeito de direito internacional<sup>340</sup>. No dia 21, aumentou para 11 o número das antigas repúblicas soviéticas que constituíam a CEI<sup>341</sup>. Poucos dias antes, Gorbatchov transferiu o controle das armas nucleares para o Presidente da Rússia<sup>342</sup>.

Mikhail Gorbatchov renunciou, no dia 25 de dezembro, à Presidência da URSS, que estava a essa altura já abandonada pela maioria das repúblicas que a compunham. No dia 26, o Soviete Supremo se reuniu e formalmente dissolveu a URSS<sup>343</sup>. Após 73 anos, o Estado soviético se desintegrou completamente, dividindo-se em 15 repúblicas<sup>344</sup>. Nas palavras do historiador George Blaney, em milhares de anos, nenhum outro império, em tempo de relativa paz, havia se dissolvido tão rápida e inesperadamente<sup>345</sup>.

O governo brasileiro observava os acontecimentos e expressava a esperança de que a formação da CEI contribuísse para a segurança internacional. Emitiu, no dia 26, a seguinte nota à imprensa brasileira a respeito da formação desta última:



O governo brasileiro expressa sua satisfação pelos resultados do encontro realizado em Alma Ata, na República do Cazaquistão, no dia 21 de dezembro. O governo brasileiro espera que a formação da Comunidade de Estados Independentes venha a contribuir para o fortalecimento da paz e da segurança nos planos regional e mundial.

O governo brasileiro compartilha os princípios e propósitos enunciados na Declaração de Alma Ata, tais como a consolidação democrática, a igualdade soberana dos Estados, a autodeterminação, a não ingerência, a rejeição do uso da força ou de qualquer outro meio de coerção, a solução pacífica das controvérsias, o respeito à integridade territorial e à inviolabilidade das fronteiras.

As garantias de pleno respeito aos direitos humanos e liberdades individuais apontam para a formação de sociedades democráticas e abertas, caracterizadas pelo convívio harmônico de suas diversas etnias pela busca da justiça social, elementos consagrados no ideário e na Constituição brasileiros.

O governo brasileiro toma nota de que a Rússia se tornou sucessora dos direitos e compromissos internacionais da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, inclusive os decorrentes da Carta da ONU. Manifesta, igualmente, sua plena disposição de desenvolver com todos os membros da Comunidade de Estados Independentes relações de amizade e cooperação, em benefício mútuo e em prol da paz e do desenvolvimento.

A Embaixada do Brasil em Moscou continuará mantendo contatos em todos os níveis com as autoridades dos Estados que integram a Comunidade de Estados Independentes. Oportunamente, o governo brasileiro decidirá quanto ao estabelecimento de missões diplomáticas nas demais Repúblicas que integram a Comunidade.

Nesse meio tempo, a situação na ex-Iugoslávia continuava a preocupar e, em dezembro, Croácia e Eslovênia concordaram com o envio de uma força de proteção da ONU<sup>346</sup>. No dia 15 de janeiro de 1992, pressionada pela Alemanha, a CEE reconheceu as independências croata e eslovena<sup>347</sup>. Um acordo mediado pela ONU e monitorado por uma força de manutenção de paz restaurou a paz naqueles países<sup>348</sup>.

Na Bósnia, a população se dividiu entre os que desejavam continuar a fazer parte da federação iugoslava (posição dos sérvios) e os que queriam declarar independência (posição dos bósnios muçulmanos e

croatas). Os sérvios daquele território, liderados por Radovan Karadzic, proclamaram a independência de sua própria república, autointitulada Srpska. Com ajuda militar sérvia de Slobodan Milosevic, Karadzic expulsaria 400 mil muçulmanos<sup>349</sup>.

O Ministro Rezek participou, no dia 22, em Washington, da Conferência para Ajuda às Repúblicas que integravam a URSS. A delegação brasileira fez circular documento em que assinalou o interesse do Brasil em intensificar a cooperação econômica e técnica com as repúblicas integrantes da CEI. Em seu discurso, Rezek propôs a realização de programa de assistência técnica aos novos Estados independentes, com vistas a habilitá-los a se tornarem partes contratantes do GATT.

O governo brasileiro iniciaria em seguida processo de reconhecimento da independência dos novos países. No dia 24, divulgou nota sobre o reconhecimento da independência das repúblicas da Eslovênia e da Croácia, explicando ter a decisão sido tomada por estarem “configurados os elementos de fato e de direito necessários ao reconhecimento daqueles Estados”. Em fevereiro, o CSNU aprovou a Resolução nº 743 que determinou o envio de forças de manutenção de paz para a ex-Iugoslávia<sup>350</sup>. Por acordo de troca de notas, assinado em Kiev, em 11 de fevereiro, o governo brasileiro estabeleceu relações diplomáticas com a República da Ucrânia. No dia 17, o Embaixador do Brasil em Moscou, em visita a Erevan, assinou acordo, por troca de notas, sobre o estabelecimento de relações diplomáticas com a República da Armênia.

Na Bósnia, em 1º de março de 1992, foi realizado um referendo popular em que, por quase unanimidade, foi aprovada a independência. O militante nacionalista bósnio-sérvio Radovan Karadzic havia determinado a seus liderados que não participassem do referendo. No dia 3, os bósnios declararam a soberania da República da Bósnia-Herzegovina. Após período de tensão escalonada e incidentes militares esporádicos, teve início, no dia 6 de abril, uma guerra aberta em Sarajevo.

Enquanto isso, os países mais desenvolvidos do Leste Europeu, liberados da influência do regime soviético, buscavam acelerar sua integração no mundo ocidental. Em março, ao receber a visita do Chanceler da Hungria, Géza Jeszensky, o Ministro Rezek observou que o desejo de modernização das instituições e da economia húngaras era também a tônica do governo do Presidente Collor.

Sem a presença de representantes sérvios, a Assembleia da Bósnia-Herzegovina proclamou, em 5 de abril, não ser mais dependente da República Federal Socialista da Iugoslávia. A CEE reconheceu a Bósnia-

-Herzegovina como um estado independente. A independência não foi reconhecida pelos bósnios-sérvios que continuaram a aterrorizar os bósnios muçulmanos. Apoiados pelo exército e força aérea iugoslava (sérvia) de Slobodan Milosevic, os bósnios-sérvios tomaram territórios e praticaram “limpeza étnica”. Ocuparam metade da Bósnia e assediaram a capital Sarajevo, cuja população de 350 mil habitantes foi ameaçada de morrer de inanição.

### 3.4. África

Na África Subsaariana, teriam relevância maior para o Brasil os desenvolvimentos na África do Sul (fim do *apartheid* e independência da Namíbia) e em Angola (guerra civil). No leste africano, a situação da Somália começava a chamar a atenção internacional. No norte daquele continente, mereceria acompanhamento brasileiro a questão de sanções contra a Líbia.

\*

No bojo das reformas na África do Sul, em 20 de março de 1990, a Namíbia se tornou independente. Terminavam assim 74 anos de domínio do governo de Pretória sobre aquele território rico em diamantes e urânio e com população de cerca de 1 milhão e 600 mil pessoas<sup>351</sup>. Em extensa nota à imprensa no dia 21, o governo brasileiro destacou a importância histórica daquele momento e elogiou o “papel desempenhado pela Organização da ONU”. Entre outros pontos, da nota constaram os seguintes sobre o futuro das relações brasileiras com o novo país:

O governo brasileiro manifestou, ao longo dos anos, seu apoio à causa da independência da Namíbia. O Brasil vê, com imensa satisfação, surgir no convívio internacional mais um Estado situado na Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e espera que a Namíbia venha a compartilhar, em breve, os esforços da comunidade sul-atlântica para preservar a paz e reforçar os laços de cooperação na região. Espera, igualmente, fortalecer o diálogo com o governo namibiano e com ele estabelecer formas sempre diversificadas e construtivas de cooperação.

As reformas levadas a cabo por F. W. de Klerk continuariam seu curso. Em maio, o Presidente sul-africano manteve conversas preliminares com delegação do Congresso Nacional Africano sobre o futuro da África do Sul<sup>352</sup>. A partir de junho, o estado de emergência foi suspenso

gradualmente. Nesse novo contexto, em maio, Mandela foi convidado e aceitou visitar o Brasil.

Para o governo brasileiro, entretanto, o progresso na situação interna na África do Sul não era ainda satisfatório. O Ministro Rezek enviou mensagem, em 15 de junho, ao Embaixador Ibrahim Gambari, Presidente do Comitê Especial da ONU contra o *apartheid*. Em seu contexto, afirmou que o Brasil considerava ser aquele regime incompatível com a Carta da ONU e a Declaração Universal dos Direitos Humanos e conclamou a comunidade internacional a manter-se coesa na sua condenação. Exortou, por outro lado, Pretória a acelerar a adoção de medidas com vistas à pronta e total abolição de sua prática.

O governo de Klerk prosseguiu, passo a passo, no desmantelamento do regime racista. Em junho, o Parlamento revogou lei de registro público que exigia classificação racial dos nascimentos. Para alguns, com a adoção dessa medida o *apartheid* teria deixado de existir<sup>353</sup>. Em nota à imprensa, o governo assim se manifestou:

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande satisfação, do ato do Parlamento Sul-Africano que revogou a Lei de Registro da População, último resquício da legislação que sustentava o regime do *apartheid*.

O governo e o povo brasileiros se congratulam com o governo do Presidente F.W.de Klerk, que assim reafirma seu compromisso de desmantelar o *apartheid* na República da África do Sul, e com o ANC e seu líder Nelson Mandela, cuja luta constante pela igualdade de direitos para todos os sul-africanos foi determinante para a revogação da estrutura jurídica do regime racista naquele país.

O governo brasileiro confia em que, removidos os obstáculos legais, o governo sul-africano e o ANC possam retomar as negociações para transformar a África do Sul, no menor prazo possível, numa democracia multirracial que volte a ocupar seu lugar na Comunidade Internacional.

O governo brasileiro, por nota à imprensa emitida em julho, expressou júbilo pela independência da Namíbia e informou a respeito da criação da Embaixada brasileira, na sua capital Windoecke. Lembrou na ocasião a “continuidade de um paciente e hábil trabalho desenvolvido” nos anos anteriores “pela diplomacia brasileira com relação à Namíbia, reforçando o conceito e a operacionalização da Zona de Paz e Cooperação no sul do Atlântico, suas projeções sobre a Antártica e abrindo portas para uma presença relevante do Brasil no processo de desenvolvimento namibiano”.

Um acordo foi concluído, em agosto, pelo qual, de um lado, o governo sul-africano concedeu anistia para os prisioneiros políticos e permitiu o retorno de líderes da oposição e, de outro lado, o Congresso Nacional Africano suspendeu sua luta armada<sup>354</sup>. Mas a instabilidade no país era ainda aparente e, no dia 24, foi anunciado o adiamento da visita de Nelson Mandela ao Brasil, em razão da “evolução da situação interna” na África do Sul que não recomendava “a ausência do país de seu líder máximo no futuro próximo”.

Collor registrou, no mesmo mês, na AGNU, o recuo do segregacionismo e saudou a independência da Namíbia e a libertação de Mandela<sup>355</sup>. O Brasil reconheceu os avanços na África do Sul e, em fevereiro de 1991, Collor enviou carta a F. W. de Klerk para cumprimentá-lo pela decisão de revogar legislação em que se baseava o *apartheid*. As mudanças continuaram e, em junho, o parlamento sul-africano aboliu leis sobre segregação racial de acordo com o lugar de residência, assim como leis restritivas de posse de terras. Em julho, Mandela foi eleito Presidente do Congresso Nacional Africano<sup>356</sup>. No mesmo mês, os EUA retiraram suas sanções contra o governo de Pretória<sup>357</sup>.

Por fim, Mandela visitou o Brasil. Ao recebê-lo, Collor declarou que renovava o “irrestrito apoio do povo brasileiro a todos os seus compatriotas empenhados em fundar a democracia na África do Sul”. Ao impor-lhe a Grã Cruz da Ordem de Rio Branco, elogiou-lhe a “bravura” e sua “fé na vitória da razão”. Na qualidade de Ministro interino das Relações Exteriores, o Embaixador Marcos Azambuja manifestou a confiança brasileira de que, sob a liderança de Mandela, o Congresso Nacional Africano, levasse a África do Sul à “plenitude do convívio internacional”, ressaltando que seu país estava “vacionado”, “pela geografia e pela história, a ter com o Brasil a mais frutífera cooperação”.

Collor efetuou, em setembro, visita a quatro países na África Austral: Namíbia, Angola, Moçambique e Zimbábue<sup>358</sup>. F. W. de Klerk conseguiu, naquele mês, convocar uma conferência de paz da qual participaram o Partido da Liberdade *Inkatha* e o Partido Nacional<sup>359</sup>. Para o Congresso Nacional Africano, o colapso da URSS em 1991 e o fim da ajuda soviética significaram incentivos para seu desejo de negociar<sup>360</sup>. Os entendimentos resultaram num acordo, elogiado pelo governo brasileiro em nota à imprensa, emitida no dia 19 de setembro:

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande satisfação, da assinatura de um Acordo de Paz, no último dia 14 de setembro, por vinte e nove entidades políticas, administrativas e sindicais da África do Sul. A

credibilidade do Acordo evidencia-se pela presença, entre os signatários, de representantes do governo sul-africano, do Partido Nacional, do Congresso Nacional Africano, do INKATHA e de todas as demais tendências políticas, com a única exceção do Partido Conservador e das organizações radicais de direita.

O governo e o povo brasileiros congratulam-se com o governo da África do Sul, que reafirma o seu compromisso de dismantelar o apartheid, bem como com o ANC e seu líder Nelson Mandela, cuja luta pela igualdade de direitos entre todos os sul-africanos é fundamental para a evolução do quadro interno daquele país, tanto quanto o apoio oferecido pelos diferentes grupos e entidades políticas representativas da sociedade sul-africana.

O governo brasileiro espera que o entendimento agora alcançado ponha fim à violência desencadeada naquele país e permita a retomada das negociações entre o governo sul-africano e os representantes da maioria negra, visando à transformação da República da África do Sul, no mais breve espaço de tempo, numa sociedade democrática e multirracial.

O governo de Pretória realizou referendo em 17 de março de 1992 no qual foi perguntado aos brancos se apoiariam ou não as reformas iniciadas pelo Presidente F. W. de Klerk dois anos antes. O resultado foi amplamente favorável ao “sim”. Dois dias depois, Collor enviou mensagem de congratulações a de Klerk pelos “resultados favoráveis a reformas democráticas” do referendo realizado naquele país. Na mesma ocasião, enviou mensagem a Nelson Mandela, na qual assinalou que os resultados do referendo convalidavam a “tradicional postura do ANC favorável à negociação e refratário à confrontação em seu objetivo de construir uma nova nação baseada na justiça e na igualdade”.

\*

Em Angola, enquanto isso, prosseguia a guerra civil<sup>361</sup>, apesar de esforços diversos da comunidade internacional. O Brasil assim se manifestou sobre a situação angolana através de nota à imprensa emitida em maio de 1991:

Dando continuidade à sua política de apoio irrestrito aos esforços para a consecução da paz em Angola, e em função dos acordos de cessar-fogo agora rubricados em Portugal, o governo brasileiro aceitou convite da UNITA para manter conversações com aquele movimento sobre o encaminhamento do processo de paz em Angola e o futuro político daquele país irmão.

Delegação brasileira, composta pelos Embaixadores Paulo Tarso Flecha de Lima, Carlos Luiz Coutinho Pérez, e Conselheiros Eduardo Santos e Antonio José Rezende de Castro, encontrou-se em Bruxelas, em 12 do corrente, com o Doutor Jonas Savimbi, Presidente da UNITA, e outros líderes do movimento, ouvindo exposição sobre os projetos políticos daquela organização e seus pontos de vista sobre o futuro de Angola e de suas relações com o Brasil.

A Delegação reiterou a satisfação do governo brasileiro com a rubrica dos documentos relativos ao cessar-fogo e reafirmou a disposição do Brasil de continuar mantendo estreitas relações com uma Angola pluralista e pacificada, bem como a de contribuir para sua reconstrução e seu desenvolvimento econômico e social, no espírito mútuo, entendimento e fraternidade que sempre caracterizaram o relacionamento entre os dois países.

O Brasil, que já participara da UNAVEM-I, continuou contribuindo com observadores militares e policiais a partir de maio de 1991<sup>362</sup>. No final daquele mês, um acordo de paz foi assinado em Bicesse, Portugal, entre Jonas Sawimbi, pela UNITA e o Presidente José Eduardo dos Santos, pelo MPLA. Os portugueses, a ONU, a OUA e a URSS atuaram como intermediários, vinculando o cessar-fogo a eleições sob supervisão da ONU<sup>363</sup>, agendadas para o ano seguinte<sup>364</sup>. Parecia que o acordo iria prosperar, pois ambos os lados haviam perdido seus patrocinadores uma vez que a URSS se desmoronava e a África do Sul desmontava o *apartheid*<sup>365</sup>. Em nota à imprensa, o governo brasileiro se congratulou com a assinatura dos Acordos, que considerou punha “fim à prolongada guerra fratricida” que vitimava “o país irmão”.

O fim da Guerra Fria contribuía para o final das hostilidades. Durante o ano de 1991, os últimos soldados cubanos deixaram Angola<sup>366</sup>. Em setembro, Collor foi recebido em Luanda pelo Presidente José Eduardo dos Santos a quem expressou o privilégio de “conhecer uma Angola pacificada”. Ressaltou os projetos em desenvolvimento entre os dois países, “não obstante as dificuldades” por que vinham passando as duas economias. Mencionou, entre esses, “a atividade da PETROBRAS na prospecção e exploração de petróleo e a construção da Hidrelétrica de Capanda”.

\*

Na África Oriental, a Somália apresentaria situação preocupante a partir de 1990. Durante o ano, na capital Mogadíscio, começou a haver falta de combustíveis e inflação alta impossibilitava compra de comida. Havia falta de luz, foram impostas restrições cambiais e operações policiais causavam desaparecimento de pessoas. Em janeiro de 1991,

facções lideradas pelo General Mohamed Farrah Aidid derrubaram o Presidente Mohamed Siad Barre que enfrentava oposição de outros grupos rebeldes do norte e do sul. Barre foi substituído por Ali Mahdi Muhammad que permaneceria na Presidência até novembro. Aidid e outros rebeldes recusaram-se, porém, a reconhecer o governo de Ali Mahdi e o norte do país, em maio, declarou sua independência adotando o nome de Somalilândia, ato que não obteve reconhecimento internacional. A ONU se envolveu na Somália desde o início das lutas civis. Funcionários internacionais foram várias vezes retirados do país quando de erupção de violência. Com a escalada da guerra civil, a ONU e a OUA tentaram reduzir o sofrimento causado pelo conflito. De uma população total de 4 milhões e meio de habitantes, metade encontrava-se em grave risco de fome e doenças causadas por desnutrição, a maior parte em áreas rurais atingidas pela seca.

\*

No norte da África, a situação de tensão com relação à Líbia continuaria a exigir exame da ONU. Em janeiro de 1992, o CSNU adotou a resolução 731 que instou o governo da Líbia a entregar para julgamento os suspeitos do ataque ao voo 103 da Pan Am na Escócia, a informar tudo o que soubesse sobre o crime e a pagar a indenização adequada, “de modo a contribuir para a eliminação do terrorismo internacional”<sup>367</sup>. O CSNU aprovou, em 31 de março de 1992, a Resolução 748 que impôs embargo de armas e proibição seletiva de viagens à Líbia por se recusar a entregar seis suspeitos do bombardeio na Escócia e de uma aeronave francesa na África em 1989. Em reação à decisão, tomada pelo Conselho sob a Presidência da Venezuela, cerca de 300 manifestantes atacaram a embaixada daquele país em Trípoli, arrebatando móveis, arrasando cômodos e arrancando plantas do jardim. Os manifestantes atacaram também ou protestaram em frente das embaixadas dos demais países que votaram a favor da resolução. Por nota à imprensa, o governo brasileiro deplorou os atos de violência perpetrados contra a embaixada venezuelana, e exortou “o governo da Líbia a tomar as medidas necessárias para garantir a segurança e a proteção das Missões diplomáticas e seu pessoal, de acordo com as normas de Direito Internacional”.

### 3.5. Oriente Médio

No Oriente Médio, além da sempre presente questão do conflito árabe-israelense, houve a primeira Guerra do Golfo, após o Iraque ter



invadido o Coveite. Constituiria um dos principais temas da agenda internacional a ocupar a atenção do Itamaraty, sobretudo em razão do número de trabalhadores brasileiros que se encontravam em território iraquiano.

### 3.5.1. *Conflito árabe-israelense*

O conflito árabe-israelense se veria de alguma forma afetado pelo enfraquecimento da URSS, uma vez que alguns países árabes, tais como a Síria, não mais podiam contar com a ajuda de Moscou. Por outro lado, em Israel, aumentara o fluxo de judeus soviéticos, cujo total alcançou 350 mil entre 1990 e 1991. Muitos se dirigiram para áreas na Cisjordânia ocupadas por Israel e reivindicadas pelos palestinos<sup>368</sup>. A partir da saída dos trabalhistas da coalizão que governava Israel, em março de 1990, o *Likud* (partido de direita cujo nome significa “Consolidação” em hebreu) passou a patrocinar programa de construção de habitações judaicas nos territórios ocupados<sup>369</sup>. Até mesmo o governo dos EUA se opôs à iniciativa, tendo o Presidente George H. W. Bush declarado que não deveria haver novas construções na Cisjordânia ou no Leste de Jerusalém. A declaração provocou irritação no governo israelense sobretudo por considerar a parte Leste de Jerusalém como território ocupado.

O Ministro Rezek recebeu, em maio, a visita do Chefe do Departamento Político da OLP, Farouk Kaddoumi. Em discurso para o visitante, o Ministro brasileiro afirmou que o mundo assistia ao equacionamento de vários conflitos regionais. Disse que novos eventos haviam trazido “alento às perspectivas de paz”. Notou que presenciava-se o “desarme dos preconceitos, a recuperação do diálogo, o primado da vontade popular, soberana, democrática, integrativa”. Lamentou, nesse contexto, que, no Oriente Médio, as mudanças ainda não tivessem frutificado.

A situação nos territórios ocupados se deteriorou quando, em 21 de maio, um israelense, aparentemente com perturbações mentais, matou sete trabalhadores palestinos. A ação causou levantes generalizados na Cisjordânia e na Faixa de Gaza durante os quais mais palestinos foram mortos e centenas ficaram feridos. Em nota à imprensa, no dia 25, o Brasil deplorou o ocorrido, informou acompanhar com preocupação a “escalada de violência nos territórios ocupados por Israel” e considerou que aquela situação “com sacrifícios humanos” demonstrava “uma vez mais a necessidade urgente de se encontrar solução abrangente, justa e duradoura para o conflito.”

Novas irrupções de violência ocorreram na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. A questão era objeto de debates na ONU e os países árabes pediram reunião do CSNU para examinar a onda de violência nos territórios ocupados. Arafat foi o principal orador durante debate no *Palais des Nations* entre 25 e 26 de maio. Exortou o CSNU a enviar uma nova força internacional para os territórios ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza para proteger os palestinos e possibilitar a retirada dos israelenses.

Na semana seguinte em Nova York, os EUA vetaram um projeto de resolução no CSNU, proposto por Colômbia, Côte d'Ivoire, Cuba, Etiópia, Malásia, Iêmen e Zaire, para criar uma comissão a ser enviada aos territórios ocupados da Palestina com a missão de examinar a "situação das políticas e práticas de Israel". Os demais 14 membros do Conselho votaram a favor do projeto de resolução. Na explicação do voto, a delegação dos EUA afirmou que continuava a preferir que fosse designado um enviado especial do Secretário-Geral para verificar a situação.

Durante distúrbios ocorridos em Jerusalém, em 8 de outubro, morreram 21 palestinos<sup>370</sup>. Segundo os israelenses, o incidente teve início quando palestinos lançaram pedras contra judeus que celebravam uma cerimônia religiosa. Segundo os palestinos, um grupo extremista judeu ameaçara atacar uma mesquita. Por nota à imprensa de 10 de outubro, sem tomar partido, o governo brasileiro lamentou "profundamente os incidentes que levaram à perda de vidas e deixaram mais de 300 feridos".

No Líbano, o governo em Beirute, controlado pelo General Michel Aoun, recebera apoio do governo do Iraque que desejava enfraquecer o regime do partido Baath na Síria. Em troca do apoio sírio na guerra do Coveite, os EUA e Israel teriam concordado em que a Síria expulsasse Aoun. Em 13 de outubro, tropas sírias invadiram e ocuparam o Palácio Presidencial e o Ministério da Defesa do Líbano, derrotando o que restava do exército libanês. A Síria ocupou todo o país, exceto a zona de segurança controlada por Israel e pelo Exército do Sul do Líbano. Aoun obteve asilo na embaixada da França, país onde mais tarde se exilou.

A guerra no Golfo, no início de 1991, aproximou ainda mais Washington do governo israelense, especialmente depois de mísseis americanos terem sido deslocados para solo israelense para protegê-lo de ataques de mísseis iraquianos. Aumentaram também os contatos americanos com países árabes, opostos a Saddam Hussein, tais como Egito e Síria. Arafat apoiou Saddam Hussein e, ao fazê-lo, afastou-se ainda mais dos EUA. Apesar desses novos dados conflitantes no Oriente Médio, em março, o Secretário de Estado, James Baker, iniciou visitas àquela região em preparação a uma Conferência de Paz em Madri.

Shimon Peres, do Partido Trabalhista e líder da oposição no Parlamento israelense (*Knesset*), foi recebido, em 17 de abril, no Itamaraty por Rezek que assim se referiu ao Oriente Médio:

A política adotada pelo governo brasileiro quanto aos conflitos que se entrecruzam naquela área fundamenta-se no respeito estrito às normas do Direito Internacional, à Carta da ONU e as Resoluções do CSNU. As bases para a paz devem incluir, de modo específico, o acatamento às Resoluções daquele Conselho e a garantia de que Israel possa existir em segurança, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Na AGNU, o Presidente Collor apoiou expressamente a convocação de Conferência de Paz em Madri “com a participação de todas as partes interessadas e voltada para a plena implementação das resoluções pertinentes da ONU”. Manifestou esperança de que “todos” demonstrassem “a necessária flexibilidade para a remoção dos obstáculos, físicos e emocionais, ao estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região”<sup>371</sup>.

A reunião na capital espanhola se celebrou em outubro. Contou com a presença de Bush e de Gorbatchov, delegações de Israel e países árabes, inclusive a Síria, além de palestinos incorporados à delegação da Jordânia<sup>372</sup>. Embora os resultados tenham sido insatisfatórios, a conferência representou o retorno do interesse pela região e sua realização acarretou revogação de controvertida resolução da ONU.

Israel havia condicionado sua participação na Conferência de Paz de Madri à revogação da resolução da Assembleia que considerara ser o sionismo uma forma de racismo. O próprio Bush apresentou projeto de resolução revocatória da anterior. Afirmou que a Resolução 3.379, conhecida como a resolução do “sionismo é racismo”, zombava dos princípios em que se fundavam a ONU. Pediu que a resolução fosse revogada alegando que o sionismo não constitui uma política, mas sim a ideia que levava à criação de um lar para o povo judeu. Afirmou que equiparar sionismo ao “intolerável pecado do racismo” era “torcer a história e esquecer a situação angustiosa dos judeus na Segunda Guerra Mundial e, na verdade, através da história”. Declarou que a comparação correspondia a rejeitar o próprio Estado de Israel, um membro pleno da ONU. Concluiu que a AGNU não poderia alegar que buscava a paz e ao mesmo tempo desafiar o direito de Israel existir. Para o líder estadunidense, ao revogar a resolução incondicionalmente, a ONU fortaleceria sua credibilidade e serviria a causa da paz.

A AGNU revogou, em 16 de dezembro de 1991, a resolução que qualificara o sionismo como sendo uma forma de racismo<sup>373</sup>. O texto da Resolução 46/86 constituiu um dos menores na história da ONU, tendo se limitado às seguintes palavras: “A AGNU decide revogar a determinação contida na Resolução 3379 (XXX) de 10 de novembro de 1975”. Votaram a favor da resolução 111 países, contra 25 e abstiveram-se 13. O Brasil acompanhou os votos favoráveis, modificando, dessa forma, a posição que adotara em 1975, em plena crise do petróleo<sup>374</sup>.

### 3.5.2. *Invasão do Coveite*

A invasão do Coveite pelo Iraque constituiria o evento internacional mais relevante do período. Teria início quando o governo de Saddam Hussein decidiu reativar reivindicações territoriais junto ao Coveite que o Iraque mantinha desde os tempos do Império Otomano, deixando de considerar que o país ganhara independência duas décadas antes<sup>375</sup>.

O governo de Bagdá dispunha de forças armadas numerosas, muitas recebidas secretamente do mundo ocidental durante a guerra contra o Irã. No início de 1990, a Embaixadora americana no Iraque, April Glaspie, afirmou a Saddam Hussein que os EUA não tinham uma posição quanto à questão de fronteira daquele país com o Coveite<sup>376</sup>. Entendem alguns historiadores que, por interpretar essa afirmação como se fosse posição de não interferência e por confiar na sua capacidade militar é que, em 2 de agosto, Saddam Hussein tomou a decisão de determinar a invasão do Coveite. Após dois dias de combate, a maior parte das forças armadas kuaitianas foi derrotada pela Guarda Republicana Iraquiana ou viu-se obrigada a fugir para a vizinha Arábia Saudita. A ação daria início a transformação fundamental do cenário geopolítico do Oriente Médio<sup>377</sup>.

Seja ou não correta a interpretação acima mencionada, o fato é que, como observou Paul Kennedy, Saddam Hussein não apenas avaliara mal a reação dos EUA como também equivocara-se sobre a posição de vários países árabes, dando margem sobretudo para que a ação fosse considerada incluída no Capítulo VII da Carta da ONU<sup>378</sup>. Essa inserção, como diria Antonio Patriota, era incontroversa: “ato de agressão, ruptura da paz, recurso à força contra a integridade territorial e independência política de um Estado membro da ONU em desrespeito a princípio basilar da Carta (artigo 2.4)”<sup>379</sup>.

Poucas horas depois da invasão, as delegações do Coveite e dos EUA solicitaram reunião do CSNU que aprovou a resolução nº 660,

condenando a invasão e exigindo a retirada das tropas iraquianas<sup>380</sup>. Por sua vez, o governo brasileiro, emitiu nota à imprensa na qual manifestou preocupação com a “intervenção militar iraquiana” e condenou o uso da força nas controvérsias internacionais:

Foi com extrema preocupação que o governo brasileiro tomou conhecimento, na madrugada de hoje, da intervenção militar iraqueana no Coveite. Fiel às normas do Direito Internacional e da Carta da ONU, o Brasil condena o uso da força nas controvérsias internacionais e faz veemente apelo para que seja encontrada solução pacífica e imediata para a crise, com base no respeito aos princípios de auto-determinação e não intervenção. Nesse sentido, o Brasil manifesta seu firme apoio à resolução adotada hoje pelo CSNU<sup>381</sup>.

A Liga Árabe aprovou, no dia 3, sua própria resolução a respeito de uma resposta para o conflito no âmbito daquela organização, alertando para a possibilidade de uma intervenção estrangeira. No dia 6, diante da inação iraquiana, o CSNU endossou sanções contra o Iraque<sup>382</sup>. A resolução nº 661 pediu a todos os países que adotassem as medidas apropriadas para proteger os ativos do governo do Coveite e seus órgãos. Rezek assim explicaria a reação (jurídica) brasileira relativa à forma de implementação por parte do Brasil:

[...] diante da ação iraquiana de dois de agosto de 1990, tomadas as Resoluções do CSNU, dois dias seguintes, o Brasil se sentiu no dever de implementá-las de imediato, valendo-se para isso até mesmo das formalidades que no seu Direito interno prestigiam de modo absoluto normas de produção externa; normas exógenas que têm de ser de algum modo traduzido para se incorporar à ordem jurídica interior, e obrigar, não somente os agentes do poder público, mas, também, setores privados da sociedade, tal qual sucedeu na Resolução concernente ao embargo imposto pelo CSNU ao Estado iraquiano.

No dia 7, os EUA embarcaram tropas para a Arábia Saudita, país que serviria de base para sua ação no Iraque<sup>383</sup>. A popularidade de George H. W. Bush, naquele momento, era alta e a preocupação de Washington com a ação iraquiana era considerável, tendo em vista que o governo de Bagdá, com a ocupação do território kuaitiano, controlava então um quinto da produção de petróleo dos países-membros da OPEP.

No dia 8, o Iraque declarou que partes do Coveite constituíam extensões de duas de suas províncias. Pela Resolução nº 662, do dia 9, o CSNU pediu a todos os países que não reconhecessem a anexação. Por nota do dia 9, o governo brasileiro tomou tal providência:

O governo brasileiro não reconhece a anexação do Coveite anunciada ontem, dia 8 de agosto, pelo Presidente do Iraque. Considera o ato de anexação, bem como suas consequências, carentes de qualquer valor legal. O governo brasileiro reitera seu apoio às Resoluções 660 e 661 do CSNU, esta última consubstanciada pelo Decreto 99.441, de 07/08.90, publicado no Diário Oficial de ontem, que, entre outros itens, reconhece o Estado do Coveite e como seu governo legítimo o do Emir Al-Sabah.

No dia 12, Saddam Hussein condicionou a retirada iraquiana do Coveite à dos EUA da Arábia Saudita e à de Israel dos territórios ocupados. Países do ocidente e outros apoiavam uma ação contra o Iraque que, por seu lado, tinha apoio apenas do Iêmen marxista, do Rei Hussein da Jordânia e de Yasser Arafat da OLP. Arábia Saudita e Egito condenaram a invasão.

Por nota do dia 15, o governo brasileiro esclareceu que suspendera temporariamente as atividades da embaixada no Coveite e determinara a retirada dos cidadãos brasileiros daquele país, onde não havia "autoridade oficialmente reconhecida pelo Brasil". Por nova nota, dois dias depois, afirmou que, em cumprimento a resolução do CSNU e por não ocorrer naquele momento "quadro de penúria para a população civil do Iraque", o Brasil não forneceria ou venderia produtos alimentícios e medicamentos àquele país:

1. É desígnio inequívoco do Presidente da República, manifestado de forma institucional e pública, que o Brasil se atenha, de modo rigoroso, aos termos da Resolução 661 do CSNU.
2. Assim, eventual fornecimento ou venda de produtos alimentícios e medicamentos ao Iraque só viria a ocorrer na situação prevista pela Resolução em seu item 3, alínea "c, isto é, em circunstâncias humanitárias.
3. Por circunstâncias humanitárias entende-se a superveniência de quadro de penúria para a população civil do país e, por extensão, para os estrangeiros eventualmente lá retidos. Isso não ocorre no momento. Há provisões suficientes para atender às necessidades diárias da população. É sabido, ainda, que as condições gerais de saúde no país são absolutamente normais.
4. A posição do Brasil é, repita-se, consentânea com as deliberações da Organização da ONU.

O CSNU continuou a monitorar a situação e, no dia 18, aprovou a Resolução nº 664 exigindo que o governo de Bagdá permitisse e facilitasse a partida imediata do Coveite e do Iraque dos nacionais de terceiros países e lhes concedesse acesso imediato e contínuo a seus agentes consulares; não colocasse em perigo a segurança e saúde daqueles nacionais; e não fechasse as missões consulares e diplomáticas no Coveite.

No dia 24, o Presidente Collor enviou mensagem ao Primeiro-Ministro do Canadá, Brian Mulroney, co-Presidente da Cúpula Mundial pela Criança, ao qual pediu a libertação de crianças de várias nacionalidades que estavam impedidas de sair do Iraque. Chevarnadze apoiou, no mesmo dia 24, a ideia de se propor outra resolução da ONU que permitisse ação militar para ajudar a implementar as sanções. No dia seguinte, o CSNU aprovou a Resolução nº 665 que endossou a criação de um bloqueio marítimo ao redor do Iraque para que este não mais exportasse petróleo<sup>384</sup>.

Três dias depois, o Ministro Rezek enviou mensagem ao SGNU em que ofereceu a contribuição brasileira para “promover a causa da paz e para fortalecer o direito internacional”:

No momento em que Vossa Excelência inicia importante missão de paz no Oriente Médio, trago a mensagem de apoio do governo e do povo brasileiro, que acreditam que à ONU e ao seu Secretário-Geral cabe papel decisivo na preservação da paz e da segurança internacionais.

O Brasil, fiel como sempre à Carta da Organização e empenhado em assegurar o cumprimento das decisões que dela decorrem, não faltará à ONU neste momento em que o risco de ampliação do conflito parece tão presente.

Vossa Excelência não deixará de nos dizer de que maneira o Brasil poderá contribuir para promover a causa da paz e para fortalecer o direito internacional, sempre dentro da letra e do espírito da Carta de São Francisco.

Preocupava o governo e a opinião pública a situação de cerca de 450 trabalhadores brasileiros que se encontravam a serviço de empresas que executavam projetos no Iraque. No final de agosto, o Embaixador em Londres, Paulo Tarso Flecha de Lima, foi encarregado pelo Itamaraty de conduzir negociações para a libertar os brasileiros. Além de suas apreciadas qualidades de negociador, o diplomata escolhido conhecia autoridades iraquianas com as quais negociara exportações brasileiras ao longo da década de 1980.



Enquanto isso, seguiam as tentativas de solução para evitar o conflito. Pérez de Cuellar manteve encontros com o Ministro do Exterior iraquiano, Tariq Aziz, na capital da Jordânia, na busca de uma solução para a crise. Seus esforços, entretanto, não foram frutíferos. Em 8 de setembro, Bush e Gorbachov se encontraram em Helsinque e acordaram que poderia ser utilizada força para retirar os iraquianos do Coveite<sup>385</sup>.

O CSNU aprovou, no dia 13 de setembro, a Resolução nº 666 que tratou da necessidade de suprimento de alimentos para a população civil do Iraque e do Coveite. Pela Resolução seguinte, de nº 667 e aprovada no dia 16 de setembro, o CSNU condenou fortemente os “atos agressivos perpetrados pelo Iraque contra recintos e pessoal diplomáticos no Coveite, inclusive a submissão de estrangeiros presentes nesses locais”, cuja liberação imediata exigiu.

Na AGNU, o Presidente Fernando Collor pronunciou-se nos seguintes termos sobre a invasão do Coveite pelo Iraque:

A crise que se abateu sobre o Coveite constituiu inesperada e grave ameaça à paz coletiva. Na opinião do governo brasileiro, é essencial que se dê cumprimento imediato às resoluções adotadas, em termos discriminatórios, pelo CSNU.

Essas resoluções respondem ao clamor da opinião pública internacional. Seu fundamento jurídico se encontra na Carta da Organização. Em consequência, as partes envolvidas têm o compromisso de acatá-las, não como sinal de fraqueza, mas como incontornável obrigação legal e política. Esta parece ser a única forma justa e pacífica de restabelecer a tranquilidade na região e no resto do mundo. Todos os Estados – queremos crer – estão profundamente interessados na paz e no emprego fácil e eficaz de meios diplomáticos para evitar o conflito<sup>386</sup>.

Arrastava-se o impasse sobre a situação da permanência forçada de estrangeiros, inclusive brasileiros, em território iraquiano e corriam rumores de que Saddam Hussein poderia transferi-los para alvos militares. Em Bagdá, com o apoio do então líder palestino Yasser Arafat, Flecha de Lima conseguiu ser recebido por autoridades iraquianas. No Brasil, o Presidente interino, Itamar Franco, determinou a partida de avião da FAB para retirada dos brasileiros para os quais Flecha de Lima já havia obtido vistos de saída. O Chanceler interino, Marcos Azambuja, com base em informações do negociador brasileiro em Bagdá, dissuadiu-o de executar essa medida até que fosse assegurado o retorno da totalidade dos brasileiros retidos. Flecha de Lima prosseguiu em sua negociação, mantendo encontros e, para



mostrar que só sairia do Iraque com os brasileiros, pediu que sua mulher, a embaixatriz Lúcia, a ele se reunisse em Bagdá.

O CSNU continuava a monitorar a situação e, pela Resolução nº 669, de 24 de setembro, encarregou um Comitê de examinar os pedidos de assistência econômica pelo Iraque decorrentes das medidas adotadas contra o país. Pela Resolução nº 670, do dia 25, decidiu que todos os Estados deveriam denegar permissão para aeronaves decolarem de seus territórios caso transportassem para o Iraque qualquer carga que não fosse alimento em circunstâncias humanitárias.

Condicionado por razões de princípios e pela situação dos trabalhadores detidos no Iraque, o Brasil não se voluntariou, tal como o fez a Argentina, a participar do bloqueio militar contra o Iraque, apesar de igualmente ter condenado a invasão do Coveite. Cumpriu, no entanto, as resoluções do CSNU, interrompendo as exportações para o Iraque e para o Coveite. O Banco Central suspendeu transferências financeiras e o país observou o embargo de carga aérea imposto pela ONU.

Depois de inúmeros encontros em pouco mais de três semanas, o negociador brasileiro conseguiu obter das autoridades iraquianas a autorização para que os brasileiros pudessem deixar o país em voos fretados pelo governo. Flecha de Lima mais tarde recordaria que a negociação fora muito complexa, pois atuara “sem moeda de troca”, sem oferecer “nada em contrapartida”<sup>387</sup>. O Ministro Rezek dirigiu, em 4 de outubro, a seguinte mensagem aos brasileiros vindos do Iraque:

Quis o Presidente Fernando Collor que, em seu nome, viesse eu acolher o expressivo grupo de brasileiros que ora regressam ao Brasil, para dar-lhes boas-vindas e manifestar a alegria com que os vemos reincorporar-se ao convívio da Pátria e de suas famílias. [...]

Os sentimentos de alegria pelo retorno se veem, contudo, toldados inevitavelmente pela frustração por que não tenha sido ainda possível assegurar a volta ao país de todos os brasileiros que se encontram no Iraque.[...]

A todos asseguro que continuaremos, o governo brasileiro e sua Missão Especial que permanece em Bagdá, a trabalhar para que o êxito significativo, mas parcial, de hoje, seja completado em breve com o retorno da totalidade dos brasileiros.

Ao retornar de Bagdá, após resgatar os demais brasileiros detidos no Iraque, o Embaixador Flecha de Lima concedeu entrevista à imprensa na qual esclareceu sua negociação:

[...] Sentava à mesa deixando claro que o Brasil tinha dois objetivos. O primeiro era negociar a suspensão dos contratos e retirar dali os brasileiros. O segundo era manter a relação Brasil-Iraque no mesmo nível em que se firmara. Dizia que a opinião pública brasileira estava intoxicada com a angústia acerca do destino de seus parentes no Iraque. A tarefa que tive foi transmitir argumentos às autoridades de Bagdá de forma a que fizessem uma avaliação subjetiva sobre o futuro, que começa com o término do conflito no Golfo. [...] Em nenhuma conversa, contudo, sugeri que o Brasil fosse abandonar o embargo da ONU. Os iraquianos são muito corretos e, em momento algum, sugeriram que devêssemos burlar o bloqueio comercial<sup>1388</sup>.

Nem todos os estrangeiros, entretanto, logravam sair do Iraque e, pela Resolução nº 674, de 29 de outubro, o CSNU fez várias exigências com relação ao tratamento de estrangeiros no Iraque, inclusive medidas para que pudessem deixar o país. A situação se tornava cada vez mais difícil e, pela Resolução nº 678, da mesma data, o CSNU exigiu que o Iraque cumprisse integralmente a Resolução nº 660 e todas as resoluções relevantes subsequentes. Autorizou os Estados-membros a empregarem “todos os meios necessários” para fazer respeitar e aplicar tais Resoluções e “restaurar a paz e a segurança na área”, a não ser que o Iraque implementasse as resoluções até 15 de janeiro de 1991<sup>389</sup>. A votação foi de 12 votos a favor e dois contra (Cuba e Iêmen)<sup>390</sup>. Embora a China tenha se absterido na votação, tratava-se da primeira vez que ação tão ampla seria aprovada desde a Guerra da Coreia em 1950<sup>391</sup>, dando margem a interpretação de que poderiam ser tomadas medidas militares. De sua parte, Bush iniciou deslocamento de tropas e, até o final do ano, 400 mil militares já se encontravam na região, juntamente com 100 mil de outros países ocidentais, inclusive Reino Unido e França.

Saddam Hussein libertou, em 6 de dezembro, os demais reféns ocidentais, num total de cerca de 20 mil trabalhadores estrangeiros no Iraque, três mil dos quais dos EUA. Indicou sua disposição de retirar-se do Coveite se fosse convocada uma conferência sobre o Oriente Médio para discutir não apenas o Coveite, mas também a ocupação de territórios árabes por Israel. Essa ligação entre a questão palestina e o Coveite não foi aceita pelo governo de George H. W. Bush<sup>392</sup>. O Secretário de Estado norte-americano James Baker encontrou-se com o Ministro do Exterior do Iraque, Tariq Aziz, no dia 9 de janeiro de 1991, mas os dois Chanceleres não chegaram a um entendimento<sup>393</sup>. Na mesma data, o SGNU, Pérez de Cuellar, anunciou que partiria para Bagdá após encontros com os Embaixadores dos EUA, Coveite e do Iraque junto à ONU. No dia 13,

Pérez de Cuellar deu por terminadas as conversações dizendo que “só Deus” sabia se haveria guerra. Fracassou também tentativa de última hora por parte de Gorbatchov<sup>394</sup>, tendo o Iraque mantido sua recusa de retirada do Coveite.

No dia 15, expirou o prazo da ONU para a retirada das forças iraquianas do Coveite. Amparado por resolução do Congresso aprovada três dias antes, Bush atuou sem hesitação, com forte apoio de Margaret Thatcher e o entendimento de que Saddam Hussein não poderia continuar sua anexação do Coveite, pois a Arábia Saudita e os emirados do golfo ficariam à sua mercê. A Síria e o Egito não estariam dispostos a permitir que Saddam Hussein aumentasse seu poder. EUA e Reino Unido podiam, assim, contar com alguns aliados árabes. A operação montada por Washington seria a maior desde o Vietnã e a de montagem mais rápida desde a Segunda Guerra Mundial. A guerra não foi declarada e alguns jornalistas permaneceram no Iraque<sup>395</sup>.

Os EUA reuniram uma coalizão de forças consistente de tropas de 34 países, dos quais apenas a Argentina pela América Latina<sup>396</sup>. Entre os países que contribuíram com forças, munições ou recursos financeiros encontravam-se alguns países árabes, a saber, Egito, Síria, Arábia Saudita e os EAU, além de exilados coveiteanos. Embora não tenham participado com tropas, Japão e Alemanha contribuíram financeiramente com o total de US\$ 10 bilhões e US\$ 6,6 bilhões, respectivamente. A maior parte dos países aliados, aliás, não participou com tropas no combate. Assim, por exemplo, a Tchecoslováquia enviou especialistas médicos e em guerra química<sup>397</sup>. As forças dos EUA representaram 73% da coalizão de 956.600 militares no Iraque. Rezek assim explicaria a não participação brasileira no conflito:

O Brasil [...] não encontrou razão para tomar de armas quando alguns países autorizados, não mais que isso, não exortados sequer e muito menos obrigados pelo CSNU, entenderam de empreender a ação corretiva armada.

[...]

Nunca soube [...] de que modo o Presidente da República e seu Chanceler teriam podido explicar à sociedade nossa participação militar, com risco de vidas humanas, com risco de vidas brasileiras na recomposição da soberania territorial do Emirado do Coveite. Sem embargo dessa imperativa necessidade, por um dever mínimo de atenção aos sentimentos reinantes na sociedade brasileira, o governo brasileiro nunca deixou de dizer que aquilo era uma ação legal.

Autorizada pelo CSNU para responder a uma grave afronta a uma norma de direito internacional, qual seja, a usurpação do território alheio, aqueles países que se sentiram motivados a fazê-lo, estavam agindo dentro dos limites da legalidade internacional. Não estavam praticando o que quer que fosse de ilegítimo. Também isso ficou claro.

Os fatos militares se sucederem com rapidez a partir da manhã de 17 de janeiro, quando as forças aliadas lideradas pelos EUA deram início a ação militar contra o Iraque<sup>398</sup> por meio de ataques aéreos em alvos estratégicos em Bagdá<sup>399</sup>. Na luta que se iniciou, Saddam Hussein disparou mísseis contra Israel e Arábia Saudita, mas alguns foram derrubados por mísseis defensivos. Entre 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 1991, foi rechaçado ataque terrestre iraquiano à Arábia Saudita. No dia 15 de fevereiro, foi recusada uma oferta iraquiana de retirada sob certas condições, inclusive de pagamento de indenização por parte dos países ocidentais. Entre os dias 17 e 19, Tariq Aziz não conseguiu acordo de paz durante reunião realizada em Moscou. No dia 22, porém, o Iraque aceitou uma proposta de cessar-fogo apresentada pela Rússia. Os EUA rejeitaram tal acordo, mas afirmaram que as forças iraquianas que se retirassem não seriam atacadas se deixassem o Coveite em 24 horas. No dia 24, os aliados, sob o comando de general dos EUA, lançaram operação militar para liberar o Coveite. No dia 25, parte de um míssil atingiu acampamento militar americano em Daran, na Arábia Saudita, matando 29 militares e ferindo 99 outros. Entre os dias 26 e 27, a cidade de Coveite foi liberada. Pela rádio de Bagdá, Saddam Hussein anunciou a retirada de tropas iraquianas do Coveite e concordou em cumprir as resoluções da ONU<sup>400</sup>. No mesmo dia, Bush determinou a suspensão da luta. Saddam Hussein, entretanto, determinou que soldados iraquianos atuassem fogo em campos de petróleo quando eles se retiravam. No dia 28, a ação militar terminava com um cessar-fogo militar<sup>401</sup>. Em quatro dias, as forças aliadas haviam liberado o Coveite<sup>402</sup>.

Estima-se que entre 30 e 90 mil iraquianos tenham morrido no conflito. Os EUA sofreram 389 baixas, o Reino Unido 44 e, do total dos aliados, 466 morreram e 187 ficaram feridos. O perigo de envolvimento de Israel no conflito fora evitado<sup>403</sup>. Em nota à imprensa, em 28 de fevereiro de 1991, o governo brasileiro expressou satisfação pelo término do conflito:

O Presidente Fernando Collor recebeu com especial agrado a comunicação de que o cessar-fogo no Golfo seria anunciado às 21:00 horas (hora de Washington) de ontem e que o encerramento das hostilidades se verificaria três horas mais tarde. [...]

O governo brasileiro, que no primeiro momento condenou a invasão do Coveite e manteve, durante toda a crise, rigorosa obediência às deliberações do CSNU, acolhe com satisfação a notícia do término do conflito, com a retirada incondicional das tropas invasoras do território Kuwaitiano. Na convicção de que o desfecho da guerra deve ser interpretado não como simples vitória militar, mas como fim do tempo das aventuras expansionistas e o início de uma nova era de plena e universal vigência das normas do Direito Internacional, o governo brasileiro renova sua disposição de colaborar com a ONU e reitera seu empenho em continuar trabalhando em prol da paz e do entendimento entre todos os povos.

O CSNU aprovou, em 3 de abril, a Resolução nº 687 que determinou um acordo para o Iraque e incluiu o reconhecimento da fronteira existente com o Coveite bem como uma zona desmilitarizada entre os dois países; a devolução de propriedade roubada; e o pagamento total da dívida iraquiana para o país invadido. Foi estabelecida uma Comissão Especial da ONU encarregada de assegurar que as armas de destruição em massa fossem removidas ou inutilizadas. Até que a Comissão Especial (UNSCOM) certificasse que tal tivesse ocorrido, um embargo permaneceria em vigor, impedindo o país de exportar petróleo. Dispositivos da resolução proibiram ao Iraque o uso de armas químicas, biológicas e mísseis balísticos, e determinaram sua localização, inspeção e destruição. De outros dispositivos constaram as obrigações do Iraque no tocante a armas nucleares, bem como sobre as formas de inspeção para seu cumprimento. Em nota à imprensa o governo brasileiro manifestou seu apoio à Resolução nº 687:

O Brasil, como fez invariavelmente com respeito a todas as resoluções adotadas pelo CSNU relativas à crise no Golfo Pérsico, apoia igualmente a resolução 687, adotada pelo CSNU em 3 de abril corrente com vistas a tornar efetivo o cessar-fogo formal entre as partes beligerantes, e cooperará para sua eficaz e correta implementação no que se faça necessário.

O Iraque aceitou o cessar-fogo oficial, no dia 6, com entrada em vigor cinco dias depois<sup>404</sup>. Dos US\$ 71 bilhões que custou o conflito, Arábia Saudita, Coveite e outros países do Golfo arcaram com cerca de dois terços, cifra muito superior à paga pelos EUA, estimada em US\$ 7,4 bilhões. Coube à Alemanha e ao Japão o pagamento do restante da conta<sup>405</sup>. Equipes de inspetores da ONU entraram no Iraque, em maio, para iniciar processo de identificação e supervisão do desmantelamento do arsenal

de armas nucleares, químicas e biológicas que se acreditava ter Saddam Hussein acumulado na década anterior<sup>406</sup>.

Ao receber o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Ali Akbar Velayati, no Itamaraty, Rezek assim se referiu à atuação daquele país no conflito do Coveite:

Durante o conflito do Golfo, o governo da República Islâmica do Irã deu mais uma prova de sua firme disposição de cooperar com o Brasil, ao atender prontamente nosso pedido de suprimento de quantidades suplementares de petróleo. Muito apreciamos esse gesto amistoso, pois ocorreu num momento em que o Irã era passível de ser afetado por uma crise de enormes proporções, vinda de poucos quilômetros de sua fronteira, e cujas consequências àquela altura não se podiam prever com exatidão.

### 3.6. Ásia e Pacífico

Na região da Ásia e Pacífico, teria relevo a assinatura pelos membros da ASEAN da declaração de Cingapura pela qual propuseram-se a criar, em 15 anos, uma área de livre-comércio.

\*

A China, após os graves incidentes ocorridos na Praça Celestial, passou a enfrentar esfriamento nas suas relações internacionais. O líder Deng Xiaoping aparecia menos em público e atribuiu poderes a Jiang Zemin que se tornou Secretário-Geral do Partido Comunista, em substituição a Zhao Ziyang, expurgado por ter sido demasiadamente conciliatório com os dissidentes. O cargo de Presidente, mais simbólico do que efetivo, era exercido por Yan Xianging, que tivera participação controvertida nos episódios da Praça Celestial, pois inicialmente apoiara Zhao Ziyang na pacificação dos estudantes e depois, quando percebeu as intenções de Deng Xiaoping, declarou lei marcial.

Por ocasião de almoço que ofereceu ao Presidente Yang Xianging, em maio de 1990, o Presidente Collor observou que se assistia “ao ocaso de um universo condicionado pela estrutura bipolar do poder” e a emergência de “uma nova realidade internacional, definida pela pluralidade de caminhos e de escolhas, pela valorização do respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente”. O Ministro Rezek assinou com o Ministro Wu Xue Qian um memorando de entendimento sobre a compra pela China de minério de ferro, por meio de contratos entre a Companhia Vale do Rio Doce e companhias estatais chinesas.

O governo em Pequim atravessava então fase política marcada por três fatores que, na opinião do historiador Harry Gelber, mudariam sua relação com o mundo exterior: a demonstração dada pelo governo de Deng Xiaoping dos limites impostos à dissensão; o colapso da URSS e do comunismo europeu; e a Guerra do Golfo de 1991<sup>407</sup>.

\*

Para o Japão os anos 90 seriam considerados uma “década perdida”. Seu milagre econômico terminou de forma abrupta no início da década, quando problemas no sistema financeiro atingiram bancos, seguradoras e outras companhias. As autoridades financeiras e monetárias seriam acusadas de não interferir nas baixas taxas de juros que haviam permitido crédito excessivo, especulação financeira e imobiliária. Quando interferiram, a chamada “bolha” estourou acarretando queda de ações na bolsa de valores, uma crise de dívidas privadas e operações do governo para salvar bancos. Essas circunstâncias dificultariam maior aproximação bilateral, que, aliás, não deixou de ser tentada. Por nota à imprensa, foram divulgados, em agosto de 1990, acordos de cooperação técnica assinados entre Brasil e Japão nas áreas de tecnologia têxtil e investigação de incêndios. No mês seguinte, Rezek visitou Tóquio. Em discursos a empresários japoneses, ressaltou o relacionamento de empresas brasileiras com as nipônicas e a exploração conjunta de projetos em mineração. Reiterou pedido feito por Collor em Tóquio no início do ano quando, como ainda Presidente eleito, expressara o interesse por sócios nipônicos para empreendimentos no Brasil.

\*

Para a Índia, ao contrário do Japão, a década seria de elevado crescimento econômico. Em junho de 1990, o Ministro do Comércio da Índia, Arun Nehru, visitou o Brasil. Ao saudá-lo, Rezek notou a “parceria ativa” que os dois países mantinham no GATT. Observou que ambos evoluíam “no sentido de maior integração nas grandes correntes de forças” que transformavam o mundo. Concluiu que aquela “nova realidade” ampliaria “os horizontes da cooperação bilateral, nos campos econômico-financeiro e científico-tecnológico, além de propiciar significativo aumento” do intercâmbio comercial. O Primeiro-Ministro Rajiv Gandhi seria morto, em maio de 1991, quando de atentado perpetrado por uma terrorista suicida.

\*

O Ministro dos Recursos Florestais da Indonésia, Hasjrul Harahap, visitou o Brasil em agosto de 1990. Na ocasião foi discutida cooperação na proteção de recursos florestais. A visão mundial sobre a Indonésia seria seriamente afetada quando suas tropas atiraram em manifestantes separatistas que realizavam manifestação pacífica no cemitério de Santa Cruz,



em Díli, capital do território do Timor Leste<sup>408</sup>. Durante uma missa celebrada em 12 de novembro de 1991 para um jovem pró-independência morto por tropas indonésias, manifestantes que se encontravam na multidão de 2.500 pessoas levantaram a bandeira da FRETILIN e faixas com dizeres em favor da independência, e entoaram canções com vigor, embora pacificamente. Seguiu-se embate entre tropas indonésias e manifestantes, tendo 200 soldados indonésios aberto fogo contra a multidão matando no mínimo 250 timorenses. O massacre mudaria a opinião mundial a respeito do movimento em favor da independência do Timor Leste, sobretudo em Portugal, Austrália e EUA. Neste último, o Congresso cortaria os recursos para o treinamento de militares indonésios. Nas palavras do Embaixador Gelson Fonseca Jr., “o massacre de manifestantes em Díli provocou a indignação internacional”<sup>409</sup>.

\*

Com a Austrália, em agosto de 1990, foi assinado entre o Embaixador Marcos Azambuja e o enviado especial, Embaixador Richard Woolcott, um Memorando de Entendimento para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum. O mecanismo foi qualificado, no Preâmbulo, como “flexível e ativo”. Seu principal objetivo seria o de “examinar a situação internacional e as relações entre os dois países”. Em março de 1992, o Ministro do Exterior da Austrália, Gareth Evans, visitou o Brasil para celebrar a primeira reunião do mecanismo de consultas. Ao saudá-lo, Rezek destacou sua atuação na busca de uma solução para a questão do Camboja e seus esforços para a assinatura de uma Convenção sobre Armas Químicas. Propôs que prosseguissem negociações bilaterais para a assinatura de um Tratado de Extradicação e a identificação de oportunidades de cooperação técnica, científica e tecnológica entre os dois países.

### **3.7. Atuação política plurilateral e multilateral**

#### **3.7.1. Foros plurilaterais**

##### *3.7.1.1. Conferência Ibero-americana*

A Conferência Ibero-americana teve origem em 1990, quando os governos do México e da Espanha tomaram a iniciativa de realizar reuniões de cúpula dos países latino-americanos juntamente com os da Península Ibérica e convidaram o Brasil a se juntar aos dois copatrocinadores originais<sup>410</sup>.

Seixas Corrêa faria uma lúcida análise das motivações da iniciativa. Observou que, para o governo de Carlos Salinas, a proposta



destinava-se a mostrar que o México mantinha suas raízes, apesar da negociação de acordo de livre-comércio com os EUA. Por sua vez, a Espanha buscava afirmar seu novo *status* econômico através da criação de comunidade com ex-colônias, tal como o Reino Unido e a França haviam criado. Portugal e Brasil foram incluídos no projeto em razão do período de 60 anos em que as monarquias de Madri e Lisboa haviam sido unidas entre o final do século XVI e começo do seguinte (1580-1640). Salinas expôs a iniciativa diretamente a Collor, quando de visita ao Brasil em outubro, tendo proposto que a primeira reunião fosse no México no ano seguinte, a segunda na Espanha e a terceira no Brasil. Collor aceitou a proposta, esperando seus interlocutores que a diplomacia brasileira colaborasse para que Portugal viesse a participar<sup>411</sup>.

Na primeira reunião, realizada em Guadalajara, o Brasil tratou, com êxito, de incluir na Declaração Final, teses e posições que defendia relativas a “nova ética”, acesso às tecnologias avançadas, entre outras. Aproveitou também para promover a assinatura do acordo nuclear com a Argentina e para realizar uma reunião paralela dos países do Mercosul<sup>412</sup>. Participaram do encontro Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Espanha, Uruguai e Venezuela.

### 3.7.2. ONU

No âmbito da ONU, durante a gestão do Ministro Rezek, teria relevância, no tocante às questões de desarmamento e não proliferação nuclear, a declaração do Presidente Collor de que o Brasil descartava a ideia de testes nucleares. No que diz respeito aos direitos humanos, teve repercussão internacional positiva a demarcação brasileira de áreas indígenas. Com relação ao tema do meio ambiente, teriam importância os preparativos para a realização no Brasil da Conferência do Rio. Nos três temas, Fernando Collor se envolveria diretamente para deixar claro que seu governo atendia às demandas internacionais.

### 3.7.3. Desarmamento e não proliferação de armas nucleares

Collor assistiu pessoalmente, em setembro de 1990, ao fechamento de um poço profundo na serra do Cachimbo, no Estado do Pará, destinado à realização de testes nucleares<sup>413</sup>.

Ao discursar na Assembleia Geral, no mesmo mês, Collor ressaltou ter o Brasil ratificado o Tratado de Tlatelolco e reiterou seu respeito “aos propósitos deste e de outros acordos internacionais congêneres”. Notou terem Brasil e Argentina anunciado “de público que a implementação do Tratado de Tlatelolco” estava sendo “objeto de intensa troca de opiniões entre as partes interessadas”. Concluiu que, contudo, chegara o “momento de ir mais longe ainda” e anunciou a renúncia brasileira a testes nucleares nos seguintes termos:

O Brasil de hoje descarta a ideia de qualquer experiência que implique explosões nucleares, ainda que para fins pacíficos, e espera que outros países considerem a hipótese de tomar o mesmo caminho<sup>414</sup>.

Ocorriam, em âmbito mundial, algumas outras iniciativas de desarmamento e não proliferação, mas talvez não do mesmo alcance da renúncia brasileira a explosões nucleares. No final de novembro de 1990, realizou-se cúpula da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, sob o patrocínio do Presidente François Mitterrand da França. Marcando o fim da Guerra Fria<sup>415</sup>, os 22 países que compunham a OTAN e o Pacto de Varsóvia assinaram um tratado de controle de armamento que dispôs sobre redução maciça de armas convencionais<sup>416</sup>.

No mesmo mês, Argentina e Brasil renunciaram ao desenvolvimento e utilização de armas nucleares<sup>417</sup>. Firmaram uma Declaração Conjunta para uma Política Nuclear Comum. Acordaram em utilizar energia nuclear somente para fins pacíficos, em ratificar o Tratado de Tlatelolco e solicitar conjuntamente à Comissão Internacional de Energia Atômica o controle do uso pacífico da energia nuclear<sup>418</sup>. Collor declarou, na ocasião que, com aquele documento, os dois países, davam “o passo conclusivo para a completa superação de qualquer veleidade de competição” entre ambos no campo nuclear.

Após o colapso da URSS, criou-se ambiente propício também para iniciativas no âmbito da Conferência do Desarmamento. Em 1992, os membros do Tratado Parcial de Banimento de Testes realizou conferência para discutir proposta de conversão daquele instrumento em outro de banimento de todos os testes de armas nucleares.

Continuando suas iniciativas em matéria de desarmamento, em 1991, o Brasil lançou na Comissão de Desarmamento a ideia de que a comunidade internacional elaborasse um conjunto de diretrizes para o intercâmbio internacional de tecnologias sensíveis<sup>419</sup>. A iniciativa constou de um documento, apresentado conjuntamente com a Argentina, com um

anexo com projeto de diretrizes sobre aspectos da transferência internacional para fins pacíficos de bens, serviços e *know-how* de alta tecnologia que também poderiam ser utilizados para armas de destruição em massa<sup>420</sup>.

Brasil e Argentina assinaram, em julho, um Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico de Energia Nuclear em que se comprometeram a não fabricar ou adquirir artefato nuclear explosivo, estabeleceram o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e instituíram a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares para implementar salvaguardas conjuntas<sup>421</sup>.

Nesse meio tempo, concluíram-se as negociações do Tratado de Redução de Armas Estratégicas (*START*) entre EUA e URSS e o respectivo documento foi, em 31 de julho, assinado por Bush e Gorbachov. Disponha sobre a redução de armas estratégicas nucleares dos EUA e da URSS em cerca de 35% num prazo de sete anos, devendo os mísseis balísticos intercontinentais soviéticos serem reduzidos pela metade.

Os Ministros do Exterior de Argentina, Brasil e Chile assinaram, em setembro, uma declaração conjunta para a total proibição de armas químicas e biológicas<sup>422</sup>. Ao discursar na ocasião, Rezek ressaltou que a região era a “de mais baixo patamar de tensão bélica do mundo”. Na AGNU, em 1991, Collor observou que estava o Brasil consciente do exemplo que acabara de dar para a eliminação de armas de destruição em massa, e expressou a esperança de que, também em nível mundial, se celebrasse, em futuro próximo, acordo no mesmo sentido. O Presidente brasileiro reiterou os propósitos exclusivamente pacíficos do programa nuclear do país e o repúdio às armas de destruição em massa<sup>423</sup>.

Boris Yeltsin anunciou, em janeiro de 1992, que a Rússia deixaria de apontar armas nucleares para cidades dos EUA. Em fevereiro, o Presidente Fernando Collor enviou mensagens de felicidade aos Presidentes da Federação Russa, Boris Yeltsin, e dos EUA, George H. W. Bush (pai), nas quais se referiu a suas “importantes iniciativas” no campo do desarmamento nuclear e manifestou a “esperança de que novas e mais profundas medidas” pudessem ser anunciadas para a desnuclearização do planeta.

As esperanças para real desarmamento no pós-Guerra Fria aumentariam quando, em março de 1992, a China aderiu ao TNP<sup>424</sup>. Havia oito anos que o governo de Pequim havia decidido se tornar membro da AIEA e concordado em se submeter a suas regras de exportação de material nuclear. Participara da IV conferência de revisão do TNP, dois anos depois, embora ainda não fosse membro. Quando da adesão da França, a China anunciou sua intenção de aderir, embora

continuasse a expressar reservas sobre a natureza discriminatória do tratado. A China constituiu-se no último país a aderir na qualidade de Estado nuclear<sup>425</sup>.

#### 3.7.4. *Direitos humanos*

Numa demonstração de preocupação com o respeito dos direitos humanos, em maio de 1990, quando vários túmulos de judeus foram profanados na cidade francesa de Carpentras, o Ministro Rezek enviou mensagem ao Presidente da Confederação Israelita do Brasil, Benno Milnitzky, em que expressou preocupação por “episódios que pareceram sugerir uma recorrência do racismo, com focos ainda localizados, e em particular de uma de suas formas mais virulentas, o antissemitismo”. Observou que os fatos haviam ocorrido na Europa e reafirmou o compromisso brasileiro “de combate ao racismo em todas as suas formas, em qualquer parte do mundo”.

Collor declarou, na AGNU, que, com “o alastramento dos ideais democráticos”, seria “cada vez mais incisivo e abrangente o tratamento internacional” da questão dos direitos humanos. Afirmou que o Brasil apoiava essa tendência e acreditava encontrar-se “às vésperas de um salto qualitativo a respeito”. Exortou a que as “afrontas aos direitos humanos” fossem “denunciadas e combatidas com igual vigor”, onde quer que ocorressem. Ressaltou, em particular, “a preservação da vida e dos costumes das comunidades indígenas do Brasil”.

As ações brasileiras pareciam ter repercussão positiva. Em 22 de outubro, o Secretário-Geral da Anistia Internacional enviou longa carta a Collor para “manifestar o apreço” “pela mensagem extremamente positiva” com que o Presidente brasileiro recebera delegação daquela entidade em Brasília, em agosto. Também a determinação do governo de proteger os indígenas recebeu especial apoio internacional<sup>426</sup>. Em 17 de janeiro de 1991, Collor visitou o Parque Nacional do Xingu, ocasião em que assinou decretos que homologaram a demarcação daquele parque e outra área indígena, os quais declarou constituírem “o primeiro ato de um processo que há de mudar o tratamento da questão do índio no Brasil”.

Mudava o tom assumido pelo país nos foros internacionais. Lindgren Alves considerou o discurso pronunciado pelo Embaixador Rúbens Ricúpero, em fevereiro, na CDH como sendo o ponto de inflexão da política externa brasileira em matéria de direitos humanos, pois dedicou dois terços de sua fala à situação brasileira e não à de terceiros países<sup>427</sup>.

O reconhecimento externo vinha também do entorno regional. O Grupo do Rio, reunido em dezembro, elogiou as medidas tomadas pelo governo brasileiro com relação aos Yanomami:

Os Chefes de governo expressaram sua satisfação com a decisão recente do governo brasileiro de reservar uma área contínua de mais de nove milhões de hectares para os índios Yanomami e, da mesma forma, as medidas tomadas pelo governo venezuelano para a criação de um parque nacional na mesma região. Além de suas implicações ambientais, tais decisões correspondem ao objetivo democrático de defesa das minorias<sup>428</sup>.

Dando cumprimento a decisão tomada anteriormente, em janeiro de 1992, Rezek efetuou na ONU o depósito dos instrumentos de adesão do Brasil ao “Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais” e ao “Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos”. Declarou na ocasião que, ao “aderir ao mesmo tempo, e com a mesma formalidade, aos Pactos”, o Brasil salientava a importância que atribuía “ao conceito da indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”. Concluiu que “democracia, direitos humanos e desenvolvimento social e econômico” deviam “estar sempre juntos e não podem ser alcançados independentemente”.

### *3.7.5. Meio Ambiente*

As questões do meio ambiente ganhavam cada vez maior centralidade no âmbito multilateral. Ao instalar a Comissão Interministerial do Meio Ambiente, em junho de 1990, Collor declarou que a Conferência a ser realizada no Brasil haveria de ser “o lugar e a hora” em que se resolveria a “equação entre as categorias aparentemente antinômicas” que envolviam “a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico e social”.

Como país anfitrião, o Brasil procurava influenciar nos possíveis resultados da Conferência. Na I Reunião do Comitê Preparatório da Conferência, realizada em Nairóbi em agosto, o Secretário-Geral de Política Exterior, Embaixador Marcos Azambuja, anunciou que a sede da Conferência seria a cidade do Rio de Janeiro e convidou não apenas governos, mas também organizações não governamentais. Antes, porém, não deixou de afirmar que a Conferência seria “fundamentalmente, um acontecimento político de grande envergadura e não um congresso científico ou uma manifestação ecológica”, ainda que também apresentasse “essas características”.

Collor convidou, na AGNU, em setembro, “o mundo” a que viesse ao Brasil “para a grande Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, talvez a mais importante reunião internacional” do século “pelo tema de interesse vital para a humanidade, e pela participação esperada, mesmo no plano não governamental”. Assegurou que o encontro permitiria “que a preocupação genérica com o tema do meio ambiente” se definisse “de forma precisa” e que se firmassem “acordos com base no sentido de responsabilidade compartilhada entre todos os atores internacionais”. Sublinhou que o Brasil, “como os demais países em desenvolvimento”, precisava “ter acesso facilitado às tecnologias” que permitisse “eliminar os danos ao meio ambiente” e que se apresentassem “como ecologicamente seguras”.

Por sua vez, Rezek, ao discursar na II sessão do Comitê Preparatório da Conferência, em abril de 1991, ressaltou que o Brasil vinha defendendo a necessidade de que fossem estabelecidos mecanismos para assegurar aos países em desenvolvimento o acesso, em termos favoráveis, às tecnologias ambientalmente adequadas, disponíveis nos países industrializados. Para o Ministro, o acesso a essas tecnologias não se podia fundamentar em condições puramente comerciais ou de mercado. Reconheceu que a proteção do meio ambiente em escala local e global exigia consideráveis investimentos e que esse ônus financeiro era de difícil absorção nos países em desenvolvimento. Concluiu que era imperativo ampliar, em favor desses países, “os fluxos de crédito para financiamento de iniciativas ambientais, sem desviar recursos destinados a programas de desenvolvimento econômico”.

Em junho de 1991, Collor visitou a Suécia, onde recebeu “a tocha ambiental”. Na Assembleia Geral, em setembro, o Presidente brasileiro, ao comentar a agenda da reunião, mencionou questão de propriedade intelectual dizendo que a transferência de tecnologia ambientalmente adequada exigia o tratamento inovador da questão da propriedade intelectual, com vistas a um regime que favorecesse “efetivamente o acesso dos países em desenvolvimento aos avanços do mundo industrializado” naquele campo<sup>429</sup>.

A atitude em favor da proteção do meio ambiente se manifestava em várias frentes. Em 4 de outubro, o governo brasileiro afirmou que constituía “motivo de satisfação” a assinatura pelo Brasil do Protocolo para proteção do meio ambiente antártico, em Madri, na sessão de encerramento da XI Reunião consultiva especial do Tratado da Antártica.

### 3.8. Atuação econômica externa

A atuação econômica externa brasileira em 1990, 1991 e início de 1992 seria caracterizada, no plano comercial, pela ampliação do programa de redução de tarifas aduaneiras, pela acolhida favorável da proposta de Bush para uma área de livre-comércio hemisférica e, no plano financeiro, por negociações relativas à dívida externa, no âmbito do Plano Brady.

#### 3.8.1. Comércio

Entre 1986 e 1991, 30 países em desenvolvimento liberalizaram unilateralmente seu comércio exterior<sup>430</sup>. O Brasil não fugiria a esse padrão. No governo Collor, intensificou-se programa de liberalização de importações. Foram extintas listas de produtos com emissão de guias de importação suspensa (1.300 produtos) e os regimes especiais de importação (exceto Zona Franca de Manaus, *drawback* e bens de informática). Foi anunciado plano de redução das tarifas de importação ao longo de quatro anos<sup>431</sup>.

As negociações comerciais se dariam no âmbito da Rodada Uruguai, mas também haveria reação positiva à proposta dos EUA, em junho de 1990, de criação de uma área de livre-comércio para as Américas. Uma vez dado o início, em março de 1991, do processo de criação do Mercosul, houve, em junho, negociação do Acordo chamado 4+1 ou Acordo do Jardim das Rosas, assim chamado em razão de local na Casa Branca em Washington onde foi celebrado entre os membros do Mercosul, de um lado, e os EUA do outro.

\*

Em 1990, a Rodada Uruguai não se apresentava como promissora naquele momento. As negociações foram suspensas em meio a recriminações e amargas queixas de todos os lados<sup>432</sup>, tendo, em reunião realizada em Bruxelas, naquele ano, havido repetição do fracasso de Montreal. Segundo Marcelo de Paiva Abreu, a razão do malogro seria a distância entre a proposta norte-americana e a da CEE no setor da agricultura. O Brasil teve, em Bruxelas, participação ativa na negociação da liberalização daquele setor econômico<sup>433</sup>. Juntamente com os demais países latinos do Grupo de Cairns atuou para garantir que, depois da resistência inicial dos EUA, nenhum acordo surgisse sem um avanço substancial no setor agrícola<sup>434</sup>.



O malogro aparente das negociações multilaterais encorajava iniciativas bilaterais e regionais. Em março de 1990, os governos de Salinas no México e Bush nos EUA iniciaram conversações bilaterais para um acordo de livre-comércio, mais tarde ampliadas para incluírem também o Canadá<sup>435</sup>.

Esboçavam-se, portanto, processos que, mais tarde, redundariam em negociações comerciais paralelas, todas envolvendo ativamente o Brasil: a proposta dos EUA conhecida como Iniciativa para as Américas; o estabelecimento do Mercosul; e o final da Rodada Uruguai.

\*

Em junho, o Presidente Bush lançou o que chamou de “uma nova parceria econômica” entre os EUA e os países da América Latina e do Caribe, em proposta que passou a ser conhecida como “Iniciativa para as Américas”. O projeto tratava de comércio, investimentos e dívida externa<sup>436</sup>. Para alguns observadores, tratava-se de uma apólice de seguros que os EUA buscavam contra os riscos do bloco econômico europeu<sup>437</sup>.

A proposta encaixava-se com o momento liberal que o Brasil e vários de seus vizinhos viviam. Collor afirmou, em julho, que o Brasil dera início “à implantação de uma nova política industrial e de comércio exterior, inspirada no propósito claro de renovar a economia nacional, através de uma abertura sadia e competitiva”, que se traduziria “em benefícios para a sociedade como um todo”. Defendeu a ideia de que o país passava “da prédica à prática da modernização – e rompendo com modelos ultrapassados”, desejando o governo “avançar no processo de completar a liberdade política com a mais ampla e efetiva liberdade econômica”. Referiu-se à proposta de Bush nos seguintes termos:

[...] não poderia deixar de saudar o importante pronunciamento feito pelo Presidente George Bush, no dia 27 de junho último, quando anunciou uma revisão da política econômica dos EUA da América com relação à América Latina e ao Caribe. Trata-se de uma iniciativa corajosa, inovadora e abrangente, que se fundamenta também na premissa de que “cada país da região deve fazer suas opções próprias. A Iniciativa para as Américas (*The Enterprise for Americas*)” é, ademais, um reconhecimento de que emergiu na América Latina “uma nova liderança, respaldada pela força de um mandato popular”. A perfeita concertação político-diplomático hoje existente entre Brasil e Argentina recebe, assim, um construtivo estímulo, que permitirá aos dois países reiterar sua comunhão de propósitos. A proposta do Presidente Bush abre novos horizontes para a solidariedade hemisférica, que será mais



sólida na medida em que a unidade latino-americana também se fortalecer. Não há qualquer conflito entre essas duas vertentes: ao contrário, elas se complementam, numa síntese histórica que deve ser sempre mais harmônica e benéfica para a estabilidade do continente americano.

Numa série de encontros bilaterais, Collor e líderes latino-americanos se manifestariam favoráveis à iniciativa estadunidense de estabelecimento de uma área de livre-comércio para as Américas. Durante encontro em Buenos Aires, Collor e Menem decidiram que dariam uma resposta unificada ao Plano Bush e para tanto convocaram reunião de Ministros da Economia e do Exterior<sup>438</sup>. Na mesma ocasião, conforme constou de Comunicado Conjunto, os dois Presidentes assinaram a Ata de Buenos Aires que antecipou para 31 de dezembro de 1994 o prazo para o estabelecimento de um mercado comum<sup>439</sup>.

Uma das primeiras manifestações a favor da proposta de Washington se deu quando o Presidente eleito do Chile, Patricio Aylwin, visitou o Brasil no final de julho. Collor e seu colega chileno “expressaram sua satisfação” com a Iniciativa para as Américas, lançada pelo Presidente dos EUA e a esperança de que ela conduzisse, “de forma efetiva, à liberação do comércio, à diminuição do peso da dívida externa e ao aumento substantivo dos fluxos de investimento indispensáveis para lograr o desenvolvimento econômico requerido pela região.” Manifestaram, ademais, sua vontade de iniciar, desde então, o estudo dos mecanismos que permitissem implementar tais propósitos.

Outra expressão de apoio à Iniciativa para as Américas ocorreu, em agosto, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da Bolívia, Jaime Paz Zamora. Collor e o líder boliviano consideraram que representava “estímulo adicional aos esquemas de integração e complementação econômicas regionais em curso, além de não inibir opções de cooperação econômica com outras regiões do mundo”. Concordaram, ademais, que a iniciativa constituía “sinal positivo no sentido de revitalizar a solidariedade continental”, na medida em que traduzia “a disposição norte-americana de reformular as relações econômicas entre os EUA da América e a América Latina em bases mais equitativas”.

Na AGNU, em setembro, Collor referiu-se à abertura comercial brasileira e criticou o protecionismo:

Com uma economia que se abre para o mundo, e na expectativa de que se estabeleça uma economia mundial aberta, o Brasil participa da Rodada

Uruguai – nas negociações multilaterais em cursos no *GATT* – confiante de que essas venham a corrigir as desordens e atrofias persistentes no comércio internacional. O recurso aos subsídios à exportação e as medidas de apoio interno por parte de nações desenvolvidas têm atingido níveis exagerados, que prejudicam fortemente os países em desenvolvimento, capazes de aumentar o suprimento de produtos agrícolas ou agroindustriais ao mercado mundial. É deplorável que, com o arsenal protecionista hoje em uso no mundo desenvolvido, se oponham obstáculos à maior produção mundial de alimentos, num cenário de subnutrição que atinge boa parte da humanidade<sup>440</sup>.

Os Presidentes do México e do Brasil se reuniram em outubro, quando se referiram em termos positivos à Iniciativa para as Américas. Collor e Salinas estimaram que constituía “sinal positivo e promissor da disposição norte-americana de encarar o relacionamento intra-hemisférico sob o prisma da cooperação econômica” e com a consciência voltada para os verdadeiros problemas que afetavam a região e prejudicavam o seu desenvolvimento, a sua integração e a sua inserção internacional. Concordaram em que a Iniciativa para as Américas poderia somar-se a ideias e projetos já vigentes na região, tornando-se um instrumento efetivo de desenvolvimento e integração. Assinalaram que, para tanto, deveria a Iniciativa ser explicitada em termos equitativos e não discriminatórios e dotada de mecanismos eficazes de implementação compatíveis com a magnitude da tarefa a que se propunha, tornando-se necessário que as ações que se viessem a empreender no seu contexto fossem coordenadas de forma a buscar-se o equilíbrio entre três vertentes contempladas pela Iniciativa, isto é, comércio, investimentos e dívida externa.

Ao celebrar o 45º aniversário da ONU, em outubro de 1990, Collor salientou a interdependência mundial, a transnacionalização de bens, capital e serviços, e o entrelaçamento das economias. Afirmou que o conceito de soberania deveria acentuar a “responsabilidade na corresponsabilidade” e toda política de comércio havia de oferecer “reforço nacional à internacionalização do intercâmbio”.

As manifestações favoráveis à proposta estadunidense prosseguiram. De Comunicado Conjunto emitido durante a visita do Presidente do Equador, Rodrigo Borja, ao Brasil, no mesmo mês, constaram termos quase idênticos ao comunicado mexicano-brasileiro em relação à Iniciativa para as Américas. Aumentava, assim, a lista de países latino-americanos que acolhiam favoravelmente a proposta estadunidense de abertura comercial no plano hemisférico.

\*

Em meio à boa receptividade obtida pela proposta norte-americana, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção que aprovou medidas para o estabelecimento do Mercosul<sup>441</sup>. Ao discursar na ocasião, Collor ressaltou que, mais do que uma estratégia convergente de desenvolvimento, a assinatura do Tratado constitutivo do Mercosul era a reafirmação da vontade de seus povos “pela cooperação, pelo entendimento e pela paz, como princípios inabaláveis de convivência”. De nota à imprensa constou que o Mercosul abrangeria uma área de 11.800.000 km<sup>2</sup>, uma população de 190 milhões de pessoas, com um Produto Interno Bruto total da ordem de US\$ 400 bilhões e uma renda *per capita* de cerca de US\$ 2.000. O comércio exterior dos países que integrariam o Mercosul registrava, em 1990, exportações totais de US\$ 44,5 bilhões e importações de US\$ 23,4 bilhões. Logo, o processo de integração no Cone Sul começaria a apresentar resultados muito promissores: as exportações do Brasil para o Mercosul subiram mais de 70% passando de US\$ 1,3 bilhões em 1990 para US\$ 2,3 bilhões em 1991<sup>442</sup>.

Colocava-se a questão do relacionamento do Mercosul com a iniciativa hemisférica. No âmbito da Iniciativa para as Américas, em 19 de junho de 1991 foi assinado, em Washington, “Acordo Relativo a um Conselho sobre Comércio e Investimentos” entre Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e EUA. Na AGNU, Collor referiu-se ao Mercosul e indicou que este já se articulava com a Iniciativa para as Américas por meio daquele acordo, também conhecido como Acordo do Jardim das Rosas<sup>443</sup>. A ideia de negociação de área de livre-comércio que envolvesse os EUA não era, no entanto, pacífica em âmbito nacional e causava polêmica em alguns círculos. Em artigo intitulado “A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?”, o Embaixador Paulo Nogueira Batista, elogiou o Itamaraty pelas condições que impôs para discutir uma área hemisférica de livre-comércio:

[...] andou bem Collor em ouvir o Itamaraty e não aceitar discutir a ideia de eventual formação de uma Área Hemisférica de Livre-Comércio, de contornos mal definidos, mas com suficiente imantação, pelo seu simples anúncio, para atrair individualmente vários países latino-americanos e perturbar processos de integração sub-regional. Justificou-se, por isso, a cautela brasileira em obter dos demais parceiros no Mercosul o compromisso de só conversarem como um grupo com os EUA a respeito da questão<sup>444</sup>.

Nas suas fortes críticas à política externa do governo Collor, Nogueira Batista abriu exceção para o Acordo 4+1 entre o Mercosul e os EUA, nos seguintes termos:

O Acordo 4+1, entre os integrantes do Mercosul e os EUA - também designado de *Rose Garden Agreement* pelos diplomatas inoculados pelo vírus do deslumbramento com os EUA - pode ser apontado como outro exemplo da engenhosidade de Itamarati na salvaguarda da integridade do Mercosul, ameaçada que estava pela tentação de alguns de seus membros a negociar bilateralmente com os EUA, no quadro da Iniciativa para as Américas, sobre matérias objeto do Tratado de Assunção<sup>445</sup>.

\*

Nesse meio tempo, como forma para reativar as negociações multilaterais de comércio, em 1991, o secretariado do GATT circulou um documento abrangente sobre as negociações da Rodada Uruguai. Incluía regras em matéria de agricultura, barreiras não tarifárias e *antidumping*. Previa extinção gradual do Acordo Multifibras, liberalização progressiva de serviços em negociações específicas (serviços financeiros, de telecomunicações e de transportes aéreos). Previa também “medidas de comércio relativas a propriedade intelectual” (*TRIPs*, na sigla em inglês) e “medidas de comércio relativa a investimentos” (*TRIMs*, na sigla em inglês). Incluía ainda seções referentes a regras de origem, inspeções antes do embarque, barreiras técnicas, licenças de importação, valoração alfandegária, compras governamentais e funcionamento do sistema do GATT<sup>446</sup>. O documento daria forte impulso à Rodada.

### 3.8.2. *Finanças*

Quando do início do governo Collor, em 1990, o país estava em moratória não declarada<sup>447</sup>. Após dramáticas medidas econômicas adotadas, e não bem-sucedidas, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, assinou, em setembro, carta de intenções negociada com o FMI<sup>448</sup>. No final de janeiro de 1991 foi decretado o Plano Collor II<sup>449</sup>, mas a economia continuou a enfrentar dificuldades crescentes. Em maio, tomou posse como Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, o Embaixador Marcílio Marques Moreira.

O governo buscou entendimento *stand by* com o FMI em janeiro de 1992, e, no mês seguinte, concluiu, com o Clube de Paris, acordo sobre o reescalonamento de cerca de US\$ 11 bilhões, do total aproximado de US\$ 21 bilhões de sua dívida externa oficial. Em março, chegou ao Brasil

o Subsecretário do Tesouro para Assuntos Internacionais dos EUA, David Mulford. Foi recebido por Collor e manteve encontros com o Ministro Marques Moreira. A visita “evidenciou apoio aos esforços brasileiros no sentido de normalizar o relacionamento do país com a comunidade financeira internacional”. Em agosto, alcançou-se um entendimento sobre os princípios de um acordo com os bancos comerciais<sup>450</sup>.

### 3.9. Síntese da gestão de Rezek

Ao transmitir o cargo de Ministro a seu sucessor, Rezek declarou:

[...] Reivindicamos [...] no exterior o que agora praticávamos internamente. A liberalização do comércio, a abertura da economia e o programa de privatização apoiaram nosso combate às tendências anacrônicas de protecionismo e discriminação e nossa luta por regras que disciplinem o intercâmbio internacional de bens e serviços. Fortaleceram, também, nosso projeto de integração regional que integra mercados sem discriminar contra terceiros. Permitiram, ainda, ao lado de países em desenvolvimento relativo tão diverso como a Hungria e a Austrália, nosso ativismo contra o impasse agrícola nas negociações da Rodada Uruguai do GATT. Mais não foi preciso que bom senso e respeito pelas tendências de nossa gente para que desenvolvêssemos uma política nuclear responsável. Com a autoridade desse gesto, defendemos, determinados, o direito do Brasil de ter acesso desimpedido a todo avanço tecnológico que acelere a retomada do desenvolvimento.

Dos dois anos em que Francisco Rezek chefiou o Itamaraty poderia ser dito que tiveram mais relevância: no campo político multilateral, a renúncia brasileira a explosões nucleares; no campo político bilateral, a retirada dos brasileiros que se encontravam no Iraque antes da guerra do Golfo; e, no campo econômico, a liberalização das importações e o desenvolvimento de uma política comercial multilateral que o próprio Ministro chamou de “ativismo” agrícola na Rodada Uruguai. A Iniciativa para as Américas dos EUA foi acolhida, sem reservas. Teve aceleração o processo de integração econômica com Argentina, Uruguai e Paraguai; e intensificaram-se medidas em favor da proteção do meio ambiente (preparação da Conferência do Rio) e a respeito aos direitos humanos (sobretudo a demarcação de terras indígenas).

261. Henry Raymond, *Troubled Neighbors*, p. 272.
262. Andrew Hurrell, "The United States and Latin América: Neorealism Re-Examined", in Ngaire Woods *Explaining International Relations Since 1945*, p. 160.
263. Eugênio Vargas García, *Diplomacia brasileira e política externa*, p. 647.
264. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 513.
265. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 195.
266. Luiz A.P. Souto Maior, "Eleições e o futuro do Mercosul", in *Política Externa*, vol.12 no.2 set/out/nov 2003, p. 88.
267. Luiz A.P. Souto Maior, "Eleições e o futuro do Mercosul", in *Política Externa*, vol.12 no.2 set/out/nov 2003, p. 85.
268. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 24.
269. Eugênio Vargas García, *Diplomacia brasileira e política externa*, pp. 649-655.
270. José Viegas Filho, "Não-proliferação e tecnologias sensíveis" in *Política Externa*, vol.1, nº4, março 1993, p. 142.
271. Luiz A.P. Souto Maior, "Não-proliferação e tecnologias sensíveis", in *Política Externa*, vol.12 no.2 set/out/nov 2003, p. 88.
272. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2 2001.
273. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2 2001, p. 133.
274. José Viegas Filho, "Não-proliferação e tecnologias sensíveis" in *Política Externa*, vol.1, nº.4, p. 142.
275. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, "Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2, 2001, 136 com base em dados de Escudé e Fontana.
276. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 194.
277. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 534.
278. João Clemente Baena Soares, *Síntese de uma gestão*, p. 39.
279. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 194.
280. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 706.
281. William R. Keylor, *The Twentieth-Century World*, p. 542.
282. Paulo Roberto C.Tarrisse da Fontoura, *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU*, p. 202.
283. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 679.
284. Fernando José Marroni Abreu, "Brasil e Cuba" a gangorra diplomática" in *Sessenta anos de política externa*, vol. III, p.293.
285. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 311.
286. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 195.
287. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2 2001, p. 134.
288. João Clemente Baena Soares, *Síntese de uma gestão*, p. 97.
289. Irene Pessoa de Lima Câmara, *Em Nome da Democracia*, p. 166.
290. P.M.H. Bell, *The World Since 1945*, p. 492.
291. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 534.
292. Guillermo Palacios, *Intimidadas, conflictos y reconciliaciones.México Brasil 1822 1993*, p. 342.
293. Marcílio Marques Moreira, *Diplomacia*, com base em Maria Helena Tachinardi, *A guerra das patentes: o conflito Brasil x EUA sobre propriedade intelectual*.
294. Marcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 240.
295. Andrew Hurrell, "The United States and Latin América: Neorealism Re-Examined", in Ngaire Woods *Explaining International Relations Since 1945*, p. 160.
296. Maria Regina Soares de Lima, "As relações do Brasil com os EUA"1964-1990" in *Sessenta anos de política externa*, Vol. III, p. 83.
297. Tony Judt, *Postwar: A History of Europe since 1945*, p. 637.
298. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 619.
299. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 280.
300. J.A.S Grenville, *a History of the World*, p. 876.
301. José Calvet de Magalhães, *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, p. 97.
302. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 894.
303. William R. Keylor, *The Twentieth-Century World*, p. 458.
304. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 459.
305. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 902.
306. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 627.
307. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 627.
308. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 456.
309. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 627.
310. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 572.
311. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 630.
312. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 629.
313. Niall Ferguson, *Colossus*, p. 143.
314. Mark Kramer, "The Soviet Union and Eastern Europe: Spheres of Influence" in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 123.
315. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 806.
316. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 707.

317. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 806.
318. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 618.
319. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 459.
320. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 618.
321. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 919.
322. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 919.
323. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 198.
324. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 618.
325. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 626.
326. Mark Kramer, "The Soviet Union and Eastern Europe: Spheres of Influence" in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 123.
327. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 618.
328. Mark Kramer, "The Soviet Union and Eastern Europe: Spheres of Influence" in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 123.
329. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 919.
330. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 583.
331. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 459.
332. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 807.
333. Fundação Alexandre de Gusmão, *Grupo do Rio*, p. 524.
334. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 806.
335. Tony Judt, *Postwar: A History of Europe since 1945*, p. 656.
336. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 920.
337. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 919.
338. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 280.
339. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 575.
340. Tony Judt, *Postwar: A History of Europe since 1945*, p. 657.
341. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 631.
342. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 460.
343. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 561.
344. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 619.
345. Geoffrey Blainey, *A Short History of the 20th Century*, p. 459.
346. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 636.
347. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 637 e J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 920.
348. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 477.
349. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 920.
350. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 288.
351. William Woodruff, *A Concise History of the Modern World*, p. 268.
352. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 110.
353. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 123.
354. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 691.
355. L.F. Seixas Corrês, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 512.
356. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 123.
357. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 221.
358. José Flávio Sombra Saraiva, *O lugar da África*, p. 224.
359. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 770.
360. William Woodruff, *A Concise History of the Modern World*, p. 269.
361. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 773.
362. Paulo Roberto C. Tarrisse da Fontoura, *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU*, p. 202.
363. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 773.
364. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 507.
365. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 593.
366. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 111.
367. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1998-1999*, p. 107.
368. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 699.
369. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 527.
370. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 96.
371. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 530.
372. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 527.
373. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 288.
374. Fernando de Mello Barreto, *Os Sucessores do Barão*, II Volume, pp. 298- 299.
375. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 913.
376. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 664.
377. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 522.
378. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 64.
379. Antonio de Aguiar Patriota, *O CSNU após a Guerra do Golfo*, p. 35.



380. James Traub, *The Best Intentions*, 24, cita declaração de George Bush (pai segundo a qual ainda que não tivesse obtido aval do CSNU, os EUA atuariam contra o Iraque).
381. Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Exterior* no66, p. 98.
382. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 89.
383. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, pp. 89 e 221.
384. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 287.
385. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 665.
386. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 510.
387. *Correio Brasileiro*, "Veterano negociador", 29 de março de 2003, [http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO\\_20030329/pri\\_tmd\\_290303\\_82.htm](http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030329/pri_tmd_290303_82.htm)
388. Paulo Tarso Flecha de Lima, *Caminhos Diplomáticos*, p. 281.
389. Guido Fernando Silva Soares, "Legitimidade de uma guerra preventiva, em pleno 2003?", in *Política Externa*, vol. 12, jun/jul/ago, 2003, p. 22.
390. James Traub, *The Best Intentions*, p. 24.
391. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 665.
392. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 914.
393. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 668.
394. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 914.
395. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 914.
396. Afeganistão, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bareine, Bangladesh, Bélgica, Canadá, Cingapura, Dinamarca, Egito, EAU, Espanha, França, Grécia, Itália, Kuaite, Marrocos, países Baixos, Nova Zelândia, Níger, Noruega, Oman, Paquistão, Filipinas, Portugal, Catar, República da Coreia, Senegal, Sierra Leone, Síria, Reino Unido e os próprios EUA.
397. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 914.
398. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 90.
399. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 914.
400. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 666.
401. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 90.
402. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 618.
403. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 915.
404. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 668.
405. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 523.
406. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 523.
407. Harry G. Gelber, *The Dragon and the Foreign Devils*, p. 390.
408. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 595.
409. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 156.
410. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, "As Conferências de Cúpula Iberoamericanas: um Formato em Busca de Substância", in Gelson Fonseca, *Temas de Política Externa II*, p. 147.
411. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, "As Conferências de Cúpula Iberoamericanas: um Formato em Busca de Substância", in Gelson Fonseca, *Temas de Política Externa II*, pp. 152-4.
412. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, "As Conferências de Cúpula Iberoamericanas: um Formato em Busca de Substância", in Gelson Fonseca, *Temas de Política Externa II*, p. 157.
413. Marclio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 252, nota 13.
414. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 514.
415. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 644.
416. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 408.
417. David Reynolds, *On World Divisible*, p. 615.
418. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2, 2001, p. 135.
419. José Viegas Filho, "Não-proliferação e tecnologias sensíveis" in *Política Externa*, vol.1, nº4, p. 137.
420. Luiz Augusto de Araújo Castro, "Brasil-Argentina: medidas bilaterais de fortalecimento de confiança na área do controle de armamentos" in *Política Externa*, vol. 2, nº 2, setembro 1993, p. 75.
421. José Viegas Filho, "Não-proliferação e tecnologias sensíveis" in *Política Externa*, vol.1, nº4, março 1993, p. 142.
422. Luiz Augusto de Araújo Castro, "Brasil-Argentina: medidas bilaterais de fortalecimento de confiança na área do controle de armamentos", in *Política Externa*, vol. 2, nº 2, setembro 1993, p. 74.
423. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 533.
424. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 134.
425. <http://www.nti.org/db/china/nptorg.htm>.
426. J.A.S. Grenville, *A History of the World*, p. 702.
427. Benoni Belli, *A politização dos direitos humanos*, p. 180.
428. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 140.
429. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 531.
430. Paulo Tarso Flecha de Lima, *Caminhos Diplomáticos*, p. 288, citando Glover, David e Tussle, Diana (orgs) *The Developing Countries in World Trade: Policies and Bargaining Strategies*. Lunne Rienner Publishers, 1993, p. 2.
431. Lavínia Barros de Castro, "Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90" in *Economia Brasileira Contemporânea 1945-2004*, p. 147.



432. William R. Keylor, *The Twentieth-Century World*, p. 546.
433. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 106.
434. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 95.
435. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 537.
436. Antonio José Ferreira Simões, "O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio – Algumas reflexões" in *Política Externa*, vol.8, nº 2, setembro-outubro-novembro 1999, p. 26.
437. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 536.
438. Celso Amorim e Renata Pimentel, "Iniciativa para as Américas "O Acordo do Jardim das Rosas" in *Sessenta Anos de Política Externa*, vol.II, p. 113.
439. J.A. Guilhon Albuquerque, "Mercosul: Integração Regional Pós-Guerra Fria", in *Política Externa*, vol.1, Nº 2, setembro 1992, p. 118.
440. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 515.
441. Ney Canani, *Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994)*, p. 88.
442. Rubens Antonio Barbosa, "O Brasil e a integração regional: a ALALC e a ALADI (1960-1990)" in *Sessenta anos de política externa*, vol. II, p. 153.
443. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 535.
444. Paulo Nogueira Batista, "A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?" in *Política Externa*, vol.1, nº 4, março 1993, p. 111.
445. Paulo Nogueira Batista, "A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?" in *Política Externa*, vol.1, nº 4., março 1993, p. 122.
446. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, pp. 95-97.
447. Marcos Carmuru de Paiva, "A dívida externa e as questões financeiras internacionais", in *Sessenta anos de política externa*, vol. II, p. 67.
448. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 28.
449. Márcilio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 257, nota 15.
450. Márcilio Marques Moreira, *Sessenta anos de política externa*, volume II, p. 30.



## Capítulo IV

### Celso Lafer (Primeira Gestão)



*“A tarefa da diplomacia é a tradução das necessidades internas em possibilidade externas”*

Celso Lafer

Celso Lafer foi nomeado por Fernando Collor de Mello para substituir Francisco Rezek. O novo titular da cadeira do Barão do Rio Branco tomou posse no dia 13 de abril de 1992. Paulista, jurista, doutor em Ciência Política pela Universidade de Cornell, nos EUA (1970), livre-docente em Direito Internacional Público (1977) e professor titular de Filosofia do Direito (1988), na Universidade de São Paulo, publicara diversos livros sobre política internacional e comércio mundial, entre os quais: “Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais” (1973, com Felix Peña); “O Sistema Político Brasileiro, Estrutura e Processo” (1975); “Comércio e Relações Internacionais” (1977); “O Convênio do Café de 1976” (1979); “Ensaio sobre a Liberdade” (1980); “Paradoxos e Possibilidades” (Estudos sobre a Ordem Mundial e sobre a Política Exterior do Brasil num Sistema Internacional em Transformação) (1982); “O Brasil e a Crise Mundial (Paz, Poder e Política Externa)” (1984); “A reconstrução dos direitos humanos” (1988); e “Ensaio Liberais” (1991). Como empresário, atuara no âmbito de indústria de manufatura e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP.

O próprio Lafer explicaria, durante uma entrevista, como se dera seu ingresso no governo. Observou que fora convidado “no bojo de uma grande reforma ministerial” que tinha entre seus objetivos “proporcionar ao Presidente Collor respaldo político mais amplo, ampliando sua base

parlamentar”. Depois de resumir sua experiência na área internacional e sua trajetória política no PMDB e no PSDB, Lafer informou ter defendido, embora sem êxito, o ingresso deste último no governo. Concluiu que, “não podendo o Presidente ter o apoio do PSDB, que era o seu verdadeiro objetivo”, Collor vira no seu nome uma pessoa que “agregava algo à capacidade de articulação política do governo”. Revelou que nunca conversara anteriormente com o Presidente ou tinha tido qualquer contato pessoal com ele mas que, depois de um telefonema de Collor, viajou a Brasília onde com ele manteve conversa sobre política externa que assim resumiu:

[Collor] voltou a certos pontos recorrentes da sua reflexão pública, afirmando que precisávamos modernizar o país, ter uma economia mais aberta, mas também uma posição política mais afirmativa. Dizia-se consciente da importância dos temas da justiça social, dos direitos humanos, da ideia de criação de oportunidades, mas achava também que precisávamos ter, palavra-chave que ele usava sempre, uma inserção competitiva. Por fim disse que o convite que estava me fazendo significava perguntar: “Como isso se traduz num projeto articulado e implementável de política externa?” A partir daí a conversa girou em torno das relações com os EUA, com a CEE, o Mercosul e América Latina. Quais são as prioridades, o que significa o Japão, o que é o fim da URSS, o que é mundo dos fundamentalistas, como é que nós lidamos com isso. Foi uma longa conversa, que me deu a noção de que eu teria a oportunidade de servir ao país iniciando algo novo e criativo<sup>451</sup>.

\*

Apesar da reforma ministerial, boa parte do contexto nacional durante os cinco meses e meio em que Celso Lafer dirigiu o Itamaraty em 1992 seria marcado pelo processo político que levaria, ao final, ao *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello. Em maio, desenvolveu-se um escândalo, após denúncias por parte de seu irmão Pedro, de que o Presidente estava envolvido em esquema de corrupção dirigido pelo tesoureiro de sua campanha eleitoral. Em 11 de agosto, milhares de estudantes protestaram nas ruas contra o Presidente com os rostos pintados com as cores da bandeira brasileira. No dia 26 daquele mês, o Congresso concluiu ter provas, apuradas em comissão parlamentar, suficientes para exame de processo de *impeachment*. Este seria iniciado na Câmara dos Deputados em 29 de setembro, data em que Lafer comunicou a Collor sua intenção de deixar o governo. O pano de fundo econômico facilitara o desenvolvimento do processo de *impeachment*. Apesar dos esforços da equipe econômica chefiada pelo Ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, e da política monetária estrita aplicada, a

inflação alcançava taxas mensais superiores a 20%. A situação econômica agravou-se pela incerteza política e culminando em perda de 1,5% do PIB em 1992.

\*

No período em que durou a primeira gestão de Lafer no Itamaraty, tiveram destaque no cenário internacional: na América Latina, as repercussões do “autogolpe” de Fujimori no Peru; as tentativas de golpe na Venezuela; e a continuação da crise após o golpe no Haiti; na Europa, a instabilidade na ex-Iugoslávia, em particular na Bósnia; na África, a fome e a violência na Somália; a imposição de sanções à Líbia; e, na Ásia Central, o fim do regime marxista no Afeganistão. O evento multilateral de maior relevo seria a Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada, em junho, no Rio de Janeiro, e à qual a Chancelaria brasileira dedicaria a atenção e prioridade, seja na preparação seja na execução.

Ao descrever aquele momento diplomático, Lafer diria que sua reflexão era de que no mundo operavam, então, forças centrípetas, que levavam à globalização, e forças centrífugas, que conduziam à fragmentação. Assim, até a guerra do Golfo, houve “uma lógica de unificação”. No entanto, “a desagregação da URSS marcara ao lado da lógica da unificação, a lógica da fragmentação, das identidades políticas, o que gerava tensão”. Para atuar nessa situação mundial, o Brasil precisava ter uma visão de futuro e também de uma adaptação criativa<sup>452</sup>.

#### **4.1. Linhas gerais da política externa**

Ao tomar posse, em abril, o novo Ministro sublinhou a relação entre a democracia e a política externa, definindo a primeira como “uma maneira de organizar o estado e a sociedade que têm como pressupostos o respeito pelo outro e pelos direitos humanos, a tolerância e o princípio da legalidade”. Observou que a “associação positiva entre a democracia no plano interno e uma visão de mundo traduz-se num internacionalismo de vocação pacífica, guiado pelos princípios da coexistência e da cooperação”. Expressou sua visão da diplomacia como “um reflexo de diálogo e negociação que reflete externamente a convivência democrática no plano interno”.

Ao analisar, em junho, a situação mundial, afirmou vislumbrar mais uma multipolaridade do que uma unipolaridade naquele momento imediato pós-Guerra Fria:

As características da ordem mundial não estão ainda totalmente delineadas. Se olharmos o que aconteceu do período da Guerra do Golfo para cá, o que significa é que não há uma unipolaridade, mas sim uma multipolaridade, que se espelha por uma ação mais ativa da CEE, e por um papel, ainda não claro, mediante o qual o Japão passaria a ter uma ação política correspondente à sua dimensão econômica e tecnológica. Por outro lado, também os países subdesenvolvidos, o Grupo dos 77, se dão conta de que ocorreram mudanças. Desaparecida a lógica do parâmetro Leste-Oeste, os temas Norte-Sul não desapareceram, mas as formas pelas quais eles se colocam e se estruturam também se modificaram<sup>453</sup>.

Lafer retomaria o tema da democracia, em pronunciamento no Congresso Nacional em agosto, ao afirmar que, dentro “do seu conteúdo ditado pela legitimidade democrática”, a política externa movia-se “pelas análises simultâneas das demandas da sociedade nacional e das oportunidades oferecidas pela conjuntura internacional”. Nesse contexto, a tarefa da diplomacia seria a “de traduzir as necessidades internas em possibilidades externas”<sup>454</sup>.

## 4.2. Américas

Em reunião da OEA, realizada em maio nas Bahamas, o Ministro Lafer teria oportunidade de tratar da questão da democracia. Lembraria, mais tarde, que três situações haviam requerido que aquele organismo se ocupasse de problemas políticos e institucionais em Estados-membros, a partir da aprovação da resolução 1.080: a derrubada do Presidente Aristide no Haiti, a tentativa de golpe militar na Venezuela e a quebra da ordem constitucional no Peru<sup>455</sup>. Destacaria “o pioneirismo da OEA ao incorporar a defesa da democracia como princípio de sua Carta e como prática de sua atuação”. E de fato, a implementação do princípio seria objeto de proposta formulada pela Argentina, em Nassau, para a inclusão de dispositivos sobre suspensão de Estado-membro em casos de interrupção da ordem democrática<sup>456</sup>.

Ao assinar, em julho, o Acordo de Sede entre o governo brasileiro e o Parlamento Latino-Americano<sup>457</sup>, Lafer voltou a se referir à importância para a região do “binômio democracia-integração” que, a seu ver, constituía “a essência da missão do Parlamento Latino-Americano”<sup>458</sup>.

Os contatos com os vizinhos meridionais continuavam próximos, tendo Lafer mantido, em agosto, encontro no Rio de Janeiro com o

Ministro do Exterior do Uruguai, Doutor Hector Gros Espiell<sup>459</sup>; e, em Iguazu, na Argentina, com o Chanceler da Argentina, Guido di Tella. Seu país continuava a viver naqueles momentos a reviravolta na política interna lançada pelo Presidente Carlos Menem que executava reformas estruturais de porte e revertia o papel do Estado na vida econômica do país.

\*

Com o Paraguai, as relações mostravam-se promissoras, tendo entrado em vigor, em maio, o novo Estatuto da Itaipu Binacional, na qual havia um ano operava a décima-oitava e última unidade geradora. Em junho, a Constituição paraguaia estabeleceu um sistema de governo democrático que apresentou melhoras substanciais na proteção dos direitos fundamentais.

\*

Com a Bolívia, o Ministro Lafer se empenharia pelo acordo do gás natural, juntamente com o secretário Eliezer Batista e com o Ministro das Minas e Energia, Pratini de Moraes, em razão, segundo suas próprias palavras, da competitividade da matriz energética brasileira<sup>460</sup>. Em maio, visitou o Brasil o Ministro de Energia e Hidrocarbonetos da Bolívia, Herbert Muller Costas, com o objetivo de manter entendimentos com autoridades brasileiras sobre integração energética Brasil-Bolívia. Na oportunidade, foi estabelecido um cronograma de ações, com vistas ao fornecimento de gás Boliviano ao Brasil e à construção do correspondente gasoduto<sup>461</sup>. Em 17 de agosto, Lafer viajou a Santa Cruz de La Sierra com Collor para assinatura de acordos sobre construção de gasoduto e compra de gás boliviano<sup>462</sup>. Na sua opinião, aqueles documentos “criaram as condições para a construção do gasoduto” que uniria “os territórios dos dois países” e representaria, para o Brasil, “passo significativo na diversificação de sua matriz energética”.

\*

Com relação à Venezuela, na reunião da OEA em maio, referindo-se à tentativa de golpe ocorrida em fevereiro, Lafer considerou “auspicioso” constatar que, “fazendo jus à solidez de suas tradições”, o país soubera “superar momentos difíceis sem permitir que se verificasse uma ruptura da ordem democrática”. Reiterou a solidariedade brasileira “ao Presidente Carlos Andres Pérez e ao povo venezuelano”.

\*

O governo do Suriname solicitou, em agosto ao Secretário-Geral da OEA, Embaixador João Clemente Baena Soares, assistência daquele organismo internacional para a remoção de minas e artefatos explosivos

colocados em diversos pontos do país durante conflito armado. O Brasil colocou à disposição da OEA o equipamento técnico requerido para doá-lo ao Suriname uma vez concluída a operação<sup>463</sup>.

\*

A crise constitucional no Peru ainda persistia quando da posse de Celso Lafer em 13 de abril. Naquela data, os Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio, reunidos em Washington, emitiram Comunicado em que informaram terem decidido pela “não participação” do Peru nas suas reuniões enquanto não se tivesse, naquele país, “as condições de plena vigência do sistema constitucional e da democracia representativa”<sup>464</sup>.

Diante da reação interna e externa, o Presidente peruano, Alberto Fujimori, propôs a realização de um referendo para ratificar seu autogolpe. Rejeitada essa ideia pela OEA, Fujimori propôs então a realização de eleições para um Congresso Constituinte que seria encarregado de redigir nova constituição a ser ratificada por referendo nacional.

Parlamentares brasileiros, integrantes da Comissão Externa estabelecida pela Câmara dos Deputados, iniciaram em 1º de maio, uma visita ao Peru para colher informações sobre a conjuntura política peruana e manifestar a preocupação do Legislativo brasileiro com a quebra da ordem institucional e democrática daquele país<sup>465</sup>. Ao recordar o episódio, Lafer diria que a reação no Congresso Nacional, que se sensibilizou muito, fora natural, diante do fechamento do Congresso peruano. Narrou como tomou a iniciativa de “chamar todas as lideranças para conversar no Itamarati, a fim de pô-las a par do que a chancelaria sabia”. Concluiu ter a missão parlamentar se realizado com seu apoio e acompanhamento por diplomatas que estavam no Peru e na Secretaria de Estado<sup>466</sup>.

Na reunião da OEA, no dia 18, o próprio Fujimori proferiu discurso em que se comprometeu com o “retorno à institucionalidade” e a estabelecer um Congresso Constituinte Democrático que garantiria “a vigência do princípio do equilíbrio de poderes e da efetiva participação dos cidadãos na elaboração, com representantes diretamente eleitos pelo povo, de um novo contrato social”. Conclui que, com isso o Peru teria “alcançado o pleno restabelecimento de sua legitimidade constitucional”<sup>467</sup>. Lafer, na sessão do dia seguinte, expressou a esperança de que o Peru voltasse à “plenitude democrática”:

Neste exato momento, nossa Organização empenha-se pelo restabelecimento urgente da ordem institucional democrática no Peru. Através de seus louváveis esforços liderados pessoalmente pelo Chanceler Gros Espiell e



pelo Secretário-Geral, a OEA há de contribuir decisivamente para a vigência dos mecanismos institucionais da democracia representativa naquele país, cuja situação acompanhamos atentamente. A Reunião *ad hoc* de Ministros ouviu com interesse o relato do Chanceler do Uruguai, digno de louvor pelo empenho com que se dedicou a sua importante missão. Ouvimos também a alocação do Presidente Alberto Fujimori perante a reunião *ad hoc*, na qual registra projetos e compromissos no rumo da reconstrução da ordem democrática. A vinda do Presidente Fujimori à reunião constitui evento de alto significado político. Seu discurso revela a importância do papel de nossa Organização para que se criem na nação peruana as condições necessárias à plenitude dos direitos humanos e ao diálogo político com vistas à rápida eleição de um congresso constituinte que satisfaça plenamente os requisitos de democracia representativa e pluripartidária. Esperamos assim que aquela nação, com a qual temos vínculos de permanente solidariedade, reencontre no futuro muito próximo a plenitude de sua expressão democrática.

#### 4.2.1. América Central e Caribe

No Haiti, Raoul Cédras mantinha sua ditadura em Port-au-Prince e Jean-Bertrand Aristide ainda se encontrava no exílio. Em 3 de maio, foi assinada Exposição de Motivos sobre a aplicação no Brasil de medidas determinadas pela OEA para imposição de embargo econômico-comercial àquele país ilhéu<sup>468</sup>. Em ação que o Secretário-Geral da OEA, Embaixador João Clemente Baena Soares, qualificaria de “nova manobra”, no dia 8, em Port-au-Prince, Cédras obteve dos dirigentes do Parlamento a aprovação de um acordo para formação de novo governo “de consenso”<sup>469</sup>. No dia 17, realizou-se sessão da Reunião *ad hoc* durante a qual foi aprovada resolução que repudiou “as manobras dilatórias e intimidatórias de setores que beneficiaram com o rompimento democrático” e ampliou o embargo. Ao discursar em Nassau, Lafer expressou insatisfação com a situação no Haiti:

Estamos, é fato, insatisfeitos com os resultados até agora alcançados, especialmente no caso do Haiti. Evidentemente, o campo do possível e, no caso, do desejável, é sempre maior e mais amplo do que aquilo que acaba se consubstanciando em realidade, mas se ainda não foi possível atingir o objetivo visado, o restabelecimento da democracia representativa, é preciso não esquecer que foi graças à ação desta Organização que o golpe haitiano não obteve reconhecimento internacional e que o regime de fato permanece

isolado pelos países do hemisfério e por aqueles países de fora de nossa região que atenderam ao chamamento para apoiar nossos esforços pela democracia. [...] A resolução adotada pela reunião ad hoc anteontem reafirma sem equívocos as posições e os princípios que caracterizam a atuação da OEA ao tratar da crise no Haiti: a condenação do golpe; o apoio ao governo legítimo do Presidente Aristide; o nosso compromisso de cooperar na busca de uma solução haitiana para o estabelecimento e fortalecimento das instituições democráticas; e, sobretudo, o nosso permanente cuidado em apoiar a recuperação e o desenvolvimento econômico desse país irmão.

O governo militar naquele país, entretanto, continuaria a desconhecer as pressões interamericanas e, em junho, nomeou para o cargo de Primeiro-Ministro, Marc Louis Bazin, que fora Ministro das Finanças de Jean Claude Duvalier. Em gesto que implicava o não reconhecimento do governo *de facto* haitiano, o governo brasileiro convidou Jean-Bertrand Aristide para participar da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992<sup>470</sup>.

Baena Soares decidiu enviar, em julho, uma missão ao Haiti, liderada por sua Sub Chefe de Gabinete, a diplomata brasileira Irene Pessoa de Lima Câmara. Esta manteve diversos contatos, inclusive com Cédras, e apresentou relatório sobre a “situação dos direitos humanos, a ajuda humanitária e o panorama econômico-social do país”. A informação serviria de base para exposição de Baena ao Conselho Permanente em 12 de agosto e para a decisão de envio de nova missão a Port-au-Prince no dia 18, presidida por ele próprio e integrada por Representantes Permanentes da Argentina, Bolívia, Costa Rica, EUA e Venezuela; enviados especiais do Canadá e Trinidad e Tobago e observadores da ONU, CARICOM e CEE. Como resultado dessa nova missão, foi recomendado o aumento da assistência humanitária ao país.

Ao regressar a Washington, Baena convidou Aristide e Bazin a designarem representantes para uma reunião na sede da OEA, que se realizou entre 1º e 4 de setembro, na presença do Secretário-Geral, e discutiu a presença de observadores civis da OEA no Haiti. No dia 10, as “autoridades *de facto*” indicaram a possibilidade de aceitar um núcleo inicial de tais observadores. No dia 16, este se dirigiu ao Haiti. Compunha-se de representantes de 11 países, inclusive o Brasil<sup>471</sup>.

\*

Com respeito a El Salvador, em 22 de junho, o Brasil tomou a iniciativa de designar nove oficiais brasileiros para compor a força de paz da ONU, a *ONUSAL - Observadores de las Naciones Unidas en El*

*Salvador*<sup>472</sup>. Diferentemente da força original, que se limitava a monitorar direitos humanos, a nova unidade converteu-se em missão de verificação e observação. Com a ampliação da ONUSAL, terminava a função da reduzida *ONUCA- Observadores de las Naciones Unidas en Centro América*, cujo pessoal e bens seriam transferidos para El Salvador. A ONUSAL incluiria treinamento de policiais salvadorenhos por oficiais de Chile, México e Guiana, assim como de diversos países europeus. Observadores militares incluíam oficiais de Brasil, Canadá, Colômbia, Equador, e Venezuela, tendo a Argentina enviado oficiais médicos.

#### 4.2.2. América do Norte

O relacionamento com os EUA apresentaria melhoras, sobretudo em razão da renúncia brasileira a armamentos nucleares. O Itamaraty buscava acesso a tecnologia avançadas, de acesso bloqueado anteriormente pelo governo de Washington em razão de desconfianças sobre o programa nuclear brasileiro. Tal questão seria tratada, em 28 de abril, durante reunião de trabalho sobre o comércio internacional de produtos sensíveis mantida entre o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Seixas Corrêa e o Subsecretário de Estado para Segurança Internacional do Departamento de Estado, Reginald Bartholomew. Conforme constou de nota à imprensa sobre o encontro, os EUA condicionaram o intercâmbio de tecnologias avançadas à implementação pelo Brasil das iniciativas na área de não proliferação de armas de destruição em massa<sup>473</sup>.

Lafer afirmou, em reunião ministerial, realizada em maio, que, tendo sido superado “o grosso do contencioso”, o governo brasileiro buscava uma relação com os EUA “equilibrada, de credibilidade, de confiança e de mutualidade”. Ponderou que uma parceria “tão íntima como a do México ou a do Canadá” seria “improvável, pela dimensão da economia brasileira, pela diversificação dos nossos mercados, além do fator geográfico que diferencia as situações”. Defendeu parceria que buscasse “noção de mutualidade, credibilidade e confiança”.

Ocorriam ainda, embora em menor escala, episódios relativos ao contencioso comercial entre os dois países. Assim, em 3 de julho, o governo brasileiro emitiu comunicado sobre a decisão da indústria estadunidense de apresentar petições *antidumping* e antissubsídios contra exportações brasileiras. Considerou as medidas serem “essencialmente de cunho protecionista” e configuravam “uma erosão do sistema multilateral de comércio, pois contrariam aos objetivos e espírito da Rodada Uruguai

do GATT". Manifestou esperança de que o governo norte-americano não viesse "a acolher as petições de sua indústria", uma vez que "a iniciação de novos processos *antidumping* e anti-subsídios" poderiam "incidir negativamente sobre a reestruturação do setor siderúrgico brasileiro e a liberalização comercial" então em curso, "além de comprometer os esforços de negociação do Acordo Siderúrgico Multilateral em Genebra"<sup>474</sup>. Na mesma data, foram enviadas cartas a James Baker, Carla Hills, Robert Mosbacher e Nicholas Brady a respeito da decisão de produtores de aço dos EUA de iniciarem processos por concorrência desleal contra produtores brasileiros<sup>475</sup>.

Apesar desses incidentes, Lafer mostrava-se otimista quanto ao relacionamento bilateral e explicaria que, além da "superação de uma série de contenciosos, como por exemplo o da informática", havia também, entre Brasil e EUA, uma "mudança na área de tecnologias sensíveis, uma nova sensibilidade em matéria de meio ambiente e direitos humanos"<sup>476</sup>.

Os episódios comerciais, entretanto, continuariam a ocorrer. Em 9 de setembro, o governo brasileiro emitiu nota sobre anúncio pelo governo norte-americano de exportações subsidiárias de trigo. Considerou que seria "prejudicial aos objetivos compartilhados pelos dois países na Rodada Uruguaí de liberalização do comércio mundial de produtos agrícolas e de eliminação das práticas de subsídio em tal comércio"<sup>477</sup>.

Uma despropositada decisão dos EUA seria objeto de análise coletiva latino-americana. A Suprema Corte daquele país decidiu, em 15 de junho, que um cidadão mexicano sequestrado no México por agentes do governo estadunidense poderia ser julgado por tribunal americano. Vários países condenaram a decisão e anunciaram que não mais colaborariam com a agência de controle de drogas daquele país. O Presidente argentino, Carlos Menem, qualificou a decisão de "um horror" e afirmou que não toleraria sequestros em solo de seu país. Duas semanas depois, na reunião de Las Leñas, os Presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguaí, expressaram preocupação e solicitaram parecer do Comitê Jurídico da OEA sobre a juridicidade internacional daquela decisão<sup>478</sup>. Por sua vez, o Grupo do Rio, emitiu Declaração, em 16 de julho, em Buenos Aires, a respeito da decisão da Suprema Corte dos EUA e opôs-se à extraterritorialidade da lei "de um país em outro"<sup>479</sup>.

### 4.3. Europa

#### 4.3.1. *Europa Ocidental*

Com os países da Europa Ocidental, o Brasil buscava ampliar cooperação bilateral. Em abril, o governo decidiu autorizar a utilização do aeroporto do Recife por aviões britânicos na rota das Malvinas, durante período de obras na pista de pouso da ilha Ascensão<sup>480</sup>. Em julho, foi assinado Tratado de Cooperação e Amizade entre o Brasil e a Espanha<sup>481</sup>.

No plano das relações com a CEE, em 15 de abril, foi rubricado, em Bruxelas, texto de Acordo-Quadro de Cooperação com o Brasil. Lafer consideraria o instrumento importante para a promoção dos investimentos e do comércio<sup>482</sup>. Em intervenção no II Fórum Euro-Latino-Americano, em Lisboa, em 30 de abril, o Ministro defendeu maior aproximação entre América Latina e Europa, em razão da história e dos valores que compartilhavam, notando haver convergência nos “campos da democracia, dos direitos humanos, da justiça social”.

Sob auspício de Portugal, realizou-se em 2 de maio, em Guimarães, reunião dos Ministros dos países do Mercosul e dos Estados-membros da CEE<sup>483</sup>. Na ocasião foi aprovada a minuta do Acordo de Cooperação Inter-Institucional entre as duas áreas de integração<sup>484</sup>. Do Comunicado de imprensa constaram elogios europeus às reformas econômicas em curso nos países do Mercosul, entre as quais foram mencionados a “contenção dos gastos públicos, a redução dos déficits orçamentários e da dívida externa, a legalização das regras para o comércio exterior, a aceleração das medidas de privatização e a abertura de suas economias para o capital estrangeiro”<sup>485</sup>.

Os entendimentos entre as duas uniões aduaneiras, porém, não eliminavam atritos comerciais. Em maio, os Ministros da Economia, Agricultura e Relações Exteriores do Mercosul enviaram carta conjunta para a CEE<sup>486</sup> que havia introduzido tarifas aplicáveis a importações de grão e farelo de soja, atingindo diretamente os interesses do Brasil<sup>487</sup>.

#### 4.3.2. *Europa Oriental*

Na Europa Oriental, no início de 1992, os membros da CEI (11 países da ex-URSS) enfrentavam problemas com relação ao controle de mísseis nucleares, a divisão de suas forças armadas e questões territoriais<sup>488</sup>. A Rússia atravessava dificuldades econômicas e, quando esteve em junho em Washington, Yeltsin agradeceu a Bush o apoio junto ao Grupo dos

Sete que concederia US\$ 24 bilhões para apoiar reformas econômicas e a democracia naquele país<sup>489</sup>. O conflito na Bósnia concentrava a atenção mundial relativa à região do Leste europeu.

\*

Sem a presença de representantes sérvios, a Assembleia da Bósnia-Herzegovina proclamou, em 5 de abril, não ser mais dependente da República Federal Socialista da Iugoslávia. A CEE reconheceu a independência da Bósnia-Herzegovina, mas esta não foi reconhecida pelos bósnios-sérvios que continuaram a aterrorizar os bósnios muçulmanos. Apoiados pelo exército e força aérea iugoslava (sérvia) de Slobodan Milosevic, os bósnios-sérvios tomaram territórios e praticaram “limpeza étnica”. Ocuparam metade da Bósnia e assediaram a capital Sarajevo, cuja população de 350 mil habitantes foi ameaçada de morrer de inanição. A situação se caracterizou como de guerra civil. No dia 27, a Sérvia e Montenegro, as duas únicas unidades federativas que compunham a antiga República Federal Socialista da Iugoslávia, formaram a República Federal da Iugoslávia, pondo fim à união de sérvios, croatas, eslovenos, montenegrinos, bósnios, muçulmanos e macedônios que existia desde 1918, com exceção do período da II Guerra Mundial.

O Brasil decidiu, no dia 30, enviar oficiais das Forças Armadas brasileiras na qualidade de observadores para participar da Força de Paz da ONU na Iugoslávia, conhecida pela sigla UNPROFOR (*United Nations Protection Force*)<sup>490</sup>. Constituiria a primeira força de manutenção de paz na Croácia e na Bósnia-Herzegovina durante as guerras iugoslavas. O primeiro mandato da UNPROFOR obteve algum êxito na restauração de paz na Croácia, sobretudo na remoção do Exército Popular Iugoslavo em maio. Continuou, entretanto, a inquietação civil com terrorismo, a discriminação e a “limpeza étnica” nas áreas da ONU.

Sérvios e o governo instalado em Sarajevo se enfrentaram, em maio, durante batalha pelo controle da cidade. O CSNU confirmou, naquele mês, a independência das novas repúblicas. O reconhecimento internacional da Bósnia-Herzegovina aumentou a pressão diplomática para que o exército iugoslavo se retirasse do território da Bósnia, pois essa presença passara a ser considerada uma intervenção militar em outro país soberano e, se não determinasse a retirada, a Iugoslávia poderia sofrer sanções. Diante disso, Slobodan Milosevic retirou suas tropas, mas deixou armamentos com Ratko Mladic, o chefe do exército da República Srpska autoproclamada pelos bósnios sérvios.

O governo de George H. W. Bush (pai) nos EUA exortou a ONU a impor sanções à República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro),

mas encontrou resistências a essa proposta por parte da França, do Reino Unido e do SGNU, Boutros-Boutros Ghali<sup>491</sup>. Em 30 de maio, diante das atrocidades cometidas pelos sérvios na sua campanha de limpeza étnica, o CSNU impôs sanções econômicas com o intuito de isolar a República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro)<sup>492</sup>. A ONU enviou tropa, com cerca de mil componentes, para proteger o fornecimento de alimentos para Sarajevo. Em junho, o Presidente da França, François Mitterrand, visitou Sarajevo e, por parte do Reino Unido, Lorde Carrington fez tentativas para obter um cessar-fogo<sup>493</sup>.

O Ministro Celso Lafer enviou, em 11 de junho, mensagem ao Representante da Bósnia-Herzegovina junto à ONU pela qual expressou felicitações por sua admissão naquela organização internacional e afirmou o entendimento de que “importante decisão da Assembleia Geral” consagrara “o reconhecimento internacional da independência da Bósnia-Herzegovina”. A partir de julho, teve início operação de ajuda humanitária por via aérea àquele novo país. No dia 10, Ministros do exterior da OTAN acordaram em Helsinki ajudar a ONU no monitoramento do cumprimento das sanções estabelecidas pelas resoluções 713 e 757 do CSNU. Em agosto, o CSNU concordou em estender a presença militar da ONU na Bósnia.

A CDH condenou, em agosto, a política de “limpeza étnica” praticada pelos bósnios-sérvios. A assistência militar da Iugoslávia dificultava, entretanto, a situação da Bósnia-Herzegovina que buscava apoio de alguns países islâmicos<sup>494</sup>. Naquele mês, realizou-se reunião em Londres da qual participaram representantes da CEE, EUA, Rússia, e repúblicas da ex-Iugoslávia bem como outros, entre os quais alguns países muçulmanos.<sup>495</sup> Em 23 de setembro, devido à ruptura do país, o CSNU declarou a dissolução da antiga Iugoslávia e não reconheceu o restante da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) como sua sucessora legal<sup>496</sup>.

#### 4.4. África

Na África Subsaariana, teriam maior interesse para o Brasil as situações na África do Sul e em Angola. A comunidade internacional continuava a acompanhar com preocupação a situação na Somália. No Norte do continente africano, a questão da imposição de sanções à Líbia exigiria tomada de posição brasileira.

\*



Após três anos de reformas, todo o sistema de *apartheid* havia sido abolido na África do Sul<sup>497</sup> e um referendo realizado entre brancos aprovou medidas em direção a um governo de maioria negra<sup>498</sup>. Ao discursar em cerimônia de celebração do Dia da África, em 25 de maio, Lafer expressou satisfação com avanços positivos naquele continente:

[...] É auspicioso notar que esta festa se realiza quando testemunhamos uma Namíbia independente, uma Angola pacificada e uma África do Sul que se liberta progressiva e - esperamos - inexoravelmente das peias do *apartheid*. São conquistas significativas, sem dúvida, de que devemos nos regozijar, mas há ainda um caminho longo a percorrer, no combate sem tréguas contra a fome, a pobreza, a injustiça e o subdesenvolvimento. [...] O dinamismo da conjuntura na África, nos últimos tempos, guarda relação direta com a cessação dos efeitos da guerra fria sobre as relações internacionais do Continente, seguindo a tendência, em âmbito mundial, a partir da qual o renovado vigor das formas democráticas de governo e o papel agora central dos direitos humanos vieram sobrepor-se às polarizações anteriores. O Brasil vê com grande satisfação esse processo, do qual espera continuar a participar através da crescente cooperação e do adensamento dos vínculos que nos unem à África, continente que é parte essencial da nacionalidade brasileira.

\*

Quando de reunião da Comissão Mista Brasil-Angola, em 15 de julho, Lafer ressaltou, entre os temas do encontro, o interesse de firmar Protocolos de Intenção nos campos da Energia e Águas, e de Geologia e Minas, assim como o de ampliar a presença e a atuação da PETROBRAS nas atividades do setor petrolífero angolano. Nesse sentido, da Ata Final da Comissão Mista constou, entre outros itens, o interesse da PETROBRAS em aumentar o volume de fornecimento de petróleo angolano de 20 para 30 mil barris por dia e a intenção angolana de realizar operações de *swap* para redução do estoque de dívida angolana para o Brasil. Os entendimentos tiveram continuidade quando, em 1º de setembro, Lafer recebeu o Ministro do Petróleo de Angola, Senhor José Lourenço Landoite<sup>499</sup>.

Naquele mesmo mês, o MPLA venceu eleições monitoradas pela ONU. Obteve 58% dos assentos parlamentares<sup>500</sup>. Mas o líder da UNITA, Jonas Sawimbi, recusou-se a aceitar os resultados e relançou a insurreição<sup>501</sup>. Apesar do fim da Guerra Fria e da conseqüente retirada do apoio dos EUA para a UNITA e do já inexistente bloco soviético e de Cuba para o MPLA, a paz ainda não estava assegurada<sup>502</sup>.

\*



No Leste africano, a desintegração do Estado somaliano levava a deslocamentos internos e fome para milhões de cidadãos, chocando a comunidade internacional. Trezentas mil pessoas morreram nos primeiros meses de 1992 e cerca de um milhão fugiu para outros países em busca de refúgio<sup>503</sup>. Uma série de resoluções do CSNU e visitas diplomáticas buscaram impor um cessar-fogo entre as duas principais facções, que assinaram um acordo no final de março de 1992. No final de abril, o CSNU adotou a resolução 751 que estabeleceu uma operação de manutenção de paz limitada, denominada a UNOSOM (*United Nations Operation in Somalia*) com poder para usar força apenas em caso de autodefesa. O primeiro grupo de observadores do cessar-fogo chegou a Mogadíscio no começo de julho. Apesar dos esforços da ONU, o cessar-fogo não foi acatado na maior parte do território somaliano, colocando-se em risco as operações de assistência. Em agosto, o CSNU endossou o envio de mais três mil militares para a região para proteção dos esforços de assistência.

\*

No Norte da África, a questão das sanções contra a Líbia exigiria tomada de posição brasileira. Em abril de 1992, após ter sido rejeitada a extradição de terroristas líbios<sup>504</sup>, EUA e Reino Unido, com apoio da França (que culpava Gaddafi pela perda de um avião francês na África Ocidental) obtiveram, pela Resolução 748 do CSNU a aprovação de sanções contra a Líbia<sup>505</sup>. Por ter esta deixado de entregar aos EUA e ao Reino Unido dois cidadãos líbios acusados de colocar bomba em avião da Pan Am que caiu em Lockerbie, na Escócia, três anos e meio antes<sup>506</sup>. No dia 15, entrou em vigor no Brasil a Resolução 748<sup>507</sup>. Ao aplicá-las, o governo brasileiro prestou alguns esclarecimentos por nota à imprensa:

Com relação ao parágrafo 4<sup>a</sup> da Resolução 784, referente a comunicações aéreas com a Líbia, não existe ligação aérea direta entre o Brasil e aquele país, seja por empresa brasileira, seja por empresa líbia ou de terceira bandeira e nenhuma rota de empresa brasileira compreende o sobrevoo do território líbio;

Com relação ao parágrafo 4B, referente a vínculos com a Líbia no setor aeronáutico, a Embaixada do Brasil em Trípoli notificou dos termos da Resolução os brasileiros que vinham trabalhando na Líbia, sob contrato, a título individual, como técnicos em manutenção de aeronaves para a Libyan Arab Airlines, os quais já anunciaram sua disposição de deixar aquele país;

Com relação ao parágrafo 5, referente a vínculos de natureza militar com a Líbia, não há atividades de cooperação militar com aquele país.

Com relação ao parágrafo 6<sup>a</sup>, referente ao relacionamento diplomático e consular com a Líbia, determinou-se a retirada do Conselheiro e do Adido Financeiro da Embaixada da Líbia no Brasil;

Com relação ao parágrafo 6B, referente ao fechamento de escritórios da “Libyan Arab Airlines”, não existe escritório da empresa no Brasil.

Com relação ao parágrafo 6C, referente às medidas quanto aos cidadãos líbios envolvidos em atos de terrorismo internacional, sua implementação prática dependerá do recebimento de lista, que deverá ser fornecida pelo Comitê criado pela Resolução 784, dos nacionais líbios que se enquadrem naquela situação e que, por isso, tenham entrada proibida em outros países.

Lafer recordaria, mais tarde, que a decisão do governo de aplicar as sanções contra a Líbia criara “problemas de sensibilidade internacionais e internas”<sup>508</sup>.

#### 4.5. Oriente Médio

O conflito árabe-israelense e a questão palestina apresentariam avanços e recuos. Em 1992, Ytzhak Rabin foi eleito líder do Partido Trabalhista de Israel. Nas eleições daquele ano, seu partido venceu o *Likud*, então liderado por Itzak Shamir. A vitória, entretanto, foi por pequena margem. Ainda assim, Rabin formou o primeiro governo trabalhista em 15 anos, após assegurar uma coligação com outros partidos de esquerda. Depois do Partido Trabalhista ter vencido as eleições, o Secretário de Estado americano, James Baker, coordenou uma série de encontros bilaterais entre representantes árabes e israelenses em Washington numa tentativa de intermediar um acordo para resolver o conflito<sup>509</sup>.

A coalizão trabalhista aprovou, em 19 de julho, congelamento parcial de construções nos territórios ocupados e o Ministro do Exterior, Shimon Peres, sugeriu, em agosto, que Israel reconsiderasse sua posição sobre negociações com Arafat. George H. W. Bush (pai) anunciou um acordo de garantia de empréstimo a Israel e Rabin reiterou o interesse de seu governo em um acordo que compreendesse a troca de terras pelo estabelecimento de paz na Faixa de Gaza e na Cisjordânia<sup>510</sup>.

Lafer se referiu às relações brasileiro-israelenses quando se dirigiu, naquele mês, ao Congresso Nacional. Observou que o Brasil mantinha com

os países árabes “relações fluidas e produtivas” já havia algum tempo, “sobretudo no campo da exploração de vantagens de complementaridade no comércio de petróleo e de serviços”. Referindo-se a Israel, expressou haver um “horizonte promissor, inclusive na área de cooperação científica e tecnológica” após o novo quadro político que se seguiu à eleição do governo trabalhista naquele país. Na despedida do Embaixador de Israel no Brasil, David Ephrati, em setembro, Lafer manifestou esperança nos resultados da Conferência de Paz:

O mundo acompanha com grande interesse a Conferência Regional de Paz para o Oriente Médio, que constitui sem dúvida um dos grandes acontecimentos do período após a guerra-fria. A Conferência representa o primeiro passo no caminho difícil, mas incontornável, da construção da confiança mútua e da convivência pacífica entre os países do Oriente Médio. A abertura do diálogo entre as várias partes envolvidas, impensável há poucos anos, augura um futuro promissor para a região, cuja estabilidade terá inegável significação para a paz e a segurança internacionais, e abre oportunidade sem precedentes em favor de sua participação, com peso específico ampliado, na comunidade das nações. [...] formulamos os nossos melhores votos para a conclusão das negociações em curso no âmbito da Conferência Regional de Paz para o Oriente Médio, em cujo êxito bem sabemos estarem Israel e demais países envolvidos sinceramente empenhados<sup>511</sup>.

#### 4.6. Ásia

A economia japonesa, que havia se recuperado a partir de 1986, entrou novamente em período de recessão em 1992, tendo o crescimento do PIB caído para 1,7%. Diminuíram as exportações de automóveis e produtos eletrônicos para os EUA e as indústrias japonesas passaram a enfrentar concorrência da Coreia do Sul e de Taiwan em setores como o de semicondutores.

\*

A respeito do Japão, ao discursar em reunião ministerial em 15 de maio, Lafer vislumbrou oportunidades para o relacionamento com o Brasil diante de um quadro de “poderio econômico” nipônico, de relação “crescentemente conflitiva” entre Tóquio e Washington, fatores que, a seu ver, abriam “oportunidades para o Brasil”. Depois de deixar o governo, Lafer lamentaria não ter tido tempo de incrementar parceria com o Japão como pretendia. Reiterou sua percepção de que o governo

japonês buscaria “um novo papel, iria procurar ter uma ação no campo internacional mais ampla do que aquela que tinha exercido”. Afirmou que o país enfrentava “problemas em relação à presença na Ásia” e que, “esses problemas, somados à dinâmica econômica da China, certamente fariam com que o Japão quisesse ter outras alternativas”<sup>512</sup>.

\*

Em 1992, teria relevância na China a visita que o então semiaposentado líder Deng Xiaoping faria ao sul do país para obter apoio para as reformas de abertura econômica que iniciara. Na viagem, Deng daria ênfase às zonas econômicas especiais na costa (as quais mais tarde criariam interdependências com parceiros econômicos no exterior)<sup>513</sup>. Suas propostas, orientadas pelo mercado, seriam sancionadas no Congresso do Partido que também confirmou Jiang Zemin, ex-Prefeito de Xangai, como o principal líder. Sob a liderança de Deng e de Jiang, a China iniciaria fase de crescimento econômico sem precedentes e aumentaria seus laços econômicos internacionais<sup>514</sup>.

Em relação à China, o governo brasileiro enfrentou a dificuldade diplomática que se colocou pelo desejo do Dalai Lama visitar o Brasil por ocasião da Conferência do Rio, o que poderia inviabilizar a vinda de delegação de Pequim. Embora o 14º Dalai Lama, Tenzin Gyatso, refugiado na Índia desde 1959, tivesse declarado pretender para o Tibete apenas autonomia, o governo da China o acusava de promover o movimento independentista daquele território. Após delicadas gestões, por comunicado de imprensa, em 27 de abril, o governo brasileiro informou o resumo da solução diplomática que encontrou:

O programa de visita ao Brasil de Sua Santidade o Dalai Lama tem caráter espiritual e acadêmico, devendo estender-se do dia 04 ao dia 10 de junho, prevendo atividades no Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. A Embaixada do Brasil em Nova Délhi foi autorizada a conceder ao Dalai Lama e sua comitiva visto de cortesia pelo prazo que foi desejado por Sua Santidade<sup>515</sup>.

O Primeiro-Ministro da China, Li Peng, participou da Conferência e aproveitou, em programação paralela, para visitar a hidrelétrica de Itaipu e participar, no Rio de Janeiro, da inauguração do Consulado Geral naquela cidade.

## 4.7. Atuação política plurilateral e multilateral

### 4.7.1. Conferência Ibero-Americana

Em 23 de julho, na sessão de abertura da II Conferência de Cúpula Ibero-Americana, em Madrid, o Presidente Collor destacou a importância daquele agrupamento: “500 milhões de ibero-americanos, com 500 anos de história, representando cerca de US\$ 1,3 trilhão do Produto Global, com uma renda *per capita* de US\$ 2 mil, abrangendo uma área superior a 20 milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente 1/7 do total de terra firme do Planeta”.

No mês seguinte, ao analisar a Cúpula de Madri para o Congresso Nacional, Lafer diria que aquele encontro, além de consolidar o papel do foro “na projeção de valores como a democracia, o pluralismo e o respeito aos direitos humanos”, afirmara “seu potencial na defesa de conceitos como o desenvolvimento sustentável, a liberalização comércio internacional e a ênfase nas vantagens comparativas do grupo ibero-americano na competição por recursos financeiros e tecnológicos”.

### 4.7.2. ONU

Na ONU, o tema da democracia recebeu ênfase de Lafer em setembro, quando de seu discurso perante a Assembleia Geral, poucos dias antes do *impeachment* presidencial. O Ministro ressaltou que a democracia que o país vivia “em toda sua plenitude no plano interno” constituía “garantia de estabilidade e coesão”, pois ensinava o Brasil a “conviver com as diferenças e as disparidades de uma sociedade plural”, permitia “enfrentar crises e vicissitudes dentro da legalidade constitucional”, ao mesmo tempo em que encorajava a defesa de “seus princípios e métodos também no convívio com as demais Nações”<sup>516</sup>. Depois de deixar o governo, ao recordar intervenção na ONU, feita “no bojo da crise interna”, Lafer diria que procurara em seu discurso “marcar a gestão” daquela crise “como elemento de reforço da legitimidade internacional do país”:

Eu não sabia se o Presidente pretendia ou não comparecer à Assembleia Geral, parecia-me que não era o momento apropriado, pois estávamos no bojo da crise interna, mas é claro que essa era uma decisão que cabia a ele tomar. (quando ele decidiu não ir, decidi por meu lado que faria um discurso dando ênfase ao

que me parecia ser nossa percepção da inserção internacional do Brasil). Sempre disse que considerava a política externa a tradução criativa de necessidades internas em possibilidades externas. Precisava fazer um texto que marcasse essa visão qualitativa do Brasil no mundo, e foi o que tentei fazer. Ao mesmo tempo, tive a oportunidade de manter mais de 19 contatos bilaterais com Chanceleres de outros países, e entendi que aquele era o momento de dizer que a política externa de um país como o Brasil transcende seus problemas de curto prazo, internos e externos. Estávamos enfrentando uma grande crise dentro do estrito marco democrático, e qualquer que fosse o seu desfecho, sairíamos reforçados pela capacidade institucional de administrar um grande problema. Minha ida à ONU, a meu ver, tem essas duas dimensões: a da presença qualitativa do Brasil no mundo, que tentei marcar através do meu discurso, e a da gestão da crise como um elemento de reforço da legitimidade internacional do país, utilizável por quem viesse a me suceder. Eu disse isso no discurso de transmissão do cargo ao Fernando Henrique Cardoso<sup>517</sup>.

#### 4.7.2.1. CSNU

A questão de reforma do CSNU seria objeto de manifestação do governo brasileiro. Em discurso na Reunião de Coordenação Ministerial, em maio, Lafer defendeu a ideia de ampliação do CSNU com argumentos de democratização do sistema internacional:

Nós queremos e buscamos uma reforma do sistema internacional que possibilite a sua democratização, ou seja, vemos que há um processo conjunto entre a democratização no plano interno, das esferas nacionais, e um processo de democratização mais ampla do sistema internacional. Um exemplo de um esforço diplomático brasileiro, nessa preocupação com o tema da democratização, é a ideia de ampliação da composição do CSNU, permitindo aumentar a sua representatividade, e, portanto, a sua legitimidade nas decisões de prazo mais amplo. O objetivo mais amplo desta visão é o de construir uma paz de satisfação, que pede a redução da brecha Norte-Sul, pois a pobreza é uma constante ameaça à estabilidade internacional. Este fim da Guerra-Fria não nos trouxe essa paz. Pelo contrário, gerou uma preocupante proliferação de conflitos regionais, que são uma ameaça à segurança mundial. Nós acreditamos que, com o número de assentos no CSNU ampliado, este tipo de preocupação que temos, com uma ordem internacional mais democrática e representativa, possa ajudar no seu encaminhamento.

Lafer mencionou novamente, em agosto, o tema da democracia ligando-o ao da composição do CSNU e propondo a criação de uma nova categoria de membros não permanentes, para a qual mencionou especificamente o Japão, a Alemanha, a Índia e o próprio Brasil:

O corolário natural deste impulso democratizador, do ponto de vista de países como o Brasil, seria a reforma da Carta da ONU, de modo a permitir que a estrutura da Organização reflita mais adequadamente as realidades da distribuição do poder internacional. Este é o caso, em particular, do CSNU que certamente ganharia em representatividade com a criação de uma nova categoria de membros permanentes, como o Japão, a Alemanha, a Índia e o próprio Brasil. Esta ampliação do CSNU, que lhe reforçaria a legitimidade, faz-se ainda mais premente pela “regionalização” dos conflitos, que não mais dependem do eixo de confrontação Leste-Oeste, mas surgem de causas endógenas.

No discurso perante a AGNU em setembro, Celso Lafer mencionou especificamente a questão da representatividade do CSNU afirmando que os reajustes ao Conselho deveriam ser considerados com prudência, mas com “perspectiva de futuro”:

Faz-se imperiosa a revalorização do princípio consagrado na Carta de que a manutenção da paz e da segurança internacionais constitui responsabilidade coletiva dos Estados, que se devem congregarem para determinar os termos de seu exercício.

O CSNU, a quem compete primariamente tal missão, age ao desempenhá-la em nome de todos os Estados-membros da ONU. Hoje, quando é chamado a exercer papel cada vez mais decisivo, coloca-se com toda a nitidez a necessidade de aprofundar a discussão sobre o escopo de seus poderes, as faculdades de seus membros e sua representatividade. Devemos considerar, com prudência mas também com a necessária perspectiva do futuro, os reajustes que permitam ao Conselho o desempenho mais representativo de suas funções. O Brasil, como no passado, dispõe-se a contribuir de maneira ativa e construtiva para esse exercício, levando em plena conta o equilíbrio institucional entre os órgãos da ONU previsto na Carta de São Francisco<sup>518</sup>.

No curso da Assembleia Geral, além do Brasil, 17 países se manifestaram a respeito de reforma do CSNU. Foi aprovada iniciativa indiana, com copatrocinio brasileiro, que convidava a apresentação

de comentários sobre a revisão da composição do Conselho. Ainda no mesmo ano, o Primeiro-Ministro do Japão, Kiichi Miyazawa, propôs que a discussão do tema tivesse como horizonte o ano de 1995, quando seria celebrado o 50º aniversário da organização. O Embaixador Celso Amorim, representante permanente brasileiro na ONU, percebeu naquele ano também uma “evolução importante na retórica diplomática alemã” a respeito da ampliação do Conselho, tendo passado de “negaceios” a “uma ambicionada meta”. Reconheceu, no entanto, a “relutância” dos membros permanentes, seja por “apreensão com uma eventual arguição do privilégio do veto”, seja por temor de “proposta de um único assento permanente para os países-membros da UE”<sup>519</sup>.

#### *4.7.3. Desarmamento e não proliferação de armas nucleares*

O tema do desarmamento e da não proliferação de armas nucleares era percebido no Brasil como ligado ao do acesso a tecnologia. Tendo em vista essa conexão, em 20 de abril, a delegação brasileira apresentou, com o copatrocinio argentino, proposta de regulamentação, em bases universais, de transferências internacionais de uso dual. A iniciativa seria aprovada pela Comissão de Desarmamento da ONU<sup>520</sup>.

O governo continuaria a buscar acesso a tecnologia avançada em troca de colaboração com os grupos de países desenvolvidos envolvidos no controle de armas. No dia 24, realizou-se, em Brasília, reunião entre delegação brasileira e representantes do Grupo Quadrilateral (França, EUA, Japão e Noruega), do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (*MCTR – Missile Technology Control Regime*), ocasião em que foram trocadas informações sobre o funcionamento daquela entidade e o Programa Espacial brasileiro. Na visita que fez ao Brasil no dia 28, a missão dos EUA chefiada pelo Subsecretário de Estado para Assuntos de Segurança Internacional, Reginald Bartholomew, tratou do *MTCR*, entre outros temas.

Durante as celebrações do Dia do Diplomata, no dia 29, Collor referiu-se às numerosas iniciativas que o governo brasileiro vinha tomando nos campos do desarmamento e da energia nuclear. Na mesma ocasião, Lafer ressaltou o caráter de reciprocidade da acessão brasileira aos regimes de controle de tecnologias sensíveis, pois, se, de um lado, dada a relevância da confiança e da verificação, o país aceitava o controle, de outro lado, buscava ampliar o acesso tecnológico, pois insistia no “direito à participação, nos fluxos internacionais de alta tecnologia”.



No clima político internacional que se vivia logo após o fim da Guerra Fria, avançavam algumas iniciativas em matéria de desarmamento e não proliferação em âmbito mundial enquanto outras enfrentavam dificuldades. Assim, na primavera setentrional, Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia e Cazaquistão, sob pressão dos EUA aderiram ao Protocolo de Lisboa para o I Tratado de Redução de Armas Estratégicas<sup>521</sup>. Em junho, Bush e Yeltsin chegaram a um acordo sobre um sucessor para o *START 1*<sup>522</sup>, para redução de armas, mais tarde chamado de II Tratado de Redução de Armas Estratégicas. Por outro lado, entre 6 e 29 de julho ocorreu uma crise a respeito do desarmamento do Iraque que recusou a uma equipe de inspeção da ONU o acesso ao Ministério da Agricultura daquele país. A UNSCOM alegou ter informação confiável de que o local continha arquivos relativos a atividades de armas ilegais. Os inspetores da ONU organizaram um protesto na parte exterior do prédio, mas partiram quando sua segurança foi ameaçada por soldados iraquianos. Já no plano positivo, ainda em julho, realizou-se conferência conhecida como Helsinque II na qual se acordou transformar a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa em órgão permanente, estabelecer uma assembleia parlamentar e um foro para discutir desarmamento e controle de armas<sup>523</sup>.

Teria relevância internacional ainda, no início de agosto, a decisão da França de tornar-se formalmente membro do TNP. Completava-se assim a adesão dos cinco países reconhecidos no tratado como “Estados com armas nucleares”: Reino Unido (1968), EUA (1968), Rússia como sucessora da URSS (1968), China e França (ambas em 1992). Em 3 de agosto, Lafer respondeu da seguinte forma a uma pergunta sobre “a possibilidade de recuar de sua posição de princípio tradicional e assinar o TNP”:

Eu creio que também há uma mudança no panorama mundial. Essa mudança envolve também uma revisão de posições. É evidente que com essas forças centrífugas existentes no mundo e essas forças de desintegração nós estamos diante de situações que colocam em outros moldes o tema das tecnologias sensíveis. A posição brasileira é de reconhecer a importância de controles, mas de procurar ver em que medida eles podem ser multilateralizados e insistir no acesso à tecnologia como condição, enfim, de capacitação científica e tecnológica<sup>524</sup>.

No plano regional, avançaram negociações, em agosto, na sessão especial da Conferência Geral do *Organismo para la Proscripción de las Armas Nucleares en la América Latina y el Caribe* – OPANAL, realizada no México. Brasil e a Argentina, juntamente com o Chile, apresentaram emendas aos

artigos 14, 15, 16 e 19 do Tratado de Tlatelolco, destinadas a atualizar as exigências e procedimentos de prestação de informações e os mecanismos de inspeção, tendo em conta disposições do acordo quadripartite entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA<sup>525</sup>. No final do mês, a França ratificou o Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina, de particular relevância para a região em razão da Guiana Francesa. Por comunicado do dia 27 de agosto, o governo brasileiro expressou satisfação pela decisão francesa, observando que aquela medida abria “as portas para a rápida entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco em toda a região”<sup>526</sup>.

Decisão positiva para o desarmamento seria tomada pela Rússia que, em 1992, após admitir que havia violado desde seu início os dispositivos da Convenção sobre Armas Biológicas ao estocar secretamente armas bacteriológicas, juntou-se aos EUA e Reino Unido na permissão do acesso irrestrito de suas instalações biológicas a equipes de inspeção internacional<sup>527</sup>.

Na AGNU, em setembro de 1992, Celso Lafer falou das iniciativas brasileiras em prol do desarmamento. Declarou que o empenho com que o Brasil participava de iniciativas naquele sentido constituía “decorrência natural da vocação pacífica do seu povo”, como demonstrava o fato de estarem “os gastos de defesa, como proporção do produto nacional bruto, entre os menores do mundo”. Sublinhou a assinatura com a Argentina de um Acordo para a Aplicação de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica. Previu que o lançamento da iniciativa de dar plena vigência ao Tratado de Tlatelolco faria da América Latina “a primeira região desnuclearizada do mundo” e que representaria, “na visão do Brasil, maneira exemplar de estabelecer compromissos de não proliferação com igualdades de direitos e obrigações”. Lembrou que pelo Compromisso de Mendoza, celebrado também com outras Nações vizinhas, haviam sido proibidas as armas químicas e biológicas no território. Notou, nesse sentido, que assim se antecipara à Convenção sobre Armas Químicas, que estabelecia regras de desarmamento e de verificação aplicáveis uniformemente a todos os signatários. Por fim, manifestou esperança de que, no futuro, outras convenções de desarmamento, de caráter igualmente universal e não discriminatório, pudessem ser “negociadas e concluídas”<sup>528</sup>.

O Embaixador Paulo Nogueira Batista criticou o que chamou de adesão “indireta” brasileira ao TNP (pelo acordo com a Argentina), entre outras ações de política externa do governo Collor. Ressalvou, no entanto, a atuação do Itamaraty nos seguintes termos:

[...] Naquilo que lhe coube executar, teve [o Itamaraty], [...] graças ao profissionalismo de seus quadros, atuação minimizadora do custo de algumas posturas presidenciais. A fórmula de “adesão indireta” ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, através de acordo com a Argentina e, subsequentemente, de ambos os países com a Agência Internacional de Energia Atômica, não evitou a submissão a salvaguardas internacionais abrangentes, isto é, sobre a totalidade das atividades nucleares do Brasil, independentemente ou não de serem realizadas, por conta própria, sem ajuda externa. Mas o compromisso conjuntamente assumido com o país até então visto como nosso competidor nesse campo de certo modo atenua as consequências da virtual renúncia unilateral ao pleno desenvolvimento da energia nuclear, mesmo para fins pacíficos<sup>529</sup>.

#### 4.7.4. *Direitos humanos*

Tema de especial interesse para Celso Lafer, a questão de direitos humanos seria objeto de algumas manifestações brasileiras. Em 29 de abril, dirigindo-se ao Presidente, o Ministro reafirmou sua relevância, dizendo que o respeito aos direitos humanos constituía valor que o Brasil defendia “sem meias palavras na ordem internacional”, consciente de que “os Estados existem para atender à pessoa humana, que deles devem ser partícipes conscientes e não súditos sem criatividade e sem vontade”. De fato, em corroboração da manutenção dessa prioridade, em 9 de julho, o Presidente Collor assinou Carta de Adesão do Brasil à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José)<sup>530</sup>. Na AGNU, em setembro, Celso Lafer discorreu extensamente sobre direitos humanos para recalçar esse comprometimento:

O governo brasileiro empenha todos os esforços a seu alcance em defesa e na promoção dos direitos humanos. Mantemos diálogo aberto com as organizações internacionais, governamentais e não governamentais, e aderimos aos principais instrumentos convencionais que regulam a matéria.  
[...]

Entre as tarefas mais prementes da ONU estará a de promover em todos os países uma campanha firme e energética contra todas as formas de discriminação. É tempo de reafirmar a noção clássica da tolerância como elemento construtivo da boa convivência na sociedade. A igualdade só é real quando se respeita o diferente, o heterogêneo. O respeito aos direitos

humanos e a igualdade de todos perante a lei são valores absolutos. Políticas de separação racial são sempre odiosas, sob qualquer denominação. A ideia de que uma nação ou grupo social será de alguma forma superior se for etnicamente homogêneo é falsa, moralmente condenável, e inaceitável politicamente. [...] Não podemos admitir que o conceito de Nação venha a servir a práticas de opressão. O Brasil, como país multirracial, orgulhoso de suas raízes e da acolhida que sempre deu a povos de todo o mundo, repudia essas atitudes infamantes para o gênero humano<sup>531</sup>.

Pouco depois, Lafer compareceu à sede da OEA em Washington, para proceder ao depósito do instrumento de adesão do Brasil à “Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos”. Afirmou que aquele ato atendia “a um justificado anseio da sociedade brasileira”<sup>532</sup>. Mais tarde, em entrevista, lembraria como se dera o processo de ratificação:

– *Um episódio importante da sua gestão no Ministério das Relações Exteriores foi a ratificação pelo Brasil da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos. Como foi esse processo?*

– Como estudioso e defensor dos direitos humanos, já fui para o Ministério com a visão de que isso era muito importante. Na primeira visita que fiz ao Congresso, tive contato com o então Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, e com o Presidente do Senado, Mauro Benevides. Conhecia-os razoavelmente, por conta das antigas vinculações com o PMDB, e eles naturalmente fizeram a gentileza de perguntar qual era o assunto que eu queria tratar como prioritário. Eu disse que gostaria de obter a tramitação no Congresso da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos. Considerando que o tema dos direitos humanos é importante, que o tema da democracia é importante, eu gostaria de levar o assunto adiante com o apoio dos dois. É claro que eles tiveram as suas dificuldades, devido ao problema da pena de morte. O texto da Convenção diz que nos países onde ela foi abolida, não será restabelecida. E havia a resistência do Deputado Amaral Neto, que faz disso um grande *issue* de sua campanha eleitoral e atuação parlamentar. Afinal o Congresso aprovou a Convenção, e naturalmente insisti com o Presidente para que rapidamente a promulgasse. O Presidente estava de inteiro acordo, e uma das últimas coisas da minha gestão foi depositar o instrumento de ratificação na sede da OEA. É algo que me dá muito prazer, porque teve começo, meio e fim. Mesmo num período tão curto, consegui levar adiante esse processo que estava amarrado<sup>533</sup>.

#### 4.7.5. Meio Ambiente

A questão do meio ambiente e desenvolvimento constituiria o tema multilateral que mais ocuparia a atenção ministerial. Lafer ressaltaria, em 15 de maio, o significado da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento a ser realizada no mês seguinte no Rio de Janeiro e o papel do Brasil como anfitrião:

[...] o grande desafio que é a Rio-92. Essa é a nossa grande operação diplomática imediata. Ela é a expressão de nossas preocupações com uma ordem internacional mais justa, com o equilíbrio entre o desenvolvimento e preservação do meio ambiente, o crescimento e a justiça social. [...] Como país-sede, procuraremos transcender posições nacionais para gerar consenso. E temos credenciais para isso, porque temos, como país, os problemas ambientais de um país desenvolvido e de um país em desenvolvimento.

O Itamaraty sublinharia, no dia 29, as possibilidades trazidas pela conclusão das negociações relativas ao texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, lembrando que para o Brasil, “um dos maiores possuidores de recursos da diversidade biológica, e com realizações tecnológicas próprias na área de biotecnologia”, a Convenção representaria “a possibilidade de controlar o envio de material genético ao Exterior e o aumento da cooperação técnica e científica para o desenvolvimento da biotecnologia em nosso país”.

##### 4.7.5.1. A Conferência do Rio

A Conferência se realizou no Rio de Janeiro, como previsto, entre 3 e 14 de junho de 1992. Contou com a participação de representantes de 183 países, dos quais 61 Presidentes e monarcas, 40 primeiros-Ministros, 8 Vice-Presidentes e um príncipe-herdeiro. Por ocasião da abertura da Conferência, em 3 de junho, Collor ressaltou algumas medidas que vinha tomando o governo brasileiro para a proteção do meio ambiente e das populações indígenas, entre as quais destacou “a demarcação de extensas áreas ocupadas por nossas comunidades indígenas, inclusive os mais de 94 mil quilômetros quadrados para os povos Yanomami”.

Durante a Conferência foram adotadas duas convenções: uma sobre mudança do clima e outra sobre biodiversidade; uma declaração sobre florestas e dois documentos políticos: a Declaração do Rio e a Agenda

21. O Brasil assinou todos esses documentos. À margem do encontro, o Presidente Collor manteve encontros com inúmeros Chefes de Estado e de governo<sup>534</sup>. No relatório da Conferência, em agosto, Lafer colocou-a no contexto histórico em que se realizava, notando que se tratava “da primeira grande conferência a ocorrer após o término da guerra fria, sob signo da descontinuidade”, pois – concluiu – “as categorias e os padrões que refletiam a ordem anterior, marcada pela confrontação Leste-Oeste”, não mais se aplicavam. Na sua opinião, ante “a falta de tradição”, a Conferência do Rio trazia “consigo a possibilidade de vislumbrar o universal fugidio, ao apontar para uma nova ordem”<sup>535</sup>. Terminado o evento, Lafer estenderia sua análise do significado da Conferência no mundo que se formava após a queda do muro de Berlim e da Guerra do Golfo:

A Conferência do Rio se deu num quadro novo, sendo a primeira grande conferência realizada depois da queda do Muro de Berlim, das imensas mudanças ocorridas no Leste Europeu, e depois da Guerra do Golfo Pérsico, conflito que representou, do ponto de vista estratégico-militar, uma mudança em todos os tipos de alinhamentos pré-existentes. Foi também a primeira vez que a ex-URSS, a Rússia, e os países do Leste europeu afirmaram suas especificidades, ao dizerem o que devem fazer países em transição para a economia de mercado para lidar com o meio ambiente<sup>536</sup>.

Ao se referir, na AGNU, em setembro, aos resultados da Conferência, Celso Lafer tratou do conceito de desenvolvimento sustentável e da implementação das conclusões do encontro:

Esta Sessão da AGNU tem diante de si a importante tarefa de dar os primeiros passos para a implementação das conclusões da Conferência e o cumprimento dos compromissos ali assumidos. Atribuímos, por isso, especial importância à instalação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável. O objetivo do desenvolvimento sustentável, como reconhecido no Capítulo 33 da Agenda 21, exige recursos financeiros novos e adicionais, em bases adequadas e previsíveis. Nesta Assembleia, esperamos que os países desenvolvidos anunciem seus planos iniciais para tornar realidade as deliberações da Conferência. Igualmente crucial é a disponibilidade de tecnologia para países em desenvolvimento, de forma a viabilizar os programas estabelecidos<sup>537</sup>.

Lafer, na mesma alocução, trataria da questão do desmatamento da Amazônia e da necessidade de recursos para o desenvolvimento sustentável. Diria que o país, “por iniciativa própria e em atenção aos seus

próprios e legítimos interesses”, já vinha “demonstrando concretamente seu empenho em contribuir para os esforços internacionais nessa área”. Informou que de 1987 a 1991, o desmatamento na Amazônia reduzira-se em 85%, “em decorrência de medidas internas e de uma crescente mobilização da sociedade brasileira em defesa do meio ambiente”. Expressou esperança de que “os países desenvolvidos anunciem seus planos iniciais para tornar realidade as deliberações da Conferência”. Considerou ser igualmente crucial “a disponibilidade de tecnologia para os países em desenvolvimento, de forma a viabilizar os programas estabelecidos”<sup>538</sup>.

Em entrevista, mais tarde, Lafer narrou sua participação na Conferência do Rio, em resposta a perguntas que lhe foram formuladas:

– *O senhor teve liberdade absoluta para alterar a postura do Brasil?*

– Tive liberdade. Eu conversava com o Presidente, discutia com a Casa, mas tenho a convicção de que dei uma nova vida à nossa posição. A outra coisa com a qual obviamente me preocupei, um dos grandes desafios que enfrentei, foi o do comando da operação. O tema do meio ambiente estava sendo tratado pelo Itamarati, mas também por todos os que tinham direta ou indiretamente interesse no assunto. Uma das minhas primeiras preocupações foi assim unificar o comando da Conferência, ao mesmo tempo dando espaço a todo mundo que tinha o que dizer e o que fazer. Procurei um bom contato com o Goldemberg, e isso por várias razões. Primeiro porque ele era, ex-officio, o responsável pela área de meio ambiente. Segundo, porque havia certos temas que ele dominava muito bem, como mudanças climáticas, por exemplo. Além disso, eu me dava bem com o Goldemberg, porque quando ele foi reitor da USP tivemos muito contato. Eu apreciava as suas qualidades. Ele também ficou muito satisfeito com o fato de eu ter mudado a postura de negociação do Brasil. Estávamos com uma perspectiva um pouco defensiva, não agressiva, e o Goldemberg queria ousar. Uma coisa que fiz e acho que foi interessante foi convocar grandes nomes da diplomacia brasileira para integrar a nossa delegação. Convoquei o Embaixador Ricúpero, Ronaldo Sardenberg, Araújo Castro, Bernardo Pericás, Celso Amorim, enfim, todos os que tinham, direta ou indiretamente, algum tipo de atuação na área de meio ambiente foram chamados para esses trabalhos. Tratei de me cercar dos melhores quadros, com a convicção de que não teria nenhum problema, de que saberia encontrar com eles o ponto de equilíbrio apropriado, como de fato encontrei.

– *No decorrer da Conferência o senhor enfrentou algum problema?*

– Vários problemas. Não com a Convenção do Clima nem com a Convenção da Biodiversidade, que já estava fechada, mas com a Declaração do Rio

e com a Agenda 21, que foram negociações lentas, difíceis, para as quais tive, na parte de finanças, a colaboração do Embaixador Ricúpero. Havia o tema das florestas, por exemplo, que eu queria que fosse tratado, desde que não fosse abordado apenas o tema da floresta tropical. Eu achava que a declaração sobre florestas devia ter o mesmo tipo de abrangência da Agenda 21, devia ser equilibrada, equitativa, ampla. Do meu ponto de vista, uma das coisas que me pareciam fundamentais era a seguinte: o desenvolvimento continuava a ser um tema-chave em todo o mundo, mas a forma como tinha sido tratado nas décadas de 60 e 70, ou mesmo no início da década de 80, não era mais a forma como devia ser tratado no plano internacional. A ideia do desenvolvimento sustentável me parecia um conceito heurístico fundamental, pois relegitimava o tema do desenvolvimento dentro de uma visão global e colocava as relações Norte-Sul sob o signo da cooperação. A discussão dessas questões na Conferência do Rio criava uma extraordinária oportunidade político-diplomática para a afirmação do Brasil no mundo, para deixarmos de ser o bode-expiatório do tema do meio ambiente e passarmos a uma posição de liderança. Meu período no Ministério começou com esse grande evento solar da diplomacia brasileira, que foi a Conferência do Rio, e terminou com a gestão da crise, durante minha ida à AGNU. O crédito político-diplomático que obtive com a Conferência foi algo de que me vali para mostrar a respeitabilidade e a seriedade de um país que estava administrando uma grande crise de erosão do poder presidencial dentro de um estrito marco constitucional<sup>539</sup>.

O êxito da Conferência teve repercussão externa e interna. Nas suas críticas ao governo Collor, o Embaixador Paulo Nogueira Batista abriu exceção ao elogiar a ação do Itamaraty, na gestão Celso Lafer, no tocante à Conferência do Rio:

A competência do Itamaraty nos arranjos logísticos relativos à organização da Rio-92 preservaria também a imagem do Brasil, ao criar na opinião pública interna a impressão de uma atuação positiva no país na Conferência. A apresentação pelo Itamaraty, na gestão Celso Lafer, de uma visão mais sofisticada do cenário internacional, embora não haja tido reflexos práticos na ação governamental, inscreve-se na mesma linha de competência demonstrada pelo Ministério<sup>540</sup>.

#### **4.8. Atuação econômica externa**

Com base em dados compilados por Alcides Gastão Rostand Prates<sup>541</sup>, verifica-se que, segundo o PIB nominal, em 1992 (excluindo-se os



EUA, que a todos superavam enormemente), o Brasil ocupava o primeiro lugar entre os cinco países “de porte continental”, ou seja, acima da China, Rússia e a Índia.

#### 4.8.1. Comércio

As questões comerciais em 1992 teriam relevância tanto pelo andamento da Rodada Uruguaia quanto pelo início de negociações regionais. Buscava-se compatibilizar o recém-criado Mercosul com a Iniciativa Hemisférica proposta por Washington. Nesse contexto, o Acordo do Jardim das Rosas teve continuidade, ainda que temporária e, em maio, realizou-se em Buenos Aires, a II Reunião do Conselho de Comércio e Investimentos dos países-membros do Mercosul e os EUA.

\*

##### 4.8.1.1. Mercosul

Lafer diria que, desde o início de seu mandato, vira no Mercosul “uma plataforma de inserção competitiva do Brasil”, importante “pelas oportunidades que gerava e pelo que representava como interlocução no plano mundial”. Na sua visão, dadas as “tensões existentes no mundo”, deveria o país “partir da noção de fronteira-separação para a de fronteira-cooperação”, isto é, passar para “mecanismos da integração”<sup>542</sup>. De fato, a união aduaneira continuava a permitir o aumento das exportações brasileiras para os países-membros, tendo, entre janeiro e agosto, o déficit do Mercosul com o Brasil alcançado o total de US\$ 900 milhões. Parte desse resultado se atribuía à manutenção pela Argentina do peso atrelado ao dólar ao mesmo tempo em que abria a economia, o que a levava a déficits comerciais constantes<sup>543</sup>.

Apesar das dificuldades políticas internas no Brasil, o processo de integração continuava e, durante a II Reunião do Conselho do Mercado Comum realizada em Las Leñas, Argentina, em 26 de junho, com a presença dos Presidentes dos quatro países-membros, foram assinados vários atos internacionais. Fortemente pressionado por processo que levaria a seu impedimento, Collor compareceu ao encontro e apoiou recomendação de exigência de sistema democrático para a manutenção do *status* de membros do Mercosul:

[...] venho propor ao Conselho que adotemos decisão recomendada pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, segundo a qual a condição de país membro deve estar sujeita à vigência das instituições democráticas e ao cumprimento dos acordos de direitos humanos nos nossos respectivos territórios.

Os quatro Presidentes, e também o da Bolívia, assinaram a “Declaração dos países do Cone Sul” na qual destacaram “a importância de fortalecer os vínculos entre todos os Estados do continente para assegurar a defesa da democracia representativa, lograr um desenvolvimento sustentável, tal como proposto na Conferência do Rio, e promover uma justiça social crescente”<sup>544</sup>.

Durante o ano, o Mercosul notificou a união aduaneira ao GATT sob a cláusula de habilitação (Artigo XXIV do Acordo Geral), aplicável a países em desenvolvimento, contrariando o entendimento dos EUA e outros países desenvolvidos que insistiam na tese de que a notificação deveria ter sido efetuada com base no artigo XIV do Acordo Geral<sup>545</sup>.

#### *4.8.1.2. Rodada Uruguai do GATT*

Enquanto avançava a integração regional, no plano multilateral prosseguiram as negociações da Rodada Uruguai. Ao falar ao Congresso Nacional, em 6 de agosto, Lafer expôs a situação naquele foro, relacionando-a ao futuro das reformas econômicas no Brasil:

No âmbito multilateral das relações comerciais, o grande desafio repousa na conclusão da Rodada Uruguai do *GATT*, vital para os objetivos de expansão do intercâmbio mundial de bens, serviços e investimentos, assim como para a superação das ameaças de recrudescimento das práticas protecionistas. A importância da Rodada Uruguai para o Brasil está diretamente relacionada com o futuro de nossas reformas econômicas. Na medida em que avança o programa de desgravação tarifária do governo, seus objetivos ficariam automaticamente comprometidos pelo eventual fracasso da Rodada, o qual detonaria novo surto de protecionismo nos países desenvolvidos, enfraquecendo sensivelmente nossa posição de barganha como parceiro comercial.

Lafer transmitiu o apoio brasileiro às negociações em curso na Rodada Uruguai ainda em agosto, quando de visita do Diretor-Geral do

GATT, Arthur Dunkell. Alertou para as consequências adversas de seu eventual malogro:

O governo brasileiro considera que a conclusão exitosa, a curto prazo, da Rodada Uruguai e o fortalecimento do sistema multilateral de comércio são vitais para os objetivos de expansão do intercâmbio mundial de bens, serviços e investimentos, assim como para a superação das ameaças de recrudescimento das práticas protecionistas. Para o Brasil, a importância da Rodada Uruguai tem implicações diretas para a estrutura diversificada de nosso comércio exterior e para a própria viabilização das nossas reformas econômicas. O eventual malogro da Rodada comprometerá os objetivos de liberalização comercial promovido pelo governo brasileiro e que está no cerne mesmo do Programa de modernização econômica do país. O surto protecionista que inevitavelmente se seguiria a tal malogro poria em risco a própria sobrevivência do sistema multilateral de comércio, em detrimento de todos, mas, especialmente, dos países em desenvolvimento.

#### 4.8.1.3. *Iniciativa para as Américas*

Avançaram, outrossim, entre EUA, Canadá e México as negociações para a formação de uma área de livre-comércio norte americana – *North American Free Trade Agreement* – *NAFTA*, assinado em 12 de agosto, após 14 meses de negociações. Baseava-se no acordo de livre-comércio concluído entre EUA e Canadá quatro anos antes e aproveitava a liberalização da economia do México após a moratória da dívida externa<sup>546</sup>. O acordo encontrava forte oposição de sindicatos trabalhistas dos EUA cujos membros temiam a perda de empregos para trabalhadores que recebiam salários mais baixos no México. Sofria também críticas de grupos ambientalistas que temiam que empresas estadunidenses se dirigissem ao país ao Sul para evitar regras ambientais americanas<sup>547</sup>. Em Comunicado de imprensa, no dia 14, o governo brasileiro felicitou os três países-membros do novo acordo, mas expressou a intenção de analisar suas consequências para o comércio exterior brasileiro:

O governo brasileiro felicita os Governos do Canadá, dos EUA e do México pela conclusão das negociações do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFATA). O governo brasileiro, consciente da importância dos mercados dos três países para as exportações brasileiras, espera que o Nafta promova o crescimento e a liberação dos fluxos de comércio dos países

extra-zona, em especial dos países latino-americanos, com a nova área de livre-comércio, e contribua para o êxito a curto prazo da Rodada Uruguai do *GATT* e para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. O governo brasileiro declara sua intenção de buscar, em consonância com seus parceiros do Mercosul, aprimorar seus laços comerciais com os países-membros do Nafta, aumentando os fluxos comerciais nos dois sentidos. Com base nas informações preliminares disponíveis e nos estudos realizados ao longo do processo negociador, e enquanto se aguarda a divulgação do texto do acordo, proceder-se-á a análises das consequências do Nafta sobre o comércio exterior brasileiro, para o sistema comercial da Aladi e sobre o Mercosul.

Alguns parâmetros começavam a se fixar no relacionamento entre o âmbito sub-regional, isto é, o Mercosul como um possível acordo hemisférico de livre-comércio. Assim, no dia 21, na abertura do Seminário “Os desafios da Integração Hemisférica” no Rio de Janeiro, Lafer salientou que era preciso em primeiro lugar aprofundar e consolidar o Mercosul<sup>548</sup> e alertou para os desvios de investimentos que o NAFTA poderia criar:

Embora o Nafta não constitua união aduaneira ou pretenda uniformização cambial e monetária, poderá ter consequência para a inserção do México no contexto regional em função de seus compromissos na Aladi. O índice de convergência real e potencial entre as exportações brasileiras e mexicanas para o mercado norte-americano é mais elevado de qualquer outro país latino-americano. O potencial de “desvios” das nossas exportações para os EUA, em consequência do Nafta, seria presumivelmente maior do que o incidente sobre outros países. [...] Questão de difícil qualificação, mas não de menor relevância do que a de desvio de comércio, constitui a de desvio de investimento causado por ganhos de escala e por novos padrões de organização na análise das consequências para o Brasil da modernização tecnológica que acompanha a atração de investimentos para o México.

Também o relacionamento entre o NAFTA e o sistema multilateral de comércio seria objeto de exame brasileiro. Assim, com relação ao encerramento das negociações entre Canadá, EUA e México, Lafer salientou o papel do *GATT* para que liberalizações regionais, ainda que louváveis, não apresentassem riscos àquele sistema:

O anúncio auspicioso da conclusão dessas negociações leva-nos a refletir sobre o papel do *GATT* nesse novo mundo de mega-blocos econômicos que se desenha. Avulta, nesse novo contexto, a importância do Acordo Geral

como garantia de que iniciativas de esforços de liberalização regional ou sub-regional, em si mesmos louváveis, não acabem por contradizer o sistema multilateral de comércio, nem se desenvolvam em prejuízo, em vez de em benefício, da liberalização global.

Na mesma linha de pensamento, demonstrando preocupação com a criação de áreas comerciais de grande porte, tais como a CEE e o NAFTA, na AGNU, em setembro, Celso Lafer criticou a formação de blocos regionais fechados:

As dificuldades e a lentidão inerentes ao processo de liberalização comercial no âmbito multilateral não devem conduzir a uma opção indiscriminada pela formação de blocos regionais fechados. Preferimos ver a liberalização no plano regional como exercício suplementar, que se justifica pela criação de oportunidades adicionais, capazes de imprimir maior dinamismo ao comércio mundial como um todo sem penalizar terceiros.<sup>549</sup>

A diversidade de parceiros comerciais do Brasil explicava a relevância das negociações multilaterais. Em palestra em agosto, Lafer salientou esse aspecto do comércio exterior brasileiro:

Anualmente exportamos algo em torno de 32 milhões de dólares e importamos cerca de 21 milhões, o que representa em torno de um quinto do intercâmbio global da América Latina com o mundo. [...] Hoje, mais de 70% de vendas brasileiras no exterior correspondem a produtos industriais, sendo que, desse montante, 54% equivalem a bens manufaturados e 17% a semimanufaturados. A diversificação de parceiros está particularmente traduzida no fato de que a CEE e os EUA absorvem, respectivamente, 31 e 20% das exportações brasileiras, e 22 e 23% das importações. Evidencia-se, assim, participação equilibrada em dois dos principais mercados internacionais. Os países da Aladi, por sua vez, contribuem com 15% das exportações e com 17% das importações. Ao mesmo tempo, cresce significativamente a participação da Ásia no intercâmbio comercial global do Brasil, que passou de menos de 10% em 1980 para quase 17% - dos quais 7,5 correspondentes ao Japão, em 1990.

Celso Lafer reiterou, na AGNU, em setembro, que o Brasil buscava no Mercosul “a indispensável base regional para viabilizar nossa inserção competitiva no mundo”<sup>550</sup>. Firmava-se assim gradualmente a ideia de que o fortalecimento da união aduaneira sub-regional deveria receber

prioridade, sem, entretanto, se abandonar as negociações mais amplas e de alcance global como correspondia a país com diversidade de parceiros.

#### 4.9. O Serviço Exterior Brasileiro

Ao dar posse a Seixas Corrêa, em 23 de abril, Lafer mostrou-se consciente das dificuldades administrativas que o Itamaraty enfrentava:

Uma palavra final aos servidores desta Casa no Brasil e no Exterior. Sei da situação difícil de muitos. Sei como Divisões estão desequipadas e Embaixadas enfrentam séria crise de meios. Umas e outras – não ignoro – são núcleos básicos da ação do Itamaraty. Prometo dar o melhor de mim mesmo para encontrar soluções. Boa parte de meu tempo já tem sido dedicado a essa tarefa. Peço que mantenham a fibra, que não percam a esperança<sup>551</sup>.

Observou, em 15 de maio, que a participação do Itamaraty no orçamento federal era modesta:

É evidente que a ação diplomática requer recursos, e que na medida em que esses recursos faltam, a imagem do país e de sua diplomacia no plano internacional, sobretudo no momento de mudança, se vê complicada, se vê atrapalhada. O Itamaraty tem procurado, e eu tenho procurado tudo fazer para reduzir custos e racionalizar atividades em busca da economia de meios. Apenas pondero, dentro do quadro mais amplo, que a participação média do Itamaraty no orçamento do Executivo é modesta, e a sua capacidade de atuação quando esses níveis não são atingidos, vê-se comprometida.

Na sua curta primeira gestão, Lafer pode executar algumas medidas administrativas, entre as quais: em 16 de julho, reforma da estrutura administrativa do Itamaraty com o restabelecimento do cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores e a criação de SubSecretárias-Gerais<sup>552</sup>; em 2 de setembro, reunião para instituição de novo Regulamento do Arquivo Histórico do Itamaraty, facilitando o acesso à pesquisa de documentação diplomática<sup>553</sup>; e, em 17 de setembro, assinatura do memorando de entendimento com Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento com vistas ao equacionamento dos problemas financeiros e orçamentários do Itamaraty<sup>554</sup>.

#### 4.10. Atuação consular

No início da década de 1990, as imigrações de brasileiros para o exterior começavam a dar sinais mais evidentes de sua crescente importância. Muitos dos nacionais haviam partido do país durante a década anterior e aumentara a necessidade de prestar-lhes assistência. Lafer observaria que a proteção consular de brasileiros no Exterior constituía um tema que “aparecia”; os jornais se manifestavam, as organizações de direitos humanos sobre ele operavam.

No âmbito das questões consulares e de assistência a brasileiros, Lafer teria que tratar da questão dos dentistas brasileiros em Portugal. Ele próprio a resumiria:

Outro problema que estava em pauta era o dos dentistas brasileiros em Portugal. [...] Proteção de brasileiros no exterior é um item da agenda de opinião pública. Fui a Portugal para participarem Guimarães de uma reunião dos Chanceleres da CEE com os Chanceleres do Mercosul, e em Lisboa conversei com o Presidente Mário Soares, com o Primeiro-Ministro Cavaco e Silva, com o Chanceler João de Deus [Pinheiro], e o assunto foi resolvido. E claro que para isso também contribuíram as negociações anteriores feitas tanto pelo Ministro Rezek quanto pelo Ministro Goldemberg, com a colaboração do Embaixador Lampreia, e que o fato de ter uma relação boa com os portugueses, de considerar a relação com Portugal importante, de ter vários amigos lá, criou um clima que me ajudou a resolver o problema<sup>555</sup>.

Em 2 de maio, um acordo assinado com o governo português traria solução para o problema<sup>556</sup>. Dois dias depois, Celso Lafer manteve, em Lisboa, encontro com o Primeiro-Ministro português, Aníbal Cavaco e Silva, ocasião em que foi abordada, entre outros temas do relacionamento bilateral, a questão da equivalência e títulos de cirurgiões-dentistas<sup>557</sup>. No pronunciamento que fez no Congresso Nacional, em agosto, Lafer voltou a se referir às tratativas com Portugal:

Adicionaria, ainda, à agenda da opinião pública [...] a questão da proteção de nacionais brasileiros através de gestões tanto de caráter político quanto consular. Exemplifico essa atuação como o acordo que pude concluir com Portugal para o reconhecimento dos diplomas universitários dos dentistas brasileiros residentes naquele país e, portanto, da possibilidade do exercício legal de sua profissão.

#### 4.11. Síntese da primeira gestão de Celso Lafer

Em 3 de agosto, cerca de dois meses antes de deixar o governo, em entrevista à imprensa, Lafer resumiu algumas ações que até então havia realizado:

Pude concluir as tratativas que permitiram a solução do problema dos dentistas brasileiros em Portugal. Particpei das etapas finais da preparação da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e pude contribuir para o êxito de seus trabalhos, no que contei com o decisivo apoio e a ativa liderança do Presidente Collor. Tratei do tema da democracia, em suas delicadas implicações no âmbito interamericano, durante a AGNU da OEA, em Nassau. Procurei aprofundar as relações entre o Executivo e o Legislativo, apoiando a Comissão Parlamentar designada para acompanhar os acontecimentos no Peru. Ultimei o Acordo de Sede do Parlamento Latino Americano e tenho procurado imprimir o sentido de Federação na execução da política externa. Colaborei na implantação do cronograma de medidas que tornarão o Mercosul uma realidade, conforme as decisões adotadas na reunião presidencial de Las Leñas. E dei continuidade aos entendimentos que levaram à assinatura do Acordo de Terceira Geração com a CEE. Menciono, ainda as providências que me coube levar a cabo para que, com a aprovação pelo Poder Legislativo e a promulgação pelo Senhor Presidente da República, pudesse entrar em vigor a Convenção Internacional sobre Direitos Humanos, o chamado Pacto de São José da Costa Rica.

Estou encaminhando uma série de problemas relevantes do dia-a-dia da diplomacia brasileira, entre os quais – para mencionar algo de que me ocupei com grande atenção ultimamente, inclusive em coordenação com meus colegas da área econômica do governo – a questão das potenciais restrições ao acesso da soja brasileira à CEE e do risco de medidas protecionistas que podem afetar a exportação de nossos produtos siderúrgicos para o mercado norte-americano. Recentemente participei também dos trabalhos da Comissão Mista com Angola e, também dos preparativos para a Cúpula Iberoamericana, onde acompanhei nos últimos dias o Presidente da República. Como se percebe esse rápido elenco de iniciativas, o Ministério das Relações Exteriores está cumprindo a sua tarefa essencial de projeção e afirmação dos interesses brasileiros<sup>558</sup>.

No dia 29 de setembro, tiveram início os trabalhos na Câmara dos Deputados para exame do *impeachment* do Presidente. Naquela data, Celso Lafer comunicou sua decisão de deixar a chefia do Itamaraty:



Comuniquei ao Senhor Presidente da República, em 29 de setembro, antes do desfecho da votação na Câmara dos Deputados, minha decisão de deixar o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Assim procedi não só dando consequência aos documentos firmados em conjunto com os Ministros e Secretários de governo, como também em decorrência de minha própria avaliação da natureza e circunstâncias da grave e profunda crise que o país está vivendo. Estou certo, como tenho afirmado reiteradas vezes, de que o processo político nacional, ao encontrar suas soluções dentro da absoluta legalidade e normalidade constitucional, contribuirá para uma projeção ainda mais expressiva do Brasil no mundo como democracia plenamente constituída e dedicada à paz e à justiça<sup>559</sup>.

Da primeira e curta gestão de Celso Lafer no Itamaraty, poderia ser dito que a preparação e a execução da exitosa Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento constituíram seu ponto principal. Entre outras ações mais relevantes poderiam ser mencionados a defesa da democracia nos episódios ocorridos no Peru, na Venezuela e no Haiti; o empenho pelo acordo do gás natural com a Bolívia; a assinatura com a CEE de Acordo – Quadro de Cooperação; o envio de oficiais das Forças Armadas brasileiras na qualidade de observadores para participar da Força de Paz da ONU na Iugoslávia; os entendimentos para ampliar a presença e a atuação da PETROBRAS nas atividades do setor petrolífero angolano; a aplicação – apesar de oposições internas – de sanções à Líbia, em cumprimento a resoluções da ONU; a defesa da ideia de ampliação do CSNU com argumentos de democratização do sistema internacional; a assinatura com a Argentina de um Acordo para a Aplicação de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica; e o depósito do instrumento de adesão do Brasil à “Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos”.

Para Mônica Hirst e Letícia Pinheiro, as principais ações de política externa do governo Collor como um todo (isto é, as gestões Rezek e Lafer) foram: o protagonismo na condução da Conferência do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento; a assinatura do Tratado de Assunção que estabeleceu o Mercosul; a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares; o Acordo Nuclear Quadripartite de Salvaguardas com a AIEA; e a proposta de revisão do Tratado de Tlatelolco<sup>560</sup>.

451. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284.

452. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284

453. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 338.

454. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, pp. 37-45.
455. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284
456. Celso Lafer A Inserção Internacional do Brasil, p. 390.
457. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 392.
458. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 9.
459. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 392.
460. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 394.
461. Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Exterior, no. 70, p. 265.
462. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 395.
463. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, p. 127.
464. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 365.
465. Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Exterior, no. 70, p. 261.
466. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284
467. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, pp. 47-48.
468. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 390.
469. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, p. 104.
470. Irene Pessoa de Lima Câmara, Em Nome da Democracia, p. 166.
471. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, pp. 106-109.
472. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 389.
473. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 256.
474. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 269.
475. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 394.
476. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, p. 271-284
477. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 281.
478. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, 267. Um comitê especial da OEA criticaria, mais tarde, a decisão da Suprema Corte por não ter tomado em conta "o princípio fundamental de direito internacional, em particular o respeito da soberania dos Estados."
479. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 521.
480. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 391.
481. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 393.
482. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284
483. Jório Dauster, "Mercosul - UE: rumo à associação inter-regional", in Política Externa, vol.4, nº4, março-abril-maio 1996, 50.
484. Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Exterior, no. 70, p. 261.
485. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 258.
486. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 393.
487. Mauro Lopes, Os Painéis de Oleaginosas no GATT e a Soja Brasileira [http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-anos-antecedentes-1/Rev\\_Pol\\_Agr\\_v1\\_n4-1992.pdf](http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-anos-antecedentes-1/Rev_Pol_Agr_v1_n4-1992.pdf)
488. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 808.
489. William J. Clinton, My life, p. 503.
490. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 389.
491. William J. Clinton, My life, p. 510.
492. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 920.
493. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 639.
494. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 639.
495. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 638.
496. Chris Cook e John Stevenson. World History since 1914, p. 288.
497. J. A. S Grenville, A History of the World, p. 770.
498. John Darwin, "África and World Politics Since 1945: Theories of Decolonization" in Ngair Woods, Explaining International Relations Since 1945, p. 217.
499. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 392.
500. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 773.
501. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 593.
502. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 773.
503. Paul Kennedy, The Parliament of Man, p. 94.
504. Chris Cook e John Stevenson. World History since 1914, p. 111.
505. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 677.
506. Chris Cook e John Stevenson. World History since 1914, p. 90

507. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 389.
508. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284
509. William R. Keylor, The Twentieth-Century, p. 527.
510. William R. Keylor, The Twentieth-Century, p. 528.
511. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 213.
512. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284
513. Harry G. Gelber, The Dragon and the foreign devils, p. 386.
514. Harry G. Gelber, The Dragon and the foreign devils, p. 400.
515. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 253.
516. L.F. Seixas Corrêa, A Palavra do Brasil na ONU, p. 543.
517. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284
518. L.F. Seixas Corrêa, A Palavra do Brasil na ONU, p. 546.
519. Amorim, Celso. "O Brasil e o CSNU". Política Externa, vol 3, nº 4, março-abril-maio 1995, pp. 5-15.
520. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 393.
521. William R. Keylor, The Twentieth-Century World, p. 552.
522. William R. Keylor, The Twentieth-Century World, p. 552.
523. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 644.
524. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 354.
525. Luiz Augusto de Araújo Castro, "Brasil-Argentina: medidas bilaterais de fortalecimento de confiança na área do controle de armamentos", in Política Externa, vol. 2, nº 2, setembro 1993, p. 74.
526. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 278.
527. William R. Keylor, The Twentieth Century World, p. 557.
528. L.F. Seixas Corrêa, A Palavra do Brasil na ONU, 546 e Celso Lafer, "A política externa brasileira no governo Collor" in Política Externa vol.1, no. 4, março 1993, p. 100.
529. Paulo Nogueira Batista, "A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?" in Política Externa, vol.1, nº 4., março de 1993, p. 122.
530. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 391.
531. L.F. Seixas Corrêa, A Palavra do Brasil na ONU, pp. 548-9.
532. Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Exterior, no. 71, p. 99.
533. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284..
534. Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Exterior, no. 70, p. 267.
535. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 309.
536. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 342.
537. L.F. Seixas Corrêa, A Palavra do Brasil na ONU, pp.551-2.
538. Celso Lafer, "A política externa brasileira no governo Collor" in Política Externa, vol.1, no.4, março 1993, pp. 95-105.
539. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284
540. Paulo Nogueira Batista, "A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?" in Política Externa, vol.1, nº 4., março 1993, p. 122.
541. Alcides G.R.Prates, "O Brasil e a coordenação entre os países de porte continental numa perspectiva atual", in Revista Brasileira de Política Externa, Ano 39, no.2, p. 39.
542. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284
543. Ney Canani, Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994), p. 75.
544. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 267.
545. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in Política Externa, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 102.
546. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 660.
547. David Reynolds, On World Divisible, p. 614.
548. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 395.
549. L.F. Seixas Corrêa, A Palavra do Brasil na ONU, p. 549.
550. L.F. Seixas Corrêa, A Palavra do Brasil na ONU, p. 549.
551. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 44.
552. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 396.
553. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 396.
554. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 396.
555. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 271-284
556. Celso Lafer, A Inserção Internacional do Brasil, p. 391.
557. Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Exterior, no. 70, p. 261.

FERNANDO DE MELLO BARRETO

558. Celso Lafer, *A Inserção Internacional do Brasil*, p. 348.
559. Celso Lafer, *A Inserção Internacional do Brasil*, p. 372.
560. Mônica Hirst e Letícia Pinheiro, "A Política Externa do Brasil em dois tempos", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 38, nº 1, 1995, p. 6.

## Capítulo V

### Fernando Henrique Cardoso



*“São características centrais da diplomacia brasileira: tradição, memória, estabilidade, respeito a compromissos assumidos, proteção dos interesses nacionais, visão de futuro.”*

Fernando Henrique Cardoso

O Vice-Presidente Itamar Franco assumiu interinamente a Presidência e nomeou para chefiar o Itamaraty, o Senador Fernando Henrique Cardoso, renomado sociólogo, professor universitário e político. Nascido no Rio de Janeiro e educado em São Paulo, Fernando Henrique Cardoso escrevera importantes obras para a teoria do desenvolvimento econômico e social. Sua carreira universitária no Brasil fora interrompida em 1968 quando aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), tendo passado a lecionar no Chile, na França, no Reino Unido e nos EUA. De retorno ao Brasil, na década de 1970, dirigiu o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e colaborou na criação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1978, começou a participar de campanhas políticas, tendo se tornado suplente do Senador Franco Montoro. Dois anos mais tarde, com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PMDB, partido que sucedeu ao MDB. Assumiu a cadeira de Franco Montoro no Senado quando este, em 1983, renunciou ao mandato para assumir o governo de São Paulo. Durante o governo de José Sarney, exerceu o cargo de líder do governo no Congresso Nacional. Na eleição de 1986, foi reconduzido ao Senado, com alta votação. No ano seguinte, participou da fundação de um novo partido político — o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) que reunia vários líderes do PMDB. Foi relator do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a

Constituição de 1988. Teve atuação destacada, em 1992, na transição pacífica do governo Collor para o governo de Itamar Franco. Tomou posse da cadeira do Barão do Rio Branco no dia 5 de outubro de 1992.

\*

Itamar Franco começou a exercer interinamente a Presidência em outubro e sucedeu a Collor quando este renunciou em 29 de dezembro, no momento em que o Senado iniciava o julgamento no seu processo de *impeachment*. O novo Presidente viu-se, tal como seus antecessores imediatos, na necessidade de enfrentar a inflação crescente. Seus esforços para o controle da inflação não seriam bem-sucedidos antes da execução do Plano Real, iniciada na gestão de Fernando Henrique Cardoso na pasta da Fazenda, e continuada e desenvolvida por Rubens Ricúpero. Segundo dados da CEPAL, o fraco desempenho econômico do Brasil em 1992 reduziu para 2,4% o crescimento do PIB na América Latina, que, do contrário, teria atingido 4,3%<sup>561</sup>.

\*

O contexto internacional entre o final de 1992 e meados de 1993 apresentaria, entre os fatos mais relevantes: a assinatura por George H. W. Bush e Boris Yeltsin do segundo tratado de Redução de Armas Estratégicas; a eleição do democrata Bill Clinton para a Presidência dos EUA; no Leste europeu, a separação entre a República Tcheca e a Eslováquia e o recrudescimento da guerra na Bósnia; na África, a grave situação na Somália; e, na Ásia, a aceleração das reformas de Deng Xiaoping na China destinadas a introduzir formas de economia de mercado.

## 5.1. Linhas gerais da política externa

O Ministro Fernando Henrique Cardoso expôs à Câmara Deputados, em março de 1993, algumas ideias sobre como deveria atuar o país na execução de sua política externa, “de vocação universal”:

[...] O Brasil deverá abrir, e não fechar opções, jogar nos diferentes tabuleiros, buscar parcerias estratégicas e parcerias localizadas, o que exige planejamento estratégico, visão de futuro e adaptação criativa.

Esse esforço deverá ser inspirado pelo realismo: será preciso seguir as regras do jogo, não poderemos mudar essas regras do jogo, não poderemos ficar fora da cena. Ao mesmo tempo, deveremos perseguir os objetivos de uma ordem internacional mais justa, mais democrática e mais transparente a longo prazo.

Deveremos manter nossas coalizões tradicionais e procurar novas. Temos vocação universal e portanto maior facilidade de variar nossas parcerias. Temos condições de conduzir uma diplomacia diversificada e de caráter universalista.

O Presidente Itamar Franco, em abril, definiria como prioridades para a política externa de seu governo a “defesa do tratamento multilateral e nos seus foros apropriados dos grandes temas internacionais – políticos e econômicos –, assim como uma maior transparência e democratização no acesso ao processo decisório internacional; o reforço do sistema multilateral de comércio, que poderá ser obtido por uma conclusão satisfatória da Rodada Uruguai, para cujo sucesso já foram dedicados tantos anos de esforços negociadores; e a consolidação de nosso processo de integração regional, que nos abre novas perspectivas e oportunidades no campo econômico e comercial, e que deverá reforçar a base política com que poderemos contar para o apoio a nossos pontos de vista no cenário internacional”.

## 5.2. Américas

Em discurso, no mês março de 1993, o Ministro Fernando Henrique Cardoso elogiou o papel do Grupo do Rio na preservação da democracia na região:

O Grupo do Rio é um mecanismo singularmente dotado para a consulta política no mais alto nível, sua vocação fundamental. [...] A medida do êxito do Grupo do Rio é dada pela constatação de que nenhum país latino-americano deseja hoje, manter-se à sua margem. Ao mesmo tempo, não há como subestimar sua importância na contenção de processos que colocam em risco a ordem democrática.

Em maio, o Ministro ampliou o elogio para destacar a contribuição do Grupo do Rio para “o fortalecimento dos processos democráticos e de integração na América Latina”. Destacou também a atuação do Grupo “de forma positiva no estreitamento do diálogo com grupos de países, como a CEE”. Recordou, nesse sentido, a realização de encontros do Grupo com a CEE e com o Japão, notando que este então ocupava a Presidência do Grupo dos Sete”<sup>562</sup>.

### 5.2.1. América do Sul

Para o Ministro Fernando Henrique Cardoso, a América do Sul constituía “o espaço de convivência imediata e necessária do Brasil”<sup>563</sup>. Ao comparecer a reunião dos países da Bacia do Prata em 5 de dezembro de 1992, o Chanceler brasileiro defendeu o fortalecimento do “ processo de construção de espaços econômicos integrados”. Afirmou que “no Prata e no Amazonas, no Sul e no Norte do continente sul-americano”, era “cada vez mais firme a consciência da nossa vocação associativa”, para a qual se abriam “novos horizontes político-diplomáticos e novas opções econômico-comerciais.”

Nessa linha, a primeira proposta diplomática do governo seria, em dezembro de 1992, o lançamento da Iniciativa Amazônica, visando aprofundar a cooperação econômica com os países da região, membros do Pacto Andino, e também Guiana e Suriname. Buscava dar ao Tratado da Amazônia “conteúdo” e, por meio de uma ação econômica, reafirmava “coletiva e multilateralmente a soberania sobre a região”. A respeito, o Ministro Fernando Henrique Cardoso, ressaltou, em 13 de abril de 1993, a intenção brasileira de, no seu âmbito, “acelerar o processo de integração econômico-comercial na América Latina”. No mês seguinte, o Ministro diria que a política de integração da América do Sul, em especial no Mercosul, ia “além de seus aspectos econômicos e abrangia “também uma questão de convivência pacífica com o conjunto de países que compõem a Bacia do Prata, incluindo, também, a Bolívia”<sup>564</sup>.

\*

No Uruguai, o Presidente Luís Alberto Lacalle tentava executar a liberalização da economia com medidas de reforma administrativa e privatizações, mas enfrentava resistências. O Ministro Fernando Henrique Cardoso visitou aquele país em dezembro de 1992 quando assinou, com o Chanceler Hector Gros Espiell, acordos de cooperação judicial e de cooperação em matéria ambiental. Destacou, em discurso a seu contraparte, a criação da Comissão do Rio Quaraí que buscaria oportunidades para cooperação, “inclusive sobre aspectos de proteção da qualidade das águas e do meio ambiente em geral”<sup>565</sup>.

\*

Na Argentina, naquele momento, a política econômica do governo Menem, sob o comando de Domingo Cavallo, continuava a manter o peso atrelado ao dólar estadunidense o que trazia benefícios para a estabilização de preços, mas contribuía para o aumento da dívida externa. A inflação que atingira 1.300% em 1990, caíra para percentagens de apenas um dígito



em 1993. Algumas privatizações apresentaram resultados positivos e outras não, como o da empresa de aviação *Aerolíneas Argentinas*. A economia, entretanto, voltou a crescer e houve novos investimentos, em particular, nos setores de telecomunicações, alimentos processados, transporte ferroviário, energia e mineração.

Com a implementação do Mercosul, o Brasil se tornou o principal parceiro comercial da Argentina e o Ministro Fernando Henrique Cardoso faria, em maio, relato dos progressos no relacionamento bilateral:

Com a Argentina, construímos um relacionamento confiante e maduro que sepultou as rivalidades do passado. Cooperamos no uso pacífico da energia nuclear por meio do estabelecimento de um sistema de contabilidade e controle, de acordo de salvaguardas totais com a AIEA e dos entendimentos para a entrada em vigência do Tratado de Tlatelolco. O comércio triplicou nos últimos anos e hoje se aproxima dos 6 bilhões de dólares.<sup>566</sup>

Naquele mês, o Presidente Itamar Franco visitou oficialmente a Argentina e o Uruguai. Em Buenos Aires, ao discursar para o Presidente Menem, afirmou que alguns dos interesses comuns requeriam “cuidadosa harmonização”, mas expressou certeza de que “as dificuldades conjunturais ou setoriais” seriam “sempre vencidas com as forças do diálogo e da vontade política”. Em Montevidéu, o primeiro mandatário brasileiro afirmou que as relações bilaterais evoluíam “seguindo caminhos auspiciosos” em áreas que iam “da cooperação fronteiriça ao intercâmbio comercial, da consulta política à cooperação cultural, científica e tecnológica”.

\*

A democracia se consolidava na região. No Paraguai, em 9 de maio de 1993, Juan Carlos Wasmosy, do Partido Colorado, tornou-se o primeiro Presidente democraticamente eleito em quase 40 anos. Engenheiro civil, fazendeiro e empreiteiro, Wasmosy tivera experiência com contratos na construção de Itaipu. Contou com o apoio de seu antecessor, Andrés Rodríguez e obteve cerca de 40% dos votos, tendo Domingo Laino alcançado o segundo lugar. Embora tenham se confirmado casos de fraudes eleitorais, equipe de observadores internacionais liderada pelo ex-Presidente dos EUA Jimmy Carter concluiu que a vitória de Wasmosy era suficientemente ampla para contrabalançar qualquer irregularidade. A oposição obteve maioria no Congresso que, demonstrando independência do Executivo, revogou leis aprovadas anteriormente pelos parlamentares colorados.

\*

Na Bolívia, faltava pouco para terminar o governo de Jaime Paz Zamora que apresentava como resultados positivos melhoras nas áreas de educação e saúde, mas enfrentava acusações de corrupção (inclusive de um de seus auxiliares mais diretos, Oscar Eid, que foi preso por tráfico de drogas). Em política externa, Paz Zamora concluiu com êxito negociação com o governo de Lima a respeito da cessão de porto na costa peruana. Com o Brasil, prosseguiram as negociações para a construção de gasoduto, tendo a YPFB assinado com a PETROBRAS, em 1993, acordo final que estipulou as quantidades de gás natural a serem exportadas no prazo de 20 anos.

\*

No Chile, governava o Presidente Patricio Aylwin no exercício de mandato que viria a ser considerado um período de transição entre a ditadura de Pinochet e a total liberação das amarras de seu poder. Apesar dos limites que lhe eram impostos pela Constituição, o governo de Aylwin buscava alterar as relações internas e externas. O Ministro Fernando Henrique Cardoso visitou o Chile em março de 1993. Foram assinados durante a visita vários acordos e protocolos. Ao agradecer condecoração que recebeu do Ministro do Exterior chileno, Enrique Silva Cimma, afirmou que o Brasil não identificava “incompatibilidades entre o comércio dinâmico mantido entre o Brasil e o Chile e os caminhos futuros do Chile em direção a um possível ingresso no *NAFTA*”. O Ministro constataria ter aquele país se “rendido” à evidência das vantagens da relação econômica com o Brasil:

Com o Chile, que não está no Mercosul, mas que é um parceiro historicamente fundamental para o Brasil na América do Sul, as iniciativas de cooperação e diálogo são também muito significativas. Em março, realizei visita oficial a Santiago, onde assinei vários acordos e mantive amplas conversações com o Chanceler Silva Cimma, o Presidente Aylwin, o Ministro Foxley e outras autoridades. O importante foi que logramos uma alteração na política do Chile, até então atraído pelo bloco econômico em formação na América do Norte, mas que logo se rendeu à evidência dos interesses concretos e imediatos da relação econômica com o Brasil (nosso comércio é da ordem de 1,5 bilhão de dólares). No contexto dessa maior aproximação, o Presidente Itamar Franco visitará o Chile em setembro próximo<sup>567</sup>.

\*

A democracia prosperaria também na Venezuela quando, em 27 de novembro de 1992, foi abafada nova conspiração, desta vez liderada por oficiais mais graduados do que Hugo Chávez. O Grupo do Rio enviou

ao Presidente Carlos Andrés Pérez uma comunicação, em 2 de dezembro, na qual expressou satisfação “pela defesa das instituições demográficas durante a tentativa de golpe de estado” e felicitou as Forças Armadas e o povo venezuelano “pela demonstração de lealdade com a democracia e pela quota de sacrifício com que opuseram resistência aos golpistas”. Considerou que a “insurreição” estava “dirigida a impedir a livre expressão da vontade popular” não somente porque atentara “contra o governo escolhido pelo sufrágio universal” como também porque “impediria a nova expressão soberana dos eleitores” nos comícios previstos para dias depois. Reiterou a convicção do Grupo “no sentido de que “as instituições democráticas em todo o continente contam com instrumentos efetivos para canalizar pacificamente os protestos, manifestar os desacordos e expressar os anelos de reforma e de mudança”. Depois de rechaçar “qualquer tolerância face à violência e ao terrorismo”, o comunicado sublinhou que o Grupo do Rio, desde a sua criação, vinha sendo “uma frente unida em favor da democracia”. Nesse sentido, “no novo contexto internacional, cada vez mais adverso a ditaduras e ao autoritarismo”, os países componentes estavam “mais do que nunca” dispostos “a trabalhar para assegurar o cumprimento da vontade de nossos povos expressada nas urnas”. Por fim, reiterou solidariedade a Carlos Andrés Pérez, ao povo e à nação venezuelanos”<sup>568</sup>.

Embora não naquela ocasião, a queda de Pérez ocorreria, alguns meses depois, quando teve início uma ação judicial para forçá-lo a revelar como havia utilizado fundos presidenciais secretos, embora legais, o que ele se recusou a fazer. O caso teve início em 20 de março de 1993, quando o Procurador-Geral Ramón Escovar Salom propôs ação contra Pérez por apropriação indébita de 250 milhões de bolívares pertencentes a fundo presidencial (“*partida secreta*”). Em 20 de maio, a Corte Suprema julgou procedente a ação e o Congresso Nacional decidiu por sua perda do cargo de Presidente. No dia seguinte, Carlos Andrés Pérez deixou a Presidência. Foi levado primeiramente a uma prisão, depois a um centro de detenção e, finalmente, mantido em prisão domiciliar. Pérez foi inicialmente substituído por Octavio Lepage e, a partir de 5 de junho, por Ramón José Velásquez, político e historiador que havia sido Secretário da Presidência.

O Ministro Cardoso relataria como fora resolvido o incidente de fronteira que abalara as relações bilaterais envolvendo uma aeronave. Anunciou terem os governos atingido “um importante entendimento para a superação do problema gerado com o caso da avioneta que resultou na morte de dois brasileiros”. Narrou que, após seus contatos com o Chanceler (Orlando) Ochoa, dele recebera “por escrito e por via diplomática oficial

os necessários esclarecimentos sobre o assunto”, que punham “fim ao estado de congelamento em que se encontrava o relacionamento bilateral após aquele incidente”<sup>569</sup>.

\*

A democracia na Colômbia continuava a enfrentar a guerrilha. Na Presidência do país, Cesar Gaviria tinha interrompido contatos com as FARC mantidos em governos anteriores. O exército atacou local utilizado por aquele grupo guerrilheiro e, em resposta, as FARC empreenderam ofensiva militar destinada a solapar deliberações da Assembleia Constituinte.

A ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Noemi Sanín de Rubio, realizou, em abril de 1993, uma visita oficial ao Brasil. Da Ata da Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Colômbia de Cooperação Econômica e Técnica realizada em Brasília na ocasião constou ter a delegação colombiana informado que a empresa *Carbones de Colômbia* estava em condições de exportar ao Brasil 150 mil toneladas métricas de carvão mineral. Por sua vez, a PETROBRAS manifestou interesse em importar petróleo colombiano do tipo “*caño limón*”.

\*

No Equador, o Presidente Sixto Durán-Ballén procurava executar uma reforma estrutural para modernizar o Estado e reduzir gastos administrativos, obtendo redução do déficit governamental. Seguindo a política comercial de seu governo, o país se tornou membro do GATT. Em finais de abril de 1993, o Ministro Fernando Henrique Cardoso visitou o Equador e manteve reuniões com o Chanceler Diego Paredes. No discurso que pronunciou a seu anfitrião, Cardoso defendeu a Iniciativa Amazônica e referiu-se a necessidade de confluirem Mercosul e o Pacto Andino para a conformação de um mercado latino-americano.

\*

No Suriname, em abril de 1993, Dési Bouterse deixou de ser o comandante das forças armadas e foi substituído por um oficial militar comprometido com o governo civil de Ronald Venetiaan que se via ameaçado por tentativa de golpe de Estado. Reunido em Santa Cruz de la Sierra, o Grupo do Rio expressou, no dia 6, “seu mais absoluto apoio” a Venetiaan e deixou “claro seu apoio à defesa e consolidação das instituições democráticas naquele país”, além de considerar “essencial a subordinação à Constituição dentro do Estado de Direito, para assegurar a paz, a estabilidade e o desenvolvimento do povo surinamês”<sup>570</sup>.

### 5.2.2. América Central e Caribe

Tema relativo a Cuba teria destaque quando legislação estadunidense, aprovada no final de 1992, ampliou o bloqueio econômico que Washington já impunha à ilha. A proposta feita pelo Deputado Robert Torricelli e aprovada pelo Congresso foi sancionada pelo Presidente George W. Bush em finais de outubro, pouco antes das eleições presidenciais. A nova legislação proibiu o embarque de alimentos e medicamentos para Cuba, exceto em casos de ajuda humanitária. Proibiu também que companhias estadunidenses e suas subsidiárias no exterior comerciassem com Cuba. Navios estrangeiros que utilizassem portos estadunidenses não poderiam se dirigir a portos cubanos por seis meses. A lei proibiu também que famílias cubanas nos EUA efetuassem remessas para Cuba<sup>571</sup> e que cidadãos dos EUA viajassem àquela ilha. O Itamaraty divulgou a seguinte nota sobre a posição brasileira com respeito à Lei Torricelli:

O governo brasileiro manifesta preocupação com a promulgação pelo governo dos EUA, em 23 de outubro último, de lei que estende às subsidiárias de empresas norte-americanas sediadas em terceiros países as sanções aplicadas a empresas estadunidenses que comerciem com Cuba. A referida lei estabelece outras restrições como a proibição de entrada em portos norte-americanos, por um prazo de 180 dias, de navios que tenham aportado em Cuba.

O governo brasileiro está avaliando as implicações dessa legislação, à luz do Direito Internacional e dos interesses de empresas brasileiras, no entendimento de que os vínculos comerciais de empresas sediadas no Brasil com terceiros países devem ser regulamentados tão-somente pelas leis brasileiras, pelos tratados internacionais em vigor para o Brasil e pelas decisões dos organismos internacionais dos quais o Brasil é membro.

\*

Na Guatemala, o Presidente Jorge Serrano Elias dissolveu ilegalmente, em 25 de maio de 1993, o Congresso e a Corte Suprema e tentou restringir liberdades civis, sob alegação de combate à corrupção. Em discurso proferido por ocasião da Reunião *ad hoc* de Ministros das Relações Exteriores sobre a situação na Guatemala, em 4 de junho, o representante do Brasil junto à OEA, Embaixador Bernardo Pericás Neto, declarou:

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande preocupação, dos acontecimentos ocorridos na Guatemala em 25 de maio último. O Presidente

Itamar Franco, que se encontra em visita oficial à Argentina, expressou em nota conjunta com o Presidente Carlos Menem sua mais enérgica condenação às medidas de exceção adotadas naquele país centro-americano.

a. A ruptura da ordem constitucional na Guatemala representa grave ameaça para a democracia no hemisfério e, em especial, na sub-região centro-americana. Por suas implicações concretas ou potenciais, merece detida consideração pelos Estados-membros da OEA.

b. Ao suspender a vigência da Constituição, fechar o Congresso, interferir na Suprema Corte e na Corte Constitucional, bem como restringir os direitos e garantias individuais, o Presidente Serrano colocou em questão a possibilidade de a sociedade guatemalteca chegar, por meio do diálogo, compreensão e conciliação, a uma saída para as dificuldades internas do país que preservasse o Estado de Direito.

c. [...] a preservação das instituições representa condição indispensável para a permanência e o aprimoramento de regimes abertos e participativos. [...]

O autogolpe malogrou em razão de protestos, pressão internacional e do cumprimento pelo Exército de decisões do Tribunal Constitucional, que condenou a tentativa de tomada de poder. Diante da pressão, Serrano fugiu do país. No dia 5, o Congresso guatemalteco, em obediência a dispositivos constitucionais, elegeu Ramiro de León Carpio para completar o mandato de Serrano.

\*

No Haiti, o regime militar liderado pelo General Raoul Cédras, continuava no poder e o Presidente deposto, Jean-Bertrand Aristide, prosseguia na busca de apoio internacional para seu retorno ao cargo. Crescia no final de 1992 o sentimento de que, conforme observou Antonio Patriota, “as sanções regionais eram insuficientes” e a conclusão de que “apenas o isolamento por meio de sanções militares e econômicas universais e mandatórias seria capaz de pressionar as autoridades de fato em Porto Príncipe a restituir o poder ao Presidente legítimo e internacionalmente reconhecido no Haiti”<sup>572</sup>.

Em novembro, o Conselho Permanente da OEA, convocado a pedido de Aristide, instou os membros da ONU a renovarem seu apoio às resoluções da OEA a respeito do retorno à democracia no Haiti e solicitou a participação da ONU na missão civil da OEA que já se encontrava no país<sup>573</sup>. Conforme relata Irene Pessôa de Lima Câmara, “consultado pelo

Presidente da Reunião *Ad Hoc* a respeito da proposta feita por Aristide no sentido de que o Conselho Permanente da OEA formalizasse um pedido de apoio à ONU”, o Ministro Fernando Henrique Cardoso afirmou que era “necessário que as decisões tomadas no âmbito da OEA” reiterassem “a percepção de que o assunto, ao ser considerado pela ONU”, servisse “para fortalecer a cooperação em bases harmoniosas, que deve existir entre as duas organizações, sem superposição de atribuições”<sup>574</sup>.

No mês seguinte, a Reunião *ad hoc* aprovou a resolução que encarregou seu Presidente e o Secretário-Geral da OEA a empreenderem “esforços adicionais com todos os setores haitianos para facilitar um diálogo político responsável entre eles, necessários para conseguir o restabelecimento da institucionalidade democrática no Haiti”. Incluiu também dispositivo que pedia ao Secretário-Geral (Embaixador João Clemente Baena Soares) que contatasse o SGNU (Boutros-Boutros Ghali) para conseguir a aplicação universal do embargo<sup>575</sup>. Em dezembro de 1992, o Brasil se opôs à aprovação de emenda canadense que propunha a transferência da questão haitiana para o CSNU<sup>576</sup>. Baena Soares comentaria, na crônica de sua gestão, a respeito transmissão da questão para a ONU, que sua nota para o SGNU fora distribuída aos membros do Conselho Permanente da OEA, bem como na ONU. Sublinhou que a opinião solicitada a Boutros-Ghali nunca chegara a suas mãos. E concluiu que a situação do Haiti fora levada ao CSNU com os resultados que extrapolaram a decisão dos Chanceleres<sup>577</sup>.

Baena Soares anunciou, em janeiro de 1993, que convidara o ex-Chanceler da Argentina, Dante Caputo, para atuar como seu enviado especial na crise haitiana, tal como o fizera o SGNU, pouco antes<sup>578</sup>. Caputo viajou ao Haiti onde geriu a aceitação de uma missão civil internacional com vistas a estabelecer negociação. No dia 27, porém, o Primeiro-Ministro Marc Bazin anunciou que os termos de referência da missão violavam a soberania nacional haitiana<sup>579</sup>. Caputo retornou a Port-au-Prince nos primeiros dias de fevereiro quando enfrentou resistências e demonstrações de hostilidade. Depois de reunião do Conselho Permanente, a OEA obteve acordo das autoridades *de facto* a respeito do modo operacional da missão. Em meados do mês, finalmente, desembarcaram no país 40 membros do contingente da OEA que igualmente enfrentaram hostilidade. Apesar dos distúrbios e violência, em março, seguiram mais 22 membros da missão civil. Completava-se assim a missão conjunta da ONU e da OEA - a MICIVIH - *Mission Civile Internationale en Haiti*.

Aristide foi recebido pelo Presidente dos EUA, Bill Clinton, que nomeou como seu enviado especial para o Haiti o Embaixador Lawrence



Pezzullo. Caputo retornou a Port-au-Prince para negociações. Procurava obter um acordo que tivesse como base três elementos: a formação de um governo de unidade nacional; uma anistia para os líderes do golpe e o retorno do Presidente Aristide. Suas propostas, entretanto, não foram aceitas. Boutros-Ghali visitou Baena Soares para discutir a situação haitiana, e em maio, somaram-se à missão da OEA no Haiti 30 observadores da ONU<sup>580</sup>.

O Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na qualidade de Ministro de Estado interino, expressou o apoio brasileiro a Aristide em intervenção que fez durante sessão da Reunião *ad hoc* realizada em junho, em Manágua:

Acabamos de ouvir a palavra do Presidente Jean-Bertrand Aristide. Uma vez mais ficou evidenciada a firmeza de seus propósitos e o seu indeclinável compromisso com o futuro do seu povo e os destinos da Nação haitiana.

O Brasil vem participando desde o início das atividades que, no âmbito da OEA, os países deste Hemisfério vêm promovendo, em forma solidária, na busca de uma solução para a crise no Haiti.

Continuamos convencidos do mérito dessa proposta, que obedece a alguns parâmetros claros:

- a. O absoluto respeito aos desejos e intenções manifestadas pelo governo do Presidente Jean-Bertrand Aristide, por todos nós reconhecido;
- b. A natureza pacífica e o propósito positivo das diversas medidas que adotamos em reuniões anteriores;
- c. O papel de nossa Organização, agora com o apoio do sistema da ONU, de promotor e facilitador de um consenso mínimo entre os diferentes setores da sociedade haitiana; e, sobretudo,
- d. A preocupação contínua pelo respeito da vontade soberana e pela promoção do bem estar do povo do Haiti.

No dia seguinte, o Representante Permanente do Haiti na ONU solicitou ao CSNU que examinasse a aplicação de sanções a seu país. No dia 16, aquele órgão aprovou por unanimidade a Resolução 841 que proibiu a venda ou fornecimento de petróleo e de seus derivados, armas e materiais conexos, além de congelar ativos do governo ou das



autoridades *de facto*<sup>581</sup>. Incluiu parágrafo no Preâmbulo que se referiu à circunstâncias únicas e excepcionais do caso<sup>582</sup>. No dia 21, o General Cédras dirigiu-se a Baena Soares e Boutros-Ghali oferecendo-se para se encontrar com Aristide em território neutro<sup>583</sup>.

### 5.2.3. América do Norte

Nos EUA, em 3 de novembro de 1992, Bill Clinton derrotou George H. W. Bush (pai) nas eleições presidenciais. No dia 29 daquele mês, extinguiu-se o prazo previsto por lei brasileira de 1984 para a reserva de mercado de informática<sup>584</sup>, deixando, pois, de haver esse obstáculo no relacionamento bilateral. Nesse contexto desanuviado, em 14 de dezembro, no *Interamerican Dialogue*, o Ministro Fernando Henrique Cardoso propôs a elaboração de uma agenda “revitalizada” para o diálogo bilateral com os EUA:

[...] As duas maiores democracias da América, uma ao Sul, outra ao Norte, devem encontrar formas de trabalhar juntas no mundo que se descortina.

O fim da Guerra Fria promove a convergência em torno dos valores comuns: a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável.[...]

[...] no caso do Brasil – país com um dos dez maiores PIB mundiais e 150 milhões de habitantes – caberia acrescentar que abrigamos o maior estoque de investimentos norte-americanos na América Latina, cerca de 12 bilhões de dólares, ocupamos o oitavo lugar como fonte das receitas com turismo nos EUA e, desde 1988, observamos as exportações norte-americanas para o Brasil crescerem em 80%.

Com apoio desses dados, podemos dimensionar com otimismo as possibilidades das relações bilaterais, em termos de uma parceria dinâmica e renovada. O diálogo entre o Brasil e os EUA está, de fato, maduro para atingir um patamar mais elevado. O caminho para isso será a definição conjunta de uma agenda revitalizada. [...] O momento de mudança da administração norte-americana abre novas oportunidades, que, se aproveitadas, podem definir o marco de uma fase caracterizada por uma maior aproximação ainda entre os dois países<sup>585</sup>.

Bill Clinton tomou posse como Presidente dos EUA em 20 de janeiro de 1993. Uma semana depois, os EUA anunciaram sobretaxas de até 100%

sobre o aço importado de vários países, inclusive o Brasil que teve CSN, Usiminas e Cosipa entre as siderúrgicas afetadas pela medida. Em outra frente comercial, Washington pressionava o país a aprovar, até março, projeto de lei sobre patentes<sup>586</sup>. Apesar desses contratemplos, em artigo publicado em fevereiro, Fernando Henrique Cardoso diria que a história ensinava que Brasil e EUA estavam “ligados não apenas pela comunhão dos valores democráticos, base de suas sociedades, como também por uma tradição de convivência de diálogo permanentemente amadurecida”. Em maio, Fernando Henrique Cardoso se referiu às relações com os EUA com otimismo:

Com os EUA, onde também acabo de estar para conversações com o Secretário de Estado Warren Christopher e outras altas autoridades, pude dar continuidade à discussão de temas que refletem a densidade dos nossos interesses recíprocos no campo do comércio, dos investimentos, do acesso à tecnologia, superando o clima de incompreensão que tantas vezes caracterizou a administração de nossos contenciosos comerciais. Não nos inibimos diante de divergências conjunturais, pois elas são próprias de um relacionamento denso e maduro, como o que mantemos com os EUA<sup>587</sup>.

Os Chefes dos Governos do Canadá, EUA e México assinaram o NAFTA em dezembro de 1992, passando o documento a processo de ratificação nos respectivos parlamentos com vistas a entrar em vigor dois anos depois. Seria a primeira vez que um país da América Latina tomava iniciativa desse porte com um país de fora da região e, ademais, um país desenvolvido. A esse respeito o Embaixador no México, Carlos Augusto dos Santos Neves, declarou que o NAFTA equivalia a um divisor histórico, o fim do conceito histórico de América Latina, que obrigava ao Brasil a retornar ao conceito geográfico de América do Sul<sup>588</sup>. Bresser Pereira e Vera Thorstensen, por sua vez, chamaram a atenção para as dificuldades que Brasil e os demais países da América Latina teriam que enfrentar, no mercado norte-americano, pois o México se tornava concorrente privilegiado com vantagens estratégicas de proximidade e sem tarifas, podendo ser grandes os prejuízos brasileiros<sup>589</sup>. Enquanto se analisavam as implicações para o Brasil do ingresso do México no NAFTA para as exportações ao mercado dos EUA, o comércio bilateral se incrementava graças ao aumento das exportações brasileiras<sup>590</sup>.

### 5.3. Europa

#### 5.3.1. *Europa Ocidental*

O Ministro Fernando Henrique Cardoso defendeu a ampliação do intercâmbio com a CEE, em novembro de 1992, em discurso perante a Comissão de Relações Econômicas Externas do Parlamento Europeu em Bruxelas:

A Comunidade Econômica Europeia vive [...] processo de profundas transformações. O Brasil acompanha com detido interesse a evolução recente, fruto da criação da Área Europeia e do Tratado de Maastricht.

Desejamos consolidar e até mesmo ampliar o intercâmbio com a CEE, nosso maior parceiro comercial. Confiamos que a consolidação comunitária e o seu fortalecimento como bloco econômico não se baseie em políticas de cunho protecionista que, com denodo, vimos tentando eliminar por meio da Rodada Uruguai do GATT.

O desejo brasileiro de aproximação enfrentaria duas dificuldades: a primeira, o constante alargamento da entidade, sempre voltada a negociações internas; e a segunda, os subsídios europeus para sua agricultura com consequências para outros produtores agrícolas como o Brasil. No processo europeu de integração, enquanto Áustria, Suécia, Noruega e Finlândia expressavam esperanças de ingressar na CEE, em dezembro de 1992, o povo suíço votava em referendo pela não adesão<sup>591</sup>. No mês seguinte, a Comunidade eliminou barreiras comerciais e criou um mercado europeu único.

O Ministro brasileiro propôs, em janeiro de 1993, em Londres, que a cooperação bilateral fosse “expandida e ampliada” e que a ciência e a tecnologia deveriam merecer atenção mais detida. Opinou que o “avanço tecnológico de países em desenvolvimento como o Brasil” não podia “ser alvo de suspeitas infundadas, nem de entraves ou discriminações. Devia ser visto, ao contrário, “como imperativo de progresso que há de ser benefício também para os países desenvolvidos”. Concluiu que seria “fundamental que essa cooperação pudesse intensificar-se em proveito da confiança e das vantagens mútuas”. Ainda na capital britânica, Fernando Henrique Cardoso ressaltou a relevância da CEE para o Brasil como parceiro comercial e como modelo de processo de integração, chegando a qualificar o Mercosul como um “desdobramento do esforço europeu

de integração". Mas não deixou igualmente de criticar diretamente os subsídios agrícolas europeus:

A política da CEE tem implicações não apenas sobre as economias, como a brasileira, que não subsidiam o setor, mas também sobre todo o processo de negociação da Rodada Uruguai, como um fator significativamente negativo para que se alcance um entendimento final, que, como se sabe, deverá ser um todo equilibrado de mútuas concessões e de passos coletivos rumo à liberalização mundial do comércio.

O Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, recebeu, em maio, o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Manuel Marin-Bosch, com palavras de reconhecimento da importância da Europa para o Brasil:

Hoje as relações entre o Brasil e a Europa têm duas dimensões complementares. No plano bilateral, a Europa é nosso mais importante parceiro econômico e interlocutor de primeira grandeza para a política externa brasileira. Em um plano distinto, o Brasil relaciona-se com a Comunidade também através do mecanismo de diálogo e cooperação estabelecido entre o Mercosul e a Europa dos Doze.

O Ministro Fernando Henrique Cardoso também se referiu à Europa, no mesmo mês, ao encerrar a XI Conferência Interparlamentar Europa-América Latina em São Paulo, ressaltando tanto proximidades quanto divergências:

Mantemos com a Comunidade Europeia um relacionamento sólido e maduro. A imensa maioria dos nossos países têm na Comunidade o seu principal parceiro comercial e sua principal fonte de investimentos. Nosso interesse pelo processo de consolidação do Mercado Comum é motivado por uma grande variedade de pontos que nos afetam direta ou indiretamente.[...]

Sei do interesse com que o Parlamento Europeu se dedica a muitos dos tópicos da nova agenda, como a proteção e a promoção dos direitos humanos, a proteção ambiental, a paz, a não proliferação. A eles, certamente o ponto de vista latino-americano acrescenta outros, como a transferência de tecnologia, a cooperação para o desenvolvimento sustentável, a superação dos entraves ao comércio internacional.

[...] Não coincidimos sempre no tratamento desses diversos tópicos, é preciso admiti-lo.

### 5.3.2. *Europa Oriental*

No Leste europeu continuariam a ocorrer atos e fatos ainda direta ou indiretamente relacionados ao colapso soviético. Atraíam especialmente a atenção os conflitos na ex-Iugoslávia. Em outubro de 1992, o CSNU, pela resolução 781, introduziu uma zona proibida para voos na Bósnia<sup>592</sup>, tendo a OTAN se encarregado de fiscalizar sua implementação<sup>593</sup>. No mês seguinte, pela resolução 787, os países-membros foram solicitados a permitir inspeções de cargas no tráfego marítimo de modo a assegurar o cumprimento das sanções. Fatos novos surgiam, tal como, em novembro, a declaração de independência da Macedônia<sup>594</sup>. Continuariam os países a se acomodarem à nova situação política regional. Assim, em 25 de novembro de 1992, a Assembleia Federal Checoslovaca votou a favor da divisão do país em dois: a República Tcheca e a Eslováquia a entrar em vigor a partir de janeiro seguinte. Por decisão pacífica, chamada de “Divórcio de Veludo”<sup>595</sup>, deixava assim de existir a Tchecoslováquia, um país criado em 1918 ao final do primeiro conflito mundial quando se tornara independente do Império Austro-Húngaro.

O Brasil acompanhava a evolução dos acontecimentos na região e, em dezembro, estabeleceu relações com a Croácia e a Eslovênia<sup>596</sup>. Um desses dois novos países se veria envolvido em conflito quando, em janeiro de 1993, uma guerra civil separada teve início entre os croatas e muçulmanos da Bósnia, tendo alguns croatas tentado criar um pequeno estado na região dominada por eles em Herzegovina<sup>597</sup>.

Uma conferência em Genebra, presidida pelo ex-Ministro do Exterior britânico, Lorde Owen, em nome da UE, e pelo ex-Secretário de Estado americano, Cyrus Vance, em representação da ONU, produziu plano baseado numa Bósnia etnicamente dividida, mas contida num estado único e descentralizado<sup>598</sup>. O plano teve rejeição esmagadora dos bósnio-sérvios<sup>599</sup> que preferiram continuar a lutar e a controlar cerca de 70% do território<sup>600</sup>. O novo Presidente dos EUA, Bill Clinton, decidiu, em fevereiro, não endossar o plano Owen-Vance e propôs negociar novo acordo. No dia 23, Clinton e Boutros Ghali concordaram num plano de fornecimento aéreo humanitário para os bósnios, com o qual John Major, do Reino Unido, também concordou. Clinton, com o apoio de Helmut Kohl na Alemanha, desejava fosse suspenso o embargo de armamentos imposto aos bósnios muçulmanos para que pudessem se defender dos bósnio-sérvios. França e Reino Unido se opunham por temer que a suspensão prorrogasse o conflito e colocasse em perigo as tropas da ONU. Clinton e Kohl obtiveram,

entretanto, decisão da ONU de estender a zona de voos proibidos a toda a Bósnia para assim impedir que os sérvios mantivessem o monopólio do poder aéreo<sup>601</sup>.

A situação se deteriorava na região e, em 22 de fevereiro, o CSNU aprovou a Resolução 808 que decidiu fosse estabelecido um tribunal internacional para julgar criminosos de guerra na Iugoslávia. Em 31 de março, o CSNU aprovou o uso da força para garantir o cumprimento da zona de exclusão sobre a Bósnia.

Yeltsin e Clinton se reuniram pela primeira vez, em abril, no Canadá, e decidiram criar uma comissão presidida pelo Primeiro-Ministro russo, Viktor Chernomyrdin, e pelo Vice-Presidente dos EUA, Al Gore, para institucionalizar a cooperação entre os dois países. Ao retornar a Washington, Clinton autorizou pacote de ajuda no total de US\$ 2,5 bilhões para os países da ex-URSS, dois terços dos quais para a Rússia<sup>602</sup>, cujo PIB caíra em 16% no ano anterior<sup>603</sup>.

O CSNU aprovou, em maio, resolução para estabelecer um tribunal para julgar crimes na Iugoslávia, o que constituiria o primeiro dessa natureza desde os julgamentos de Nuremberg<sup>604</sup>. Noutra iniciativa, a ONU declarou que Sarajevo, Tuzla, Bihac, Zepa e Goradze – todas na Bósnia – constituíam “áreas asseguradas” por aquela organização. Em 10 de junho, a OTAN e a ONU acordaram que um avião forneceria apoio aéreo para a UNPROFOR.

#### 5.4. África

Em artigo publicado em março, o Ministro Fernando Henrique Cardoso se referiu à África como “continente ribeirinho-fronteira oriental do Brasil” devendo a política africana brasileira enfrentar “desafio e oportunidade”:

Nosso relacionamento com aquele continente ribeirinho – fronteira oriental do Brasil – deverá florescer, apesar de todas as dificuldades de um e de outro lado do Atlântico.

A política africana do Brasil já chegou a uma idade adulta e saberá, por isso mesmo, adaptar-se às variações de um contexto internacional que apresenta uma carga inédita de desafio e oportunidade<sup>605</sup>.

Sem saber que logo deixaria o Itamaraty e não poderia viajar para a África como pretendia, o Ministro Fernando Henrique Cardoso

descreveu, em maio de 1993, o relacionamento com a África naquele momento, atribuindo prioridade a Angola, e anunciando sua intenção de realizar visitas a vários países, sobretudo lusófonos. Aventou também a ideia de negociar um tratado de desnuclearização:

Na África, onde temos também [como na América Latina] uma tradição de política muito ativa, as atenções primordiais voltam-se hoje especialmente para a parte austral do continente, especialmente Angola. [...]

Viajarei à África no final de julho. Devo ir a vários países: Cabo Verde, Senegal, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola, Namíbia, Moçambique e África do Sul. Este último país receberá então a primeira visita de um Chanceler brasileiro. Isto mostra a nova perspectiva que se abre para o relacionamento do Brasil com a região no contexto do processo de pacificação e democratização da África do Sul.

Uma proposta antiga do Brasil, a que levou à criação de uma Zona de Paz e Cooperação Atlântico Sul, está sendo reativada. A ideia da desnuclearização da área pode ser explorada através da negociação de um tratado similar ao de Tlatelolco, aplicável à região latino-americana<sup>606</sup>.

Os recursos, no entanto, eram escassos. Apontou José Flávio Sombra Saraiva para o fato de que, no final de 1993, o Brasil dispunha de 24 diplomatas servindo na África, o que constituía uma redução de dez em relação a 1983<sup>607</sup>. O Brasil acompanhava mais diretamente as situações de Moçambique, Angola, África do Sul e, à distância, a grave crise na Somália.

\*

Na África Meridional, Moçambique seria objeto, em 4 de outubro de 1992, de um tratado assinado em Roma para pôr fim ao conflito entre seu governo e as guerrilhas da Resistência Nacional Moçambicana – RENAMO<sup>608</sup>. O instrumento foi assinado pelo Presidente Joaquim Alberto Chissano e Afonso Dhlakama, chefe da RENAMO. Em dezembro, a ONU estabeleceu missão de manutenção de paz ONUMUZ (Operação da ONU em Moçambique) para monitorar a desmobilização e a junção dos dois exércitos<sup>609</sup>. O Brasil contribuiu com observadores militares e policiais a partir de janeiro de 1993 para a ONUMOZ<sup>610</sup>. Em artigo publicado em março de 1993, o Ministro Fernando Henrique Cardoso examinou o relacionamento com Moçambique. Destacou o papel do Brasil na chefia das forças de paz naquele país e a prestação de assistência para as eleições:

[...] estamos buscando neste momento intensificar nossa participação no processo de paz de Moçambique, país devastado por uma guerra civil de 16 anos, ao qual estamos unidos pela língua, por uma presença cultural ativa e por diversos programas de cooperação técnica, muitos dos quais financiados por terceiras fontes. Em atendimento a convite do SGNU, o governo brasileiro designou um Oficial-General do Exército para comandar o contingente da ONU que supervisionará o processo de pacificação em curso naquele país. O referido convite ao Brasil certamente foi motivado pelo excepcional desempenho de nossos oficiais na missão da ONU em Angola (UNAVEM). Nunca é demais recordar que coube também a um General brasileiro o primeiro comando militar da UNAVEM.

Ainda com relação a Moçambique, determinei as providências necessárias para que prestemos assistência à implantação da infraestrutura eleitoral daquele país, com vistas à realização, em futuro próximo, das primeiras eleições da história moçambicana. Contamos, com tais medidas, acrescentar aos nossos laços de significação política maior, ao lado da presença brasileira no comando da operação de paz da ONU.

\*

Angola merecia atenção especial do Brasil. O processo eleitoral se interrompeu em outubro de 1992 quando tropas governamentais em Luanda atacaram a UNITA. Civis, com armas fornecidas pela polícia, mataram e detiveram simpatizantes daquele partido político. Em novembro, assassinaram também o Vice-Presidente da UNITA, Jeremias Chitunda. Em seguida, a UNITA, numa série de vitórias, restabeleceu o controle de várias capitais de províncias. Embora sem mais ajuda dos EUA ou da África do Sul, a UNITA continuava a receber apoio do governo de Mobutu no Zaire.

Em janeiro de 1993, teve início longa batalha por Huambo. Centenas de milhares de pessoas fugiram e dez mil morreram antes que a UNITA obtivesse seu controle em março. No dia 22, representantes da UNITA e do governo se reuniram na Etiópia mas as negociações para restaurar a paz fracassaram. Em artigo, em março, Fernando Henrique Cardoso tratou daquele país e do desejo brasileiro de ajudar. Criticou a UNITA por não aceitar os resultados das eleições no ano anterior:

A ação diplomática do Brasil em busca de uma solução para o presente conflito angolano é movida por um genuíno sentimento de solidariedade. Se Angola hoje necessita, mais do que nunca, do apoio internacional para superar as incertezas do momento, o Brasil – primeiro país a reconhecer



o governo angolano, em 1975, - não poderia omitir-se. país no qual os interesses brasileiros se têm avolumado ao longo dos anos, Angola vem mantendo com o Brasil um nível exemplar de cooperação, além de respeitar com rigor todos os compromissos assumidos. Nem mesmo nos momentos mais árduos da guerra civil naquele país, foram interrompidos os fornecimentos regulares de petróleo com os quais Angola vem saldando religiosamente a dívida contraída junto ao governo brasileiro.

No CSNU - onde voltamos a ocupar agora mandato de dois anos - e em contatos diretos com diferentes países interessados, a diplomacia brasileira vem-se batendo por uma solução pacífica e democrática para a questão angolana, com base no pleno respeito aos acordos de paz firmados em 1991 e às resoluções do CSNU sobre a matéria. Não podemos aceitar que as primeiras eleições naquele país, realizadas em setembro de 1992, reconhecidamente livres e justas, sejam flagrantemente desrespeitadas pelo partido derrotado, sob o olhar complacente da comunidade internacional.

A expressiva presença brasileira em Angola - traduzida, neste momento, por obras de vulto, como a construção da hidrelétrica de Capanda e a exploração de petróleo e diamantes, além de importantes projetos de infraestrutura - legitima esse engajamento do Brasil, que já se traduz em resultados concretos. A Resolução 804 recentemente adotada pelo CSNU reflete, em vários aspectos, o trabalho de convencimento que a Delegação brasileira realizou junto aos demais membros daquele foro, e, no plano bilateral, junto aos países da chamada Linha de Frente, aos países africanos de língua portuguesa e aos países observadores do processo de paz angolano - Portugal, EUA e Federação Russa.

O Ministro Fernando Henrique Cardoso voltou, em maio, a tratar de Angola para reiterar o apoio ao MPLA, desejar que a UNITA respeitasse os resultados eleitorais e expressar a esperança de que os EUA reconhecessem o governo angolano:

Nossa participação no processo de paz angolano é intensa. O Brasil apoia a legitimidade da eleição que deu vitória ao MPLA. A Unita deve respeitar o resultado das eleições e contribuir para a normalização da vida político-institucional do país. Esperamos o reconhecimento do governo angolano pelos EUA como ato capaz de ajudar a reconciliação nacional. A experiência da retirada dos brasileiros que trabalham em Angola evidencia a magnitude dos nossos interesses no país.[...]

Os EUA reconheceram, naquele mês, o governo do MPLA em Angola. Na opinião de Antonio Patriota, para isso, o Chanceler Fernando Henrique Cardoso exercera “um importante papel persuasivo em visita oficial a Washington”<sup>611</sup>. Também naquele mês, o SGNU designou jurista do Mali, Alouine Blondin Beye, para, como seu Representante Especial para Angola, iniciar negociações com assistência dos EUA, Rússia e Portugal<sup>612</sup>.

\*

Na África do Sul, tiveram início, em abril de 1993, negociações multirraciais e multipartidárias para a elaboração de uma Constituição<sup>613</sup>, com a participação dos brancos da direita (o Partido Conservador e o *Afrikaner Volksunie*), do Congresso Pan-Africanista, do KwaZulu e de delegações de líderes tradicionais. O Ministro Fernando Henrique Cardoso declarou, em maio, que o Brasil acompanhava “com atenção o desmantelamento do *apartheid*” e a “democratização do processo político” naquele país.

\*

Na África Oriental, a situação na Somália continuava a preocupar. No final de 1992, facções se dividiam e acordos para distribuição de alimentos não eram mantidos. Em novembro, os EUA propuseram o estabelecimento de força multinacional, sob sua liderança, para garantir a segurança da operação humanitária. No mês seguinte, o CSNU aprovou, por unanimidade, a Resolução 794 que materializou essa proposta. Foi assim criada *United Task Force* – UNITAF, autorizada a utilizar “todos os meios necessários” para executar seu mandato. Com o apoio do Presidente eleito Bill Clinton<sup>614</sup>, o Presidente George W. H. Bush, que terminava seu mandato, enviou, ainda no início de dezembro, forças terrestres à Somália<sup>615</sup>.

O SGNU convocou uma reunião no início de 1993 durante a qual 14 membros de facções rebeldes concordaram em entregar armas para a ONU e, em conferência de doadores, foi acordada assistência no total de US\$ 130 milhões para a reconstrução. Entretanto, a situação não melhorava e, em março, a ONU decidiu transformar a UNITAF em UNOSOM II, com mandato para garantir a assistência, restaurar a paz e reconstruir o Estado e a economia. Em maio, tropas de 20 países substituíram as forças de paz dos EUA componentes da UNOSOM II<sup>616</sup>.

Em junho, em Mogadíscio, o clã chefiado pelo General Mohamed Aidid matou 25 paquistaneses das forças da ONU. O CSNU aprovou resolução (837) que autorizou a prisão de Aidid. O SGNU, Boutros Boutros Ghali, preocupado com a situação e a impossibilidade de apreender Aidid, solicitou ajuda ao governo dos EUA. Os EUA enviaram então tropas do

exército com apoio aéreo<sup>617</sup>. No dia 17, os americanos tiveram os primeiros confrontos com os seguidores de Aidid<sup>618</sup>. Militares americanos assaltaram edifício em que se encontraria Aidid. Forças daquele líder guerreiro contra-atacaram e mataram 19 americanos, dezenas ficaram feridos e um piloto foi capturado. Mais de 500 somalianos morreram e milhares ficaram feridos.

## 5.5. Oriente Médio

No Oriente Médio, haveria evolução positiva no conflito árabe-israelense, seriam estabelecidos contatos brasileiros com os EAU e com o Irã, bem como teria início no Iraque a longa “crise do desarmamento” que terminaria com a ocupação daquele país uma década depois.

\*

Com relação ao conflito árabe-israelense teria início, em dezembro de 1992, uma iniciativa secreta de mediação. O cientista social norueguês Terje Larsen atuou como intermediário entre, do lado israelense, o vice-Ministro do Exterior de Israel, Yossi Beilene, e o professor de história, Yair Hirschfeld, e, do lado palestino, o representante da OLP, Ahmed Qurei. Após um primeiro contato em Londres, Qurei e Hirschfeld decidiram se encontrar novamente e realizaram uma série de 14 reuniões em Oslo. A ideia de um acordo começou a surgir e o Ministro do Exterior israelense, Shimon Peres, enviou representante não político de alto nível e um advogado militar para continuarem as negociações. O Primeiro-Ministro israelense, Itzak Rabin, preocupava-se, porém, que um vazamento por parte dos palestinos trouxesse constrangimento a Israel e não favorecesse entendimentos em Washington. Arafat, que enfrentava críticas do Hamas, buscava resultados para comprovar a validade de sua nova estratégia e evitava tratar da questão de Jerusalém oriental e preferia se concentrar na possível autonomia de Gaza<sup>619</sup>.

Em discurso na Câmara de Comércio Árabe-Brasileira no mesmo mês, o Ministro Fernando Henrique Cardoso dissertou sobre a situação no Oriente Médio e reiterou esperança quanto a resultados positivos na Conferência Regional da Paz para a região:

Atualmente, a evolução da conjuntura internacional, com o fim da Guerra Fria e as consequências do conflito do Golfo, dá ao Oriente Próximo, talvez pela primeira vez, a oportunidade de ser senhor de seus próprios destinos.

É tempo de redefinição no Oriente Médio. Ali se alterou substancialmente a distribuição de forças, modificaram-se as condições de ingerência externa e aumentaram as responsabilidades das lideranças árabes.

A Conferência Regional da Paz para o Oriente Médio propicia oportunidade real de ser finalmente alcançada a paz naquela parte do mundo. Os países do Magrebe procuram fortalecer sua posição internacional, com a constituição da União do Magrebe Árabe. O Conselho de Cooperação do Golfo reforça os vínculos associativos entre seus países-membros e consolida sua respeitabilidade como organismo internacional.

A Conferência de Paz abriu caminho para que a comunidade internacional promovesse esforço redobrado em favor de uma solução justa, abrangente e duradoura para o conflito do Oriente Médio. Reiteradamente, o governo brasileiro tem manifestado sua determinação de apoiar toda e qualquer iniciativa com vistas ao equacionamento pacífico da questão, com base nos princípios consagrados na Carta da ONU, em particular nas Resoluções 242 e 338 do CSNU, de modo a permitir que todos os povos da região possam viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

\*

O Brasil assinou, em dezembro de 1992, acordo de cooperação econômica, comercial, industrial, tecnológica e financeira com os EAU. Em discurso na ocasião, Fernando Henrique Cardoso declarou apoio à Conferência de Paz para o Oriente Médio:

O fim da Guerra Fria e a conseqüente reorganização da agenda internacional em torno de temas centrados antes na cooperação do que na confrontação justificam a esperança de um futuro de paz e progresso para toda a humanidade.

É nesse contexto que meu governo acompanha com grande interesse o desenrolar da Conferência de Paz para o Oriente Médio. Esperamos que seu desfecho existoso, no prazo mais breve possível, contribua à confiança mútua e à convivência pacífica entre os países da região.

\*

Com o Irã, o Brasil realizou, em fevereiro de 1993, a III reunião da Comissão Mista existente entre os dois países. No discurso de abertura, Fernando Henrique Cardoso afirmou que cabia ao Irã, “com seu peso internacional e sua dimensão econômica”, “inegável papel relevante no conjunto das parcerias” que uniam o Brasil à região do Oriente Próximo.

Da Ata final, aprovada por Cardoso e pelo Ministro do Irã, Dr. Ali Akbar Velayati, constou o interesse iraniano de adquirir do Brasil “um número apreciável de itens, dos quais açúcar branco e refinado, produtos de soja, carnes, frango, produtos de pesca, metais, aço e peças de reposição”.

\*

No Iraque, teve início incidente internacional quando, em janeiro de 1993, o governo de Bagdá não apenas se recusou a permitir que inspetores da UNSCOM utilizassem seus próprios aviões para voar pelo país, como também realizou operações militares na zona desmilitarizada imposta entre seu território e o do Coveite, assim como nas zonas em que estavam proibidos voos no norte do país. Após forças dos EUA terem lançado mísseis contra fábricas em Bagdá presumivelmente ligadas a programa ilegal de armas nucleares, o Iraque informou à UNSCOM que poderia reiniciar seus voos.

Em abril, 16 homens, aparentemente contratados pelo governo de Saddam Hussein, contrabandearam um carro-bomba para o Coveite com a intenção de matar o ex-Presidente George H. W. Bush quando em visita à universidade naquele país para comemorar dois anos de sua liberação<sup>620</sup>. Funcionários kuaitianos encontraram a bomba e prenderam suspeitos. Dois cidadãos iraquianos confessaram ter dirigido o carro-bomba por ordem do serviço de inteligência do governo de Bagdá.

## 5.6. Ásia e Pacífico

Em finais de 1992, a Ásia apresentava áreas de forte desenvolvimento econômico e diminuía os focos de instabilidade. Nas Filipinas, também em novembro, o último soldado americano deixou suas bases militares, terminando assim a presença militar dos EUA que era mantida desde 1898<sup>621</sup>. Na Índia, no entanto, conflito entre hindus e muçulmanos, após a demolição de uma mesquita por multidão hindu, causaria, em dezembro, a morte de mais de dez mil pessoas.

\*

Na China, a política econômica iniciada por Deng Xiaoping teria importantes desenvolvimentos nos anos seguintes. O Congresso Nacional do Partido Comunista aprovou suas propostas de reforma, tendo declarado que a China na década de 1990 deveria criar uma “economia socialista de mercado”. A economia, que havia desacelerado entre 1989 e 1990, começou a se expandir com importante aumento da produção industrial. Durante 1992, o PIB cresceria nada menos do que 13%<sup>622</sup>,

façanha repetida no ano seguinte, tendo sido esse resultado influenciado positivamente pela criação de zonas especiais econômicas e o ingresso de capital estrangeiro que estas facilitaram.

O Ministro Cardoso recebeu no Palácio do Itamaraty o Ministro do Exterior chinês, Qian Qichen. Ao saudá-lo, afirmou que a liberalização econômica brasileira correspondia “à firme decisão de promover maior integração os centros internacionais mais dinâmicos”, notando entretanto que o relacionamento entre o Brasil e a China ainda estava “longe de ter explorado e desenvolvido todo seu potencial”. Foi assinado protocolo suplementar sobre a Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra. Do documento constou a decisão de envidar esforços para que o primeiro modelo de satélite sino-brasileiro fosse colocado em órbita até outubro de 1996.

\*

No Japão, em outubro de 1992, o governo chefiado pelo Primeiro-Ministro Kiichi Miyazawa enviou um pequeno contingente de engenheiros militares japoneses para compor força de manutenção de paz da ONU ao Camboja com o objetivo de assistir em projetos de construção<sup>623</sup>. No Camboja, em novembro, o *Khmer Rouge*, que vinha se recusando a se desarmar e impedindo a UNTAC de alistar eleitores nas áreas que controlavam, anunciou sua intenção de boicotar as eleições<sup>624</sup>.

Com o governo nipônico, o Ministro Cardoso assinou, também em março, acordos sobre cooperação no setor ambiental. Entre os projetos a serem beneficiados por recursos japoneses encontravam-se os de despoluição do Rio Tietê em São Paulo e da Baía da Guanabara no Rio de Janeiro. Em discurso que proferiu na ocasião, o Chanceler brasileiro notou que o acordo vinha “coroar, no plano das relações bilaterais, o esforço governamental de regularização de seus compromissos financeiros com o Japão, evidenciando a importância que o Brasil atribui ao seu relacionamento” com aquele país<sup>625</sup>.

O Chanceler Fernando Henrique Cardoso analisou a Ásia, em março de 1993. Após constatar que a região vinha “demonstrando maior dinamismo econômico”, e que cresciam as exportações brasileiras, afirmou verificar-se um “movimento também acelerado no sentido do diálogo diplomático e da distensão política, superando-se assim, antagonismos históricos e inserindo-se o continente na nova realidade mundial representada pelo fim da polaridade”<sup>626</sup>. O Ministro se manifestaria sobre o relacionamento com a Ásia, em maio, pouco antes de deixar o Itamaraty, dando ênfase ao relacionamento com Japão, China e Coreia:

Tenho insistido na necessidade de o Brasil ampliar sua presença na Ásia. [...] [com relação] ao Japão, ficou patente a importância dos contatos que ali mantive na área econômica e empresarial. O Japão acaba de concordar em financiar importantes projetos ambientais no Brasil. Confiamos nas perspectivas de nosso relacionamento nos campos do comércio e das finanças.

Além do Japão e da China, a relevância hoje da Ásia para o Brasil está nos chamados tigres, ou seja, os países de desenvolvimento industrial recente e com economias extremamente dinâmicas. A Coreia, por exemplo, tem merecido crescentes atenções de nossa parte como um dos novos pólos da economia asiática. O Brasil precisa desses novos parceiros, tanto em termos de comércio quanto de investimentos. No campo científico-tecnológico, a importância da região Ásia/Pacífico é também vital, pois ali é o pólo da terceira revolução industrial. Com o Ministro do Exterior chinês, que esteve no Brasil recentemente, assinei um acordo sobre a construção conjunta de satélites entre os dois países, iniciativa de especial interesse do ponto de vista de transferência de tecnologia. Há também boas perspectivas no campo da cooperação industrial com a participação brasileira na construção de hidrelétricas<sup>627</sup>.

## 5.7. Atuação política plurilateral e multilateral

### 5.7.1. Foros plurilaterais

O Ministro Cardoso apoiaria os dois foros plurilaterais que vinham se desenvolvendo, isto é, a Conferência Ibero-Americana e a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa – CPLP, procurando dar-lhes significado político e econômico.

No tocante à CPLP, o Chanceler declarou, em 25 de abril de 1993, que esta tinha vocação política e papel importante para a “pacificação e democratização da África Austral”:

A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa não é movida por sentimentalismos. Sua criação corresponde a uma tendência da atual conjuntura internacional, com o fim da bipolaridade, que abriu espaço para novas iniciativas de aproximação entre países com afinidades, ora derivados de interesses econômicos, ora fundamentados em valores políticos ou culturais.

[...] A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa tem uma vocação de mecanismo de concertação e consulta política, destinado a dar a nossos

países um instrumento adicional para a coordenação de suas posições em tomo de temas da agenda internacional, para promover em conjunto seus interesses comuns e para avaliar, de seu próprio ponto de vista e com uma base permanente, a evolução da conjuntura política e econômica internacional. A concertação política, [...] terá papel fundamental em temas que nos dizem respeito tão diretamente, a pacificação e a democratização da África Austral, em que a influência da comunidade lusófona será por certo relevante em termos políticos e diplomáticos.

Com relação à Cúpula Ibero-Americana, em reunião realizada em Madri, em janeiro de 1993, o titular do Itamaraty buscou influenciar para que o encontro tratasse do tema do desenvolvimento:

[...] o governo do Presidente Itamar Franco visualiza, na Conferência Iberoamericana, foro privilegiado para o início de novo diálogo global que avance reflexões sobre o mundo que emerge desde o fim da Guerra Fria. [...] Queremos participar, e em graus crescentes, da definição de nova “Agenda para o Desenvolvimento” que se baseie nos princípios da justiça, da equidade e da democracia. [...] Parece oportuno, [...] que prestigieemos o esforço do SGNU, estabelecendo na Conferência de Salvador o marco inicial de diálogo construtivo que enriqueça a necessária definição dessa “Agenda para o Desenvolvimento[...]

### 5.7.2. ONU

Em janeiro de 1993, aproximadamente 80 mil integrantes de forças de paz da ONU encontravam-se baseados em 12 locais no mundo<sup>628</sup>. Paul Kennedy enumerou três razões pelas quais as múltiplas crises ocorridas no início da década de 1990, a seu ver, constituíam uma ameaça ao sistema da ONU: a Carta da organização não previa situações internas tais como as ocorridas no Haiti e na Somália; havia um número demasiado elevado de apelos à ONU em curto espaço de tempo; e os recursos para cumprir os mandatos do CSNU eram totalmente inadequados. Observou, porém, que o Conselho trabalhava bem diuturnamente, sendo raras as perspectivas de utilização do poder de veto dos membros permanentes<sup>629</sup>.



### 5.7.2.1. CSNU

O Ministro Fernando Henrique Cardoso defendeu, em 9 de outubro de 1992, o retorno do Brasil ao CSNU, como membro não permanente, utilizando como argumento adicional o êxito diplomático brasileiro na realização da Conferência de Meio Ambiente naquele ano:

[...] A volta ao CSNU será oportunidade de demonstrarmos que o Brasil pode legitimamente participar das grandes decisões internacionais. Com a credencial que conquistamos na Conferência do Rio, teremos atuação significativamente nas conferências mundiais que se aproximam: sobre Direitos Humanos, sobre População, sobre a Situação da Mulher e sobre Desenvolvimento Social.

A campanha eleitoral brasileira teve êxito e, em janeiro de 1993, o Brasil foi eleito pela sétima vez para uma vaga de membro não permanente do CSNU. Em artigo que escreveu naquele mês, o Ministro notou os desafios da responsabilidade assumida:

[...] O Brasil acaba de assumir um assento como membro não permanente do CSNU, por um período de dois anos. Voltamos ao Conselho pela sétima vez – a última foi de 1988 a 1989 –, conscientes da época singular em que vivemos. Pela primeira vez, com o fim da Guerra Fria, a Carta da ONU e todos os órgãos por ela instituídos podem trabalhar como previsto por seus redatores.

[...] A presença brasileira demandará um acompanhamento competente e tempestivo das diversas questões na agenda internacional e um constante esforço de reflexão e de identificação do interesse nacional. Estamos preparados para esse desafio e seguros de que representará uma ocasião única para diálogo aberto sobre nossa política externa, envolvendo os mais diversos setores da sociedade brasileira.

O Chanceler Cardoso, ao voltar a comentar essa eleição, sublinhou a necessidade de democratização do processo decisório no âmbito do Conselho:

O Conselho passou justamente a ter importância estratégica nas relações internacionais. Tudo depende de uma negociação em seu âmbito. Mas até que ponto essa negociação é real? Ou simplesmente o Conselho se transforma

num diretório? Por isso, o Brasil quer discutir uma forma de democratizar o processo de decisões no Conselho<sup>630</sup>.

Na mesma linha de argumentação sobre a necessidade de democratização do CSNU, em maio de 1993, o chefe da diplomacia brasileira declarou que a alteração da sua composição constituía um imperativo:

A reforma da Carta da ONU e a alteração da composição do CSNU são imperativos de uma época em que já não há similitude com a ordem superveniente ao fim da Segunda Guerra Mundial. Esperamos que o esforço de reflexão da comunidade internacional em torno do assunto proporcione resultados quando da passagem do quinquagésimo aniversário da ONU, em 1995.

O Brasil acredita nas virtudes do multilateralismo. A construção de uma nova ordem internacional deve passar necessariamente pelo seu fortalecimento, em bases democráticas e não discriminatórias. O peso específico do país no cenário internacional o credencia para uma participação cada vez mais ativa<sup>631</sup>.

### *5.7.3. Desarmamento e não proliferação de armas nucleares*

Em discurso na cerimônia de inauguração oficial da sede da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), em São Paulo, em dezembro de 1992, o Ministro Cardoso reiterou o compromisso brasileiro com os objetivos pacíficos do programa nuclear brasileiro:

[...] A ABACC representa o coroamento de uma proposta de entendimento político e de cooperação na área nuclear entre o Brasil e Argentina. Configura também a determinação de nossos países em evidenciar, interna e externamente, os objetivos exclusivamente pacíficos de nossos programas nucleares.

[...] o governo do Presidente Itamar Franco buscará, com a imprescindível colaboração do Congresso, acelerar a implementação das iniciativas tomadas na área nuclear, em especial o Acordo de Salvaguardas Quadripartite e a plena entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco.

Ainda no mesmo mês, o Chanceler brasileiro argumentou que cada país tinha o direito de escolher o instrumento internacional de não proliferação que julgasse atender melhor aos critérios de eficiência e equidade. Nessa linha de pensamento, sem mencionar a não adesão brasileira ao TNP, ressaltou ter o país aderido ao Tratado de Tlatelolco e de ter firmado acordos com a Argentina e a AIEA:

[...] A não proliferação e o desarmamento devem ser bandeiras consensuais em nossos dias. Não superamos os riscos da confrontação Leste-Oeste para seguir convivendo com a ameaça do holocausto nuclear. A comunidade internacional tem à sua disposição diversos instrumentos internacionais de não proliferação. Cada país tem o direito de escolher aqueles que julga atenderem melhor aos critérios de eficiência e equidade.

Pela vocação pacífica de seu povo e à luz da letra de sua Constituição, o Brasil – através de Tlatelolco, dos acordos assinados com a Argentina e a AIEA e dos compromissos assumidos com a Argentina e o Chile, que anteciparam os termos da Convenção sobre Armas Químicas – participa plenamente dos esforços internacionais para afastar definitivamente a ameaça extemporânea apresentada pelas armas de destruição em massa.

Com essa autoridade, habilitamo-nos à intensificação de parcerias no campo tecnológico. A convergência de conceitos é o caminho promissor para a cooperação.

O desarmamento deixa de ser utopia de alguns poucos. Converte-se em tarefa prioritária ante a constatação da inutilidade da acumulação de arsenais nucleares capazes de destruir o planeta uma infinidade de vezes. Liberar-se-ão assim recursos que poderão contribuir para a superação das desigualdades internas e entre as nações e assim garantir de forma mais duradoura a paz e a segurança.

Enquanto isso, houve avanço no plano mundial em matéria de redução de armamentos, quando, em 3 de janeiro de 1993, em Moscou, George H. W. Bush e Boris Yeltsin assinaram em Moscou um segundo Tratado de Redução de Armas Estratégicas (*Strategic Arms Reduction Treaty II – SALT II*). Determinava uma redução de 25% das forças estratégicas de cada país e a eliminação de multiogivas<sup>632</sup>, corte de arsenais estratégicos em dois terços e verificação *in loco*<sup>633</sup>.

O Ministro Fernando Henrique Cardoso anunciou, no dia 27, que, em breve, o Tratado de Tlatelolco seria colocado em vigor e que o Brasil seguiria as diretrizes do *MTCR*:

O Brasil adota posição de clara transparência nessa área [ciência e tecnologia]. Concluímos acordo para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear com a Argentina. Firmamos acordo conjunto de salvaguardas com a AIEA. Em breve colocaremos o Tratado de Tlatelolco em vigor. Estamos implementando mais sistema abrangente de controle de exportações, que incluirá toda a área de mísseis, onde contemplamos, inclusive as diretrizes do *MTCR*.

A elaboração da Convenção sobre Armas Químicas, que vinha sendo discutida havia duas décadas na ONU, finalmente se concluiu e o instrumento foi aberto para assinatura<sup>634</sup> em meados de janeiro de 1993. O instrumento determinava o banimento do desenvolvimento, da produção e do uso de tais armas<sup>635</sup>. Foi assinado em Paris<sup>636</sup> por 127 membros da ONU<sup>637</sup>, inclusive Brasil e Argentina.

Durante o ano de 1993, a Conferência do Desarmamento adotou decisão de iniciar negociações de um Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares que seria conhecido pela sigla em inglês de CTBT (*Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty*).

O avanço internacional em matéria de desarmamento e não proliferação de armas nucleares sofria alguns contratemplos e vários avanços. Em 12 de março, a Coreia do Norte anunciou que planejava se retirar do TNP e se recusou a permitir o acesso de inspetores da AIEA a locais nucleares. Como consequência, estabeleceu-se um acordo bilateral entre as duas Coreias para manter a península livre de armas nucleares<sup>638</sup>. Por outro lado, em março, a África do Sul abandonou oficialmente seu programa de armas nucleares e o Presidente de Klerk anunciou que já haviam sido desmanteladas seis ogivas em três anos anteriores. Em outro desenvolvimento positivo, em maio, o governo Clinton abandonou formalmente o programa Iniciativa de Defesa Estratégica, conhecido como Guerra nas Estrelas<sup>639</sup>.

Naquele ano de 1994, as negociações do CTBT tiveram início sob a Presidência do Embaixador Miguel Marin-Bosch, do México. Também naquele ano, em maio, finalmente, o Brasil assinou o Tratado de Tlatelolco e juntou-se a outros países latino-americanos e do Caribe que se declararam livres de armas nucleares.

#### 5.7.4. *Direitos humanos*

Em matéria de direitos humanos, o Brasil foi cenário de uma das maiores violações de sua história recente quando, em 2 de outubro de 1992, três dias após a renúncia de Celso Lafer e três dias antes da posse de Fernando Henrique Cardoso, ocorreu uma revolta na penitenciária do Carandiru, em São Paulo, resultando na morte de 111 presos<sup>640</sup>. Cardoso, em dezembro, mencionou indiretamente essa tragédia quando reconheceu ter o Brasil “problemas estruturais” que exigiam “ataques a suas causas profundas”:

[...] O Brasil reitera seu engajamento na defesa e promoção dos direitos humanos, que se traduz pela adesão integral aos instrumentos jurídicos da chamada “Carta Internacional dos Direitos Humanos”, elaborada pela ONU ao longo das últimas décadas.

A par de nossa atuação construtiva nos foros multilaterais humanitários, reconhecemos a existência de graves problemas internos, a que temos procurado dar resposta pronta e eficaz. Parece-nos necessário, entretanto – sem que aqui se busquem escusas ou justificativas para as dificuldades atuais – lembrar que o desrespeito aos direitos humanos no Brasil resultam de problemas estruturais, a um só tempo políticos, sociais e econômicos. A prevenção e a correção de abusos humanitários dependerá, em grande medida, de sucesso nos ataques às “causas profundas” desses fenômenos.

Em artigo de fevereiro de 1993, o Ministro Cardoso referiu-se explicitamente ao Carandiru, ressaltando estarem os direitos humanos no Brasil sob o escrutínio da sociedade brasileira:

Os direitos humanos estão protegidos não apenas pela lei e pela política de transparência do governo, inclusive com nossa adesão às diversas convenções internacionais que regulam a matéria, mas primordialmente pela consciência da sociedade brasileira, e nenhum episódio, por mais trágico e moralmente condenável que seja, como o do presídio de Carandiru, há de afastar o Estado e a coletividade daquele objetivo.

Em abril, o Chanceler brasileiro novamente mencionou o Carandiru, durante Seminário sobre Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos, para sublinhar as “deficiências” brasileiras que exigiam “o aprimoramento das condições econômicas”:

A situação dos direitos humanos no país, entretanto, permanece questão muito sensível. Incidentes como o Casa de Detenção de Carandiru, a situação de nossas crianças de rua, o fenômeno da violência rural e urbana e até a ocorrência de situações assemelhadas às de escravidão são registros trágicos de nossas deficiências, que somente poderão ser cabalmente resolvidas com o aprimoramento das condições econômicas.

Não podemos, contudo, esmorecer. Ao contrário, devemos persistir na luta pelos direitos humanos, em todas as suas dimensões, buscando aproveitar as oportunidades e, quando possível, tentando construí-las.

### 5.7.5. *Meio ambiente*

Na sessão sobre a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*UNCED*) em Nova York, em 2 de novembro de 1992, o Ministro Cardoso expressou o desejo de que fossem anunciados “compromissos concretos” e manifestou preocupação com a falta de recursos financeiros para a implementação das decisões da Rio-92:

Compareço a esta sessão para significar a importância que o Brasil confere à implementação das decisões tomadas em junho último na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. [...]

Todos os países são agora parceiros numa empresa comum. As categorias de países doadores e beneficiários de ajuda perdem aplicabilidade.

Essa nova parceria traduz uma lógica de cooperação que exclui tanto a confrontação, quanto atitudes paternalistas. Trata-se de uma tendência de “relegitimação” das negociações globais, destinada a forçar o entendimento em escala mundial. Fortaleceu-se o multilateralismo pela consciência de que as soluções para os problemas universais requerem a participação de todos os Estados..[...]

O Brasil espera que, nesta XLVII Sessão da Assembleia Geral, sejam anunciados compromissos concretos. É inquietante notar que, desde a Rio-92, nenhum movimento significativo em termos de recursos financeiros pôde ser identificado como medida compatível com os compromissos necessários à nova parceria que se deseja construir.

O Ministro Fernando Henrique Cardoso, ainda em novembro, elogiou o reconhecimento pelas Comunidades Europeias da necessidade de recursos financeiros para resolver a questão ecológica e sua proposta de transferência de tecnologias ambientais:

Não posso deixar de registrar, [...], a satisfação do Brasil com a Declaração do Conselho das Comunidades Europeias, de 28 de novembro de 1991, relativa à Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Naquela declaração, o Conselho reconheceu a dimensão financeira da questão ecológica; endossou a necessidade de novos recursos financeiros a combater a degradação ambiental; propôs a aceleração do processo de transferência de tecnologias ambientais.

Esses importantes objetivos estão recolhidos no Acordo de Cooperação firmado entre as Comunidades Europeias e o Brasil. [...]

Na mesma linha adotada com relação aos direitos humanos, em alocução de dezembro, o titular do Itamaraty notou que também a preservação do meio ambiente dependia do desenvolvimento o qual, por sua vez, exigia cooperação internacional:

A preservação da saúde de nosso planeta será uma meta meramente demagógica a persistir o quadro de pobreza que flagela tantas áreas do mundo. A diplomacia brasileira estará engajada, como já o demonstrou na Conferência do Rio, na luta pelo desenvolvimento e pela proteção ambiental. Estaremos ao lado de todos aqueles que genuinamente estiveram empenhados na busca de soluções para os problemas ambientais e globais.

Não podemos recair na distorção de que as relações internacionais sejam um jogo de soma zero, onde os ganhos de uns equivalem forçosamente a perdas de outros. A cooperação para o desenvolvimento é a nossa sobrevivência. O Brasil sempre esteve comprometido com a causa do desenvolvimento, não com um espírito de confrontação, mas sim na busca do diálogo.

Cada país é responsável por seu próprio futuro. Não há cooperação internacional que supere o esforço interno. Ao mesmo tempo, tal cooperação pode ser essencial para facilitar a retomada do crescimento e uma inserção mais dinâmica na economia internacional. Muitos países hoje altamente

industrializados tiveram na cooperação internacional o ingrediente que lhes permitiu superar seus problemas.

O Chanceler brasileiro se referiu ao tema do meio ambiente, em maio de 1993, ao preconizar a adoção de uma Agenda para o Desenvolvimento que incluísse o tratamento da “problemática do desenvolvimento econômico e social”:

Na questão do meio ambiente, [...], o Brasil evoluiu de uma posição defensiva para uma atitude de abertura, transparência e participação. Fizemos a Conferência do Rio e hoje nos empenhamos pela implementação das suas decisões, com base no princípio ali consagrado do desenvolvimento sustentável. A iniciativa brasileira do estabelecimento de um Centro de Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, dedicado a estudos e pesquisas sobre a matéria, aponta para a necessidade de ações práticas fundamentais nesse novo espírito de cooperação internacional para o desenvolvimento.

É com essa preocupação que preconizamos na ONU a adoção de uma “Agenda para o desenvolvimento”, que complemente a ideia de uma simples “Agenda para a paz”. O debate das questões da paz e da segurança, que tende a ser privilegiado pelas grandes potências, não pode suplantar o debate em torno da problemática do desenvolvimento econômico e social. Daí o interesse do Brasil pela participação na série de conferências mundiais especializadas, nos moldes da Conferência do Rio, que se realizarão no decorrer desta década: sobre direitos humanos, população, desenvolvimento social<sup>641</sup>.

## 5.8. Atuação econômica externa

Ao dar posse ao Embaixador Luiz Felipe Lampreia, como Secretário-Geral do Itamaraty, no início de outubro de 1992, o Ministro Fernando Henrique Cardoso reafirmou compromisso do governo com a abertura econômica, desregulamentação e privatização. Mostrou-se disposto a maior agressividade comercial, decididamente favorável ao êxito da Rodada Uruguai e cauteloso com relação à integração hemisférica:

[...] abandonaremos as políticas defensivas naquele [GATT] e outros foros. É do nosso interesse que o GATT se afirme definitivamente como instrumento de expansão do comércio e que a Rodada Uruguai tenha êxito na tentativa de



regulamentação dos novos temas como serviços e propriedade intelectual. É fundamental reduzir o potencial discriminatório de medidas nacionais unilaterais ou de iniciativas regionais estabelecidas por acordo entre blocos ou parceiros mais poderosos.

[...] Ao mesmo tempo em que desenvolvamos uma maior agressividade nos mercados regionais e dos países em desenvolvimento, ampliaremos nossas relações econômicas com os países desenvolvidos, principalmente EUA, Japão e Europa.

[...] A integração hemisférica [...] deve merecer ampla análise do governo. Avaliaremos as consequências e impactos daquela iniciativa [Iniciativa para as Américas] para nossos interesses, em coordenação com os nossos parceiros do Mercosul e com o setor privado. Procuraremos ampliar as relações de cooperação científica e tecnológica com a China, a Índia e demais países com igual potencial nesse campo<sup>642</sup>.

Apesar de ter sido crítico frequente de seu antecessor, logo no início de seu governo, Itamar Franco procurou tranquilizar investidores estrangeiros quanto à manutenção da política com relação à dívida externa, tratamento de investimentos estrangeiros, privatizações, desregulamentação e abertura comercial:

Desejo reafirmar o compromisso do governo brasileiro com um programa econômico que buscará a estabilização com base em uma política fiscal estrita. Vamos manter e aperfeiçoar os esforços de desregulamentação. O processo de privatização prosseguirá com base em diretrizes seguras e amplamente conhecidas. O Brasil espera contar com a participação do capital estrangeiro nesse e em outros setores e está consciente de sua importância para fomentar as perspectivas de crescimento da economia.

Estão preservadas as diretrizes do processo de abertura comercial, assim como aquelas conducentes à normalização de nossas relações com a comunidade financeira.[...]

Confiamos em que os esforços que estamos realizando de abertura e modernização de nossa economia encontrem resposta positiva em nossos parceiros, em especial os EUA<sup>643</sup>.

O Presidente Itamar Franco compareceu, em novembro, à reunião do Grupo dos 15, realizada em Dacar, onde criticou os países desenvolvidos

pelas exigências que faziam aos países em desenvolvimento sem oferecer, em contrapartida, acesso a suas exportações:

Aos países em desenvolvimento têm sido exigidas rígidas disciplinas na adoção de políticas fiscais e ampla generosidade na abertura de seus mercados, coragem para enfrentar os riscos da competição e paciência para colher os frutos da austeridade [...] sem necessariamente encontrar uma contrapartida no acesso de suas exportações aos consumidores dos países desenvolvidos, ou na diminuição das resistências às transferências de tecnologia [...] ao assumirem a responsabilidade por seu desenvolvimento, nossos países devem enfrentar as circunstâncias de um contexto internacional dramaticamente inóspito<sup>644</sup>.

Em linha de argumentação ligeiramente distinta, pois voltada à necessidade de o país ser “parceiro atraente”, o Ministro Cardoso, em artigo de janeiro de 1993, destacou a importância da busca de mercados, recursos financeiros e, especialmente, tecnologia:

Para um país que se pode caracterizar como potência média, cuja economia é a décima maior do planeta e cujo traço distintivo mais marcante é a diversificação – diversificação da produção econômica, da sua pauta de comércio e também diversificação de interesses externos – a busca de uma nova forma de inserção no núcleo dinâmico das relações internacionais é condição necessária para o desenvolvimento do país. Buscamos mercados, recursos financeiros e, especialmente, tecnologia, num mundo onde só tem acesso a essas molas propulsoras do progresso quem tiver condições de se apresentar como parceiro atraente e de influir no traçado das regras ora em definição na cena internacional.

### **5.8.1. Comércio**

Quando da substituição de Collor por Itamar Franco, imaginava-se que ocorreria mudança na política de abertura comercial. O Ministro Cardoso, no entanto, mostrou-se, durante reunião realizada em Washington, em novembro de 1992, contrário a medidas protecionistas, ressaltando que o país não mais podia se “permitir proteger setores ineficientes”:

Estamos convencidos de que a própria manutenção de nossa competitividade externa depende do acesso que a indústria instalada no Brasil tiver a insumos de alta qualidade a preços internacionais.

Com esse objetivo, o Brasil eliminou “todas” as barreiras não tarifárias ao comércio. Trata-se de medida única entre países de grau de desenvolvimento similar ao nosso e representa firme indicação de que a liberdade de comércio é uma meta da qual não abrimos mão.

Ao mesmo tempo, o atual cronograma de reduções tarifárias permite uma adaptação em ritmo seguro a um ambiente de maior exposição à concorrência internacional. O governo do Presidente Itamar Franco, ao confirmar essa visão estratégica, reforça a decisão da sociedade de ampliar sua inserção internacional e sinaliza para o empresariado que o Estado brasileiro não mais se pode permitir proteger setores ineficientes.

Na mesma linha, no seu primeiro pronunciamento à Nação depois de efetivado no cargo de Presidente, em 30 de dezembro, o Presidente Itamar Franco alertou para que o país não caísse “na ilusão” de que se poderia “construir um país moderno levantando barreiras econômicas e pretendendo um desenvolvimento autárquico”. Afirmou que abrir “as fronteiras à competição internacional” não significava “renunciar à soberania”, anunciando que o princípio que orientaria as relações com os outros povos devia ser o da “estrita reciprocidade”.

Entre o final de 1992 e meados de 1993, três níveis de negociações comerciais se tornavam mais nítidas embora inter-relacionadas: a sub-regional entre os países do Mercosul e seus vizinhos localizados na parte setentrional da América do Sul; a hemisférica que se delineava com a proposta da Iniciativa para as Américas; e a Rodada Uruguaí iniciada na década anterior.

#### *5.8.1.1. Mercosul e a Iniciativa Amazônica*

O governo brasileiro iniciou, em outubro de 1992, a negociação de acordos econômicos e comerciais com países da região amazônica, isto é, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname<sup>645</sup>. Em dezembro, na VI Reunião de Cúpula do Rio em Buenos Aires, o Brasil lançou a Iniciativa Amazônica, que visava a criação de uma área de livre-comércio entre os países amazônicos<sup>646</sup>.

A proposta não conflitava com o desenvolvimento do Mercosul que continuava exitoso. O Chanceler brasileiro constatou, em novembro, os avanços em seus primeiros 18 meses de existência. Notou que o comércio entre os países-membros atingira “pouco mais de cinco bilhões de dólares

em 1991, com um crescimento de ordem de 30% em relação a 1990". Observou ainda a previsão de que, em 1992 o intercâmbio intraMercosul alcançasse US\$ 6,5 bilhões.

A necessidade de adaptação do sul do Brasil às realidades da expansão do Mercosul registrou-se em maio de 1993, quando o Ministro reconheceu problemas para a implementação do processo de integração sub-regional:

O Mercosul envolve interesses bastante consolidados dos quatro países que o integram: além do Brasil e Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Claro que há problemas e desafios: há regiões, especialmente do sul do Brasil, nas quais teremos de desenvolver programas específicos de reconversão, como aconteceu na Europa. No conjunto, o Mercosul tem sido um êxito absoluto. Está sendo implementado o cronograma de medidas aprovadas em Las Leñas. Já começamos a discutir a adoção da tarifa externa comum, que irá regulamentar a união aduaneira. No plano bilateral, temos tomado também decisões importantes, como a compra de petróleo da Argentina. No final de maio, o Presidente Itamar Franco realizará visitas bilaterais à Argentina e ao Uruguai<sup>647</sup>.

#### *5.8.1.2. Iniciativa para as Américas*

A questão do livre-comércio no hemisfério provocava debate. Em artigo publicado em dezembro de 1992, o ex-Ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser Pereira e a professora Vera Thorstensen defenderam a negociação no âmbito hemisférico. Após diversos argumentos, chegaram à seguinte conclusão:

A Iniciativa para as Américas é para o Brasil uma "apólice de seguro" contra as perplexidades e indefinições em um mundo de rivalidades de blocos e ausência de lideranças econômicas hegemônicas. Os EUA lançaram a proposta. Cabe ao Brasil deixá-la morrer, ou dar-lhe conteúdo real. A aposta com o futuro pode ser um eventual isolamento do Brasil, pode ser o Brasil obrigado a, na última hora, aderir a um bloco já formado pelos principais países da América Latina, ou pode ser Brasil liderando os interesses da América do Sul no Bloco das Américas centrado nos EUA<sup>648</sup>.

Na III Reunião do Conselho do Mercosul, realizada naquele mês, foi decidido que os quatro países-membros não negociariam

individualmente com os EUA<sup>649</sup>. Itamar Franco declarou que “o processo de abertura comercial” prosseguiria “dentro da estratégia gradualista” que vinha “permitindo maior exposição da economia brasileira à concorrência internacional, sem comprometer o desempenho de nosso comércio exterior”. Afirmou que manteria diretrizes que encontravam amplo apoio na sociedade e que visavam a aumentar a competitividade da economia.

As dúvidas sobre a viabilidade e real interesse brasileiro na criação de uma área de livre-comércio hemisférica, entretanto, surgiam não apenas no Brasil e em outros países latino-americanos como também nos EUA e entre especialistas na região. Em artigo intitulado “América Latina preparada para a parceria?”, publicado em janeiro de 1993, Abraham Lowenthal analisou, modificações políticas e anteviu dificuldades para a aceitação da proposta de Washington:

O enfraquecimento do apoio aos programas neoliberais ficou evidente em grande parte da América Latina, em 1992, particularmente com as vitórias eleitorais registradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Social-Democrata (PSDB), no Brasil; pelo Movimento para o Socialismo (MAS) e pela Causa Radical (Causa R), na Venezuela; pela Frente Ampla (Frente Amplio), no Uruguai; pelo M-19, na Colômbia; e pelo Partido Radical, em Buenos Aires. Particularmente surpreendente foi a retumbante rejeição, por 70% dos eleitores do Uruguai, do programa de privatização do Presidente Luís Alberto Lacalle, no plebiscito de dezembro de 1992. O programa de privatização da Bolívia foi também posto de lado, neste caso devido à forte oposição sindical. E após a deposição de Fernando Collor, é também provável que a privatização e outros programas de reforma no Brasil sejam consideravelmente alterados, pois o sucessor de Collor, Itamar Franco, é um político tradicional de impulsos nacionalistas<sup>650</sup>.

Em pronunciamento à Câmara de Deputados em março, o Chanceler Fernando Henrique Cardoso, revelando reticências a uma integração hemisférica, defendeu a de âmbito regional sem vínculos exclusivos como havia “feito o México”:

O processo de integração regional não poderá privilegiar vínculos exclusivos, como tem feito o México com relação aos EUA. Seria uma opção empobrecedora. Essa postura não significa, contudo, abandonar a priorização de nossas relações com os EUA, nosso parceiro individual mais importante e com o qual o Brasil tem procurado desenvolver uma agenda positiva. As alternativas da Europa e do Pacífico devem ser enfatizadas. A Comunidade

Europeia, em conjunto, é nosso primeiro parceiro comercial, e o Pacífico é a área que cresce mais rapidamente no mundo atual. A regionalização aberta valoriza a contiguidade e favorece a globalização. Alimenta laços crescentes dentro de cada região, sem excluir o desenvolvimento de relações inter-regionais no seio de um sistema multilateral operante.

O NAFTA preocupava os diplomatas brasileiros. Em artigo em junho, Rubens Ricúpero, Embaixador em Washington, e Sérgio Amaral, Ministro-conselheiro naquela capital, alertavam para os riscos da concorrência mexicana no mercado dos EUA e a estadunidense no mercado do México: “uma comparação entre os países latino-americanos, sob o ângulo da similaridade das respectivas pautas de exportação para os EUA, mostra que o Brasil e o México apresentam o mais alto índice, 47%. Isso significa que 47% dos produtos que o Brasil exporta são também exportados pelo México. Por conseguinte, se apenas um deles fizer parte de uma área de livre-comércio com os EUA, o outro deverá perder mais acesso do que qualquer outro país da região; os EUA também concorrem com países latino-americanos nos mercados da região. O Brasil, por exemplo, compete com os EUA em todos os 219 produtos do nível de quatro dígitos que exporta para o México”<sup>651</sup>.

### 5.8.1.3. Rodada Uruguai do GATT

O Ministro Fernando Henrique Cardoso, ainda em novembro de 1992, alertou para os perigos de um fracasso da Rodada Uruguai o que, na sua visão, poderia “provocar uma guerra comercial sem precedentes na história do comércio internacional contemporâneo”. Alertou para que o Brasil se preparasse para tal eventualidade, embora torcesse para que os impasses fossem superados. O temido fracasso não ocorreu pois, no final do mês, durante encontro mantido na Blair House, em Washington, a CEE e os EUA alcançaram um acordo a respeito da agricultura na Rodada Uruguai, bem como de controvérsia que mantinham a respeito de sementes oleaginosas. Para evitar situação pior, o Brasil, como outros países, viu-se obrigado a aceitar o acordo entre europeus e norte-americanos<sup>652</sup>.

O Chanceler brasileiro afirmou, em artigo de janeiro de 1993, que, como *global trader*, o Brasil continuaria a defender a “conclusão satisfatória da Rodada Uruguai do GATT”, pois precisava de “regras consensuais e universais” que impedissem “a desordem nos termos de intercâmbio

mundial”. Ressaltou que, como “país industrializado e criativo”, o Brasil tinha “interesse em definir as regras concretas para os serviços”, e entre elas incluiu “a necessidade de aprovar-se uma lei de patentes nova”. Reiterou, ademais, sua oposição a tarifas externas restritivas ou proibitivas no âmbito do Mercosul:

Continuaremos a nos recusar a transformar o Mercosul num bloco fechado de livre-comércio. Não é do nosso interesse dispor de nível elevado de proteção externa, sobretudo porque o essencial de nosso comércio em bens tecnológicos e nossos principais mercados externos estão na América do Norte, na Europa e no Japão. Seria inconsistente com nossos princípios em matéria de eficiência e competitividade estabelecer tarifas externas restritivas ou proibitivas.

O Ministro Cardoso expôs, em maio, a situação naquele momento do relacionamento comercial brasileiro. Declarou que a melhor opção era o fortalecimento do sistema multilateral de comércio com a conclusão satisfatória da Rodada Uruguai do GATT. Renovou, nesse contexto, suas ressalvas à integração hemisférica ao chamar a Iniciativa para as Américas de mero “discurso de um ex-Presidente”:

O Brasil é um *global trader*. Em números aproximados, nosso comércio está assim distribuído: CEE, 27%; EUA, 21%; América Latina, 21%; Ásia, 14%. Há, portanto, uma diversificação de parceiros. Por isso, não podemos nos prender a esquemas rígidos de comércio. Para nós a melhor opção é o fortalecimento do sistema multilateral de comércio com a conclusão satisfatória da Rodada Uguai do GATT. É verdade que, individualmente, os EUA são o principal parceiro. Mas uma integração privilegiada com eles seria inviável, dado o próprio dinamismo e a própria vitalidade das nossas exportações para o mercado norte-americano, onde enfrentam não raro muitas restrições, como no caso dos produtos siderúrgicos. Os EUA não abrem o seu mercado para o Brasil. A Iniciativa para as Américas não passou de um discurso de um ex-Presidente, o NAFTA apenas dá seus primeiros passos, e a administração Clinton, depois de um silêncio de alguns meses, esboça agora a ideia de uma nova parceria no hemisfério. Não é o Brasil que tem as chaves das portas do mercado da América do Norte, até agora restrito, na América Latina, ao México. Outros países latino-americanos, como o Chile, que até há pouco pareciam ansiosos por aderir ao NAFTA, demonstram estar convencidos de que não se trata de um processo simples ou sujeito à mera vontade de participação. Para o Brasil, a prioridade é pois a consolidação do Mercosul, que não é só o âmbito de integração realizável no curto prazo, mas também

a plataforma a partir da qual reforçaremos a nossa articulação com outros centros da economia internacional<sup>653</sup>.

### 5.8.2. *Finanças*

O Chanceler Fernando Henrique Cardoso em 2 de novembro de 1992 resumiu a situação da dívida externa brasileira, considerando-a “equacionável”, tendo em vista sua proporção em relação ao PIB e o nível alto das reservas internacionais:

[...] A reestrutura da dívida comercial, cujo *term sheet* será em breve submetido à apreciação do Senado Federal, é a última peça de negociações delicadas nas quais regularizamos nossos atrasados, fechamos um acordo com o FMI, e renegociamos nossos débitos oficiais no Clube de Paris, no âmbito do qual já renegociamos a dívida com quatro países. A dívida total brasileira, considerando o endividamento externo e interno, é de aproximadamente 38% do nosso PIB, o que representa proporção perfeitamente equacionável. As reservas cambiais brasileiras, em nível sem precedentes, são indício sólido de que o mercado internacional reconhece os avanços realizados e confia no Brasil como atraente opção de investimento.

A partir de janeiro de 1993, o Brasil começou a negociar acordos bilaterais de promoção e proteção de investimentos. Em meados do ano, havia expectativa de que, até o final do ano, assinaria acordos com o Chile e a Itália. Estavam sendo coordenadas reuniões ainda com Alemanha, Portugal, França, Suíça, Reino Unido, Coreia do Sul e com os países-membros do Mercosul. Trinta países haviam manifestado interesse nesse sentido<sup>654</sup>.

### 5.9. O Serviço Exterior Brasileiro

O Ministro Fernando Henrique Cardoso, em 9 de outubro de 1992, pouco depois de assumir a chefia da diplomacia brasileira, reconheceu, como fizera seu antecessor, as dificuldades financeiras do Ministério. Notou que a falta de pagamento de despesas dos postos no exterior levava ao comprometimento da imagem do país:

Desde os primeiros momentos em que assumi a chefia da Casa, tenho dedicado atenção especial às questões administrativas, que tanto afetam a



ação institucional do Itamaraty, assim como de seus funcionários, no Brasil ou no exterior.

Estou consciente das dificuldades financeiras e disposto a empenhar-me para que o Ministério tenha meios de executar plenamente uma política externa que corresponda às aspirações de um país do porte do Brasil. Uma instituição que não salda despesas de suas Embaixadas e Consulados, deixando de honrar pontualmente suas obrigações contratuais, compromete a imagem que queremos ter de uma diplomacia moderna e confiável.

Apesar de vivermos época de grandes carências, cabe não perder de vista a necessidade de aperfeiçoamento da máquina administrativa. Deveremos fazê-lo sem planos demasiadamente ambiciosos ou inovações mirabolantes, mas valorizando o que esta Casa tem de melhor, que são seus recursos humanos.

É preciso que todos contribuam para esse processo. É necessário dar-lhes condições adequadas de trabalho e estímulo profissional, remotivar funcionários dos diversos escalões. Quero dar-lhe, a todos, um papel criativo e participativo em suas funções.

Por seu turno, o Secretário-Geral, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na mesma ocasião, mostrou otimismo ao notar que os principais problemas financeiros estariam encaminhados:

Recebo a Secretaria-Geral do Itamaraty com a satisfação de saber que estão encaminhados alguns dos principais problemas de natureza financeira que nos criaram constrangimentos e limitações. Quero aqui dar testemunho da firme determinação e ação de Vossa Excelência no sentido de dar ao Ministério das Relações Exteriores meios compatíveis com a boa execução de suas tarefas.

## 5.10. Síntese da gestão de Fernando Henrique Cardoso

Antes de completar um ano à frente do Executivo, Itamar Franco procedeu a uma reforma ministerial<sup>655</sup>. Em maio de 1993, o titular da Fazenda, Eliseu Resende, demitiu-se do cargo e o Ministro Fernando Henrique Cardoso foi, no dia 21, nomeado em seu lugar<sup>656</sup>.

Descrevo a surpresa, que me atingiu como um terremoto, do convite-convocação do Presidente Itamar Franco para que eu trocasse o Itamaraty

pelo Ministério da Fazenda, quando me encontrava em Nova York, voltando de missão oficial ao Japão.

Como Ministro das Relações Exteriores, eu estava em campanha pela recuperação do prestígio internacional do Brasil. Tarefa árdua. Com a inflação nas nuvens, por mais que dissesse (e fosse verdade) que os números da economia no setor privado eram bons, quem acreditaria? [...]

Na noite de 19 de maio fui jantar na casa do Embaixador brasileiro junto à ONU, Ronaldo Sardenberg, quando, na hora do brinde (feito à moda japonesa, no início da refeição), a esposa do Ministro, embaixatriz Célia, me pediu para atender ao telefone.[...] [o Presidente Itamar]colocou a questão :

- Você aceita ser Ministro da Fazenda?

Respondi que jamais pretendia a posição[...]

Voltei à mesa preocupado. [...]

Na manhã seguinte, [...] me chamaram do Brasil para dizer que eu fora nomeado Ministro da Fazenda<sup>657</sup>.

Fernando Henrique Cardoso permanecera na chefia do Itamaraty menos de oito meses. Pouco antes de deixá-lo, escreveu artigo sobre a política externa na sua gestão. Observou ter coincidido sua assunção da pasta do exterior com “uma grande transformação no Brasil”. Na sua opinião, “mais do que nunca”, a ideia de que o país era uma sociedade que desejava “firmemente preservar a democracia” reafirmara-se “internacionalmente com a crise do *impeachment*”. Ressaltou ter essa “afirmação democrática” aberto um “espaço grande” para atuação no exterior, na medida em que um dos valores que se tinha generalizado no mundo era “o respeito à vontade do povo e, na outra vertente do mesmo processo, o fortalecimento das preocupações e dos valores relativos aos direitos humanos”. Comentou a “profunda mudança” ocorrida no cenário internacional, ao se romper “toda a organização do equilíbrio mundial centrado na bipolaridade e no medo do holocausto nuclear”. A tal respeito, afirmou que, para o Brasil, o novo quadro criado com o fim da guerra fria retirava as “vantagens relativas de jogar com a dualidade de poderes”. Por outro lado, o país se deparava “com uma situação em que a nova ordem” ainda não estava configurada, a não ser pelo fato de que restara

uma superpotência que acumulava “soma incontestável de poder militar, econômico e tecnológico”<sup>658</sup>.

No balanço que fez, a seguir, das diversas ações de política externa que vinham sendo empreendidas, destacou ter o Presidente Itamar Franco em sua primeira viagem internacional ido à África, a Dacar, para reunião do Grupo dos Quinze. A respeito de críticas de “uma política terceiro-mundista” comentou:

Li, com pesar, comentários de que voltávamos a uma política terceiro-mundista. Isto é um contra-senso. Hoje, não se colocam as divisões entre Terceiro, Segundo ou Primeiro Mundo. Um país como o Brasil que se recusasse a dialogar com os outros países em desenvolvimento e, especialmente, os mais adiantados, que compõem o Grupo dos Quinze, estaria abdicando da possibilidade de atuar de forma afirmativa no cenário internacional. Ao mesmo tempo, alimentar a ideia de ser acólito do Grupo dos Sete, que reúne os países mais industrializados, é mera ilusão para um país como o nosso<sup>659</sup>.

Pouco antes de deixar o Ministério das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso anunciou quais deveriam ser as decisões que considerava importantes a serem tomadas:

A abertura da economia; a reforma do Estado; a atração dos investimentos estrangeiros; a aprovação da Lei de Patentes; a normalização das relações com a comunidade financeira internacional; a determinação na proteção do meio ambiente e dos direitos humanos – são todas políticas imprescindíveis que colocam o Brasil no rumo das tendências positivas do cenário internacional. A globalização da economia mundial e a universalização dos valores democráticos e do livre mercado constituem pontos de referência fundamentais<sup>660</sup>.

Em sua autobiografia, Fernando Henrique Cardoso diria de seu período como Ministro das Relações Exteriores que passava a maior parte de seu tempo nos contatos noutros países apresentando desculpas pela inflação e pela falta de capacidade de o país escolher uma política econômica e mantê-la<sup>661</sup>.

Poderia ser dito que, na breve gestão de Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty, destacaram-se: a Iniciativa Amazônica; a oposição brasileira à ampliação do bloqueio a Cuba (Lei Torricelli); a proposta de elaboração de uma agenda “revitalizada” para o diálogo bilateral com os EUA; a defesa da ampliação do intercâmbio com a CEE; a chefia brasileira

das forças de paz em Moçambique; a influência exercida junto aos EUA para o reconhecimento do governo de Angola; os entendimentos com a China para o lançamento do primeiro modelo de satélite sino-brasileiro; a defesa do retorno do Brasil ao CSNU, como membro não permanente; e a inauguração da sede da Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

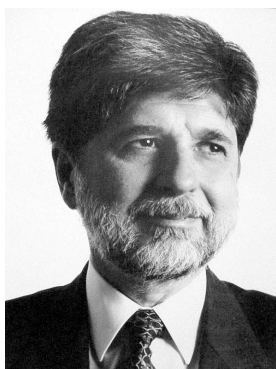
561. José Flávio Sombra Saraiva, O lugar da África, p. 222.
562. Fernando Henrique Cardoso, "Política Externa: fatos e perspectivas", in Política Externa, vol. 2, nº 1, junho 1993, p. 6.
563. Fernando Henrique Cardoso, "Política Externa: fatos e perspectivas", in Política Externa, vol. 2, nº 1, junho 1993, p. 6.
564. Fernando Henrique Cardoso, "Política Externa: fatos e perspectivas", in Política Externa, vol. 2, nº 1, junho 1993, p. 5.
565. Fernando Henrique Cardoso, Política Externa em Tempos de Mudança. p. 107.
566. Fernando Henrique Cardoso, "Política Externa: fatos e perspectivas", in Política Externa, vol. 2, nº 1, junho 1993, p. 5.
567. Fernando Henrique Cardoso, "Política Externa: fatos e perspectivas", in Política Externa, vol. 2, nº 1, junho 1993, p. 6.
568. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, pp. 131-2.
569. Fernando Henrique Cardoso, "Política Externa: fatos e perspectivas", in Política Externa, vol. 2, nº 1, junho 1993, p. 6.
570. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 292.
571. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 679.
572. Antonio Patriota, O CSNU após a Guerra do Golfo, p. 123.
573. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, p. 110.
574. Irene Pessoa de Lima Câmara, Em Nome da Democracia, p. 167.
575. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, p. 112.
576. Irene Pessoa de Lima Câmara, Em Nome da Democracia, p. 168.
577. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, p. 113.
578. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, p. 113.
579. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, p. 114.
580. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, p. 116.
581. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, p. 117.
582. Antonio Patriota, O CSNU após o Conflito do Golfo, p. 126.
583. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, p. 117.
584. Marclio Marques Moreira, Diplomacia, Política e Finanças, p. 188, nota 20.
585. Ney Canani, Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994), p. 73.
586. Ney Canani, Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994), p. 77.
587. Fernando Henrique Cardoso, "Política externa: fatos e perspectivas" in Política Externa, vol. 2, nº 1, junho 1993, p. 8.
588. Santos Neves, Carlos Augusto dos, "South América and the emerging blocs", citado in Bresser Pereira, Luís Carlos e Vera Thorstensen, "Do Mercosul à integração americana", in Política Externa, vol.1, no 3, dezembro 1992, p. 138.
589. Bresser Pereira, Luís Carlos e Vera Thorstensen, "Do Mercosul à integração americana", in Política Externa, vol.1, no 3, dezembro 1992, p. 136.
590. Guillermo Palacios, Intimidaciones, conflictos y reconciliaciones. México Brasil 1822 1993, p. 345.
591. J.A.S Grenville, a History of the World, p. 876.
592. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 619.
593. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 619.
594. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 619.
595. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 619.
596. Antonio Patriota, O CSNU após o Conflito do Golfo, p. 106.
597. Tony Judt, Postwar: A History of Europe since 1945, p. 674.
598. William J. Clinton, My life, p. P. 511.
599. William R. Keylor, The Twentieth Century World, p. 479.
600. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 639.
601. William J. Clinton, My life, p. 512.
602. William J. Clinton, My life, p. 508.
603. Paulo Tarso Flecha de Lima, Caminhos Diplomáticos, p. 323.
604. Chris Cook e John Stevenson. World History since 1914, p. 288.
605. José Flávio Sombra Saraiva, O lugar da África, p. 217.

606. Fernando Henrique Cardoso, "Política Externa: fatos e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 2, nº 1, junho 1993, p. 7.
607. José Flávio Sombra Saraiva, *O lugar da África*, p. 218.
608. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 619.
609. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 508.
610. Paulo Roberto C. Tarrisse da Fontoura, *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU*, p. 202.
611. Antonio Patriota, *O CSNU após a Guerra do Golfo*, p. 146.
612. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1988-1999*, p. 46.
613. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 513.
614. William J. Clinton, *My life*, p. 550.
615. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 619.
616. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 288.
617. Niall Ferguson, *Colossus*, p. 139
618. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 683
619. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 701
620. Madeleine Albright, *Madam Secretary – A Memoir*, p. 273.
621. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 211.
622. Paulo Tarso Flecha de Lima, *Caminhos Diplomáticos*, p. 323.
623. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 491.
624. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 497.
625. Fernando Henrique Cardoso, *Política Externa em Tempos de Mudança*, p. 160
626. Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Exterior*, no. 72, p. 212.
627. Fernando Henrique Cardoso, "Política externa: fatos e perspectivas" in *Política Externa*, vol. 2, nº.1, junho 1993, pp. 7-8.
628. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, 288. Segundo Afonso José Sena Cardoso, *O Brasil nas Operações de Paz da ONU*, 11, "em fins de junho de 1993, mais de 77.000 oficiais, soldados e policiais de 75 países sériam nas 14 operações de paz da ONU (ONU) então em atividade."
629. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 67.
630. Fernando Henrique Cardoso, "Política externa: fatos e perspectivas" in *Política Externa*, vol. 2, nº.1, junho 1993, p. 5.
631. Fernando Henrique Cardoso, "Política externa: fatos e perspectivas" in *Política Externa*, vol. 2, nº.1, junho 1993, p. 9.
632. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 552.
633. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 671
634. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 557.
635. John Young e John Kent, *International Relations*, p. 672.
636. Luiz Augusto de Araújo Castro, "Brasil-Argentina: medidas bilaterais de fortalecimento de confiança na área do controle de armamentos" in *Política Externa*, vol. 2, nº 2, setembro 1993, p. 75.
637. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 619 e Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 280.
638. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 678.
639. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 211.
640. Ney Canani, *Política Externa no governo Itamar Franco (1992-1994)*, p. 94.
641. Fernando Henrique Cardoso "Política externa: fatos e perspectivas" in *Política Externa*, vol. 2, nº.1, junho 1993, p. 9.
642. Ney Canani, *Política Externa no governo Itamar Franco (1992-1994)*, p. 52.
643. Ney Canani, *Política Externa no governo Itamar Franco (1992-1994)*, p. 51.
644. Ney Canani, *Política Externa no governo Itamar Franco (1992-1994)*, p. 53, com base em matéria do Estado de São Paulo de 21 de novembro de 1992.
645. Rubens Antonio Barbosa, "O Brasil e suas opções internacionais: a articulação entre o universal e o regional", *Política Externa*, Vol. 3, no.3, dezembro-janeiro-fevereiro 1994-95, p. 111.
646. Mônica Hirst e Leticia Pinheiro, "A política externa do Brasil em dois tempos", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 38, no.1, 1995, p. 15.
647. Fernando Henrique Cardoso, "Política Externa: fatos e perspectivas", in *Política Externa*, vol.2, nº 1, junho 1993, p. 5.
648. Luiz Carlos Bresser Pereira e Vera Thorstensen, "Do Mercosul à integração americana", in *Política Externa*, vol. 1, no. 3, dezembro 1992, p. 138.
649. Ney Canani, *Política externa no governo de Itamar Franco (1992-1994)*, p. 74.
650. Abraham F. Lowenthal, "América Latina: preparada para a parceria?", in *Política Externa*, vol. 2, no.1, junho 1993, p. 138
651. Rubens Ricúpero e Sérgio Amaral, "O NAFTA e o Brasil", in *Política Externa*, vol. 2, nº.1, junho 1993, p. 96.
652. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, pp. 97-8.
653. Fernando Henrique Cardoso, "Política externa: fatos e perspectivas" in *Política Externa*, vol. 2, nº.1, junho 1993, p. 8.

654. Fernando P. de Mello Barreto Filho, O Tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiros, p. 48.
655. Jornal da Tarde, 23 de setembro de 1993.
656. Ney Canani, Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994), p. 43.
657. Fernando Henrique Cardoso, A Arte da Política, pp. 16, 41 e 42.
658. Fernando Henrique Cardoso, "Política externa: fatos e perspectivas" in Política Externa, vol. 2, nº.1, junho 1993, p. 4.
659. Fernando Henrique Cardoso, "Política externa: fatos e perspectivas" in Política Externa, vol. 2, nº.1, junho 1993, p. 5.
660. Fernando Henrique Cardoso, "Política externa: fatos e perspectivas" in Política Externa, vol. 2, nº.1, junho 1993, p. 10.
661. Fernando Henrique Cardoso, "The Accidental President of Brazil. A Memoir.", p. 174.

## Capítulo VI

### Celso Amorim (Primeira Gestão)



*"[...] nossa política externa, se não deve ter arroubos que nos coloquem em posição que não corresponde à nossa realidade, não deve tampouco ter a humildade de quem está sempre na defensiva."*

Celso Amorim

Ao ser nomeado Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso transmitiu, em 21 de maio de 1993, a chefia interina do Itamaraty para o Secretário-Geral Luiz Felipe Lampreia. O Presidente Itamar Franco convidou para chefiar o Itamaraty José Aparecido de Oliveira, político mineiro (ex-Governador do Distrito Federal e ex-Ministro da Cultura) que exercia então o cargo de Embaixador em Portugal. O indicado aceitou o convite mas, em 21 de junho, foi internado para submeter-se a uma cirurgia e o cargo de Ministro do Exterior continuou a ser ocupado, interinamente, por Lampreia. Quando este saiu para posto no exterior, o Embaixador Celso Amorim o substituiu, em 30 de junho de 1993, na Secretaria Geral, isto é, na chefia interina do Itamaraty, uma vez que José Aparecido de Oliveira continuava enfrentando problemas de saúde e não tomara posse. Como tais problemas se agravaram, o Presidente Itamar Franco efetivou Amorim como titular do ministério<sup>662</sup>, tendo sua posse ocorrido, em 2 de setembro, juntamente com a do novo Secretário-Geral, Embaixador Roberto Abdenur. O novo titular da pasta explicou, em discurso, a situação singular em que assumia o cargo:

Quis o destino, em uma trama que não deixa de evocar um conto de Borges, que uma curiosa inversão de papéis, um jogo de espelhos me fizessem presidir

a cerimônia de posse do meu substituto e assumir aqui, neste momento, o papel que em meu discurso de 30 de junho último eu, carinhosamente, reconhecia com esperança e expectativa caber ao Embaixador José Aparecido de Oliveira.

\*

Celso Luís Nunes Amorim, nascido em Santos e criado no Rio de Janeiro, após se formar em primeiro lugar no Instituto Rio Branco (turma de 1963-1964), iniciou sua carreira diplomática (1965) e, logo depois, obteve Mestrado em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena (1967). Teve como primeiro posto a Embaixada em Londres, quando cursou a *London School of Economics*. Depois de servir na Missão junto à OEA em Washington, retornou ao Brasil, onde foi Assessor do Ministro de Estado, e, simultaneamente, professor no Instituto Rio Branco e na Universidade de Brasília. Depois de chefiar a Divisão de Difusão Cultural, presidiu a Empresa Brasileira de Filmes –Embrafilme. Ao deixar tal cargo, serviu como Ministro Conselheiro na Embaixada em Haia. De retorno ao Brasil, foi Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia e chefiou os Departamentos Cultural e Econômico. Como Embaixador, chefiou a Delegação do Brasil em Genebra. No que seria sua primeira gestão, exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores até o início do governo de Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1995<sup>663</sup>.

\*

O contexto nacional seria marcado pela preparação e depois pela exitosa implementação de plano de combate à inflação iniciado pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (fato que foi decisivo para que ele fosse eleito Presidente, posteriormente, em substituição a Itamar Franco) e levado adiante pelo Embaixador Rúbens Ricúpero que o substituiu naquela pasta em março de 1994. O plano de estabilização, conhecido como Plano Real, previa, entre outras medidas, a introdução de orçamento equilibrado e de uma nova moeda; a remoção do comportamento inflacionário pelo setor público; e a liberalização comercial para aumentar a concorrência. No final do primeiro trimestre de 1994, a segunda fase do plano foi implementada. Ao cair a inflação a números anuais de um só dígito, o Plano constituiria êxito, após o fracasso de várias tentativas anteriores.

\*

Sob a chefia de Celso Amorim, o Itamaraty acompanhou, entre meados de 1993 e início de 1995, fatos da cena internacional que mostravam, em alguns casos, ainda uma acomodação mundial após o fim da Guerra Fria. Na América Latina, teria relevância o empréstimo de US\$ 50 bilhões dos



EUA ao México, atingido por crise financeira. No Caribe, teria repercussão o envio de tropas lideradas pelos EUA para restaurar no poder Jean-Bertrand Aristide. No Oriente Médio, os fatos mais importantes seriam a assinatura de declaração de paz entre Arafat e Rabin e o ataque que Washington determinou contra o Iraque. Na África, o governo de Angola e a UNITA assinaram o Protocolo de Lusaca e na África do Sul, o Partido Congresso Nacional Africano, liderado por Nelson Mandela, venceu as eleições sul-africanas. Na Europa Oriental, chamaria atenção o ataque de forças russas contra a Câmara de Deputados em Moscou e contra a Chechênia. Em matéria de comércio internacional, os eventos mais destacados seriam a aprovação do NAFTA pelos parlamentos de EUA, Canadá e México; e, sobretudo, a conclusão exitosa da Rodada Uruguai.

### 6.1. Linhas gerais da política externa

Ao tomar posse como Secretário-Geral, em 30 de junho de 1993, o Embaixador Celso Amorim expôs pensamento sobre as “grandes linhas da política externa” em que destacou ser o Brasil país de vocação pacífica, respeitador das normas internacionais, fiel ao multilateralismo e à solução negociada de controvérsias, aberto ao diálogo e com atitude transparente ante a comunidade internacional. Em tom crítico aos “detentores do poder mundial”, destacou não abdicar o país de “seu direito de desenvolvimento econômico”.

Celso Amorim voltou a dar ênfase à questão do desenvolvimento ao afirmar, na cerimônia de posse como Ministro de Estado, em 2 de setembro, que a política externa do governo Itamar Franco era “voltada para o desenvolvimento do país, para a afirmação dos valores democráticos” e era “de cunho universalista”, “sem alinhamentos outros” que não aqueles “ligados à ética e aos interesses do povo brasileiro”<sup>664</sup>. Em declaração ao final do ano, reiterou a importância do país defender seus direitos ao ressaltar que a política externa, se não devia “ter arroubos” que colocassem o país em posição que não correspondesse à sua realidade, não devia “tampouco ter a humildade de quem está sempre na defensiva”.

O tema do desenvolvimento seria retomado, ainda em março de 1994, quando Celso Amorim sublinhou o papel do Brasil na construção de uma nova ordem internacional através da “defesa de uma efetiva democratização das relações internacionais, do legítimo direito dos países em desenvolvimento de acesso, para fins pacíficos, às tecnologias de

ponta, ditas “sensíveis”, e da reinserção do direito ao desenvolvimento como tema prioritário na agenda internacional”<sup>665</sup>.

Em artigo intitulado “Diplomacia e desenvolvimento”, no mês seguinte, o Ministro opinou ter a “predominante política neoliberal” frequentemente agravado dificuldades no campo social. Em outro artigo, intitulado “país precisa ter agenda externa própria”, Celso Amorim sintetizou como “características centrais” da atuação externa os seguintes “objetivos primordiais”: a busca do desenvolvimento do país, a formação dos valores democráticos, a defesa da paz e da segurança internacionais e a luta em favor de uma ordem global econômica e politicamente mais justa.

Em 1994, Celso Amorim afirmou que pela primeira vez a política externa não tinha “rótulos”, voltava-se “para o desenvolvimento do país, para a afirmação de valores democráticos” e tinha “sentido universalista”. Constituiu uma “política externa sem alinhamentos outros” que não aqueles “ligados à ética e aos interesses do povo brasileiro”. Asseverou também que, “por suas dimensões e por sua complexidade, pelos seu tecido social, pela composição étnica e cultural de sua população, não cabe em nenhum bloco, político ou econômico, ou em nenhuma área de influência”<sup>666</sup>.

## 6.2. Américas

No plano latino-americano, o Grupo do Rio continuaria a receber apoio brasileiro. Na cúpula realizada no Brasil em setembro de 1994, Itamar Franco ressaltou que a democracia constituía o “maior patrimônio” daquele foro plurilateral.

\*

Em dezembro de 1994, no final do governo Itamar Franco, já eleito o Presidente Fernando Henrique Cardoso, realizou-se, em Miami, a I Cúpula das Américas. Dela participaram Chefes de Estado ou de governo de 34 países americanos, ou seja, todos, exceto Cuba. Seria marcada pela decisão de criar uma Área de Livre-Comércio – ALCA, mas teria também relevância por ter aprovado documento sobre a promoção da democracia.

### 6.2.1. América do Sul

As relações bilaterais com os países da América do Sul foram, em parte, devotadas à ideia da criação de uma Área de Livre-Comércio Sul-Americana, conhecida pela sigla ALCSA.

\*

Ao tomar posse, em 2 de setembro de 1993, Celso Amorim anunciou que sua primeira viagem ao exterior seria à Argentina, ressaltando que se tratava de país com o qual o Brasil tinha e queria ter “uma relação absolutamente privilegiada”. Os poderes do governo de Menem para promulgar decretos de “emergência”, quando não houvesse consenso no Congresso para suas propostas de reforma, sofreram alguma redução quando a Constituição foi emendada como resultado do chamado Pacto de Olivos entre o governo peronista e o oposicionista Partido Radical. Em consequência, foi aprovada, em dezembro de 1994, medida que reduziu para quatro anos o período presidencial e a reeleição de Presidentes a um segundo mandato. A Casa Rosada prosseguiria sua política externa de aproximação de Washington, contrastando com o que Hirst e Pinheiro chamaram de “postura de relativo distanciamento” mantida pelo Brasil<sup>667</sup>.

\*

O Uruguai seria objeto de visita de Celso Amorim em setembro de 1993, apenas duas semanas após sua posse como Ministro de Estado. Assinou acordo que aprovou o Estatuto da Comissão Brasileiro - Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, em Montevidéu. Nas eleições de 1994, o ex-Presidente Sanguinetti obteve novo mandato de cinco anos. A eleição apresentara resultados próximos dos três candidatos entre os partidos Colorado, Blanco e a Frente Ampla (coalizão da esquerda), tendo os colorados de Sanguinetti vencido por pequena margem.

\*

O Paraguai democratizado continuaria a merecer atenção. Ao discursar na IV Reunião do Conselho do Mercosul, em Assunção, em 1º de julho de 1993, o Presidente Itamar Franco referiu-se à realização da eleição presidencial no Paraguai:

O Paraguai que nos acolhe se encontra em momento forte de sua história política. A eleição do Senhor Juan Carlos Wasmosy confirma a vontade de seu povo de viver dentro das difíceis, mas insubstituíveis, regras democráticas. Ao governo do Presidente Andrés Rodríguez deve ser creditado o respeito de seus

contemporâneos. Coube-lhe administrar, com inegável espírito de estadista, a transição, com a restauração das plenas liberdades cívicas em seu país.

\*

No Chile, na eleição de dezembro de 1993, Eduardo Frei, do Partido Demócrata Cristão, foi eleito Presidente para exercer mandato de seis anos, a partir de março do ano seguinte<sup>668</sup>. Seu governo se caracterizaria por desenvolvimento econômico baseado em execução de obras de infraestrutura através de associação com o setor privado e, no plano da política comercial, pela busca de acordos de livre-comércio com EUA, CEE e APEC. Obteria para seu país o *status* de membro associado do Mercosul.

\*

Na Venezuela, em 1994, Rafael Caldera venceu as eleições presidenciais nas quais as abstenções atingiram 40%. Com 78 anos de idade, Caldera iniciou mandato presidencial de cinco anos e, em fevereiro, tomou posse. De retorno ao cargo que ocupara uma década antes, Caldera restaurou controles cambiais e restabeleceu as políticas de seu mandato anterior. Em março, o Presidente Itamar Franco encontrou-se com Caldera na cidade de La Guaira, na Venezuela. Propôs-lhe que se transformasse “a separação da fronteira numa convergência para o desenvolvimento”. A economia venezuelana começou a se deteriorar e, enquanto tentava tomar medidas corretivas, Caldera perdoou o tenente-coronel Hugo Chávez e demais civis e militares que haviam tentado golpe de Estado contra o governo de Carlos Andrés Pérez.

\*

Na Bolívia, em agosto de 1993, o candidato da oposição, Gonzalo Sánchez de Lozada, venceu a eleição presidencial<sup>669</sup> à frente de uma coalizão de partidos. Promoveria uma agenda ousada de reformas econômicas que incluíam a venda ao público de metade do capital de empresas públicas, inclusive a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB)*, e outras nos setores de telecomunicações e de energia elétrica. Enfrentaria forte oposição por parte de alguns segmentos da sociedade que instigariam frequentes distúrbios sociais, em especial em La Paz e em Chapare, na zona de crescimento de coca. Em 1994, a YPFB e a PETROBRAS assinaram uma alteração ao acordo a respeito da construção de gasoduto para incluir, entre outras, cláusulas nas quais foram indicados como sócios adicionais do projeto, também a ENRON Corporation, do lado Boliviano e o grupo BTB do lado brasileiro (incluindo BHP, TENNECO Gas e BRITISH GAS).

Na Colômbia, o Presidente Cesar Gaviria continuava a enfrentar guerrilheiros, grupos paramilitares e traficantes de droga. Em janeiro de

1994, Itamar Franco encontrou-se com Gaviria em Letícia<sup>670</sup>. Em discurso para o colega colombiano, ressaltou a importância da assinatura pelo Ministro Amorim, meses antes, de memorando de entendimento para a criação de uma Comissão de Vizinhança entre os dois países e expôs-lhe sua ideia da formação de uma área de livre-comércio sul-americana. Após o final de seu mandato, Gaviria assumiu o cargo de Secretário-Geral da OEA. Vencedor das eleições em maio, Ernesto Samper, do Partido Liberal, tomou posse em agosto. Seu oponente nas eleições acusar-lhe-ia de recebimento de recursos financeiros de grupo de traficantes.

\*

No Peru, em outubro de 1993, o líder do *Sendero Luminoso*, Abimael Guzmán, e outros líderes presos assinaram acordo de paz com o governo de Alberto Fujimori. No mesmo mês, por plebiscito foi aprovada nova constituição que permitiu a reeleição do Presidente e criou a pena de morte para terroristas.

\*

O Presidente da República Cooperativista da Guiana, Cheddi Jagan, visitou o Brasil em novembro de 1993. Com 75 anos de idade, havia sido eleito um ano antes, depois de 28 anos na oposição. O Presidente Itamar Franco exprimiu-lhe satisfação pela reação guianense à proposta de assinatura de um Acordo de Complementação Econômica no quadro da Iniciativa Amazônica. Referiu-se à implantação do Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia e convidou a Guiana a “participar do esforço de implantação do SIVAM – SIPAM”.

### 6.2.2. América Central e Caribe

Cuba, Guatemala, Nicarágua e, sobretudo, o Haiti, continuariam a requerer a atenção da diplomacia brasileira na região da América Central e Caribe.

\*

As tropas soviéticas deixaram Cuba em 1993 e George H. W. Bush (pai) declarou triunfalmente que a ditadura cubana se desmoronava<sup>671</sup>. O governo de Havana iniciaria reformas para permitir alguma forma de livre mercado e o ingresso de investimentos externos<sup>672</sup>. As mudanças cubanas e a solidariedade latino-americana levavam a maior vocalização das posições brasileiras. Em intervenção que fez na discussão na ONU do ponto da agenda denominado “Necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro dos EUA da América contra Cuba”, em

4 de novembro, o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Representante Permanente do Brasil, citou decisão tomada pela III Cúpula Ibero-Americana que dispôs sobre a “necessidade de eliminar a aplicação unilateral, por qualquer Estado, com fins políticos, de medida de caráter econômico e comercial, sobre outro Estado”.

O governo brasileiro passou também a defender a reintegração de Cuba ao sistema interamericano. Em meados de 1994, o Presidente Itamar Franco ofereceu a mediação brasileira para agilizar esse processo<sup>673</sup>. A Argentina divergiu inicialmente da posição brasileira; o México e vários outros países latino-americanos aproximavam-se do Brasil na questão, enquanto o Chile acercava-se das ideias da Argentina no tema<sup>674</sup>.

Cuba revogou a proibição de emigração da ilha. Em antecipação de fluxo de refugiados cubanos, em agosto, a Flórida decretou estado de emergência<sup>675</sup> e Clinton determinou o fim de política de direito de asilo em vigor havia 30 anos<sup>676</sup>. Em artigo publicado naquele mês, o candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, previu manifestações anticubanas em Miami, apoiou os esforços brasileiros para a reintegração da ilha à América Latina e relatou seus próprios contatos em Washington para expressar opinião contrária ao bloqueio de Cuba:

[...] Miami é o ponto de concentração da maior parte dos refugiados cubanos, o que antecipa violentas manifestações anti-Cuba, país aliás excluído pelos EUA da reunião [Cúpula das Américas].

O Brasil, como demonstrou a recente viagem do Ministro Celso Amorim a Havana, tem feito grandes esforços para reintegrar Cuba à América Latina. Esta tem sido a atitude de muitos outros países do continente que, com orientações políticas as mais distintas, não aceitam o bloqueio e a exclusão que os EUA impõem a Cuba, em flagrante violação das normas do direito internacional e na contramão das tendências de distensão internacional e de busca da resolução dos conflitos pela via negociada.

Em minha viagem a Washington, em maio último, tive a oportunidade de explicar este ponto de vista na Câmara de Deputados e no Senado norte-americanos, bem como nas conversações que mantive com membros do governo, especialmente o subsecretário Alexander Watson e o conselheiro para assuntos de segurança do Presidente Clinton, Richard Feinberg<sup>677</sup>.

Itamar Franco exortou o Grupo do Rio a contribuir para a “gradual reinserção de Cuba no convívio regional”. Afirmou que “o processo

das reformas econômicas e o avanço das aberturas políticas” eram “responsabilidade do povo cubano” e que tal processo devia “ser apoiado por uma política de mão estendida”. Concluiu que nada se ganharia “com o continuado isolamento político e econômico daquele país”. O Grupo emitiu Declaração em que propunha, de um lado, uma transição pacífica para um regime democrático e pluralista, e de outro, o fim do embargo americano contra a ilha<sup>678</sup>.

O Ministro Celso Amorim informou a AGNU que o Brasil vinha se esforçando “em trazer a República irmã de Cuba ao pleno convívio interamericano e internacional, com base em uma política de mão estendida, de diálogo e de aproximação”. Declarou que o “isolamento político, econômico e comercial, além de injustificado”, somente contribuía “para aumentar o sofrimento do povo cubano”, em um momento em que o Brasil identificava “sinais positivos de reforma democrática e de reconciliação”. Concluiu que “a estática do confronto devia ceder à dinâmica do diálogo, pondo fim ao último resquício da Guerra Fria”<sup>679</sup>.

Escrevendo sobre a atuação de Itamar Franco com relação a Cuba, Celso Amorim diria:

Talvez a sua mais importante iniciativa no plano internacional tenha sido com relação a Cuba. Itamar compreendeu perfeitamente o anacronismo da política de isolamento imposto ao regime cubano e apontou, em discurso na Assembleia Geral da OEA, em Belém do Pará, em meados de 1994, os inconvenientes dessa atitude obtusa. [...] a atitude de abertura, que chamou de “dinâmica da cooperação” (no lugar da “estática da confrontação”), não ficou só na retórica. Em um gesto ousado, dadas as condições da época, Itamar escreveu a Fidel Castro, exortando-o a aderir ao Tratado de Tlatelolco sobre desarmamento nuclear na América Latina e Caribe, o que o dirigente cubano viria a fazer poucos meses depois. Na mesma correspondência - da qual tive a honra de ser portador -, Itamar conclamou Fidel a fazer algum gesto concreto em relação a direitos humanos. E coube a mim, naquela mesma ocasião, fazer o anúncio da decisão do governo cubano de convidar o Alto Comissário da ONU, o equatoriano Ayala Lasso, para visitar o país, o que igualmente viria a ocorrer pouco tempo depois. Essa visita iniciou um diálogo que, em outras circunstâncias, poderia ter trazido resultados. Infelizmente, episódios subsequentes, como as incursões de aviões de cubanos exilados em Miami no espaço aéreo de Cuba, impediram que a dinâmica se desenvolvesse. A inclusão de Cuba no “eixo do mal” e sua designação por Washington como um dos países patrocinadores do “terrorismo internacional” inviabilizaram a continuidade dessas tentativas de diálogo<sup>680</sup>.



\*

Na Nicarágua, a presidenta Violeta Chamorro manteve o irmão de Daniel Ortega, Humberto Ortega, como líder militar, sendo acusada por isso de apoio aos sandinistas. Em agosto de 1993, cerca de 400 ex-membros dos “contra” tomaram como reféns 38 membros de uma delegação do governo e exigiram a saída do governo de Ortega e outros graduados ex-sandinistas. Em retaliação, rebeldes sandinistas tomaram como reféns o Vice-Presidente Virgílio Godoy e outros 32 funcionários em Manágua. O Grupo do Rio, reunido no dia 23, expressou “preocupação com os acontecimentos, repudiou o uso de violência e intimidação, e exortou ao diálogo, chamando os grupos armados que retinham autoridades a liberarem seus reféns”<sup>681</sup>.

No dia 25, ambos os lados soltaram seus reféns que nada sofreram. Em 2 de setembro, a Presidente Violeta Chamorro declarou que substituiria Ortega em 1994, medida que irritou os sandinistas que ainda a apoiavam e pareceu retirar as esperanças de uma conciliação nacional.

\*

A situação diplomática do Haiti apresentava evolução aparentemente positiva. Entre finais de junho e princípio de julho de 1993, o enviado especial da ONU e da OEA, Dante Caputo, reuniu-se em *Governors Island*, Nova York, com o dirigente *de facto* General Raoul Cédras e, em separado, com o Presidente deposto Jean-Bertrand Aristide<sup>682</sup>. As conversações levaram a um acordo pelo qual Aristide retornaria ao Haiti em cerca de três meses e meio e designaria novo chefe das forças armadas. Dispunha ainda que o embargo seria suspenso assim que o novo Primeiro-Ministro assumisse seu cargo.

Tal como previsto no acordo, o CSNU suspendeu o embargo após a aprovação pelo Parlamento de um novo ministério (chefiado por Robert Malval) e o estabelecimento da *Mission des Nations Unies en Haiti* (MINUHA) com o objetivo de modernizar as forças armadas e criar nova força policial. Em outubro, porém, a MINUHA foi impedida de entrar no Haiti. Após uma série de incidentes ocorridos em setembro e outubro, a MINUHA, a MICIVIH e outras entidades internacionais deixaram o país.

As sanções econômicas contra o país, que haviam sido suspensas, foram, no dia 18 de outubro, novamente impostas. Pela decisão, o CSNU, além de reintroduzir o embargo de petróleo e de armas, congelou os bens do Haiti no exterior<sup>683</sup>. Em pronunciamento na sessão do CSNU naquela data, o Representante Permanente do Brasil junto à ONU, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, declarou o apoio condicionado às sanções:



[...] deparamos com a necessidade de enfrentar uma situação única e excepcional com medidas igualmente únicas e excepcionais, em particular a autorização do uso, por Estados-membros, de medidas que poderão incluir a interdição de tráfico marítimo destinado ao Haiti, com o propósito único e exclusivo de assegurar o respeito às sanções relativas a petróleo e armamentos contidas nas Resoluções 841 (1993) e 873 (1993).

[...] Nessas circunstâncias, após cuidadosa ponderação dos vários aspectos envolvidos na crise haitiana, o Brasil decidiu apoiar a resolução hoje aprovada, no entendimento de que não constitui e não constituirá precedente para o trabalho futuro da ONU.

Sardenberg resumiria as atividades do CSNU, então sob sua Presidência no mês de outubro, no tocante ao Haiti nos seguintes termos:

A questão do Haiti esteve muito em foco. No início do mês, começou a ser posicionada a UNMIH – Missão da ONU no Haiti, o que acabou não se completando em função de incidentes com civis armados. O Conselho reagiu à tensa situação que se formou com as resoluções 873 (1993), de 13 de outubro, que reimpôs, “circunstâncias únicas e excepcionais”, o embargo de petróleo e armas, e 875 (1993), de 16 de mesmo mês, que instituiu o bloqueio naval sobre aquele país, assim como de duas Declarações do Presidente do Conselho que visavam a criar melhores condições para a implementação do Acordo da Ilha dos Governadores.

Essa situação altamente instável levou-me a uma atuação intensa, na Presidência, junto ao grupo dos chamados amigos do Secretário-Geral para o Haiti (EUA), França, Canadá e Venezuela) e junto ao grupo de países de nossa região. Várias vezes, dirigi-me à imprensa para reafirmar a importância do Acordo da Ilha dos Governadores, condenar os acontecimentos em Porto Príncipe, inclusive os assassinatos então ocorridos, reafirmar a necessidade de uma solução democrática para a crise. Os trabalhos do Conselho confirmaram, neste caso, ser politicamente essencial, em questões de paz e segurança ligadas à América Latina e ao Caribe, associar os países da região e a OEA ao processo negociador dos projetos de resolução. Evidenciou-se também a delicadeza da tarefa de harmonizar as ações da ONU e da OEA em problemas desse tipo<sup>684</sup>.

O Brasil votou, em maio de 1994, a favor da resolução 917 que impôs embargo total do comércio de mercadorias com o Haiti<sup>685</sup> e

convidou Jean-Bertrand Aristide a participar das cerimônias de abertura do XXIV Período Ordinário de Sessões da AG da OEA, no mesmo mês, em Belém do Pará<sup>686</sup>. Naquela reunião, Celso Amorim renovou o apoio e a solidariedade do Brasil ao governo Aristide. Afirmou que o interesse central brasileiro continuava a ser “o respeito à vontade soberana do povo haitiano e o respaldo às suas legítimas aspirações a viver em paz e com dignidade”. Considerou que “soluções multilaterais” eram essenciais no caso haitiano.

Após negociações, a MICIVIH retornou ao Haiti. Denunciou violações de direitos humanos e enfrentou ameaças e dificuldades. O CSNU acrescentou embargo comercial às sanções, excetuando apenas medicamentos e alimentos. O governo de Raoul Cédras declarou que os integrantes da MICIVIH não eram bem-vindos e deu-lhes 48 horas para partir. O SGNU, preocupado com a segurança destes, após acordo com a OEA, decidiu evacuá-los do território haitiano.

O Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Roberto Abdenur, recebeu, em princípios de julho, Thomas McNamara, do Departamento de Estado dos EUA, que apresentou projeto de resolução do CSNU destinado a criar uma força militar multinacional e a ampliar o número de integrantes de mandatos da MINUHA. Abdenur informou que o Brasil não favoreceria uma intervenção militar de caráter unilateral, mas consideraria sua participação na MINUHA, desde que em mandato ampliado por decisão do CSNU<sup>687</sup>.

O CSNU condenou, em 12 de julho, a decisão do governo “ilegal” do Haiti de expulsar a missão em momento de “crescente violência indiscriminada contra a população civil”. No dia 14, a Embaixadora Madeleine Albright, Representante Permanente dos EUA junto à ONU, anunciou em conferência no Clube Nacional de Imprensa, que o Brasil havia concordado em integrar a força multinacional que ocuparia o Haiti<sup>688</sup>.

Celso Amorim afirmou, em conferência na cidade de Londres em julho, que os países do continente americano vinham tentando “criar um ambiente propício tanto à democracia quanto ao desenvolvimento”. Declarou que, nos “casos de flagrante violação à democracia, como no Haiti”, favorecia-se “o fortalecimento das sanções com o uso dos meios disponíveis às organizações internacionais, de acordo com os princípios das Cartas da ONU e da OEA”.

Os EUA decidiram, em meados de julho, pedir autorização para o CSNU para que uma coalizão chefiada por aquele país expulsasse “líderes ilegítimos” e organizasse eleições. No CSNU, liderados pelos EUA, alguns países propunham o envio de força multinacional para restaurar o governo

de Aristide. O Presidente Itamar Franco se opunha a essa ação dizendo que os poderes especiais do CSNU não deveriam ser invocados de maneira indiscriminada em nome da busca de meios mais rápidos em resposta a ataques à democracia porque isso violava os princípios básicos de coexistência pacífica entre países e os procedimentos ordinários da ONU.

A repressão no Haiti levava, no final de julho, a nova onda de refugiados por barcos e a suspensão de todos os voos comerciais. O General Raoul Cédras intensificara ações em desrespeito aos direitos humanos. Havia já então um ano que se comprometera a deixar o governo sem cumprir o prometido. O SGNU enviou emissário para tratar do retorno de Aristide ao Haiti, mas os líderes militares se recusaram a recebê-lo.

Segundo Madeleine Albright, seu governo encontrara dificuldade em convencer o Brasil e a Rússia para uma intervenção militar. Diante da resistência, Washington concordou em enfatizar que a situação era singular e que, se força fosse utilizada, não criaria um precedente<sup>689</sup>. Na semana anterior à votação, o Subsecretário de Estado americano Peter Tarnoff visitou o Brasil para pedir que não se opusesse à decisão. Tarnoff entregou carta de Clinton a Itamar Franco na qual o Presidente dos EUA considerou essencial o apoio do Brasil que qualificou de país líder no hemisfério. Argumentou que seria desejável não ter que utilizar força, mas também era desejável contar com autorização de forma a transmitir recado forte para os golpistas haitianos. De memorandum que acompanhou a carta, constou:

I realize that you are concerned about the precedent this operation might set in the Hemisphere. We understand and respect those concerns, which are shared throughout the Western Hemisphere. I can assure you that the situation in Haiti is unique. We do not foresee this particular combination of circumstances happening again. For example, a democratically-elected government was deposed by a small minority. In addition, under our proposal, the UN will endorse the operation at each step.

[...]

Brazil can best demonstrate its leadership and act to ensure that the multilateral character of the effort to restore democracy in Haiti by agreeing to participate in both the initial coalition and the follow-up UN force<sup>690</sup>.

Durante a deliberação na ONU, vários Embaixadores latino-americanos se opuseram à intervenção<sup>691</sup>. Ainda assim, o CSNU autorizou,

em 31 julho, pela Resolução 940, a composição de uma força multinacional que poderia empregar “todos os meios necessários” para facilitar a partida dos líderes militares e o retorno do Presidente legitimamente eleito. Com exceção da China, os demais membros permanentes (Reino Unido, França, Rússia e EUA) votaram a favor. Também favoreceram a Resolução os membros não permanentes (Espanha, Argentina, República Tcheca, Djibuti, Nova Zelândia, Nigéria, Omã e Paquistão), com exceção do Brasil. Ruanda não esteve presente na votação. A Resolução foi, portanto, aprovada por 12 votos a favor, duas abstenções (Brasil e China) e uma ausência (Ruanda).

O Brasil justificou sua abstenção por ter a resolução se baseado no capítulo VII da Carta da ONU, que trata de ações relativas à ameaça à paz, ruptura da paz e atos de agressão, e não no capítulo VI relativo à solução pacífica de controvérsias<sup>692</sup>. Em sua declaração do voto de abstenção quanto ao envio de uma operação de paz no Haiti, a delegação brasileira sublinhou as questões da soberania e da independência dos Estados<sup>693</sup>. Irene Pessôa de Lima Câmara assim resumiu a posição brasileira:

[...] não é surpreendente que o Brasil se tenha absterido na votação da resolução 940, que autorizou os membros do Conselho, em julho de 1994, a constituírem uma força multinacional e lançarem mão de “todos os meios necessários” para assegurar a implementação do Acordo da Ilha dos Governadores. Ao aprovar esta fórmula, o CSNU dava seu beneplácito a uma intervenção de caráter, de fato, unilateral, ferindo assim os compromissos de não intervenção, consagrados pelo Estado brasileiro no artigo 4 de sua Constituição e nas Cartas da OEA e da ONU<sup>694</sup>.

O representante brasileiro junto à ONU, em sua declaração de voto, observou que os desdobramentos da decisão eram “imprevisíveis” e seus riscos “não poderiam ser subestimados, tanto para a população do Haiti, quanto para a comunidade internacional”. Notou ainda que a região latino-americana não havia formado um consenso sobre a proposta<sup>695</sup>.

Ao avaliar o ocorrido, o Embaixador Ronaldo Sardenberg afirmou que a delegação dos EUA subestimara as preocupações brasileiras. Observou que em reunião do Grupo Latino-Americano e Caribenho-GRULAC realizada três dias antes da votação, ficara clara a dificuldade do projeto para todas as delegações, exceto Granada e Argentina<sup>696</sup>.

Constituiu-se a primeira vez em que a ONU sancionou a utilização de força para invadir um país para “restaurar a democracia”. Foi também

a primeira vez que os EUA buscaram e obtiveram apoio da ONU para intervenção militar nas Américas. O Embaixador do México, Víctor Flores Olea, afirmou que a resolução abria precedente extremamente perigoso no campo das relações internacionais uma vez que a crise não constituía ameaça à paz e à segurança internacionais. O Ministro do Exterior de Cuba, Roberto Robaina, declarou que a resolução ampliava os poderes do CSNU para além daqueles concedidos pela Carta. Assinalando que a situação no Haiti não ameaçava a paz e a segurança mundiais, o Representante Permanente do Uruguai, Ramiro Piriz Ballon, declarou que seu país não apoiava uma intervenção militar, unilateral ou multilateral.

A Argentina decidira enviar navios de guerra e, com o tempo, passou a aproximar-se da posição dos EUA, favorável a uma intervenção militar. O governo de Buenos Aires se ofereceu inicialmente a enviar militares para juntarem-se às forças lideradas pelos EUA. Entretanto, diante de descontentamento popular sobre a decisão, o Presidente Carlos Menem retirou sua oferta. Venezuela, Uruguai, Jamaica, Paraguai, Colômbia, Nicarágua e México opunham-se à ação desse gênero<sup>697</sup>.

Durante reunião do Grupo do Rio realizada entre 9 e 10 de setembro, Itamar Franco condenou “a atitude dilatória das autoridades *de facto* no Haiti”, “cuja intransigência” ameaçava “prolongar a situação de impasse e agravar o sofrimento da população haitiana”. Propôs “conduzir-se esforço político e diplomático” que levasse “aquelas autoridades a responderem sem demora ao chamado da comunidade internacional, abrindo caminho para a restauração do governo legítimo do Haiti”. Na reunião foi aprovada Declaração pela qual os membros do Grupo do Rio, sem mencionar os nomes de Raoul Cédras ou Aristide, clamaram aos que detinham “ilegitimamente o poder” a restituição do poder “aos Governantes legítimos e democraticamente eleitos”<sup>698</sup>.

Com as tropas estadunidenses preparadas para entrar no Haiti, o Presidente Bill Clinton decidiu, em meados de setembro, enviar equipe negociadora para persuadir as autoridades a deixarem o poder e permitir o retorno à regra constitucional. No dia 16, chegaram ao Haiti o ex-Presidente Jimmy Carter, Colin Powell e Sam Nunn para tentar a saída pacífica de Cendras e a aceitação de Aristide. Intermediaram acordo que dispôs sobre uma aposentadoria antecipada de vários líderes militares, o fim do embargo e a realização de eleições livres. Cédras concordou em deixar o poder apenas pouco antes de uma ação militar, uma vez que a força multinacional composta por 20 mil militares de 28 países, lideradas pelos EUA, começara deslocamento no Haiti. No dia 19, forças terrestres dos EUA aterrissaram sem oposição no Haiti<sup>699</sup>. Cédras prometeu

cooperar com o General americano Hugh Shelton que liderou a força multinacional<sup>700</sup>.

O Ministro Celso Amorim declarou na AGNU, em 26 de setembro, favorecer solução por meios pacíficos e não militares:

[...] preocupa-nos, [...], em favorecer uma solução duradoura para a crise haitiana com o retorno ao poder constitucional do Presidente Jean-Bertrand Aristide e a reconciliação nacional. Os esforços diplomáticos da comunidade internacional, que firmemente apoiamos, devem ter como marco de referência o pronto afastamento das autoridades *de facto* por meios pacíficos, únicos capazes de evitar maiores sofrimentos ao povo haitiano. É motivo de inquietação para nós que os princípios da não intervenção e da auto-determinação sejam objeto de interpretações incompatíveis com as Cartas da ONU e da OEA. A gravidade da crise haitiana e a urgência em resolvê-la não nos impedem de ver os riscos embutidos numa situação que evoca traumas e cicatrizes ainda vivos na memória da América Latina. Restabelecido o governo legítimo, caberá à comunidade internacional assistir o Haiti na desafiadora tarefa da reconstrução nacional<sup>701</sup>.

O Brasil se absteve também na votação da Resolução 944 do CSNU que decidiu, no dia 29, que seriam levantadas sanções contra o Haiti quando do retorno do Presidente Aristide<sup>702</sup>. Apenas a Rússia acompanharia o Brasil na abstenção<sup>703</sup>.

O General Cédras renunciou e deixou o país. Em 15 de outubro, o Presidente Aristide, depois de 1.111 dias no exílio, finalmente retornou a Port au Prince. Na mesma data, o CSNU aprovou a Resolução 948 por 14 votos a favor, nenhum contrário e uma abstenção (Brasil) pela qual aquele órgão expressou satisfação pelo retorno de Aristide ao Haiti, e reiterou que as sanções seriam levantadas. O Brasil se absteve sozinho, no que, como notou Antonio Patriota, “constituiu um comportamento sem precedentes em nossa longa história de participação nos trabalhos do CSNU”<sup>704</sup>. No dia seguinte, o embargo foi suspenso e logo a MICIVIH também retornaria para recomençar o monitoramento e promoção dos direitos humanos<sup>705</sup>.

\*

Na Guatemala, em 25 de maio de 1993, o Presidente Jorge Serrano dissolveu ilegalmente o Congresso e a Corte Suprema e tentou restringir liberdades civis, alegadamente para combater a corrupção. O Embaixador Baena Soares relatou em livro sobre sua gestão como Secretário-Geral da OEA, as diversas medidas tomadas por aquela organização diante da situação criada na Guatemala: a reunião no próprio dia 25 em que se aprovou

resolução, deplorando os fatos e instando ao restabelecimento das instituições democráticas; a constituição de uma missão de averiguação por ele chefiada para informar sobre a situação no país; a viagem da missão composta também dos Chanceleres do Uruguai (Sérgio Abreu), Barbados (Maurice King), e Nicarágua (Ernesto Leal), que viajaram rapidamente ao país; os encontros que a missão manteve com Serrano Elías na Casa Presidencial, entidades e personalidades do país; a conclusão de ter havido clara violação constitucional; e da segunda visita a Serrano que se comprometeu a restaurar o Congresso, reintegrar tribunais e aprovar lei de anistia<sup>706</sup>.

Serrano deixou o país em 1º de junho. Quatro dias depois, o Congresso elegeu Ramiro de León Carpio para completar o mandato presidencial. Nas palavras de Baena Soares, “14 dias depois de surgida a crise, fechava-se com êxito um capítulo na história do fortalecimento da democracia”<sup>707</sup>.

A Missão de Verificação de Direitos Humanos foi lançada em setembro e seus integrantes chegaram ao país em novembro. O Brasil participou da *Misión de Verificación de las Naciones Unidas en Guatemala* – MINUGUA, mediante a cessão de oficiais de ligação (militares) e observadores policiais<sup>708</sup>.

### 6.2.3. América do Norte

O Acordo de Livre-Comércio da América do Norte – NAFTA entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994. (No mesmo dia, na região sulina de Chiapas, grupos indígenas armados – *Zapatistas* – iniciaram um levante contra os efeitos daquele acordo e exigindo reforma social)<sup>709</sup>. O comércio bilateral entre Brasil e México parecia, no entanto, não ter sido afetado por aquele acordo setentrional. Na Cidade do México, em maio, Celso Amorim salientou a expressividade do intercâmbio entre os dois países que atingira, no ano anterior, a cifra de US\$ 1,3 bilhão. Notou que o México era então o terceiro maior comprador do Brasil na América Latina e, o Brasil, o primeiro para o México na região.

A situação mexicana logo sofreria percalços. Em agosto de 1994, Ernesto Zedillo foi eleito Presidente. Em dezembro, o governo mexicano desvalorizou o peso<sup>710</sup> o que causou pânico entre investidores estrangeiros<sup>711</sup>. Uma semana de crise cambial intensa foi estabilizada quando o Presidente Bill Clinton, em concertação com organizações internacionais, concedeu um empréstimo de US\$ 50 bilhões. Apesar desse incidente, o México era prestigiado pelo governo de Washington. Em artigo publicado em



dezembro de 1994, o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Roberto Abdenur, observava que o México ingressara na OCDE e deixara o Grupo dos 77<sup>12</sup>.

\*

A economia dos EUA em 1993 era duas vezes maior do que a do segundo país em escala mundial, isto é, a do Japão<sup>73</sup>. Ao assumir a Presidência do país no início daquele ano, Bill Clinton se veria, em matéria de política externa, nas suas próprias palavras, às voltas com questões relativas à Bósnia, Rússia, Somália, Haiti, Coreia do Norte e o comércio com o Japão. Segundo seu relato, perguntava-se então se a Rússia manteria a democracia e se integraria na UE e na OTAN, bem como indagava-se a respeito do futuro da Iugoslávia<sup>74</sup>.

Por ocasião da abertura da reunião de consultas entre Brasil e EUA sobre propriedade intelectual, realizada em julho em Brasília, Celso Amorim, ainda como Ministro interino, saudou com palavras firmes a delegação estadunidense chefiada pela Embaixadora Carmen Suro-Bredie, Representante Assistente de Comércio:

[...]Não posso, [...], deixar de afirmar que o governo brasileiro lamenta que essas consultas sobre propriedade intelectual tenham sido provocadas pela investigação que se realiza ao amparo da legislação comercial dos EUA, que cria uma expectativa e uma tensão desnecessárias e incompatíveis com o excelente nível geral de nosso relacionamento bilateral. [...]

Ao término das consultas, o Itamaraty divulgou nota em que afirmou que as consultas “revelaram-se úteis para o mútuo esclarecimento de questões específicas que incidem sobre as relações comerciais amplas, diversificadas e complexas”. Concluiu ter a reunião propiciado “intercâmbio extenso e profícuo”, e transcorrido em “clima franco e construtivo”.

Celso Amorim lamentou, em discurso que pronunciou na capital dos EUA, em 17 de dezembro de 1993, a incompreensão estadunidense dos feitos brasileiros em diversas áreas:

[...] há uma crescente percepção de que as relações bilaterais mudaram para pior.

[...] Nós brasileiros sentimos que nossos feitos nessas áreas [comércio, direitos humanos, meio ambiente, não proliferação] não são compreendidos, nem refletidos em atitudes concretas e positivas pelas grandes potências. Abrimos nossa economia, mas não nos foi concedido melhor acesso para nossos



principais produtos de exportação no mercado norte-americano [...]. Apesar do fortalecimento da democracia em nosso país e dos esforços do governo em punir violadores de direitos humanos, continuamos a ser objeto de escrutínio sem precedentes e de severas críticas por parte da imprensa e da opinião pública norte-americanas. Nosso compromisso firme com a não proliferação e o desarmamento não tornaram nosso acesso à alta tecnologia mais fácil.

O governo em Washington parece ter dado alguma atenção ao pleito e o Vice-Presidente americano, Al Gore, visitou o Brasil em março de 1994. Em discurso que lhe dirigiu, Celso Amorim afirmou que “a relação intensa e fluida” entre os dois países constituía “valor não somente para os dois parceiros mas também para a paz e a segurança internacionais”. Referiu-se à importância que o Brasil atribuía “à questão do acesso a tecnologias necessárias à nossa integração dinâmica na economia internacional, condição para o progresso e bem-estar de nosso povo”. Durante a visita foi assinado Protocolo para a Emenda e Prorrogação do Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia entre Brasil e EUA.

Hirst e Pinheiro opinaram que, no contexto latino-americano em que havia crescente convergência ideológica entre os países latino-americanos e Washington – em especial México, Argentina e Chile –, o Brasil seria percebido pelos EUA como o “país problemático da região”<sup>715</sup>. Essa não era a visão do Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Roberto Abdenur, que, em finais de 1994, assim definiria as relações Brasil-EUA:

As relações com os EUA da América encontram-se hoje em momento particularmente feliz. Foi bem encaminhado o contencioso em torno da questão da propriedade intelectual, restabeleceu-se a cooperação em áreas sensíveis de ciência e tecnologia. O Brasil foi incluído entre os chamados “mercados emergentes” prioritários para o relacionamento externo dos EUA. O Brasil é, em suma, um parceiro revalorizado aos olhos dos EUA<sup>716</sup>.

\*

No Canadá, depois de Brian Mulroney ter renunciado como Primeiro-Ministro em 1993, Kim Campbell tomou posse e se tornou a primeira mulher Primeira-Ministra do país. Permaneceu no poder apenas alguns meses e, nas eleições daquele ano, houve o colapso do Partido Conservador Progressista que ficou com apenas dois assentos no Parlamento, enquanto dois novos partidos políticos regionais se tornaram a oposição oficial: o *Bloc Québécois*, a favor da soberania do Québec, e o Partido da Reforma, que venceu nas províncias do Oeste canadense, sob plataforma em que seus membros se diziam cansados das ameaças

separatistas daquela província majoritariamente de origem francesa. Com o Brasil, dois temas dificultavam a agenda bilateral: no campo político, o caso de dois canadenses (Lamont e Spencer) que haviam participado do sequestro de empresário brasileiro seria objeto de campanha contrária a sua prisão no Brasil; e, no campo econômico, as dificuldades entre a agência canadense de financiamento a exportações e a empresa brasileira EMBRAER, prestes a ser privatizada.

### 6.3. Europa

A tradicional divisão da Europa, em oriental e ocidental, embora uma realidade geográfica, passaria a perder sentido político quando, em junho de 1993, foi acordado, em reunião do Conselho Europeu realizada em Copenhague que, a princípio, os países associados da Europa central e oriental que, assim o desejassem, poderiam se tornar membros do processo de integração europeu<sup>717</sup>. A aproximação entre a Europa Ocidental e a Oriental seria ainda mais reforçada com a possibilidade de adesão à OTAN aberta pelo programa lançado no governo Clinton em janeiro de 1994 denominado “Parceria para a Paz”. Previa este que países anteriormente do bloco oriental pudessem cooperar militarmente com a OTAN, permitindo assim a adesão àquele organismo de exércitos de países ex-membros do bloco comunista na Europa, assim como de qualquer das ex-repúblicas soviéticas ou países neutros<sup>718</sup>.

#### 6.3.1. UE

O Tratado de Maastricht entrou em vigor no mês de novembro de 1993, criando a UE com seus “pilares” inclusive o de relações exteriores. O processo de alargamento prosseguiria e, em março de 1994, foram concluídas negociações de acesso com Áustria, Suécia, Finlândia e Noruega.

Os Ministros do exterior do Mercosul e da UE reunidos em abril, em São Paulo, decidiram negociar um acordo mais amplo para conduzir a intercâmbio recíproco<sup>719</sup>. Em dezembro, representantes dos dois organismos regionais assinaram Declaração Conjunta Solene, na qual foi afirmado o interesse das duas partes em uma estratégia cujo objetivo final seria “uma associação política e econômica inter-regional”, que deveria incluir “a liberalização progressiva e recíproca de todo o comércio, tendo

em conta a sensibilidade de alguns produtos e de acordo com as normas da OMC<sup>720</sup>.

No âmbito interno da UE, em maio, o Parlamento Europeu aprovou a adesão da Finlândia, Suécia, Áustria e Noruega. Entre junho e outubro, por referendos, Suécia, Finlândia, e Áustria aprovaram a adesão à UE, e a Noruega tornou-se a exceção<sup>721</sup>. Durante o ano, a UE aceitou os pedidos de admissão da Hungria e da Polônia como candidatas a membro<sup>722</sup>.

Contatos diplomáticos bilaterais com membros da UE continuaram a ser realizados, destacando-se os havidos com Portugal, país com o qual o Brasil assinou em 1994, acordo para proteção recíproca de investimentos<sup>723</sup>.

\*

Em abril de 1994, o Presidente Itamar Franco recebeu o Primeiro-Ministro da República Tcheca, Václav Klaus, e, em maio, o Primeiro-Ministro da Romênia, Nicolae Vacaroiu. Ao chefe do governo tcheco, lembrou ter sido o Brasil o primeiro país a “manifestar sua disposição de estabelecer com o novo Estado relações de amizade e cooperação”. No encontro com o chefe do governo romeno salientou que a aproximação entre os dois países era favorecida pela cultura latina comum a ambos.

\*

Na Rússia, em 1993, houve crises políticas constantes, terminando, em 21 de setembro, com a decisão tomada por Yeltsin de dissolver o Parlamento. Um tribunal superior julgou que a Constituição fora violada e o Parlamento declarou nulo o decreto presidencial. Em seguida, embora com o quorum inferior ao exigido, os Deputados aprovaram o *impeachment* de Yeltsin e deram posse ao Vice-Presidente Alexander Rutskoy. Sem se abalar por esse ato, no dia 24, Yeltsin anunciou a realização de eleições em junho, enquanto o Parlamento decidiu o mesmo, mas para março. Yeltsin determinou então o corte da eletricidade, telefone e água quente do prédio do Parlamento. Seguiram-se confrontos nas ruas resultando em várias baixas. Finalmente, o exército resolveu apoiar Yeltsin e, no dia 4 de outubro, tropas cercaram o Parlamento e tanques bombardearam o prédio<sup>724</sup> até que os insurgentes se entregaram. O número oficial de mortos foi 145<sup>725</sup>.

Yeltsin concordou, em julho de 1994, em retirar tropas da Estônia até o final do mês seguinte<sup>726</sup>. Em agosto, a Rússia completou a retirada de tropas da Lituânia e da Estônia e, em setembro, das que se encontravam na Polônia. A retirada final das tropas soviéticas da RDA, em setembro, deu por terminada a presença da antiga URSS no Leste Europeu, completando o falecimento do Pacto de Varsóvia<sup>727</sup>.

O Ministro Celso Amorim realizou, em outubro, visita a Moscou. Rubricou com Andrei Kozirev, Ministro dos Negócios Estrangeiros da

Federação Russa, um Tratado sobre as Relações de Parceria entre o Brasil e a Rússia; um Protocolo sobre consultas entre as Chancelarias brasileira e russa; um Memorando de Entendimento na área de Meio Ambiente; e um Acordo de Cooperação para a Prevenção ao Uso e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.

A diplomacia russa lidava com várias questões prioritárias, entre as quais a repercussão, dos eventos na Chechênia e as importantes relações com a Alemanha e com os EUA. Em dezembro, cerca de 40 mil militares russos e centenas de tanques foram deslocados para a Chechênia num esforço para suprimir a rebelião separatista dirigida pelo Presidente Dzhokar Dudayev<sup>728</sup>. O governo alemão continuava a prestar assistência econômica tendo totalizado, entre 1990 e 1994, transferências no total de US\$ 71 bilhões para a URSS (posteriormente Rússia) e 36 bilhões para os antigos estados comunistas do Leste Europeu<sup>729</sup>. As relações entre Moscou e Washington atravessaram dificuldades por ter o governo de Yeltsin se oposto ao programa de Parceria para a Paz da OTAN, começado a guerra na Chechênia e ter vendido dois reatores nucleares para o Irã<sup>730</sup>.

\*

Nos Bálcãs, a situação continuaria a preocupar a comunidade internacional. O Brasil participava da UNPROFOR (*United Nations Protection Force* - Força de Proteção da ONU na Antiga Iugoslávia), e acompanharia o desenrolar dos acontecimentos.

Em 1993, quando irrompeu conflito armado entre o governo predominantemente bosniano (muçulmano) de Sarajevo e a República Croata de Herzeg-Bósnia (entidade não reconhecida internacionalmente que existia na Bósnia-Herzegovina desde 1991), cerca de 70% do país estaria controlado pela República Srpska (uma das duas divisões políticas da Bósnia-Herzegovina)<sup>731</sup>. Os países islâmicos, com apoio dos EUA, defendiam a suspensão do embargo de armas à Bósnia para que Sarajevo pudesse se defender. Projeto de resolução de levantamento seletivo do embargo foi proposto na ONU por um grupo heterogêneo de países (Cabo Verde, Djibuti, Marrocos, Paquistão e Venezuela). O projeto foi rejeitado, tendo votado a favor apenas o governo de Washington. Abstiveram-se Brasil, China, França, Hungria, Japão, Nova Zelândia, Rússia, Espanha e Reino Unido<sup>732</sup>.

O CSNU, em outubro, prorrogou por mais seis meses o mandato de forças de paz da ONU que se encontravam na antiga Iugoslávia<sup>733</sup>. O Embaixador Ronaldo Sardenberg, que presidia o CSNU naquele mês, registraria as frustrações da ONU no ano seguinte:

As questões vinculadas à antiga Iugoslávia, às quais o Conselho dedicou no correr do ano nada menos de 48 reuniões formais, foram uma fonte de constantes frustrações. A Bósnia-Herzegovina foi palco de contínuas hostilidades, enquanto as forças de paz se viram muito frequentemente atacadas e as partes em conflito não se mostraram cooperativas nem mesmo no que diz respeito a facilitar a prestação de assistência humanitária. Não só o mandato da UNPROFOR na região foi consistentemente prorrogado pelo Conselho, e os efetivos da mesma reforçados, alcançando hoje mais de 25 mil homens, mas ainda na Bósnia foram estabelecidas, infrutiferamente, “áreas seguras” em Sarajevo e outras cidades e foram os membros autorizados a usar “todos os meios necessários” para assegurar o cumprimento da proibição de voos militares. A Presidência dedicou-se intensamente à tarefa de aparar arestas entre membros do Conselho e a Croácia, que ameaçava pedir a retirada da UNPROFOR, com o objetivo de obter a anuência desta para a resolução 871 (1993), de prorrogação do mandato da força, o que foi obtido<sup>734</sup>.

No plano militar, no início de 1994, Sarajevo ainda estava sitiada e os bósnios-sérvios predominavam sobre os bosnianos. Em 4 de fevereiro, um ataque dos bósnios-sérvios a um mercado em Sarajevo<sup>735</sup> provocou reação internacional e levou a OTAN a começar a implementar a proibição de voos sobre a Bósnia e a proteger as tropas da ONU<sup>736</sup>. O ataque adicionou 69 mortes às dez mil já ocorridas durante o assédio<sup>737</sup>. No dia 28, aviões da OTAN derrubaram quatro aviões sérvios por terem violado a zona proibida. Foi a primeira ação militar daquela organização nos seus 44 anos de existência<sup>738</sup>.

Os EUA buscaram um acordo em Washington entre o Presidente da Croácia, Franjo Tudjman, e o Presidente da Bósnia-Herzegovina, Alija Izetbegovic<sup>739</sup>. Em março, aqueles dois líderes assinaram nos EUA um acordo para estabelecer uma federação nas áreas da Bósnia em que suas populações constituíssem uma maioria, e estabelecer um processo de confederação com a Croácia<sup>740</sup>. O acordo encerrou a guerra entre croatas e bósnios muçulmanos (bosnianos) e levou à criação de uma Federação Bosniano-Croata da Bósnia-Herzegovina, que absorveu o território da República Croata de Herzeg-Bosnia.

O conflito prosseguiria, entretanto, entre sérvios e bosnianos. Os primeiros entraram, em meados de abril, na cidade muçulmana de Goradze. A OTAN, conforme proposto pelos EUA, bombardeou novamente a Bósnia, desta vez para impedir o cerco daquela<sup>741</sup> área assegurada pela ONU. Os ataques aéreos surtiram efeito, tendo Goradze permanecido nas mãos de muçulmanos<sup>742</sup>. Os bósnio-sérvios bombardearam, em maio, os arredores de Sarajevo. No dia 26, aviões da OTAN bombardearam depósito de

munições perto de Pale. Os sérvios atacaram cinco dos seis refúgios assegurados pela ONU na Bósnia e tomaram como reféns 340 funcionários da organização. Em momento humilhante para a ONU, suas tropas foram colocadas como escudo humano em locais de possibilidade de ataque aéreo pela OTAN<sup>743</sup>. Em julho, o General Ratko Mladic, comandante do exército bósnio-sérvio, capturou Srebrenka que também constituía área assegurada pela ONU<sup>744</sup>. Em setembro, os Chanceleres de Bósnia, Croácia e Iugoslávia concordaram que a Bósnia continuaria como país único, mas com entidades croatas-bosnianas e sérvias compartilhando o território. Em outubro, as partes concordaram com um cessar-fogo<sup>745</sup>.

Os aliados se desentendiam. O governo britânico protestou, em novembro, contra os EUA por ter Washington unilateralmente deixado de cumprir embargo de armamentos à Bósnia<sup>746</sup>. Aviões americanos levaram medicamentos para Sarajevo e obrigaram o cumprimento de zona de voo não autorizado pela ONU. Os britânicos se opunham a ataques aéreos contra posições sérvias porque poderiam tornar vulneráveis as forças da ONU contra represálias sérvias. Os desentendimentos também eram domésticos, tendo Clinton se oposto a uma moção do Partido Republicano no Congresso de suspender o embargo de armas porque os aliados dos EUA na Europa Ocidental ainda resistiam a tal política. O Presidente americano continuou a pressionar países da Europa Ocidental para que tomassem medidas mais fortes contra os sérvios. Mas, em novembro, como os sérvios pareciam estar prestes a derrotar os muçulmanos e croatas em vários pontos, Clinton decidiu convocar as partes para uma conciliação.

#### 6.4. África

A situação política no continente africano apresentava mudanças. No final de 1994, 38 países africanos dispunham de sistema político multipartidário, o que representava quase uma quintuplicação do número existente cinco anos antes<sup>747</sup>. Angola e Moçambique continuariam a ter prioridade na política africana brasileira. A África do Sul era observada com especial atenção. Grandes crises ocorreriam na Somália, Burundi, Ruanda e Líbia.

\*

Em Angola, a guerra civil respondia por mil mortes por dia e as forças de Jonas Savimbi impediam que as do governo fornecessem alimentos e medicamentos a partes da população. Minas terrestres mutilavam dezenas de milhares de pessoas. Em julho de 1993, o Brasil apoiou a advertência por parte do CSNU ao líder da UNITA, acompanhada de ameaça de

embargo, caso este não abandonasse a ação militar e não respeitasse o resultado das eleições do ano anterior<sup>748</sup>. Em nota à imprensa, o Itamaraty salientou o caráter condenatório da Resolução quanto à UNITA.

Em agosto, a UNITA havia conseguido o controle de mais de 70% de Angola. Mas, no mês seguinte, o CSNU sancionou, pela Resolução 864, a proibição de venda de armas e combustíveis para aquela organização. Mudando a política dos EUA, o governo de Clinton emitiu uma ordem executiva naquele mês em que caracterizou a UNITA como “uma ameaça para os objetivos de política externa dos EUA”. A situação se modificaria, com êxitos militares do governo angolano que forçou a UNITA a negociações de paz.

O governo brasileiro salientou, em fevereiro de 1994, a necessidade de solução dos problemas “na moldura dos Acordos de Bicesse”, assinados 17 meses antes, e na obediência ao resultado das eleições”. Celso Amorim expressou, em abril, esperança de que negociações em Lusaka tivessem êxito, ressaltando que “o governo de Luanda vinha mostrando flexibilidade e boa-fé”. Os países-membros da CPLP, em reunião realizada em maio, reiteraram a preocupação com a guerra em Angola, pediram o cumprimento dos acordos de Bicesse e exortaram a ONU a constituir nova força de paz.

Nem o término da Guerra Fria, nem a suspensão do apoio dos EUA a Sawimbi e reconhecimento por estes do governo de Angola haviam trazido paz ao país<sup>749</sup>. Na AGNU, o Ministro Celso Amorim exortou a UNITA a se comprometer com a estabilidade e a paz em Angola<sup>750</sup>.

Os acordos de Lusaka, intermediados pela ONU, finalmente estipularam um cessar-fogo, o desarmamento de rebeldes da UNITA e a criação de um exército nacional composto de soldados de ambos lados<sup>751</sup>. Foram assinados pelo ex-Secretário-Geral da UNITA, Eugenio Manuvakola, e pelo Ministro do Exterior angolano, Venâncio de Moura, em 31 de outubro de 1994, sendo acordado o desarmamento e a integração da UNITA, bem como uma reconciliação nacional. Constituiria importante tentativa de terminar a guerra civil.

Em novembro, o governo havia obtido o controle de 60% do país e Sawimbi chamou a situação de “a crise mais profunda da UNITA desde sua criação”. Como parte do Protocolo de Lusaka, ambas as partes assinaram um cessar-fogo em 20 de novembro. Sawimbi comprometeu-se a desmobilizar suas forças armadas e converter seu movimento guerrilheiro em partido político em quatro anos<sup>752</sup>.

\*

Em Moçambique, a situação interna ainda preocupava no início de 1994. Em 19 de abril, Celso Amorim alertou para o risco de uma retirada



precipitada de tropas da ONU. O governo brasileiro anunciou, em junho, a participação do Brasil na missão de paz da ONU em Moçambique. Expressou na Assembleia Geral, em setembro, satisfação com os avanços alcançados em Moçambique:

Alegra-nos verificar os avanços alcançados em Moçambique. O processo de conciliação nacional culmina com as eleições gerais a serem realizadas em outubro vindouro, quando o povo moçambicano terá a oportunidade de escolher, em eleições livres e justas, o governo que estará à frente desse novo momento de sua história. É fundamental que a vontade popular expressa pelo voto seja respeitada em um quadro de observância estrita das regras democráticas. O Presidente Joaquim Chissano tem desempenhado um papel central nesse processo. É motivo de orgulho para o Brasil o fato de que as tropas brasileiras estejam contribuindo para a reconstrução de Moçambique através da ONUMOZ<sup>753</sup>.

Em novembro, realizaram-se eleições em Moçambique, reconhecidas pela maior parte dos partidos como tendo sido livres e justas, embora contestadas por alguns observadores. Venceu a FRELIMO, chefiada por Joaquim Chissano, enquanto a RENAMO, liderada por Afonso Dhlakama, correu como oposição oficial.

\*

Na África do Sul, após anos de negociações, em julho de 1993, foi concluído projeto de Constituição, com concessões para todas as partes envolvidas: um sistema federal, direitos iguais de votos independentemente de raça e um legislativo com duas câmaras. Em outubro, a AGNU cancelou sanções econômicas contra a África do Sul, permanecendo o embargo de armas até a realização de eleições<sup>754</sup>. Naquele mês, F. W. de Klerk e Nelson Mandela receberam em conjunto o Prêmio Nobel da Paz<sup>755</sup>. O Presidente Itamar Franco enviou cartas a ambos.

A comissão multirracial aprovou, em novembro, uma constituição provisória para o país. Abolia os territórios negros pseudo-independentes e estabelecia uma Assembleia Nacional democraticamente eleita que deveria escolher o Presidente e ter funções legislativas e de assembleia constituinte. Eleições nacionais multirraciais foram agendadas para abril de 1994<sup>756</sup>. O Ministro Celso Amorim expressou a satisfação brasileira com a transição, mas também a preocupação com alguns desenvolvimentos:



[...] reitero a grande satisfação do governo brasileiro com a transição democrática na África do Sul, processo que deverá culminar com o pleito multirracial de 27 do corrente mês. Não escondo, entretanto, a preocupação brasileira com o crescimento da intolerância e do radicalismo naquele país. Apelamos para que todos os segmentos da sociedade sul-africana se empenhem em prol do objetivo maior de plena e pacífica democratização do país, que passa necessariamente pelo respeito ao resultado da disputa eleitoral. O soerguimento de uma nova África do Sul significa sua total reinserção, em bases de crescente cooperação, no continente e no mundo.

As eleições se realizaram pacificamente e na forma agendada<sup>757</sup>. Tiveram caráter totalmente multirraciais e com sufrágio universal. Deixando o Partido Nacional (NP) e o *Inkatha Freedom Party* para trás, o partido Congresso Nacional Africano - ANC foi o mais votado com 62.6% dos votos, ganhando assim o direito de formar um governo pela primeira vez. Em 3 de maio, por nota à imprensa, o governo brasileiro congratulou-se pela realização das eleições e Itamar Franco enviou mensagens ao líder do ANC, Nelson Mandela, e ao Presidente F. W. de Klerk.

Nelson Mandela formou um governo de unidade nacional, composto do ANC, bem como dos perdedores, Partido Nacional e *Inkatha*. Em 10 de maio, em Pretória, Mandela tomou posse como novo Presidente da África do Sul e Thabo Mbeki e F. W. de Klerk como seus Vice-Presidentes. Celso Amorim representou o Brasil na cerimônia de posse<sup>758</sup>. O Chanceler brasileiro discorreu, em artigo no mês seguinte, sobre as possibilidades de cooperação bilateral que se abriam entre o Brasil e a África do Sul democrática.

\*

Na África Oriental, a Somália seria palco de graves ocorrências. Em 22 de setembro de 1993, o CSNU aprovou resolução reforçando a importância de levar adiante uma estratégia política e econômica. Em seu pronunciamento, a Embaixadora dos EUA, Madeleine Albright, nem mencionou o líder das milícias, General Mohamed Farrah Aidid, para “despersonalizar” o conflito<sup>759</sup>.

No início de outubro, houve centenas de mortos nas lutas entre forças americanas e a milícia de Aidid<sup>760</sup>. Clinton aumentou o contingente militar no país e autorizou missão a negociar com Aidid a liberação de piloto de helicóptero capturado, em troca de não retaliar contra a milícia somaliana<sup>761</sup>. A intervenção dos fuzileiros para impedir a luta entre milícias terminaria com imagens do corpo do piloto sendo arrastado pelas ruas de Mogadíscio<sup>762</sup>.

O Embaixador Ronaldo Sardenberg que, como Representante Permanente do Brasil junto à ONU, presidia o CSNU naquele mês, relatou a atuação daquele órgão durante o episódio:

Naquele mês, os acontecimentos se precipitaram na Somália. Tudo que havia de opaco no mandato da força de paz, conhecida como UNOSOM II- Operação da ONU na Somália, tal como aprovado sem discussão pela resolução 814 (19930 em março, todas as ambiguidades na inter-relação entre as forças norte-americanas e a operação de paz propriamente dita e todas as incongruências na cadeia de comando desta última vieram a público, com os violentos incidentes de 3 de outubro, em Mogadíscio, que envolveram as forças norte-americanas e elementos leais ao General Aidid. Foi posta definitivamente em cheque a presunção da validade política do uso da força para impor a paz na Somália, adotada pelo Conselho na resolução 794 (19920 de dezembro, que autorizava “o uso de todos os meios necessários para estabelecer um ambiente seguro para as operações de assistência humanitária na Somália”, linguagem que rememorava a adotada anteriormente com relação ao Iraque. A reação do Conselho a esses acontecimentos foi, no essencial, de choque; agudizaram-se as divergências entre o Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali e o governo dos EUA; os ocidentais, com os norte-americanos à frente, explicitaram suas intenções com relação à retirada de seus efetivos da Somália’ começou-se a falar da necessidade de uma solução regional para o problema; congelou-se ou adiou-se o debate sobre o fundo da questão no próprio Conselho<sup>763</sup>.

Em 18 de novembro, o CSNU prorrogou o prazo do mandato das forças de manutenção de paz da ONU baseadas na Somália<sup>764</sup>. Em dezembro, os EUA começaram a retirar tropas daquele país<sup>765</sup>. Aumentavam as demandas internas de que as forças fossem retiradas e Clinton determinou que estas deixassem o país até março de 1994. Naquela data todas as tropas americanas de fato haviam se retirado, permanecendo a força de paz da ONU por mais um ano<sup>766</sup>. Quando o mandato da UNOSOM II terminou, seu resultado foi considerado um fracasso<sup>767</sup>. Seguir-se-iam anos de conflitos entre o exército e seus opositores. Madeleine Albright reconheceria não terem sido fornecidos os meios para atingir os objetivos estabelecidos para resolver a crise na Somália<sup>768</sup>.

\*

No Burundi e em Ruanda se desenvolveria uma das mais dramáticas situações naquele momento, constituindo-se outro grave desafio para a comunidade internacional. O Brasil teria atuação diplomática no âmbito do CSNU e participaria da Missão de observação da ONU em Uganda -

Ruanda – UNOMOR, força de paz criada para assegurar a desmilitarização da fronteira entre aqueles dois países.

No Burundi, a situação teve origem em junho de 1993, quando se realizaram as primeiras eleições presidenciais multipartidárias desde a independência, vencidas por Melchior Ndadaye, hutu e líder da Frente para a Democracia. Ndadaye buscou diminuir as tensões raciais entre hutus e tutsi em seu país e nomeou Sylvie Kinigi, uma tutsi, para o cargo de Primeira-Ministra. Criou resistências, entretanto, ao tentar diminuir as desvantagens que a minoria hutu havia sofrido em anos de domínio tutsi.

Em Ruanda, o regime militar hutu enfrentava rebeldes tutsi baseados em Uganda. Em agosto, em reunião realizada em Arusha na Tanzânia, foi acordada paz mediante a promessa de participação tutsi no poder, a organização de um governo de transição e a realização de eleições. A partir daquele mês, o Brasil cederia observadores militares e uma unidade médica à UNOMOR<sup>769</sup>.

No dia 5 de outubro, foi votada no CSNU resolução sobre a força de paz, UNAMIR (*United Nations Assistance Mission for Rwanda*). Dois dias antes, os EUA haviam sofrido o fracasso da operação na Somália e decidiram bloquear um mandato amplo para a operação em Ruanda, buscando reduzir o tamanho das tropas a um mínimo. Havia uma “fadiga de doadores” após o suprimento de tropas para Somália, Camboja e a antiga Iugoslávia. As unidades da ONU chegariam a Ruanda, no mês seguinte, subarmadas, subfinanciadas e com mandato de mera observação<sup>770</sup>.

O Presidente Ndadaye, do Burundi, foi morto, em 21 de outubro, durante uma tentativa de golpe por oficiais tutsi. Foi sucedido por Cyprien Ntaryamira que não conseguiu conter a onda de violência étnica. O Embaixador Ronaldo Sardenberg assim relataria como foi tratada a questão do Burundi em outubro no CSNU, órgão que ele então presidia:

Outubro foi, também, o mês do golpe de Estado no Burundi e de indescritíveis violências naquele país, inclusive o assassinato de seu Presidente democraticamente eleito e de muitos outros membros do governo. Esses acontecimentos – de natureza interna como outros sob exame pelo Conselho – vieram na esteira dos incidentes de Mogadíscio, o que levou o Conselho, alterando o padrão que até então seguira, a adotar atitude de extrema prudência e de buscar fossem adotadas medidas com a interveniência dos países africanos<sup>771</sup>.

O General canadense Romeo Dallaire que chefiava a UNAMIR, alertou a sede da ONU em Nova York, em fevereiro de 1994, de que milícias

hutu preparavam-se para violência maciça. Havia naquele momento, como observaria Madeleine Albright, tensões em várias outras partes do mundo: Bósnia, Somália, Haiti, Geórgia, Azerbaijão, Armênia, Angola, Libéria, Moçambique, Sudão, Camboja, Afeganistão e Tadjiquistão, além da crise sobre o cumprimento das resoluções pelo Iraque. Ruanda não estava nas prioridades do CSNU naquele momento<sup>772</sup>.

O Presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira, e o Presidente de Ruanda, Juvenal Habyarimanaos, morreram em 6 de abril, quando o avião em que ambos viajavam foi atacado por um foguete. No Burundi, a morte de um segundo Presidente em seis meses levou a uma intensificação da violência<sup>773</sup>. No dia seguinte, os hutus deram então início ao maior massacre africano. Extremistas armados de facções de mato atacaram, mataram ou mutilaram homens, mulheres e crianças. No total 800 mil tutsis e hutus moderados foram massacrados. Quando o ataque começou, o comandante das forças da ONU, Roméo Dallaire, pediu reforços para seus 2.500 militares, mas o pedido não foi atendido<sup>774</sup>. A força armada tutsi no norte de Ruanda, com apoio de Uganda, revidou o ataque rapidamente, derrotou o exército hutu e tomou o poder em Ruanda. Muitos hutus fugiram para o Congo. Mais de um milhão de refugiados receberam ajuda humanitária da ONU<sup>775</sup>.

Após os massacres no Burundi, a liderança hutu em Ruanda, ameaçada pela força invasora tutsi no norte ruandense, decidiu realizar o genocídio de mais de 2 milhões de tutsi que viviam em Ruanda<sup>776</sup>. Nos meses seguintes, entre 500 mil e um milhão de ruandeses, na maioria tutsi, foram mortos. Celso Amorim, em 19 de abril, expressou “a preocupação com a situação em Ruanda e apelou para que cessasse”.

Na ONU, discutia-se a redução da capacidade da UNAMIR ou sua retirada do país. Em 20 de abril, o SGNU, Boutros Ghali, sugeriu o envio de tropas a Ruanda para impor um cessar-fogo e restabelecer a ordem. Os EUA mantinham posição restritiva em relação a operações de paz. Mas a situação de violência levou o CSNU a reexaminar a questão em 17 de maio, tendo se decidido ampliar o mandato da UNAMIR, aumentar seus integrantes para 5.500 pessoas, e impor embargo de armas.

A situação continuou a se agravar e, na opinião do Embaixador Ronaldo Sardenberg, expressa em junho, Ruanda, tornara-se “um caso claro de genocídio”<sup>777</sup>. No dia 22 daquele mês, o CSNU reuniu-se novamente para aprovar a resolução 929 que criou uma “operação multinacional de finalidade humanitária” comandada pela França. Como se referia ao Capítulo VII da Carta da ONU, não contou com o voto do Brasil, que se absteve. Votaram a favor dez países, tendo igualmente se absterido China,

Nigéria, Nova Zelândia e Paquistão<sup>778</sup>. A aprovação foi obtida apenas por um voto a mais do que os nove necessários<sup>779</sup>. Em discurso na sessão do Conselho, o Brasil considerou que devia ser feito o possível para evitar a invocação dos poderes extraordinários do Capítulo VII da Carta<sup>780</sup>.

Tanto Ruanda quanto Burundi seriam objeto de golpes em julho. Em Ruanda, o *Rwandese Patriotic Front* – RPF, liderado pelo General Paul Kagame, tomou conta do país e, em 4 de julho, derrubou o governo de Jean Kambanda ao tomar a capital Kigali<sup>781</sup>. No Burundi, no dia 25, militares tutsi, chefiados pelo Major Pierre Buyoya, tomaram o poder, suspenderam o parlamento e fecharam as fronteiras do país. Cerca de dois milhões de hutus fugiram do país para buscar segurança, tornando-se refugiados em países vizinhos. Milhares de pessoas morreram de fome e doenças em campos de refugiados.

O CSNU criou, em novembro, pela Resolução 955, um tribunal internacional para acusar e julgar as pessoas responsáveis pelo genocídio e outras violações do direito internacional humanitário em Ruanda<sup>782</sup>. A delegação de Ruanda votou contra e a da China se absteve. Nas palavras de Antonio Patriota, o Brasil não se opôs à criação do Tribunal “em vista do caráter excepcional da brutalidade que se alastrara em Ruanda”<sup>783</sup>.

\*

Na África setentrional, a questão de sanções à Líbia voltaria a ser examinada na ONU. O Embaixador Ronaldo Sardenberg, que exercia a Presidência do CSNU em outubro de 1993, assim se expressou sobre o tratamento da questão da Líbia naquele foro:

Durante todo o mês, foram mantidas consultas bilaterais a propósito do possível reforço das sanções contra a Líbia determinadas pela resolução 748 (1992) – o que afinal veio a ocorrer em novembro com a resolução 883 (1993) – tendo em vista sua recusa em cumprir a resolução 731 (1992), que determinava a entrega dos dois acusados da ação terrorista responsável pelo desastre aéreo de Lockerbie, na Escócia. Nesse contexto, e na infrutífera busca de uma solução negociada, realizei contactos não só com os Representantes Permanentes dos EUA, Reino Unido e França, co-patrocinadores da resolução mais adiante adotada, mas também com a Líbia, na pessoa, inclusive do Ministro do Exterior, Senhor Omar Mustafá El-Muntasser. Os co-patrocinadores, enquanto estes e outros contactos eram mantidos, exerceram sua prerrogativa de retardar a consideração do tema<sup>784</sup>.

Em novembro, pela Resolução 883, o CSNU, diante do não cumprimento pela Líbia das resoluções adotadas no ano anterior,

decidiu ampliar as sanções contra a Líbia. Conforme descrição do Embaixador Gelson Fonseca Jr., ao ampliar o regime de sanções – mediante o congelamento de fundos líbios no exterior e a proibição de fornecimento de material para a indústria petrolífera líbia – a Resolução 883 também estendeu os parâmetros para a suspensão e levantamento do regime de sanções uma vez que os suspeitos fossem transferidos para julgamento<sup>785</sup>.

## 6.5. Oriente Médio

No Oriente Médio, o conflito árabe-israelense (inclusive a questão palestina) e a crise de desarmamento do Iraque continuariam a ocupar a agenda internacional e da região.

\*

O Primeiro-Ministro de Israel, Itsak Rabin, deu cuidadosa aprovação para contatos secretos entre acadêmicos de Israel e líderes da OLP<sup>786</sup>. Nas negociações secretas em Oslo, em 1993, Arafat, através do negociador Abu Alaa, reivindicara Gaza e a cidade de Jericó na Cisjordânia. Tinha esperança de que a criação de uma entidade política palestina levasse a total soberania. Israel, no entanto, tinha outro objetivo, tal como expressou o negociador Uri Savir, isto é, garantir a segurança. Em julho, Arafat aumentou as demandas palestinas e Israel cedeu ao oferecer, pela primeira vez em 29 anos, reconhecer oficialmente a OLP.

A maioria das negociações para esse acordo foi levada a efeito em um hotel em Paris. Em agosto, o acordo que foi assinado em segredo por Shimon Peres quando em visita a Oslo. Os palestinos e israelenses ainda tinham um obstáculo: não havia sido acordada a linguagem de um acordo mútuo pelo qual a OLP reconheceria o estado de Israel e renunciaria à violência, e Israel reconheceria a OLP como autoridade oficial palestina, permitindo a Yasser Arafat retornar para a Cisjordânia. No dia 30, as negociações foram tornadas públicas para surpresa de muitos, aparentemente inclusive de Washington.

O Presidente Clinton decidiu convocar as partes para uma reunião em que foi assinada a Declaração de Princípios de Oslo<sup>787</sup>. Em 13 de setembro, o líder da OLP Yasser Arafat e o Primeiro-Ministro israelense Itsak Rabin apertaram as mãos em Washington D.C., após assinar o acordo de paz<sup>788</sup>. O documento continha declaração inicial de que as duas partes concordavam em ter chegado o momento de terminar décadas de confrontação e conflito, reconhecer legítimos direitos políticos

mútuos e alcançar entendimento de paz justa, duradoura e abrangente<sup>789</sup>. A declaração dispôs sobre uma Autoridade Palestina autônoma dirigida por um conselho eleito que existiria por um período de transição de cinco anos, enquanto se negociasse o *status* de Jerusalém e das colônias judias. Os palestinos poderiam governar e policiar Gaza e Jericó<sup>790</sup>.

Opositores árabes ao Acordo de Oslo argumentaram que este não mencionava um estado palestino independente; não apresentava acordo sobre fronteiras; não mencionava troca de terras por paz; não se referia ao direito palestino a indenização; e não estabelecia divisão de recursos aquíferos nem definia o *status* de Jerusalém, que Israel reivindicara como capital em julho de 1980. Além disso, não restringia o estabelecimento de colônias na Cisjordânia ou em Gaza<sup>791</sup>. Do lado israelense, Benjamin Netanyahu, do Likud, considerou que Rabin havia traído o país<sup>792</sup>. Celso Amorim expressou na ONU, em setembro, a satisfação brasileira com a notícia de entendimentos na região.

Em dezembro, o Chefe do Departamento Político da Organização para a Libertação da Palestina – OLP, Farouk Kaddoumi, visitou o Brasil. Em discurso que lhe dirigiu, o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Roberto Abdenur, reiterou a satisfação brasileira com os avanços de negociações de paz.

O Brasil reagia às consequências do Acordo de Oslo e, ao discursar para o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado de Catar, em fevereiro de 1994, Celso Amorim anunciou o funcionamento em Brasília de uma Delegação Especial Palestina, com *status* diplomático.

O processo de entendimento iniciado em Oslo logo sofreria um abalo quando um fanático israelense matou, no dia 25 daquele mês, quase 50 palestinos em uma mesquita em Hebron, causando a interrupção das conversações por várias semanas<sup>793</sup>. Por nota à imprensa, o governo brasileiro expressou indignação pelo ato e exortou o governo de Israel e impedir novas ocorrências:

O governo e o povo do Brasil, chocados pelo ataque terrorista que tirou a vida de mais de cinquenta palestinos em uma mesquita na cidade de Hebron, nos territórios ocupados por Israel, expressam sua indignação e viva condenação a este ato de inaceitável brutalidade.

O Brasil confia em que o governo israelense saberá tomar as providências necessárias para impedir que se produzam novas manifestações de violência, e exorta, uma vez mais, à moderação e à contenção, de modo que o processo



de paz venha a acelerar-se e completar-se rapidamente para o bem de todos os povos da região.

Dois dias depois, uma bomba explodiu em igreja no Leste de Beirute, e matou dez devotos. Autoridades libanesas descobriram uma rede terrorista cujo líder foi preso. Em nota à imprensa, o governo brasileiro repudiou aquele ato de violência:

1. O governo brasileiro manifesta sua profunda repulsa ao ato de injustificável violência que recentemente vitimou – no Líbano – membros da comunidade maronita.
2. Ao reiterar nossa solidariedade ao povo libanês, o governo brasileiro expressa sua firme expectativa de que não se interrompa o processo de consolidação da paz, segurança e estabilidade naquele país amigo do Oriente Médio.

Ainda assim, o processo de paz apresentou sinais promissores até o final de 1994. Em maio, a Autoridade Palestina foi criada<sup>794</sup>. No dia 4, Rabin e Arafat assinaram no Cairo um acordo sobre autogoverno palestino, seguido de retirada de militares israelenses de Gaza e Jericó. No mês seguinte realizou-se a primeira reunião da Autoridade Nacional Palestina e, em julho, Arafat retornou à Faixa de Gaza após um quarto de século no exílio<sup>795</sup>.

Em agosto, o Rei Hussein da Jordânia foi a Washington para cerimônia com Rabin durante a qual os dois líderes assinaram um pacto de não beligerância<sup>796</sup>. No final de outubro, Israel e Jordânia assinaram um Tratado de Paz que pôs fim formalmente ao estado de guerra que existia entre as duas nações desde 1948, tornando-se a Jordânia o segundo país árabe a normalizar relações com Israel. Em outubro, Israel e Jordânia convidaram Bill Clinton para a cerimônia de assinatura do Tratado<sup>797</sup>. Pelo documento, foi demarcada a fronteira entre Israel e Jordânia<sup>798</sup>. Na volta da viagem, Clinton visitou a Síria tendo mantido encontro com o Presidente Assad ao qual assegurou o compromisso com uma paz baseada nas resoluções 242 e 338 da ONU. Em seguida, visitou Rabin em Israel a quem garantiu aumentar a segurança e o progresso econômico a medida que o país desse passos para a paz<sup>799</sup>. Rabin, Arafat e Shimon Peres compartilharam, naquele ano, o Prêmio Nobel da Paz<sup>800</sup>.

\*

No Iraque, prosseguiriam os atritos entre os inspetores da UNSCOM e o governo de Bagdá com consequências para a posição dos EUA. Em junho de 1993, o Presidente Bill Clinton autorizou ataque americano ao



Iraque em retaliação às tentativas contra a vida do ex-Presidente George Bush ocorridas em meados de abril no Coveite<sup>801</sup>. Mísseis atingiram local em que Washington acreditava estar localizada a sede do serviço de inteligência de Bagdá no bairro de Al Mansur. O Iraque afirmou terem sido mortos oito civis e destruídas três casas pelos mísseis lançados de navios americanos que se encontravam no Golfo Pérsico<sup>802</sup>.

Diante da situação, o CSNU prorrogou, em maio de 1994, o prazo de sanções em vigor contra o Iraque<sup>803</sup>. Em julho, inspetores da ONU deixaram o país. O governo de Bagdá concordou então com as exigências da UNSCOM e a equipe de inspeção retornou. Em setembro e outubro, o Iraque ameaçou novamente interromper a cooperação com os inspetores da UNSCOM e começou mais uma vez a deslocar tropas próximas à fronteira com o Coveite. Em resposta, os EUA começaram, a seu turno, a deslocar tropas para Coveite. Em outubro, o Presidente do CSNU disse que o Iraque devia retirar suas tropas da fronteira do Coveite e imediatamente cooperar com inspetores de armas.

## 6.6. Ásia

Em artigo intitulado “O Brasil e a Ásia”, o Secretário-Geral do Itamaraty, Roberto Abdenur, que até pouco tempo antes fora Embaixador em Pequim, analisou a importância econômica da região e defendeu a ideia de uma maior aproximação brasileira com argumentos diversos:

O Brasil não pode estar ausente da Ásia. [...] A distância geográfica ou o fato de não fazer parte da Bacia do Pacífico não devem ser vistos como obstáculos à nossa presença.[...] A Ásia que surge nos anos 90 requer da diplomacia brasileira um esforço constante de atualização e de redefinição de prioridades. [...]A experiência asiática pode ser-nos útil na identificação de políticas internas que devemos adotar. Além disso, o relacionamento com a Ásia pode ser importante alavanca para o desenvolvimento nacional. [...] é também necessário que a Ásia passe a ser vista como prioridade adicional na ação internacional dos mais diversos segmentos de nosso país [...] <sup>804</sup>

A Ásia apresentava muita diversidade e continuavam focos de instabilidade política, embora a região caminhasse, de maneira geral, para regimes democráticos. Prosseguia também forte desenvolvimento econômico entre diversos de seus países. Além de tentativas de integração,

na ASEAN e na APEC, várias situações distintas se desenrolavam na região: o Camboja democratizava-se; a Índia, continuava a crescer economicamente; a Coreia do Norte desenvolvia programa nuclear; o Japão ainda enfrentava crise econômica; a China aumentava o comércio e a cooperação com o Brasil; o Vietnã se entendia com os EUA; e o território do Timor Leste sofria sob a ocupação da Indonésia.

As tentativas de integração asiática prosseguiram timidamente. Em julho de 1993, os Ministros do Exterior dos países-membros da ASEAN reuniram-se, pela primeira vez, em Cingapura. Decidiram convocar um fórum regional no ano seguinte para rever toda a questão de segurança à luz das novas realidades políticas da década<sup>805</sup>.

\*

Na Índia, o governo do Primeiro-Ministro P. V. Narasimha Rao implementava reformas econômicas voltadas ao livre-comércio. Seu Ministro das Finanças, Manmohan Singh, desmantelou sistema burocrático que dificultava o registro e a operação de empresas privadas, retirou muitos dos obstáculos de lei de investimentos estrangeiros e iniciou o processo de privatização de companhias do setor público. O país não estava, porém, livre de dificuldades políticas, tendo sido, em 1993, acusado de desrespeito aos direitos humanos por medidas repressoras contra rebeldes na Caxemira<sup>806</sup>.

Em setembro, o Ministro do Exterior indiano, Salman Khurshid, visitou o Brasil. No almoço que lhe ofereceu, o Ministro Celso Amorim afirmou que o relacionamento entre os dois países estava longe “de realizar o potencial representado por amplas avenidas de cooperação bilateral, ainda pouco exploradas”. Foi assinado na ocasião acordo de cooperação científica e tecnológica entre os dois países<sup>807</sup>.

\*

No Leste Asiático, em 1993, o produto interno bruto conjunto dos países aumentou 7%, ou seja, resultado muito superior ao do resto do mundo que foi inferior a um por cento. Nesse contexto, destacava-se sobretudo a China que registrou aumentos anuais no PIB de 7%, 12% e 13%, respectivamente em 1991, 1992 e 1993<sup>808</sup>.

\*

O Presidente da China, Jiang Zemin, visitou o Brasil em finais de novembro de 1993. Ao recebê-lo, o Presidente Itamar Franco observou que havia “notável grau de coincidência e de convergência da política externa” dos dois países. Foi assinado um protocolo de intenções sobre o incremento do comércio bilateral de minério de ferro e a sua exploração conjunta e um protocolo de cooperação para pesquisa espacial, no âmbito

do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, cujo projeto principal era a construção de satélites de sensoriamento remoto.

Celso Amorim enumerou, em 1994, as diversas parcerias que a China vinha estabelecendo com o Brasil, nos planos político, econômico e de cooperação científica e tecnológica. Lembrou que o processo de crescente aproximação levara “o vice-Primeiro-Ministro Zhu Rongji – autoridade responsável pela reforma econômica chinesa – a cunhar o conceito de ‘parceira estratégica’ para definir o perfil da relação entre o Brasil e a China”. Notou que a China necessitava de matérias-primas, especialmente minério de ferro para a indústria siderúrgica, tendo demonstrado interesse na constituição de *joint ventures* para a exploração de jazidas de minério de ferro no Brasil e lembrou que o país estava “estudando a construção de porto de águas profundas com capacidade para receber navios de grande calado, de forma a viabilizar a importância de minério de ferro de Carajás”. Observou que, no setor hidrelétrico, o intercâmbio previsto no Ajuste Complementar de março de 1993 contribuiria para sedimentar a presença de empresas brasileiras na China. Informou que vislumbravam-se, ainda, “possibilidades para o ingresso de empresas brasileiras no setor de telecomunicações no mercado chinês”. Por fim, ressaltou a parceria no tocante à cooperação científica e tecnológica, da qual o projeto mais expressivo era o programa de pesquisa e produção conjunta de dois satélites de observação de recursos terrestres (*Chinese-Brazilian Earth Resources Satellites – CBERS*).

Em artigo, em maio, Celso Amorim referiu-se à viagem que Itamar Franco faria a Pequim e voltou a sublinhar a “parceria estratégica” que vinha se desenvolvendo entre os dois países, com especial menção ao projeto de construção de satélites para monitoramento de recursos naturais. Em 14 de maio, no entanto, foi anunciado o cancelamento da visita do Presidente Itamar Franco à China, prevista para começar no dia 23 daquele mês. A decisão teria decorrido da ocorrência de greves no país, em especial na Polícia Federal, e da preparação da implantação do Plano Real.

O crescimento econômico da China continuou, entretantes, a chamar à atenção mundial. Em artigo publicado no mês de junho, Eliana Cardoso e Shahid Yusuf notavam que, nos 15 anos anteriores, o crescimento médio anual chinês fora de cerca de 10% e que a renda nacional da China já ultrapassava à renda dos quatro “tigres” asiáticos somados<sup>809</sup>.

\*

O Japão enfrentava instabilidade na política interna e dificuldades econômicas. Apenas no período correspondente à gestão de Celso Amorim, quatro foram os titulares do cargo de Primeiro-Ministro em Tóquio.

Relatório do próprio governo nipônico indicou que, economicamente, o país sofria de efeitos deflacionários da apreciação do iene; estagnação do consumo privado; redução de investimentos em equipamentos; menor lucratividade de empresas; e diminuição de superávit na conta corrente, entre outros efeitos da recessão<sup>810</sup>.

\*

No Camboja, realizaram-se eleições em maio de 1993. Os partidos representados na assembleia redigiram e aprovaram nova Constituição que, em setembro, foi promulgada. Estabeleceu uma democracia liberal multipartidária no marco de uma monarquia constitucional em que o Príncipe Sihanouk tornou-se Rei. A Constituição dispôs sobre ampla gama de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.

Em 25 de março de 1994, foi anunciada, por nota à imprensa, a normalização das relações entre Brasil e Camboja:

No dia de hoje, 25 de março, os Representantes Permanentes do Brasil e do Camboja junto à ONU assinarão em Nova York um Comunicado Conjunto pelo qual se consideram normalizadas as relações entre os dois países.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Reino do Camboja em 1961 e, pelo Decreto no. 50.564, de 9 de maio daquele ano, foi criada uma Legação do Brasil em Phnom Penh, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Nova Délhi. Posteriormente, pelo Decreto no.52.496, de 23 de setembro de 1963, aquela missão passou a ser em cumulatividade com a Embaixada do Brasil em Bangkok. A Legação foi extinta em 1996, embora nunca tenha ocorrido rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Após a pacificação interna do Camboja, sob a liderança do Príncipe Norodom Sihanouk, para a qual se empenhou a diplomacia brasileira através de apoio político no CSNU e de contribuição efetiva à UNTAC (Autoridade Transitória da ONU para o Camboja), o governo brasileiro tomou a iniciativa de propor a normalização das relações entre os dois países, que hoje se confirma através da assinatura do Comunicado Conjunto.

O governo brasileiro pretende estabelecer uma Embaixada em Phnom Penh, cumulativa com a Embaixada em Bangkok.

\*

O Timor Leste, incorporado pela Indonésia como uma de suas províncias havia quase duas décadas, era objeto de frequentes manifestações internacionais contrárias ao tratamento dado pelo governo

de Jacarta a seus habitantes. Acusações de violência e brutalidade e mortes causadas pelos ocupantes aumentavam na comunidade internacional. Os guerrilheiros das Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor Leste - FALINTIL mantinham luta contra as forças indonésias. O líder da Frente Revolucionária de Timor Leste Independente - FRETILIN, Xanana Gusmão, foi preso por rebelião pelos indonésios e recebeu condenação perpétua em maio de 1993, tendo sua pena sido, posteriormente, comutada para 20 anos de prisão. De sua prisão, Gusmão continuou, entretanto, a servir de símbolo de esperança. A resistência não violenta por timorenses prosseguiu. Quando o Presidente Bill Clinton visitou Jacarta em 1994, 29 estudantes timorenses ocuparam a embaixada dos EUA para protestar contra a Indonésia.

Na intervenção que fez na abertura dos trabalhos do I Encontro dos Chanceleres da CPLP, em fevereiro de 1994, Celso Amorim registrou “a preocupação do governo brasileiro em relação ao problema do Timor Leste”, cuja solução, declarou, deveria ser “encaminhada pela via do entendimento e dentro do respeito às normas e aos princípios do Direito Internacional.” Da Nota à Imprensa constou:

A grave situação no território não autônomo do Timor Leste foi também invocada no contexto das negociações que estão a ser levadas a cabo, sob os auspícios do SGNU, com vistas à obtenção de uma solução internacionalmente aceitável que respeite todos os direitos da população timorense.

## **6.7. Atuação política plurilateral e multilateral**

### **6.7.1. Foros plurilaterais**

A ideia da Comunidade de países de Língua Portuguesa - CPLP avançava. Em dezembro de 1993, realizou-se em Lisboa uma mesa-redonda entre os sete países lusófonos quando foi proposta a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em fevereiro de 1994, Celso Amorim ressaltou a importância da entidade para os laços do Brasil com Portugal e com a África. Visualizou-a como foro de concertação política, de estruturação da cooperação e de garantia para a pacificação especialmente de Angola e Moçambique:

A ideia da institucionalização de uma CPLP, ao mesmo tempo que representa uma valorização dos nossos laços com Portugal, hoje integrado à poderosa

UE, significa desdobramento natural da prioridade que sempre atribuímos ao continente africano. Seus fundamentos se assentam na tendência geral pela formação de agrupamentos que partilhem de ideais comuns, apoiados, neste caso, em vetores de incontestável força: a língua, a história e a etnicidade.

Dessa iniciativa, que já conta com o apoio entusiasmado de Portugal e dos demais países lusófonos, surgirá, a exemplo do que vem ocorrendo no âmbito dos países anglófonos ou da francofonia, um novo espaço de concertação política. Propiciará ela, por outro lado, oportunidade singular para que, mediante mecanismos bem estruturados de cooperação, possamos dividir experiências e trazer contribuições novas ao desenvolvimento econômico e social, além de nos assegurar ampla e efetiva participação no processo de pacificação daquela região, especialmente de Angola e Moçambique.

Naquele mês, realizou-se em Brasília a primeira reunião de Ministros do Exterior dos países da língua portuguesa, ocasião em que foi constituído um grupo de trabalho incumbido de organizar a primeira reunião de cúpula, em Lisboa, ainda naquele ano, para aprovar ato de constituição da CPLP<sup>811</sup>. Na abertura dos trabalhos, Celso Amorim notou que três elementos distinguiam aquela comunidade perante o cenário internacional: idioma comum; identidade étnica e histórica; e ausência de sentimentos hegemônicos.

\*

A Conferência Ibero-Americana realizou sua terceira cúpula em Salvador, Bahia, em julho de 1993. Na ocasião, o Presidente Itamar Franco afirmou que a reunião seria dedicada “à troca de ideias sobre o desenvolvimento, sobretudo o desenvolvimento social”. O documento final caracterizou as reuniões de cúpula como um “espaço político, um foro de concertação dotado de características próprias [...] um espaço aberto à cooperação e à solidariedade”<sup>812</sup>. Itamar Franco compareceu igualmente à IV Conferência, realizada, em junho de 1994, na Colômbia, e aproveitou para referir-se a sua proposta de criação da ALCSA.

\*

Outro foro do qual o Brasil participava, o G-15, realizou cúpula em Nova Délhi, em 1994, tendo o Ministro Celso Amorim representado o Presidente Itamar Franco na reunião. Registraria, posteriormente, sua satisfação de ver a “retomada do diálogo com os países desenvolvidos visando ao debate em torno de uma agenda para o desenvolvimento”.

\*

Realizou-se, em junho de 1994, em Belém do Pará, a 24ª Sessão da AGNU da OEA. O Presidente Itamar Franco elogiou o trabalho do Embaixador Baena Soares à frente da Secretária-Geral da organização durante dez anos, assim como a escolha de seu sucessor, o Presidente da Colômbia, Cesar Gaviria.

### 6.7.2. ONU

Na atuação multilateral durante a primeira gestão de Celso Amorim destacar-se-ia seu empenho em favor do aumento do número de membros permanentes do CSNU, apresentando-se o Brasil como “candidato natural” a um dos novos assentos. Seria dada também relevância à CPLP, bem como mantida participação ativa nas Conferências ibero-americanas, no G-15 e na OEA.

\*

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em setembro de 1994, o Ministro da Saúde, Waldyr Arcoverde declarou:

O Brasil é hoje o sexto país mais populoso do mundo, com 120 milhões de habitantes registrados em 1980. Há mais de um século, a população brasileira vem duplicando praticamente a cada trinta anos. Na atualidade, o país incorpora em torno de 3,1 milhões de pessoas anualmente. O ritmo de crescimento futuro será determinado fundamentalmente pelo comportamento da variável fecundidade e essa vem declinando de forma acentuada e generalizada (...). O governo brasileiro tem presente que as implicações da demanda demográfica - tanto em termos de crescimento como de distribuição - são bastante complexas e se subordinam, em última análise, à própria dinâmica do processo de desenvolvimento sócio-econômico. Além disso, o governo é sensível ao fato de que existe hoje uma crescente reprodução. Como já salientei, a resposta de meu governo a essa demanda tem um fundamento ético, isto é, o reconhecimento de que o planejamento da prole se constitui em um dos direitos fundamentais do ser humano.[...] O Brasil não existe, portanto, interferência governamental para o controle da natalidade, que é uma decisão do núcleo familiar. Contudo, cabe ao Estado um papel decisivo que é o de assegurar o direito à saúde, crescendo ou decrescendo a população. (...). O senhor Presidente da República vem agora de aprovar diretriz no sentido de que, no Brasil, o planejamento familiar deverá ser encarado como parte integrante do atendimento público à saúde...<sup>813</sup>

O número de forças de paz da ONU crescia muito mais do que nos anos anteriores e estas se faziam presente no Iraque e Cote d'Ivoire, Angola, El Salvador, Saara Ocidental, Camboja, Bósnia-Herzegovina, Sérvia e Montenegro, Croácia, Macedônia, Somália, Moçambique, Ruanda, Haiti e Geórgia<sup>814</sup>. Em 1993, pela primeira vez, o custo das operações de manutenção de paz da ONU foi duas a três vezes maior do que o orçamento anual ordinário da organização<sup>815</sup>. O Brasil participava então de cinco dessas operações de paz, a saber, em Angola (UNAVEM-II), El Salvador (ONUSAL), antiga Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) (UNPROFOR), Moçambique (ONUMOZ) e Ruanda/Uganda (UNOMOR).

#### 6.7.2.1. CSNU

O Ministro Celso Amorim fazia vários pronunciamentos durante sua gestão a favor da candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU. Em setembro de 1993, quando da visita do Chanceler da Índia, Salman Khurshid, ao Brasil, Celso Amorim afirmou que Índia e Brasil tinham “uma clara responsabilidade para a formação de um novo consenso internacional” e que, por isso mesmo, os dois países vinham “propugnando por uma reforma da estrutura e da composição do CSNU”. Defendeu a ideia de que, dotado de maior representatividade, inclusive do ponto de vista geográfico, o Conselho conferiria às suas ações “maior eficácia e autoridade, ensejando, portanto, maior legitimidade em suas decisões em prol da paz e da segurança internacionais”.

Ainda no mesmo mês, na AGNU, Celso Amorim declarou que se formava um “virtual consenso” a respeito da necessidade de alterar a composição do Conselho e propôs que a AGNU desse forma ao progresso que percebia haver na questão. Alertou para que a reforma do Conselho não agravasse “o desequilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, no processo decisório da ONU”. Ressaltou que a AGNU é o órgão democrático por excelência do sistema da ONU, cabendo-lhe “o papel determinante de dar forma a esse progresso”<sup>816</sup>.

Em artigo publicado em outubro, Celso Amorim reiterou a ideia de que haveria uma “percepção quase universal da necessidade de atualizar a composição do Conselho”, dotando-o de “maior representatividade e diminuindo o desequilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento”. De fato, alguma mudança se notaria na ONU quando a AGNU criou um Grupo de Trabalho incumbido de discutir a ampliação



do CSNU<sup>817</sup>. O Japão exercia igualmente pressão internacional por um assento permanente naquele órgão da ONU<sup>818</sup>.

Ao analisar o tema, Celso Amorim enumerou as razões pelas quais o Brasil reuniria condições para sua candidatura a membro permanente do CSNU:

- Somos signatários originais da Carta da ONU;
- Desenvolvemos uma política externa ativa e construtiva, com história impecável de apoio à cooperação internacional e à solução pacífica de controvérsias;
- Contribuímos tradicionalmente para as atividades de manutenção da paz e da segurança, tanto mediante participação em operação de manutenção da paz, quanto promovendo e apoiando esforços de mediação política para os conflitos, no âmbito da ONU e no âmbito regional;
- Somos o quinto maior país do mundo em população, o quinto maior território e a nona maior economia;
- Demos contribuição histórica e universalmente reconhecida à definição de princípios, acolhidos na Carta, que norteiam a ONU, e trabalhamos ativamente para a consecução dos propósitos da Organização, desenvolvendo uma participação ativa e construtiva em todos os foros relevantes. Tal foi o caso, por exemplo, da ação brasileira nos órgãos da ONU voltados para o desenvolvimento, como a UNCTAD e a UNIDO. Nossa tradição na diplomacia multilateral confere ao país elevado conceito regional e global;
- Somos o décimo-primeiro maior contribuinte para o orçamento regular da Organização e o primeiro entre os países em desenvolvimento. A contribuição brasileira supera a da China e as da Argentina e México somadas;
- Em nosso relacionamento regional, mantemos, há mais de 120 anos, relações de paz ininterrupta com todos nossos dez vizinhos, ao longo de mais de 16 mil quilômetros de fronteiras (as quais foram, de resto, definidas por negociação diplomática). Não há no mundo outro país com desempenho semelhante;

- Somos um país-chave na consolidação da América do Sul como a região menos armada do planeta, livre de tensões ou ameaças, que se afirma como pólo de irradiação de estabilidade política, paz e progresso;
- Construimos uma moldura de cooperação produtiva com os vizinhos mais próximos, o que se evidencia no Tratado da Bacia do Prata, no Tratado de Cooperação Amazônica, no Mercosul e na ALCSA, entre outros;
- Projetamos nossa atividade diplomática em outros continentes, notadamente a África, sempre em favor da paz e da não proliferação, como no caso da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), bem como da expressão cultural, caso da CPLP (CPLP);
- Temos trânsito fluido, com capacidade de articular consensos junto a todos os grupos de países, dentro e fora da Organização, conforme patenteou a nossa atuação na Rio-92, na Convenção de Viena sobre Direitos Humanos, nas negociações da Rodada Uruguai;
- A formação do país é exemplo da convivência harmoniosa multiétnica, multicultural e multiconfessional;
- Em termos militares, o Brasil é um dos países que menos gasta com defesa em todo o mundo: alocamos menos de 1% do PIB a gastos militares;
- Temos atuação destacada, e apreciada internacionalmente, em favor da eliminação e da não proliferação de armas de destruição em massa em todas as suas formas;
- A sociedade brasileira construiu um sistema de governo plenamente democrático e uma economia de mercado de pujança incontestável; e
- Por todas essas razões, o Brasil constitui um país cuja contribuição não pode ser menosprezada na construção de uma ordem internacional mais pacífica e equilibrada<sup>819</sup>.

Após mencionar que a “condição de membro permanente acarreta uma série de responsabilidades, inclusive de natureza financeira”, Celso Amorim concluiu que, ainda assim, compensava a participação naquele foro em razão do prestígio advindo para o país:

Avaliamos, todavia, que o prestígio que dela advém é compensação suficiente, sobretudo para um país como nosso, que começa a empreender o grande salto qualitativo no caminho do pleno desenvolvimento. E aqui entenda-se prestígio como o reconhecimento da capacidade de participar e, logo, exercer influência sobre o processo de tomada de decisões, nas discussões sobre os principais tópicos da agenda internacional. O tipo de prestígio que interessa à diplomacia brasileira é aquele que amplia nossas possibilidades de zelar pelos interesses nacionais<sup>820</sup>.

Em abril de 1994, quando da visita ao Brasil do Ministro do Exterior britânico, Douglas Hurd, o Chanceler brasileiro defendeu a “necessária reestruturação do Conselho”, para o que deviam “ser encontradas fórmulas” que atendessem “aos requisitos do realismo político e do justo equilíbrio entre diferentes categorias de países”. No mesmo mês, em artigo intitulado “país precisa ter agenda externa própria”, Celso Amorim notou que, “por suas dimensões e peso específico nos cenários regional e global”, o Brasil era “frequentemente apontado, como candidato natural a ocupar eventual assento permanente adicional no Conselho”. Em maio, o Chanceler brasileiro reforçou a argumentação de que, para ter legitimidade, o Conselho necessitava de composição que melhor refletisse a nova realidade internacional. Nesse sentido, defendeu a ideia de que os membros permanentes não representariam regiões, mas seriam escolhidos por suas qualidades próprias:

[...] A História caminha num sentido em que inequivocamente a comunidade internacional terá um envolvimento progressivo em situações de crise, [...] Se isso é assim, é evidentemente de grande importância, [...], que o CSNU, ao agir, o faça com legitimidade. Para que possa agir com legitimidade, é preciso que sua composição reflita a nova realidade internacional, [...] se houver ampliação terá necessariamente que ser um número limitado, não poderá passar de 5 ou 6 – os novos membros permanentes não estarão lá para representar regiões. [...] Os novos membros permanentes estarão lá porque são países que têm, por seu peso econômico, sua população, seu território, sua tradição diplomática, sua tradição inclusive não só para contribuir para a paz em outras regiões, mas para viver pacificamente na sua própria região, países que têm uma contribuição efetiva a dar ao CSNU. [...] no nosso caso, as credenciais ou são percebidas imediatamente ou não serão percebidas nunca. Não há como desfiá-las, mas apenas acrescentaria às mais óbvias o fato de que o Brasil é o país que tem o maior número de vizinhos depois da Rússia e não tem uma guerra com nenhum vizinho há 120 anos.

Em conferência que pronunciou em Londres, em julho, Celso Amorim afirmou que, no debate sobre a reforma da ONU, e em particular do CSNU, o Brasil vinha se orientando pelos seguintes critérios:

- 1) o crescente papel do CSNU em ações de manutenção ou imposição da paz supõe uma representatividade mais ampla, que reforçará sua legitimidade. Só as ações legítimas são eficazes.
- 2) para ser verdadeiramente representativo, o Conselho deverá contar, entre seus membros permanentes, com diferentes categorias de países, que tragam contribuições efetivas à compreensão dos problemas, tanto do mundo desenvolvido quanto das nações em desenvolvimento;
- 3) os membros permanentes (antigos e novos) devem sê-lo em função de seu papel na política e na paz, em nível regional e mundial. Embora a dimensão regional tenha que, de alguma forma estar presente, seria errado atribuir-lhes o papel de “representantes regionais”. Tal apresentação deverá continuar a dar-se, como sempre se deu, de forma eletiva, entre os membros não permanentes.

Ao falar no Instituto Rio Branco, em agosto, Celso Amorim expandiu sua argumentação a favor da ampliação do Conselho tendo em vista a mudança da realidade desde que a ONU foi criada e o aumento da atuação daquele órgão. Acrescentou, assim, o argumento de que era necessário ampliar o Conselho “pelo fato mesmo de ter-se ele tornado muito mais ativo e, na medida em que age mais, atua mais, toma mais decisões que afetam a vida de milhões de pessoas, essas ações tem que estar revestidas de legitimidade”.

Na AGNU, em setembro, Celso Amorim voltou a tratar do tema para rebater possíveis argumentos de perda da eficácia do Conselho pelo aumento do número de seus membros permanentes:

Como outros países-membros, desejamos que a reforma do CSNU resulte no aumento de sua eficácia. Entendemos que tal eficácia somente será assegurada por uma composição verdadeiramente representativa do conjunto das nações. No início deste mês, os Chefes de Estado e de governo de catorze nações da América Latina e do Caribe que formam o Grupo do Rio, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, afirmaram que “(...) por sua tradição jurídica e contribuição à causa da paz, a região da América Latina e do Caribe deve estar contemplada em qualquer ampliação do Conselho”.

O Brasil tem participado ativamente do debate sobre a ampliação do CSNU. Temos deixado clara nossa disposição de assumir todas as responsabilidades inerentes aos países que se credenciarem a ocupar assentos permanentes.

Eleito para integrar o CSNU no corrente período, o Brasil tem procurado corresponder à confiança recebida. Temos pautado nossas posições pelo respeito aos princípios da não ingerência e da soberania e integridade territorial dos Estados; pela busca constante da solução pacífica e negociada dos conflitos; aos direitos humanos e liberdades fundamentais e pela participação nas operações de manutenção da paz em diversas regiões do globo<sup>821</sup>.

Os resultados desses esforços diplomáticos, no entanto, não pareciam ainda promissores. Durante a 49ª Assembleia Geral, o Brasil recebeu o apoio a sua candidatura para membro permanente do CSNU apenas dos seguintes países: Venezuela, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Equador<sup>822</sup>. Enquanto isso, o CSNU refletia a unipolaridade existente desde o fim da Guerra Fria. Um estudo indicou que aumentara o exercício do poder de veto por parte EUA e reduzira-se o da URSS/Rússia<sup>823</sup>.

### ***6.7.3. Desarmamento e não proliferação de armas nucleares***

A questão de desarmamento e não proliferação de armas nucleares sofreria alguns avanços positivos, em especial com relação à proibição de testes nucleares, mas sofreria alguns desafios.

Em meados de 1993, os EUA cancelaram o acesso britânico a local no Estado de Nevada onde o Reino Unido vinha conduzindo todos seus testes nucleares, dando assim claro sinal de que Washington não mais mantinha suas reservas com relação a um banimento mundial de testes nucleares<sup>824</sup>. Esse seria um bom presságio para as negociações abertas, em agosto, em Genebra, pela Conferência do Desarmamento para um Tratado Abrangente de Proibição de Testes (*Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty – CTBT*) com o objetivo de ampliar o Tratado de Proibição de Testes Limitados com a inclusão no banimento, não apenas dos testes subterrâneos, mas também aqueles na atmosfera e no mar<sup>825</sup>. Em setembro, na AGNU, Celso Amorim apresentou felicitações pela moratória de testes nucleares e defendeu o direito de o país manter “uma adequada e legítima capacidade de defesa”:

Felicitemo-nos pela vigência atual, ainda que em bases frágeis, da moratória de testes nucleares. Esperamos que o clima gerado pela moratória venha a

resultar na conclusão rápida, e por meio de negociação multilateral, de um Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares. O Brasil, como é sabido, tem atuado de maneira francamente positiva e transparente no processo de criação do registro de armas convencionais da ONU.

[...] Muito poucos países gastam tão pouco em armamentos quanto o Brasil, em proporção ao seu produto nacional bruto. Ao mesmo tempo, o Brasil não renuncia a seu direito de manter, em harmonia com seus vizinhos e parceiros, uma adequada e legítima capacidade de defesa. Tampouco renuncia ao direito de ter acesso à tecnologia necessária ao bem-estar social do povo brasileiro<sup>826</sup>.

Em outubro, enquanto a China rompia sua autoimposta moratória ao realizar testes subterrâneos em Lop Nor, Xinjiang<sup>827</sup>, o Brasil anunciava que estava “considerando modalidades de aproximação e fortalecimento da confiança mútua com o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis”.

Os EUA mostravam-se atuantes no tema do desarmamento e não proliferação. Em novembro, o Presidente Clinton ameaçou empregar força contra Coreia do Norte se esta obtivesse armas nucleares<sup>828</sup>. Em dezembro, estabeleceu como objetivos ratificar a convenção de controle de armas químicas, concluir um tratado de proibição nucleares abrangentes, tornar permanente o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – TNP (cujo prazo venceria em 1995) e prover recursos para fundo destinado à destruição de armas e material nucleares russos<sup>829</sup>. (Entre 1993 e 1994, a Coreia do Norte se tornaria o primeiro país a anunciar planos para se retirar do TNP e do regime de salvaguardas da AIEA)<sup>830</sup>.

Em janeiro de 1994, Clinton assinou com Boris Yeltsin acordo que suspendeu o alvejamento pré-programado de mísseis nucleares e também dispôs sobre o desmantelamento do arsenal nuclear na Ucrânia<sup>831</sup>. Com o Presidente ucraniano, Leonid Kravchuk, Clinton firmou um acordo para eliminar mísseis balísticos intercontinentais e ogivas direcionadas aos EUA<sup>832</sup>, após ter, com Yeltsin, dado ao governo de Kiev garantias de segurança juntamente com uma indenização financeira<sup>833</sup>.

No Brasil, em fevereiro, o Senado brasileiro aprovou o Acordo Quadripartite de Salvaguardas entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA<sup>834</sup> e, ainda no início do ano, o país anunciou que passaria a respeitar as normas do MTCR<sup>835</sup>. Roberto Abdenur ressaltaria o papel de Celso Amorim em convencer Cuba a assinar o Tratado de Tlatelolco, com o que a América Latina se transformaria na “primeira região desnuclearizada do mundo”. Em maio, de fato, o Brasil colocou em vigor aquele tratado<sup>836</sup>.

e, em discurso, na Cidade do México, no dia 30, Celso Amorim celebrou o banimento total de armas nucleares na América Latina como “um exemplo para o mundo”.

Em artigo publicado em maio, Celso Amorim informou ter aproveitado encontro Mercosul - UE para ressaltar a ligação entre não proliferação e acesso a alta tecnologia:

[...] Coube a mim, juntamente com o Ministro da Grécia (e atual Presidente do Conselho da UE), co-presidir a reunião. Isso não nos impediu de participar ativamente dos debates e até expor temas de nosso interesse. Especificamente, além de outras questões, tive a oportunidade de abordar a relação entre não proliferação de armas de destruição de massa e medidas de segurança, de um lado, e o acesso à alta tecnologia, essencial ao desenvolvimento, de outro.

Na reunião da OEA em Belém do Pará, em junho, o Chanceler brasileiro ressaltou o fato do continente americano ser o “mais pacífico do planeta” e não sofrer “ameaças externas de caráter militar”<sup>837</sup>. Na AGNU, em setembro, Celso Amorim reiterou a ideia de ser a América Latina a mais “desarmada do mundo” e a única “definitivamente livre de armas nucleares”<sup>838</sup>.

Em artigo publicado naquele ano, o diplomata José Eduardo M. Felício resumiria as tratativas brasileiras para adesão ao MTCR. Observou que “a ideia inicial era possibilitar a adesão negociada do Brasil ao MTCR, ou seja, que a diplomacia buscasse auferir vantagens, em termos de acesso tecnológico, em troca da participação no regime”. Revelou que, na prática, fora impossível realizar essa troca, “em virtude da própria informalidade do regime”, isto é, “um mecanismo de participação voluntária, com regras informais”, que não previa “a reciprocidade de acesso à tecnologia nem a possibilidade de obtenção de compromisso nesse sentido por parte dos demais parceiros”<sup>839</sup>. Em nota à imprensa sobre a aplicação das diretrizes do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), o Itamaraty esclareceu que este não dificultaria o programa espacial brasileiro.

No resto do mundo, alguns fatos relativos ao tema do desarmamento e a não proliferação seriam a realização de novos testes subterrâneos na China<sup>840</sup>; a retirada pelos EUA de urânio enriquecido do Cazaquistão, com a anuência do governo daquele país<sup>841</sup>; e a adesão da Argentina ao TNP<sup>842</sup>.

#### 6.7.4. *Direitos humanos*

Delegados de mais de 180 países se reuniram, em junho de 1993, em Viena, para a primeira Conferência Mundial sobre Direitos Humanos<sup>843</sup>. O Embaixador Gilberto Saboia, que presidiu o Comitê de Redação da Conferência, resumiu, em um artigo, os trabalhos realizados e a participação brasileira. Referiu-se em particular às propostas brasileiras para o tema da agenda intitulado “cooperação, desenvolvimento e fortalecimento dos direitos humanos” que tinham como “ideia central a de que as atividades da ONU em matéria de direitos humanos” não deviam se circunscrever “à identificação e censura às violações de direitos humanos, e sim procurar fortalecer a capacidade dos Estados democráticos de desenvolver instituições nacionais (judiciário, polícia, estabelecimentos penais etc.) capazes de assegurar o cumprimento das garantias inerentes ao estado de direito”<sup>844</sup>.

Para Antônio Augusto Cançado Trindade, o Brasil, “ademais de exercer com eficiência a Presidência dos trabalhos do Comitê de Redação, defendeu, tanto na Conferência propriamente dita como em seu processo preparatório, a criação dentro da ONU de um programa de assistência técnica, material e financeira a projetos e instituições nacionais (em áreas como a aplicação da lei e a administração da justiça) diretamente relacionados com a situação dos direitos humanos e o fortalecimento do Estado de Direito”<sup>845</sup>. Para Roberto Abdenur, coube ao Brasil “importante papel na articulação de consenso entre Ocidente e asiáticos/muçulmanos e entre países industrializados e em desenvolvimento”<sup>846</sup>.

Alguns casos de flagrante e indesculpável desrespeito dos direitos humanos, em 1993, trouxeram preocupação e tiveram repercussão internacional: massacres pela Polícia Militar de menores de rua na Candelária em julho e da favela de Vigário Geral em agosto, bem como de massacre por garimpeiros, no mesmo mês, de índios ianomâmis na Amazônia<sup>847</sup>. Ao falar na AGNU, em setembro, sobre direitos humanos, Celso Amorim vinculou-o ao problema social e econômico, mas afirmou que os problemas na área de Direitos Humanos – e “os recentes incidentes que chocaram a sociedade e o mundo” o comprovavam – não podiam aguardar que o desenvolvimento se consolidasse e o bem-estar se generalizasse. A respeito dos indígenas, afirmou o Brasil procedia naquele momento a “um necessário adensamento da presença do Estado na Amazônia para dar proteção simultânea à população e ao meio ambiente, expostos muitas vezes a ações predatórias, decorrentes de um choque de civilizações que se iniciou há cinco séculos” e que se desdobrava “até os nossos dias”. Ressaltou que as reservas indígenas brasileiras totalizavam



“uma área impressionante de mais de oitocentos mil quilômetros quadrados”<sup>848</sup>.

Celso Amorim salientou, em novembro, a disposição brasileira ao diálogo em matéria de direitos humanos, “com todos os órgãos competentes da comunidade internacional, com ONGs, e com governos estrangeiros”. Afirmou que o país não se recusava “à prestação de informações e esclarecimentos” a quem quer que atuasse “com ânimo construtivo e atitude respeitosa”. Expressou, porém, a expectativa de que a recíproca fosse verdadeira, isto é, que os interlocutores apreendessem os problemas brasileiros “atentando adequadamente para sua complexidade”. E que soubessem “reconhecer os esforços desenvolvidos num quadro de marcadas dificuldades”. Nesse sentido, notou que a própria Declaração de Viena reconhecia “a dívida externa e o contexto econômico internacional como elementos importantes para a realização plena dos direitos econômicos, culturais e sociais nos países em desenvolvimento”. Salientou “o peso da dívida, aliado a práticas protecionistas por parte dos parceiros desenvolvidos”, que impunham “sacrifícios ao governo e ao povo, limitando os recursos disponíveis para atividades que resultariam em melhores condições para a vigência dos direitos humanos”. Além disso, concluiu, “os obstáculos ao comércio legítimo” geravam “desemprego no campo e nas cidades agravando a situação social do país e contribuindo para o caldo de cultura” em que se desenvolviam as práticas que o Brasil deplorava.

#### *6.7.5. Meio ambiente*

Em 1994, o Brasil adotaria algumas decisões em favor da proteção internacional do meio ambiente. Assim, em março, o Itamaraty anunciou que o Brasil observaria decisão da Conferência das Partes da Convenção de Basileia de proibir as exportações de resíduos perigosos de países da OCDE para países não membros daquela entidade e, para tanto, buscaria fontes internas de fornecimento daqueles resíduos até a entrada em vigor da proibição em dezembro de 1997. Em maio, em votação de proposta copatrocinada pelo Brasil e outros países, a Comissão Internacional da Baleia criou o Santuário de Baleias no Hemisfério Sul.

Em artigo no final do ano, o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Roberto Abdenur, constatava a falta de implementação de compromissos assumidos pelos países industrializados na Conferência do Rio:

Deve-se observar que, até o presente, a implementação dos resultados da Rio-92 tem sido decepcionante para os países em desenvolvimento. Não estão sendo cumpridos à altura os compromissos dos países industrializados de facilitar aos países em desenvolvimento recursos financeiros adicionais e tecnologias apropriadas para programas de proteção ao meio ambiente. Tampouco está sendo respeitado o compromisso de evitar o uso, por motivações ecológicas, de barreiras não tarifárias unilaterais<sup>849</sup>.

## 6.8. Atuação econômica externa

Em 1993, o PIB brasileiro cresceu 4,9%<sup>850</sup>. Uma comparação do PIB entre os países de maior território, naquele ano, indicava a grande distância que separava a economia dos EUA dos demais integrantes desse grupo de países<sup>851</sup>. Com base em dados compilados por Alcides Gastão Rostand Prates<sup>852</sup>, verifica-se que a participação dos cinco países “de porte continental”, pelo critério de paridade de poder de compras, excluindo-se os EUA, que a todos superava enormemente, o Brasil ocupava o quarto lugar, abaixo da China, Índia e Rússia.

Em 1994, o PIB brasileiro cresceu 5,3%. O Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Roberto Abdenur, observou que, após o Japão, o Brasil fora o país que mais crescera entre 1913 e 1990. Constatou que o Brasil era, segundo o FMI, pelo critério da paridade do poder de compra, a nona economia do mundo. Observou ainda que, pelos cálculos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a economia brasileira representava cerca de 35% da produção da América Latina. Registrou que o Brasil abrigava “juntamente com a China e o México, o maior estoque de investimentos diretos em países em desenvolvimento”<sup>853</sup>. Anotou, ainda, que o Brasil se dissociara “de tentativas improdutivas, em voga ainda até o início dos anos 80, de questionamento global da ordem econômica internacional”<sup>854</sup>.

A inflação brasileira seria objeto do plano mais bem-sucedido para seu combate. A partir de maio de 1993 como Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso iniciou plano estrutural de desindexação da economia<sup>855</sup>. Em março de 1994, teve início a primeira fase do plano com a criação de uma unidade de referência de valor. Em 1º de abril, o Ministro Cardoso, teve de deixar o cargo para poder se candidatar à Presidência. Assumiu, em seu lugar, o Embaixador Rubens Ricúpero que prosseguiu na execução exitosa do plano. Foi fixada a data de 1º de julho para entrada da nova moeda, o real e, em agosto, a inflação já havia caído de 46,6% em junho para apenas 3,34%<sup>856</sup>.

### 6.8.1. Comércio

A tarifa média de importação, em 1993, era muito inferior à prevalecente anteriormente<sup>857</sup>. No início de 1994, a tarifa média brasileira que caíra para 32,2% em 1990 foi ainda mais reduzida para 14,2% e foram abolidas barreiras não tarifárias<sup>858</sup>.

As negociações comerciais brasileiras, tanto as efetivas quanto as negociações ainda objeto de mero projeto, continuariam a se dar em várias frentes: no âmbito interno do Mercosul; na Iniciativa Amazônica; na proposta da ALCSA; na possibilidade de criação da ALCA; e na Rodada Uruguaí do GATT.

#### 6.8.1.1. Mercosul

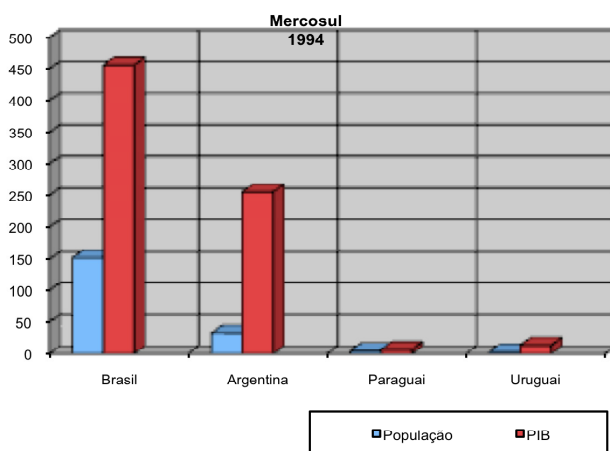
No plano mundial, o Mercosul representava, em 1994, apenas 1,4% do total das exportações mundiais, enquanto a UE representava 19% e o NAFTA, 17%<sup>859</sup>. Mas, no âmbito do Mercosul, conforme o Ministro Celso Amorim resumiria, em janeiro, o processo de liberalização seguia avançando como previsto, “com forte impacto positivo no intercâmbio, que mais que dobrou entre os quatro países desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991”. Observaria ainda que, naquele momento, cerca de 13% do comércio exterior brasileiro se dava com os três sócios (Argentina, Uruguaí e Paraguai), tendo as exportações brasileiras para estes quase triplicado de 1990 para 1993. Antevia o Chanceler dificuldades “na definição da Tarifa Externa Comum em relação a determinados produtos, como bens de capital digitalizados”, deixando entrever a necessidade de que intenso processo negociador seria necessário nos meses seguintes.

Também o Presidente Itamar Franco consideraria, em abril de 1994, que o Mercosul era “claramente, um caso de sucesso”. Na reunião do Conselho do Mercosul realizada em agosto em Buenos Aires, Itamar Franco, tal como o fizera Celso Amorim, referiu-se ao “desafio” que constituía para Presidência *pro tempore* brasileira a implementação da união aduaneira em um ano. De fato, cabia ao país liderar a preparação do Mercosul para que entrasse em vigor no início de 1995.

Vera Thorstensen faria comparações interessantes a respeito dos quatro sócios do Mercosul. O Brasil, com uma população de 152 milhões de habitantes, PIB de US\$ 456 bilhões e comércio exterior de US\$ 75 bilhões, era visto como o principal mercado da futura união aduaneira. A renda *per capita* no país, de apenas US\$ 3 mil, era inferior, entretanto, à da Argentina

(US\$ 7,6 mil) e à do Uruguai (US\$ 4,1 mil)<sup>860</sup>. Este último, com uma população de 3,2 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 13,4 bilhões, apresentava-se como um dos menores sócios do grupo<sup>861</sup>. O Paraguai, por sua vez, possuía população maior do que a uruguaia (4,6 milhões) mas exibia PIB inferior (US\$ 6,9 bilhões) e a menor renda *per capita* (US\$ 1,5 mil). Ainda que comparado com a Argentina, os dados brasileiros se avantajavam, pois aquele país vizinho tinha uma população de 33 milhões de habitantes, (12 milhões em Buenos Aires) e PIB em 1993 de US\$ 255,5 bilhões, o que lhe dava uma renda *per capita* muito superior à brasileira, pois alcançava US\$ 7,6 mil<sup>862</sup>.

Em dezembro, o Presidente Itamar Franco saudou os participantes da VII Reunião do Conselho do Mercosul, realizada em Ouro Preto, com palavras de otimismo por ter sido possível alcançar “patamar de entendimento” que possibilitaria “a adoção de Tarifa Externa Comum” e a “definitiva liberalização do comércio” entre os quatro países<sup>863</sup>. Importante resultado do Protocolo de Ouro Preto para o Mercosul seria a criação de sua personalidade jurídica para as negociações internacionais<sup>864</sup>.



### 6.8.1.2. ALCSA

Do Comunicado Conjunto do encontro do Presidente Itamar Franco com o Presidente da Guiana, em novembro de 1993, constou terem os dois mandatários salientado a “importância do estabelecimento de uma Área de Livre-Comércio na América do Sul, como resultado da contínua promoção dos processos de integração em curso no Mercosul, da Iniciativa Amazônica e do Grupo Andino”.

Em dezembro de 1993, o Presidente Itamar Franco lançou a ideia da formação, em dez anos, da Área de Livre-Comércio da América do Sul (ALCSA)<sup>865</sup>:

[...] Em um horizonte mais amplo, ao longo dos próximos dez anos, visualizamos a formação de uma Zona de Livre-Comércio na América do Sul. Esse espaço econômico resultaria da articulação entre os processos em curso no Mercosul, da Iniciativa Amazônica e do Grupo Andino. Necessitará, igualmente, da participação fundamental do Chile. Essa nova Zona de Livre-Comércio estimulará a aproximação das experiências integracionistas na América do Sul com o Nafta, com a Comunidade do Caribe e com o Mercado Comum Centro-Americano<sup>866</sup>.

A proposta da ALCSA recebeu pouco apoio inicial dos vizinhos sul-americanos. Com argumentos sobre a importância da região, o Ministro Celso Amorim buscava convencer os países sul-americanos sobre a relevância da ideia. Em janeiro de 1994, durante reunião do Grupo do Rio, Celso Amorim constatou que a América Latina e o Caribe contavam com 450 milhões de habitantes, o que correspondia a 8,5% da população mundial. Notou que o PIB reunido chegava a um trilhão de dólares, 4,5% de “toda a riqueza gerada no mundo” e o comércio da região representava 4,2% do comércio mundial. Observou que o peso econômico da região ainda não refletia seu potencial. Nesse contexto, sublinhou a proposta lançada pelo Presidente Itamar Franco de “congregar, ao longo de dez anos, o Mercosul, o Pacto Andino e a Iniciativa Amazônica, além, naturalmente, do Chile”.

Em fevereiro, no Conselho da ALADI, o Chanceler brasileiro explicou que, na concepção brasileira, “os acordos integrantes da ALCSA poderiam consistir basicamente em programas de desgravação tarifária linear, automática e progressiva e abranger parcela substancial de comércio”. Defendeu a ideia de que a desgravação ocorresse “em prazos e ritmos diferenciados, consoante o grau de desenvolvimento econômico, as especificidades da estrutura produtiva e as peculiaridades do intercâmbio das partes envolvidas”. Por fim, propôs que as negociações sobre livre-comércio se limitassem “a mercadorias e ao campo tarifário e não tarifário”.

Quando de seu encontro, em março, com o Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, o Presidente Itamar Franco defendeu sua proposta de criação da ALCSA. Do Comunicado Conjunto, porém, constou apenas que os Presidentes “exprimiram seu desejo de continuar

a estudar o tema com o interesse que merece”. No mês seguinte, o primeiro mandatário do país explicaria que o “expressivo êxito do Mercosul” estimulara a proposição da criação de uma área livre-comércio na América do Sul. Ressaltou que o projeto era de médio prazo e visava a ampliar os “horizontes de integração sub-regional”, “desenvolver os vínculos” com os demais vizinhos e “preparar melhores bases para uma integração hemisférica”. De certa forma, assemelhava-se *mutatis mutandi* à argumentação dos EUA com relação a expandir o NAFTA para criar a ALCA, dado o êxito do primeiro.

Em artigo na imprensa, em abril, Celso Amorim afirmou que a formação de uma área de livre-comércio que abarcasse todo o continente sul-americano constituía “uma tentativa de organização e racionalização econômica” de algo que já estava “acontecendo na prática: o dinamismo crescente do comércio regional”. Na sua visão, a “liberalização acelerada desse comércio, ao promover a convergência entre processos de integração”, como seria “o caso do Mercosul e do Grupo Andino, e com a participação também do Chile”, favoreceria diretamente o ritmo de expansão das trocas. Criaria, ainda, “condições positivas para uma melhor inserção da região na economia internacional.”

O Presidente Itamar Franco diria, em junho, que o projeto da ALCSA era uma “proposta aberta a todos”, e que já estaria “ajustada, em seus parâmetros básicos”, com os associados do Mercosul. Na AGNU, em setembro, o Ministro Celso Amorim declarou que a “aproximação de outros países sul-americanos em direção ao Mercosul” vinha demonstrar que a visão de uma Área de Livre-Comércio da América do Sul caminhava “de forma efetiva para sua materialização”<sup>867</sup>.

### 6.8.1.3. ALCA

Em novembro de 1993, depois de debate na televisão entre o Vice-Presidente Al Gore e o ex-candidato presidencial Ross Perot, o Congresso americano aprovou o Acordo Norte Americano de Livre-Comércio (NAFTA), entre EUA, Canadá e México<sup>868</sup>. Bill Clinton conseguira vencer a oposição interna àquele acordo<sup>869</sup>. Após a aprovação também pelos parlamentos do Canadá e do México, o NAFTA foi formalmente aprovado e, em janeiro de 1994, entrou em vigor<sup>870</sup>. Criava-se assim a mais populosa área de livre-comércio, abrangendo 360 milhões de pessoas com PIB conjunto de US\$ 6,5 bilhões<sup>871</sup>.

Em artigo publicado naquele mês, Celso Amorim viu na aprovação do NAFTA pelo Congresso estadunidense “disposição favorável à liberalização

do comércio internacional” o que prenunciava “a aceitação dos resultados da Rodada Uruguai”. Considerou que, embora a discussão envolvendo “criação de comércio” *versus* “desvio de comércio” fosse “complexa e pouco suscetível a avaliações categóricas”, o NAFTA deveria ter “impacto positivo sobre o comércio internacional como um todo”. Ressalvando que sua repercussão especificamente para o restante da América Latina ainda seria objeto de apreciações constantes, não deixava de ser um “sinal positivo” o fato de que “o ímpeto dos setores mais protecionistas nos EUA” havia sido contido. Demonstrou, entretanto, preocupação com alguns aspectos do NAFTA tais como “regras de origem, que, em casos como os de autopeças e têxteis, podem converter-se em obstáculos ao comércio extra-zonal”. Após notar que o mercado norte-americano absorvia então cerca de 20% das vendas brasileiras ao exterior, reconheceu que alguns produtos seriam “potencialmente afetados em virtude das preferências tarifárias concedidas ao México”.

O Vice-Presidente dos EUA, Al Gore, visitou o Brasil em março. Do Comunicado Conjunto de Imprensa emitido após encontro com o Presidente Itamar Franco, constou que fora tratada “a histórica Cúpula das Américas, marcada para dezembro de 1994 em Miami, Flórida”. Segundo aquele documento, o Presidente Itamar Franco “expressou o seu apreço pelo convite formulado pelo Presidente Clinton e comprometeu-se com a ampla participação brasileira nas futuras consultas sobre a Cúpula”. Por fim, informou terem os dois líderes concordado que a Cúpula poderia “representar um marco no sentido do fortalecimento das relações hemisféricas”, tendo ambos discutido “vários temas gerais relacionados ao evento”.

Em artigo publicado em agosto de 1994, o candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, expressou as seguintes opiniões a respeito da formação de uma área de livre-comércio nas Américas:

Nossa concepção de integração continental – com ênfase no Mercosul e na América do Sul em geral – não se reduz à criação de zonas de livre-comércio ou uniões aduaneiras. Defendemos a existência de políticas agrícolas, industriais, de ciência e tecnologia comuns, a cooperação cultural e outras ênfases que criem bases sólidas para articulações políticas mais profundas. Estes são os elementos centrais de nossa agenda. Quanto a ir ou não ir a Miami, primeiramente, preciso ser eleito Presidente, para depois avaliar concretamente a conjuntura de dezembro de 1994, quando se realizará a reunião dos Presidentes<sup>872</sup>.

Na mesma ocasião o candidato Fernando Henrique Cardoso fez declarações igualmente restritivas com relação a uma área de



livre-comércio nas Américas, tendo insistido na inter-relação desta com outros processos negociadores:

Em matéria de comércio, o esforço deve ser no sentido de examinar as formas de aproximação entre os mecanismos de integração representados pelo *NAFTA*, Mercosul e, mais adiante, pela *ALCSA* (Associação de Livre-Comércio Sul-Americana) e sugerir formas para que se fertilizem mutuamente. O tema de acesso ao mercado, com estabilidade, sem imposições unilaterais, deve ser considerado no marco regional. Outro ponto: devemos examinar linhas de ação conjunta na implementação da Rodada Uruguai.[...] A Cúpula das Américas é, na minha visão, um campo de diálogo e de busca de trabalho comum. Não devemos ter expectativas exageradas. A realidade internacional é 'dura' e não se transforma por atos de vontade. Mas, sem que exista vontade e sintonia de objetivos, nada se faz. O Brasil deve discutir sem preconceitos os temas da Cúpula e com base em propósitos claros do que queremos nas Américas e no mundo. Há aproximações possíveis entre os povos americanos e o dever dos Presidentes é transformá-las em propostas viáveis de ação comum<sup>873</sup>.

A proposta dos EUA não recebia assim apoio irrestrito e muito menos entusiástico. Como diria, em artigo no final de 1994, o Embaixador em Londres, Rubens Antonio Barbosa, "em virtude de seu comércio diversificado entre vários parceiros", o Brasil "não se sentia atraído pelo *NAFTA* com a mesma intensidade de outros países da região"<sup>874</sup>. A ideia da diversidade de parceiros seria tomada também pelo Ministro Celso Amorim, em dezembro, quando declarou que o Brasil não queria ser "*global trader*" ou "*global player*" porque assim o ambicionava, mas porque tinha alternativa, pois nem seu comércio, nem sua cultura, nem as relações políticas permitiam ao país "confinar-se a uma única região"<sup>875</sup>.

#### 6.8.1.4. I Cúpula das Américas – 1994

Duas semanas apenas após a formalização do Mercosul com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto<sup>876</sup>, entre 8 e 11 de dezembro de 1994, a cúpula americana decidiu o lançamento das negociações para uma Área de Livre-Comércio para as Américas – *ALCA*. Representantes de 33 países das Américas (a única exceção Cuba, não convidada para o encontro em Miami) concordaram em iniciar negociações para criar a área em dez anos<sup>877</sup>. Compareceram tanto o Presidente Itamar Franco quanto o



Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. Este próprio diria ter-se se surpreendido, em Miami, com a apresentação de protocolo de criação da ALCA:

Lá chegando, tive uma surpresa com a apresentação do protocolo, em seguida aprovado, de criação da ALCA. Ele fora negociado pelo Itamaraty e dele tomei conhecimento naquele instante. [...] No Brasil, o tratamento fora burocrático. Recordo que pronunciei, em Miami, pequeno discurso de improviso ponderando que a data fixada para a conclusão das negociações da ALCA, 2005, parecia irrealista. Precisaríamos de mais tempo para ajustar os interesses de nossa produção às regras da competição livre. Não obstante, estavam claros os sinais dos novos tempos. Não haveria como escapar da grande questão: teríamos que nos integrar à economia global. Restava saber de que modo, até que ponto e com quais parceiros<sup>878</sup>.

O Brasil assinou a declaração de Miami<sup>879</sup>. Daquele documento constou a resolução de começar imediatamente a construir a “ALCA” (ALCA), na qual as barreiras ao comércio e ao investimento seriam progressivamente eliminadas. Constou também a resolução de concluir as negociações “o mais tardar até 2005”, concordando-se em que, até o fim do século XX, seria feito progresso concreto para a realização daquele objetivo. O documento dispunha ainda que as delegações trabalhariam “com base nos acordos sub-regionais e bilaterais existentes, com vistas a ampliar e aprofundar a integração econômica hemisférica e tornar esses acordos mais parecidos”<sup>880, 881</sup>.

Roberto Abdenur, Secretário-Geral do Itamaraty em 1994, em artigo publicado anos depois, narrou como, graças a “intenso trabalho de articulação diplomática”, conseguiu-se “aglutinar o Grupo do Rio em torno de uma plataforma comum mais cuidadosa, que reconhecesse a necessidade de mais tempo de preparação, que proclamasse a necessidade de levar em conta as assimetrias existentes, e que reconhecesse o Mercosul e os demais agrupamentos sub-regionais como *building-blocks* de uma futura liberação comercial a ser conduzida em termos igualitários – coisa que, por sua vez, abria o campo para o ulterior aprofundamento daquela União Aduaneira, quaisquer que viessem a ser os resultados atingidos pela ALCA”<sup>882</sup>.

### 6.8.1.5. Rodada Uruguai do GATT

Em outubro de 1993, o Ministro Celso Amorim parecia pouco otimista com relação à conclusão da Rodada Uruguai, dadas as “resistências da Comunidade Europeia (mas também do Japão) em absorver certos aspectos de uma agenda essencialmente ditada pelos EUA”. Mas, apesar das dificuldades, em 15 de dezembro, após sete anos de negociação, a Rodada Uruguai do GATT alcançou conclusão exitosa<sup>883</sup>. Foi a mais abrangente das Rodadas até então realizadas, pois resultou no corte das tarifas sobre manufaturados em mais de um terço e, sobretudo, na inclusão da agricultura e serviços no regime multilateral pela primeira vez. Teve ainda como resultado a transformação do GATT, um tratado, em uma organização internacional permanente, a OMC<sup>884</sup>.

Marcelo de Paiva Abreu diria que os resultados atingidos refletiam os entendimentos entre a CEE e os EUA a respeito da agricultura e serviços, embora diluídos após a atuação da França na obstrução à aceleração da liberalização agrícola bem como ao acesso a serviços audiovisuais. Houve corte nas tarifas incidentes sobre produtos industriais. O Brasil consolidou todas suas tarifas: 35% para produtos industriais e 55% para agrícolas. A negociação de alguns serviços continuaria. Foi criada a OMC em substituição ao GATT a partir de 1º de janeiro de 1995, com um sistema de solução de controvérsias mais eficaz<sup>885</sup>. Para alguns, a conclusão da Rodada e a criação da OMC pareciam reduzir a possibilidade de guerra comercial global e, até mesmo, de tensões políticas internacionais que esta inevitavelmente geraria<sup>886</sup>.

Em abril de 1994, em Marraqueche, foram assinados os acordos da Rodada Uruguai. Em discurso que lá pronunciou, Celso Amorim declarou que a “conclusão exitosa da Rodada Uruguai” fora – e era – “um imperativo na estratégia global de promoção da integração competitiva do Brasil na economia mundial”. Em artigo naquele mês, o Chanceler brasileiro declarou que a importância da Rodada Uruguai para o Brasil estava “também diretamente relacionada à execução do programa interno de liberalização e desregulamentação comercial, bem como à meta mais ampla de promoção na economia mundial”. Concluiu que, diante do então vigente “cenário de coexistência não conflitiva das tendências de globalização e regionalização da economia mundial”, o Brasil, por sua condição de *global trader*, tinha “natural interesse na consolidação de regras estáveis e equilibradas para o comércio internacional”.

Celso Amorim informou, em maio, que o Brasil apresentara, na Rodada Uruguai, uma “oferta de consolidação de suas tarifas a 35% para todo o universo tarifário (*across the board*) para produtos industriais”, ao

mesmo tempo em que assumira, “em relação a produtos agrícolas, os compromissos de redução contidos na Ata Final”. Explicou que, em virtude dessas “mudanças de política” fora possível, também, aceitar a inclusão dos chamados “novos temas”: propriedade intelectual, investimentos e serviços, “no entendimento de que essa seria a contrapartida necessária para a preservação do sistema multilateral e o aperfeiçoamento das regras e procedimentos multilaterais consubstanciados na parte normativa da Rodada (notadamente salvaguardas, antidumping, direitos compensatórios e solução de controvérsias) e para a abertura, ainda que modesta, do setor agrícola”. Esclareceu que, no que se referia a serviços, o Brasil fizera oferta bastante ampla, que cobria “grande número de setores, além de ter trabalhado ativamente na confecção do acordo-quadro.”

O Ministro defendeu, em junho, as vantagens da Rodada ao notar que o Brasil se habilitava a receber os benefícios decorrentes da redução global da ordem de 40% no nível das tarifas alfandegárias, assim como da integração dos setores agrícola e têxtil no conjunto de normas acordadas, bem como a eliminação dos acordos de “restrição voluntária” (quotas impostas pelos países desenvolvidos para proteger indústrias locais declinantes, como a siderúrgica). Acrescentou que era também expectativa brasileira “aumentar a participação brasileira no comércio internacional num ambiente de respeito às regras e medidas unilaterais ou práticas desleais” que ferissem os direitos brasileiros e prejudicassem os interesses do país. Observou finalmente que, além desses benefícios que decorriam diretamente dos acordos firmados em Marraqueche, os resultados acordados na Rodada constituíam “um marco de referência para a contenção de contenciosos comerciais bilaterais”.

### **6.8.2. Finanças**

A dívida externa seria objeto de negociações. Em novembro de 1993, o Brasil assinou um acordo com mais de oitocentos credores e obteve crédito no mercado financeiro internacional<sup>887</sup>. Em março de 1994, foi concluído, em Toronto, o acordo da dívida externa, um dia antes do acordo de Marraqueche<sup>888</sup>. A partir dessa negociação, o Brasil equacionou finalmente sua dívida externa.

O Brasil continuaria a negociar acordos bilaterais de investimento. Na Mensagem ao Congresso Nacional em 1994, o Presidente Itamar Franco informou que haviam sido “rubricados acordos com quatro países, realizadas as primeiras etapas de negociações com três outros e concluídos os entendimentos relativos ao Acordo Quadripartite no âmbito do Mercosul”<sup>889</sup>.

## 6.9. O Serviço Exterior Brasileiro

O Embaixador Roberto Abdenur, no dia de sua posse como Secretário-Geral, tal como seus antecessores imediatos, comprometeu-se a buscar recursos para o Itamaraty:

Serei incansável no esforço de contribuir para aportar à instituição os meios materiais para prosseguir nessa missão. Serei incansável na busca de dar melhores condições ao trabalho aos funcionários, mais meios aos postos, maior respaldo aos agentes que, longe da pátria, esforçam-se por projetar a melhor imagem possível de um país complexo, eivado de contrastes e contradições, mas também pleno de realizações e potencialidades.

Em matéria relativa a brasileiros no exterior, teria relevância, no período, a assinatura de Memorando de entendimento com Portugal sobre a atividade de cirurgiões dentistas brasileiros naquele país.

## 6.10. Síntese da primeira gestão de Celso Amorim

Nas eleições presidenciais de 1994, Fernando Henrique Cardoso foi eleito no primeiro turno, tendo obtido 54% dos votos, contra 27% para Luís Inácio Lula da Silva e apenas 3% para Leonel Brizola. Num balanço da política externa do governo Itamar Franco, em 19 de dezembro de 1994, Celso Amorim a qualificaria de “política de autenticidade” e criticaria os que a classificavam de “neoliberal”:

A política externa do Presidente Itamar Franco foi [...] uma política de autenticidade. Uma política de autenticidade não precisa afirmar que é uma política independente.[...]É claro que quem classifica a atual política externa brasileira de neoliberal, ou não entende nada de neoliberalismo, ou não entende nada de política externa brasileira.

Terminado o governo, em artigo publicado em 10 de janeiro de 1995, o Ministro Celso Amorim fez um balanço da política externa no governo Itamar Franco. Destacou, entre as iniciativas lançadas, a criação da CPLP e a proposta da Área de Livre-Comércio Sul-Americana – ALCSA. Referiu-se à “determinação de levar adiante” o Mercosul e o memorando de entendimento entre o Mercosul e a UE “com vistas a uma associação inter-regional”. Descreveu a atuação em relação a Cuba e ao Haiti, tendo

observado que o Brasil reafirmara “vocação para soluções que passem pelo diálogo, que favoreçam a via pacífica e que repudiem ações unilaterais de caráter intervencionista, abertas ou veladas”. Com respeito a Cuba, afirmou ter o Brasil aberto “o caminho para um diálogo construtivo” entre aquele país “e a comunidade interamericana e internacional, em áreas tão importantes como a não proliferação e a dos direitos humanos”. No tocante à ONU, declarou que o governo Itamar Franco deixara “lançadas as bases para que o Brasil possa vir a integrar, de forma permanente, o órgão onde se tomam e se tomarão cada vez mais decisões que afetam não só a paz e a segurança internacionais, mas outros aspectos das soluções entre os Estados e mesmo dentro dos Estados”. No que diz respeito a crises, como as de Angola e Moçambique, afirmou que o Brasil exercera “papel ativo no encaminhamento e solução”. Finalmente, mencionou ter, como Ministro, dado continuidade ao relançamento, “no seio da ONU” da “temática do desenvolvimento, erodida pelas confrontações estéreis dos anos 70 e 80”.

Por sua vez, o Secretário-Geral, Embaixador Roberto Abdenur, fez o seguinte resumo:

Durante a gestão do Presidente Itamar Franco [...] pôde a diplomacia brasileira aproveitar-se das novas oportunidades de atuação internacional decorrentes das mudanças do perfil interno do país e da evolução do quadro externo. Deu-se impulso ao relacionamento com os principais atores internacionais (EUA; UE; Japão), expandiu-se e consolidou-se a projeção latino-americana de nossa presença externa (G-Rio; Mercosul; ALCSA) e buscaram-se formas mais dinâmicas de presença do Brasil na África (PLP; ZPCAS), na Europa Oriental (visita do Ministro Celso Amorim à Rússia em outubro de 1994; decisão de abertura de Embaixada brasileira na Ucrânia) ou na Ásia/Pacífico (“parceria estratégica” com a China; revalorização dos países da ASEAN; visita do Ministro Celso Amorim à Austrália e à Nova Zelândia). Consolidou-se o perfil do Brasil como um parceiro confiável e importante em áreas como não proliferação, meio ambiente e direitos humanos. O Brasil soube demonstrar, em suma, singular capacidade de articulação e mobilização no plano internacional e firma-se, sempre mais, como um ator global<sup>890</sup>.

A gestão de Itamar Franco seria sobretudo marcada pelo lançamento do Plano Real iniciado pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso e desenvolvido pelo Ministro Rubens Ricúpero no Ministério da Fazenda, bem como pela negociação da dívida externa, objeto do acordo em Toronto em 1994. O desdobramento dessas duas questões, isto

é, controle da inflação e equacionamento da dívida externa, teriam forte impacto positivo na economia e no posicionamento brasileiro no plano internacional para toda a década seguinte.

Do ponto de vista estritamente de política externa, poderia ser dito que na primeira gestão de Celso Amorim à frente do Itamaraty, recebeu ênfase, no plano geral, a questão do desenvolvimento. Destacaram-se, no âmbito político: a defesa do reingresso de Cuba na OEA e o não apoio brasileiro à intervenção no Haiti; no plano multilateral: a defesa da reforma do CSNU para aumento do número de seus membros não permanentes e a disposição brasileira para assumir um desses novos assentos; na esfera plurilateral: a institucionalização da CPLP; e na econômica externa: o lançamento da ALCSA e a conclusão da Rodada Uruguai.

- 
662. Ney Canani, *Política Externa no governo Itamar Franco (1992-1994)*, pp. 43-44.
663. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 559.
664. Ney Canani, *Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994)*, p. 82.
665. Ney Canani, *Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994)*, p. 83.
666. Celso Amorim. "Uma diplomacia voltada para o desenvolvimento e a democracia", in Gelson Fonseca et al (org) *Temas de Política Externa Brasileira II*, p. 16.
667. Mônica Hirst e Leticia Pinheiro, "A política externa do Brasil em dois tempos", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 38, no.1, 1995, p. 15.
668. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 197.
669. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 197.
670. Itamar Franco, *Discursos de Política Externa – II*, p. 111.
671. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 679.
672. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 679.
673. Mônica Hirst e Leticia Pinheiro, "A política externa do Brasil em dois tempos", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 38, no.1, 1995, p. 16.
674. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2 2001, p. 134.
675. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 212.
676. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 222.
677. Luiz Inácio Lula da Silva, "A Cúpula de Miami" in *Política Externa*, vol.3, nº2, setembro-outubro-novembro 1994, p. 109.
678. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 60.
679. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 572.
680. Celso Amori, "Que viva Itamar", in *Carta Capital*, 10 de julho de 2011.
681. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 515.
682. João Clemente Baena Soares, *Síntese de uma gestão*, p. 117.
683. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 289.
684. Ronaldo Mota Sardenberg, "O Brasil na Presidência do CSNU", in Gelson Fonseca, *Temas de Política Externa II*, p. 138.
685. Irene Pessôa de Lima Câmara, *Em Nome da Democracia*, p. 170.
686. Irene Pessôa de Lima Câmara, *Em Nome da Democracia*, p. 166.
687. Irene Pessôa de Lima Câmara, *Em Nome da Democracia*, p. 170.
688. Carlos Eduardo Lins da Silva, "Futebol, paz e riscos para o Brasil no Haiti", in *Política Externa*, vol.13 no.2, set/out/nov 2004, p. 79.
689. Madeleine Albright, *Madam Secretary – A Memoir*, p. 158.
690. Antonio Patriota, *O CSNU após a Guerra do Golfo*, p. 135.
691. Madeleine Albright, *Madam Secretary – A Memoir*, p. 159.
692. Carlos Eduardo Lins da Silva, "Futebol, paz e riscos para o Brasil no Haiti", in *Política Externa*, vol.13 no.2, set/out/nov 2004, p. 79.
693. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2 2001, p. 141.
694. Irene Pessôa de Lima Câmara, *Em Nome da Democracia*, p. 171.
695. Irene Pessôa de Lima Câmara, *Em Nome da Democracia*, p. 171.

696. Antonio Patriota, O CSNU após a Guerra do Golfo, p. 136.
697. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 44, no.2 2001, p. 134.
698. Fundação Alexandre de Gusmão, Grupo do Rio, p. 57.
699. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 620.
700. William J. Clinton, My life, p. 618.
701. L.F. Seixas Corrêa, A Palavra do Brasil na ONU, pp. 572-3.
702. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 212.
703. Antonio Patriota, O CSNU após a Guerra do Golfo, p. 129.
704. Antonio Patriota, O CSNU após a Guerra do Golfo, p. 129.
705. Carlos Eduardo Lins da Silva, "Futebol, paz e riscos para o Brasil no Haiti", in Política Externa, vol.13 no.2, set/out/nov 2004, p. 79.
706. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, pp. 52-60.
707. João Clemente Baena Soares, Síntese de uma gestão, p. 66.
708. Paulo Roberto C.Tarrisse da Fontoura, O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU, p. 202.
709. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 197.
710. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 197.
711. David Reynolds, One World Divisible, p. 611.
712. Roberto Abdenur, "Política externa e Desenvolvimento", in Política Externa, vol. 3 no. 3, dezembro 1994, p. 60.
713. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 658.
714. William J. Clinton, My Life, p. 502.
715. Mônica Hirst e Leticia Pinheiro, "A política externa do Brasil em dois tempos", in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 38, no.1, 1995, p. 17.
716. Roberto Abdenur, "Política externa e desenvolvimento", in Política Externa, vol. 3, no. 3, p. 67.
717. Tony Judt, Postwar: A History of Europe since 1945, p. 719.
718. William R. Keylor, The Twentieth Century World, 476. O processo levaria a que, com o correr dos anos, dez países se tornassem membros da OTAN: Bulgária, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polónia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.
719. Jório Dauster, "Mercosul – UE: rumo à associação inter-regional", in Política Externa, vol.4, nº4, março-abril-maio 1996, p. 50.
720. Jório Dauster, "Mercosul – UE: rumo à associação inter-regional", in Política Externa, vol.4, nº4, março-abril-maio 1996, p. 51.
721. Paul Taylor, "The European Union in the 1990s: Reassessing The Bases of Integration" in Ngaire Woods, Explaining International Relations Since 1945, p. 306.
722. Tony Judt, Postwar: A History of Europe since 1945, p. 720.
723. José Calvet Magalhães, Breve História das Relações Diplomáticas entre Brasil e Portugal, pp. 149-151.
724. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 619.
725. David Reynolds, On World Divisible, p. 618.
726. William J. Clinton, My life, p. 610.
727. Mark Kramer, "The Soviet Union and Eastern Europe: Spheres of Influence" in Ngaire Woods, Explaining International Relations Since 1945, p. 119.
728. William R. Keylor, The Twentieth Century World, p. 461.
729. Tony Judt, Postwar: A History of Europe since 1945, p. 642.
730. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 673.
731. [http://en.wikipedia.org/wiki/Bosnia\\_and\\_Herzegovina#The\\_Bosnian\\_and\\_Herzegovinian\\_War\\_.281992.E2.80.931995.29](http://en.wikipedia.org/wiki/Bosnia_and_Herzegovina#The_Bosnian_and_Herzegovinian_War_.281992.E2.80.931995.29)
732. Antonio Patriota, O CSNU após a Guerra do Golfo, p. 92.
733. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 289.
734. Ronaldo Mota Sardenberg, "O Brasil na Presidência do CSNU", in Gelson Fonseca, Temas de Política Externa II, p. 137.
735. William J. Clinton, My life, p. 581.
736. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 639.
737. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 921.
738. William J. Clinton, My life, p. 583.
739. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 922.
740. William J. Clinton, My life, p. 591.
741. William J. Clinton, My life, p. 592.
742. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 922.
743. Paul Kennedy, The Parliament of Man, p. 101.
744. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 923.
745. Madeleine Albright, Madam Secretary – A Memoir, p. 191.
746. Niall Ferguson, Colossus, p. 145.
747. Paul Kennedy, The Parliament of Man, p. 198.
748. Mônica Hirst e Leticia Pinheiro, "A política exterior do Brasil em dois tempos", p. 19.
749. William Woodruff, A Concise History of the Modern World, p. 267.
750. L.F. Seixas Corrêa, A Palavra do Brasil na ONU, p. 573.

751. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 507.
752. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 510.
753. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 573.
754. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 289.
755. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 124.
756. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 513.
757. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 514.
758. José Flávio Sombra Saraiva, *O lugar da África*, p. 224.
759. Madeleine Albright, *Madam Secretary – A Memoir*, p. 144.
760. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 619.
761. William J. Clinton, *My life*, p. 551.
762. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 823.
763. Ronaldo Mota Sardenberg, "O Brasil na Presidência do CSNU", in Gelson Fonseca, *Temas de Política Externa II*, p. 136.
764. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 289.
765. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 619.
766. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 683
767. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 96.
768. Madeleine Albright, *Madam Secretary – A Memoir*, p. 145.
769. Paulo Roberto C.Tarrisse da Fontoura, *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU*, p. 202.
770. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 103.
771. Ronaldo Mota Sardenberg, "O Brasil na Presidência do CSNU", in Gelson Fonseca, *Temas de Política Externa II*, p. 137.
772. Madeleine Albright, *Madam Secretary – A Memoir*, p. 149.
773. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 694.
774. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 744.
775. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 744.
776. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 743.
777. Antonio Patriota, *O CSNU após o Conflito do Golfo*, p. 114.
778. Antonio Patriota, *O CSNU após o Conflito do Golfo*, p. 109.
779. Antonio Patriota, *O CSNU após o Conflito do Golfo*, p. 116.
780. Antonio Patriota, *O CSNU após o Conflito do Golfo*, p. 117.
781. William J. Clinton, *My life*, p. 609.
782. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 403.
783. Antonio Patriota, *O CSNU após o Conflito do Golfo*, p. 121.
784. Ronaldo Mota Sardenberg, "O Brasil na Presidência do CSNU", in Gelson Fonseca, *Temas de Política Externa II*, p. 137.
785. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU: 1998-1999*, p. 107.
786. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 591.
787. Em sua autobiografia, Clinton narra como conseguiu evitar que Arafat beijasse Rabin.
788. Avi Shlaim, "The Middle East: The Origins of Arab-Israeli Wars" in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 238.
789. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 701
790. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 702
791. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 382.
792. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 916.
793. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 703
794. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 529.
795. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 703.
796. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 531.
797. William J. Clinton, *My life*, p. 625.
798. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 97.
799. William J. Clinton, *My life*, p. 626.
800. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 529.
801. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 212.
802. Guido Fernando Silva Soares, "Legitimidade de uma guerra preventiva, em pleno 2003?", in *Política Externa*, vol. 12, jun/jul/ago, 2003, p. 25.
803. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 288.
804. Roberto Abdenur, "O Brasil e a nova realidade asiática: uma estratégia de aproximação", in *Política Externa*, vol.2, no.3, dezembro-janeiro-fevereiro 1994, p. 69.
805. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 493.
806. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 501.
807. Mônica Hirst e Leticia Pinheiro, "A política externa do Brasil em dois tempos", p. 18.
808. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 484.



809. Eliana Cardoso e Shahid Yusuf, "Capitalismo vermelho: crescimento e inflação na China", in *Política Externa*, vol.3, no.1, junho-julho-agosto 1994, p. 34.  
<http://www5.cao.go.jp/e-e/doc/summary.html>
810. José Flávio Sombra Saraiva, *O lugar da África*, p. 230.
811. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, "As Conferências de Cúpula Iberoamericanas: um Formato em Busca de Substância", in Gelson Fonseca, *Temas de Política Externa II*, p. 161.
812. J. A. Lindgren Alves, "A Conferência do Cairo sobre população e desenvolvimento e suas implicações para as relações internacionais", *Política Externa*, Vol. 3, no. 3, dezembro-janeiro-fevereiro 1994-95, p. 134.
813. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 91.
814. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 68.
815. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 564.
816. Celso Amorim, "O Brasil e o CSNU" in *Política Externa*, vol 3 , nº 4, março-abril-maio 1995, p. 9.
817. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 708
818. Celso Amorim, "O Brasil e o CSNU" in *Política Externa*, vol 3 , nº 4 , março-abril-maio 1995, pp. 11-12.
819. Celso Amorim, "O Brasil e o CSNU" in *Política Externa*, vol 3 , nº 4, março-abril-maio 1995, p. 13.
820. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 577.
821. Celso Amorim, "O Brasil e o CSNU" in *Política Externa*, vol 3 , nº 4, março-abril-maio 1995, p. 13.
822. Adam Roberts, "The United Nations: Variants of Collective Security" in Ngaire Woods, *Explaining International Relations Since 1945*, p. 315.
823. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 554.
824. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 554.
825. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 566 e Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Externa*, no. 73, 66.
826. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 554.
827. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 619.
828. William J. Clinton, *My life*, p. 563.
829. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 456.
830. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 673.
831. William J. Clinton, *My life*, p. 570.
832. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 553.
833. Mônica Hirst e Leticia Pinheiro, "A política externa do Brasil em dois tempos", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 38, no.1, 1995, p. 14.
834. Roberto Abdenur, "Política externa e desenvolvimento", in *Política Externa*, vol. 3, no. 3, dezembro-janeiro-fevereiro 1994, p. 67.
835. Márcilio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 252, nota 13.
836. Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Externa*, no. 74, p. 120.
837. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 578.
838. José Eduardo M. Felício, "Os Regimes de Controle das Tecnologias Avançadas e a Inserção do Brasil na Nova Equação do Poder Internacional", in Gelson Fonseca et al (org), *Temas de Política Externa II*, p. 276.
839. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 554.
840. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 556.
841. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2, 2001, p. 135.
842. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 691.
843. Giberto Vergne Saboia, "Um improvável consenso: a Conferência Mundial de Direitos Humanos e o Brasil", *Política Externa*, vol. 2, no.3, dezembro-janeiro-fevereiro 1994, p. 15.
844. Antonio Augusto Caçado Trindade, "A proteção internacional dos direitos humanos no limiar do novo século e as perspectivas brasileiras", in Gelson Fonseca, *Temas de Política Externa II*, p. 167.
845. Roberto Abdenur, "Política externa e desenvolvimento", in *Política Externa*, vol. 3, no. 3, dezembro-janeiro-fevereiro 1994-95, p. 67.
846. Mônica Hirst e Leticia Pinheiro, "A política externa do Brasil em dois tempos", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 38, no.1, 1995, p. 12.
847. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 563.
848. Roberto Abdenur, "Política externa e desenvolvimento", in *Política Externa*, vol. 3, no. 3, p. 70.
849. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *O Brasil desde 1980*, p. 91.
850. Alcides G. R. Prates, "países de porte continental", com base no Grande Atlante Geográfico de Agostini.
851. Alcides G.R.Prates, "O Brasil e a coordenação entre os países de porte continental numa perspectiva atual", in *Revista Brasileira de Política Externa*, Ano 39, no.2, p. 39.
852. Roberto Abdenur, "A política externa brasileira e o "sentimento de exclusão", in Gelson Fonseca et al (org) T, *emas de Política Externa II*, p. 36.
853. Roberto Abdenur, "A política externa brasileira e o "sentimento de exclusão", in Gelson Fonseca et al (org) T, *emas de Política Externa II*, p. 43.
854. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 28.
855. Ney Canani, *Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994)* , p. 80.
856. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *O Brasil desde 1980*, p. 89.

858. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 106.
859. Vera Thorstensen, "Relações comerciais entre a UE e o Mercosul", in *Política Externa*, vol. 5, no. 1, 1996, p. 41.
860. Maria Helena Tachinardi, "Mercosul: desafios e oportunidades" in *Política Externa*, vol.3, nº 4, março-abril-maio 1995, p. 85.
861. Maria Helena Tachinardi, "Mercosul: desafios e oportunidades" in *Política Externa*, vol.3, nº 4, março-abril-maio 1995, p. 86.
862. Maria Helena Tachinardi, "Mercosul: desafios e oportunidades" in *Política Externa*, vol.3, nº 4, março-abril-maio 1995, p. 83.
863. Itamar Franco, discurso na VII Reunião do Conselho do Mercosul, in *Política Externa*, vol.3, nº 4, março-abril-maio 1995, p. 125.
864. Miriam Gomes Saraiva e Fernando Roberto de Freitas Almeida, "A integração Brasil-Argentina no final dos anos 90", p. 27.
865. Amado Luiz Cervo, "Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 45, no 1, 2002, p. 27.
866. Itamar Franco, *Discursos de Política Externa - II*, 73 e Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Externa, no. 73, p. 74.
867. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 578.
868. William J. Clinton, *My Life*, p. 557.
869. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 823.
870. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 537.
871. David Reynolds, *On World Divisible*, p. 614.
872. Luiz Inácio Lula da Silva, "A Cúpula de Miami" in *Política Externa*, vol.3, nº2, setembro-outubro-novembro 1994, p. 110.
873. Fernando Henrique Cardoso, "Uma nova rota para as Américas" in *Política Externa*, vol.3, nº2, setembro-outubro-novembro 1994, pp. 111-112.
874. Rubens Antonio Barbosa, "O Brasil e suas opções internacionais: a articulação entre o universal e o regional", in *Política Externa*, vol. 3, no. 3, dezembro-janeiro-fevereiro 1994-95, p. 103.
875. Ney Canani, *Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994)*, p. 71, nota 37.
876. Roberto Abdenur, "Mercosul, ALCA, UE - reflexões para uma estratégia brasileira" in *Política Externa*, vol.6, nº 2, setembro-outubro-novembro 1997, p. 62.
877. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 661.
878. Fernando Henrique Cardoso, *A Arte da Política*, p. 611.
879. Ney Canani, *Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994)*, p. 93.
880. *Declaração de Princípios*, in *Política Externa*, vol.3, nº 4, março-abril-maio 1995, p. 135.
881. Regis Bonelli e Armando Castelar Pinheiro, "Abertura e crescimento econômico no Brasil", in *Brasil Globalizado*, p.98.
882. Roberto Abdenur, "Mercosul, ALCA, UE - reflexões para uma estratégia brasileira", in *Política Externa*, vol.6, no. 2, setembro 1997, p. 63.
883. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 222.
884. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 651.
885. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, pp. 98-100.
886. William R. Keylor, *The Twentieth-Century World*, p. 547.
887. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *O Brasil desde 1980*, p. 80.
888. Marclio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 366.
889. Fernando P. de Mello Barreto Filho, *O Tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiros*, p. 49.
890. Roberto Abdenur, "Política externa e desenvolvimento", in *Política Externa*, vol. 3, no. 3, dezembro-janeiro-fevereiro\1994-1995, pp. 68-69.

## Capítulo VII

### Luiz Felipe Lampreia



*“A diplomacia não cria interesses, mas interpreta-os e representa-os, projetando mais além de nossas fronteiras a vontade soberana da sociedade”.*

Luiz Felipe Lampreia

Fernando Henrique Cardoso nomeou para chefiar o Itamaraty o Embaixador Luiz Felipe Lampreia. Diplomata de carreira, nascido no Rio de Janeiro, o novo Ministro ingressara na carreira diplomática em 1963. Após trabalhar na área econômica no Itamaraty (1963-66), serviu na Missão do Brasil na ONU em Nova York (1966-68) e na Delegação junto ao GATT em Genebra (1968-71). De retorno ao Brasil, atuaria novamente na área econômica, quando foi nomeado porta voz-do Ministro Antonio Azeredo da Silveira (1977-79), a quem acompanhou como Ministro Conselheiro em Washington (1979-83), antes de ser comissionado Embaixador no Suriname (1983-85). Retornando à Secretaria de Estado, chefiou o Departamento de Cooperação (1987) e foi Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos (1988-1990). Após exercer o cargo de Embaixador em Lisboa (1990-92), regressou ao Brasil para ser Secretário-Geral do Itamaraty em outubro de 1992 na gestão de Fernando Henrique Cardoso na pasta do Exterior. Chefiava a Delegação em Genebra (1993-95) quando foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, cargo que ocuparia por cerca de seis anos, até o final de 2000.

\*

Ao dar posse a Lampreia, o Presidente Cardoso descreveu o momento que vivia o país em 1995, em meio a três “processos e transformação”: a consolidação da democracia, a “continuidade do processo de maior abertura da economia ao intercâmbio internacional”, e a “estabilização da economia

a partir do Plano Real<sup>891</sup>. De fato, esses três processos se desenvolveriam durante os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso. Em seu primeiro mandato (1995-1998), seria consolidado o plano de estabilização econômica, que incluía privatizações e substituição do papel do Estado como agente regulador e não produtor<sup>892</sup>. O governo enfrentaria, logo no início, a crise mexicana (que causou uma forte redução nas reservas entre finais do ano anterior e março de 1995)<sup>893</sup>, em seguida a crise financeira asiática de 1997 (as reservas caíram de 63 para 52 bilhões em novembro)<sup>894</sup> e finalmente a inadimplência russa de agosto de 1998 (em outubro, as reservas haviam caído 40%)<sup>895</sup>. Após elaborar programa de ajuste fiscal e de comprometer-se com reformas estruturais, o Brasil recebeu do FMI US\$ 41 bilhões em novembro daquele ano. Aprovada emenda constitucional que permitiu sua reeleição, Fernando Henrique Cardoso venceu Lula com 53% dos votos. O segundo colocado obteve apenas 32% dos votos no primeiro turno. Em janeiro de 1999, logo no início do segundo mandato, o Banco Central anunciou que o real não mais seria atrelado ao dólar, tendo a desvalorização subsequente servido para amortizar a queda do crescimento econômico. Mesmo com câmbio flutuante, o país alcançou as metas do FMI e a economia cresceu 4,4% em 2000.

\*

O contexto internacional mostrava-se favorável a entendimentos no plano político, embora no econômico várias crises financeiras se sucedessem. Nos EUA, a Presidência de Bill Clinton (1993-2000) se mostraria menos belicosa do que a de seus antecessores republicanos e mais propensa ao uso da diplomacia também do que a de seu sucessor. Na América Latina, teve destaque, em 1997, a crise de reféns na residência do Embaixador do Japão em Lima, tomada por terroristas. Na Europa Ocidental, haveria, em 1995, o ingresso da Áustria, Finlândia e Suécia na UE. O Leste Europeu apresentaria várias formas de instabilidade: conflitos entre a Chechênia e o governo russo; o agravamento da situação na Bósnia; em 1998, a crise econômica na Rússia; e finalmente a questão do Kosovo entre forças da Iugoslávia e kosovares albaneses. No Oriente Médio, teriam destaque a crise de desarmamento do Iraque, com conflitos entre a UNSCOM e o governo de Saddam Hussein sobre a verificação de armas; e a tentativa de Clinton de intermediar acordo de paz entre israelenses e palestinos. Na África, em agosto de 1998, terroristas ligados a Bin Laden atacaram com bombas as embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia. Na Ásia, houve o retorno, em 1997, de Hong Kong à soberania da China e a realização, em 1998, dos testes nucleares pela Índia e pelo Paquistão. No plano multilateral, teria relevância a aprovação do Protocolo de Kyoto por um comitê da ONU.

Na parte do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso em que Lampreia se manteve a frente do Itamaraty (1999-2000), continuariam a ter relevância questões no Leste Europeu e o processo que levaria, poucos anos depois, à invasão e ocupação do Iraque. Na Europa, em 1999, houve a introdução do euro como moeda única na maior parte dos países da UE; a República Tcheca, Hungria e Polônia adeririam à OTAN; forças desta atacariam a Iugoslávia e deslocar-se-iam para o Kosovo; e tropas russas invadiriam a Chechênia. Em 2000, Putin anunciaria a queda da capital da Chechênia; o parlamento russo ratificaria o II Tratado de Redução de Armas Estratégicas; e Milosevic recusar-se-ia a aceitar a perda de eleição na Iugoslávia. No Oriente Médio, em 1999, líderes de Israel e da Palestina assinariam o acordo que tratou da retirada de Israel de parte da Cisjordânia; e de passagens entre Gaza e a Cisjordânia; em 2000, Israel retiraria suas últimas tropas da zona de segurança no sul do Líbano e ocorreria a primeira *intifada* em Jerusalém. Na Ásia, em 1999, um referendo realizado em Timor Leste aprovaria sua independência e Macau seria transferida de Portugal para a China.

Alguns dados adicionais no período entre 1995 e 2000 indicariam mudanças no plano mundial que teriam impacto nas relações internacionais. Em primeiro lugar, os dados populacionais mostraram tendências relevantes. No início da gestão de Lampreia, em 1995, a população mundial era estimada em 5.457 milhões de pessoas, distribuídas em 192 países<sup>896</sup>. Destes, 87 possuíam menos de cinco milhões de habitantes, 58 menos do que 2,5 milhões e 35 com menos de 500 mil habitantes<sup>897</sup>. O Brasil ocupava posição populacional relevante, embora inferior à da China e da Índia, pouco abaixo daquela dos EUA e pouco acima da existente na Rússia. Ao final do período, em 2000 a população mundial já alcançava seis bilhões de pessoas, ou seja, era três vezes maior do que a existente quando da criação da ONU em 1945<sup>898</sup>. Especificamente, no caso do Brasil, as taxas de fertilidade no Brasil haviam caído de 5,8 filhos em 1970 para 4,4 em 1980 e apenas 2,3 em 2000<sup>899</sup>. As alterações no nível populacional de cada país e cada região teriam direta relação com o peso dos países nos processos decisórios, dados os tamanhos dos mercados nas negociações econômicas e mesmo na disputa por recursos para cooperação internacional.

Outro dado relevante para as relações internacionais seria a modificação na natureza dos conflitos armados e, em consequência, a natureza da ação internacional requerida para enfrentá-los. Um relatório de 1995 indicava que, de quase cem conflitos armados ocorridos entre 1989 e 1995, apenas cinco não eram de natureza interna<sup>900</sup>. Esse dado estaria entre os que levaram, durante os anos seguintes, à proliferação de missões

de paz da ONU com atribuições para atuação no âmbito interno de vários países, como seria o caso nos Bálcãs e diversos países africanos.

O avanço da democracia no plano mundial também teria interesse para o exame do desenvolvimento das relações internacionais no período. Em 1998/9, o número de países democráticos no mundo era muito superior ao do início da década de 1970. Um estudo em que se levaram em conta direitos políticos e liberdades civis, 43% dos países existentes (88 de 191) classificavam-se como países livres, quando em 1972-1973, esse percentual era de apenas 30%. Também o número de países considerados “não livres” caíra de 46% para 26% (de 67 para 50)<sup>901</sup>. Não é de se estranhar, nesse novo contexto, o número de ações multilaterais e regionais tomadas para impor sanções e tentar restabelecer governos democraticamente eleitos derrubados por golpes de Estado. Por fim, é de se mencionar – como um subproduto da expansão da democracia – o enorme crescimento do número de organizações não governamentais, que se multiplicaram, tendo passado de 6 mil, em 1990, a 26 mil, em 2000<sup>902</sup>. A atuação dessas entidades teria significado importante, sobretudo para negociações multilaterais em temas específicos tais como meio ambiente, direitos humanos e desarmamento.

## 7.1. Linhas gerais da política externa

Ao tomar posse em 2 de janeiro de 1995, Lampreia referiu-se às duas forças que, no seu entender, conduziam o mundo do pós-Guerra Fria: a democracia e a “liberdade econômica com preocupação social”<sup>903</sup>. Como iniciava-se, então, governo liderado pelo Partido Social Democrático, tal binômio, parecia natural. Sua transposição à política externa seria exposta pelo novo Chanceler ao dizer que o Itamaraty tinha então como objetivos:

- ampliar a base externa para a consolidação da estabilidade econômica e a retomada do desenvolvimento em forma sustentável e socialmente equitativa, abrindo mais e melhores acessos aos mercados, ajudando a proteger a nossa economia de práticas desleais de comércio, atraindo investimentos e tecnologia, melhorando as condições de acesso ao conhecimento;
- melhorar o padrão das relações do Brasil com seus parceiros, alargando o leque dessas parcerias operacionais e diversificando o relacionamento;

- dar ênfase à cooperação internacional que nos permita melhorar nossa competitividade e produtividade e que nos auxilie a progredir no tratamento de temas, como direitos humanos, proteção ambiental, combate ao narcotráfico e ao crime organizado, que figuram em lugar de destaque na nossa agenda interna e na agenda internacional; e

- buscar uma maior e mais adequada participação no processo decisório regional e mundial, tanto nos foros políticos como nos foros econômicos<sup>904</sup>.

Uma maior presença do Brasil no cenário internacional foi defendida, em setembro, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Considerou que o Brasil tinha credenciais para tanto por ser um país de grandes dimensões territoriais (e populacionais, pois, contava então com cerca de 160 milhões de pessoas) que vivia em paz com seus dez vizinhos havia mais de um século, com tradição diplomática pacífica e que participara da II Guerra Mundial (“única nação latino-americana a fazê-lo”), e por defender os princípios da liberdade política e econômica, os mesmos que então prevaleciam em escala mundial. Sublinhou que o país ia retomando o “crescimento com estabilidade econômica”, que oferecia “possibilidades de parceria atraente”. Destacou ainda ser o Brasil uma sociedade democrática, que se orgulhava de ser multirracial, formada por elementos de variada origem étnica que conviviam em harmonia. Frisou que a democracia tinha sido a base de um país moderno, justo, próspero, em que os valores de cidadania e os direitos humanos eram respeitados. Concluiu ser o Brasil “um país que, com tranquilidade e autoconfiança reconquistadas”, estava “pronto para assumir novas responsabilidades internacionais”.

Pontos que poderiam orientar a ação externa do Brasil foram expostos por Lampreia, em março de 1996, a partir de uma análise que fez da situação do país no plano internacional. Ao tratar da dimensão continental do Brasil, afirmou que, em política externa, não bastava “ser grande e atraente para gerar interesses e promover parcerias”, era preciso “*parecer grande e atraente*”. Ressaltou a tradição brasileira de inserção internacional, opinando que nunca fora seriamente admitida a ideia da autarquia, tendo a história reforçado a vocação universalista do país. Expressou entendimento de que havia também uma “tradição de economia de mercado das mais sólidas entre os países em desenvolvimento”. Notou ainda que havia se ampliado consideravelmente a presença internacional do Brasil, gerando parcerias novas tanto no mundo em desenvolvimento quanto no mundo desenvolvido. Discorreu sobre como a estabilização econômica estava servindo de alavanca para a inserção externa, elevando o país a uma posição



“de realce na agenda mundial”. Lembrou, no mesmo sentido, a relevância da consolidação da democracia como “sinônimo de estabilidade”. Não deixou de se referir, com realismo, aos “indicadores sociais ainda muito abaixo da média, a funcionar como fator de constrangimento em várias áreas”. Concluiu que, embora “com uma economia industrial forte e inúmeras marcas de desenvolvimento”, o país era “ainda marcado por muitas características do subdesenvolvimento e da pobreza”, dado que considerou “primário” para a inserção internacional do país e “portanto uma condicionante fundamental” de sua política externa.

Lampreia listou, em exposição que fez à Comissão de Relações Exteriores da Câmara no mês seguinte, “algumas diretrizes básicas da diplomacia do governo Fernando Henrique Cardoso”. Afirmou que esta era “universalista e não excludente”, esclarecendo que essa característica derivava da própria inserção internacional do Brasil, “um país com relações equilibradas entre quatro grandes polos – a Europa, a América do Norte, a América Latina e a Ásia – e com presença expressiva nos cinco continentes”. Disse que não haviam “elementos ideológicos” que presidiam a busca das parcerias. Ressaltou que a diplomacia brasileira atuava com princípios, mas com pragmatismo, buscando oportunidades onde existissem. Defendeu a concepção brasileira de não privilegiar um ou outro relacionamento externo, um ou outro foro internacional ou agrupamento regional ou temático, em prejuízo ou detrimento de outros.

No final do mês, no discurso do Dia do Diplomata, Lampreia declarou que os vetores da diplomacia brasileira eram claros:

participar ativamente dos mecanismos decisórios internacionais, para reforçar a nossa projeção externa e nossa capacidade internacional, e ampliar o acesso brasileiro a mercados, capitais e tecnologias, gerando mais e melhores empregos em uma sociedade que deles necessita para ser mais justa e equitativa.

Dois princípios da política externa brasileira naquele momento foram enunciados, em maio, pelo Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Sebastião do Rego Barros: a prevalência do interesse público e nacional sobre o particular e privado, e a prevalência da visão de futuro sobre o imediatismo. Com respeito ao segundo, observou que a “credibilidade internacional de um país” dependia, “em grande medida, de uma atuação externa fundada no respeito a valores e princípios”. Para ele, a “pendularidade, o recurso a decisões de impacto, as flutuações ideológicas e o oportunismo diplomático” tendiam a “corroer a confiança



junto aos demais países e a minar a credibilidade externa". Expressou a opinião de que um dos patrimônios do Itamaraty constituía "o legado de uma atuação fundada em valores permanentes, que conferem um mínimo de regularidade ao comportamento externo do país e, portanto, à sua própria respeitabilidade como interlocutor de seus parceiros". Explicando esse ponto, Rego Barros descreveu, como "fatores da imagem de um país", "o relacionamento harmonioso com os países vizinhos, o recurso ao diálogo e à cooperação, a defesa permanente da paz e do desarmamento e o respeito ao Direito Internacional". Afirmou que "a observância de princípios e valores" não significava, no entanto, que a ação externa devesse "degenerar em dogmatismo ou principismo extremado". Nesse sentido, concluiu, é necessário "dispor de um pragmatismo e flexibilidade no tratamento das questões internacionais, quando menos pelo caráter mutável da agenda internacional, das configurações de poder entre os países e do próprio estado de desenvolvimento do país". Alertou, porém, que o "exercício da flexibilidade e do pragmatismo" não podia, entretanto, implicar o "abandono de valores invioláveis, que constituem a própria identidade da atuação diplomática do Brasil". Declarou que o Ministério das Relações Exteriores procurava atuar, portanto, "com base em objetivos nacionais permanentes - paz, desenvolvimento, cooperação - e, apenas quando conciliáveis com estes, atua em defesa de objetivos particulares e imediatos reivindicados por grupos ou nacionais"<sup>905</sup>.

O reconhecimento das limitações do Brasil constituía componente de sua ação diplomática. Em julho, Lampreia voltou a ressaltar as "características do subdesenvolvimento e da pobreza" que marcavam o Brasil e considerou ser esse "um dado primário" da inserção internacional do país e portanto uma "condicionante fundamental" que não podia ser esquecida ou alterada "pela simples força das imagens". Afirmou que os limites da ação diplomática eram os limites dos próprios recursos brasileiros, sendo sua principal baliza o princípio de que era importante para o Brasil "assumir, nas suas relações com o mundo, um lugar condizente com as suas dimensões e com as características de grande país em desenvolvimento".

A questão dos fundamentos que permeavam a ação diplomática brasileira seria tratada por Rego Barros, em novembro, quando afirmou que a diplomacia brasileira atuava "no sentido de fortalecer as credenciais, confiabilidade e credibilidade brasileiras no exterior", com base na percepção de que o Brasil era "um membro efetivo da comunidade internacional, identificado com as regras básicas de relacionamento no âmbito das relações internacionais contemporâneas". Nesse sentido,

indicou como questões para uma estratégia de defesa nacional, a “preservação do Estado legítimo, democrático, a defesa dos direitos humanos, a prevenção dos problemas em áreas como a não proliferação de armas nucleares, o terrorismo, drogas e meio ambiente, entre outras”.

Linhas de atuação da ação externa foram resumidas, em março de 1997, por Lampreia. Após reiterar que “as relações com a Argentina e o Mercosul” constituíam “prioridades absolutas”, enumerou várias outras áreas de interesse prioritário:

- consolidar e aperfeiçoar as relações com os nossos principais sócios, tanto no mundo desenvolvido como no mundo em desenvolvimento;”

- desenvolver as relações com novos sócios ou com sócios não tradicionais do Brasil, especialmente na Ásia, a última grande fronteira da diplomacia brasileira”;

- participar ativamente da construção do multilateralismo comercial, sob orientação da OMC”;

- em combinação com isto, consolidar o Mercosul, como uma dimensão adicional da individualidade de cada um dos seus membros, e dar-lhe uma crescente projeção regional e internacional, como entidade com personalidade própria e em nenhuma forma como uma mera etapa transitória no processo de integração em circuitos geográficos mais amplos”; e

- participar ativamente do processo de integração hemisférica mas guardando um paralelismo entre o desenvolvimento das relações com a Europa e os demais núcleos, o que dá um perfil equilibrado às nossas relações econômicas internacionais; no processo de integração regional, explorar o potencial, o peso e a dimensão da economia brasileira como fator positivo no desenvolvimento do comércio e das relações econômicas na América do Sul<sup>906</sup>.

Antevia o governo mudanças internas que poderiam ter reflexos na atuação externa. Em discurso que pronunciou em junho de 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que, durante muito tempo, a ação externa sofrera os constrangimentos impostos pelas dificuldades que o país experimentava, internamente, para traduzir seu potencial como nação em realidades tangíveis. Ressaltou que tudo isso estava mudando e que as realizações que o Brasil alcançara nos últimos anos haviam aberto um novo espaço de atuação diplomática também

no plano político. Notou o interesse externo pelas posições do Brasil nos temas da agenda internacional e o fato de o país ter se tornado cada vez mais uma voz relevante no cenário internacional.

Em todas as indicações de prioridades, era destacada a relevância da vizinhança mais próxima, acrescida da aproximação com mercados emergentes. No seu discurso de posse no segundo mandato, em 1999, Fernando Henrique Cardoso ressaltou a “dimensão prioritária e irreversível do Mercosul”; a “criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul”; e a “visão de integração hemisférica e de laços mais sólidos com a UE, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África”.

Por sua vez, no dia 4, ao dar posse ao Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa no cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, Lampreia anunciou as prioridades para o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A América Latina continuou a receber destaque na lista mas, logo em seguida, aparecia como prioridade a “participação no processo de integração hemisférica”, embora qualificada (“não haverá concessões comerciais de nossa parte, se não houver estrita reciprocidade em termos de acesso ao mercado norte-americano, canadense e mexicano”). Em seguida, eram mencionados os relacionamentos com EUA, UE e Japão, China, países da África e Oriente Médio. Como outras prioridades, eram listadas: a atuação na ONU, na OMC, na defesa dos direitos humanos, na proteção do meio ambiente, no combate ao crime organizado, na promoção das exportações, no apoio a negociações financeiras, e na proteção e assistência aos brasileiros no exterior<sup>907</sup>.

Na mesma ocasião, Lampreia discorreu sobre os condicionamentos da política externa brasileira, deixando clara sua visão contrária a projetos externos grandiosos e custosos:

[...] o Brasil enfrenta ainda um amplo conjunto de graves problemas e desafios internos, a começar pela superação da injustiça social e de nossas fragilidades econômicas, que absorvem cotidianamente as atenções e as energias de todos nós.

[...] Os formuladores da política externa brasileira devem estar sempre atentos a este condicionamento básico. Não devem esquecer que o sentido principal da política externa precisa ser a busca do desenvolvimento, em todos os seus múltiplos aspectos. Não devem, assim, contemplar ou preconizar programas e objetivos diplomáticos que superem a disposição de nossa sociedade para

apoiá-los e financiá-los. Não podem pensar em iniciativas que não tenham enraizamento nos interesses nacionais.

[...] É muito claro, para mim, que o Brasil deve procurar exercer um papel ativo e universal na defesa de uma ordem internacional, de um sistema econômico e comercial, de instâncias e processos decisórios mais abertos, justos e favoráveis aos países em desenvolvimento. Trata-se de uma decorrência natural de sermos uma das grandes nações, uma das grandes economias do mundo.

Mas, é igualmente claro que não devemos, nem podemos alimentar visões de projeção global de nosso poder político-militar. As carências que enfrenta o povo brasileiro não permitem, de modo algum, a mobilização dos enormes recursos necessários para dar lastro e credibilidade a um projeto dessa natureza, como em algum momento imaginaram os defensores da ideia do “Brasil potência.”

Tais limitações da atuação brasileira eram frequentemente reconhecidas. O Embaixador Gelson Fonseca Jr., assessor internacional do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em março, posicionou o Brasil como “um país médio”, isto é, com “alguma presença global, pelo comércio e pela atuação em organismos multilaterais, e forte presença regional na América do Sul”, região na qual tinha “condições para influenciar na definição da agenda”, sobretudo porque o país não tinha “rivalidades decorrentes de disputa hegemônica ou conflitos com vizinho”. Por outro lado, Fonseca reconheceu, tal como o fizera Lampreia, que a capacidade brasileira de influência internacional ainda estava “limitada por problemas internos, a restringir estruturalmente as possibilidades de ação do Estado, que dispõe de instrumentos (econômicos, militares, etc.) escassos e nem sempre plenamente mobilizáveis”. A constatação dessa “condição de país médio” levava, na sua opinião, a uma atitude de “preferência pela diplomacia e pelo direito” e ao “consequente afastamento de políticas de poder”. A esse respeito, notou que o Brasil, como país que não detinha “recursos extraordinários de poder militar”, poderia aspirar a uma “inserção [internacional] mais favorável” na medida em que prevalecesse uma conjuntura na qual as condições de ascensão fossem dadas pelos fatores em que tinha vantagens competitivas. Nesse quadro, concluiu que, “do ângulo interno”, os objetivos brasileiros de desenvolvimento-justiça social tinham uma dimensão internacional que ia da “obtenção de investimentos à capacidade de influenciar a agenda econômica internacional”. Essa seria mais facilmente realizada se soubesse o Brasil tomar medidas internas que

significassem “crescimento, melhor distribuição de renda, bom *record* em matéria de direitos humanos, etc.”. Na sua visão, isso daria ao país “força de atração para o aumento de influência” em áreas de seu interesse<sup>908</sup>.

Os valores democráticos continuavam a embasar as enunciações sobre a ação externa. Em discurso em abril de 1999, Luiz Felipe Lampreia afirmou que o Brasil praticava uma política externa convergente com os vetores principais da vida internacional, pois os brasileiros queriam mais democracia, mais respeito aos direitos humanos, mais oportunidades de realização pessoal e bem-estar material, mais liberdade e melhores condições de empreendimento econômico, mais acesso a bens e serviços gerados no exterior, mais espaço para exportar seus produtos, mais preservação do meio ambiente, e mais cooperação no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Acrescentou que tal impulso transformador devia combinar-se, no entanto, com uma boa dose de realismo, pois o meio internacional era um dado da realidade, cuja dinâmica, estava além do controle individual de qualquer país.

Naquele ano, o Presidente Fernando Henrique Cardoso resumiu os grandes temas da política externa de seu governo até aquele momento. Logo após o Mercosul, aparecia novamente, em segundo lugar, a “defesa dos interesses” brasileiros nas negociações da ALCA, linguagem que contrastava com a de “aproximação com a UE”:

- a prioridade da consolidação e aprofundamento do Mercosul;
- a sua ampliação na perspectiva de integração sul-americana;
- a defesa de nossos interesses no processo de integração hemisférica, de aproximação com a UE e nas negociações comerciais na OMC;
- o acesso à alta tecnologia; o contínuo aprofundamento de nosso compromisso com a proteção dos direitos humanos e com a preservação ambiental;
- o avanço em nossa participação no regime de não proliferação de armas de destruição em massa;
- a consolidação de uma rede de parcerias estratégicas bilaterais com países importantes;

- o aprimoramento dos processos internos de elaboração da política externa, mediante a criação de mecanismos inovadores de diplomacia pública e de diplomacia federativa<sup>909</sup>.

## 7.2. Américas

No âmbito das Américas como um todo, o governo manteria portas abertas ao diálogo hemisférico.

Muitos dos governos dos países da América Latina continuariam na segunda metade da década de 1990 a adotar políticas de livre mercado, privatizações, ajustes financeiros com redução de gastos e aumentos de impostos. Assim seriam, por exemplo, os governos de Sánchez de Lozada, na Bolívia; de Fujimori, no Peru; de Caldera, na Venezuela; e de Zedillo, no México. Muitas dessas medidas seriam objeto, no entanto, de reação popular negativa em presságio de mudanças políticas que adviriam na década seguinte, em especial na Bolívia e no Equador, países nos quais as dificuldades econômicas somavam-se a insatisfações por parte da população indígena. No final da década, o cenário estava preparado para a eleição de governos de esquerda na maior parte dos países latino-americanos.

Uma análise da situação da América Latina foi apresentada, em fevereiro de 1998, por Rego Barros. Notou que a região passara por “uma revolução pacífica e silenciosa” na década anterior, tendo sofrido “profunda transformação, tanto política quanto econômica” cujas principais características haviam sido a mudança da “predominância do autoritarismo e da incerteza”, para a prevalência da democracia e da estabilidade; de regimes autoritários para um novo clima político criado pela integração, que deixara de ser meramente retórica, para ser realidade; de economias controladas e dirigidas fortemente pelo Estado, por “bem sucedidas e muito difundidas experiências de privatizações e reforma do setor público”; de região fechada para o comércio mundial” para uma de abertura e aumento da competição; de área marcada por crises de dívidas e estagnação econômica, por uma área que se tornara destinatária preferencial para investidores internacionais; de economias nas quais a inflação frustrava qualquer projeto de desenvolvimento nacional ou planejamento corporativo, para estabilidade dos preços que começava a assegurar uma distribuição mais equitativa da renda, trazendo novos segmentos da população para o mercado consumidor; de taxa média de inflação de 337% em 1994, para 11% em 1997.

Ressaltou ainda que a principal virtude do bem-sucedido processo de reformas da América Latina era a combinação da “sempre crescente abertura política com o desenvolvimento de um ambiente cada vez mais transparente, ordenado e moderno, propício para as atividades econômicas”.

### 7.2.1. *América do Sul*

Desde a adesão do México ao NAFTA, algumas vozes se ouviam a favor da ideia de integração sul-americana, priorizando esta em relação à latino-americana como um todo. Assim foram as iniciativas de aproximação da Iniciativa Amazônica ao Mercosul, na gestão do Ministro Fernando Henrique Cardoso; e a da criação da ALCSA, na primeira gestão de Celso Amorim, ambas no governo de Itamar Franco. Seria, no entanto, na gestão de Lampreia, no governo do Presidente Cardoso, que se realizaria a primeira cúpula sul-americana. Os passos seriam tomados com cuidado, e incluiriam, no final, até mesmo as Guianas, tradicionalmente mais próximas do Caribe do que da América do Sul.

A primeira reunião de Chefes de Estado sul-americanos seria preparada com antecedência. Ao discorrer, em setembro de 1995, sobre os eixos de integração sul-americana, Rego Barros salientou a relevância de “debate sobre o processo de integração sul-americano e, em particular, sobre um de seus aspectos fundamentais, ainda que dos menos discutidos: a integração física do continente”. Atribuiu importância “à necessidade de maior articulação da rede de transportes dos países da região” e realçou que um dos obstáculos à maior integração sul-americana era, “justamente, a falta de uma malha viária mais densa na região”. Outros exemplos da aproximação gradual em direção a uma política sul-americana se deram também quando, em 1996, Brasil, Argentina e Paraguai criaram o Triplo Comando para a Tríplice Fronteira<sup>910</sup> ou, quando, em julho de 1998, foi aprovado o Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. O documento previa procedimentos, em casos de ruptura da ordem democrática, que incluíam consultas e suspensão do direito de participação no processo de integração<sup>911</sup>.

A aproximação tinha caráter essencialmente político, econômico e não militar, mesmo porque havia diferenças marcantes na área estratégica, como um exame da correlação de forças armadas, em 1998, indicava. Embora em número de efetivos militares o Brasil ultrapassasse de longe os demais países sul-americanos, examinada a relação entre

o orçamento destinado à defesa nacional e o PIB, verificava-se que o país encontrava-se abaixo do Suriname, Colômbia, Equador e Chile. Em outras palavras, as despesas militares do Brasil em relação ao PIB (2,3%) situavam-se na média sul-americana<sup>912</sup>. No início de 1999, do ponto de vista estratégico-militar, a situação do Brasil na América do Sul era de pouca proeminência em matéria de equipamento, embora altamente relevante em termos de número de componentes das forças armadas. Como observou José Luiz Machado e Costa, não havia “discrepâncias marcantes nos estoques militares dos países sul-americanos, compostos na sua maior parte de material tecnologicamente defasado, com alguns núcleos de modernidade relativa”.

O apoio dos Presidentes da CAN à iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso de convocar reunião de Presidentes da América do Sul foi transmitido, em março de 2000, ao Ministro Lampreia pelo Embaixador do Peru, Eduardo Ponce-Vivanco. A decisão fora tomada durante reunião do Conselho Presidencial Andino, realizada em Lima à qual compareceram os Presidentes da Bolívia, Hugo Bánzer; da Colômbia, Andrés Pastrana; do Peru, Alberto Fujimori; da Venezuela, Hugo Chávez; e do Equador, Gustavo Noboa.

O convite formulado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso aos demais Chefes de Estado da América do Sul para reunião em Brasília foi descrito, em abril, pelo novo Secretário-Geral, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, como sendo “uma oportunidade para consolidar, estruturar e aprofundar a grande diversidade de iniciativas de aproximação entre os países da região sul-americana, nos mais diferentes níveis”. Argumentou que a consolidação do conceito de América do Sul seria “uma contribuição de caráter inédito ao processo de integração latino-americana e caribenha”.

Em preparação à I Cúpula Sul-Americana, a pedido do Presidente Fernando Henrique Cardoso, realizou-se, em agosto, no Instituto Rio Branco, seminário sobre a América do Sul organizado pelos Professores Hélio Jaguaribe e Celso Lafer. No seu encerramento, Seixas Corrêa concluiu ter havido “grande convergência quanto à necessidade de fortalecer os vínculos entre os países da América do Sul, de dar maior coerência e consistência a uma série de iniciativas bilaterais e sub-regionais”, as quais só teriam “a ganhar com uma visão integrada da agenda comum” do subcontinente.

O próprio Presidente Cardoso publicou, no dia 30, artigo intitulado “O Brasil e uma nova América do Sul” no qual expôs algumas de suas ideias sobre o subcontinente. Observou que o destino brasileiro



estava unido ao de seus vizinhos. Na sua visão, a reunião seria “o momento de reafirmação da identidade própria da América do Sul como região” onde a democracia e a paz abriam a perspectiva de uma integração cada vez mais intensa entre países que conviviam em “um mesmo espaço de vizinhança”. Ressaltou que a região tinha traços que a distinguiam no cenário internacional, bem como “uma história comum e uma herança compartilhada de cultura e de experiência humana”. Notou que sua geografia oferecia “extraordinária base física para os esforços de integração”; notou a luta de todos para transpor os “obstáculos ao desenvolvimento econômico”; e sublinhou a “reconquista da democracia e do Estado de Direito, pela valorização dos direitos humanos e das liberdades públicas”. Concluiu que a reunião de Brasília daria uma oportunidade sem precedentes para discutir essas questões, e outras que formassem a agenda própria dos povos sul-americanos.

Como previsto, reuniram-se, no dia 31, em Brasília, os Chefes de Estado dos doze países sul-americanos<sup>913</sup>. Ao historiar o evento, Fernando Henrique Cardoso acentuou a importância da integração física da região prevista na chamada Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)<sup>914</sup>. Do extenso Comunicado de Brasília emitido no final da reunião, constou que o encontro representara um importante estímulo para a organização da “convivência no espaço comum sul-americano e para continuar apoiando na América do Sul a conformação de uma área singular de democracia, paz, cooperação solidária, integração e de desenvolvimento econômico e social compartilhado”<sup>915</sup>.

\*

O relacionamento do Brasil com os países da América do Sul seria fluido, com destaque para os exitosos esforços diplomáticos empreendidos pelo Brasil para encontrar solução pacífica para o conflito entre Peru e Equador.

### 7.2.1.1. *Argentina*

Na Argentina, Menem foi reeleito em maio de 1995, sendo sua vitória atribuída à enorme queda no crescimento da taxa de inflação<sup>916</sup>. Problemas financeiros levaram o FMI, em janeiro de 1996, a indicar a necessidade de corte orçamentário no país. No mês seguinte, o governo Menem obteve poderes para efetuar tais reduções, mas, em agosto e setembro, sua decisão de aumentar impostos seria objeto de enfrentamentos, protestos e greves<sup>917</sup>.

O processo de integração prosseguiu seu curso. Em abril de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Buenos Aires. Em sessão solene no Congresso argentino, afirmou que visitava Buenos Aires para fortalecer cada vez mais uma relação que já adquiria a “condição de ser mutuamente essencial para o Brasil e a Argentina”. Ressaltou terem sido firmados acordos nas áreas de cooperação técnica, espacial e de meio ambiente, de interconexão energética, de integração física e de formação de recursos humanos, além de uma Declaração Política. Em maio, Lampreia chamava a atenção para o fato de que a Argentina era então o primeiro fornecedor de petróleo ao Brasil, com uma média de 135 mil barris diários naquele primeiro semestre do ano. Em setembro, pela primeira vez, os exércitos do Brasil e da Argentina realizaram um exercício conjunto na província de Corrientes<sup>918</sup>.

A integração econômica com seus vizinhos no Cone Sul não impedia o governo Menem de continuar sua aproximação política dos EUA. Em janeiro de 1997, em visita à Argentina, o Presidente dos EUA, Bill Clinton, anunciou ter concordado com o pedido de Menem de que a Argentina se tornasse “*major strategic non-NATO ally*”, tal como Israel, Egito e Japão<sup>919</sup>. Em meados de agosto, a Secretária de Estado, Madeleine Albright, de fato anunciou a intenção estadunidense de incluir a Argentina entre os sete países não membros da OTAN com os quais os EUA mantinham relações próximas (Japão, Coreia do Sul, Israel, Egito, Jordânia, Austrália e Nova Zelândia)<sup>920</sup>.

Em reação à decisão de Washington, no dia 20, o ex-Presidente José Sarney pronunciou discurso no Senado no qual declarou que não havia nada que justificasse “o oferecimento a qualquer país – não só à Argentina, como a qualquer outro país desta área, nem mesmo o Brasil – do ‘guarda-chuva nuclear’ dos EUA em matéria de segurança mundial”. Notou que o Chile, pelo seu Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Miguel Insulza, condenara também a decisão norte-americana, sublinhando que ela alterava “o equilíbrio estratégico” da região. Afirmou que a decisão americana não constituía apenas “um gesto simbólico” pois, em “política – e principalmente em política externa –, os símbolos carregam decisões e sinalizam procedimentos”. Indagou por que, “no continente mais pacífico da face da Terra, que é a América do Sul, onde não temos guerra nem perspectiva de conflitos”, oferecia-se “uma condição dessa natureza”. Perguntou o que estaria “por trás disso” e concluiu que não se havia “respostas racionais para responder a essas indagações”<sup>921</sup>.

Em linha de pensamento distinta daquela exposta por Sarney, no dia 21, o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Rego Barros, publicou artigo intitulado “A Concessão do *Status* de Aliado Especial

Extra-OTAN à Argentina prejudica o Mercosul?” no qual afirmou que não havia “por que temer iniciativas de cooperação com terceiros países” que não ameaçassem “a atmosfera de paz e prosperidade que construímos, mesmo porque a estabilidade e o desenvolvimento de nossos vizinhos somente contribuem para a estabilidade e desenvolvimento do Brasil”<sup>922</sup>.

No mesmo sentido, quando de uma exposição que fez perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no dia 28, Lampreia reiterou, quanto à aliança extra-OTAN da Argentina, que se tratava de uma “questão nacional argentina e de um tema próprio da agenda bilateral entre a Argentina e os EUA”, e não trazia mal-estar para o governo brasileiro. Expressou a certeza de que o passo não acarretaria distúrbios nas relações de confiança e na parceria que os países da América do Sul vinha construindo com a Argentina. Afirmou ainda que não preocupava o governo a possibilidade de uma corrida armamentista na região. Disse que as compras de armamentos militares na região, mesmo potencialmente, seriam “plenamente compatíveis com as legítimas necessidades de defesa dos países latino-americanos” e se destinavam “basicamente à reposição de equipamento obsoleto ou desgastado pelo uso”. Com respeito à oposição argentina a que o Brasil se tornasse membro permanente do CSNU, afirmou que não era desejo brasileiro que o assunto afetasse adversamente as relações com a Argentina, nem a coesão do Mercosul.

O episódio não parecia apresentar sequelas maiores para a relação bilateral que prosseguiu com normalidade. Por ocasião do encontro dos Presidentes do Brasil e da Argentina, em abril de 1997, foram assinados Acordo sobre transporte fluvial transversal fronteiriço de passageiros, veículos e cargas; memorando de entendimento sobre consulta e coordenação (em matéria de defesa e segurança internacional); ata sobre integração física e controles integrados de fronteira.

As discrepâncias em política externa não afetavam tampouco a integração econômica que continuava inabalada. Em agosto, o Ministro do Exterior argentino, Guido di Tella, assinou com o Embaixador brasileiro em Buenos Aires, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, um Memorando de Entendimento Energético<sup>923</sup>. Em novembro, Menem visitou o Brasil, tendo Cardoso o recebido com palavras de estímulo à formação de uma “aliança estratégica”. Em dezembro, os Presidentes Menem e Fernando Henrique Cardoso inauguraram a Ponte São Tomé-São Borja<sup>924</sup>.

Nesse meio tempo, o Brasil procurava tranquilizar Buenos Aires sobre a questão da reforma do CSNU e a ideia de que pudesse assumir como membro permanente. Em declaração nesse sentido, Lampreia

esclareceu que o Brasil desejava manter “o espírito e as opções brasileiros abertos, evitando que um tema que não é estrutural nas relações com a Argentina possa ter implicações indesejáveis, seja para a parceria bilateral, seja para o funcionamento do Mercosul”.

A questão da OTAN ressurgiu quando, em janeiro de 1998, em alegado reconhecimento de suas contribuições para a segurança internacional e manutenção da paz, o Presidente Bill Clinton formalizou a designação da Argentina como importante aliado não membro da OTAN, único país da América Latina a receber tal qualificação. Em confirmação a essa política externa argentina ativa em seu curso pró-ocidente, na ONU, o governo Menem apoiou políticas e propostas dos EUA, entre as quais, condenações a Cuba na questão de direitos humanos e na luta contra o terrorismo e tráfico de drogas. Na frente europeia, durante o ano, o Presidente Menem efetuou visita de Estado ao Reino Unido e o Príncipe de Gales retribuiu com visita à Argentina.

Alguns outros incidentes surgiam em meio à atmosfera de bom entendimento. Por nota de setembro de 1998, o governo brasileiro rejeitou insinuações provenientes da Argentina de que o governo brasileiro estaria acobertando Wilson Roberto dos Santos, uma fonte supostamente crucial para a elucidação em relação às investigações do atentado contra a AMIA – Associação de Auxílios Mútuos Israelita-Argentina, ocorrido quatro anos antes.

Chegava ao fim o Governo de Carlos Menem. Ao receber sua visita, em setembro de 1999, Fernando Henrique Cardoso elogiou o líder argentino, ressaltando que, durante seus dez anos no poder, “foram precisamente os anos de criação e desenvolvimento do Mercosul”. Afirmou que seu convidado fora “o grande artífice do projeto da estabilidade argentina”, “um dos construtores do Mercosul, desde as suas origens”, “e “o protagonista de mudanças significativas em seu país”.

A situação política interna na Argentina sofreria alteração quando, em outubro, o candidato da aliança UCR-FrePaSo, Fernando de la Rúa, derrotou o candidato peronista Eduardo Duhalde. Terminavam assim dez anos de peronismo<sup>925</sup>, e com a saída de Menem, alterava-se a política externa em que a Argentina estabelecera uma aliança preferencial com os EUA, participara da Guerra do Golfo e deixara o Movimento Não Alinhado<sup>926</sup>.

Ao analisar, em novembro, o relacionamento bilateral, Seixas Corrêa afirmou que a Argentina constituía o “desafio mais complexo, mais prioritário” e o que mais demandava “persistência, criatividade e sentido de futuro por parte da política externa brasileira”. Notou as visões

divergentes sobre questões relevantes do cenário internacional, “a exemplo da reforma da reforma do CSNU”. Notou que o pedido de admissão da Argentina – “já recusado” – fora visto com reservas pelo Brasil.

Fernando de la Rúa tomou posse em 10 de dezembro. Para buscar controle do déficit fiscal federal, seu governo seguiria programa de cortes de gastos, aumento da receita e reformas na repartição desta entre o governo central e as províncias. A crise econômica, porém, continuou causando divergências entre os diversos segmentos políticos. De acordo com os dados argentinos, após a desvalorização cambial brasileira de janeiro de 2000, a balança comercial bilateral passou a apresentar saldo comercial menos favorável à Argentina do que nos anos anteriores<sup>927</sup>. A partir daquele momento, aumentariam as dificuldades no âmbito do Mercosul.

#### 7.2.1.2. *Uruguai*

No Uruguai, Julio Maria Sanguinetti retornou à Presidência depois de intervalo de cinco anos. Renovaria apoio à integração no Mercosul e promoveria reformas que incluiriam melhoras no sistema eleitoral, previdência social, educação e segurança pública.

As relações bilaterais se mantiveram em muito bom nível. Ao abrir, em outubro de 1996, a reunião de comissão bilateral, Lampreia notou que o Brasil era o principal parceiro do Uruguai, tendo absorvido um terço das exportações daquele país vizinho e fornecido quase 25% das importações uruguaias. Observou que a zona fronteiriça reclamava com maior urgência uma modernização dos instrumentos de ação, de mecanismos para atender as comunidades ao longo da fronteira comum. Em janeiro de 1997, Sanguinetti visitou o Brasil e, em maio, Cardoso retribuiu a visita. Ao assinar ajuste complementar ao convênio para a fixação da fronteira Brasil-Uruguai, ressaltou os contratos para a construção na cidade de Rivera de uma estação conversora para a interconexão energética binacional.

A economia uruguaia cresceria até que, em 1999, a queda do preço de produtos primários levasse a uma recessão. Ao receber Sanguinetti no Brasil, em fevereiro de 2000, Fernando Henrique Cardoso reiterou o compromisso com o Mercosul e expôs alguns aspectos do relacionamento bilateral. Referiu-se à “construção de vínculos de infraestrutura e de cooperação local” que atendiam às necessidades das comunidades dos dois lados da fronteira. Forneceu como exemplo disso

“os projetos de integração física e energética, como a estação conversora em Rivera - Santana do Livramento, a linha de extra-alta tensão de San Carlos a Gravataí, ou a malha de rodovias do ‘Eixo Viário do Mercosul’”. Propôs o desenvolvimento de eixos “pensados em escala regional”. Salientou que o desenvolvimento não era algo que pudesse “parar na fronteira”. Na sua visão, o “aproveitamento de recursos naturais, as ligações de transporte e energia” deviam “fazer-se em uma perspectiva sul-americana”.

Nas eleições presidenciais realizadas naquele ano, Jorge Battle, do Partido Colorado, com apoio do Partido Nacional, derrotou o candidato da Frente Ampla, Tabaré Vázquez. Os cinco anos de mandato de Battle, iniciado em março, seriam marcados pela recessão econômica.

### 7.2.1.3 Paraguai

No Paraguai, com o apoio da OEA e de seus países-membros, foi rejeitada em abril de 1996 uma tentativa do Chefe do Exército, General Lino Oviedo, de derrubar o Presidente Wasmosy, dando assim passo importante para fortalecer a democracia. Fernando Henrique Cardoso diria sobre aquele momento:

[...] eu enfrentava séria crise no Paraguai, onde o Presidente constitucional Juan Carlos Wasmosy encontrava-se sob ameaça iminente de sofrer um golpe de Estado. Vi-me compelido a atuar pessoalmente nesse momento delicado de um aliado tão próximo do Brasil, sempre com a ajuda do Embaixador em Assunção, Márcio Paulo de Oliveira Dias, do Itamaraty e das Forças Armadas<sup>928</sup>.

Como observaria Antonio Patriota, foi em razão da ação mediadora por parte do Brasil naquele episódio que o Mercosul introduziu em seu quadro institucional uma cláusula democrática para contemplar a suspensão temporária do pacto dos Estados-membros onde houvesse interrupção da ordem institucional democrática<sup>929</sup>.

Reassegurada a democracia paraguaia, as relações voltaram-se ao aprofundamento de laços. Em outubro de 1996, Lampreia recebeu a visita do Chanceler paraguaio, Rubén Darío Melgarejo Lanzoni. Foram trocados instrumentos de ratificação do Acordo de Cooperação Militar assinado em julho do ano anterior. Mencionou a assinatura então recente do Acordo sobre o Tráfico Ilícito de Armas pelo qual os dois países trocariam

informações sobre os nacionais ou residentes de um deles que efetuassem compra de armas no território do outro.

A situação política no país vizinho ainda traria preocupações e, em 1997, Brasília, Buenos Aires e Washington trabalharam para desarticular nova tentativa de golpe contra o governo de Wasmosy<sup>930</sup>. No ano seguinte, o General Lino Oviedo tornou-se o candidato do partido Colorado para a Presidência, mas o Supremo Tribunal paraguaio manteve, em abril, condenação por acusações relacionadas à tentativa de golpe dois anos antes. Não lhe foi permitido manter a candidatura e ademais foi mantido o confinamento. Seu companheiro de chapa, Raúl Cubas, tornou-se o candidato e foi eleito nas eleições de maio, consideradas justas e livres por observadores internacionais. Um dos primeiros atos de Cubas foi comutar a pena de Oviedo e livrá-lo do confinamento.

Não faltariam chamados brasileiros ao respeito à democracia, bem como expressões do desejo de cooperação bilateral. Assim, em outubro de 1998, ao receber a visita do novo Ministro do Exterior paraguaio, Embaixador Dido Florentín Bogado, Lampreia afirmou que interessava ao Brasil que o Paraguai seguisse “no caminho da estabilidade, dentro de um quadro de plena vigência da democracia representativa e do respeito às instituições políticas e jurídicas nacionais”. Com respeito às relações bilaterais, manifestou desejo de “avançar e aprofundar” a “cooperação nos mais diversos setores, da promoção de investimentos à cooperação técnica, da integração física à cooperação consular, da proteção ambiental à coordenação de esforços para o combate aos ilícitos na região da fronteira”. Mencionou especificamente a “coordenação de esforços entre a Secretaria da Receita Federal e os órgãos correspondentes no Paraguai, com vistas ao aprimoramento dos controles e da fiscalização do comércio irregular”.

O clima político paraguaio continuaria a apresentar incertezas. Em fevereiro de 1999, desafiando decisão judicial, Cubas se recusou a enviar Oviedo à prisão. Nessa atmosfera política tensa, foi assassinado, em março, o Vice-Presidente Luís María Argaña, inimigo político de Oviedo, o que levou a que tivesse início processo de *impeachment* de Cubas no dia seguinte<sup>931</sup>. No dia 26, o assassinato de oito estudantes em protesto contra o governo, que se acreditava ter sido levado adiante por partidários de Oviedo, deixou claro que o Senado votaria a favor da remoção de Cubas no dia 29. Diante dessa circunstância, Cubas renunciou um dia antes. O Presidente do Senado, Luís González Macchi, opositor de Cubas, foi empossado como Presidente no mesmo dia. Cubas partiu para o Brasil onde recebeu asilo. Oviedo também fugiu, primeiramente para a Argentina e, em seguida, igualmente para o Brasil.



O Brasil acompanhava a situação paraguaia e coordenava-se com outros países a esse respeito. Em março de 1999, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro Marcos Galvão, informou que o Ministro Lampreia mantivera conferência telefônica com o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Guido di Tella, e com a Secretária de Estado dos EUA da América, Madeleine Albright, durante a qual haviam coincidido em expressar grave preocupação pela situação do Paraguai. Haviam também concordado em fazer um apelo a todos os paraguaios – em especial às suas lideranças políticas e sociais – no sentido de que mantivessem a calma e o comedimento em suas ações. Por nota dias depois, o Itamaraty informou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tomara conhecimento pessoalmente da renúncia do Presidente da República do Paraguai, Engenheiro Raúl Cubas Grau, o qual foi sucedido, em cumprimento à Constituição, pelo Presidente do Senado, Luiz González Macchi. Ressaltou a importância de que o Paraguai encontrasse rapidamente o caminho da paz, da reconciliação e da tranquilidade, dentro do respeito à Constituição e às leis, e com a manutenção plena da institucionalidade democrática. Fez um apelo a todos os grupos políticos e às Forças Armadas do Paraguai para que se mantivessem em atitude de respeito à lei e de confiança na Justiça.

Ao receber Luís González Macchi no Itamaraty, em fevereiro de 2000, Fernando Henrique Cardoso afirmou que lhe coubera “assumir a liderança de seu país em momento difícil, quando as forças do atraso político e da violência haviam gerado uma grave crise institucional”. Notou que, naquele momento, já havia quase um ano, o Paraguai havia reforçado “sua opção pela consolidação democrática” e, para “esse esforço”, podia contar com o apoio brasileiro.

#### *7.2.1.4. Venezuela*

As relações entre o governo brasileiro e o de Rafael Caldera, na Venezuela, eram próximas. Em maio de 1995, Lampreia discorreu, durante seminário em São Paulo, sobre o tema “Mercosul-Venezuela”, ao lado do Chanceler venezuelano, Miguel Ángel Burelli Rivas. Declarou que Brasil e Venezuela eram parceiros que se atribuíam a mais elevada importância, “e não apenas por vontade política” ou pelo fato em si mesmo da vizinhança que gerava “interesses comuns naturais”, mas pela “intensidade do seu intercâmbio”. Observou que os Estados setentrionais brasileiros tinham estreitado cada vez mais seus laços com a Venezuela e



procuravam também explorar as oportunidades que para eles advinham dessa vizinhança e dessa parceria. Ressaltou que a Venezuela, além disso, era país “de intensa agenda regional e internacional e um parceiro político e econômico da maior importância para a maioria dos países latino-americanos”. Considerou que a “intensificação dessa presença venezuelana na agenda econômica sul-americana” era vital e constituiria “um aporte sensível para o processo de integração hemisférica”.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Venezuela, em julho, para participar das comemorações da data nacional venezuelana e discutir uma ampla agenda bilateral. Em discurso que proferiu por ocasião de almoço que lhe ofereceu Caldera, o mandatário brasileiro frisou que a melhora da conexão viária e a promoção da integração energética tinham impacto direto sobre as populações e os agentes econômicos. Foram concluídos, durante a visita, acordos nas áreas de promoção e proteção de investimentos; cooperação fronteiriça em matéria de comércio e transporte rodoviário de passagens de carga; de ciência e tecnologia e de telecomunicações; além de Protocolo de Interação entre a PETROBRAS e a Petroleos de Venezuela. Em discurso feito durante sessão solene do Congresso venezuelano, Fernando Henrique Cardoso anunciou a realização, no trimestre anterior, de campanha conjunta brasileiro-venezuelana para demarcação de limites e levantamento cartográfico na área fronteiriça.

O governo de Rafael Caldera desenvolvia política econômica de livre-mercado e reabriu o setor de petróleo para investimentos estrangeiros privados. A situação econômica continuava, porém, a apresentar dificuldades e o FMI aprovou empréstimo ao país. Caldera implementou programa de redução da Administração Pública, controle da inflação e interrupção de desvalorizações cambiais, ao mesmo tempo em que criava programas sociais. O Banco Interamericano de Desenvolvimento igualmente aprovou empréstimo para ajudar o país a enfrentar as dificuldades econômicas causadas pela queda da receita de petróleo.

Caldera visitou o Brasil em maio de 1996. No discurso pronunciado durante jantar que lhe ofereceu, Fernando Henrique Cardoso afirmou que acompanhava seus esforços “por reformas profundas na Venezuela.” Declarou que o Norte do Brasil estaria proximamente ligado por estrada pavimentada à Venezuela, desde Manaus. Propôs a promoção da integração energética entre os dois países, “explorando em conjunto e com transparência, todas as alternativas”, mencionando entre estas “desde a interconexão elétrica até a parceria petrolífera e os desenvolvimentos possíveis nas áreas de gás e mineração”.

Em outubro, Lampreia realizou visita oficial a Caracas. Ao Chanceler Miguel Ángel Burelli Rivas declarou, durante almoço, que o Brasil defendia a associação da Venezuela ao Mercosul através de um acordo que criasse uma área de livre-comércio entre o Pacto Andino e o Mercosul. Informou que a pavimentação da rodovia BR-174, ligando Manaus a Santa Elena de Uairen, era uma das prioridades estabelecidas no plano de metas do governo brasileiro. Um ano depois, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e Rafael Caldeira inauguraram, no marco BV-8 da divisa entre o Brasil e a Venezuela, a conclusão do asfaltamento daquela rodovia.

A situação política venezuelana sofreria mudança significativa quando, no final do ano, Hugo Chávez venceu as eleições presidenciais. Sua plataforma previa nova constituição, novo nome para o país (*República Bolivariana de Venezuela*) e novas relações sociais entre as classes econômicas. Em dezembro, ainda na qualidade de Presidente eleito, foi recebido para um almoço pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. O novo líder tomou posse em fevereiro de 1999 e, em maio, visitou oficialmente o Brasil. Em setembro, o governo Chávez modificou a legislação sobre hidrocarbonetos com a intenção de retomar a gestão do gás natural<sup>932</sup>.

Em novembro, Seixas Corrêa afirmou que o relacionamento bilateral nos cinco anos anteriores haviam se intensificado e se diversificado. Deu como exemplos, a pavimentação da rodovia Caracas – Boa Vista – Manaus; a construção, então em curso, da linha elétrica de Guri para abastecer Roraima; e o fato de a Venezuela ter passado a ser um dos três maiores fornecedores de petróleo.

Por ocasião de sua visita oficial, em abril, ao discursar para o Presidente Hugo Chávez, o Presidente Fernando Henrique Cardoso se referiu aos avanços alcançados na Comissão Binacional de Alto Nível, a COBAN, na qual haviam sido assinados acordos e discutidos temas fundamentais para o desenvolvimento comum. Mencionou a integração física e, nesse sentido, lembrou que a estrada BR-174 unia os dois países, prolongando-se por 2.500 quilômetros e ligando a floresta amazônica ao mar caribenho. A estrada constituía a única conexão terrestre entre o território brasileiro e o dos vizinhos do norte da América do Sul. Referiu-se também a linha de transmissão elétrica entre Brasil e Venezuela, esclarecendo que refletia a complementaridade de interesses entre os dois países e era projeto prioritário para o Brasil, pois permitiria distribuir energia para uma região do país ainda pouco povoada, que necessitava desenvolver-se.

Havia, no entanto, indicações de dificuldades políticas internas na Venezuela. Por nota à imprensa em maio de 2000, o Itamaraty informou a respeito da situação do Senhor Luís Guillermo Pineda, cidadão venezuelano que solicitara asilo ao governo brasileiro:

No dia 22 do corrente, o Senhor Luís Guillermo Pineda, de nacionalidade venezuelana, solicitou asilo ao governo brasileiro, por meio da Embaixada do Brasil em Caracas, sob a alegação de que, por haver feito denúncias contra autoridades de seu país, estaria sendo vítima de ameaças e temia por sua vida. A Embaixada do Brasil entrou em contato com as autoridades venezuelanas e foi informada serem infundados os temores do Senhor Pineda, podendo ele deixar o país a qualquer momento e para lá retornar quando assim fosse sua vontade.

Ademais, o governo venezuelano prontamente ofereceu, caso o Senhor Pineda mantivesse seu desejo de viajar para o Brasil, todos os meios disponíveis para garantir sua integridade física no percurso entre o prédio da Embaixada, onde se encontrava, até o embarque no aeroporto internacional de Caracas. À luz dessas informações, o Senhor Pineda tomou a decisão de viajar ao Brasil, onde reside um de seus irmãos, na qualidade de turista e por meios próprios, tendo chegado na manhã de hoje a São Paulo. A Embaixada do Brasil em Caracas acompanhou seu embarque, que transcorreu normalmente.

Em eleições realizadas em julho, o mandato de Chávez foi ampliado por mais seis anos. Logo após, iniciou viagem ao exterior tendo mantido reunião com Saddam Hussein, no Iraque, e com Muamar Gaddafi, na Líbia, entre outros. Em outubro, encontrou-se com Fidel Castro com quem organizou plano de suprimento de petróleo em troca de serviços e produtos.

#### 7.2.1.5. *Bolívia*

Avançava a construção de gasoduto entre os dois países. Em agosto de 1995, a *Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos – YPBF* e a PETROBRAS assinaram alterações nos contratos sobre o gasoduto pelas quais se aumentaram o preço inicial do gás e as quantidades no volume contratado. Foi também decidido que o gás seria utilizado não apenas para fins industriais, mas também para a geração de energia termoeleétrica e que o diâmetro do gasoduto seria aumentado para permitir transporte

com o mínimo de custo. Em 1996, foi concluído o contrato de venda de gás boliviano para o Brasil e iniciada a construção do gasoduto Santa Cruz – São Paulo<sup>933</sup>, uma via de transporte com 3.150 quilômetros de extensão, sendo 2.593 em território brasileiro e 557 em território boliviano. A construção começou em 1997, prevendo-se o início da operação em dois anos. Em julho daquele ano, por ocasião da assinatura dos contratos para a construção, dirigindo-se a Sánchez de Lozada, Fernando Henrique Cardoso ressaltou que, depois de quatro décadas de negociações, finalmente se dava a largada em “um projeto de integração de impacto transcendental” não apenas para os dois países, mas também para o “entorno regional”.

O governo de Gonzalo Sánchez de Lozada continuou a seguir agenda de reforma econômica que incluía programa de “capitalização” pelo qual investidores, sobretudo estrangeiros, adquiriram 50% do capital de administração de empresas públicas, nas áreas de petróleo, telecomunicações, transporte aéreo, estradas, serviços públicos de eletricidade. O governo promoveu política de indenização para a erradicação voluntária da coca ilegal, mas obteve pouco êxito na redução da produção boliviana que, em meados da década, respondia por cerca de um terço da coca utilizada mundialmente para o processamento de cocaína. As reformas enfrentaram a oposição de alguns segmentos da sociedade que se manifestaram em protestos sobretudo em La Paz e na zona de produção de coca, Chapare.

Hugo Bánzer, com 71 anos, venceu as eleições presidenciais em junho de 1997<sup>934</sup>. Na campanha eleitoral, Bánzer prometera suspender a privatização da YPFB, mas seu governo deu continuidade a políticas de livre-mercado e desestatização. A economia do país apresentou crescimento relativo no começo do seu governo. Seguindo diretrizes esboçadas pelos EUA, Bánzer lançou um programa de combate ao tráfico de drogas, que incluía a erradicação da coca, utilizando-se para isso de uma polícia especial que fisicamente erradicou a coca da região de Chapare. A produção se reduziu drasticamente em quatro anos, passando a Bolívia a posição de pequeno fornecedor de coca para cocaína. Os que perderam emprego nessa atividade, entretanto, mudaram-se para favelas em La Paz.

As boas relações se mantiveram com o novo governo boliviano. Fernando Henrique Cardoso efetuou, em setembro, visita de trabalho à Bolívia e, em abril de 1998, manteve encontro com Bánzer, em Santa Cruz de la Sierra. Na metade do segundo semestre daquele ano, foram sentidos na Bolívia os primeiros efeitos das crises financeiras brasileira e asiática<sup>935</sup>.

Em fevereiro de 1999, os dois Presidentes inauguraram o Gasoduto Bolívia – Brasil durante encontro de fronteira entre Corumbá e Puerto Suarez. Nota do Itamaraty, na ocasião, previu que o projeto ensejaria

a elevação da participação relativa do gás natural na matriz energética brasileira, do nível então de 2% para cerca de 12% em 2012. Previu também que o gasoduto, em seu quinto ano de operação, devia gerar o equivalente a cerca de 186 mil barris de petróleo por dia. Anunciou que o trecho do gasoduto Bolívia – Brasil, a ser inaugurado, ligaria Rio Grande, na região de Santa Cruz de La Sierra (Bolívia) a Campinas (SP). Acrescentou que estava prevista extensão daquele duto, ainda em 1999, até Porto Alegre.

Numa palestra pronunciada em novembro de 1999, Seixas Corrêa ressaltou a finalização da obra do gasoduto, em fevereiro, que passava a ser “eixo central” da relação do Brasil com a Bolívia. Frisou também a relevância da projetada pavimentação da rodovia Santa Cruz de la Sierra – Puerto Suarez (Corumbá). A obra não trazia efeitos imediatos para a Bolívia, cujo PIB boliviano cresceu apenas 0,61% naquele ano, bem abaixo da taxa de crescimento da população<sup>936</sup>.

Em abril de 2000, teve início a “guerra da água” em Cochabamba a respeito do aumento de tarifas de água potável e de irrigação. Houve uma “guerra cívica” contra os aumentos, seguida de intervenção do exército, medidas de repressão e várias mortes. Ao final, foram aceitas as reivindicações dos indígenas e anulado o contrato com a empresa que executaria projeto hídrico<sup>937</sup>. Em outubro e novembro, houve grandes bloqueios camponeses no altiplano boliviano<sup>938</sup>.

#### 7.2.1.6. *Chile*

O Chile mereceria especial atenção do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que visitou o Chile em 1995 e recebeu o Presidente Eduardo Frei Ruiz Tagle, em março de 1996. Nesta última ocasião, anunciou que o Acordo de Livre-Comércio Chile – Mercosul estava em fase final de negociação; a intensificação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação política entre Brasil e Chile; e referiu-se à urgência da integração viária entre os dois países<sup>939</sup>. Em agosto, Lampreia se referiu ao acordo alcançado com o Mercosul. Disse que se havia chegado, depois de um ano e meio de negociações, a um “acordo minucioso, equilibrado”. Reconheceu que havia um impedimento em razão da existência de uma tarifa externa comum. Notou, porém, que o Mercosul tinha uma tarifa externa comum média de 12% e que a tarifa do Chile estava na faixa de 11%.

Teria repercussão internacional, em outubro do ano seguinte, a prisão do General Augusto Pinochet, em cumprimento a mandado de

prisão emitido por juiz em Madri pelo assassinato de cidadãos espanhóis quando era Presidente do Chile. O ex-ditador, que foi detido enquanto visitava o Reino Unido para tratamento médico, defendeu-se com fundamento em Lei de Imunidade do Estado, argumento não aceito pela justiça britânica. Em março do ano seguinte, porém, Pinochet foi liberado por razões médicas em decisão do Ministro do Interior britânico.

Ricardo Lagos tornou-se, em março de 2000, o primeiro Presidente da esquerda no Chile depois de 30 anos de conservadores<sup>940</sup>. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o conhecia pessoalmente desde o tempo em que morara no Chile, compareceu à sua cerimônia de posse. Dois meses depois, a nova Ministra do Exterior do Chile, Soledad Alvear, visitou o Brasil. Ela destacou que “o Brasil e os demais países do Mercosul representavam para o Chile uma prioridade estratégica” e, com Lampreia, decidiu revisar o Acordo de Transporte Marítimo vigente entre os dois países. Ao final do encontro, ambos verificaram a “necessidade de dar impulso às conversações destinadas à elaboração de um acordo para evitar a bitributação, com vistas a estimular os investimentos”. Prometeram empenhar seus “melhores esforços no sentido de obter avanços significativos na infraestrutura física da região, bem como de telecomunicações e de integração energética, elementos de particular importância para a conformação de um espaço econômico ampliado no Cone Sul do continente”. Destacaram a importância que atribuíam aos programas de cooperação bilaterais e regionais projetados e, nesse sentido, fizeram “especial menção aos projetos de integração física, particularmente os que se referiam às conexões terrestres entre as costas dos oceanos Atlântico e Pacífico”, cujas obras civis possibilitariam “um trânsito mais fluido de pessoas e mercadorias em ambos sentidos”.

Ao receber o Presidente Lagos no Brasil, em julho, o Presidente Cardoso referiu-se a “uma confiança recíproca que não poderia ser maior”. Mencionou valores compartilhados pelos dois países – a democracia, os direitos humanos, a justiça social, o desenvolvimento sustentável – que incentivavam “a intensificar esforços na promoção de interesses comuns”. Registrou o aumento dos investimentos recíprocos e as potencialidades do relacionamento bilateral. Reconheceu as dificuldades “ocasionais”, entre as quais a crise na Ásia, o que ilustrava “a necessidade de reforçar os vínculos no âmbito regional”. Concordou com Lagos no empenho em que a região falasse com uma única voz. Considerou fundamental “avançar com determinação com vistas à incorporação do Chile como membro pleno do Mercosul”.

### 7.2.1.7. Peru e Equador – Conflito na Fronteira

A situação política tanto do Peru quanto do Equador entre 1995 e 2000 seria muito instável, compreendendo processos de remoção de presidentes e protestos diversos, além da invasão da embaixada japonesa em Lima por membros de organização terrorista. Apesar das dificuldades internas, mas com apoio brasileiro, os dois países lograriam alcançar um acordo para pôr fim ao litígio fronteiriço que minava as relações entre aqueles dois países vizinhos havia cinco décadas.

A questão de fronteira ressurgira em janeiro de 1995 quando ocorreu a chamada *Guerra do Cenepa* entre os dois países<sup>941</sup>. Lampreia diria que, de “certo modo”, a agenda diplomática do governo Fernando Henrique Cardoso incorporara “desde logo às suas prioridades a disputa entre Equador e Peru”, pois o conflito eclodiu cinco dias depois da sua posse como Presidente<sup>942</sup>.

O Embaixador Osmar Chohfi, que teve atuação destacada na resolução do conflito, descreveria a situação interna de cada um dos dois países contendores. Notou que o Peru, “sob a tutela de um regime politicamente autoritário, havia obtido conquistas na guerra contra o terrorismo e o narcotráfico e era tido pelas organizações financeiras internacionais como um dos casos de sucesso na implantação das reformas ditadas pelo Consenso de Washington, a despeito de notáveis restrições no campo das liberdades individuais e do estado de direito”. Observou que, do outro lado, o Equador “fora dos primeiros países a trilhar o retorno ao terreno da democracia representativa, mas enfrentava dificuldades econômicas com impacto sobre sua projeção externa, especialmente no que dizia respeito ao conflito com o Peru”. Descreveu a situação militar favorável ao Equador que sustentava “suas posições no Alto Cenepa” e demonstrava “reter o controle do espaço aéreo naquela faixa da fronteira, na Cordilheira do Condor”. Observou que tal fato “propiciou um inestimável componente de auto-estima às lideranças equatorianas”. Por fim, Osmar Chohfi narrou como essa situação foi aproveitada nas negociações no Rio de Janeiro:

[...] os países-garantes puderam capitalizar esse breve momento de (aparente) igualdade de condições, no terreno militar, para obter um compromisso que fazia retornar à jurisdição do Protocolo do Rio de Janeiro o encaminhamento do processo de paz. O Equador, de certa forma, viu-se positivamente induzido a reconhecer a vigência plena do protocolo e a aceitar a intermediação da Garantia, já que corretamente percebia sua superioridade no Cenepa como



um fator apenas momentâneo de influência no campo diplomático. O Peru, por seu lado, cedia na aceitação de elementos estranhos ao protocolo, tal como era a feliz definição dos “impasses subsistentes” - conceito já explorado pelo Itamaraty antes mesmo do conflito de 1995 - , e da cabida às reclamações equatorianas por uma saída amazônica viável, ao acomodar-se à ideia de que deveria ser encontrada uma solução final e duradoura para o conflito<sup>943</sup>.

Por sua vez, Lampreia relatou como os “países garantes se mobilizaram e conseguiram incentivar ambos os governos a assinarem, em 17 de fevereiro, a Declaração de Paz no Itamaraty”. Ressaltou que, nesse documento, o Equador voltara “a aceitar a validade e a vigência do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942 e, por conseguinte, a atuação dos garantes”. Na sua opinião, tal fato permitira ao Peru, em contrapartida, reconhecer “pela primeira vez a existência de impasses na implementação do Protocolo”<sup>944</sup>. De fato, esse reconhecimento levaria a que, do texto da Declaração de Paz, constasse, entre outras, uma cláusula a respeito de “uma área a ser totalmente desmilitarizada, em cuja determinação” seriam “devidamente dadas as garantias necessárias para a segurança das zonas vizinhas de ambos países”<sup>945</sup>.

No Peru, em abril de 1995, Alberto Fujimori foi eleito para um segundo mandato, tendo seu principal opositor, o ex-SGNU Javier Pérez de Cuellar, obtido apenas 22% dos votos. Em julho, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Peru para assistir às cerimônias de posse de Fujimori. Coube-lhe pronunciar discurso em nome dos demais Chefes de Estado das Américas. Enalteceu na ocasião o valor da democracia:

Quero falar em nome de uma América que sabe que não há alternativa fora da democracia. Porque a democracia é o instrumento fundamental que nos assegurará a paz, o desenvolvimento e a estabilidade política e econômica, sobre uma base firme e insubstituível de uma sociedade mais justa e equilibrada, e de um povo cidadão.

No Equador, em 1996, Abdallah Bucaram, do Partido Roldosista, venceu as eleições presidenciais com base em plataforma de reformas econômicas e sociais e tomou posse em agosto. Mas, logo no início de sua gestão, surgiram acusações de corrupção.

Enquanto prosseguiam esforços diplomáticos para a questão fronteiriça, no Peru, em 17 de dezembro de 1996, membros do *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru – MRTA* ocuparam a residência do Embaixador do Japão, durante uma recepção, fazendo mais de 600 reféns, entre os



quais, cerca de 400 diplomatas, além de funcionários do governo peruano, e outros dignitários. A ação teria sido iniciada em protesto a condições carcerárias no país. Três dias depois, 38 reféns foram liberados, entre os quais o Embaixador do Brasil, Carlos Coutinho Pérez.

Em 10 de janeiro de 1997, o Itamaraty informou a respeito dos acontecimentos. Relatou que, desde o instante em que fora informado da situação prevalecente na Embaixada do Japão e da presença do Embaixador do Brasil, Carlos Luiz Coutinho Pérez, entre os reféns, o governo brasileiro mantivera contato frequente, inclusive por intermédio do Presidente da República, com o governo peruano, procurando informações confiáveis e garantias sobre a integridade física dos reféns. Acrescentou que o Itamaraty enviara a Lima, como representante especial, o Embaixador Adolpho Correia de Sá e Benevides com a missão de acompanhar *in loco* a evolução dos acontecimentos, manter contato direto com as autoridades peruanas, apoiar os esforços e o trabalho da Embaixada do Brasil em Lima e estar à disposição do governo peruano para qualquer eventualidade. Esclareceu que, ao ter sido liberado o Embaixador Pérez, o governo brasileiro considerou oportuno e justificável que, após cumprir a incumbência que lhe havia sido atribuída pelos responsáveis pelo sequestro, como condição para a sua libertação juntamente com alguns outros reféns, pudesse o Embaixador ser chamado a serviço para Brasília, a fim de informar seus superiores, reganhar a necessária tranquilidade espiritual e ter descanso físico que lhe permitissem retomar oportunamente as suas funções à frente da Embaixada em Lima, o que fez, no dia 8 de janeiro. Informou que, ao ser libertado, o Embaixador cumprira estritamente o que lhe fora pedido pelos seus sequestradores, entregando mensagem ao Ministro da Educação, Domingo Palermo, designado especialmente pelo Presidente Fujimori como interlocutor do governo peruano no episódio. Ressaltou que o Embaixador Pérez servira, apenas e tão-somente, de intermediário, não se justificando os clamores surgidos na imprensa sobre a necessidade de sua permanência em Lima ou da continuação da sua participação, por qualquer forma, no episódio.

Enquanto isso, no mesmo mês de janeiro, o Presidente do Equador, Abdallah Bucaram, seria acusado de “incapacidade mental” pelo Congresso e afastado do governo, apenas seis meses depois de sua posse<sup>946</sup>. O Congresso deu posse a Fabián Alarcón como Presidente provisório. Por nota do dia 2 de fevereiro, o Itamaraty expressou preocupação com a situação e manifestou sua plena confiança em que o governo, as lideranças políticas e o povo equatoriano, com serenidade e dentro da ordem democrática, saberiam superar os desafios com os quais

se defrontava aquele país. Na semana seguinte, em nova nota, reiterou sua convicção que a situação política se encaminharia em estrita observância aos preceitos constitucionais e à ordem democrática vigentes no país.

Ainda no mesmo mês, os países-garantes lamentaram que circunstâncias inesperadas em ambos países tivessem determinado o temporário adiamento do início de etapa decisiva do diálogo entre o Equador e o Peru. Em 17 de março, os mesmos países expressaram satisfação pela realização no mês seguinte, em Brasília, de conversações entre os governos peruano e equatoriano. Anunciaram que haviam prorrogado por período de três meses a permanência da Missão de Observadores Militares Equador – Peru (MOMEPE). Por nota de abril, o Itamaraty informou que, na presença do Ministro interino, Embaixador Sebastião do Rego Barros, e dos Embaixadores da Argentina, Chile e EUA da América, seria realizada cerimônia de intercâmbio de documentos entre os Embaixadores do Equador e do Peru, no âmbito do Processo de Paz entre aqueles dois países. Dias depois, anunciou a realização da Sessão de Inauguração das Conversações Substantivas no âmbito do Processo de Paz. A cerimônia seria presidida pelo Ministro Lampreia, e contaria com a presença do Chanceler do Equador, Embaixador José Ayala Lasso, e do Ministro do Trabalho e Promoção Social, e Encarregado da Pasta de Relações Exteriores do Peru, Senhor Jorge González Isquierdo.

A crise causada pela ocupação da embaixada do Japão em Lima terminou em 22 de abril quando forças do governo entraram na casa, salvaram os reféns e mataram os 14 rebeldes. A ação do governo teria ajudado Fujimori politicamente pois, naquele mês, ele foi reeleito Presidente<sup>947</sup>, apressando-se seus correligionários a aprovar no Congresso uma lei interpretativa que lhe permitiria na prática concorrer a mais um mandato. Durante os quatro meses e meio que durara o impasse, o MRTA liberara, aos poucos, todos, menos 72 reféns. No dia seguinte, o Ministro Lampreia dirigiu mensagem ao Ministro das Relações Exteriores do Peru, Francisco Tudela, em que afirmou ter recebido a notícia da sua libertação “com alívio e alegria tão grandes” quanto haviam sido sua “preocupação e sentimento de solidariedade durante o longo período de seu sequestro”. Por nota, o governo brasileiro congratulou-se com o do Peru pela libertação dos reféns detidos na Embaixada do Japão em Lima. Reconheceu na ação do governo do Peru “um ato de condenação ao terrorismo, prática que merece o mais firme repúdio, porque fere a dignidade da pessoa e os mais elementares princípios da convivência humana”. Expressou “seu reconhecimento ao Presidente Alberto Fujimori pela perseverança com que conduziu, no curso de longas semanas de árduas negociações,

as tentativas para assegurar a integridade física e a libertação pacífica dos reféns”. Externou, finalmente, “sua viva satisfação pelo retorno do Chanceler Francisco Tudela à direção do Torre Tagle”.

Segundo Lampreia, nesse meio tempo, o “processo [de paz] foi avançando gradualmente sem que, no entanto, houvesse em momento algum a certeza de que se chegaria a bom termo”. Para o Chanceler brasileiro, por isto mesmo, fora “um esforço em última instância recompensador, mas, em várias etapas, tenso e desgastante”<sup>948</sup>.

Os reais progressos na negociação se desenvolveram durante a maior parte de 1998. Em 19 de janeiro, foi adotado o Cronograma do Rio de Janeiro pelo qual os países-garantes proporcionaram ao Peru e ao Equador pontos de convergência e listaram vantagens de uma cooperação. Foram criadas quatro comissões para tratar de estabelecer um equilíbrio geral nas concessões entre os dois países<sup>949</sup>. Lampreia recordaria, anos mais tarde, ter o Presidente equatoriano Fabián Alarcón, no dia 25, exposto a ideia de convocar um referendo no seu país para legitimar a opção, constante do cronograma, de uma solução que não resultasse em soberania total. Narrou como o Presidente Fernando Henrique Cardoso apoiou a iniciativa<sup>950</sup>.

No mês seguinte, em cumprimento ao cronograma, foi concluída a designação de tais integrantes dos grupos técnico-jurídicos. Em reunião da Comissão Equatoriano – Peruana encarregada de tratar dos desacordos entre os dois países realizada em Brasília, no mês seguinte, os respectivos delegados emitiram nota à imprensa na qual informaram que os desacordos seriam objeto de estudo e parecer dos grupos jurídico-técnicos.

Enquanto isso, o processo político interno no Equador evoluiu e, em maio, realizou-se o primeiro turno de eleições para Presidente e membros do Congresso. No segundo turno, em julho, Jamil Mahuad venceu Álvaro Noboa por pequena margem de votos e tomou posse em agosto, na mesma data em que entrou em vigor a nova Constituição. Mahuad, acompanhado do Chanceler Ayala Lasso, visitou Brasília ainda na qualidade de Presidente-Eleito, antes de seguir em viagem a Washington.

Em setembro, realizou-se, no plano bilateral Brasil – Peru, a Quarta Reunião do Mecanismo Permanente de Consulta, Informação e Cooperação, sendo as respectivas delegações chefiadas pelos Vice-Chanceleres, Embaixadores Sebastião do Rego Barros e Hugo Palma. Coincidiram sobre “um adensamento da cooperação existente”, salientando “especialmente as perspectivas em matéria de integração energética, física e comercial, bem como de cooperação na área amazônica, de forma a somar esforços para promover o desenvolvimento sustentável da região”.

Lampreia relatou na ONU, em setembro, o andamento das negociações de paz promovida pelos países-garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, antevendo sua conclusão próxima:

O governo brasileiro, como coordenador dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, vem empreendendo esforços sustentados para que o Equador e o Peru cheguem o quanto antes a acordo sólido e definitivo para solucionar o diferendo limítrofe que os separa há várias décadas. A diplomacia brasileira – juntamente com as da Argentina, do Chile e dos EUA – encontra-se mobilizada com o propósito de oferecer a melhor contribuição possível.

Desdobramentos recentes confirmam os prognósticos de que o Processo de Paz está em vias de ser concluído, e atestam a vontade política e o empenho com que o Peru e o Equador vêm trabalhando nesse sentido<sup>951</sup>.

Após reunião realizada em Brasília, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, os Presidentes Mahuad e Fujimori emitiram o comunicado “Granja do Torto” no qual informaram que, além dos importantes aspectos do processo de paz, o encontro permitira “abordar a grave e preocupante realidade das minas na zona fronteira entre os dois países”. Dirigiram-se ao Presidente brasileiro, na sua condição de Chefe de Estado do país coordenador dos países-garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, para solicitar, através de seu intermédio, a elaboração pela MOMEF de um plano de retirada de minas da zona, a ser posteriormente executado com o apoio de outros Governos, bem como de organismos internacionais públicos e privados.

Em outubro, foi entregue, em Lima e Quito, a Proposta dos Países-Garantes sobre Solução Global de Paz. O documento foi elaborado em atenção à solicitação feita no início do mês ao Presidente do Brasil por seus colegas do Equador e do Peru. Anunciou-se que no dia 26 daquele mês deveria realizar-se, no Palácio Itamaraty, em Brasília, cerimônia de assinatura solene do Acordo Global e Definitivo de Paz entre o Equador e o Peru. Lampreia resumiu, em artigo, a proposta oferecida para solucionar a questão. Explicou que, para “atender a reivindicação equatoriana sobre a área nevrálgica de Tiwintza”, havia se chegado a uma fórmula que estabelecia uma solução de direito privado e dava ao Equador a propriedade perpétua de um espaço de um quilômetro quadrado. Essa fórmula, para o Chanceler, tinha “em plena conta os anseios legítimos do povo e do governo do Equador, sem constituir renúncia de soberania para o Peru”<sup>952</sup>.

No dia 26, os Presidentes do Equador e do Peru formalizaram o acordo sobre a controvérsia<sup>953</sup>. Na cerimônia, Fernando Henrique Cardoso deu as boas-vindas a Mahuad e Fujimori, e registrou a presença de vários outros Chefes de Estado e do Secretário-Geral da OEA. Mencionou “com especial satisfação a iniciativa dos Presidentes Mahuad e Fujimori para acelerar a retirada das minas na região fronteira”. Mais tarde, Lampreia assim recordaria os diversos momentos pelos quais atravessou durante a difícil negociação:

O Presidente Fernando Henrique Cardoso e eu estivemos envolvidos pessoalmente em todas as fases da negociação, seja em contatos diretos, seja em dezenas de conversas telefônicas. Em determinadas horas, sentia-se como um amigo e mediador, ouvindo as percepções e atitudes com forte carga emocional. [...]

Percebia-se que o processo havia chegado a certas linhas de resistência que somente poderiam ser vencidas com um impulso adicional. Tal impulso veio na forma de um cronograma, idealizado pelo Brasil, que fixava os próximos passos das negociações. Todos sabíamos que o importante não eram as datas precisas, mas sim a ideia de que, tanto era possível chegar à paz, que até já se chegara a acordo sobre a sequência das etapas finais da caminhada<sup>954</sup>.

Com forte apoio brasileiro, caberia dessa forma a dois descendentes de imigrantes, um do Japão (Fujimori) e outro do Líbano (Mahuad) – não vinculados, portanto, por laços ancestrais à antiga disputa – a conclusão do acordo de paz entre as fronteiras do Peru e do Equador. O Brasil continuaria a acompanhar com interesse a evolução dos acontecimentos e a participar da MOMEPE – Missão de Observadores Militares na Cordilheira do Condor, nela permanecendo pelos quatro anos seguintes<sup>955</sup>.

Solucionada a questão, o Brasil passaria a tratar da cooperação bilateral com cada um dos dois países que fizeram parte do conflito. Em fevereiro de 1999, o Itamaraty informou que, em atendimento aos convites formulados pelos Presidentes Jamil Mahuad e Alberto Fujimori, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deveria visitar oficialmente o Equador e, logo em seguida, o Peru.

Em discurso ao Congresso peruano em 21 de julho, o Presidente Fernando Henrique Cardoso se referiu aos Acordos de Paz entre Peru e Equador como sendo a “culminação de um trabalho diplomático de mais de cinquenta anos”. Elogiou a “coragem da decisão dos Presidentes Alberto Fujimori e Jamil Mahuad” que “souberam aliar aos seus grandes

méritos de negociadores a inspiração do patriotismo e a habilidade de identificar a oportunidade correta e propor o acerto justo”. Ao receber uma condecoração do governo peruano, Fernando Henrique Cardoso mencionou sua “participação, como Presidente do Brasil e coordenador dos países-garantes, nas conversações em nível presidencial que levaram à conclusão do processo de paz”. No plano bilateral, destacou a área científica (com a perspectiva de colaboração entre os institutos de ciências matemáticas); a área da pesquisa agrícola; e também, a da cooperação amazônica. Com Fujimori, criou o Comitê de Fronteira entre Assis Brasil e Iñapari.

O relacionamento bilateral do Brasil tanto com o Peru quanto com o Equador se desenvolvia por meio de projetos específicos. Em novembro, Seixas Corrêa constatava que não existia uma estrada pavimentada entre o Brasil e o Peru. Informou que sua construção, unindo o Acre ao Departamento de Madre de Dios e aos portos de Ilo e Matarani no Pacífico, era uma das prioridades do relacionamento bilateral pelas perspectivas que abriria para o aumento do fluxo comercial, a penetração de produtos brasileiros em mercados da Bacia do Pacífico, a redução dos custos de transportes, e a incorporação de uma área estratégica então vulnerável a atividades clandestinas, como o contrabando e o narcotráfico. Com relação ao Equador, Seixas Corrêa informou que o governo brasileiro vinha estudando modalidade que permitisse apoiar os dois países na captação de recursos para o financiamento internacional dos projetos de integração fronteiriça acordados no âmbito do Acordo de Paz subscrito em Brasília. Referiu-se também ao desenvolvimento de projeto no Parque Nacional Sangay que visava a criar melhores condições de vida para as populações da selva equatoriana.

No Peru, no final de 1999, Fujimori anunciou que se candidataria pela terceira vez à Presidência e, em maio de 2000, de fato, ganhou um terceiro mandato<sup>956</sup>, em eleição controvertida. Rumores de fraude eleitoral causaram protestos diários na frente do palácio presidencial. O candidato perdedor, Alejandro Toledo, encontrava-se em campanha para anular as eleições quando estourou escândalo sobre corrupção envolvendo Vladimiro Montesinos, o chefe *de facto* dos serviços de inteligência peruano. Em julho de 2000, Fujimori tomou posse para exercer um terceiro mandato. Toledo liderou um protesto em direção ao Congresso. Tratava-se de manifestação pacífica, mas irrompeu violência e uma explosão causou a morte de seis pessoas. Em novembro, Fujimori concordou com a realização de novas eleições na qual ele não mais seria candidato e, no dia 13, viajou ao exterior para comparecer a reunião da APEC, a realizar-se

no Brunei. Enquanto estava fora, perdeu voto de confiança no Congresso, tornando-se Valentín Paniagua o Presidente do Congresso. Diante dessa derrota política, no dia 17, Fujimori viajou de Brunei para Tóquio de onde enviou, por *fac-símile*, sua renúncia. O Congresso se recusou a aceitá-la e, por votação de 62 a favor e 9 contra, destituiu-o com base em “incapacidade moral”. Paniagua tornou-se Presidente provisório até a realização de eleições em abril de 2000. O governo brasileiro afirmou que acompanhava “atentamente a evolução do processo eleitoral no Peru e, de acordo com a sua tradição diplomática, considerou apropriado aguardar a conclusão da apuração oficial antes de emitir qualquer pronunciamento”. Acrescentou que o Itamaraty vinha mantendo contatos com as Chancelarias dos países do Sistema Interamericano e vinha sendo informado regularmente sobre o andamento dos trabalhos da Missão de Observação Eleitoral da OEA. Expressou a confiança de que o segundo turno das eleições peruanas transcorresse com “transparência e lisura”. De fato, estas se realizaram com regularidade, tendo Alejandro Toledo obtido 52,5% dos votos e seu oponente, o ex-Presidente Alan García, 47,5%.

No Equador, Mahuad perdia popularidade a medida que crescia as dificuldades econômicas. Várias instituições financeiras faliram, tendo seu governo determinado a utilização de recursos públicos para ajudar os credores. Seguiram-se feriado bancário; congelamento de depósitos; rápida elevação da inflação e desvalorização do sucre. Mahuad decretou, em 9 de janeiro de 2000, a adoção do dólar americano em substituição à moeda nacional. Por nota à imprensa emitida no dia 11, o governo brasileiro informou que acompanhava “de perto a situação no Equador” e manifestou “a confiança em que o governo e a sociedade equatorianas” saberiam “superar democraticamente os atuais percalços”. Acrescentou que, diante “do anúncio de novas medidas formulado pelo Presidente Jamil Mahuad na noite do dia 9 de Janeiro”, o Brasil tinha “a expectativa de que a situação econômica e política” pudesse “prontamente estabilizar-se, dentro de um clima de serenidade e de respeito às instituições nacionais”. No dia 21, durante protestos promovidos por grupos indígenas em Quito, os militares e a polícia se recusaram a intervir. Os manifestantes entraram no prédio da Assembleia Nacional e declararam que uma junta governaria o país. Após uma noite de negociações, Mahuad foi forçado a deixar o Palácio presidencial. O Vice-Presidente Gustavo Noboa tomou posse por meio de um decreto. No dia 22, no entanto, Mahuad endossou, pela televisão, Noboa como seu sucessor. O triunvirato militar que *de facto* governava o país também o endossou. O Congresso reuniu-se em sessão de emergência em Guayaquil no mesmo dia e



ratificou Noboa como Presidente da República. Durante aquele ano de 2000, em parte por causa da queda do preço de petróleo, o Equador entrou em profunda recessão<sup>957</sup>.

#### 7.2.1.8. Colômbia

No relacionamento bilateral com a Colômbia, teriam relevância as questões do tráfico de drogas e o terrorismo. Durante o governo de Ernesto Samper, o exército perdeu terreno para a guerrilha e muitos oficiais militares foram levados como prisioneiros pelas FARC.

Em meio ao conflito interno e tendo engenheiros brasileiros sido sequestrados, o Embaixador brasileiro em Bogotá, Synésio Sampaio Goes Filho, emitiu nota em que afirmou que ignorava “totalmente qualquer gestão financeira que a empresa tenha feito ou não com vistas a libertar” os brasileiros. Esclareceu que o papel da Embaixada nas negociações de quase sete meses fora “coordenar-se com vários Ministérios e agências do governo Colombiano para que não houvesse ações que aumentassem o risco de vida dos brasileiros”. Acrescentou que, nesse sentido, haviam sido feitas gestões específicas de autoridades brasileiras, inclusive do próprio Presidente da República. Disse ainda que a Embaixada, o Itamaraty e o Ministério da Justiça também haviam solicitado a várias organizações humanitárias, de direitos humanos e a partidos políticos, que pudessem ter alguma influência sobre a guerrilha “para que fizessem gestões visando a facilitar a libertação dos engenheiros sequestrados”.

As relações bilaterais prosseguiram com naturalidade tendo, em setembro, a Chanceler colombiana, Maria Emma Mejía, visitado o Brasil e, em novembro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso mantido encontro com o Presidente Samper, na cidade de Cartagena das Índias. Essas boas relações sofreriam percalço quando de um incidente na fronteira do lado brasileiro, no início de outubro de 1998. Segundo informou nota do Itamaraty, na tarde daquele dia, o governo colombiano informou à Embaixada do Brasil em Bogotá que forças guerrilheiras estariam atacando a base de polícia colombiana na cidade de Mitu, Departamento de Vaupés, próxima à fronteira com o Brasil. Esclareceu a nota que o governo colombiano solicitar ao governo brasileiro autorização para que sua Força Aérea pudesse utilizar a base brasileira de Iauaretê para reabastecer helicópteros e um avião de transporte. Relatou ainda que, antes de uma resposta brasileira ao pedido, haviam começado a pousar na pista brasileira de Querari aeronaves militares colombianas, que passaram



a utilizar aquela pista como base de apoio a suas operações militares em território colombiano. Acrescentou a nota que, em razão da gravidade do ocorrido, por instrução do Presidente da República, o Ministro Luiz Felipe Lampreia convocara o Embaixador da Colômbia em Brasília para transmitir o veemente protesto do governo brasileiro. Além disso, o Embaixador do Brasil em Bogotá foi chamado a Brasília para consultas.

Com campanha baseada em promessa de solucionar os conflitos civis e cooperar com os EUA no combate ao tráfico ilegal de drogas, Andrés Pastrana venceu as eleições presidenciais de 1998 e tomou posse em agosto. Durante encontro com Bill Clinton no mesmo mês, Pastrana tratou da possibilidade de garantir aumento da ajuda dos EUA em projetos diversos, inclusive contra o tráfico de narcóticos. Contatos diplomáticos foram mantidos com esse objetivo e, finalmente, em 1999, o *Plan Colômbia* foi oficialmente revelado por Pastrana. Em sua versão final, o plano se concentrou no fortalecimento dos militares colombianos.

Em artigo publicado no mês de fevereiro de 1999, o recém-empossado Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, esclareceu a visão do governo brasileiro a respeito da situação na Colômbia. Afirmou que o Brasil não acreditava que estivesse próximo um cenário que pudesse ser interpretado como de “ameaça iminente à segurança regional”, em que pesasse “a inegável projeção potencial da crise colombiana sobre os países vizinhos”. Opinou que a sensação “de urgência e de uma deterioração da situação na Colômbia” devia ser matizada e que não se devia “dramatizar excessivamente a situação”. Ponderou que a atenção internacional aos desdobramentos na Colômbia era “legítima e justificada”, mas não deveria “prejudicar a análise serena e objetiva dos fatos, e muito menos interferir na capacidade de iniciativa do governo daquele país”. Expressou convicção de que o Presidente Pastrana estava “plenamente capacitado para conduzir os esforços de pacificação interna”. Ressaltou a importância de que o mandatário colombiano pudesse “prosseguir com sua ação, dentro de uma perspectiva nacional”. Declarou que o Brasil não acreditava que pressões externas, até mesmo por intermédio de diálogo com a guerrilha, pudessem naquele momento ter efeitos positivos. Insistiu na preservação do “mais estrito grau de respeito ao princípio da não ingerência”. Qualificou a questão de “um assunto interno colombiano”, sobre o qual não cabia “nenhuma interferência externa indevida”. Entrando diretamente na questão da interferência dos EUA, afirmou:

O Brasil tem recebido garantias do governo dos EUA de que está totalmente descartada qualquer hipótese de intervenção direta ou indireta daquele país na Colômbia. Temos conversado com a Colômbia, como sempre fizemos. Não há qualquer solicitação daquele país para integrarmos mecanismos específicos, sob qualquer formato, com o propósito de contribuir para o processo de paz. No atual momento, assim, é fundamental que o governo Pastrana -- que mantém o controle da situação interna -- possa prosseguir com seus esforços de paz. Continuaremos a apoiá-los. E continuaremos sempre a insistir na necessidade de se preservar, em qualquer hipótese, a integridade das instituições colombianas.

As relações bilaterais prosseguiram seu curso e Seixas Corrêa tornou pública, em novembro, a negociação “em torno de um grande projeto siderúrgico (carvão colombiano e minério de ferro brasileiro)”.

#### 7.2.1.9. *Guiana*

Os contatos com a Guiana se estreitariam. O Presidente Cheddi Jagan concentrava a atuação de seu governo na busca de solução para os problemas sociais, em especial ao desenvolvimento sindical e à educação, assim como a melhoras na infraestrutura do país. Jagan sofreu, porém, um ataque cardíaco em fevereiro de 1997 e foi levado para o hospital nos EUA, onde faleceu em março. Em mensagem de condolências, o Presidente Fernando Henrique Cardoso lamentou “a perda de tão relevante líder histórico e homem público”.

O Primeiro-Ministro Sam Hinds sucedeu Cheddi Jagan na Presidência e sua viúva, Janet Jagan, tomou posse como Primeira-Ministra. Em dezembro, ela venceu as eleições presidenciais, tornando-se a segunda mulher a ocupar esse cargo na história da América do Sul. Ao recebê-la, em Brasília, em maio de 1999, o Presidente Fernando Henrique Cardoso notou que Brasil e Guiana vinham enfrentando “com determinação a imensa tarefa de superar a pobreza, manter a estabilidade e promover o crescimento econômico e o progresso social”. Sublinhou que ambos países compartilhavam “ainda o compromisso com a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável”. No campo comercial e empresarial, ressaltou “a intensificação dos contatos entre empresários da Guiana e do Brasil – especialmente dos estados do norte”. Sublinhou que esses contatos vinham “imprimindo um renovado dinamismo às relações bilaterais”. Dispôs-se a “discutir mecanismos” que permitissem levar adiante a aproximação da Guiana ao Mercosul.

Em julho, após retornar da cúpula Europa - América Latina realizada no Rio de Janeiro, Janet Jagan foi levada ao hospital. Diagnosticada com problema cardíaco, em agosto, ela renunciou, sendo substituída pelo Primeiro-Ministro, Bharrat Jagdeo.

Seixas Corrêa informou, em novembro, a respeito de projetos de construção de ponte sobre o rio Tacatu e de interconexão viária Boa Vista - Georgetown. Disse que o projeto se inseria no chamado "Arco Norte", do Programa "Brasil em Ação", que consistia construir estradas brasileiras (Amapá e Roraima) de forma a permitir a ligação Boa Vista - Macapá, passando pelas Guianas.

### *7.2.2. América Central e Caribe*

Em 1995, todos os seis países da América Central (Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Guatemala, El Salvador e Panamá) contavam com governos civis eleitos. Sete anos antes, esse era o caso apenas da Costa Rica<sup>958</sup>. No Caribe, a exceção continuava a ser Cuba. Teria relevância, em 31 de dezembro de 1999, a entrada em vigor da soberania panamenha do Canal de Panamá<sup>959</sup>. A bandeira dos EUA foi arriada e o canal passou para o controle panamenho conforme o acordo assinado duas décadas antes por Jimmy Carter e Omar Torrijos<sup>960</sup>.

#### *7.2.2.1. Cuba*

Durante a gestão de Lampreia, o relacionamento bilateral Brasil - Cuba apresentaria aspectos novos, pois, embora mantendo fluidez, seria o regime de Havana objeto de comentários francos e diretos por parte do Ministro do Exterior brasileiro.

No início do novo governo brasileiro, em julho de 1995, os dois países assinaram Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica sobre Aproveitamento de Lignina e Celulose de Bagaço de Cana-de-açúcar. Lampreia considerou o ato mais um passo nas relações com Cuba, que se desenvolviam "em um marco de respeito mútuo".

A ilha recebeu atenção internacional quando, em 24 fevereiro de 1996, aviões cubanos derrubaram dois aviões privados com opositores do regime de Castro, tendo morrido quatro homens que estavam a bordo. Clinton suspendeu os voos fretados para Cuba, restringindo as viagens de

funcionários cubanos aos EUA, ampliou a atuação de emissões de rádio que enviavam mensagens ao povo cubano e pediu ao Congresso para utilizar bens ativos cubanos nos EUA para pagar indenizações às famílias das vítimas. Madeleine Albright pediu na ONU a imposição de sanções, utilizando-se de expressão de baixo calão em espanhol<sup>61</sup>. O episódio teria consequências internacionais pois, nesse clima anticubano nos EUA, em março, Clinton aprovou a Lei Helms Burton que possibilitou sanções contra quaisquer países ou companhias estrangeiras que negociassem com Cuba<sup>62</sup>. Países da UE e da América Latina protestaram contra o ato, considerando-o ilegal de acordo com as regras da OMC<sup>63</sup>.

Em junho de 1997, foi assinado Acordo para a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos entre o Brasil e Cuba. Segundo nota do Itamaraty, o acordo visava garantir os investimentos recíprocos contra riscos não comerciais e demonstrava o empenho na busca de incrementar os laços econômicos entre os dois parceiros.

Lampreia efetuou visita a Cuba, no final de maio de 1998. No discurso que fez ao Chanceler cubano, Roberto Robaina, o Ministro brasileiro reiterou o apoio brasileiro de adesão de Cuba à ALADI e em favor de resoluções que pedissem a suspensão do embargo imposto à ilha. Não deixou, entretanto, de se referir a questões sensíveis para Cuba tais como democracia, direitos humanos, liberdade individual, livre mercado:

[...] a crescente prevalência dos valores da democracia e do respeito aos direitos humanos não significa a vitória de um lado sobre o outro, mas o reconhecimento de que a liberdade e a integridade do indivíduo são aspirações universais. [...] mais e mais, os povos se dão conta de que o desafio de vencer o subdesenvolvimento e a injustiça social já não se pode passar seja pelo cerceamento da liberdade, seja pelo caminho do isolamento e da autossuficiência. [...] Nesse novo ambiente, as nações da América Latina fizeram uma escolha irreversível pela democracia, pela economia de livre mercado e pela integração regional cada vez mais ampla e profunda<sup>64</sup>.

Durante a visita, Lampreia manteve interlocução com um dissidente do regime de Havana. Entrevistado pela jornalista Cláudia Antunes sobre os encontros em Cuba, afirmou:

CA - No início de abril, o senhor deu entrevista ao JB dizendo que o Brasil defendia a reintegração de Cuba na “família americana das nações”. Mas na AGNU da OEA (OEA), em Caracas, semana passada, o senhor foi mais duro

em relação às condições que Havana teria que cumprir para ser readmitida na organização, da qual foi expulsa em 1962. A posição brasileira mudou? Ministro – A posição brasileira não mudou, absolutamente. Ela é fruto de uma declaração feita em Santiago que constitui a chamada “cláusula democrática” e prevê justamente o predomínio da democracia como valor central para se pertencer à OEA. O que aconteceu, sim, foi que eu fui a Cuba, fiz um gesto politicamente expressivo, inclusive porque fui lá com uma postura amigável, justamente para trabalhar no sentido da reintegração cubana. Infelizmente não encontrei nenhuma disposição de diálogo sobre a questão dos direitos humanos, por exemplo, que eu suscitei basicamente e que é uma questão central na política do governo brasileiro.

CA – De qualquer maneira, o Brasil nunca tinha posto tanta ênfase nesta questão...

Ministro – Isso não é verdade. Nas entrevistas que eu dei antes da viagem está lá claríssima esta preocupação.

CA – O que o senhor viu ou ouviu em Cuba que o deixou tão descrente?

Ministro – Uma completa falta de disposição de diálogo. Nós propusemos, por exemplo, uma declaração específica sobre direitos humanos, nós propusemos um mecanismo semelhante ao que estabelecemos com a China, de missões recíprocas que viajam ao outro país, conversam com as autoridades, examinam a legislação. José Gregori (Secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça) fez isso na China, os chineses vieram aqui. Mas os cubanos não quiseram, inclusive baixaram a prioridade deste tema. Não quiseram conversar sobre o assunto e ainda se consideraram ofendidos porque eu vi o Presidente Nacional da CDH (o opositor Elizardo Sánchez).

CA – Este encontro estava previsto na sua agenda?

Ministro – Previsto e avisado com uma semana de antecedência.

CA – É verdade que o Presidente Fidel Castro deixou de ir à recepção na Embaixada por causa disso?

Ministro – Não haveria razão para que ele fosse à Embaixada. Mas ele deixou de me receber, coisa que faz frequentemente com visitantes oficiais

estrangeiros. Eu não havia solicitado nenhuma audiência, mas me tinham dito que seria recebido por ele.

CA - As conversações sobre direitos humanos estavam previstas antes da visita?

Ministro - Claro, estava sendo conversado. Nós propusemos com muita antecedência e eles não quiseram aceitar. Foram muito inflexíveis neste ponto.

CA - Com quem o senhor se encontrou lá?

Ministro - Com o Vice-Presidente Carlos Lage, com o Presidente da Assembleia Nacional, Ricardo Alarcón, com o Ministro das Relações Exteriores, Roberto Robaina. Foi uma visita produtiva, de modo geral, na relação bilateral. Não saí de lá insatisfeito, não. Há excelente perspectiva de fazermos uma série de coisas, como o envio de alimentos para Cuba, comprarmos de lá medicamentos e vacinas. A PETROBRAS está ajudando Cuba a encontrar petróleo. Coisas que têm o seu valor e estão caminhando.

CA - Mas o Brasil está mais perto agora da posição dos EUA e da Argentina?

Ministro - O Brasil tem uma posição própria, que é muito serena, e continuará achando que é importante que Cuba se reintegre e fazendo o possível para isso. Mas não posso deixar de tomar nota do fato de que há, da parte deles, uma grande rigidez, que atrapalha o clima geral para essa reintegração.

CA - O que lhe disse o Vice-Presidente Carlos Lage sobre isso?

Ministro - Conversamos com toda clareza e ele disse que os cubanos veem essa questão do ponto de vista da confrontação com os EUA, do que eles veem como risco para a segurança de Cuba. A colocação deles é essa.

Em livro de sua própria autoria, Lampreia narraria nos seguintes termos o encontro com o dissidente ao resumir sua viagem à ilha:

Minha visita a Cuba foi um dos eventos mais importantes da agenda diplomática brasileira no ano de 1998, e recebeu grande atenção da mídia nacional. Preparei-me para ela com muita antecedência. Estive antes em Roma para contatos com a cúpula do Vaticano e em Miami, onde me reuni com integrantes moderados da comunidade cubano-americana. Todos os compromissos e iniciativas que realizei em Havana foram refletidos cuidadosamente. Teve ampla repercussão a decisão que tomei de receber na

residência da Embaixada do Brasil o senhor Elizardo Sánchez – Presidente da CDH e Reconciliação Nacional de Cuba, que é um “dissidente moderado” conhecido e premiado internacionalmente. O gesto não foi bem compreendido, na altura, pelo governo cubano, embora tivesse sido cientificado com antecedência de uma semana<sup>965</sup>.

Em coerência com essa posição a respeito do futuro da ilha (inclusive o respeito aos direitos humanos), o Ministro Lampreia afirmou, em junho, que Cuba deveria democratizar-se antes de voltar à OEA<sup>966</sup>. Nessa mesma linha, em março de 1999, o governo brasileiro lamentou a condenação de quatro cidadãos cubanos “em julgamento fechado, a que não tiveram acesso a imprensa ou observadores diplomáticos”. Concluiu em nota que o julgamento culminara processo acusatório atinente a opiniões políticas dos réus que, por suas características, representava retrocesso na promoção dos direitos humanos e da democracia.

Apesar dessas diferenças de percepções, as relações bilaterais prosseguiriam seu curso. O Presidente Fernando Henrique Cardoso visitaria Cuba em novembro de 1999 para participar da Cúpula Ibero-Americana realizada em Havana<sup>967</sup>. Dirigindo-se ao Presidente Fidel Castro, Fernando Henrique Cardoso tratou da situação financeira internacional em uma economia globalizada, vinculando-a à “questão da governabilidade democrática”, que, na sua opinião, exigia “um processo contínuo de aperfeiçoamento político, econômico, social e cultural”, que, de um lado, conduzisse à “diminuição das desigualdades e dos problemas de exclusão social”; de outro lado, assegurasse “o pleno exercício da liberdade de expressão e de manifestação, como a melhor forma de conferir a indispensável legitimidade aos governantes”. Não obstante encontrar-se em Havana, reiterou “o compromisso de fortalecer as instituições democráticas, o pluralismo político, o Estado de Direito e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluído o direito ao desenvolvimento”. Concluiu com a afirmação de que o regime democrático contribuía “decisivamente para as relações pacíficas entre os povos”, que constituíam “a condição essencial para uma cooperação mais eficaz entre as nações ibero-americanas em face dos desafios da globalização”. Ao lembrar sua participação naquele encontro, Cardoso diria que era contrário ao embargo dos EUA contra a ilha e que, durante seu governo, o Brasil se absteria na votação de resoluções que condenavam Cuba por violações de direitos humanos. Revelou que declinara numerosos pedidos de intermediação entre Washington e Havana<sup>968</sup>.

A Segunda Rodada de Consultas entre Brasil e Cuba no âmbito do Mecanismo Permanente de Informação e Consultas Políticas realizou-se, em

março de 2000, em Brasília, entre as Chancelarias dos dois países. Segundo nota à imprensa, ao “passar em revista os temas da agenda, os dois lados coincidiram em vários pontos, tendo sempre em vista o propósito de fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema internacional de proteção e promoção dos Direitos Humanos, conforme conceituados pela Conferência de Viena, em todas suas dimensões de universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relacionamento”.

#### 7.2.2.2. Haiti

Nova instabilidade no Haiti levaria o Brasil a atuar no plano multilateral, em especial no CSNU. Em janeiro de 1995, o SGNU, Boutros Boutros-Ghali, divulgou relatório sobre os resultados da intervenção no Haiti. Notou a repressão em curso, a completa falta de justiça para as vítimas do golpe de setembro de 1991, a deterioração da situação econômica e a crescente impaciência do povo haitiano. Ressaltou, no entanto, que o Haiti se tornara mais seguro e que o Presidente controlava a ilha com a assistência de tropas dos EUA.

Tal como decidido pelo CSNU, a *United Nations Mission in Haiti - UNMIH* (Missão da ONU no Haiti) substituiu, naquele ano, força multinacional liderada pelos EUA na função de assessorar o governo a manter ambiente seguro e estável. Ajudou também a fortalecer a polícia local<sup>969</sup>. A ONU e a OEA supervisionaram eleições parlamentares e municipais, vencidas em junho por uma coalizão ligada ao Presidente Aristide. Quando o mandato deste terminou, em fevereiro de 1996, substituiu-o, após eleição, René Préval, seu aliado político.

Mais tarde naquele ano, Aristide rompeu a aliança com Préval e formou novo partido político, denominado *Fanmi Lavalas - FL*, que venceu eleições para renovação de um terço do Senado e Câmaras Municipais, realizadas em abril de 1997. O governo, porém, não aceitou tais resultados. Naquele ano, a UNMIH continuou a expandir suas atividades na área de treinamento e profissionalização da polícia. Juntamente com a OEA, a ONU criaram a *Mission Civile Internationale en Haiti - MICIVIH*, em apoio ao estabelecimento de um sistema judiciário, fortalecimento do estado de direito e promoção dos direitos humanos<sup>970</sup>.

O rompimento entre Aristide e Préval causou impasse político, tendo sido adiadas as eleições parlamentares que estavam previstas. Em janeiro de 1999, Préval considerou que os mandatos dos parlamentares haviam se esgotado e passou a governar por decretos. Conforme Gelson



Fonseca Jr., o CSNU acompanhava essa situação de desafio para a consolidação da democracia haitiana e tomava algumas medidas:

Em 1998-1999, o CSNU, por duas vezes, estendeu o mandato original de um ano da MIPONUH [*Mission de police civile des Nations Unies en Haïti*], em conformidade com as preocupações quanto à situação de segurança local e repetidos adiamentos das eleições. Por iniciativa do Brasil, a resolução 121 (1998) encorajou a atuação do Conselho Econômico e Social, com o objetivo de estabelecer um programa de apoio de longo prazo para satisfazer as necessidades do país no campo da assistência econômica para a reconstrução e o desenvolvimento. O Brasil foi um dos cinco membros do Grupo “*ad hoc*” do ECOSOC que prepararam recomendações aprovadas pela resolução 1999/11 daquele órgão. Esta iniciativa refletia a constatação de que o maior desafio que o país enfrentava era estabelecer mecanismos para a consolidação da democracia e a reconstrução da economia.

Com esse objetivo, o CSNU adotou a resolução 1277(1999), solicitando ao Secretário-Geral que coordenasse a transição para uma nova missão integrada, a Missão Civil Internacional de Apoio ao Haiti (MICAH-[]), a qual, por recomendação do ECOSOC, foi estabelecida pela AGNU em dezembro de 1999. A Missão congregou a participação direta da comunidade doadora, todos os órgãos e agências da ONU, incluindo as instituições de Bretton Woods, bem como a MICIVIH [*Mission Civile Internationale en Haïti*]<sup>971</sup>.

O Brasil fez pronunciamentos sobre o Haiti no CSNU naquele biênio. O Embaixador Gelson Fonseca Jr. resumiu esses pronunciamentos como sendo “em favor da extensão do mandato da MIPONUH [*Mission de police civile des Nations Unies en Haïti*], como sinal do compromisso da ONU com a consolidação da paz e da democracia no Haiti, e, mais especificamente, com o papel central do CSNU nos esforços de manutenção da paz”. Para Fonseca, os pronunciamentos brasileiros refletiram ainda “o ativo apoio do Brasil ao estabelecimento de uma nova missão que oferecesse assistência nas áreas críticas de treinamento policial, processo eleitoral, justiça e direitos humanos”. Os discursos, nas suas palavras, sublinharam igualmente “o comprometimento do Brasil com a MICAH [Missão Civil Internacional de Apoio ao Haiti] na condição de experiência inovadora para uma maior cooperação entre a Assembleia Geral, o CSNU e o ECOSOC no tratamento de questões referentes à transição de operações de paz para a construção da paz em situações pós-conflito como a do Haiti”<sup>972</sup>.

Em janeiro de 2000, as últimas tropas dos EUA partiram do Haiti. Realizaram-se, em maio, eleições para a Câmara de Deputados e dois terços do Senado. O *Fanmi Lavalas* venceu amplamente, mas as eleições foram marcadas por irregularidades e fraudes, tendo os partidos da oposição solicitado que fossem anuladas, que Préval deixasse a Presidência e que fosse substituído por um governo provisório. As eleições para Presidente e Senadores em novembro foram objeto de boicote por parte da oposição. Aristide foi eleito Presidente, mas a eleição foi contestada pela oposição, tendo início de nova agitação no Haiti<sup>973</sup>. Distúrbios de maior proporção foram evitados pela presença de tropas da ONU e outras.

### 7.2.3. América do Norte

#### 7.2.3.1. México

Com o México, as tentativas de maior aproximação seriam dificultadas, não por falta de vontade política, mas problemas econômicos, em decorrência da crise cambial que atingiria aquele país com consequências internacionais, inclusive para a economia brasileira. Em janeiro de 1995, o Presidente Ernesto Zedillo introduziu campanha de austeridade no México, mas não conseguiu obter empréstimos externos para levantar o peso mexicano<sup>974</sup>. A economia do país encolheu cerca de 7% durante aquele ano. Em maio, Lampreia recebeu a visita do Chanceler do México, José Ángel Gurría, com quem assinou acordo na área de transportes aéreos. Ressaltou-lhe a importância central que o Brasil atribuía “à consolidação e valorização do patrimônio de concessões mútuas entre o México e os países-membros do Mercosul no âmbito da ALADI”.

Em 1996, a economia do México começou a apresentar sinais de melhora. O Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou aquele país em fevereiro. Pronunciou conferência no Colégio do México, intitulada “Impacto da Globalização nos países em Desenvolvimento: Riscos e Oportunidades”. Em artigo que publicou em março, Lampreia comentou a visita presidencial e ponderou que um relacionamento mais intenso entre o Brasil e o México obedecia “à dimensão relativa das duas economias, à intensidade dos processos de transformação e de integração sub-regional” que os dois países estavam vivendo e à influência que exerciam “um sobre o outro em razão dos impactos da sua política externa”.

Em abril, Zedillo retribuiu a visita. Ao saudá-lo em São Paulo, Fernando Henrique Cardoso afirmou que sua presença no país tinha

um “significado simbólico importante” porque estava a “clamar uma aproximação entre o Brasil e o México”. Propôs uma “cooperação comercial mais ativa” que possibilitasse entendimentos aduaneiros. Notou que o México e o Brasil eram os países de “maior concentração industrial no mundo latino-americano” e deviam buscar suas complementaridades para que pudessem ir avançando mais no processo industrial e ampliassem as exportações.

Apesar dessas tentativas de aproximação, em 2000, o Brasil era o único país da América Latina com o qual o México não mantinha acordo comercial<sup>975</sup>. Naquele ano, o governo mexicano havia entrado em acordo com os zapatistas, mas a economia ainda encontrava dificuldades de endividamento externo. Em julho, em eleição histórica, Vicente Fox saiu vencedor, rompendo pela primeira vez a tradição de 71 anos de governos do Partido Revolucionário Institucional (PRI)<sup>976</sup>. Em 1º de dezembro, o novo Presidente tomou posse, mas o PRI manteve o controle do Congresso<sup>977</sup>.

#### 7.2.3.2. EUA

Com os EUA, as relações brasileiras seriam muito boas, especialmente em decorrência do excelente relacionamento pessoal que se estabeleceria entre os Presidentes Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso. A partir da eleição de George Bush, o relacionamento se manteria correto, mas sem as mesmas afinidades anteriores.

Em abril de 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso efetuou visita oficial aos EUA. Ao anunciar a viagem, Lampreia declarou que tinha como objetivo a “busca de uma parceria renovada”. Esclareceu que isso se traduzia “em uma agenda bilateral afirmativa e em uma coordenação mais estreita em assuntos hemisféricos e internacionais, com ênfase na integração, segundo as diretrizes emanadas da Cúpula de Miami”.

O clima de boa vontade criado em Washington com relação ao Brasil seria facilitado, em maio, pela aprovação do novo Código de Propriedade Intelectual brasileiro, encerrando-se definitivamente o contencioso na área de patentes<sup>978</sup>. Pesaria positivamente no relacionamento bilateral também a assinatura pelo Brasil do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares - TNP, anunciada naquele ano que seria considerada pelo governo estadunidense a iniciativa mais significativa do governo de Fernando Henrique Cardoso<sup>979</sup>.

A aproximação política favorecia iniciativas econômico-comerciais. Lampreia recebeu, em setembro, a visita de Mickey Kantor, Representante

Comercial dos EUA. Ao discursar, na presença do visitante, na XIV sessão do Conselho Empresarial Brasil – EUA, Lampreia ressaltou a importância da criação, durante a visita do Presidente Cardoso a Washington, de um mecanismo de diálogo para explorar formas para diversificar e ampliar as oportunidades de mercado e remover obstruções. Informou que mantivera com Kantor diálogo nesse sentido, tendo sido identificadas “múltiplas oportunidades para a expansão do comércio e dos investimentos” nos dois mercados.

Os sinais eram claros de entendimento e eliminação de áreas de atrito. Quando da reeleição de Clinton, em novembro<sup>980</sup>, o Embaixador Rego Barros, Secretário-Geral do Itamaraty, resumiu a relação com os EUA naquele momento como sendo “livre de grandes diferendos”. Afirmou que a agenda bilateral era “mais do que positiva”, sendo de fato “afirmativa, no sentido de que existe uma preocupação constante em construir sobre os aspectos positivos que vão compondo o universo das relações”<sup>981</sup>. Em julho de 1996, Lampreia afirmou que as relações com os EUA continuavam sendo “um dos paradigmas da política externa brasileira”. Frisou que os EUA eram o principal parceiro individual do Brasil e então a única potência com “real capacidade política e estratégia global”. Disse que “possivelmente nunca, desde a Segunda Guerra Mundial”, haviam sido “tão boas e equilibradas as relações Brasil – EUA”.

Clinton visitou o Brasil em outubro de 1997<sup>982</sup>. Em seus encontros com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmou que desejava uma cooperação econômica mais próxima e apoio às políticas brasileiras, especialmente aquelas voltadas à preservação da floresta amazônica e à educação<sup>983</sup>. No discurso de saudação ao visitante, o Presidente brasileiro declarou que estavam os dois países prontos “a dar mais um passo na história das relações” bilaterais. Afirmou que a agenda se pautava por propósitos comuns que incluía da “cooperação inovadora” na área de educação “às discussões para a criação de uma área de livre-comércio” que ambos compartilhavam, sem deixar de oferecer “um amplo espaço” para que se expressassem as fortes individualidades, os legítimos interesses de cada um.

Os potenciais diferendos comerciais iam encontrando soluções bilaterais. Em março de 1998, Ministro Luiz Felipe Lampreia e a USTR Charlene Barshefsky trataram de Memorando de Entendimento para superar as dificuldades criadas pelo regime automotivo brasileiro colocado em questão na OMC. Os elementos do documento incluíam o estabelecimento de prazos limites para a habilitação de novas montadoras, bem como de novos fabricantes de autopeças. Em maio, o governo

brasileiro expressou satisfação pela notícia da retirada do Brasil da lista de observação (“*watch list*”) do governo norte-americano, no âmbito da seção “Special 301” de sua Lei de Comércio. A classificação do Brasil segundo os critérios da lei norte-americana vinha sendo reduzida à medida que iam sendo adotadas novas legislações sobre a matéria, como as leis de propriedade industrial (maio de 1996), “cultivares” (abril de 1997), direitos de autor e “*software*” (fevereiro de 1998). Segundo nota do Itamaraty, o governo brasileiro considerou positiva a decisão norte-americana, pois traduzia o reconhecimento do esforço do governo “para dotar o país de instrumentos modernos de proteção da propriedade intelectual”.

A aproximação pessoal entre Cardoso e Clinton aumentou e, em junho de 1998, Fernando Henrique Cardoso esteve na casa de campo do Presidente americano<sup>984</sup>, tendo ambos tratado de questões regionais e globais<sup>985</sup>. Em suas memórias, Cardoso resumiria os muitos encontros que manteve com Clinton, inclusive o apoio que este daria a questões financeiras brasileiras e à ideia de que o Brasil precisava consolidar o Mercosul antes de aprofundar negociações hemisféricas na ALCA<sup>986</sup>.

Essa aproximação não impedia a defesa firme brasileira em diferendos comerciais. Assim, por nota de fevereiro de 1999, quando da imposição de sobretaxas a certos produtos de aço laminados a quente exportados pelo Brasil, o Itamaraty expressou entendimento de que a metodologia utilizada pelos EUA contrariava um dos elementos básicos do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC, que requeria que fosse demonstrada a existência de um benefício para a determinação da existência de subsídios. Argumentou, quanto às investigações de dumping, que estimava o governo brasileiro que os métodos utilizados pelas autoridades norte-americanas conduziam a margens extremamente distorcidas. Acusou os investigadores estadunidenses de, no decurso do processo, terem ignorado os dados fornecidos pelas empresas brasileiras e recorrido apenas aos dados supridos pelas empresas norte-americanas. Qualificou os procedimentos de arbitrários. Concluiu que, em coordenação com as empresas interessadas, buscava uma solução que preservasse o acesso do aço brasileiro ao mercado norte-americano.

A economia dos EUA, em 1999, parecia inigualável a qualquer outra e a superioridade militar do país tampouco encontrava rivais. O país respondia por 35% dos gastos de defesa no mundo, parcela dez vezes superior à da Rússia<sup>987</sup>. O orçamento da ONU, do Banco Mundial, do FMI e de todos os programas e agências da ONU somados alcançavam o total de US\$ 18,2 bilhões, ou seja, um centésimo do orçamento federal dos EUA<sup>988</sup>.

A aproximação bilateral levou a que, em abril de 2000, o Brasil assinasse com os EUA acordo sobre a utilização da base aérea de Alcântara para o lançamento de satélites e equipamentos<sup>989</sup>. Mas nem todas as iniciativas brasileiras eram bem recebidas pelo governo estadunidense. A convocação pelo Brasil entre agosto e setembro da primeira cúpula de Chefes de Estado da América do Sul teria surpreendido Washington, pois alguns funcionários norte-americanos viam na iniciativa obstáculo a maior cooperação hemisférica<sup>990</sup>.

A era Clinton, porém, chegava ao fim e com ela o relacionamento próximo que se estabelecera entre os líderes do Brasil e dos EUA. Em 7 de novembro, realizou-se eleição presidencial com resultados muito próximos entre os dois candidatos. Ao tratar do relacionamento bilateral, durante palestra que pronunciou naquele mês, Seixas Corrêa ressaltou que o importante era manter a consideração das divergências específicas em seus próprios méritos, e, ao mesmo tempo, “acentuar a malha de interesses bilaterais e regionais convergentes” em torno de três valores e objetivos que Brasil e EUA compartilhavam na região: democracia, estabilidade e crescimento.

Em dezembro, George W. Bush (filho) foi declarado vencedor das eleições presidenciais americanas<sup>991</sup>, com estreita margem de votos<sup>992</sup>. O novo mandatário assumia um país cujo aparato militar compreendia então 1.380.000 soldados e um orçamento de cerca de US\$ 279 bilhões<sup>993</sup>. Com 160 mil quilômetros de costas e apenas 1.000 quilômetros de fronteiras com seus vizinhos<sup>994</sup>, o país mostrava-se, entretanto, mais frágil do que aparentava.

Futuros membros da nova administração republicana enunciavam as prioridades para a política externa com relação à América Latina. Robert Zoellick defendia que os EUA propusessem “acordos de livre-comércio com países individuais ou grupos regionais”. E acrescentava que se “estas regiões tardarem demais a abrir seus mercados”, os EUA devia “voltar-se para outras”, pois “a competição pode operar milagres”<sup>995</sup>. De sua parte, Condoleezza Rice afirmava que o tratado de Kyoto não se coadunava com os interesses de seu país, pois não incluía a China e isentava países em desenvolvimento de normas rigorosas “ao mesmo tempo penalizando a indústria norte-americana”. Defendeu a ideia de protagonismos regionais, dando como exemplo “a intervenção liderada pela Austrália no Timor Leste”<sup>996</sup>.

### 7.2.3.3. *Canadá*

O relacionamento com o Canadá seria objeto de tentativa de maior intensificação. A situação interna canadense não favoreceria, no entanto,

maiores avanços. Em outubro de 1995, federalistas venceram o referendo sobre o futuro do Québec<sup>997</sup>. Por margem de apenas 50,6% para 49,4%, evitando assim independência daquela província<sup>998</sup>. Se a separação tivesse ocorrido, cerca de um terço da economia e da população deixaria de ser parte do Canadá. Além disso, as províncias do Nordeste se veriam separadas daquelas localizadas no Oeste do país, vaticinando alguns até mesmo o fim da federação canadense.

Deixada para trás essa questão interna, houve em 1996 e 1997 iniciativas para aumento do relacionamento. Em maio de 1996, o Brasil assinou acordo de cooperação nuclear com o Canadá. Por ocasião da assinatura do instrumento com seu homólogo canadense, Lampreia notou que a cooperação se daria no âmbito de usos pacíficos especialmente nas áreas de agricultura, conservação de alimentos, medicina e geração de eletricidade.

Em abril de 1997, o Presidente Fernando Henrique Cardoso efetuou visita de Estado ao Canadá. Em discurso que fez durante almoço organizado pela Câmara de Comércio bilateral, em Toronto, o Chefe de Estado brasileiro notou a existência de potencial para crescimento do relacionamento econômico bilateral e ressaltou os interesses convergentes entre os dois países no tocante ao comércio agrícola mundial. Referiu-se a um “quadro negociador” Mercosul – Canadá que deveria permitir dar maior “estabilidade, previsibilidade e segurança aos agentes econômicos”.

Naquele ano, a Corte Suprema canadense julgou que a secessão unilateral de uma província seria inconstitucional e o Parlamento aprovou lei determinando os termos de uma separação negociada<sup>999</sup>. A questão da tentativa de separação do Québec teria, no médio prazo, impacto indireto nas relações com o Brasil, pois o governo federal do Canadá, entre outras medidas tomadas para manter aquela Província, desenvolveu programa de subsídios a empresas instaladas nela, inclusive a Bombardier, firma concorrente da EMBRAER, levando a litígio comercial entre os dois governos.

Em maio de 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou que os representantes especiais designados por ele e pelo Primeiro-Ministro do Canadá, Jean Chrétien, haviam apresentado seu relatório sobre meios para solução da controvérsia entre o Brasil e o Canadá relativamente a medidas de apoio às exportações de aeronaves regionais. O representante especial brasileiro era o Doutor Luiz Olavo Baptista, Professor de Direito Internacional da Universidade de São Paulo, e o representante canadense era o Senhor Marc Lalonde, sócio da firma de advogados Stikeman, Elliot, de Montreal. Em julho, delegações



dos dois países reuniram-se para examinar a possibilidade de acordar disciplinas para a utilização de medidas de apoio ao setor de aeronaves regionais, com vistas a buscar solucionar o contencioso entre as empresas Bombardier e EMBRAER. Para as consultas, as delegações tomaram por base o relatório dos Representantes Especiais designados pelos dois Chefes de governo. As consultas, porém, não resultaram em solução mutuamente satisfatória, o que levou o governo brasileiro a solicitar ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC o estabelecimento de painel para examinar a compatibilidade das diversas modalidades de apoio concedido pelo governo canadense às aeronaves da Bombardier com as regras do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias, que tratava de subsídios proibidos. O Órgão de Solução de Controvérsias acatou o pedido de painel apresentado pelo Brasil e, na mesma reunião, acatou também pedido canadense de painel para avaliar a compatibilidade do PROEX com os compromissos assumidos pelo Brasil. Em novembro, o governo brasileiro apresentou formalmente à OMC petição pela qual acusou o Canadá de conceder subsídios ilegais ao fabricante de aeronaves canadense Bombardier.

Em fevereiro de 1999, o Itamaraty emitiu nota em que rebateu uma matéria publicada no jornal “O Estado de São Paulo” intitulada “EMBRAER deve perder briga com Bombardier”. Notou que, pelas regras de estrito sigilo da OMC, naquela fase em que os painelistas estudavam os argumentos apresentados pelas partes, não estavam eles autorizados a pronunciar-se sobre o assunto, nem a comunicar-se com os governos interessados. Registrou que, por essa razão, causava estranheza, portanto, que uma suposta “alta fonte da OMC” pudesse ter apresentado à imprensa comentários sobre alegadas opiniões dos painelistas a respeito da matéria.

Em 2000, a OMC tomou decisão contrária ao Brasil em caso de acusação canadense de subsídios brasileiros à exportação de aviões. O Canadá foi autorizado a impor retaliações<sup>1000</sup>.

### 7.3. Europa

Na Europa, teriam mais relevância internacional os acontecimentos nos Bálcãs. O Brasil perseguiria aproximação firme com a UE e manteria contatos crescentes com a Rússia.



### 7.3.1. UE

A aproximação brasileira com os países da UE não encontrava resistências internas do ponto de vista político. Durante 1995, seu primeiro ano de governo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizaria algumas visitas a países da Europa Ocidental. Assim, em maio, participou das cerimônias oficiais de comemoração do cinquentenário do término da Segunda Guerra Mundial, em Londres. Em julho, visitou oficialmente Portugal<sup>1001</sup>, onde assinou documentos bilaterais sobre cooperação consular, consultas políticas, econômicas e culturais, e preservação de patrimônio arquivístico e documental<sup>1002</sup>. Em setembro, efetuou visitas oficiais ao Reino da Bélgica e à sede da UE, e de Estado à República Federal da Alemanha quando manteve encontros com o Chanceler Helmut Kohl<sup>1003</sup>. Em dezembro, efetuou visita ao Reino da Espanha, em retribuição a visita que em outubro fizera o Presidente do governo espanhol, Felipe González.

Os gestos brasileiros de maior aproximação da UE eram claros. Durante visita ao Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, em Bruxelas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que o início das negociações do Acordo-Quadro de Cooperação Comercial e Econômica entre o Mercosul e a UE constituía marco expressivo no adensamento entre as duas regiões, na medida em que era um passo decisivo em direção ao estabelecimento progressivo de uma zona livre de comércio inter-regional.

A UE aumentava seu número de membros, tendo Áustria, Finlândia e Suécia ingressado no início do ano<sup>1004</sup>. A entidade aceitaria os pedidos apresentados por Romênia, Eslováquia, Letônia, Estônia, Lituânia e Bulgária, como candidatos a membros<sup>1005</sup>. Com o Mercosul, a UE assinou, em dezembro, o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação e uma Declaração Política Conjunta<sup>1006</sup>. Para o Embaixador Jório Dauster, então Chefe da Missão junto à UE, o relacionamento bilateral entrava em nova etapa<sup>1007</sup>.

Os argumentos brasileiros para o adensamento de relações se tornavam cada vez mais explícitos. Em março de 1996, Lampreia afirmou que a Europa constituía “uma das bases de equilíbrio” que caracterizava a inserção brasileira no mundo. Disse que era interesse do país “reforçar esse equilíbrio, inclusive porque” estavam “em curso iniciativas, como a projetada integração hemisférica” que poderiam “incrementar em muito as relações comerciais e financeiras entre o Brasil e o Continente Americano”.

Contatos com países individuais se amiudavam. Em abril, o Presidente Cardoso recebeu o Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, acompanhado de missão empresarial. Com ele, assinou documentos sobre cooperação entre as respectivas academias diplomáticas, modernização administrativa e isenção de vistos<sup>1008</sup>. No banquete que lhe ofereceu, referiu-se à presença de milhares de brasileiros que viviam em Portugal, “dando o seu trabalho e os seus sonhos para a terra que os acolheu”. Em maio, o mandatário brasileiro visitou a França<sup>1009</sup>. Em discurso ao Primeiro-Ministro, Alain Juppé, Fernando Henrique Cardoso ofereceu a possibilidade de “uma nova agenda para as relações franco-brasileiras” que combinasse “parceria política e parceria econômica” e que somasse comércio, investimentos e cooperação.

Lampreia afirmou, em junho, que a Europa constituía uma das bases do equilíbrio que caracterizava a inserção brasileira no mundo. Disse que o interesse do país era “manter e reforçar esse equilíbrio”, inclusive porque estavam “em curso iniciativas, como a projetada integração hemisférica” que poderiam “incrementar em muito as relações comerciais e financeiras entre o Brasil e o Continente americano”. Deixou claro que o objetivo brasileiro era “criar um processo paralelo de negociação entre a integração hemisférica e a aproximação UE - Mercosul.

A aproximação com a Alemanha, a maior economia da Europa, seria objeto de contatos relevantes. Em setembro, o Chanceler alemão Helmut Kohl visitou o Brasil. A Alemanha constituía então o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, logo após os EUA<sup>1010</sup>. Ao receber o visitante, Fernando Henrique Cardoso disse que havia boas perspectivas para maiores investimentos alemães no Brasil que já somavam US\$ 7 bilhões. Em outubro, reuniu-se em Dresden a Comissão Mista bilateral Brasil - Alemanha. A delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário-Geral, Embaixador Rego Barros, que fez pronunciamento no qual defendeu “o fortalecimento dos vínculos do Mercosul com a UE”, centrado em um “sistema de facilitação das trocas comerciais entre as duas regiões, conduzindo a uma zona de livre-comércio no sentido pleno da expressão”. Propôs para tanto “processo de aproximação entre as duas regiões” construído “em torno da liberalização comercial”, embora reconhecesse que tal aproximação envolveria uma negociação complexa.

Em visita a Portugal, em dezembro, dirigindo-se a seu anfitrião, o Ministro Jaime Gama, Lampreia notou as *joint ventures*, investimentos e as oportunidades decorrentes das privatizações brasileiras, tomando como exemplo a criação de uma associação entre a EMBRATEL e a Portugal Telecom para um projeto conjunto.

A UE continuava, enquanto isso, a dar passos para seu maior alargamento. Durante o ano, foram aceitos pela UE os pedidos apresentados por Eslovênia e República Tcheca, como candidatos a membros da UE. Com esses pedidos, alcançava o total de dez o número de países ex-comunistas que haviam sido aceitos como candidatos a membros, numa lista que já incluía Malta, Chipre e Turquia<sup>1011</sup>. Ainda naquele ano, como membro da União da Europa Ocidental, organização reativada por Mitterand, a França voltou indiretamente a participar de estrutura militar da OTAN<sup>1012</sup>.

Em 1997, o Presidente Cardoso prosseguiria suas viagens de maior aproximação com os países-membros da UE. Em fevereiro, efetuou visita de trabalho ao Reino Unido, bem como visitas de Estado à Itália e ao Vaticano. Em novembro, manteve encontro com o Presidente da França, Jacques Chirac, em Saint Georges de l'Oyapock, fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Em dezembro, efetuou visita de Estado ao Reino Unido onde, durante discurso à Rainha Elizabeth II, referiu-se com satisfação ao progresso em projetos pioneiros na área da cooperação educacional e acadêmica. Em particular referiu-se ao "exitoso programa de divulgação do Brasil nas escolas britânicas e da criação do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford".

Naquele ano, a Comissão Europeia revisou os pedidos de admissão e indicou seis países - Chipre, República Tcheca, Estônia, Hungria, Eslovênia e Polônia - como sendo candidatos para encetar negociações preliminares para admissão. Foram assim rejeitados os pedidos de seis outros, isto é, Bulgária, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Turquia, esta última em virtude da oposição grega<sup>1013</sup>. Na ocasião, a França bloqueou tentativas para reforma da Política Agrícola Comum<sup>1014</sup>.

Em 1998, o Brasil prosseguiu seu estreitamento de contatos com a Europa, tendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso efetuado visita de Estado ao Reino da Espanha e recebido, em março, a visita de Romano Prodi, Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, e, novembro a do Primeiro-Ministro dos Países Baixos, Wim Kok.

Por seu turno, a Europa assistia a evoluções políticas no seu entorno tendo, naquele ano, Polônia, Hungria e República Tcheca sido convidadas a iniciar negociações para se tornarem membros da OTAN<sup>1015</sup>. Em março, Clinton encontrou-se com Yeltsin e ofereceu algumas concessões em troca da retirada russa de objeções sobre a participação de países do Leste Europeu na OTAN. No interior da EU, evoluíam igualmente os progressos de integração, tendo a Comissão Europeia emitido, em maio, recomendação de que 11 dos 15 membros da UE fossem admitidos na União Monetária Europeia. As exceções foram o Reino Unido, Dinamarca

e Suécia, por não o desejarem, e a Grécia por não ter cumprido as exigências do tratado de Maastricht<sup>1016</sup>.

Em 1999, ocorreria a introdução do euro como moeda única na maioria dos membros da UE<sup>1017</sup>, mas, inicialmente, apenas como uma moeda contábil<sup>1018</sup>. Reino Unido, Dinamarca e Suécia decidiram não aderir à união monetária. Os demais 11 membros tornaram-se membros fundadores (Áustria, Bélgica, França, Finlândia, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha)<sup>1019</sup>. Em março, Polônia, República Tcheca e Hungria aderiram à OTAN, tendo Yeltsin retirado suas objeções depois do encontro com Clinton em Helsinque<sup>1020</sup>.

Os frutos dos esforços brasileiros de aproximação começariam a surtir efeito. Em junho, realizou-se no Rio de Janeiro, a primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe e da UE. Como observou Luiz Augusto de Castro Neves, as origens da cimeira encontravam-se em proposta do Presidente do governo espanhol, José Maria Aznar, em reunião realizada três anos antes no Chile. Ideia semelhante, embora limitada ao Mercosul, fora proposta pelo Presidente francês Jacques Chirac, quando de visita ao Brasil.

As propostas brasileiras tornavam-se mais avançadas. Em dezembro, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, proferiu palestra sobre o tema “UE e Brasil: Realidades e Expectativas de uma Relação Transatlântica” na qual defendeu o estabelecimento de uma área de livre-comércio entre o Mercosul e a UE. Propôs que a aproximação entre ambos fosse vista acima de tudo como uma iniciativa política que transcendia o plano meramente comercial. Declarou que devia, a seu ver, ser “encarada como vital para assegurar a manutenção da forte presença europeia na América Latina, fortalecendo, portanto, a multipolaridade e o equilíbrio estratégico no plano internacional”. Esclareceu que o Brasil não desejava se vincular “de forma preferencial a um único bloco comercial”. Informou, nesse sentido, que a manutenção do padrão histórico de equilíbrio relativo que se observava na repartição geográfica dos fluxos de comércio internacional constituía uma prioridade para o governo brasileiro. Explicou que esse padrão contribuía para a manutenção da autonomia da política externa para que o Brasil dispusesse de maior espaço nas negociações econômicas internacionais.

Em outro artigo, intitulado “A agenda europeia do Brasil e a sua importância”, publicado em junho de 2000, Seixas Corrêa argumentou novamente em favor da aproximação europeia. Lembrou que os países da UE constituíam, em conjunto, o mais importante parceiro econômico-

-comercial do Brasil, absorvendo cerca de 30% das exportações nacionais, e respondendo por metade dos investimentos diretos recebidos pelo país. Notou que o relacionamento com a Europa era também essencial do ponto de vista político e estratégico. Reconheceu, porém, que a Europa era mais importante para o Brasil e para a América do Sul do que vice-versa, razão a mais, na sua opinião, para que o Brasil se esforçasse em “tomar a iniciativa e procurar dar crescente operacionalidade a uma parceria que tem-se distinguido muito positivamente no plano da retórica mas que ainda precisa de alguns ajustes para demonstrar a sua efetividade”.

A UE tratava de suas questões internas. Naquele ano, a Grécia foi admitida como membro na União Monetária Europeia<sup>1021</sup>. Em reunião da UE realizada em dezembro, foram reavaliados os votos de cada país de acordo com o tamanho de cada população. A França insistiu em manter paridade com a Alemanha apesar de uma diferença de 20 milhões de habitantes<sup>1022</sup>. Enquanto Bruxelas buscava soluções para os temas integrativos, os países-membros atuavam individualmente, em especial seu setor privado. Assim, durante o ano, a Espanha tornou-se o principal país de investimentos no Brasil, tendo estes alcançado o montante de US\$ 9,6 bilhões, sobretudo destinados à compra de empresas de telecomunicação que foram privatizadas<sup>1023</sup>.

### 7.3.2. *Leste Europeu*

O relacionamento com Moscou, embora tratado com relevância pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, não apresentaria resultados mais significativos, por encontrar-se a Rússia em meio a outras prioridades, entre as quais, a grave crise na Chechênia e a não menos importante crise financeira. Nos Balcãs, onde o Brasil atuaria no âmbito da ONU, de um lado, seria alcançado acordo sobre a Bósnia mas, de outro, irromperia a questão do Kosovo.

O Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma, visitou o Brasil em outubro de 1995. Ao recebê-lo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso notou que o comércio bilateral era incipiente e expôs a necessidade de melhor conhecimento mútuo para que se pudessem expor aos agentes econômicos as oportunidades que existiam para negócios, associação em *joint ventures*, cooperação e intercâmbio, em ambos os países.

Em setembro de 1996, foi a vez da visita do Presidente da República Tcheca, Václav Havel. Ao recebê-lo, afirmou que a “convergência de pontos de vista sobre as grandes questões internacionais da atualidade,

fundada na crença comum dos valores democráticos, nos direitos humanos e na liberdade econômica” permitiam uma colaboração estreita entre os dois países. Sugeriu como áreas de cooperação a serem exploradas, a cultura, a educação e a pesquisa científica e tecnológica. Propôs também a dinamização do relacionamento econômico.

### 7.3.2.1. Rússia

A região da Chechênia, considerada crucial para a economia da Rússia por ser atravessada pelo principal oleoduto de Baku<sup>1024</sup>, constituiria o principal foco de instabilidade. Após um mês de luta, em janeiro de 1995, forças russas capturaram a capital chechena, Grozny, que se encontrava em poder dos rebeldes<sup>1025</sup>. Na primavera setentrional, porém, centros urbanos na Chechênia caíram novamente nas mãos de guerrilheiros<sup>1026</sup>. A Rússia preveniu a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa para que não se imiscuisse na questão por considerar ser assunto interno<sup>1027</sup>.

Em janeiro de 1996, irromperam lutas entre soldados russos e rebeldes chechenos. Naquele mês, a substituição do Ministro do Exterior russo Andrei Kosyrev por Yevgeni Primakov significou uma virada para a política externa mais nacionalista, expressa na oposição russa a ataques no Iraque em razão da obstrução de Saddam Hussein ao trabalho dos inspetores de armas da ONU<sup>1028</sup>. Em maio, o Presidente Boris Yeltsin encontrou-se com rebeldes chechenos pela primeira vez e negociou um cessar-fogo. No mês seguinte, Yeltsin venceu o primeiro turno das eleições presidenciais na Rússia<sup>1029</sup>, e, em julho, venceu o segundo turno contra o comunista Gennadi Zyuganov<sup>1030</sup>.

Em maio de 1997, foi assinado o Tratado de Paz entre a Rússia e a Chechênia<sup>1031</sup>. Após o cessar-fogo, de um lado, a Rússia perdeu o controle *de facto* da região mas, de outro, o regime checheno não obteve o reconhecimento internacional, pois as potências estrangeiras trataram o conflito como questão interna russa<sup>1032</sup>. Moscou ocupava-se de outros aspectos de sua política e, no dia 27, assinou acordo com a OTAN<sup>1033</sup>.

Em meio àquela questão, em novembro, Ievgueni Primakov visitou o Brasil<sup>1034</sup>. Em discurso que lhe dirigiu, o Ministro Luiz Felipe Lampreia declarou que a visita constituía a oportunidade que o Brasil esperava para aprofundar o diálogo entre os dois países, “identificar novas áreas de intercâmbio e, sobretudo, lançar as bases de uma nova parceria alicerçada na confiança e no respeito mútuos”. Notou que Brasil e Rússia eram “dois países continentais, duas grandes democracias em consolidação”; e que

passavam “por processos de abertura e modernização econômica, de ajuste e de liberalização competitiva do comércio internacional”. Observou que, no plano político, os dois países tinham “interesses globais” e ambos buscavam “a integração regional e a diversificação de suas parcerias na arena internacional”.

Assinou com Primakov uma “Declaração dos Princípios de Interação com vistas ao Século XXI”; uma “Declaração Conjunta de Criação da Comissão de Alto Nível”; um Acordo de Cooperação Cultural e Educacional; um Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica; e um Acordo de Cooperação na Pesquisa e nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.

A economia russa alcançou seu ponto mais baixo em 1998 com a inadimplência do rublo<sup>1035</sup>. A crise financeira atingiu o país em agosto, engatilhada pela crise asiática iniciada no ano anterior. Com a queda do preço de produtos primários, foram afetadas as exportações russas de petróleo, gás natural, metais e madeira que representavam 80% do total. Em agosto, os mercados russos caíram por temor dos investidores de uma desvalorização da moeda e da inadimplência da dívida interna. Yeltsin anunciou a troca do Primeiro-Ministro Sergei Kiriyenko por Victor Chernomyrdin. O Parlamento (*Duma*) rejeitou o nome de Chernomyrdin e Yeltsin nomeou Yevgeny Primakov, para exercer o cargo, o que, em setembro, foi aprovado pelo Duma. Naquele mês, a crise econômica se aprofundou na Rússia com a depreciação do rublo em um terço<sup>1036</sup>. A estabilidade política se restabeleceu após a nomeação de Primakov, mas, em outubro, participantes de uma greve nacional pediram a renúncia de Yeltsin. A Rússia solicitou ajuda humanitária internacional, inclusive de alimentos para enfrentar os resultados de um mau ano agrícola.

Em 1999, os preços do petróleo subiram e a economia russa apresentou recuperação. No verão daquele ano, Yeltsin nomeou Vladimir Putin como Primeiro-Ministro<sup>1037</sup>. Em setembro, referindo-se a ataques terrorista chechenos, Putin declarou que a Rússia estava se defendendo da Chechênia e não deveria ter complexo de culpa. Ainda naquele mês, os russos começaram ataque de grande escala contra rebeldes daquela região<sup>1038</sup>. Durante o ano, a entidade não governamental denominada *Médecins sans frontière* – que naquele ano receberia o Prêmio Nobel da Paz<sup>1039</sup> – solicitou publicamente ao Presidente Bóris Yeltsin que suspendesse o bombardeio de civis na Chechênia. Em 31 de dezembro, Yeltsin renunciou repentinamente à Presidência da Rússia, sendo substituído interinamente por Vladimir Putin<sup>1040</sup>. Em fevereiro de 2000, o novo líder russo anunciou terem as tropas russas tomado a capital da Chechênia e, no mês seguinte,



foi eleito Presidente<sup>1041</sup>. Declarou-se a favor de sistema “de livre mercado controlado democraticamente”<sup>1042</sup>, e apertou o cerco sobre a Chechênia com amplo apoio popular russo<sup>1043</sup>.

### 7.3.2.2. Balcãs

No início de 1995, os sérvios dominavam 70% do território da Bósnia-Herzegovina e, em maio, reforçaram o bloqueio de Sarajevo. Tendo fracassado as tentativas dos europeus e da ONU<sup>1044</sup>, o intenso bombardeio na cidade levaria a OTAN a entrar em ação<sup>1045</sup>. Forças daquela organização conduziram ataques aéreos em Pale. Em retaliação, sérvios tomaram membros das tropas da ONU como reféns, acorrentando-os a depósitos de munição. Mataram ainda dois soldados franceses a serviço da ONU e tomaram um posto avançado daquela organização<sup>1046</sup>.

O Brasil acompanhava a situação na Bósnia e na região dos Balcãs como um todo, tendo passado, a partir de maio de 1995, a contribuir com observadores militares para a *UNCRO – United Nations Confidence Restoration Operation*, na Croácia e para a *UNPREDEP – United Nations Preventive Deployment Force*, na Macedônia.

Após os ataques de Sarajevo, os europeus e americanos concentraram a atenção na situação da Bósnia. Durante reunião do Grupo dos Sete, realizada no Canadá, em meados de junho, Bill Clinton, Jacques Chirac e John Major mostraram-se favoráveis à criação de uma força de reação rápida para responder aos ataques sofridos pelas forças da ONU<sup>1047</sup>. Enquanto tal não ocorria, aproveitando-se da inação ocidental, o comandante bósnio-sérvio, General Radko Mladic, decidiu atacar três cidades muçulmanas isoladas: Srebrenica, Zepa e Gorazde que estavam repletas de refugiados da área vizinha e, embora declaradas áreas de segurança da ONU estavam protegidas por poucas tropas daquela organização internacional. Acreditava Mladic que, enquanto mantivesse tropas da ONU como reféns, a organização não permitiria bombardeios da OTAN<sup>1048</sup>. Em meados de julho, os bósnio-sérvios marcharam para Srebrenica enquanto partiam componentes da força de paz da ONU<sup>1049</sup>. Entre sete e oito mil pessoas, sobretudo homens e meninos bósnios muçulmanos, foram mortos no massacre de Srebrenica<sup>1050</sup>.

As reações das potências ocidentais eram lentas. Reunidos em Londres, em julho, representantes de 16 países buscaram novas opções para lidar com a questão da Bósnia. No encontro, foi decidido que a OTAN executaria ataques aéreos em resposta a qualquer ação ofensiva



sérvia contra áreas de segurança. Paralelamente, no dia 24, Mladić foi indiciado pelo Tribunal Internacional Penal da ex-Iugoslávia e acusado de genocídio, crimes contra a humanidade e numerosos crimes de guerra.

Na Bósnia, a situação se agravava. Croatas e sérvios haviam conseguido algumas armas e os EUA haviam autorizado uma companhia americana a utilizar militares aposentados para treinar o exército croata<sup>1051</sup>. Em 4 de agosto, tropas croatas atacaram forças sérvias em Krajina, obrigando que estas se retirassem para o centro da Bósnia-Herzegovina. No dia 5, as forças croatas tomaram Knin e continuaram a avançar e, dois dias depois, a ONU conseguiu intermediar um acordo de cessar-fogo, tendo as forças sérvias remanescentes começado a se render. O Presidente croata, Franjo Tudjman, expulsaria 150 mil sérvios residentes naquela região<sup>1052</sup>. Nos EUA, o Congresso renovou pressão para que o embargo fosse levantado e permitisse que os muçulmanos da Bósnia pudessem comprar armas para se defenderem dos bósnio-sérvios. Clinton enviou uma equipe de negociadores chefiados por Richard Holbrooke para tentar entendimento diplomático. Estiveram na Croácia com o Ministro do exterior Maomé Sacirbey e com o Presidente Franjo Tudjman. Voaram a Belgrado para reunir-se com Milodan Milosevic, mas os encontros foram inconclusivos<sup>1053</sup>.

No final de agosto, depois de sérvio-bósnios terem lançado um morteiro no centro de Sarajevo matando 38 pessoas, a OTAN começou ataques contra posições sérvias<sup>1054</sup>. Em setembro, Holbrooke anunciou que todas as partes poderiam se encontrar em Genebra para conversações. Antes, porém, em 4 de outubro, a OTAN atacou os sérvios pela segunda vez. No dia seguinte, Clinton anunciou um cessar-fogo e declarou que as partes haviam concordado em participar de conversações de paz nos EUA<sup>1055</sup>. No dia 11, entrou em vigor uma trégua de 60 dias. Quando os bósnio-sérvios não cumpriram todas as condições da OTAN, os ataques aéreos recomeçaram. Após serem derrotados pelas forças croata-muçulmanas em terra e pela OTAN no ar, os sérvios da Bósnia se viram forçados a aceitar sentar à mesa de conferência<sup>1056</sup>. Os ataques continuaram até o dia 14, quando Holbrooke logrou alcançar acordo assinado por Karadzic e Mladic para pôr termo ao cerco de Sarajevo<sup>1057</sup>. Clinton conversou, em outubro, com Boris Yeltsin sobre a participação russa na força da OTAN na Bósnia, tendo o líder russo concordado com o envio de tropas, desde que não subordinadas à OTAN<sup>1058</sup>.

### 7.3.2.2.1. Acordo de Dayton

Conversações foram mantidas em novembro em Dayton, Ohio, servindo os americanos de intermediários entre os Presidentes da Bósnia, Croácia e Iugoslávia (Sérvia). No final da reunião, o líder da bósnia sérvia, Radovan Karadzic, aceitou o acordo por pressão de Belgrado. Milosevic não contou com o apoio de Yeltsin que, embora tivesse criticado o bombardeio da OTAN, igualmente aceitou os acordos. Os documentos previam a retirada de militares de todas as partes envolvidas, o retorno de refugiados a seus lares, a realização de eleições livres, e o policiamento pela OTAN e por tropas russas<sup>1059</sup>.

Enquanto ocorria a conferência em Dayton, no dia 16 de novembro, o tribunal da ONU apresentou denúncia com acusações contra Radovan Karadzic e Ratko Mladic por crime de genocídio durante a guerra da Bósnia. As acusações haviam sido ampliadas para incluir genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Em 6 de dezembro, pouco antes da assinatura dos acordos negociados em Dayton, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Bósnia<sup>1060</sup>.

Na cerimônia de assinatura dos acordos, em Paris, Tudjman representou a Croácia, Izetbegovic falou em nome dos muçulmanos da Bósnia e Slobodan Milosevic assinou em nome da Iugoslávia e dos sérvios da Bósnia<sup>1061</sup>. De acordo com um anexo do texto de Dayton, o país consistia em duas entidades, a Federação da Bósnia-Herzegovina e a República Srpska, tendo os “aspectos de segurança na Bósnia” sido transferidos da UNPROFOR (Força de Proteção da ONU) para a IFOR (Força de Implementação Multinacional)<sup>1062</sup>. Como parte do acordo, a OTAN concordou em fornecer 60 mil mantenedores da paz para a região, como integrantes da IFOR.

Para o Embaixador Gelson Fonseca Jr., o Acordo-Quadro Geral de Paz na Bósnia-Herzegovina (também chamado de Acordo de Paz de Dayton-Paris) “consolidou o fim das hostilidades na Bósnia”. Na opinião de Madeleine Albright, os Bálcãs teriam importância para “definir o papel dos EUA no mundo, para a relevância da OTAN, a evolução da Rússia, os limites da soberania, e a possibilidade de estender a democracia para terras sem tradição democrática”<sup>1063</sup>. O conflito durara quatro anos e causara a morte de 250 mil pessoas, além do deslocamento de mais de dois milhões de refugiados<sup>1064</sup>. Chamou a atenção de alguns países da comunidade internacional o fato de a OTAN ter tido papel mais importante na crise da Bósnia do que a ONU ou a CEE<sup>1065</sup>.

Em discurso que pronunciou no CSNU, em 15 de dezembro, o Embaixador Celso Amorim, citando o legado histórico brasileiro

de “coexistência frutífera entre povos de diferentes religiões, raças e culturas”, rejeitou o que chamou de “a lógica distorcida de linhas de separação étnica”:

[...] persuaded by our own historical legacy that fruitful coexistence among people of different religious, racial and cultural backgrounds is viable and natural, we consistently and vigorously rejected the twisted logic of the ethnic borderline. This logic has yet to be defeated in the Balkans as it was during World War II in Europe, and as it has been overcome, with the active assistance of the United Nations, in South África. [...] It is now up to the leaders and the peoples who have lived through this nightmare to create a new environment, through tolerance and respect for diversity<sup>1066</sup>.

Depois de a Bósnia se tornar independente, a tensão aumentou contra Belgrado<sup>1067</sup>. O Brasil ampliaria sua atuação na região e, a partir de janeiro de 1996, passou a participar da UNMOP na Península de Prelaka (área disputada entre a Croácia e a República Federal da Iugoslávia)<sup>1068</sup>.

Em fevereiro, bósnio-sérvios suspenderam contatos com o governo bósnio, com representantes da IFOR e com a OTAN, em reação à prisão de diversos criminosos de guerra bósnio-sérvios. Em maio, o Tribunal Internacional de Haia iniciou o julgamento de 57 suspeitos de crimes de guerra e, no dia 11 de julho, emitiu mandado de prisão contra Karadzic e Mladić. No dia 19, Karadzic deixou a Presidência. Em setembro, foram realizadas eleições e forças da OTAN capturaram alguns sérvios bósnios acusados de genocídio<sup>1069</sup>. A missão de paz da ONU na região foi assumida pelas tropas da Força de Implementação da Paz, da OTAN, com 60 mil militares e mandato até dezembro. Em fevereiro de 1997, após inicialmente contestar os resultados, Slobodan Milošević reconheceu a vitória da oposição nas eleições realizadas três meses antes.

#### 7.3.2.2.2. Kosovo

Equacionado o conflito na Bósnia, as atenções se voltariam para o Kosovo, onde em março, um avião dos EUA foi abatido por forças sérvias. No mês seguinte, forças sérvias fecharam os pontos de cruzamento das fronteiras para prevenir que os de etnia albanesa pudessem deixar o país.

Diversos fatos paralelos se desenvolveriam nos Bálcãs e na Rússia naquele período. Em maio, o Tribunal de Haia condenou o sérvio-

-bósnio Dusan Tadic a 20 anos de prisão por crime contra a humanidade em virtude da participação no extermínio de muçulmanos na Bósnia. A OTAN assinou um acordo com a Rússia no final daquele mês<sup>1070</sup> e outro com a República Federal da Iugoslávia no início de junho. Suspendeu os ataques aéreos depois de ter Slobodan Milošević concordado em retirar tropas sérvias do Kosovo. No dia 12, forças de manutenção de paz da ONU lideradas pela OTAN entraram na província de Kosovo.

Nos Bálcãs, a partir de janeiro de 1998, o Brasil passou a participar, com observadores militares, também da *UNTAES - United Nations Transition Administration for Eastern Slavonia*, na Eslovênia oriental (região da Croácia). Naquele momento, na expressão do Embaixador Gelson Fonseca Jr., os envolvidos com a Bósnia-Herzegovina “digeriam os resultados da Conferência de Implementação da Paz, realizada em Bonn”<sup>1071</sup>, quando teve início o conflito no Kosovo, cuja população, de dois milhões de habitantes, constituía-se em 90% de albaneses muçulmanos<sup>1072</sup>. Gelson Fonseca Jr. resumiu a situação naquele momento na província e a atuação do CSNU:

[...] cresciam as informações sobre a intensificação do fluxo de armas clandestinas para o Kosovo, destinadas a membros de uma estrutura militar, o “Exército de Libertação do Kosovo (KLA)”, considerada por Belgrado uma organização terrorista separatista, cujas atividades visavam a pôr fim ao predomínio sérvio na província. Esta situação de potencial conflito foi substituída por um real confronto nos primeiros meses de 1998, quando a violência irrompeu com ataques do KLA a delegacias de polícia e a consequente reação sérvia. Alarmado com a escalada de violência, o Grupo de Contato trouxe o assunto à atenção do CSNU, que discutiu a situação do Kosovo durante 4 semanas e adotou a resolução 1160 (1998), em 31 de março de 1998. A resolução condenava todos os atos de violência, incluindo os de natureza terrorista, e impunha um embargo de armas à República Federal da Iugoslávia, inclusive o Kosovo, “com o propósito de fomentar a paz e a estabilidade. A Presidência do Comitê de Sanções estabelecido por esta resolução veio a ser ocupada pelos Embaixadores Celso Amorim e, mais tarde, Gelson Fonseca Jr., Representantes Permanentes do Brasil no período”<sup>1073</sup>.

Nos primeiros meses de 1998, Slobodan Milosevic iniciou política de opressão na região, tendo sido mortos, em março, oitenta e cinco albaneses do Kosovo<sup>1074</sup>. Essa política foi, em 31 de março, condenada pelas CSNU que impôs embargo de armas à antiga Iugoslávia (chamada de Sérvia e Montenegro a partir de 2003)<sup>1075</sup>. Em pronunciamento no

CSNU, o Brasil, pela voz do Embaixador Henrique Valle, concordou com o embargo, mas defendeu esforços diplomáticos e criticou a proliferação de decisões ao abrigo do Capítulo VII da Carta da ONU:

[...] Embora concordemos com a imposição de um embargo, não podemos deixar de sublinhar que essas medidas não produzirão os efeitos desejados se não forem acompanhadas por esforços diplomáticos paralelos orientados à promoção de uma atmosfera mais segura e harmoniosa para aqueles que têm sido mais diretamente afetados pelos distúrbios.[...]

Talvez não seja coincidência que a proliferação de decisões autorizadas pelo CSNU ao abrigo do Capítulo VII desde o fim da Guerra Fria, e das sanções em particular, produziu-se num mundo em que o conflito parece, no mais das vezes irromper dentro das fronteiras dos estados.[...]

[...] como se afirma na Resolução 51/242, anexo II, da Assembleia Geral, sobre a questão de sanções impostas pela ONU, as próprias sanções são objeto de máxima seriedade e preocupação. Aquele texto, adotado por consenso, declara no parágrafo 1 que “deve-se apenas recorrer às sanções com a máxima cautela, quando outras opções pacíficas previstas pela Carta são inadequadas”<sup>1076</sup>.

Nas suas intervenções sobre a questão de Tribunal Penal Internacional, a delegação brasileira junto à ONU, embora tenha expressado o interesse em contribuir para que não permanecessem impunes os graves crimes cometidos na ex-Iugoslávia, questionou a competência do CSNU atribuir a um órgão subsidiário (Tribunal) poderes que ao próprio Conselho não foram atribuídos<sup>1077</sup>. Em pronunciamento ao CSNU, nesse sentido, em 13 de maio, o Embaixador Henrique Valle sublinhou o caráter de excepcionalidade da criação de tribunais *ad hoc*, o que devia se restringir a casos de graves circunstâncias:

Há quinze dias, o CSNU adotou a resolução 1165 (1998) autorizando a criação de uma Câmara de Julgamento adicional para o Tribunal Penal Internacional para Ruanda. É no mesmo espírito que prevaleceu naquele momento que o Brasil apoia a ideia de uma Câmara de Julgamento adicional para o Tribunal Internacional para a ex-Iugoslávia, de modo a levar à justiça aqueles responsáveis por sérias violações ao direito internacional humanitário e contribuir assim coma restauração e manutenção da paz na sub-região.[...]

O Brasil tem apoiado a criação dos tribunais *ad hoc* como ação excepcional da ONU e dos Estados Membros em face de graves circunstâncias que exigiram sua criação. [...] <sup>1078</sup>

Em meados de junho, a OTAN começou a planejar opções militares para acabar com a violência. Richard Holbrooke voltou à região para buscar solução diplomática. Em pronunciamento no CSNU, no dia 15, o Ministro Antonio Patriota defendeu a tolerância entre os grupos étnicos:

[...] Nossa própria experiência histórica convenceu-nos de que a tolerância entre diferentes grupos étnicos e religiosos é um cimento mais forte e duradouro para a construção da nação do que as armas ou a atividade policial. À medida que o pluralismo democrático baseado na tolerância enraizar-se na Bósnia e em outras partes dos Bálcãs, a atual ênfase em temas militares e de segurança pública deve mudar progressivamente para o desenvolvimento econômico e social, a consolidação institucional e o renascimento cultural. Estamos convencidos de que este é o desejo da maioria dos Bósnios, de todas as idades, sejam quais forem seus antecedentes étnicos ou religiosos. [...] <sup>1079</sup>

No mês seguinte, forças sérvias iniciaram ataques contra kossovares em ação que obrigaria 300 mil pessoas a deixarem suas casas<sup>1080</sup>. Atrocidades causadas pelos sérvios, em setembro, contribuíram para aumentar o êxodo de refugiados. No mesmo mês, a OTAN iniciou planos de ataques aéreos contra os sérvios.

A situação no Kosovo tinha repercussão na ex-República Iugoslava da Macedônia, pois milhares de refugiados kossovares de origem albanesa emigraram para aquele país vizinho após os sérvios terem iniciado, em 1998, “limpeza étnica” na província. A Força de Engajamento Preventivo da ONU - *UNPREDEP* foi, nas palavras de Gelson Fonseca Jr., estabelecida “como um instrumento de alerta precoce” para relatar ao CSNU “desdobramentos na fronteira da Macedônia que pudessem minar a estabilidade do país”<sup>1081</sup>. Em julho, o CSNU prorrogou seu mandato e ampliou-o para monitorar e relatar possíveis violações do embargo de armas imposto à República Federal da Iugoslávia. Em pronunciamento no dia 21, ao Conselho, o Embaixador Celso Amorim, considerou “natural contemplar, a esse respeito, um papel para a *UNPREDEP*”<sup>1082</sup>.

Lutas intensas irromperam, em setembro, em Kosovo entre forças da Iugoslávia e albaneses locais<sup>1083</sup> e o CSNU da ONU aprovou resolução que pediu o fim das hostilidades<sup>1084</sup>. Em outubro, a OTAN ameaçou atacar a Iugoslávia (Sérvia) em quatro dias, se as resoluções da ONU não

fossem observadas. Os ataques aéreos foram prorrogados quando policiais iugoslavos foram retirados do Kosovo<sup>1085</sup>. Em Comunicado à imprensa, o governo brasileiro condenou os abusos cometidos por forças sérvias contra as populações civis no Kosovo. Afirmou que tal violência feria a dignidade do ser humano e se chocava com a consciência da sociedade brasileira, que se orgulhava de sua formação multirracial, elemento enriquecedor da nação brasileira. Declarou que o governo brasileiro apoiava as iniciativas que fossem capazes de restaurar a paz e a concórdia naquela região, instou que fosse dado às agências humanitárias pleno acesso às áreas necessitadas e conclamou as partes em conflito a implementar incondicionalmente as resoluções 1160 e 1199 do CSNU. Concluiu que a comunidade internacional devia procurar, dentro da autoridade do CSNU e, em estrita observância à Carta da ONU, soluções para pôr fim à violência no Kosovo, que respeitassem a integridade territorial da República Federal da Iugoslávia.

Ainda em outubro, atendendo a pedido formal do governo britânico, a Embaixada do Brasil em Belgrado, capital da República Federal da Iugoslávia, passou a responder pela proteção dos interesses do Reino Unido e de seus nacionais naquele país, em virtude do fechamento da Embaixada britânica naquela capital. No final do mês, o CSNU adotou a Resolução 1239 sobre a situação humanitária na região do Kosovo. Em pronunciamento ao CSNU, no dia 24, em apoio à resolução, o Embaixador Celso Amorim reiterou o repúdio brasileiro a “intolerância sectária”:

[...] Os acordos alcançados laboriosamente por meio da diplomacia fornecem agora o palco para um processo de reconciliação que deve conduzir a uma maior autonomia para os kosovares albaneses.

O Brasil apoia esses acordos e continua comprometido com uma solução pacífica para a crise no Kosovo. Nosso repúdio a todas as formas de intolerância sectária não requer elaboração; tampouco nossa adesão ao pluralismo democrático, com plena proteção ao direito das minorias. [...]

Em novo pronunciamento no CSNU, em 15 de novembro, o Ministro Antonio Patriota expressou a esperança brasileira de que os esforços da ONU na Bósnia fossem “acompanhados por uma demonstração de vontade política por parte da liderança de todas as comunidades étnicas na Bósnia”. Considerou essencial que o povo da Bósnia, “inspirado por seus líderes”, fizesse “sua parte para agilizar a transformação do país”<sup>1086</sup>.

Segundo Gelson Fonseca Jr., em dezembro, a atenção se concentraria “principalmente na extensão e aumento do escopo do



mandato da Força Tarefa de Polícia Internacional (resolução 1174, de 1988), no funcionamento da Federação Bósnia, nas reformas judiciárias e de polícia propostas pelo Chefe da UNMIBH (*United Nations Mission in Bósnia Herzegovina*) e na cooperação, por parte dos líderes da República Sprska com o Alto Representante<sup>1087</sup>.

Naquele mês, mais 45 albaneses do Kosovo foram mortos<sup>1088</sup>. As novas violências levariam a OTAN a aumentar sua presença naval no mar Adriático<sup>1089</sup>. Uma vez que o Kosovo constituía parte integrante de seu território, a Iugoslávia estava protegida contra intervenções externas pelos Artigo 2(4) e 2(7) da Carta da ONU, bem como pela Declaração de Princípios de Direito Internacional aprovada pela AGNU, em 1970<sup>1090</sup>.

Novos ataques aéreos da OTAN estavam em preparação. Mas antes, França e Reino Unido empreenderam uma tentativa diplomática<sup>1091</sup>. As diversas partes se reuniram em Rambouillet, a partir de 6 de fevereiro de 1999, para buscar um acordo. Os sérvios não queriam uma força de paz da OTAN, os kossovares desejavam um referendo sobre a independência e os membros do exército da libertação do Kosovo não concordavam em desarmar-se. Os diplomatas americanos chefiados por Madeleine Albright redigiram um acordo que foi aceito, no dia 23, pelos kossovares albaneses com vista a ser assinado em Paris, em meados de março. Os sérvios, entretanto, boicotaram a cerimônia. As conversas se prolongaram, mas não conduziram a um acordo<sup>1092</sup>.

No dia 23 de março, o Secretário-Geral da OTAN, Javier Solana, instruiu o General Wes Clark a iniciar ataques aéreos. Apesar da oposição da Rússia, estes começaram no dia seguinte e duraram onze semanas<sup>1093</sup>. Constituiu-se na primeira vez em que a OTAN atacou um país soberano<sup>1094</sup>. Seria também - e principalmente - relevante por ter ocorrido sem autorização da ONU<sup>1095</sup>. Através de Comunicado conjunto, o Grupo do Rio manifestou sua preocupação pelo início de ataques aéreos contra objetivos militares sérvios por parte da OTAN e, em especial, pelo fato de que não haviam sido encontrados meios de solução pacífica para o diferendo existente entre as distintas partes envolvidas no conflito em Kosovo, em conformidade com o Direito Internacional. Exortou todas as Partes a que retomassem no mais breve prazo possível as conversações destinadas a alcançar uma solução integral e definitiva que permitisse o restabelecimento de uma paz firme e duradoura, baseada no respeito aos direitos humanos de todos os grupos étnicos e minorias dessa região, assim como a integridade territorial dos Estados. Lamentou, ainda, que se tivesse recorrido ao uso da força nessa região balcânica, sem observar o disposto



nos Artigos 53 (parágrafo 1º) e 54 da Carta das Nações Unidas, que assinalavam: “...não se aplicarão medidas coercitivas em virtude de acordos regionais ou por organismos regionais sem autorização do CSNU”, e que “...manter-se-á sempre o CSNU plenamente informado das atividades empreendidas ou planejadas de conformidade com os acordos regionais ou por organismos regionais com o propósito de manter a paz e a segurança internacionais”.

O governo dos EUA foi o principal responsável pelo bombardeio da Sérvia pela OTAN, uma guerra, nas palavras do historiador William Woodruff, sem consenso internacional e levada a efeito sob base jurídica questionável<sup>1096</sup>. Em pronunciamento no CSNU, no dia 24, o Ministro Ênio Cordeiro manifestou a inquietação brasileira “ante os desdobramentos mais recentes da crise, inclusive seus aspectos humanitários”. Lamentou que “a escalada das tensões” tivesse “resultado em recurso à ação militar”<sup>1097</sup>.

Em entrevista concedida em abril de 1999, o Ministro Luiz Felipe Lampreia afirmou que o Brasil não estava [de acordo] com Slobodan Milosevic por ser este “um líder brutal, responsável por crimes abomináveis, por violações terríveis de direitos humanos, por deslocamento de populações”. Mas argumentou que, embora os países da OTAN incluíssem vários de seus maiores amigos e parceiros, o Brasil não podia saudar ou aplaudir uma ação militar que não fosse coonestada, aprovada pelo CSNU. Ressaltou que, infelizmente, isso não ocorrera, tendo a ONU sido marginalizada naquele processo. Notou que o CSNU nem estava discutindo a questão.

Os ataques aéreos à Iugoslávia (Sérvia) se intensificaram em abril, e incluíram o centro de Belgrado. Os EUA ampliaram o apoio a Albânia e Macedônia para ajudar a receber refugiados<sup>1098</sup>. Milosevic aumentou a limpeza étnica causando êxodo de albaneses do Kosovo para a Albânia e Macedônia<sup>1099</sup>. Naquele mês, o parlamento da Iugoslávia votou a favor de uma união com a Rússia e Bielo-Rússia. Lampreia se referiu ao conflito no Kosovo, em abril, nos seguintes termos:

Vivemos hoje, na guerra do Kosovo - embora sem envolvimento direto do Brasil - uma situação que nos preocupa gravemente, tanto por seus aspectos humanos como pelo seu impacto sobre o ordenamento político e jurídico das relações internacionais. Este é, tipicamente, um problema que não comporta soluções simples ou absolutas.

O Brasil não pode aceitar as violações sistemáticas de direitos humanos, que neste caso atingem níveis que evocam algumas das memórias mais tristes e mais obscuras de nosso século. Tampouco nos satisfaz, no entanto, uma estratégia de solução baseada no uso unilateral da força, fora dos quadros de legitimidade da ONU. De um lado e de outro dessa questão, e qualquer que venha a ser o resultado do atual conflito, o que ocorre no Kosovo terá consequências importantes para a ordem internacional.

O Brasil espera que, em breve, se alcancem espaços de negociação e diálogo que permitam uma solução que, acima de tudo, deve assegurar os direitos fundamentais de todos os kosovares e erradicar a prática intolerável da “depuração étnica” - prática que representa a negação mais absoluta dos valores de pluralismo e tolerância que constituem a base de nossa forma de vida. [...]

Avião da OTAN bombardeou por engano, no dia 7 de maio, a embaixada da China em Belgrado, na República Federal da Iugoslávia, matando três funcionários e ferindo outros vinte. As relações sino-americanas entraram em crise<sup>1100</sup>. No dia seguinte, Clinton telefonou para Jiang Zemin para apresentar desculpas, mas o líder chinês não o atendeu. Os dois Chefes de Estado se falaram somente no dia 14, tendo Zemin se mostrado cético sobre a justificação de erro apresentada<sup>1101</sup>. Por sua parte, a Iugoslávia também tentou levar a OTAN para a Corte Internacional de Justiça em razão do bombardeio<sup>1102</sup>.

Entre dezembro de 1998 e maio de 1999, cerca de 30 mil albaneses haviam sido mortos e quase meio milhão de pessoas forçadas a deixar suas casas<sup>1103</sup>. Em 2 de junho, Milosevic recebeu os termos de proposta pela qual a Iugoslávia reteria soberania sobre Kosovo, embora os sérvios tivessem que deixar aquela província completamente. Tropas da OTAN entrariam no Kosovo sob um mandato da ONU e a Rússia também deste participaria. Depois de deliberação, Milosevic aceitou os termos e concordou em remover todas suas tropas e polícia de Kosovo. O líder sérvio começou a retirar tropas do Kosovo e, no dia 9, a República Federal da Iugoslávia e a OTAN assinaram um tratado de paz. No dia seguinte, a OTAN suspendeu o bombardeio<sup>1104</sup> e enviou uma força de manutenção da paz<sup>1105</sup>. Chegava ao fim o conflito no Kosovo<sup>1106</sup>, 78 dias após ter começado<sup>1107</sup>. No mesmo dia 10, o Embaixador Gelson Fonseca Jr., fez pronunciamento no CSNU em que novamente criticou o recurso à força militar sem autorização daquele órgão da ONU:

[...] Hoje talvez alcançamos um ponto de inflexão. [...] Milhares de vidas foram perdidas. Grande número de civis morreu ou foram feridos. Mais de um milhão de pessoas continuam deslocadas. [...]

Simultaneamente [...] estabeleceram-se precedentes problemáticos no recurso à força militar sem autorização do CSNU. Não se contribuiu para fortalecer a autoridade do Conselho e tampouco para melhorar a situação humanitária [...] <sup>1108</sup>

No dia 17, forças terrestres da OTAN começaram deslocamento no Kosovo<sup>1109</sup>. A UNMIBH e a SFOR tiveram seus mandatos estendidos por um período adicional de 12 meses pela resolução 1247 (1999)<sup>1110</sup>. Em julho, albaneses retornaram ao Kosovo, mas a região continuou a fazer parte da Sérvia. Após mediação por parte do Presidente da Finlândia entre a Rússia e a OTAN, Moscou concordou em enviar tropas para a força de manutenção de paz e aceitou que estas fossem comandadas pela OTAN<sup>1111</sup>. Em 19 de agosto, em Belgrado, dezenas de milhares de sérvios realizaram manifestação para exigir a renúncia de Milosevic.

Para Gelson Fonseca Jr., os dois acontecimentos mais importantes relacionados à Bósnia nesse período ocorreram nos últimos meses de 1999: em outubro, o SGNU publicou um relatório histórico sobre a queda de Srebrenica no qual a ONU admitiu ter fracassado na implementação da área de segurança de Srebrenica; e, em novembro, o CSNU realizou reunião para ouvir uma apresentação da Presidência Tripartite da Bósnia-Herzegovina, importante para que a comunidade internacional transmitisse “mensagem de perseverança e determinação aos líderes bósnios”. Notou Fonseca que o Brasil argumentava que a “tolerância e o entendimento” constituíam “fatores-chave para o futuro da Bósnia”. O país apoiava as atividades da UNMIBH, “especialmente aquelas voltadas à implementação das reformas necessárias para garantir a reestruturação e funcionamento adequado das instituições bósnias”<sup>1112</sup>.

Com respeito ao Tribunal Internacional para a Iugoslávia, Gelson Fonseca Jr. resumiu a posição brasileira em intervenção no CSNU. Notou que o Brasil considerava a criação do ICTY [*International Tribunal for Yugoslavia*] “uma medida excepcional, baseada em circunstâncias excepcionais”. Afirmou que o apoio ao Tribunal era expressão da condenação brasileira a crimes cometidos no território da ex-Iugoslávia e do desejo de levar seus responsáveis à Justiça. Lembrou, no entanto, que desde a adoção da resolução 827 (1993) o Brasil afirmara, contudo, que a criação de um Tribunal Internacional seria mais apropriadamente tratada

pela AGNU e por uma Convenção Internacional – como foi o caso do Tribunal Penal Internacional. Manifestou a esperança de o estabelecimento do TPI viesse a criar o mecanismo permanente de Justiça que permitisse à ONU evitar que se buscassem soluções mediante a criação de Tribunais *ad hoc*. Por fim, declarou que “o Brasil reconhecia que a eficiência de qualquer tribunal internacional estava vinculada à cooperação de todos os Estados e que o trabalho dos ICTY não devia ser influenciado por considerações políticas”<sup>1113</sup>.

No tocante aos Bálcãs como um todo, Gelson Fonseca diria que o Brasil atuara no Conselho e em outros fóruns da ONU “defendendo as normas e os princípios estabelecidos na Carta”. Acrescentou que, por serem o respeito e a promoção de valores associados à tolerância num quadro multicultural e multiétnico parte da identidade nacional brasileira, no tratamento do CSNU nos Bálcãs, o Brasil acrescentara a esta característica de sua própria identidade “uma forte resistência a aceitar o uso da força como meio próprio de pôr fim às tensões na região”<sup>1114</sup>.

Em análise da atuação brasileira com respeito aos Bálcãs e ao Kosovo em particular, Gelson Fonseca Jr. expôs a posição adotada pelo Brasil, denotando nas entrelinhas preocupação com a atuação da OTAN e não da ONU naquele conflito:

[...] o Brasil permaneceu comprometido com a promoção da estabilidade baseada no pluralismo democrático nos Bálcãs, além da proteção aos direitos das minorias. O repúdio a todas as formas de intolerância sectária, baseada seja em distinções religiosas, étnicas ou outras, é traço característico da sociedade brasileira e não requer elaboração. No caso específico do Kosovo, condenamos fortemente a brutalidade baseada em considerações étnicas. O Brasil apoiou os esforços internacionais direcionados a assegurar maior autonomia para a população kosovar albanesa no contexto do respeito à integridade territorial da República Federal da Iugoslávia. Apoiamos os esforços da UNMIK [Missão Interina da ONU no Kosovo] e da KFOR [presença de segurança internacional, liderada pela OTAN] para restaurar a normalidade no Kosovo e entendemos que ambas presenças operam em condições extremamente difíceis. Simultaneamente, insistimos quanto à preservação das prerrogativas do CSNU no que se refere à autorização de opções políticas coercitivas. Como afirmamos no CSNU, seria lamentável se - após havermos testemunhado o renascimento do multilateralismo no fim da Guerra Fria - deslízássemos para um sistema internacional composto por dois níveis: um em que o CSNU continuaria a exercer responsabilidade primordial pela manutenção da paz e segurança

internacional na maior parte do mundo, e outro em que teria responsabilidade apenas secundária em regiões cobertas por alianças especiais de defesa<sup>1115</sup>.

Em setembro de 2000, Slobodan Milosevic perdeu a eleição para Vojislav Kostunica<sup>1116</sup>, mas recusou-se a aceitar o resultado<sup>1117</sup>. Entre os dias 5 e 6 de outubro, finalmente deixou o poder depois de protestos generalizados por toda a Sérvia<sup>1118</sup>.

#### 7.4. África

Em meados da década, todo o continente africano respondia por apenas 2% do comércio mundial<sup>1119</sup>. Em maio de 1995, embora reconhecendo as dificuldades orçamentárias para maior cooperação, por ocasião da comemoração do Dia da África, o Ministro Lampreia reafirmou a prioridade do continente africano na política externa brasileira. Referiu-se às perspectivas que voltavam a abrir-se para a África “com a solução de alguns dos seus mais resistentes conflitos, como no caso de Angola ou da própria África do Sul”. afirmou que o Brasil vinha acompanhando “com vivo interesse os desenvolvimentos recentes no continente africano, deles participando em muitos casos”. Observou que ainda persistiam focos de conflito e problemas, mas disse acreditar no “futuro de paz, prosperidade e desenvolvimento com justiça social e democracia” que os africanos vinham buscando para si mesmos “desde os tempos mais heroicos das suas lutas pela independência e pela dignidade”.

O titular do Itamaraty anunciou, em maio de 1996, ter dado instruções para que fossem explorados com os parceiros na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul duas iniciativas políticas: um Tratado de Desnuclearização do Atlântico Sul, que formalizaria a Zona de Paz e Cooperação; e um Tratado de Proteção do Meio Ambiente Marinho no Atlântico Sul.

Relações diplomáticas foram estabelecidas, em outubro, com as Repúblicas do Chade e de Djibuti. Em novembro daquele ano, o Embaixador Rego Barros, Secretário-Geral do Itamaraty, afirmou que o Brasil estava redimensionando sua presença na África e adequando sua capacidade diplomática. Disse que uma nova perspectiva se abria para o Brasil na África que voltava a figurar no horizonte das prioridades brasileiras “graças a uma feliz combinação de fatores internos brasileiros com progressos sensíveis no cenário africano”<sup>1120</sup>.

No biênio 1998-1999, na qualidade de membro não permanente do CSNU, o Brasil participaria de várias decisões daquele órgão internacional

envolvendo países africanos. De maneira geral, sua atuação, em situações de conflitos, consistiu em favorecer negociações diplomáticas e o estabelecimento de forças paz pela ONU. Ao discorrer sobre a África no CSNU, em 24 de setembro de 1999, Lampreia enumerou algumas iniciativas em que o Brasil se envolvera com relação àquele continente, entre as quais, mencionou o estabelecimento da CPLP e da ZPCAS. Referiu-se à contribuição brasileira a operações de paz em Angola e Moçambique e favoreceu um exame das causas dos conflitos na África.

#### *7.4.1. África Ocidental*

Crise política em Guiné-Bissau levaria o Brasil a atuar tanto no âmbito da CPLP quanto no do CSNU, como membro não permanente daquele órgão, em cuja capacidade participou igualmente de decisões relativas a crise em Serra Leoa.

##### *7.4.1.1. Guiné-Bissau*

Em julho de 1997, o Presidente da Guiné-Bissau, General João Bernardo Vieira, visitou oficialmente o Brasil. Em nota à imprensa, o Itamaraty ressaltou que seria a primeira vez que os dois Presidentes discutiriam o relacionamento bilateral, acrescido dos novos parâmetros programáticos advindos da institucionalização e aprofundamento da CPLP. Anunciou que, no âmbito da cooperação técnica, o Brasil deveria implantar o “Projeto Piloto de Cooperação no Âmbito do Programa Especial de Segurança Alimentar da FAO”, com contribuição de aproximadamente US\$ 300.000,00, mediante cessão de profissionais, treinamento e hospedagem de guineenses, disponibilização de tecnologias e outras medidas. Notou que estavam sendo mantidos ainda entendimentos para cooperação na área de turismo e também no que se refere à consultoria para a criação de uma academia diplomática em Bissau, nos moldes do Instituto Rio Branco. Finalmente, indicou que, durante a visita, deveriam ainda ser discutidos a ampliação do número de bolsas de estudo para estudantes guineenses, possibilidades de investimento brasileiro naquele país e aumento de intercâmbio comercial bilateral.

Quando da realização da visita, o Presidente Fernando Henrique Cardoso elogiou a democracia e a estabilidade política e econômica de Guiné-Bissau.

Essa situação democrática, no entanto, se veria abalada quando, em junho de 1998, o Presidente “Nino” Vieira teve de enfrentar uma tentativa de golpe militar liderado pelo brigadeiro Ansumane Mané, líder das forças armadas. Ao tomar conhecimento do ocorrido, o governo brasileiro condenou aquele ato e instou os militares rebelados a restabelecer a ordem no mais breve prazo. Fez um apelo para que todas as partes mantivessem a calma e garantissem a proteção a todos os cidadãos civis guineenses e estrangeiros.

As tropas rebeldes tomaram quartéis e o aeroporto internacional. Exigiram a demissão de Vieira e a realização de eleições em julho. Com o apoio de senegaleses e guineenses, tropas do governo tentaram sem êxito retomar as áreas dos rebeldes, seguindo-se luta encarniçada. Milhares de pessoas deixaram o país para se refugiar no Senegal. Por nova nota, o governo brasileiro informou que a Embaixada do Brasil em Bissau estava abrigoando vários cidadãos brasileiros e estava em contato com a comunidade brasileira naquele país. Acrescentou que, paralelamente, estava mantendo contatos com governos de países amigos, com vistas à eventual necessidade de evacuação de cidadãos brasileiros.

De sua parte, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP emitiram Declaração na qual expressaram grave preocupação com a situação e lançaram um apelo veemente ao rápido restabelecimento da paz e à solução do conflito por meios pacíficos e negociais. Exprimiram a sua profunda consternação pela perda de vidas humanas provocada pelos confrontos e mostraram-se decididos em conjunto a prestar ajuda e assistência humanitárias empenhadas para minorar o sofrimento dos guineenses. Comprometeram-se a envidar esforços para que a crise se pudesse solucionar no quadro da CPLP, dando-se assim cumprimento à sua vocação primeira, como estabelecido nos respectivos documentos constitutivos, de concertação político-diplomática e reforço dos laços de cooperação entre os Sete. Declararam-se disponíveis para assistir diplomaticamente e dar todo apoio a qualquer iniciativa que as partes entendessem realizar para pôr termo ao conflito interno.

Na II reunião de Cúpula da CPLP realizada em Cabo Verde, em julho, o Vice-Presidente da República, Marco Maciel, declarou que a crise em Guiné-Bissau merecia da entidade “o necessário e veemente apelo ao pronto cessar-fogo e ao encaminhamento do conflito à mesa de negociações”. No mesmo mês, graças a mediação de um grupo de contato da CPLP, o governo e os rebeldes concordaram em uma trégua. Segundo



Gelson Fonseca Jr., a trégua “visava ao envolvimento de forças de paz de países de língua portuguesa e conclamava a negociações formais de paz”<sup>1121</sup>.

Novamente sob os auspícios da CPLP, mas também da *Economic Community of West African States – ECOWAS*, em agosto, governo e rebeldes mantiveram encontro em Cabo Verde, onde acordaram estabelecer um cessar-fogo<sup>1122</sup>. Em setembro, realizou-se em Abidjan, na Côte d’Ivoire, novo encontro entre governo e rebeldes que exigiram a retirada das tropas senegalesas e guineenses do país como condição para um acordo de paz definitivo, exigência que não foi aceita pelo governo. Por sua vez, os rebeldes recusaram proposta da formação de uma zona neutra na zona de Guiné-Bissau rente à fronteira do Senegal. Naquele mês, na ONU, Lampreia declarou:

Diante da grave crise interna vivida por Guiné-Bissau, o governo brasileiro uniu-se aos demais integrantes da CPLP com o propósito de buscar uma solução pacífica. A CPLP, em estreita coordenação com os países da região, contribuiu para impulsionar progressos significativos e seguirá empenhada em favorecer condições propícias à urgente e completa normalização da vida daquele país<sup>1123</sup>.

Houve reinício de lutas e de conversações diretas, em outubro, primeiramente em Banjul, na Gâmbia e depois, em Abuja, na Nigéria, local no qual foi alcançado acordo em 1º de novembro, durante a 21ª Cúpula da ECOWAS. O governo e os rebeldes concordaram quanto à retirada de tropas estrangeiras; o envolvimento de uma força de interposição da ECOWAS; a abertura do aeroporto internacional e do porto marítimo de Bissau; o estabelecimento de um governo de Unidade Nacional; e eleições presidenciais e gerais a serem monitoradas pela ECOWAS, a CPLP e a comunidade internacional<sup>1124</sup>. No dia 6, em consultas informais, o CSNU saudou o acordo e chamou as partes a respeitarem plenamente suas obrigações<sup>1125</sup>.

Como a situação continuasse instável, em fins de dezembro, o Conselho adotou a resolução 1216 (1998), que instava ao estabelecimento urgente de um governo de Unidade Nacional e à realização de eleições gerais e presidenciais até o fim de maio do ano seguinte. Também conclamou o governo e os militares rebeldes a implementarem plenamente todos os dispositivos dos Acordos e pediu ao Secretário-Geral que fizesse recomendações sobre um possível papel da ONU no processo de paz e reconciliação do país, incluindo o rápido estabelecimento de uma ligação oficial entre a ONU e a *Economic Community of West African States Monitoring Group – ECOMOG*<sup>1126</sup>.

O governo de Guiné-Bissau anunciou, em janeiro de 1999, que as eleições não seriam realizadas nas datas previstas no Acordo



de Abuja. Apesar de entendimentos na implementação de outros pontos acordados, reiniciaram-se as lutas. Em fevereiro, novas conversações entre governo e rebeldes levaram a um acordo de cessar-fogo acompanhado da retirada das tropas senegalesas e guineenses. Por nota, o governo brasileiro informou ter tomado conhecimento, com satisfação, do acordo alcançado, pondo fim aos combates que ameaçavam o processo de pacificação na Guiné-Bissau. Reafirmou a convicção de que o diálogo e a negociação entre o governo e a Junta Militar eram premissas indispensáveis para encaminhar a transição democrática, assegurar a credibilidade dos dirigentes guineenses e viabilizar a ajuda solidária da comunidade internacional. Manifestou a esperança de que os últimos confrontos representassem apenas acidentes do percurso rumo à paz. E reiterou a disposição de continuar trabalhando, em particular no âmbito da CPLP e do “Grupo de Amigos”, constituído na ONU, para fortalecer o compromisso de todas as partes envolvidas na crise guineense com os termos do Acordo de Abuja e apressar as condições que assegurem alívio ao sofrido povo irmão da Guiné-Bissau.

No dia 20, foi anunciado novo governo de Unidade Nacional. Em março, teve início o desarmamento das tropas governamentais e dos rebeldes, conforme previsto no Acordo de Abuja, bem como a retirada de tropas estrangeiras. Em abril, o CSNU adotou a Resolução 1233, que instou ambos os lados a adotarem e implementarem todas as medidas necessárias para garantir o funcionamento do novo governo e o regresso de refugiados. A situação parecia estar bem encaminhada quando, após alguns incidentes, em maio, “Nino” Vieira foi deposto pela Junta Militar e refugiou-se na embaixada de Portugal. O Presidente da Assembleia Nacional foi nomeado Presidente interino até as eleições, cujo plano de realização foi mantido<sup>1127</sup>.

Em Lisboa, em julho, em representação do Ministro Lampreia, o Embaixador Ivan Cannabrava fez pronunciamento por ocasião da IV Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da CPLP (CPLP).

[...] No último Conselho, muitos estavam céticos quanto à possibilidade de se estabelecer prontamente um cessar-fogo entre as partes beligerantes na Guiné-Bissau. A tarefa que os Chefes de Estado e de governo atribuíram, na Conferência da Praia, ao Grupo de Contato da CPLP parecia, àquela altura, de difícil consecução - e aqui faço um parêntesis, saudando a memória do grande amigo, o Chanceler Venâncio de Moura, que sempre se revelou confiante quanto às possibilidades de sucesso do Grupo. Ele tinha razão e,

felizmente, a tarefa foi cumprida. O cessar-fogo, negociado em português, criou as condições para um processo que há de conduzir a Guiné-Bissau à plenitude da paz e da reconciliação nacional.

Eleições legislativas e presidenciais foram realizadas em 28 de novembro<sup>1128</sup>. Não tendo, porém, sido alcançada a maioria exigida, realizou-se segundo turno em janeiro de 2000, quando o líder do Partido de Renovação Social (PRS), Kumba Yalá, obteve a maioria dos votos<sup>1129</sup>.

O Embaixador Gelson Fonseca Jr. resumiu nos seguintes termos a atuação brasileira no CSNU a respeito do tema ao longo de seu desenvolvimento:

O Brasil, na condição de membro do Grupo de Contato sobre Guiné-Bissau formado sob a égide da CPLP, esteve envolvido ativamente nos esforços conduzidos pela CPLP para fomentar um acordo de cessar-fogo entre o governo de Guiné-Bissau e as forças rebeldes. Como membro do CSNU, o Brasil trabalhou em apoio aos esforços de fortalecer a democracia, promover a reconciliação nacional e a reconstrução de Guiné-Bissau. Também congratulamo-nos com o povo de Guiné-Bissau, com quem compartilhamos língua, cultura e raízes, e com as autoridades nacionais pela maneira pacífica e ordeira na qual as eleições legislativas e presidenciais foram realizadas.

No CSNU, o Brasil também elogiou as atividades do Escritório de Apoio à Paz da ONU em Guiné-Bissau (UNOGBIS), que desempenha uma tarefa fundamental na estabilização da Guiné-Bissau, ajudando a lançar iniciativas com vistas à promoção do respeito aos direitos humanos e à reconciliação nacional, bem como ao oferecimento de valioso apoio ao processo eleitoral<sup>1130</sup>.

#### 7.4.1.2. Serra Leoa

Como membro não permanente do CSNU, o Brasil atuaria em questão ocorrida na Serra Leoa a partir de sucessivos golpes militares contra Ahmad Tejan Kabbah que, em abril de 1996, fora democraticamente eleito Presidente do país.

Em fevereiro de 1998, sob mandato da *Economic Community of West African States ECOWAS*, países vizinhos, liderados pela Nigéria, enviaram

a Serra Leoa soldados componentes do *Economic Community of West African States Monitoring Group* – ECOMOG para apoiar Kabbah que havia sido deposto pelo General Johnny Paul Koroma, apoiado pelo *Armed Forces Revolutionary Council* – AFRC. Ocuparam Freetown até março quando Kabbah voltou ao poder. Em julho, o CSNU estabeleceu, pela resolução 1181, a *United Nations Observer Mission in Sierra Leone (UNOMSIL)*, com o objetivo de encorajar o desarmamento, desmobilização, desenvolvimento e reabilitação de longo prazo<sup>1131</sup>. Em intervenção no dia 13 daquele mês, o Embaixador Henrique Valle condenou a junta militar e apoiou a missão da ONU<sup>1132</sup>.

O AFRC tentou, em janeiro de 1999, um novo golpe contra o governo. Os rebeldes tomaram algumas áreas de Freetown antes controladas pelas forças da ECOMOG. Pela resolução 1131 (1999), o CSNU conclamou todos os Estados-membros a oferecerem apoio financeiro e logístico ao ECOMOG e a considerarem o fornecimento de pronta assistência bilateral ao governo de Serra Leoa na criação de um novo exército para aquele país. Em pronunciamento proferido pelo Ministro Ênio Cordeiro, em 11 de março, o Brasil apoiou a extensão do mandato da UNOMSIL. Associou-se à condenação dos “terríveis atos cometidos contra a população civil, crianças, mulheres e até mesmo contra pessoas encarregadas da defesa dos direitos humanos em Serra Leoa”. Concluiu não haver “justificativa para tais crimes”<sup>1133</sup>.

Em declaração de maio, o CSNU destacou a importância de um plano de desarmamento a ser supervisionado internacionalmente, bem como a desmobilização e a reintegração de ex-combatentes e reafirmou a obrigação de todos os Estados de cumprirem com rigor o dispositivo do embargo de venda e fornecimento de armas e outros materiais imposto pela resolução 1171 (1988).

Durante conversações intermediadas pelo Reino Unido, o governo de Serra Leoa e a RUF concordaram quanto à partilha de poder e assinaram, em julho, o acordo de paz de Lomé. O acordo previa anistia para os rebeldes, acusados de violação dos direitos humanos, como “um preço a ser pago por se haver alcançado a paz”. Pelo acordo, os rebeldes também receberam cargos no governo. O CSNU apoiou todos os envolvidos nos esforços de mediação da ONU (resolução 1245, de 1999) e, mais tarde, pela resolução 1260 (1999), de 20 de agosto de 1999, saudou a assinatura do acordo de paz de Lomé<sup>1134</sup>. Em pronunciamento feito naquela data pelo Embaixador Luiz Tupy Caldas de Moura, o Brasil se dissociou das “expressões de apreço” dirigidas à liderança da FRU.

O CSNU estabeleceu, em outubro, pela resolução 1270 (1999), a Missão da ONU em Serra Leoa (UNAMSIL). Com amparo no Capítulo VII

da Carta, decidiu que esta deveria atuar de forma a garantir a segurança e a liberdade de movimento de seu pessoal e proteger civis sob ameaça iminente de violência física<sup>1135</sup>. Em pronunciamento do Embaixador Gelson Fonseca Jr., no dia 22, o Brasil apoiou o estabelecimento daquela missão e considerou serem “cruciais para a consolidação da paz e a reconciliação” o pronto restabelecimento e funcionamento efetivo das Comissões de Verdade e Reconciliação e Direitos Humanos<sup>1136</sup>.

Os primeiros 6 mil membros da UNAMSIL chegaram a Serra Leoa em dezembro de 2000. O Brasil condenou, por meio de pronunciamento do Embaixador Gelson Fonseca Jr., “a contínua detenção de mulheres e crianças por grupos rebeldes e a recente onda de violência contra a população civil e o pessoal humanitário”. Declarou o diplomata que o Brasil se associava na exigência da liberação imediata de dois membros dos *Médecins sans Frontières*. Deplorou “o aumento das violações do cessar-fogo” e expressou preocupação pela possível retomada da guerra civil<sup>1137</sup>. Em resumo da atuação brasileira na questão de Serra Leoa, Fonseca Jr. afirmou:

Durante seu mandato no CSNU, o Brasil condenou os conflitos e os abusos dos direitos humanos por parte dos rebeldes. Apoiou o estabelecimento da UNAMSIL [United Nations Mission in Sierra Leone] como medida decisiva para promover o acordo de paz de Lomé, e argumentou ser essencial para garantir a estabilidade em Serra Leoa apoio logístico e financeiro adequado para a implementação do programa de desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes.

No que toca à reabilitação e reconstrução de Serra Leoa, o Brasil entende que a comunidade internacional, mediante esforços coordenados no sistema da ONU, deve desenvolver uma estratégia de longo prazo para Serra Leoa, que inclua aspectos de segurança, políticos, econômicos, sociais e humanitários, bem como o apoio de atores e organizações regionais. O Brasil também defendeu que o restabelecimento e o funcionamento efetivos das Comissões de Verdade e Reconciliação e Direitos Humanos eram um passo crucial rumo à consolidação da paz e da reconciliação nacional em Serra Leoa<sup>1138</sup>.

#### 7.4.2. África Meridional

Na África Meridional, o Brasil atuaria em prol do fim da guerra civil em Angola, promoveria cooperação técnica com a Namíbia, Moçambique e Zimbábue, bem como buscaria aproximação comercial da África do Sul.

#### 7.4.2.1. Angola

A cooperação do Brasil com Angola se faria não apenas no plano bilateral, mas também no multilateral através da participação nos esforços de paz da ONU. Em 1995, a guerra civil em Angola, reiniciada três anos antes, resultaria ainda em mais 200 mil mortes antes que se chegasse a um acordo<sup>1139</sup>. A dívida angolana para o Brasil era estimada em US\$ 800 milhões. Vinha sendo paga por remessa mensal de 20 mil barris de petróleo até que essa forma de pagamento se suspendera no ano anterior<sup>1140</sup>.

O Brasil continuou a contribuir, a partir de agosto, para a *United Nations Angola Verification Mission – UNAVEM*, agora de número III, mas desta vez com um batalhão de infantaria (800 homens), uma companhia de engenharia (200 homens), dois postos de saúde avançados (40 médicos e assistentes) e aproximadamente 40 oficiais do Estado-Maior. Forneceu também observadores militares e policiais. No total, nos dois anos seguintes, a participação brasileira alcançaria cerca de 4.200 homens<sup>1141</sup>, a maior participação em forças da ONU até então.

Por ocasião de jantar que ofereceu, no dia 15, ao Presidente José Eduardo dos Santos que visitava o Brasil, o Presidente Fernando Henrique Cardoso frisou que o Protocolo de Lusaka abrisse caminho para a consolidação da paz. Observou que o encontro de Santos com Jonas Savimbi era “exemplar das crescentes possibilidades para o entendimento político em Angola” e das perspectivas que se abriam para o povo angolano. Afirmou que o Brasil estava pronto para participar do processo de desenvolvimento angolano e notou que o comércio bilateral continuava a apresentar “um imenso potencial”.

Em 1996, fracassaram os acordos para a formação de um governo de unidade nacional<sup>1142</sup>, tendo Savimbi rejeitado participar do governo<sup>1143</sup>. O Presidente brasileiro efetuou, em novembro de 1996, visita oficial a Angola. Em discurso ao Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em Luanda, Fernando Henrique Cardoso sublinhou que os soldados brasileiros na UNAVEM-III somavam 1.100 brasileiros e constituíam a maior força militar que o Brasil enviava ao exterior desde a Segunda Guerra Mundial.

Ao se referir à viagem presidencial, Lampreia destacou o envio de força militar a Angola:

Nosso compromisso com a África de língua portuguesa é firme. Expressa-o a presença em Angola da maior força militar enviada pelo Brasil ao exterior desde a Segunda Guerra Mundial. O que o Presidente Fernando Henrique

pôde ver e sentir em sua recente visita a Luanda e às tropas brasileiras em Cuito apenas reforçou o nosso sentimento de solidariedade e o nosso compromisso com a reconstrução de uma Angola democrática<sup>1144</sup>.

Essa participação militar continuaria. Em 1997, o Brasil participou da Missão da ONU para Observação em Angola (MONUA) desde seu início, em julho, com militares e policiais, além de oficiais do Estado-Maior<sup>1145</sup>. Em agosto, o CSNU impôs sanções à UNITA para forçá-la a concordar com o acordo de paz de três anos antes<sup>1146</sup>. Uma comissão conjunta estabelecida para resolver diferenças entre a UNITA e o governo angolano acordou um cronograma para o cumprimento das respectivas obrigações sob o Protocolo de Lusaka. No dia 27, o CSNU adotou a Resolução 1149 que estendeu o mandato da MONUA. Em pronunciamento naquele órgão, o Embaixador Celso Amorim declarou:

Angola tem sido afligida por uma das mais longas guerras da história da África. Depois de 37 anos de conflito, uma paz estável e a reconciliação nacional parecem prestes a ser realizadas pela primeira vez. [...] Neste momento crítico, a principal consideração política deve ser a garantia de que a MONUA possa ter disponível uma capacidade de monitoramento que lhe permitirá concluir com êxito as tarefas a ela atribuídas. [...] Consideramos com cuidado a proposta [...] referente à redução do contingente militar da MONUA. O Brasil decidiu apoiar a proposta após haver-lhe sido garantido que a estrutura existente poderia completar as tarefas atribuídas à MONUA, o que inclui a verificação e desmobilização das tropas da UNITA<sup>1147</sup>.

Ao abrir a AGNU em setembro, Lampreia considerou Angola “uma prova decisiva para a ONU”. Notando que o Brasil exercia a Presidência da CPLP, exortou a comunidade internacional, em particular os países que integravam o CSNU, a exercer “uma vigilância atenta e severa sobre o processo de paz em Angola”. Acrescentou que era preciso contribuir para que o povo angolano retomasse o seu desenvolvimento em “um marco de democracia e pluralismo”.

Sawimbi, bem como outros líderes da UNITA, não haviam se mudado para Luanda e a UNITA ainda tinha uma significativa capacidade militar<sup>1148</sup>. Em nova intervenção brasileira, em junho, Celso Amorim, declarou que a UNITA não estava “cooperando plenamente na transferência da administração dos territórios” que ocupava<sup>1149</sup>.

Durante a II Cúpula da CPLP realizada em julho de 1998, em Cabo Verde, o Vice-Presidente Marco Maciel afirmou que a situação

em Angola preocupava profundamente o Brasil. Constatou que, a “despeito dos esforços do governo José Eduardo dos Santos”, permanecia “o impasse no processo de paz, causado pelo não cumprimento, por parte da UNITA, das obrigações com que se comprometera” e que se encontravam “expressas no Protocolo de Lusaka”. Declarou que o Brasil vinha “atuando vigorosamente no CSNU, com vistas a exigir da UNITA um comportamento condizente com as suas responsabilidades”.

O Brasil concordou, em agosto, com a extensão do mandato da MONUA por 30 dias<sup>1150</sup>. Na AGNU, aberta em setembro de 1998, Lampreia afirmou:

O Brasil acompanha com preocupação o desenrolar dos acontecimentos em Angola. A ONU deve insistir com firmeza no sentido de que a UNITA cumpra os compromissos assumidos no Protocolo de Lusaka. Seriam trágicas as consequências de um retrocesso que pusesse por terra os avanços alcançados no processo de paz. Os angolanos têm sido submetidos a enormes sofrimentos há várias décadas. Cabe à comunidade internacional fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que Angola possa, finalmente, dedicar-se à sua reconstrução e ao seu desenvolvimento<sup>1151</sup>.

Por nota de janeiro de 1999, o governo brasileiro expressou pesar pela morte do engenheiro Mário Alberto Trepichio, “vítima de emboscada presumivelmente organizada por forças da UNITA, quando se encontrava prestando serviços à Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM), sócia da Construtora Norberto Odebrecht S.A. em empreendimento na região de Cuango, Angola”. Informou que a Embaixada do Brasil em Luanda fora instruída a prestar todo apoio àquela empresa e aos familiares da vítima, no tocante ao traslado do corpo para o Brasil. Acrescentou que o governo brasileiro estava manifestando ao governo amigo de Angola sua preocupação com o episódio, a necessidade de obter esclarecimentos sobre o mesmo e seu empenho em que fosse garantida a máxima segurança possível a todos os cidadãos brasileiros que se encontravam em território angolano.

Lampreia respondeu, em outubro, a acusações formuladas pelo Professor Cristóvam Buarque a respeito da política brasileira com relação a Angola com as seguintes palavras:

[...] quanto a Angola, diz que “nossa política externa se limita a manifestar preocupações”. A verdade é a seguinte: o Brasil participou das forças de paz da ONU em Angola, entre 1995 e 1997, com tropa de 1.100 homens, a maior presença militar nossa no exterior desde a II Guerra Mundial. O Presidente



da República visitou Angola em 1996. Nessa visita, assinei, com o Chanceler angolano, acordo para criação naquele país do Centro Móvel de Formação Profissional, o maior projeto de cooperação técnica prestada pelo Brasil em todo o mundo.

Naquele ano, a guerra civil em Angola se renovou com intensidade<sup>1152</sup>. O aumento da violência levou à retirada de forças de paz da ONU<sup>1153</sup>. Após o término da MONUA, em fevereiro, o Brasil passou a contribuir com uma missão médica de 15 militares durante o período de liquidação técnica daquela missão da ONU<sup>1154</sup>. Em julho, Celso Amorim notou, em pronunciamento no CSNU, que a UNITA retomara “o controle de várias localidades” e revelara “sua força militar”<sup>1155</sup>. Em setembro, Lampreia lamentou que o descumprimento pela UNITA dos compromissos assumidos no Protocolo de Lusaka e o enrijecimento de posições ameaçavam trazer de volta, com toda intensidade, a mesma guerra civil que, havia quase um quarto de século, impunha privações e sofrimentos inaceitáveis a milhões de pessoas, em particular as mais desfavorecidas.

Em 2000, apesar do apoio que o governo recebia da maioria do povo angolano, as forças da UNITA ainda controlavam a maior parte do país<sup>1156</sup>. Armas estariam sendo compradas ilegalmente no Leste Europeu e Rússia por ambos os lados no conflito. Em setembro, o MPLA começou a atacar a UNITA obtendo vitórias em diversas batalhas. O governo conseguiu o controle de bases militares e minas de diamante.

#### 7.4.2.2. *Namíbia*

A Namíbia, país que ganhara a independência havia apenas cinco anos, continuaria a ser objeto de interessante programa de cooperação desenvolvido por parte do Brasil. O Presidente do país, Sam Nujoma, visitou o Brasil em outubro de 1995. Ao recebê-lo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso destacou a cooperação brasileira na área agrícola e naval. Sobre a primeira ressaltou que a EMBRAPA estava trabalhando em projeto de desenvolvimento agrícola da região norte daquele país e, sobre a segunda, notou que o Brasil estava formando oficiais e soldados namibianos e estava pronto a fornecer bens e serviços necessários, como navios-patrolha, levantamento hidrográfico, implantação de sistema de auxílio à navegação e planejamento, e desenvolvimento de infraestrutura.

Em setembro de 1999, Sam Nujoma visitou novamente o Brasil. Ao recebê-lo, Fernando Henrique Cardoso ressaltou o auxílio que já vinha



sendo prestado: na área agrícola, no campo da saúde, educação e destacou a formação de oficiais da Ala Naval das Forças Armadas de Defesa da Namíbia. Naquele ano, a Namíbia assinou um pacto de defesa mútua com Angola, seu vizinho ao norte, o que permitiria a tropas angolanas utilizarem território namibiano em sua luta contra tropas da UNITA. Em consequência da guerra civil em Angola muitos refugiados daquele país se dirigiram à Namíbia.

#### 7.4.2.3. *Moçambique*

Moçambique, já um país pacificado, receberia atenção brasileira tanto em matéria de cooperação técnica quanto de comércio. O país se reconstruía, após os longos anos de conflito, e absorvia refugiados que retornavam ao país. Em meados de 1995, cerca de 1,7 milhões de refugiados, que haviam pedido asilo em países vizinhos, haviam retornado a Moçambique, na maior repatriação ocorrida na África Subsaariana. Além disso, quatro milhões de pessoas deslocadas internamente haviam regressado a seus lares.

Em novembro, em discurso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Chanceler da República de Moçambique, Doutor Leonardo Santos Simão, o Ministro Lampreia mencionou que havia vários campos para o desenvolvimento da cooperação bilateral, tendo dado como exemplo, “a retomada do projeto de exploração de jazidas carboníferas na região de Moatize, a formação de recursos humanos e o reequipamento da Marinha moçambicana, o treinamento da polícia civil, a reestruturação do Poder Judiciário e a participação de empresas brasileiras no processo de reconstrução econômica de Moçambique”. Listou como áreas em que se poderia alcançar acordos: assuntos consulares e vistos em passaportes, transportes aéreos e proteção, e garantia recíproca de investimentos. Falou da possibilidade de Brasil e Moçambique, integrantes respectivamente do Mercosul e da SADC, levantarem “o interesse que haveria para ambos os agrupamentos regionais em explorar formas de aproximação entre as duas regiões”, com o objetivo de promover uma associação que pudesse “servir ao propósito de ampliar e liberalizar o comércio entre a África Austral e o Cone Sul-Americano, valendo-nos da vizinhança marítima entre as duas regiões”.

A FRELIMO venceu, em dezembro de 1999, a segunda eleição realizada após o fim da Guerra civil. A RENAMO a acusou de fraude e ameaçou retorno à Guerra civil. Recuou, entretanto, após submeter a questão ao Tribunal Supremo onde perdeu a causa.

#### 7.4.2.4. *Zimbábue*

Em setembro de 1999, o Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, visitou o Brasil. Em discurso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso observou que era a primeira visita de um Chefe de Estado daquele país ao Brasil. Ressaltou que a África era uma “dimensão essencial” da política externa brasileira. No plano bilateral, afirmou que existia “um enorme potencial de crescimento” nas trocas comerciais. Sublinhou a importância de que o Mercosul e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) continuassem a explorar possíveis formas para uma maior aproximação comercial entre as duas regiões. Propôs também o fortalecimento das relações “também em áreas técnicas específicas”, dando como exemplo “a possibilidade de intercâmbio de informações e cooperação no esforço de prevenção e tratamento da AIDS”. Citou como outro tema de união, o da reforma agrária, lembrando que a visita de uma missão do Zimbábue a Pernambuco, Bahia e Ceará, no ano anterior, já havia permitido identificar linhas de ação, como a da possibilidade de adaptação da experiência brasileira do “Banco da Terra” às condições no Zimbábue.

O governo do Zimbábue, de fato, iniciara um programa de reforma agrária “rápida”. Pretendia a transferência para negros de 4 mil fazendas de brancos, no total de 110 mil quilômetros quadrados de terras. Naquele ano, o Zimbábue começou a atravessar período de instabilidade política e econômica. Aumentou a oposição ao Presidente Mugabe e ao partido ZANU-PF, tendo-se formado um partido de oposição sob o nome de Movimento pela Democracia (MDC), fundado pelo líder sindical Morgan Tsvangirai.

#### 7.4.2.5. *África do Sul*

A África do Sul – livre do segregacionismo, desde o ano anterior, e importante centro econômico na África – oferecia, em 1995, excelentes possibilidades de maior intercâmbio e aproximação. Muitos foram os contatos estabelecidos com esses propósitos. Em maio, Lampreia visitou a África do Sul. No mês seguinte, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou aquele país<sup>157</sup>. Ao receber, em outubro, o Ministro do Exterior sul-africano, Alfred Nzo, Lampreia propôs que, como membros respectivamente do SADC e do Mercosul, o Brasil e a África do Sul contribuíssem para criar e fortalecer os laços entre aquelas duas comunidades regionais com o objetivo de alcançar comércio mais livre e mais amplo entre as duas regiões que representavam.

Fernando Henrique Cardoso retornou, em novembro de 1996, àquele país em visita oficial. No discurso que fez a Nelson Mandela, afirmou que o “sonho de uma parceria sólida entre o Brasil e a África do Sul” estava finalmente ao alcance dos dois países. Invocou as “muitas identidades” e os “interesses comuns”, a “vizinhança atlântica” para construir o que seria, a seu ver, “uma parceria única no Hemisfério Sul”.

O Congresso Nacional Africano venceu novamente, em junho de 1998, as eleições sul-africanas<sup>1158</sup>. Naquele mês, por ocasião da visita de Mandela ao Brasil, Fernando Henrique Cardoso afirmou que o Brasil e a África do Sul desempenhavam papel de grande importância em seus continentes, eram atores de peso reconhecido no cenário mundial e reuniam as melhores credenciais para assumir maiores responsabilidades nas deliberações internacionais. Assegurou que tais credenciais seriam ainda mais fortes se estivessem unidos por uma parceria ampla e intensa, e se, cada vez mais, dialogassem sobre temas da agenda internacional.

A África do Sul realizou, em 1999, sua segunda eleição com base em sufrágio universal. O ANC obteve um assento a mais, alcançando assim a maioria de dois terços necessária para alterar a Constituição. Naquele ano, Mandela se aposentou e Thabo Mbeki foi escolhido pelo Congresso Nacional Africano para sucedê-lo<sup>1159</sup>.

Por nota emitida em março de 2000, foi divulgada, na Cidade do Cabo, Declaração Conjunta dos Ministros do Comércio e Indústria da República da África do Sul, Alec Erwin, e o Ministro Lampreia que expressaram sua convicção de que o Mercosul e a África do Sul poderiam “beneficiar-se de liberalizações comerciais recíprocas”. Nessas condições, concordaram em “levar o tema ao conhecimento dos seus respectivos setores domésticos e parceiros regionais; iniciar a análise e o intercâmbio de informações sobre suas respectivas economias; trabalhar com vistas ao estabelecimento de uma base legal para a criação de mecanismos de liberalização comercial; continuar o intercâmbio de missões comerciais e de negócios entre a África do Sul e o Brasil”.

Durante discurso no almoço em homenagem ao Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, o Presidente Fernando Henrique Cardoso referiu-se, no plano bilateral, à Comissão Mista de Alto Nível que acabavam de criar para oferecer “o foro apropriado para a administração do relacionamento, para o monitoramento da implementação dos acordos já assinados e para o planejamento da colaboração em novas áreas de interesse mútuo”. Citou como exemplo das “imensas potencialidades do intercâmbio comercial” entre os dois países as operações então “em curso entre a EMBRAER e a *South Africa Air Link* para suprimento de aviões

brasileiros ao mercado sul-africano, em um contrato da ordem de 350 milhões de dólares”. Mencionou o Acordo-Quadro a ser assinado naquela semana em Florianópolis que representaria a primeira etapa do projeto de criação de uma zona de livre-comércio no Atlântico Sul.

### *7.4.3. África Central e Oriental*

Como membro não permanente do CSNU, o Brasil atuaria diplomaticamente em três casos envolvendo países da África Central e Oriental: instabilidade na República Centro-Africana; conflitos entre Ruanda, Uganda e a República Democrática do Congo; e disputa entre Etiópia e Eritreia.

#### *7.4.3.1. República Centro-Africana*

Em 1996, militares tentaram depor Ange-Félix Patassé, eleito havia três anos antes. Por acordos de Bangui, assinados em janeiro de 1997, governo e militares se comprometeram a cessar-fogo e restaurar a estabilidade. O CSNU autorizou seis países africanos a comporem a Missão Interafricana de Monitoramento dos Acordos de Bangui – MISAB. Em 1998, pela resolução 1159, o CSNU estabeleceu a Missão da ONU na República Centro-Africana, MINURCA. Em diversas intervenções no Conselho, o Brasil apoiou a extensão do mandato daquela missão<sup>1160</sup>.

#### *7.4.3.2. Ruanda, Uganda e República Democrática do Congo*

A situação em Ruanda seria objeto, entre 1998 e 1999, de consultas informais no CSNU. Em intervenção no mês de abril de 1998, o Embaixador Celso Amorim expressou esperança de que “um Tribunal Internacional para Ruanda, expandido e mais eficiente” pudesse tornar execuções menos prováveis no futuro<sup>1161</sup>.

Na opinião de Madeleine Albright, a saída de Mobutu do governo da República Democrática do Congo fora “bem-vinda, mas a chegada de Kabila desencadeou reação em cadeia mortífera” pois, para derrubar Mobutu, Kabila recebera apoio de Ruanda e Uganda os quais pediram a Kabila que erradicasse milícias hutus baseadas na República Democrática

do Congo - RDC. Quando Kabila se recusou, os ruandeses agiram por sua conta, em agosto, enviando tropas ao Congo para lutar contra hutus e apoiar rebeldes congolese que se opunham a Kabila. Também ugandenses invadiram o Congo e apoiaram rebeldes. Kabila apelou ao Zimbábue que forneceu tropas em troca de parte da receita de mineração no Congo. Outros países enviaram tropas e a milícia hutu apoiou Kabila<sup>1162</sup>.

O Presidente do CSNU emitiu declaração, no dia 31, em que reafirmou a integridade territorial da RDC e instou à retirada de todas as tropas estrangeiras. Nos meses seguintes, desenvolveram-se esforços diplomáticos na Organização da Unidade Africana - OUA e na Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África - SADC. Em dezembro, em nova declaração, o Presidente do CSNU afirmou que estava aquele órgão preparado para considerar envolvimento ativo, em coordenação com a OUA, para implementar um cessar-fogo e um processo de negociação para uma solução política.

Em debate realizado no Conselho, em março de 1999, o Brasil ressaltou a necessidade de o governo da RDC e os partidos de oposição engajarem-se em diálogo político como passo necessário para a reconciliação<sup>1163</sup>. Com mandato concedido pela SADC, o Presidente de Zâmbia, Frederick Chiluba, promoveu esforços sub-regionais para solucionar o conflito que redundaram em acordo de cessar-fogo, assinado em Lusaka, em julho, por seis países (RDC, Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda e Zimbábue). Em pronunciamento no CSNU, no dia 21 de setembro, o Ministro Ênio Cordeiro agradeceu ao Presidente Chiluba, o papel que tinha desempenhado, "juntamente com as lideranças da região". Considerou que os Acordos de Lusaka constituíam "ponto de partida de um processo de paz para a região"<sup>1164</sup>. Em intervenção no mês de novembro, o Embaixador Gelson Fonseca Jr. reiterou o apoio brasileiro à convocação de uma conferência regional de paz, segurança e desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos (Ruanda e Burundi)<sup>1165</sup>.

Em janeiro de 2000, embora já não mais membro do CSNU, o Brasil participou de debate aberto sobre a situação, tendo o Embaixador Gelson Fonseca Jr afirmado que a delegação brasileira favorecia uma "presença robusta da ONU na República Democrática do Congo, em apoio à implementação do Acordo de Lusaka"<sup>1166</sup>.

#### 7.4.3.3. Etiópia/Eritreia

Em 1998, a delimitação da fronteira entre Etiópia e Eritreia transformou-se em guerra. Milhares de agricultores pobres fugiram da

guerra e enfrentaram a fome<sup>1167</sup>. Pela Resolução 1227, do mês de fevereiro daquele ano, o CSNU exigiu que a Etiópia e a Eritreia cessassem imediatamente os combates e buscassem solução diplomática para o conflito. Exortou todos os países a interromperem a venda de armas e munições aos dois países em conflito. Em consultas informais, o Brasil sugeriu que o Conselho, nas palavras do Embaixador Gelson Fonseca Jr., “eventualmente recorresse a medidas obrigatórias, como um embargo de armas, de modo a prevenir o aumento das hostilidades”<sup>1168</sup>.

Tendo a Eritreia se recusado a aceitar o plano de paz, no dia 22 de fevereiro, a Etiópia lançou uma ofensiva militar. Após cinco dias de lutas, durante os quais a Etiópia atravessou área fortificada, a Eritreia aceitou plano de paz da OUA. Embora, ambos os países declarassem aceitar o plano, a Etiópia não interrompeu seu avanço enquanto exigia a retirada da Eritreia do território ocupado no início do conflito.

Segundo o Embaixador Gelson Fonseca Jr., Representante Permanente junto à ONU, em reuniões informais, como membro não permanente do CSNU, o Brasil “ênfaticamente enfatizou a necessidade de garantir contínuo apoio político do Conselho aos esforços envidados pela OUA no sentido de fazer avançar o processo de paz, bem como a conclamar as partes para que adotassem uma abordagem pacífica para a sua disputa de fronteira”. Acrescentou que o “Brasil também argumentou que a ONU deveria estar pronta para um maior envolvimento no processo de paz em conformidade com as tarefas previstas no Acordo-Quadro da OUA”<sup>1169</sup>.

Os avanços militares etíopes prosseguiram durante o mês de maio. Tendo recuperado a maior parte do território em disputa e tendo ouvido da OUA que a Eritreia se retiraria de qualquer área que tivesse ocupado no início do conflito, a Etiópia declarou no dia 25 que a guerra terminara. Em junho, porém, a luta continuou com ambos os lados posicionados em trincheiras. A luta se espalhou para a Somália, tendo a Etiópia apoiado uma das facções daquele país e a Eritreia, outra. As estimativas do número de mortos no conflito variam entre 20 e 70 mil pessoas. A Etiópia levou ao deslocamento de dezenas de milhares de civis que fugiram do palco da guerra. A guerra exacerbou os problemas econômicos dos dois países, causando falta de alimentos.

Em junho de 2000, as partes aprovaram um acordo abrangente de paz e se submeteram a uma arbitragem obrigatória de sua disputa pelo Acordo de Algiers. Uma Zona Temporária de Segurança foi estabelecida na Eritreia, patrulhada por forças de paz da ONU composta de tropas de mais de 60 países (*United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea – UNMEE*). Em dezembro, um acordo de paz foi assinado entre os dois governos<sup>1170</sup>.

#### 7.4.4. *África Setentrional*

Na África Setentrional, o Brasil se manifestaria tanto na questão das sanções impostas contra a Líbia, quanto na disputa a respeito do Saara Ocidental entre o Reino do Marrocos e a Frente Polisário.

##### 7.4.4.1. *Líbia*

A Líbia continuava sob sanções econômicas e isolada em suas relações diplomáticas por se recusar a permitir a extradição dos dois líbios acusados de colocar uma bomba em voo que explodiu na Escócia. Em 1996, a Organização da Unidade Africana propôs que a Líbia entregasse os dois suspeitos para serem julgados em um país neutro. Os EUA inicialmente recusaram-se a aceitar a proposta, afirmando que justiça seria possível apenas se o julgamento ocorresse de acordo com as leis das vítimas, fossem estadunidenses ou escoceses.

Gelson Fonseca Jr. observaria que, desde aquele ano, a Líbia vinha recebendo apoio para levantamento das sanções. Seu governo “cooperou com a investigação francesa, afirmou sua oposição ao terrorismo em todas as suas formas e logrou obter forte apoio diplomático da Organização da Unidade Africana – OUA, da Liga dos Estados Árabes – LEA, da Organização da Conferência Islâmica – OCI e do Movimento Não Alinhado – MNA”<sup>1171</sup>.

O Presidente da África do Sul, Nelson Mandela, visitou o líder líbio, Muhamar Gaddafi, em 1997. Naquele ano, a Líbia concordou que dois líbios deveriam ser julgados pelo bombardeio do voo 103 da PanAm e teve início a discussão sobre o local do julgamento<sup>1172</sup>. Segundo Gelson Fonseca Jr., em junho, uma carta conjunta dos Secretários-Gerais da OUA e da LEA apresentou ao CSNU três opções para o julgamento, que incluíam a possibilidade de julgamento num terceiro país. Embora tenha sido rejeitada inicialmente pelos EUA e pelo Reino Unido, esta última proposta recebeu o apoio da Rússia, China e das delegações africanas no Conselho e serviu para aumentar a pressão para o levantamento das sanções. Mas, numa evolução de sua posição inicial, EUA e Reino Unido concordaram com a ideia de julgamento nos Países Baixos.

Segundo ainda o relato de Gelson Fonseca Jr., quando o Brasil entrou no Conselho, em 1998, o órgão recebera relatório de uma missão de determinação dos fatos. O documento, nas palavras do diplomata brasileiro, ficara “aquém das expectativas líbias de poder apresentar ao



Conselho um quadro dramático da situação humanitária do país”. Notou Fonseca que, em fins de fevereiro, a Corte Internacional de Justiça - CIJ “decidiu que tinha jurisdição para tratar do mérito do caso apresentado pela Líbia (no sentido de que o Reino Unido não tinha o direito de forçá-la a entregar seus nacionais no caso de Lockerbie), e que as ponderações líbias eram admissíveis”. Observou o representante brasileiro que, para os líbios, isto significava que o tema se encontrava *sub judice*, sendo tratado pela CIJ e, conseqüentemente, que as sanções deveriam ser suspensas. Notou que, para outros, no entanto, “a decisão preliminar da Corte não podia invalidar as resoluções do CSNU”. De qualquer forma, concluiu, a decisão da CIJ “ofereceu a base para a convocação de uma sessão formal do CSNU sobre a Líbia realizada em março de 1988”. Assim, narrou Fonseca, o Conselho decidiu ouvir um total de 52 pronunciamentos, e, na sua opinião, “alguns dos quais fortaleceram o argumento em favor da adoção de uma das alternativas apresentadas pela OUA e pela LEA, abrindo assim caminho para o Conselho levantar as sanções”<sup>1173</sup>.

Informou Fonseca que, na chefia da delegação brasileira em Nova York, Celso Amorim fizera, em março, uma intervenção na qual reiterou a condenação brasileira “de qualquer tipo de ato terrorista cometido por qualquer razão, bem como seu compromisso com a cooperação internacional voltada à erradicação desse mal, e deseja utilizar esta oportunidade para sublinhar esta posição de princípio”. Afirmou ainda que o Brasil esperava que a comunidade internacional, com a cooperação do governo da Líbia, fosse capaz de garantir que, “de modo justo e transparente, a responsabilidade por aqueles odiosos atos seja finalmente estabelecida mediante um julgamento justo”. Concluiu que, se e quando tal responsabilidade fosse decidida, a punição dos culpados e o pagamento de compensação adequada às famílias das vítimas permitiria que o caso chegasse ao fim”<sup>1174</sup>.

Na continuação de sua narrativa, Gelson Fonseca Jr. registrou que à “crescente pressão pela suspensão das sanções”, juntara-se a decisão da Assembleia de Chefes de Estado e governo da OUA, em junho, de não cumprir o regime de sanções a partir de setembro, caso uma das alternativas para o julgamento dos suspeitos líbios não fosse aceita. Isso, na avaliação de Fonseca, significava na prática, que os países africanos isentavam-se do cumprimento das resoluções do CSNU, “desafiando assim o regime de sanções”. Em seguida, mencionou que, em agosto, os governos dos EUA e Reino Unido anunciaram tratativas que permitiriam aos suspeitos serem julgados por uma Corte escocesa que se instalaria nos Países Baixos. Narrou



como o CSNU saudou a iniciativa mediante a adoção da resolução 1192 (1998), que solicitava a cooperação da Líbia para o julgamento, “especialmente garantindo a presença dos acusados” e dizia que “as sanções deveriam ser suspensas assim que o CSNU fosse informado da chegada dos acusados aos Países Baixos”. Relatou ainda que, na sessão formal em que se adotou a resolução, os membros do Conselho recordaram que o acordo a ser endossado tinha sido baseado em uma das opções da OUA previamente endossadas pela Líbia. Ademais, observou Fonseca, também “expressaram sua expectativa que a Líbia utilizasse da oportunidade para a suspensão das sanções”<sup>1175</sup>.

Nesse contexto, em intervenção em agosto, o Embaixador Celso Amorim cumprimentou, em nome do Brasil, “o governo dos EUA e do Reino Unido pela flexibilidade que demonstraram ao aceitar uma das soluções de compromisso apoiadas por um grande número de países-membros e por várias organizações, cujos esforços também merecem nosso reconhecimento”. Cumprimentou também o governo dos Países Baixos “por oferecer assistência de modo criativo” e permitir que uma corte estrangeira pudesse “exercer jurisdição em seu território”. Manifestou esperança de que, “no mesmo espírito”, o governo da Líbia oferecesse “sua plena cooperação nos próximos passos necessários”. Notou, por fim, que a Líbia já anunciara sua aceitação da evolução das posições dos governos dos EUA e do Reino Unido e confirmara que trataria “de forma positiva” tal evolução<sup>1176</sup>.

Gelson Fonseca Jr. descreveu como, nos meses seguintes, “juristas da Líbia, EUA, Reino Unido e do Secretariado da ONU engajaram-se em profundas discussões sobre as modalidades da transferência, detenção e direitos dos acusados”. Afirmou que, depois de várias rodadas de negociação e da intervenção pessoal do Secretário-Geral, do Presidente da África do Sul e do Rei da Arábia Saudita, o governo líbio concordou em que os acusados comparecessem à Corte nos Países Baixos<sup>1177</sup>. De fato, em dezembro, o SGNU visitou a Líbia e Nelson Mandela fez apelos sobre o caso. O Ministro do Exterior, Robin Cook, convenceu os EUA a aceitarem que o julgamento dos suspeitos fosse nos Países Baixos de acordo com a lei escocesa, e que o CSNU suspendesse as sanções tão logo os suspeitos chegassem aos Países Baixos.

Em março de 1999, Gaddafi aceitou entregar os dois suspeitos, se as sanções fossem suspensas definitivamente. Os dois indivíduos chegaram aos Países Baixos em abril e, menos de dois anos, depois seriam julgados, sendo um condenado a prisão perpétua e o outro considerado inocente<sup>1178</sup>. Gelson Fonseca Jr. narrou como, em 5 de abril, em cumprimento de sua

obrigação prevista na resolução 1192, o Secretário-Geral informou ao Conselho que “os dois acusados haviam chegado em segurança aos Países Baixos”. Notou que os requisitos necessários para a suspensão das sanções haviam sido satisfeitos e o Conselho pôde notar formalmente, mediante uma Declaração Presidencial, que as sanções se suspendiam naquela data.

Fonseca observou que, 90 dias após a suspensão das sanções, como previsto nas resoluções 883 e 1192, o Secretário-Geral relatou sobre a implementação, por parte da Líbia, dos dispositivos remanescentes das resoluções 731 e 748. O documento, no resumo do diplomata brasileiro, afirmava que as solicitações francesas concernentes ao atentado à bomba do voo da UTA haviam sido satisfeitas. Mas, notou, “o relatório não foi capaz de avaliar claramente o cumprimento da Líbia com outros requisitos remanescentes – particularmente a cooperação com a Corte escocesa e o pagamento de compensação – dado que o julgamento ainda não havia iniciado naquele momento”. Ressaltou que o Secretário-Geral reconheceu, contudo, que, naquelas circunstâncias, tudo o que se podia esperar da Líbia era a garantia de sua cooperação com o Tribunal escocês. O Secretário-Geral notou, além disso, que não deveria se esperar que o governo líbio “assumisse responsabilidade e pagasse compensação antes da conclusão do julgamento”<sup>1179</sup>. Gelson Fonseca Jr. sublinhou, por fim, que a

delegação brasileira sempre teve em mente que, em última instância, o objetivo do envolvimento do Conselho era garantir a apuração da responsabilidade daqueles atos mediante um julgamento justo – atendendo, assim, às aspirações legítimas das famílias das vítimas de que fosse feita Justiça. O principal objetivo das sanções era levar a Líbia a cumprir com as resoluções do CSNU e não impor indefinidamente uma punição coletiva<sup>1180</sup>.

#### 7.4.4.2. *Saara Ocidental*

Em setembro de 1997, na qualidade de Enviado Especial do SGNU, James Baker III intermediou os Acordos de Houston pelos quais Marrocos e a Frente Polisario reiteraram compromisso com o Plano de Paz aprovado pela ONU na década anterior. Diferenças entre as partes a respeito da questão do registro de eleitores atrasaram a realização de referendo sobre a autodeterminação da região<sup>1181</sup>. A atuação do Brasil na questão, durante o período em que foi membro não permanente do CSNU, entre 1998 e 1999, foi resumida pelo Embaixador Gelson Fonseca Jr. nos seguintes termos:

Embora nenhum pronunciamento em sessão formal tenha sido feito pela delegação brasileira sobre a situação no Saara Ocidental em 1998-1999, a delegação brasileira participou de consultas informais de forma equilibrada e construtiva, apoiando os esforços e as recomendações do Secretário-Geral e a realização de um referendo livre, justo e transparente. Lamentamos que nenhum avanço adicional tenha sido realizado e reconhecemos que os repetidos atrasos afetam a credibilidade do processo e a disposição dos países contribuintes de tropas. A possibilidade de um longo processo de recursos<sup>1182</sup>.

## 7.5. Oriente Médio

Lampreia avaliou a situação no Oriente Médio em outubro de 1996, recomendando cautela, apoio imparcial e observação atenta pois, na sua opinião, a região apresentava “uma grande interrogação”:

O Oriente Médio acaba de demonstrar que ainda é uma área volátil, que encontrou o caminho da paz – e portanto do desenvolvimento – em um processo complexo, submetido a fortes pressões e sujeito a grande instabilidade. É possível fazer uma aposta nesse processo, como aliás o Brasil tem feito, mas trata-se ainda de uma situação que recomenda cautela, apoio imparcial mas interessado e uma atitude de observação atenta. Pacificado, o Oriente Médio rapidamente se alçará à condição de uma área dinâmica do mundo em desenvolvimento, pela sua condição de uma área dinâmica do mundo em desenvolvimento, pela sua condição de encruzilhada entre continentes e por sua vocação para o comércio internacional. Mas ainda poderá permanecer como uma grande interrogação<sup>1183</sup>.

Durante sua gestão, o Brasil se expressaria tanto com relação à questão do conflito entre árabes e israelenses quanto a difícil situação relativa ao monitoramento de armas no Iraque. Nesta última questão, a atuação brasileira se daria sobretudo no período em que ocupou assento não permanente no CSNU.

### 7.5.1. O conflito israelense-palestino

Lampreia visitou Israel em agosto de 1995. Em seu relato da visita – a primeira de um Chanceler brasileiro em 23 anos – destacaria seus vários encontros com Shimon Peres. Narrou como, por convite dele, decidira

promover, logo no primeiro ano do governo, política que, nas suas palavras, levaria a normalizar as relações com Israel “após anos de frio distanciamento”, apesar dos profundos laços históricos étnico-culturais que ligavam o Brasil “ao povo judeu e ao Estado de Israel”. Em discurso a Peres, Lampreia resumiu a nova disposição de estreitar relações:

O Presidente Fernando Henrique Cardoso mandou-me aqui para trazer ao povo de Israel uma mensagem de amizade de todos os brasileiros. E instruiu-me a transmitir ao governo israelense a nossa esperança de que uma nova era de cooperação e compreensão esteja começando no tradicional relacionamento entre Brasil e Israel.

As perspectivas dessa nova era são fortes e estão enraizadas tanto no Brasil quanto em Israel.

[...]

Brasil e Israel compartilham uma identidade forte como sociedades democráticas, nutrem um compromisso vital para com o desenvolvimento e a justiça social e estão determinados a superar todos os obstáculos nesse grande empreendimento.

[...] Os anos vindouros revelarão um incremento rápido de nossas relações, porque há uma base segura sobre a qual construir<sup>1184</sup>.

Sob pressão dos EUA, Israel e a OLP assinaram, em setembro, um Acordo Provisório para implementar os dispositivos do Acordo de Oslo<sup>1185</sup>. Pelo documento, a Autoridade Nacional Palestina passaria a controlar parte da Cisjordânia. O documento previa ainda retirada de tropas israelenses de cidades da Cisjordânia, controle conjunto de outras, embora Israel mantivesse controle de 128 assentamentos judeus<sup>1186</sup>. Rabin e Arafat foram a Washington para assiná-lo na Casa Branca na presença de Bill Clinton<sup>1187</sup>.

Arafat visitou o Brasil em outubro. Ao recebê-lo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que a Autoridade Palestina era uma realidade que sensibilizava e uma parceria que o Brasil valorizava. Declarou que a amizade brasileiro-palestina era antiga e sólida, e encontrava uma nova expressão, na busca de modalidades de cooperação que aproximavam brasileiros e palestinos. Notou que o Brasil era o primeiro país latino-americano a reconhecer oficialmente os passaportes

emitidos pela Autoridade Palestina. Reafirmou apoio ao processo de paz, em especial aos Acordos entre Israel e a Autoridade Palestina. Relatou a ida de Missão Interdisciplinar Exploratória a Gaza e Ramalá que identificara diversas áreas de cooperação.

Rabin foi assassinado, em 4 de novembro de 1995, por um israelense oposto ao processo de paz. O Ministro do Exterior de Israel, Shimon Peres, foi designado Primeiro-Ministro interino. No dia 6, Lampreia publicou artigo no qual elogiou Rabin e contou que, quando de sua visita a Israel, dele ouvira “expressões de grande simpatia pelo Brasil, pelos brasileiros e, em especial, pela forma como em nossa sociedade se projetava de maneira exemplar, a unidade dentro da diversidade, étnica, religiosa e cultural”<sup>1188</sup>.

O processo de paz se viu ameaçado, em fevereiro de 1996, quando duas bombas explodidas pelo grupo Hamas mataram 26 pessoas. Arafat sofreu então pressão americana para prevenir ataques terroristas<sup>1189</sup>. Em março, nova rodada de bombas do Hamas em Jerusalém e Tel Aviv mataram mais de 30 pessoas e feriram muitas outras<sup>1190</sup>.

Por ocasião do jantar oferecido, em março, aos participantes do II Congresso Internacional de Parlamentares de Origem Libanesa, Lampreia notou que o Congresso Nacional contava com 40 Deputados e Senadores que se encontravam naquela categoria, além de quatro Governadores e vários Prefeitos. Referindo-se à situação no Oriente Médio, afirmou que estava em curso um processo de paz “complexo, delicado e movido pela vontade política majoritária dos povos e das lideranças envolvidos”. Exortou as lideranças árabes e israelenses a perseverar na busca da paz, incentivando-as com a amizade e os interesses brasileiros.

Três semanas depois, Lampreia compareceu a almoço oferecido pelos Embaixadores dos países árabes acreditados junto ao governo brasileiro, ocasião em que novamente apoiou o processo de paz no Oriente Médio e “as lideranças árabes, palestinas e israelenses com ele comprometido”.

Israel adotou, em abril, medidas retaliatórias contra os ataques do Hezbollah que haviam matado seis civis israelenses, fechando a Cisjordânia e a Faixa de Gaza<sup>1191</sup>. Em reação a foguetes disparados contra Israel a partir do sul do Líbano pelo Hesbolá, Shimon Peres ordenou ataques que mataram muitos civis<sup>1192</sup>. Em 12 de abril, o governo brasileiro emitiu nota à imprensa em que expressou preocupação com a escalada da violência em Israel e no Líbano. Também lamentou o sofrimento das populações civis dos dois países em função daquela violência. Afirmou que o governo brasileiro vinha sendo enfático e imparcial em suas manifestações de apoio ao processo de paz e continuaria observando atentamente o desenrolar dos acontecimentos.

As perspectivas de paz pareceram melhorar quando Arafat convenceu o conselho executivo da OLP a alterar sua constituição para reconhecer o direito de Israel existir. Dois dias depois, Warren Christopher e o enviado americano Denis Ross obtiveram um acordo de Israel, Líbano e Síria para pôr fim à crise libanesa<sup>1193</sup>. Essas perspectivas diminuíram, no entanto, quando, em maio, Shimon Peres perdeu as eleições para Benjamin Netanyahu que, na campanha, criticara os Acordos de Oslo<sup>1194</sup>. O novo governo permitiu e concedeu incentivos financeiros para a expansão de colônias judias na Cisjordânia, onde a população judaica cresceria rapidamente<sup>1195</sup>. Em setembro, renovou-se a violência ocorrendo a morte de mais 50 palestinos e 18 israelenses<sup>1196</sup>. Em outubro, Clinton reuniu-se com o Primeiro-Ministro israelense, Benjamin Netanyahu, Arafat e o Rei Hussein. O líder israelense concordou em implementar os acordos assinados antes de sua posse, inclusive a retirada de tropas de Hebron<sup>1197</sup>. Em novembro, o Embaixador Rego Barros, Secretário-Geral do Itamaraty, afirmou que o processo de paz, “embora conturbado por atos de oposição violenta e pelas complexidades próprias de um intrincado mecanismo negociador”, merecia o “apoio imparcial e decidido da comunidade internacional, e o Brasil não poderia agir diferentemente”<sup>1198</sup>.

Em meados de janeiro de 1997, Israel e a OLP concluíram um Protocolo a respeito do deslocamento militar em Hebron, também conhecido como Protocolo de Hebron. No documento, além da retirada das forças israelenses, foram tratadas também temas de segurança, entre outros. Yasser Arafat retornou a Hebron após mais de 30 anos e juntou-se a celebrações a respeito da entrega da última cidade da Cisjordânia sob controle de Israel.

Em mensagem enviada ao Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e ao Presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, o Presidente Fernando Henrique Cardoso congratulou-se pelo êxito das negociações em torno de Hebron. Afirmou que o Acordo advinha da capacidade de ambos de sacrificarem interesses imediatos em benefício dos desejos da maioria e em nome do bem-estar das futuras gerações. Declarou que o Acordo contribuía para aumentar a confiança mútua e dar novo alento ao processo de paz e manifestou seu desejo de que tais esforços criativos e corajosos em prol da paz fossem coroados por uma solução abrangente e mutuamente satisfatória.

Em visita ao Líbano em fevereiro, o Ministro Lampreia explorou possibilidades de cooperação com os esforços internacionais para a reconstrução do Líbano. Assinou dois acordos de cooperação bilateral

com o governo libanês: Cooperação Cultural e Educacional e Acordo sobre Transportes Aéreos. Propôs o início de negociações para a assinatura de três outros acordos: Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Cooperação Judiciária em matéria Penal e Cooperação Técnica. Em discurso, ressaltou que perto de dez por cento dos integrantes do Congresso Nacional, quatro governadores e numerosos Prefeitos, Deputados estaduais e vereadores representavam a comunidade libanesa na vida política brasileira. Com relação à situação no Oriente Médio declarou:

Em várias ocasiões, a ONU se pronunciaram sobre a situação no Oriente Médio e tomaram diversas decisões sobre o presente e o futuro da região, entre as quais a resolução 425 do CSNU. Nós desejamos, nós propomos, nós exigimos que essa resolução seja respeitada; que o povo libanês, livre das interferências externas, possa consolidar seu processo de reconciliação nacional; e que lhe seja novamente permitido desempenhar um papel positivo e construtivo na região e em todo o cenário mundial<sup>1199</sup>.

Também em fevereiro, foi confirmada, pela Embaixada do Brasil em Israel, a libertação da cidadã brasileira Lamia Marouf Hassan. O governo brasileiro agradeceu os esforços de todos aqueles que, no Brasil e no exterior, haviam contribuído para aquele desfecho favorável, e reconheceu a importância do gesto do governo de Israel.

Netanyahu encontrou-se, naquele mês, com Clinton em Washington e, em março, foi a vez de Arafat. O novo acordo estava suspenso por falta de entendimento sobre a escala de retirada. No dia 15, Israel começou a executar projeto de construção na parte Leste de Jerusalém. No dia 21, um suicida com bomba matou três israelenses em café na cidade de Tel Aviv. Netanyahu acusou Arafat de ter dado luz verde para o terrorismo<sup>1200</sup>. O governo brasileiro expressou sua enérgica condenação àquela “trágica manifestação de violência” e fez “chegar aos feridos e às famílias enlutadas seu profundo pesar”.

Em julho, dois terroristas explodiram bombas em mercado de Jerusalém, matando 14 israelenses e ferindo 170. Arafat condenou o ataque, mas afirmou que não poderiam justificar uma repressão diante do impasse no processo de paz<sup>1201</sup>. Em reação ao ocorrido, o governo brasileiro manifestou a sua solidariedade com as famílias enlutadas. Afirmou que atos abjetos como aquele mereciam total repulsa. Reafirmou a “condenação categórica de quaisquer práticas terroristas, independentemente de considerações ou motivações políticas, filosóficas, ideológicas, raciais, étnicas ou religiosas”. Reiterou a “sua firme disposição de somar-se aos



esforços internacionais para debelar” aquele “flagelo da Humanidade”. O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou mensagem de solidariedade ao Presidente Ezer Weizmann.

Em setembro, três suicidas-bomba realizaram ataques simultâneos numa avenida de Jerusalém ocidental. Quatorze israelenses foram mortos e cerca de 170 ficaram feridos<sup>1202</sup>. Netanyahu impôs restrições a Faixa de Gaza e Cisjordânia, prendeu militantes e reteve receita fiscal palestina<sup>1203</sup>.

Ao receber a visita do Presidente do Líbano, Elias Hraoui, no início de setembro, Fernando Henrique Cardoso reiterou o apoio “irrestrito” do Brasil “aos legítimos anseios do povo libanês de soberania e independência nacional” e anunciou sua intenção de ir pessoalmente no ano seguinte ao Líbano.

Na ONU, Lampreia referiu-se, naquele mês, ao Oriente Médio e ao terrorismo:

No Oriente Médio, o terrorismo e a intolerância ameaçam o futuro de um processo de paz promissor, que já mostrava benefícios para os povos da região. [...] Precisamos ser incansáveis na condenação daqueles que recorrem à violência covarde para avançar seus propósitos obscuros, desprovidos de toda ética.

O Brasil é enfático ao expressar sua repulsa a essas práticas e exorta a comunidade internacional a não medir esforços para condenar e combater o terrorismo, qualquer que seja a forma em que se dê ou os motivos que invoque<sup>1204</sup>.

O Ministro do exterior israelense, David Levy, renunciou em janeiro de 1998, frustrado por ter o processo de paz se estancado. Em maio, conversações mantidas em Londres e Washington às quais compareceram Netanyahu, Arafat e a Secretária de Estado americana, Madeleine Albright, mostraram as dificuldades de se alcançar um acordo sobre o grau de retirada israelense da Cisjordânia<sup>1205</sup>. Em abril, Tony Blair visitou Israel e organizou nova conferência sobre paz no Oriente Médio, em Londres. Mas estas não conseguiram, em maio, que Israel se retirasse da Cisjordânia<sup>1206</sup>.

A Missão Observadora da Palestina junto à ONU solicitou, em junho, ao CSNU que considerasse formalmente a situação dos Territórios Árabes Ocupados. Realizou-se sessão formal do CSNU no dia 30. A delegação do Brasil expressou sua “inquietação quanto ao fato de que não se estava oferecendo a devida consideração a acordos assumidos



livremente". Reiterou seu compromisso com "uma paz justa, abrangente e duradoura na região" e ressaltou que era "inaceitável contemplar um cenário em que a confiança mútua" estava sendo "erodida por episódios percebidos, ao menos, como expressão de falta de compromisso com o processo de paz"<sup>1207</sup>.

Clinton intermediou acordo de paz entre israelenses e palestinos em Wye Plantation, Maryland, em outubro, terminando 18 meses de impasse no processo de paz<sup>1208</sup>. Por nota emitida em abril de 1998, o governo brasileiro considerou o anúncio do governo israelense de que pretendia proceder à retirada de suas tropas do Sul do Líbano, em cumprimento à Resolução N° 425 (1978) do CSNU, "um gesto positivo e na direção certa".

O Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e o Presidente da OLP, Yasser Arafat, com o Presidente Bill Clinton como testemunha, assinaram, em 17 de novembro de 1998, um acordo político negociado para implementar os Acordos de Oslo. O Knesset o aprovou por 75 votos a favor e 19 contra. Pelo acordo final, os palestinos obtiveram mais terras na Cisjordânia, o aeroporto, um porto marítimo, a libertação de prisioneiros, direito de passagem entre Gaza e a Cisjordânia e ajuda econômica. Em troca, Israel obteve cooperação na luta contra violência e terrorismo, a prisão de alguns palestinos identificados como fonte de violência e mortes, a alteração nos estatutos palestinos e o reinício rápido de conversações. Os EUA forneceriam ajuda a Israel para pagar os custos de deslocamentos de segurança e apoio para o desenvolvimento econômico palestino. Na cerimônia de assinatura, Arafat renunciou à violência<sup>1209</sup>.

Após executar a primeira fase da retirada da Cisjordânia, em novembro, Israel acusou a Autoridade Palestina de violar o Acordo de Wye e suspendeu a implementação de seus dispositivos<sup>1210</sup>. Em dezembro, Clinton viajou para o Oriente Médio e, em Gaza, cumpriu a promessa de discursar para os palestinos, que em seguida aprovaram a modificações dos estatutos para retirar a expressão relativa à destruição de Israel. De sua parte, Netanyahu encontrou dificuldades em Israel para cumprir o prometido com relação à liberação de prisioneiros e deslocamento de tropas<sup>1211</sup>.

Netanyahu perdeu as eleições, em maio de 1999, para o trabalhista Ehud Barak que apoiava os Acordos de Oslo. Em setembro, líderes israelenses e palestinos assinam o acordo de Sharm el Xeque, no Egito. O documento pedia que Israel se retirasse em mais de 11% da Cisjordânia; a liberação de 350 prisioneiros palestinos; a abertura de passagens livres entre Cisjordânia e Gaza; e a construção de um porto marítimo em Gaza. Incluía também um cronograma para conversações finais para tratar de Jerusalém, fronteiras,

refugiados e assentamentos. Em novembro, Barak e Arafat se reuniram com Clinton na Noruega<sup>1212</sup>, onde o Primeiro-Ministro Kjell Bondevik buscava auxiliar no processo de paz<sup>1213</sup>.

Nas palavras de Gelson Fonseca Jr., o Brasil “acompanhou com interesse” a situação na área de operação da Força Interina da ONU no Líbano – UNIFIL durante seu mandato no CSNU. Reiterou a expectativa brasileira de que “as partes envolvidas seguissem o caminho da negociação, de modo a se alcançar uma paz justa, abrangente e duradoura, que permitisse o desenvolvimento econômico de todos os países da região”. Em particular, “conclamou à retirada de Israel do Sul do Líbano de acordo com a resolução 425 (1978) e ao pleno respeito à integridade territorial, soberania e independência política do Líbano”<sup>1214</sup>.

Israel e Síria começaram, em dezembro, conversações de paz em Washington<sup>1215</sup>. Com respeito à questão relativa a Israel e as Colinas de Golã, Gelson Fonseca Jr. assim resumiu a posição brasileira no CSNU:

O Brasil, no que toca à situação no Oriente Médio, apoia a implementação das resoluções 242 (1968) e 338 (1973) e a participação das partes num diálogo construtivo como melhor maneira de se alcançar uma paz justa, abrangente e duradoura na região. A continuada ocupação por parte de Israel de territórios sírios, não obstante os apelos do CSNU pela retirada, permanecem fonte de preocupação. O Brasil, contudo, não se pronunciou a respeito da linha exata a que as forças israelenses devem se retirar, no entendimento de que isto deve ser definido pelas partes, no contexto das resoluções do CSNU<sup>1216</sup>.

Clinton abriu negociações entre Síria e Israel, em janeiro de 2000, em Shepherdstown, West Virginia. Segundo o Presidente dos EUA, Barak havia lhe dito que estava preparado para devolver as Colinas de Golã para a Síria, se certas condições israelenses fossem atendidas<sup>1217</sup>. O Presidente estadunidense transmitiu à Síria as propostas de Barak e, depois de relutâncias, o Presidente da Síria, Hafez Al-Assad, aceitou negociar. Barak expressou então o desejo de que os sírios tratassem também do Líbano. Em Sheperdstown, as posições ficaram mais claras e as exigências de cada parte com relação a diversas questões impediria um acordo<sup>1218</sup>, tendo fracassado a reunião. Em março, Clinton visitou Assad em Genebra mas, ao contrário do que ocorrera em Sheperdstown, dessa vez, foi a Síria que mostrou inflexibilidade<sup>1219</sup>, fracassando também aquele encontro de cúpula<sup>1220</sup>.

O governo brasileiro declarou, por nota à imprensa de fevereiro de 2000, que acompanhava com preocupação a escalada de violência que vinha causando baixas civis e militares no Líbano, e a destruição da

infraestrutura de energia elétrica em Beirute, Trípoli e Baalbek. Lamentava profundamente que as expectativas promissoras de evolução negociada no Oriente Médio, que contavam “com o decidido apoio de toda a comunidade internacional” fossem “ameaçadas pela violência”. Apelava às partes envolvidas para que renunciassem ao uso da força e retomassem, com urgência, os esforços de busca da paz regional. Por fim, reafirmava seu entendimento de que, na consolidação do processo negociador, devia ser levado em consideração o direito do povo libanês à soberania e à independência, conforme previsto nas resoluções internacionais sobre a matéria, em especial a 425 do CSNU.

A situação no Líbano apresentaria sinal positivo quando, em abril, o SGNU recebeu o anúncio formal de que o governo de Israel retiraria suas forças do Líbano até julho<sup>1221</sup>. Em maio, a retirada se efetivou<sup>1222</sup>.

Clinton abriu uma reunião de cúpula entre Barak e Arafat, em julho, em Camp David. Após duas semanas, as negociações igualmente fracassaram<sup>1223</sup>. Em agosto, novas tentativas de Clinton encontraram dificuldades na questão de Jerusalém oriental<sup>1224</sup>. Para Madeleine Albright, se Arafat tivesse aceitado a proposta de Barak, muitos dos problemas palestinos teriam sido resolvidos. Segundo seu relato, naquele momento, o Estado de Israel estaria disposto a aceitar soberania palestina tanto da parte muçulmana quanto da cristã da Cidade Velha de Jerusalém, assim como de outros bairros. Os palestinos teriam alguns direitos em relação a bairros árabes vizinhos e custódia de Haram Al-Sharif. Na visão da Secretária de Estado, dessa forma, Arafat poderia ter instalado uma capital para a Palestina dentro de Jerusalém<sup>1225</sup>, palestinos poderiam viajar livremente entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, operar porto e aeroporto; e seus refugiados receberiam indenizações e ajuda para assentamento<sup>1226</sup>.

A situação entre israelense e palestinos se deteriorou quando a II Intifada, também conhecida como de Al-Aqsa (nome de mesquita em Jerusalém) teve início em setembro. Teria como resultado a morte de 5.500 palestinos, 1.000 israelenses e 64 estrangeiros. O recrudescimento da violência preocupava, tendo se realizado em Sharm el-Xeque no Egito, em outubro, reunião de cúpula sobre o Oriente Médio entre Mubarak, Clinton, Abdula Hussein (Rei da Jordânia), Kofi Annan e Javier Solana (pela UE). Por Israel e palestinos, compareceram Barak e Arafat. O primeiro queria parar a violência e o segundo, um inquérito sobre o uso de força em excesso por Israel. Clinton intermediou junto a Mubarak para alcançar redação de uma declaração que, entre outros dispositivos, previa o fim da violência<sup>1227</sup>. O Presidente dos EUA ainda tentaria, entre dezembro de 2000 e janeiro de 2001, mas sem êxito, convencer Arafat a aceitar proposta que este fizera a Barak que já a apoiara<sup>1228</sup>.

### 7.5.2. *Iraque*

O governo Clinton decidiu, em junho de 1995, impor ao Iraque um embargo completo de comércio e investimentos em razão de suas tentativas de ter armas nucleares e de dar apoio ao terrorismo<sup>1229</sup>. No mesmo ano, um dos genros de Saddam Hussein que se refugiara na Jordânia revelou segredos iraquianos relativos ao desenvolvimento de armas de destruição em massa<sup>1230</sup>.

Em finais de agosto de 1996, militares iraquianos lançaram ofensiva contra o Curdistão iraquiano. O ataque alimentou temores de que Saddam teria a intenção de lançar campanha contra os curdos, o que seria uma violação da resolução 688 do CSNU que proibia a repressão de minorias étnicas. Em setembro, os EUA lançaram mísseis contra Iraque sob a alegação de que a ação visava a evitar tal ataque<sup>1231</sup>.

A Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, afirmou, em março de 1997, que as sanções não terminariam até que Saddam Hussein fosse substituído, sendo criticada por minar a capacidade da UNSCOM obter a cooperação iraquiana.

Em junho, ocorreu incidente entre uma escolta militar iraquiana e o piloto de helicóptero daquela missão da ONU que teria sido impedido de voar na direção planejada pelos inspetores. O CSNU expressou, no dia 18, preocupação com a ação iraquiana contra o helicóptero e a tripulação da UNSCOM, mas o governo de Bagdá prosseguiu na sua reação contra os inspetores, tendo, no dia 21, recusado a que visitassem locais sob investigação. Pela resolução 1.115, o CSNU exigiu que o Iraque permitisse à UNSCOM acesso imediato, incondicional e irrestrito. Os atritos se intensificariam após ter, em julho, o diplomata australiano, Richard Butler, substituído o sueco Rolf Ekéus, como Diretor Executivo da UNSCOM.

Em setembro, ocorreu nova crise a respeito das equipes de inspeção da ONU no Iraque<sup>1232</sup>. Um militar iraquiano atacou um inspetor de armas da UNSCOM a bordo de um helicóptero quando este tentava tirar fotos de movimento não autorizado de veículos em área designada para inspeção. Em outro incidente, no dia 17, enquanto aguardava acesso a um local, inspetores da UNSCOM testemunharam e gravaram em vídeo ação de guardas iraquianos mudando arquivos, queimando documentos e jogando fora latas de lixo em rio próximo. No dia 25, uma inspetora da UNSCOM, Dra. Diane Seaman, afirmou ter visto diversos iraquianos escaparem pela porta dos fundos de um local de inspeção com livros de anotações para a criação de bactérias e produtos químicos proibidos.

O CSNU adotou, no dia 23 de outubro, uma resolução em que exortou o Iraque a cooperar com os inspetores da UNSCOM. Mas, no dia 29, o Iraque determinou que os cidadãos dos EUA que trabalhavam como inspetores deixassem o país imediatamente e declarou que abateria aviões estadunidenses de vigilância. Clinton instruiu um porta-aviões a se dirigir para a região. Alguns dias depois os inspetores puderam retornar ao Iraque<sup>1233</sup>.

O Iraque impediu, no dia 2 de novembro, que três peritos em armas americanos entrassem no país. Dez dias depois, o CSNU adotou a resolução 1.137 que condenou o Iraque pelas continuadas violações de resoluções anteriores e, mais uma vez, exigiu que o país permitisse as inspeções da UNSCOM. Por seu turno, aquela comissão retirou os inspetores do Iraque em razão da ordem de expulsão dos inspetores estadunidenses. No dia 17, os EUA ameaçaram uma ação militar contra o Iraque por violação de acordos de inspeção de armas<sup>1234</sup>. A Secretária do Estado dos EUA, Madeleine Albright, relataria em sua autobiografia as dificuldades que teve para obter apoio para a questão por parte do Ministro do Exterior da Rússia, Yevgeny Primakov<sup>1235</sup>, que tinha então viagem marcada para o Brasil<sup>1236</sup>. No dia 18, porém, o Presidente russo Boris Yeltsin encontrou-se com representantes iraquianos e a guerra foi evitada. Três dias depois, Saddam Hussein concordou em permitir que os inspetores retornassem ao Iraque.

A sucessão de incidentes, no entanto, prosseguiria e, no dia 24, a UNSCOM declarou que desejava inspecionar os palácios presidenciais, mas o governo de Bagdá negou sua permissão. Entre 12 e 16 de dezembro, Richard Butler manteve encontro, no Iraque, com o Ministro do Exterior iraquiano Tariq Aziz para discutir a denegação iraquiana de inspeção de locais sensíveis, mas nenhum acordo foi alcançado. Como já se tornara rotineiro, no dia 22, o CSNU pediu ao Iraque que cooperasse totalmente com a comissão e declarou que a negação de acesso seria uma violação das resoluções.

O governo iraquiano impediu, em janeiro de 1998, que a equipe da ONU chefiada pelo americano Scott Ritter realizasse seu trabalho de inspeção<sup>1237</sup>. No dia 15, o Embaixador dos EUA na ONU, Bill Richardson, pediu a Ritter que retornasse ao Bareine. Na visão do Embaixador Gelson Fonseca Jr., a situação de constante impasse era esperada em razão da abrangência das sanções impostas ao Iraque:

O ano de 1998 começou sob a sombra de mais uma crise séria entre o Iraque e a ONU. Isso era de se esperar no contexto de uma relação entre um Estado

sujeito às mais abrangentes sanções de todos os tempos e a Organização encarregada de certificar que este Estado não possuía armas de destruição em massa. O potencial de conflito localizava-se na natureza sem precedentes das obrigações impostas ao Iraque. Além disso, o regime estabelecido pela resolução 687 foi concebido como uma medida “radical” de curto prazo. Os membros do CSNU esperavam que a tarefa fosse alcançada em 6 ou 8 meses<sup>1238</sup>.

O Representante Permanente dos EUA junto à ONU, Embaixador Bill Richardson, esteve em Brasília no início de fevereiro de 1998 para tratar da crise com o Iraque. Foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República e manteve conversas com o Ministro das Relações Exteriores e com o Secretário de Assuntos Estratégicos. Segundo nota do Itamaraty, emitida após o encontro, assim se desenvolveram os encontros:

O Embaixador Richardson prestou informações quanto à situação no campo e quanto às ações diplomáticas dos EUA. Disse existirem indicações claras de que o Iraque dispõe de armas de destruição em massa e que a UNSCOM está sendo impedida de exercer suas funções. Afirmou que os EUA estão considerando a possibilidade de uma ação militar robusta. O Embaixador Bill Richardson disse que os EUA esperam caracterizar na ONU que há violação material grave (“strong material breach”) das resoluções do CSNU, em particular a resolução 687/91 (resolução do “cessar-fogo”). O governo brasileiro concorda que a situação é muito grave e que há elementos que comprovam existirem sérias violações pelo Iraque dos dispositivos da ONU. O Brasil tem exortado o Iraque a cumprir integralmente as resoluções do CSNU. O governo brasileiro considera indispensável que a UNSCOM tenha acesso total e irrestrito aos locais de inspeção. O Brasil tem uma tradição de solução pacífica de controvérsias e de explorar até o limite o recurso à ação diplomática. Há esforços diplomáticos em curso para a solução da crise iraquiana e o Brasil fará o que estiver ao seu alcance para que esses esforços tenham êxito. À luz da gravidade da situação e das próprias disposições da Carta da ONU, o governo brasileiro considera que todas as opções permanecem sobre a mesa e que o CSNU deve continuar a examinar a questão com vistas a uma decisão unificada que leve ao cumprimento integral pelo Iraque de suas resoluções.

Em mensagem ao SGNU, o Chanceler Luiz Felipe Lampreia referiu-se “à recusa do Iraque em cumprir integralmente com as decisões do Conselho” e afirmou que o governo brasileiro apoiava todos os esforços em curso para lograr uma solução pacífica para a crise. Declarou também que o Iraque devia, em particular, permitir o acesso pleno e desimpedido

da Comissão Especial da ONU (UNSCOM) a todos os lugares a serem inspecionados. Concluiu que acolhia, portanto, com satisfação o oferecimento por parte do SG da ONU “de bons ofícios nesse particular”. Em nota à imprensa, dias depois, o Itamaraty expressou satisfação com os resultados da missão de bons ofícios de Kofi Annan a Bagdá.

Clinton e Tony Blair buscaram, em meados de fevereiro, apoio internacional para a realização de ataques aéreos ao Iraque por ter o governo de Bagdá expulsado os inspetores da ONU. Em seguida, EUA e Reino Unido concentraram tropas para um ataque<sup>1239</sup> mas, em viagem à capital iraquiana, Kofi Annan obteve um acordo de última hora com Saddam Hussein para permitir que recomeçassem as inspeções<sup>1240</sup>.

No dia 20, o CSNU adotou a resolução 1153 que aumentou o teto das vendas autorizadas de petróleo iraquiano<sup>1241</sup>. Em pronunciamento no CSNU, o Embaixador Celso Amorim reiterou o apoio brasileiro ao mecanismo conhecido como “petróleo-por-alimentos” e associou-se a outras delegações nos “esforços para preparar uma resolução técnica” que permitisse “um rápido aumento do volume de petróleo autorizado para exportação, com vistas à utilização de recursos adicionais para satisfazer as necessidades básicas do povo iraquiano”<sup>1242</sup>.

O Iraque assinou, no dia 23, um “Memorando de Entendimento” com a ONU pelo qual o país aceitava todas as resoluções da ONU, comprometia-se a cooperar totalmente com a UNSCOM e a AIEA, e a dar acesso aos inspetores. Richard Butler reconheceu a melhora na cooperação iraquiana e foi alcançado acordo sobre inspeções a locais presidenciais no Iraque<sup>1243</sup>.

O Brasil buscava contribuir construtivamente para evitar o conflito. O Embaixador Celso Amorim fez, em 2 de março, pronunciamento no CSNU no qual informou que o Ministro Luiz Felipe Lampreia havia enviado carta ao SGNU encorajando-o a realizar uma missão pessoal de bons ofícios a Bagdá. Manifestou a esperança brasileira de que, tendo em vista a assinatura do Memorando de Entendimento, se viabilizasse “uma solução pacífica e duradoura para a crise”. Ressaltou o entendimento de que não haveria “qualquer automaticidade na autorização do uso da força no caso de uma possível violação por parte do Iraque” e demonstrou preocupação com a possibilidade de que se retirasse do CSNU a autoridade que lhe cumpria, “segundo a Carta e de acordo com suas próprias resoluções”.

Lampreia publicou, naquele mês, um artigo intitulado “Opção pela ONU” em que resumiu em quatro elementos básicos a posição adotada pelo Brasil no caso em questão: “a condenação ao Iraque pelo descumprimento



das resoluções do CSNU”, especificamente, neste caso, no que se referia “à verificação da completa destruição de arsenais nucleares, químicos e biológicos”; “a defesa do acesso pleno e desimpedido pelos inspetores da ONU” a todos os locais sobre os quais pudessem “pairar dúvidas”; o empenho no sentido de que se explorassem “até o limite máximo todas as possibilidades para o encaminhamento diplomático de uma solução pacífica”; e “a determinação e insistência” brasileiras em que todo o processo fosse conduzido “no âmbito do CSNU, de acordo com os termos da Carta da ONU e das resoluções pertinentes”, inclusive se, havendo falhado todos os meios diplomáticos, fosse “necessário o recurso à força”<sup>1244</sup>.

A UNSCOM completou, em abril, as inspeções iniciais dos oito locais em Palácios Presidenciais do Iraque. No dia 8, relatou ao CSNU que o programa iraquiano de armas biológicas era incompleto e inadequado.

Em desenvolvimento paralelo, em junho, o CSNU adotou por consenso a resolução 1.175 que facilitava a venda de petróleo iraquiano. Na ocasião, o Brasil ressaltou a necessidade de que o Iraque pudesse vender a quantidade de petróleo necessária para suas importações de materiais humanitários<sup>1245</sup>.

As idas e vindas da questão das inspeções prosseguiriam. Em agosto, o chefe das inspeções no Iraque, Richard Butler, manteve encontro com Tariq Aziz que pediu fossem terminadas as inspeções e que o Iraque fosse declarado livre de armas de destruição em massa. Butler respondeu que não o poderia fazer. No dia 5, o Parlamento do Iraque aprovou por votação a suspensão do trabalho de inspetores de armas e Saddam Hussein interrompeu a cooperação com os inspetores<sup>1246</sup>. O CSNU condenou mais uma vez, em 9 de setembro, a falta de cooperação iraquiana com os inspetores.

O Iraque encerrou completamente, em 31 de outubro, as atividades de inspeção e monitoramento internacional<sup>1247</sup>. Para os EUA, como diria Madeleine Albright, Saddam Hussein violara os acordos obtidos por Kofi Annan colocando em risco a credibilidade do SGNU. Ainda segundo a chefe da diplomacia estadunidense, a Rússia e a França demonstraram surpresa e oito países árabes teriam acordado em que o Iraque devia obedecer as resoluções da ONU para evitar confronto militar<sup>1248</sup>. O CSNU aprovou, em 5 de novembro, a resolução 1.205 que condenou a decisão iraquiana de cessar cooperação com a Comissão Especial, considerando tal ato violação da resolução 687 (1991) e outras relevantes. Em intervenção na ocasião, o Brasil, na voz do Embaixador Celso Amorim, manifestou seu desalento com a decisão iraquiana:



[...] Foi portanto com um profundo sentimento de desalento que o governo brasileiro soube da decisão iraquiana de 31 de outubro. Essa decisão torna muito difícil para todos nós prosseguir no trabalho com vistas a garantir que o Iraque cumpra suas obrigações, possibilitando assim que o Iraque se integre à comunidade internacional<sup>1249</sup>.

Ainda em novembro, Saddam Hussein impôs condições consideradas inaceitáveis pelos EUA que começaram a preparar o lançamento de ataques aéreos a locais que estariam ligados a programa de armamento. Poucas horas antes do pretendido ataque, Saddam Hussein concordou em dar aos inspetores acesso a todos os locais, sem interferência. Concordou também em entregar documentos e aceitar todas as resoluções da ONU sobre armas de destruição em massa<sup>1250</sup>.

Apesar dessas declarações, Butler apresentou, no dia 16 de dezembro, relatório sobre o Iraque para a Comissão Especial. Afirmou que “a Comissão não conseguia conduzir o trabalho substantivo de desarmamento a ela conferido pelo CSNU”.

Ataques militares dos EUA e Reino Unido contra o Iraque tiveram início enquanto o CSNU se reunia para discutir o relatório de Butler<sup>1251</sup>. Em pronunciamento naquele órgão, Celso Amorim lamentou que as circunstâncias tivessem levado ao uso da força:

Fomos informados nesta tarde de que se havia decidido optar pela ação militar no exato momento em que o CSNU estava reunido para discutir o relatório apresentado pelo Diretor-Executivo da UNSCOM. Era nossa expectativa participar de uma discussão acerca das três opções sugeridas pelo Secretário-Geral em sua carta. Da forma como os acontecimentos evoluíram, o CSNU não teve oportunidade de alcançar suas próprias conclusões.

Lamentamos o fato de que as circunstâncias levaram ao uso da força. O Brasil sempre favoreceu o diálogo, a diplomacia e o multilateralismo na articulação de respostas a ameaças à paz e segurança internacionais. Quando, de fato, o uso da força é contemplado, isso deve ocorrer num quadro multilateral. O CSNU continua a ser o único órgão com autoridade legal para autorizar ações voltadas à garantia do cumprimento de suas próprias resoluções<sup>1252</sup>.

Também por nota à imprensa, o governo brasileiro deplorou que as circunstâncias tivessem ocasionado o uso da força. Do texto do documento constou que, ao não cooperar plena e incondicionalmente com a UNSCOM, o Iraque violara não apenas as resoluções pertinentes

do CSNU, mas também o Memorando de Entendimento (assinado entre o SG da ONU e o Vice-Primeiro-Ministro do Iraque) e os compromissos assumidos perante o CSNU.

Os ataques aéreos e mísseis se dirigiram a locais suspeitos de serem laboratórios químicos, biológicos e nucleares ou de ameaçarem seus vizinhos. Destruíram algumas instalações do Iraque durante quatro dias de bombardeio<sup>1253</sup>. Lampreia expressou sua visão do ocorrido com o Iraque, em 1998. Notou que, apesar de submetido a “condições draconianas”, o “regime tirânico” não se abalara. Afirmou que o Brasil atinha-se a “política de distância do Iraque” que deixara de ser fornecedor de petróleo e não mais constituía parceiro comercial relevante:

Durante o ano de 1998, produziram-se três crises no Iraque. A primeira foi em fevereiro [...], a segunda, em novembro, e a terceira em dezembro, quando finalmente falharam os esforços diplomáticos e acabou ocorrendo o ataque anglo-americano. Nos três casos, o Iraque violou resoluções do CSNU, pois decidiu obstaculizar o funcionamento da UNSCOM – órgão da ONU que tem a missão de verificar se o Iraque está produzindo ou estocando armas de destruição de massa, ou seja, armas nucleares, químicas e biológicas. Desde a derrota na Guerra do Golfo, em 1991, após ter ser repellido em sua tentativa de invadir e anexar o Coveite, Saddam Hussein foi obrigado a aceitar condições draconianas que incluem embargo limitado às exportações de petróleo, sanções econômicas, zonas de exclusão para sua força aérea em seu próprio território e a inspeção permanente de suas instalações industriais. É, sem dúvida, uma combinação poderosa de medidas punitivas, que tem feito o povo iraquiano sofrer, mas não tem abalado o regime tirânico e brutal que o governa com mão de ferro.. Nos últimos anos, o governo iraquiano tem dado sinais de crescente impaciência com a presença em seu território dos inspetores da UNSCOM, que insistem em buscar evidências da produção de armas de destruição em massa até mesmo nos suntuosos palácios de Saddam. Em 1998, esta impaciência transformou-se numa confrontação com o CSNU. [...] No governo do Presidente Fernando Henrique, ativemo-nos estritamente a essa política de distância do Iraque e não voltamos a adquirir seu petróleo, mesmo porque havíamos substituído essa fonte por fornecedores mais confiáveis em nosso próprio continente, com a Argentina e a Venezuela. Tínhamos, portanto, completa isenção para tomar posições diplomáticas com relação ao Iraque, que deixou de ser um parceiro relevante para o Brasil<sup>1254</sup>.

No dia 21, França, Alemanha e Rússia propuseram, no CSNU, o fim das sanções contra o Iraque. Pediram também que a UNSCOM fosse

desmantelada ou que lhe fosse dado novo papel. Os EUA declararam que vetariam a proposta.

O Iraque pediu à ONU, em janeiro de 1999, que substituíssem inspetores dos EUA e do Reino Unido. O Embaixador Celso Amorim, Representante Permanente junto à ONU, presidia o CSNU na ocasião e assim relatou a situação naquele foro no tocante ao Iraque:

Ao assumir a Presidência do CSNU em janeiro de 1999, encontrei um clima político particularmente adverso a minhas tentativas iniciais de promover um debate construtivo sobre o Iraque após os acontecimentos de dezembro de 1988. Várias rodadas de consultas informais, amparadas por conversações bi e plurilaterais com os membros do Conselho e contatos regulares com o Secretário-Geral ofereceram terreno para a adoção, por consenso, no sábado, 30 de janeiro de 1999, da Nota contida no documento S/1999/100. Seu texto estabelece três painéis, sob minha Presidência, em que se examinariam, respectivamente, o desarmamento - seu monitoramento e verificação naquele instante -, aspectos humanitários e a questão dos prisioneiros de guerra. Os relatórios foram submetidos aos membros do Conselho duas semanas antes da data estipulada para sua entrega. Creio que é possível afirmar que foram unanimemente bem recebidos e tornaram-se a base para futuras negociações<sup>1255</sup>.

Em dezembro, fazia um ano que não mais se realizavam inspeções no Iraque. No dia 17, o CSNU aprovou a criação da UNMOVIC (*United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission*) para substituir a UNSCOM. Pela Resolução 1284, foi mais uma vez determinado que o Iraque deveria permitir inspeções. No discurso em que apoiou a resolução, o Embaixador Gelson Fonseca Jr., Representante Permanente do Brasil, recordou ao CSNU que seu antecessor, Celso Amorim, havia dedicado muita energia para a tarefa de redefinir os parâmetros da ação da ONU no Iraque. Notou que os relatórios dos painéis haviam apresentado soluções técnicas viáveis para a consideração política do Conselho. Afirmou que o Brasil desejava ver o CSNU no controle do processo que pudesse levar à implementação das resoluções e o retorno do Iraque à normalidade<sup>1256</sup>.

Por nota à imprensa, também em dezembro, o Brasil declarou que tomava nota com satisfação do término das ações militares empreendidas contra o Iraque. Afirmou que a cessação das hostilidades reabria perspectivas para que a comunidade internacional voltasse a concentrar-se na busca de uma solução diplomática e pacífica para a questão da eliminação das armas de

destruição em massa naquele país. Conclamou o Iraque a retomar de imediato a cooperação plena e incondicional com a ONU a fim de implementar todas as resoluções pertinentes do CSNU, de modo a promover a normalização de suas relações com a comunidade internacional e aliviar os sofrimentos do povo iraquiano.

Em março de 2000, Hans Blix assumiu o cargo de Diretor Executivo da UNMOVIC. Em novembro, o Iraque rejeitou nova proposta de inspeção de armas<sup>1257</sup>.

## 7.6. *Ásia e Pacífico*

Lampreia afirmou, em agosto de 1995, que o Itamaraty estava reforçando a presença diplomática brasileira na Ásia, “equipando melhor algumas embaixadas em países dinâmicos, definindo uma agenda e planejando uma grande iniciativa de diplomacia presidencial” que começaria, em dezembro, com visita à China e à Malásia, “dois casos de sucesso na revolução econômica mais recente” que transformava “a região da Ásia-Pacífico no polo mais dinâmico da economia mundial nos anos 90”.

Previu o Chanceler brasileiro, em finais de 1996, que os países da Ásia continuariam a “liderar as estatísticas de crescimento do produto e da participação no comércio”<sup>1258</sup>. De fato, tal ocorreria, mas, em 1997, várias economias dos chamados Tigres Asiáticos sofreram revezes. Primeiramente, Tailândia e, depois, Indonésia, Malásia, Filipinas, Hong Kong e Coreia do Sul atravessaram crise financeira com repercussões internacionais<sup>1259</sup>. A crise teria, como uma de suas consequências, o fortalecimento do grupo chamado “ASEAN + 3”, um foro coordenador da cooperação entre a ASEAN e três países do Leste Asiático, a saber, China, Japão e Coreia do Sul.

### 7.6.1. *Centro e Sul da Ásia*

No Centro e Sul da Ásia Central, o Brasil, como membro do CSNU, atuaria nas questões surgidas no Afeganistão e no Paquistão, bem como buscaria, no plano bilateral, maior aproximação da Índia.

### 7.6.1.1. Afeganistão e Paquistão

Em janeiro de 1996, os EUA começaram a exortar o Sudão a expulsar Bin Laden de seu território. Ao mesmo tempo tentavam, sem êxito, que a Arábia Saudita o acolhesse. Bin Laden deixou o território sudanês e<sup>1260</sup>, em meados do ano, dirigiu-se ao Afeganistão, onde recebeu o apoio do líder do Talibã, Mullah Mohamed Omar.

O Talibã, movimento islâmico sunita radical, começou a conquistar gradualmente o Afeganistão naquele ano. Em setembro, tomou a capital, Cabul, depondo o Presidente Burhanuddin Rabbani, cujo governo continuou a ser reconhecido por muitos países e pela ONU<sup>1261</sup>. Prosseguiu avançando em outras regiões do país<sup>1262</sup>. Encontrou resistência no norte, mas prosseguiu no poder com o apoio de grupos terroristas, inclusive da Al-Qaeda, e de produtores de drogas<sup>1263</sup>.

Em 20 de agosto de 1998, os EUA bombardearam locais no Afeganistão (e no Sudão), danificando campos de treinamento da Al-Qaeda, responsabilizada pelos ataques na África<sup>1264</sup>, três dias antes, às embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, em que morreram 220 pessoas e cinco mil ficaram feridas<sup>1265</sup>. Bin Laden fugiu antes do bombardeio<sup>1266</sup>.

Em pronunciamentos de agosto e dezembro de 1998, o Brasil associou suas preocupações mais gerais “aos lamentáveis ataques lançados pelo Talibã contra funcionários da ONU ligados a agências humanitárias, que levaram à morte de pessoal do UNCHR, do conselheiro militar da UNSMA em Cabul, e de funcionários diplomáticos iranianos”<sup>1267</sup>.

Em janeiro de 1999, após quatro meses de trégua, recomeçaram lutas no norte do Afeganistão entre o Talibã e seus opositores. Em julho, representantes do Talibã e da oposição se encontraram em Tashkent, capital do Uzbequistão. As conversações foram improdutivas e, logo em seguida, o Talibã lançou ofensiva militar contra áreas em poder de seus opositores no norte do país. Gelson Fonseca Jr. relataria esses fatos, qualificando a situação de “sombrio cenário humanitário”.

[...] a paz e a estabilidade permaneceram frágeis, e enfraqueceram-se ainda mais pela não adesão ao que se havia discutido durante a reunião de Ashkhabad em março de 1999 e as conversações de Tashkent em junho de 1999, no contexto do Grupo Seis-Mais-Dois, composto pela Rússia, EUA, Índia, Paquistão, Tajiquistão, Irã, Uzbequistão e China. A ofensiva do Talibã no verão de 1999 foi lançada apenas algumas horas após as partes haverem deixado a mesa de negociações em Tashkent, produzindo assim um sombrio

cenário humanitário, em que milhares de civis inocentes foram deslocados de seus lares para fugir das áreas mais devastadas pelo conflito<sup>1268</sup>.

Em julho, Bill Clinton reiterou pedido ao Primeiro-Ministro do Paquistão, Nawaz Sharif, que ajudasse a apreender Osama Bin Laden. Logo depois, os EUA começaram a treinar paquistaneses para irem ao Afeganistão para tentar localizar e apreender o chefe da Al-Qaeda<sup>1269</sup>. Em pronunciamento no CSNU, em agosto, o Brasil conclamou, nas palavras de Gelson Fonseca Jr., a uma abordagem mais ampla por parte da comunidade internacional na promoção do entendimento e da reconciliação no Afeganistão, embora manifestasse apoio à resolução que estabeleceria sanções contra o Talibã<sup>1270</sup>.

As sanções aprovadas pela ONU contra o Afeganistão entraram em vigor em outubro e causaram ataques contra os escritórios da ONU em Cabul. No Paquistão, o General Pervez Musharraf derrubou o Primeiro-Ministro Nawaz Sharif e autodesignou-se Presidente. Em reação a essa medida, os EUA cancelaram o programa americano de enviar militares paquistaneses ao território afegão para capturar ou matar Bin Laden<sup>1271</sup>.

O Afeganistão seria objeto de sanções limitadas da ONU após novembro<sup>1272</sup>. Em suas memórias, Madeleine Albright argumentou que a aprovação das resoluções pelo CSNU deixaria o Talibã isolado e não contribuiria para a entrega de Bin Laden<sup>1273</sup>.

Gelson Fonseca Jr. assim resumiu a atuação brasileira no CSNU, entre 1998 e 1999, com relação ao Afeganistão:

[...] o Brasil afirmou no CSNU que o conflito no Afeganistão representa fator de desestabilização com potencial de alastramento para outros países da região. O Brasil argumentou que qualquer grupo político fracassará na tentativa de obter reconhecimento internacional se continuar a associar-se a noções de intolerância étnica e inabilidade de negociar com outras partes. O Brasil expressou forte condenação de graves violações dos direitos humanos fundamentais, bem como da prática do tráfico de drogas, e do oferecimento de um santuário a terroristas.

O Brasil também defendeu como fundamental que todas as formas de interferência estrangeira no Afeganistão tivessem fim. Ainda assim, reconheceu que os seis vizinhos do Afeganistão são parte integral de qualquer solução negociada para o conflito. O país defendeu também sua perspectiva de que o fim do fluxo de armas para o Afeganistão e um imediato cessar-fogo respeitado por todas as partes envolvidas são

medidas básicas para fomentar a paz naquele país. O Brasil endossou a ideia de organizar um governo pluriétnico no Afeganistão, que levasse em consideração os interesses dos países vizinhos e da comunidade internacional como um todo, bem como o respeito ao princípio e à prática da governança compartilhada<sup>1274</sup>.

### 7.6.1.2. Índia

O Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Sebastião do Rego Barros, visitou a Índia em novembro de 1995. Em seu relato da viagem, informou que manteve consultas previstas em Memorando de Entendimento bilateral, com vistas a preparar a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso àquele país. Afirmou ter verificado um reconhecimento generalizado de que os dois países não podiam “adiar o esforço de desenvolvimento de seu diálogo”, tendo em vista “sua expressão própria”, o “papel que desempenhavam em negociações multilaterais”, a “liderança que frequentemente exerciam no grupo dos países em desenvolvimento” e o “grau de proximidade que tradicionalmente revelavam frente a vários temas da pauta internacional”. Informou que propusera a seus interlocutores indianos a elaboração de uma agenda comum Brasil – Índia, que orientaria os “trabalhos setoriais a serem realizados pelos dois Governos com vistas à gradual formação de um projeto abrangente e articulado para o futuro das relações bilaterais”.

Em seminário Brasil – Índia, realizado no Rio de Janeiro em janeiro de 1996, Rego Barros referiu-se ao “enorme potencial” do relacionamento bilaterale de aumento da atuação multilateral. Deu como exemplo de iniciativa para a parceria “a criação de instituições internacionais mais democráticas e eficientes pela valorização do princípio da representatividade”. No tocante às “perspectivas estratégicas nas relações indo-brasileiras”, deu especial destaque à cooperação nas áreas de ciência e tecnologia.

Naquele mês, o Presidente Fernando Henrique Cardoso efetuou visita oficial à Índia. Em discurso ao Presidente daquele país, Shanker Sharma, ressaltou a prioridade da Índia na política externa de seu governo. Anunciou que estava sendo identificada uma agenda bilateral comum, a somar-se à agenda internacional, em que os dois países compartilhavam “tantos interesses, pontos de vista e iniciativas”.

Em maio de 1998, a Índia anunciou que iria realizar cinco testes nucleares subterrâneos. Provocado pela ação indiana, o Paquistão – que recebera assistência da China para seu programa nuclear – realizou dois

testes nucleares subterrâneos no final do mês<sup>1275</sup>. O Brasil, que ocupava assento no CSNU como membro não permanente, manifestou-se a respeito dos testes indianos e paquistaneses, conforme relatou Gelson Fonseca Jr.:

Na condição de país que renunciou à opção nuclear, o Brasil deplorou os testes conduzidos por Índia e Paquistão como uma ameaça à paz e segurança internacionais. Nosso compromisso com o regime de não proliferação nuclear tornou-se ainda mais claro com o depósito, um mês mais tarde, do instrumento de ratificação do CTBT e nossa acessão ao TNP em setembro de 1998.“[...] “No mesmo espírito, o Brasil associou-se a uma Declaração do Grupo do Rio e a uma resolução da Organização para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), que condenam os testes<sup>1276</sup>.

Houve ressurgimento de violência na Caxemira em meados de 1999, tendo a Índia efetuado ataques aéreos pela primeira vez desde a guerra de 1971<sup>1277</sup>. Naquele ano, o líder da Índia, Atal Bihari Vajpayee, do Partido Nacional, foi reeleito<sup>1278</sup>. Havia cerca de oito anos que reformas haviam levado o país a economia de mercado e não mais planificada pelo Estado. A Índia vinha apresentando melhora de dados sociais, tendo o número de pessoas abaixo da linha de pobreza diminuído de 50%, em 1978, para 25%, em 2000<sup>1279</sup>.

## 7.6.2. *Leste asiático*

Visitas de cúpula seriam trocadas com a China e com o Japão, e o Presidente da Coreia do Sul visitou o Brasil.

### 7.6.2.1. *China*

Na China, em 1995, Jiang Zemin assegurou sua posição em meio a rumores sobre a saúde de Deng Xiaoping. Em outubro, aquele líder acolheu a ideia de conversações com Taiwan ao mesmo tempo em que levava a efeito manobras militares contra aquela ilha<sup>1280</sup>.

Ao despedir-se do Embaixador da China, Yuan Tao, em novembro, Lampreia mencionou a cooperação nos setores de hidroeletricidade, siderurgia, telecomunicações, fármacos e aviação civil. Afirmou que o projeto *China – Brazil Earth Resources Satellite – CBERS* era um exemplo da cooperação entre países em desenvolvimento na área de tecnologia avançada.



O Presidente Fernando Henrique Cardoso efetuou, em dezembro, visitas oficiais à República Popular da China e a Macau. Ao discursar em Pequim, no dia 13, afirmou que sua visita, a primeira de um Presidente brasileiro desde 1988, devia sinalizar o início de uma fase de cooperação e entendimento entre os dois países. Ao discursar em Xangai, lembrou que o Vice-Primeiro-Ministro, Zhu Rongji, cunhara a expressão parceria estratégica, exprimindo “com precisão o tipo de relação que o Brasil e a China, dois grandes países em desenvolvimento” vinham mantendo havia 21 anos.

O ano de 1996 seria marcado por atritos entre a China e Taiwan. O governo de Pequim tentou desencorajar os políticos da ilha a declararem independência na campanha para as eleições<sup>1281</sup>. Em janeiro, a China ameaçou aquela ilha com ataques de mísseis<sup>1282</sup>. Em março, durante exercícios militares perto da costa de Taiwan<sup>1283</sup>, a China disparou mísseis balísticos nos Estreitos de Taiwan como aviso de que a China invadiria se a independência fosse declarada. Os EUA reagiram enviando dois porta-aviões para uma distância de ataque<sup>1284</sup>. No dia 23, realizaram-se as primeiras eleições livres para Presidência de Taiwan, fortemente criticada pela China<sup>1285</sup>.

O Primeiro-Ministro Li Peng visitou o Brasil em novembro. No jantar que lhe ofereceu, Fernando Henrique Cardoso salientou terem os dois países uma intensa pauta de temas de interesse comum que ia de uma agenda ambiental ao projeto de desenvolvimento conjunto do satélite de observação terrestre. Notou que havia potencial para desenvolvimento da relação bilateral nas áreas de infraestrutura básica, energia, petroquímica, comunicações e cooperação espacial.

Em fevereiro de 1997, faleceu Deng Xiaoping e assumiu Jiang Zemin<sup>1286</sup>. Dando continuidade à reforma iniciada por seu antecessor, Jiang Zemin retirou do poder os defensores da ortodoxia comunista<sup>1287</sup>. O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou mensagem ao Presidente Jiang Zemin na qual manifestou seu mais profundo pesar e salientou ter sido o falecido “figura determinante para o adensamento das relações” bilaterais. Em abril, a China e Taiwan abriram ligação marítima direta pela primeira vez<sup>1288</sup>.

Em julho, o Reino Unido transferiu a soberania de Hong Kong para a China<sup>1289</sup>. O contrato de “*lease*” terminou, sendo permitido a Hong Kong manter sistema capitalista e liberdades adquiridas durante 50 anos como Região Especial da China<sup>1290</sup>. Somente 50 mil portadores de passaporte britânico puderam ingressar no Reino Unido<sup>1291</sup>. Hong Kong reteve grau considerável de autonomia em relação ao governo de Pequim<sup>1292</sup>. Ao representar o Brasil nas cerimônias de transferência de soberania, Lampreia declarou a brasileiros residentes naquele território que o Brasil e a China, e em especial Hong Kong e Macau, tinham fortes

laços de amizade aos quais se somavam um número cada vez maior de interesses concretos, políticos e econômicos.

As modificações internas repercutiam no exterior. Em visita aos EUA em setembro e outubro, Jiang Zemin se comprometeu a supervisionar mais cuidadosamente as exportações de material nuclear e mísseis. De sua parte, Clinton assegurou a venda de 50 aviões para a China e autorizou a venda de reatores nucleares a Pequim<sup>1293</sup>.

Em março de 1998, Zhu Rongji assumiu o cargo de Primeiro-Ministro e manteve a estabilidade política. A economia crescia à média anual de 9,7%, inclusive durante a crise financeira asiática (incluindo-se Hong Kong e Taiwan). O governo chinês parecia ter superado as reações internacionais havidas após o massacre da Praça Celestial. Em junho, Clinton visitou Pequim e falou de direitos humanos, do Tibete e da Praça Celestial. Ele disse que Taiwan não deveria ser independente<sup>1294</sup>. Em novembro, Jiang Zemin tornou-se o primeiro Chefe de Estado chinês a efetuar visita oficial ao Japão<sup>1295</sup>.

Em entrevista concedida no mês de abril de 1999, o Ministro Luiz Felipe Lampreia afirmou que o Brasil não podia dar ao Dalai Lama um *status* de líder político, ou seja, de líder de uma província da China que tem aspiração de se separar da China. Ponderou que isso seria para a China uma gravíssima afronta, um gravíssimo problema, e lembrou que o Brasil tinha grandes interesses com a China: grandes contratos e relações muito significativas. Recordou, nesse contexto, “o grande programa tecnológico, de lançamento de satélite, de vários milhões de dólares”. Ressaltou que o Brasil não podia tomar “partido em problemas de unidade territorial de países amigos”. Concluiu que a recomendação fora a de que o Presidente não recebesse o Dalai Lama como um líder político, mas como líder religioso.

A China se mostrava mais assertiva e, em dezembro, Macau foi transferida de Portugal para a China após 422 anos de domínio português. O progresso econômico era reconhecido e, em 24 de maio de 2000, o Congresso dos EUA aprovou o estabelecimento de relações comerciais normais e permanentes com a China<sup>1296</sup>. O acordo entre Washington e Pequim abriu caminho para o ingresso na OMC, refletindo o fato de que, entre os 15 anos anteriores, a China fora o país que mais ganhara participação no mercado mundial, superado apenas por EUA, Alemanha e Japão<sup>1297</sup>.

### 7.6.2.2. Japão

A situação econômica japonesa contrastava com a chinesa. Entre 1992 e 1996, o crescimento econômico do Japão foi praticamente nulo, embora encoberto por *superávit* comercial e poupança interna. No biênio final (1995-6), porém, o crescimento japonês se recuperou em cerca de 3% ao ano<sup>1298</sup>.

Em fevereiro de 1996, na VI Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil – Japão, Rego Barros defendeu a ideia de que “a evolução da política brasileira em matéria comercial, de integração econômica, de investimentos e de parceria empresarial” favorecia o desenvolvimento das relações com o Japão. Esse processo seria, na sua visão, “desdobrado sobre a base de fortes laços políticos, culturais e históricos, marcados no passado pela imigração nipônica” que era “complementada pela presença de *nikkeis* brasileiros em terras japonesas”. Concluiu que essa era a mensagem que o Presidente Fernando Henrique levaria em sua visita ao Japão no mês seguinte.

Por ocasião do banquete que o Imperador do Japão lhe ofereceu, em março, o Presidente Fernando Henrique Cardoso referiu-se ao “trabalho feito por cada imigrante japonês” que havia deixado a sua terra “para encontrar abrigo em um país novo, onde foi acolhido com generosidade e interesse”. Depois de elogiar a comunidade japonesa no Brasil, mencionou a “expressiva contribuição de milhares de brasileiros” que tentavam no Japão “aquela mesma sorte, aquele mesmo destino que sorriu a tantos milhares de japoneses” no Brasil, “quando os tempos eram outros”. Essa mesma referência aos imigrantes nos dois sentidos foi novamente objeto de atenção no discurso que fez, no dia seguinte, no Parlamento japonês.

O Primeiro-Ministro japonês, Ryutaro Hashimoto, visitou o Brasil em agosto. Em discurso que pronunciou durante almoço que lhe ofereceu, Fernando Henrique Cardoso deu como exemplos da intensificação do relacionamento bilateral o número de visitas e missões; o contrato assinado pela PETROBRAS com empresas japonesas para a construção de uma plataforma de exploração submarina; e as decisões da Honda e da Toyota de investirem na produção de automóveis no Brasil.

Em artigo intitulado “Em Busca de Novos Parceiros na Ásia”, publicado em maio de 2000, Seixas Corrêa informou que o governo brasileiro estava naquele momento “empenhado em relançar as relações com o Japão em novos patamares”. Informou que visitaria aquele país e examinaria com seus interlocutores japoneses “uma vasta agenda” que incluía “também perspectivas de uma colaboração muito intensa em

atividades de cooperação para a reconstrução do Timor Leste e questões ligadas à importante comunidade de brasileiros residentes no Japão”.

### 7.6.2.3. Coreia do Sul

O Presidente da Coreia do Sul, Kim Young Sam, visitou o Brasil em setembro de 1996. Em discurso durante jantar que lhe ofereceu, Fernando Henrique Cardoso salientou tratar-se da primeira visita de um Chefe de Estado coreano ao Brasil. Notou o crescimento de investimentos coreanos nas áreas de eletroeletrônica, siderurgia e automotiva, bem como as importações de matérias-primas e bens industrializados brasileiros.

A Coreia do Sul também foi adversamente afetada pela crise de 1997. Em dezembro, o FMI aprovou empréstimo de US\$ 21 bilhões e, no mês seguinte, foram fechados vários bancos do país. A economia continuou a encolher em 1998. No ano seguinte, o conglomerado empresarial *Daewoo* foi desmantelado pelo governo em razão de seus problemas de endividamento. Medidas governamentais e renegociação de dívidas contiveram os problemas financeiros. Em dezembro, o Presidente Kim Dae Jung declarou que a crise monetária havia terminado.

Em fevereiro de 2000, reuniu-se, em Brasília, a Comissão Brasil – Coreia para o Século XXI. Na solenidade de entrega do Documento Final, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, afirmou que a “cooperação entre países distantes como o Brasil e a Coreia, separados por barreira de língua e por relativamente pequena interação cultural” devia ser “construída a partir de convicções políticas relevantes, baseadas no interesse mútuo”. Declarou que havia muito que juntos os dois países poderiam realizar. Mencionou, nesse sentido, que o desenvolvimento coreano tinha “peculiaridades exclusivas”, cujos resultados fascinavam os que os conheciam e estimulavam “uma saudável competição”. Informou que haviam sido acordadas como áreas selecionadas: tecnologia da informação/telecomunicação; eletroeletrônica; e biotecnologia aplicada à agricultura e à saúde. Referiu-se ainda “a uma cooperação aprofundada com os órgãos de estudos, planejamento e gestão da política de C&T da Coreia”, cuja reputação era internacional.

Com o fim da crise, a economia sul-coreana retomou o crescimento e apresentou aumento de 9,08% do PIB em 2000.

### 7.6.3. Sudeste asiático

O Presidente do Vietnã visitou o Brasil e o Presidente brasileiro visitou a Malásia. A crise monetária teria repercussões mundiais, atingindo também o Brasil. A questão entre a Indonésia e o Timor Leste seria acompanhada de perto pelo Brasil que passaria a ter atuação direta sobre a questão como membro não permanente do CSNU.

Em 1997, o forte crescimento da região, que durava três décadas, sofreu revés quando, no verão setentrional, caíram moedas e mercados financeiros da Tailândia, Coreia do Sul, Indonésia e Malásia. A crise começou na Tailândia onde o governo, para evitar fuga de capitais, deixou o câmbio flutuar. A desvalorização da moeda do país, o “*baht*”, causou redução das reservas do país e das importações. Com o agravamento da situação, a crise se espalhou para o Sudeste Asiático e o Japão, derrubando outras moedas e bolsas de valores, aumentando a dívida privada. O líder da Malásia, o Primeiro-Ministro Mohamad Mahatir, responsabilizou especuladores em moeda estrangeira do mundo desenvolvido e impôs controles cambiais para proteger seu país contra os efeitos iníquos da globalização<sup>1299</sup>. A crise regional se converteu no que se denominou “a primeira grande crise dos mercados globalizados”, com impacto na economia mundial.

#### 7.6.3.1. Vietnã

As relações externas do Vietnã começaram a se ampliar em meados da década de 1990. O país vinha introduzindo elementos de livre mercado na economia e fornecendo informações sobre americanos desaparecidos no conflito corrido naquele país duas décadas antes<sup>1300</sup>. Em julho de 1995, Clinton anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas dos EUA com o governo de Hanói<sup>1301</sup>. Conversas dos vietnamitas com a China levaram à reabertura de ligações ferroviárias, solução de fronteira e cooperação econômica<sup>1302</sup>. Naquele ano, a ASEAN incorporou formalmente o Vietnã entre seus membros e decidiu admitir os demais países da região<sup>1303</sup>.

Em outubro, o Presidente do Vietnã, Le Duc Anh, visitou o Brasil. Ao receber-lhe, o Presidente Fernando Henrique Cardoso destacou o fato de que se tratava da primeira viagem de um Chefe de Estado daquele país, desde o estabelecimento de relações, seis anos antes. Afirmou que seu país estava orientado pelos “valores centrais do mundo pós-Guerra Fria: a liberdade econômica e a participação do indivíduo na condução dos

seus destinos e dos destinos do Estado”. Concluiu que o Brasil desejava uma parceria com o Vietnã “fortalecido pela reforma e pela estabilização”.

### 7.6.3.2. *Malásia*

Em dezembro de 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso efetuou visita oficial à Federação da Malásia. Em discurso por ocasião de jantar que lhe ofereceu o Rei Tuanku Jaafarnotou, anunciou ter convidado seu anfitrião e o Primeiro-Ministro Mahatir a visitarem o Brasil. Mencionou terem três empresas brasileiras se pré-qualificado na concorrência para a construção da Hidrelétrica de Bakun, “o maior e mais importante projeto contemporâneo de engenharia civil no mundo”. Notou também a presença, pela primeira vez, de empresas brasileiras na Feira Internacional Marítima e Aeroespacial de Langkawi Lima.

### 7.6.3.3. *Indonésia e Timor Leste*

Em julho de 1996, o Itamaraty divulgou “informação à imprensa” em que historiou a posição brasileira sobre a questão do Timor Leste. Do documento constou que a posição brasileira era de “irrestrito apoio ao diálogo entre os Chanceleres de Portugal e da Indonésia realizado sob os auspícios do SGNU”; não havia “unanimidade entre os timorenses em torno da autodeterminação” e as relações econômicas brasileiras com a Indonésia não interferiam na formulação da política brasileira quanto à questão timorense.

A atenção da comunidade internacional para a questão do Timor Leste foi atraída, em outubro, quando o bispo de Timor Leste, Carlos Belo, e o líder da resistência, José Ramos-Horta, receberam o Prêmio Nobel da Paz. O prêmio foi concedido pelo “trabalho para uma solução justa e pacífica para o conflito do Timor Leste”. O Comitê do Nobel indicou no comunicado de imprensa que esperava que o prêmio desse um impulso aos esforços para encontrar uma solução diplomática para o conflito no Timor Leste baseado no direito de autodeterminação. O governo na Indonésia, ainda sob o controle do General Mohamed Suharto, proibiu manifestações e levou a julgamento grupos de oposição<sup>1304</sup>.

Durante visita a Portugal, em dezembro, Lampreia se referiu a Timor Leste. Declarou que aquele território tinha passado a ocupar “um lugar nas preocupações brasileiras” e informou que o Presidente Fernando

Henrique Cardoso enviaria a Oslo o Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional, para representá-lo na cerimônia de outorga do Prêmio Nobel da Paz. Concluiu que essa era “mais uma forma que o Presidente encontrara para reiterar o apoio brasileiro à autodeterminação do povo do Timor Leste e a uma solução justa, pacífica e duradoura para a questão timorense, dentro do mais estrito respeito aos direitos humanos e à causa da boa convivência entre as nações”<sup>1305</sup>.

#### 7.6.3.3.1. Crise financeira na Indonésia (1997/1998)

Lampreia voltaria a tratar de Timor Leste, em julho de 1997, durante reunião da CPLP realizada em Salvador, na Bahia. Declarou que o Brasil vinha se manifestando “sem nenhuma ambiguidade” a respeito de sua posição pela autodeterminação do povo timorense. Realçou ter reiterado essa posição por seu dever e sua prioridade política, “em companhia, naturalmente, dos representantes do povo do Timor Leste”<sup>1306</sup>.

A crise financeira asiática teria incidência na questão do Timor Leste pois, entre 1997 e 1998, a Indonésia foi o país do Sudeste Asiático que mais sofreu suas consequências. A moeda nacional se desvalorizou rapidamente e o governo de Suharto passou a ser objeto de exame por parte do Banco Mundial, FMI e do governo dos EUA. Em dezembro de 1997, Suharto adotou medidas que estes exigiram e passou a enfrentar protestos populares.

Em março de 1998, Suharto conseguiu aprovação parlamentar para exercer mais um governo, mas novos protestos populares e dissensões no seu próprio partido levaram à sua renúncia em maio, sendo substituído por seu Vice, Bacharudin Jusuf Habibie<sup>1307</sup>. O novo líder se dedicou a obter apoio do FMI e da comunidade internacional para levar adiante um plano de estabilização econômica. Liberou prisioneiros políticos e permitiu alguma liberdade de imprensa. Nesse contexto, o novo governo indonésio manifestou formalmente sua disposição para oferecer “*status* especial a Timor Leste com ampla autonomia”.

Em agosto de 1998, realizou-se, em Jacarta, a II Reunião de Consultas Políticas Bilaterais Brasil - Indonésia. A missão brasileira foi chefiada pelo Embaixador Ivan Cannabrava, Subsecretário Geral para Assuntos Políticos do Itamaraty. Procedeu-se a avaliação das relações bilaterais e exame dos acordos de cooperação educacional, de cooperação agrícola e do memorando de cooperação ambiental. No campo político, foi avaliada a situação na América Latina e Brasil, e na Ásia e Indonésia. Em



encontro entre o Embaixador Ivan Cannabrava e o Ministro de Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, foram tratadas, entre outras questões, a do Timor, em especial, os desdobramentos positivos ocorridos no âmbito da ONU em Nova York com a proposta de autonomia para aquela região.

O Embaixador Cannabrava visitou, por cerca de uma hora e meia, Xanana Gusmão, na prisão em que se encontrava em Jacarta, sendo este o primeiro contato diplomático brasileiro e de um país da CPLP com o líder preso. O objetivo da visita foi o de reiterar o interesse do Brasil em colaborar de modo construtivo com o diálogo tripartite (Portugal, Indonésia e ONU) para o equacionamento da questão timorense. Tratou-se também da proposta de autonomia para o Timor apresentada pela Indonésia. Xanana Gusmão agradeceu a visita e o empenho do governo brasileiro nos foros multilaterais e bilaterais em prol de solução para a questão do Timor. Nos dias seguintes, o Embaixador Cannabrava manteria contatos com outras autoridades na área governamental e viajaria para o Timor (Díli e Baucau), onde reunir-se-ia com o Bispo Carlos Ximenes Belo, Administrador Apostólico de Díli e Prêmio Nobel da Paz (1996); com Dom Basílio do Nascimento, Bispo de Baucau e outros representantes timorenses.

Lampreia tratou do Timor Leste em termos cautelosos, em setembro, na AGNU:

Quanto ao Timor Leste - ao qual também estamos ligados por vínculos históricos e pela língua comum - o Brasil saúda o novo espírito com que se está tratando aquela questão delicada e complexa, inclusive no contexto das negociações tripartites entre os governos português e indonésio, sob os auspícios do secretário-geral.

O governo brasileiro tem mantido diálogo positivo com as partes envolvidas e está determinado a colaborar, no limite de suas possibilidades, para que, com a progressiva participação dos próprios timorenses, se chegue a uma equação aceitável para todos os interessados<sup>1308</sup>.

Continuaram as agitações e, em janeiro de 1999, Habibie anunciou que a Indonésia estava preparada a conceder independência para o Timor Leste<sup>1309</sup>. Declarou que, se o povo timorense não aceitasse a proposta de autonomia debatida na ONU, seu governo consideraria a possibilidade de oferecer a independência<sup>1310</sup>. Cedeu à pressão ao prometer a realização de um referendo que permitisse aos timorenses escolher entre autonomia dentro da Indonésia e independência<sup>1311</sup>.



Em março, o Ministro Lampreia enviou aos Chanceleres de Portugal, Jaime Gama, e da Indonésia, Ali Alatas, mensagem de congratulações pelo êxito da reunião realizada no dia 10, na ONU, que havia resultado na decisão de submeter ao voto direto do povo timorense proposta de autonomia do Timor Leste.

O Embaixador Gelson Fonseca Jr. ressaltaria a iniciativa da delegação brasileira que, em fins de março, “à luz de novos acontecimentos no terreno”, sugerira que o Secretariado informasse o Conselho sobre a situação em Timor Leste, “ativando assim o item e abrindo caminho para a familiarização do Conselho com o tema”. Para o Representante brasileiro junto a ONU, daquela data em diante, as conversações tiveram rápido progresso, culminando com a assinatura, em 5 de maio, de uma série de acordos, pelos quais Indonésia e Portugal solicitavam ao Secretário-Geral o estabelecimento de uma missão com o propósito de consultar o povo timorense a respeito de “sua aceitação ou rejeição da proposta constitucional de autonomia”. O Conselho adotou, no dia 7, a resolução 1236 que, nas suas palavras, “entre outras considerações, saudou o acordo sobre modalidades de consulta popular por meio de voto direto”.

Em abril, o governo brasileiro expressou preocupação com “a evolução recente dos acontecimentos no Timor Leste, em especial a escalada de tensão e violência naquele território”. Condenou veementemente os ataques contra a população timorense, por parte de milícias civis armadas, “como o deplorável episódio ocorrido na terça-feira, dia 6, em uma Igreja católica na localidade de Liquica”. Instou o governo indonésio a tomar urgentes medidas para pôr termo àquela grave situação.

Ainda em abril, o Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, reunidos em Lisboa, condenaram de forma veemente os ataques levados a cabo por milícias na cidade de Díli contra civis desarmados que haviam causado um número indeterminado de vítimas. Apelaram às autoridades da Indonésia no sentido de pôr cobro à crescente violência contra a população que se vinha registrando no território.

#### 7.6.3.3.2. Criação da UNAMET (1999)

Em junho, pela Resolução 1.246, foi criada a missão de paz da ONU no Timor Leste (*United Nations Mission in East Timor – UNAMET*) com mandato para organizar e conduzir uma consulta popular, baseada no “voto direto, secreto e universal” e, após a votação, de supervisionar o “período de

transição” que levaria à implementação da decisão do povo timorense<sup>1312</sup>. O Brasil passou a participar de tal força a partir de julho, com cinco oficiais de ligação e seis observadores policiais. Cedeu, ademais, dez peritos eleitorais do TSE e outros nove recrutados pelos voluntários da ONU<sup>1313</sup>.

Em Lisboa, em julho, na qualidade de representante do Ministro Lampreia, o Embaixador Ivan Cannabrava fez pronunciamento por ocasião da IV Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da CPLP (CPLP). Informou ter o Ministro Luiz Felipe Lampreia enviado carta ao Ministro do Exterior indonésio, Ali Alatas, na qual manifestara a esperança do governo brasileiro de que os Acordos de Nova York fossem implementados “fielmente e em sua totalidade”. Acrescentou que, na carta, Lampreia assinalara que preocupavam ao governo brasileiro a “persistência de uma atmosfera de medo e tensão no Timor Leste” e as alegações de que grupos paramilitares planejavam sabotar o trabalho da UNAMET, ameaçando, com isso, a celebração da consulta direta e a aplicação de seus resultados. Acrescentou ter o Ministro brasileiro escrito a seu colega indonésio que era essencial, naquele “momento crítico”, que a votação ocorresse em completa segurança e em uma atmosfera em que a violência e outras formas de intimidação estivessem ausentes. Saudou, em nome do Brasil, as notícias sobre uma trégua entre as facções rivais no Timor Leste e expressou esperança de que o governo indonésio fizesse tudo o que estivesse ao seu alcance para mantê-la em vigor. Concluiu que somente assim poderia o povo timorense expressar “livremente, na data acordada, seus desejos e preferências legítimos quando ao futuro político daquele território”.

#### 7.6.3.3.3. Referendo

O referendo timorense se realizou em 30 de agosto<sup>1314</sup>. Segundo Gelson Fonseca Jr., compareceram mais de 90% dos eleitores cadastrados. O SGNU anunciou, em 4 de setembro, o resultado da votação: 78,5% dos votos rejeitaram a proposta de autonomia especial. Diante desse resultado, o processo de transição à independência deveria começar imediatamente. Contudo, imediatamente após a consulta popular, a situação de segurança em Timor Leste começou a deteriorar-se dramaticamente. Ocorreram violentos embates instigados por uma milícia anti-independência, levando a uma crise humanitária na região. Xanana Gusmão pediu, no mesmo dia, o envio de uma força de paz da ONU. Milícias organizadas pelo exército indonésio causaram mortes e destruição. Um quarto da população de 800 mil habitantes fugiu do

território, alguns encontrando refúgio em recinto utilizado por monitores da ONU. A capital Díli foi praticamente arrasada. Cerca de 200 mil pessoas teriam perdido a vida<sup>1315</sup>. Fonseca notaria que “nem mesmo as dependências da Missão da ONU ou um comboio da Organização que carregava os resultados da votação foram poupados”.

O Representante brasileiro descreveria a atuação do CSNU. Observou que ao “deparar-se com mais e mais relatórios de assassinatos em massa e de deslocamentos forçados, o CSNU começou a considerar a opção de uma força de paz”. Para os membros daquele órgão, era “evidente que o governo da Indonésia não respondia efetivamente à violência, apesar de sua decisão de declarar estado de emergência”. Notou ainda que as autoridades indonésias, por outro lado, “não aceitavam o engajamento de uma força de paz, argumentando ser esta uma interferência em seus assuntos internos”. Narrou como, as “voltas com o impasse, o CSNU decidiu enviar cinco Embaixadores de seus Estados Membros numa missão, para expressar às autoridades indonésias a preocupação da comunidade internacional com a violência aparentemente descontrolada em Timor Leste, bem como a intenção do Conselho de proceder à transição para a independência”. Informou que, naquele momento, “o Brasil (usando de sua prerrogativa de membro do Conselho) e Portugal solicitaram a realização de uma sessão formal do CSNU”.

No dia 5 de setembro, o Primeiro-Ministro da Austrália, John Howard, anunciou a Habibie que seu país lideraria uma força de paz. Até então, aliado da Indonésia, o governo de Camberra modificara sua posição. Kofi Annan buscou convencer Habibie a aceitar o deslocamento de forças de um “componente de segurança”. O líder indonésio relutava em aceitar a proposta ou declarar lei marcial no território, mas acabou cedendo à pressão externa<sup>1316</sup>.

O Embaixador Gelson Fonseca Jr. Fez, em 11 de setembro, proferiu pronunciamento no CSNU. Após agradecer a decisão de convocar a reunião, declarou:

Este é um momento crítico e trágico para o Timor Leste e para a comunidade internacional. Estamos lidando com uma ameaça urgente e séria à segurança internacional. Palavras não são necessárias para justificar esta reunião. Os fatos já o fizeram. Reunimo-nos aqui hoje para que a violência no Timor Leste possa ter fim. Reunimo-nos aqui hoje para restaurar o respeito às normas internacionais. Para tanto, temos de encontrar maneiras de induzir o governo indonésio a cumprir plenamente os Acordos de maio. E, se necessário, teremos

que considerar ações adicionais do Conselho, conforme os dispositivos apropriados da Carta. Não podemos mais esperar enquanto a desordem e o caos no Timor Leste e o povo esteja sendo massacrado pelas mãos de milícias criminosas. [...] <sup>1317</sup>

Em seu relato sobre a atuação do CSNU, Fonseca Jr. informou ter o Secretário-Geral indicado que “a dimensão da violência, morte e destruição tinha sido bastante maior do que anteciparam os observadores internacionais”. Notou o diplomata brasileiro como, para o Conselho, “já era claro naquele ponto que o engajamento de uma força de paz da ONU levaria demasiado tempo”. Informou, por fim, sobre a decisão daquele órgão de enviar uma força internacional ao terreno, observando que a Austrália já havia indicado sua disposição de liderar tal força.

#### 7.6.3.3.4. Criação da INTERFET

O Presidente da Indonésia, B. J. Habibie, por telefonema a Kofi Annan <sup>1318</sup>, anunciou, no dia 12, que permitiria uma força internacional de paz. Para Gelson Fonseca Jr., o líder indonésio concordara finalmente em permitir tal força diante da “crescente pressão e a escalada dos atos de violência”. No dia 15, o CSNU expressou preocupação com a deterioração da situação no Timor Leste e adotou a Resolução 1.264 que criou uma força multinacional para restaurar a paz e segurança no Timor Leste e proteger e apoiar a UNAMET, facilitando as operações de assistência humanitária até que a força de paz da ONU pudesse ser aprovada e deslocada para a área.

Tal força internacional, que seria conhecida como INTERFET (*Internation Force for East Timor*), começou, no dia 20 de setembro, seu deslocamento para o Timor Leste. Liderada pela Austrália (que forneceu a maior parte do contingente e base para operações) e apoiada pela Nova Zelândia (que contribuiu com o segundo número de participantes e responsabilizou-se pela parte meridional), compôs-se ainda de Argentina, Brasil, Dinamarca, Fiji, França, Irlanda, Japão, Malásia, Rússia, Cingapura, Coreia do Sul, Tailândia, Filipinas, Portugal, Suécia, e Reino Unido.

Na partida para o Timor Leste do contingente brasileiro, composto de um pelotão da polícia do Exército, o Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou:

Compareço com grande orgulho a esta cerimônia de partida do pelotão brasileiro que integrará a Força Multinacional de Paz no Timor Leste.

Nos últimos dias, fomos todos testemunhas de manifestações trágicas de intolerância e violência em Timor. Grupos minoritários, derrotados pela democracia, transformaram o ódio em argumento. A autodeterminação conquistada pelo povo timorense, legitimamente referendada nas urnas, viu-se ameaçada pela insensatez das armas e por uma escalada de atrocidades a que a comunidade internacional não poderia estar indiferente. O Brasil não esteve indiferente. Os bravos voluntários que hoje partem para o Timor são portadores do testemunho de solidariedade detoda a Nação brasileira. Com o povo timorense, partilhamos uma língua comum, uma mesma herança cultural. Partilhamos, sobretudo, a defesa da liberdade e a crença na solidariedade como valores fundamentais. É em nome dessa herança e desses valores que o Brasil envia seu apoio aos irmãos timorenses. É em defesa do direito a uma autodeterminação conquistada após anos de esforços corajosos que hoje um pelotão composto por membros de elite da Polícia do Exército brasileiro segue para o Timor Leste. Ao voluntariar-se para a missão, nossos soldados traduzem o sentimento mais íntimo do povo brasileiro em seu apego à liberdade, em sua defesada tolerância, em seu respeito à diversidade. A Nação brasileira hoje assiste à partida de cada um de vocês com o orgulho justo de quem sabe estar lutando o bom combate.

Na mesma data, em Nova York, ao abrir a AGNU, Lampreia declarou que era urgente a tarefa de ajudar o povo do Timor Leste a garantir o direito, claramente em votação livre, de decidir o seu próprio futuro como nação independente. Afirmou que o Brasil não podia aceitar, nem os cidadãos brasileiros compreender, que não fosse plenamente assegurada a autodeterminação do povo timorense. Expressou esperança de que a força multinacional aprovada pelo CSNU pudesse pôr fim às atrocidades cometidas a partir da consulta popular e restabelecer as condições necessárias a uma transição pacífica para a independência.

Com a chegada das forças internacionais em Timor Leste, as milícias cruzaram a fronteira em fuga para a Indonésia. As forças da INTERFET, em particular as compostas de militares da Nova Zelândia que se encontravam na fronteira sul, eram esporadicamente atacadas por milícias provenientes da Indonésia que suspeitava-se tivessem apoio militar de Jacarta.

O Ministro Lampreia publicou artigo em 19 de outubro de 1999 em que, rebatendo acusações formuladas pelo Professor Cristóvam Buarque, fez as seguintes afirmações com relação à política brasileira em relação ao Timor Leste:

[..] Quanto ao Timor, diz (Cristóvam Buarque) que os líderes que procuraram nosso apoio “no máximo receberam evasivas”. A verdade é a seguinte: o Brasil atuou fortemente, na ONU e nos bastidores das negociações, em favor do Timor Leste. O subsecretário político do Itamaraty visitou Xanana Gusmão, em 1998, ainda na prisão. Estamos presentes na atual operação internacional de paz, e como disse o Presidente – poderemos vir a incrementar essa presença, caso seja solicitado. Vamos participar ativamente da construção do Timor Leste independente, nas áreas que nos foram apresentadas como prioritárias pelos líderes timorenses.

Na Indonésia, os vínculos de Habibie com Suharto o haviam tornado impopular e o abandono de Timor Leste o antagonizara com os militares<sup>1319</sup>. Em 20 de outubro, Habibie renunciou e uma assembleia elegeu Abdur Rahman Wahid como Presidente do país<sup>1320</sup> e Megawati Sukarnoputri (filha de Sukarno) como Vice-Presidente.

O SGNU, Kofi Annan, e o CSNU atuaram em conjunto para o avanço da transição para a independência de Timor Leste<sup>1321</sup>. Em 25 de outubro, a Administração Transitória da ONU (*United Nations Transitional Administration in East Timor – UNTAET*) estabeleceu-se no território para servir como administração civil provisória até a independência. Naquela data, Gelson Fonseca Jr. fez pronunciamento no qual afirmou que o CSNU dera outro passo decisivo no “processo longo e doloroso” que levaria o Timor Leste à autodeterminação. Reiterou que o povo brasileiro sempre apoiara plenamente o objetivo de um Timor Leste independente e congratulou-se com a decisão tomada considerando aquele com um dia “de alegria e esperança”<sup>1322</sup>.

#### 7.6.3.3.5. Administração civil transitória – UNTAET (2000)

O Itamaraty informou, por nota de fevereiro de 2000, que dando “continuidade à posição de firme solidariedade e apoio ao Timor Leste e buscando estreitar ainda mais a cooperação entre o Brasil e o novo país”, o Ministro Kywal de Oliveira, Coordenador-Geral de Modernização e Planejamento do Itamaraty, realizaria a “primeira missão com vistas a iniciar os preparativos para a futura abertura de Escritório de Representação do Brasil naquele território”. Acrescentou que o diplomata brasileiro permaneceria em Díli no período de 8 a 23 de fevereiro, ocasião em que também manteria encontros com representantes da Administração Transitória da ONU no Timor Leste (*United Nations Transitional Administration in East Timor – UNTAET*) e com os principais

dirigentes do CNRT - Conselho Nacional da Resistência Timorese “a fim de aprofundar os contatos já iniciados visando ao desenvolvimento de projetos de cooperação”, bem como reiterar o convite para que missões técnicas timorenses viessem ao Brasil “para discutir programas prioritários para a reconstrução do Timor Oriental”. Ressaltou a nota que, em “conformidade com a política de apoio ao Timor Leste”, o Brasil estava entre os primeiros países a abrir representação em Díli.

No dia 28, a INTERFET transferiu o comando das operações militares para a UNTAET, liderada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello, Representante Especial do Secretário-Geral para o Timor Leste.

Quando da visita da Ministra do Exterior do Chile, Soledad Alvear, em maio, a visitante e Lampreia coincidiram em conferir especial importância aos esforços da comunidade internacional para a reconstrução do Timor Leste e para a criação de “um Estado soberano fundado em princípios democráticos e também naqueles estabelecidos na Carta da ONU”.

Por nota à imprensa de 6 de setembro, o governo brasileiro informou que acompanhava com preocupação os acontecimentos em Timor Ocidental e lamentou a perda de vidas humanas nos ataques ao escritório do Alto Comissariado da ONU para refugiados e da Organização Internacional de Migrações em Atambua. Condenou o atentado aos funcionários envolvidos no processo de repatriação de refugiados, ressaltando que violava o direito internacional humanitário e a Convenção sobre a Segurança do Pessoal da ONU e Pessoal Associado. Exortou o governo da Indonésia a tomar as medidas necessárias para punir os responsáveis pelo que qualificou de “grave ato” e para “impedir novos e lamentáveis episódios de violência contra a Administração Transitória da ONU em Timor Leste (UNTAET) e outros organismos internacionais comprometidos com a implementação dos resultados da consulta popular de agosto de 1999, pela qual o povo timorenses pronunciou-se em favor da independência do Território”.

Na Indonésia, o Presidente Wahid continuou processo de democratização e adotou medidas para estimular o crescimento econômico. Enfrentou problemas de conflitos étnicos e religiosos, e de deslocamentos internos. O Parlamento, mais atuante, frequentemente questionava as decisões governamentais. Em setembro de 2000, Wahid visitou o Brasil. Em discurso que proferiu durante almoço que lhe ofereceu, o Presidente Fernando Henrique Cardoso elogiou seu convidado pelo seu compromisso histórico com as “causas da democracia e dos direitos humanos” e expressou apreço por seu “passado de luta em defesa dos dissidentes políticos e das



minorias religiosas”. Referiu-se aos esforços brasileiros para “o progresso e a reconstrução do Timor”. Notou que a Indonésia era o segundo maior sócio comercial do Brasil no Sudeste Asiático, mas observou também que os US\$ 400 milhões do comércio bilateral eram “certamente aquém” daquilo que poderia ser alcançado. Informou a respeito da assinatura de acordos nas áreas sanitária e fitossanitária como exemplo de medida para facilitar o comércio de produtos de origem animal e vegetal.

Quando de “briefing” em janeiro de 2001 a respeito da visita que o Presidente Fernando Henrique Cardoso faria ao Timor Leste, o Diretor do Departamento da Ásia, Ministro Edmundo Sussumu Fujita, afirmou que a visita demonstrava o comprometimento do Brasil para com a reconstrução do território e a sustentação para a fase após a transição para a independência. Notou que o Timor independente certamente iria necessitar muito da ajuda de países amigos, em particular, países da comunidade lusófona. Informou que o Brasil já estava desenvolvendo alguns projetos naquele território. Acrescentou que o Presidente ia ter oportunidade de visitar alguns desses projetos e estava levando na comitiva pessoas ligadas ao Ministério da Educação, à Comunidade Solidária e a outras entidades que estavam ativamente engajadas no processo de reconstrução daquele país, como representantes da ABC (Agência Brasileira de Cooperação).

Na visita a Díli, o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi recebido pelo chefe da Administração Temporária da ONU em Timor (UNTAET), Sérgio Vieira de Melo, e pelos líderes Xanana Gusmão e bispo Carlos Ximenes Belo. Visitou a Arquidiocese de Díli e a escola onde seria montado pelo SENAI um centro de formação profissional. Encontrou-se com os militares do contingente militar no Timor Leste. Tratou da possibilidade de exploração de petróleo e da manutenção de tropas militares depois da independência. (Durante a viagem, confirmou a escolha de Celso Lafer para o Itamaraty).

## **7.7. Atuação política multilateral e plurilateral**

A atuação brasileira nos diversos fatos políticos internacionais aumentaria no período, especialmente durante a participação do país no CSNU, como membro não permanente no biênio 1998-1999.



### 7.7.1. ONU e OEA

#### 7.7.1.1. CSNU

No tocante à questão da reforma do Conselho da ONU para ampliar o número de assentos de membros não permanentes, houve significativa alteração de ênfase entre a gestão de Celso Amorim, no governo Itamar Franco, e a de Lampreia, com Fernando Henrique Cardoso. Embora o novo governo continuasse a apoiar a ideia de vir o Brasil a ocupar um assento adicional como membro permanente, a prioridade atribuída a esse objetivo mostrou-se menos presente.

Em entrevista que concedeu em agosto de 1995, Lampreia afirmou que o Brasil não pretendia um lugar (permanente) no CSNU “como parte de uma política de prestígio, ou como um exercício retórico”. Em palestra, no mesmo mês, declarou que o país não se mobilizava em uma campanha por uma candidatura a membro permanente, mas defendia uma reforma.

Na AGNU, no mês seguinte, Lampreia defendeu a reforma do Conselho em termos cuidadosos. Declarou que nada era “mais emblemático da necessidade de adaptar a ONU às realidades do mundo pós-Guerra Fria do que a reforma do CSNU”, afirmando que constituía “um imperativo” que não mais devia ser postergado. Reiterou o argumento brasileiro de que para “cumprir seu mandato em matéria de paz e segurança internacionais em nome de todos os Estados-membros”, o CSNU precisava “ter legitimidade inquestionável”, a qual, dependia “em última análise de representatividade”. Propôs uma reforma que não acarretasse “uma ampliação indiscriminada do CSNU” e, muito menos, uma reforma que fosse “insuficiente, predicada na conveniência de um número limitado de Estados”. Argumentou, em favor da mudança, que se assegurasse “representação mais equitativa de países desenvolvidos e em desenvolvimento” que tivessem “tanto capacidade de atuação quanto presença efetiva em escala global”. Notou que o “surgimento de novas potências econômicas e de um número de países em desenvolvimento com projeção global alterou significativamente a dinâmica da política mundial”. Afirmou que esses atores haviam chegado “ao primeiro plano do cenário internacional” e deviam “estar presentes no núcleo de membros permanentes”, de modo a que a composição do Conselho se tornasse mais equilibrada e refletisse “melhor a diversidade de visões de mundo”. Opinou que a reforma não envolvia “o prestígio individual de qualquer país, mas sim o prestígio do próprio CSNU” e concluiu com a oferta brasileira de “assumir todas as suas responsabilidades nesse empreendimento”<sup>1323</sup>.

No mês seguinte, o Presidente Fernando Henrique Cardoso participou da Sessão Especial da AGNU comemorativa do cinquentenário da ONU, em Nova York. Declarou que não era admissível estar a ONU atravessando sua pior crise financeira precisamente no momento em que seu papel se ampliava e em que os líderes de todo o mundo se reuniam em Nova York para reafirmar o compromisso com sua Carta.

Lampreia publicou, em outubro, um artigo intitulado “O Brasil e a Reforma da ONU” no qual alinhou os pontos a respeito do “alcance da posição brasileira” em relação ao tema do CSNU (CSNU). Embora continuasse sendo a posição brasileira de estar pronto o Brasil a assumir um assento permanente, chamavam a atenção na lista preocupações de que a questão não afetasse relacionamentos bilaterais importantes (item 7) ou condicionasse a política externa como um todo (item 5):

1. Antes de discutir quais países ocupariam eventuais novos assentos permanentes, é preciso que a ONU defina conceitualmente o formato que se deseja dar a um CSNU ampliado;
2. Para que a reforma faça sentido, é preciso que ela aumente a eficácia e a autoridade do CSNU, através de melhor representatividade, e preserve a sua capacidade de atuação; não se deve desejar uma reforma a qualquer custo, que possa comprometer a ação do CSNU;
3. O processo de reforma do CSNU de fato constitui um paradigma da reforma da ONU e dela será um catalizador; embora não seja iminente nenhuma decisão a respeito, as tendências vão se desenhando e é importante que participemos intensamente do processo;
4. O Brasil não favorece a criação de novas categorias de membros, nem fórmulas que estão claramente voltadas a satisfazer aspirações ou inquietações de países individuais; a reforma diz respeito ao prestígio do próprio CSNU, e não de países ou regiões;
5. O Brasil não tem obsessão com o assunto, nem subordina ou condiciona qualquer dos seus objetivos e áreas de ação da política externa à obtenção de uma vaga permanente no CSNU ou ao apoio a essa aspiração;
6. Não estamos conduzindo uma campanha, nem achamos que o CSNU seja um órgão ao qual um país postule o seu ingresso; mas estamos preparados para assumir responsabilidades próprias de um membro permanente se e quando formos convocados a isso pela ONU;

7. O Brasil não deseja gerar ou alimentar polêmica ou competição com seus parceiros a respeito da reforma do CSNU; nossos interesses nas relações bilaterais com alguns países são de tal ordem que seria inadmissível permitir que o tema da reforma lance qualquer sombra sobre essas relações;

8. A reforma do CSNU não pode obscurecer a necessidade de uma reforma em todo o sistema da ONU, para torná-lo mais eficiente; há diversas propostas interessantes para um enxugamento de certos órgãos, melhor utilização de recursos e maior concentração em áreas básicas;

9. O Brasil, como o décimo contribuinte da ONU, não está alheio a esse processo e favorece uma reforma da ONU que a torne mais ágil e menos burocratizada; e

10. Preocupa ao Brasil, particularmente, o aperfeiçoamento do setor de operações de paz, cuja importância tem crescido em forma sustentada.

Em conferência que pronunciou em março de 1996, Lampreia afirmou que o Brasil vinha tentando “influir positivamente nas discussões em torno da reforma do CSNU, defendendo a tese de que a melhoria da eficácia do órgão, para cumprir o papel renovado” que lhe cabia “no sistema internacional pós-Guerra Fria” dependia “do aumento de sua legitimidade internacional e da sua representatividade”, o que, concluiu, traduzia-se “em um aumento de critérios, de membros permanentes e não permanentes”. Reiterou a ideia de que o Brasil não se mobilizava “em uma campanha por uma candidatura a membro permanente”, embora deixasse claro que defendia uma reforma do Conselho naqueles moldes e que estava disposto a colaborar em um Conselho ampliado, se chamado a fazê-lo. Repetiu que não se tratava de um pleito ou de uma candidatura, nem de “uma iniciativa de busca de prestígio e liderança”. Ressaltou que não se tratava tampouco de subordinar a esse objetivo qualquer interesse da política externa em geral ou da “intensa teia de relacionamento” do Brasil com seus parceiros em todo o mundo.

Na AGNU de 1996, Lampreia voltou a se manifestar em favor da reforma do CSNU, desta vez para dizer que havia “um virtual consenso” de que aquele órgão devia “ser ampliado para permitir uma maior participação de países com capacidade de atuação global e disposição de arcar com as responsabilidades daí decorrentes”. Afirmou também que cabia aos membros da ONU “definir o rumo desse processo”, cujo resultado era, na visão que expôs, “fundamental para o fortalecimento da ONU”<sup>1324</sup>.

O poder dos cinco membros permanentes do CSNU teve mais uma amostra de sua atualidade quando, em novembro de 1996, a Embaixadora dos EUA na ONU, Madeleine Albright, vetou resolução que reelegeria o Secretário-Geral Boutros-Boutros Ghali, isolando-se dos demais 14 membros do CSNU que a haviam aprovado<sup>1325</sup>. Dado o poder de veto dos EUA, Boutros Ghali não se reelegeu e assumiu, em seu lugar, o ganense Kofi Annan.

Naquele mês, o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Rego Barros, reiteraria argumentos de Lampreia, descrevendo a atuação brasileira em relação à reforma do CSNU como não sendo uma mobilização, um pleito, uma candidatura, busca de prestígio ou de liderança, nem uma subordinação da política externa a esse objetivo<sup>1326</sup>.

Tema paralelo ao da eventual ampliação do CSNU seria o da crescente participação do país em forças de paz da ONU. No final de 1996, o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, Embaixador Ivan Cannabrava, informou que o Brasil participava, naquele momento, de seis missões de observação e forças de paz da ONU (com 1.150 pessoas, tendo se tornado o quinto maior contribuinte de tropas para operações de manutenção de paz), além de uma operação e uma missão, ambas da OEA:

- Missão de Verificação da ONU em Angola (*UNAVEM*), desde janeiro de 1989;
- Missão de Verificação dos Direitos Humanos da ONU na Guatemala (*MINUGUA*), desde 1994;
- Força da ONU de Deslocamento Preventivo (*UNPREDEP*), desde 1995;
- Administração Transitória da ONU na Eslavônia Oriental (*UNTAES*), desde o início de 1996;
- Missão de Observadores Militares da ONU na Península de Prevlaka (*UNMOP*), desde o início de 1996;
- Força de Paz da ONU em Chipre (*UNFICYP*);
- Operação de Desminagem da OEA e da Junta Interamericana de Defesa em Honduras, Costa Rica e Nicarágua;
- Missão de Observadores Militares no Equador e Peru (*MOMEPE*)<sup>1327</sup>.

Em março de 1997, o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Rego Barros, observava que o Brasil se tornara o 4º contribuinte individual de tropas para as operações de paz da ONU. Somente na UNAVEM-III mantinha então 1.115 militares, o maior contingente da operação de paz em Angola<sup>1328</sup>.

Em junho, o Presidente Fernando Henrique Cardoso retornou à ONU para participar de Sessão Especial da AGNU destinada a avaliar a implementação da Agenda 21, realizada na sua sede em Nova York.

Durante palestra no Instituto Rio Branco, em agosto, Lampreia expressou o “desejo de que a reforma do Conselho e a possibilidade de o Brasil assumir as responsabilidades de um membro permanente não fossem percebidos como o objetivo máximo da diplomacia brasileira”, nem que essa intenção afetasse adversamente as relações do Brasil com seus parceiros na região, em particular a Argentina. Em exposição à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no mesmo mês, na análise da possibilidade de o Brasil se tornar membro permanente do CSNU, Lampreia acrescentaria mais duas preocupações: a participação mais intensa do Brasil na ONU “engajaria a responsabilidade” do país e “oneraria sua contribuição financeira”.

Na AGNU de 1997, Lampreia registrou, mais uma vez, que o “Brasil, através do Presidente Fernando Henrique Cardoso”, já se manifestara “pronto a aceitar as responsabilidades decorrentes da condição de membro permanente do CSNU”, se a isso fosse “chamado pela comunidade internacional”. Afirmou que, nesse caso, o Brasil estaria “determinado a desempenhar a função de membro permanente em representação da América Latina e do Caribe”. Expressou o desejo de que a região não apenas estivesse presente no CSNU, em caráter permanente, mas que, através de uma “ampla coordenação e consulta”, sua voz tivesse “ainda maior amplitude”<sup>1329</sup>. Lampreia daria as razões pelas quais sentia, naquele momento, que o Brasil podia “avançar no tema”:

Ao longo dos três primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil só fez melhorar e ampliar as suas credenciais de credibilidade e de autoridade para atuar na ONU. Havíamos ingressado no Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis e no Grupo de Supridores Nucleares, havíamos desempenhado um papel de liderança na negociação do Tratado para Proscrição Completa dos Testes Nucleares (CTBT, na sigla inglesa), havíamos anunciado a intenção de aderir finalmente ao TNP, tínhamos tido um bom desempenho na agenda ambiental da ONU, estávamos em Angola com a maior tropa enviada ao exterior pelo Brasil desde a Segunda Guerra

Mundial, o Presidente liderava grandes progressos internos em matéria de reforma agrária e direitos humanos e mostrava um perfil sereno de atuação e mesmo liderança internacional<sup>1330</sup>.

No mesmo sentido, escrevendo em 1997, Antonio Patriota observou que o Brasil era o membro não permanente com maior número de anos no CSNU. Notou também que se havia situado entre os dez maiores contribuintes de tropas para forças de paz, além de “ser lembrado por observadores independentes como possível membro permanente em um CSNU ampliado”<sup>1331</sup>.

A mudança de ênfase brasileira quanto ao tema ficou mais clara em agosto, quando de exposição do Ministro Lampreia perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados sobre o tema “O Brasil e a reforma do CSNU”. Declarou o Chanceler que desejava “refutar de uma vez por todas” a alegação de que o governo brasileiro tinha como objetivo prioritário da sua política externa “obter, a qualquer custo, um assento permanente no CSNU”. Reiterou que o Brasil não se encontrava em campanha pela obtenção de um lugar permanente no Conselho. Disse que o governo anterior iniciara uma campanha quando achou, “com base em elementos objetivos, que o processo de reforma poderia precipitar-se no ano do cinquentenário”. Esclareceu que, desde o início ficara claro para o governo Fernando Henrique que “não seria assim” e porque queria “deliberadamente diminuir a prioridade do Conselho em benefício de outras iniciativas” que “pareciam mais importantes e prementes”, havia sido baixado “o perfil brasileiro na matéria”. Concluiu que o Brasil não se furtaria “a exercer as responsabilidades inerentes à condição de membro permanente do CSNU” se fosse chamado a isso, mas o governo não subordinaria sua política externa a esse objetivo, nem deixaria que ele afetasse adversamente as prioridades da ação internacional brasileira. Sublinhou que o Brasil contava com “credenciais objetivas e amplamente reconhecidas” que o habilitavam “legitimamente a apresentar-se ou ser apresentado para essa função”. Alertou, no entanto, para que se tivesse presente que uma participação mais intensa do Brasil na ONU engajaria sua responsabilidade e oneraria a sua contribuição financeira.

Ainda na mesma exposição, ao analisar o que chamou de os desenvolvimentos mais recentes na América Latina, Lampreia observou que a reunião do Grupo do Rio, em Assunção, acabara sendo “galvanizada” pela questão do CSNU em razão das declarações do Presidente Menem de que a Argentina não favorecia o ingresso exclusivo do Brasil porque isso afetaria o equilíbrio regional. Afirmou que o interesse principal do país na questão fora resguardado: não queria que o assunto afetasse adversamente

as relações com a Argentina nem a coesão do Mercosul. Acrescentou que o Brasil não queria “que se instrumentalizem esse e outros temas para criar a cizânia entre parceiros especiais, nem para introduzir falsos elementos de barganha” que o Brasil jamais aceitaria. Concluiu que o tema não estava “maduro para consideração ou especulações de caráter regional”, mesmo porque a essência do processo era global.

Acrescentou, por fim, que o Brasil não estava participando do exercício de discussão da reforma “para defender um interesse de prestígio individual do Brasil ou para tentar obter uma reforma a qualquer custo”. Disse que ia o Brasil continuar trabalhando em favor de uma ideia de reforma do Conselho que servisse aos propósitos de fortalecer a ONU. E ia continuar tendo uma “atitude aberta e construtiva a respeito”. Reiterou que o assunto não se revestia de “nenhuma pressa ou angústia especial” para o Brasil. Afirmou que o processo tinha “o seu ritmo”, a decisão seria “tomada por um corpo formado por mais de 180 países” e o governo não ia fazer daquela “uma questão de vida ou morte” simplesmente porque não se tratava “de uma questão de vida ou morte” para o Brasil. Ressaltou que estava o governo, nas suas palavras, atento à sua evolução e não descuidaria do interesse nacional, que era antes de mais nada “participar construtivamente do processo de reforma” e oferecer a contribuição brasileira “onde e como ela fosse mais útil” para o Brasil, para a região e para a comunidade internacional.

Entrevistado em junho de 1998 pela jornalista Cláudia Antunes sobre a questão, Lampreia declarou:

CA - Recentemente, em Lisboa, o Presidente Fernando Henrique disse que não ia brigar com a Argentina por causa da ampliação do CSNU. O Brasil não faz questão da cadeira permanente?

Ministro- O Presidente disse que não é prioritário, ainda mais porque a questão não está se colocando. Agora, então, com as explosões nucleares da Índia e do Paquistão, ficou ainda mais afastada do que já estava. Então não vale a pena ficar se indispondo com nosso aliado mais estratégico e próximo, por causa de uma situação inteiramente hipotética neste momento.

CA- O senhor acha que vale a pena ser membro permanente do CSNU se não houver poder de veto, como têm hoje as cinco potências nucleares reconhecidas (EUA, Rússia, China, França e Grã-Bretanha)?

Ministro - O CSNU é um órgão de grande peso, porque é o órgão da ONU que tem poder mandatário sobre as questões de paz e de segurança.

Ao receber no Brasil o SGNU, Kofi Annan, Fernando Henrique Cardoso afirmou:

O objetivo do Brasil, ao apoiar as propostas de reforma da ONU não é, de nenhuma maneira, um objetivo de prestígio nacional. É um objetivo construtivo, e o Brasil se coloca à disposição dos outros países para, nos limites em que os outros países acreditarem que nós possamos ser úteis, darmos a nossa contribuição. Mas nós compartilhamos a opinião de Vossa Excelência de que é chegada a hora de modificar a ONU e que é chegada a hora de rever as posições do CSNU, porque nós temos uma nova situação no mundo. E essa nova situação, para que a ONU continuem, como nós queremos, a serem o desaguadouro das esperanças da Humanidade, é preciso também que haja essas modificações que tornem a ONU mais representativas da situação do mundo contemporâneo.

Em janeiro de 1999, o Brasil assumiu a Presidência mensal do CSNU. O programa de trabalho provisório do CSNU previa discussões em torno da renovação dos mandatos das operações de paz da ONU em Serra Leoa (UNOMSIL), na Península de Prevlaka, Croácia (UNMOP), no Líbano (UNIFIL), na Geórgia (UNOMIG) e Saara Ocidental (MINURSO). Além disso, estavam previstas discussões sobre a situação em Angola, na antiga Iugoslávia e no Burundi. De acordo com a evolução dos acontecimentos poderia haver reuniões sobre os seguintes temas que também integram a agenda ativa do CSNU: Líbia, Eritreia/Etiópia, República Democrática do Congo, Somália, Iraque e Afeganistão.

Ao abrir o debate da AGNU, em setembro de 1999, Lampreia referiu-se, em tom de lamento, às providências tomadas pela comunidade internacional à margem da ONU:

A triste realidade, porém, é que a comunidade internacional só sente compelida a agir de forma conjunta, e mobilizar a vontade política e os meios indispensáveis, depois que os problemas se agravam a ponto de tornar imensamente mais difícil sua solução. O resultado é o sentimento de frustração e impaciência de que a ONU têm sido alvo. Seja porque as providências acabam por dar-se à margem da Organização, como aconteceu no Kosovo; seja porque as medidas aqui concertadas não foram suficientes para atender às necessidades concretas, como se viu no Timor Leste; seja, porque, mais uma, a ONU têm diante de si, como acontece em Angola, conflitos que, apesar das consequências catastróficas de todos conhecidas, não recebem a prioridade devida por parte da comunidade internacional.



### 7.7.2. *Desarmamento e não proliferação de armas nucleares – Adesão ao TNP*

O Brasil se mostraria particularmente ativo nas questões de desarmamento. Depois da assinatura de uma série de instrumentos internacionais na matéria (MTCR, Grupo de Supridores Nucleares e CTBT), o governo tomaria o passo decisivo de assinar o TNP, revertendo assim política contrária a sua adesão que perdurava havia três décadas.

Em 1995, o Brasil anunciou a decisão de aderir ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)<sup>1332</sup>. Lampreia explicaria como teve início o processo decisório para a adesão:

Desde que assumi o Itamaraty, propus ao Presidente Fernando Henrique que iniciássemos um processo de reflexão e consultas sobre esta posição, pois acreditava que já se impunha uma revisão que tomasse em conta a evolução do quadro internacional e de nossos interesses nacionais. Dele recebi autorização para promover esta revisão. Muitas vezes perguntei-me intimamente o que pensaria o grande Embaixador Silveira sobre esta iniciativa. Conclui que ele, diplomata lúcido e pragmático, saberia também, se estivesse em meu lugar, entender a mudança dos tempos. Saber inclusive entender que, longe de abrir mãos dos princípios que sempre nortearam nossa atuação no campo da não proliferação, estamos procurando influir no sentido de avanços rumo ao desarmamento nuclear e à destruição das armas atômicas<sup>1333</sup>.

Naquele ano, o CSNU adotou, por consenso, a Resolução 984 que, nas palavras de Antonio Patriota, consolidou a relação entre o TNP e o CSNU, promovendo a adesão universal a seus termos e instando as potências nucleares a fornecerem “alguns compromissos de segurança negativa relativamente tênues”<sup>1334</sup>. De fato, a resolução 984, adotada em 11 de abril, reconheceu, entre outros, o “legítimo interesse” dos países não nucleares receberem do CSNU e dos países nucleares garantias de que agiriam imediatamente no caso de serem vítimas de emprego de arma nuclear.

Por sua vez, a Conferência do TNP decidiu, em maio, adotar alguns princípios, entre os quais o da universalidade de adesão ao tratado que foi considerada uma prioridade, tendo sido exortado aos não membros que aderissem na data mais próxima. Por outro lado, reconheceu o direito do desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos. Decidiu, ademais, que o tratado deveria permanecer em vigor indefinidamente, sob a condição de que os países nucleares

concordassem com um Tratado de Proibição de Testes Nucleares – CTBT e que houvesse avanços no desarmamento nuclear total<sup>1335</sup>. No mês seguinte, porém, o Presidente da França, Jacques Chirac, anunciou o reinício de testes nucleares na Polinésia francesa. Enfrentou reação popular a essa decisão de suspender a moratória de testes nucleares decretada por Mitterand. Enfrentou também reação internacional, sobretudo quando dez países-membros da UE votaram a favor de resolução em que a AGNU “deplorou profundamente” seus testes<sup>1336</sup>.

Antes de aderir ao TNP, o Brasil tornou-se membro do MTCR (*Missile Technology Control Regime*)<sup>1337</sup>, associação informal e voluntária de países que buscam coordenar licenças de exportação para evitar a proliferação de “sistemas não operados por seres humanos, capazes de envio de armas de destruição em massa” (armas nucleares, químicas e biológicas)<sup>1338</sup>. Fernando Henrique Cardoso narraria, como, em agosto, aproveitara solenidade de lançamento de avião na sede da EMBRAER para fazer o anúncio oficial de que o Brasil aderiria ao MTCR<sup>1339</sup>.

Na AGNU, o Ministro Lampreia enumerou as medidas que o Brasil vinha adotando em matéria de desarmamento e não proliferação e afirmou que os testes nucleares solapavam os esforços pelo desarmamento e punham em cheque a conclusão de um Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares. Deplorou o fato de que “certos países” insistiam em seus testes e na atualização de seus arsenais nucleares.

O Brasil adotou, em outubro, uma legislação de controles abrangentes sobre a exportação de tecnologias sensíveis e no mesmo mês ingressou no MTCR<sup>1340</sup>. Em novembro, durante exposição perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o Ministro Lampreia afirmou que, com o ingresso do Brasil no MTCR, abria-se a possibilidade, “antes vedada ao país”, de “acesso desimpedido a bens e tecnologias sensíveis na área espacial e junto a fornecedores que antes se encontravam impedidos de se relacionar” com a indústria espacial brasileira. Ressaltou que a política não apenas viabilizava o programa espacial “do ponto de vista político e tecnológico”, mas também abria “um enorme campo para a cooperação na área espacial com países como os EUA, a França e a Alemanha” e permitia que se contemplasse o programa espacial nacional “também sob uma ótica comercial”, inclusive para a exploração da base de lançamento de Alcântara, que reunia “vantagens inigualáveis do ponto de vista técnico e operacional”.

Em conferência que pronunciou em março de 1996, Lampreia afirmou que o Brasil passara a ver no MTCR uma “garantia de acesso a tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento de seu programa espacial”.

Acrescentou que essa “mesma abordagem pragmática” orientava o país em seu pleito de adesão ao Grupo de Supridores Nucleares.

Ainda naquele ano, outras iniciativas em matéria de desarmamento e não proliferação prosperavam. Assim, o Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (SEANWFZ) ou Tratado de Bangkok, estabeleceu moratória de armas nucleares em 10 países asiáticos sob os auspícios da ASEAN: Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia, e Vietnã. Por nota à imprensa, o governo brasileiro informou ter recebido com grande satisfação o anúncio feito pelos governos da França, Reino Unido e EUA de adesão aos Protocolos Adicionais de Rarotonga que estabeleceu uma zona livre de armas nucleares na região do Pacífico Sul. Por outra nota, expressou satisfação com o anúncio do Tratado de Pelindaba que transformou o continente africano em zona livre de armas nucleares, bem como satisfação pela adesão da França e do Reino Unido aos protocolos adicionais.

O Brasil aderiu, em abril, também ao Grupo de Supridores Nucleares, entidade igualmente conhecida como Grupo de Londres, fundada duas décadas antes em reação ao teste nuclear da Índia naquele ano e dedicada à redução da proliferação nuclear por meio do controle da exportação e retransferência de material aplicável no desenvolvimento de armas nucleares. Sebastião do Rego Barros declarou que, reconhecendo a condição objetiva brasileira de supridor, o Brasil estava assumindo as responsabilidades internacionais inerentes a essa condição e garantindo aos seus parceiros que se pautava por regras estritas em matéria de comércio de bens e insumos da área nuclear<sup>1341</sup>.

Em maio, em pronunciamento no plenário da Conferência sobre Desarmamento, Lampreia elogiou e encorajou o I Tratado de Redução de Armas Estratégicas, mas defendeu fosse aquele órgão o foro primário para negociações de desarmamento. Quanto ao Tratado de Proibição de Testes Abrangentes (*Comprehensive Test-Ban Treaty*), conhecido pela sigla em inglês CTBT, então, em negociação, o Chanceler brasileiro afirmou que o Brasil estava compromissado com um tratado que fosse ao mesmo tempo significativo nos seus propósitos quanto apoiado em meios efetivos de verificação.

Em julho, a Corte Internacional da Justiça emitiu um parecer sobre a legalidade da ameaça ou uso de armas nucleares. Expressou entendimento de que o Artigo VI do TNP exige que os países com armas nucleares “busquem com boa-fé a conclusão de negociações para o desarmamento nuclear em todos seus aspectos sob controle internacional estrito e eficaz”. Chris Patten veria na decisão a obrigação de os países nucleares cumprirem sua parte no TNP<sup>1342</sup>.

O tema do desarmamento sofreu outra evolução positiva quando, em setembro, a ONU aprovou o CTBT. Ele foi assinado inicialmente por 44 países<sup>1343</sup>. Seu artigo primeiro proibiu qualquer arma nuclear ou explosão nuclear e signatários de ajudarem outros Estados a realizarem testes. A Coreia do Norte, Índia e Paquistão não o assinaram<sup>1344</sup>. Por nota à imprensa, o governo brasileiro declarou ter recebido com grande satisfação a notícia de que a Assembleia Geral adotara resolução patrocinada por 123 países, inclusive o Brasil, que aprovara o tratado. O CTBT só poderia entrar em vigor, no entanto, quando ratificado pelos 4 países que participaram de suas negociações nos dois anos precedentes e possuíam reatores nucleares para energia ou pesquisa.

No mesmo mês, Lampreia anunciou na ONU a decisão do governo brasileiro de declarar, a partir de então, uma moratória na exportação de minas terrestres para todos os países. Ressaltou ter sido o Brasil “um dos primeiros países a estender o seu copatrocinio à iniciativa da Austrália de valer-se da oportunidade singular de trazer o CTBT à aprovação da Assembleia Geral”. Concluiu que, por isso, o Brasil assinaria imediatamente o CTBT<sup>1345</sup>, o que de fato fez<sup>1346</sup>.

Haveria ainda iniciativas adicionais em matéria de desarmamento e não proliferação de armas. A AGNU reconheceu que as zonas livres de armas nucleares que já cobriam África, América Latina, Pacífico Sul e Sudeste Asiático, estavam liberando gradualmente o hemisfério sul de armas nucleares<sup>1347</sup>.

No encontro que manteve com Yeltsin em Helsinque, em março de 1997, Clinton tratou da resistência da ratificação pelo parlamento russo (*Duma*) do acordo SALT II para redução de arsenais nucleares e da oposição na Rússia ao desenvolvimento americano de sistema de defesa com mísseis<sup>1348</sup>.

Noutro desenvolvimento, após ratificação pelo número suficiente de países, entrou em vigor em abril de 1997 o tratado de Proibição de Armas Químicas<sup>1349</sup>. Por nota à imprensa, em finais de abril de 1997, o governo brasileiro expressou grande satisfação pela entrada em vigor da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Uso das Armas Químicas e sobre a sua Destruição (CPAQ). Por outra nota, no mês seguinte, informou que indicara o Embaixador José Maurício Bustani, Chefe do Departamento de Organismos Internacionais do MRE, para concorrer ao cargo de Diretor-Geral, o mais alto na hierarquia da OPAQ. No dia 13, Bustani foi eleito por aclamação.

### 7.7.2.1. *Adesão ao TNP*

Em 20 de junho, o Presidente Fernando Henrique Cardoso proferiu discurso por ocasião da assinatura de mensagem que submeteu texto do TNP ao Congresso Nacional<sup>1350</sup>. Solicitou formalmente a autorização para que o Brasil nele ingressasse, pois assim estaria “dando mais um exemplo de seu ‘compromisso com o desarmamento e a não proliferação e mais um passo para fortalecer as credenciais do Brasil na política internacional contemporânea’”. Afirmou que aquela era, de certa forma, “a conclusão de um processo iniciado pela sociedade brasileira e consagrado na Constituição de 1988”. Disse que nela estava “refletido fielmente o sentimento popular de rejeição à bomba atômica e de defesa da convivência pacífica entre as nações”. Considerou que estava madura havia algum tempo no Brasil a consciência de que a aquisição da arma nuclear não correspondia aos interesses nacionais, não atendia aos valores da cidadania e não tinha espaço no bom entendimento que o país mantinha com seus vizinhos latino-americanos e com os demais parceiros internacionais.

Utilizou vários argumentos para justificar a decisão. Notou ainda que o mundo daquele momento era fundamentalmente diferente do que era 30 anos antes, havendo uma convergência cada vez maior sobre os objetivos do desarmamento e da não proliferação nucleares. Declarou que o Brasil queria inserir-se ativamente nesse processo. Ponderou que era “tempo de reavaliar, com pragmatismo e serenidade, a posição brasileira frente ao TNP”; era tempo de decidir “influenciar o processo de dentro”. Argumentou que não podia o Brasil “mais permanecer de fora”, “isolado e imobilizado”. Afirmou que ingressar no TNP não era “uma manifestação de resignação com o armamentismo nuclear” mas, ao contrário, seria “mais uma contribuição do Brasil para a causa do desarmamento e da não proliferação”. Notou que o TNP mudara, “tornando-se mais universal, dinâmico e participativo”. Informou que, a partir de 1992, muitos países nele haviam ingressado, de forma que o TNP era então “o tratado com maior aceitação internacional na história, num total de 185 membros, o mesmo número que a Carta da ONU”. Sublinhou que todos os países vizinhos e todos os principais parceiros internacionais do Brasil eram membros e só estavam “fora do Tratado cinco países”. Observou que destes, quatro alegavam razões específicas, políticas ou de segurança, para não entrar. O quinto era o Brasil. Constatou que a ausência brasileira não era compreendida.

Observou que o TNP deixara de ser um instrumento de validade temporária e tivera sua vigência prorrogada indefinidamente. Seu caráter

dinâmico havia sido reforçado. Estabelecera-se uma lista de princípios e objetivos de não proliferação e desarmamento nuclear e um mecanismo de exame e revisão semipermanente, pelo qual os membros verificam em conjunto o cumprimento dos objetivos do TNP. Observou que o tratado havia se tornado “um foro ativo de desarmamento e não proliferação”, do qual o Brasil, como não era membro, não podia participar desse processo, falar nesse foro, influenciá-lo. Concluiu que isso não correspondia a peso e papel do Brasil no cenário internacional, nem era o desejo da sociedade brasileira. Por fim, argumentou ainda que, ausentando-se do tratado, o Brasil nada ganhava. Entrando, nada perdia, até porque já assumira compromissos de não proliferação na Constituição de 1988 e em outros acordos. Mas, ao ingressar no TNP, o Brasil poderia ganhar muito, em termos de projeção internacional e participação em mecanismos de decisão. Sublinhou que estava o Brasil fortalecendo ainda mais suas credenciais e a sua credibilidade. Disse que o país poderia atuar em não proliferação de “dentro do Tratado, atuando para corrigir seus desequilíbrios”, ao lado de seus principais parceiros. Era o que, afirmou, esperava-se de um membro responsável da comunidade internacional; era o que se impunha a um país que, como o Brasil, queria dar uma contribuição relevante para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Concluiu que não era uma questão de governo, mas uma questão de Estado e era, sobretudo, o que desejava a sociedade brasileira.

No dia 21, Lampreia assinou o TNP na sede da ONU, em Nova York<sup>1351</sup>. Em artigo publicado no mês seguinte, buscou responder à pergunta: “Por que o Brasil decidira tornar-se membro do TNP?”. Afirmou que a resposta estava “no processo de mudanças que passaram as relações internacionais, sobretudo com o fim da Guerra Fria, e nas transformações sofridas pelo próprio TNP, que, de instrumento de congelamento do poder”, se vinha “tornando mecanismo de progresso rumo ao desarmamento e à não proliferação”. Após analisar a mudança “no cenário estratégico internacional”, opinou que a nova realidade havia desvalorizado “politicamente a opção pela arma nuclear e pelas armas de destruição em massa, de modo geral”. Ressaltou que o número de membros do TNP já alcançava 185 com redução dos arsenais das superpotências e a proibição total dos testes nucleares. Assegurou que as “reivindicações tradicionalmente apresentadas pelo Brasil e por outros países não nucleares” começavam “a ser atendidas”. Registrou também as mudanças no próprio TNP que vinha se transformando “no principal foro de debates e de acompanhamento do progresso na direção do desarmamento nuclear e da garantia do uso pacífico da energia atômica”. Ressaltou haver sido

prorrogada indefinidamente a vigência do TNP e estabelecida uma lista de princípios e objetivos na área de não proliferação e desarmamento nuclear e um mecanismo de revisão, que se reuniria a cada cinco anos. Apontou para o fato de o Brasil, como não era membro do TNP, não podia participar do comitê preparatório ainda que nele fossem discutidos temas como desarmamento, salvaguardas e usos pacíficos da energia nuclear, de óbvio interesse para o país<sup>1352</sup>.

Em sua autobiografia, Fernando Henrique Cardoso notou que, desde o governo Sarney, o Brasil havia posto fim “às pretensões, felizmente nunca materializadas, de fabricar a bomba atômica”. Lembrou que a Constituição de 1988 vedara expressamente qualquer ação nesse sentido. Não obstante – observou – o país não assinava o TNP sob a alegação histórica, que seu fundamento era injusto: embora vedasse a posse de armas atômicas aos signatários, aludia apenas à futura redução do arsenal nuclear dos países que dele dispunham, sem fixar prazos. Ressaltou que ficara assim estabelecida uma assimetria entre os que podiam e os que não podiam dispor de artefatos nucleares. Declarou que o Brasil não abria mão de “continuar combatendo essa assimetria”, mas não havia mais por que, em um mundo pós-Guerra Fria e no qual o Brasil não tinha inimigos militares, ficar “sujeito a toda sorte de restrições da comunidade internacional” e, além do mais, ser incoerente com a Constituição. Sublinhou ainda que, com a assinatura do tratado, o país emitira um sinal claro de reforçaria “sua presença no mundo pelo aprimoramento continuado de suas credenciais tecnológicas, econômicas e sociais, e não perseguindo a posse de um arsenal nuclear”<sup>1353</sup>.

Na mesma linha, Lampreia afirmou que o Brasil continuava “a achar o TNP um tratado iníquo”. Argumentou, porém, que cada vez mais essa “posição de princípio” criava um problema de credibilidade. Disse que gerava “um ônus permanente para o Brasil, de acesso à tecnologia e uma certa suspeita por parte da comunidade internacional”. Qualificou essa situação de “uma hipoteca”. Declarou que o objetivo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde o início de seu governo era, “gradualmente, com segurança e com firmeza, ir superando essas hipotecas”, o que levava a assinar e ratificar não apenas o TNP mas, também, o CTBT<sup>1354</sup>.

Em 1997, a AIEA aprovou um modelo de um protocolo adicional ao TNP com objetivo de aumentar as medidas para detenção de atividades nucleares não declaradas, inclusive as relacionadas ao uso no ciclo de combustível civil. Tais medidas deveriam ser objeto de acordo entre a AIEA e cada país que não dispusesse de armas nucleares, como



um complemento das salvaguardas abrangentes existentes. Segundo o modelo de Protocolo Adicional: a AIEA deveria receber mais informações sobre atividades nucleares e outras a estas relacionadas, inclusive pesquisa e desenvolvimento, produção de urânio e tório (independentemente de ser comercializado ou não) e importações e exportações nucleares; os inspetores da AIEA deveriam receber maior acesso a quaisquer locais suspeitos, com aviso prévio curto; a AIEA também poderia realizar retirada de amostras e técnicas de monitoramento à distância para detectar atividades ilícitas; e os países deveriam reduzir procedimentos administrativos para que a AIEA pudesse obter renovações automáticas de vistos e os inspetores pudessem se comunicar rapidamente com a sede.

Nem sempre as notícias sobre o tema do desarmamento eram positivas. Em agosto, Bill Clinton anunciou que os EUA não assinariam o tratado internacional de proibição de minas antipessoais por não ter sido aceita exceção que permitiria a colocação de minas na fronteira entre as duas Coreias<sup>1355</sup>. Em dezembro, 121 países assinaram o Tratado de Ottawa de proibição de minas terrestres<sup>1356</sup>. Além dos EUA, a China e a Rússia também não o assinaram<sup>1357</sup>.

O Brasil, ao contrário, assinou aquele instrumento e o Secretário-Geral do Itamaraty representou o país em conferência de assinatura realizada em Ottawa. Declarou, na ocasião, que a decisão brasileira de abdicar ao uso de minas era “uma demonstração do excelente relacionamento de amizade e confiança mútua” de que o país desfrutava com todos os países sul-americanos<sup>1358</sup>. Indicou também que o Brasil, “inspirado em imperativos éticos”, assumira a liderança no esforço bem-sucedido de inserir na Convenção, mecanismos voltados para proporcionar a ajuda internacional necessária para a remoção das minas e a reintegração social e econômica das populações atingidas. Lembrou que o país contribuía e continuava a contribuir para os esforços de remoção das minas, principalmente na África e América Central, “mesmo com o custo de riscos de vida para os integrantes das Forças Armadas Brasileiras”. Por fim, observou que a América do Sul era a única região do mundo em que todos os seus membros haviam decidido aderir ao banimento.

Em maio de 1998, a Índia anunciou que iria realizar testes nucleares subterrâneos. Por nota à imprensa, o governo brasileiro afirmou que tomara conhecimento com consternação da realização dos testes. Declarou que, num momento em que cada vez mais se difundia a ideia da ilegitimidade dos testes com armas nucleares, o governo brasileiro esperava que a Índia, país com o qual mantinha relações de grande amizade, aderisse ao Tratado sobre a Proibição Completa de Testes Nucleares, “passo importante para a consecução do objetivo do desarmamento nuclear”.



Em junho, Lampreia assinou com os Ministros do Exterior de África do Sul, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia e Suécia, uma declaração na qual se referiram à gravidade da situação nuclear acentuada com os ensaios nucleares realizados pela Índia e pelo Paquistão. Conclamaram os Estados nuclearmente armados e os três Estados capacitados a produzir armas nucleares a assumirem o compromisso de uma rápida, definitiva e total eliminação de suas armas nucleares e das instalações destinadas à sua fabricação.

Na reunião do G-7, realizada em Birmingham, naquele mês, os países mais ricos condenaram os testes nucleares da Índia realizados nos dias 12 e 13, reafirmaram apoio ao TNP e ao CTBT, e declararam que desejavam um tratado global para impedir a produção de materiais físséis para armas nucleares<sup>1359</sup>. Em nota à imprensa, o governo brasileiro lamentou profundamente a ação do governo indiano, que punha em risco o regime de não proliferação de armas nucleares, cuja manutenção era indispensável para a paz e a segurança internacionais. Instou a Índia a aderir ao Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares. Fez um apelo para que os países da Ásia Meridional exercessem o máximo de contenção.

Provocado pela ação indiana, o Paquistão – que recebera assistência da China para seu programa nuclear – realizou dois testes nucleares subterrâneos no final do mês<sup>1360</sup>, levando os EUA, Japão e outras nações a imporem sanções econômicas. Aumentou a pressão para que o Paquistão aderisse ao CTBT que já contava com 129 signatários, inclusive as cinco potências nucleares e Israel, além de países no “limiar” (*threshold*). O governo brasileiro deplorou a realização pelo Paquistão de testes nucleares e lamentou profundamente a decisão do governo daquele país. Instou aquele país a aderir ao Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares. Manifestou sua preocupação com a possibilidade de uma corrida armamentista na região e, nesse sentido, reiterou seu apelo para que a Índia e o Paquistão exercessem o máximo de comedimento.

No dia 30, o Paquistão realizou mais uma explosão nuclear. Aumentou assim o espectro de uma confrontação nuclear no Sul da Ásia onde ambos os países continuavam a disputar a Caxemira<sup>1361</sup>. No dia 6 de junho, no CSNU, o Embaixador Celso Amorim declarou:

[...] em repetidas oportunidades, o governo brasileiro lamentou profundamente os testes nucleares conduzidos em 11 e 13 de maio pela Índia, e em 28 e 30 de maio pelo Paquistão. A expressão de preocupação e consternação foi direta e inequívoca.

Mais uma vez, o governo brasileiro exorta Índia e Paquistão a assinarem e ratificarem o Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares e a contribuírem para a entrada em vigor desse instrumento. O Brasil também faz apelo a ambos os governos para que exercitem comedimento e se engajem em um processo de cooperação. Tais medidas trariam não apenas benefícios concretos para os povos das duas nações, mas também aprimorariam seu *status* e prestígio na comunidade internacional<sup>1362</sup>.

O SGNU, Kofi Annan, visitou o Brasil em julho. Durante sua passagem por Brasília, foram assinados os instrumentos de ratificação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e de adesão ao Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Em discurso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que, ao tornar-se parte daqueles dois tratados, o Brasil passava “a estar associado a todos os instrumentos internacionais na área da não proliferação de armas nucleares”, consolidando assim uma série de medidas internas e externas que conferiam ao país “todas as credenciais possíveis na área de não proliferação”. Em tom enfático afirmou:

Não queremos a bomba atômica. Ela só seria causa para tensão e desconfianças em nossa região. Inviabilizaria o processo de integração que estamos crescentemente aprofundando para o bem-estar de nossos povos. Por isso abrimos mão dessa opção nefasta.

Em setembro, o governo brasileiro depositou seu instrumento de adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)<sup>1363</sup>. Em discurso proferido em Washington na ocasião, Lampreia afirmou que não bastava limitar a proliferação das armas nucleares. O TNP não cumpriria seu objetivo até que todas as armas nucleares existentes tivessem sido eliminadas. Assegurou que esse era o entendimento do governo brasileiro e do Congresso ao aprovarem a adesão ao Tratado. Concluiu que, ao aderir ao TNP, o Brasil reafirmava sua crença de que o desarmamento e a não proliferação eram indivisíveis e que a cooperação internacional nos usos pacíficos da energia nuclear era um dos fundamentos para um regime mais forte de não proliferação nuclear<sup>1364</sup>.

Diante de testes de mísseis da Índia e do Paquistão em abril de 1999, o governo brasileiro expressou preocupação e instou os dois países a que exercessem o máximo de contenção e se associassem, o quanto antes, a instrumentos internacionais e outras iniciativas em favor da não proliferação de armas de destruição em massa e de seus vetores.

O regime de controle de armas nucleares sofreria revés quando, em dezembro, suspendeu indefinidamente o regime de inspeção do Iraque pela AIEA em vigor desde o fim da Guerra do Golfo<sup>1365</sup>. Também não seria boa notícia a decisão do Senado dos EUA de rejeitar o CTBT, em novembro de 1999, por se considerar insatisfeito com os procedimentos de inspeção existentes para verificar o cumprimento<sup>1366</sup>.

Em abril de 2000, o parlamento russo ratificou o Tratado para Redução de Armas Estratégicas II e também o Tratado para Banimento de Testes Abrangentes<sup>1367</sup>. Em julho, durante reunião de cúpula realizada na China, os governos de Pequim e de Moscou condenaram planos dos EUA para um sistema nacional de mísseis de defesa baseado na pesquisa Guerra nas Estrelas<sup>1368</sup>.

O Itamaraty afirmou, por nota à imprensa emitida em maio, que o governo brasileiro acolhia com grande satisfação o resultado bem-sucedido da VI Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), encerrada em Nova York. Considerou de especial relevância “a adoção de compromisso inequívoco com a eliminação completa dos arsenais nucleares”. Notou que os Estados-partes haviam conclamado Índia, Israel e Paquistão – três (além de Cuba) entre os quatro Estados ainda não Partes no TNP – a reverterem seus programas nucleares bélicos, a aderirem ao Tratado como países não nuclearmente armados e a absterem-se de medidas que possam colocar em risco a paz e a segurança regionais e internacionais. Concluiu que o êxito da Conferência tinha particular significado para o Brasil, que aderira ao TNP em 1998, e para os demais países que integravam a coalizão da “Nova Agenda” (África do Sul, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia e Suécia). Lembrou que, conforme o Decreto Legislativo que aprovou o texto do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares, a adesão do Brasil ao TNP estava “vinculada ao entendimento de que, nos termos do artigo VI”, seriam tomadas “medidas efetivas visando à cessação, em data próxima, da corrida armamentista nuclear, com a completa eliminação de todas as armas atômicas”. Informou, por fim, que a delegação brasileira à VI Conferência de Exame do TNP atuara de maneira “ativa e consistente com as teses e os princípios que motivaram a decisão do governo brasileiro de aderir ao TNP”, tratado cuja relevância e vitalidade como foro de promoção da causa da não proliferação e desarmamento nucleares haviam saído “fortalecidas” da Conferência de Nova York.

### 7.7.3. *Direitos humanos*

Atitude aberta a críticas externas marcaria a política em relação a direitos humanos. Em entrevista que concedeu em agosto de 1995, Lampreia reconheceu que o Brasil tinha problemas na área de direitos humanos e desejava resolvê-los “com a ajuda desinteressada e não politizada da comunidade internacional, seja dos Governos e organismos internacionais, seja das organizações não governamentais”. Acrescentou que qualquer medida que visasse a esclarecer e punir casos de alegadas violações de direitos humanos era bem-vinda.

Essa nova atitude compreendia novo relacionamento com a chamada sociedade civil. Durante discurso proferido em outubro de 1995, o Ministro Lampreia ressaltou a determinação governamental de “trabalhar em sintonia e cooperação com as organizações não governamentais de direitos humanos, dentro e fora do Brasil, e com outros grupos organizados, como os empresários e os sindicatos”. Notou que o Itamaraty tinha plena consciência do “impacto positivo que uma política de direitos humanos bem concebida e implementada” tinha para a política externa do país como um todo. Esclareceu que, nos inúmeros contatos com interlocutores em todo o mundo, de todos os âmbitos e em todos os níveis, o Itamaraty vinha sendo um canal constante no diálogo entre um Brasil que se modernizava e um mundo em que o tema dos direitos humanos e da liberdade adquiria “dimensão global e o caráter de virtual condicionalidade no relacionamento entre os povos”. Acrescentou que era possível formular e implementar uma política eficaz de defesa e promoção dos direitos humanos sem a necessidade de submissão a “esquemas de jurisdição supranacionais”.

Ressaltou que o Itamaraty estava mais preparado para lidar com o tema dos direitos humanos graças à criação de um departamento exclusivamente dedicado a direitos humanos.

Em janeiro de 1996, o Itamaraty emitiu nota à imprensa na qual tratou de relatório de ONG dedicada a questões de direitos humanos a respeito de comunicações da Corte Interamericana de Direitos Humanos que envolviam o Brasil. Afirmou que a divulgação de relatórios sobre a situação de direitos humanos era forma de manifestação habitual das ONGs. Notou que a ONG estrangeira tinha representação no Brasil e funcionava, de acordo com seus métodos próprios, em total liberdade, a exemplo do que ocorria com as ONGs brasileiras. Deu algumas informações sobre os casos objeto do relatório em questão e referiu-se a um Plano Nacional de Direitos Humanos, então em elaboração.

De fato, em maio, o Brasil lançou o Programa Nacional de Proteção dos Direitos Humanos. O Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Rego Barros, ressaltou o fato de o Brasil ter sido um dos primeiros países a “cumprir com a recomendação da Conferência de Viena nesse sentido”. Lembrou também que, desde aquele ano, o Brasil presidia a CDH da ONU<sup>1369</sup>.

A política externa com relação aos direitos humanos seria esclarecida por Lampreia em artigo, publicado em janeiro de 1998, intitulado “Os Direitos Humanos e a inserção internacional do Brasil”. Resumiu os princípios que norteavam a atuação do país nos foros multilaterais de direitos humanos:

a) Reconhecimento da legitimidade da preocupação internacional com a situação dos direitos humanos em qualquer parte do mundo. [...]

b) Universalidade dos direitos humanos. O Brasil [...] não aceita a tese de que os particularismos históricos, religiosos e culturais limitariam ou relativizariam esses direitos. [...]

c) Indivisibilidade e interdependência de todos os direitos. Não é possível dissociar a realização dos direitos civis e políticos dos sociais, econômicos e culturais, nem hierarquizar os direitos. [...] Embora a falta de desenvolvimento não justifique as violações, [...] é fato que a pobreza e a escassez de recursos materiais e humanos dificultam a realização dos direitos. [...]<sup>1370</sup>

Na AGNU, em setembro de 1998, Lampreia reiterou que o Brasil atribuía importância central à promoção dos direitos humanos. Ao celebrar os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, devia-se, na sua visão, reconhecer a lacuna que ainda existia entre os princípios e regras já consagrados no direito internacional e “a realidade prevalecente no mundo”. Disse que o governo brasileiro lutava para superar essa distância entre as normas e os fatos, e estava disposto a buscar elementos no meio internacional que ajudassem a concretizar uma aspiração que era de todos os brasileiros. Concluiu que fora nesse sentido com que, no dia 7 de setembro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso submetera ao Congresso Nacional a decisão de reconhecer a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos<sup>1371</sup>.

Buscava o Brasil mostrar-se proativo em matéria de direitos humanos. Em setembro de 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia “Direitos Humanos – Novo Nome da Liberdade”, ressaltou

que, no ano em que se comemoravam os 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, os preceitos nela contidos estavam “refletidos no espírito e na letra do Programa Nacional dos Direitos Humanos”, iniciativa que, nas suas palavras, colocava o Brasil num grupo reduzido de países. Enumerou algumas ações tomadas no país para combater violações dos direitos humanos, entre as quais, mencionou a prisão dos assassinos de Chico Mendes, a condenação dos vários acusados da chacina da Candelária e de Vigário Geral; e o pronunciamento dos responsáveis pelos assassinatos de Corumbiara, de Eldorado de Carajás e do Carandiru.

Noutra iniciativa para mostrar sua plena adesão aos instrumentos internacionais, em dezembro, em discurso proferido na Cerimônia Comemorativa do Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Fernando Henrique Cardoso anunciou o reconhecimento pelo Brasil da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em dezembro de 1998, em cerimônia realizada em Nova York, durante sessão plenária da Assembleia Geral da ONU, o Doutor José Gregori, Secretário Nacional dos Direitos Humanos, foi agraciado com o Prêmio 1998 da ONU na área dos Direitos Humanos. Por nota à imprensa, o Itamaraty ressaltou que a concessão do prêmio ao Doutor José Gregori era resultado de uma análise criteriosa de sua trajetória pessoal e constituía uma mensagem clara de reconhecimento da comunidade internacional por seu trabalho permanente na área dos direitos humanos. Considerou também que, ao outorgar o prêmio ao Secretário Nacional dos Direitos Humanos, a ONU reconhecia e punha em relevo as profundas mudanças internas encetadas pelo governo brasileiro no campo dos direitos humanos, em especial o processo posto em marcha com o Programa Nacional dos Direitos Humanos.

O Brasil mostrava-se mais desinibido no tema que lhe custara fundadas críticas antes da redemocratização. Em palestra proferida no Superior Tribunal de Justiça em agosto de 1999, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, frisou que a sensibilidade do país para problemas e dificuldades específicos dos países em desenvolvimento qualificavam-no para operar frequentemente como moderador, na busca de soluções que conduzissem ao progresso dos direitos humanos, “sem confrontações desnecessárias”. Expressou entendimento de que as situações de direitos humanos deviam “continuar a ser discutidas e analisadas pelos órgãos multilaterais, porém com imparcialidade, independência e não – seletividade”. Disse que o governo brasileiro defendia a ideia de que nenhum país devia considerar-se “imune

ao exame dos órgãos do sistema”. Esclareceu que, no âmbito regional, o Brasil reconhecia a relevância do papel desempenhado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e tinha defendido o estabelecimento de critérios precisos para a abertura de novos casos, a fim de evitar a sobrecarga e a banalização do mecanismo da CIDH. Lembrou que o Brasil acreditava que o Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos, limitado aos países latino-americanos e caribenhos, “em muito ganharia em eficácia e autoridade se tornasse verdadeiramente hemisférico”. Opinou que a “participação plena dos EUA e do Canadá nos instrumentos” que compunham o sistema se afigurava como objetivo essencial para que ele de fato pudesse “evoluir de forma segura e harmônica”. Deixou claro, porém, que o respeito aos direitos humanos não dependia apenas da existência de leis e instituições, mas, “em grande medida da criação de condições econômicas, sociais, culturais e políticas para a vigência das garantias básicas do ser humano”.

#### *7.7.4. Meio ambiente*

Na AGNU de setembro de 1995, o Ministro Lampreia cobrou resultados por parte da comunidade internacional do acordado na Conferência do Rio, três anos antes. Declarou que a ONU deveria “buscar viabilizar os compromissos alcançados no mais alto nível” na Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, pois ainda não haviam sido “realizadas as promessas feitas no Rio de Janeiro em matéria de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável”. Acrescentou que o mesmo tipo de seguimento devia “aplicar-se aos compromissos alcançados nas conferências internacionais subsequentes sobre temas globais”<sup>1372</sup>.

Também no campo bilateral, o Brasil mostrava-se disposto a colaborar em matéria de meio ambiente. Em outubro, o Embaixador Sebastião do Rego Barros manteve encontro com o Subsecretário de Estado para Assuntos Globais dos EUA, Timothy Wirth. Em pronunciamento durante a cerimônia de assinatura da Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum Brasil – EUA para o Meio Ambiente, Rego Barros referiu-se ao intercâmbio de perspectivas e posições nos diferentes temas, tais como mudanças climáticas, proteção da camada de ozônio, conservação e uso sustentável da diversidade biológica, questões de política florestal, desertificação, oceanos, manejo de resíduos perigosos; à realização de consultas sobre os trabalhos dos órgãos internacionais que tratam da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável; e de esforços conjuntos com



vistas à implementação dos resultados da Conferência do Rio. Concluiu que eram muitas as expectativas que o animavam ao assinar a agenda comum e estava seguro de que esse sentimento era inteiramente compartilhado pelo Subsecretário de Estado Timothy Wirth.

Aos poucos, o Brasil iria começar a defender seu histórico de utilização de fontes renováveis de energia. Em declaração a respeito da III Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima prestes a se realizar em Kyoto, Fernando Henrique Cardoso frisou que, graças, “sobretudo, a sua matriz energética essencialmente limpa, baseada no uso do potencial hidrelétrico e de combustíveis renováveis”, o Brasil pouco contribuíra para o quadro mundial de emissões de gases de efeito estufa. Informou que o país havia proposto a criação de um “fundo de desenvolvimento limpo”, baseado no princípio do poluidor pagador.

Na ONU, a delegação brasileira participava ativamente de iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Assim, por nota de junho de 1997, o Itamaraty informou que os Chefes de Estado e de governo do Brasil, Alemanha, África do Sul e Cingapura tencionavam lançar uma iniciativa conjunta por ocasião da Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, com o objetivo de contribuir para a proteção das fontes naturais de vida e promoção do desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Esclareceu que o principal objetivo da iniciativa conjunta idealizada pelos quatro Chefes de Estado e de Governo era o de promover um avanço concreto em questões-chaves relativas à cooperação internacional na área do meio ambiente e desenvolvimento. Notou que deveria ser dada ênfase a medidas para a proteção do clima e das florestas, problemas relativos ao desenvolvimento urbano e reforço institucional para o tratamento da questão ambiental no âmbito da ONU.

Em dezembro, como previsto, tiveram início, as conversações de Kyoto sobre aquecimento global. O governo Clinton se satisfez então com as metas estipuladas<sup>1373</sup>. No dia 11, o Protocolo de Kyoto foi aprovado na Conferência.

Os temas das florestas e de mudança climática seriam objeto de análise, em outubro de 1998, pelo Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Rego Barros. Quanto a florestas, informou que o Brasil vinha participando ativamente das discussões multilaterais sobre florestas e que defendia um tratamento equilibrado do tema, compreendendo todos os sistemas florestais (tropicais, boreais e temperados) e enfoque abrangente (econômico, comercial, social, cultural e ambiental) das questões relacionadas à proteção sustentável dos recursos florestais. Defendeu a ideia de que a iniciativa de se criar um instrumento internacional sobre



florestas não poderia se fazer “à custa dos consensos já alcançados, nem mediante abordagem seletiva ou parcial dos vários elementos que interagem na temática florestal”<sup>1374</sup>. Com relação à questão de mudança climática e a relação desta com as florestas, explicou nos seguintes termos a posição brasileira, à luz dos compromissos do Protocolo de Kyoto, assinado no ano anterior:

Outro tópico de relevância para os países em desenvolvimento, sobretudo para aqueles possuidores de grandes áreas florestais, é a definição dos sumidouros de gás carbônico. O Protocolo de Kyoto reconhece somente as ações de aflorestamento e reflorestamento como atividades antropogênicas com efeito de sumidouro e que poderiam ser utilizadas pelos países do Anexo I para cumprirem seus compromissos de redução. Não prosperou em Kyoto, graças em boa medida à atuação do Brasil, proposta de inclusão do conceito de floresta manejada como forma de sumidouro, o que deveria representar uma forte pressão sobre os países em desenvolvimento para imobilizar seu patrimônio florestal. [...] a ênfase na proteção das florestas, devido a seu papel na mitigação do efeito estufa, vem sendo ressaltada pelos países industrializados e pelas ONGs [...] A floresta tem, sem dúvida, função relevante para as condições climáticas, particularmente para a região em que se situa. A eventual repercussão global dos serviços que presta depende, também de outros fatores, entre os quais o volume das emissões e a reabilitação de florestas degeneradas e de áreas desmatadas no Hemisfério Norte<sup>1375</sup>.

Em 12 de novembro de 1998, o Presidente Clinton assinou o Protocolo de Kyoto, mas sua decisão não seria ratificada pelo Senado<sup>1376</sup>.

Em 2000, a conferência mundial sobre mudança climática, com 180 países, não chegou a um acordo porque os EUA e a UE não acordaram sobre meios para reduzir emissões de gás de estufa<sup>1377</sup>.

### *7.7.5. Terrorismo internacional*

Como que antevendo acontecimentos que ocorreriam três anos depois, Lampreia assim se referiu, em setembro de 1998, ao perigo oferecido pelo terrorista Osama Bin Laden:

É certamente, um sinal de nosso tempo que hoje possa haver uma polarização, entre os EUA, de um lado, e o terrorista Bin Laden, do outro. [...] Hoje, nós

vemos os EUA mobilizados para tentar capturar ou matar Bin Laden, que, na verdade, é percebido, nesse momento exato, como a maior ameaça militar, ameaça de segurança, às Forças Armadas e aos interesses americano, e à própria vida dos cidadãos americanos<sup>1378</sup>.

O fenômeno terrorista ocorria e era percebido de formas diversas em várias partes do mundo. Assim, motivada pela questão da Chechênia, a Rússia introduziu no CSNU, em outubro de 1999, o tema do terrorismo internacional. Na qualidade de membro não permanente daquele órgão, o Brasil participou do debate que levou à aprovação da resolução 1269 (1999) e, nas palavras de Gelson Fonseca Jr., “reafirmou a condenação brasileira, em caráter incondicional, a todas as formas de terrorismo, sejam quais forem suas causas ou motivações”:

[...] O terrorismo é a antítese da democracia. Abomina o diálogo e não respeita opiniões ou vidas alheias. Alimenta-se do medo e o ódio, e instrumentaliza-se da ignorância e do preconceito. O terrorismo tem de ser combatido a todo custo. Não se pode dar espaço a terroristas e seus asseclas. Eles têm de ser combatidos com habilidade, determinação e efetivos meios jurídicos<sup>1379</sup>.

#### **7.7.6. Comunidade de países de Língua Portuguesa – CPLP**

Os países lusófonos avançaram seus esforços para formalizar a criação de uma comunidade. Realizou-se em Maputo, em abril de 1996, reunião de Ministros do Exterior dos sete países lusófonos. No encontro, foi aprovada uma declaração de princípios da futura comunidade e estatutos provisórios. Foi decidido, conforme anunciado pelo Ministro português, Jaime Gama, que, por ordem alfabética, o primeiro Secretário-executivo seria angolano e o segundo, brasileiro<sup>1380</sup>.

Em julho, realizou-se, em Lisboa, a I reunião de cúpula dos países lusófonos durante a qual foi assinada a Declaração Constitutiva da CPLP. Foi criada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Ao discursar na ocasião, Fernando Henrique Cardoso declarou que via a CPLP construída sobre três pilares: (a) o da concertação política; (b) o da cooperação para o desenvolvimento; e (c) o da promoção e da defesa do idioma português.

Ao abrir reunião ministerial da CPLP, realizada na Bahia, em julho de 1997, Lampreia descreveu dez projetos de cooperação que o Brasil desenvolveria nas áreas de saúde, educação, agricultura, formação

de recursos humanos em diversas modernizações administrativas e segurança alimentar. Ressaltou que o Brasil encarava a CPLP como uma instância importante para a coordenação de posições em temas internacionais de interesse comum.

O Vice-Presidente da República, Marco Maciel, compareceu à II Reunião de Chefes de Estado e de governo da CPLP realizada em julho de 1998, em Cabo Verde. Em discurso, transmitiu o interesse brasileiro na consolidação da entidade.

Por ocasião da IV Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da CPLP, em julho de 1999, o Embaixador Ivan Cannabrava fez pronunciamento em representação do Ministro Lampreia. Reiterou o comprometimento do Brasil com a consolidação da CPLP e a importância que conferia ao capítulo da educação e a conveniência de harmonizar procedimentos naquele setor. Registrou o “grande êxito comunitário também na vertente da concertação política”. Lembrou, nesse sentido, a obtenção do cessar-fogo em Guiné-Bissau, lamentou não ter sido possível êxito semelhante com relação a Angola e discorreu sobre o trabalho da CPLP com relação ao Timor Leste. Concluiu que a cooperação técnica, a valorização da língua portuguesa e a concertação política haviam evoluído positivamente no seio da CPLP.

Na III cúpula da CPLP realizada em Maputo, em 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu forte respaldo político à organização. Notou que a Comunidade recebera “batismo de fogo na mediação da crise em Guiné-Bissau” e disse que pudera aferir o êxito quando o então Primeiro-Ministro Francisco Fadul, em visita ao Brasil, declarara sua gratidão à CPLP por ajudar a manter a unidade do território guineense. Afirmou que havia condições de impulsionar o trabalho do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e de superar os obstáculos à vigência do Acordo Ortográfico. Qualificou de a “maior conquista” da CPLP a conscientização das sociedades quanto à importância dos ideais que animavam a Comunidade. Citou, como exemplo, a experiência da sociedade brasileira, “que se mobilizou diante da crise em Guiné-Bissau, reagiu com indignação à violência no Timor, foi solidária com os irmãos moçambicanos na resposta às trágicas inundações e acompanha com atenção o rumo dos acontecimentos em Angola e em São Tomé e Príncipe”. Pediu a coesão na “exigência de implementação pela ONU das sanções contra a UNITA”, dizendo que era “mais do que hora de Jonas Savimbi receber uma mensagem clara sobre a vontade da comunidade internacional em assegurar o fim do conflito em Angola”, que se esperava culminasse em eleições livres e justas em 2001. Anunciou contribuição brasileira para o Fundo Especial da CPLP e também ter o Brasil autorizado

a redução em 95% da dívida moçambicana com o Brasil. Por fim, formalizou o oferecimento do governo brasileiro para sediar a cúpula seguinte.

### **7.7.7. Cúpulas Ibero-americanas**

Realizaram-se Cúpulas Ibero-americanas na Argentina, em outubro de 1995; no Chile, em novembro de 1996; na Venezuela, em novembro de 1997; em Portugal, em outubro de 1998; em Havana, em novembro de 1999; e no Panamá, em novembro de 2000.

Ao discursar na Conferência realizada no Chile, em novembro de 1996, Fernando Henrique Cardoso ressaltou que a cooperação no âmbito ibero-americano sempre tivera presente “o respeito irrestrito à soberania, à integridade territorial, à autodeterminação e à independência de cada país”. Ponderou, porém, que esse respeito, que os países reafirmavam, não devia inibir iniciativas que entre os países-membros, servissem ao objetivo comum de “promover e aperfeiçoar a democracia, o pluralismo político e o respeito aos direitos humanos”. Concluiu que era dever dos países ibero-americanos “reforçar o compromisso com a democracia, ajudando-a a florescer”, onde “estivesse brotando, e protegendo-a onde se sentisse ameaçada”.

Na Conferência de Havana, em novembro de 1999, Cardoso frisou a importância de ter a Cúpula reiterado “o compromisso de fortalecer as instituições democráticas, o pluralismo político, o Estado de Direito e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluído o direito ao desenvolvimento”.

## **7.8. Atuação econômica externa**

Em meados da década de 1990, a maior parte dos países latino-americanos havia aderido a políticas de mercado que incluíam cortes de subsídios governamentais, redução de tarifas alfandegárias e promoção de crescimento dirigido pelas exportações<sup>1381</sup>. O Ministro Lampreia, em dezembro de 1996, alertava para o perigo de que se abandonassem políticas desse tipo:

A mera indicação de uma possibilidade de retorno a políticas condenadas pelo passado – crescimento à base de inflação, políticas populistas, arroubos ideológicos, discriminação dos investimentos produtivos estrangeiros, controle estatal de setores da economia, protecionismo tarifário e não tarifário

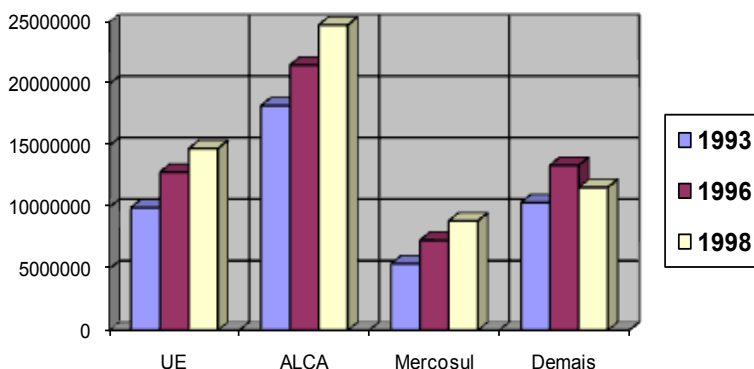
exarcebado, apoio a práticas corporativistas, excessos de regulamentação e tantas outras – seria o suficiente para literalmente queimar os ganhos significativos que temos obtido, expressos, entre outros, pelos cerca de US\$ 9 bilhões de investimentos diretos que o Brasil receberá este ano e pelo notável crescimento do nosso comércio exterior nos dois sentidos<sup>1382</sup>.

Internamente, o Plano Real causara aumento das importações enquanto as exportações não cresciam na mesma proporção. Assim, entre 1995 e 1997, as compras no exterior cresceram à média de 21,8% ao ano e as vendas apenas 6,8% ao ano<sup>1383</sup>.

### 7.8.1. Comércio

Em 1º janeiro de 1995, entrou em vigor o Mercado Comum do Sul – Mercosul. Seria a primeira união aduaneira do hemisfério sul<sup>1384</sup>. No mesmo mês, os cinco membros do Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) acordaram negociar um acordo de livre-comércio com o Mercosul. Como pano de fundo, existia a ideia de uma área livre para o comércio nas Américas, lançada em dezembro do ano anterior<sup>1385</sup>. Havia uma percepção de que esta resultaria na convergência gradual dos processos regionais de integração do hemisfério (Mercosul, Pacto Andino, Grupo dos Três, Mercado Comum Centro-Americano, CARICOM e NAFTA), enfoque conhecido pela expressão em inglês *building blocks*<sup>1386</sup>.

Exportação-por blocos<sup>1387</sup>



Em fevereiro de 1998, o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário-Geral das Relações Exteriores, observou que o Brasil tornara-se mais aberto à competição externa. Notou que, com o fim da crise da dívida, o Brasil não necessitava produzir “*megas*” *superávits* de comércio e podia aumentar as importações para modernizar a sua indústria. Registrou que a tarifa média de importações fora reduzida de 52% para 12% desde 1990. Sublinhou que o volume de comércio do Brasil com o mundo (então US\$ 114 bilhões) era duas vezes maior do que em 1990 (US\$ 52 bilhões).

Parecia haver menor resistência à ideia de criação de livre-comércio hemisférico do que haveria posteriormente. Assim, economistas da Confederação Nacional da Indústria mostravam, em artigo em junho de 1999, como cerca de 48% das exportações brasileiras destinavam-se aos países que estavam negociando a ALCA, 29% para a UE, e 23% para o resto do mundo. Indicaram também que os produtos manufaturados compreendiam 90% das exportações para o Mercosul, 80,6% das exportações para os países da ALCA e apenas 38,5% daquelas para a UE que continuava a comprar produtos básicos (45,9% do total)<sup>1388</sup>.

#### 7.8.1.1. Mercosul

Os êxitos iniciais do Mercosul eram animadores. O comércio entre seus países-membros havia quadruplicado entre 1991 e 1995, tendo passado de US\$ 3,5 para US\$ 15 milhões<sup>1389</sup>. Esses resultados encorajavam os responsáveis pela política externa. Em julho de 1995, Lampreia afirmou que o Mercosul gerava um “ímpeto evolutivo impossível – e impensável – de ser revertido”. Em março de 1996, reiterou ser o Mercosul a “área prioritária da política externa brasileira” e informou que o Brasil trabalhava para a consolidação da união aduaneira e a promoção de bases para um relacionamento mais amplo entre o Mercosul e outros países ou grupo de países, começando pela UE e pelo Chile. Rego Barros ressaltou, em abril, que as exportações brasileiras para os países do Mercosul já eram superiores às vendas para parceiros tradicionais, como Reino Unido e Espanha, tendo a Argentina se tornado o segundo parceiro comercial individual do Brasil. Em maio, Lampreia anunciou o desejo de “chegar a acordos de liberalização comercial entre o Mercosul e outros países da região, começando pelo Chile” e seguindo com a Bolívia e a Venezuela.

Os sucessos econômicos estimulavam também avanços de colaboração política. Em junho de 1996, na X Reunião de Cúpula do

Mercosul, realizada em São Luiz, os Presidentes aprovaram a Declaração sobre Compromisso Democrático no Mercosul, a chamada “cláusula democrática” pela qual os países-membros se comprometeram a se consultarem e aplicarem medidas punitivas em caso de ruptura ou ameaça de ruptura da ordem democrática de um Estado-membro. Durante a reunião, os Presidentes dos países-membros do Mercosul e do Chile assinaram um acordo de complementação econômica que visava a criar uma área de livre-comércio entre os cinco países em um prazo de oito anos.

Em finais daquele ano, Lampreia preconizava “a consolidação vertical do Mercosul, ou seja, seu aprofundamento mais além da área de livre-comércio com união aduaneira e tarifa externa comum, e sua ampliação horizontal, com a incorporação de alguns novos membros plenos e a associação de parceiros por meio de acordos”<sup>1390</sup>.

Os progressos continuaram no biênio seguinte. Em fevereiro de 1998, o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário-Geral das Relações Exteriores, salientou alguns êxitos. Registrou que o comércio entre os países-membros já atingira US\$ 19 bilhões, isto é, um aumento de aproximadamente 400% entre 1990 e 1997. Notou que, visto por outro ângulo, as trocas entre o Brasil e seus parceiros do Mercosul haviam crescido a uma taxa média de mais de 20% em relação a cada um dos seis anos anteriores. Observou que, naquele mesmo período, as empresas brasileiras e argentinas haviam investido mais de US\$ 1 bilhão no estabelecimento de cerca de 350 *joint ventures*. Registrou também progresso na forma como o Mercosul tinha alcançado suas metas. Notou que um programa de redução contínua, automática e abrangente de tarifas levara à liberalização de 95% do comércio dentro do grupo e, com a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC), em janeiro de 1995, criara-se a União Aduaneira.

No final de 1998, porém, apareceriam sinais de dificuldades. Em dezembro, Rego Barros reconheceu algumas destas. Afirmou que a Cúpula (com a participação dos Presidentes da Bolívia e do Chile), no Rio de Janeiro, naquele mês, coincidiria com momento de “intenso debate sobre os rumos da integração sub-regional”. Notou que o Brasil tinha sido “alvo de fortes reclamações de seus parceiros, em razão de diferentes alegações: ‘trabas’ (barreiras) a importações; subsídios às exportações; incentivos e isenções fiscais para investimentos estrangeiros”. Registrou que, também no Brasil, por outro lado, havia crescente “insatisfação em relação aos déficits comerciais” com o Mercosul, bem como com “a multiplicação de medidas de defesa comercial (*antidumping*)” contra as exportações brasileiras. Com relações ao déficit comercial com a Argentina, ressaltou que o comportamento das correntes de comércio era cíclico e notou também que, desde 1995, o Brasil



passara a ter, por motivos diferentes (taxa de câmbio; expansão da demanda interna; efeitos da abertura comercial), déficits com todos os seus principais parceiros, e não apenas com o Mercosul – no caso dos EUA, por exemplo, cerca de US\$ 9,4 bilhões no triênio 95/97. Ressaltou que o Mercosul já era o principal mercado para as exportações brasileiras de manufaturados (28% do total, em 1997, enquanto os EUA, o segundo mercado, haviam absorvido 21%). Notou que o Brasil absorvera cerca de 1/3 das exportações argentinas e que, ao longo dos anos 90 – beneficiada por acordos bilaterais com o Brasil – a Argentina havia quadruplicado sua produção de automóveis, mais da metade da qual dirigia então ao mercado brasileiro. Considerou normal que houvesse fricções periódicas. Saliu que os diversos foros negociadores haviam alcançado, em muitos casos, resultados significativos. Destacou a relevância do Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático (1998) e considerou que esse “enriquecimento” da agenda era exemplo vivo do dinamismo e da força política da ideia da integração.

As dificuldades aumentariam quando, em janeiro de 1999, houve desvalorização da moeda brasileira com impacto na Argentina, onde foram feitas ao Brasil imputações de unilateralismo, atribuindo aos efeitos da política econômica brasileira as dificuldades na economia daquele país vizinho e membro do Mercosul<sup>1391</sup>. Em reação à desvalorização cambial brasileira, o governo argentino adotou o que Luiz A. P. Souto Maior chamaria de “protecionismo preventivo”<sup>1392</sup>.

Lampraia fez, em outubro, uma extensa análise do Mercosul, seus sucessos e dificuldades, durante aula inaugural da cátedra Mercosul do Instituto de Estudos Políticos de Paris. Entre estas últimas listou o regime de exceções e as variações conjunturais. Referiu-se à diferença entre os regimes cambiais dos sócios de maior peso econômico como sendo um problema adicional para a consecução das metas de maior coordenação macroeconômica. Reconheceu que a mudança no regime cambial no Brasil gerara dificuldades na Argentina, em alguns setores específicos. Apesar dessas dificuldades, concluiu com a frase de que o Mercosul não apenas tinha um futuro, como era parte do próprio futuro do Brasil.

Em dezembro, em discurso por Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Montevideu, após notar que no ano seguinte entraria em plena vigência a zona de livre-comércio, com o final do regime de adequação para Paraguai e Uruguai, e com a definição das regras para a incorporação dos setores açucareiros e automotivo, Fernando Henrique Cardoso fez afirmações propositivas com relação ao futuro imediato do Mercosul. Assim, ressaltou a importância de se avançar em direção à consolidação e ao aprofundamento da União Aduaneira e a necessidade



de se dar especial atenção à discussão da coordenação de políticas macroeconômicas.

Para tentar resolver os problemas que se criaram pelas mudanças de taxas de câmbio, em 28 de abril de 2000, Ministros de Brasil e Argentina assinaram a Declaração sobre Convergência Macroeconômica no Mercosul<sup>1393</sup>. Voltava-se a diminuir o impacto de crises no Mercosul, tendo se estipulado prazo de um ano para aproximação de políticas econômicas. O primeiro passo seria a padronização de estatísticas econômicas dos dois governos<sup>1394</sup>.

No final daquele ano, na reunião de cúpula de Florianópolis, foi revisada a questão de solução de controvérsias, reduziu-se em meio ponto a Tarifa Externa Comum, e avançou-se na ideia de coordenação de políticas macroeconômicas, inclusive a de metas fiscais e de inflação comuns<sup>1395</sup>.

#### 7.8.1.2. Mercosul – UE

A queda relativa de comércio com a Europa preocupava. Em maio de 1995, em Paris, os Ministros do Mercosul e da UE anunciaram a intenção de assinar um acordo-quadro<sup>1396</sup>. Em julho, Lampreia ressaltou que as relações entre o Mercosul e a UE ofereciam uma oportunidade adicional para a expansão do fluxo comercial bilateral, especialmente à luz da queda que se testemunhava, na qual as exportações brasileiras para a UE haviam caído de quase 30% para 26,5% do total das exportações. Por iniciativa brasileira foi assinado, em dezembro, Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional entre o Mercosul e a UE<sup>1397</sup>.

Preocupava o Brasil que o comércio brasileiro perdesse peso relativo na vertente europeia. Em novembro de 1996, realizou-se, em Belo Horizonte, reunião da Subcomissão Comercial Mercosul – UE que estabeleceu três etapas para o processo negociador<sup>1398</sup>. O Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Rego Barros, declarou que interessava ao Brasil evitar que os progressos que se fizessem na ALCA pudessem de alguma forma alterar em desfavor do Brasil a situação de relativo equilíbrio do comércio internacional, retirando da Europa a condição de principal parceiro comercial, desviando correntes de comércio e concentrando no Hemisfério a maior parte das relações econômicas externas brasileiras<sup>1399</sup>.

As aproximações com a UE esbarravam, porém, na questão dos subsídios agrícolas europeus. Em junho de 1997, em segunda reunião da Subcomissão Comercial Mercosul – UE, dadas as dificuldades surgidas sobre o tema agrícola, foi decidida a retirada dos Grupos de Trabalho da

tarefa de identificar produtos prioritários e sensíveis<sup>1400</sup>. Em março de 1998, um grupo *ad hoc* do Mercosul, reunido em Buenos Aires, decidiu acrescentar aos documentos de trabalho da Subcomissão Comercial debate sobre a Política Agrícola Comum praticada pela UE<sup>1401</sup>.

Apesar das dificuldades, parecia haver vontade política de avançar nas negociações. Em julho, por iniciativa de seu Vice-Presidente, o espanhol Manuel Marin-Bosch, a Comissão Europeia formalizou junto ao Conselho Europeu um pedido para negociar com o Mercosul um acordo de cooperação política e econômica, inclusive a formação de uma área de livre-comércio. No debate havido, o Reino Unido propôs fosse dada prioridade às negociações multilaterais no âmbito da OMC. Por sua vez, a França propôs que as questões comerciais com o Mercosul fossem tratadas somente em 2003<sup>1402</sup>. Durante Fórum Empresarial Mercosul – Europa, o Presidente Fernando Henrique Cardoso discorreu sobre os efeitos negativos da Política Agrícola Comunitária para países como o Brasil<sup>1403</sup>.

Em artigo publicado em janeiro de 1999, Seixas Corrêa informou que o Brasil vinha reiterando aos parceiros europeus, nos mais altos níveis, o interesse estratégico brasileiro em “manter um mínimo de paralelismo nas negociações sobre liberalização comercial na ALCA e com a UE”. Acrescentou que o Brasil não desejava “vincular-se de forma preferencial a um único bloco comercial, por razões político-estratégicas e econômico-comerciais”. Argumentou ainda que o Brasil considerava prioritária “a manutenção do padrão histórico de equilíbrio relativo” que se observava na “repartição geográfica de seus fluxos de comércio internacional e de IED” (investimento externo direto). Concluiu que tal padrão contribuía para a “manutenção da autonomia” da política externa brasileira e para que o país dispusesse de “maior espaço de manobra nas negociações econômicas internacionais”<sup>1404</sup>.

Os sinais políticos, em parte motivados pela negociação da ALCA, continuavam a ser dados pela UE e pelos membros do Mercosul. Entre junho e julho de 1999, durante a Cúpula da América Latina, Caribe e UE, realizada no Rio de Janeiro, foram lançadas negociações de uma futura associação birregional entre o Mercosul e a UE<sup>1405</sup>. A Declaração Conjunta Mercosul/UE aprovada na ocasião previa o início das negociações em novembro, mas, por insistência europeia, não incluía nem a data final das negociações, nem a expressão “livre-comércio”<sup>1406</sup>. Na parte operativa, dispôs o documento que as partes haviam concordado “lançar negociações entre o Mercosul e Chile e a UE com vistas à liberalização comercial bilateral, progressiva e recíproca, sem excluir nenhum setor e em conformidade com as regras da OMC”<sup>1407</sup>.

O comércio com a UE continuava abaixo dos 30%. Em 1999, os 15 países da UE haviam respondido por 28% das importações brasileiras<sup>1408</sup>. Tendo em conta esse dado, entre outros, em fevereiro de 2000, reunião ministerial em Vilamor, Portugal, renovou interesse pelas negociações Mercosul/UE<sup>1409</sup>. Animaria a possibilidade de negociação o fato de a UE ter assinado acordos com outras regiões tais como com países Mediterrâneos, África do Sul (livre-comércio estabelecido em março de 1999), México (março de 2000) e uma nova Convenção de Lomé (maio de 2000) que beneficiava suas ex-colônias na África e no Caribe<sup>1410</sup>. As dificuldades de negociação apareciam, tendo as reuniões do Comitê de Negociações Mercosul/UE, em março de 1999, em Bruxelas, e em novembro de 2000, em Brasília, sido dominadas pelos temas não tarifários e pormenores dos textos<sup>1411</sup>.

### 7.8.1.3. ALCA

#### 7.8.1.3.1. I Reunião Ministerial (Denver, 1995)

Em junho de 1995 realizou-se a I Reunião Ministerial da ALCA, em Denver<sup>1412</sup>. Da declaração conjunta, constou um programa inicial de trabalho e foram estabelecidos grupos de trabalho temáticos e anunciou-se que, no ano seguinte, seriam criados grupos adicionais para Compras Governamentais, Direitos de Propriedade Intelectual, Serviços e Política de Concorrência.

Diferentemente das negociações com a UE, aquelas relativas à ALCA se marcavam por reservas e condicionamentos brasileiros. Assim, em julho, Lampreia declarou que o Brasil apoiava a criação de uma ALCA no entendimento de que, para que esta fosse operacional, devia necessariamente “passar por um processo gradual, construído a partir dos esquemas de integração regional existentes, tais como o NAFTA, o Mercosul, o Grupo Andino, o CARICOM e o Mercado Comum da América Central”. Afirmou também que os benefícios da integração hemisférica deviam ser “compartilhados de forma geral, por meio de um comércio mais intenso, da expansão da atividade econômica e da geração de empregos em todos os países envolvidos”. Ressaltou que as cláusulas da OMC deviam ser totalmente respeitadas durante as negociações. Concluiu com a afirmação de que era um desejo brasileiro “liberalizar e não regionalizar”.

### 7.8.1.3.2. II Reunião Ministerial (Cartagena, 1996)

No início de março de 1996, em entrevista à imprensa, Fernando Henrique Cardoso afirmou que o Brasil não pretendia criar dificuldades para a formação da zona hemisférica de livre-comércio, mas voltou a condicioná-la à consolidação prévia do Mercosul, do NAFTA e do Pacto Andino<sup>1413</sup>.

Realizou-se, no final daquele mês, a II Reunião Ministerial da ALCA, em Cartagena<sup>1414</sup>. Lampreia declarou que o Brasil dela participava “animado do mesmo espírito construtivo”. Declarou que o compromisso brasileiro com o processo iniciado em Miami era firme. Alertou sobre a necessidade de “evitar gerar ou alimentar expectativas irrealistas ou temores, justificados ou não”, que pudessem “ser nocivos ao processo a mais longo prazo”. Fez ainda outras advertências:

Queremos ir com cautela e sentido de responsabilidade em áreas onde não existe consenso ou onde o consenso será alcançado passando necessariamente pelas instâncias internacional – a OMC – e sub-regional.

Precisamos estar seguros de que o multilateralismo consagrado na criação da OMC se firmou como o grande guarda-chuva contratual a regular as relações comerciais entre os Estados e grupos de Estados.

Queremos ter a certeza de que os processos de integração sub-regional estão gerando uma base firme para que possamos dar o salto em direção ao objetivo maior da integração hemisférica. Queremos estar certos de que os processos unilaterais de abertura e reforma econômica, que têm sido a dominante na nossa região, estão-se consolidando, e de que os avanços que façamos em matéria de comércio regional contemplem sempre o interesse maior da estabilidade e do crescimento econômico sustentado em todo o Continente.

E queremos certamente dar uma abordagem aberta a todos os temas comerciais e diretamente relacionados ao comércio internacional, sem limitações que possam desequilibrar o resultado do longo processo que estamos promovendo.

Da declaração conjunta ao final da reunião ministerial constaram instruções para que os Vice-Ministros avaliassem quando e como deveriam ser lançadas as negociações da ALCA antes da reunião ministerial seguinte.

As negociações traziam dúvidas ao Brasil. Em exposição à Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados, em abril de 1996, Lampreia

apresentou prós e contras no tocante às negociações em curso. Afirmou que, para o Brasil, “fortalecer as relações interamericanas sobre a base de um expressivo aumento do comércio e dos fluxos de crescimento intra-regionais constituía um instrumento insubstituível no marco mais amplo de uma melhor inserção da economia brasileira na economia internacional”. Acrescentou que as instâncias bilateral, sub-regional, regional e internacional das relações exteriores brasileiras não se excluía, mas se complementavam e se fortaleciam. Repetiu, no entanto, a necessidade de cautela e de obtenção de consenso entre todos os países participantes.

Em julho, continuou a apresentar ressalvas. Declarou, que o governo queria evitar uma exposição precoce e descontrolada da economia brasileira a um segundo choque de abertura competitiva ao exterior – e a economias muito mais produtivas do que a brasileira, como a canadense e a norte-americana, antes de que se consolidassem as adaptações e aperfeiçoamentos impostos pelo primeiro choque. Lembrou que, de 1990 até então, o Brasil fizera uma ampla abertura comercial em três níveis – unilateral; regional, no âmbito do Mercosul; e a internacional, no âmbito dos acordos da OMC<sup>1415</sup>.

Essas reservas brasileiras ao processo negociador da ALCA não passavam despercebidas. Em artigo publicado em setembro, José Augusto Guilhon Albuquerque analisou as táticas de negociação brasileira da ALCA, qualificando-as de protelatórias, reticentes e voltadas a consolidar previamente o Mercosul<sup>1416</sup>. Apresentou razões para tal atitude do governo brasileiro, afirmando ser a principal “de ordem ideológica”, isto é, “ressentimentos acumulados” com relação aos EUA. A essas razões de cautela se adicionariam dificuldades para negociações *GATT-plus* sobre os chamados novos temas<sup>1417</sup>.

Com frequência, autoridades brasileiras explicavam não haver tais reticências brasileiras. Em artigo publicado em outubro, o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Rego Barros, afirmou que a Reunião de Florianópolis tivera “duplo mérito”, pois desfizera dois mitos: (a) o da “resistência brasileira ao processo de integração hemisférica” e (b) o de que “o governo brasileiro não estimula a participação dos diversos segmentos de nossa sociedade nas discussões sobre integração regional”<sup>1418</sup>. Em novembro, porém, Rego Barros repetiu as preocupações brasileiras com respeito à integração hemisférica:

Queremos evitar expectativas irrealistas ou temores que possam ser nocivos ao processo a mais longo prazo. Queremos avançar com cautela e sentido de responsabilidade em áreas onde não existe consenso. E queremos estar

certos de que os processos unilaterais de abertura e reforma econômica, que têm sido a dominante na nossa região, estão se consolidando.

Em suma, queremos evitar uma exposição precoce da economia brasileira a um segundo choque de abertura competitiva ao exterior – e a economias muito mais produtivas do que a nossa, como a canadense e a norte-americana – antes de que se consolidem as adaptações e aperfeiçoamentos impostos pelo primeiro choque<sup>1419</sup>.

O processo negociador da ALCA motivava decisões sub-regionais. No final de 1996, Lampreia defendeu o aprofundamento do Mercosul, bem como sua consolidação vertical e ampliação horizontal para permitir ao Brasil participar com “intensidade das negociações para a ALCA”, alertando entretanto para “uma exposição precoce e nociva das economias do Mercosul a novo choque de liberalização” sem que antes se tivesse “consolidado as transformações e ganhos perseguidos pelo amplo choque anterior”<sup>1420</sup>.

#### 7.8.1.3.3. III Reunião Ministerial (Belo Horizonte, 1997)

A prioridade ao Mercosul era reiterada com assiduidade. Em discurso pronunciado em fevereiro de 1997, na abertura da II Reunião Hemisférica de Vice-Ministros Responsáveis por Comércio realizada no Recife, o Ministro Lampreia defendeu a ideia de que a estrutura da ALCA repousasse sobre os agrupamentos regionais já então existentes no continente, isto é, os chamados *building blocks*<sup>1421</sup>. Para Seixas Corrêa, as autoridades brasileiras começaram no Recife a expor nova visão sobre a integração hemisférica<sup>1422</sup>.

Diferentemente dos demais processos negociadores, a ALCA parecia exigir contínuas justificativas. Em preparação a encontro ministerial a ser realizado em Belo Horizonte, em abril, realizou-se no Rio de Janeiro, a III Reunião da ALCA de Vice-Ministros Responsáveis por Comércio no Hemisfério. O Embaixador Rego Barros, que chefiou a delegação brasileira, declarou, ao abrir os trabalhos, que a ALCA era “antes um instrumento de desenvolvimento social e econômico do que um fim em si mesmo”<sup>1423</sup>.

Não faltavam também alertas sobre os desafios que a ALCA poderia trazer. Assim, poucas semanas antes da reunião ministerial da ALCA em Belo Horizonte, o Embaixador Rubens Ricúpero alertou para os resultados. Afirmou que o Brasil jogava seu destino na negociação da

ALCA, porque, dependendo de como ela fosse conduzida ou concluída, as possibilidades de o Brasil ter um projeto autônomo de desenvolvimento aumentariam ou se estreitariam de uma maneira dramática<sup>1424</sup>.

Em maio, realizou-se, em Belo Horizonte, a reunião ministerial da ALCA. Na cerimônia de abertura, o Presidente Fernando Henrique Cardoso definiu a participação do Brasil na ALCA, com nova formulação para as condicionantes do processo negociador:

[O acordo] deve ser plausível economicamente e aceitável politicamente.

Economicamente, o livre-comércio entende-se como um mecanismo que deverá permitir, em todo o hemisfério, atualizar o esforço de promoção do desenvolvimento econômico e social, à base de condições que permitam a todos os países, cada um conforme a sua circunstância própria, explorar seus espaços de competitividade e encontrar sua melhor e mais eficiente inserção no sistema econômico internacional.

Politicamente a visão histórica do livre-comércio é indissociável de nossa vocação democrática [e] supõe portanto, a participação das sociedades nesse processo e a possibilidade de que os benefícios potenciais desse esforço se façam perceptíveis aos cidadãos de cada país<sup>1425</sup>.

O Presidente não demonstrou pressa na conclusão das negociações hemisféricas:

[...] não devemos apressar-nos para avançar. A ALCA que queremos não deve ser uma vitória de curto prazo para aqueles que buscam negócios imediatos. A ALCA será uma plataforma de desenvolvimento, modernização e projeção das nossas economias. Depende, por isso mesmo, de estarmos preparados para dar este imenso salto qualitativo nas nossas relações hemisféricas. O tempo que levarmos para amadurecer a ALCA através de negociações cuidadosas e amplas não será em vão<sup>1426</sup>.

Em tom parecido, no curso da reunião, o Ministro Lampreia afirmou que não se estava ali para alcançar “qualquer resultado a qualquer preço”. Declarou que não se andava em busca de sucessos espetaculares, mas que podiam ser passageiros. Frisou que se estava lidando com interesses muito concretos e de longo prazo de cada um dos países participantes<sup>1427</sup>.

Os resultados do encontro refletiriam essas preocupações brasileiras. O documento final da reunião reafirmou o consenso como



princípio fundamental nas decisões; estabeleceu que o conjunto dos acordos negociados no processo deveria constituir um compromisso único (*single undertaking*); aceitou a coexistência da ALCA com acordos bilaterais e sub-regionais e de livre-comércio mais amplos ou profundos; e concordou com a possibilidade de países negociarem individualmente ou em blocos<sup>1428</sup>. Da declaração conjunta ao final da reunião, constou que o consenso constituía o princípio fundamental no processo decisório; o resultado das negociações constituiria um empreendimento único e abrangente; a ALCA coexistiria com acordos bilaterais e sub-regionais; seria consistente com os acordos da OMC; e os países poderiam negociar individualmente ou como unidade de membros de grupos sub-regionais de integração.

Fernando Henrique Cardoso assim resumiria a reunião de Belo Horizonte:

[...] procurei com a ajuda do Ministro Lampreia e seus diplomatas, conduzir a bom termo as negociações da ALCA. Em encontro preparatório a que compareci, realizado em Belo Horizonte, ainda em 1997, reunindo os Ministros de Relações Exteriores e de Comércio do Hemisfério, presente a Embaixadora Charlene Barshefsky, negociadora-chefe de comércio dos EUA (espécie de ministra do Comércio Exterior), asseguramos que o acordo de livre-comércio obedeceria ao princípio do *single undertaking*, isto é, um único compromisso abrangente que só seria firmado se todas as questões pertinentes estivessem negociadas e acertadas previamente. Não seria possível negociar apenas partes do acordo, como serviços, ou comércio ou indústria, nem fatiar as negociações de cada uma dessas partes<sup>1429</sup>.

Roberto Abdenur, ex-secretário-geral do Itamaraty e então Embaixador na Alemanha, resumiria, na ocasião, os interesses brasileiros em jogo. Expressou entendimento de que a ALCA não se afigurava uma ameaça aos interesses brasileiros, pois também podia trazer benefícios. Notou que, no contexto das deliberações sobre a ALCA, o Brasil tinha posição privilegiada de barganha, por todos os títulos capaz de proporcionar-lhe adequada promoção de seus interesses. Elogiou os resultados alcançados pelo Brasil e pelo Mercosul, em seu conjunto, por terem evitado, em Belo Horizonte, “uma precipitação do cronograma de preparação da área, que levasse à abertura de mercados por redução de barreiras tarifárias já antes de 2005”<sup>1430</sup>.

O processo negociador da ALCA sofreria revés, não no Brasil, mas nos EUA quando, em novembro, o Congresso americano recusou-se a permitir a Clinton poderes amplos – *fast track* – para avançar negociações



comerciais<sup>1431</sup>. A autorização do Congresso teria permitido que o governo estadunidense negociasse acordos comerciais sem o risco de veto legislativo linha por linha<sup>1432</sup>.

#### 7.8.1.3.4. IV Reunião Ministerial (San José, 1998)

Obtidas decisões acautelatórias em Belo Horizonte, o Brasil continuou a defender as condicionantes estabelecidas. Assim, em discurso proferido em Miami, em fevereiro de 1998, o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário-Geral das Relações Exteriores, tratou da ALCA em palestra intitulada “A Economia Brasileira no Contexto de Progresso da América Latina” afirmou:

O Brasil apoia o ponto de vista, consensual da reunião ministerial de Belo Horizonte, de que a ALCA não pode ser considerada um substituto dos acordos regionais mais aprofundados. É nossa opinião que a ALCA e o Mercosul devem manter dinâmicas distintas e de apoio mútuo, como tem acontecido até o momento: o Mercosul tem sido fortalecido por sua participação, como uma unidade, nas discussões da ALCA, e os avanços em direção à ALCA têm sido impulsionados pelas contribuições e propostas do Mercosul.

A integração hemisférica não pode, no entanto, representar um fator de desestabilização para as economias regionais devido à exposição excessiva e repentina a novos e mais altos níveis de competição estrangeira. O gradualismo e o respeito pelas diferentes condições nacionais são dois princípios que devem guiar as negociações. O futuro da ALCA depende de sua capacidade de oferecer resultados equilibrados, com benefícios iguais para todos.

Ainda em fevereiro, o Mercosul realizou sessões de consultas informais com EUA, Chile, Comunidade Andina, Mercado Comum Centro Americano, Canadá e CARICOM (Mercado Comum Caribenho) para ampliar o conhecimento necessário das respectivas posições sobre as negociações sobre a ALCA e apresentar as ideias centrais de uma proposta do Mercosul para a Declaração Ministerial Conjunta para a reunião de Ministros de Comércio, em março. Segundo nota à imprensa, o Mercosul propunha como princípios a simultaneidade, o equilíbrio e a gradualidade das negociações, levando a que a ALCA fosse construída como um empreendimento único (*single undertaking*), com resultados equilibrados

para todos ao final das negociações. Já os EUA e outros países entendiam que acordos provisórios (os chamados *interim agreements*) podiam ser postos em funcionamento mesmo antes da conclusão das negociações da ALCA.

A lista de ressalvas e condicionantes à ALCA sofria incremento. Em pronunciamento na IV Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio, realizada em março, na Costa Rica, Lampreia defendeu a manutenção dos “princípios de consenso na tomada de decisões e de *single undertaking*” que considerou fatores essenciais para que se alcançassem resultados equilibrados. Considerou igualmente essencial a regra de coexistência dos acordos sub-regionais com a ALCA. Realçou a importância da agricultura e referiu-se à necessidade de uma ALCA “com regras estáveis para todos, sem discriminação de produtos, sem setores protegidos indevidamente, sem subsídios” que distorcessem “o comércio de produtos agrícolas, sem recursos abusivos a direitos antidumping e medidas compensatórias”.

Da declaração ministerial conjunta constaram: o reconhecimento das amplas diferenças de nível de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério; a reafirmação do equilíbrio no acordo; a necessidade de transparência e de construção de consenso; e a coexistência com acordos bilaterais e sub-regionais.

#### 7.8.1.3.5. II Cúpula das Américas (Chile, abril de 1998)

A II Cúpula das Américas, realizada em Santiago do Chile, em abril, ratificou, no tocante à ALCA, as decisões tomadas no âmbito ministerial. Estabeleceu um Comitê de Negociações Comerciais composto de Vice-Ministros de cada país com a incumbência de se reunir periodicamente. No encontro, com apoio brasileiro, foi dada também ênfase a políticas sociais e temas de agenda interamericana tais como a consolidação e melhora da qualidade da democracia e respeito aos direitos humanos<sup>1433</sup>.

Durante palestra em maio, Lampreia afirmou que a política externa do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso visava a ter “atuação construtiva mas firme na negociação da ALCA que não via como uma “inevitabilidade, nem como uma imposição”, mas como um projeto que só teria valor e aceitação pelo Brasil se fosse “equilibrado, gradual e compatível” com os interesses nacionais. Para o então Secretário-Geral Adjunto e coordenador brasileiro na Cúpula das Américas, Embaixador Adhemar G. Bahadrian, centrar a agenda da Cúpula na ALCA “poderia ter como resultado o agravamento da assimetria no Hemisfério”<sup>1434</sup>.

Os comentários sobre a ALCA não se restringiam ao Itamaraty. O Senador José Serra, então Ministro da Saúde, expressou suas opiniões sobre a ALCA. Observou, em junho, que o mercado dos EUA era bem mais importante para a América Latina do que o mercado latino-americano para aquele país, pois absorvia 15% das exportações do Mercosul e 38,5% dos demais países latino-americanos, exceto o México. Ressaltou que as vendas estadunidenses ao Mercosul equivaliam a somente 3% de suas exportações totais. Notou que a ALCA tornaria o Mercosul irrelevante “pois as tarifas seriam certamente superiores às praticadas dentro da ALCA” da qual seus quatro países-membros faziam parte. Afirmou que, apesar disso, o Brasil estava à vontade para “aproximar-se com cautela da ALCA e das tentativas de apressar sua implementação”, não tendo “motivo para nenhum complexo de inferioridade em matéria de liberalismo comercial”, pois, na década de 1990, realizara “um dos mais rápidos, drásticos e maciços processos de abertura de que se tem registro em países industrializados”. Ressaltou, por fim, que em razão da abertura brasileira e da posterior retomada do crescimento, entre 1992 e 1996, as importações haviam aumentado cinco vezes mais do que as exportações<sup>1435</sup>.

Em agosto, perguntado pelo jornal *Correio Braziliense* sobre a ALCA, Lampreia demonstrou pouco otimismo sobre o avanço das negociações:

*Correio* – Então a constituição da ALCA está cada vez mais distante?

Lampreia – Acho que sim. Em primeiro lugar, a negociação ainda não esquentou. Nós colocamos em marcha a estrutura da negociação, mas o começo está sendo necessariamente lento. Eu diria que a ALCA está em banho-maria e vai ficar em banho-maria durante algum tempo. Inclusive, como disse antes, pelas relações negativas do setor privado americano. Os lobbies já foram muito agressivos e sua postura contrária a qualquer concessão. Evidentemente, por os americanos serem desfavoráveis em questões de maior acesso de produtos brasileiros ao mercado dos EUA, a ALCA perde muito interesse para nós<sup>1436</sup>.

Em setembro, defendeu a atuação conjunta como Mercosul na ALCA, com os seguintes argumentos:

[...] se nós atuarmos internacionalmente como Mercosul, as nossas circunstâncias nacionais ficam valorizadas, ficam reforçadas, e a nossa capacidade de barganha, por exemplo, frente aos EUA, na definição do que

serão as agendas e os mandatos negociadores da ALCA fica mais forte, mais robusta do que se estivéssemos atuando sozinhos<sup>1437</sup>.

#### 7.8.1.3.6. V Reunião Ministerial (Toronto, 1999)

O processo negociador progredia lentamente e os EUA buscavam obter avanços, ainda que menores. Assim, em novembro de 1999, realizou-se em Toronto a reunião ministerial da ALCA, onde, esperava Washington, pudesse serem adotadas “medidas de facilitação de negócios”<sup>1438</sup>. Seixas Corrêa declarou que o país não faria quaisquer concessões sem obter, em troca, compromissos concretos de desmantelamento das barreiras protecionistas norte-americanas. Da declaração conjunta do encontro ministerial constaram prazos para que os grupos de trabalho apresentassem resultados.

#### 7.8.1.4. OMC

Em 1º de janeiro de 1995, a Organização Mundial de Comércio (OMC) foi estabelecida para substituir o GATT. Teve assim início o estabelecimento de regras para o intercâmbio comercial, solução de controvérsias e negociações comerciais multilaterais ao mesmo tempo em que prosseguia, por outro lado, o movimento de criação de acordos regionais<sup>1439</sup>.

Para o Brasil, não parecia haver dúvida sobre o interesse no êxito de negociações multilaterais, embora qualquer abertura adicional da economia sempre trouxesse preocupações. Assim, em Vancouver, em novembro, durante reunião ministerial sobre o futuro das negociações comerciais multilaterais, o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, falou sobre as perspectivas da Conferência Ministerial de Cingapura. Com palavras reveladoras de pressões internas, afirmou que “a negociação no âmbito doméstico” podia ser “tão delicada e complexa quanto no âmbito internacional”.

Os avanços multilaterais eram menos abrangentes que os regionais, restringindo-se a negociações setoriais. Assim, em meados de janeiro de 1996, negociações em Genebra resultaram em um acordo promovido pelos EUA para a liberação do comércio mundial de serviços de telecomunicações<sup>1440</sup>.

A posição brasileira, naquele momento, era a de consolidar a OMC, antes de ampliar seu escopo. Nesse sentido, em artigo intitulado “O Brasil e a OMC”, publicado em fevereiro, Rego Barros observou que a diplomacia

brasileira vinha atribuindo grande importância à consolidação e ao bom funcionamento da OMC. Sua atuação fundava-se em três prioridades:

- (a) a preservação do papel do Brasil como um dos principais atores nas negociações dentro da OMC;
- (b) o aprofundamento da liberalização comercial em setores tradicionais; e
- (c) evitar que a eventual assimilação de novos temas à agenda da Organização se faça de modo precipitado ou em detrimento dos interesses dos países em desenvolvimento<sup>1441</sup>.

O Brasil não se mostrava, porém, fechado a discussões sobre novos temas. Em seminário sobre Regras Multilaterais de Investimentos, realizado em Brasília, em fevereiro, o Embaixador Rego Barros afirmou que, na percepção do governo brasileiro, o tema constituía “capítulo essencial de conversações e negociações multilaterais, especialmente em contexto internacional conformado pelos processos de globalização e liberalização das economias”. Declarou que o Brasil tinha “forte interesse na formação de um quadro internacional de regras consistentes, equilibradas e abrangentes sobre investimentos”. Na mesma linha, em julho, Lampreia publicou artigo em que afirmou que não interessava ao Brasil “retroceder no processo de liberalização comercial e integração econômica regional”. Ressaltou que tal processo vinha contribuindo para o desenvolvimento econômico do país, “para a sua integração competitiva na economia internacional” e para a estabilização da economia.

As regras da Rodada Uruguai ainda estavam sendo absorvidas e traziam restrições a políticas industriais. Assim, quando, naquele ano, o Brasil criou o chamado “regime automotivo” foi questionado no âmbito da OMC, no Comitê de Balanço de Pagamentos, pois o país alegou problemas desse tipo para justificar a imposição de certas medidas restritivas. Aquele órgão multilateral condenou a ação brasileira e não aceitou a existência de problema de balanço de pagamentos. Foram negociadas cotas tarifárias com países produtores que investiam no Brasil e outros, como forma para solucionar o impasse criado<sup>1442</sup>.

#### 7.8.1.4.1. I Conferência Ministerial (Cingapura, 1996)

Em dezembro, realizou-se, em Cingapura, a primeira Conferência Ministerial da OMC. Seria mais tarde conhecida pela introdução de temas

novos tais como investimentos e compras governamentais. Em discurso na ocasião, Lampreia demonstrou abertura para a negociação dos novos temas. Conclamou “todos os membros a cumprir integralmente e nos prazos previstos, os compromissos relativos ao Acordo de Agricultura”. Declarou a disposição brasileira “de aceitar a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da OMC para tratar do tema comércio e investimento”. Afirmou que estava o Brasil preparado para se engajar “em amplas negociações acerca de um acordo sobre investimentos” e considerava que estas deveriam ser conduzidas “no âmbito de uma organização verdadeiramente multilateral, como a OMC”. Anunciou que o país poderia também se associar à proposta de criar um Grupo de Trabalho para discutir e negociar um conjunto de princípios e procedimentos relativos à transparência das práticas de compras governamentais quanto aos métodos de licitação, bem como a notificação de oportunidades licitatórias oferecidas por governos federais e centrais. Por fim, assegurou que o Brasil não tinha nenhuma dificuldade com a questão do respeito aos padrões trabalhistas básicos, ressaltando que a OIT era o foro adequado para tratar do tema.

Durante a reunião, o desejo de países desenvolvidos na inclusão de novos temas encontrou a oposição de países em desenvolvimento. Como solução intermediária, foi determinada a criação de três novos grupos de trabalho para lidar com os temas das relações entre Comércio e Investimentos, Comércio e Políticas de Concorrência, e Comércio e Transparências em Compras Governamentais<sup>1443</sup>. Determinou-se também que o tema “facilitação de comércio” (eliminação de trâmites burocráticos) fosse examinado pela organização. Acordou ser o tema de “padrões trabalhistas” de competência da Organização Internacional do Trabalho - OIT<sup>1444</sup>. O Brasil não fez parte dos 40 países que assinaram o Acordo de Tecnologia da Informação reduzindo a zero suas tarifas sobre bens de tecnologia de comunicação<sup>1445</sup>. Francisco Dornelles, Ministro da Indústria e Comércio, presente à reunião, defendeu a posição brasileira contrária a essa adesão.

Lampreia analisou os resultados de Cingapura, em artigo publicado ainda em dezembro. Afirmou que a declaração ministerial constituía um “primor de equilíbrio e moderação”. Declarou que nela haviam sido resguardados todos os interesses do Brasil e haviam prevalecido muitas das teses brasileiras: “a compatibilidade do regionalismo aberto com o multilateralismo, a inter-relação entre investimentos e políticas de concorrência, a referência aos direitos dos trabalhadores, a transparência nas compras governamentais e a referência expressa ao relatório do

Comitê de Agricultura”. Notou ainda que a declaração havia dado razão ao entendimento, ressaltado pelo Brasil, de que a reunião não deveria produzir decisões espetaculares, uma vez que os resultados da Rodada mal haviam sido internalizados e já era considerável a carga de trabalho da OMC.

Em fevereiro de 1997, o governo brasileiro informou que o Representante Permanente do Brasil junto aos organismos internacionais com sede em Genebra, Embaixador Celso Lafer, fora eleito, Presidente do Conselho Geral da OMC para o ano de 1997. Notou que Lafer, no ano anterior, exercera a Presidência do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

Em março, o Itamaraty anunciou ter o Órgão de Apelação da OMC apresentado relatório que ratificou a decisão de “painel” sobre o diferendo entre o Brasil e as Filipinas a respeito de coco ralado. Informou que a sentença, plenamente favorável às teses do Brasil, encerrara definitivamente o caso no âmbito da OMC.

Na OMC, questionava-se a proliferação de acordos regionais, qualificados pelo economista indiano Jagdish Bhagwati de “prato de *spaghetti*”, pois criariam dificuldades para o comércio mundial, dadas as regras múltiplas existentes em plano mundial. O tema foi tratado em seminário realizado em Belo Horizonte, em março de 1997, pelo Embaixador Celso Lafer que assim resumiu sua visão da questão da globalização representada pela OMC e a regionalização:

[...] gostaria de realçar alguns pontos: O primeiro e óbvio é que o regionalismo deve ser compatível com o sistema multilateral de comércio. Uma segunda observação é que o multilateralismo não pode ser tão ambicioso quanto os acordos regionais. [...] Uma terceira conclusão é que os acordos regionais baseados no conceito de regionalismo aberto podem contribuir para a liberalização do comércio mundial. Essa ação pode ser reforçada pela aproximação dos acordos regionais como pontos de apoio sobre os quais se desenvolverá o comércio. Outro ponto a ser considerado reside no fato de que o regionalismo, se compatível com o sistema mundial de comércio, constitui importante forma de inserção no processo de globalização [...]<sup>1446</sup>

As economias mais desenvolvidas continuavam a exercer pressões para maior abertura comercial no plano multilateral. Em julho de 1997, durante a Cúpula do G-7, realizada em Denver, com a presença da Rússia, os participantes apoiaram a conclusão de um acordo sobre serviços financeiros na OMC<sup>1447</sup>. Mas o consenso para negociações sofria

dificuldades no próprio campo dos proponentes: em novembro de 1997, o Congresso americano recusou-se a permitir que Clinton tivesse poderes amplos – *fast track* – para avançar negociações comerciais<sup>1448</sup>.

O desejo do G-7 se veria de certa forma atendido tendo, em 12 de dezembro de 1997, sido concluído o Protocolo sobre os Serviços Financeiros, na OMC<sup>1449</sup>. As concessões brasileiras foram reduzidas. O seguro e o resseguro continuaram a ser monopólios públicos. As principais concessões foram o compromisso de participação de estrangeiros em privatização e de instituições financeiras, e a garantia de presença comercial de bancos estrangeiros adquirentes de bancos públicos<sup>1450</sup>.

#### 7.8.1.4.2. II Conferência Ministerial (Genebra, 1998)

Em meio a manifestações e protestos nas ruas, em maio de 1998, realizou-se, em Genebra, a II Conferência Ministerial da OMC, coincidente com a celebração do cinquentenário do sistema multilateral de comércio<sup>1451</sup>. Seus resultados foram reduzidos, pois limitaram-se à adoção de um programa de trabalho para a elaboração de recomendações para a reunião ministerial seguinte. Clinton visitou a sede da OMC para exortar seus membros a adotarem processo decisório mais aberto e tomar em consideração condições ambientais e trabalhistas nas negociações comerciais<sup>1452</sup>.

O Brasil utilizava o foro da OMC para fazer valer seus direitos em reivindicações específicas. Lampreia resumiria algumas dessas ações:

Iniciamos em 1998 duas novas questões, uma contra o Canadá, em razão dos subsídios concedidos ao avião competidor do nosso jato EMBRAER EMB-145, e outro contra a UE, pela maneira inexata e injusta de penalizar nossas exportações de café solúvel. Isso não quer dizer que o Brasil vá agora levar todo e qualquer caso à OMC: mas sempre que, esgotados os procedimentos diplomáticos, consultas e tentativas de conciliação normais, não obtivermos satisfação, também não hesitaremos em fazê-lo<sup>1453</sup>.

Em 1999, já era mais clara a importância que ganhava a agricultura para o Brasil nas negociações comerciais. Lampreia ressaltou esse ponto ao abrir, em fevereiro, reunião do Foro Empresarial Mercosul – Europa:

Sublinho, aqui, a preocupação especial do Brasil e de nossos parceiros do Mercosul com a agricultura. No intuito de isolá-las das regras normais da competição, foi montado o maior aparato de protecionismo e subsídio de que se tem notícia, para a preservação dos interesses de um único setor.



Mais de 160 bilhões de dólares são despendidos a cada ano por países desenvolvidos para impedir que sua agricultura se veja exposta as regras de concorrência. E pior ainda: para distorcer, com o uso de subsídios, a concorrência em terceiros mercados.

Em julho, Lampreia declarou que a agricultura era a “principal bandeira nas negociações comerciais”. Afirmou contar o Brasil com “aliados mais sólidos do que no passado”. Mencionou nesse sentido que o Grupo de Cairns estava coeso e notou que os EUA haviam declarado firme compromisso com a abertura de maior espaço para os produtos agrícolas no comércio internacional.

#### 7.8.1.4.3. III Conferência Ministerial (Seattle, 1999)

O processo de negociação multilateral parecia, no entanto, perder impulso. Em dezembro, realizou-se em Seattle a III Reunião Ministerial da OMC, em meio a protestos ainda mais fortes contra a globalização<sup>1454</sup>. Lampreia afirmou na reunião que a maior responsabilidade daquele encontro, e o cerne de seu mandato, era o tratamento das distorções mais sérias, que ainda afetavam o comércio internacional, especialmente o comércio de bens agrícolas. Durante o encontro, fracassaria a tentativa de lançamento de uma Rodada do Milênio no início de 2000. A UE e o Japão se recusavam a reduções de proteção na área agrícola. Os EUA insistiam na inclusão do tema conhecido como “padrões trabalhistas”<sup>1455</sup>.

Celso Amorim, então Embaixador em Genebra, observou que o impasse que se verificou em Seattle era previsível. Qualificou a posição dos diversos países ou grupos de países à véspera do encontro: EUA teriam sido ambivalentes, vários países em desenvolvimento mantinham atitude desconfiada ou reticente, e a CEE mostrara-se contraditória. Concluiu ter o Brasil apoiado a iniciativa do lançamento de uma nova rodada pelas seguintes considerações: “a convicção de que a rodada contribuiria para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, corporificado na OMC, equilibrando e colocando em contexto apropriado iniciativas de natureza regional, ou mesmo inter-regional; país com estrutura de comércio exterior geograficamente equilibrada, o Brasil tem um forte interesse (vested interest) na preservação e fortalecimento do Sistema Multilateral de Comércio; a percepção, teoricamente correta, de que uma rodada ampla contribuiria para tornar mais significativas (e conducentes a uma real liberalização) as negociações mandatadas em agricultura, setor em que somos fortemente competitivos; e (a ideia de que), além disso, um novo ciclo de negociações

poderia, em tese, viabilizar mudanças em certos aspectos dos acordos da rodada, que não davam um tratamento justo a nossos interesses. Era o caso notoriamente do acordo sobre medidas antidumping”<sup>1456</sup>.

Lampreia analisou o ocorrido na reunião em artigo publicado no dia 20 de dezembro. Afirmou que o impasse, que adiou *sine die* o lançamento da Rodada do Milênio, fora resultado tanto dos conflitos de interesse próprios ao processo negociador da OMC como de fatores exógenos à agenda das negociações multilaterais de comércio. Notou que no campo da negociação propriamente dita, agricultura, *antidumping*, padrões trabalhistas e o acesso ao público e das ONGs aos trabalhos da OMC haviam sido o ponto focal das desavenças. Quanto a agricultura, frisou que o consenso fora desfeito quando se evidenciara que a UE não o aceitaria sem o acordo sobre os demais temas críticos. Mencionou ainda terem Japão, Coreia, Suíça e Noruega insistido na referência à multifuncionalidade do setor agrícola, conceito rejeitado pelo Brasil e pelos demais membros do Grupo de Cairns que nele viam uma tentativa de legitimar políticas protecionistas e subsídios. Observou ainda que outro foco de conflitos fora o Acordo Antidumping, tendo os EUA se mostrado irredutíveis a qualquer proposta de revisão. Expressou a preocupação brasileira pela falta de resultado positivo em Seattle.

## 7.8.2. Finanças

O Brasil enfrentaria o impacto de três crises financeiras internacionais: a mexicana, a asiática e a russa.

### 7.8.2.1. Crise mexicana

A primeira crise financeira foi a mexicana. O peso mexicano vinha declinando rapidamente e minando a capacidade mexicana de emprestar recursos. Com apenas US\$ 6 bilhões em reservas, o país devia US\$ 30 bilhões em 1995, um terço a ser pago no primeiro trimestre<sup>1457</sup>. Em fevereiro de 1995, o FMI concordou com pacote de US\$ 18 bilhões para resgatar a economia do México<sup>1458</sup>. A crise mexicana afetou fortemente os mercados emergentes no primeiro semestre de 1995<sup>1459</sup>.

Em 1995, às vésperas da reunião de Cúpula do Grupo dos Oito, em Halifax, o Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu cartas aos participantes a respeito da necessidade de cooperação internacional para o controle dos fluxos de capital<sup>1460</sup>.

Em julho, Lampreia fez uma análise da situação financeira brasileira diante da crise mexicana. Informou que a perda de reservas nacionais de capital estrangeiro no primeiro trimestre do ano fora equivalente a US\$ 5 bilhões, dos quais cerca de US\$ 3,7 bilhões em aplicações de curto prazo em títulos. Observou também que as reservas brasileiras haviam caído de US\$ 38,8 bilhões em dezembro de 1994, para US\$ 33,7 bilhões em março. Ressaltou que, entretanto, a partir de abril, as reservas monetárias haviam recuperado mais de US\$ 3,5 bilhões, no que considerou um sinal de que a confiança dos investidores no Brasil não fora abalada pelas condições adversas do mercado internacional no primeiro trimestre. Discorreu sobre a consolidação do programa de estabilização que incluía “a privatização, estimulando o investimento e atraindo capital estrangeiro”; e “abertura comercial, até mesmo face a dificuldades circunstanciais”. Ao analisar o cenário econômico internacional, afirmou que os efeitos negativos da crise mexicana pareciam haver sido superados no Brasil “com apenas pequenos ajustes no programa de estabilização”.

#### *7.8.2.2. Crise asiática*

A segunda crise internacional ocorreu, em julho de 1997, quando a bolsa de valores da Tailândia foi afetada pela perspectiva de estouro da bolha asiática. Espalhou-se pela Indonésia, Filipinas e Malásia. A Tailândia e a Indonésia recorreram ao FMI, mas desvalorizaram suas moedas<sup>1461</sup>. Em outubro, a bolsa de Hong Kong caiu e provocou pânico internacional que, nas palavras de Norman Gall, “consumiu US\$ 10 bilhões das reservas brasileiras em uma semana”<sup>1462</sup>. Em novembro, a crise alcançara a Coreia do Sul que teve de pedir ao FMI empréstimo de US\$ 20 bilhões<sup>1463</sup>. Em dezembro, o governo dos EUA concordaram em contribuir com US\$ 1,7 bilhão para a economia sul-coreana<sup>1464</sup>.

#### *7.8.2.3. Crise russa*

A terceira crise internacional foi a da Rússia em 1998<sup>1465</sup>. Antes de sua ocorrência, parecia que a economia brasileira se recuperava da crise asiática. Em discurso proferido em Miami, em fevereiro de 1998, o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário-Geral das Relações Exteriores, informou que os investimentos estrangeiros diretos no Brasil

havia chegado a US\$ 17 bilhões em 1997, o que representava um aumento de 70% em relação a 1996, quando esse total fora de US\$ 9,9 bilhões, e um aumento de 800% sobre o total de 1994, que fora de US\$ 2,2 bilhões. Em março de 1998, Fernando Henrique Cardoso viu-se forçado a abandonar ambicioso plano de combate à pobreza em consequência da crise econômica que forçou a desvalorização do real<sup>1466</sup>.

A crise asiática expusera a fragilidade da economia russa<sup>1467</sup>. Em meados de agosto, a Rússia se tornara inadimplente em sua dívida externa e causava quedas nas bolsas de valores de vários países, inclusive nos EUA<sup>1468</sup>. Lampreia narrou que preparava-se para uma entrevista à imprensa quando a televisão dava aos brasileiros, em 17 de agosto de 1998, a notícia da moratória russa. Disse que já estava preocupado com o quadro financeiro internacional e logo sentiu a gravidade do acontecimento. Narrou como, em poucos dias, o Brasil perdeu parcela importante de suas reservas e o governo se viu obrigado, para defender o real, a promover uma drástica elevação dos juros e a antecipar medidas de contração fiscal. Afirmou que foi o momento mais dramático do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique<sup>1469</sup>.

Em 19 de agosto, a Rússia deixou de efetuar pagamento de títulos de curto prazo e desvalorizou o rublo que perdeu 70% de seu valor contra o dólar americano nos seis meses seguintes. Diversos bancos russos faliram e milhões de pessoas perderam suas economias. Após a moratória russa, ampliou-se debate internacional sobre os fluxos financeiros internacionais, preocupando-se o governo brasileiro em ter assentos nos foros em que estes fossem discutidos<sup>1470</sup>.

Na AGNU, em setembro, Lampreia reiterou as mensagens dirigidas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso aos integrantes do G-7 com propostas para “aumento da cooperação entre autoridades monetárias; ampliação da coordenação de políticas macroeconômicas” entre países que pudessem ter “impacto significativo nas finanças mundiais”; “aperfeiçoamento da capacidade internacional de monitorar políticas macroeconômicas domésticas”; e “expansão dos mecanismos de estabilização de moedas submetidas a ataque especulativo”.

Na Cúpula Ibero-Americana realizada em Portugal, em outubro de 1998, Fernando Henrique Cardoso tratou da crise financeira. Falou da “necessidade de maior transparência; o aprimoramento dos instrumentos de supervisão e regulação; a melhor capacitação das instituições financeiras internacionais e a adoção por elas de um enfoque preventivo; e – por último, mas não menos importante – mecanismos para minimizar o impacto social das crises”. Disse que era “preciso enfrentar, ainda, outras fontes de instabilidade”, como “o excesso de alavancagem e a volatilidade

dos fluxos de capital”. Propôs a regulação dos Fundos de Investimentos e outras instituições não bancárias que trabalhavam *off balance* e *offshore*.

No segundo semestre de 1998, superada a crise asiática, o governo conseguiu concluir a privatização da Telebrás<sup>1471</sup>. Apesar disso, diante de um déficit em conta corrente de US\$ 30 bilhões, o governo brasileiro iniciou, poucas semanas antes das eleições, negociações com o FMI<sup>1472</sup>. Em novembro, a economia brasileira foi salva por pacote de US\$ 41,5 bilhões do FMI<sup>1473</sup>. O bom relacionamento desenvolvido entre os Presidentes Clinton e Fernando Henrique Cardoso contribuiu para a aprovação desse plano de apoio financeiro que incluiu também financiamentos de um grupo de vinte países-membros do Banco de Compensações Internacionais, inclusive os EUA<sup>1474</sup>. Desse total, US\$ 18 bilhões seriam do FMI e o restante de outros organismos internacionais e governos, entre os quais os dos EUA (US\$ 5 bilhões), Reino Unido, Itália, Alemanha, França, Japão e Espanha<sup>1475</sup>. Diferentemente do ocorrido com Tailândia, Coreia do Sul, Indonésia e Rússia, o pacote foi concedido antes que o país entrasse em moratória<sup>1476</sup>.

Passada a terceira crise, em janeiro de 1999, o governo brasileiro mudou o regime de câmbio para um sistema flutuante<sup>1477</sup>. O câmbio escalou rapidamente de 1,20 reais por dólar para mais de 2,00, em menos de 45 dias. Essa forte desvalorização cambial do real, foi seguida de aumento da taxa de juros no país<sup>1478</sup>.

## 7.9. O Serviço Exterior Brasileiro

Em março de 1998, o Itamaraty divulgou nota voltada a desmentir notícia sobre ampliação de seus gastos em 1997. Ressaltou que as despesas de manutenção de suas 164 representações no exterior (Embaixadas, Consulados e Representações Permanentes junto a Organismos Internacionais) e de execução de diversas atividades de política exterior haviam totalizado US\$ 182,9 milhões, em 1997, valor inferior aos US\$ 189,6 milhões, em 1996.

No seu Relatório de Gestão, em 1998, o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Sebastião do Rego Barros, ressaltou, entre várias medidas administrativas tomadas, a virtual eliminação de “interferências externas” no processo de promoções de diplomatas; o Decreto n° 2.341/97 que limitou em dez anos a permanência no exterior de Ministros de Primeira Classe; e a implantação de Gratificação de Desempenho Diplomático a partir de 1995. Recomendou que se buscasse encontrar soluções para problemas de moradia funcional em Brasília; auxílio moradia no exterior; seguro médico e

de vida; e auxílio-educação no exterior<sup>1479</sup>. Relatou mudanças na estrutura do Itamaraty; a modernização de rotinas e métodos de trabalho no Ministério; a adequação da lotação dos postos às necessidades de serviço (que implicou na diminuição de vagas na Europa Ocidental; e medidas para incentivar a lotação nos postos “C”); e a valorização dos postos no exterior, com a atribuição de funções de preparação de subsídios para visitas presidenciais. Narrou ainda medidas adotadas para a distribuição de recursos humanos e materiais, segundo as prioridades da política externa; e recomendou esforços para melhora da qualidade da informação diplomática<sup>1480</sup>.

Em abril de 1999, o Itamaraty anunciou a desativação temporária de missões diplomáticas e fechamento de repartições consulares, em decorrência da implementação de um plano de contenção de despesas que contemplava a racionalização dos serviços, o redimensionamento do quadro de pessoal no exterior, a desativação temporária de missões diplomáticas e o fechamento de repartições consulares. Esclareceu que três Embaixadas – Iaundê (Camerum), Coveite e Túnis (Tunísia) – estavam sendo desativadas; sete Consulados-Gerais – Atlanta, Genebra, Hamburgo, Marselha, San Juan, Vancouver e Xangai – e cinco Vice-Consulados – Bella Unión, Bernardo de Irigoyen, Iquitos, Mello e Posadas – seriam fechados. Esclareceu que, ademais, dar-se-ia início pelo Consulado Geral em Paris ao processo de incorporação às Embaixadas dos Consulados localizados nas capitais.

Em palestra pronunciada em novembro de 1999, Seixas Corrêa informou que a rede de postos no exterior era composta de 134 unidades: 90 embaixadas, 7 representações junto a organismos internacionais, 3 escritórios e 34 consulados de carreira. Acrescentou que a carreira de diplomatas tinha naquele momento 1.037 funcionários em atividade, cerca da metade lotados no Brasil e a outra metade em postos no exterior. Notou que havia então 64 funcionários exercendo funções em outros órgãos da Administração Pública<sup>1481</sup>. Notou que, naquele momento, havia apenas dois Embaixadores políticos (UNESCO e Cuba), ressaltando que esse era “um dos aspectos essenciais da tradição de estabilidade e de profissionalismo do serviço diplomático brasileiro”.

## 7.10. O Serviço Consular Brasileiro

No final de 1995, já era clara para o Itamaraty a importância de fenômeno que tivera início na década anterior e representava crescente desafio para os postos brasileiros no exterior, isto é, o atendimento aos brasileiros que haviam emigrado.

O Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Sebastião do Rego Barros, chamou a atenção para o problema em artigo que afirmou:

Apurou-se [...] a existência de aproximadamente um 1,5 milhão de brasileiros vivendo no exterior, cifra superior à população de vários estados do Brasil. As maiores concentrações de brasileiros residentes foram encontradas em três países: nos EUA são cerca de 600 mil; no Paraguai, em torno de 350 mil; e no Japão, aproximadamente 200 mil<sup>1482</sup>.

Em exposição à Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados, em abril de 1996, Lampreia informou que o Itamaraty vinha passando por uma grande renovação em sua área consular e já concentrava cerca de 30% do seu pessoal nas tarefas consulares e de assistência a brasileiros no exterior.

Tal como seus dois antecessores imediatos, Luiz Felipe Lampreia constatou, em outubro, a importância que passara a ter para a diplomacia brasileira a assistência de brasileiros que decidiram residir no exterior:

[...] o fenômeno da imigração ilegal parece longe de se reverter, especialmente na medida em que diversos mecanismos que operam sob a globalização produzem ou acentuam as desigualdades dentro dos países ou entre os países. Como país de crescente imigração em direção ao exterior – um fenômeno novo do ponto de vista social e diplomático para nós –, o Brasil deve acompanhar com crescente atenção o fenômeno, na medida em que ele gera não apenas restrições importantes ao livre trânsito internacional de pessoas, mas também atitudes individuais ou coletivas de discriminação nos países recipiendários e políticas de contenção e reversão das correntes migratórias nesses mesmos países. O crescimento da xenofobia é um corolário desse fenômeno e pode afetar também a comunidade brasileira no exterior.

[...] a presença, em diversos pontos do globo, de imigrantes brasileiros, que já vão constituindo colônias brasileiras em vários países.

Essas colônias, cuja preservação do vínculo com o Brasil interessa profundamente ao Estado brasileiro, têm efeitos muito claros sobre as nossas relações exteriores, na medida em que geram uma necessidade de proteção e acompanhamento por parte do governo e na medida em que contribuem para criar vínculos mais fortes, e de uma natureza diferente, com os países recipiendários.



A tendência previsível nos próximos anos é de consolidação dessas comunidades, que começam a participar intensamente da vida econômica e social de muitas cidades e regiões no exterior e parecem estar destinadas a durar<sup>1483</sup>.

No mês seguinte, o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Rego Barros, resumiu as consequências dessa nova situação migratória e as medidas que vinham sendo tomadas:

Além da demanda por serviços cartoriais prestados pela rede consular, aumentam as necessidades de apoio consular a todos os brasileiros e de incentivo à organização das comunidades brasileiras fora do país. Temos respondido a esses novos desafios através do fortalecimento da nossa rede consular e de fórmulas criativas, como os Consulados Itinerantes, as cartilhas consulares e os Conselhos dos Cidadãos – formas de levar ao cidadão brasileiro no exterior a presença do Estado brasileiro e os serviços e a participação a que esse cidadão tem pleno direito<sup>1484</sup>.

Em artigo publicado em dezembro, Rego Barros fez ampla análise da nova política de assistência aos brasileiros no exterior. Descreveu as bases conceituais do Itamaraty para nortear suas ações e projetos no campo consular: (a) a assistência e proteção aos brasileiros no exterior como uma das prioridades da política externa brasileira; (b) uma mudança na cultura administrativa do Itamaraty no tocante ao atendimento ao cidadão brasileiro que recorre aos Consulados e Embaixadas; (c) previsão de que o Consulado, ou o Serviço Consular da Embaixada, deveria ir ao encontro dos cidadãos, ao encontro das comunidades brasileiras, deixando sua posição anterior de mero receptor de demandas; e (d) a divulgação das funções consulares. Pormenorizou alguns projetos que o Itamaraty elaborara e estavam em execução e que haviam imprimido “novas e importantes características às funções consulares”: criação dos Conselhos de Cidadãos junto aos Consulados e Embaixadas; abertura de novas repartições consulares de carreira; ampliação da rede Consular Honorária; instituição do Sistema de Consulados Itinerantes; assistência a presos brasileiros no exterior; prestação de assistência jurídica em situações determinadas; reserva de Assistência Consular; edição de Cartilhas Consulares; criação da Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior; contatos diretos com as comunidades brasileiras no exterior; e criação do Núcleo de Assistência ao Brasileiro.



Noutra iniciativa voltada ao atendimento de serviços consulares, em janeiro de 1997, o Diretor de Assuntos Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior do Itamaraty, Embaixador Afonso Massot, efetuou viagem oficial ao Japão, onde residiam, naquele momento, aproximadamente 190.000 brasileiros.

Em março de 1997, Rego Barros relataria novos progressos na atuação consular:

O leque das medidas tomadas, sobretudo nos últimos dois anos, é bastante diversificado e inclui: a ampliação da rede consular; a instalação de dezenas de Conselhos de Cidadãos, órgãos que propiciam permanente interação entre as autoridades consulares e pessoas representativas das comunidades brasileiras; a organização de consulados itinerantes, forma ágil, eficiente e econômica de estender a ação consular a comunidades afastadas da sede da repartição, em geral de menores recursos e meios econômicos; a distribuição de cartilhas consulares; e a negociação de instrumentos jurídicos que ampliem a proteção a nacionais brasileiros no exterior, desde acordos de isenção de vistos a acordos de transferência de presos ou de cooperação judiciária com países de diversos continentes<sup>1485</sup>.

Em abril de 1997, o Itamaraty deu explicações sobre a questão de dentistas brasileiros em Portugal. Esclareceu que o governo brasileiro vinha procurando sensibilizar o governo português para a necessidade de uma solução definitiva para a questão, ainda pendente, dos cirurgiões-dentistas portadores de títulos e diplomas emitidos por Universidades brasileiras e que exerciam atividades em Portugal amparados por Acordos internacionais livremente assinados. Informou ter sido surpreendido com a aprovação da Proposta de Lei do Executivo português, na comissão de Generalidades, o que determinaria o envio imediato da matéria às comissões Especializadas da Assembleia da República. Lamentou não ter sido atendido no seu pleito de sustação do rito legislativo e que as alterações introduzidas não contemplavam suficientemente as ponderações objetivamente apontadas. Ressaltou que o não atendimento à solicitação do governo brasileiro tornava mais difícil a justa solução pretendida, o que em nada contribuía para o aprimoramento do relacionamento bilateral. Anunciou que iria renovar suas gestões junto ao governo português para que promovesse alterações na Proposta de Lei, contemplando definitivamente o direito de equivalência para os profissionais brasileiros.

Em artigo intitulado “A Nova Política de Assistência aos Brasileiros no Exterior”, Rego Barros anunciou que já haviam sido tomadas, entre

outras, as seguintes medidas na área consular: criados 29 Conselhos de Cidadãos; abertas novas repartições consulares (Consulado Geral em Tóquio, em 1995; Cidade do Cabo e Atlanta, em 1996); criados Consulados Honorários nos EUA, Finlândia, Polônia e Egito; realizadas mais de 30 missões consulares itinerantes; e feito levantamento de brasileiros presos no exterior (cerca de 900 em 40 países)<sup>1486</sup>.

Por sua vez, na cerimônia, em Hong Kong, em julho de 1997, Lampreia notou que a iniciativa de criar conselhos de cidadãos, voltada a “encurtar a distância ainda existente entre os nacionais brasileiros e a rede consular” vinha apresentando resultados positivos em todas as partes do mundo<sup>1487</sup>.

### 7.11. Síntese da gestão de Lampreia

Ao transmitir o cargo a Celso Lafer, em 29 de janeiro de 2001, Lampreia afirmou que as transformações ocorridas no Brasil o haviam aproximado, por decisão própria, do curso central da história mundial, em uma Era na qual a democracia política e a liberdade econômica eram as referências fundamentais. Declarou que fora esse sentido de convergência que levava o governo em sua gestão a resgatar as “últimas hipotecas diplomáticas, tais como a ratificação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, a adesão ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, o reconhecimento da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos”. Disse que fora também o espírito com que o Brasil defendera “a integridade do regime democrático em países” da região, e participara da negociação multilateral e regional de normas e regimes na área econômico-comercial.

Da extensa gestão de Lampreia no Itamaraty poderiam ser mencionadas algumas ações que se destacaram, seja por modificarem posições anteriores, seja por sua firmeza diante de resistências internas no Brasil. Assim, Lampreia ousou quando visitou dissidente em Cuba e, sobretudo, quando - instruído pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso - assinou o TNP, modificando decisão que perdurava desde 1968, quando o Brasil se abstivera em voto de resolução que endossou o projeto daquele tratado<sup>1488</sup>. Também mudou a ênfase na questão da reforma do CSNU, ao declarar que o governo não subordinaria sua política externa a esse objetivo, nem deixaria que ele afetasse adversamente as prioridades da ação internacional brasileira. Teve muita relevância a realização da Cúpula Sul-Americana, por se tratar da primeira do gênero e por sua ampla aceitação na sub-região. No Oriente Médio, a aproximação de Israel rompeu também

com política que prevalecia desde 1973<sup>1489</sup>. A intermediação exercida durante a Guerra do Cenepa entre Peru e Equador mereceu elogios internacionais. Importante modificação foi promovida na questão de assistência consular com o fortalecimento da rede consular e a adoção de medidas como os Consulados Itinerantes, as cartilhas consulares e os Conselhos dos Cidadãos. Finalmente, nas negociações comerciais, foram mantidas todas opções, ou seja, Mercosul, ALCA, Mercosul – UE e a OMC.

- 
891. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 10.  
 892. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *O Brasil desde 1980*, p. 49.  
 893. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *O Brasil desde 1980*, p. 92.  
 894. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *O Brasil desde 1980*, p. 94.  
 895. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *O Brasil desde 1980*, p. 95.  
 896. Niall Ferguson, *The The Cash Nexus*, 380, com base em [www.census.gov/ipc/www/worldhis.html](http://www.census.gov/ipc/www/worldhis.html).  
 897. Niall Ferguson, *The The Cash Nexus*, 380, com base em Alesina, Spolaore and Wacziarg, 'Economic Integration', pp. 1, p. 23.  
 898. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 176.  
 899. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *O Brasil desde 1980*, p. 209.  
 900. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 105.  
 901. Niall Ferguson, *The Cash Nexus*, 350-351, com base em dados da Freedom House, *Annual Survey of Freedom*.  
 902. Niall Ferguson, *The The Cash Nexus*, 383, com base no *Yearbook of International Organizations* citado por Simon Jenkins, *The Power of NGOS*.  
 903. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 32.  
 904. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, pp. 37-8.  
 905. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, 106 e Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, no.78, p. 259.  
 906. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 174.  
 907. Luiz Felipe Lampreia, discurso na posse de Seixas Corrêa, *Política Externa*, vol.7, nº3, pp. 98-9.  
 908. Gelson Fonseca com a colaboração de José Humberto Brito Cruz, "Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos pólos de poder e a inserção internacional do Brasil", in *Política Externa*, vol.7, nº4, março-abril-maio 1999, pp. 51-3.  
 909. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, pp. 11-12.  
 910. Monica Hirst, "As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no latu e strictu sensu", in *Política Externa*, vol. 14, nº3 dez/janfev 2005-2006, p. 13.  
 911. Eugênio Vargas García, *Diplomacia brasileira e política externa*, pp. 671-2.  
 912. José Luiz Machado e Costa, "Balanço estratégico na América do Sul e o papel do Brasil na construção de uma visão sul-americana de defesa: condicionantes, singularidades e parâmetros" in *Política Externa*, vol. 7, nº 4, março-abril-maio 1999, p. 71.  
 913. Henry Raymond, *Troubled Neighbors*, p. 290.  
 914. Fernando Henrique Cardoso, *A Arte da Política*, p. 620.  
 915. Eugênio Vargas García, *Diplomacia brasileira e política externa*, p. 678.  
 916. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 198.  
 917. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 198.  
 918. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, "Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2, 2001, p. 135.  
 919. Henry Raymond, *Troubled Neighbors*, p. 295.  
 920. Paulo Sotero N. Marques, "Nova relação entre Washington e Buenos Aires põe em risco o Mercosul?" in *Política Externa*, vol.6, nº 2, setembro-outubro-novembro1997, p. 53.  
 921. José Sarney, "Argentina, Brasil e EUA" in *Política Externa*, vol.6, nº2, p. 133.  
 922. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 235.  
 923. Pedro Mota Pinto Coelho, "Relações Brasil-Argentina e o Mercosul: uma visão geoeconômica da integração" in *Política Externa*, vol. 7, nº 1, junho-julho-agosto 1998, p. 36.  
 924. Pedro Mota Pinto Coelho, "Relações Brasil-Argentina e o Mercosul: uma visão geoeconômica da integração" in *Política Externa*, vol. 7, nº 1, junho-julho-agosto 1998, p. 37.  
 925. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 199.  
 926. Ana Maria Stuart, "Política externa e institucionalidade democrática na Argentina. Uma trajetória de desencontros." In *Política Externa*, vol.10, no.1, jun/jul/ago 2001, p. 35.

927. Raúl BernAl-Meza e Silvio Quintanar, "Argentina: entre o Mercosul e a ALCA", in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 44, no.2, 2001, 156, com base em dados do Ministério da Economia da Argentina.
928. Fernando Henrique Cardoso, A Arte da Política, p. 280.
929. Antonio Patriota, O CSNU após o Conflito do Golfo, p. 141.
930. Monica Hirst, "As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no latu e strictu sensu", in Política Externa, vol. 14, no3 dez/janfev 2005-2006, p. 13.
931. Monica Hirst, "As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no latu e strictu sensu", in Política Externa, vol. 14, no3 dez/janfev 2005-2006, p. 20.
932. Rafael Duarte Villa e Vivian Dávila Urquidi, "Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo", em Política Externa, vol.14, no.4, mar/abr/mai 2006, p. 72.
933. Gustavo Fernández Saavedra, "Bolívia: hora de mudar de direção", in Política Externa, vol. 12, no.4, mar/abr/mai 2004, p. 102.
934. Gustavo Fernández Saavedra, "Bolívia: hora de mudar de direção", in Política Externa, vol. 12, no.4, mar/abr/mai 2004, p. 99.
935. Gustavo Fernández Saavedra, "Bolívia: hora de mudar de direção", in Política Externa, vol. 12, no.4, mar/abr/mai 2004, p. 100.
936. Gustavo Fernández Saavedra, "Bolívia: hora de mudar de direção", in Política Externa, vol. 12, no.4, mar/abr/mai 2004, p. 100.
937. Gustavo Fernández Saavedra, "Bolívia: hora de mudar de direção", in Política Externa, vol. 12, no.4, mar/abr/mai 2004, p. 100.
938. Gustavo Fernández Saavedra, "Bolívia: hora de mudar de direção", in Política Externa, vol. 12, no.4, mar/abr/mai 2004, p. 97.
939. Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Externa, no.78, p. 124.
940. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 199.
941. Osmar Chohfi, "Gerenciamento de crises: a questão fronteiriça Peru-Ecuador", in Política Externa, vol. 11, no.3, dez/jan/fev 2002/2003, p. 139.
942. Luiz Felipe Lampreia, Diplomacia Brasileira, p. 220.
943. Osmar Chohfi, "Gerenciamento de crises: a questão fronteiriça Peru-Ecuador", in Política Externa, vol 11, no.3, dez/jan/fev 2002/2003, p. 140.
944. Luiz Felipe Lampreia, Diplomacia Brasileira, p. 220.
945. Eugênio Vargas García, Diplomacia brasileira e política externa, p. 666.
946. Rafael Duarte Villa e Vivian Dávila Urquidi, "Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo", em Política Externa, vol.14, no.4, mar/abr/mai 2006, p. 63.
947. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 198.
948. Luiz Felipe Lampreia, Diplomacia Brasileira, p. 220.
949. Osmar Chohfi, "Gerenciamento de crises: a questão fronteiriça Peru-Ecuador", in Política Externa, vol 11, no.3, dez/jan/fev 2002/2003, p. 142.
950. Luiz Felipe Lampreia, O Brasil e os ventos do mundo, p. 152.
951. Luiz Felipe Lampreia, Diplomacia Brasileira, 378 e Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Externa, no. 83, p. 58.
952. Luiz Felipe Lampreia, Diplomacia Brasileira, p. 220.
953. William J. Clinton, My life, pp. 821-2.
954. Luiz Felipe Lampreia, Diplomacia Brasileira, p. 216.
955. Paulo Roberto C. Tarrisse da Fontoura, O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU, p. 203.
956. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 199.
957. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 311.
958. David Reynolds, On World Divisible, p. 612.
959. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 621.
960. William R. Keylor, The Twentieth-Century World, p. 543.
961. William J. Clinton, My life, 701, e a própria Secretária de Estado em seu livro de memórias afirmam que Albright declarou que derrubar aviões era ato de covardice e não prova de ter "cojones" (sic).
962. John W. Young e John Kent, International Relations, pp. 620 e 679.
963. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 680.
964. Luiz Felipe Lampreia, Diplomacia Brasileira, p. 238 e Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Externa, no.81, p. 76.
965. Luiz Felipe Lampreia, Diplomacia Brasileira, p. 235.
966. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 44, no.2 2001, p. 142, com base em notícia do Jornal do Brasil de 12 de junho de 1998.
967. Madeleine Albright, Madam Secretary, p. 336.
968. Fernando Henrique Cardoso, "The Accidental President of Brazil. A Memoir.", p. 225.
969. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU. 1998-1999, p. 139.
970. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU. 1998-1999, p. 139.
971. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU. 1998-1999, p. 140.
972. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU. 1998-1999, p. 140.
973. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 199.

974. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 198.
975. Guillermo Palacios, *Intimidades, conflictos y reconciliaciones. México Brasil 1822 1993*, p. 351.
976. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 199.
977. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 503.
978. Marcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, 239, nota 10 e p. 241.
979. Peter Hakim, "As relações Brasil-EUA: a parceria indefinida" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 248.
980. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 213.
981. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 136.
982. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 34.
983. William J. Clinton, *My life*, p. 766.
984. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 34.
985. Peter Hakim, "As relações Brasil-EUA: a parceria indefinida" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 249.
986. Fernando Henrique Cardoso, "The Accidental President of Brazil. A Memoir.", pp. 258-9.
987. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 645.
988. Niall Ferguson, *The Cash Nexus*, p. 384.
989. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 36.
990. Peter Hakim, "As relações Brasil-EUA: a parceria indefinida" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 250.
991. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621
992. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 343.
993. Eliot A. Cohen, "A defesa dos EUA no século XXI" in *Política Externa*, vol. 9, no.4, mar/abr/mai 2001, p. 132.
994. Stephen E. Flynn, "Além do confronto de fronteira" in *Política Externa*, vol. 9, no.4, mar/abr/mai – 2001, p. 148.
995. Robert Zoellick, "Uma política externa republicana" in *Política Externa*, vol 10, no.1, jun/jul/ago 2001, p. 76.
996. Condoleezza Rice, "Promovendo os interesses nacionais" in *Política Externa* vol 10, no 1, jun/jul/ago 2001, pp. 86, 88 e 91.
997. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 227.
998. J.A.S Grenville, *A History of the World*, p. 828.
999. J.A.S Grenville, *A History of the World*, p. 685.
1000. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 103.
1001. José Calvet de Magalhães, *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, 97 e Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Externa*, no. 77, p. 51.
1002. José Calvet Magalhães, *Breve História das Relações Diplomáticas entre Brasil e Portugal*, pp. 149-151.
1003. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 56.
1004. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 620.
1005. Tony Judt, *Postwar: A History of Europe since 1945*, p. 720.
1006. Jório Dauster, "Mercosul – UE: rumo à associação inter-regional", in *Política Externa*, vol.4, nº4, março-abril-maio 1996, p. 46.
1007. Jório Dauster, "Mercosul- UE: ruma à associação inter-regional", in *Política Externa*, vol.4, no.4, março-abril-maio 1996, p. 46.
1008. José Calvet Magalhães, *Breve História das Relações Diplomáticas entre Brasil e Portugal*, pp. 149-151.
1009. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 135.
1010. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 57.
1011. Tony Judt, *Postwar: A History of Europe since 1945*, p. 720.
1012. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 645.
1013. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 474.
1014. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 475.
1015. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 625.
1016. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 472.
1017. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1018. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 650.
1019. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 884.
1020. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 892.
1021. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 884.
1022. Tony Judt, *Postwar: A History of Europe since 1945*, p. 729.
1023. Amador Luiz Cervo, "Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 45, no.1, 2002, p. 24.
1024. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 812.
1025. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 620.

1026. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 633.
1027. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 645.
1028. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 674.
1029. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 811.
1030. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 620.
1031. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 281.
1032. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 459.
1033. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 281.
1034. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 279.
1035. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 812.
1036. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1037. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 812.
1038. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 634.
1039. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 221.
1040. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 675.
1041. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 812.
1042. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 287.
1043. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 459.
1044. Tony Judt, *Postwar: A History of Europe since 1945*, p. 678.
1045. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 481.
1046. William J. Clinton, *My life*, p. 656.
1047. William J. Clinton, *My life*, p. 656.
1048. William J. Clinton, *My life*, p. 665.
1049. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 60.
1050. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 403.
1051. William J. Clinton, *My life*, p. 667.
1052. Antonio Patriota, *O CSNU após a Guerra do Golfo*, p. 96.
1053. William J. Clinton, *My life*, p. 668.
1054. William J. Clinton, *My life*, p. 669.
1055. Tony Judt, *Postwar: A History of Europe since 1945*, p. 678.
1056. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 923.
1057. William J. Clinton, *My life*, p. 669.
1058. William J. Clinton, *My life*, p. 676.
1059. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 640.
1060. Antonio Patriota, *O CSNU após o Conflito do Golfo*, p. 106.
1061. Tony Judt, *Postwar: A History of Europe since 1945*, p. 678.
1062. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 165.
1063. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 502.
1064. William J. Clinton, *My life*, p. 684.
1065. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 643.
1066. Antonio Patriota, *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo*, p. 107.
1067. William J. Clinton, *My life*, p. 849.
1068. Paulo Roberto C. Tarrisse da Fontoura, *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU*, p. 202.
1069. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 641.
1070. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 620.
1071. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 165.
1072. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 642.
1073. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 180.
1074. Naill Ferguson, *Colossus*, p. 146.
1075. William J. Clinton, *My life*, p. 787.
1076. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 187.
1077. Antonio Patriota, *O CSNU após a Guerra do Golfo*, p. 104.
1078. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 175.
1079. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 169.
1080. William J. Clinton, *My life*, p. 849.
1081. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 197.
1082. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 199.
1083. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1084. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 642.
1085. William J. Clinton, *My life*, p. 849.
1086. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 171.
1087. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 165.
1088. Naill Ferguson, *Colossus*, p. 146.
1089. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 642.
1090. Naill Ferguson, *The The Cash Nexus*, p. 385.

1091. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 474.
1092. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1093. William J. Clinton, *My life*, p. 851.
1094. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1095. Naill Ferguson, *Colossus*, p. 147.
1096. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 342.
1097. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 191.
1098. William J. Clinton, *My life*, p. 851.
1099. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 642.
1100. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 642.
1101. William J. Clinton, *My life*, p. 854.
1102. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 642.
1103. Naill Ferguson, *Colossus*, p. 147.
1104. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1105. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 642.
1106. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 518.
1107. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 925.
1108. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 194.
1109. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1110. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 165.
1111. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 642.
1112. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 166.
1113. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 174.
1114. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 164.
1115. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU. 1988-1999*, p. 183.
1116. William J. Clinton, *My life*, p. 924.
1117. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1118. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1119. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 518.
1120. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 140.
1121. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1998-1999*, p. 103.
1122. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1998-1999*, p. 103.
1123. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 379.
1124. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1998-1999*, p. 104.
1125. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1998-1999*, p. 104.
1126. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1998-1999*, p. 104.
1127. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1998-1999*, p. 104.
1128. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1998-1999*, p. 105.
1129. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1998-1999*, p. 105.
1130. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1998-1999*, p. 105.
1131. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU:1998-1999*, p. 120.
1132. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU:1998-1999*, p. 124.
1133. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU:1998-1999*, p. 127.
1134. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU:1998-1999*, p. 121.
1135. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU:1998-1999*, p. 121.
1136. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU:1998-1999*, pp. 130-131.
1137. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU:1998-1999*, p. 132.
1138. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU:1998-1999*, p. 122.
1139. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 94.
1140. José Flávio Sombra Saraiva, *O lugar da África, 220, com base em matéria do Correio Braziliense de 8 de julho de 1995*.
1141. Paulo Roberto C. Tarrisse da Fontoura, *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU*, p. 202.
1142. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 593.
1143. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 115.
1144. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 134.
1145. Paulo Roberto C. Tarrisse da Fontoura, *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU*, p. 203.
1146. William Woodruff, *A Concise History of the Modern World*, p. 267.
1147. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1988-1999*, pp. 54-55.
1148. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1988-1999*, p. 56.
1149. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1988-1999*, p. 58.
1150. Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1988-1999*, p. 61.
1151. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 379.
1152. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 593.
1153. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 116.
1154. Paulo Roberto C. Tarrisse da Fontoura, *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU*, p. 203.

1155. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU, 1988-1999, p. 62.  
 1156. William Woodruff, A Concise History of the Modern World, p. 267.  
 1157. José Flávio Sombra Saraiva, O Lugar da África, p. 225.  
 1158. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 692.  
 1159. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 772.  
 1160. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU, 1988-1999, p. 67.  
 1161. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU, 1988-1999, p. 98.  
 1162. Madeleine Albright, Madam Secretary, p. 449.  
 1163. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU, 1988-1999, p. 78.  
 1164. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU, 1988-1999, p. 85.  
 1165. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU, 1988-1999, p. 102.  
 1166. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU, 1988-1999, p. 89.  
 1167. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 750.  
 1168. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU, 1988-1999, p. 74.  
 1169. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU, 1988-1999, p. 75.  
 1170. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/1066401.stm>  
 1171. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU: 1988-1999, p. 108.  
 1172. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 90.  
 1173. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU: 1988-1999, p. 109.  
 1174. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU: 1988-1999, p. 109 e pp. 114-115.  
 1175. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU: 1988-1999, p. 109.  
 1176. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU: 1988-1999, p. 116.  
 1177. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU: 1988-1999, p. 109.  
 1178. Madeleine Albright, Madam Secretary, p. 330.  
 1179. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU: 1988-1999, p. 110.  
 1180. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU: 1988-1999.  
 1181. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no Conselho de Segurança da ONU. 1998-1999, p. 135.  
 1182. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no Conselho de Segurança da ONU. 1998-1999, p. 139.  
 1183. Luiz Felipe Lampraia, "O Brasil e o mundo no século XXI: uma visão do Itamaraty". Política Externa, vol. 5, no. 3, dezembro-janeiro-fevereiro 1996-97, p. 46.  
 1184. Luiz Felipe Lampraia, Diplomacia Brasileira, pp. 253-4.  
 1185. William R. Keylor, The Twentieth-Century, p. 531.  
 1186. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 997.  
 1187. William J. Clinton, My life, p. 672.  
 1188. Luiz Felipe Lampraia, Diplomacia Brasileira, p. 258.  
 1189. William J. Clinton, My life, p. 700.  
 1190. William J. Clinton, My life, p. 702.  
 1191. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 97.  
 1192. William J. Clinton, My life, p. 708.  
 1193. William J. Clinton, My life, p. 799.  
 1194. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 703.  
 1195. William R. Keylor, The Twentieth-Century, p. 532.  
 1196. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 97.  
 1197. William J. Clinton, My life, p. 729.  
 1198. Sebastião do Rego Barros, Política Externa em Tempo Real, p. 140.  
 1199. Luiz Felipe Lampraia, Diplomacia Brasileira, p. 231.  
 1200. Madeleine Albright, Madam Secretary, p. 293.  
 1201. Madeleine Albright, Madam Secretary, p. 293.  
 1202. Ambrose, Stephen, Rise to Globalism, p. 444.  
 1203. Madeleine Albright, Madam Secretary, p. 294.  
 1204. Luiz Felipe Lampraia, Diplomacia Brasileira, p. 366.  
 1205. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 704.  
 1206. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 97.  
 1207. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU. 1988-1999, p. 235.  
 1208. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 621.  
 1209. William J. Clinton, My life, pp. 816-8.  
 1210. William R. Keylor, The Twentieth-Century, p. 533.  
 1211. William J. Clinton, My life, p. 832.  
 1212. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 704.  
 1213. William J. Clinton, My life, p. 874.  
 1214. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU. 1988-1999, p. 232.  
 1215. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 97.  
 1216. Gelson Fonseca Jr., O Brasil no CSNU. 1988-1999, p. 233.  
 1217. William J. Clinton, My life, p. 883.  
 1218. William J. Clinton, My life, p. 887.



1219. William J. Clinton, *My life*, p. 903.
1220. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 97.
1221. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 231.
1222. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 97.
1223. William J. Clinton, *My life*, pp. 914-916.
1224. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 704.
1225. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 489.
1226. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 498.
1227. William J. Clinton, *My life*, p. 925.
1228. William J. Clinton, *My life*, 936, p. 944.
1229. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 680.
1230. William J. Clinton, *My life*, p. 670.
1231. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 222.
1232. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 289.
1233. William J. Clinton, *My life*, p. 769.
1234. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 222.
1235. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 279.
1236. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 283.
1237. William J. Clinton, *My life*, p. 771.
1238. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 207.
1239. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 620.
1240. William J. Clinton, *My life*, p. 778.
1241. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 209.
1242. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 217.
1243. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 289.
1244. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 329.
1245. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, pp. 209 e 224.
1246. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 283.
1247. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 284 e Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 210.
1248. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 285.
1249. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, pp. 210 e 226.
1250. William J. Clinton, *My life*, p. 827.
1251. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 211.
1252. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 227.
1253. David Reynolds, *One World Divisible*, p. 590.
1254. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 327.
1255. Celso Amorim, em prefácio a Gelson Fonseca Jr., *O Brasil no CSNU, 1988-1999*, p. 12.
1256. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, pp. 228-9.
1257. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 91.
1258. Luiz Felipe Lampreia, "O Brasil e o mundo no século XXI: uma visão do Itamaraty". *Política Externa*, vol. 5, no. 3, dezembro-janeiro-fevereiro 1996-97, p. 46.
1259. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 351.
1260. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 677.
1261. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 620.
1262. William J. Clinton, *My life*, p. 798.
1263. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 592.
1264. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 368.
1265. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 361.
1266. William J. Clinton, *My life*, p. 803.
1267. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 146.
1268. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 145.
1269. William J. Clinton, *My life*, p. 865.
1270. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 146.
1271. William J. Clinton, *My life*, p. 873.
1272. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 678.
1273. Madeleine Albright, *Madam Secretary*, p. 370.
1274. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 146.
1275. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 502.
1276. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 286.
1277. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 672.
1278. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 351.
1279. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 351.
1280. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 135.
1281. William J. Clinton, *My life*, p. 703.
1282. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 135.

1283. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 709.
1284. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 656.
1285. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 620.
1286. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 135.
1287. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 487.
1288. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 620.
1289. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 620.
1290. J.A.S. Grenville, *A History of the World*, p. 621.
1291. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 657.
1292. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 486.
1293. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 626.
1294. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 711.
1295. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1296. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 223.
1297. Antonio Corrêa de Lacerda, "Os fluxos de investimentos e o papel das empresas transnacionais", in *Política Externa*, vol. 12, no.2 set/out/nov 2003, p. 5.
1298. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 715.
1299. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 495.
1300. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 676.
1301. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 222.
1302. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 158.
1303. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 494.
1304. Chris Cook e John Stevenson. *World History since 1914*, p. 158.
1305. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 134.
1306. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, 164 e Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, no. 81, p. 18.
1307. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 495.
1308. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, 380 e Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Externa*, no. 83, p. 59.
1309. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 717.
1310. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 156.
1311. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 496.
1312. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 156.
1313. Paulo Roberto C. Tarrisse da Fontoura, *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU*, p. 203.
1314. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1315. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 596.
1316. James Traub, *The Best Intentions*, p. 105.
1317. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 159.
1318. James Traub, *The Best Intentions*, p. 107.
1319. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 496.
1320. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 717.
1321. Paul Kennedy, *The Parliament of Man*, p. 71.
1322. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 162.
1323. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU, 592-3 e Ministério das Relações Exteriores*, *Resenha de Política Externa*, no. 77, p. 145.
1324. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 356.
1325. Madeleine Albright, *Madam Secretary – A Memoir*, p. 211.
1326. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 142.
1327. Ivan Cannabrava, "O Brasil e as operações de manutenção da paz" in *Política Externa*, vol.5, nº3, dezembro-janeiro-fevereiro 1996-97, p. 93.
1328. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 149.
1329. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 369 e Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Externa*, no.81, p. 47.
1330. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 361.
1331. Antonio Patriota, *O CSNU após a Guerra do Golfo*, p. 190.
1332. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 35.
1333. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 386.
1334. Antonio Patriota, *O CSNU após a Guerra do Golfo*, p. 165.
1335. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 556.
1336. Carlos Sérgio S. Duarte, "Desarmamento nuclear: desafio para o século XXI", in *Política Externa*, vol.6, nº2, setembro-outubro-novembro 1997, p. 122.
1337. Miriam Gomes Saraiva e Laura Tedesco, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2 2001, p. 142.
1338. <http://www.mtcr.info/english/index.html>
1339. Fernando Henrique Cardoso, *A Arte da Política*, p. 615.

1340. Márcilio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 252, nota 13.
1341. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 142.
1342. Chris Patten, *What is next?*, p. 152.
1343. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 674.
1344. John W. Young e John Kent, *International Relations*, 674.
1345. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 357.
1346. Márcilio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 252, nota 13.
1347. Carlos Sérgio S. Duarte, "Desarmamento nuclear: desafio para o século XXI", in *Política Externa*, vol.6, nº 2, setembro-outubro-novembro 1997, p. 126.
1348. William J. Clinton, *My life*, p. 752.
1349. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 672.
1350. Carlos Sérgio S. Duarte, "Desarmamento nuclear: desafio para o século XXI", in *Política Externa*, vol.6, nº 2, setembro-outubro-novembro 1997, nota 21, p. 130.
1351. Luiz Felipe Lampreia, *O Brasil e os ventos do mundo*, p. 167.
1352. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 389.
1353. Fernando Henrique Cardoso, *A Arte da Política*, p. 615.
1354. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 92.
1355. William J. Clinton, *My life*, p. 765.
1356. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 281.
1357. John W. Young e John Kent, *International Relations*, pp. 620 e 673.
1358. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 69.
1359. William J. Clinton, *My life*, p. 787.
1360. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 502.
1361. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 672.
1362. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 287.
1363. Márcilio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*, p. 252, nota 13.
1364. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 394 e Eugênio Vargas García, *Diplomacia brasileira e política externa*, pp. 674-5.
1365. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 555.
1366. William R. Keylor, *The Twentieth Century World*, p. 554.
1367. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1368. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 621.
1369. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 63.
1370. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 404.
1371. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 379.
1372. L.F. Seixas Corrêa, *A Palavra do Brasil na ONU*, p. 594.
1373. William J. Clinton, *My life*, p. 770.
1374. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 198.
1375. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 206.
1376. Ambrose, Stephen, *Rise to Globalism*, p. 444.
1377. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 659.
1378. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 77.
1379. Gelson Fonseca Jr, *O Brasil no CSNU. 1998-1999*, p. 261.
1380. José Calvet de Magalhães, *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, p. 100.
1381. William R. Keylor, *The Twentieth-Century*, p. 534.
1382. Luiz Felipe Lampreia, "O Brasil e o mundo no século XXI: uma visão do Itamaraty". *Política Externa*, vol. 5, no 3, dezembro-janeiro-fevereiro 1996-97, p. 47.
1383. Fabio Giambiagi, "Estabilização, Reformas e Equilíbrios Macroeconômicos: Os Anos de Fernando Henrique Cardoso" in *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*, p. 170.
1384. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 43.
1385. David Reynolds, *On World Divisible*, p. 615.
1386. Maria Helena Tachinardi, "Mercosul: desafios e oportunidades" in *Política Externa*, vol.3, nº4, março-abril-maio 2005, p. 79.
1387. José Augusto C. Fernandes e Sandra Rios, "ALCA e UE: elementos para a formação de uma estratégia negociadora" in *Política Externa*, vol. 8, nº1, junho-julho-agosto 1999, p. 19.
1388. José Augusto C. Fernandes e Sandra Rios, "ALCA e UE: elementos para a formação de uma estratégia negociadora" in *Política Externa*, vol. 8, nº1, junho-julho-agosto 1999, pp. 19-21.
1389. Rubens Antonio Barbosa, "O lugar do Brasil no mundo", in *Política Externa*, vol.5, nº2, setembro-outubro-novembro 1996, p. 80.
1390. Luiz Felipe Lampreia, "O Brasil e o mundo no século XXI: uma visão do Itamaraty". *Política Externa*, vol. 5, no. 3, dezembro-janeiro-fevereiro 1996-97, p. 49.
1391. Monica Hirst e Maria Regina Soares de Lima, "Contexto internacional, democracia e política externa", in *Política Externa*, vol.11, no.2, set/out/nov 2002.
1392. Luiz A.P. Souto Maior, "Eleições e o futuro do Mercosul", in *Política Externa*, vol.12 no.2 set/out/nov 2003, p. 90.
1393. Eduardo Duhalde, "Perspectivas do Mercosul", p. 10.

1394. Raúl BernAl-Meza e Silvio Quintanar, "Argentina: entre o Mercosul e a ALCA", in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 44, no.2, 2001, p. 161.
1395. Raúl BernAl-Meza e Silvio Quintanar, "Argentina: entre o Mercosul e a ALCA", in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 44, no.2, 2001, p. 161.
1396. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in Revista Brasileira de Política Internacional, no. 44, no. 2, 2001, p. 112.
1397. José Augusto Guillón de Albuquerque, "A ALCA na política externa brasileira" in Política Externa, vol. 10, no2, set/out/nov 2001.
1398. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in Revista Brasileira de Política Internacional, no. 44, no. 2, 2001, p. 113.
1399. Sebastião do Rego Barros, Política Externa em Tempo Real, p. 135.
1400. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in Revista Brasileira de Política Internacional, no. 44, no. 2, 2001, p. 113.
1401. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in Revista Brasileira de Política Internacional, no. 44, no. 2, 2001, p. 113.
1402. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in Revista Brasileira de Política Internacional, no. 44, no. 2, 2001, p. 122, com base em boletim da Agence Europe.
1403. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, "O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento", Revista Brasileira de Política Internacional, p. 19.
1404. Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Exterior do Brasil, no.84, p. 103.
1405. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in Revista Brasileira de Política Internacional, no. 44, no. 2, 2001, p. 109.
1406. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in Revista Brasileira de Política Internacional, no. 44, no. 2, 2001, p. 115.
1407. Eugênio Vargas García, Diplomacia brasileira e política externa, p. 677.
1408. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in Revista Brasileira de Política Internacional, no. 44, no. 2, 2001, p. 109.
1409. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in Revista Brasileira de Política Internacional, no. 44, no. 2, 2001, p. 115.
1410. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in Revista Brasileira de Política Internacional, no. 44, no. 2, 2001, p. 113.
1411. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in Revista Brasileira de Política Internacional, no. 44, no. 2, 2001, pp. 115-6.
1412. Antonio José Ferreira Simões, "O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio – Algumas reflexões" in Política Externa, vol. 8, no. 2, setembro-outubro-novembro 1999, p. 30.
1413. José Augusto Guilhon Albuquerque, "Relações Brasil-EUA e a integração regional", in Política Externa, vol. 5, no1, 1996, 11, com base em artigo no Estado de São Paulo de 4 de março de 1996.
1414. Antonio José Ferreira Simões, "O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio – Algumas reflexões" in Política Externa, vol. 8, no. 2, setembro-outubro-novembro 1999, p. 30.
1415. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, "O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento", Revista Brasileira de Política Internacional, 22 e Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Externa, no.79, p. 23.
1416. José Augusto Guilhon Albuquerque, "Relações Brasil-EUA e ao integração continental", in Política Externa, vol 5, no.1, junho-julho-agosto 1996, p. 11.
1417. José Augusto Guilhon Albuquerque, "Relações Brasil-EUA e ao integração continental", in Política Externa, vol 5, no.1, junho-julho-agosto 1996, pp. 12-13.
1418. Sebastião do Rego Barros, Política Externa em Tempo Real, 217-218 e Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Exterior do Brasil, no.79, p. 225.
1419. Sebastião do Rego Barros, Política Externa em Tempo Real, p. 139.
1420. Luiz Felipe Lampreia, "O Brasil e o mundo no século XXI", Política externa, vol.5, no.3, dezembro-janeiro-fevereiro 1996-97, p. 49.
1421. Adhemar G. Bahadrian e Everton Vieira Vargas, "O Brasil e a Cúpula das Américas" in Política Externa, vol. 7, nº 2, setembro-outubro-novembro 1998, 99 e Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Exterior do Brasil, no.80, p. 25.
1422. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, "O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento", Revista Brasileira de Política Internacional, p. 22.
1423. Sebastião do Rego Barros, Política Externa em Tempo Real, 66 e Ministério das Relações Exteriores, Resenha de Política Exterior do Brasil, no.80, p. 45.
1424. Paulo Sotero N. Marques, "Nova relação entre Washington e Buenos Aires põe em risco o Mercosul?", in Política Externa vol. 6, no.2, setembro 1997, p. 60.
1425. Paulo Sotero N. Marques, "Nova relação entre Washington e Buenos Aires põe em risco o Mercosul?" in Política Externa, vol.6, nº 2, setembro-outubro-novembro 1997, p. 61.
1426. Pedro Mota Pinto Coelho, "Relações Brasil-Argentina e o Mercosul: uma visão geoeconômica da integração" in Política Externa, vol. 7, nº 1, junho-julho-agosto- 1998, p. 46.

1427. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, "O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento", *Revista Brasileira de Política Internacional*, 23 e Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 316.
1428. Antonio José Ferreira Simões, "O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio – Algumas reflexões" in *Política Exterior*, vol. 8, nº 2, p. 30.
1429. Fernando Henrique Cardoso, *A Arte da Política*, p. 621.
1430. Roberto Abdenur, "Mercosul, ALCA, UE – reflexões para uma estratégia brasileira", in *Política Externa*, vol.6, no. 2, setemgro 1997, p. 65.
1431. J.A.S Grenville, *A History of the World*, p. 824.
1432. Henry Raymond, *Troubled Neighbors*, p. 288.
1433. [http://www.summit-americas.org/ii\\_summit.html](http://www.summit-americas.org/ii_summit.html)
1434. G. Bahadian e Everton Vieira Vargas, "O Brasil e a Cúpula das Américas" in *Política Externa*, vol. 7, nº 2, setembro-outubro-novembro 1998, p. 99.
1435. Serra, José. "ALCA, Mercosul e abertura externa brasileira" in *Política Externa*, vol. 7, nº 1, junho-julho-agosto 1998, pp. 18-20.
1436. Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Externa*, no. 83, p. 120.
1437. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 91.
1438. Antonio José Ferreira Simões, "O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio – Algumas reflexões" in *Política Externa*, vol.8, nº 2, setembro-outubro-novembro 1999, p. 25.
1439. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 660.
1440. William J. Clinton, *My life*, p. 745.
1441. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, 213-214 e Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Externa*, no.78, p. 289.
1442. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 102.
1443. Carlos Antonio da Rocha Paranhos, "A comemoração dos cinquenta anos do sistema multilateral de comércio" in *Política Externa*, vo. 7, nº 2, setembro-outubro-novembro 1998, p. 169.
1444. Amorim, Celso: "A OMC pós-Seattle" in *Política Externa*, vol.8, nº 4, março-abril-maio 2000, p. 103.
1445. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 101.
1446. Celso Lafer, "A OMC face à globalização e à regionalização", in *Política Externa*, vo..6, no.2, setembro 1997, p. 93.
1447. Maria Helena Tachinardi, "G-7: a evoluçã da agenda em 23 cúpulas" in *Política Externa*, vol.6, nº 2, setembro-outubro-novembro 1997, pp. 104 e 110.
1448. J.A.S Grenville, *A History of the World*, 824 e Raúl BernAl-Meza e Silvio Quintanar, "Argentina: entre o Mercosul e a ALCA", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2, 2001, p. 170.
1449. Marcos Antonio Macedo Cintra, "A participação brasileira em negociações multilaterais e regionais sobre serviços financeiros", p. 63.
1450. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 101.
1451. Amorim, Celso: "A OMC pós-Seattle" in *Política Externa*, vol.8, nº 4, março-abril-maio 2000, p. 103.
1452. William J. Clinton, *My life*, p. 787.
1453. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 267.
1454. William J. Clinton, *My life*, p. 879.
1455. Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n. 4, mar/abr/mai de 2001, p. 109.
1456. Celso Amorim, "A OMC pós-Seattle" in *Política Externa*, vol.8, nº 4, março-abril-maio 2000, pp. 101 e 106.
1457. William J. Clinton, *My life*, p. 641.
1458. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 575.
1459. Fabio Giambiagi, "Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos", in *Economia Brasileira Contemporânea*, p. 176.
1460. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, "O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento", *Revista Brasileira de Política Internacional*, p. 18.
1461. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 716.
1462. Norman Gall, "Dinheiro, ganância e tecnologia: o Brasil e a crise asiática" in *Política Externa*, vol. 7, nº 2, setembro-outubro-novembro 1999, p. 59.
1463. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 716.
1464. William J. Clinton, *My life*, p. 770.
1465. Fabio Giambiagi, "Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos", in *Economia Brasileira Contemporânea*, p. 176.
1466. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 198.
1467. John W. Young e John Kent, *International Relations*, p. 675.
1468. William J. Clinton, *My life*, p. 806.
1469. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 372.
1470. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, "O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento", *Revista Brasileira de Política Internacional*, p. 18.

1471. Fabio Giambiagi, "Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos", in *Economia Brasileira Contemporânea*, p. 176.
1472. Fabio Giambiagi, "Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos", in *Economia Brasileira Contemporânea*, p. 176.
1473. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 199.
1474. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 31.
1475. Fabio Giambiagi, "Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos", in *Economia Brasileira Contemporânea*, p. 177.
1476. William J. Clinton, *My life*, p. 827.
1477. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 31.
1478. Fabio Giambiagi, "Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos", in *Economia Brasileira Contemporânea*, p. 177.
1479. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 259.
1480. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, pp. 251-276.
1481. Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Externa*, no.85, p. 89.
1482. Sebastião do Rego Barros, "O Itamaraty e os brasileiros no exterior" in *Política Externa*, vol. 5 , nº 3, dezembro-janeiro-fevereiro 1996-97, p. 107.
1483. Luiz Felipe Lampreia, *Diplomacia Brasileira*, p. 66.
1484. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, 134 e Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Externa*, no.79,p. 150.
1485. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, p. 150.
1486. Sebastião do Rego Barros, *Política Externa em Tempo Real*, pp. 221-232.
1487. Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, no. 81,p. 12.
1488. Fernando de Mello Barreto, *Os Sucessores do Barão. 1964-1985*, p. 131.
1489. Fernando de Mello Barreto, *Os Sucessores do Barão. 1964-1985*, p. 195.

## Capítulo VIII

### Celso Lafer (Segunda Gestão)



*“A tarefa da diplomacia é desatar nós. O instrumento de ação do diplomata não é a violência, mas a persuasão”.*

Celso Lafer

Celso Lafer foi nomeado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para substituir Luiz Felipe Lampreia. Entre a primeira e a segunda gestão no Itamaraty, Lafer voltou a suas atividades acadêmicas e empresariais (1992-1994). Exerceu também o cargo de Embaixador junto aos organismos internacionais sediados em Genebra (1995 a 1998 – período em que foi eleito Presidente do Órgão de Solução de Controvérsias e do Conselho Geral da OMC) e de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (1999). Durante o intervalo entre suas duas gestões no Itamaraty, Lafer publicou diversos livros sobre relações internacionais: “Política Externa Brasileira: Três Momentos”, 1993; “A Inserção Internacional do Brasil – A gestão do Ministro Celso Lafer no Itamaraty”, 1993; “Desafios – Ética e Política”, 1995; “A OMC e a Regulamentação do Comércio Internacional: uma visão brasileira”, 1998; e “Comércio, Desarmamento, Direitos Humanos – Reflexões sobre uma experiência diplomática”, 1999.

\*

No contexto interno, quando Lafer tomou posse, o clima político era de final de governo e a situação econômica trazia alguma apreensão. O PIB cresceu apenas 1,4% em 2001 em razão da queda da demanda de produtos importados no mercado mundial, especialmente após os

atentados terroristas de 11 de setembro nos EUA. Em 2002, ano eleitoral, a desaceleração da economia seria atribuída a crise de confiança e incertezas quanto às políticas econômicas a serem adotadas pelo novo governo que viesse a ser eleito. Nos meses que precederam as eleições presidenciais, caíram os investimentos, o real se desvalorizou e a classificação do país nas agências de avaliação de risco despencou. As exportações continuaram em ritmo lento e investidores mostraram-se preocupados, o que se refletiu na queda das bolsas de valores. Havia também dúvidas sobre o apoio ao novo acordo *stand by* com o FMI, que afinal foi renovado. Ao final do ano, o PIB havia crescido cerca de 1,5%.

\*

No plano internacional, durante a gestão de Celso Lafer, destacar-se-iam, em 2001, a crise sobre a questão do desarmamento do Iraque que rejeitou inspeções internacionais; nos EUA, a eleição de George W. Bush (filho) que alteraria substancialmente a política externa do país; no Peru, o *impeachment* de Alberto Fujimori; e, sobretudo, os atentados contra alvos nos EUA por parte da Al-Qaeda, fato que traria novas e importantes modificações no cenário internacional. Em 2002, teriam relevância o bombardeio pelos EUA e Reino Unido de áreas militares do Iraque; a invasão estadunidense do Afeganistão com a participação de alguns outros países; e a reunião ministerial da OMC em Doha que lançou nova rodada multilateral de comércio.

Ao analisar o biênio em que chefiou novamente o Itamaraty, Celso Lafer notou que em 2001-2002, o clima era outro, se comparado com o de sua primeira gestão, no início da década anterior. Ressaltou que predominaram dificuldades “a começar pelas crises financeiras, que, a partir da segunda metade dos anos 90, tornaram-se corriqueiras na vida dos países de economia emergente”. Observou também que havia se acentuado “o vigor das forças centrífugas; a sublevação dos particularismos”; era “nítido o processo de fragmentação das cadeias de poder”; a secessão dos Estados era “parte dos dados da realidade internacional”. Sublinhou ademais a “espiral da destrutividade da violência” que caracterizava “o dia a dia do relacionamento entre israelenses e palestinos” – espiral que vinha “sepultando o espírito de Oslo, baseado no mútuo reconhecimento de legitimidades contrapostas”. Constatou a consolidação da posição dos EUA “como a única superpotência no plano mundial” e lembrou, nesse contexto, a ideia kelseniana de que “uma visão puramente subjetiva da soberania na vida internacional conduz ao solipsismo, que tende a não levar em conta as outras soberanias”. Acrescentou também “a fragilidade do contexto regional sul-americano, a crise da Argentina e seu impacto sobre o Mercosul”<sup>1490</sup>.



## 8.1. Linhas gerais da política externa

Na cerimônia de posse do novo Ministro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso destacou alguns aspectos na agenda da diplomacia brasileira entre os quais, a democracia na América do Sul (*“ninguém desconhece que há razões localizadas para preocupação”*); em segundo lugar, “o Brasil na economia mundial”. Sob o segundo ponto, afirmou que o governo ia “prosseguir no aprofundamento da integração no Mercosul, como prioridade número um da política externa, que devia ser “paralela ao reforço da aliança estratégica com a Argentina”; e ia também “continuar a desenvolver a integração física e de infraestrutura na América do Sul”; e, finalmente, ia “enfrentar os desafios da integração hemisférica”, para a qual os próximos anos seriam “decisivos”<sup>1491</sup>.

Por seu turno, no seu discurso de posse, ao tratar dos “fatores de continuidade” que “determinavam o interesse nacional”, Lafer destacou a América do Sul<sup>1492</sup>. Defendeu uma política externa que refletisse associação positiva entre a democracia e um “internacionalismo de vocação pacífica”. Deu ênfase às negociações multilaterais, regionais e inter-regionais. Ressaltou a ligação com a Argentina e a consolidação do Mercosul, assim como a permanente promoção da identidade latino-americana. Propôs também um “papel ativo” em direitos humanos, meio ambiente e desarmamento e não proliferação de armas de destruição em massa, os quais, por sua vez, incluíam temas como mudança climática, biodiversidade e combate ao racismo. No tocante à assistência e proteção dos direitos dos cidadãos brasileiros, ofereceu o empenho do Itamaraty para responder “as exigências da cidadania”.

A ênfase às negociações comerciais seria reiterada por Lafer quando, em entrevista à imprensa publicada no dia de sua posse, afirmou que a “agenda econômica” constituía uma prioridade. Anunciou que haveria mudanças na política externa, “dadas pela transformação do cenário internacional”. Mencionou como exemplos dessa transformação: a mudança de governo nos EUA; as dificuldades no Mercosul; e a antecipação da ALCA, levantada pelo Chile (adiantando que era contra a antecipação do calendário porque essa era uma negociação extremamente complicada). O Ministro assim resumiu o que entendia caber à política externa de países como o Brasil: “fazer do direito e da diplomacia instrumentos aptos para lidar com os conflitos e promover a cooperação”<sup>1493</sup>.

As perspectivas políticas e econômicas externas traziam alguma preocupação. Em discurso ao ser empossado no cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em 29 de novembro de

2001, o Embaixador Osmar Chohfi previu que, no ano seguinte, a condução das questões afetas ao Itamaraty exigiria particular habilidade e esforço redobrado. Referiu-se às negociações comerciais e políticas que estariam a desdobrar-se em todas as frentes, cobrando persistência e coerência na defesa dos objetivos brasileiros. Afirmou que o Mercosul exigiria muito empenho para que aquele projeto fosse percebido pelo viés mais amplo – político e estratégico – que o inspirara. Ressaltou que, no ano de 2002, teria como um dos eventos-marco, na área internacional, a realização da Conferência de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, que deveria avaliar a implementação dos compromissos assumidos no Rio de Janeiro, dez anos antes. Destacou o amplo mandato de Doha que incluía temas prioritários para o Brasil. Sublinhou que o processo da ALCA estaria entrando na sua etapa negociadora decisiva. Ressaltou que caberia ao Itamaraty a delicada tarefa de obter, internamente, um consenso que refletisse os legítimos interesses em matéria comercial e defendê-los, externamente, para que fossem acolhidos à mesa de negociações. Declarou ainda que a eficaz assistência consular a brasileiros no exterior era um compromisso sempre renovado.

## 8.2. Américas

Ao tratar das Américas, Osmar Chohfi previu, em dezembro de 2001, que pressões adicionais seriam exercidas sobre o Brasil, particularmente no contexto da cooperação hemisférica. No plano político, notou, logo após o 11 de setembro, “o ressurgimento das referências – difusas, mas assim mesmo prejudiciais” à imagem brasileira – “às hipóteses de células terroristas adormecidas na tríplice fronteira”. Observou que, no âmbito amazônico, onde historicamente o Brasil tivera de exercer cautelas suplementares de defesa da soberania nacional, via-se “uma perversa combinação de fatores essencialmente negativos: agravamento do conflito colombiano, crise política na Venezuela, ciclos de instabilidade no Peru e no Equador, fragilidade institucional na Bolívia”. Considerou que, tomados em conjunto, esses cenários representavam “desafio adicional à atuação diplomática brasileira”. Ressaltou que, no âmbito da OEA, alguns desses temas começavam a ganhar “expressão de ordem prática”, lembrando, nesse sentido: “negociação de convenção sobre terrorismo, aprimoramento dos controles sobre ilícitos transnacionais, impulso ainda maior à cooperação judicial entre os Estados, discussão de novos

paradigmas de segurança hemisférica”. Informou que, “dentro de um sistema relativamente modesto de meios”, como era a OEA, o Brasil estava “propugnando por amplo espaço de reflexão e de formulação de consensos”. Frisou que a construção de tal plataforma sul-americana e hemisférica se alimentava de parcerias estratégicas que estavam “no cerne da política externa brasileira: o Mercosul, suas ramificações dentro da CAN, e a irradiação desse trabalho medular em direção a interlocutores chave da cena mundial, entre eles, [...] UE, EUA, México, Japão, China, Índia, Rússia e África do Sul”.

\*

A prioridade à América do Sul, em especial a projetos de integração física, continuaria a ser dada pelo governo Fernando Henrique Cardoso durante a gestão de Celso Lafer. Assim, em julho de 2001, na Bolívia, o Ministro afirmou que o Brasil considerava a integração da América do Sul “condição essencial para o desenvolvimento sustentável da região”. Afirmou ser necessário “melhorar e ampliar rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, gasodutos e oleodutos, além de integrar as redes de energia e de telecomunicações, de forma a facilitar o intercâmbio de bens, pessoas e informações entre os países da região e deles para o resto do mundo”. Citou alguns projetos que, na sua opinião, demonstravam “a capacidade e o efeito multiplicador da ação sinérgica exercida pela integração da infraestrutura da América do Sul”. Entre estes, lembrou “a construção do gasoduto entre o Brasil e a Bolívia, a implantação de rede de gasodutos interligando os mercados de gás natural do Brasil e da Argentina, os estudos para o gasoduto entre Argentina, Uruguai e Brasil; as interligações de energia elétrica entre Brasil, Argentina e o Uruguai; a rodovia e a interligação elétrica entre o Brasil e a Venezuela e a rodovia entre Peru e Brasil” que abria “novas possibilidades de ligação e o transporte hidroviário pelos rios Amazonas e Solimões”.

A II Cúpula de Presidentes da América do Sul seria realizada em Guayaquil. O Itamaraty informou que, ao aceitar o convite para aquela reunião, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sublinhara, em carta ao Presidente do Equador, a prioridade que gostaria de ver atribuída à Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), em cujo âmbito estavam sendo examinados projetos nas áreas de energia, transportes e telecomunicações, a serem executados nos países do Continente.

O tema da integração física voltaria a ser reiterado quando, em novembro, em Córdoba, Lafer propôs que os países sul-americanos fizessem “a melhor economia” de sua geografia. Exemplificou que, nesse sentido,

era “necessário construir, melhorar e ampliar rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, gasodutos e oleodutos, e revitalizar o projeto do corredor bioceânico, além de integrar as redes de energia e de telecomunicações, de forma a facilitar o intercâmbio de bens, pessoas e informações entre os países da Região e deles para o resto do mundo”<sup>1494</sup>.

Osmar Chohfi tratou, em dezembro de 2001, do que chamou de “tendência irrefreável da integração da infraestrutura física” de muitos países com os quais o Brasil dividia fronteiras. Reiterou a ideia de que o entorno imediato do Brasil induzia o país a participar da construção dos alicerces de uma região mais integrada e mais solidária, cujo desenvolvimento resultava de um processo acelerado de sinergias. Notou que a tendência à integração física não significava “um ajuste perfeito de vontades”; pelo contrário, esta integração nos era oferecida no contexto de “fortes desafios e de uma conjuntura quase sempre preocupante”.

Num resumo que fez da política de seu governo para a América do Sul, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que, com prudência, o Brasil atuara como mediador em disputas regionais, como fora o caso entre Equador e Peru ou quando asilara diversos líderes do Paraguai para evitar conflitos internos naquele país. Disse que acreditava na utilização de “*soft power*” para expandir a influência brasileira na região, sem se tornar os novos “*gringos*” da América do Sul. Ressaltou que o país operara “por simples canais diplomáticos, empregando medidas tais como eventos culturais em embaixadas no exterior”. Sublinhou que, no seu governo, o Brasil nunca tentaria usar “mão pesada” para tornar-se potência regional, sempre respeitando a autodeterminação e não interferência em assuntos internos<sup>1495</sup>.

Os países setentrionais da América do Sul, em geral menos favorecidos no relacionamento sul-americano do que os de membros do Mercosul, receberiam atenção do Brasil. Em agosto de 2002, na abertura do Seminário Internacional “O Futuro do Tratado de Cooperação Amazônica”, Osmar Chohfi informou que, no dia 2 daquele mês, a Organização adquirira personalidade jurídica internacional ao ser efetuado, pela Colômbia, o depósito do instrumento de ratificação da emenda ao Tratado, que determinou que a Secretaria Permanente tivesse sede em Brasília. Esclareceu que, com a ratificação colombiana, todos os países haviam concluído os respectivos processos de ratificação.

Em dezembro, por ocasião da assinatura do Acordo de Sede da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Lafer declarou que, ao oferecer o território nacional para sediar aquela organização, o governo brasileiro “pretendeu sinalizar a importância estratégica” que atribuía “à consolidação de um organismo regional

que atue como um mecanismo catalisador da cooperação entre os países amazônicos e da assistência internacional para o desenvolvimento e a proteção ambiental da Amazônia”<sup>1496</sup>.

### 8.2.1. Argentina

Na Argentina, o governo do Presidente Fernando de la Rúa enfrentaria crescentes problemas econômicos e financeiros. Com o peso argentino atrelado ao dólar estadunidense, diminuía cada vez mais a competitividade argentina nas exportações e mantinha-se o déficit crônico. Em resposta, em 29 de janeiro de 2001, à indagação de jornalista sobre os efeitos da desvalorização brasileira na economia argentina, afirmou que a “Argentina, num primeiro momento, sentiu-se muito mais ameaçada do que a realidade acabou demonstrando”.

A recessão, que tivera início no final do governo Menem, agravou-se. Em março, a coalizão governamental decidiu trazer Domingos Cavallo para o Ministério da Economia que tomou medidas para evitar a evasão de capital e manifestou-se contrário à tarifa externa comum do Mercosul. O jornalista Carlos Eduardo Lins e Silva, do jornal Valor Econômico, perguntou ao Presidente Fernando Henrique Cardoso em abril como ficava a situação do Mercosul diante dos ataques de Cavallo à tarifa externa comum. O Presidente respondeu:

FHC: “Não é isso o que diz o Presidente da República de lá. Essa é a opinião do Ministro da Fazenda. É uma opinião importante, mas o Presidente tem dito o contrário, diretamente a mim, com muita frequência. Eu tenho um café da manhã com ele na sexta-feira em Quebec e eu vou perguntar a ele qual é a opinião que prevalece na Argentina, se é a dele ou a do Ministro.

Valor: E o sr. está confiante que seja a dele?

FHC: Eu estou confiante porque é do interesse do Brasil e da Argentina. A Argentina está numa situação em que concordamos com a redução da tarifa pela circunstância. Agora, você não pode transformar a circunstância em permanente.

Em junho, o Chanceler da Argentina, Adalberto Rodríguez Giavarini, visitou o Brasil e manteve reuniões com o Ministro Lafer. Conforme constou de nota brasileira à imprensa antes de sua chegada, a

Argentina constituía “o segundo mercado para as exportações brasileiras” e tinha “no Brasil o seu primeiro destino de exportações”. O Brasil comprava então 40% das exportações argentinas de manufaturados de origem industrial e 46% do trigo exportado pelo país. A Argentina era, ademais, o maior fornecedor de petróleo ao Brasil.

A crise econômica argentina preocupava cada vez mais. Em entrevista, em julho, o Presidente Fernando Henrique Cardoso respondeu pergunta sobre as dificuldades da Argentina e seus reflexos para o Mercosul. Revelou que o governo brasileiro protestara quando a Argentina “começou a desfazer a tarifa externa comum”, pois tratava-se de compromisso internacional e a decisão argentina fora unilateral. Afirmou que o mais importante para o Brasil era que a Argentina retomasse condições de crescimento. Admitiu, nesse sentido, ser compreensível que o país vizinho adotasse algumas medidas específicas que não fossem “muito lá conforme a natureza dos tratados”. Ponderou sobre a necessidade de que se refreasse naquele momento um pouco as aspirações [para o Mercosul]. Concordou, nesse sentido, que estava-se “numa espécie de *waiwer*”, isto é, uma autorização para que a Argentina descumprisse alguns compromissos da união aduaneira.

Por sua vez, em agosto, Lafer defendeu com ênfase o aprofundamento do relacionamento Brasil-Argentina durante conferência que pronunciou na capital argentina ao receber o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Buenos Aires:

[...] Não há hoje qualquer dúvida quanto ao caráter único e à singular importância das relações Brasil-Argentina para cada um dos nossos países. São relações que se refletem em praticamente todos os aspectos da vida nacional dos dois países, encontram sua base na comunhão de valores existente entre ambos e têm no Mercosul o seu projeto internacional mais relevante – elementos que estão na base da sua caracterização como uma aliança estratégica. Aprofundá-la e torná-la ainda mais densa é um objetivo de primeira ordem.

É o que estamos fazendo, levando plenamente em conta os difíceis desafios conjunturais que se nos antepõem, contribuindo para que a economia argentina encontre novamente o caminho do crescimento sustentável e da competitividade. Para o Brasil, uma Argentina forte e próspera é hoje um dado essencial, com impacto sobre o próprio projeto nacional, tendo em vista não só o grau de interligação das duas economias mas também sua projeção externa. Esta passa pela consolidação do Mercosul, transita pela participação conjunta

nas negociações em torno de uma área de livre-comércio nas Américas e é um dado-chave para acordos de associação inter-regional, como aqueles que atualmente se negociam entre o Mercosul e a CAN (CAN) e entre o Mercosul e a UE. Em poucas palavras, é isso tudo que nos dá a credibilidade de um “soft power”, indispensável para vida internacional contemporânea. [...]

Lafer manteve, em setembro, novo encontro de trabalho com Giavarini. Os dois Chanceleres examinaram os temas da agenda bilateral econômica-comercial e trataram da realização, no mais breve prazo possível, de uma reunião conjunta das respectivas áreas econômicas e Chancelarias para encontrar soluções construtivas para as dificuldades bilaterais.

No mês seguinte, reuniram-se os Ministros da Fazenda, das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e os Ministros da Economia e das Relações Exteriores, Comércio Exterior e Culto da Argentina. Aprovaram documento em que reafirmaram o seu compromisso com o Mercosul e, neste contexto, reiteraram a importância das negociações para a abertura de mercados (OMC, UE, ALCA e 4+1) e a determinação de trabalhar com o objetivo de médio prazo de uma moeda comum. Decidiram “equacionar as situações pendentes da agenda comercial bilateral”, bem como “criar mecanismo bilateral e temporário de salvaguarda inspirado nas regras da OMC”.

#### *8.2.1.1. Colapso econômico-financeiro*

A situação argentina piorou no final do ano e a economia entrou em completo colapso, apresentando inusitado número de inadimplências<sup>1497</sup>. Em novembro, o temor de uma desvalorização do peso causou maciça retirada de depósitos bancários e fuga de capital.

Em dezembro de 2001, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi fez uma análise da relação bilateral entre Brasil e Argentina naquele momento. Afirmou que, com a Argentina, era notável a evolução do tipo de vizinhança que unia os dois países: ao longo dos séculos, haviam sido transportados “de uma situação de conflito para uma relação madura, marcada pela interdependência recíproca”. Declarou que ambos eram então sócios, e não mais rivais. Notou que contra “qualquer previsão mais pessimista, as relações políticas bilaterais Brasil-Argentina” haviam evoluído, nos dois anos anteriores, de forma positiva. Disse que o governo Fernando de la Rúa reforçara a dinâmica da cooperação no relacionamento entre os dois países. Observou que o Brasil fora



percebido como “um parceiro imprescindível e como referência constante e insubstituível, mesmo que a ênfase da mídia brasileira e argentina quase sempre tivesse estado no contencioso bilateral e intraMercosul. Frisou que, no plano bilateral, tinha havido tanto uma ampliação das atividades de consulta e coordenação, quanto um aperfeiçoamento qualitativo em tais atividades. Ressaltou que, aos temas que já vinham merecendo atenção específica por parte das Chancelarias desde 1999, como meio ambiente, desarmamento e não proliferação, haviam se acrescentado a análise estratégica de segurança e defesa; direitos humanos; ciência e tecnologia; atividades culturais; e integração energética. Lembrou que Brasil e Argentina haviam passado a realizar consultas com maior regularidade e profundidade em nível de Diretores ou de Subsecretários-Gerais. Por fim, registrou que os contatos presidenciais paralelos às reuniões internacionais vinham servindo para emitir uma sinalização política básica a respeito do compromisso de ambos os governos tanto com a parceria quanto com o Mercosul, apesar dos percalços que enfrentava o processo de integração.

As manifestações públicas e protestos na Argentina aumentaram. Para controlar essa situação, o Ministro Domingo Cavallo determinou limites a saques bancários (“*corralito*”), congelando os ativos em peso, enquanto as contas em dólar se protegiam da desvalorização. Houve violenta reação popular em manifestações nas ruas que chegaram a causar mortes nos choques com policiais. Cavallo renunciou, mas seu ato não evitaria a queda do governo. Em 19 de dezembro de 2001, o Presidente De la Rúa declarou estado de sítio. Em seguida, começaram os “panelaços”.

Em 20 de dezembro, o Itamaraty emitiu nota em que afirmou que todo o Brasil vinha acompanhando com o maior interesse a evolução da situação na Argentina. Declarou que os brasileiros estavam conscientes da importância de que seus irmãos argentinos, com quem compartilhavam os valores da convivência democrática, tivessem condições de superar rapidamente a complexa conjuntura que estavam enfrentando e retomar o caminho do desenvolvimento em um clima de tranquilidade e entendimento. Expressou confiança de que o governo argentino saberia encontrar os meios e modos de equacionar satisfatoriamente os problemas e desafios que se antepunham à Nação argentina. Transmitiu a “decidida solidariedade e apoio do Brasil” e informou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tinha mantido contatos frequentes com o Presidente Fernando de la Rúa.

De la Rúa renunciou no próprio dia 20. O país mergulhou em crise institucional pois o Vice-Presidente Carlos “Chacho” Álvarez também havia renunciado, no ano anterior. O Presidente do Senado tornou-se Presidente interino. Em nota no dia 21, o Itamaraty informou que, após



regressar de Montevideu, onde participara da Reunião de Cúpula do Mercosul, o Presidente Fernando Henrique Cardoso telefonou para o Presidente interino da Argentina, Ramón Puerta, para manifestar-lhe o apoio e solidariedade do Brasil. Segundo a nota, Puerta informou ao Presidente brasileiro sobre os procedimentos institucionais em curso na Argentina para assegurar a continuidade democrática e a sucessão de Fernando de la Rúa. Por sua parte, Cardoso expressou a disposição do governo brasileiro de ajudar a Argentina e de trabalhar conjuntamente com as novas autoridades do país vizinho para os objetivos comuns de desenvolvimento e integração.

O Congresso Nacional elegeu, dois dias depois, para a Presidência, o governador de uma de suas províncias, Adolfo Rodrigues Sá. Este, por sua vez, renunciou apenas uma semana após assumir o cargo. Em nota de 31 de dezembro, o governo brasileiro se manifestou novamente sobre a situação na Argentina:

O governo brasileiro está acompanhando atentamente a evolução da situação argentina.

O Brasil confia em que a sociedade civil e, em especial, as lideranças políticas da nação irmã serão capazes de encontrar, no mais breve prazo possível, e dentro da institucionalidade democrática, fórmulas serenas e eficientes para assegurar as necessárias condições de governabilidade e um conjunto de medidas econômicas que permitam superar as dificuldades da presente conjuntura.

O governo brasileiro renova sua solidariedade e sua firme disposição de apoiar os esforços da Argentina em busca de soluções para a crise política e econômica que vem atravessando.

O poder passou para o Presidente da Câmara dos Deputados, uma vez que o Senado encontrava-se no processo anual de renovação de Presidência. Eduardo Duhalde foi eleito Presidente do país pelo Congresso argentino no dia 1º de janeiro de 2002 para governar até 10 de dezembro de 2003, completando o mandato do Presidente Fernando De la Rúa<sup>1498</sup>. Peronista e ex-governador da província de Buenos Aires, Duhalde<sup>1499</sup> havia sido candidato vencido nas eleições presidenciais anteriores. Assumiu o governo numa das piores crises do país. Por Nota de 2 de janeiro de 2002, o Brasil se manifestou sobre a eleição do Senador Eduardo Duhalde para a Presidência da Argentina:

O Brasil recebeu com satisfação a decisão da Assembleia Legislativa argentina de 1º de janeiro de eleger, com expressiva votação, o Senador Eduardo Duhalde como Presidente da Nação argentina. O governo brasileiro vem acompanhando com muita atenção o desenrolar da situação no país vizinho e amigo e vê confirmada uma vez mais a convergência dos princípios que regem a vida política dos dois países, pautados pelos mais altos valores democráticos. A confiança recíproca, que os vem unindo no exercício de sua aliança estratégica e de sua participação no Mercosul, indica estar a Nação brasileira segura do êxito da Argentina em retomar a estabilidade política e o crescimento. Com esse ânimo, o Brasil reafirma seu apoio e sua solidariedade à Nação argentina.

#### *8.2.1.2. Moratória da dívida externa*

A Argentina entrou em moratória de sua dívida externa e o peso foi desvalorizado. Em setembro, Duhalde efetuou visita oficial ao Brasil. Ao saudá-lo, Fernando Henrique Cardoso manifestou crença “na recuperação da Argentina e em sua capacidade de crescer”. Constatou que infelizmente o apoio da comunidade internacional tinha sido “tímido” e os organismos financeiros ainda não haviam feito “tudo o que podiam para ajudar a Argentina”. Expressou-lhe o reconhecimento do Brasil pelo “empenho de seu governo em atravessar com êxito este momento delicado da história argentina”.

De nota à imprensa sobre o encontro com Fernando Henrique Cardoso constou que os dois Chefes de Estado expressaram satisfação pelo avanço da Aliança Estratégica entre os dois países, e reiteraram sua convicção de que constituía “projeto permanente e uma política de Estado, com amplo apoio nas sociedades dos dois países”. Conforme a nota, Cardoso e Duhalde reafirmaram que a conjuntura daquele momento não devia “ser um obstáculo para a intensificação das relações Brasil-Argentina em todos os campos e para a consolidação e aperfeiçoamento do Mercosul”.

Duhalde prosseguiu enfrentando a crise financeira e socioeconômica, tendo o desemprego atingido o nível de 25% no final do ano e os salários mais baixos em 60 anos. Após um ano de protestos, a economia começou a se estabilizar, tendo sido liberadas as retiradas bancárias. Com relação à crise econômica na Argentina, em 2002, e seus impactos para o Uruguai e o Paraguai, assim se expressou Celso Lafer:

Em 2002 tivemos o aguçamento da crise política e econômica da Argentina, que teve um forte impacto tanto no Uruguai quanto no Paraguai. Para o Uruguai significou a diminuição do comércio, a diminuição do turismo e a crise da sua praça financeira. Para o Paraguai representou o enfraquecimento de um país cuja economia tem conhecidas debilidades. O nosso esforço foi o de manter, no segundo semestre de 2002, na Presidência *pro tempore* do Brasil, o projeto em funcionamento. Daí o apoio aos parceiros, em especial a ênfase na colaboração com a Argentina e a atenção dada ao governo Duhalde. Lembro que no caso do Paraguai, onde vive um significativo número de brasileiros – os brasiguaios – compartilhamos a Usina de Itaipu, um enorme projeto binacional. Menciono igualmente uma série de temas zoonossanitários recentes, como o da aftosa e seus desdobramentos, para indicar a complexidade da agenda de manutenção do projeto Mercosul nessa época de crise<sup>1500</sup>.

### 8.2.2. Uruguai

A economia uruguaia no governo de Jorge Battle seria afetada de forma negativa primeiramente pela desvalorização do real no Brasil, em 1999; e depois pela erupção de febre aftosa em setores chave de carne de vaca uruguaia, em 2001; e finalmente pelo colapso político e econômico da Argentina. Em maio de 2002, o governo adotou diversas medidas, inclusive aumento de impostos, para prevenir os efeitos da crise financeira do país vizinho. O desemprego aumentou para quase 20%, os salários reais caíram, o peso uruguaio se desvalorizou e o percentual de pobreza do Uruguai atingiu quase 40%. Em agosto, os bancos foram instruídos a fecharem por quase uma semana para evitar retirada maciça de depósitos de poupança. Houve greve geral em protesto contra a crise econômica. Naquele mês, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Uruguai. Em discurso durante sessão solene da AGNU, falou que o momento internacional causava inquietação mas expressou confiança na recuperação econômica e social da Argentina e na força da Nação uruguaia e de todo o Mercosul.

### 8.2.3. Paraguai

A situação no Paraguai, embora democrática, apresentava instabilidade. Em agosto de 2001, a Câmara de Deputados examinou proposta de *impeachment* do Presidente González Macchi por corrupção e ineficiência, mas não foi aprovada. Em dezembro, o Brasil não atendeu

pedido de extradição do General Lino Oviedo para responder a julgamento por assassinato cerca de dois meses e meio antes e pela crise política subsequente.

Naquele mês, o Embaixador Osmar Chohfi fez um balanço do relacionamento bilateral. Afirmou que, com o Paraguai, só era possível falar de relacionamento bilateral num plano muito peculiar pois, provavelmente, nenhum outro país no espaço sul-americano mantinha com o Brasil relações mais amplas, intensas e abrangentes; em nenhum outro país, o Brasil tinha presença maior e mais expressiva; e com relação a nenhum outro país, eram melhores as condições de o Brasil colaborar para uma evolução favorável das condições políticas, econômicas e sociais. Explicou que uma das razões para tanta densidade estava no fato evidente da construção da Hidrelétrica de Itaipu, que fornecia cerca de 25% da energia elétrica consumida no Brasil e que se transformara no símbolo de “sociedade indissolúvel” do Brasil com o Paraguai. Informou que se estimava que existissem 350 mil imigrantes brasileiros no Paraguai, os chamados “brasiguaios”, responsáveis por 80% do cultivo da soja, o principal produto de exportação do país, 30% do milho e 30% do fumo. Concluiu que a presença brasileira no país manifesta-se, portanto, de forma variada, dando amplitude e profundidade ao relacionamento bilateral. Notou que a estabilidade político-institucional no Paraguai continuava a beneficiar-se da aplicação da Cláusula Democrática do Mercosul, num contexto em que a economia local ressentia-se das oscilações nos ciclos econômicos brasileiro e argentino, posteriores à crise asiática de 1997. Declarou que o governo brasileiro estava consciente de que a modernização da sociedade paraguaia tinha a ver com as perspectivas de reforma do Estado e com a inserção da economia paraguaia na cadeia produtiva da região, em particular do Brasil. Anunciou, naquele contexto, que o Brasil continuava firmemente disposto a seguir apoiando o Paraguai para a concretização das reformas necessárias, com o objetivo de criar um ambiente favorável a investimentos brasileiros (e de outras procedências). Observou que no Paraguai existia a expectativa de que o Brasil desempenhasse forte papel indutor na formulação e execução de medidas que auxiliassem o país a sair da estagnação econômica, a encontrar opções ao contrabando e outras atividades ilícitas, e a diversificar sua estrutura produtiva. Constatou que o Brasil era o principal parceiro comercial do Paraguai e sua maior fonte de investimentos diretos.

### 8.2.4. *Bolívia*

Em discurso em La Paz no mês de junho de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso situou a Bolívia no centro da integração regional. Observou que estava a Bolívia praticamente no centro do continente sul-americano, “um continente de democracia e de desenvolvimento, e também, de forma muito concreta e muito real, um continente com vocação de integração”. Afirmou que essa integração se fazia pelo adensamento dos vínculos econômicos, pela infraestrutura física, pela redução de tarifas, mas enraizava-se, em última análise, no sentimento de fraternidade sul-americana. Concluiu que La Paz, situada no coração da “sul-americanidade”, era um símbolo de tudo o que podiam realizar, juntos, os povos da América do Sul.

Em agosto, o idoso e enfermo Hugo Bánzer (75 anos) renunciou ao governo da Bolívia. Assumiu o poder o jovem (41 anos) Vice-Presidente Jorge Quiroga para completar o mandato presidencial do qual ainda restava um ano. Anunciou a erradicação dos cultivos de folha de coca que, aliás, já vinha diminuindo, tendo caído de 30 mil hectares, em 1997, para 25 mil, em 1998, 10 mil, em 1999, e atingiria menos de 5 mil, em 2002. As exportações estimadas de cocaína, pasta básica e folha de coca, que chegaram a representar 40% das exportações em 1985, cairiam para 4% em 2001. Por outro lado, a expansão o potencial de gás na Bolívia aumentava, tendo triplicado entre 1999 e 2002<sup>1501</sup>.

Quiroga realizou visita de trabalho ao Brasil em dezembro. Tratou com Fernando Henrique Cardoso da “crescente integração econômica entre o Brasil e a Bolívia”, “em especial no campo da energia”. Os dois mandatários concordaram que esta devia ser vista como “fonte sustentável de prosperidade para ambos países, firmando-os como sócios estratégicos”. Reafirmaram a “visão compartilhada de que, a partir da construção do gasoduto Bolívia – Brasil”, a crescente “indução de projetos nos dois lados da fronteira” vinha impulsionando a integração econômica entre os dois países e contribuindo decisivamente para a prosperidade no espaço econômico sul-americano. Nesse sentido, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sublinhou a importância, para o Brasil, da expansão da infraestrutura de transporte de gás em território boliviano e vislumbrou a possibilidade de aumentar significativamente a venda de gás natural da Bolívia. Lafer diria que o gás servira de base para o “adensamento” das relações<sup>1502</sup>.

Em junho de 2002, nas eleições nacionais, o ex-Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (do MNR) obteve o primeiro lugar com 22,5% dos

votos, seguido do defensor dos cocaleiros e líder camponês Evo Morales (do Movimento ao Socialismo – MAS) com 20,9%. Um acordo, em julho, entre o MNR e o quarto colocado MIR, liderado pelo ex-Presidente Jaime Paz Zamora, assegurou os votos necessários para que Sánchez de Lozada vencesse no segundo turno no Congresso e tomasse posse em 6 de agosto<sup>1503</sup>. Os objetivos declarados pelo MNR eram a reativação econômica, combate à corrupção e a inclusão social.

### 8.2.5. Venezuela

Na Venezuela, em abril de 2001, ocorreu tentativa fracassada de golpe contra o Presidente Hugo Chávez. As dificuldades internas não impediam esforços de integração e, quando visitou o Brasil, naquele mês, Chávez anunciou a intenção da Venezuela de associar-se ao Mercosul.

Em julho, Chávez foi reeleito com 59% dos votos. Enfrentava, porém, forte oposição de meios empresariais. Em dezembro, a *Federación de Cámaras, de Comercio y Producción* (Fédecámaras) e a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) convocaram uma greve de 12 horas em protesto por medidas governamentais.

Por ocasião da cerimônia de inauguração da interconexão elétrica entre o Brasil e a Venezuela, em agosto, em Santa Elena de Uairén, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tratou da cooperação bilateral. Observou que, a partir de então, o Brasil poderia comprar energia elétrica da Venezuela. Sublinhou que os dois países haviam dado passos importantes para levar adiante um intercâmbio de experiências e cooperação técnica com o governo venezuelano na área da reforma agrária. Notou que outro exemplo de cooperação havia sido a construção da segunda ponte sobre o Rio Orinoco. Confirmou que o governo brasileiro estava formalizando, através do Banco do Brasil, a aprovação do financiamento daquele projeto. Sublinhou ainda que Brasil e Venezuela trabalhavam juntos em vários outros campos, tais como na ampliação do Metrô de Caracas, no projeto do canal “El Diluvio”, e no tratamento das questões de interesse para as populações fronteiriças.

Osmar Chohfi fez, em dezembro de 2001, uma análise da situação na Venezuela e igualmente tratou da cooperação bilateral. Afirmou que o Brasil acompanhava de perto as pesquisas de opinião e as diversas manifestações na sociedade venezuelana que indicavam uma tendência de queda na popularidade do governo Hugo Chávez. Notou que desde o seu início, o governo Hugo Chávez não havia enfrentado momento

de maior complexidade do que então experimentava, como resultado de uma série de dificuldades nos planos externo e interno. Declarou que as tensões internas, que, então, ocorriam na Venezuela, deviam ser acompanhadas com muito interesse pela diplomacia brasileira, não apenas porque a instabilidade política de um país naquela região viria somar-se a um contexto por si só bastante instável, mas porque o Brasil estava diretamente interessado na continuidade democrática e na preservação dos seus investimentos. Assegurou que o Brasil, sobretudo por meio do diálogo presidencial, continuava a estimular a proximidade do governo venezuelano aos principais valores e objetivos que então predominavam no Continente sul-americano. Constatou que o governo Hugo Chávez vinha colocando o desenvolvimento de uma relação estratégica com o Brasil como meta de altíssima prioridade, o que fora comprovado na Reunião de Trabalho entre os primeiros mandatários em Brasília, no dia 3 de abril, ocasião em que o Presidente da Venezuela solicitara adesão ao Mercosul. Lembrou que, em 13 de agosto, fora inaugurada a linha de transmissão elétrica Brasil-Venezuela, de importância vital para o suprimento de energia ao Estado de Roraima. Concluiu que a situação, na qual estava a Venezuela, respondia a um dilema em que seria necessário considerar o declínio da popularidade de um líder carismático; o diálogo conflitivo entre as forças políticas e sociais; os constrangimentos episódicos na relação com os EUA; e o crescimento dos investimentos brasileiros na Venezuela.

Chávez decidiu demitir, em fevereiro de 2002, os dirigentes da estatal *Petróleos da Venezuela* (PDVSA). Em protesto, metade dos poços de petróleo foram paralisados por trabalhadores da companhia. A CTV decidiu convocar uma nova greve em solidariedade com os funcionários afastados da PDVSA. A greve foi convocada para o dia 9 de abril. No dia 11, uma passeata organizada pela oposição teria como efeito golpe de Estado contra Chávez<sup>1504</sup>. O episódio teve início quando um grupo de manifestantes marchou até o palácio presidencial para pedir a demissão de Chávez, onde se encontrava uma contramanifestação de apoio ao Presidente. Quinze pessoas acabariam mortas e mais de 100 feridas como resultado dos confrontos entre as duas facções. Em meio ao golpe, Chávez proibiu as televisões privadas de emitirem ao vivo os confrontos e as altas patentes militares pediram a demissão do Presidente. No dia 12, o general Lucas Rincón, Chefe das Forças Armadas, anunciou que Chávez se tinha demitido, tendo o Presidente da *Fedecámaras*, Pedro Carmona, assumido a Presidência da República. Na meia-noite de sábado para domingo, Hugo Chávez conseguiu enviar uma mensagem dizendo: “No he renunciado al



poder legítimo que el pueblo me dió". Por nota emitida no mesmo dia, o governo brasileiro lamentou "a ruptura da ordem institucional", deplorou "os atos de violência que produziram mortos e feridos" e manifestou "sua solidariedade com as famílias das vítimas". No tocante à questão política propriamente dita, reafirmou "a importância da democracia e dos direitos da cidadania", "valores e princípios compartilhados e consagrados" na região. Informou que estava "em consulta com países vizinhos e os foros competentes nos termos da cláusula democrática em vigor". Finalmente, expressou sua confiança em que a nação venezuelana saberia, "com a serenidade" que as circunstâncias exigiam, "encontrar o caminho para o retorno à normalidade democrática, mediante a realização de eleições em breve prazo".

Por sua vez, o Grupo do Rio, reunido em Costa Rica, emitiu nota em termos semelhantes na qual os Presidentes informaram ter solicitado a realização de uma sessão extraordinária do Conselho Permanente da OEA para tratar da situação venezuelana.

Carmona dissolveu a Assembleia, os poderes judiciais e atribuiu a si próprio poderes extraordinários. Declarou que, no prazo de um ano, seriam celebradas novas eleições presidenciais e legislativas. Seguiram-se protestos nas ruas de Caracas por populares que apoiavam Chávez. Militares que lhe eram leais promoverem um contragolpe de Estado e retomaram o Palácio de Miraflores. Diosdado Cabello, Vice-Presidente, assumiu a liderança temporária do país e declarou que "a ordem Constitucional estava plenamente restabelecida" e que "as autoridades legítimas exerciam suas funções". Chávez foi libertado da prisão na ilha de La Orchila e regressou a Caracas, onde foi recebido por uma multidão. Com o apoio dos setores mais pobres e dos oficiais de média e baixa patentes<sup>1505</sup> e após manifestações populares em seu favor<sup>1506</sup>, Hugo Chávez retornara ao poder em apenas 48 horas.

Terminada a crise, o governo brasileiro emitiu nova nota na qual apoiou o governo Chávez. Manifestou satisfação com "a retomada da ordem constitucional e do processo político na Venezuela". Afirmou que a reassunção pelo Presidente Hugo Chávez de suas funções como Chefe de Estado, ao colocar fim "à quebra da institucionalidade" que merecera "a firme condenação do Brasil e da comunidade internacional", marcou um "acontecimento significativo para a reafirmação dos valores e princípios democráticos na América do Sul". Reiterou apoio ao papel da OEA e do Grupo do Rio como foros de concertação para o fortalecimento e a defesa dos princípios democráticos e do Estado de Direito na região. Acolheu com agrado as declarações do Presidente Hugo Chávez, "tal como reportadas pela



imprensa, particularmente seu convite ao diálogo e à reflexão, assim como seu apelo à calma e ao desarmamento dos espíritos”. Expressou confiança de que o governo constitucional do Presidente Hugo Chávez, juntamente com o povo e os responsáveis políticos venezuelanos, saberiam “buscar, num clima de paz, liberdade e respeito aos direitos humanos, os melhores caminhos para promover a estabilidade e o desenvolvimento de seu país”.

Em 4 de junho, a AG da OEA aprovou uma “Declaração sobre a democracia na Venezuela”, condenando o golpe de estado ocorrido em 11 de abril daquele ano.

Em outubro, uma nova greve paralisou o país durante nove semanas. A situação, portanto, não se estabilizava. Por nota de 26 de novembro, o governo brasileiro expressou apoio a solução negociada. Informou que acompanhava “com redobrada atenção a situação na Venezuela”. Lamentou que o processo negociador entabulado pelo Secretário-Geral da OEA estivesse sendo dificultado pela “intransigência e radicalização de posições”. Afirmou que, para o Brasil, não haveria solução durável para a crise venezuelana “a não ser pela via da negociação e com a observância da normalidade institucional e democrática”.

Três dias depois, o governo brasileiro emitiu nova nota pela qual divulgou Comunicado do Mercosul, Bolívia e Chile sobre a situação na Venezuela:

Diante da situação política que vive a Venezuela, os países do Mercosul, a Bolívia e o Chile expressam sua confiança em que o governo venezuelano juntamente com a oposição daquele país saberão somar esforços para alcançar o diálogo e a cooperação necessários.

Os países do Mercosul, a Bolívia e o Chile apoiam enfaticamente as gestões que o Secretário-Geral da OEA, César Gaviria, o PNUD e a Fundação Carter realizam no âmbito da Mesa de Negociações, a fim de colaborar na solução dos problemas políticos de Venezuela.

Os países do Mercosul, a Bolívia e o Chile reiteram sua confiança na capacidade do povo venezuelano e de seus dirigentes para superar seus problemas uma vez mais, mantendo o respeito às instituições democráticas, como único caminho possível para alcançar o entendimento entre todos.

Em dezembro de 2002, teve início greve petroleira na Venezuela<sup>1507</sup>. O Conselho Permanente da OEA aprovou uma resolução em que exortou a que se encontrasse uma solução democrática para a situação. Lafer afirmaria que o apoio à democracia na Venezuela fora a tônica da atuação e

ela se adensara no correr de dezembro, numa situação de governabilidade extremamente delicada, que exigiu do Ministro uma atenção direta"<sup>1508</sup>.

### 8.2.6. Peru

Em abril de 2001, realizaram-se eleições presidenciais, tendo Alejandro de Toledo<sup>1509</sup>, que liderara a oposição a Fujimori, derrotado seu opositor eleitoral, o ex-Presidente Alan García. O novo governo tomou posse em julho. Foram permitidos novos julgamentos em tribunais civis daqueles que haviam sido julgados por tribunais militares durante a guerra contra o terrorismo.

Em março de 2002, um carro-bomba explodiu em centro comercial próximo à embaixada dos EUA, em Lima. Nove pessoas morreram e 32 ficaram feridas. As autoridades peruanas suspeitavam de que fosse ação do *Sendero Luminoso* ou do Movimento Revolucionário Tupac Amaru. O atentado ocorrera três dias antes de visita do Presidente George W. Bush (filho) ao Peru. Por nota à imprensa, o governo brasileiro condenou energicamente a ação terrorista "cometida em Lima, que causara "perda de vidas e ferimentos em pessoas inocentes". Transmitiu condolências às famílias das vítimas e solidarizou-se com o governo peruano "em sua determinação de impedir tais atos criminosos, que atentam contra as normas de convivência democrática".

Em junho, o Ministro do Exterior do novo governo do Peru, Diego García-Sayán, visitou o Brasil. Da Declaração Conjunta emitida após o encontro com o Ministro Lafer, constou que os dois Chanceleres haviam reconhecido "a dimensão estratégica da integração física, econômica e energética entre o Brasil e o Peru" e destacado a importância dos eixos de integração e desenvolvimento identificados na IIRSA que articulavam os dois países; e "reiteraram a vontade de ambos os países de acelerar os entendimentos necessários para assegurar a conclusão, no prazo previsto, das negociações entre o Mercosul e a CAN para o estabelecimento de uma área de livre-comércio entre os blocos, a fim de lograr a meta compartilhada de formação de um espaço econômico-comercial ampliado na América do Sul". No almoço que ofereceu ao visitante, Lafer assinalou, "de modo especial", a colaboração para a "implementação das decisões emanadas da Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, em 2000", que se estava "traduzindo no bom encaminhamento dos projetos identificados no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul". No plano bilateral, destacou a "cooperação ambiental fronteiriça".

Em novembro, visitou o Brasil o Vice-Ministro e Secretário-Geral das Relações Exteriores da República do Peru, Embaixador Manuel Rodríguez Cuadros, sendo recebido em Brasília pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Osmar Chohfi. Concordaram em negociar ajuste complementar ao acordo antidrogas; convocar o Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça, iniciando um processo de consultas entre as Chancelarias para reforçar o Grupo; realizar uma reunião de Chanceleres Mercosul - CAN por ocasião da Reunião Ibero-Americana da República Dominicana; considerar a realização de uma Reunião de Chanceleres e uma Cúpula Mercosul - CAN; e convocar reunião da Comissão de Vizinhança Brasil - Peru, a fim de tratar questões que interessavam às comunidades fronteiriças.

### **8.2.7. Colômbia**

Na Colômbia, o governo de Andrés Pastrana daria continuidade, até o final de seu mandato, ao plano contra drogas e buscaria meios para lidar com as FARC.

Osmar Chohfi analisaria a situação do relacionamento bilateral naquele momento. Lembrou, em dezembro de 2001, que o Brasil se mostrara, no início do ano, disposto a assumir posição “mais próxima” do processo de paz, enviara representantes à reunião do governo e das FARC com a comunidade internacional, disponibilizara-se para vir a participar do núcleo de dez países “facilitadores” dessas negociações (o que não chegou a ocorrer) e continuara a contribuir ativamente para os esforços do Grupo de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia. Disse que o Brasil tinha dado respaldo político ao processo de paz e oferecera cooperação técnica na área de substituição de cultivos ilícitos. Por outro lado, ressaltou que continuava a manter a firme rejeição a qualquer tipo de envolvimento militar. Afirmou que, em síntese, três principais parâmetros continuavam a definir a atitude brasileira em relação ao conflito colombiano: (1) era inadmissível a transferência para o território brasileiro do teatro de operações de quaisquer dos atores armados do conflito colombiano, nem tampouco se podia contemplar qualquer participação militar brasileira em apoio direto ao Plano Colômbia; (2) era natural que o Brasil procurasse proteger-se de eventuais implicações do Plano Colômbia sobre o território nacional, mesmo admitindo que era pequena a probabilidade de cenários mais adversos na fronteira comum; (3) era exclusivamente nesse contexto que haviam sido tomadas

diferentes medidas de aprimoramento da capacidade de resposta e da coordenação entre diferentes órgãos, com vistas a proteger a integridade do território nacional.

Em janeiro de 2002, o governo brasileiro expressou por nota à imprensa ter recebido com satisfação a notícia de que fora possível se chegar a um acordo entre o governo colombiano e as FARC, conforme um “cronograma de negociação e o estabelecimento de um cessar-fogo no futuro próximo”. Afirmou que a retomada do diálogo alentava “a confiança do Brasil nos esforços despendidos para lograr um clima construtivo”, que favorecesse o entendimento e a reconciliação na Colômbia. Concluiu que o Brasil continuaria a oferecer seu “decidido apoio ao processo de paz” e mantinha “sua disposição, como vizinho e amigo, de aprofundar sua contribuição às iniciativas destinadas a alcançar a pacificação interna daquela nação irmã”.

O governo Pastrana interrompeu seus contatos com as FARC, em fevereiro de 2002, quando aquele grupo guerrilheiro sequestrou um avião e também um membro do Congresso que se encontrava entre os passageiros. Ainda no mesmo mês, a candidata à Presidência Ingrid Betancourt foi capturada pelas FARC. Por nota do dia 25, o governo brasileiro afirmou que, como país vizinho da Colômbia, o Brasil vinha acompanhando com especial atenção o desenrolar da crise naquele país, e que fora com grande consternação que recebera a notícia do sequestro da Senadora Betancourt. Condenou “enfaticamente esse e todos os demais atos de violência cometidos pelas FARC”. Reafirmou sua opinião de que, diante da atitude das FARC, o Presidente Pastrana exercera sua autoridade constitucional ao suspender o processo de negociação. Acrescentou que tal decisão merecia todo o respaldo do Brasil.

Álvaro Uribe foi eleito Presidente da Colômbia no primeiro turno, em maio, com 53% dos votos. O novo mandatário, cujo pai havia sido morto por guerrilheiros, deu início imediatamente a ações contra as FARC e outros grupos existentes no país. Depois de alguns meses, lançou uma estratégia de segurança nacional, que se enquadrava no âmbito do *Plan Colômbia*.

### 8.2.8. Equador

No Equador, o governo de Álvaro Noboa, Vice-Presidente que assumira a Presidência para completar o mandato do deposto Jamil Mahuad, tentava reativar a economia, tendo liberado ativos no valor de US\$ 400 milhões que haviam sido congelados pelo governo anterior.

Embora obtivesse alguns resultados econômicos positivos, seu governo seria criticado por dar continuidade a política de dolarização, entre outras. Nas eleições realizadas no final de 2002, Noboa perdeu as eleições para o Coronel aposentado Lúcio Gutierrez, que fora membro da junta militar que derrubara Mahuad.

### 8.2.9. Chile

Lafer destacou o relacionamento com o Chile, com o qual o Brasil assinou novo acordo de cooperação econômica.

Em março de 2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Santiago. Nota distribuída pelo Itamaraty deu conta do relacionamento bilateral naquele momento. No ano anterior, o Brasil ocupava o terceiro lugar como fornecedor e o quinto como comprador do mercado chileno. Brasil e Chile haviam concluído, durante a visita do Presidente da República, entendimentos bilaterais com vistas ao aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE-35), de 1996, que regulava o comércio bilateral entre o Mercosul e o Chile. O acordado entre os dois países deveria passar pelo exame dos sócios brasileiros do Mercosul na reunião seguinte da Comissão Administradora do Acordo. Com base nas aberturas de mercado propostas, em 2002, o valor potencial das exportações brasileiras poderia alcançar cerca de US\$ 460 milhões, enquanto o das exportações chilenas somariam US\$ 130 milhões. O impacto da concessão de quota de 200.000 caixas de pêssegos em calda ao Chile, que havia sido um dos temas delicados nessa negociação, deveria ser de cerca de US\$ 4 milhões, segundo estimativas.

Em discurso que pronunciou em maio, durante sessão solene do Congresso Nacional do Chile em Valparaíso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tratou com otimismo das perspectivas de projetos de integração. Saudou a parceria entre o Chile e o Brasil no projeto de integração regional. Citou como exemplo de iniciativas de grande interesse para a América do Sul os projetos de integração continental em transporte, energia e comunicação. Disse que via com otimismo as perspectivas que se abriam para o reforço da integração viária, com a conclusão que esperava próxima do Corredor Norte, de imenso interesse para o redimensionamento do comércio regional. Afirmou que quanto mais integrados estivessem os países sul-americanos, maior a credibilidade do pleito para que a concertação hemisférica operasse em bases simétricas, beneficiando a todos.

Em agosto, a Ministra do Exterior do Chile, Soledad Alvear, visitou oficialmente o Brasil e foi recebida pelo Ministro Celso Lafer.

### 8.2.10. *Guiana*

Eleições nacionais realizadas na Guiana em março de 1991 foram vencidas pelo Presidente Jagdeo. Foram monitoradas por entidades estrangeiras das quais fez parte o ex-Presidente dos EUA, Jimmy Carter. O governo reeleito teve que tratar de tensões crescentes com o vizinho Suriname em razão de disputa sobre fronteira marítima causada pela decisão guianense de conceder licenças para exploração de petróleo na área.

Em outubro de 2002, o Ministro do Exterior da Guiana, Embaixador Samuel Rudolph Insanally, efetuou visita oficial ao Brasil. De nota à imprensa sobre os encontros com o Ministro Lafer, constou que, no contexto bilateral, as duas Partes haviam discutido os seguintes temas de mútuo interesse: cooperação consular; colaboração entre comunidades fronteiriças; cooperação em matéria de segurança; controle do tráfico de drogas e de atividades ilícitas transfronteiriças; inspeção de marcos de fronteira; cooperação técnica; e interconexão rodoviária. Segundo a nota, o Ministro Insanally “indicou o interesse do governo da Guiana no projeto SIVAM/SIPAM”. Por sua parte, o Ministro Lafer informou que vinham sendo “empreendidos todos os esforços para a conclusão das obras necessárias à integração física Brasil – Guiana, como a ponte sobre o rio Tacutu”. Com respeito ao processo de negociação da ALCA, o Chanceler da Guiana indicou que os pequenos países somente poderiam beneficiar-se com a criação da área de livre-comércio das Américas se recebessem tratamento especial e diferenciado para suas exportações e tivessem acesso a um Fundo Regional de Desenvolvimento, similar ao estabelecido na UE.

### 8.2.11. *América Central e Caribe*

#### 8.2.11.1. *Cuba*

Em março de 2001, em Cuba, e em fevereiro de 2002, no Brasil, realizaram-se reuniões do Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais. Pouco depois, o Ministro Lafer efetuou visita a Havana a convite do Chanceler Felipe Pérez Roque. Diria mais tarde que a visita inserira-se no contexto de aproximação e de institucionalização das relações bilaterais aprofundadas com a ida do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Cuba, três anos antes, a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à ilha. Informou ter assinado em Havana acordos de cooperação judiciária em matéria penal e de supressão de vistos em passaportes diplomáticos

que testemunharam “o interesse de ambos os governos em aprimorar os mecanismos institucionais bilaterais e o diálogo entre os dois países”. Observou que, em todos os encontros, pudera “testemunhar a mesma determinação de buscar redefinir os termos de inserção internacional de Cuba”, o que, no caso de Havana, passava “necessariamente pela normalização das relações com Washington”<sup>1510</sup>. Ainda sobre Cuba, diria que ao desaparecer o relacionamento especial com a URSS, “o patrimônio da identidade da Revolução” passara a “ter de ser preservado num contexto distinto” e tal era “o grande desafio da política externa cubana”<sup>1511</sup>. Diria ainda que o Presidente Fernando Henrique Cardoso realçara a firmeza com a qual o Brasil vinha “evitando o isolamento de Cuba no contexto internacional”<sup>1512</sup>.

O interesse bilateral no aumento do comércio levou a duas iniciativas nos meses seguintes: a promoção de exportações e o exame de entendimentos tarifários. Assim, em novembro, o Itamaraty organizou missão empresarial a Cuba, tendo como âncora a Feira Internacional de Havana. Conforme nota à imprensa, as exportações brasileiras para Cuba mais que haviam duplicado no decorrer dos cinco anos anteriores, saltando de US\$ 50 milhões, em 1997, para US\$ 112 milhões, em 2001, representando um crescimento médio anual de 84,8%. Ao mesmo tempo, as importações provenientes daquele país haviam sofrido diminuição média anual de 15,4%, passando de US\$ 20,6 milhões, em 1997, para US\$ 10,6 milhões, em 2001.

No plano tarifário, em dezembro, concluiu-se Rodada Negociadora para Aprofundamento do Acordo Comercial entre Brasil e Cuba. Prorrogou-se indefinidamente o acordo de preferências tarifárias fixas, o Acordo de Complementação Econômica n° 43 (ACE-43), firmado no âmbito da ALADI. Além disso, os dois países aumentaram preferências tarifárias para produtos negociados anteriormente e incorporaram novos produtos ao Acordo. Cuba concedeu ao Brasil preferências tarifárias para 244 novos produtos, dentre os quais destacavam-se carne suína, soja, álcool etílico, produtos químicos, máquinas e automóveis de carga. O Brasil concedeu a Cuba preferências para 194 produtos novos, dentre os quais carne de aves, peixes, frutos do mar, álcool etílico, produtos químicos, máquinas, minérios, artigos para cozinha, produtos têxteis, embarcações e móveis. O comércio bilateral entre Brasil e Cuba movimentava cerca de US\$ 120 milhões anuais, com superávit brasileiro da ordem de US\$ 100 milhões.



### 8.2.11.2. *Panamá*

No Panamá, em 2001, exercia a Presidência, Mireya Moscoso, viúva do Presidente Arnulfo Árias Madrid, eleita dois anos antes. Durante seu governo, tentaria fortalecer programas sociais, especialmente para a juventude e crianças, assim como programas educacionais. Concentrar-se-ia igualmente nas iniciativas bilaterais e multilaterais para o livre-comércio hemisférico. Lidaria com êxito da transferência da administração do Canal dos EUA para o Panamá.

Ao receber a visita da Presidente do Panamá, Mireya Moscoso, ao Brasil, em outubro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso observou que se tratava da primeira visita de um Chefe de Estado panamenho. Propôs expansão dos vínculos entre o Mercosul, o Mercado Comum Centro-Americano e o Sistema de Integração Centro-Americano, bem como entre o Brasil e o Panamá. Notou que um consórcio de grupos de empresas brasileiras participava na concorrência para a construção da segunda ponte sobre o Canal do Panamá. Elogiou o eixo Puebla - Panamá. Ressaltou que o Convênio Cultural de 1947, já permitira a presença de mais de cinco mil estudantes panamenhos em universidades brasileiras.

### 8.2.12. *América do Norte*

#### 8.2.12.1. *México*

Ao receber a visita do Secretário de Relações Exteriores do México, Jorge Castañeda, em fevereiro de 2001, Lafer tratou do comércio bilateral. Afirmou que os dois governos estavam empenhados no processo de negociação de um “instrumento bilateral de preferências tarifárias, em preparação ao lançamento de negociações entre o Mercosul e o México, no formato 4 + 1”. Notou que o comércio bilateral era cada vez mais expressivo, tendo atingido, no ano anterior, aproximadamente 2,5 bilhões de dólares. Admitiu que o montante estava “aquém do enorme potencial”, mas ressaltou que o intercâmbio comercial fizera “do México, no primeiro semestre de 2000, o segundo mercado na América Latina e o sétimo no mundo para as exportações brasileiras”.

Ao final da visita, em entrevista conjunta à imprensa, Lafer anunciou que Castañeda lhe transmitira a decisão mexicana de compra de aviões da EMBRAER. Revelou que ambos haviam trocado ideias sobre o tema das exportações de carne brasileira (a questão da “Vaca Louca”).



Por sua vez, Castañeda salientou que aquela era a sua primeira viagem fora do México especificamente com o propósito de uma visita bilateral, o que demonstrava a importância que o governo do Presidente Vicente Fox dava à relação com o Brasil. Informou que a compra de aeronaves representava contrato de US\$ 230 ou US\$ 250 milhões e disse que seriam utilizados na luta do governo do México contra o narcotráfico.

A passagem de Castañeda pela Chancelaria Mexicana seria vista como de mudança relevante na política externa mexicana (ainda que temporária) pois, ao defender maior abertura e aceitação de críticas da comunidade internacional, teria abandonado a chamada Doutrina Estrada pela qual os países estrangeiros não deveriam julgar governos de outros países por implicar quebra da soberania. Na sua gestão, o México sediou várias reuniões internacionais, em especial a Cúpula sobre Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Monterrey.

O governo Fox anunciou o Plano *Puebla Panamá* em março e lançou-o oficialmente em junho com o objetivo de “promover o desenvolvimento e a integração regional” dos nove estados mexicanos ao sul com toda a América Central e a Colômbia. Os países dos demais países concordaram com o Plano.

No começo de 2001, Peter Hakim analisou e comparou o Brasil e o México. Notou que o Brasil era então o quinto maior país em termos de população, possuindo a oitava economia do mundo. O México era então o décimo primeiro país mais populoso, ocupando o décimo segundo lugar na economia mundial. Ambos países haviam reduzido suas tarifas de importação entre 1985 e 1995 e os dois haviam se recuperado de crises financeiras com apoio dos EUA e do FMI. Entre as diferenças, Hakim apontou para o salto das exportações mexicanas de US\$ 45 bilhões, em 1990, para US\$ 165 bilhões, em 2000, tendo as do Brasil crescido apenas de US\$ 32 para US\$ 58 bilhões naquela década. Segundo o autor, isso levava a um maior grau de abertura econômica mexicana (proporção entre exportações e o PIB) comparado com o Brasil, cujas exportações perfaziam menos de 10% do PIB<sup>1513</sup>. A situação analisada por Hakim sofreria alguma alteração, ainda naquele ano, quando a economia mexicana sofreu recessão em razão do desaquecimento da economia dos EUA<sup>1514</sup>.

Em abril de 2002, Lafer anunciou planos para o desenvolvimento do comércio bilateral. Afirmou que Brasil e México deveriam, naquele ano, aprofundar as negociações com vistas a avançar o processo de constituição de um acordo de preferências tarifárias fixas (APTF). Considerou que, uma vez que todos os demais sócios do Mercosul já haviam negociado acordos daquela natureza com o México, considerava-se a possibilidade de, no futuro, caminhar em direção a um entendimento mais amplo,

no modelo 4+1. Acrescentou que o Brasil estava aprofundando alguns elementos de sua proposta inicial encaminhada ao lado mexicano em fevereiro daquele ano, com vistas a levar o processo negociador a bom termo. Informou que estavam em estágio avançado as negociações para um acordo bilateral ampliado para o setor automotivo. Acrescentou que tal instrumento poderia constituir, no futuro, apêndice bilateral de um acordo Mercosul – México para o setor.

Fox visitou Cardoso no Brasil em julho, quando foi assinado o Acordo de Preferências Tarifárias entre os dois países. O instrumento contemplou 790 posições tarifárias, nos setores agrícola e industrial. Foram também definidas disciplinas para o comércio bilateral em matéria de salvaguardas, práticas desleais de comércio, solução de controvérsias, regras de origem e normas técnicas e sanitárias. Segundo constou de nota brasileira, com o acordo, os governos brasileiro e mexicano perseguiram um duplo objetivo. Por um lado, buscavam, por meio das preferências acordadas, intensificar e abrir novas oportunidades para o comércio bilateral, que já cobria uma ampla gama de produtos e atingira, em 2001, um montante global de US\$ 2.500.000. Por outro lado, almejaram impulsionar as negociações de livre-comércio entre o Mercosul e o México. Anunciaram que deveriam ser concluídas as negociações entre o Mercosul e o México para a liberalização do comércio no setor automotor. Esses entendimentos, que cobririam tanto veículos como autopeças, levariam a um aumento das quotas bilaterais de veículos, e tinham como objetivo atingir o livre-comércio no quinto ano de vigência do acordo.

Em discurso ao visitante, o Presidente brasileiro tratou das semelhanças entre os dois países. Notou que ambos países buscavam “uma síntese ótima entre Estado e mercado”. Observou também que eram dos poucos países em desenvolvimento que lhe pareciam “credenciados a serem, ao mesmo tempo, beneficiários e críticos da globalização”. Considerou o acordo de preferências comerciais assinado na ocasião um exemplo concreto de como os países latino-americanos podiam trabalhar juntos para expandir as oportunidades de negócios.

Cardoso e Fox concordaram em que Brasil e México eram “atores responsáveis e influentes na construção de uma América Latina mais unida e integrada e mais participativa no cenário internacional” bem como “economias dinâmicas e importantes nos cenários regional e global, e com estruturas produtivas diversificadas”. Assinaram um Acordo de Complementação Econômica e vislumbraram “amplas expectativas no contexto regional, como um passo de extraordinária importância para assentar as bases de um futuro Acordo de Livre-Comércio que vincule o

México ao Mercosul em momentos decisivos para o futuro da integração da América Latina”.

Na ocasião, foi assinado também um acordo de cooperação relativo à Cooperação Científica e Tecnológica em sete grandes áreas prioritárias para os esforços de desenvolvimento dos dois países. A cerimônia de assinatura do Acordo foi copresidida, no Itamaraty, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Vladimir Chohfi, e pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, que assinaram o documento pelo governo brasileiro.

### 8.2.12.2. EUA

Ao final de sua gestão, Celso Lafer observou como muitos dos episódios que “permearam a agenda da opinião pública”, durante sua segunda gestão no Itamaraty, passaram “de uma maneira ou de outra, pelo relacionamento com os EUA”, “única superpotência do sistema internacional”:

Menciono, a título de ilustração, os debates em torno das negociações comerciais, em especial a ALCA, que levou à crise da substituição do diretor do IPRI e transitou pela discussão sobre o uso da tarifa consolidada ou da tarifa aplicada na análise da etapa de métodos e modalidades. A discussão do acordo com os EUA sobre o uso comercial de Alcântara; a crise da OPAQ; os desdobramentos no plano da segurança internacional dos ataques terroristas de 11 de setembro nos EUA; e a questão do Iraque [...] <sup>1515</sup>

Em janeiro de 2001, quando deixou a Casa Branca, na opinião dos historiadores britânicos Young e Kent, Clinton deixou como legado alguns êxitos em sua política externa: apoiou a mudança para governo de maioria na África do Sul e um acordo entre Israel e palestinos; manteve boas relações com a Rússia e consolidou acordos de controle de armamentos; restaurou o Presidente eleito do Haiti (embora por meio de invasão em 1994); supervisionou um degelo nas relações entre a Coreia do Norte e do Sul; teve papel ativo nos acordos na Irlanda do Norte; obteve acordo sobre a Bósnia (acordos de Dayton em 1995); promoveu a primeira reunião ministerial com o Irã em 20 anos; e viajou para o Vietnã. Teve fracasso diplomático-militar na Somália, iniciativa tomada anteriormente por Bush <sup>1516</sup>. Aceito ou não esse balanço positivo de Clinton, é inegável que a situação (de busca de mais soluções diplomáticas do que militares) mudaria após a posse de George W. Bush (filho) <sup>1517</sup>, especialmente após os ataques terroristas de 11 de setembro.

Passada uma década do fim da Guerra Fria, os EUA constituíam incontestável poder militar. Assim, por exemplo, naquele ano, o governo estadunidense mantinha cerca de 70 mil militares na Alemanha e 40 mil no Japão<sup>1518</sup>. No começo da nova administração, os primeiros sinais ainda não eram de mudanças radicais. Bush nomeou para o cargo de Secretário de Estado o General Colin Powell<sup>1519</sup>, considerado moderado.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso manteve, em fevereiro, seu primeiro encontro com o Presidente George W. Bush (filho), com quem não teria o mesmo grau de proximidade no relacionamento pessoal que mantivera com Clinton. Em suas memórias, Cardoso descreveu essa diferença, revelando episódio em que ficou claro o desconhecimento do líder americano sobre o Brasil (inclusive sua composição étnica<sup>1520</sup>), o que não impediria pedidos ao Presidente brasileiro para exercer intermediações junto a Hugo Chávez, da Venezuela, ou mesmo junto a Jiang Zemin, da China<sup>1521</sup>.

Independentemente de relações pessoais não tão próximas, havia progressos no relacionamento bilateral. Em 30 de março, o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou rápida visita de trabalho aos EUA. Na ocasião, foi criado o Mecanismo de Consultas Brasil - EUA, foro político para o intercâmbio de ideias e de opiniões em assuntos comerciais de interesse mútuo. Novo encontro entre os dois Presidentes ocorreria pouco depois, durante a III Cúpula das Américas, em Québec, no final do mês de abril, oportunidade em que se discutiu o processo da ALCA. Avançavam os contatos também em outros níveis, tendo se realizado, em julho, no Rio de Janeiro, a primeira reunião do Mecanismo de Consultas Brasil - EUA.

Iniciativas no Congresso Nacional indicavam clima pré-eleitoral. Em 23 de agosto, o Ministro Celso Lafer compareceu a audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, sobre o Acordo de Salvaguardas Brasil -EUA - Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), assinado na gestão de seu antecessor. Declarou que a assinatura do Acordo inseria-se “no contexto mais amplo representado pelo esforço de fazer da ciência e das atividades intensivas em São Luiz, conhecimento e tecnologia ferramentas úteis para a promoção do bem-estar de nosso povo”. Chamou a atenção para os benefícios diretos a serem auferidos particularmente para as regiões de Alcântara e São Luís “em razão da dinamização das atividades de hotelaria, comunicações, transportes, infraestrutura e construção civil, decorrentes das operações no CLA”. Esclareceu que a assinatura do Acordo de Salvaguardas inseria-se “num contexto de adensamento das relações com

os EUA, bem como na expansão do mercado de lançamentos de satélites em bases comerciais”.

#### 8.2.12.2.1. Ataques terroristas de 11 de setembro

Na manhã de 11 de setembro, terroristas afiliados à Al-Qaeda tomaram o controle de quatro aviões comerciais americanos. Dois dos aviões foram lançados contra prédios gêmeos em Nova York. Um terceiro avião, desviado de voo entre Washington e Los Angeles, caiu em cima do Pentágono, perto da capital estadunidense. Outro avião sequestrado em voo entre Nova Jersey e São Francisco deveria provavelmente atacar o Congresso na capital estadunidense, mas os passageiros resistiram e o avião caiu na Pensilvânia. Aproximadamente três mil pessoas morreram como resultado dos ataques, a grande maioria em Nova York<sup>1522</sup>.

Em nota à imprensa, o governo brasileiro expressou sua reação aos ataques. Condenou “com a maior veemência os atos de terrorismo insano”; lamentou a perda de “inúmeras vidas inocentes que foram ceifadas por essas ações criminosas, que elevam a barbárie como forma de ação política a níveis inimagináveis”; manifestou solidariedade ao povo e ao governo dos EUA; e expressou “sentidas condolências às famílias das vítimas”<sup>1523</sup>.

Celso Lafer reuniu em Brasília, no dia 14, os Embaixadores dos Estados-parte do TIAR aos quais manifestou a convicção de que o Tratado do Rio constituía “instrumento adequado para a promoção da paz e da segurança no continente americano”. Em entrevista à imprensa, naquele dia, declarou:

[...] o governo brasileiro entende que cabe considerar a adoção de medidas apropriadas no âmbito do nosso hemisfério. O TIAR, como sabem, é parte do sistema mais amplo da OEA. No nosso entender seriam relevantes os textos dos artigos 3 e 6 do Pacto do Rio de Janeiro. O artigo 3 do TIAR indica que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, a um Estado americano, será considerado um ataque contra todos os Estados americanos. Este artigo 3º. Do TIAR está em consonância com o artigo 3 da letra “h” da Carta da OEA e é, na verdade, um dos seus princípios. E o artigo 6 do TIAR prevê as medidas a serem adotadas no caso de uma agressão que não seja um ataque armado e que atinja a inviolabilidade ou a integridade do território ou soberania ou independência política de qualquer Estado americano. Trata-se do único instrumento jurídico vinculante em matéria de segurança coletiva do hemisfério<sup>1524</sup>.

Fernando Henrique Cardoso observaria, em suas memórias, que após o 11 de setembro, o Brasil fora “o primeiro país a propor na OEA que se aplicasse aos EUA o Tratado do Rio de Janeiro, de 1940, que considera atacadas todas as nações do hemisfério quando uma delas é agredida”. Informou que a sugestão lhe fora levada pelo Chanceler Celso Lafer e pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Secretário-Geral do Itamaraty, “por motivos óbvios: essa forma de expressar solidariedade dava o enquadramento jurídico para qualquer ato ou reação”<sup>1525</sup>.

Lafer analisou as consequências do ataque em artigo que publicou, no dia 16. Realçou “a gravidade e significado” daquela ação terrorista e afirmou que o mundo mudara, “gerando uma redefinição do funcionamento do sistema internacional”. Expressou entendimento de que se deslocara o “eixo diplomático” e antecipou que os eventos teriam “um impacto mais incisivo do que a queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética e o fim da bipolaridade”. Previu que, na reação norte-americana, haveria “um reforço da ideia que o mundo se divide, politicamente, [...], entre amigos e inimigos”. Nesse sentido, concluiu, haveria “uma expectativa cada vez mais expressiva de apoio e de alinhamentos” e, conseqüentemente, “uma diminuição do espaço para nuanças”.

Os eventos dos últimos dias colocam, contudo, a questão da segurança em maior proeminência na agenda internacional. Por sua violência e impacto, no entanto, tenderão a ser inseridos numa lógica hobbesiana das relações internacionais - um retorno ao estado da natureza.

É nesse tipo de contexto que poderá dar-se, ao menos em parte, a reação norte-americana. Junto com essa maior magnitude do tema da segurança no plano global, haverá um reforço da ideia que o mundo se divide, politicamente, à maneira de Carl Schmitt, entre amigos e inimigos. Haverá uma expectativa cada vez mais expressiva de apoio e de alinhamentos. Haverá, conseqüentemente, uma diminuição do espaço para nuanças.

O Ministro embarcou para os EUA a fim de comparecer à reunião ministerial da OEA que examinaria a proposta brasileira de invocação do TIAR. O governo estadunidense adotara medidas rigorosas de controle de passageiros nos aeroportos, dado terem os atentados partido de voos domésticos tomados por terroristas no país. As medidas tinham caráter ainda mais estrito nos voos com destino à capital federal e não contemplavam exceções ou privilégios, sendo aplicáveis a todos

os passageiros. Para executá-las foram contratados apressadamente funcionários terceirizados, muitos sem o treinamento adequado. Ao embarcar de Miami para Washington, Lafer foi solicitado por funcionários do aeroporto a proceder como outros passageiros e retirar os sapatos antes de passar pela radiografia da área de controle de segurança. Não se tratava de visita oficial a convite do governo dos EUA, desconhecendo os funcionários do aeroporto se tratar o visitante de um Ministro de Estado estrangeiro. Tal como sempre fizera, mesmo no Brasil, não exigiu Lafer tratamento diferente dos demais passageiros. Quando interpelado por correspondentes brasileiros nos EUA, o porta-voz do Itamaraty, instruído a sempre manter absoluta transparência, confirmou ter sido a solicitação feita e acatada. A Embaixada em Washington comunicou o fato ao Departamento de Estado que apresentou as desculpas do governo americano a Lafer, quando este ainda se encontrava na capital americana.

A proposta brasileira relativa ao TIAR foi levada à consideração dos Ministros das Relações Exteriores da OEA, realizada em Washington no dia 21, tendo contado com o apoio de 22 dos 34 países-membros<sup>1526</sup>. O Ministro Celso Lafer assim resumiu a iniciativa brasileira:

A grande resposta diplomática do Brasil à crise de 11 de setembro foi a invocação do TIAR. Ela respondeu à convicção de que era necessário complementar, no plano regional, a intensa mobilização internacional que se seguiu aos ataques. O TIAR propiciou, ademais, do ponto de vista do Brasil, o estabelecimento de uma moldura jurídica compatível com a Constituição de 1988, que determina, no artigo 4º, inciso VIII, que o repúdio ao terrorismo e ao racismo constitui um dos princípios fundamentais que regem as relações internacionais do Brasil.

O compromisso dos países americanos, assumido em Washington, é o de buscar dentro de seus meios e capacidade, a melhor maneira de contribuir para a luta, que é de todos nós, contra o terrorismo, os responsáveis por atos terroristas e aqueles que os patrocinam ou abrigam. Tal compromisso está em estrita consonância com o artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição de 1988<sup>1527</sup>.

Em discurso na Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA para servir de órgão de consulta para a aplicação do TIAR, Lafer expôs a proposta brasileira. Afirmou que os Estados-membros estavam “todos confrontados com uma ameaça direta à segurança hemisférica”. Sublinhou que, com “amplo respaldo dos demais Estados-Partes”, o Brasil tomara a iniciativa de invocar o TIAR porque “a



excepcional gravidade dos ataques, e a discussão de seus desdobramentos” justificavam o recurso àquele mecanismo hemisférico de segurança coletiva. Expressou o entendimento de que a decisão voltava-se não “apenas para a reiteração da solidariedade hemisférica diante da agressão criminosa” de que um dos países-membros fora vítima, mas também para assegurar que, no combate a ameaças externas, os países das Américas tivessem sempre presentes os valores compartilhados que estavam na base do sistema interamericano: democracia, diversidade, tolerância, direitos humanos, repúdio ao racismo e à xenofobia, respeito às liberdades individuais e ao valor intrínseco da vida humana. Concluiu dizendo que, ao renovar ao povo e ao governo dos EUA a irrestrita solidariedade interamericana naquela “hora de provação”, o Brasil estava convencido de que “as deliberações daquele órgão de consulta contribuiriam para nortear, com sabedoria e prudência, os esforços concertados de nossos países para livrar as Américas da ameaça do terrorismo e, assim, aproximar os países-membros dos objetivos comuns da segurança e da paz no hemisfério”.

Após comparecer à reunião da OEA em Washington, Lafer dirigiu-se a Nova York onde manteve encontro com a comunidade brasileira que se encontrava ainda abalada pelos ataques terroristas naquela cidade. Ao retornar a Brasília, Lafer recebeu do encarregado de negócios dos EUA, Cristóbal Orozco, um pedido de desculpas oficial pela revista em aeroportos americanos<sup>1528</sup>. O episódio seria objeto de menção breve por Lafer quando escreveu sobre aquele período:

...os norte-americanos tinham acabado de sofrer o primeiro ataque ao seu território desde a guerra com os ingleses no século 19, e estavam cercados de preocupações e aflições. As medidas tomadas eram generalizadas. Naturalmente, o governo dos EUA depois pediu desculpas.

O incidente seria fartamente explorado na imprensa durante a campanha eleitoral presidencial e mesmo posteriormente, de forma contundente, em obra de Moniz Bandeira<sup>1529</sup>. Em defesa do Ministro, Gilberto Dupas escreveu em artigo de imprensa:

Para um Ministro de Estado em missão oficial a outro país – especialmente o das Relações Exteriores –, cumprir normas locais é, além de um dever de civilidade, uma atitude de prudência. As exigências de uma inspeção de segurança pós 11 de setembro – o exame dos calçados por conta de tentativa de atentado com explosivos nos seus saltos – podem até parecer um disparate.



Mas um Ministro agir diante disso como um indivíduo comum – não querendo privilégios nem usando o arrogante “você sabe com quem está falando?” – é, antes de tudo, uma prática moral e ética. Causa perplexidade, pois, ver altas autoridades da República criticarem agora Celso Lafer por isso.

Altas autoridades, de fato, continuariam a referir-se ao ocorrido. Quase nove anos depois, quando provocado por novas declarações a respeito do incidente, Celso Lafer afirmou:

Fui aos EUA num momento subsequente aos ataques terroristas (de 11 de setembro de 2001), e havia uma legislação aplicável a todas as pessoas. Achei que era natural essa preocupação com segurança. Entendi republicanamente que não cabia o “sabe com quem você está falando”. Não criei problemas, assim como não criaram nesta mesma ocasião o Ministro (das Relações Exteriores) da Rússia e a ministra do Chile<sup>1530</sup>.

Concentrava-se Lafer na avaliação das consequências dos ataques terroristas. Em novo artigo, publicado no dia 27, analisou as consequências do ataque e o repúdio brasileiro ao terrorismo. Afirmou que haviam atingido alvos nos EUA, mas seu impacto era global. Notou que havia “cidadãos brasileiros entre os milhares de inocentes mortos e feridos”. Ressaltou que o Brasil tinha “reconhecida vocação pacífica e uma longa e consistente tradição de repúdio à violência e ao uso ilegítimo ou desproporcional da força”. Ponderou que sua história dava ao país “autoridade para assumir, de forma autônoma, uma posição firme e clara”. Asseverou que, ante o assassinato em massa de milhares de seres humanos inocentes, não havia lugar para atenuantes. Em conclusão, disse que entre os terroristas e os que se opunham a eles não deveria haver nenhuma dúvida quanto ao lado em que estava o Brasil.

O Presidente Bush e o Secretário de Estado Colin Powell agradeceram a decisão brasileira de invocar o Tratado do Rio de 1947, ao considerar o ataque da Al-Qaeda um ataque contra todas as nações das Américas<sup>1531</sup>. Peter Hakim afirmou que “nenhum governo da América Latina demonstrara com mais empenho sua solidariedade para com os EUA após os atentados terroristas de 11 de setembro”<sup>1532</sup>.

O Embaixador Gelson Fonseca Jr., Representante Permanente do Brasil na ONU, fez, em 3 de outubro, pronunciamento sobre o item da agenda de uma reunião daquela organização intitulado “Medidas para Eliminar Terrorismo Internacional”. Afirmou que aqueles “atos vis” haviam sido considerados ultrajantes no Brasil. Declarou que não poderia

haver justificativa para atos terroristas, considerando-os “atos covardes e bárbaros” que não podiam ser admitidos “sob qualquer pretexto – político, religioso ou ideológico”. Disse que os perpetradores de ataques terroristas deviam ser trazidos à justiça, juntamente com aqueles que os apoiassem e acolhessem. Apoiou medidas diversas a serem tomadas pela comunidade internacional entre as quais mencionou: (a) a adoção e plena implementação das convenções existentes contra o terrorismo; (b) o redobramento dos esforços para concluir negociações de uma convenção abrangente sobre terrorismo; (c) formulação de pedido ao SGNU que preparasse relatório recomendando medidas para fortalecer o papel da ONU e outras organizações internacionais no combate ao terrorismo; (d) a adesão estrita a medidas de não proliferação de armas nucleares e outras armas de destruição em massa, em particular a implementação de medidas contidas nas convenções internacionais sobre armas químicas e biológicas; (e) a consideração de medidas adicionais para fortalecer a cooperação em questões tais como controles fronteiriços, instituições financeiras, troca de informações e coerção legal; e (f) a garantia de que a reação internacional ao terrorismo, em particular quando envolvendo o uso de força e a imposição de medidas coercivas, seguisse os princípios estabelecidos na Carta da ONU e o direito internacional<sup>1533</sup>.

O Ministro Celso Lafer compareceu, naquele mesma data, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal para tratar da posição brasileira diante dos atentados terroristas nos EUA. Relatou as reuniões mantidas na OEA e a aprovação da resolução “Ameaça Terrorista nas Américas”. Esclareceu que esta estipulava que os Estados deveriam utilizar todas as medidas disponíveis conforme a lei para “capturar, extraditar e punir indivíduos relacionados ao atentado”, que porventura se encontrassem em seus territórios; bem como designava uma comissão constituída pelos representantes dos Estados-Parte no Conselho Permanente da OEA para realizar consultas adicionais e acompanhar as medidas acordadas. Lembrou que o Representante Permanente do Brasil junto à OEA fora escolhido para presidir a comissão e que ele, Ministro Lafer, na condição de Presidente da XXIV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados-Partes do TIAR, encaminhara o texto da resolução ao CSNU, por intermédio do Secretário-Geral Kofi Annan, atendendo ao princípio da complementaridade da atuação dos órgãos mundial e regional.

No final de 2001 e no ano de 2002, algumas questões marcariam o relacionamento bilateral Brasil – EUA: a questão do escritório do Serviço Secreto em São Paulo; as alegações de terrorismo na Tríplice Fronteira;

a ação de Washington para destituir o diplomata brasileiro Embaixador José Maurício Bustani da direção da Organização para Armas Químicas (OPAQ); o contencioso relativo a produtos siderúrgicos; e a retomada das acusações da presença de terroristas na região da Tríplice Fronteira.

#### 8.2.12.2.2. A questão do escritório do Serviço Secreto

Em exposição que fez, em 4 de outubro, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o Ministro Celso Lafer tratou da questão da autorização concedida para a lotação de funcionários do Serviço Secreto norte-americano no Consulado Geral dos EUA em São Paulo. Explicou a origem e história daquele órgão do governo americano cujas funções se resumiam a uma dupla função: proteger o Presidente dos EUA e outros altos funcionários, inclusive estrangeiros quando se encontram nos EUA; e combater crimes federais envolvendo moeda, falsificações de moeda, transferências fraudulentas e outros crimes financeiros. Observou que a solicitação oficial, por Nota diplomática da Embaixada dos EUA, fora feita em 13 de julho daquele ano, precedida de consultas sobre o assunto iniciadas em 12 de janeiro e que envolveram os órgãos competentes do governo brasileiro. Ressaltou que não existia, portanto, uma “vinculação entre tal solicitação e eventuais medidas tomadas pelo governo dos EUA em consequência dos atentados terroristas de 11 de setembro”. Resumiu o interesse brasileiro na questão nos seguintes termos: “os objetivos do Serviço Secreto são coincidentes com os nossos interesses no campo do combate ao crime no campo das fraudes e falsificações; a lotação de funcionários do Serviço Secreto em São Paulo é um elemento coadjuvatório dos esforços por parte das nossas autoridades fazendárias e do sistema monetário nacional nesses campos; a repressão a esses tipos de delito será feita em consonância com as autoridades brasileiras; existe reciprocidade, já caracterizada pela manutenção de adido financeiro e tributário na Embaixada em Washington, com semelhante área de atuação.

#### 8.2.12.2.3. A questão da Tríplice Fronteira

A preocupação dos EUA com o terrorismo internacional, exacerbada pelos ataques de 11 de setembro, levou seu governo a retomar a questão que surgia, de tempo em tempo, no relacionamento bilateral, ou seja, a da alegada presença de terroristas na região da Tríplice Fronteira

entre Argentina, Brasil e Paraguai de onde fariam remessas financeiras para organizações no Oriente Médio. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, em 4 de outubro, Celso Lafer respondeu a uma pergunta sobre a questão:

Folha - O sr. acredita que haja focos terroristas em [...] Foz do Iguaçu, como acreditam os EUA e parte do governo?

Lafer - Nós não temos nenhuma informação que nos preocupe e temos muita convicção de que, no trato desses assuntos, os direitos humanos e as práticas democráticas devem ser preservados. É uma região mais complicada, nós sabemos. Não é fora de questão que algo das redes ilícitas exista lá, mas se houvesse algo de grave eu teria recebido informações. E eu não recebi.

Em razão dos ataques terroristas a Nova York, a abertura da AGNU naquela cidade foi prorrogada para novembro. Um dia antes de o Presidente brasileiro proferir, na sede da organização, o discurso inaugural da 56ª AGNU, realizou-se encontro entre os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e George W. Bush (filho), na Casa Branca. Durante a entrevista, ambos os mandatários discutiram, entre outros temas, a situação mundial pós-ataques terroristas de 11 de setembro. O Presidente norte-americano agradeceu o apoio do governo brasileiro ao combate internacional ao terrorismo, em especial a iniciativa de invocar o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca).

Em seu discurso na ONU, no dia 10, o Presidente Fernando Henrique Cardoso referiu-se aos ataques nos seguintes termos:

Por uma tradição que remonta aos primórdios desta Organização, o mês de setembro em Nova York é marcado por uma celebração do diálogo: a abertura do debate desta Assembleia Geral.

Não foi assim este ano.

A ação mais contrária ao diálogo e ao entendimento entre os homens marcou o mês de setembro em Nova York, como também em Washington: a violência absurda de um golpe vil e traiçoeiro dirigido contra os EUA da América e contra todos os povos amantes da paz e da liberdade. [...]

Os ataques de 11 de setembro de 2001 foram uma agressão [...] à humanidade.

Como primeiro Chefe de Estado a falar nesta sessão da Assembleia Geral, quero ser muito claro, como o fiz na própria manhã daqueles horríveis atentados e nos contatos com o Presidente George W. Bush (filho): o Brasil empresta integral solidariedade e apoio ao povo norte-americano em sua reação ao terrorismo.

Para nós, todo o continente americano foi atingido. Daí nossa iniciativa de propor a convocação do órgão de consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

O terrorismo é o oposto de tudo o que a ONU representa. Destrói os princípios de convivência civilizada. Impõe o medo e compromete a tranquilidade e segurança de todos os países. [...]

As vítimas de qualquer ato terrorista não estarão sozinhas, e seus responsáveis - indivíduos, grupos ou Estados que os apoiem - não ficarão impunes. Encontrarão nos povos livres uma aliança sólida disposta a levantar barreiras contra a marcha da insensatez.

A Carta da ONU reconhece aos Estados-membros o direito de agir em autodefesa.

Isto não está em discussão.

Mas é importante termos consciência de que o êxito na luta contra o terrorismo não pode depender apenas da eficácia das ações de autodefesa ou do uso da força militar de cada país.

O compromisso da ONU, em 1945, foi o de trabalhar para fundar a paz e preservar as gerações futuras do flagelo da guerra.

A guerra tem sempre um pesado custo humano.

Um custo em vidas interrompidas, em vidas refugiadas e amedrontadas. Tudo isso realça a responsabilidade dos terroristas pelo que sucede hoje.

Em aula proferida em dezembro de 2001, por ocasião do encerramento do semestre letivo do Instituto Rio Branco, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, analisou as relações Brasil - EUA. Notou que caracterizavam-se por um longo histórico,

marcado por convergências de amplo espectro e, também, por episódios isolados de discrepância em torno de algumas questões. Considerou que tal dicotomia revelava que eventuais diferenças não se sobrepujam às afinidades entre ambos os países, tendo em vista, sobretudo, o fato de Brasil e EUA compartilharem princípios e objetivos básicos que lhes tinha dado oportunidades promissoras de cooperação. Opinou que as divergências eram bastante naturais em um relacionamento entre parceiros do porte de Brasil e EUA.

#### 8.2.12.2.4. A questão da OPAQ

Em 2002, em campanha iniciada e conduzida pelo Subsecretário de Estado para Controle de Armas e Segurança Internacional, do Departamento de Estado, John Bolton, e endossada pelo Secretário de Estado, Colin Powell, os EUA pressionaram os membros da Organização para a Proibição de Armas Químicas - OPAQ para destituir o Embaixador brasileiro José Maurício Bustani do cargo de Diretor-Geral daquela organização.

Em janeiro, tiveram início as gestões dos EUA. No dia 29, a Embaixada em Washington recebeu instruções de informar o Departamento de Estado de que o Embaixador Bustani contava com o integral apoio do governo brasileiro<sup>1534</sup>. Dois dias depois, ao final de reunião com o Ministro Celso Lafer, em Washington, Colin Powell expressou as preocupações de seu governo com a administração do Embaixador Bustani na OPAQ, tendo o Chanceler brasileiro reiterado gozar o Diretor-Geral da confiança do governo brasileiro.

No início de fevereiro, alguns países europeus e asiáticos fizeram gestões semelhantes junto ao Itamaraty e, em consequência, a Embaixada brasileira em Haia começou a apurar a posição dos demais países-membros da organização. No dia 15, o Itamaraty enviou circular a 13 postos diplomáticos relevantes da qual constou gozar o Embaixador Bustani “do respeito profissional e do apoio do governo brasileiro frente à OPAQ”. Três dias depois, estendeu a circular a mais alguns postos, totalizando embaixadas de 22 países<sup>1535</sup>.

No dia 5 de março, o Itamaraty enviou circular a embaixadas junto aos 36 países-membros do Conselho Executivo - CE da OPAQ na qual reforçou a argumentação anterior com elogios à atuação de Bustani e a expressão de discordância das críticas feitas pelo governo americano<sup>1536</sup>. Afirmou que o governo brasileiro não poderia instruir nem pretender

recomendar ao Diretor-Geral da OPAQ que renunciasse ao cargo. Anunciou que, se viesse a ser apresentada moção para afastá-lo de seu cargo, a delegação brasileira votaria contra.

Os EUA tornaram pública, ainda em março, sua intenção de afastar o Embaixador José Maurício Bustani da direção da OPAQ<sup>1537</sup>. No dia 13, relato feito pela Embaixada em Haia de reunião do Grupo Latino-Americano dava conta de que seus membros haviam sido informados da postura brasileira na linha das instruções recebidas. Na segunda-feira, dia 18, durante uma viagem ao Chile, entrevistado pela imprensa, o Ministro Celso Lafer confirmou ter recebido, três dias antes, telefonema de Powell que queria discutir a atuação de José Maurício Bustani na ONU. Lafer informou ter deixado claro a Powell que o Brasil não compartilhava as dúvidas dos EUA e posicionar-se-ia contra a censura ou o pedido de destituição de Bustani<sup>1538</sup>.

Naquela mesma data, foi enviado despacho telegráfico instruindo o Embaixador do Brasil em Haia a votar contra eventual proposta de convocação de Conferência Especial dos Estados-Partes e outro transmitindo-lhe teor da intervenção a ser pronunciada na reunião do Conselho Executivo da OPAQ em caso de apresentação de moção destinada ao afastamento do Embaixador José M. Bustani do cargo de Diretor-Geral da OPAQ.

Em telegramas diversos, o Embaixador em Haia, Affonso Massot, informou que nova reunião do GRULAC demonstrava que ainda não existia consenso dentro do grupo em apoio ao Diretor-Geral, nem mesmo no tocante às matérias de procedimento consideradas na ocasião; a UE não via outra solução a não ser a demissão do Diretor-Geral; os EUA manifestariam falta de confiança no Diretor-Geral, como oportunidade para este renunciar; e em reunião do GRULAC, a Argentina comunicara que se absteria nas decisões relativas à situação do Diretor-Geral, eliminando assim qualquer possibilidade de consenso. Informou ainda o Embaixador Massot que, ao lhe ser dada a palavra, reiterara a posição de apoio ao Diretor-Geral, tal como já havia manifestado em reuniões anteriores do GRULAC.

Por nota à imprensa, ainda no mesmo dia 18, o Itamaraty reiterou não partilhar o governo brasileiro dos questionamentos que estavam sendo feitos à gestão de Bustani e informou que votaria contra seu afastamento. Em entrevista à imprensa latino-americana publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, na terça-feira, dia 19, Colin Powell reconheceu não ter obtido do governo brasileiro decisão de pedir a renúncia de Bustani e acrescentou que a relação bilateral não seria abalada por essa razão<sup>1539</sup>.

No mesmo dia, o jornal *Folha de São Paulo* informou que, além de EUA e UE, Japão, Polônia e Coreia do Sul também defendiam a mudança na direção da OPAQ. A matéria citava ainda frase de Lafer de que o governo brasileiro considerava a gestão de Bustani “imparcial e responsável” e anunciava que, se fosse apresentada uma moção contrária à gestão de Bustani, o Embaixador brasileiro na Holanda e representante do Brasil junto à OPAQ, Affonso Emílio de Alencastro Massot, discursaria em sua defesa.

#### 8.2.12.2.5. Reunião do Conselho Executivo

No dia 19, o Itamaraty recebeu telegrama da Embaixada em Haia segundo o qual se Bustani não renunciasse, a delegação dos EUA apresentaria projeto de decisão pela qual o Conselho pedir-lhe-ia que o fizesse. Se a moção não prosperasse, os EUA apresentariam convocatória de Conferência Especial dos Estados-Partes, para o que já contariam com 47 assinaturas. Acrescentava o Embaixador Massot que, “na hipótese de apresentação de moção de desconfiança”, pretendia “qualificá-la como matéria de substância para efeito da regra 40 das regras de procedimento”. Outro telegrama informava que os EUA, com o apoio de UE e Austrália, Canadá, Coreia, Japão, o Leste Europeu (com exceção da Rússia) e Suíça, haviam introduzido o debate sobre a situação do Diretor-Geral da OPAQ, com o pedido de que renunciasse “para o bem da Organização”.

Tal como constou de nota à imprensa no mesmo dia 19, o Embaixador Massot pronunciou discurso em que afirmou:

A eficácia e a imparcialidade do trabalho realizado pela OPAQ sob a liderança de seu Diretor-Geral, Embaixador José Maurício Bustani, foram questionadas. Essas alegações afetam a credibilidade de um regime multilateral de desarmamento que figura como um modelo de primeira linha no campo dos objetivos globais da não proliferação e da segurança internacional.

O governo brasileiro não compartilha a opinião de que a gestão do Embaixador Bustani foi afetada por um desempenho administrativo deficiente. Este debate, no entanto, diz respeito a fatos, e não a preferências individuais.

Olhando estritamente para o histórico de conquistas já alcançadas pela OPAQ, podemos estar tranquilizados de que a consecução equilibrada e firme dos objetivos determinados pelos Estados Membros da Organização vem sendo



obtida. O Embaixador Bustani, desde o início de seu primeiro mandato, tem estado plenamente comprometido com a implementação e o fortalecimento da Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas. Ele compreendeu claramente a magnitude daqueles desafios centrais e tem feito um trabalho notável até agora. É com base nesse desempenho tão respeitável que temos testemunhado o rápido crescimento do número de Estados Membros, com o aumento, praticamente inédito e recordista, de 87 Estados Membros fundadores em 1997, para 145 Membros hoje.

O Brasil também não concorda que os problemas financeiros atuais da OPAQ resultem das políticas do Diretor-Geral. O Brasil acredita que o Conselho Executivo sempre exerceu sua autoridade constituída e que nenhum Diretor-Geral pode implementar decisões políticas na ausência de consenso. Estes são mecanismos de proteção previstos no regime, projetados precisamente para impedir qualquer abuso de poder. O Embaixador Bustani, em nossa opinião, tem sido e continua sendo altamente respeitador da Convenção e de seus dispositivos fundamentais.

O governo brasileiro acredita que a informação trazida à atenção do Conselho Executivo pelo Diretor-Geral respondeu, de maneira satisfatória, todos os pontos levantados com referência a seu desempenho. Louvamos ainda as abordagens construtivas que têm sido oferecidas pela Diretor-Geral para uma discussão ampla, franca e completa de todas as inquietações em uma atmosfera aberta e justa.

Consequentemente, Senhor Presidente, o Brasil opor-se-á a qualquer moção que vise à destituição do Embaixador Bustani.

Obrigado.

Na quarta-feira, dia 20, o porta-voz do Departamento de Estado, Richard Boucher, tornou pública a insatisfação americana com o desempenho do Embaixador Bustani à frente da Organização para Armas Químicas, tendo afirmado que a administração da organização apresentava problemas que haviam resultado na perda da confiança no Diretor. Referiu-se a má administração financeira, desmoralização dos funcionários do Secretariado e iniciativas mal concebidas. Exortou o Diretor-Geral a renunciar ao cargo. Boucher recusou-se a responder perguntas relativas ao Iraque no contexto da proposta de mudança na administração da OPAQ, limitando-se a repetir a tese da má administração<sup>1540</sup>.

Ainda no dia 20 de março, o Itamaraty enviou circular telegráfica para os 36 países-membros do Conselho Executivo da OPAQ, informando que: (a) os EUA lhe haviam apresentado projeto de decisão que pedia a renúncia do Diretor-Geral da OPAQ; e (b) o Brasil votaria contra a proposta, após solicitar que fosse tratada como questão de substância, requerendo dois terços de votos afirmativos. Ainda na mesma data, enviou despacho telegráfico autorizando proposta formal, pelo Brasil, de que a moção de desconfiança apresentada pelos EUA fosse qualificada como matéria de substância, para efeitos de decisão que requeresse maioria de 2/3 dos membros do Conselho Executivo. Recebeu ainda telegrama da Embaixada em Haia informando que os EUA haviam circulado moção solicitando a renúncia do Diretor-Geral da OPAQ e que a um membro da delegação dos EUA informara que a intenção seria a de que o documento “também funcionasse como uma sondagem, pela qual se constatasse os números do apoio dos membros do CE à iniciativa norte-americana”.

Em matéria publicada no mesmo dia 20, o jornal *The New York Times* informou que, tendo o Ministro do Exterior brasileiro declinado o pedido americano de solicitar a Bustani sua renúncia, o governo americano dera início a pressões junto ao Conselho Executivo para apoiar seu pedido de renúncia<sup>1541</sup>. Em reação às declarações do Departamento de Estado, o Assistente Especial da OPAQ, Gordon Vachon, afirmou que o Diretor-Geral se surpreendera com as acusações e as rejeitava. Declarou que o Diretor-Geral não fizera nada errado, nada tinha a esconder e não poderia simplesmente renunciar sem que houvesse razões para tanto<sup>1542</sup>.

Ainda no dia 20, o Itamaraty recebeu telegrama da Embaixada em Haia informando que os EUA ainda não haviam conseguido levar a votação seu projeto de decisão, diante de questões procedimentais levantadas pela delegação brasileira, entre as quais moção pela qual o CE decidisse se tinha ou não competência para deliberar sobre ‘moção de não confiança’”. Acrescentava o Embaixador em Haia que, “em coordenação com o Diretor-Geral”, tabulara “projeto de decisão sobre o estabelecimento de Comitê Extraordinário ‘para examinar as atividades do Diretor-Geral’, com vistas a recomendar medidas para intensificar o diálogo e a cooperação”.

Em nota à imprensa no dia 21, o governo brasileiro deu conta das medidas que vinha tomando em defesa do Embaixador Bustani. Reafirmou sua “posição de pleno apoio e solidariedade” ao Embaixador José Maurício Bustani como Diretor-Geral da OPAQ. Afirmou que eram “infundadas as versões sobre uma alegada falta de empenho na defesa

do mandato do Diretor-Geral à frente da OPAQ". Informou ter dado instruções à Delegação brasileira ao Conselho Executivo da OPAQ a votar contrariamente à moção norte-americana de "não confiança" no Diretor-Geral da Organização, e "a fazer o mesmo diante de qualquer outra iniciativa tendente ao seu afastamento". Acrescentou terem sido dadas instruções também às Embaixadas brasileiras "com vistas a obter, entre os demais membros do Conselho Executivo, apoio às posições defendidas pelo Brasil". Por fim, anunciou ter a Delegação brasileira em Haia sido também instruída a circular, no Conselho Executivo, projeto de decisão com vistas à constituição de um Comitê Extraordinário destinado a rever, de forma isenta e independente, a gestão do Diretor-Geral à frente da Organização e a permitir-lhe a oportunidade de defender-se das imputações feitas a seu respeito. Expressou esperança de que tal iniciativa viesse a receber apoio de todos os membros do Conselho Executivo.

A reunião do CE realizou-se no dia 22 de março. O Embaixador dos EUA, Donald Mahley, pediu a destituição do Diretor-Geral. Logo após, o Embaixador Affonso Massot defendeu, em nome do governo brasileiro, a permanência de Bustani na direção da OPAQ. Na sua intervenção, o representante do governo brasileiro afirmou que Brasília não compartilhava a visão de que Bustani tinha desempenho administrativo falho ("does not share the view that Mr. Bustani's tenure was flawed by a poor managerial performance")<sup>1543</sup> e acusou os EUA de tentarem solapar a "credibilidade do regime de segurança internacional"<sup>1544</sup>.

Conforme relato formal do Presidente da reunião, Embaixador Heinrich Reimann, da Suíça, "depois de a Conferência considerar a proposta de término da permanência (*'tenure'*) do Diretor-Geral da Secretaria Técnica e cumprido o prazo exigido de 24 horas", foi convocada votação nominal (*"roll call"*). Os resultados desse processo indicaram terem 17 países votado a favor da proposta americana, 5 contra (Brasil, China, Cuba, Irã e Rússia), 18 países se absteram e um membro se ausentado. Ou seja, apenas 41% dos membros do Conselho apoiaram a moção, tendo percentual mais elevado (44%) preferido se abster. Os EUA não obtiveram, portanto, os 21 votos necessários para que sua moção fosse aprovada.

Apesar desse resultado negativo para as pretensões americanas, na sexta-feira, dia 22 de março, o porta-voz substituto do Departamento de Estado, Philip Reeker, argumentou que o voto demonstrara que Bustani não mais podia "exercer liderança efetiva e portanto deveria renunciar"<sup>1545</sup>. Acrescentou que, se necessário, os EUA solicitariam a convocação de uma Sessão Especial dos 145 membros da Convenção para decidir a questão.

Os EUA iniciaram, então, uma ofensiva internacional para obter apoio a sua proposta. Teriam, para tanto, ameaçado suspender o pagamento de sua contribuição à organização ou até mesmo desta se retirar, caso o Diretor-Geral não fosse removido.

No dia 23, o Itamaraty recebeu telegrama de relato pela Embaixada em Haia do ocorrido na reunião. Segundo o Embaixador Massot, após conversar com Bustani e o Diretor Jurídico da OPAQ, a delegação brasileira dirigiu questão ao Conselho Executivo, na qual indagava se aquele órgão se considerava legalmente investido pela Convenção para considerar uma moção de não confiança com o objetivo de pedir ao Diretor-Geral que renunciasse ao cargo. Informou que o resultado final fora 20 votos a favor da capacidade do Conselho, 7 contra (Brasil) e 13 abstenções, ou seja, redundou em não aprovação da moção. Relatou, em seguida, que, na segunda votação do dia, foi examinada a própria moção de não confiança proposta pelos EUA. Informou ter solicitado então a palavra para considerar a moção questão de substância, conforme a regra 40, o que elevaria o total de votos para aprovação da maioria simples para dois terços. Narrou como não foi aprovada a moção norte-americana pois na contagem final, 17 membros votaram a favor da proposição dos EUA, 5 contra (Brasil), e houve 18 abstenções. Conto que reapresentou a proposta tabulada pelo Brasil, que recebeu 14 votos a favor (Brasil), 17 contra, tendo havido 8 abstenções. Contou que, encerradas as votações, a delegação dos EUA interveio para apresentar proposta verbal de convocação de Conferência Especial, tendo o Brasil se manifestado contra a realização da Conferência. Descreveu como, sem consenso, os EUA retiraram a proposta e “solicitaram ao Diretor-Geral a convocação de sessão especial da Conferência”. Por fim, descreveu, como, ao término da XXVIII sessão, diversas delegações dentre as que se opuseram ou se abstiveram às propostas brasileiras vieram cumprimentar a delegação do Brasil pela “firmeza de sua postura e espírito construtivo com que se conduziu durante a sessão”. Acrescentou que fora “possível evitar atitude de confrontação bilateral”, tendo “o debate, muita vez aguerrido, permanecido encapsulado no plano multilateral”. Observou que tal ocorrera apesar de diversas semanas de antecedência com que o Brasil comunicara sua “posição de clara defesa do Embaixador Bustani” e para ela buscara apoio, quer no âmbito do GRULAC, quer diretamente por ele próprio e por seus colaboradores aos representantes dos países no Conselho; e apesar também “da maneira firme” com que sempre o Brasil defendera Bustani “antes e durante a reunião”.

No dia 26, o Embaixador Bustani foi recebido, no Itamaraty, pelo Ministro Celso Lafer e pelo Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador

Osmar Chohfi. Foi igualmente recebido em audiência pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. A todos explicou sua visão da situação na OPAQ e a necessidade de esforço para impedir a convocação de Conferência das Partes para tratar de seu eventual afastamento. Em declarações à imprensa, Bustani afirmou ser preciso defender o princípio de que sua posição como Diretor de uma organização internacional deveria ser imune de interferência política e não sujeita a instruções de qualquer governo, por mais poderoso que fosse<sup>1546</sup>.

#### 8.2.12.2.6. Conferência Especial dos Estados-Parte

No dia seguinte, a embaixada dos EUA em Brasília comunicou ao Itamaraty que seu governo iniciara pedido de apoio de países-membros para convocar Conferência com vistas a afastamento do Diretor-Geral Bustani. Em 1º de abril, por despacho telegráfico, a Embaixada em Washington foi informada que no dia 22 de março a delegação dos EUA apresentara pedido formal de convocação, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, de uma sessão especial da Conferência das Partes da Convenção, com o propósito de tomar uma decisão sobre a questão da permanência do Diretor-Geral à frente da OPAQ. O despacho telegráfico prosseguia dizendo que, durante sua vinda ao Brasil, o Embaixador Bustani transmitira claramente sua avaliação sobre “a complexidade e as dificuldades de que pudesse prevalecer, no plano multilateral, um esforço para tentar impedir a convocação da Conferência das Partes”. Acrescentou que registrou Bustani, porém, a importância de preservar a credibilidade da OPAQ como instituição multilateral de desarmamento e de não proliferação e, nesse contexto, o papel que lhe havia sido confiado pelos Estados-Parte da Organização”. Concluía que, a pedido do Diretor-Geral, recomendava-se “explorar com o governo norte-americano a viabilidade de um diálogo sobre possíveis caminhos para encontrar uma solução transacional”, que tornasse “desnecessária a realização da Conferência das Partes – inevitavelmente traumática e prejudicial à OPAQ e ao multilateralismo em geral” – e que possibilitasse “administrar dentro da Organização as diferenças existentes sobre a gestão de seu Diretor-Geral”. Esclareceu a instrução à Embaixada que, sem “deixar de ressaltar, mais uma vez, a preocupação, partilhada pelos dois lados” de que não se tratava “de tema da agenda bilateral Brasil – EUA”, mas de um problema que se colocava no plano do bom funcionamento das instituições multilaterais,

solicitava-se “efetuar consultas junto ao Departamento de Estado, em nível suficientemente alto, sobre se poderia haver espaço para dialogar nas linhas sugeridas pelo Embaixador Bustani”. Feita a gestão, a embaixada obteve resposta negativa<sup>1547</sup>.

O Itamaraty enviou circular telegráfica, no dia 8 de abril, a 92 missões diplomáticas informando sobre a iniciativa do governo norte-americano de convocar Conferência Especial dos Estados Partes da Convenção sobre Armas Químicas (CPAQ) com o propósito de afastar o Embaixador José Maurício Bustani do cargo de Diretor-Geral da OPAQ e instruiu os postos que relacionou a efetuarem gestão junto à autoridade de nível apropriado da Chancelaria local - e/ou dos países cumulativos ao Posto, caso fossem membros da OPAQ - para fazer entrega de “aide-mémoire” e gestionar o apoio local.

No sábado, dia 9 de abril, um comunicado de imprensa da OPAQ confirmou ter sido atingido o terço de países, mínimo necessário para a convocação de uma sessão especial da Conferência dos Estados que faziam parte da Convenção a ser realizada no dia 21 daquele mês<sup>1548</sup>. O Brasil iniciou gestões junto a todos os 145 membros da convenção para informar que votaria contra moção ou projeto de decisão destinado a afastar o Diretor-Geral da OPAQ e solicitando apoio. Em respostas às gestões feitas, o Itamaraty conseguiu apurar o chamado “quadro parlamentar”, isto é, quais países votariam contra e quais a favor da moção, assim como daqueles que pretendiam se abster, tendo concluído que a moção dos EUA deveria ter “número significativo maior de votos favoráveis do que negativos”<sup>1549</sup>.

O Embaixador em Haia foi instruído, no dia 10, a pautar-se pela linha de ação e orientação contidas no “*aide mémoire*” enviado, no dia 8 de abril, às Embaixadas do Brasil nas capitais dos países latino-americanos e caribenhos membros da OPAQ por ocasião da reunião do GRULAC prevista para dois dias depois naquela capital.

Por nota de 11 de abril, o Itamaraty tornou pública todas as comunicações mantidas entre postos durante a crise da OPAQ. Naquela data, o jornal *Valor Econômico* publicou matéria baseada em entrevista do jornalista Carlos Eduardo Linse Silva como Ministro Lafer, intitulada “Brasil apoia Bustani sem exclamação, diz Lafer”. Nela, entre outras afirmações do Chanceler, constou que se envolvera pessoalmente nos contatos com países-membros da OPAQ (“na medida das minhas possibilidades, na linha de prioridades da agenda do país”). Constou também sua opinião de que algumas manifestações de Bustani em entrevistas com críticas a alguns países que não o apoiaram ou se abstiveram no CE não ajudavam o processo<sup>1550</sup>. Na mesma data era publicada outra matéria em jornal

brasileiro segundo a qual Bustani teria afirmado não confiar em fontes do Itamaraty “mais para cima de departamentos e divisões”<sup>1551</sup>.

No dia 21 de abril, realizou-se a sessão especial. O Embaixador dos EUA junto à OPAQ, Donald Mahley, pediu a imediata destituição de Bustani acusando-o de conduzir administração fraca, desmoralizar funcionários e denegrir as prioridades fundamentais da Convenção<sup>1552</sup>. Bustani respondeu com firmeza, acusando os EUA de tentarem pressionar os países-membros e controlar a OPAQ, colocando em risco o multilateralismo e a independência da organização. Afirmou que estava em jogo muito mais do que “estilo de administração”<sup>1553</sup>.

Em nome do governo brasileiro, o Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, Subsecretário para Assuntos Políticos Multilaterais, defendeu a permanência de Bustani na chefia da OPAQ. Afirmou que a proposta de destituir Diretor-Geral, eleito por unanimidade três anos antes do término do prazo, não encontrava precedentes. Ressaltou que não se baseava em acusação de um crime ou mesmo uma contravenção, mas em alegado estilo de gerenciamento e decisões administração e financeiras, tomadas em estrita observância das regras e regulamentos. Lembrou ter o governo brasileiro proposto o nome do Embaixador Bustani em 1997 e resumiu os resultados que vinha alcançando em sua gestão. Frisou sua integridade pessoal e comprometimento profissional. Observou que, de acordo com a Convenção, o Diretor-Geral não deveria buscar ou receber instruções de qualquer governo ou de qualquer fonte externa à organização. Da mesma maneira – prosseguiu – os países-membros deveriam respeitar o caráter exclusivamente internacional das responsabilidades do Diretor-Geral e não deveriam buscar influenciá-lo no desempenho destas. Destacou, nesse sentido, o princípio de independência dos funcionários de organizações intergovernamentais como elemento importante da credibilidade do sistema multilateral. Anunciou que o Brasil votaria contra a moção (americana) pelas razões que já haviam sido expostas pelo Embaixador Massot na reunião do Conselho Executivo. Informou ter o governo instruído suas embaixadas a confirmarem aos países-membros que o Brasil não compartilhava a visão de que a permanência do Diretor-Geral Bustani estava sendo afetada por má administração. Acrescentou ter o governo brasileiro informado aos demais membros que o Brasil não apoiaria a proposta de convocar sessão especial e que, se a Conferência se realizasse, a delegação brasileira votaria contra a moção ou projeto de decisão voltada a destituir o Embaixador Bustani de seu cargo de Diretor-Geral, tendo pedido a estes que tomassem em consideração a visão brasileira ao avaliar a questão. Alertou para o sinal errado que a destituição do Diretor-Geral enviaria aos países-membros a



respeito de como interpretar os princípios básicos da Convenção, podendo afetar as perspectivas de progresso no campo do desarmamento e da não proliferação. Concluiu com a reiteração de que o Brasil votaria contra qualquer proposta de destituição do Embaixador Bustani do cargo de Diretor-Geral<sup>1554</sup>.

Na votação que se seguiu, a destituição de Bustani foi decidida por 48 votos a favor, 7 contra, tendo havido 43 abstenções e duas não participações na votação. O número de países que se abstiveram quase igualara os favoráveis à moção e dos que se opuseram a esta, inclusive dois (China e Rússia) membros permanentes do CSNU. Embora 48 votos favoráveis correspondessem a 88% dos que votaram, representavam apenas 33% do total de países-membros. Em 22 de abril de 2002, portanto, através de votação de voto de desconfiança, os EUA haviam logrado remover o Embaixador Bustani da direção da OPAQ<sup>1555</sup>.

Em nota à imprensa, o Itamaraty lamentou em nome do governo brasileiro que não tivesse prevalecido a posição brasileira na votação na OPAQ e ofereceu a Bustani sua reintegração ao serviço exterior brasileiro.

A posição do governo brasileiro na questão da iniciativa norte-americana de afastamento do Diretor-Geral da OPAQ é amplamente conhecida. O conjunto de gestões efetuadas em favor da manutenção do Diretor-Geral em seu cargo foi tornado público pelo Itamaraty.

Essa posição foi ontem na Haia reiterada e defendida pelo chefe da delegação brasileira à Conferência Especial dos Estados Partes da OPAQ, Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, Subsecretário de Assuntos Multilaterais do Itamaraty.

O governo brasileiro agradece aos países que acompanharam a posição brasileira e lamenta que esta não tenha prevalecido na votação de hoje naquele foro multilateral.

O Embaixador José Maurício Bustani, se assim o desejar, será reintegrado ao Serviço Exterior Brasileiro, do qual se encontra licenciado.

#### 8.2.12.2.7. Reações à decisão

Ao tomar conhecimento do resultado, o Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou à imprensa, através do porta-voz Alexandre Parola, que lamentava a decisão<sup>1556</sup>. Perguntado pela imprensa se o Brasil



havia defendido o Embaixador Bustani, o Deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil, respondeu que sim, embora o resultado não fosse o que se esperava, mas “dado o adversário”, havia sido o que fora possível<sup>1557</sup>. No exterior, representante do Irã, país que votara contra a moção, queixou-se do resultado, considerando-o um golpe contra o multilateralismo que acarretava a perda da confiança na independência do Diretor-Geral. Alexander Yakovenko, porta-voz do Ministério do Exterior da Rússia, expressou a insatisfação de seu país e questionou a legalidade da decisão<sup>1558</sup>.

Em artigo que escreveu posteriormente, o Embaixador Bustani queixou-se de não ter havido empenho brasileiro na sua defesa. Referiu-se ao “silêncio de Brasília” e “a ineficácia e a inconsequência dos termos das chamadas ‘instruções’ oficiais sobre o assunto”<sup>1559</sup>. O historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira foi mais além nas críticas, acusando Lafer de ter feito um acordo com Colin Powell para não se opor à demissão de Bustani, acusação veementemente rejeitada por Lafer através de órgão da imprensa<sup>1560</sup>.

O episódio, amplamente tratado em meios políticos e nos meios de comunicação em pleno ano de eleições presidenciais brasileiras, ocuparia parcela relevante da atenção da chancelaria brasileira. Exibiria, de um lado, a unilateralidade do governo de George Bush nos EUA no trato das questões multilaterais entre os ataques de 11 de setembro e a decisão de invadir o Iraque; e, de outro lado, a apatia de muitos países diante dessa forte pressão de Washington para fazer valer o que julgava ser seu interesse estratégico.

#### 8.2.12.2.8. A questão dos produtos siderúrgicos

Uma questão comercial ocupava, enquanto isso, a Chancelaria brasileira. Por nota à imprensa de 1º de março de 2002, Lafer fez declarações a respeito da decisão do Departamento de Comércio dos EUA de impor direitos compensatórios sobre as importações de chapas de aço laminado a frio originárias do Brasil. Explicou que a justificativa apresentada pelas autoridades norte-americanas para aplicar a medida era a de que as empresas brasileiras haviam-se beneficiado de subsídios no passado, antes de sua privatização. Ponderou que a tese sustentada pelo governo dos EUA – de que subsistiam os efeitos dos subsídios mesmo após sua venda em leilão público a preços de mercado – já fora condenada pela OMC. Lamentou que os EUA, “movidos por interesses protecionistas”,

continuassem a insistir nesse entendimento, que não correspondia ao entendimento do Brasil nem ao de nenhum outro país e que já fora objeto de condenação no principal foro internacional. Concluiu que a relutância dos EUA em dar cumprimento à interpretação da OMC motivara a abertura de novo painel naquela Organização, solicitado pela UE, e do qual o Brasil vinha participando como terceira parte interessada.

Cinco dias depois o Itamaraty emitiu nota em que Celso Lafer lamentou a decisão do governo dos EUA, anunciada no dia anterior, de proteger sua indústria siderúrgica por meio de novas restrições às importações de aço. Afirmou que a aplicação de medidas de salvaguarda sem a comprovação de surto de importação ou de dano à indústria local feria os princípios do comércio internacional. Acrescentou que o governo brasileiro estava procedendo a uma avaliação do impacto das medidas e solicitara consultas ao governo norte-americano, conforme dispunham os acordos da OMC. À luz dessas consultas e do que viesse a apontar a análise pormenorizada dos dados, o Brasil decidiria que cursos de ação tomar, inclusive no tocante a eventual recurso à OMC.

Ainda em março, Lafer criticou, num artigo intitulado “Passo atrás”, a decisão norte-americana de adotar novas medidas de proteção para seu setor siderúrgico, sob a forma de salvaguardas. Observou que a medida fora adotada no momento em que mais se necessitava de apoio político para levar a bom termo as negociações em curso na OMC e na ALCA, constituindo-se em “um impulso contrário”, que encorajava os setores que se opunham à liberalização comercial, nos EUA e em todos os países. Afirmou que a decisão dos EUA enquadrava-se na categoria de “abuso da exceção”, que desmoralizava a regra, pois utilizada sem o necessário rigor, sem demonstração clara da existência de surto de importações e da relação causal entre esse surto e as dificuldades enfrentadas pela indústria doméstica. Declarou que constituíam salvaguardas invocadas apenas com o intuito de transferir para os parceiros comerciais o ônus da própria ineficiência, ferindo a credibilidade do acordo (da OMC). Revelou que, em viagem que fizera a Washington, em fevereiro, empenhara-se pessoalmente nas gestões junto ao governo norte-americano obtendo relativamente favoráveis, ainda que aquém dos “objetivos máximos”, pois mais de 80% das exportações brasileiras de aço nos anos anteriores haviam sido excluídas das restrições. Declarou-se insatisfeito com os resultados, pois considerava que não deveria haver salvaguardas. Anunciou que o Brasil continuaria a defender, em todos os foros, os interesses dos exportadores.

Também em março, durante entrevista concedida no Brasil, o Representante de Comércio dos EUA da América, Robert Zoellick, afirmou

que 87% das exportações brasileiras de aço não iriam ser impactadas pelas medidas adotadas e anunciou um processo de revisão da questão durante 120 dias. Ressaltou que, no caso da Coreia a exclusão havia sido de apenas 48%, “em contraste com 87% no Brasil”. Em abril, em intervenção no Senado Federal, o Ministro Celso Lafer relatou os encontros com Robert Zoellick, Representante Comercial dos EUA, em Washington, em fevereiro, e em Brasília, em março, quando o assunto foi novamente tratado. Descreveu ainda as consultas mantidas em Genebra sobre a questão. Esclareceu as possibilidades de ação diplomática pela frente.

Lafer referiu-se à questão do aço com os EUA, em abril, durante balanço que fez das atividades do Itamaraty ao longo de um ano. Ressaltou que o ano fora marcado pela realização de intensas gestões em defesa dos interesses brasileiros junto ao governo dos EUA. Lembrou que a questão do aço fora objeto de intensa troca de correspondência com o USTR Robert Zoellick e com o Secretário de Comércio Don Evans, e de viagem a Washington em janeiro. Ressaltou terem sido bem-sucedidas as gestões brasileiras. Notou que o Brasil recebera um tratamento diferenciado com relação a outros exportadores (UE, Japão, Coreia e Austrália). Esclareceu que a quota reservada ao país preservava o pico exportador atingido em 2001 para semiacabados, e previa ainda margem de crescimento das exportações desses produtos para os anos seguintes. Acrescentou que, mesmo assim, o Brasil continuaria a atuar com vistas a defender os interesses do exportador nacional, fosse em nível bilateral (novas gestões junto ao governo dos EUA para eliminar as medidas restritivas ao aço), fosse em nível multilateral (realização de consultas na OMC ao amparo do Acordo de Subsídios e estudo da possibilidade de acionar o órgão de solução de controvérsias).

Em agosto, o Itamaraty emitiu nota à imprensa em que o governo brasileiro expressou satisfação por terem os EUA publicado nova lista de produtos siderúrgicos que estariam excluídos das aplicações de salvaguardas às importações de aço daquele país e entre os quais figuravam itens de interesse exportador brasileiro. Esclareceu a nota que a inclusão de produtos que tinham interesse direto para o Brasil fora discutida duas semanas antes pelo Ministro Celso Lafer e pelo Representante Comercial dos EUA, Embaixador Robert Zoellick, e adiantada em conversa telefônica que as duas autoridades mantiveram naquele dia pela manhã.

#### 8.2.12.2.9. Declarações sobre mau uso de recursos pelo Brasil

Em julho de 2002, conforme informou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Pedro Luiz Rodrigues, o Ministro Celso Lafer convocou a Embaixadora dos EUA no Brasil, Donna Hrinak, para transmitir-lhe diretamente o que já tinha tido “a oportunidade de dizer publicamente à imprensa” de que não podiam – governo e sociedade – “aceitar as declarações feitas pelo Secretário do Tesouro dos EUA, Paul O’Neill, quando, ao comentar a viagem que pretendia fazer ao Brasil e a outros países do Cone Sul, referiu-se ao eventual mau uso de recursos de instituições multilaterais de crédito, destinados ao atendimento de situações de emergência”. Nas palavras de Rodrigues, Lafer reiterou que essas declarações provocaram “profundo mal-estar e repercussões negativas nos meios governamentais, políticos, na opinião pública e nos mercados brasileiros”, e não ajudaram o processo então em curso, “voltado para a gestão macroeconômica num momento de turbulências”. Concluiu o porta-voz com a informação de que a Embaixadora americana comprometera-se a transmitir essa posição do governo brasileiro às autoridades de seu país, em Washington.

#### 8.2.12.2.10. Entorpecentes

Em agosto de 2002, foi assinado Memorando de Entendimentos no âmbito do Acordo de Cooperação Mútua Brasil – EUA para a Redução da Demanda, a Prevenção do Uso Indevido e o Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes assinada sete anos antes. O documento, renovado anualmente, explicitava as atividades de cooperação bilateral antidrogas, bem como os recursos financeiros alocados pelo governo norte-americano a projetos específicos executados por órgãos brasileiros. Para aquele ano previa recursos correspondentes a cerca de US\$ 6 milhões. Na cerimônia, o Ministro Lafer afirmou que o instrumento representava “mais uma medida concreta da cooperação entre o Brasil e os EUA da América em matéria de combate ao problema das drogas”. Observou que o Brasil não era produtor de drogas; entretanto, seu imenso território vinha sendo “utilizado pelos narcotraficantes como rota alternativa de trânsito para abastecer os mercados consumidores da Europa e América do Norte”. Disse, por fim, que o Memorando de Entendimento reforçaria a capacidade brasileira de enfrentar o crime organizado, que tinha no narcotráfico sua espinha dorsal.

Por nota de setembro, o Itamaraty informou que o Memorando de Entendimento previa a implementação de cinco projetos e previa, para o exercício de 2001, o aporte financeiro norte-americano correspondente a cerca de US\$ 6 milhões.

#### 8.2.12.2.11. Ainda a questão da Tríplice Fronteira

Em outubro de 2002, o Departamento do Tesouro dos EUA afirmou em memorando público que havia na região “exemplos claros” de grupos islâmicos que “financiavam atividades terroristas”. Alegou que organizações tais como Al-Gama’a Al-Islamiyya do Egito, Jihad islâmico, Hezbollah, e Al-Qaeda recebiam recursos provenientes de atividades exercidas na Tríplice Fronteira. Em particular, acusava o Paraguai de servir de base para operações terroristas por não dispor de legislação antiterrorismo que incriminasse contribuições financeiras ao terrorismo.

Por nota à imprensa de 8 de novembro de 2002, o Itamaraty tratou da questão sob o título “Alegada Presença de Grupos Terroristas na Região da Tríplice Fronteira”. No que diz respeito a matérias veiculadas pela mídia internacional sobre a alegada presença de grupos terroristas na região da Tríplice Fronteira, entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, o governo brasileiro esclareceu o seguinte:

as autoridades brasileiras, em estreita cooperação com as autoridades da Argentina e do Paraguai, além de outros países interessados, especialmente os EUA, vêm exercendo na região da Tríplice Fronteira, há mais de uma década, rigorosa vigilância sobre indivíduos e grupos suspeitos de vinculação com organizações terroristas internacionais; as autoridades brasileiras não dispõem, até o momento, de evidências comprobatórias do desenvolvimento de atividades terroristas na região, avaliação que é compartilhada por governos estrangeiros, com os quais o Brasil vem mantendo cooperação e diálogo; o governo brasileiro manifesta sua contínua disposição em cooperar com outros países na área de inteligência com vistas a identificar eventuais atividades terroristas na região, inclusive possíveis remessas de recursos financeiros para organizações terroristas; e o governo brasileiro ressalta a necessidade de evitar a imposição de estereótipos que tendam a estigmatizar comunidades específicas, com base em parâmetros étnicos ou religiosos.

Em dezembro, o Itamaraty emitiu nova nota à imprensa em que anunciou a visita à Tríplice Fronteira de representantes das Chancelarias da

Argentina, Brasil e Paraguai, em paralelo à reunião do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira, mecanismo, criado em 1998, que congregava órgãos dos três países responsáveis pela segurança pública naquela região e cuja Presidência rotativa encontra-se a cargo do Brasil. Explicou que a essência dos trabalhos do Comando voltava-se para “o controle de atividades delitivas, inclusive aquelas que poderiam estar relacionadas com o terrorismo e seu financiamento, assim como outros crimes conexos”. Acrescentou que fora estendido convite à participação de autoridades do governo norte-americano, cuja delegação seria encabeçada pelo Coordenador para Contraterrorismo do Departamento de Estado, Embaixador J. Cofer Black, para conhecerem *in situ* a realidade e os desafios afetos à Tríplice Fronteira.

#### 8.2.12.2.12. Preocupação com restrições comerciais estadunidenses

A III Reunião do Mecanismo de Consultas Brasil – EUA realizou-se em seguida à Mini-Ministerial de Sydney, em novembro de 2002 e possibilitou troca geral de ideias sobre o andamento das negociações da Rodada Doha. A delegação brasileira, chefiada pelo Subsecretário Econômico do Itamaraty, Embaixador Clodoaldo Hugueney, aproveitou aquele Mecanismo para, entre outros temas, expressar preocupação com as possíveis restrições comerciais que poderiam derivar de iniciativas norte-americanas na área de segurança. Expressou, ainda, o interesse do setor têxtil brasileiro em obter flexibilidades que permitissem o aumento de suas quotas de exportações para o mercado norte-americano. No que diz respeito às questões agrícolas, buscou obter do lado norte-americano o reconhecimento da condição sanitária do rebanho brasileiro, com vistas à certificação do país como fornecedor de carne bovina “*in natura*” para o mercado norte-americano. Fez, ademais, ampla exposição sobre os avanços que vinham sendo obtidos internamente para a erradicação da febre aftosa.

O PIB dos EUA correspondia a 31% do total mundial, ou seja, duas vezes e meia maior do que a economia do Japão, oito vezes a da China e 30 vezes a da Rússia<sup>1561</sup>. O Embaixador do Brasil em Washington, Rubens Antonio Barbosa, notava os dados dos EUA no contexto mundial naquele momento:

Do ponto de vista econômico e financeiro, a hegemonia dos EUA revela-se claramente no diferencial de poder entre os principais atores globais: os EUA representam cerca de 31% do produto interno bruto mundial (mais do que os quatro seguintes – Japão, Alemanha, Inglaterra e França – juntos), são

os maiores importadores e exportadores do planeta (17% das importações mundiais de bens e 8% dos serviços; 13% das exportações mundiais de bens e 18% das de serviços, em dados de 1998, os maiores produtores de bens industriais (cerca de 25% da produção mundial), os maiores investidores e também os maiores recipientes de investimentos diretos, de longe o principal produtor e exportador de filmes e de programas de televisão no mundo. Por dez anos (1991-2000), a economia norte-americana cresceu em média 3% (no mesmo período, a taxa média de crescimento do PIB japonês foi de cerca de 1,5% e o da UE de menos de 2%)<sup>1562</sup>.

Um estudo publicado no final do ano indicou que os EUA eram o principal destino das exportações brasileiras de bens e serviços; em níveis um pouco inferiores, situavam-se as importações de produtos e serviços americanos pelo Brasil, que fazia do país o seu principal parceiro comercial na América Latina fora da área do NAFTA. No comércio de bens, o Brasil obteve um superávit, o maior superávit comercial brasileiro desde 1994 pois entre 1995 e 2001, o Brasil tivera déficits na sua balança comercial bilateral com os EUA<sup>1563</sup>.

### 8.2.12.3. *Canadá*

As relações entre o Brasil e o Canadá seriam marcadas, naquele período, por dois litígios de natureza comercial: (a) o primeiro, a respeito das empresas aéreas Bombardier e EMBRAER com acusações mútuas de subsídios contrários a regras da OMC; e (b) o segundo relativa a acusação feita pelo governo em Ottawa a respeito de existência de “doença da vaca louca” em gado brasileiro.

Em depoimento ao Senado, em 13 de março de 2001, o Ministro Lafer resumiu o relacionamento econômico entre Brasil e Canadá. Notou que o Brasil tivera, no passado, uma presença relevante nas importações de trigo, para as quais os dois países mantinham inclusive um acordo bilateral específico que se estendeu até o fim da década de 80. Sublinhou que o acordo de integração com a Argentina e mais tarde o Mercosul erodiram ao longo de toda a década de 90 a participação do trigo canadense no mercado brasileiro, substituindo-o pelo similar do país vizinho. Destacou alguns dados relevantes do relacionamento econômico e comercial bilateral: o Canadá é o destino de cerca de 1% das exportações brasileiras, e responde, por aproximadamente, 2% de nossas importações; as exportações brasileiras de produtos à base de carne bovina para o Canadá eram da ordem de US\$ 5



milhões por ano (em comparação, as exportações para os EUA alcançaram a média anual, nos últimos 3 anos, de US\$ 95 milhões); o Canadá é o 11º investidor estrangeiro no Brasil, com a participação de 1,91% no estoque total do investimento estrangeiro no Brasil.

#### 8.2.12.3.1. Contencioso sobre aeronaves

Na exposição ao Senado, em março de 2001, o Ministro Lafer resumiu o histórico do litígio que já então se estendia desde 1996 e concluiu que estava em jogo naquele momento a equalização de juros pois existiam, no âmbito da OMC, regras de subsídios que ignoravam as diferenças entre os países, em particular quanto às taxas de juros oferecidas às empresas, fator essencial de sua competitividade. Informou que o Brasil alterara unilateralmente o Proex e passara a usar como taxa de referência de juros de referência a CIRR (*Commercial Interest Reference Rate*, da OCDE); e o Canadá completara a formalidade de solicitar à OMC autorização para retaliar o Brasil e a obteve; ou seja, a qualquer momento, o Canadá poderia aumentar tarifas de importação de produtos brasileiros em até 100% ou tomar outras medidas restritivas, desde que o valor total do comércio afetado por essas restrições não fosse superior a US\$ 233 milhões anuais. Notou ainda que o governo canadense declarara publicamente que subsidiaria a Bombardier numa concorrência aberta pela *Air Wisconsin*, a fim de “igualar” o preço subsidiado da EMBRAER e que, após tal anúncio, o Brasil imediatamente solicitara consultas ao Canadá na OMC para pedir explicações sobre os subsídios publicamente declarados. Acrescentou que as consultas haviam se realizado, pouco haviam esclarecido, e o Brasil pedira – e obtivera – abertura de painel contra o Canadá em reunião do órgão de solução de controvérsias da OMC; o Canadá, por seu turno, recorrera mais uma vez ao painel original da OMC, para que o mesmo opinasse sobre a compatibilidade do novo Proex com as normas do Acordo de Subsídios.

Em “briefing” de 26 de novembro, o Embaixador José Alfredo Graça Lima, Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, informou que mantivera encontro com delegação canadense e anunciou que teria novo encontro em dezembro, em processo de retomada de diálogo.

O Ministro Lafer concedeu, em 28 de janeiro de 2002, entrevista à imprensa sobre o tema, expressou a satisfação do governo brasileiro pelos resultados do relatório da OMC. Porque o país obtivera, com o relatório,



os resultados que buscava e que legitimavam a posição adotada pelo país ao longo do contencioso, pois o relatório confirmou que o Canadá vinha “estendendo financiamentos às exportações da Bombardier de forma incompatível com o acordo de subsídios da OMC”.

Em maio, durante reunião do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, a delegação brasileira fez intervenção a propósito do contencioso sobre aeronaves regionais. Lembrou que o relatório do painel estabelecido no contencioso, em suas conclusões e recomendações, identificara várias operações de vendas de aeronaves regionais da Bombardier que haviam recebido subsídios proibidos de agências oficiais do governo canadense e determinara que o Canadá retirasse esses subsídios sem demora, tendo o prazo de 90 dias para essa retirada. Registrou a delegação brasileira que o prazo vencera no dia 20, não tendo o Canadá oferecido qualquer comentário sobre medidas eventualmente adotadas para dar cumprimento às recomendações do painel. Concluiu que, assim, o Brasil não podia deixar de concluir que o Canadá não havia tomado as medidas necessárias, e reservou “todos os seus direitos” relativos à autorização para suspender concessões e outras obrigações com relação ao Canadá.

Por nova nota à imprensa no dia 24, o Itamaraty informou que a Delegação Permanente do Brasil em Genebra encaminhara à OMC pedido de inclusão de item na agenda da sessão especial do Órgão de Solução de Controvérsias, dedicado ao exame de pedido brasileiro de autorização para adotar contramedidas apropriadas aplicáveis ao comércio com o Canadá. Esclareceu que o pedido brasileiro estabelecia que as contramedidas deveriam montar a US\$ 3,36 bilhões. Notou que a lista dos produtos que poderiam estar sujeitos às contramedidas abarcaria, praticamente, “todo o universo da pauta exportadora canadense para o Brasil”. Concluiu, porém, com frase em que paralelamente o governo brasileiro reiterara “seu empenho em procurar, nas conversações bilaterais com o Canadá, obter avanços conducentes a uma solução mutuamente satisfatória para o contencioso”.

#### 8.2.12.3.2. Contencioso sobre carne bovina

Por nota à imprensa de fevereiro de 2001, o Ministro Celso Lafer informou a respeito do contencioso sobre carne bovina. Afirmou que a “intempestiva decisão do Canadá contra importações de carne brasileira” continuava sendo examinada pelo Ministério das Relações Exteriores,

“sob seus aspectos diplomático e de política comercial, em coordenação com o Ministério da Agricultura, responsável pela substância do tema”. Ressaltou que a atitude do Canadá não encontrava justificativa nas circunstâncias objetivas que cercavam o tratamento do tema no Brasil, e poderia ter, como já estava tendo, consequências negativas para as relações comerciais do Brasil com outros países”. Advertiu que, caso o Canadá persistisse em atos com o efeito de prejudicar o comércio exterior do Brasil”, o governo brasileiro se reservaria o direito de tomar as medidas que julgasse convenientes. Por fim, declarou que o governo brasileiro instava o governo canadense, à luz das informações disponibilizadas pelos órgãos competentes do Brasil, a reverter no mais breve prazo a decisão tomada.

Em artigo publicado em fevereiro de 2001, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, afirmou que a crise da vaca louca tinha antecedentes e teria desdobramentos que não se esgotariam na decisão que as autoridades canadenses tomassem após o exame das conclusões da missão técnica que acabava de visitar o Brasil. Constituía, a seu ver, manifestação de um conjunto de elementos presentes no cenário internacional, que traziam “à luz as imperfeições e lacunas do sistema multilateral de comércio e reflete as acentuadas assimetrias de poder existentes no plano internacional”. Perguntou-se “onde estavam as regras para impedir que um país tomasse, sem fundamentação adequada, medidas unilaterais alegadamente de cunho fitossanitário, com danos gravíssimos para a economia de outro”.

Em março, o Ministro Celso Lafer depôs no Senado sobre a questão da proibição da carne brasileira pelo Canadá. Explicou que, em razão de compromissos assumidos no âmbito do NAFTA, os EUA e o México ver-se-iam compelidos a também impor restrições à carne brasileira, tão logo o governo canadense o fizesse. Narrou, como, diante desse quadro, informara imediatamente o Ministério da Agricultura e determinara urgentes gestões à Embaixada do Brasil em Ottawa. Informou que os canadenses alegaram que um questionário enviado em junho de 2000 ao Ministério da Agricultura não fora respondido e que o Brasil era o único país a não tê-lo feito. Revelou que o Ministério da Agricultura informara que jamais recebera o questionário canadense, mas que estaria em condições de transmitir as informações necessárias num prazo máximo de 48 horas. Descreveu, em seguida, as diversas ações tomadas pelo governo para suspender a proibição, o que ocorreu em 23 de fevereiro. Observou que o governo canadense, durante as três semanas em que perdurou a proibição, negara terminantemente que a mesma tivesse qualquer relação

com o contencioso aeronáutico. Ressaltou, no entanto, que a imprensa canadense publicara várias reportagens com declarações de técnicos e cientistas (e, inclusive, de uma alta funcionária do próprio Ministério da Saúde do Canadá), que atribuíam a medida a questões de natureza “comercial” e não “sanitária”.

O Ministro Celso Lafer comentaria, mais tarde, que o episódio da “vaca louca” revelara, “com clareza, como uma medida zoofitossanitária de um país podia afetar a vida econômica do Brasil”. Sublinhou que a medida fora percebida como arbitrária, pois a aplicação do “princípio de precaução” não correspondia, “nem remotamente, a um risco de saúde para as populações dos países do NAFTA derivado das exportações de carne brasileira”<sup>1564</sup>.

### **8.3. Europa**

#### **8.3.1. UE**

Em janeiro de 2002, o euro começou a circular entre os membros da UE que aderiram à moeda única. Reino Unido, Dinamarca e Suécia decidiram não participar da iniciativa<sup>1565</sup>.

Em novembro, o Brasil e a Comunidade Europeia assinaram Memorando de Entendimento sobre Cooperação que estabeleceu as prioridades para quatro anos. Com orçamento indicativo de aproximadamente 64 milhões de euros, o Memorando indicou cinco temas prioritários: administração pública, cooperação econômica, desenvolvimento social, pesquisa e tecnologia, e meio ambiente. Três acordos para a execução dos projetos previstos no Memorando já haviam sido firmados. Os projetos eram: modernização da administração pública, apoio à reforma fiscal, e capacitação da polícia na área de direitos humanos. Um quarto projeto estava em elaboração e visava à implementação de uma rede de centros tecnológicos.

Também em novembro, o Embaixador José Alfredo Graça Lima, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, e o Sr. Pierre Defraigne, Diretor-Geral Adjunto da Direção Geral de Comércio da Comissão Europeia, assinaram Memorando de Entendimento sobre Negociações Relacionadas com o Acesso ao Mercado de Produtos Têxteis e de Vestuário. O documento previa o compromisso comunitário de suspender a aplicação de todas as restrições quantitativas então em vigor concernentes às importações de têxteis provenientes do Brasil. O governo brasileiro, por

sua vez, comprometeu-se a não elevar as tarifas então aplicadas a certos produtos têxteis e de vestuário. Comprometeu-se, também, a estudar a possibilidade de eliminar, para aqueles mesmos produtos, a taxa adicional de 1,5% sobre aquelas tarifas ao final daquele ano, conforme constante de compromissos vigentes no Mercosul.

O fortalecimento das relações bilaterais com países-membros da UE seria persistente e bem-sucedida sobretudo por meio de frequentes visitas presidenciais e ministeriais.

### *8.3.2. Europa Ocidental*

Com os países da Europa Ocidental, o governo Fernando Henrique Cardoso continuaria a dedicar atenção e prioridade. Entre estes destacar-se-iam os contatos estreitos que o mandatário brasileiro manteria com líderes como Tony Blair, mas teria também muita repercussão o discurso que pronunciou na Assembleia Nacional francesa. As relações econômicas com a Espanha ganhariam forte impulso e aquelas com Portugal ganharam conotação de intermediação com a UE.

#### *8.3.2.1. França*

Em abril de 2001, o Primeiro-Ministro da França, Lionel Jospin, visitou o Brasil. No discurso que proferiu ao oferecer-lhe almoço, o Presidente Fernando Henrique Cardoso notou que havia um aspecto do relacionamento bilateral que por vezes ficava esquecido: o de que Brasil e França compartilham uma fronteira comum, a fronteira entre o Estado do Amapá, no Brasil, e o Departamento da Guiana, na França. Ressaltou a assinatura durante a visita de um acordo para a construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, ligando o Amapá à Guiana. Seria a primeira ligação física entre o Brasil e a França que, “além do valor simbólico” que encerrava, representaria “um forte estímulo ao desenvolvimento sustentável daquela região”. Congratulou-se com “o adensamento e a diversificação dos vínculos econômicos” entre os dois países, notando que o comércio aproximara-se do total de US\$ 4 bilhões, e o estoque total de investimentos franceses no Brasil alcançava cerca de US\$ 9 bilhões. Considerou o relacionamento do Brasil com a UE fundamental para a inserção brasileira no mundo. Nesse sentido, disse que o “avanço na direção de uma associação inter-regional” (Mercosul -

UE) era “indispensável” para que pudesse o Brasil “manter o equilíbrio e a diversidade” de suas relações externas, complementando outras iniciativas da mesma natureza.

Em outubro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a França. Em discurso durante sessão solene na Assembleia Nacional, tratou não apenas do relacionamento bilateral, mas fez críticas implícitas ao unilateralismo dos EUA. Ressaltou que os dois países partilhavam o pluralismo e declarou que o Brasil se opunha “ao discurso de que existe um choque de civilizações: de um lado, o ‘Ocidente’ judaico-cristão; de outro, a civilização muçulmana”. Afirmou que países como a França e o Brasil estavam “mais do que credenciados e assumirem um papel ativo na modulação de uma ordem mais imune ao dogmatismo e à exclusão”. Numa referência implícita aos EUA e à Europa, declarou que “outros países mais poderosos” continuavam a subsidiar fortemente seus produtos agrícolas. Em outra frase forte com referência indireta, desta vez entendida como específica a Washington, afirmou que o mundo enfrentava “de novo a oposição entre barbárie e civilização”, pois a barbárie não era “somente a covardia do terrorismo, mas também a intolerância ou a imposição de políticas unilaterais em escala planetária”.

Um ano depois, Brasil e França firmaram Acordo de Cooperação na Área dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. O acordo inseriu-se no marco da cooperação tecnológica entre o Brasil e a França, e visava a dinamizar a pesquisa e o desenvolvimento conjunto em ampla gama de aplicações da energia nuclear, nos campos da medicina, agronomia, biologia, indústria, ciências da terra e geração de eletricidade. Previa trabalhos conjuntos nos setores de segurança radiológica, proteção ao meio ambiente, gestão de rejeitos e combustível nuclear. A execução do acordo estaria a cargo da Comissão Nacional de Energia Nuclear e do Comissariado de Energia Atômica da França, que estabeleceriam, em conjunto, a forma como se daria a cooperação prevista no documento firmado.

### 8.3.2.2. Alemanha

Na Alemanha, entre 1991 e 2001, a parte oriental havia recebido US\$ 750 bilhões em subsídios para aumentar a produtividade e salários<sup>1566</sup>. Essa absorção da ex-RDA impedia o país a manter o nível de investimentos no exterior, inclusive no Brasil.

Em fevereiro de 2002, o Chanceler da República Federal da Alemanha, Gerhard Schröder, visitou o Brasil. Em “briefing” concedido

à imprensa, o Diretor do Departamento da Europa, Embaixador Marcelo Jardim, notou que a Alemanha não era não mais o primeiro investidor europeu no Brasil, pois essa posição fora superada pela Espanha, mas o total de investimentos alemães no país montava a US\$ 12,5 bilhões aproximadamente, o que correspondia a 6,8% dos investimentos estrangeiros totais.

Um Plano de Ação para a Parceria Brasil – Alemanha, divulgado naquele mês, previa a participação alemã no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais; a cooperação em educação superior e treinamento profissional; as iniciativas em ciência e tecnologia dirigidas aos setores de alta tecnologia; o estabelecimento de uma conexão de alta velocidade de transmissão de dados entre as respectivas redes nacionais de pesquisa; e a ampliação da cooperação na área espacial.

No discurso que pronunciou por ocasião de almoço oferecido ao Chanceler Gerhard Schröder, o Presidente Fernando Henrique Cardoso propôs maior aproximação bilateral. Sublinhou que Brasil e Alemanha partilhavam da convicção de que a composição atual do Conselho não mais refletia a realidade internacional e devia, por isso, ser dotado de maior representatividade e legitimidade. Afirmou que a riqueza e a variedade do relacionamento Brasil – Alemanha estavam “a exigir novas modalidades de diálogo entre as respectivas sociedades civis”. Propôs, por isso, fosse apoiado “o estabelecimento de novos canais de entendimento em nível não governamental, sempre dentro da observância dos princípios do pluralismo e da transparência”.

Por ocasião da solenidade de abertura do Encontro Econômico Brasil – Alemanha realizado em Hamburgo em junho, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar V. Chohfi expressou a preocupação brasileira “diante da pequena contrapartida europeia” ao processo de abertura comercial brasileira iniciado na década de 1990.

Em setembro, Cardoso e Schröder se encontraram em Johannesburgo por ocasião da Cúpula do Desenvolvimento Sustentável. Reafirmaram “as tradicionais e excelentes relações entre o Brasil e a Alemanha, em particular a uma longa e frutífera cooperação em temas ambientais e de desenvolvimento sustentável”. Lembraram a visão comum sobre a necessidade de tratar da mudança global do clima pela implementação, na maior medida possível, das disposições da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima e do seu Protocolo de Kyoto; e afirmaram que o Brasil e a Alemanha apoiavam a adoção de práticas ambientais e de padrões de desenvolvimento sustentáveis. Ressaltaram que com

aquela finalidade, o Brasil e a Alemanha haviam identificado o aumento da frota de veículos que utilizavam o combustível renovável etanol, de 100.000 unidades adicionais, assim reduzindo as emissões em cerca de 7 milhões de toneladas de dióxido de carbono em 10 anos, como um projeto potencialmente importante sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto. Informaram que uma força-tarefa bilateral examinaria as modalidades e a institucionalização daquele projeto e produziria um relatório final para ambos governos dentro de três meses.

#### *8.3.2.3. Países Baixos*

Em março de 2002, visitou o Brasil o Ministro do Comércio Exterior dos Países Baixos, Gerrit Ybema. Os Países Baixos eram o segundo parceiro comercial do Brasil na Europa e o terceiro maior mercado de exportação brasileira. Os Ministros Gerrit Ybema e Celso Lafer assinaram no Itamaraty os acordos nas áreas de cooperação aduaneira e previdência social.

#### *8.3.2.4. Portugal*

Em fevereiro de 2001, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, visitou o Brasil. Na sua primeira viagem de caráter bilateral ao continente europeu, Celso Lafer retribuiu a visita. Em jantar oferecido por Gama, em Lisboa, em julho, o Ministro brasileiro tratou tanto da aproximação política quanto econômica. Deu a conhecer a ratificação, pelo Congresso Nacional brasileiro, do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em Porto Seguro, por ocasião das cerimônias de comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Informou que o Tratado teria seus instrumentos de ratificação trocados pelo Primeiro-Ministro António Guterres e pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da V Cimeira Bilateral, prevista para realizar-se em Brasília no mês de setembro. Sublinhou Lafer que Portugal havia investido US\$ 8 bilhões no Brasil, em especial nos quatro anos anteriores, e que haviam incrementado os volumes de comércio e a variedade na pauta de exportações dos dois países. Reconheceu os avanços alcançados pela CPLP.

Em setembro, o Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, visitou o Brasil. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em almoço



em sua homenagem, afirmou que o Brasil contava com Portugal para que a Europa se revelasse sensível à expectativa do Mercosul por maior acesso ao mercado agrícola europeu. Em declaração à imprensa, Fernando Henrique Cardoso, e o Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, expuseram vários assuntos tratados. Cardoso notou que ficara claro que o caminho era de “ampliar a cooperação entre Brasil e Portugal, entre o Mercosul e a UE”. Guterres destacou o estabelecimento de uma estratégia bilateral de cooperação e o interesse na aceleração das negociações entre a UE e o Mercosul. Sublinhou a importância da entrada em vigor do Tratado de amizade, cooperação e consulta. Ressaltou a existência de uma “visão comum no quadro da globalização”.

A Cúpula realizou-se em novembro, tendo o Presidente Cardoso se reunido com o Primeiro-Ministro José Manuel Durão Barroso. Portugal era o único país europeu com o qual o Brasil mantinha mecanismo regular em nível de Chefes de governo. Em discurso em Lisboa, Fernando Henrique Cardoso afirmou que as relações entre Brasil e Portugal viviam um dos momentos mais positivos de sua história. Na sua visão, construíra-se uma agenda “densa e moderna”, na qual os “vínculos tradicionais de amizade” se viam “complementados por novos interesses e empreendimentos comuns”. Ressaltou que um dos principais elementos dessa nova parceria eram os “investimentos portugueses no Brasil, o surgimento de alianças transatlânticas envolvendo associações entre empresas dos dois países, a coordenação de posições e ações conjuntas na CPLP e a concertação bilateral no âmbito das negociações entre o Mercosul e a UE”.

#### 8.3.2.5. *Espanha*

Em dezembro de 2001, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, singularizou a Espanha como exemplo de país com o qual o Brasil vinha desenvolvendo uma relação com “extraordinários resultados”. Notou que o relacionamento entre Brasil e Espanha conhecia então “o mais intenso momento de sua história, apresentando caráter operativo que jamais havia sido alcançado”. Observou que, tradicionalmente vinculados por elementos históricos (União Ibérica, imigração espanhola), culturais e políticos (processos semelhantes de redemocratização), os dois países haviam passado a se beneficiar, na década de 90, de novos vínculos regionais (Comunidade Ibero-Americana, Mercosul – UE) e, sobretudo, econômicos (a Espanha era então o maior investidor europeu no país). Ressaltou que, com base



naqueles fundamentos favoráveis, Brasil e Espanha construíam – por meio de seus setores público e privado – “uma parceria solidamente ancorada em um excelente patrimônio de convergências e relações pessoais e institucionais, contribuindo para maximizar a presença de cada um dos países no cenário internacional”. Frisou que, no campo econômico, a participação de capitais espanhóis no processo de privatização dos setores de telecomunicações e de energia do Brasil elevava a Espanha à posição de segundo maior investidor estrangeiro no país, logo após os EUA, com estoque superior a US\$ 15 bilhões em dezembro de 2000. Informou que a participação da Espanha nas privatizações brasileiras, até abril de 2001, já superava os US\$ 12 bilhões (cerca de 15% do total). Considerou que a intensificação das relações com o Brasil representava para a Espanha a consolidação de uma estratégia de recuperação de sua presença na América Latina. Concluiu que, por seu peso e influência, o Brasil surgia como elemento essencial nessa equação de inserção espanhola na América Latina e, em especial, no Cone Sul, diferenciando-se dos demais países da região. Previu que, diante do interesse comum – e “economicamente crucial” – no desenvolvimento e na estabilidade do continente, o relacionamento entre Brasil e Espanha tendia a ganhar, cada vez mais, “natureza verdadeiramente estratégica”.

#### *8.3.2.6. Reino Unido*

No final de julho de 2001, o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, visitou o Brasil em retribuição a visita que o Presidente Fernando Henrique Cardoso lhe fizera. Ao brindar o encontro, Cardoso deu conta do bom relacionamento bilateral. Afirmou que as relações bilaterais estavam baseadas em “uma verdadeira amizade, em valores fundamentais compartilhados e em interesses comuns”. Destacou o papel do Reino Unido como “pioneiro na causa da liberdade e da democracia”.

Após os ataques de 11 de setembro em Nova York e Washington, Blair se alinharia rapidamente a Bush na formação de coalizão para a guerra no Afeganistão. Em suas memórias, Fernando Henrique Cardoso descreveria a proximidade de contatos que manteve com Blair, mencionando convite deste para sua casa de campo após a realização de conferência em Madri, em 2002, ocasião em que na presença do ex-Presidente Bill Clinton, discutiram questões do Oriente Médio<sup>1567</sup>.

### 8.3.2.7. *Suécia*

Em fevereiro de 2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Suécia. Verificara-se um grande aumento das exportações suecas nos anos anteriores, apresentando-se o intercâmbio desfavorável ao Brasil. Os dois países mantinham “importante parceria no campo militar”. O Ministro Lafer foi recebido pela Ministro do Exterior, Anna Lindh, então promissora política sueca (mas que, no ano seguinte, seria tragicamente assassinada.) A Suécia figurava entre os 11 maiores investidores estrangeiros no Brasil, representada por mais de 150 empresas. Era o 16º principal fornecedor de produtos estrangeiros, mas classificava-se apenas no 35º lugar entre os destinos das exportações brasileiras.

### 8.3.3. *Europa Oriental*

Através de viagens do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Polônia, Rússia, Ucrânia e Eslováquia, a Presidência demonstrou a importância que seu governo atribuía ao fortalecimento do relacionamento com a região.

#### 8.3.3.1. *Polônia*

A convite do Presidente da República, Aleksander Kwasniewski, o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou visita oficial à Polônia em fevereiro de 2002. Durante as conversações, os dois Presidentes expressaram sua satisfação com a conclusão das negociações dos acordos nas áreas zoo e fitossanitária. Concordaram em iniciar negociações de atos sobre promoção e proteção de investimentos e sobre dupla tributação. Segundo nota do Itamaraty sobre as relações bilaterais Brasil - Polônia, as relações econômicas haviam voltado a ganhar fôlego a partir do equacionamento de questões relativas à dívida polonesa com o Brasil, o que vinha resultando no incremento do intercâmbio comercial: a Polônia era o principal parceiro comercial do Brasil na Europa Central e Oriental depois da Rússia e o Brasil concentrava a maior parte das trocas da Polônia com a América Latina.

Em discurso a Kwasniewski, pronunciado em Varsóvia, Fernando Henrique Cardoso salientou os pontos de aproximação entre os dois países. Observou que a colônia polonesa no Brasil reunia cerca de um milhão e

quinhentas mil pessoas, o que fazia do Brasil o país com o segundo maior contingente de imigrantes poloneses, depois dos EUA. Afirmou que o governo brasileiro acompanhava com muito interesse o processo de adesão da Polônia à UE. Disse que o Brasil muito prezava “o fato de a Polônia ser desde sempre seu principal parceiro na Europa Central”.

No encerramento do Fórum Econômico, por ocasião de sua visita oficial à Polônia, Cardoso notou que existia “uma ampla gama de oportunidades para uma parceria frutífera entre o Brasil e a Polônia”.

### 8.3.3.2. Rússia

Em 7 de junho de 2001, Lafer notou que, com a Rússia, havia perspectivas promissoras nas áreas de energia, telecomunicações e indústria aeronáutica, assim como na cooperação para a utilização pacífica do espaço exterior. Expressou esperança que o próximo Presidente do Brasil desse continuidade àquele que fora “um dos eixos principais da política externa do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso”.

Em dezembro de 2001, o Vice-Presidente Marco Maciel recebeu a visita em Brasília do Vice-Presidente do governo russo, Mikhail M. Kassianov. Entre outros atos, assinaram uma Declaração sobre o Combate ao Terrorismo. Em “briefing” concedido sobre a visita, o Diretor-Geral do Departamento da Europa do MRE, Embaixador Marcelo Jardim, e pelo Embaixador da Rússia no Brasil, Vassiliy Petrovitch Gromov, foi esclarecido que a visita se realizaria em atenção ao convite feito pelo Vice-Presidente Marco Maciel que, no ano anterior, estivera em Moscou em visita oficial.

Na segunda quinzena de janeiro de 2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Rússia, ocasião em que foi relançada a ideia de uma parceria estratégica com aquele país. O Brasil obteve apoio para sua candidatura como membro permanente do CSNU e a Rússia apoio para sua entrada na OMC<sup>1568</sup>.

Ao discursar por ocasião do jantar oferecido em sua homenagem pelo Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, Fernando Henrique Cardoso expôs várias ideias para um maior incremento do relacionamento bilateral. Anunciou a disposição de seu governo em atuar ao lado da Rússia e de outros países interessados na identificação de fórmula que ajudasse a restaurar a paz no Oriente Médio. Mencionou o fato de o Brasil e a Rússia terem sido vítimas da volatilidade do capital financeiro e constatou a inexistência de um mecanismo efetivo de monitoramento político dos movimentos de capital, declarando a urgência de criá-lo. Disse que o Brasil via o Grupo dos

Vinte como “espaço para um diálogo profícuo entre o mundo desenvolvido e os países emergentes”. Demonstrou interesse pela entrada da Rússia na OMC. No tocante ao relacionamento bilateral, observou haver “um notável incremento do intercâmbio, muito por conta do trabalho da Comissão de Alto Nível, presidida pelo Primeiro-Ministro Mikhail Kassianov e pelo Vice-Presidente Marco Maciel”. Afirmou haver “amplo o potencial a ser ainda explorado, sobretudo em áreas de elevado valor agregado como energia, telecomunicações e indústria aeronáutica”. Mostrou-se animado com as perspectivas de cooperação na utilização do espaço exterior.

Ao receber o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Moscou, além dos principais pontos constantes do discurso a Putin, o Presidente Fernando Henrique Cardoso propôs que Brasil e Rússia cooperassem para que instrumentos como o Tribunal Penal Internacional logo entrassem em operação. Mencionou também, entre outras formas de cooperação, o tratamento de epidemias especialmente na África.

Da Declaração Conjunta assinada pelo Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso constou que, ao “deliberarem sobre os temas de cooperação técnico-militar, concordaram em assinar, no futuro próximo, memorando de entendimento entre os Governos russo e brasileiro sobre questões de cooperação no domínio de tecnologias militares de interesse mútuo”.

### 8.3.3.3. *Ucrânia*

Em janeiro de 2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Ucrânia. Em nota à imprensa, o Itamaraty fez uma avaliação do relacionamento bilateral desde o estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais dez anos antes. Salientou que o Brasil tinha a terceira maior colônia ucraniana no mundo, após as comunidades nos EUA e no Canadá. Quanto às relações comerciais, ressaltou que o comércio entre Brasil e Ucrânia encontrava-se muito aquém das potencialidades existentes. Notou que o Brasil havia comprado transformadores para a empresa “Furnas Centrais Elétricas” de uma empresa ucraniana. Acrescentou que, tendo os equipamentos falhado, a questão fora objeto de negociações e fora resolvida de modo satisfatório, já havendo os transformadores sido enviados ao Brasil, encontrando-se em pleno funcionamento.

Em entrevista concedida a canal de televisão ucraniano, Fernando Henrique Cardoso mencionou que mais de 500 mil brasileiros eram

descendentes de ucranianos, que preservavam suas tradições e sua religião. Defendeu políticas brasileiras com relação à distribuição de terras, tratamento de indígenas e conservação de reservas naturais de florestas.

#### 8.3.3.4. *Eslováquia*

O Presidente da Eslováquia, Rudolf Schuster, realizou visita oficial ao Brasil em julho de 2001, tendo integrado sua delegação o Ministro dos Negócios Estrangeiros Eduard Kukan e o Secretário de Estado (Vice-Ministro) da Economia, Peter Brno, além de missão de oito empresários, representantes de empresas eslovacas interessadas na ampliação dos investimentos e comércio com o Brasil. O visitante escrevera três livros sobre o Brasil e realizara visitas anteriores, em caráter privado, à região amazônica.

Em fevereiro de 2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Eslováquia. Por nota à imprensa, o Itamaraty prestou informações sobre o relacionamento bilateral. Informou que ao Brasil interessavam, sobretudo, a localização geográfica da Eslováquia – que poderia constituir ponto de partida para a penetração de produtos brasileiros nos mercados em franca expansão da Europa Central (a Eslováquia é membro da *CEFTA* – *Central European Trade Agreement*, área de livre-comércio que engloba a Eslovênia, Hungria, Polônia e República Tcheca) – e a presença de mão de obra qualificada e barata. Deu como exemplo desse potencial de interação econômica “a iniciativa de vulto empreendida por uma empresa brasileira de compressores – que estabelecera uma fábrica de compressores para refrigeração na região Leste da Eslováquia”. Notou que, no plano comercial, o intercâmbio entre Brasil e República Eslovaca atingia volumes pouco significativos, muito aquém do potencial a ser explorado pelos Governos e iniciativa privada dos dois países, e a balança comercial, de um modo geral, vinha sendo favorável à Eslováquia.

#### 8.3.3.5. *Lituânia*

Em outubro de 2002, a Lituânia seria convidada a aderir a UE e, um mês depois, à OTAN. No mês seguinte, Celso Lafer visitou a Lituânia. Foi recebido em Vilnius pelo Presidente Valdas Adamkus. Constituiu a primeira visita de Ministro das Relações Exteriores brasileiro desde

o estabelecimento de relações diplomáticas. Foi portador de carta do Presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito de estreitamento das relações. Foram trocadas notas a respeito da abolição mútua de vistos. Ao comentar visita que fez à Lituânia, em novembro, Celso Lafer afirmou:

A viagem à Lituânia mostrou-me que o fim da URSS - e, mais do que isso, o fim do império czarista, de que foi herdeiro, num certo sentido geopolítico, - e seus desdobramentos propiciaram ao país a inédita opção de uma liberdade representada estrategicamente pelo guarda-chuva da NATO e a alternativa econômica, política e cultural que se traduz em seu ingresso na UE<sup>1569</sup>.

## 8.4. África

Em maio de 2001, o Ministro Celso Lafer proferiu discurso por ocasião do Dia da África. Afirmou que a importância daquele continente para a política externa brasileira prendia-se não apenas à dimensão cultural, mas aos próprios anseios brasileiros “por uma ordem econômica mais equânime, por um sistema internacional mais democrático e, principalmente, por uma realidade de maior justiça social”. Expressou o interesse brasileiro em “fomentar o diálogo com as diversas regiões da África, com vistas a aproveitar ao máximo as especificidades de cada ambiente”. Propôs a intensificação dos laços com os processos de integração em curso - COMESA (*Common Market for Eastern and Southern Africa*), SADC (*Southern Africa Development Community*) e ECOWAS (*Economic Community Of West African States*). Referiu-se também à busca da revitalização dos contatos com o Norte da África, região com a qual o Brasil mantinha “um comércio ainda deficitário”. Mencionou, nesse sentido, plano de reabrir a Embaixada do Brasil em Túnis.

Em junho de 2001, teria relevância a formação da União Africana, uma federação composta de todos os Estados daquele continente, exceto o Marrocos, com sede em Adis Abeba. No biênio 2001/2002, teria ainda importância o fim da guerra civil em Angola.

### 8.4.1. Angola

A UNITA realizou diversos ataques contra civis em maio de 2001. Em carta a bispos de Angola, Jonas Sawimbi pediu à igreja católica para atuar como intermediária entre a UNITA e o governo de Angola.

Os ataques afetaram negativamente o país e uma importante companhia de mineração de diamantes decidiu deixar suas operações no território angolano. Em junho, houve ataques contra aviões do Programa Mundial de Alimentos da ONU que suspendeu seus voos. Embora sem admitir responsabilidade pelos ataques a UNITA, declarou-se que os aviões portavam armas e soldados ao invés de alimentos. Em outubro, tropas do governo capturaram e destruíram base da UNITA.

Em fevereiro de 2002, o líder da UNITA, Jonas Sawimbi foi morto em combate com tropas do governo angolano<sup>1570</sup>. Poucos dias depois, no início de março, o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos visitou o Brasil. Em entrevista à imprensa no Itamaraty, o líder angolano declarou que, tendo em conta que se haviam registrado “novos desenvolvimentos na cena política nacional em Angola”, entendera que deveria transmitir de viva voz ao Presidente Fernando Henrique Cardoso “informações sobre a nova situação”, comunicar-lhe suas ideias “sobre as perspectivas de evolução da mesma e trocar impressões sobre a cooperação bilateral”. Disse ter saído “bastante satisfeito da conversa”. Informou que o Presidente brasileiro exprimira a opinião de que havia condições favoráveis para a paz e encorajara o governo de Angola a dar “passos firmes no sentido de aproveitar as circunstâncias atuais” e o bom momento que se vivia em Angola no plano político para se estabelecer um cessar-fogo, consolidar a reconciliação nacional e iniciar o processo da reconstrução do país. Em resposta a uma pergunta, afirmou que havia espaço em Angola para que mais empresas brasileiras do setor privado ou público se pudessem “instalar e envolver em negócios para o desenvolvimento das relações econômicas, quer seja no domínio da agricultura, da indústria, dos transportes, da aviação civil, setor mineiro, etc”.

O Vice-Presidente da UNITA, António Dembo, assumiu a liderança, mas morreu de diabetes 12 dias depois e o Secretário-Geral Paulo Lukamba tornou-se o líder da UNITA. O governo angolano anunciou que suspenderia todas operações em 13 de março. Comandantes militares da UNITA e do MPLA se encontraram e acordaram um cessar-fogo. Em abril, assinaram um Memorando de Entendimento como um anexo ao Protocolo de Lusaka.

O CSNU adotou a resolução 1401 de 18 de abril que prorrogou a UNAVEM III por mais seis meses. Naquele mês teve início transição reunindo soldados da UNITA em campos onde deveriam ser desarmados e devolvidos à vida civil<sup>1571</sup>. Dois meses depois, as forças do governo e os rebeldes da UNITA deram por terminado conflito de 27 anos de duração.

Conforme constou de nota à imprensa em junho, o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu do Presidente angolano, José



Eduardo dos Santos, correspondência oficial em que lhe eram solicitadas as providências possíveis no sentido de ser autorizada, no menor prazo possível, a liberação de cerca de 200 *containers*, contendo material de ajuda humanitária, a serem transportados àquele país, mas retidos no porto do Rio de Janeiro em decorrência do movimento grevista conduzido pelos funcionários da Receita Federal. A nota informou a respeito das diversas providências tomadas para atender a solicitação e permitir a rápida liberação da carga, composta de víveres, medicamentos e material de campanha para a assistência emergencial (tendas, cobertores, equipamentos sanitários, etc.), destinado às áreas de aquartelamento dos militares da UNITA que, após o cessar-fogo assinado pelo governo de Luanda e as tropas rebeldes da UNITA, participavam do processo de desmilitarização e reintegração à vida civil previsto nos Acordos de Paz de Lusaka. Segundo a nota, o governo brasileiro estava também buscando levantar, em especial junto ao Ministério da Saúde, a existência de remédios, vacinas e fármacos em geral que pudessem ser doados ao governo angolano naquele momento em que eram mais prementes as necessidades de ajuda humanitária ao povo daquele país; estava em Luanda uma missão técnica brasileira, multissetorial, chefiada pelo Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação, Embaixador Marco César Naslausky, com o objetivo de discutir com as autoridades angolanas as novas possibilidades de cooperação, em especial técnica e tecnológica, que se vislumbram no novo cenário de paz que se apresentava em Angola e para o qual o governo brasileiro esperava poder contribuir mediante cessão e transferência de suas competências no domínio da promoção do desenvolvimento socioeconômico.

Os novos líderes da UNITA declararam que aquele grupo rebelde se transformaria num partido político e desmobilizou suas forças armadas em agosto. No mesmo mês, o CSNU substituiu o Escritório da ONU em Angola por uma missão não militar. No seu discurso na AGNU em setembro, Celso Lafer afirmou que, em Angola, os desenvolvimentos positivos deviam ser “sustentados pela comunidade internacional para a reconstrução do país e a consolidação da paz e da democracia”<sup>1572</sup>.

#### 8.4.2. *África do Sul*

Por nota à imprensa de início de agosto de 2002, o Itamaraty anunciou a realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil – África do Sul em Brasília, naquele mês. Seria presidida pelo Ministro Celso Lafer e



pela Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma. Os resultados foram satisfatórios, tendo o Ministro Lafer, em seu discurso de encerramento, observado que o relacionamento cobria áreas como defesa, meio ambiente, saúde, cooperação contra o narcotráfico, agricultura, comércio, assistência mútua em matéria penal, cultura, transportes e energia. Anunciou que Brasil e África do Sul manteriam ainda mais um encontro significativo, dessa vez no contexto da aproximação entre o Mercosul e a África do Sul, por meio da II Reunião da Comissão Negociadora Mercosul - África do Sul.

#### **8.4.3. Senegal**

O Chanceler do Senegal, Cheikh Tidiane Gadio, visitou o Brasil em junho de 2002. Em seu discurso ao Chanceler, o Ministro Celso Lafer afirmou que a visita inaugurava um novo patamar de intercâmbio nas relações Brasil - Senegal e permitiria delinear, em conjunto, as principais vertentes de ação diplomática, fosse no plano bilateral fosse no multilateral. Lembrou diversas posições comuns dos dois países em diversos temas internacionais. Ressaltou a relevância dos instrumentos que haviam assinado entre os quais destacou o protocolo de intenções de cooperação mútua no domínio da saúde, a desenvolver-se sobretudo no combate à AIDS, que tinha por finalidade a transferência de tecnologias para produção local de antirretrovirais, e para tratamento e controle laboratorial. Registrou o aumento substancial do volume de comércio, que quase duplicara de 2000 para 2001. Notou que o setor agrícola oferecia possibilidades para o estreitamento das relações e referiu-se especificamente a formas de implementar ações concretas nas áreas de produção de hortaliças e de criação de gado bovino, suínos e aves. No setor de transportes, revelou que estavam em estudo fórmulas para facilitar e intensificar as comunicações entre os dois países.

### **8.5. Oriente Médio**

#### **8.5.1. O conflito israelense-palestino**

Entre 21 e 27 de janeiro de 2001, reuniram-se israelenses e palestinos em Taba, na Península do Sinai<sup>1573</sup> a fim de chegar a negociações de um “*status final*” para terminar o conflito. A equipe negociadora

israelense apresentou um novo mapa. A proposta removia as “áreas temporariamente controladas por Israel” e os palestinos a aceitaram como base para negociação posterior. As conversações porém foram interrompidas no dia 27 em razão da eleição em Israel.

Em fevereiro, o partido de Ehud Barak perdeu as eleições para Ariel Sharon que se tornou Primeiro-Ministro de Israel<sup>1574</sup>. Com a segunda *intifada* em curso, distanciavam-se os participantes dos Acordos de Oslo<sup>1575</sup>. As colônias israelenses mantinham-se na Faixa de Gaza, contrariamente a resoluções da ONU, e a Palestina não se tornara um Estado, o que, pelos acordos de Oslo, deveria ter ocorrido dois anos antes<sup>1576</sup>. Em março, Israel bloqueou a cidade de Ramalá<sup>1577</sup>. O único fato positivo seria, no final de maio, a retirada das tropas de Israel do sul do Líbano onde estavam havia 22 anos. O governo brasileiro continuaria a acompanhar de perto a situação entre israelenses e palestinos e emitiria notas, ora condenando ações de um lado, ora de outro, sempre lamentando a perda de vidas em atentados e exortando a entendimentos.

No começo de agosto, 15 pessoas (sete das quais crianças) foram mortas e cerca de 130 ficaram feridas em ataque suicida em uma pizzaria em Jerusalém. O Hamas e o Jihad Islâmico se responsabilizaram pela ação. Por nota à imprensa de 10 de agosto, o governo brasileiro afirmou ter tomado conhecimento “com grande consternação” do atentado que vitimara numerosos civis inocentes, inclusive três brasileiros. Ao “deplorar e repudiar inequivocamente esse ato covarde”, condenou “vigorosamente todas ações de violência”, que apenas serviam “para agravar a situação no Oriente Médio, aumentando o grau de hostilidade e intolerância entre palestinos e israelenses”. Expressou seu “profundo pesar à família do Senhor Jorge Balaz, em especial a sua esposa e filha também atingidas, e às famílias das demais vítimas” daquele “bárbaro atentado”. Renovou seu veemente apelo às partes envolvidas no sentido de que respeitassem a trégua recentemente acordada, fazendo cessar a espiral de violência que tem por objetivo impedir o diálogo e a negociação, essenciais para que se alcancem paz definitiva e estabilidade na região.

Fatos ocorridos no Brasil relativos ao Oriente Médio também cobravam reação do Itamaraty. Por nota de 26 de setembro, o governo brasileiro referiu-se a declarações emitidas na Câmara Legislativa do Distrito Federal, “tal como veiculadas pela imprensa”. Reafirmou que condenava e repudiava “com veemência toda forma de discriminação a indivíduos oriundos de qualquer etnia ou confissão”. Lamentou que tivessem sido emitidas opiniões depreciativas sobre a comunidade palestina, cuja contribuição para a matriz social brasileira era reconhecida e respeitada.

No que dizia respeito a notícias no sentido de que terreno no Setor de Embaixadas Norte de Brasília teria sido doado a OLP pelo governo do Distrito Federal (GDF), o governo brasileiro esclareceu que fora elaborado “termo de permissão de uso a título precário, que entre si fazem a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e a Delegação Especial Palestina”.

A situação no Oriente Médio continuava a não propiciar entendimentos. Em 21 de outubro, 15 líderes árabes se reuniram na capital egípcia para sua primeira cúpula em quatro anos. A delegação líbia saiu no meio do encontro em protesto porque a reunião não aprovara rompimento com Israel. Naquele mês, foi assassinado o Ministro do Turismo de Israel. O país judeu empreendeu medidas retaliatórias que redundaram na morte de líder militar do Hamas<sup>1578</sup>.

O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso faria pronunciamentos sobre a situação. Quando de seu discurso na abertura do debate geral da 56ª Sessão da AGNU em novembro afirmou que, assim como apoiara a criação do Estado de Israel, o Brasil então reclamava “passos concretos para a constituição de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável”. Reiterou que o direito à autodeterminação do povo palestino e o respeito à existência de Israel como Estado soberano, livre e seguro são essenciais para que o Oriente Médio possa reconstruir seu futuro em paz. Qualificou tais ações de “uma dívida moral da ONU” e “uma tarefa inadiável”.

Em discurso pronunciado em São Paulo, também em novembro, na cerimônia de recebimento do título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Hebraica de Jerusalém, Fernando Henrique Cardoso afirmou que “o legado maior” que o Brasil recebera de árabes e judeus fora o concurso de ambas as comunidades para a afirmação de sua sociedade como uma sociedade plural, integrada e coesa, que era “o traço distintivo da sociedade brasileira”. Disse que São Paulo abrigava “um Oriente Próximo” que vivia e ia continuar a viver em paz no Brasil. Concluiu que disso derivava a “firme expectativa de todos os brasileiros, e dos paulistanos em particular”, de que se pudesse equacionar o conflito árabe-israelense “o quanto antes, de uma maneira definitiva”.

Em 1º de dezembro, duas bombas suicidas em Jerusalém mataram 11 pessoas e feriram 188 outras, tendo o Hamas assumido responsabilidade pelo ataque. No dia seguinte, outra bomba de suicida em um ônibus em Haifa matou 15 pessoas e feriu cerca de 40 outras, tendo o Hamas novamente assumido a responsabilidade pela ação e o Hesbolá expressado apoio. Por nota do dia 3, o governo brasileiro deplorou e condenou vigorosamente

a ocorrência dos violentos atentados terroristas em Jerusalém e Haifa. Deplorou e condenou igualmente os ataques levados a efeito, naquele dia, pelas forças de defesa israelense contra alvos palestinos em Gaza e em Jenin, na Cisjordânia, causando vítimas na população civil. Conclamou as partes diretamente envolvidas a empreender todos os esforços para interromper a “espiral de violência”, e se solidarizou com a comunidade internacional na disposição de não permitir que ações extremistas de qualquer natureza inviabilizassem a retomada do processo de negociação da paz.

Entre março e abril de 2002, ocorreria uma série de ataques dirigidos principalmente contra civis em Israel, alcançando o número maior de vítimas em março quando mais de 130 israelenses, na maioria civis, foram mortos. Em reação o governo de Israel lançou uma operação que resultou na apreensão de muitos membros de grupos militantes, assim como de armamento e equipamentos. A ONU contabilizou 497 palestinos mortos e 1.447 feridos como resultado da reação israelense, entre 1º de março e 7 de maio, culminando com a recaptura de áreas controladas pela Autoridade Palestina.

Nesse período, o governo brasileiro emitiu várias notas à imprensa.

- Por comunicado de 12 de março, o Itamaraty referiu-se ao “continuado agravamento do conflito entre israelenses e palestinos, com injustificável e deplorável aumento da violência, e número crescente de vítimas, inclusive civis, de lado a lado”. Condenou “o uso de força excessiva pelos militares de Israel”, urgiu “a retirada imediata das forças israelenses das áreas sob jurisdição da ANP”. Ao mesmo tempo, manifestou esperança de que fossem suspensas de imediato “as limitações à economia palestina e as restrições à livre movimentação de seus líderes”. Considerou que a Autoridade Palestina, sob a liderança do Presidente Yasser Arafat, desempenhava “papel essencial e indispensável no processo de paz, sendo portanto inadmissível qualquer imposição de limitações à liberdade de movimento ao Presidente Arafat”. Mostrou-se preparado para participar em todo e qualquer esforço internacional, em especial com base nas decisões e recomendações da ONU e de seu CSNU, com vistas a que se chegasse “ao objetivo de liberdade política, paz, estabilidade e prosperidade para todos no Oriente Médio”;

- No dia 13, o Itamaraty informou que o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, recebera, em audiência, o Representante da Autoridade Nacional Palestina no Brasil, Embaixador Moussa Amer Odeh, que manifestou ao governo brasileiro “as apreensões de

seu governo e da população palestina com a virtual reocupação israelense dos territórios sob a jurisdição da Autoridade Palestina e com as consequências das ações das Forças de Defesa de Israel sobre a estrutura institucional do futuro Estado palestino”. Informou a nota ainda que Chohfi recebera também a visita do Embaixador de Israel, Daniel Gazit, a quem expressara a preocupação do governo brasileiro com as ações militares em curso na Cisjordânia e em Gaza e reiterara ao governo israelense que o Brasil considerava injustificável, e contrário aos esforços destinados à obtenção da paz, o confinamento do Presidente Yasser Arafat nos territórios palestinos. O Secretário-Geral deplorou, por outro lado, atos terroristas dirigidos contra a população civil israelense. Enfatizou a necessidade de um “exame acurado da proposta de paz adiantada pelo Príncipe Herdeiro Abdullah da Arábia Saudita”, que previa, “em troca da retirada israelense dos territórios ocupados, o reconhecimento conjunto do Estado de Israel por todos os países árabes”; e

- No dia 27, após ataque suicida como o Massacre da Páscoa Judaica, no qual 30 israelenses foram mortos no hotel Parque na cidade costeira de Netanya, o governo brasileiro deplorou e condenou vigorosamente aquele atentado terrorista e exortou a liderança da Autoridade Nacional Palestina- ANP a empenhar-se para que fossem “coibidos os atos terroristas.

A Cúpula de Beirute se realizou em 28 de março de 2002, com o objetivo de examinar planos para diminuir os conflitos entre israelenses e palestinos. O Ministro do Exterior de Israel, Shimon Peres, acolheu com agrado a iniciativa e declarou que os pormenores de cada plano de paz deviam ser discutidos diretamente entre Israel e os palestinos, para que isso fosse possível, a Autoridade Palestina devia terminar com o terror, cuja face fora vista em Netanya na noite anterior. A Iniciativa Árabe de Paz foi apresentada, durante a Cúpula de Beirute, pelo Príncipe Abdullah, da Arábia Saudita. Buscava solução para o conflito árabe-israelense como um todo e o israelense-palestino em particular. Propunha normalização total das relações com Israel em troca da retirada de suas forças de todos os territórios ocupados, inclusive a Colina de Golã; o reconhecimento de um Estado Palestino, tendo Jerusalém Oriental como sua capital; assim como uma solução justa para os refugiados palestinos. A proposta foi rejeitada por Israel, mas a Liga Árabe continuaria a apresentá-la nos encontros que manteve posteriormente com Israel.

Os ataques mútuos prosseguiram, assim como as reações brasileiras:

- No dia 30 de março, o Brasil deplorou “vivamente os ataques realizados contra a infraestrutura da Autoridade Nacional Palestina”, que ameaçavam “a própria incolumidade física do Presidente Yasser Arafat e sua capacidade de intervenção efetiva como interlocutor do processo de paz na região”. Voltando-se aos dois lados do conflito, por outra nota, o governo brasileiro exortou as partes ao “imediato e estrito cumprimento da Resolução 1402 do CSNU, adotada em 30 de março de 2002, em particular a urgente implementação de um efetivo cessar-fogo”. Fez um “chamado veemente a Israel” para que suspendesse “a ofensiva militar nos territórios ocupados”, respeitasse a Autoridade Nacional Palestina e sua liderança, e se retirasse “sem demora das cidades palestinas”. Nesse quadro, reafirmou “sua disposição de cooperar de forma efetiva com a comunidade internacional, de acordo com as determinações do CSNU, para a execução de medidas que possibilitem a retomada do processo de paz e a coexistência pacífica dos Estados da Palestina e de Israel”; e

- No dia 31, exortou as partes ao imediato e estrito cumprimento da Resolução 1402 do CSNU, adotada em 30 de março de 2002, em particular a urgente implementação de um efetivo cessar-fogo. Fez um “chamado veemente” a Israel para que suspendesse a ofensiva militar nos territórios ocupados, respeitasse a Autoridade Nacional Palestina e sua liderança, e se retirasse sem demora das cidades palestinas. Da mesma forma, voltou a condenar os ataques suicidas contra a população civil de Israel e reiterou sua convicção, expressa em Nota do dia 30 de março, de que a ação militar desproporcional e os atos indiscriminados de terrorismo colocavam em risco uma solução política e negociada para o conflito no Oriente Médio. Reafirmou sua disposição de cooperar de forma efetiva com a comunidade internacional, de acordo com as determinações do CSNU, para a execução de medidas que possibilitassem a retomada do processo de paz e a coexistência pacífica dos Estados da Palestina e de Israel.

Entre 2 e 11 de abril, houve assédio e forte luta em Jenin, campo de refugiado de palestinos. Estes acusaram as forças de defesa israelense (FDI) de massacre de centenas de pessoas. Durante a controvérsia que se seguiu, a ONU produziu um relatório em que se afirmou não haver prova de ter ocorrido centenas de mortes e condenou ambos os lados por terem colocado em risco a população civil palestina. Com base em suas próprias investigações, a Anistia Internacional e a *Human Rights Watch* acusaram as FDI de crimes de guerra em Jenin e exigiram apuração oficial, tendo as FDI negado a acusação. Terminada a batalha, foram estimadas entre 52 e 56 mortes do lado palestino e 23 entre soldados israelenses.

Durante intervenção no CSNU, em 3 de abril, o Embaixador Gelson Fonseca Jr., Representante Permanente do Brasil, tratou da situação no Oriente Médio. Expressou a opinião brasileira de que era necessário haver “maior envolvimento direto do CSNU no terreno”. Manifestou crença de que o Conselho tinha uma “responsabilidade especial de utilizar seus instrumentos legítimos para exigir o cumprimento de suas decisões”. Disse que era “dever do Conselho chamar os representantes de Israel e da Palestina para explicar – no mais alto nível possível” – o que estavam “efetivamente fazendo para responder às exigências do Conselho”. Julgou que o Conselho deveria ser informado diretamente por todos os emissários cujos esforços continuavam a ser apoiados pela comunidade internacional. Acrescentou continuar o Brasil comprometido “com a ideia de estabelecer-se um mecanismo internacional de monitoramento, para auxiliar as partes a implementar as recomendações do relatório Mitchell e do Plano Tenet, inclusive em apoio aos esforços conduzidos no terreno pelo Enviado Especial Anthony Zinni”. Concluiu que uma presença internacional, com pleno apoio da ONU, parecia indispensável naquele momento. Afirmou que o CSNU deveria “estabelecer uma estratégia clara para fazer avançar enfoques novos e construtivos, como a iniciativa do Príncipe Abdullah da Arábia Saudita, recentemente endossada pela Liga de Estados Árabes”. Reafirmou, por fim, que o Brasil estaria “preparado para participar de qualquer iniciativa decidida pelo CSNU com vistas a alcançar liberdade política, paz, estabilidade e prosperidade para todos no Oriente Médio”.

Em exposição ao Senado Federal em 4 de abril, o Ministro Lafer respondeu as perguntas a respeito do Oriente Médio. Em uma das respostas, sem mencionar expressamente o nome de Ariel Sharon, concordou com Senador em que “o Estado de Israel não merecia um Primeiro-Ministro com as características do atual Primeiro-Ministro de Israel”:

Eminente Senador Pedro Simon, [...] No que diz respeito ao grande tema do Oriente Médio, não preciso dizer que coincido com tudo que V. Ex<sup>a</sup> diz. Também acredito que o Estado de Israel não merecia um Primeiro-Ministro com as características do atual Primeiro-Ministro de Israel, se bem que esse não deveria ser um comentário apropriado para um Ministro das Relações Exteriores. Estou fazendo algo que não é da minha obrigação *ex-officio* mas quero responder na sintonia do afeto e do coração a essa exposição de V. Ex<sup>a</sup>. Uma dúvida é que a violência tenha adquirido proporções inauditas no presente conflito. Ela tem sido a única moeda de troca entre os dois lado. De um lado a capacidade militar de Israel, do outro os terroristas suicidas, o que



produziu, afinal, um equilíbrio estratégico do terror que, caso nada seja feito para sustá-lo, poderá prolongar e piorar a atual situação, que já é insuportável e torna-se a cada dia mais insuportável. É preciso, para que se encaminhe isso, de um terceiro para a paz, como diz Bobbio. E o terceiro para a paz deve ser a ONU, com a colaboração dos Estados que dentro da ONU terão condições de interlocução com Israel e com a autoridade Palestina. Creio que o Brasil nesse contexto tem a sua autoridade e dela se valerá para fazer presente a voz da razão e a experiência de um país que sabe conviver no pluralismo da sua diversidade e na unidade do seu interesse nacional.

O governo brasileiro continuaria, em abril, a emitir notas que demonstravam seu acompanhamento da grave situação:

- No dia 5, declarou que vinha acompanhando “com atenção o agravamento do conflito israelense-palestino” e suas eventuais implicações para os brasileiros que se encontravam na região. Informou que o Embaixador de Israel fora chamado ao Itamaraty e instado a transmitir ao governo do seu país a preocupação brasileira com a situação de seus nacionais e a necessidade de que fossem garantidas as condições para que a Embaixada do Brasil em Tel Aviv pudessem oferecer a assistência consular que se fizesse necessária;

- No dia 6, o Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou mensagens ao Presidente dos EUA e ao Primeiro-Ministro Tony Blair nas quais apelou para que usassem de sua influência junto ao governo de Israel e ao Presidente Arafat, com vistas a um cessar-fogo imediato e a uma pronta retomada das negociações de paz. Reiterou também a disposição do Brasil em cooperar com qualquer ação útil e prática que se fizesse necessária e que pudesse contribuir para aqueles objetivos;

- No dia 12, o governo brasileiro afirmou que estava acompanhando “com grande preocupação a deterioração da situação humanitária nos territórios palestinos ocupados”. Apelou às autoridades israelenses para que levantassem as restrições impostas à circulação de veículos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e da Sociedade Palestina do Crescente Vermelho nos territórios palestinos ocupados, de modo a que o pessoal médico e os meios de transporte sanitários pudessem desempenhar suas funções adequadamente, garantindo atendimento aos feridos, enfermos e outros grupos vulneráveis. Atribuiu viva importância à retomada das negociações políticas e diplomáticas e declarou acreditar que a comunidade internacional devia contribuir, com as ações que fossem consideradas necessárias, para fazer cessar a violência e encontrar



uma solução definitiva para o conflito na região, no marco da Carta da ONU e das decisões do CSNU;

- Por nota do dia 26, o Itamaraty informou que, a pedido da Embaixada do Brasil, as autoridades israelenses já se haviam prontificado a auxiliar na retirada de cidadãos brasileiros que não tinham também nacionalidade palestina e desejassem sair das áreas de conflito;

- Entre 2 de abril e 10 de maio, desenvolveu-se o cerco à Basílica da Natividade, em Belém. Soldados israelenses rodearam a igreja em que se encontravam militantes palestinos, mas também civis e religiosos. Por nota de 3 de maio, o governo brasileiro expressou sua “profunda preocupação com o prolongado impasse em que se transformara a questão do cerco à Basílica da Natividade, em Belém”. Exortou as autoridades israelenses e palestinas a que encontrassem “um pronto e satisfatório encaminhamento da questão”, tendo sempre presente a necessidade de que fossem “observados os princípios humanitários universais”. Transmitiu sua solidariedade aos religiosos franciscanos “sitiados naquele local santo, em especial ao Frei Antonio Marcos Koneski”, cuja condição de enfermo cardíaco não era “compatível com a situação de privação” que vinha experimentando; e

- Durante o cerco, atiradores israelenses mataram sete pessoas dentro da igreja e feriram mais de quarenta outras. O impasse foi resolvido, depois de 38 dias, pela deportação para a Europa de 13 militantes palestinos identificados pelos israelenses como terroristas.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso pronunciou, no dia 13 de maio, discurso em jantar de confraternização pelo 65º aniversário da Congregação Israelita Paulista. Com relação ao conflito no Oriente Médio, defendeu a suspensão das hostilidades e a retomada do processo de paz. Declarou que o Brasil estava pronto “a atuar, uma vez mais, como *tertium inter partes*, promovendo de forma ativa a cooperação internacional para a paz”. Observou que os brasileiros tinham “um desconforto natural diante do discurso do choque de civilizações”, que contrariava a essência do país. Admitiu que o Brasil carecia do “argumento da força”, mas sublinhou que tinha “a força do argumento, de um bom argumento”, que era sua “história de apreço à paz e ao diálogo entre etnias e culturas”. Mais atentados e ações militares ocorreriam no segundo semestre do ano, sempre seguidos de manifestações brasileiras.

O governo brasileiro continuaria a se manifestar com relação à violência na região, seja para deplorar ação israelense, seja para condenar ataques terroristas:

- Por nota de 23 de julho, o governo brasileiro deplorou a ocorrência, na cidade de Gaza, de ação militar levada a cabo naquela madrugada “por avião das Forças de Defesa de Israel, em que 15 pessoas perderam a vida e mais de uma centena de civis foram feridos”. Condenou, “mais uma vez, a realização de ataques contra alvos civis, inclusive mediante o uso de forças desproporcionais, com a conseqüente vitimização de inocentes, inclusive crianças”, e reiterou “a necessidade de observar as normas do Direito Internacional Humanitário” que obrigavam as partes “a respeitar e proteger a população civil em situações de conflito”. Reafirmou sua convicção de que ações de violência, de parte a parte, apenas serviam para agravar a situação no Oriente Médio, com o acúmulo de hostilidade e intolerância entre os dois lados, atitudes que inviabilizavam a retomada do processo de negociação da paz, como era desejo da comunidade internacional;

- Por nota de 31 de julho, o governo brasileiro deplorou “atentado terrorista perpetrado” na Universidade Hebraica de Jerusalém, “com vítimas fatais e dezenas de feridos entre a população civil israelense”. Ao condenar com veemência o ato “de brutalidade”, estendeu às famílias das vítimas, em nome do povo brasileiro, o sentimento de profundo pesar pelas perdas humanas. Considerou que “tal ato de extremismo” feria “a própria consciência de paz e entendimento, simbolizada naquela Universidade”, e apenas contribuía “para aumentar o grau de desconfiança mútua e alimentar a espiral de violência” que vinha ocorrendo entre palestinos e israelenses; e

- Por nota de 19 de setembro, o governo brasileiro deplorou “a ocorrência de mais um atentado terrorista com a explosão de bomba em ônibus” naquele dia em Israel, “com vítimas fatais e dezenas de feridos, e estende às famílias das vítimas os seus sentimentos de pesar e os do povo brasileiro”. Ao repudiar o ato “da forma mais veemente”, o governo brasileiro manifestou a esperança de que o mesmo não impediu que as partes envolvidas, israelenses e palestinos, procurassem retomar a via pacífica das negociações, então recentemente reforçada pelas iniciativas da UE e do chamado “Quarteto” (EUA, UE, Rússia e SGNU). O Brasil considerou “indispensável” que cessasse “a espiral de violência e destruição”, com o início de um processo de paz que culminasse “no estabelecimento de um Estado palestino democrático e economicamente viável” e com o reconhecimento de que o Estado de Israel deveria “gozar de segurança, no interior de fronteiras internacionalmente reconhecidas”. Expressou, nesse sentido, “preocupação diante das iniciativas das Forças militares de Israel contra alvos em territórios e localidades palestinos, afetando

inclusive as instalações de governo da ANP". Apelou para que se respeitassem a integridade das instituições palestinas e a pessoa do Presidente Iasser Arafat.

Ao discursar, em 12 de setembro de 2002, na AGNU, Lafer tratou da situação no Oriente Médio e expôs pontos da posição brasileira. Reiterou que o Brasil apoiava "a criação de um Estado palestino democrático, seguro e economicamente viável, assim como o direito do povo palestino à autodeterminação". Lembrou que o Brasil também defendia "o direito à existência do Estado de Israel dentro de fronteiras reconhecidas, e o de seu povo a viver em segurança". Considerou ambas "condições essenciais para uma paz duradoura no Oriente Médio". Declarou que somente "através do reconhecimento mútuo e generalizado das legitimidades em conflito na região, assim como mediante o aprimoramento de acordos existentes", seria possível "estancar a destrutividade indiscriminada da violência e construir um caminho de solução"<sup>1579</sup>.

Em 17 de setembro, o "Quarteto" composto por EUA, UE, ONU e Rússia acordaram o Mapa do Caminho para a Paz (em inglês *Road Map to Peace*). Tratava-se de plano que não tentava resolver as questões difíceis tais como o destino de Jerusalém ou os assentamentos israelenses, as quais deixava para serem negociadas em fases posteriores do processo. Israel não aceitou a proposta tal como redigida e apresentou 14 alterações para que pudesse aceitá-la.

- Por nota de 23 de setembro, o governo brasileiro deplorou a ação armada empreendida nos dias anteriores "pelas Forças de Defesa de Israel em territórios e cidades palestinas, particularmente os ataques à infraestrutura da Autoridade Palestina e as ameaças à integridade física do Presidente Yasser Arafat". Apelou ao governo de Israel no sentido de "determinar a suspensão definitiva de ações" que conduziam "à destruição da infraestrutura de governo palestino". Conclamou reiteradamente Israel e a Autoridade Palestina a "interromperem a espiral de violência e atender às iniciativas ora propostas pelo chamado "Quarteto" para a retomada do processo de paz". Manifestou ainda sua "total disposição de contribuir, junto com a comunidade internacional, e no contexto das medidas a serem contempladas pela ONU e seu CSNU", então convocado para examinar "a situação gerada pela ação israelense em Ramalá e na Faixa de Gaza", para que se criassem "as condições necessárias de proteção ao Presidente Arafat e a sua liderança, e para a retirada das tropas israelenses dos territórios e cidades palestinas, permitindo-se, em bases de urgência, a movimentação livre da assistência humanitária às populações palestinas afetadas.

Uma ação ocorrida fora do Oriente Médio, mas a este relacionada, também seria objeto de manifestação brasileira:

- Por nota de 29 de novembro, o governo brasileiro deplorou atentado terrorista ocorrido em Mombaça, Quênia, bem como a tentativa de abatimento com mísseis de uma aeronave da companhia israelense EL AL. Reiterou sua convicção de que tais ações, que de forma preocupante atingiam outra região, prejudicavam gravemente os esforços com vistas à retomada das negociações de paz com que estava comprometida a comunidade internacional, encorajada pela proposta conjunta do "Quarteto". Considerou indispensável que cessassem os atos extremistas, "responsáveis pela crescente espiral de violência e destruição". Afirmou que tais atos, "ao re-alimentar o ódio e a vingança nas populações afetadas, em especial palestinos e israelenses, apenas distanciam-nas dos objetivos de paz e segurança, bem como da criação de um Estado nacional palestino".

### 8.5.2. *Iraque*

Finda a guerra contra o Talibã, Bush voltou sua atenção para o Iraque. Saddam Hussein continuava desafiando a ONU que exigia a verificação da destruição completa de armas de destruição em massa: químicas, biológicas e nucleares. Em janeiro de 2002, Bush preveniu que não se limitaria a esperar, mas atacaria primeiro<sup>1580</sup>. Em discurso naquele mês, o mandatário estadunidense incluiu Irã e Iraque, juntamente com Coreia do Norte, entre países que, na sua visão, constituíam "eixos do mal"<sup>1581</sup>. Em maio, o Departamento de Estado divulgou relatório em que sete países eram apontados como patrocinadores de terrorismo: Irã, Iraque, Cuba, Líbia, Coreia do Norte, Sudão e Síria. Nesse clima de hostilidade, em junho, o Iraque novamente rejeitou propostas de inspeção de armas<sup>1582</sup>.

Em seu discurso em setembro na AGNU, Celso Lafer declarou que o uso da força no plano internacional somente poderia ser admitido "se esgotadas todas as alternativas de solução diplomática". Afirmou que a força "somente poderia ser exercida de acordo com a Carta da ONU e de modo consistente com as deliberações do CSNU". Do contrário, estaria "solapada a credibilidade da organização, dando margem não apenas à ilegitimidade, como também a situações de equilíbrio precário e não duradouro". Concluiu que, no caso específico do Iraque, o Brasil sustentava que cabia ao CSNU decidir as medidas necessárias para assegurar o pleno cumprimento das resoluções pertinentes. Observou que

o exercício, pelo CSNU, de suas responsabilidades constituía “a forma de desanuviar tensões e evitar riscos imprevisíveis de desestabilização mais abrangente”<sup>1583</sup>. O Ministro Celso Lafer assim se referiria, mais tarde, a sua participação sobre a questão do Iraque naquela Assembleia Geral:

*Fiz, na ocasião, na abertura dos debates da Assembleia Geral, uma vigorosa e decidida defesa do multilateralismo. O empenho brasileiro foi o de enquadrar o assunto como base numa leitura grociana da realidade internacional, dando ao CSNU o papel que lhe cabe pela Carta da ONU, ou seja, apenas a ele cabe a autorização do uso da força na questão do Iraque*<sup>1584</sup>.

Logo após o discurso de Lafer, Bush subiu ao pódio para declarar, em tom próximo ao de uma ameaça, que a ONU deveria assegurar cumprimento de suas resoluções ou, em caso contrário, ser “condenada à irrelevância”<sup>1585</sup>.

Em outubro, o Embaixador Gelson da Fonseca Jr., Representante Permanente do Brasil junto à ONU, durante sessão aberta do CSNU sobre a situação no Iraque, afirmou que os acontecimentos nos meses anteriores tinham levantado sérias preocupações, visto que a comunidade internacional parecia estar sendo levada para “a terrível lógica da guerra”. Ressaltando tratar-se de “assunto crucial de interesse dos membros da ONU como um todo”, constatou que a paz e a segurança internacionais estavam claramente em risco, bem como a própria credibilidade da ONU, de seus princípios e métodos de trabalho. Especificamente com relação ao Iraque, declarou que era necessário que: (a) o governo de Bagdá cumprisse suas obrigações nos termos das resoluções; e (b) o CSNU fosse “encorajado a definir incentivos para esse pleno cumprimento, que levassem ao abrandamento e gradual levantamento do regime de sanções”. Concluiu dizendo que, “se e quando necessárias, medidas adicionais de aplicação das resoluções deveriam ser consideradas pelo CSNU, à luz da avaliação e dos resultados das inspeções”.

O Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair, insistiu em que a questão fosse levada ao CSNU. Em 8 de novembro, o Conselho aprovou a resolução 1.441 determinando que o Iraque cumprisse totalmente com inspetores de armas sob risco de “sérias consequências”<sup>1586</sup>. A resolução estipulou um prazo para que o Iraque revelasse totalmente suas armas químicas, biológicas e programa de aquisição de capacidade nuclear, mas não um prazo para destruição de tais armas, se existentes. A expressão “sérias consequências” não foi considerada autorização automática para guerra, nem esclareceu quem decidiria se havia descumprimento

(“*material breach*”). Havia dúvidas sobre a necessidade de uma segunda resolução para que o Iraque pudesse ser atacado. Na opinião de Grenville, a resolução 1.441 teria sido aprovada por unanimidade justamente porque continha essas ambiguidades<sup>1587</sup>.

Por nota do mesmo dia, o governo brasileiro deu apoio à decisão da ONU. Congratulou-se pela “ação decidida do CSNU” e apelou ao governo do Iraque para que aceitasse a resolução daquele órgão e cumprisse integralmente todos seus dispositivos.

Celso Lafer considerou que a resolução 1.441 expressara “uma vitória do multilateralismo”, mas previu que só nos meses seguintes se saberia “o grau de consolidação daquela vitória”<sup>1588</sup>. Em 13 de novembro, o Iraque concordou com os termos daquela resolução e, no dia 18, os inspetores da ONU liderados por Hans Blix chegaram ao Iraque.

No dia 20, Lafer fez exposição sobre o Iraque em reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara na qual deixou clara a oposição brasileira caso a ação militar no Iraque não viesse a ser prévia e explicitamente autorizada pelo CSNU:

[...] O Brasil considera a adoção de medidas militares como opção de última instância, com o emprego da força sujeito à anuência prévia do CSNU. O Brasil entende que compete exclusivamente ao CSNU determinar se as disposições que regem o cessar-fogo estão sendo violadas pelo Iraque, bem como aprovar as ações necessárias a fazer valerem suas decisões sobre a matéria.

O Brasil entende que as expressões *material breach* (descumprimento de obrigações impostas) e *serious consequences* (sérias consequências), usadas na Resolução 1 441, não são, por si sós, suficientes a permitir o emprego da força contra o Iraque sem autorização explícita do CSNU. Além da própria autorização, o CSNU deve ser mantido suficientemente informado das ações militares exercidas com o seu beneplácito, para que possa desempenhar satisfatoriamente suas prerrogativas na legitimação do uso da força<sup>1589</sup>.

No dia 27, chegou ao Iraque um grupo de inspetores e recebeu do governo iraquiano relatório volumoso. Os inspetores pouco encontraram, exceto alguns mísseis de alcance um pouco maior do que o permitido<sup>1590</sup>. Em 3 de dezembro, o CSNU adotou a Resolução 1.454 que aprovou os relatórios da UNMOVIC<sup>1591</sup>.

## 8.6. Ásia e Pacífico

Durante “briefing” concedido em 10 de janeiro de 2001, o Diretor-Geral do Departamento da Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Edmundo Sussumu Fujita, informou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso iria fazer uma visita à Ásia, a partir do dia 17, percorrendo a Coreia do Sul, Timor (então território sob a administração da ONU), e a Indonésia. Notou que seria a primeira vez que um Presidente brasileiro visitaria oficialmente a Coreia do Sul e a Indonésia. Ressaltou que a visita a Díli, Timor Leste, revestia-se de um significado muito grande, porque expressava o comprometimento do Brasil para com a reconstrução e o desenvolvimento daquele então futuro país. Informou que o Presidente da República ia manter encontros de alto nível com o Presidente Kim Dae-Jung na Coreia, receptor do Prêmio Nobel da Paz, daquele ano; e em Díli, manteria conversações com o Presidente (do Comitê Nacional de Reconstrução Timorense) Xanana Gusmão, com o Professor Ramos-Horta e também com o Bispo Carlos Ximenes Belo, os dois últimos receptores do Prêmio Nobre da Paz, em 1996. Acrescentou que, na Indonésia, ele iria se avistar com o Presidente Abdurrahman Wahid que estava, nas suas palavras, “promovendo a consolidação da democracia na Indonésia, depois de um longo período de governo autoritário” e que era “igualmente merecedor do maior respeito por parte da comunidade internacional”.

Em 7 de junho, na abertura do seminário “O Brasil e a Ásia no século XXI: ao encontro de novos horizontes”, Celso Lafer fez uma análise da região e das possibilidades para o Brasil. Afirmou que o Brasil tinha “laços sólidos e cooperativos com países como Japão, China, Coreia do Sul e Índia”. Informou que estava “intensificando crescentemente o diálogo com os países do Sudeste Asiático e do Subcontinente Indiano”. Notou que o país abrigava “significativa parcela populacional de origem japonesa, chinesa e coreana”, assim como tinha “importante comunidade brasileira vivendo no Japão”. Lembrou que haviam visitado o Brasil, “entre outros altos dignitários, os Primeiros-Ministros da Tailândia e de Cingapura, o líder timorense Xanana Gusmão, os Ministros do Exterior da China e da Malásia, e os Presidentes da Indonésia e da China”. Recordou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, realizara visitas à China, à Índia, à Malásia e ao Japão durante seu primeiro mandato e, no início do novo século, realizara pioneira visita a Seul, Díli e Jacarta. Sublinhou exemplos exitosos de cooperação Sul-Sul, como o Projeto CBERS entre o Brasil e a China e notou que outros projetos estavam em

curso com países como a Coreia do Sul e a Índia. Defendeu a busca de “nichos estratégicos” que exerciam “efeitos propagadores para outras áreas de conhecimentos e atividades, de modo a beneficiar parcelas crescentes de países e populações que, de outra forma, correm o risco de serem os novos excluídos do e-sistema”.

Em artigo publicado em agosto de 2002, Lafer chamou a atenção para o crescimento das parcerias do Brasil com China, Índia e Rússia. Notou que os candidatos à Presidência destacavam “a conveniência – mais do que isso, a necessidade – de o Brasil estreitar relações com aqueles países”. Concordou que aqueles três países “não poderiam, efetivamente, deixar de merecer atenção prioritária de um país como o Brasil”, que tinha “uma política externa de alcance global”. Observou que a corrente de comércio do Brasil com a China e com a Rússia aumentara em cerca de 150% entre 1994 e 2001. Com a Índia, o crescimento do comércio era da ordem de 130%. Entre 2000 e 2001, a China passara da 12ª para a sexta posição entre os maiores mercados para os produtos brasileiros; a Rússia, da 22ª para a 13ª; e a Índia da 40ª para a 34ª posição. Lembrou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizara visitas a Pequim, a Nova Délhi e a Moscou, “simbolizando a prioridade atribuída às relações com aqueles três países”. Afirmou que as visitas e contatos de alto nível realizados nos oito anos anteriores eram “numerosos demais para listar-se”<sup>1592</sup>.

### 8.6.1. *Centro e Sul asiáticos*

#### 8.6.1.1. *Índia*

Em aula proferida em dezembro de 2001, por ocasião do encerramento do semestre letivo do Instituto Rio Branco, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, tratou das relações entre a Índia e o Brasil naquele momento. Observou que, não obstante terem Brasil e Índia muitas afinidades em relação aos grandes temas da agenda internacional, não fora possível nas primeiras três décadas de seu relacionamento “traduzir essas visões compartilhadas em iniciativas concretas de maior fôlego”. Notou que uma fase de construção de uma relação diversificada e intensa fora iniciada pela visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia, em 1996. Ressaltou que tal processo, entretanto, sofrera “certo arrefecimento” com a explosão de artefatos nucleares indianos, em maio de 1998, que levou o governo brasileiro a denunciar o “Memorando de Entendimento



sobre Cooperação para Utilização Pacífica da Energia Nuclear”, assinado em 1996. Considerou que, “a despeito de tais inibições conjunturais”, verificava naquele momento a possibilidade de consolidação de uma agenda positiva, que estimulasse “efeitos multiplicadores nas diversas áreas de relacionamento”. Registrou que, do ângulo político, a realização continuada das reuniões de consultas políticas bilaterais vinha permitindo a retomada do entendimento diplomático em novas bases. Constatou que, na área econômica, o intercâmbio comercial vinha experimentando aumento, tendo atingido US\$ 492 milhões de janeiro a agosto de 2001 (acréscimo de 66 % com relação ao ano anterior), o que elevava a Índia ao patamar dos parceiros comerciais significativos do Brasil na Ásia, após Japão, China, Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong. Lembrou que tal realidade suscitara, por parte do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, a inclusão da Índia nos mercados preferenciais para a promoção comercial brasileira.

#### *8.6.1.2. Paquistão*

Em junho de 2001, General Pervez Musharraf tornou-se Presidente do Paquistão. Após os ataques terroristas de 11 de setembro aos EUA, o Paquistão alterou bruscamente sua posição e apoiou o governo de Washington<sup>1593</sup>, tendo concordado em ceder o uso de três bases aéreas para a guerra no Afeganistão. Em declaração pública no dia 19, Musharraf afirmou que, embora se opusesse a táticas militares contra o Talibã, caso não cooperasse com o governo Bush, o Paquistão arriscar-se-ia, sendo colocando em perigo por uma aliança entre a Índia e os EUA.

Os problemas com a Índia, sempre presentes, agravaram-se quando, em 13 de dezembro, um grupo de homens armados atacou o Parlamento indiano, matando sete pessoas antes de cometerem suicídio. No dia seguinte, o partido governista indiano acusou grupos baseados no Paquistão e convocou o representante diplomático paquistanês para exigir que seu governo tomasse medidas contra os terroristas. Em reação às declarações do governo indiano, o Paquistão colocou suas forças em alerta. Um porta-voz militar paquistanês declarou que o ataque ao Parlamento indiano fora orquestrado pelo governo de Nova Délhi, vinculando o incidente à questão da Caxemira. Acrescentou que a Índia poderia pagar por suas ações. Em 20 de dezembro, em meio a pedidos da ONU para que as partes contivessem seus ânimos, a Índia mobilizou e deslocou tropas para Caxemira e Punjab.

O Itamaraty informou, por nota de 28 de dezembro, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, “preocupado com o aumento das tensões entre Índia e Paquistão ocorrido nos últimos dias”, decidira enviar mensagens ao Primeiro-Ministro da Índia, Sr. Atal Bihari Vajpayee, e ao Presidente do Paquistão, Sr. Pervez Musharref nas quais fizera um apelo aos dois líderes para que demonstrassem comedimento e evitassem ações que pudessem por em perigo a estabilidade e a paz naquela região. Informou ainda que o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, convocara naquele dia o Embaixador da Índia e o Encarregado de Negócios do Paquistão ao Itamaraty para entregar-lhes cópias daquelas cartas. Acrescentou que na ocasião foi-lhes reiterada a expectativa do Brasil, que mantinha relações de amizade com os dois países, de que as atuais tensões bilaterais pudessem ser superadas de forma pacífica, conforme os princípios que norteavam a política externa brasileira.

### 8.6.1.3. *Afeganistão*

Em 12 de setembro, um dia depois dos ataques da Al-Qaeda nos EUA, o CSNU aprovou a resolução 1.363 da qual constou que “os responsáveis por ajuda, apoio ou guarida de perpetradores, organizadores e patrocinadores” daqueles atos seriam responsabilizados<sup>1594</sup>. No dia 20, em discurso para o Congresso, o Presidente George Bush deu um ultimato ao governo Talibã no Afeganistão para entregar os líderes da Al-Qaeda aos EUA; liberar todos os estrangeiros detidos, inclusive estadunidenses; proteger jornalistas estrangeiros, diplomatas e assistentes humanitários; fechar todos os campos de treinamento de terroristas e entregar todos os que apoiassem; e conceder aos EUA total acesso a campos de treinamento de terroristas para verificar seu fechamento.

Em entrevista ao jornal O Globo, publicada no dia 26, o Presidente Fernando Henrique Cardoso concordou com jornalista em que a guerra contra o terrorismo era inevitável:

JORNALISTA: A ação militar é inevitável?

FERNANDO HENRIQUE: É inevitável. A guerra é sempre ruim, todo mundo sabe disso. Ninguém quer a guerra como objetivo. Mas, sob certas circunstâncias, você tem que se defender. No caso, é defensiva, houve uma ofensa aos americanos.

JORNALISTA: E essa conversa de quem não estiver conosco contra o terrorismo está com o terrorismo?

FERNANDO HENRIQUE: Alguém em sã consciência pode defender o terrorismo?

Em 5 de outubro, aviões estadunidenses e britânicos iniciaram bombardeio de bases da Al-Qaeda e do Talibã no Afeganistão<sup>1595</sup>. No dia 7, os EUA invadiram o país. Havia passado menos de um mês desde a destruição do *World Trade Center*<sup>1596</sup>. O objetivo declarado da guerra foi o de capturar Osama Bin Laden e outros dirigentes da Al-Qaeda para julgá-los, destruir aquela organização terrorista e remover o regime Talibã que lhe apoiava e dava abrigo.

Por nota à imprensa no próprio dia 7, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou:

Tomei conhecimento no começo da tarde de hoje das operações militares realizadas contra alvos no Afeganistão.

Este é um momento grave, ainda que esperado diante da brutalidade dos ataques terroristas do dia 11 de setembro.

Em nome do Presidente George W. Bush (filho), o Secretário de Estado Colin Powell telefonou-me para informar que essas operações visam exclusivamente objetivos militares e que procurarão poupar a população civil. O Secretário de Estado transmitiu o agradecimento do Presidente Bush pelo apoio e solidariedade do Brasil aos EUA na luta contra o terrorismo.

Quero reiterar que esta luta é de toda a comunidade internacional e não comporta hesitações, nem transigência.

A vocação de paz do povo brasileiro e seu repúdio ao terrorismo são preceitos constitucionais que orientam a política externa do país.

Nossa posição é clara. Se repudiamos o terrorismo em todas as suas formas, e quaisquer que sejam suas origens, estamos também do lado da racionalidade e da sensatez. Este não é um conflito deflagrado contra um povo, um Estado ou uma religião. O objetivo é um só: conter e eliminar o flagelo do terrorismo.

Espero – e tenho a certeza de que este propósito é por todos compartilhado – que as operações iniciadas hoje não tenham consequências trágicas e procurem evitar a perda de vidas inocentes e preservar a população civil.

No dia 14, o Talibã propôs entregar Bin Laden para um terceiro país se o bombardeio fosse suspenso e fossem fornecidas provas do seu envolvimento nos ataques terroristas de 11 de setembro. A proposta foi rejeitada por Bush que declarou não haver necessidade de discutir a inocência ou a culpa, pois os EUA sabiam que Bin Laden era culpado.

Em entrevista concedida às jornalistas Eliane Cantanhêde e Cláudia Dianni, do jornal Folha de São Paulo, no dia 15, Celso Lafer respondeu a algumas perguntas sobre a ação dos EUA e Reino Unido naquele país:

Folha – Muita gente considerou ambíguo o pronunciamento de FHC sobre a guerra. O sr. poderia traduzir o que o Presidente quis dizer?

Lafer – Foi uma indicação clara de repúdio ao terrorismo [...].

Folha – E quanto aos mísseis e às bombas sobre o Afeganistão?

Lafer – O Presidente também disse que compreende que haja ação militar, com a expectativa de que seja limitada e circunscrita.

Folha – Os governos apoiaram a ação militar, mas a opinião pública nos países não acompanhou esse apoio. Nos países árabes e muçulmanos, isso foi mais visível, mas no mundo ocidental também ocorreu. No Brasil, o Datafolha apurou que 66% dos paulistanos são contra.

Lafer – O vento muda sempre de direção, a opinião pública também, mas os governos não podem agir como cata-ventos. Não podem ficar só sujeitos às circunstâncias. Você tem de considerar, por exemplo, as resoluções internacionais. O CSNU apoiou a ação.

O bombardeio do Afeganistão prosseguiu durante um mês. Os EUA pediram o apoio dos países vizinhos, mas as críticas aumentaram à medida que as bombas causavam danos. Enfraquecido pelo bombardeio e muitas deserções, o Talibã capturou, em 9 de novembro, a cidade de Mazari Sharif e obteve o controle do norte do país.

No discurso que proferiu, em 10 de novembro na AGNU, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou o seguinte sobre o Afeganistão:

O Brasil espera que, apesar de todas as circunstâncias, não se vejam frustradas as ações de ajuda humanitária ao povo do Afeganistão.

Mais ainda: dentro de nossas possibilidades, estamos dispostos a abrigar refugiados que queiram integrar-se ao nosso país.

Há coisas que são óbvias, mas que merecem ser repetidas: a luta contra o terrorismo não é, nem pode ser, um embate entre civilizações, menos ainda entre religiões.

Nenhuma das civilizações que enriquecem e humanizam nosso planeta pode dizer que não conheceu, em seu próprio interior, os fenômenos da violência e do terror.

No dia 13, a capital Cabul foi abandonada pelo Talibã que se refugiou, em sua maior parte, no Paquistão. No dia seguinte, o CSNU aprovou resoluções, inclusive uma que condenou o Talibã por permitir que o Afeganistão fosse usado como base para exportação de terrorismo pela rede Al-Qaeda e por dar guarida a Osama Bin Laden. Não autorizou expressamente, porém, a campanha militar liderada pelos EUA no Afeganistão. Como o governo de Washington alegou que não havia necessidade dessa autorização, teve início debate sobre a questão de a invasão constituir ou não um ato de legítima defesa coletiva previsto no Artigo 51 da Carta da ONU, ou se tratava de um ato de agressão. O Ministro Celso Lafer, mais tarde, analisaria as causas e embasamento jurídico da ação americana:

Como é sabido, o que se seguiu ao ataque terrorista de 11 de setembro foram as operações militares no Afeganistão, base logística que o regime talibã ofereceu para Al-Qaeda. Estas foram respaldadas multilateralmente pelas resoluções da ONU, que conferiram o lastro jurídico de amplo apoio, diplomático, logístico e de inteligência que viabilizou o sucesso dessa operação pelos EUA<sup>1597</sup>.

A guerra continuou no sul do país, tendo o Talibã se refugiado em Kandahar, até que esta cidade também caísse em dezembro. O Talibã e a Al-Qaeda continuaram a organizar sua resistência. Após a realização de uma conferência patrocinada pela ONU com líderes afegãos<sup>1598</sup>, no início de dezembro, foi estabelecido um governo interino sob a chefia de Hamid Karzai. No dia 20, a ONU autorizou a constituição de uma força multinacional de segurança<sup>1599</sup>, a *International Security Assistance Force*

(ISAF) cujo mandato consistia em dar assistência à Autoridade Interina Afegã para manter a segurança.

Em dezembro, a ONU sediou conferência em Bonn, na Alemanha, da qual participaram vários líderes afegãos, mas não incluiu o Talibã. Entre os observadores foram incluídos países vizinhos e países maiores, entre os quais os EUA. Como resultado do encontro foi criada a Autoridade Interina Afegã que seria um “repositório da soberania Afegã” e foi esboçado um processo político para criar uma nova constituição e um novo governo.

Membros da rede Al-Qaeda se reagruparam nas montanhas do Afeganistão no início de 2002. Em março, os EUA e forças afegãs os atacaram levando-os a se entrincheirarem em cavernas em locais altos ou a evadir-se pela fronteira com o Paquistão. Nos confrontos, no dia 6, morreram seis soldados estadunidenses e sete afegãos. Nos combates, juntar-se-iam aos EUA forças da Austrália, Canadá, Alemanha, Nova Zelândia e Noruega.

Por nota de 8 de abril de 2002, o governo brasileiro informou a respeito do acolhimento de refugiados afegãos:

1 - O grupo de 23 refugiados afegãos a ser reassentado no Brasil chegará a Porto Alegre nos dias 12 e 26 de abril. No dia 12 próximo, desembarcará no Aeroporto Salgado Filho às 11:30, proveniente de São Paulo, a primeira leva de 10 refugiados. No dia 26, está prevista a chegada dos demais refugiados. Esses refugiados vivem atualmente sob a proteção do Alto Comissariado para Refugiados da ONU (ACNUR) em campos localizados no Irã e na Índia.

2 - O reassentamento desses refugiados no Brasil estará sob a coordenação direta do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) do Ministério da Justiça, em conjunto com o ACNUR, e atenderá a procedimentos específicos estipulados pela Lei 9.474, de 22 de julho de 1997. A vinda desses primeiros refugiados afegãos representa a culminância de um processo de cooperação estabelecido entre o governo Federal, a ONU e entidades da sociedade civil.

3 - Para além de simbolizar a concretização do compromisso formulado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na abertura da 56ª Sessão da AGNU, em novembro de 2001, a acolhida dos refugiados afegãos reafirma a disposição do Brasil de reforçar seu engajamento no domínio da proteção internacional de refugiados.

## 8.6.2. *Leste asiático*

### 8.6.2.1. *China*

Em março de 2001, o Itamaraty informou que o Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, visitaria o Brasil no mês seguinte. Adiantou que a agenda de conversações seria centrada em cinco temas, a saber: situação política e econômica na América Latina; situação política e econômica na Ásia; diversificação da Parceria Estratégica científica e tecnológica; ampliação do relacionamento econômico e comercial bilateral; e adensamento da cooperação em organizações multilaterais.

No discurso que proferiu em 11 de abril, por ocasião de jantar oferecido em homenagem ao Jiang Zemin, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tratou das perspectivas que via de incremento nas relações, sobretudo, econômicas. Observou que Brasil e China eram países que tinham “muito em comum”, pois eram ambos países grandes e com economias entre as dez maiores do mundo e constituíam as duas maiores economias do mundo em desenvolvimento. Sublinhou a cooperação bilateral existente com destaque para o Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres, que previa a construção de quatro satélites de sensoriamento terrestre. Na área comercial e de investimentos, afirmou que havia perspectivas promissoras para a atuação de empresas brasileiras no mercado chinês. Ressaltou, nesse sentido, a necessidade de agilizar as providências necessárias para a concretização das operações em curso no setor da indústria aeronáutica. Expressou grande satisfação pela aproximação do momento em que a China ingressaria na OMC. Notou que, por razões semelhantes, Brasil e China defendiam a necessidade de fortalecimento da ONU.

Durante a visita de Jiang Zemin, Cardoso transmitiu pedido que recebeu de George Bush para que a China liberasse tripulantes de uma aeronave militar estadunidense que se vira forçada a aterrissar em território chinês. Ouviu do líder chinês comentários a respeito da dificuldade de Pequim para dialogar com o líder dos EUA<sup>1600</sup>.

Em dezembro de 2001, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, afirmou que as dimensões de Brasil e China e a semelhança de posições defendidas por ambos países em foros internacionais haviam levado à adoção da “parceria estratégica”. Fez ampla análise do relacionamento bilateral. Lembrou que, nos foros multilaterais, existia entre Brasil e China forte convergência de pontos de vista que se traduzia por votos, frequentemente coincidentes na Assembleia Geral da

ONU. Sublinhou que os dois países compartilhavam preocupações em relação a um mundo regido por linhas de poder hegemônico. Notou que não existiam entre os dois países contenciosos de peso. Constatou que se registravam apenas algumas áreas de desentendimento, sobretudo no setor comercial. Esclareceu que as principais reclamações brasileiras diziam respeito a barreiras sanitárias que dificultavam o acesso de produtos agropecuários brasileiros, como carne bovina e frango, ao mercado chinês. Reiterou a adesão brasileira ao princípio de uma China. Ressaltou Chohfi que, no plano econômico-comercial, a China era o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Ásia e, a partir de 2001, ultrapassando o Japão como principal mercado para as exportações brasileiras naquele continente. Situou o intercâmbio bilateral no patamar de US\$ 3 bilhões (US\$ 4 bilhões se incluída Hong Kong), mas com potencialidade para crescer. Lembrou que o Brasil tinha colocado com sucesso jatos ERJ 145 no mercado chinês, e investimentos chineses adentravam o mercado brasileiro com boa aceitação. Notou que a China vinha demonstrando, por meio de inúmeras visitas, interesse em aprofundar o seu diálogo com o Brasil. Frisou que, desde o primeiro momento, o Brasil apoiara a entrada da China na OMC. Referindo-se ao Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres informou que o CBERS II tivera sua fase de integração e testes concluída em 15 de outubro no Brasil e estava sendo transportado para a China, de onde seria lançado, possivelmente, a partir de maio do ano seguinte. Acrescentou que os dois próximos satélites – os CBERS III e IV – seriam lançados, respectivamente, em 2005 e 2008. Acrescentou que Brasil e China dividiriam, em bases equivalentes, todos os custos e responsabilidades relativas ao projeto, fabricação, integração, testes, lançamento, rastreamento e controle dos novos satélites.

A China daria continuidade a seu prodigioso crescimento econômico. Nos nove primeiros meses de 2002, o PIB da China cresceu 7,9%. O investimento estrangeiro cresceu 22,6% durante o ano. Enquanto o comércio mundial estagnava, crescendo apenas um 1%, na China o comércio cresceu 18% nos primeiros nove meses do ano, com exportações ultrapassando as importações.

Em discurso proferido em 2 de agosto de 2002, por ocasião da Cerimônia de Condecoração do Embaixador da República Popular da China, Wan Yongxian, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, Celso Lafer fez um balanço do relacionamento econômico entre o Brasil e a China. Ressaltou que o incremento do comércio entre o Brasil e a China nos dois anos anteriores tinha sido muito promissor, tendo o intercâmbio comercial crescido 50% tanto em 2001 quanto em 2002. Como



resultado desse crescimento, o comércio bilateral praticamente dobrara em dois anos, de US\$ 1,5 bilhão para cerca de US\$ 3 bilhões. Notou que a China ocupou o 6º lugar entre os maiores mercados para produtos brasileiros em 2001, “praticamente no mesmo nível que o Japão”, o maior comprador de produtos brasileiros na Ásia. Observou que os investimentos de empresas chinesas no Brasil tinham se tornado cada vez mais presentes. Citou, em especial, a criação, em novembro de 2001, da Baovale, empresa formada entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a siderúrgica Baogang, e a parceria entre a EMBRAER e a AVIC 2 no campo da aviação.

Ressaltou avanços no programa de cooperação espacial para a construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto (*China-Brazil Earth Resources Satellites – CBERS*).

Em agosto de 2002, Lafer tratou novamente das relações Brasil-China. Lembrou que a viagem do Ministro Sérgio Amaral à China, em abril daquele ano, fora acompanhada por delegação empresarial de mais de 100 membros, a maior da área comercial brasileira já reunida em viagem ao exterior. Registrou que, em 2001, o comércio Brasil – China aumentara cerca de 50% em valor, repetindo o desempenho de 2000. Concluiu que, com isso, o comércio bilateral praticamente dobrara, em dois anos, de US\$ 1,5 bilhão para cerca de US\$ 3 bilhões. Ressaltou que as exportações brasileiras para a China em 2001 haviam ultrapassado US\$ 1,9 bilhão, o que fizera daquele país o sexto maior mercado para o Brasil, quase no mesmo nível do Japão<sup>601</sup>.

Ainda no mesmo mês, Lafer, afirmou que os números demonstravam que a parceria estratégica com a China constituía uma realidade que se expressava em múltiplos contatos políticos, nos intercâmbios comercial e cultural, na cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, saúde, e no combate ao tráfico de drogas e outros ilícitos transnacionais.

Por nota de 30 de agosto, o Itamaraty informou que o governo brasileiro formalmente elevava o Consulado brasileiro em Xangai à categoria de Consulado Geral. Notou que a cidade de Xangai tinha grande importância no relacionamento bilateral do Brasil com a China, uma vez que mais de 40% do comércio brasileiro com aquele país ocorria com a região de Xangai e províncias circunvizinhas.

A China continuaria a apresentar dados econômicos excepcionalmente positivos. Enquanto o investimento estrangeiro direto no mundo caíra pela metade em 2000, o fluxo de capital para a China continental crescera 10%. Em 2002, o investimento estrangeiro direto na China cresceu 22,6%. Em meio ao comércio mundial estagnado (crescera apenas 1% em 2002), o comércio da China continental aumentara 18% nos primeiros meses daquele ano com exportações superando as importações.

### 8.6.2.2. *Japão*

Em 2001, Junichiro Koizumi tornou-se Primeiro-Ministro do Japão<sup>1602</sup>. Em janeiro de 2002, o novo mandatário demitiu a Ministro do Exterior Makiko Tanaka, substituindo-o por Yoriko Kawaguchi, até então Ministra do Meio Ambiente. Em abril, após queda da economia e escândalos envolvendo seu partido, a popularidade de Koizumi caiu 40 pontos em relação à data de sua nomeação.

Em maio, Lafer efetuou visita ao Japão sendo recebido por Koizumi e pela Ministra Kawaguchi. Proferiu palestra na Keidanren, em Tóquio, sobre a economia brasileira e perspectivas para a parceria Brasil - Japão. Afirmou que o relacionamento Brasil - Japão tinha nos investimentos e no comércio uma de suas principais vertentes. Após constatar queda no comércio e nos investimentos, declarou que era chegado o momento de reverter a perda de participação do Japão como investidor e como sócio comercial do Brasil. Para tanto, na sua opinião, era preciso “explorar plenamente o potencial de nossas relações econômicas”. Disse que se devia “ir além da complementaridade entre a indústria japonesa e os recursos naturais do Brasil”. Propôs que se explorassem novas possibilidades de negócios na agricultura, na indústria e nos serviços. Sugeriu a promoção da integração de cadeias produtivas nos diversos segmentos. Recordou a importância de que o mercado japonês também se abrisse para as exportações brasileiras, como o mercado brasileiro se abria para o Japão nos anos anteriores. Ao comentar a viagem ao Japão, Celso Lafer afirmou que o país perdera “a dimensão estratégica militar que tinha como parte do conflito bipolar, o que lhe vem exigindo uma nova atuação em matéria de sua inserção na Ásia”<sup>1603</sup>.

### 8.6.2.3. *Coreia do Norte*

Em outubro de 2002, nova crise surgiu com a Coreia do Norte quando seu governo ameaçou reativar o reator de plutônio para produzir armas nucleares. Em dezembro, inspetores internacionais foram retirados da Coreia do Norte e o líder Kim ameaçou denunciar o TNP. Os EUA preparavam-se para a guerra no Iraque e reagiram, em parceria com a Coreia do Sul e com o Japão, interrompendo o fornecimento de óleo combustível essencial para a Coreia do Norte<sup>1604</sup>.

### 8.6.3. Sudeste asiático

#### 8.6.3.1. Indonésia

Em janeiro de 2001, milhares de estudantes entraram no Parlamento indonésio para exigir a renúncia do Presidente Abdurrahman Wahid em razão de alegado envolvimento em escândalos de corrupção. Sob pressão da Assembleia para melhorar o gerenciamento e coordenação do governo, ele concedeu por decreto à Vice-Presidente Megawati o controle do dia a dia da administração do governo. A ação não foi suficiente e, em julho, seu partido o substituiu na Presidência por Megawati Sukarnoputri, filha do falecido ditador Sukarno.

Em 12 de outubro, ataque terrorista em Bali, Indonésia, causou a morte de 202 pessoas (das quais 152 eram estrangeiros, dos quais dois eram brasileiros) e feriu 240 outras. Membros do Jemaah Islamiyah, um grupo islâmico, seriam responsabilizados. Em nota à imprensa, o governo brasileiro deplorou os “trágicos acontecimentos” e expressou “sua mais firme condenação aos atentados que causaram a perda de numerosas vidas inocentes, inclusive cidadãos brasileiros, e feriram centenas de pessoas”. Lamentou “profundamente o ocorrido, solidarizando-se com o sofrimento das famílias das vítimas e lhes estendendo seu sincero pesar”. Repudiou “mais essa nefasta ação terrorista”. Apoiou, no contexto, “a determinação do governo da Indonésia de proceder, de imediato, às investigações para esclarecer as circunstâncias do ocorrido e de adotar com rigor as medidas pertinentes”. Informou que o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada do Brasil em Jacarta estavam dando “todo o apoio necessário à localização das vítimas e assistência aos feridos, em coordenação com o governo da Indonésia e a ONU”.

#### 8.6.3.2. Timor Leste

Em agosto de 2001, realizou-se a primeira eleição democrática no Timor Leste, tendo a FRETILIN obtido 55 dos 88 lugares do Parlamento<sup>1605</sup>.

O Itamaraty informou, por nota de janeiro de 2002, que o Representante Especial do SGNU e Chefe da Administração Transitória da ONU no Timor Leste (UNTAET), Sérgio Vieira de Mello, realizaria visita oficial ao Brasil, em 4 e 5 de fevereiro seguinte. Recordou que o visitante estava à frente da UNTAET desde a sua criação, em 1999. Considerou aquela operação de paz no Timor Leste “uma das mais bem-sucedidas já

realizadas pela ONU”. Notou que a tarefa de administrar um território e levá-lo à independência era sem precedentes na história da Organização. Informou que Vieira de Mello buscara integrar as lideranças timorenses ao processo administrativo da UNTAET, preparando o terreno para a transição. Considerou que o Timor Leste encontrava-se estabilizado, com o sistema político em pleno funcionamento. Observou que a Assembleia Constituinte permanecia reunida, eleições presidenciais deveriam ocorrer em abril e, em 20 de maio de 2002, deveria ser declarada a independência do Timor Leste. Notou que uma nova missão deveria substituir a UNTAET após aquele dia, uma vez que as responsabilidades da ONU em um Timor Leste independente fossem distintas das exercidas então.

O governo brasileiro afirmou, por nota à imprensa de 17 de abril, ter recebido com grande satisfação a notícia de que Xanana Gusmão vencera as primeiras eleições presidenciais realizadas no Timor Leste. Considerou que o resultado fizera “jus às qualidades pessoais e ao papel de liderança do Presidente-eleito na histórica luta do povo timorense pela autodeterminação”. Acrescentou que, concluído “com pleno êxito o processo de transição à Independência”, o governo brasileiro desejava “saudar o trabalho desenvolvido pela Administração Transitória da ONU no Timor Leste, que esteve sob a competente e destemida coordenação do brasileiro Sérgio Vieira de Mello” e contara “com o concurso de diplomatas brasileiros”. Acrescentou que o governo e a sociedade brasileira estavam “comprometidos com o apoio à construção do novo Estado” e saberiam “prestar a cooperação possível para que o governo de Xanana Gusmão” atendesse “às mais elevadas aspirações do povo timorense”. Disse que o Brasil esperava “logo trabalhar ao lado do Timor Leste para a continuada promoção da CPLP”. Informou, por fim, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso enviara mensagem de congratulações ao Presidente Xanana Gusmão, a quem estimava e admirava.

Em entrevista concedida no Itamaraty em maio de 2002, Sérgio Vieira de Mello notou que o Timor Leste não era, ao invés do que muitos pensavam, um país pobre. Ponderou que poderia “facilmente conquistar uma autossuficiência em produção agrícola e quem sabe até uma autossuficiência financeira, graças aos recursos de petróleo e gás natural do mar de Timor”, e era essa a receita que provavelmente substituiria o apoio orçamental de que o Timor Leste continuaria precisando até meados daquela década. Em resposta a pergunta de jornalista, sugeriu que o Brasil aumentasse a sua presença militar (“passando de um Pelotão para uma Companhia”) e assistisse “na formação, na capacitação, no adestramento da nova força de defesa de Timor Leste”. Sugeriu ainda

que o Brasil contribuísse em saúde, educação e agricultura. O Ministro Kywal de Oliveira, que chefiou o escritório de representação do Brasil em Díli, acrescentou que, em matéria de educação, desde o ano 2000, o país estava trabalhando com três projetos, um do Centro de Formação Técnico Profissional, um segundo de Educação à Distância (a introdução do Telecurso 2000 no Timor Leste) e um terceiro projeto que para a formação de professores. Acrescentou que, na área de saúde, estavam sendo levados alguns médicos brasileiros para a provisão de serviços de saúde e estava sendo encaminhando ao governo timorense um projeto de cooperação no terreno agrícola. Em resposta a pergunta se o povo queria a língua portuguesa, Sérgio Vieira de Mello respondeu:

A sua segunda pergunta é sobre a língua, se a população quer o português como língua oficial de Timor Leste. Eu acho que a resposta é sim, porque é a escolha que os Constituintes fizeram de optar pelo português e pelo tetum como línguas oficiais de Timor Leste. Ora, os Constituintes foram eleitos pela população em eleições livres e democráticas em agosto do ano passado. Então eles representam a vontade popular, portanto, a minha resposta é afirmativa. Eu diria que talvez as novas gerações, a juventude timorense que não teve contato com a língua portuguesa, como eu dizia, que cresceu e foi educada durante a ocupação indonésia, talvez tenha alguma dificuldade em absorver uma nova língua, aprender uma nova língua, mas é por isso que eu digo que a reintrodução do português deve ser gradual e suave, não é um fenômeno que possa se produzir ou acontecer da noite para o dia, isso vai levar alguns anos.

No dia 20 de maio, a administração provisória de Timor Leste terminou sua missão e o país se tornou independente<sup>1606</sup>. Celso Lafer consideraria a independência uma “*exemplar success story* da ONU, no quadro mais sombrio da vida internacional nesse início do século XXI”<sup>1607</sup>. Ao inaugurar, em Díli, no dia 21, o Centro de Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social Brasil, Lafer afirmou que a cooperação brasileira no Timor Leste teria a mesma prioridade que o governo adotava no Brasil: a educação, o combate ao analfabetismo, o treinamento de professores, e a formação profissional. Notou que a importância do Timor Leste para a política exterior brasileira não estava “unicamente vinculada à dimensão cultural”, mas também se inseria nos desejos brasileiros de “uma ordem econômica mais justa e equânime, de um sistema internacional mais democrático e, sobretudo, de uma realidade de maior justiça social”.

Em artigo de julho, Lafer defendeu a ideia de que a independência do Timor Leste deveria ser “celebrada não apenas como demonstração da fibra do povo timorense, mas também como sinal de vitalidade do sistema internacional”. Afirmou que a importância do Timor Leste para a agenda externa brasileira ia além da dimensão cultural da lusofonia e de “comum herança histórica, inserindo-se no âmbito da busca de uma ordem econômica mais justa e equânime, de um sistema internacional mais democrático e de uma realidade de maior justiça social”.

No final daquele mês, o Presidente do Timor Leste, Xanana Gusmão, visitou o Brasil e participou em Brasília da IV Conferência dos países da CPLP, quando o novo país passou a integrar oficialmente a Comunidade. Na ocasião, Fernando Henrique Cardoso saudou tal ingresso e notou que Xanana Gusmão já se deslocaria para Nova York como líder de um país que gozava da condição de membro pleno da CPLP.

#### **8.6.4. Australásia**

##### *8.6.4.1. Austrália*

Na Austrália, o partido conservador do Primeiro-Ministro John Howard aumentou sua maioria no Parlamento nas eleições de 2001. Teria pesado a seu favor no eleitorado a preocupação com o terrorismo internacional após os ataques de 11 de setembro nos EUA e com o aumento dos que buscavam asilo em terras australianas. Após os ataques terroristas em Bali, na vizinha Indonésia, na qual morreram 88 australianos, Howard comprometeu o país a combater o terrorismo internacional em escala mundial.

##### *8.6.4.2. Nova Zelândia*

Em novembro de 2001, visitou o Brasil a Primeira-Ministra da Nova Zelândia, Helen Clark. Em discurso por ocasião do almoço que ofereceu em sua homenagem, o Presidente Fernando Henrique Cardoso mencionou ter sido eliminada a exigência de vistos para que cidadãos neozelandeses visitassem o Brasil, e que medida idêntica já havia sido adotada pela Nova Zelândia com relação a cidadãos brasileiros. Ressaltou ter sido criado um mecanismo de consultas políticas regulares. Ressaltou que ambos países estavam promovendo a cooperação na área de ciência

e tecnologia. Notou que, na área financeira, havia indícios animadores de investimentos neozelandeses no Brasil no setor de laticínios.

## 8.7. Atuação política multilateral

### 8.7.1. ONU e OEA

#### 8.7.1.1. CSNU

No discurso que pronunciou na Abertura do Debate Geral da 56ª Sessão da AGNU, em novembro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu a ideia de que o mundo precisava “de uma ONU forte e ágil”. Declarou que a força da ONU passava por uma AGNU “mais atuante, mais prestigiada, e por um CSNU mais representativo”, cuja composição não podia “continuar a refletir o arranjo entre os vencedores de um conflito” ocorrido havia mais de 50 anos, e para cuja vitória os soldados brasileiros haviam dado seu sangue “nas gloriosas campanhas da Itália”. Acrescentou que, como todos aqueles que pregavam a democratização das relações internacionais, o Brasil reclamava a ampliação do CSNU e considerava ato de bom senso a inclusão, na categoria de membros permanentes, daqueles países em desenvolvimento com credenciais para exercer as responsabilidades que a eles impunha o mundo de então.

Em aula proferida em dezembro, por ocasião do encerramento do semestre letivo do Instituto Rio Branco, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, expôs visão de mudanças que estariam para ocorrer no CSNU. Considerou que a contribuição militar alemã e japonesa ao esforço de guerra contra o Talibã, contra redes internacionais do terrorismo, e em prol da reconstrução do Afeganistão constituía um prenúncio claro da aceleração que poderia ocorrer. Observou que a ordem do pós-guerra começava lentamente a reacomodar-se em novas configurações de poder. Notou que a estrutura política, econômica e comercial passava então, na sua opinião, por novos atores, cujo peso relativo não se traduzia “necessariamente de um ponto de vista institucional, organizacional, no sistema da ONU”. Dai, na sua visão, “a proliferação de arranjos conformados fora do núcleo essencial da ONU, agrupados seja tematicamente - mas eventualmente de composição díspar (G-15, G-20), seja em função de simetrias e paridades ‘duras’, políticas ou econômicas (G-7, G-8, além dos esquemas propriamente de segurança e defesa existentes)”.



Por sua parte, no discurso que pronunciou na Abertura da AGNU em setembro de 2002, tal como o Presidente o fizera, Celso Lafer também reiterou a crença brasileira naquela organização e reiterou a disposição brasileira com relação ao CSNU. Ressaltou que o Brasil reconhecia o multilateralismo como princípio ordenador da convivência entre Estados. Notou que o objetivo de fortalecer o sistema de segurança coletiva permanecia um desafio. Declarou que o CSNU precisava ser reformado “de modo a aumentar sua legitimidade e criar bases mais sólidas para a cooperação internacional na construção de uma ordem internacional justa e estável”. Afirmou que devia ser parte essencial da reforma a expansão do número de membros, tanto na categoria de permanentes quanto de não permanentes. Reiterou a manifestação brasileira de que estava o país “pronto a dar a sua contribuição para o trabalho do CSNU e a assumir todas as suas responsabilidades”.

Em suas memórias, Fernando Henrique Cardoso diria que, no seu governo, apoiara o duradouro desejo brasileiro de ter um assento permanente no CSNU, mas sempre ponderara que seria mais útil aspirar assento no G-7, ou Grupo dos Sete, composto das maiores economias do mundo. Acrescentou que, se o Brasil tivesse êxito no crescimento da economia e na diminuição da pobreza, o poder e a influência viriam naturalmente<sup>1608</sup>.

#### *8.7.1.2. Tribunal Penal Internacional*

Em abril de 2001 o sucessor de Milosevic, Vojislav Kostunica, entregou seu antecessor à ONU para julgamento. Nesse contexto, a questão do Tribunal Penal Internacional – TPI voltaria a ser discutida. Por nota de outubro, o Itamaraty informou que o Presidente assinara mensagem ao Congresso Nacional para a aprovação legislativa do texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), acompanhado de Exposição de Motivos assinada em conjunto pelos Ministros das Relações Exteriores e da Justiça.

Dez países ratificaram, em abril de 2002, o Estatuto de Roma em cerimônia na sede da ONU, em Nova York. Cumpriu-se assim a exigência constante do Artigo 126 do Estatuto de Roma que dispunha sua entrada em vigor quando 60 países o tivessem ratificado. Tal como Israel, o governo dos EUA declarou não desejar ratificá-lo<sup>1609</sup>. Em maio, o governo do Presidente George W. Bush (filho) enviou uma nota ao SGNU que suspendeu a adesão dos EUA e informou que aquele país não reconhecia qualquer obrigação com relação ao Estatuto.



Em posição oposta, em junho, o Representante Permanente do Brasil junto à ONU depositou o instrumento de ratificação do Estatuto do TPI junto ao Secretário-Geral daquela Organização. Por nota à imprensa, o Itamaraty considerou que a ratificação marcava “um novo patamar do compromisso do Brasil, consagrado em nossa Constituição, com a proteção dos direitos humanos e com a promoção da paz.”

Em julho, em intervenção em debate aberto do CSNU sobre a Renovação do Mandato da Missão da ONU na Bósnia-Herzegovina, o Embaixador Gelson Fonseca Jr., Representante Permanente do Brasil, sem mencionar explicitamente os EUA, tratou da retirada daquele país, manifestando a surpresa do Brasil “com a inusitada decisão de um país de ‘desassinar’ um instrumento legal internacional que todos negociaram de boa-fé”. Afirmou que o TPI era “a culminação de um processo em nosso esforço coletivo no sentido de fazer com que os direitos humanos sejam observados e respeitados em todas as partes do mundo”. Transmitiu a crença brasileira de que o TPI representava “um novo e importante instrumento a serviço da humanidade” e que sua existência contribuiria “para tornar nosso mundo mais estável e as situações de conflito menos ameaçadoras para as pessoas inocentes”.

Naquele mês, os Representantes Permanentes do Brasil, do Canadá, da Nova Zelândia e da África do Sul enviaram carta ao Presidente do CSNU relativa a projeto de resolução, então sob exame, acerca da aplicação da jurisdição do TPI sobre pessoal civil, policial e militar em Operações de Paz da ONU. Expressaram preocupação pelo fato de que a questão do TPI estivesse sendo considerada por meio de uma resolução do CSNU, no âmbito do Capítulo VII. Notaram que o TPI fora “concebido como corte de último recurso, de forma a preencher o vazio que resultaria caso estados viessem a descumprir suas obrigações internacionais de processar os perpetradores dos mais graves crimes”. Ressaltaram que o efeito prático de certos parágrafos do projeto de resolução seria “o de afastar esta possibilidade no caso específico de integrantes de operações de paz oriundos de estados não Partes do Estatuto de Roma” e que tivessem sido acusados de crimes afetos à jurisdição do Tribunal.

### *8.7.1.3. Refugiados*

Em 2002, cerca de 2,7 mil famílias de refugiados de 47 nacionalidades viviam no Brasil. A maior parte provinha da África, em especial de Angola (cerca de 1,6 mil). Havia também 250 liberianos, 160 congolezes e 130 serra-leoneses.

Também foram admitidos como refugiados aproximadamente 70 iraquianos e 100 pessoas procedentes da ex-Iugoslávia<sup>1610</sup>.

### **8.7.2. *Desarmamento e não proliferação de armas nucleares***

O governo Bush recusou-se a ratificar o tratado de proibição de minas terrestres antipessoais. Além disso, Washington anunciou sua intenção unilateral de abandonar o Tratado de Mísseis Anti Balísticos e Bush propôs ressuscitar o programa de Reagan conhecido como Guerra nas Estrelas<sup>1611</sup>.

Em julho de 2001, o Ministro de Estado da Justiça, José Gregori, fez pronunciamento na Conferência da ONU sobre o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em todos os seus Aspectos. Expressou interesse em que o Programa de Ação a ser adotado pela Conferência contivesse dispositivos claros sobre a necessidade de que os Estados promovessem a marcação e registro da fabricação e comércio de armas pequenas e armamento leve, a fim de permitir eficaz combate ao comércio ilícito dessas armas.

No discurso que pronunciou em novembro na abertura do Debate Geral da 56ª Sessão da AGNU, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que os eventos de então, inclusive aqueles ocorridos em Nova York, mostravam a dimensão da ameaça das armas de destruição em massa. Ressaltou que, quer se tratasse de armas bacteriológicas, como o antraz, de armas químicas ou nucleares, não havia alternativa ao desarmamento e à não proliferação. Concluiu que impedir que a ciência e a tecnologia se transformassem em “arma dos insensatos” era imperativo ético, que só se efetivava “com a interferência ativa e legítima da ONU no controle, destruição e erradicação desses arsenais”.

### **8.7.3. *Direitos humanos***

Na primavera setentrional de 2001, os EUA perderam seu assento na CDH da ONU. Naquele ano, Washington recusou-se a ratificar a Convenção dos Direitos da Criança e a Convenção dos Direitos das Mulheres<sup>1612</sup>.

### 8.7.3.1. Relatório sobre Tortura

Em abril, em intervenção na CDH da ONU em Genebra, o Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty, Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão, agradeceu em nome do governo brasileiro a Sir Nigel Rodley pelo relatório que apresentara sobre a questão da tortura no Brasil. Afirmou que o Relatório era rigoroso para o Brasil, mas o governo brasileiro o considerava positivo, como ferramenta que ajudaria a avançar no aperfeiçoamento de políticas públicas vinculadas explícita ou implicitamente ao combate contra a tortura. Declarou com ênfase que não estava o Brasil – como nunca estivera – passivo diante da questão da ocorrência da tortura. Reconheceu a existência do problema, cujas raízes por vezes estavam “fincadas na história da formação social do país e reconheceu que não era suficiente embora passos importantes tivessem sido dados”. Coincidiu com o diagnóstico de Sir Nigel Rodley e suas recomendações no que se referia à capacitação de agentes e à necessidade de séria consideração para redefinições conceituais aplicáveis a todo o sistema prisional. Disse que o governo estava igualmente preocupado com a situação das instalações prisionais. Anunciou uma série de medidas a serem adotadas para resolver essas questões, inclusive a elaboração de uma cartilha de direitos dos presos e de seus familiares, bem como de documento similar tratando dos deveres e direitos dos agentes policiais e carcerários.

Em intervenção que fez, em junho, durante o segmento do Diálogo dos Chanceleres – “Fortalecimento do Sistema Inter-Americano de Direitos Humanos” na XXXI Assembleia da OEA, realizada na Costa Rica, Celso Lafer ressaltou, em particular, a necessidade de assegurar-se a sobrevivência, a eficácia e a credibilidade do Sistema, através de sua universalização, assim entendida como a adesão à Convenção Americana sobre Direitos Humanos por parte de todos os países-membros da OEA.

### 8.7.3.2. Conferência Mundial sobre Racismo

Realizou-se, entre agosto e setembro, em Durban, na África do Sul, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. Dois dos temas tratados – indenização pela escravidão e sionismo – seriam objeto de forte controvérsia. Para a questão da indenização pela escravidão – que dividia países africanos de europeus – foi encontrada solução pela qual, de um lado, condenou-se o comércio de

escravos por ser moralmente ultrajante, e, de outro, não se propôs a aplicação de forma retroativa, contra descendentes dos colonizadores, do princípio de crime contra a humanidade, não se estabelecendo responsabilidade clara por parte dos antigos países colonizadores. A questão do sionismo seria mais difícil e refletiria o conflito árabe-israelense, em especial, o tratamento dado por Israel aos palestinos. No dia 3 de setembro, após impasse sobre a redação, as delegações dos EUA e de Israel se retiraram da Conferência, embora tanto o Secretário de Estado Colin Powell quanto o Ministro do Exterior Shimon Peres tenham declarado que seus respectivos países assim haviam procedido com pesar. Ao final, foi rejeitada por votada a redação que implicitamente acusava Israel de racismo.

Lafer observou que havia um contraste entre a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos de 1993, “que construiu consensos”, e a Conferência de Durban, de 2001, “que exprimiu conflitos”. Considerou tal contraste “exemplar para avaliar a mudança do cenário internacional”<sup>1613</sup>. Entendeu que apesar de toda “a politização registrada na Conferência Mundial, os resultados plasmados na Declaração e Programa de Ação adotados em Durban não deixam de constituir avanço importante para o combate ao racismo e às questões que lhes são correlatas”. Assinalou, em breve balanço de Durban, na perspectiva brasileira, “avanço no que concerne ao tratamento de temas relacionados aos direitos e garantias de afrodescendentes, povos indígenas e minorias em geral”. Observou que, pela primeira vez, “um documento emanado de uma Conferência Mundial reconhece esses e outros grupos como vítimas de racismo e discriminação e, por essa condição, passíveis de tratamento especial por parte dos Estados e da comunidade internacional”. Concluiu que, para o Brasil, foi importante que “a questão do racismo e da discriminação racial tenha sido definitivamente integrada à agenda nacional”<sup>1614</sup>.

Em janeiro de 2002, Lafer declarou, na sessão de abertura do seminário internacional “Direitos Humanos e Cooperação Internacional: Um Diálogo Global”, que o Brasil vinha procurando “seguir à risca os preceitos da Conferência de Viena e aperfeiçoar, no plano interno, a luta pelos direitos humanos em todas as suas dimensões”. Lembrou que o Brasil formulara “convite aberto e permanente (*standing invitation*) a todos os mecanismos da CDH, para visita ao Brasil”; e reconheceu “a competência do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de racismo e/ou discriminação racial ocorridas no Brasil”. Assinalou que se encontrava em curso processo de reconhecimento de competência similar do Comitê contra a Tortura. Notou ainda que o Brasil apoiava a adoção do Protocolo Facultativo à Convenção

contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes.

#### 8.7.3.3. *Relator Especial sobre Direito da Alimentação*

Em nota de 18 de março, o governo brasileiro tratou de declarações feitas pelo Relator Especial sobre o Direito da Alimentação, Jean Ziegler. Ressaltou que o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tinha “um firme compromisso ético com a superação do déficit social brasileiro”. Notou que todos os indicadores sociais mostravam melhorias na situação brasileira. Recordou que, desde meados dos anos 90, o Brasil vinha recebendo Relatores Especiais da CDH da ONU dedicados a temas tão diferenciados como o combate ao racismo, à violência contra a mulher, à exploração sexual de crianças e à tortura. Observou que apenas o Brasil integrava o pequeno grupo de países que estendera convite permanente (*standing invitation*) a todos os mecanismos criados pela CDH. Lembrou que, nesse contexto, o Brasil recebera a Relatora Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias e também o Relator Especial sobre o Direito à Alimentação, usando, como de hábito, “total transparência e fidedignidade, facilitando estudos, dados e informações que pudessem ser-lhe úteis para, com imparcialidade, avaliar o tema do direito à alimentação no país”. Sublinhou ter assegurado, ainda, ao Relator Especial, “acesso pleno a todas as autoridades federais, estaduais e municipais, bem como a todos os locais que quisesse visitar, ademais de lhe garantir diálogo livre e desimpedido com os interlocutores que considerasse relevantes no âmbito da sociedade civil”. Ressaltou que, a juízo do governo brasileiro, a contribuição que poderia e deveria ser feita por Relatores Especiais ao aperfeiçoamento do sistema nacional de defesa, promoção e proteção dos direitos humanos tinha “como base necessária a análise isenta de fatos, processos e situações”. Nessas condições, o governo brasileiro lamentou “profundamente o tom pouco construtivo e a tônica desequilibrada das declarações do Professor Jean Ziegler à imprensa ao final de sua visita”, que sobretudo haviam colocado “em risco a objetividade de sua missão”.

#### 8.7.3.4. *Defesa dos Direitos Humanos*

Em outubro, na sessão de abertura do Seminário Internacional “Direitos Humanos e Cooperação Internacional: Um Diálogo Global”, Celso

Lafer afirmou que, apesar dos avanços ocorridos na metade final do Século XX, os direitos humanos não estavam “imunes a retrocessos”. Declarou que era necessário, “particularmente nas conjunturas adversas, perseverar no caminho traçado por aqueles e aquelas que, nem bem cessados os ruídos da máquina da guerra no final dos anos 40, preconizaram a construção de mecanismos para um mundo necessariamente a ser também pautado pela Ética e pela Lógica dos direitos”.

Ainda em outubro, na cerimônia de recebimento do “Prêmio Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos”, Lafer afirmou que o Brasil defendia, na área dos direitos humanos, “princípios básicos como o da universalidade de sua aplicação; da indivisibilidade e interdependência desses direitos, sejam civis e políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito dos países ao desenvolvimento”. Além disso, o país enfatizava “a importância da transparência de atitudes; a legitimidade da preocupação internacional; o respeito recíproco; e o reconhecimento da interlocução crescente com as organizações não governamentais e representações da sociedade civil”. Notou que o país ressaltava, “por essencial, a defesa intransigente da proteção dos direitos humanos sob qualquer circunstância e em qualquer lugar do mundo”. Recordou que o Brasil era parte de todos os instrumentos internacionais que constituíam “o núcleo da promoção e proteção dos direitos humanos nas dimensões regional e planetária”; dispunha de um Programa Nacional dos Direitos Humanos; reconhecia a existência do racismo e da discriminação racial no Brasil, “tratando ao mesmo tempo de estimular profundo debate a respeito e de adotar medidas para combater esses crimes”.

#### **8.7.4. Meio Ambiente**

O governo dos EUA rejeitou o Protocolo de Kyoto sobre mudança climática. Em abril de 2001, durante Cerimônia de Instalação da Comissão Interministerial para a Preparação da Participação do Brasil na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, o Ministro Celso Lafer declarou que o Brasil via com preocupação a decisão do governo dos EUA de não ratificar aquele instrumento internacional. Afirmou que a magnitude do impacto da mudança do clima não permitia aos países “adotar posturas dissidentes”, que comprometessem “os esforços para contrarrestar eficazmente o aumento das emissões de gases de efeito estufa”.

Em discurso que proferiu em julho na abertura da Reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o Presidente Fernando

Henrique Cardoso considerou a rejeição do governo americano à aceitação do Protocolo de Kyoto como sendo “um passo atrás”. Afirmou que tal fato era “grave” pois os EUA representavam “mais ou menos 25% da responsabilidade em termos de emissão de CO<sub>2</sub>”. Qualificou a posição da UE de “mais consequente”. Notou que a posição do Brasil era clara e indiscutível: absolutamente favorável ao Protocolo de Kyoto e a reduzir a emissão de gases que produzem o efeito estufa, bem como a “forçar os países que mais produzem esses efeitos”.

Ainda em julho, o Presidente Cardoso enviou carta ao Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi em que afirmou que o Brasil estava convencido de que o Protocolo de Kyoto era o melhor instrumento disponível para tratar o problema global da mudança do clima e que seu texto não deveria ser reaberto. Informou que o Brasil iria “perseverar nas negociações com todos os parceiros, o Japão em particular, com vistas a superar as presentes dificuldades e lograr o objetivo comum de reverter a tendência global de mudança do clima”. Ressaltou que, para alcançar esse objetivo, a ratificação do Protocolo de Kyoto pelos países do Anexo I se afigurava crucial, ao mesmo tempo em que era necessário buscar atender as preocupações dos países em desenvolvimento quanto aos impactos que serão produzidos pelas mudanças climáticas.

#### *8.7.4.1. Rio + 10*

Em outubro, no Rio de Janeiro, durante Reunião Regional Preparatória da América Latina e do Caribe para a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), Celso Lafer observou que o desenvolvimento sustentável, enquanto conceito, era universal, mas, enquanto experiência, expunha sua dimensão local. Notou que os princípios consagrados na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e na Declaração de Florestas, bem como os compromissos da Agenda 21, ainda enfrentavam “o teste da vontade política de se adotarem novas atitudes, novas metodologias e de se empregarem novos meios que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações sem que isso implique custos que hoje temos a consciência de serem inaceitáveis do ponto de vista ambiental”. Constatou que a realidade política tinha evidenciado que muitas das expectativas de 1992, para colocar a cooperação internacional em novas bases, não tinham sido plenamente satisfeitas e que os compromissos assumidos nos instrumentos emanados da Conferência não tinham sido honrados em sua totalidade.



Sublinhou que as respostas às causas e aos impactos da mudança global do clima deveriam ser buscadas no processo negociador estabelecido sob a Convenção Quadro sobre Mudança do Clima, em especial pela pronta entrada em vigor e implementação da metas do Protocolo de Kyoto. Reiterou a ideia de que o desenvolvimento sustentável era uma questão global, em que os objetivos eram convergentes e as responsabilidades eram comuns, embora diferenciadas.

No discurso que pronunciou na abertura do debate geral da 56ª Sessão da AGNU, em novembro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável eram “desafios inadiáveis”. Declarou que a marcha das alterações climáticas era um fato cientificamente estabelecido, mas não era inexorável. Ressaltou que o futuro dependia do que se fizesse naquele momento, em particular com relação ao Protocolo de Kyoto. Frisou que era preciso encontrar a melhor maneira de implementá-lo e que ele não pudesse “ser posto à margem”.

Em junho de 2002, por ocasião do Encontro “Diálogo de Gerações”, no Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo a Johannesburgo, no âmbito da Conferência da ONU Rio+10, Celso Lafer declarou que a expectativa do governo brasileiro era que a Conferência de Johannesburgo fosse “uma oportunidade para dar um novo impulso à implementação da Agenda 21” e à superação dos obstáculos que persistiam e impediam “o tratamento holístico das políticas sociais, ambientais e econômicas”. Disse que o Brasil considerava que devia ser conferida especial atenção à pobreza e à necessidade de que fossem revistos e ajustados “os padrões predatórios de produção e consumo dos países desenvolvidos”. Lembrou que o Brasil defendia uma meta global de 10% de energia renovável a ser alcançada dentro de dez anos. Considerou que o desafio então era traduzir no plano da realidade os avanços alcançados no Rio de Janeiro em 1992.

Em artigo publicado em setembro, o Ministro Celso Lafer declarou que alguns objetivos se destacavam na reunião de Johannesburgo, “como a eliminação da pobreza e a reversão dos padrões predatórios de produção e consumo dos países desenvolvidos, o acesso a mercados para bens e serviços oriundos de países em desenvolvimento, a boa governança interna e internacional, a proteção ambiental e o aperfeiçoamento da matriz energética mundial”. Também destacou o fato de que a Conferência criara “uma moldura institucional intergovernamental para a implementação de ações e iniciativas voltadas para a solução de problemas ambientais específicos com a participação de governos, ONGs e empresas”.



A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizou-se em setembro na cidade de Johannesburgo, na África do Sul. Celso Lafer considerou que aquele evento fora uma conferência de implementação, “duro teste entre os valores e as realidades dos interesses”. Julgou que, no entanto, fora possível ao Brasil, “através de uma decidida ação diplomática, contribuir para manter as conquistas do Rio de 1992 e evitar o perigo de Johannesburgo, ao invés de ser uma Rio mais 10, ser uma Rio menos 5 ou menos 10”. Notou que se manteve, “de maneira abrangente, o conceito básico das responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Observou que a insistência num percentual de energia renovável fora inserida na agenda do futuro e as novas possibilidades que surgiram em relação ao tema da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais eram um espaço de negociação que se abria em função de Johannesburgo, fruto de uma coligação de “geometria variável” nova, derivada da ação dos países “megadiversos”<sup>1615</sup>.

Ainda em setembro, na Universidade de Yale, Lafer afirmou que o Brasil lamentava que a proposta de atingir pelo menos 10% da proporção de energias renováveis no consumo total de energia até o ano 2010 não pudera ser incluída nos resultados da conferência<sup>1616</sup>.

### 8.7.5. Foros plurilaterais

#### 8.7.5.1. Comunidade de países de Língua Portuguesa

Em julho de 2001, durante a VI Reunião do Conselho de Ministros da CPLP realizada em São Tomé e Príncipe, o Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos, Embaixador Bernardo Pericás, declarou que, após 5 anos, já se podia verificar que, para cada Estado-membro, a CPLP apresentava resultados significativos, inseria-se em programas políticos próprios e almejava objetivos cada vez mais definidos. Afirmou que, em “um mundo globalizado, em que mesmo um país com quase 170 milhões de falantes de uma mesma língua se vê às voltas com a pressão da convivência com línguas estrangeiras, a inclusão do tema ‘difusão e promoção da língua portuguesa’ em sua pauta internacional” tinha “o apoio de um conjunto cada vez mais amplo da sociedade brasileira”. Notou que “um número já significativo de brasileiros – funcionários de governo, de empresas públicas, de instituições de pesquisa, de organizações não governamentais e mesmo privadas –” passara “a conhecer e a melhor compreender as realidades vividas sobretudo nos países africanos de língua portuguesa e também no Timor Leste”. Constatou no Brasil “a paulatina consolidação de uma identidade lusófona”.

Em intervenção, em fevereiro de 2002, na I Reunião Preparatória da IV Conferência de Chefes de Estado e de governo da CPLP, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Vladimir Chohfi, afirmou que era intenção brasileira que a Conferência de Brasília pudesse “ficar registrada na história dos povos de língua portuguesa como momento de conagração fraterno entre membros de uma mesma família”, mas sobretudo como “oportunidade de intensificação da cooperação e do diálogo” entre os oito países que compunham a CPLP. Notou, a propósito, que ainda eram formalmente sete países, mas a conferência de Brasília já tinha inscrito em sua agenda um ponto que previa a adesão formal de Timor Leste como oitavo membro da comunidade, após a independência do mais jovem país de língua portuguesa, marcada para ocorrer no dia 20 de maio daquele ano. Observou que o Brasil, juntamente com Portugal, dispunha de “condições de transferir tecnologia, prover conhecimentos, formar recursos humanos e até mesmo de compartilhar experiências na área da consolidação da democracia e de gestão interna de conflitos”. Declarou que interessava ao Brasil que todos os demais países de língua portuguesa conseguissem “alcançar maior estabilidade política e mais desenvolvimento para seus povos”. Referiu-se à questão da difusão internacional da língua portuguesa. Notou que, desde a criação da CPLP, o português já se tornara língua de trabalho em algumas organizações internacionais, entre as quais a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e a UNESCO. Anunciou a intenção de começar a discutir a possibilidade de criação de um instituto, no Brasil, dedicado especificamente à promoção e difusão de nossa língua no exterior.

Em discurso no mês de maio, durante seminário promovido pelo Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais - IPRI e pela Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG intitulado “CPLP: Oportunidades e Perspectivas”, Celso Lafer reiterou “o forte compromisso” brasileiro com os propósitos da Comunidade dos países de Língua e Expressão Portuguesa. Destacou que os membros da CPLP eram os principais beneficiários, em termos de recursos, da cooperação brasileira com países amigos.

Em junho, o Itamaraty informou que o Brasil seria sede da IV Conferência de Chefes de Estado e de governo da CPLP, no mês seguinte em Brasília. O encontro deveria marcar, oficialmente, a entrada de Timor Leste na organização, que passaria a contar com oito países-membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste. A partir da Conferência, o Brasil passaria

a presidir a organização durante os próximos dois anos. A Conferência seria precedida de reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores dos oito países-membros e de reunião técnica de cooperação.

Ainda em junho, o Congresso Nacional promulgou o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que eliminou o prazo anteriormente estabelecido para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa - 1º de janeiro de 1994 - uma vez que o documento original ainda não fora ratificado por todos os países signatários.

#### 8.7.5.1.1. IV Cúpula (Brasília)

Em julho, ao assumir a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, o Presidente Fernando Henrique Cardoso referiu-se a projeto de transformar um prédio na Estação da Luz, em São Paulo, “numa espécie de ‘catedral’ em homenagem ao idioma português”. Notou que muitas Universidades brasileiras estavam empenhadas na preparação de cursos destinados à formação de professores nas comunidades multilíngues da CPLP. Observou que a imprensa brasileira tinha um interesse crescente na diversidade do mundo lusófono. Sublinhou que também as organizações não governamentais estavam empenhadas na mobilização, no Brasil, em prol da CPLP.

Durante a cúpula, foram assinados acordos para facilitar a circulação de pessoas no espaço lusófono. Compreendiam a concessão de vistos de múltiplas entradas, o estabelecimento de requisitos comuns para a instrução de processos de vistos de curta duração, a criação de balcões CPLP nas fronteiras e aeroportos, a concessão de visto temporário para Tratamento Médico, e a Isenção de Taxas e Emolumentos para pedidos de Autorização de Residência.

Ao assumir, em agosto, o cargo de Secretário-executivo da CPLP, o Embaixador João Augusto de Médicis recordou palavras do Presidente do Timor Leste, Xanana Gusmão, nas quais afirmou que a independência de seu país teve “na identidade cultural a base de sua emancipação” e notou o compromisso da CPLP em assistir na construção daquele novo país.

### 8.7.5.2. *Cúpula Ibero-Americana*

Em novembro de 2001, o Itamaraty informou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso participaria em Lima, Peru, da XI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de governo. Notou que a Cúpula Ibero-Americana, que se forjara “a partir da identidade cultural e da referência histórica entre os povos latino-americanos e ibéricos”, constituía “foro de diálogo e concertação política e de cooperação econômica e social” entre seus 21 países-membros (Espanha e Portugal, além dos 19 países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela), que juntos representavam cerca de 700 milhões de cidadãos ibero-americanos. Informou que a Cúpula de Lima teria como principal objetivo “efetuar um processo de reflexão e de avaliação da experiência acumulada de uma década, buscando definir linhas futuras de ação”. Notou que estavam previstas duas declarações especiais: uma sobre o terrorismo e outra sobre o comércio internacional.

Em dezembro de 2002, por ocasião da XII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de governo em Bávaro, República Dominicana, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sublinhou que a cultura e a história comum que uniam os ibero-americanos eram “forças extraordinariamente fortes”. Ressaltou também valores fundamentais a todos, sendo o primeiro deles a democracia; e o segundo, o desenvolvimento. Notou que tanto no plano da democracia quanto no do desenvolvimento, a Ibero-América sofrera transformações importantes nas últimas décadas.

## 8.8. **Atuação econômica externa**

Entre 1999 e 2002, fatores externos tiveram impacto negativo na economia, tais como a crise econômica na Argentina; a contração de mercados latino-americanos; os efeitos dos atentados de 11 de setembro nos EUA; a desvalorização do euro; a contração do crédito internacional; e a queda de preço médio das exportações brasileiras<sup>1617</sup>.

Em artigo intitulado “A Agenda Econômico-Comercial e Reformas no Itamaraty”, publicado em julho de 2001, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, observou que, ao iniciar-se a gestão de Celso Lafer, o Mercosul vinha passando “por momentos difíceis, seguramente os mais difíceis desde sua criação”;

os países do hemisfério vinham buscando adiantar o cronograma da negociação da ALCA; estava o Brasil “diante do desafio de preparar o Mercosul para o início de negociações tarifárias com a UE, previstas para ter início agora em julho de 2001”; e na OMC, havia “o contencioso com o Canadá (EMBRAER – Bombardier), ao qual viera depois se acrescentar a crise nas relações bilaterais provocada pelo embargo canadense às importações de carne brasileira”. Concluiu que todas aquelas questões, entre outras, punham o Itamaraty e a agenda econômica externa no foco das atenções da opinião pública, e exigiam respostas rápidas e eficazes do Ministério. Anunciou, em seguida, uma série de reformas adotadas na área econômica do Itamaraty para enfrentar tais desafios. Entre as medidas adotadas, encontrava-se a adoção de “formas de organização matriciais” pelas quais os funcionários diplomáticos que se ocupassem de temas específicos – como, por exemplo, propriedade intelectual, defesa comercial e acesso a mercados, entre outros – passariam a responder por esses temas nas várias frentes de negociação comercial.

Em outubro, no seminário “O Brasil e a ALCA”, realizado na Câmara dos Deputados, Celso Lafer tratou dessas diversas negociações em curso. Ressaltou que a expansão da economia doméstica requeria o crescimento das exportações. Afirmou que a abertura unilateral não seria uma resposta adequada aos desafios do futuro, sendo necessário “melhorar e consolidar as condições de acesso aos mercados” dos principais parceiros do país. Reconheceu que a “condução simultânea de várias negociações comerciais” constituía “um desafio considerável”, não apenas para o setor privado, que precisava “planejar sua adaptação às novas situações”, mas também para o governo, que enfrentava “limitações de recursos materiais e humanos”. De forma simplificada, disse que as negociações da ALCA e da UE ofereciam perspectivas mais amplas no que dizia respeito a acesso a mercados, ao passo que a OMC era o foro por excelência, e o que melhor atendia aos interesses brasileiros, no que tangia à formulação de regras de regulamentação, no plano internacional, das atividades econômicas.

No discurso que proferiu na Abertura do Debate Geral da 56ª Sessão da AGNU, em 10 de novembro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que, no comércio, já era hora de que as negociações multilaterais resultassem em maior acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados mais prósperos. Disse que os Ministros reunidos em Doha tinham uma pesada responsabilidade: a de fazer com que o novo ciclo de negociações multilaterais de comércio fosse realmente uma “Rodada do Desenvolvimento”. Considerou que, para isso, era indispensável avançar com prioridade nos temas mais relevantes para a eliminação das práticas

e barreiras protecionistas nos países desenvolvidos. Afirmou que o Brasil, que vinha liderando negociações para garantir maior acesso aos mercados e melhores condições humanitárias para o combate às doenças, buscava encontrar o ponto de equilíbrio entre a necessária preservação dos direitos de patente e o imperativo de atender aos mais pobres. Declarou que o país defendia as leis de mercado e a proteção à propriedade intelectual, mas não ao custo de vidas humanas. Sobre questões financeiras, defendeu a necessidade de renovar as instituições de Bretton Woods e prepará-las para os desafios do século XXI. Disse que era preciso dotar o FMI de mais recursos e de capacidade para ser um prestador de última instância, e atribuir ao Banco Mundial e aos bancos regionais o papel de promotores mais ativos do desenvolvimento.

Ressaltou que se devia reduzir a volatilidade dos fluxos internacionais de capital e assegurar um sistema financeiro mais previsível, menos sujeito a crises, na linha do que vem sendo proposto pelo G-20. Propôs que, embora não se ignorassem as dificuldades práticas de um mecanismo como a “Taxa Tobin”, fossem examinadas alternativas melhores e menos compulsórias.

Em janeiro de 2002, por ocasião do Seminário “Doha e o Pós-Doha: Novos Cenários da Negociação Comercial Internacional”, Celso Lafer salientou que o Brasil tinha explicitado de forma inequívoca em todos os foros negociadores – na OMC; na Área de Livre-Comércio das Américas, ALCA; nas negociações com a UE – que a abertura de mercados para nossos produtos agrícolas era condição *sine qua non* para nossa adesão a qualquer acordo comercial. Ao tratar da simetria das frentes de negociação, observou que as três frentes (OMC, ALCA e Mercosul – UE) exigiam avaliações periódicas dos rumos das negociações e das vantagens relativas de cada uma delas. Notou que as negociações da ALCA e entre Mercosul e UE apresentavam peculiaridades que as distinguiam das discussões na OMC, pois sabia-se que nem EUA nem UE pretendiam fazer concessões significativas em relação a suas políticas horizontais para agricultura, tendo ambos deixado evidente em várias ocasiões a disposição em alterar sua política agrícola apenas no contexto de uma nova Rodada na OMC. No discurso que proferiu em setembro na Abertura da AGNU, Celso Lafer afirmou que muitos países e regiões tinham permanecido alijados dos benefícios da economia globalizada, arcando apenas com seus custos. Notou que a mesma circulação livre de capitais que poderiam gerar investimento era responsável pelo ataque especulativo às moedas nacionais e pelas crises de balanço de pagamentos com consequências negativas para a continuidade das políticas públicas e para o resgate da

dívida social. Observou que o protecionismo e toda sorte de barreiras ao comércio, tarifárias ou não tarifárias, continuavam a sufocar a economia dos países em desenvolvimento e a neutralizar a competitividade de seus produtos. Sublinhou que a liberalização do setor agrícola não tinha passado de uma promessa, sempre adiada para futuro incerto. Disse que a globalização requeria a reforma das instituições econômicas e financeiras, e não podia limitar-se ao triunfo do mercado.

Em apresentação que fez em outubro no XXII Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEEX) intitulada “Cenário Internacional, Agenda de Negociação Externa e Protecionismo”, Lafer afirmou que o aumento das exportações é que daria escala para o Brasil competir em preço e qualidade com nossos concorrentes. Declarou que restringir as importações não era uma alternativa: só serviria para elevar custos e gerar ineficiência. Defendeu a ideia de que a forma mais rápida e eficiente de exportar era através de acordos de livre-comércio. Com condições de acesso garantidas, os empresários brasileiros poderiam planejar e investir. Os investidores estrangeiros incluiriam o Brasil em seus planos. Isso significava crescimento, empregos e melhores salários. Observou que a integração latino-americana fortalecia o Brasil para concorrer nos mercados mundiais, mas não era, no entanto, uma alternativa, pois o país era grande demais para limitar suas opções à sua vizinhança imediata. Por isto, concluiu que era fundamental continuar a explorar as possibilidades que nos ofereciam as negociações da ALCA, da UE e da OMC. Lembrou que o prazo previsto para a conclusão das três grandes negociações – ALCA, UE e OMC – era o início de 2005. Ressaltou que o Brasil tinha se empenhado para manter um certo paralelismo, que permitirá avaliar de forma conjunta os ganhos para o país nos diferentes foros negociadores. Ressaltou naquele momento de transição para um novo governo que, até então, todos os nossos principais interesses haviam sido resguardados, seja em relação a prazos, seja em relação à substância.

Durante a gestão do Ministro Celso Lafer, foi realizada reformulação da área econômica do Itamaraty. O próprio titular assim a descreveria:

Para lidar com a inédita complexidade dos três grandes tabuleiros de negociações em que o país está hoje envolvido, decidi promover a reformulação da área econômica do Itamaraty. Coloquei em funcionamento uma estrutura matricial voltada para permitir o acompanhamento simultâneo dos três processos e, dessa maneira, além de se ter uma visão de conjunto do interesse nacional, estimular, institucionalmente, o aprofundamento dos conhecimentos sobre temas como, por exemplo, regras de origem. Essas, pela



natureza de uma área de livre-comércio são, nas negociações com a UE ou na ALCA, temas correlacionados. Da mesma maneira, problemas de acesso a mercados, problemas de defesa comercial, temas de propriedade intelectual, temas de solução de controvérsias, dentre outros, passaram a ser examinados em profundidade por equipes que a eles se dedicam e que estão capacitadas a processar, de maneira integrada, a informação que vem da negociação desses processos, que se dão nos três tabuleiros.

Sei das dificuldades de funcionamento de uma estrutura matricial [...] Foi indispensável para viabilizar complexas negociações em três tabuleiros e também preservar o *locus standi* do Itamaraty e a legitimação de sua competência perante a agenda da opinião pública em matéria de diplomacia comercial. [...] <sup>1618</sup>

### 8.8.1. Mercosul

Em junho de 2001, em discurso por ocasião da Reunião do Conselho do Mercado Comum na Reunião de Cúpula do Mercosul, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que a situação geográfica permitia a ambição, a ousadia de um projeto real de integração. Para isso contribuiria, em primeiro lugar, a proximidade física; mas, mais importante do que isso, tinham os países a proximidade cultural, histórica e de valores. Listou prioridades, entre as quais avançar na institucionalização do Mercosul, com a perspectiva da criação da arquitetura política necessária para assegurar o êxito do projeto integracionista no longo prazo. Ressaltou que era preciso preparar a negociação da ALCA, preservando a compatibilidade daquele processo com o Mercosul, quem sabe avançando na negociação “4 +1” entre o Mercosul e os EUA.

No dia 14, em Assunção, Argentina e Brasil apresentaram projeto comum de decisão para iniciar uma revisão da Tarifa Externa Comum do Mercosul<sup>1619</sup>.

Em aula proferida em dezembro, por ocasião do encerramento do semestre letivo do Instituto Rio Branco, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, reiterou que a consolidação do Mercado Comum do Sul era um dos objetivos principais da política externa brasileira.

O relançamento do Mercosul, iniciativa brasileira aprovada pelos demais Estados Partes do Mercosul no ano passado, centrava-se na negociação de vários aspectos destinados a completar os instrumentos faltantes para a



conformação da União Aduaneira e avançar para o Mercado Comum, em áreas como a coordenação macroeconômica, serviços e compras governamentais. Até o presente, foram obtidos resultados em algumas áreas (antidumping e direitos compensatórios intra-zona, coordenação macroeconômica, incorporação de normativa nos Estados Partes), mas outros objetivos foram prorrogados por meio de decisões do Conselho do Mercado Comum no ano passado (defesa comercial extrazona, regime para bens de capital não produzidos, reavaliação da TEC, solução de controvérsias, zonas francas). Com respeito às negociações externas do Mercosul, as principais negociações são com o México, a CAN, a África do Sul, as negociações no âmbito da ALCA e as negociações com a UE.

Ao final de 2001, decorridos dez anos desde a assinatura do Tratado de Assunção, o total das exportações entre os sócios do Mercosul havia triplicado<sup>1620</sup>. Apesar disso, argumentava-se que o desenvolvimento do Mercosul havia se enfraquecido pelo colapso da economia argentina naquele ano e enfrentava conflitos internos sobre política comercial.

Em entrevista concedida no mês setembro de 2001 à Revista Mercosul, Lafer defendeu a ideia de que, para revitalizar o Mercosul, havia necessidade de maior integração. Propôs que fossem dados “passos firmes na direção do Mercado Comum, da integração das cadeias produtivas, da integração das infraestruturas físicas, além de aperfeiçoar os aspectos institucionais, buscando aprimorar o mecanismo de solução de controvérsias, coordenar mecanismos de defesa comercial extrazona e a eliminação de medidas intrazona, instalando, em seu lugar, um sistema comum de defesa da concorrência”. Além disso, argumentou que se devia “trabalhar por políticas comuns em áreas tais como zoofitossanitárias e certificação”.

Em fevereiro de 2002, foi aprovado no Mercosul o Protocolo de Olivos que aperfeiçoou o sistema de solução de conflitos estabelecido pelo Protocolo de Brasília. Foi estabelecido o primeiro Tribunal Permanente do Mercosul, sediado em Assunção, no Paraguai<sup>1621</sup>.

Em intervenção no mês de abril, Lafer afirmou que, naquele ano, o Brasil pretendia dar continuidade ao processo de atuação no bloco com vistas à realização de objetivos estratégicos, entre os quais ajudar a Argentina a se recuperar da aguda crise econômica, política e social em que se encontrava. Disse que se esperava salto qualitativo no processo de integração, a despeito das dificuldades que então atravessava o Mercosul (iniciativa do Uruguai de negociar bilateralmente com os EUA; quebra da corrente de pagamentos com a Argentina; e dificuldades nas negociações sobre automotivos, na reconversão da economia paraguaia,

etc.), especialmente diante da possibilidade de convergência entre Brasil e Argentina em políticas macroeconômicas. Declarou que a prioridade dos países do Mercosul em 2002 era ampliar e diversificar sua pauta exportadora. Notou que, mesmo com os problemas pelos quais vinham passando os países da União Aduaneira, haviam sido ultrapassadas algumas das dificuldades enfrentadas ao longo do ano anterior. Lembrou que em 2001, a Argentina procurara, em seu relacionamento com o Brasil no âmbito do Mercosul, a solução de alguns de seus problemas internos, derivados, entre outros fatores, da paridade peso-dólar. Considerou que isso levara ao aumento na aplicação de medidas restritivas ao comércio entre os membros da União Aduaneira (aumento do número de casos *antidumping* intrazona) e à reversão de algumas de suas normativas (ampliação das exceções à TEC, etc...). Concluiu que, em 2002, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai trabalhariam conjuntamente, na condição de integrantes do Mercosul, para ampliar seus mercados externos e exportar mais.

Durante entrevista que concedeu em outubro, o Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Embaixador Clodoaldo Hugueneu Filho relatou o ocorrido em reunião do Grupo Mercado Comum. Chamou atenção para a negociação de acordo de compras governamentais que era considerado pelo Brasil uma das prioridades para a Presidência brasileira. Colocou ênfase na questão da relação do relacionamento externo do Mercosul, que dominou a maior parte dos debates, pois foram tratadas as negociações da ALCA, UE, CAN e da possível abertura de outras frentes de negociações na Ásia e na América Central.

Em dezembro, do Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados-Partes constou a reafirmação dos compromissos “com a construção do Mercosul, instrumento fundamental para assegurar o desenvolvimento sustentável de seus países e sua inserção na economia global, ressaltando sua contribuição para o fortalecimento da democracia em seus países”; e o reconhecimento das “dificuldades conjunturais” pelas quais passavam os Estados-Partes da União Aduaneira, mas também a afirmação de que o Mercosul representava o melhor meio para sua superação.

## 8.8.2. ALCA

### 8.8.2.1. O questionamento da ALCA

Em entrevista concedida ao jornal *Correio Braziliense* intitulada “Mobilização para negociar a ALCA” em 29 de janeiro de 2001, dia de sua

posse, Celso Lafer afirmou que não temia que o Brasil ficasse isolado nas negociações da ALCA, mas argumentou que era preciso ver se a economia brasileira e a cidadania brasileira seriam beneficiadas por um acordo da ALCA ou não.

Ao discursar, em 4 de abril, no Memorial da América Latina sobre o tema “ALCA: futuro”, Celso Lafer analisou os prós e contras do que chamou de um desafio. Afirmou que a negociação da ALCA era um desafio que mereceria atenção especial durante sua gestão, “em função de sua importância para a inserção futura do Brasil na economia mundial” e pelo fato de que o Brasil estava ingressando em “uma etapa de definição dos contornos gerais” do que poderia vir a ser “uma área de livre-comércio no Hemisfério”. Disse que a ALCA não era “algo a ser encarado com resignação, mas sim como um empreendimento que valeria a pena na medida em que fosse congruente com o projeto de desenvolvimento do Brasil”. Acrescentou que parecia-lhe claro que a ALCA somente seria uma alternativa atraente para o Brasil na medida em que pudesse “contribuir qualitativa e quantitativamente para a inserção competitiva do Brasil nos fluxos de comércio e investimentos internacionais”. Afirmou que, se as negociações resultassem na elaboração de um texto de acordo para o estabelecimento de uma área de livre-comércio nas Américas, o Brasil poderia, “em seu momento, decidir voluntariamente, a partir de sua própria avaliação do interesse nacional”, se lhe convinha ou não participar no esquema de livre-comércio hemisférico. Reconheceu as dificuldades, os obstáculos e os riscos da negociação da ALCA. Ponderou que era indispensável, no entanto, que a consciência das dificuldades fosse temperada pela consciência do potencial de benefícios que poderiam advir, para o Brasil, de condições de acesso privilegiado “ao maior mercado do planeta”. Admitiu que existia a possibilidade de que o texto final não se conformasse ao objetivo de possibilitar a melhoria qualitativa e quantitativa da inserção do Brasil na economia mundial. Notou, por outro lado, que a negociação oferecia o potencial de “ampliar e consolidar mercados para o Brasil”, que então já respondiam por 50% das exportações, e por 70% das exportações de produtos manufaturados. Reconheceu também os limites da capacidade brasileira de “influenciar o processo”, pois, embora fosse “um participante de peso nas negociações”, não dispunha “de direito de veto”. Observou que a eventual recusa brasileira em ingressar na ALCA não inviabilizaria a participação dos demais países. Ressaltou que a perspectiva de acordos comerciais com os EUA continuava a exercer atração sobre os países latino-americanos, incluídos os parceiros do Mercosul. Argumentou que uma ALCA, ou uma rede de acordos de livre-comércio nas Américas, sem

a participação do Brasil teria consequências graves para o comércio exterior brasileiro, com perda de mercado na América Latina para as exportações dos EUA, e deslocamento das importações dos EUA para mercadorias exportadas pelos vizinhos do Brasil. Alertou que aquela hipótese poderia até mesmo repercutir em outras negociações nas quais estava o país envolvido, pois a UE, por exemplo, dera prioridade à negociação de um acordo de livre-comércio com o México justamente para contrabalançar as vantagens de acesso de que dispunham os produtos dos EUA e do Canadá em função do NAFTA. Concluiu que a alternativa de participar da ALCA apresentava riscos e oportunidades. Arguiu que “rejeitar de antemão a negociação, no entanto, apresentaria riscos sem contrapartida” e que o fato de que a negociação da ALCA tinha como um de seus polos a maior economia do mundo devia ser visto mais como uma oportunidade do que como um processo que deveria inevitavelmente resultar em um “acerto leonino”. Ponderou que seria possível que uma negociação assimétrica desse resultados simétricos, no sentido de atender igualmente aos interesses das partes mais fracas, tal como acontecera, por exemplo, “na construção da UE”. Asseverou que aquela determinação não faltaria ao Brasil, que não daria nenhum passo que não atendesse aos interesses nacionais.

#### 8.8.2.2. VI reunião ministerial (Buenos Aires)

Da declaração emitida em Buenos Aires no dia 7 de abril de 2001, constou que “à luz do progresso alcançado no curso do processo negociador”, os Ministros recomendavam aos líderes que, na III Cúpula das Américas, a se realizar em Québec, determinassem a conclusão das negociações o mais tardar em janeiro de 2005.

No dia 10, na *American Chamber of Commerce*, ao tratar do tema “A importância da participação do setor privado nas negociações da ALCA”, Lafer indicou novamente as possíveis vantagens e as necessárias exigências brasileiras para a aceitação do acordo final. Declarou que a rejeição pura e simples da ALCA poderia parecer “uma resposta óbvia e fácil ao desafio da concorrência”, mas traria custos para o Brasil. Reiterou a ideia de que a proliferação de acordos bilaterais de livre-comércio entre os países do Norte e do Sul do continente não poderia ser descartada e que tal hipótese resultaria em desvios de comércio e de investimento em detrimento brasileiro nos mercados do Hemisfério. Repetiu, porém, que isso não queria dizer que o Brasil seria forçado a aceitar o acordo final independentemente de quais fossem suas condições. Afirmou que

o governo brasileiro não assinaria, e o Congresso não ratificaria, nenhum acordo que não fosse globalmente vantajoso para a economia brasileira.

### 8.8.2.3. Polêmica com o Diretor do IPRI

Em 19 de abril, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo sob o título “O alegado expurgo no Itamaraty”, Lafer declarou que o Brasil não queria “uma ALCA qualquer”. Argumentou que, se a ALCA viesse a propiciar um aumento das exportações pela eliminação de barreiras que então impediam ou dificultavam e se preservassem as condições de competitividade da produção nacional de bens e serviços, seria positiva e bem-vinda. Caso contrário, poderia o Brasil dela não participar. Afirmou que, até então, o país defenderia suas posições e os interesses nacionais de forma firme, coerente, construtiva e com boa-fé junto aos seus interlocutores. Reconheceu que não havia ainda um consenso no Brasil sobre a ALCA, pois não se conheciam ainda os seus contornos precisos nem estava definido o seu equilíbrio negocial. Aventou que se poderia adotar posições protelatórias ou simplesmente recusar a participar do processo negociador. Ponderou que, se assim o fizesse, o Brasil estaria prejudgando o resultado de uma negociação que apenas começara e que, se bem conduzida, poderia ensejar importantes oportunidades de acesso a mercados. Disse que “um alheamento ou uma atitude de recusa ensejaria o risco de que outros países da região levassem adiante processos bilaterais ou plurilaterais excludentes do Brasil, que perderia, *‘ipso facto’*, mercados para os seus produtos e serviços”.

No mesmo artigo, especificamente sobre a exoneração do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães que se opunha à negociação da ALCA, Lafer afirmou:

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães exercia o cargo de diretor do IPRI (Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais), órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores e que é uma importante conexão do Itamaraty com a sociedade. Conversei com o Embaixador Pinheiro Guimarães antes de tomar a decisão de exonerá-lo do cargo de confiança e de direção que ocupava. Ele me confirmou, então, as suas inequívocas convicções contrárias à ALCA. Esse pensamento foi, aliás, reiterado em entrevista concedida à Folha (14/04). Respeito os pontos de vista do Embaixador. E não apenas por acreditar que, numa democracia, devemos respeitar, ouvir e considerar os pontos de vista contrários. Partilho da ideia de que a liberdade de expressão, o debate e o confronto de ideias são inerentes à sociedade democrática e participativa.

Se decidi substituí-lo foi porque julguei necessário colocar à frente do IPRI alguém que pudesse dispor das necessárias isenção e objetividade para promover – e não constranger – um verdadeiro diálogo com a sociedade. Procedi assim, também, para não dar a nossos interlocutores na negociação sinais contraditórios sobre a política brasileira.

De resto, nada mais fiz do que exercer a orientação, a coordenação e a supervisão dos órgãos e entidades da área de minha competência, como determina a Constituição (art. 87, parágrafo único). O ato que pratiquei – e pelo qual assumo plena responsabilidade – é normal e rotineiro em qualquer organização pública ou privada. Isso se dá por ser comprometedora e funcionalmente imprópria a presença de alguém que, exercendo cargo de confiança, se manifeste publicamente contrário ao modo de conduzir as atividades da mesma organização. Se eu tivesse conservado o Embaixador Guimarães em um cargo de confiança e direção, teria – numa analogia com o futebol – mantido no time um jogador que vem expressando uma opinião contrária não apenas à tática, mas à própria realização do jogo, por afirmar que certamente o perderia.

O que está em questão nesse caso não são, portanto, as opiniões do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que são respeitáveis. Nem está em jogo o seu direito de cidadão de expressá-las no espaço público. O que está em jogo é, única e exclusivamente, a possibilidade de o Itamaraty conduzir um processo de negociação tão complexo e tão importante como o da ALCA se cada diplomata decidir se expressar publicamente sobre o assunto sem uma coordenação e sem a preocupação de ser parte de uma equipe.

A exoneração não tem, assim, relação com o seu direito de ter e expressar opiniões contrárias às minhas, às do Itamaraty ou às do governo. Não somos um país que pretende ou deseja uniformidade de opiniões na sociedade. A Constituição Federal garante-nos o direito de livre expressão e nos concede a liberdade de escolher partidos políticos e outras afiliações, religião e profissão. Cabe a nós arcar com os respectivos direitos e com as respectivas obrigações. Em uma situação do tipo dessa que estamos analisando não há como diferenciar a representação pública da capacidade do cidadão. Uma e outra se interpenetram. Kant, cuja reflexão permeia o pensamento de Hannah Arendt e de Norberto Bobbio, no seu luminoso texto “O que é a ilustração?”, faz uma distinção entre o uso público e o uso privado da razão. Disse que o uso privado é aquele que o douto pode fazer de sua razão no âmbito de cargo ou de função pública a ele confiado. Concluiu que, em muitas profissões que se

exercem no interesse da comunidade – como é o caso da diplomacia, observo eu, pelos motivos que expliquei neste artigo –, são necessários mecanismos que assegurem a contenção do comportamento, a contenção necessária para não comprometer as finalidades públicas.

Ainda no dia 19, véspera da reunião da ALCA em Québec, em entrevista concedida ao jornal *Correio Braziliense* reunida em matéria intitulada “O inimigo número 1 da ALCA”, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães apresentou seus argumentos contrários àquele acordo hemisférico. Afirmou que aquela negociação “colocaria em confronto direto, ainda que gradualmente, as megaempresas multinacionais americanas e as empresas brasileiras”. Alegou que mesmo que “algumas empresas brasileiras conseguissem sobreviver à competição e até aumentar as suas exportações, no conjunto as megaempresas americanas levariam vantagem nos EUA, no Brasil e na América do Sul, acarretando a desindustrialização e o aumento do déficit comercial brasileiro”. Acrescentou que “as regras internacionais que viriam a ser consagradas pela ALCA levariam à impossibilidade prática de o Brasil exercer políticas comerciais, industriais, tecnológicas, agrícolas e de emprego indispensáveis à superação das extraordinárias disparidades sociais e da crônica vulnerabilidade externa”. Argumentou que o Brasil não deveria “participar de blocos econômicos em condições extremas de assimetria desfavorável, pois isto sim seria justamente renunciar à sobrevivência”. Defendeu que as opções para o Brasil seriam “manter amplas e diversificadas relações comerciais, financeiras e tecnológicas com todos os países; disciplinar os investimentos externos para que expandam as exportações, transfiram tecnologia e integrem as cadeias produtivas; controlar e reduzir o endividamento externo, público e privado; promover ativamente a absorção e a geração de tecnologia adequadas à constelação de fatores; e fortalecer a acumulação de capital e a empresa brasileira”. Concluiu que o “Brasil não ficaria isolado, pois certamente poderia manter amplas relações econômicas com os EUA, enquanto os países vizinhos continuariam tendo enorme interesse em ter acesso ao mercado brasileiro”. Acrescentou que o Mercosul não sobreviveria à ALCA. Ressaltou que o Brasil não assumira nenhum compromisso internacional de criar a ALCA, já que não tinha havido nenhuma manifestação decisiva do Congresso Nacional em tal sentido.

No dia 20, em artigo publicado no *Jornal do Brasil* sob o título “ALCA, o controle neoliberal”, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães estendeu sua argumentação contrária a ALCA. Afirmou que seriam “muito mais



amplas do que as de formação de uma área de livre-comércio tradicional” e seus efeitos poderiam ser “muito mais profundos do que a mera ampliação do comércio de bens e serviços”. Disse que a principal consequência da ALCA seria a “radical limitação e até mesmo eliminação, por tratado internacional de que participará a maior potência do mundo, da capacidade soberana do Estado brasileiro de articular, estimular e promover, através de políticas comerciais, industriais, tecnológicas, agrícolas e de emprego, o desenvolvimento econômico, como tal entendidos a acumulação de capital; a diversificação e integração do parque produtivo; o aumento da produtividade e o emprego da mão de obra; e a redução gradual das disparidades, inclusive regionais, e da vulnerabilidade externa”. Argumentou que o corolário de tal “processo de redução negociada da soberania” seria “a diminuição da possibilidade do Brasil promover e defender seus interesses de toda ordem, inclusive políticos e estratégicos, na dinâmica de um mundo multipolar que está emergindo, com a progressiva formação do Estado europeu, a emergência econômica e política da China, futuro maior PIB do planeta, e, em um segundo plano, o Japão, a Rússia e a Índia”. Esse mundo multipolar seria, a seu ver, “violento, arbitrário e concentrador de riqueza, poder e conhecimento”. Acrescentou que a ALCA tinha como seu objetivo central criar um conjunto de regras, que, limitando a capacidade de formular e executar política econômica, incorporaria de “forma assimétrica e subordinada a economia brasileira ao território econômico (e ao sistema político) norte-americano”. Na sua opinião, só “remotamente teria ela a ver, na concepção estratégica americana, com os micro, mini, pequenos e médios Estados das Américas”. Vaticinou que, depois da ALCA, o Brasil não mais poderia “exercer políticas capazes de atrair e disciplinar os investimentos estrangeiros, de forma a ampliar a capacidade instalada, estimular a criação e integração das cadeias produtivas, promover a transferência efetiva de tecnologia, e o fortalecimento do capital nacional”. Previu que as megaempresas multinacionais poderiam vir a adquirir, “no espírito do esdrúxulo projeto de Acordo Multilateral de Investimentos, um poder superior ao dos Estados nacionais”. Disse também que, depois da ALCA, o Brasil não mais poderia “exercer políticas comerciais, industriais e tecnológicas efetivas, capazes de criar novas vantagens comparativas dinâmicas pelo estímulo ao surgimento de empresas”, pois não teria “mais nenhuma possibilidade de proteger tais empresas da competição avassaladora das megaempresas já existentes nesses setores”, pois não teria “mais tarifas e barreiras não tarifárias, em especial e provavelmente em setores de tecnologia mais avançada”. Acrescentou que, depois da ALCA, o Brasil não mais poderia “utilizar o poder de compra do Estado para



fortalecer a empresa nacional, desenvolver novas tecnologias, aumentar sua escala de produção e ter empresas capazes de disputar mercados no exterior, em qualquer região do mundo, por não estarem vinculadas aos esquemas de divisão de mercados praticados pelas multinacionais”. Arguiu que, depois da ALCA, o Brasil se tornaria “ainda mais indefeso diante do poder, agora acrescido, dos detentores de tecnologia” e não disporia mais dos “investimentos necessários para combater os abusos decorrentes do uso antissocial de patentes, como o caso das patentes farmacêuticas revelou de forma escandalosa”. Por fim, declarou que, depois da ALCA, não haveria, “para todos os fins práticos, mais Brasil, como possibilidade e visão de construção de uma sociedade mais democrática, mais justa, menos desigual, mais próspera, de acordo com os traços nacionais e culturais que a duras penas os brasileiros vinham construindo ao longo de séculos, contra a crua opressão colonial e, hoje, o sofisticado controle neocolonial”.

#### 8.8.2.4. III Cúpula das Américas – Québec

A III Cúpula das Américas realizou-se na cidade de Québec, em 20 de abril de 2001. Teve como seu principal tema a negociação para a criação de uma área de livre-comércio nas Américas. No discurso que proferiu no encontro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou uma série de condições para que o Brasil concordasse com a ALCA<sup>1622</sup>. Algumas das exigências brasileiras envolviam temas controversos para Washington que desejava mantê-los fora da mesa de negociações, entre os quais *antidumping* e subsídios que impediam as importações de aço, soja e suco de laranja<sup>1623</sup>. Apresentou condições para que a ALCA fosse bem-vinda:

A ALCA será bem-vinda se sua criação for um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos; se efetivamente for o caminho para regras compartilhadas sobre antidumping; se reduzir as barreiras não tarifárias; se evitar a distorção protecionista das regras sanitárias; se, ao proteger a propriedade intelectual, promover, ao mesmo tempo, a capacidade tecnológica de nossos povos. E, ademais, se for além da Rodada Uruguai e corrigir as assimetrias então cristalizadas, sobretudo na área agrícola. Não sendo assim, seria irrelevante ou, na pior das hipóteses, indesejável.

Em entrevista concedida ao jornal O Globo intitulada “Com a ALCA, empresas disciplinarão o Estado” no dia 24, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães voltou a expor seus argumentos contrários à ALCA.

Perguntado sobre os resultados da III Cúpula das Américas, salientou que a posição da Venezuela (que assinara o documento final com ressalvas quanto ao prazo para implantação da ALCA) fora importante para mostrar que não havia consenso. Voltou a dizer que o acordo envolvia políticas comercial, industrial e tecnológica, atuação do governo na economia, regulamentação de capital estrangeiro e relação entre multinacionais e o Estado, e que este estaria subordinado às empresas estrangeiras, que poderiam acioná-lo sempre que se considerassem prejudicadas. Qualificou a negociação da ALCA como entre carrasco e vítima. Afirmou que o governo não fora autorizado pela sociedade “sequer a negociar a participação na ALCA”. Exortou o Brasil a “suspender imediatamente as negociações”. Argumentou que depois de participar das várias etapas, seria mais difícil, e por essa razão seria melhor, que suspendesse a negociação antes que fosse tarde.

Em intervenção no dia 2 de julho, no seminário organizado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo intitulado “O Brasil e a ALCA”, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa indicou os custos e benefícios da proposta área de livre-comércio. Afirmou que a ALCA era “sem dúvida, a empreitada de maior significação” então enfrentada pela diplomacia comercial. Informou que já existia uma primeira minuta de acordo para a ALCA. Tratava-se, na sua opinião, de um “esqueleto de texto”, em que permaneciam em aberto “praticamente todos os pontos mais relevantes”. Seixas Corrêa fez comentários sobre a questão dos custos e benefícios de uma eventual ALCA e como enfrentar de forma mais eficaz o desafio das negociações. Enumerou riscos de uma ALCA para o Brasil e examinou razões “positivas”, ou seja, fatores que induziam positivamente à negociação. Em suas conclusões finais, Seixas Corrêa afirmou que, antes de mais nada, o quadro era extremamente complexo. Tornava-se importante, por conseguinte, que se examinassem com cuidado e objetividade os “prós e contras” da ALCA para, no momento apropriado, decidir se ela seria vantajosa para o país. Opinou que, apesar de todos os constrangimentos, a ALCA não era algo “inevitável”, mas uma opção. Defendeu a ideia de que, quando o acordo tivesse uma forma concreta, poderia se decidir se interessaria ou não. Concluiu que o que parecia ser “inevitável” era negociar. Esta era, assim, a única maneira de buscar influenciar os seus resultados em favor do Brasil.

Em agosto, no Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo na palestra intitulada “A Importância da ALCA para o Brasil”, Lafer defendeu a ideia de que, em 2005, o Brasil

aderiria ou não à área de livre-comércio. Afirmou que a ALCA não se tratava de “algo com existência concreta ou fadado a conformar-se a um tipo ideal, com características definidas e conhecidas de antemão”, mas sim “um processo negociador em curso”. Considerou a possibilidade de criação de uma ALCA como “uma hipótese importante demais para ser rejeitada *a priori* pelo Brasil”. Frisou que nada ainda fora concluído e nada fora decidido. Previu que, quando se chegasse a um acordo, em 2005, seria feita uma opção em função do interesse nacional, tal como entendido pelo governo democraticamente eleito, sujeito a ratificação pelo Congresso Nacional. Lembrou que, na Reunião Ministerial de abril, em Buenos Aires, empenhara-se para que fosse mantida a meta de 2005 para a conclusão das negociações. Com isso, – concluiu – o novo governo teria dois anos completos para finalizar e avaliar os resultados, a partir de sua própria perspectiva sobre a conveniência de o Brasil aderir ou não à área de livre-comércio hemisférica. Opinou que a ALCA somente seria uma alternativa atraente para o Brasil na medida em que pudesse contribuir qualitativa e quantitativamente para a inserção competitiva do Brasil nos fluxos de comércio e investimentos internacionais. Inversamente, parecia-lhe claro que, se a ALCA pudesse assegurar condições melhores e mais previsíveis de acesso aos mercados do Hemisfério, em troca da consolidação de reformas que de qualquer maneira teriam que ser feitas de forma autônoma, haveria a possibilidade de ganhos consideráveis para o país.

Em apresentação que fez no mês de outubro, em sessão especial conjunta das Comissões de Relações Exteriores (CRE) e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos (CAE), Celso Lafer lembrou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinalara que o Brasil não podia ter medo de sentar à mesa (de negociações) e que importava ter argumentos convincentes que permitissem efetivamente defender o interesse nacional.

Em 2001, os EUA passaram a ser o principal destino das exportações brasileiras, com mais de 30% do total<sup>1624</sup>. Em aula proferida em dezembro, por ocasião do encerramento do semestre letivo do Instituto Rio Branco, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, empregou argumentos favoráveis à continuação da negociação e tomada de decisão sobre adesão ou não ao final. Afirmou que as negociações da ALCA eram prioritárias para o Brasil, sobretudo em função da estrutura do comércio exterior brasileiro. Notou que, se os demais 32 países fizessem um acordo plurilateral do qual o Brasil não fizesse parte ou se estabelecessem uma rede de acordos bilaterais com os EUA, os demais países das Américas obteriam melhores condições de acesso ao mercado

norte-americano para seus produtos e serviços, com consequências negativas para as exportações brasileiras. Declarou que o governo entendia que a ALCA deveria complementar as negociações multilaterais empreendidas no âmbito da OMC, os esforços de consolidação e aprofundamento do Mercosul, as negociações entre o Mercosul e a UE e eventuais negociações no formato “4+1”. Reiterou a ideia de que, em última instância, se apesar de nossos esforços o acordo final deixasse de atender aos interesses brasileiros, o governo poderia não assiná-lo, ou o Congresso não o ratificar.

Em janeiro de 2002, por ocasião de Seminário intitulado “Doha e o pós-Doha: novos cenários na negociação comercial internacional”, Lafer tratou das negociações dos produtos agrícolas no âmbito da ALCA. Afirmou que, no âmbito hemisférico, o compromisso do Brasil em obter a total liberalização em matéria agrícola vinha sendo uma constante. Lembrou que na ALCA o Brasil atuava em coordenação com os demais países do Mercosul. Constatou que, decorridos três anos de negociações, era “patente a crescente polarização entre dois projetos para a agricultura na ALCA”: de um lado, os países da América do Norte, que buscavam transcrever as disciplinas agrícolas acordadas no NAFTA; de outro, os países do Mercosul, que pleiteavam disciplinas mais rígidas que as da OMC, com vistas à plena liberalização do comércio agrícola hemisférico. Notou que existia nítida tendência a que as discussões se concentrassem em acesso a mercados e era nesse campo que caberia ao Brasil e ao Mercosul procurar ganhos significativos.

Em intervenção no mês de abril, Lafer afirmou que o ano de 2002 era de fundamental relevância para o Brasil do ponto de vista dos preparativos para a ALCA. Ressaltou que na reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC), que se realizaria no final daquele mês, na Ilha Margarita (Venezuela), seriam definidas as regras que norteariam o processo negociador de acesso a mercados, a se iniciar em 15 de maio de 2002. Em novembro, após a Reunião Ministerial de Quito, Brasil e EUA deveriam assumir a Copresidência do processo negociador, até o final das negociações, em janeiro de 2005.

Por nota à imprensa, em maio, o Itamaraty esclareceu que o Brasil, nas negociações da ALCA, conseguira que a tarifa-base, no caso do Mercosul, fosse aquela aplicada em 1º de janeiro de 2004, a ser notificada em 15 de abril de 2003. Afirmou tratar-se de uma vantagem em relação à maioria dos demais países que negociavam a ALCA, os quais teriam que notificar a sua tarifa-base – que seria aquela efetivamente aplicada – até 15 de outubro de 2002. Considerou que ficavam assim preservadas as

margens de liberdade necessárias para a defesa do interesse nacional nas negociações da ALCA.

Em junho, o Ministro Lafer fez apresentação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados sobre as negociações da ALCA. Notou que as negociações da ALCA entrariam em sua etapa decisiva a partir do segundo semestre daquele ano, quando os países teriam que começar a apresentar ofertas de acesso a mercados em cinco grupos negociadores e, finalmente, seria possível avaliar com mais precisão o que se poderá ganhar, ou perder, com a ALCA. Afirmou que a sociedade brasileira precisava de análises objetivas do que o Brasil poderia obter nas negociações da ALCA. Observou que, frequentemente, debates sobre os benefícios e riscos da ALCA acabavam gerando discussões sobre problemas internos do Brasil, como a necessidade ou não de uma política industrial, o grau de abertura da economia, a competitividade dos produtos brasileiros, a redução do custo Brasil e a necessidade de uma reforma tributária. Considerou que tais temas deveriam ser levados em conta na elaboração das posições brasileiras para a ALCA, mas que eles continuariam a existir mesmo sem as negociações hemisféricas. Concluiu que a participação brasileira nas negociações não poderia ser avaliada com base no progresso no trato dessas questões: em primeiro lugar, porque os demais países não iriam esperar que o Brasil solucionasse todos os seus problemas estruturais antes de sentar-se à mesa para negociar; em segundo lugar, porque não era necessário resolver todos os problemas internos para obter ganhos no comércio exterior. Ressaltou que o que se negociava na ALCA era um acordo comercial, não um projeto de união econômica. Sublinhou que as negociações da ALCA eram um instrumento para abrir mercados para as exportações brasileiras e poderiam ser um complemento importante às negociações com a UE, à OMC e aos esforços de consolidação e aprofundamento do Mercosul.

Ainda no mês de junho, em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo intitulado “Suspeitas, interesses e as negociações da ALCA”, Celso Lafer observou que, no caso das negociações da ALCA, o pouco saber vinha alimentando desconfiças quanto à capacidade do Brasil para concluir uma negociação vantajosa. Notou que a desconfiça revelava-se, por exemplo, na percepção de que o Brasil deveria evitar negociar com os EUA, porque nada de bom poderia resultar para a parte mais fraca em uma relação com uma economia dez vezes maior. Argumentou que a disparidade de poder não era, por si só, um impedimento a relacionamentos mutuamente vantajosos. Afirmou que, no caso das negociações da ALCA, não havia desculpas para a falta de informação. Disse que o governo estava fazendo a sua parte, porque

tinha consciência da importância da transparência para a legitimidade e para o adequado embasamento técnico das posições que o Brasil defendia nas negociações. Notou que eram posições que representavam o interesse nacional, e não apenas do atual governo. Concluiu que esse interesse não seria promovido com “derrotismo nem com complexo de inferioridade”.

#### 8.8.2.5. VII Reunião Ministerial (Quito)

Em discurso à VII Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio Exterior da ALCA, em Quito, em novembro de 2002, por ocasião da transferência da Presidência do processo da ALCA do Equador para o Brasil e os EUA, o Ministro Lafer afirmou:

[...] a ALCA, assim como qualquer negociação comercial, não pode prescindir de um elemento essencial de sua sustentabilidade, qual seja, a legitimidade junto à opinião pública. Essa legitimidade requer se leve em conta tanto a indispensável reciprocidade dos interesses econômicos quanto as grandes questões sociais do emprego, da pobreza e da exclusão. [...]<sup>1625</sup>

Naquele mês, durante a VII Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio Exterior da ALCA realizada em Quito, Equador, Celso Lafer assumiu, em nome do governo brasileiro, a copresidência do processo negociador da ALCA. Notou que o Brasil compartilharia essa honra com os EUA da América. Disse que dos copresidentes o papel seria o de contribuir para que as negociações pudessem se desenvolver de maneira equilibrada, eficiente e transparente. Acrescentou que seria também o de administrar, com toda a lisura, os aspectos processuais das negociações para que os 34 países participantes pudessem se concentrar na busca do consenso nas questões substantivas de um processo decisório coletivo. Ressaltou que a ALCA, assim como qualquer negociação comercial, não podia prescindir de um elemento essencial de sua sustentabilidade, qual seja, a legitimidade junto à opinião pública. Acrescentou que a legitimidade requeria que se levasse em conta tanto a indispensável reciprocidade dos interesses econômicos, quanto as grandes questões sociais do emprego, da pobreza e da exclusão. Expressou a convicção de que, em conjunto com o governo dos EUA, e com a cooperação de todos os participantes, poder-se-ia chegar, em dois anos, a um resultado do qual todos pudessem se orgulhar; um resultado que promovesse o comércio, a geração de empregos, o desenvolvimento e a justiça social em todos os

países de nosso Hemisfério; um resultado, enfim, digno de aprovação por nossos parlamentos e de respaldo por nossas respectivas sociedades civis.

Da declaração final, ao final do encontro, constou, quanto à agricultura, que os Ministros reafirmavam o compromisso hemisférico de eliminar subsídios à exportação e o desenvolvimento de disciplinas para o tratamento de práticas que distorciam o comércio de produtos agrícolas. Quanto a *antidumping*, constou que seriam intensificados esforços para alcançar um entendimento comum.

Em discurso, ainda em novembro, na Cúpula Parlamentar de Integração Continental realizada na Câmara dos Deputados, Celso Lafer reiterou que os cronogramas negociados pelo governo brasileiro haviam sido compatíveis com o calendário eleitoral do Brasil e com sua nossa agenda política, ou seja, o esforço negociador do Brasil fora o de procurar evitar compromissos que pudessem deixar o governo seguinte sem flexibilidade para tomar decisões. Afirmou que o objetivo do governo era legar à futura administração todas as possibilidades de ação no que se referia às negociações, sem excluir nenhum curso de ação antecipadamente.

No final do mesmo mês, por ocasião do Seminário promovido pelo Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas e intitulado “A Opção ALCA”, Lafer afirmou que a grande dificuldade da ALCA sempre consistira no fato de apresentar simultaneamente possibilidades e riscos, tanto na fase de negociação quanto na de implementação. Ponderou que a consciência dos riscos, todavia, devia ser temperada pela consciência do potencial de benefícios que poderiam advir de condições de acesso privilegiado aos países das Américas. Expressou entendimento de que a avaliação real dos riscos e dos benefícios da ALCA só poderia ser feita à luz do interesse nacional, que por sua vez só podia ser determinado a partir da análise e do confronto de interesses concretos, o que requeria informação, diálogo e participação da sociedade civil. Enfatizou que o Brasil vinha participando das negociações da ALCA de forma ativa e construtiva. Disse que reconhecia os desafios inerentes à negociação de uma área de livre-comércio com o grau de profundidade de compromissos que a ALCA devia ter, mas também via no processo hemisférico uma oportunidade de consolidar e ampliar acesso brasileiro aos mercados regionais e reduzir barreiras às exportações. Concluiu com a reiteração de que a ALCA não era um destino para o Brasil, mas sim uma opção, que valeria a pena na medida em que fosse congruente com o projeto de desenvolvimento do país.



### 8.8.3. OMC

Em discurso que proferiu em Genebra, em junho de 2001, por ocasião da Reunião Informal de Altos Funcionários, em preparação para a Reunião Ministerial de Catar, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa exortou a OMC a considerar prioritária a questão do déficit do desenvolvimento, que tinha impedido as nações mais pobres de usufruírem ao máximo os benefícios de esforços de liberalização feitos anteriormente. Disse que era preciso que a dimensão do desenvolvimento se refletisse de modo adequado no empenho coletivo, se quisessem os países-membros dar fim ao desencanto da sociedade civil de muitos dos países em relação a instituições internacionais como a OMC. Clamou a que se desse prioridade não apenas ao crucial problema da “implementação”, mas, sobretudo, ao do acesso ao mercado de setores como a agricultura, em que persistiam barreiras discriminatórias e práticas conducentes à distorção de mercado, sendo o setor têxtil um exemplo notório. Declarou que era preciso, ainda, que o encontro do Catar se sensibilizasse em relação a outros itens que haviam passado a liderar a agenda internacional, como a relação entre o acordo TRIPs e o acesso a medicamentos. Além disso, considerou que a agenda de uma nova rodada tinha de levar em conta formas de definir e reforçar o disciplinamento multilateral de controle do *antidumping* e dos subsídios. Afirmou que a agricultura requeria absoluta atenção. Neste sentido, apoiou a proposta da Austrália, de que consultas fossem levadas a cabo o mais brevemente possível, com base no texto de Seattle, cujas diretrizes continuavam sendo um ponto de partida razoável para o trato daquele importante tema.

Em nova intervenção em Genebra, no mês seguinte, por ocasião de reunião do Conselho Geral da OMC, Seixas Corrêa expressou as principais posições do governo brasileiro com relação ao lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais por ocasião da IV Conferência Ministerial da OMC a ser celebrada em Doha, Catar. Reiterou que o tratamento a ser conferido a agricultura e a implementação dos acordos existentes seria, no entendimento do governo brasileiro, determinante para o êxito do lançamento de uma nova rodada. Acrescentou que as normas existentes sobre *antidumping*, subsídios e aquelas sobre créditos à exportação também deveriam, no entender do Brasil, ser objeto de exame aprofundado em uma nova rodada, com a finalidade de corrigir alguns dos desequilíbrios oriundos da Rodada Uruguai. Sobre créditos à exportação, anunciou que o Brasil estava disposto a considerar, no contexto de uma nova rodada, a negociação de temas como regras multilaterais



para investimentos e política da concorrência, desde que os interesses específicos dos países em desenvolvimento, especialmente no que se referia à flexibilidade dos compromissos, fossem devidamente levados em conta. Na área de comércio e meio ambiente, expressou o entendimento de que o conceito de desenvolvimento sustentável se referia tanto a preocupações de natureza ambiental quanto a preocupações relacionadas com o desenvolvimento em suas dimensões econômica e social, não devendo sujeitar-se a interpretações que enfatizassem indevidamente apenas um desses aspectos.

Em palestra que proferiu no mês de agosto, no Memorial da América Latina, intitulada “O futuro da OMC: esperança para todos?”, Celso Lafer referiu-se a três temas prioritários para o Brasil e a um quarto no qual o país não era demandante, mas no qual tinha flexibilidade para acomodar o que parece ser um *sine qua non* para a UE. Declarou que a primeira prioridade do Brasil era a efetiva incorporação do comércio de produtos agrícolas e agroindustriais às regras do sistema de comércio multilateral; uma segunda prioridade eram os temas agrupados sob a denominação de “implementação”, que englobavam aspectos gerais e pontuais relacionados ao funcionamento dos acordos da OMC; uma terceira prioridade era a adoção de regras mais rigorosas para a aplicação de medidas *antidumping*, então objeto de graves abusos que limitavam seriamente as exportações brasileiras de produtos siderúrgicos; e o quarto tema era o da relação entre comércio e meio ambiente. Concluiu que as principais prioridades da política comercial brasileira – o Mercosul e a OMC – não eram opções pela facilidade, mas as respostas lógicas às tendências paralelas à globalização e à fragmentação. Eram vertentes complementares, e não alternativas, para um país que tinha na integração com seus vizinhos objetivos que iam além da dimensão comercial, e que ao mesmo tempo tinha interesses diversificados em escala global.

Durante entrevista coletiva que concedeu em setembro sobre a atuação do governo brasileiro na OMC, Celso Lafer relatou o ocorrido durante uma reunião ministerial de 14 países, realizada no México, em relação à futura rodada ou não de negociações no âmbito da OMC. Disse que a rodada seria muito importante para o Brasil, desde que se chegasse a uma agenda equilibrada. Examinou, em pormenor, a posição brasileira com relação agricultura, *antidumping*, meio ambiente, implementação, investimento, concorrência, e propriedade intelectual. Ponderou que, se a rodada não viesse a viabilizar-se, corria-se o risco de uma erosão da OMC e de uma exacerbação do regionalismo econômico. Informou que do México fora à reunião do Grupo de Cairns, em Punta del Este, e lá

participara de reunião informal do “Quatro mais Um”, entre os EUA e os 4 países que integravam o Mercosul, ocasião em que foram tratados a nova rodada, a ALCA e outros assuntos.

#### 8.8.3.1. IV Reunião ministerial (Doha)

No discurso que proferiu em Doha, em 9 de novembro, por ocasião da IV Conferência Ministerial da OMC, o Ministro Celso Lafer afirmou que o multilateralismo tornara-se a única esperança de assegurar a prevalência das normas jurídicas, promover a cooperação e assegurar o funcionamento regular dos mercados internacionais. Expressou o apoio brasileiro ao estabelecimento de uma agenda abrangente de negociações comerciais. Considerou que o tratamento conferido à agricultura talvez fosse o exemplo mais emblemático dos desequilíbrios e deficiências existentes. Afirmou que não podiam mais ser tolerados o protecionismo e os subsídios nos níveis então praticados. Disse que não faltavam, tampouco, tarefas a realizar no setor industrial. Frisou que o Brasil defendia também a revisão do Acordo *Antidumping*, de forma a coibir sua utilização abusiva como meio para a proteção de setores ineficientes. No campo da propriedade intelectual, declarou que a exploração comercial do conhecimento não podia ter valor maior do que a vida humana. Considerou a reunião uma oportunidade que não podia ser desperdiçada.

Após seis dias e seis noites de trabalho, foi possível alcançar consenso e lançar nova Rodada de negociações. O Ministro Celso Lafer, que presidiu a delegação brasileira, resumiria os resultados de Doha para o Brasil. Considerou que, caso o lançamento tivesse fracassado, poderia ocorrer um “regionalismo exacerbado” e haveria menores possibilidades de barganha. Acrescentou que, além disso, haviam sido possíveis avanços na questão de patentes de medicamentos e de medidas *antidumping*. Ressaltou a importância da eliminação dos subsídios à exportação agrícola e aceitação da desvinculação dos subsídios à produção agrícola da quantidade produzida<sup>1626</sup>.

Em outra análise diria que, “à luz do insucesso de Seattle [...], a Conferência de Doha estava cercada de maus agouros”. Ressaltou que o que estava em jogo em Doha era, portanto, “não só a viabilidade do multilateralismo comercial, como também na visão brasileira, do funcionamento do sistema internacional”. Considerou que se havia logrado “um abrangente e relevante mandato negociador em Doha”, e

esse resultado fora provavelmente o ponto alto de sua gestão, pois tivera um papel direto nas negociações que conduziram àquele mandato”<sup>1627</sup>.

Na análise que fizeram do ocorrido na reunião, Embaixador Celso Amorim e a Professora Vera Thorstensen detectaram sinais de flexibilidade na delegação americana durante a negociação e a incapacidade da UE exercer liderança ou papel de mediação por estar “atada nos nós dos interesses de seus 15 países-membros”. Notaram que Japão e Coreia tinham interesses de proteção agrícola, mas também defendiam a reabertura de regras de *antidumping* e medidas compensatórias. Observaram que a Índia, como porta-voz de países como Egito, Paquistão e membros da ASEAN, defendia a implementação e se opunha fortemente a novos temas como meio ambiente, investimento e concorrência. Por fim, países menos desenvolvidos buscavam tratamento especial e diferenciado bem como recursos para capacitação técnica. Nesse contexto, afirmaram que o Brasil buscava maior liberalização do setor agrícola; revisão das regras *antidumping*; reabertura do tema subsídios; possibilidade de rediscussão de acordos como subsídios e TRIMs; além de uma declaração política sobre propriedade intelectual e saúde pública para preservar a flexibilidade na licença compulsória para fabricação doméstica de medicamentos a preços acessíveis<sup>1628</sup>.

Em aula proferida no mês de dezembro de 2001, por ocasião do encerramento do semestre letivo do Instituto Rio Branco, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, frisou que a IV Conferência Ministerial da OMC, realizada em Doha, fora concluída com êxito. Analisou os resultados da Conferência e concluiu que haviam sido muito positivos para o Brasil. Notou que haviam sido criados, no processo negociador de Doha, sete “facilitadores” e dois “sábios”, sendo um deles o Chefe da Delegação brasileira, o Ministro Celso Lafer, os quais haviam ajudado a construir o acordo, em particular, nos momentos finais da Conferência. Afirmou que o Brasil mostrara-se como grande país emergente, empenhado na defesa de regras mais justas, sem exibir qualquer radicalismo e genuinamente interessado no fortalecimento do sistema multilateral de comércio.

### 8.8.3.2. Pós-Doha

Em janeiro de 2002, em discurso por ocasião do Seminário “Doha e o pós Doha: novos cenários da negociação comercial internacional”, o Ministro Celso Lafer considerou que Doha representara a vitória do multilateralismo e que o lançamento de uma nova rodada adquiria especial

significado para países que detinham recursos médios de poder e com interesses diversificados, como o Brasil. Ponderou que, se persistissem os impasses que haviam levado ao “hiato de governabilidade” oriundo de Seattle, a própria viabilidade da OMC e do multilateralismo estariam em questão, o que poderiam estimular o recurso a um regionalismo exacerbado, em benefício daqueles atores detentores de maiores recursos de poder dentro do sistema. Considerou ainda que, com o lançamento de negociações mais amplas, que abarcavam conjunto significativo de temas, criavam-se condições mais favoráveis aos interesses brasileiros, uma vez que existiam maiores possibilidades de barganha, à luz do conjunto de benefícios e concessões que cada país fazia em cada um dos temas próprios da negociação. Destacou as relações entre propriedade intelectual e saúde pública, por um lado, e as discussões sobre medidas *antidumping*, por outro. Em seguida, ressaltou a importância das decisões adotadas pelos Ministros sobre o mandato agrícola, que previa negociações com vistas à redução substancial das medidas de apoio interno que distorciam o comércio, à melhora significativa nas condições de acesso a mercado e, por fim, à eliminação dos subsídios às exportações de produtos agrícolas.

Em intervenção no mês de abril de 2002, Lafer fez um balanço das atividades do Itamaraty ao longo de um ano. Afirmou que na IV Conferência Ministerial da OMC, realizada em Doha, Catar, em novembro de 2001, o Itamaraty, com apoio de outros Ministérios, contribuíra ativamente para o lançamento de nova e abrangente rodada de negociações que permitiria avanços na liberalização do comércio internacional e a eliminação de distorções que prejudicavam as exportações brasileiras, em especial as de produtos agrícolas. Acrescentou que o Brasil tomara também a iniciativa de obter Declaração sobre a relação entre direitos de propriedade intelectual e políticas de saúde pública, que consagrara o princípio de que o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) não deveria impedir os países-membros da OMC de tomar as medidas necessárias para a proteção da saúde pública, em particular no que se referia ao acesso a medicamentos. Notou que estavam em curso, desde princípios de 2002, os trabalhos determinados pela Declaração Ministerial de Doha. Informou que deveria o Brasil trabalhar ativamente para que se conformasse o processo negociador e pudessem prosperar propostas voltadas principalmente a atender os objetivos brasileiros de acesso a mercado, em especial para produtos agrícolas, e relativas a temas como *antidumping*.

Em intervenção feita no mês de maio, na Conferência Ministerial da OCDE sobre “Comércio e Desenvolvimento”, Lafer afirmou que houve

uma sensação de alívio por parte da comunidade internacional por ocasião do lançamento da Agenda para o Desenvolvimento em Doha. Disse que o “espírito de Doha” fora percebido como um espírito de compreensão, cooperação e reconhecimento da necessidade de reconciliar liberalização comercial e desenvolvimento. Mas constatou que o “espírito de Doha” estava desaparecendo diante do enfraquecido ambiente de cooperação e otimismo que submergia sob uma onda crescente de confrontação e protecionismo. Disse que para garantir apoio ao sistema multilateral de comércio, era preciso melhorar o acesso aos mercados dos países desenvolvidos e impedir a criação de novas barreiras comerciais.

Em artigo publicado no mês de setembro, Lafer afirmou que o êxito do Itamaraty na defesa dos interesses econômico-comerciais brasileiros podia ser medido pelo histórico das participações em contenciosos na OMC. Citou um levantamento da participação no Órgão de Solução de Controvérsias que indicava que, de 1995 até 2001, o país estivera envolvido em 21 casos, sendo que em 14 casos como reclamante e em sete como reclamado. O Brasil apresentara dez reclamações contra países desenvolvidos e quatro contra países em desenvolvimento. Como parte reclamada, lidara com cinco casos de países desenvolvidos e dois de países em desenvolvimento. O total dos casos encerrados chegara a 13. Havia sido conseguidos resultados positivos em 11, ou seja, 85% dos casos encerrados. Deu como outros exemplos da atuação do Itamaraty na defesa dos interesses do país no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso o êxito na defesa do regime automotivo brasileiro e o reconhecimento do direito dos países em desenvolvimento a terem acesso a medicamentos essenciais ao combate a epidemias como a AIDS, que enfrentava dificuldade em razão das disciplinas sobre propriedade intelectual na OMC<sup>1629</sup>.

Por nota à imprensa em 22 de dezembro, o Brasil lamentou que não tivesse sido possível chegar a um entendimento sobre a implementação do parágrafo 6 da Declaração Ministerial sobre TRIPS (Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados a Comércio) e Saúde Pública, acordada na IV Conferência Ministerial da OMC, em Doha, no mês anterior. Recordou que, segundo aquele parágrafo, o Conselho de TRIPS deveria encontrar uma solução, até o final daquele ano, para o problema dos países com pouca ou nenhuma capacidade de produção no setor farmacêutico. Notou que se tratava de tema de grande relevância, que envolvia questões humanitárias e de saúde pública, e em cuja discussão a sociedade civil tivera intensa participação.

O governo brasileiro reiterou sua continuada disposição em participar com os demais países, de forma construtiva, na busca de

uma decisão que permitisse encaminhar solução para o problema do parágrafo 6 da Declaração. Declarou que a preocupação central brasileira naquele exercício continuaria sendo a de preservar a Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública, documento que considerava de grande importância para a solução dos problemas de saúde pública dos países em desenvolvimento e peça central dos acordos que haviam tornado viável o lançamento da Agenda para o Desenvolvimento em Doha.

#### **8.8.4. Mercosul - UE**

Em julho de 2001, em reunião do Comitê de Negociações realizada em Montevideu, a UE apresentou ao Mercosul propostas de redução de barreiras<sup>1630</sup>. As negociações Mercosul - UE pareciam avançar mais rapidamente do que as da ALCA, quando a UE apresentou sua primeira oferta<sup>1631</sup>.

De fato, propostas seriam apresentadas e reuniões se realizariam com frequência. Por nota à imprensa de outubro de 2001, o Itamaraty informou que, por ocasião do início da VI Reunião do Comitê de Negociações Birregionais, celebrada em Bruxelas, a delegação do Mercosul apresentara à UE uma proposta de liberalização do comércio de bens e serviços e de compras governamentais. Informou também que o Mercosul apresentara à UE uma proposta de marco normativo para o comércio birregional de bens, na que incorporava os princípios que o bloco considera essenciais para essa negociação. Acrescentou que, na área de serviços, o Mercosul apresentara uma contraproposta de texto que apresentava convergências importantes com o texto proposto pela UE. Acrescentou que, em matéria de compras governamentais, o Mercosul apresentara uma contraproposta que coincidia em pontos importantes com a proposta apresentada pela UE no CNB anterior, tais como o princípio básico de conceder tratamento nacional a empresas de ambas as partes que participam de licitações (e as regras gerais que devem reger os processos de licitação para garantir a observância desse princípio). Concluiu que, com a apresentação daquela proposta e da recebida da UE anteriormente, abria-se uma nova etapa no processo de negociações birregionais, tendente à concretização de uma Zona de Livre-Comércio que deveria gerar maiores oportunidades de negócios para os respectivos setores privados e o fortalecimento do comércio e do investimento inter-regionais.

Em janeiro de 2002, Lafer notou que, a exemplo da ALCA, o objetivo básico do Acordo Mercosul - UE, no campo comercial, deveria ser o de garantir melhores condições de acesso aos respectivos mercados.

Ponderou que, apesar de a UE já se constituir na principal importadora de produtos agrícolas do Mercosul, o potencial para ampliação da presença brasileira naquele mercado era muito grande. Reconheceu que o desafio principal ao avanço da agenda negociadora birregional decorria exatamente das sensibilidades internas da UE em matéria agrícola. Notou que as resistências manifestadas pelos europeus em Doha para aceitar mandato mais ambicioso em agricultura estariam presentes também no tabuleiro negociador birregional. Observou que isso implicaria negociações difíceis para remover as restrições tarifárias e não tarifárias que produtos do interesse exportador do Mercosul enfrentavam na UE. Considerou que igualmente difícil seria a definição de certas disciplinas para temas tão diversos quanto o de subsídios à exportação e à produção, que poderiam eventualmente anular os benefícios de um acesso preferencial sob o ponto de vista das tarifas. Destacou que, no entanto, nem mesmo a agenda negociadora repleta de temas potencialmente conflitivos impediria que UE e Mercosul pudessem intercambiar suas primeiras ofertas em matéria de redução e eliminação de tarifas. Ressaltou, por fim, a expectativa de que, no médio prazo, a Política Agrícola Comum, PAC, fosse revista.

Os encontros não se davam apenas em nível técnico. Em fevereiro, o Ministro Celso Lafer e o Comissário para o Comércio Exterior da UE, Pascal Lamy, concederam entrevista à imprensa. Lafer informou que discutira com Lamy as negociações UE/Mercosul a partir do fato de que existia uma oferta da UE na mesa, uma oferta do Mercosul na mesa e uma reunião em Madri que tinha como toda reunião dessa natureza o significado e a importância de colocar foco e urgência nessas negociações. No que se referia às negociações em andamento entre a UE e o Mercosul, Lamy afirmou que era preciso intensificá-las. Reconheceu que ainda se encontravam as partes numa fase em que os parâmetros da negociação ainda não se esboçavam de modo muito nítido.

O relacionamento do Brasil com a UE não se fazia sem alguns atritos comerciais. Por nota à imprensa em março, o governo brasileiro lamentou a decisão da UE de proteger sua indústria siderúrgica por meio de salvaguardas provisórias. Declarou que a decisão vinha acrescentar mais um grave fator de distorção na crise em que se debate o comércio internacional de aço. Anunciou que o governo brasileiro estava procedendo a uma análise cuidadosa dos fundamentos jurídicos da decisão europeia e de seu impacto na pauta exportadora do Brasil e, à luz dessa análise, decidiria sobre os cursos de ação cabíveis.

As negociações birregionais apresentavam progressos. Em intervenção no mês de abril de 2002, Lafer considerou que houveram em



2001 avanços significativos no processo de constituição de uma área de livre-comércio entre Mercosul e UE. Lembrou que em julho do ano anterior, os europeus haviam apresentado sua proposta de desgravação tarifária para bens. Recordou que a proposta do Mercosul para bens, serviços e compras governamentais fora apresentada em outubro seguinte. Ressaltou que, apesar das dificuldades por que passava o Mercosul, a apresentação de proposta que previa a liberalização de todo o universo tarifário fora importante como demonstração do comprometimento da União Aduaneira nas negociações, e de seu interesse em prosseguir com as mesmas.

Antevia Lafer avanços maiores no ano seguinte. Em intervenção no mês de abril de 2002, Lafer fez um balanço das atividades do Itamaraty ao longo de um ano. Com relação a Mercosul - UE, afirmou que o ano seria importante para a continuidade do processo negociador. Notou que durante a Cúpula de Madri, a se realizar no mês seguinte, pretendia-se aprovar os capítulos relativos ao diálogo político e de cooperação do futuro Acordo de Associação Inter-regional. Pretendia-se, também, aprovar iniciativa na área de facilitação de negócios, bem como aprovar Comunicado fixando as diretrizes para o prosseguimento das negociações comerciais. Disse que também estava prevista a realização, no segundo semestre de 2002, de reunião Ministerial, em que seriam definidos os interesses centrais dos dois blocos e, em consequência, discutidos novos rumos para a negociação econômico-comercial.

A questão agrícola apontava como dificuldade nas negociações. Em junho, no Painel "A" do Encontro Econômico Brasil - Alemanha 2002 intitulado "A Responsabilidade Especial do Brasil e da Alemanha frente ao Processo de Integração UE -Mercosul" realizado em Hamburgo, Alemanha, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar V. Chohfi observou que, do ponto de vista do Mercosul e do Brasil, em particular, em que pesassem os avanços logrados, a associação estratégica entre o Mercosul e a UE só era concebível se contemplasse, em seu pacote, o acesso efetivo adicional dos produtos do Mercosul ao mercado comunitário, em especial dos produtos agrícolas e do agronegócio. Afirmou que, para o Brasil, o que se estava negociando era o acesso livre e recíproco dos produtos das duas regiões em seus respectivos mercados. Declarou que o objetivo brasileiro ia mais além, portanto, de um mero aumento de quotas ou de institucionalizar, em um acordo birregional, concessões já consolidadas em nível multilateral. Ressaltou que interessava ao Brasil e ao Mercosul incrementar o comércio birregional de forma consistente, duradoura e sem obstáculos, em busca de fluxos de comércio livres de distorções. Concluiu que era importante ressaltar que não se poderia



aceitar um acordo entre os dois grupos que fosse modesto no que se referia aos interesses do Mercosul e, ao mesmo tempo, ambicioso naquelas áreas onde estavam concentrados os interesses europeus, ou seja, acesso para produtos industriais, serviços e compras governamentais.

O interesse político no acordo estava presente. Em novembro, às vésperas de visita que faria ao Brasil, o Comissário das Relações da Comissão Europeia, Chris Patten, afirmou o seguinte em relação a um acordo comercial entre o Mercosul e a UE: “Temos um interesse enorme em fechar esse acordo com o Mercosul, para não perdermos espaço para os EUA”<sup>1632</sup>.

### *8.8.5. Balanço das negociações comerciais*

Em 2002, o superávit comercial surpreendeu favoravelmente tendo atingido US\$ 13 bilhões e o déficit em conta corrente, previsto para US\$ 20 bilhões, foi de apenas US\$ 5 bilhões<sup>1633</sup>. Em agosto, a economia brasileira foi salva de moratória por empréstimo de US\$ 30 bilhões pelo FMI, tendo o governo se comprometido a cumprir suas políticas fiscais. A dívida do setor público havia subido de 30%, em 1994, para 56% do PIB, em 2002, e a dívida externa absorvia 90% da receita das exportações<sup>1634</sup>.

Ao fazer um balanço da “diplomacia econômica” durante sua gestão, Celso Lafer referiu-se às negociações na ALCA, entre a UE e o Mercosul e as mantidas na OMC.

Quanto à primeira, ressaltou ter sido seu objetivo inicial “manter o calendário original, resistindo aos que desejavam acelerá-lo”. Notou a “movimentação diplomática pessoal” que empreendera, tendo sido o primeiro passo a coordenação intraMercosul. Afirmou também que outra preocupação era a “ideia do equilíbrio negociador”, diretriz confirmada na reunião ministerial de Quito. Isso permitiu preservar “espaço de decisão para a próxima administração”, a qual herdaria, assim, “riscos e oportunidades, mas não hipotecas”. Esclareceu que essa postura exprimia “uma visão de responsabilidade política” que levava em conta o fato de “ser a negociação da ALCA uma negociação cercada de controvérsias” que lhe foram explicitadas no seu “relacionamento com o Congresso e no trato da questão perante a agenda da opinião pública”.

No tocante às negociações entre o Mercosul e a UE, afirmou Celso Lafer ter se empenhado em “procurar o adensamento de algo que era mais aspiração do que negociação”. Ressaltou a importância do empenho brasileiro para “materializar a reunião do Rio em julho de 2002”. Notou

que, “a despeito da fragilidade do Mercosul e das dificuldades derivadas do alargamento na agenda da UE”, conseguiu “chegar a um calendário e a um cronograma de negociações”. Assim resumiu o resultado final:

Manter o tabuleiro Mercosul/UE vivo foi não só um ganho que esta administração lega para a próxima, como também a expressão de um esforço na linha estratégica de preservar a diversificação dos mercados do Brasil<sup>1635</sup>.

### 8.8.6. *Finanças*

Em meados de 2001, com o agravamento da crise argentina e outras incertezas no mercado internacional, o Brasil fez uso de linha de crédito *stand-by*<sup>1636</sup>.

#### 8.8.6.1. *Financiamento ao desenvolvimento*

Em março de 2002, realizou-se, em Monterrey (México), a Conferência Internacional sobre o Financiamento ao Desenvolvimento para debater os meios e fontes de financiamento para se atingir os objetivos da Declaração do Milênio, da Organização da ONU. A Conferência pretendeu conferir tratamento integrado às diversas vertentes que integram o “financiamento ao desenvolvimento”, a saber: mobilização de recursos domésticos; mobilização de recursos externos públicos (ajuda oficial ao desenvolvimento) e privados (investimento direto e em carteira); alívio de dívida externa; comércio internacional; e questões sistêmicas, que dizem respeito à reforma da arquitetura do sistema financeiro internacional e ao fortalecimento da governança mundial.

Em discurso que pronunciou no encontro, Lafer declarou que era preciso reconhecer que a pobreza era o desafio mais dramático que se enfrentava. Notou que ela estava em toda parte. Disse que acreditar que a mão invisível do mercado iria solucionar o problema seria iludir-se. Exortou o sistema socioeconômico dos países a ser incluyente e responder aos apelos e às necessidades básicas dos menos afortunados. Defendeu a democratização do processo decisório internacional, particularmente na área referente ao sistema financeiro internacional. Discorreu sobre a necessidade de aperfeiçoar o papel de países em desenvolvimento como membros de instituições financeiras internacionais como o FMI, de modo a corrigir essa assimetria. Propôs que Monterrey fortalecesse as estruturas de governança multilaterais, que eram as únicas efetivamente capazes

de lidar com as incertezas e os desequilíbrios que ameaçam a nossa capacidade coletiva de combater a pobreza.

#### 8.8.6.2. Investimentos estrangeiros

Em discurso no mês de agosto de 2001, na abertura de *workshop* sobre o *Investe Brasil*, mecanismo para a promoção de investimentos no país, Celso Lafer explicou que o evento se realizava para apresentação de estudo contratado pelo Ministério das Relações Exteriores junto ao “*Foreign Investment Advisory Service*” (FIAS), do sistema do Banco Mundial, sobre o quadro jurídico aplicável ao investimento estrangeiro no Brasil. Ressaltou a importante contribuição que o investimento direto estrangeiro trouxera, ao longo da história, para o desenvolvimento econômico do país. Declarou que aquele era o objetivo da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, a INVESTE BRASIL. Disse que era um mecanismo ágil e enxuto que, a partir do reconhecimento de uma responsabilidade compartilhada, estabelecia uma parceria entre o governo federal, os governos estaduais e o setor privado para o desenvolvimento. Esclareceu que um dos fatores que haviam levado à criação da INVESTE BRASIL era a demanda dos investidores externos por informações de qualidade sobre o marco regulatório para investimentos no Brasil. Informou que o Itamaraty apresentava estudo que constituía um mapeamento – inédito no Brasil – das condições legais e operacionais para o ingresso de investimento direto estrangeiro no país. Acrescentou que, na semana seguinte, seriam realizados dois *workshops*, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que se concentrariam nos obstáculos administrativos ao investimento naqueles estados. O trabalho seria posteriormente estendido a outras unidades da Federação, de forma a complementar o estudo mais abrangente com o detalhamento necessário à promoção dos investimentos no país.

Em 2001, tal como no ano anterior, o Brasil foi o décimo primeiro entre os principais países recebedores de investimento direto estrangeiro no mundo, tendo sido superado pelo México.<sup>1637</sup>

### 8.9. O Serviço Exterior Brasileiro

Ao resumir sua atuação na área administrativa do Itamaraty, Celso Lafer observou que, quando assumiu o Ministério, tinha conhecimento dos problemas da carreira, “inclusive na sua vertente salarial, e das

dificuldades orçamentárias do Itamaraty”. Lembrou ter dito então que procuraria se empenhar “para fazer algo de expressivo nessa matéria”. Ressaltou ter obtido uma elevação do patamar orçamentário e registrou sua participação pessoal naquele processo, com o apoio da “contribuição inestimável” de seus colaboradores que tratavam da matéria. Recordou seu “corpo a corpo” no Congresso para explicar porque os diplomatas exerciam uma função importante; porque o Itamaraty era relevante para o Brasil; porque era preciso dotar o Itamaraty dos instrumentos de ação; e porque era problemática a execução de um orçamento denominado em reais, mas que tinha a maior parte das suas despesas em dólar – dólar sujeito a oscilações que escapavam inteiramente do controle do Ministério das Relações Exteriores. Relatou como tratou também da segunda questão administrativa, isto é, da melhoria dos salários e das aposentadorias dos integrantes do Serviço Exterior – dos diplomatas, dos oficiais de chancelaria e dos assistentes de oficial de chancelaria. Frisou novamente seu empenho pessoal para lograr-se uma solução a qual requereu uma “grande negociação no âmbito, em primeiro lugar, do governo, com o Ministério do Planejamento, para tentar mostrar a peculiaridade de uma carreira de Estado, como a do Serviço Exterior, distinta de outras carreiras de Estado, como a carreira jurídica ou a dos integrantes da Receita Federal”. Relatou o sucesso conseguido naquele processo e expressou a crença de que a solução encontrada seria um fator importante na motivação dos quadros do Serviço Exterior brasileiro. Por fim, informou ter deixado ainda, encaminhada, através de projeto de lei apresentado pelo Executivo ao Congresso, “equacionamento mais apropriado para os funcionários do Itamaraty que não integravam o Serviço Exterior”<sup>1638</sup>.

Em 9 de janeiro de 2003, por ocasião da transmissão do cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, o Embaixador Osmar Chohfi, no campo administrativo, registrou com satisfação o êxito do Ministério em conseguir alterar a lei de remuneração dos salários no Brasil, com vistas a torná-la semelhante, em sua estrutura, vantagens e benefícios, à de outras Carreiras de Estado do Serviço Público Federal.

### *8.9.1. A questão da manifestação pública de diplomatas*

Por nota circular de fevereiro de 2001 aos Postos no Exterior, o Ministro Lafer tratou da questão de manifestação pública de diplomatas. Referiu-se a uma circular-telegráfica, originária da Secretária-Geral, que introduzira flexibilizações nas regras até então em vigor ao dar ao Chefe

do posto no exterior a latitude e a responsabilidade de decidir se a uma manifestação, em função do conteúdo, requeria ou não uma autorização específica da Secretaria de Estado.

Distinguiu duas situações: a dos Chefes de Posto e a dos diplomatas lotados na Secretaria de Estado. Frisou que a nova circular estabelecia que:

O Chefe de Posto devia opinar, expressando sua concordância, ao encaminhar o texto de diplomata a ele subordinado, sobre a formulação e execução da política exterior do Brasil, tanto para a Secretaria-Geral, quanto para a unidade da Secretaria de Estado responsável pelo tema tratado.

Com relação aos diplomatas lotados na Secretaria de Estado, afirmou que quando desejassem manifestar-se publicamente sobre temas relacionados à formulação e execução da política exterior do Brasil, deviam solicitar autorização do seu chefe imediato, a quem cabia opinar e encaminhar a manifestação à consideração superior.

Ressaltou que, nas duas hipóteses, a decisão final cabia ao Secretário-Geral, mas tal decisão teria o benefício da contribuição daqueles que tinham não só responsabilidades, mas informações relevantes sobre a matéria e de como devia ser ela abordada, à luz das diretrizes de política externa fixadas pelo Presidente da República.

Notou que a função de agente de Estado dava ao diplomata uma responsabilidade que não era individual ou privada, mas pública, ao manifestar-se sobre a formulação e a execução da política exterior do Brasil. Opinou que era disso e apenas disso e não de outras manifestações de que haviam tratado a lei e as circulares de referência. Após análise jurídica das dimensões de tal responsabilidade pública, frisou que, precisamente porque o diplomata era um agente do Estado e, por essa razão, integrante de uma carreira de Estado, hierarquizada, com direitos e deveres próprios, estava sujeito a um regime especial nas suas manifestações públicas sobre a formulação e a execução da política exterior. Ressaltou que tal regime tinha como objetivo conferir à voz do Estado brasileiro na sociedade internacional uma coerente coesão, que derivava de uma apropriada coordenação explicitadora de diretrizes diplomáticas.

Observou que a manifestação de diplomatas sobre a formulação e execução da política exterior estava sujeita a regras próprias em todas as chancelarias do mundo. Lembrou que, no caso do Brasil, essas normas estavam contempladas na Lei nº 7.501/86, que estipulava, no artigo 29,

inciso V, como dever específico dos funcionários do Serviço Exterior, além dos previstos no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, o de: “solicitar, previamente, anuência da autoridade competente, na forma regulamentar, para manifestar-se publicamente sobre matéria relacionada com a formulação e execução da política exterior do Brasil”. Recordou também que a Lei nº 7.501 estabelecia, no seu artigo 31, inciso I, que, além das proibições capituladas no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, o funcionário do Serviço Exterior estava proibido de “divulgar, sem anuência de autoridade competente, informação relevante para a política exterior do Brasil, a que tenha tido acesso em razão de desempenho de cargo no Serviço Exterior”.

Concluiu que a circular-telegráfica nº 40.662, que complementara a circular nº 87/96 e regulamentara a Lei nº 7.501/86, não era e não devia ser vista como uma “gramática de obediência voltada para vigiar”. Declarou que devia ser interpretada e aplicada segundo critérios de razoabilidade que norteavam as manifestações públicas de agentes que estão no exercício de função governamental disciplinada em Lei especial.

### **8.9.2. Ação afirmativa no Instituto Rio Branco**

Por ocasião do lançamento do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, Celso Lafer informou que, em cerimônia realizada no dia anterior, 13 de maio de 2002, o Presidente assinara Decreto que instituiria o programa nacional de ações afirmativas, destinado a promover os princípios da diversidade e do pluralismo no preenchimento de cargos da administração pública federal e na contratação de serviços por órgãos do governo. Acrescentou que, ainda na mesma cerimônia, o Presidente lançara o Plano Nacional de Direitos Humanos II, no qual estavam estipuladas metas nos campos dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e reforçava as medidas de combate à discriminação contra os grupos mais vulneráveis da sociedade. Declarou que o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco estava em perfeita sintonia com as medidas anunciadas no dia anterior pelo Presidente. Esclareceu que seu objetivo básico era aumentar a igualdade de oportunidades no acesso à carreira diplomática. Concluiu que, com ele, o Itamaraty dava mais um passo em sua trajetória de democratização e de busca de excelência. Ressaltou que, como afirmara o Presidente Fernando Henrique Cardoso em cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos, realizada em dezembro do ano anterior, era preciso ter um

conjunto de diplomatas que fossem um reflexo da sociedade brasileira que é multicolorida e não tinha cabimento que ela se apresentasse pelo mundo afora como se fosse uma sociedade branca, por não o ser. Explicou que seriam concedidas 20 “bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia” para que candidatos afrodescendentes se preparassem para o Concurso do Instituto Rio Branco. Haveria também uma preocupação com a equidade de gênero.

Por nota à imprensa de outubro, o Itamaraty informou que, como parte da série de ações afirmativas pós-Durban promovidas pelo Instituto Rio Branco – IRBr e pelo Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (DHS) do Ministério das Relações Exteriores, tivera início na sede do Instituto, curso de língua inglesa para indígenas. Esclareceu que o curso – com a participação de oito alunos indígenas indicados pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, dentre os quais constam advogados, sociólogos, antropólogos e pedagogos – tinha o objetivo de, segundo uma política de respeito à dignidade dos povos indígenas brasileiros, prepará-los para participar mais ativamente do tratamento de questões relacionadas com os direitos indígenas nos sistemas da ONU, OEA e OIT.

## **8.10. Atuação consular**

### ***8.10.1. Caso do menor Iruan Ergui Wu***

Em julho de 2001, o Ministro da Justiça, José Gregori, e o Ministro Celso Lafer concederam entrevista a respeito do caso do menor Iruan Ergui Wu. Lafer notou que havia uma grande preocupação na sociedade brasileira, por parte do governo, por parte do Congresso quanto ao caso do menor Iruan. Explicou que a solução para o caso passava por uma solução jurídica no âmbito de Formosa, sendo preciso, portanto, o apoio de um advogado. Informou que a família não tinha recursos para um advogado e, à luz de tais reflexões, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça haviam deliberado, diante da excepcionalidade do caso, colocar à disposição do advogado escolhido pela família a quantia solicitada para que operasse no plano jurídico interno de Formosa.

O Ministro José Gregori confirmou o desejo de atuar em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, por determinação do próprio Presidente da República, para verificar a possibilidade do retorno da criança para o Brasil. Esclareceu que a criança era órfã de mãe. Informou



que o pai, um chinês, fora para a China (Formosa) levar a criança, fruto de seu casamento com uma brasileira, para conhecer os avós paternos e lá, em plena visita, viera a falecer. Ou seja, a criança também ficou órfã de pai. Acrescentou ainda que, antes da viagem, o pai da criança fizera um instrumento passando o pátrio poder, no caso da ausência dele, à avó materna no Brasil. Esse era o instrumento jurídico que fornecia a base para a família brasileira reivindicar a guarda da criança. Concluiu que se tratava de, juridicamente, em Formosa, a Justiça reconhecer que quem tinha legitimidade jurídica para ficar com a criança era a avó materna, uma vez que isso correspondia à vontade do pai, que falecera. Notou, finalmente, que a devolução da guarda da criança não poderia ser feita por via diplomática.

Por nota à imprensa de novembro de 2002, o Itamaraty esclareceu que a maior parte dos recursos disponibilizados, num total de US\$ 12.000,00, já fora transferida pelo Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé para o advogado contratado pela família brasileira do menor Iruan Ergui Wu, órfão brasileiro que se encontrava retido em Taiwan por seus parentes paternos formosinos.

### 8.11. Síntese da gestão de Celso Lafer

O Ministro Celso Lafer, durante palestra ao Instituto Rio Branco no dia 18 de dezembro de 2002, poucos dias antes de deixar o cargo, fez um “balanço preliminar” de sua gestão.

Minhas expectativas em janeiro de 2001, quando assumi o Ministério viram-se, em parte, atropeladas na travessia. Imaginei, então, poder concentrar o foco de atuação nas negociações econômico-comerciais e avançar no aprofundamento do Mercosul e na organização do espaço sul-americano. Os cenários, tanto no plano interno quanto externo, pareciam muito positivos. Tais expectativas, no entanto, não se materializaram. Vários imprevistos surgiram, entre eles o 11 de Setembro; a nova agenda de segurança internacional e as dificuldades naturais que ela tem criado para a agenda do desenvolvimento; a deterioração da economia argentina e seu impacto no Mercosul; a fragilidade na América do Sul, que se agudizou a partir de 2001 etc.

[...] Dos imprevistos acima mencionados decorreram as duas preocupações básicas que acabaram norteando minha gestão.



A primeira foi a de preservar a agenda de desenvolvimento e as negociações econômico-comerciais para salvaguardar os interesses nacionais sem vê-los comprometidos pela nova agenda de segurança internacional. A segunda foi manter da melhor maneira possível a circunstância do nosso fazer diplomático. Meu objetivo foi evitar o risco de isolamento do Brasil, levando em conta as tendências do sistema internacional. Com efeito, há riscos nesse isolamento, riscos inclusive para um país de escala continental como o Brasil [...] mas que construiu, na sua história, através de sua política externa um *soft power* de credibilidade e um acervo de positiva presença diplomática bilateral e multilateral de natureza geral. Manter e ampliar esse acervo é importante para evitar o risco de um isolamento internacional do Brasil, pois hoje a autonomia não se constrói pelo isolamento, mas sim, pela participação no mundo, como indica nas suas reflexões o Embaixador Gelson Fonseca Jr. no seu livro sobre a legitimidade internacional. De fato, nossa participação no mundo e a qualidade da nossa inserção internacional dependem da nossa capacidade de atuar na elaboração das normas e das pautas de conduta que regem os atores da vida internacional. Isso, é claro, vale tanto para o econômico quanto para o político<sup>1639</sup>.

Ao transmitir o cargo de Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer saudou e cumprimentou o novo Ministro ressaltando que este assumia pela segunda vez a pasta das Relações Exteriores, “credenciado pelo lastro do conhecimento e da experiência vivida no trato dos grandes temas políticos, econômicos e culturais da diplomacia brasileira”. Afirmou que o novo Ministro era um representante exemplar de uma carreira de Estado e que era “com confiança e amizade – uma amizade aprofundada no correr dos anos e da convivência profissional e pessoal, que teve como fundamento a igualdade da estima recíproca” – que transmitia a chefia do Itamaraty. Observou que o entorno regional (“que mereceu do Presidente Fernando Henrique Cardoso especial, tenaz e criativa atenção – basta lembrar a iniciativa sul-americana”) estava “mais frágil em 2003, quando comparado a 1993”. Frisou que a agenda de segurança internacional em 2003 era muito “mais tensa e complexa” e estava “permeada por leituras e avaliações” que não eram as da visão e tradição diplomática brasileiras. Ressaltou que o nível de risco que a vida internacional colocava para os países na era da globalização aumentara nos dez anos anteriores, fosse no campo econômico-financeiro, fosse no estratégico-militar. Esclareceu que fazia aquelas observações com objetivo construtivo permeadas pelo desejo, que como cidadão expresso, de que o novo Ministro e o Presidente pudessem, para o bem do país, “gerar saldos positivos ao inventário da diplomacia brasileira”.

1490. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no.4., mar/abr/mai 2003, pp. 114-5.
1491. Fernando Henrique Cardoso, Discurso na posse do Ministro Celso Lafer, in *Política Externa*, vol. 9, no.4, mar/abr/mai - 2001, pp. 170-1.
1492. Celso Lafer, Discurso de posse, janeiro de 2001, in *Política Externa*, vol.9, no. 4, mar/abr/mai 2001, p. 177.
1493. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no.4., mar/abr/mai 2003, p. 115.
1494. Celso Lafer, *Mudam-se os tempos*, vol II, p. 74.
1495. Fernando Henrique Cardoso, "The Accidental President of Brazil. A Memoir.", p. 222.
1496. Eugênio Vargas García, *Diplomacia brasileira e política externa*, p. 702.
1497. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 316.
1498. Fernando Henrique Cardoso, *A Arte da Política*, p. 624, nota 4.
1499. Ana Maria Stuart, "Argentina: a reconciliação do Estado com a sociedade", in *Política Externa*, vol.12, no.12, set/out/nov 2003, pp. 63 e 65.
1500. Celso Lafer, "Reflexões de uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no.4 , mar/abr/mai, 2003, p. 130.
1501. Gustavo Fernández Saavedra, "Bolívia: hora de mudar de direção", in *Política Externa*, vol. 12, no.4, mar/abr/mai 2004, p. 101.
1502. Celso Lafer, "Reflexões de uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no.4 , mar/abr/mai, 2003, p. 130.
1503. Gustavo Fernández Saavedra, "Bolívia: hora de mudar de direção", in *Política Externa*, vol. 12, no.4, mar/abr/mai 2004, p. 104.
1504. Rafael Duarte Villa e Vivian Dávila Urquidi, "Venezuelas Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo", em *Política Externa*, vol.14, no.4, mar/abr/mai 2006, p. 72.
1505. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, 310 e Rafael Duarte Villa e Vivian Dávila Urquidi, "Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo", em *Política Externa*, vol.14, no.4, mar/abr/mai 2006, p. 66.
1506. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 199.
1507. Rafael Duarte Villa e Vivian Dávila Urquidi, "Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo", em *Política Externa*, vol.14, no.4, mar/abr/mai 2006, p. 73.
1508. Celso Lafer, "Reflexões de uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no.4 , mar/abr/mai, 2003, p. 131.
1509. Peter Hakim, "A política sem ânimo", in *Política Externa*, vol.12 no.2 set/out/nov 2003, p. 80.
1510. Celso Lafer, *Mudam-se os tempos*, vol II, p. 84.
1511. Celso Lafer, "Reflexões de uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no.4 , mar/abr/mai, 2003, p. 112.
1512. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no. 4, mar/abr/mai 2003, p. 134.
1513. Peter Hakim, "Brasil e México: duas maneiras de ser global", in *Política Externa*, vol 10, no.4, mar/abr/mai - 2002, p. 96.
1514. Peter Hakim, "Brasil e México: duas maneiras de ser global", in *Política Externa*, vol 10, no.4, mar/abr/mai - 2002, p. 101.
1515. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no.4., mar/abr/mai 2003, p. 117.
1516. John W. Young e John Kent, *International Relations*, pp. 610 e 658.
1517. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 214.
1518. Niall Ferguson, *Colossus*, p. 16.
1519. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 929.
1520. Fernando Henrique Cardoso, "The Accidental President of Brazil. A Memoir.", p. 60.
1521. Fernando Henrique Cardoso, "The Accidental President of Brazil. A Memoir.", pp. 226 e 262.
1522. Hywell Williams, *Ten Days that Changed the World*, p. 285.
1523. Eugênio Vargas García, *Diplomacia brasileira e política externa*, p. 700.
1524. Antonio Carlos Lessa e Frederico Arana Meira, "O Brasil e os atentados de 11 de setembro de 2001", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, p. 52.
1525. Fernando Henrique Cardoso, *A Arte da Política*, p. 625, nota 5.
1526. Antonio Carlos Lessa e Frederico Arana Meira, "O Brasil e os atentados de 11 de setembro de 2001", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, p. 52.
1527. Celso Lafer *Intervenção por ocasião do Fórum Nacional "Nova Ordem Internacional, globalização e o mundo pós-11 de setembro"*, in *Política Externa*, vol.11, no.2, set/out/nov 2002, p. 123.
1528. <http://epoca.globo.com/edic/20020304/brasil4.htm>
1529. Luiz Alberto Moniz Bandeira, *As relações perigosas: Brasil-EUA*, p. 231.
1530. *O Globo*, 23 de abril de 2010.
1531. Peter Hakim, "As relações Brasil-EUA: a parceria indefinida" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 249.
1532. Peter Hakim, "Brasil e México: duas maneiras de ser global", in *Política Externa*, vol 10, no.4, mar/abr/mai - 2002, p. 99.
1533. <http://www.un.int/brazil/speech/01d-gfj-56agnu-terrorism-0310.htm>
1534. Celso Lafer, *Mudam-se os tempos*, vol I, p. 329.
1535. Celso Lafer, *Mudam-se os tempos*, vol I, p. 329.
1536. Celso Lafer, *Mudam-se os tempos*, vol I, p. 329.

1537. Rubens Antônio Barbosa, "Os EUA pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil", Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 45, no. 1, 2002, p. 89, nota 16.
1538. <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL540818-10406,00-BRASILIEIRO+VIRA+OBSTACULO+DOS+ESTADOS+UNIDOS+NA+ACAO+CONTRA+SADDAM+HUSSEIN.html>
1539. <http://www.estadao.com.br/arquivo/mundo/2002/not20020319p44903.htm>
1540. <http://www.acronym.org.uk/dd/dd64/64nr01.htm>
1541. <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E01EED61238F933A15750CA9649C8B63>
1542. <http://www.acronym.org.uk/dd/dd64/64nr01.htm>
1543. <http://nucnews.net/nucnews/2002nn/0203nn/020321nn.htm>
1544. [http://www.unwire.org/unwire/20020321/24919\\_story.asp](http://www.unwire.org/unwire/20020321/24919_story.asp) (United Nations Foundation) e [http://www.nti.org/d\\_newswire/issues/2002/3/21/9s.html](http://www.nti.org/d_newswire/issues/2002/3/21/9s.html)
1545. <http://www.acronym.org.uk/dd/dd64/64nr01.htm>
1546. <http://www.acronym.org.uk/dd/dd64/64nr01.htm>
1547. Celso Lafer, Mudam-se os tempos, vol I, p. 332.
1548. <http://www.opcw.org/news/news/article/speciAl-session-of-the-conference-of-the-states-parties-to-the-chemical-weapons-convention-to-be-con/>
1549. Celso Lafer, Mudam-se os tempos, vol I, p. 332.
1550. Celso Lafer, Mudam-se os tempos, vol I, p. 336.
1551. Celso Lafer, Mudam-se os tempos, vol I, p. 338.
1552. [http://www.unwire.org/unwire/20020321/24919\\_story.asp](http://www.unwire.org/unwire/20020321/24919_story.asp) e o texto completo da intervenção encontra-se no "site" do Departamento de Estado : <http://statelists.state.gov/scripts/wa.exe?A2=ind0205&L=dosdo&P=174> e integra da intervenção do Embaixador Bustani em
1553. [http://www.unwire.org/unwire/20020321/24919\\_story.asp](http://www.unwire.org/unwire/20020321/24919_story.asp) com base em matéria de Deborah Berlinck, no O Globo Online e integra da intervenção do Embaixador Bustani em <http://www.opcw.org>
1554. <http://www.opcw.org>
1555. Rubens Antônio Barbosa, "Os EUA pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil", Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 45, no. 1, 2002, p. 80, nota 16.
1556. <http://www.acronym.org.uk/dd/dd64/64nr01.htm>, <http://www.estadao.com.br/arquivo/mundo/2002/not20020422p45942.htm> e <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2002/04/22/306/OPAQ:-Brasil-convida-Bustani-preintegrar-Servico-Exterior.html>
1557. <http://www.articlearchives.com/international-relations/weapons-arms-military/1111466-1.html>
1558. <http://www.acronym.org.uk/dd/dd64/64nr01.htm>
1559. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300006)
1560. <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2004/10/16/noticia.157839>
1561. Niall Ferguson, Colossus, pp. 262-3.
1562. Rubens Antônio Barbosa, "Os EUA pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil", p. 73.
1563. Relatório sobre os EUA elaborado por Força-tarefa independente, patrocinada pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), in Política Externa, vol. 11, no. 3, dez/jan/fev 2002/2003, p. 116.
1564. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in Política Externa, vol. 11, no.4., mar/abr/mai 2003, p. 117.
1565. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 650.
1566. William Woodruff, Concise History fo the Modern World, p. 326.
1567. Fernando Henrique Cardoso, "The Accidental President of Brazil. A Memoir.", p. 265.
1568. Raúl BernAl-Meza, "A política exterior do Brasil: 1900-2002", p. 48.
1569. Celso Lafer, "Reflexões de uma gestão", in Política Externa, vol. 11, no.4, mar/abr/mai, 2003, p. 112.
1570. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 117.
1571. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 773.
1572. Celso Lafer, Mudam-se os tempos, vol II, p. 58.
1573. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 97.
1574. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 97.
1575. John W. Young e John Kent, International Relations, p. 704.
1576. J.A.S. Grenville, A History of the World, p. 936.
1577. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 97.
1578. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 97.
1579. Celso Lafer, Mudam-se os tempos, vol II, p. 57.
1580. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 931.
1581. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 91.
1582. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 91.
1583. Celso Lafer, Mudam-se os tempos, vol II, p. 57.
1584. Celso Lafer "Reflexões sobre uma gestão", in Política Externa, vol. 11, no. 4, mar/abr/mai, p. 133.
1585. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 931.
1586. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 289.
1587. J.A.S. Grenville, A History of the World, p. 931.
1588. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in Política Externa, vol. 11, no. 4, mar/abr/mai 2003, p. 133.
1589. Celso Lafer, Mudam-se os tempos, vol II, pp. 113-114.

1590. J.A.S. Grenville, *A History of the World*, p. 931.
1591. Guido Fernando Silva Soares, "Legitimidade de uma guerra preventiva, em pleno 2003?", in *Política Externa*, vol. 12, jun/jul/ago, 2003, p. 26.
1592. Celso Lafer, *Mudam-se os tempos*, vol II, p. 92.
1593. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 637.
1594. Niall Ferguson, *Colossus*, p. 152.
1595. Ambrose, Stephen, *Rise to Globalism*, p. 474.
1596. Niall Ferguson, *Colossus*, p. 151.
1597. Celso Lafer "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no. 4, mar/abr/mai, p. 132.
1598. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 930.
1599. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 389.
1600. Fernando Henrique Cardoso, "The Accidental President of Brazil. A Memoir.", pp. 261-2.
1601. Celso Lafer, *Mudam-se os tempos*, vol II, p. 88.
1602. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 375.
1603. Celso Lafer, "Reflexões de uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no.4, mar/abr/mai, 2003, p. 112.
1604. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 661.
1605. Chris Cook e John Stevenson, *World History since 1914*, p. 159.
1606. J. A. S. Grenville, *A History of the World*, p. 596.
1607. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no. 4, mar/abr/mai 2003, p. 133.
1608. Fernando Henrique Cardoso, "The Accidental President of Brazil. A Memoir.", p. 267.
1609. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 345.
1610. José H. Fischel de Andrade e Adriana Marcolini, "A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados – breves comentários sobre suas principais características", *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 45, no.1, 2002, pp. 171-172.
1611. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 345.
1612. William Woodruff, *Concise History of the Modern World*, p. 345.
1613. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, pp. 134-5.
1614. Celso Lafer, *Mudam-se os tempos*, vol II, p. 38.
1615. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, p. 135.
1616. Celso Lafer, *Mudam-se os tempos*, vol II, p. 64.
1617. Fabio Giambiagi, "Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos", in *Economia Brasileira Contemporânea*, p. 191.
1618. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, p. 127.
1619. Raúl BernAl-Meza e Silvio Quintanar, "Argentina: entre o Mercosul e a ALCA", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, no.2, 2001, p. 161.
1620. Eduardo Duhalde, "Perspectivas do Mercosul", p. 6.
1621. Eduardo Duhalde, "Perspectivas do Mercosul", p. 13.
1622. Peter Hakim, "As relações Brasil-EUA: a parceria indefinida" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 249.
1623. Peter Hakim, "Brasil e México: duas maneiras de ser global", in *Política Externa*, vol 10, no.4, mar/abr/mai – 2002, p. 99.
1624. Raúl BernAl-Meza, "A política exterior do Brasil: 1900-2002", p. 49.
1625. Celso Lafer, *Mudam-se os tempos*, vol II, p. 100.
1626. Celso Lafer, "Novos cenários da negociação comercial internacional: Doha e o pós-Doha (São Paulo, 24 de janeiro de 2002)", in *Política Externa*, vol 10, no.4, mar/abr/mai – 2002, pp. 149-151.
1627. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, p. 126.
1628. Celso Amorim e Vera Thorstensen, "Uma avaliação preliminar da Conferência de Doha – as ambiguidades construtivas da agenda do desenvolvimento", in *Política Externa*, vol.10, no. 4, mar/br/mai – 2002, pp. 61-62.
1629. Celso Lafer, *Mudam-se os tempos*, vol II, p. 97.
1630. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in *Revista Brasileira de Política Internacional*, no. 44, no. 2, 2001, p. 109.
1631. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in *Revista Brasileira de Política Internacional*, no. 44, no. 2, 2001, p. 117.
1632. Marcos Savini, "As negociações comerciais entre Mercosul e UE" in *Revista Brasileira de Política Internacional*, no. 44, no. 2, 2001, p. 110.
1633. Fabio Giambiagi, "Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos", in *Economia Brasileira Contemporânea*, p. 191.
1634. J.A.S. Grenville, *A History of the World*, p. 702.
1635. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, p. 125.
1636. Paulo Roberto de Almeida, "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências*, p. 31.
1637. Antonio Corrêa de Lacerda, "Os fluxos de investimentos e o papel das empresas transnacionais", in *Política Externa*, vol. 12, no.2 set/out/nov 2003, 13, com base em dados da UNCTAD.

1638. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, p. 136.
1639. Celso Lafer, "Reflexões sobre uma gestão", in *Política Externa*, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, pp. 123-4.



## Índice Onomástico Remissivo – Tomo I

### A

- Abdenur, Roberto, 287, 298, 304, 305, 319, 321, 334, 336, 337, 338, 345, 348, 349, 351, 352, 353, 354.
- Abe, Shintaro, 41.
- Abreu Sodré, Roberto de, 55, 56, 65, 66, 69, 92, 93, 102, 121.
- Abreu, Sérgio, 303.
- Adamkus, Valdas, 629.
- Afeganistão, 20, 41, 43, 80, 97, 100, 101, 103, 192, 197, 316, 468, 469, 470, 471, 496, 560, 625, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 663.
- África do Sul, 34, 35, 36, 37, 52, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 107, 122, 130, 155, 156, 157, 158, 159, 207, 208, 255, 256, 258, 268, 289, 310, 312, 313, 429, 436, 442, 443, 447, 449, 505, 507, 512, 523, 563, 587, 632, 633, 665, 667, 673, 681.
- Aidid, Mohamed Farrah, 160, 258, 259, 313, 314.
- Alaa, Abu, 318.
- Alarcón, Fabián, 385, 387.
- Alatas, Ali, 480, 481, 482.
- Albânia, 150, 425.
- Albright, Madeleine, 285, 298, 299, 313, 314, 316, 370, 376, 396, 418, 424, 444, 456, 459, 460, 461, 464, 470, 492.
- Alemanha, 33, 130, 135, 141, 148, 149, 151, 153, 171, 173, 215, 253, 280, 308, 409, 410, 412, 413, 466, 474, 498, 512, 528, 541, 588, 614, 621, 622, 623, 654, 704.

- Al-Faisal, Príncipe Sauld, 90.  
Alfonsín, Raúl, 26, 50, 59, 60, 106, 133, 136.  
Ali, Hassan, 38.  
Al-Sabah, Emir, do Coveite, 166.  
Álvarez, Carlos, 568.  
Alvear, Soledad, 382, 487, 581.  
Amaral, Sérgio, 278, 657.  
Amorim, Celso, 216, 223, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 298, 302, 303, 304, 305, 307, 311, 312, 313, 316, 319, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 341, 342, 344, 346, 348, 349, 350, 367, 418, 420, 422, 423, 438, 440, 444, 448, 449, 463, 464, 465, 467, 489, 505, 537, 699.  
André, Edner Pageotte, 65, 66.  
Angola, 34, 35, 36, 56, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 102, 103, 107, 155, 157, 158, 159, 207, 208, 232, 255, 256, 257, 258, 284, 289, 310, 311, 316, 325, 326, 328, 349, 429, 430, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 445, 492, 493, 496, 514, 515, 630, 631, 632, 665, 674.  
Annan, Kofi, 459, 463, 464, 483, 484, 486, 492, 496, 506, 594.  
Antunes, Cláudia, 396, 495.  
Aoun, Michel, 92, 93, 162.  
Arábia Saudita, 43, 90, 164, 165, 166, 171, 172, 173, 449, 469, 637, 639.  
Arafat, Yasser, 39, 40, 166, 168, 318, 454, 457, 636, 637, 638, 643.  
Araújo Castro, Luiz Augusto de, 107, 223, 607, 608.  
Arcoverde, Waldyr, 327.  
Argaña, Luís María, 375.  
Argélia, 90.  
Argentina, 25, 26, 29, 50, 58, 59, 60, 70, 72, 73, 105, 106, 108, 115, 116, 117, 119, 122, 133, 134, 135, 136, 141, 144, 169, 171, 177, 178, 179, 184, 187, 189, 195, 198, 199, 202, 203, 204, 217, 218, 219, 225, 233, 240, 241, 246, 247, 266, 267, 268, 276, 284, 291, 294, 300, 301, 305, 329, 334, 335, 339, 340, 362, 367, 369, 370, 371, 372, 373, 375, 376, 386, 388, 398, 466, 484, 493, 494, 495, 516, 518, 519, 520, 521, 560, 561, 563, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 596, 599, 613, 614, 615, 676, 680, 681, 682.  
Árias, Arnulfo, 584.  
Árias, Oscar, 66, 68.  
Aristide, Jean-Bertrand, 143, 144, 201, 202, 246, 248, 289, 296, 298, 302.  
Aristow, Boris, 34.  
Armênia, 152, 154, 316.  
Arns, Dom Paulo Evaristo, 36.  
Austrália, 97, 114, 176, 189, 349, 370, 406, 483, 484, 500, 600, 611, 654, 662, 696.



Áustria, 148, 251, 306, 307, 356, 409, 412.  
 Ayala Lasso, José, 295, 386, 387.  
 Aylwin, Patrício, 61, 137, 185, 242.  
 Azambuja, Marcos, 138, 142, 157, 168, 176, 181.  
 Azerbaijão, 151, 152, 316.  
 Aziz, Tariq, 94, 168, 170, 172, 461, 464.  
 Aznar, José María, 412.

## B

Baena Soares, João Clemente, 71, 139, 140, 144, 199, 201, 202, 247, 248, 249,  
 302, 303, 327.  
 Bahadian, Adhemar G., 530.  
 Bahamas, 198.  
 Baker, James, 162, 170, 204, 210, 450.  
 Balaz, Jorge, 634.  
 Ballestré, Jean Marie, 36.  
 Bangladesh, 192.  
 Bánzer, Hugo, 61, 368, 380, 573.  
 Baptista, Luiz Olavo, 407.  
 Barak, Ehud, 457, 634.  
 Barbados, 303.  
 Barbosa, Rubens Antonio, 344, 614.  
 Barco, Virgílio, 63.  
 Bareine, 461.  
 Barre, Mohamed Siad, 160.  
 Barshefsky, Charlene, 404, 528.  
 Bartholomew, Reginald, 203, 216.  
 Batista, Eliezer, 41, 199.  
 Battle, Jorge, 374, 571.  
 Bayma Denis, Rubens, 105.  
 Bazin, Marc Louis, 202, 247.  
 Beiline, Yossi, 259.  
 Bélgica, 47, 409, 412.  
 Belo, Bispo Carlos Ximenes, 480, 488, 647.  
 Bendjedid, Chadli, 90.  
 Betancourt Roa, Alberto, 28.  
 Betancourt, Ingrid, 580.  
 Bhagwati, Jagdish, 535.

- Bielo-Rússia, 147, 152, 217, 425.  
Bin Laden, Osama, 356, 469, 470, 513, 514, 651, 652, 653.  
Black, J. Cofer, 614.  
Blair, Tony, 456, 463, 620, 625, 640, 645.  
Blaney, George, 152.  
Blix, Hans, 468, 646.  
Blondin Beye, Alouine, 258.  
Bolívia, 25, 27, 58, 60, 61, 122, 137, 144, 177, 185, 199, 202, 204, 226, 233, 240,  
242, 275, 277, 292, 366, 367, 368, 379, 380, 381, 517, 518, 519, 562, 563,  
573, 577, 676.  
Bolton, John, 598.  
Bondevik, Kjell Magne, 458.  
Borja, Rodrigo, 63, 141, 186.  
Bósnia, 150, 153, 154, 155, 197, 206, 207, 238, 253, 254, 304, 308, 309, 310,  
316, 356, 413, 416, 417, 418, 419, 420, 422, 423, 424, 427, 587.  
Bósnia-Herzegovina, 147, 154, 206, 207, 308, 309, 328, 416, 417, 418, 420,  
427, 665.  
Botsuana, 35, 83, 84, 87.  
Boucher, Richard, 601.  
Bouterse, Dési, 28, 64, 142, 244.  
Brady, Nicholas, 78, 119, 204, 183.  
Bresser Pereira, Luís Carlos, 112, 250, 276.  
Brizola, Leonel, 121, 348.  
Brno, Peter, 629.  
Brughera, Miguel, 64.  
Brunei, 97, 391, 499.  
Bruntland, Gro, 149.  
Buarque, Cristóvam, 439, 485, 486.  
Bucaram, Abdallah, 384, 385.  
Bueno, Carlos, 64.  
Bulgária, 81, 82, 409, 411.  
Burelli Rivas, Miguel Ángel, 376, 378.  
Burundi, 310, 314, 315, 316, 317, 445, 496.  
Bush (filho), George W., 20, 245, 406, 560, 578, 587, 588, 596, 597, 651, 664.  
Bush (pai), George H. W., 31, 56, 69, 70, 78, 96, 134, 146, 161, 165, 170, 179,  
206, 210, 238, 249, 261, 267, 293.  
Bustani, José Maurício, 500, 595, 598, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607,  
608, 609.  
Buyoya, Pierre, 317.

## C

- Cabello, Diosdado, 576.  
 Cabo Verde, 85, 108, 255, 308, 333, 431, 432, 438, 514, 515, 674.  
 Caldera, Rafael, 292, 341, 376, 377.  
 Câmara, Irene de Lima, 145.  
 Camboja, 97, 99, 176, 262, 315, 316, 322, 324, 328, 499.  
 Campbell, Kim, 305.  
 Canadá, 32, 33, 79, 101, 114, 116, 135, 144, 145, 147, 167, 184, 202, 203, 227,  
 228, 250, 254, 289, 297, 305, 342, 406, 407, 408, 416, 511, 529, 536, 600,  
 615, 616, 617, 618, 619, 628, 654, 665, 677, 684.  
 Cançado Trindade, Antônio Augusto, 336.  
 Cannabrava, Ivan, 433, 479, 480, 482, 492, 515.  
 Cantanhêde, Eliane, 652.  
 Caputo, Dante, 26, 60, 247, 248, 296.  
 Cardoso de Melo, Joaquim, 36.  
 Cardoso de Melo, Zélia, 130, 146, 188.  
 Cardoso, Eliana, 323.  
 Cardoso, Fernando Henrique, 214, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244,  
 245, 247, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 265,  
 268, 269, 271, 272, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 287, 288, 290, 338, 343,  
 345, 348, 349, 355, 356, 357, 359, 360, 362, 363, 364, 365, 367, 368, 369,  
 370, 371, 372, 373, 374, 376, 377, 378, 380, 381, 382, 383, 384, 387, 388,  
 389, 390, 392, 394, 399, 402, 403, 404, 405, 407, 409, 410, 411, 413, 430,  
 437, 440, 442, 443, 452, 454, 456, 471, 473, 475, 476, 477, 478, 481, 484,  
 487, 488, 489, 490, 493, 496, 498, 501, 503, 506, 509, 510, 512, 514, 515,  
 516, 520, 522, 524, 527, 528, 530, 538, 540, 541, 546, 559, 561, 563, 564,  
 565, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 581, 582, 583, 584, 588, 590, 596,  
 605, 608, 620, 621, 622, 623, 624, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 635, 640,  
 641, 647, 648, 650, 652, 654, 655, 660, 662, 663, 664, 666, 669, 672, 675,  
 676, 677, 680, 689, 691, 701, 710, 713.  
 Carmona, Pedro, 575.  
 Carter, Jimmy, 241, 301, 395, 582.  
 Castañeda, Jorge, 584.  
 Castro Alves, Dário Moreira de, 44.  
 Castro Neves, Luiz Augusto de, 412.  
 Castro, Fidel, 64, 143, 295, 379, 397, 399.  
 Catar, 319, 696, 700.  
 Cavaco e Silva, Aníbal, 80, 148, 231.  
 Cavallo, Domingos, 134, 240, 565, 568.

- Cazaquistão, 153, 217, 335.  
 Cédras, Raoul, 144, 201, 202, 246, 249, 296, 298, 299, 301, 302.  
 CEE, 33, 79, 83, 114, 148, 153, 154, 183, 196, 198, 202, 205, 206, 207, 229, 231,  
 232, 233, 239, 251, 252, 278, 279, 283, 292, 346, 418, 537.  
 Chade, 429.  
 Chamorro, Violeta, 69, 142, 296.  
 Chávez, Hugo, 139, 242, 292, 368, 378, 379, 574, 575, 576, 577, 588.  
 Chechênia, 289, 308, 356, 357, 413, 414, 415, 416, 514.  
 Cheney, Richard, 147.  
 Chernomyrdin, Viktor, 254, 415.  
 Chevarnadze, Eduard, 34, 45, 80, 87, 151, 167.  
 Chile, 58, 61, 62, 64, 133, 136, 137, 141, 177, 179, 185, 203, 204, 217, 237, 242,  
 267, 279, 280, 292, 294, 305, 341, 342, 367, 368, 370, 381, 382, 386, 388,  
 412, 487, 516, 518, 519, 522, 530, 561, 577, 581, 593, 599, 676.  
 China, 19, 20, 40, 41, 80, 96, 97, 98, 122, 170, 174, 179, 180, 212, 217, 225, 238,  
 261, 262, 263, 273, 284, 300, 308, 316, 317, 322, 323, 329, 334, 335, 338,  
 349, 356, 357, 363, 397, 406, 426, 447, 468, 469, 471, 472, 473, 474, 477,  
 495, 504, 505, 507, 563, 588, 603, 608, 614, 647, 648, 649, 655, 656, 657,  
 688, 712.  
 Chipre, 39, 93, 411, 492.  
 Chirac, Jacques, 411, 412, 416, 498.  
 Chissano, Joaquim, 84, 86, 255, 312.  
 Chitunda, Jeremias, 256.  
 Chohfi, Osmar, 383, 562, 564, 567, 572, 574, 579, 587, 597, 605, 622, 624, 636,  
 637, 648, 650, 655, 656, 663, 674, 680, 691, 699, 704, 708.  
 Chrétien, Jean, 407.  
 Christopher, Warren, 250, 454.  
 Cimma, Enrique Silva, 242.  
 Cingapura, 97, 99, 174, 322, 484, 499, 512, 532, 533, 534, 647.  
 Clark, General Wes, 424, 662.  
 Clark, Helen, 662.  
 Clinton, William J., 234, 284, 285, 351, 352, 353, 354, 548, 549, 550, 551, 552,  
 553, 555, 557, 558.  
 Collins, Gerard, 149.  
 Collor de Mello, Fernando, 79, 121, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136,  
 137, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 154, 157, 158,  
 159, 163, 167, 168, 169, 172, 174, 157, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183,  
 184, 185, 186, 187, 188, 189, 196, 199, 213, 216, 218, 219, 221, 222, 224,  
 225, 232, 233, 238, 274, 277.  
 Colômbia, 44, 59, 63, 64, 70, 73, 113, 141, 151, 162, 177, 203, 244, 275, 277,

292, 301, 326, 327, 368, 392, 393, 394, 517, 564, 579, 580, 585, 676.  
 Comissão Europeia, 252, 409, 411, 522, 619, 705.  
 Comunidades Europeias, 110, 271, 619.  
 Congo, 15, 108, 316, 444, 445, 496.  
 Congo-Brazzaville. *Veja República do Congo*  
 Consalvi, Carlos Alberto, 62.  
 Cordeiro, Ênio, 425, 435, 445.  
 Cordovez, Diego, 100, 141.  
 Coreia, Guerra da, 170.  
 Coreia do Norte, 19, 268, 304, 322, 334, 500, 587, 644, 658.  
 Coreia do Sul, 97, 99, 211, 280, 370, 468, 472, 476, 477, 484, 539, 541, 600,  
 647, 648, 649, 658.  
 Cossiga, Francisco, 79, 149.  
 Costa Rica, 66, 67, 68, 144, 177, 202, 395, 492, 530, 576, 667, 676.  
 Côte d'Ivoire, 162, 432.  
 Cotin, Gener, 66.  
 Coveite, 90, 130, 147, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173,  
 174, 261, 321, 328, 466, 542.  
 Craxi, Bettino, 39.  
 Croácia, 147, 150, 152, 153, 154, 206, 253, 309, 310, 328, 416, 417, 418, 419,  
 420, 496.  
 Cuba, 19, 28, 29, 52, 64, 65, 83, 86, 115, 121, 122, 143, 162, 170, 177, 208, 245,  
 283, 290, 293, 294, 295, 301, 334, 344, 348, 349, 350, 372, 375, 376, 395,  
 396, 397, 398, 399, 507, 542, 546, 582, 583, 603, 644, 676.  
 Cubas, Raúl, 375, 376.

## D

Dallaire, Romeo, 315, 316.  
 Dauster, Jório, 409.  
 de Klerk, F. W., 88, 155, 156, 157, 158, 268, 312, 313.  
 de la Madrid, Miguel, 31, 73, 74.  
 de la Rúa, Fernando, 372, 373, 565, 567, 568, 569.  
 de León Carpio, Ramiro, 246, 303.  
 Defraigne, Pierre, 619.  
 Delvalle, Eric Arturo, 69.  
 Dembo, António, 631.  
 Deng Xiaoping, 41, 98, 174, 175, 212, 238, 261, 472, 473.  
 Dhlakama, Afonso, 255, 312.

di Tella, Guido, 144, 199, 371, 376.  
Dianni, Cláudia, 652.  
Dias, Márcio Paulo de Oliveira, 62, 374.  
Dinamarca, 411, 412, 484, 619.  
Diniz Brandão, Marco Antônio, 667.  
Djibuti, 300, 308, 429.  
Dlamini-Zuma, Nkosazana, 633.  
Dornelles, Francisco, 534.  
Dubcek, Alexander, 83.  
Dudayev, Dzhokar, 308.  
Duhalde, Eduardo, 372, 569, 570, 571.  
Dumas, Roland, 33.  
Dunkell, Arthur, 227.  
Dupas, Gilberto, 592.  
Durán, Armando, 144.  
Durán-Ballén, Sixto, 244.  
Durão Barroso, José Manuel, 624.  
Duvalier, Baby Doc, 24, 64, 65, 202.

## E

EAU, 171, 259, 260.  
Egito, 39, 90, 115, 162, 166, 171, 370, 457, 459, 505, 507, 546, 613, 699.  
Eid, Oscar, 242.  
Eisenhower, Dwight, 134.  
El Salvador, 64, 66, 67, 68, 142, 177, 202, 203, 328, 395, 676.  
Elias, José Serrano, 245, 303.  
Emirados Árabes Unidos. *Veja EAU*  
Endara, Guillermo, 70, 72.  
Equador, 25, 59, 63, 141, 177, 186, 203, 244, 275, 333, 366, 368, 369, 383, 384,  
385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 492, 517, 547, 562, 563, 564, 580,  
676, 694.  
Ergui Wu, Iruan, 711, 712.  
Eritreia, 444, 445, 446, 496.  
Escócia, 90, 160, 209, 317, 447.  
Eslováquia, 238, 253, 409, 411, 626, 629.  
Eslovênia, 147, 150, 151, 153, 154, 253, 411, 629.  
Espanha, 23, 33, 79, 89, 141, 148, 176, 177, 205, 300, 308, 409, 411, 412, 413,  
518, 541, 620, 622, 624, 625, 676.

- Estônia, 82, 147, 151, 307, 409, 411.  
 Etiópia, 162, 256, 444, 445, 446, 496.  
 EUA, 19, 20, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 39, 43, 45, 48, 52, 56, 57, 58, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 104, 106, 107, 108, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 122, 133, 134, 136, 141, 143, 144, 145, 146, 151, 157, 161, 162, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 195, 196, 202, 203, 204, 206, 208, 209, 211, 216, 217, 218, 225, 226, 227, 228, 229, 237, 238, 241, 245, 247, 249, 250, 253, 254, 256, 257, 258, 261, 273, 276, 277, 278, 279, 283, 284, 289, 292, 294, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 305, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 325, 333, 334, 335, 338, 342, 343, 344, 346, 349, 356, 357, 363, 370, 371, 372, 376, 380, 386, 388, 393, 394, 395, 396, 398, 399, 400, 402, 403, 404, 405, 406, 410, 417, 418, 419, 425, 447, 448, 449, 452, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 467, 469, 470, 473, 474, 477, 479, 492, 495, 498, 499, 504, 505, 507, 511, 513, 514, 520, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 537, 538, 539, 540, 541, 543, 546, 560, 561, 563, 575, 578, 582, 584, 585, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 618, 621, 625, 627, 628, 640, 642, 643, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 658, 662, 664, 665, 666, 668, 670, 671, 676, 678, 680, 681, 683, 684, 687, 691, 692, 693, 694, 698, 705.  
 Evans, Don, 611.  
 Evans, Gareth, 97, 176.  
 ex-Iugoslávia, 153, 154, 197, 207, 253, 417, 421, 427, 666.

## F

- Fadlálá, Sayed Maomé Hussein, 38.  
 Fadul, Francisco, 515.  
 Federação Russa. *Veja Rússia*  
 Felício, José Eduardo M., 335.  
 Ferreira Gomes, General Péricles, 87.  
 Ferrer, James, 78.  
 Filipinas, 97, 261, 468, 484, 499, 535, 539.  
 Finlândia, 148, 251, 306, 307, 356, 409, 412, 427, 546.  
 Flecha de Lima, Paulo Tarso, 24, 28, 52, 65, 75, 76, 93, 94, 110, 111, 112, 117, 122, 159, 167, 168, 169.  
 Florentín Bogado, Dido, 375.

- Flores Olea, Victor, 301.  
Fonseca Jr, Gelson, 176, 318, 364, 401, 418, 420, 422, 423, 426, 427, 428, 432, 434, 436, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 458, 461, 467, 469, 470, 472, 481, 482, 483, 484, 486, 514, 593, 639, 665, 713.  
Fox, Vincente, 403, 585, 586.  
Foxley, Alejandro, 242.  
França, 30, 33, 42, 72, 79, 80, 82, 83, 89, 90, 135, 148, 162, 170, 177, 178, 179, 207, 209, 216, 217, 218, 237, 253, 280, 297, 300, 308, 316, 317, 346, 410, 411, 412, 413, 424, 464, 466, 484, 495, 498, 499, 522, 541, 614, 620, 621.  
Franco, Itamar, 7, 168, 237, 238, 239, 241, 242, 246, 266, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 283, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 299, 301, 307, 312, 313, 322, 323, 326, 327, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 347, 348, 349, 367, 489.  
Frechette, Myles, 78.  
Frei, Eduardo, 292, 381.  
Fronidizi, Arturo, 136.  
Fujimori, Alberto, 140, 197, 200, 201, 293, 366, 368, 384, 385, 386, 388, 389, 390, 391, 560, 578.  
Fujita, Edmundo Sussumu, 488, 647.

## G

- Gaddafi, Muammar, 88, 209, 379, 447, 449.  
Gadio, Cheikh Tidiane, 633.  
Gall, Norman, 539.  
Galvão, Marcos, 376.  
Gama, Jaime, 410, 481, 514, 623.  
Gambari, Ibrahim, 156.  
Gâmbia, 87, 432.  
Gandhi, Rajiv, 42, 175.  
García, Alan, 62, 63, 391, 578.  
García-Sayán, Diego, 578.  
GATT, 21, 32, 42, 47, 48, 49, 73, 75, 77, 78, 102, 113, 114, 115, 116, 154, 175, 186, 188, 189, 204, 226, 227, 228, 244, 251, 272, 278, 279, 339, 346, 355, 525, 532.  
Gaviria, Cesar, 141, 244, 292, 293, 327, 577.  
Gelber, Harry, 175.  
Geórgia, 149, 150, 152, 316, 328, 496.  
Ghali, Boutros-Boutros, 39, 207, 247, 248, 249, 253, 258, 314, 316, 400, 492.



Giavarini, Adalberto Rodríguez, 565, 567.  
 Glaspie, April, 164.  
 Godoy, Virgílio, 296.  
 Goldemberg, José, 223, 231.  
 González Isquierdo, Jorge, 386.  
 González Macchi, Luís, 375, 376, 571.  
 González, Felipe, 409.  
 Gorbachov, Mikhail, 19, 23, 33, 34, 43, 45, 46, 72, 80, 81, 82, 83, 86, 98, 100,  
 103, 104, 106, 130, 149, 150, 151, 152, 163, 168, 171, 179.  
 Gore, Al, 254, 305, 342, 343.  
 Graça Lima, José Alfredo, 616, 619.  
 Granada, 300.  
 Grécia, 335, 412, 413.  
 Gregori, José, 397, 510, 666, 711.  
 Grenville, J.A.S., 646.  
 Gromov, Vassily Petrovitch, 627.  
 Gromyko, Andrei, 34.  
 Gros Espiell, Hector, 136, 199, 200, 240.  
 Gross, Noel L., 108.  
 Guatemala, 59, 68, 177, 245, 246, 293, 302, 395, 492, 676.  
 Guiana, 59, 64, 101, 203, 218, 240, 275, 293, 340, 367, 394, 395, 411, 582, 620.  
 Guilhaon Albuquerque, José Augusto, 525.  
 Guiné, 108.  
 Guiné-Bissau, 108, 255, 430, 431, 432, 433, 434, 514, 515, 674.  
 Gurría, José Angel, 402.  
 Gusmão, Xanana, 325, 480, 482, 486, 488, 647, 660, 662, 675.  
 Guterres, António, 410, 481, 623, 624.  
 Gutierrez, Guillermo Bedregal, 61.  
 Gutierrez, Lúcio, 581.  
 Guzmán, Abimael, 293.

## H

Habibie, Bacharudin Jusuf, 479, 480, 483, 484, 486.  
 Habyarimanaos, Juvenal, 316.  
 Haiti, 64, 65, 66, 140, 143, 144, 145, 197, 198, 201, 202, 233, 246, 247, 248, 264,  
 293, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 316, 328, 348, 350, 400, 401,  
 402, 587.  
 Hakim, Peter, 585, 593.

Harahap, Hasjrul, 175.  
Hashimoto, Ryutaro, 475.  
Havel, Václav, 83, 413.  
Hawke, Bob, 97.  
Hellstrom, Matt, 48.  
Hills, Carla, 146, 204.  
Hinds, Sam, 394.  
Hirschfeld, Yair, 259.  
Hirst, Mônica, 233, 291, 305.  
Holanda Cavalcanti, Geraldo, 110.  
Holbrooke, Richard, 417, 422.  
Honduras, 66, 67, 68, 177, 395, 492, 676.  
Honecker, Eric, 82.  
Hong Kong, 99, 121, 356, 468, 473, 474, 539, 546, 649, 656.  
Howard, John, 483, 662.  
Hoyte, Hugh Desmond, 64.  
Hrinak, Donna, 612.  
Hu Yaobang, 41, 98.  
Hugueney Filho, Clodoaldo, 682.  
Hungria, 81, 82, 98, 149, 151, 154, 189, 307, 308, 357, 411, 412, 629.  
Hurd, Douglas, 331.  
Hussein, Saddam, 93, 94, 162, 164, 168, 170, 171, 172, 174, 261, 356, 379, 414,  
460, 461, 463, 464, 465, 466, 644.

## I

Iêmen, 162, 166, 170.  
Índia, 20, 40, 42, 52, 113, 114, 115, 175, 212, 215, 225, 261, 273, 322, 328, 338,  
356, 357, 392, 468, 469, 471, 472, 495, 499, 500, 504, 505, 506, 507, 535,  
563, 647, 648, 649, 650, 654, 688, 699.  
Indonésia, 97, 175, 176, 322, 324, 325, 468, 477, 478, 479, 480, 481, 483, 484,  
485, 486, 487, 488, 499, 539, 541, 647, 659, 661, 662.  
Insanally, Samuel Rudolph, 582.  
Insulza, Miguel, 370.  
Irã, 20, 68, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 164, 174, 259, 260, 261, 308, 469, 587,  
603, 609, 644, 654.  
Iraque, 20, 38, 92, 93, 94, 95, 96, 103, 134, 160, 162, 164, 165, 166, 167, 168,  
169, 170, 171, 172, 173, 189, 217, 259, 261, 289, 314, 316, 318, 320, 321,  
328, 356, 357, 379, 414, 451, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468,

496, 507, 560, 587, 601, 609, 644, 645, 646, 658.  
 Irlanda, 149, 412, 484, 505, 507, 587.  
 Islândia, 148.  
 Israel, 20, 39, 40, 90, 91, 92, 160, 161, 162, 163, 166, 170, 172, 210, 211, 259,  
 318, 319, 320, 357, 370, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 505,  
 507, 546, 587, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 642, 643, 664, 668.  
 Itália, 79, 89, 135, 149, 280, 411, 412, 541, 663.  
 Iturralde, Carlos, 137, 144.  
 Iugoslávia, 102, 115, 147, 150, 152, 154, 206, 207, 233, 254, 304, 308, 309, 310,  
 315, 328, 356, 357, 418, 419, 420, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 496.  
 Izetbegovic, Alija, 309, 418.

## J

Jagan, Cheddi, 293, 394.  
 Jagdeo, Bharrat, 395, 582.  
 Jaguaribe, Hélio, 368.  
 Jamaica, 301.  
 Japão, 20, 40, 41, 42, 97, 99, 135, 171, 173, 175, 196, 198, 211, 212, 215, 216,  
 229, 239, 262, 263, 273, 279, 282, 304, 308, 322, 323, 329, 338, 346, 349,  
 356, 363, 370, 384, 385, 386, 389, 468, 472, 474, 475, 476, 477, 484, 505,  
 537, 538, 541, 543, 545, 563, 588, 600, 611, 614, 647, 649, 656, 657, 658,  
 671, 688, 699.  
 Jardim, Marcelo, 622, 627.  
 Jezzensky, Géza, 154.  
 Jiang Zemin, 150, 174, 212, 322, 426, 472, 473, 474, 588, 655.  
 Jiha, Abu, 91.  
 Jordânia, 39, 40, 163, 166, 168, 320, 370, 459, 460.  
 Jospin, Lionel, 620.  
 Judt, Tony, 147.  
 Juppé, Alain, 410.

## K

Kabbah, Ahmad Tejan, 434, 435.  
 Kaddoumi, Farouk, 161, 319.  
 Kagame, Paul, 317.  
 Kambanda, Jean, 317.

Kantor, Mickey, 403, 404.  
Karadzic, Radovan, 154, 417, 418, 419.  
Karzai, Hamid, 653.  
Kasavubu, Joseph, 85.  
Kassianov, Mikhail M., 627, 628.  
Kawaguchi, Yoriko, 658.  
Kennedy, Paul, 103, 164, 264.  
Kent, John, 587.  
Khan, Kurshid Alam, 42.  
Khurshid, Salman, 322, 328.  
Kim Dae Jung, 476, 647.  
Kim Young Sam, 476.  
King, Maurice, 303.  
Kinigi, Sylvie, 315.  
Kiriyyenko, Sergei, 415.  
Klaus, Václav, 307.  
Kohl, Helmut, 82, 83, 148, 149, 253, 409, 410.  
Koizumi, Junichiro, 658, 671.  
Kok, Wim, 411.  
Komeini, Aiatolá, 96.  
Koneski, Frei Antonio Marcos, 641.  
Kosovo, 356, 357, 413, 419, 420, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 496.  
Kozirev, Andrei, 307.  
Kraag, Johann, 142.  
Kravchuk, Leonid, 334.  
Kuaite, 192.  
Kukan, Eduard, 629.  
Kutchma, Leonid, 413.  
Kwasniewski, Aleksander, 626.

## L

Lacalle, Luís Alberto, 133, 136, 240, 277.  
Lafer, Celso, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 269, 368, 488, 535, 546, 559, 560, 561, 563, 564, 565, 566, 567, 570, 573, 577, 578, 581, 582, 584, 585, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 598, 599, 600, 604, 606, 609, 610, 611, 612, 615, 616, 617, 618, 619, 623, 626, 627, 629, 630, 632, 633, 639, 643,

644, 645, 646, 647, 648, 652, 653, 656, 657, 658, 661, 662, 664, 667, 668, 670, 671, 672, 673, 674, 676, 677, 678, 679, 681, 683, 684, 685, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 710, 711, 712, 713.

Lagos, Ricardo, 382.

Lalonde, Marc, 407.

Lampreia, Luiz Felipe, 231, 248, 252, 272, 281, 287, 355, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 378, 381, 382, 383, 384, 386, 387, 388, 389, 393, 395, 396, 398, 399, 402, 403, 404, 407, 409, 410, 414, 425, 429, 430, 432, 433, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 451, 452, 453, 454, 456, 462, 463, 466, 468, 472, 473, 474, 478, 479, 480, 481, 482, 485, 487, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 502, 503, 505, 506, 508, 509, 511, 513, 514, 515, 516, 518, 519, 520, 521, 523, 524, 526, 527, 528, 530, 531, 533, 534, 536, 537, 538, 539, 540, 543, 546, 559.

Lamy, Pascal, 703.

Laos, 19, 499.

Larsen, Terje, 259.

Leal, Ernesto, 303.

Lepage, Octávio, 243.

Lesoto, 83, 84.

Letônia, 82, 147, 150, 151, 409, 411.

Li Peng, 212, 473.

Líbano, 39, 40, 90, 92, 93, 162, 320, 357, 389, 453, 454, 456, 457, 458, 459, 496, 634.

Libéria, 316.

Líbia, 56, 74, 88, 89, 155, 160, 197, 207, 209, 210, 233, 310, 317, 318, 379, 447, 448, 449, 450, 496, 635, 644.

Liechtenstein, 148.

Lindgren Alves, José Augusto, 180.

Lindh, Anna, 626.

Lins e Silva, Carlos Eduardo, 565, 606.

Lituânia, 82, 147, 149, 150, 151, 307, 409, 411, 629, 630.

Lowenthal, Abraham, 277.

Lukamba, Paulo, 631.

Lula da Silva, Luiz Inácio, 121, 294, 343, 348, 356.

Lusínchi, Jaime, 27, 62.

Luxemburgo, 33, 412.

## M

- Macau, 97, 357, 473, 474.  
 Macedônia, 147, 253, 328, 416, 422, 425.  
 Machado e Costa, José Luiz, 368.  
 Machel, Samora, 84.  
 Maciel, George, 29, 37.  
 Maciel, Marco, 431, 438, 515, 627, 628.  
 Mahallati, Mohamad, 95.  
 Mahatir, Mohamad, 477, 478.  
 Mahdi Muhammad, Ali, 160.  
 Mahley, Donald, 603, 607.  
 Mahuad, Jamil, 387, 388, 389, 391, 580, 581.  
 Major, John, 253, 416.  
 Malásia, 97, 162, 468, 477, 478, 484, 499, 539, 647.  
 Mali, 258.  
 Malmierca, Isidoro, 65.  
 Malta, 82, 411.  
 Malval, Robert, 296.  
 Mandela, Nelson, 86, 88, 121, 156, 157, 158, 289, 312, 313, 443, 447, 449.  
 Mané, Ansumane, 431.  
 Manuvakola, Eugenio, 311.  
 Mao Zedong, 150.  
 Mariátegui, José Carlos, 63.  
 Marin-Bosch, Manuel, 252, 268, 522.  
 Marques Moreira, Marcílio, 146, 188, 189, 196.  
 Marrocos, 38, 308, 447, 450, 630.  
 Massot, Affonso Emilio de Alencastro, 545, 599, 600, 603, 604, 607.  
 Maurítius, 87.  
 Mbeki, Thabo, 313, 443.  
 McDougall, Barbara, 144.  
 McNamara, Thomas, 298.  
 Médicis, João Augusto, 143, 675.  
 Megawati Sukarnoputri, 486, 659.  
 Meguid, Ahmed, 90.  
 Mejía, Maria Emma, 392.  
 Melgarejo Lanzoni, Rubén Dario, 374.  
 Mello Barreto, Fernando de, 191, 286, 354, 558.  
 Mendes, Chico, 110, 510.

- Menem, Carlos Saul, 60, 133, 134, 135, 136, 185, 199, 204, 240, 241, 246, 291, 301, 369, 370, 371, 372, 494, 565,
- México, 31, 46, 70, 72, 73, 116, 119, 133, 143, 145, 146, 176, 177, 184, 186, 203, 204, 217, 227, 228, 250, 268, 277, 278, 279, 289, 294, 301, 303, 304, 305, 329, 335, 338, 342, 343, 366, 367, 402, 403, 505, 507, 523, 531, 538, 563, 584, 585, 586, 587, 618, 676, 681, 684, 697, 706, 707.
- Mianmar, 499.
- Milosevic, Slobodan, 150, 154, 155, 206, 357, 417, 418, 419, 420, 425, 426, 427, 429, 664.
- Mitterrand, François, 33, 82, 178, 207.
- Miyazawa, Kiichi, 216, 262.
- Mladic, Ratko, 206, 310, 416, 417, 418, 419.
- Mobuto Sessé Seko, 85.
- Moçambique, 34, 83, 84, 85, 86, 157, 255, 256, 284, 310, 311, 312, 316, 325, 326, 328, 333, 349, 430, 436, 441, 514, 674.
- Moldávia, 147, 151, 152.
- Molose, Benjamin, 37.
- Mongólia, 80.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto, 592, 609.
- Montenegro, 147, 206, 207, 328, 420.
- Montesinos, Vladimiro, 390.
- Montoro, Franco, 237.
- Morales, Evo, 574.
- Mosbacher, Robert, 204.
- Moscoso, Myreya, 584.
- Moura, Venâncio de, 311, 433.
- Mubarak, Hosni, 459.
- Mugabe, Robert, 442.
- Muhammad, Ali Mahdi, 160.
- Mulford, David, 189.
- Muller Costas, Herbert, 199.
- Mulroney, Brian, 147, 167, 305.
- Musharraf, Pervez, 470, 649.

## N

- NAFTA, 20, 227, 228, 229, 242, 250, 278, 279, 289, 303, 339, 341, 342, 343, 344, 367, 517, 523, 524, 615, 618, 619, 684, 692.
- Najibulá, Mohamad, 100.
- Nakasone, Yasuhiro, 41.

Namíbia, 35, 36, 37, 84, 85, 86, 87, 88, 103, 107, 130, 155, 156, 157, 208, 255, 436, 440, 441, 445.  
Nascimento, Dom Basílio do, 480.  
Naslausky, Marco César, 632.  
Nava Carrillo, Germán, 62.  
Ndadaye, Melchior, 315.  
Nehru, Arun, 175.  
Netanyahu, Benjamin, 319, 454, 455, 456, 457.  
Neves, Tancredo, 19, 23, 26, 31.  
Nicarágua, 24, 28, 29, 52, 56, 64, 66, 67, 68, 69, 72, 115, 142, 177, 293, 296, 301, 303, 395, 492, 676.  
Niehaus, Bernd, 144.  
Níger, 90.  
Nigéria, 84, 108, 115, 300, 317, 432, 434.  
Noboa, Gustavo, 368, 391, 392.  
Nóbrega, Mailson da, 119.  
Nogueira Batista, Paulo, 95, 96, 101, 103, 111, 187, 188, 218, 224.  
Noriega, Manuel, 69, 70, 71, 72, 73.  
Noruega, 79, 148, 149, 216, 251, 306, 307, 458, 538, 654.  
Nova Zelândia, 45, 97, 114, 300, 308, 317, 349, 370, 484, 485, 505, 507, 654, 662, 665.  
Ntaryamira, Cyprien, 315, 316.  
Nujoma, Sam, 84, 85, 440.  
Nunn, Sam, 301.

## O

O'Neill, Paul, 612.  
Ochoa, Orlando, 243.  
Odeh, Moussa Amer, 636.  
Oliveira, José Aparecido de, 287, 288.  
Oliveira, Kywal de, 486, 661.  
Omã, 300.  
Omar, Mullah Mohamed, 469.  
Orozco, Cristóbal, 592.  
Ortega, Daniel, 29, 296.  
Oviedo, General Lino, 374, 375, 572.  
Owen, Lorde David, 253.



## P

- Países Baixos, 411, 412, 447, 448, 449, 450, 623.  
 Paiva Abreu, Marcelo de, 113, 114, 117, 183, 346.  
 Palermo, Domingo, 385.  
 Palestina, 40, 92, 162, 319, 320, 357, 452, 453, 454, 456, 457, 459, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 643.  
 Palma, Hugo, 387.  
 Panamá, 56, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 177, 395, 516, 584, 676.  
 Paniagua, Valentín, 391.  
 Paquistão, 43, 100, 300, 317, 356, 468, 469, 470, 471, 472, 495, 500, 505, 506, 507, 649, 650, 653, 654, 699.  
 Paraguai, 27, 58, 60, 64, 121, 133, 134, 136, 151, 177, 187, 189, 199, 204, 241, 276, 291, 301, 339, 340, 367, 374, 375, 376, 520, 543, 564, 570, 571, 572, 596, 613, 614, 676, 681, 682.  
 Paredes, Diego, 244.  
 Parola, Alexandre, 608.  
 Pastrana, Andrés, 368, 393, 394, 579, 580.  
 Patriota, Antonio, 164, 246, 258, 302, 317, 374, 422, 423, 494, 497.  
 Patten, Chris, 499, 705.  
 Paz Estenssoro, Victor, 27, 61, 137.  
 Paz Zamora, Jaime, 61, 137, 185, 242, 574.  
 Pereira, Aristides, 85.  
 Peres, Shimon, 91, 163, 210, 259, 318, 320, 451, 452, 453, 454, 637, 668.  
 Pérez de Cuellar, Javier, 94, 95, 100, 102, 107, 143, 168, 170, 171, 384.  
 Pérez Roque, Felipe, 582.  
 Pérez, Carlos Andrés, 62, 138, 139, 199, 243, 292.  
 Pérez, Carlos Luiz Coutinho, 159, 385.  
 Pericás, Bernardo, 139, 144, 223, 245, 673.  
 Perot, Ross, 342.  
 Peru, 25, 29, 59, 62, 63, 70, 72, 73, 115, 140, 141, 177, 197, 198, 200, 232, 233, 275, 293, 366, 369, 383, 384, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 492, 517, 547, 560, 562, 563, 564, 578, 579, 676.  
 Pickering, Thomas, 71.  
 Pierre, Coronel Albert, 65, 66.  
 Pineda, Luís Guillermo, 379.  
 Pinheiro Guimarães, Samuel, 685, 686, 687, 689.  
 Pinheiro, Ibsen, 220.  
 Pinheiro, João de Deus, 231.  
 Pinheiro, Letícia, 233.

Pinochet, Augusto, 61, 62, 130, 133, 242, 381, 382.  
Piriz Ballon, Ramiro, 301.  
Polônia, 19, 50, 80, 81, 82, 98, 150, 151, 307, 357, 411, 412, 546, 600, 626, 627, 629.  
Ponce-Vivanco, Eduardo, 368.  
Portugal, 23, 33, 79, 80, 97, 148, 149, 158, 159, 176, 177, 205, 231, 232, 257, 258, 280, 287, 307, 325, 326, 333, 348, 357, 409, 410, 412, 433, 474, 478, 480, 481, 483, 484, 514, 516, 523, 540, 545, 620, 623, 624, 674, 676.  
Powell, Colin, 301, 588, 593, 598, 599, 609, 651, 668.  
Prates, Alcides Gastão Rostand, 224, 338.  
Pratini de Moraes, Marcus Vinicius, 199.  
Préval, René, 400.  
Primakov, Yevgeny, 414, 415, 461.  
Príncipe Abdullah, da Arábia Saudita, 637, 639.  
Prodi, Romano, 411.  
Putin, Vladimir, 357, 415, 627, 628.

## Q

Qian Qichen, 97, 262.  
Quênia, 356, 469, 644.  
Quirguistão, 151, 152.  
Quiroga, Jorge, 573.  
Qurei, Ahmed, 259.

## R

Rabbani, Burhanuddin, 469.  
Rabin, Itsak, 210, 259, 289, 318.  
Radhakishun, Pretaapnarain, 64.  
Raimond, Jean Bernard, 80.  
Rainha Elizabeth II, do Reino Unido, 411.  
Ramadhan. Tahan Yassin, 93.  
Ramos-Horta, José, 478, 647.  
Rao, P. V. Narasimba, 322.  
RDA, 81, 82, 149, 307, 621.  
Reagan, Ronald, 19, 23, 29, 31, 32, 46, 56, 66, 67, 69, 70, 75, 76, 78, 85, 86, 88, 100, 105, 106, 666.

- Rebelo, Aldo, 609.
- Reeker, Philip, 603.
- Rego Barros, Sebastião do, 360, 361, 366, 367, 370, 386, 387, 404, 410, 429, 454, 471, 475, 492, 493, 499, 509, 511, 512, 518, 519, 521, 525, 526, 529, 532, 533, 539, 541, 544, 545.
- Rei Hussein, da Jordânia, 39, 40, 166, 320, 454.
- Reimann, Heinrich, 603.
- Reino Unido, 59, 72, 79, 89, 90, 148, 170, 171, 172, 177, 207, 209, 217, 218, 237, 253, 280, 300, 317, 333, 372, 382, 411, 412, 423, 424, 435, 447, 448, 449, 463, 465, 467, 473, 484, 499, 518, 522, 541, 560, 619, 625, 652.
- República Centro-Africana, 444.
- República da China. *Veja Taiwan*
- República Democrática do Congo, 444, 445, 496.
- República Dominicana, 177, 579, 676.
- República Federal da Iugoslávia, 206, 207, 419, 420, 422, 423, 426, 428.
- República Popular da China. *Veja China*
- República Popular Democrática da Coreia. *Veja Coreia do Norte*
- República Tcheca, 238, 253, 300, 307, 357, 411, 412, 413, 629.
- Resende, Eliseu, 281.
- Rezek, Francisco, 7, 129, 130, 131, 136, 137, 138, 141, 145, 148, 154, 156, 161, 163, 165, 167, 169, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 189, 195, 231, 233.
- Rezende de Castro, Antonio José, 159.
- Rice, Condoleezza, 406.
- Ricúpero, Rubens, 78, 180, 223, 224, 238, 278, 288, 338, 349, 526.
- Robaina, Roberto, 301, 396, 398.
- Rodésia, 84.
- Rodley, Nigel, 667.
- Rodríguez Sá, Adolfo, 569.
- Rodríguez Cuadros, Manuel, 579.
- Rodríguez, Francisco, 71.
- Romênia, 80, 83, 307, 409, 411.
- Ruanda, 300, 310, 314, 315, 316, 317, 328, 421, 444, 445.
- Rússia, 150, 152, 153, 172, 179, 205, 207, 217, 218, 222, 225, 258, 299, 300, 302, 304, 307, 308, 331, 338, 349, 356, 357, 363, 408, 413, 414, 415, 418, 419, 420, 424, 425, 426, 427, 440, 447, 461, 464, 466, 469, 484, 495, 500, 504, 514, 535, 539, 540, 541, 563, 587, 593, 600, 603, 608, 609, 626, 627, 628, 642, 643, 648, 688.
- Rutskoy, Alexander, 307.

## S

- Sá e Benevides, Adolpho Correia de, 385.  
Saara Ocidental, 38, 328, 447, 450, 451, 496.  
Saboia, Gilberto, 336.  
Sachs, Jeffrey, 137.  
Saldívar, Carlos, 27, 60.  
Salinas de Gortari, Carlos, 116, 133, 145, 176, 177, 184, 186.  
Salom, Ramón Escovar, 243.  
Sampaio Goes Filho, Synésio, 7, 392.  
Samper, Ernesto, 293, 392.  
Sánchez de Lozada, Gonzalo, 27, 61, 292, 366, 380, 573, 574.  
Sánchez, Elizardo, 397, 399.  
Sanguinetti, Julio María, 26.  
Sanín de Rubio, Noemi, 244.  
Santer, Jacques, 409.  
Santos Neves, Carlos Augusto dos, 64, 250.  
Santos, Eduardo, 159.  
Santos, José Eduardo dos, 87, 159, 437, 439, 631.  
Santos, Wilson Roberto dos, 372.  
São Tomé e Príncipe, 255, 514, 515, 673, 674.  
Sardenberg, Ronaldo, 223, 282, 294, 296, 297, 300, 308, 314, 315, 316, 317, 476, 587.  
Sarney, José, 7, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 36, 37, 41, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 73, 75, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 118, 119, 122, 133, 237, 370, 479, 503.  
Sauvé, Jeanne, 79.  
Savir, Uri, 318.  
Sawimbi, Jonas, 159, 208, 311, 437, 438, 630, 631.  
Schröder, Gerhard, 621, 622.  
Schultz, George, 31, 32, 70, 74, 87.  
Schuster, Rudolf, 629.  
Seinedin, Maomé Ali, 134.  
Seixas Corrêa, Luiz Felipe, 25, 26, 30, 36, 44, 60, 75, 76, 81, 97, 99, 110, 122, 176, 203, 230, 363, 368, 371, 372, 378, 381, 390, 393, 394, 395, 406, 412, 475, 510, 522, 526, 532, 542, 590, 618, 676, 690, 696.  
Senegal, 87, 108, 255, 431, 432, 633.  
Sepúlveda, Bernardo, 73.  
Serra Leoa, 430, 434, 435, 436, 496.

- Serra, José, 531.  
 Serrano, Jorge, 245, 302.  
 Sérvia, 206, 207, 328, 418, 420, 422, 425, 427, 429.  
 Sérvia-Montenegro, 147.  
 Sette Câmara, José, 67.  
 Setúbal, Olavo, 7, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39,  
 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 55.  
 Shankar, Ramsewak, 64, 142.  
 Sharif, Nawaz, 470.  
 Sharma, Shanker, 471.  
 Sharon, Ariel, 634, 639.  
 Shelton, Hugh, 302.  
 Sihanouk, Príncipe, 324.  
 Simão, Leonardo Santos, 441.  
 Simon, Pedro, 639.  
 Singh, Manmohan, 322.  
 Síria, 93, 161, 162, 163, 171, 320, 454, 458, 644.  
 Soares de Lima, Maria Regina, 146.  
 Soares, Mário, 79, 231.  
 Solana Morales, Francisco, 145.  
 Solana, Javier, 424, 459.  
 Solis Palma, Manuel, 69, 71.  
 Somália, 155, 159, 160, 197, 207, 209, 238, 255, 258, 264, 304, 310, 313, 314,  
 315, 316, 328, 446, 496, 587.  
 Sombra Saraiva, José Flávio, 255.  
 Souto Maior, Luiz A. P., 520.  
 Stroessner, Alfredo, 27, 56, 60, 137.  
 Sudão, 316, 469, 644.  
 Suécia, 33, 148, 182, 251, 306, 307, 356, 409, 412, 484, 505, 507, 619, 626.  
 Suharto, Mohamed, 478, 479, 486.  
 Suíça, 148, 280, 538, 600, 603.  
 Suriname, 28, 59, 64, 142, 199, 200, 240, 244, 275, 355, 368, 582.  
 Suro-Bredie, Carmen, 304.

## T

- Tailândia, 97, 468, 477, 484, 499, 539, 541, 647.  
 Tailhardat, Adolfo, 138.  
 Taiwan, 99, 211, 472, 473, 474, 649, 712.

Tajiquistão, 152, 316, 469.  
Talhi, Jadalá Azzouz, 89.  
Tanaka, Makiko, 658.  
Tanzânia, 84, 115, 315, 356, 469.  
Tarnoff, Peter, 299.  
Tchecoslováquia, 80, 81, 82, 147, 151, 171, 253.  
Thatcher, Margaret, 89, 171.  
Thorstensen, Vera, 250, 276, 339, 699.  
Timor Leste, 176, 322, 324, 325, 357, 406, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482,  
483, 484, 485, 486, 487, 488, 496, 515, 647, 659, 660, 661, 662, 673, 674,  
675.  
Toledo, Alejandro, 390, 391.  
Torricelli, Robert, 245, 283.  
Trepichio, Mário Alberto, 439.  
Trinidad e Tobago, 144, 202.  
Tsvangirai, Morgan, 442.  
Tuanku Jaafarnotou, 478.  
Tudela, Francisco, 386, 387.  
Tudjman, Franjo, 150, 309, 417, 418.  
Tunísia, 23, 39, 91, 542.  
Tupy Caldas de Moura, Luiz, 435.  
Turquia, 411.  
Tutu, Desmond, 85.

## U

Ucrânia, 147, 151, 152, 154, 217, 349, 413, 626, 628.  
Udenhout, Wim, 28.  
UE, 20, 148, 216, 253, 304, 306, 307, 326, 335, 339, 348, 349, 356, 357, 363, 365,  
396, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 459, 498, 513, 517, 518, 521, 522, 523,  
536, 537, 538, 547, 563, 567, 582, 599, 600, 610, 611, 615, 619, 620, 621,  
624, 627, 629, 642, 643, 671, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 684, 692, 693,  
697, 699, 702, 703, 704, 705, 706.  
Uganda, 314, 315, 316, 328, 444, 445.  
União Soviética. *Veja URSS*  
Uribe, Álvaro, 580.  
URSS, 19, 29, 33, 34, 43, 80, 81, 82, 87, 92, 94, 98, 100, 103, 104, 107, 121, 122,  
130, 143, 147, 149, 151, 152, 154, 157, 159, 161, 175, 178, 179, 196, 197,  
205, 217, 222, 254, 307, 308, 333, 583, 630.

Uruguai, 25, 26, 29, 47, 58, 59, 64, 70, 73, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 133, 134, 136, 177, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 199, 201, 203, 204, 225, 226, 227, 228, 239, 240, 241, 251, 252, 272, 275, 276, 277, 278, 279, 289, 291, 301, 303, 330, 339, 340, 343, 344, 346, 350, 373, 520, 533, 563, 570, 571, 676, 681, 682, 689, 696.

Uzbequistão, 151, 152, 469.

## V

Vacaroiu, Nicolae, 307.

Vachon, Gerard, 602.

Vajpayee, Atal Bihari, 472, 650.

Valle, Henrique, 421, 435.

Vance, Cyrus, 253.

Van-Dúnem, Afonso, 36.

Vargas Llosa, Mário, 140.

Vaticano, 145, 398, 411.

Vázquez, Tabaré, 374.

Velásquez, Ramón José, 243.

Velayati, Ali Akbar, 96, 174, 261.

Venetiaan, Ronald, 142, 244.

Venezuela, 27, 59, 62, 70, 72, 73, 138, 139, 141, 144, 160, 177, 197, 198, 199, 202, 203, 233, 242, 275, 277, 292, 297, 301, 308, 333, 341, 366, 368, 376, 377, 378, 379, 466, 516, 517, 518, 562, 563, 574, 575, 576, 577, 588, 676, 690, 692.

Vieira de Mello, Sérgio, 487, 659, 660, 661.

Vieira, João Bernardo, 430.

Viera Liñares, José Raúl, 65.

Vietnã, 97, 99, 121, 171, 322, 477, 478, 199, 587.

von Weizsäcker, Richard, 79, 149.

## W

Wagner, Alan, 63.

Wahid, Abdurrahman, 486, 487, 647, 659.

Walesa, Lech, 150.

Walters, Vernon, 89.

Wan Yongxian, 656.

Wasmosy, Juan Carlos, 241, 291, 374.  
Whitehead, John, 75.  
Wirth, Thomas, 511, 512.  
Woodruff, William, 425.  
Woolcott, Richard, 176.  
Wu Xue Qian, 174.

**X**

Xu Zhongfu, 41.

**Y**

Yakovenko, Alexander, 609.  
Yalá, Kumba, 434.  
Yan Xianging, 174.  
Yanayev, Gennady, 151.  
Yassin, Taha, 93.  
Ybema, Gerrit, 623.  
Yeltsin, Bóris, 149, 150, 151, 152, 179, 205, 217, 238, 254, 267, 307, 308, 334,  
411, 412, 414, 415, 417, 418, 461, 500.  
Young, John W., 587.  
Yuan Tao, 472.  
Yusuf, Shahid, 323.



**Z**

Zaire. *Veja República Democrática do Congo*

Zâmbia, 83, 84, 445.

Zedillo, Ernesto, 303, 366, 402.

Zhao Ziyang, 41, 98, 99, 174.

Zhu Rongji, 323, 473, 474.

Ziegler, Jean, 669.

Zimbábue, 83, 84, 436, 442, 445.

Zoellick, Robert, 406, 610, 611.





Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Verdana 13/17 (títulos), Book Antiqua 10,5/13 (textos)